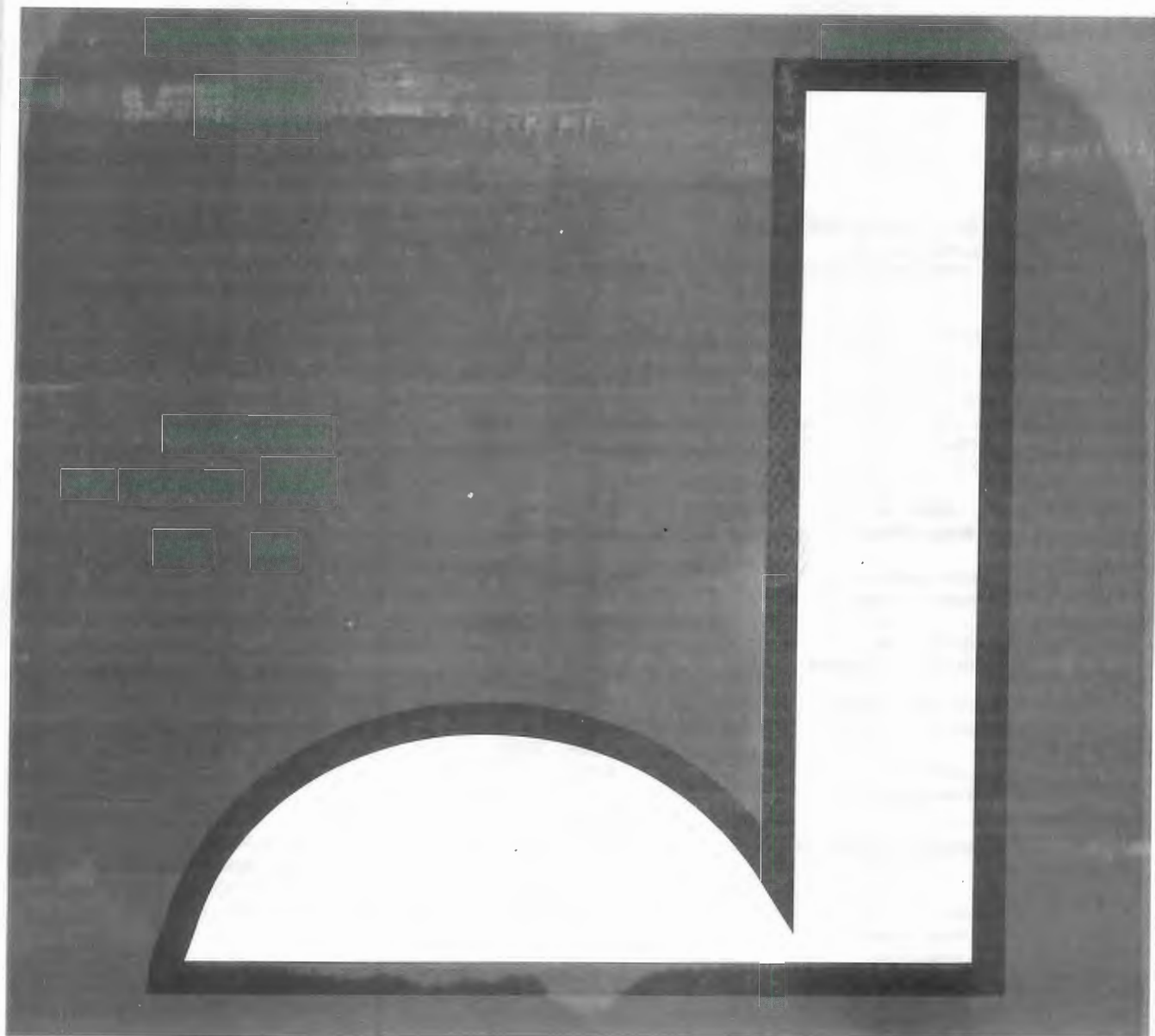




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – SUP. “B” AO Nº 204 – TERÇA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA-DF

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Sihessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Tião Viana - PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT</p> <p style="text-align: center;">LÍDER - PL Magno Malta</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;">Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Renan Calheiros</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Efraim Morais - PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PFL José Agripino</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">LIDER – PSDB Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Jefferson Péres</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Almeida Lima</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Aloísio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

ATAS DE COMISSÕES			
1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS			
43ª Reunião, realizada em 28 de outubro de 2003.....	4	2ª Reunião realizada em 20 de agosto de 2003.....	194
1.1 – Subcomissão de Turismo			
1ª Reunião realizada em 8 de abril de 2003....	31	3ª Reunião realizada em 27 de agosto de 2003.....	200
2ª Reunião realizada em 15 de abril de 2003.....	38	4ª Reunião realizada em 3 de setembro de 2003.....	210
3ª Reunião realizada em 22 de abril de 2003.....	44	5ª Reunião realizada em 24 de setembro de 2003.....	223
4ª Reunião realizada em 6 de maio de 2003....	44	6ª Reunião realizada em 14 de outubro de 2003.....	239
5ª Reunião realizada em 5 de junho de 2003..	52	1.4 – Subcomissão Fome Zero	
6ª Reunião realizada em 12 de junho de 2003.....	78	1ª Reunião realizada em 21 de agosto de 2003.....	253
7ª Reunião realizada em 19 de agosto de 2003.....	106	2ª Reunião realizada em 11 de setembro de 2003.....	255
8ª Reunião realizada em 4 de setembro de 2003.....	112	3ª Reunião realizada em 23 de outubro de 2003.....	260
1.2 – Subcomissão de Mineração		4ª Reunião realizada em 11 de novembro de 2003.....	262
1ª Reunião realizada em 3 de abril de 2003....	135	2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
2ª Reunião realizada em 23 de abril de 2003.....	137	5ª Reunião realizada em 27 de março de 2003.....	264
3ª Reunião realizada em 30 de abril de 2003.....	140	6ª Reunião realizada em 10 de abril de 2003..	265
4ª Reunião realizada em 7 de maio de 2003....	143	7ª Reunião realizada em 15 de abril de 2003..	277
5ª Reunião realizada em 11 de junho de 2003.....	145	8ª Reunião realizada em 24 de abril de 2003..	308
6ª Reunião realizada em 13 de agosto de 2003.....	151	9ª Reunião realizada em 8 de maio de 2003...	317
7ª Reunião realizada em 20 de agosto de 2003.....	170	10ª Reunião realizada em 15 de maio de 2003.....	357
8ª Reunião realizada em 27 de agosto de 2003.....	191	11ª Reunião realizada em 22 de maio de 2003.....	375
1.3 – Subcomissão Destinada a acompanhar a Evolução da Dívida Pública dos Estados		12ª Reunião realizada em 29 de maio de 2003.....	387
1ª Reunião realizada em 14 de agosto de 2003.....	193	13ª Reunião realizada em 5 de junho de 2003.....	417
		14ª Reunião realizada em 12 de junho de 2003.....	426
		15ª Reunião realizada em 18 de junho de 2003.....	431
		16ª Reunião realizada em 26 de junho de 2003.....	438

17ª Reunião realizada em 7 de agosto de 2003.....	462	5ª Reunião realizada em 8 de outubro de 2003.....	818
18ª Reunião realizada em 14 de agosto de 2003.....	475	6ª Reunião realizada em 22 de outubro de 2003.....	833
19ª Reunião realizada em 21 de agosto de 2003.....	500	7ª Reunião realizada em 12 de novembro de 2003.....	848
20ª Reunião realizada em 27 de agosto de 2003.....	518	2.3 – Subcomissão de Saúde	
21ª Reunião realizada em 28 de agosto de 2003.....	554	1ª Reunião realizada em 2 de abril de 2003. ..	862
22ª Reunião realizada em 4 de setembro de 2003.....	565	2ª Reunião realizada em 8 de maio de 2003. .	868
23ª Reunião realizada em 10 de setembro de 2003.....	577	3ª Reunião realizada em 20 de maio de 2003.	870
24ª Reunião realizada em 11 de setembro de 2003.....	594	4ª Reunião realizada em 27 de maio de 2003.	907
25ª Reunião realizada em 17 de setembro de 2003.....	603	5ª Reunião realizada em 4 de junho de 2003.	938
26ª Reunião realizada em 18 de setembro de 2003.....	637	6ª Reunião realizada em 10 de junho de 2003.	939
27ª Reunião realizada em 2 de outubro de 2003.....	648	7ª Reunião realizada em 7 de agosto de 2003.	939
28ª Reunião realizada em 8 de outubro de 2003.....	653	8ª Reunião realizada em 17 de setembro de 2003.	940
29ª Reunião realizada em 15 de outubro de 2003.....	667	3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO	
30ª Reunião realizada em 22 de outubro de 2003.....	693	3.1 – Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática	
31ª Reunião realizada em 23 de outubro de 2003.....	699	2ª Reunião realizada em 10 de abril de 2003..	940
36ª Reunião realizada em 19 de novembro de 2003.....	718	3ª Reunião realizada em 24 de abril de 2003..	960
2.1 – Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude		4ª Reunião realizada em 7 de maio de 2003...	963
1ª Reunião realizada em 3 de abril de 2003.....	721	5ª Reunião realizada em 11 de junho de 2003.....	964
2ª Reunião realizada em 22 de abril de 2003.....	725	6ª Reunião realizada em 24 de junho de 2003.....	978
3ª Reunião realizada em 7 de maio de 2003...	727	4 – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	
4ª Reunião realizada em 13 de maio de 2003.	729	7ª Reunião extraordinária realizada em 2 de abril de 2003.....	1010
5ª Reunião realizada em 29 de maio de 2003.	745	8ª Reunião extraordinária realizada em 9 de abril de 2003.....	1014
6ª Reunião realizada em 29 de junho de 2003.....	776	9ª Reunião extraordinária realizada em 30 de abril de 2003.....	1018
2.2– SUBCOMISSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS		11ª Reunião extraordinária realizada em 14 de maio de 2003.....	1027
1ª Reunião realizada em 7 de maio de 2003...	777	12ª Reunião extraordinária realizada em 15 de maio de 2003.....	1058
2ª Reunião realizada em 3 de junho de 2003...	783	13ª Reunião extraordinária realizada em 21 de maio de 2003.....	1060
3ª Reunião realizada em 20 de agosto de 2003.....	798	14ª Reunião extraordinária realizada em 11 de junho de 2003.....	1091
4ª Reunião realizada em 1º de outubro de 2003.....	804	15ª Reunião extraordinária realizada em 17 de junho de 2003.....	1092
		16ª Reunião extraordinária realizada em 25 de junho de 2003.....	1099
		17ª Reunião extraordinária realizada em 6 de agosto de 2003.....	1119

18ª Reunião extraordinária realizada em 13 de agosto de 2003.....	1127	13ª Reunião ordinária realizada em 5 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1287
19ª Reunião extraordinária realizada em 20 de agosto de 2003.....	1133	14ª Reunião ordinária realizada em 12 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1294
20ª Reunião extraordinária realizada em 21 de agosto de 2003.....	1151	15ª Reunião extraordinária realizada em 17 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1310
21ª Reunião extraordinária realizada em 27 de agosto de 2003.....	1153	16ª Reunião extraordinária realizada em 18 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1324
22ª Reunião extraordinária realizada em 4 de setembro de 2003.....	1156	6ª Reunião extraordinária realizada em 18 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1329
23ª Reunião extraordinária realizada em 17 de setembro de 2003.....	1186	15ª Reunião ordinária realizada em 26 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1335
24ª Reunião extraordinária realizada em 24 de setembro de 2003.....	1194	6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA	
25ª Reunião extraordinária realizada em 2 de outubro de 2003.	1196	6ª Reunião extraordinária realizada em 24 de abril de 2003.....	1358
26ª Reunião extraordinária realizada em 8 de outubro de 2003.	1201	7ª Reunião extraordinária realizada em 29 de abril de 2003.....	1388
27ª Reunião extraordinária realizada em 15 de outubro de 2003.	1219	11ª Reunião extraordinária realizada em 27 de maio de 2003.....	1420
28ª Reunião extraordinária realizada em 22 de outubro de 2003.	1232	12ª Reunião extraordinária realizada em 10 de junho de 2003.....	1427
4.1 – SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS		13ª Reunião extraordinária realizada em 25 de junho de 2003.....	1456
1ª Reunião extraordinária realizada em 13 de agosto de 2003.....	1235	14ª Reunião extraordinária realizada em 5 de agosto de 2003.....	1488
5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL		15ª Reunião ordinária realizada em 19 de agosto de 2003.....	1492
1ª Reunião ordinária realizada em 3 de julho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura).....	1240	16ª Reunião extraordinária realizada em 26 de agosto de 2003.....	1497
2ª Reunião ordinária realizada em 10 de julho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura).....	1249	17ª Reunião ordinária realizada em 2 de setembro de 2003.....	1521
1ª Reunião extraordinária realizada em 16 de julho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura).....	1256	18ª Reunião ordinária realizada em 9 de setembro de 2003.....	1528
3ª Reunião ordinária realizada em 17 de julho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura).....	1260	19ª Reunião ordinária realizada em 16 de setembro de 2003.....	1539
12ª Reunião ordinária realizada em 29 de maio de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1275		

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA,
DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

Ata da Sexta Reunião da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em 24 de junho de 2003, terça-feira – após a ordem do dia.

Às dezoito horas e cinquenta minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e três, na Sala 09, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **LÚCIA VÂNIA**, reúne-se a Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, com a presença das Senadoras **ANA JÚLIA CAREPA**, **FÁTIMA CLEIDE**, e **PATRÍCIA SABOYA GOMES**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião destina-se à elaboração de cronograma de trabalho da Subcomissão. A Senadora Lúcia Vânia expôs a o cronograma proposto por ela, e que se encontra na bancada a disposição das senhoras senadoras, propondo a inversão de cronograma de trabalho em relação ao Primeiro Emprego e a Reforma do Ensino Médio, devido ao lançamento do Programa de Governo até o final da presente semana. Foi aprovado requerimento de Audiência Pública com a presença do Senhor Antônio Ibáñez, secretário de Educação Média e Tecnológica do MEC, a ser realizada em conjunto com a Comissão de Educação, no dia treze de agosto no decorrente ano. Fez o uso da palavra a Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery** presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude da 1ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião se destina a fazer uma inversão no calendário que já havíamos aprovado aqui. Como esta Subcomissão deverá passar por uma nova eleição para a escolha da Presidência, antes da eleição, entendemos que era importante concluir o trabalho em relação ao primeiro emprego. E para que pudéssemos dar prosseguimento a esse trabalho, gostaria de colocar para aprovação um debate aqui sobre a reforma do ensino médio, para o qual convidaríamos o professor Antonio Ibáñez, Secretário de Educação Média e Tecnológica do MEC. Essa inversão se deve principalmente em função do lançamento, até o final da semana, do primeiro emprego, projeto do Governo para a juventude. Esse projeto vem com uma proposta que não leva em conta um outro projeto do Governo, que seria a universalização do ensino médio. Entendemos que essa questão do ensino médio e do trabalho para a juventude é fundamental para que possamos realmente fazer um trabalho mais amplo. Acho que essa é uma grande oportunidade para que possamos colocar aqui o andamento da reforma, como se acha, como os governos estaduais e municipais a estão enfrentando. É sabido que a reforma separou o ensino formal do profissionalizante, mas é sabido também que há uma grande resistência dos estados em acatar a reforma. Portanto, para que pudéssemos fechar essa questão do primeiro emprego, acredito que seria muito importante ouvirmos aqui a palavra do professor Antonio Ibáñez, Secretário de Educação Média e Tecnológica do MEC.

Para isso, colocaria em votação, desejando que a Senadora Patrícia Saboya pudesse se pronunciar a respeito, uma vez que é a relatora do projeto.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, estou completamente de acordo em que ouçamos o Secretário. Aproveito a oportunidade para que possamos, de forma urgente, decidir sobre a questão da Presidência desta Subcomissão, até para que, como é preocupação de V. Exª, a Subcomissão não pare, e possamos dar continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, inclusive tendo à frente, na Presidência, V. Exª.

Então, minha sugestão é de que, aprovando a inversão de pauta, ouvindo o Secretário, logo em seguida, ou já na próxima reunião, possamos ter uma decisão em relação à Presidência desta Subcomissão, até para que, como relatora, também possamos dar prosseguimento ao relatório. Acho importante, inclusive, que esse relatório seja concluído ao final dos trabalhos, que é exatamente daqui a cinco ou seis meses. Então, para que possamos fazer um relatório

completo, que realmente possa contemplar todas as áreas que decidimos trabalhar, em diversos assuntos da pauta. Então, a minha sugestão é apenas que possamos agilizar a escolha do próximo Presidente e dar continuidade aos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de informar à Senadora Patrícia que já foi feito o comunicado aos Líderes para que eles pudessem fazer a indicação. Isso está sendo objeto de acordo entre os diversos partidos, e estamos aguardando também a presença da Vice-Presidente, Senadora Roseana Sarney, que representa aqui um partido que tem um número expressivo de participantes na Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Seria até importante – se V. Ex^a me permite – que S. Ex^a pudesse ocupar, inclusive, a Presidência. Essa é uma sugestão até pelo trabalho que ela desenvolveu como Governadora.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Esse, naturalmente, é o desejo de todos os membros da Comissão, mas não depende apenas do nosso apoio; é preciso que os Líderes se pronunciem. Estaremos aguardando isso após essa audiência pública, que acredito seja importante para fechar o primeiro item do trabalho em relação à juventude.

Vamos colocar em votação a presença do professor Ibañez no dia 13 de agosto, e vamos tentar fazer essa audiência pública – se assim concordar a Subcomissão – em conjunto com a Comissão de Educação. Vamos solicitar ao Presidente da Comissão de Educação que façamos essa audiência conjunta. Quero sentir, nessa reunião, se as Sr^{as} e os Srs. Senadores que compõem esta Subcomissão concordam que façamos essa reunião conjunta.

(Pausa.)

Havendo em concordância, vamos colocar em votação a presença do professor Antonio Ibañez, no dia 13 de agosto, para tratar da reforma do ensino médio, reunião que faremos – se acordado com o Presidente da Comissão de Educação – no dia 13 de agosto.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Gostaria de dizer que foi com muita satisfação que assumi a Comissão de Assuntos Sociais, e é nosso pensamento dar toda cobertura à Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude para que ela possa, realmente, desenvolver um

trabalho efetivo e ter seu espaço no Senado da República e na televisão – como havíamos acordado com o Presidente desta Casa – e para que ela também possa ter oportunidade de viajar pelos Estados apresentando as suas propostas e abrindo o debate em relação a esse tema em todos os Estados da Federação.

É pensamento nosso termos aqui uma consultoria na área da infância e da juventude, para que possamos oferecer todo o apoio, como Comissão de Assuntos Sociais, à Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. Boa tarde.

(Levanta-se a reunião às 18h58min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS **PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS
PORTADORAS DE NECESSIDADES
ESPECIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA
EM 07 DE MAIO DE 2003,
QUARTA-FEIRA ÀS 09:30 HORAS.

Às dez horas e dois minutos do dia sete de maio de dois mil e três, na Sala 07, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **EURÍPEDES CAMARGO**, reúne-se a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com a presença dos Senadores **FLÁVIO ARNS**, **JONAS PINHEIRO**, **EDUARDO AZEREDO**, **MOZARILDO CAVALCANTI**. O Senador **NEY SUASSUNA** justifica ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O Senador Eurípedes Camargo esclarece que a chapa formada para presidi-la é composta pelo Senador Flávio Arns, para Presidente e o Senador Jonas Pinheiro, para Vice. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Eduardo Azeredo para servir como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Flávio Arns, por 5 votos favoráveis; para Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro, por 5 votos favoráveis. São declarados eleitos o Senador Flávio Arns e o Senador Jonas Pinheiro, Presidente e Vice-Presi-

dente, respectivamente. O Senador Eurípedes Camargo convida o Presidente eleito para assumir a presidência da Subcomissão. O Senador Flávio Arns agradece a honra com que foi distinguida pelos seus pares para presidir tão importante Subcomissão, e expõe sobre a importância dos trabalhos desta. O Presidente Flávio Arns designa o Senhor Senador Eduardo Azeredo, para relatoria geral e passa a palavra para a mesmo proferir seu primeiro pronunciamento à frente da relatoria geral da Subcomissão. O Senhor Relator agradece a indicação e expõe a importância da Subcomissão e da função de relator da mesma. Fazem o uso da palavra os senhores Senadores Jonas Pinheiro, Eurípedes Camargo e Mozarildo Cavalcanti, todos eles expõem sobre a importância dos trabalhos dessa subcomissão e a necessidade de atenção para a situação da saúde no país. O Senador Flávio Arns apresenta requerimento de audiência pública com a presença do Professor Adilson Ventura do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Discutem o requerimento os senhores Senadores Jonas Pinheiro, Eurípedes Camargo, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Azeredo e Flávio Arns. Em votação o requerimento é aprovado. O Senador Flávio Arns, com a anuência do plenário, concede a palavra para o Senhor Sueid Miranda, Diretor Administrativo do Instituto Cultural e Profissionalizante das Pessoas Portadoras de Deficiência do Distrito Federal. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery** presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Eurípedes Camargo**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da referida Subcomissão.

Até o presente momento, foi registrada a seguinte chapa: Presidente, Senador Flávio Arns; Vice-Presidente, Senador Jonas Pinheiro.

Sobre a mesa, encontram-se as cédulas eleitorais.

Convido o Senador Flávio Arns para votar.

(Pausa.)

Senador Jonas Pinheiro.

(Pausa.)

Senador Eduardo Azeredo.

(Pausa.)

Senador Mozarildo Cavalcanti.

(Pausa.)

Senador Eurípedes Camargo.

(Pausa.)

Encerrada a votação, convido o Senador Eduardo Azeredo para contribuir na verificação do escrutínio.

(Pausa.)

Encerrada a apuração, foram escrutinados 5 votos. Portanto, por unanimidade, foi eleita a chapa que propunha o Senador Flávio Arns para Presidente e o Senador Jonas Pinheiro para Vice-Presidente da Subcomissão.

Convido-os a assumir a mesa, para coordenar os trabalhos desta reunião.

Convido o Senador Flávio Arns e o Senador Jonas Pinheiro a assumirem a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Em primeiro lugar, quero agradecer aos companheiros Senadores Mozarildo Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo e Eurípedes Camargo pela votação, pela confiança, e dizer que considero esta Subcomissão extremamente importante, envolve as necessidades de 10% da população, que é uma estimativa aceita mundialmente, como o número de pessoas que apresentam algum tipo de necessidade especial. Isso significa, no Brasil, 17 milhões de brasileiros que apresentam algum tipo de deficiência – visual, auditiva, física, mental, autismo, distúrbios de comportamento, etc. Se pensarmos que cada uma dessas pessoas está inserida num grupo familiar de quatro pessoas, contando o pai, a mãe, um irmão e a própria pessoa – 17 milhões multiplicados por 4 –, veremos que praticamente 70 milhões de brasileiros têm uma pessoa com necessidade especial na própria casa. E os desafios são muito grandes. Tem havido uma repercussão muito grande, muito positiva no Brasil, em termos da instalação desta Comissão. Os desafios são grandes no sentido de construção da cidadania, problemas, dificuldades, desafios a serem enfrentados na área da saúde, da educação, da assistência, do trabalho, do esporte, da cultura. Portanto, nesse sentido, eu diria que esta Subcomissão – ainda com a participação do Senador Garibaldi Alves Filho e também do Senador Ney Suassuna, que justificou a sua au-

sência em função de viagem ao exterior – tem um trabalho grande, importante, e com uma expectativa em relação à sociedade também bastante intensa. Espero que possamos, daqui a seis meses, conforme proposta da Comissão de Assuntos Sociais, apresentar à sociedade bons resultados, porque o objetivo desta Subcomissão é trabalhar durante seis meses, podendo o prazo, conforme já decidido pela Comissão de Assuntos Sociais, ser prorrogado. Assim, é um grande desafio que deve ser enfrentado por esta Subcomissão.

Como também prevê o Regimento, como Presidente eleito da Subcomissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, nos termos do art. 89, III, combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno do Senado Federal, tenho o prazer de indicar o Senador Eduardo Azeredo para relator-geral desta Subcomissão. Já havíamos discutido, e o Senador Eduardo Azeredo também é um dos propositores para a formação desta Subcomissão.

Gostaria de esclarecer, de acordo com as normativas do Regimento, que a relatoria-geral tem, como um dos objetivos, fazer o acompanhamento dos trabalhos que serão analisados por essa Subcomissão, porque, como já disse, a Subcomissão tem um prazo determinado para funcionamento. Findo esse prazo, caberá, então, ao colega, Senador Eduardo Azeredo, relator-geral, fazer um relatório de todos os trabalhos. Porém, as matérias que serão apreciadas por esta Subcomissão poderão, no decorrer dos trabalhos, também ter outros Senadores como relatores. Mas, ao final, o Senador Eduardo Azeredo também terá o desafio de fazer o relatório geral. Então, gostaríamos, em primeiro lugar, de ouvir a opinião do Senador Jonas Pinheiro, eleito Vice-Presidente desta Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, é muito conhecido seu trabalho pelo Brasil afora. Fomos Deputados durante muito tempo, e sei que a sua presença no Câmara dos Deputados o consagrou como o Líder nesta área do trabalho com as APAEs, os deficientes de todos os lados.

O que vamos fazer aqui é seguir a sua orientação. V. Ex^a será, por certo, o nosso líder, a linha de ação traçada por esta Subcomissão, que, evidentemente, vamos ter de respeitar. Vamos trabalhar! É uma Subcomissão temporária e vamos dar sugestão ao Brasil, ao Governo brasileiro e à sociedade, mostrando o que queremos com os nossos portadores de deficiência. Por isso, como Vice-Presidente, estou à sua inteira disposição e à disposição desta Subco-

missão. Como Vice-Presidente e eventual Presidente na sua ausência, saliento que espero que V. Ex^a nunca esteja ausente. Vamos trabalhar no anonimato junto com o nosso Relator, uma figura extraordinária da política brasileira, da boa escola mineira e é em face disso que teremos um bom resultado. É nesse campo que o Brasil está precisando de mais trabalho. E vamos exatamente trabalhar para quem mais precisa de nós. É essa a função desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Exatamente. Agradeço as palavras do Senador Jonas Pinheiro, inclusive dizendo muito claramente que a construção da cidadania de todos, neste caso, da pessoa deficiente, é uma questão suprapartidária. Por isso, creio que todos os Partidos políticos têm todo o interesse também nesta área. Espero que possamos realmente desenvolver um bom trabalho até o final desta Subcomissão.

O Relator-Geral, Senador Eduardo Azeredo, é uma pessoa extremamente ligada à área da pessoa portadora de deficiência e tem tido interesse permanente em todos os trabalhos, acompanhando tudo o que acontece aqui, no Senado, neste setor. Como Governador de Minas Gerais, teve atuação decisiva a favor da cidadania de todos, mas, particularmente, como disse também, no nosso caso, a favor do deficiente. Então, é com alegria que o tenho como Relator-Geral e como amigo.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) –

Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Agradeço-lhe as palavras. Este é realmente o compromisso de todos os brasileiros: ter os direitos do cidadão respeitados e valorizados, especialmente das pessoas portadoras de deficiência.

Cumprimento-o pela sua eleição para Presidente da Comissão. Sem dúvida, V. Ex^a é um líder de todo o setor, em nível de Brasil. O Vice-Presidente, o Senador Jonas Pinheiro, já tem toda uma história de trabalhos em relação ao País, especialmente na área rural, o que é significativo, porque muitos dos problemas das pessoas portadoras de deficiência estão vinculados a pessoas que moram na zona rural, o que é mais grave ainda, porque não há atendimento adequado. Em muitos momentos, essas pessoas ficam realmente – diria – quase confinadas nas pequenas propriedades rurais. Nas cidades maiores, evidentemente, já há hoje melhor progresso de atendimento às pessoas portadoras de deficiência.

Além de agradecer a confiança depositada em mim para ser Relator-Geral desta Subcomissão, saliento dois pontos: primeiro, que houvesse a designa-

ção de alguns Suplentes para a Subcomissão para que haja o efetivo funcionamento. Não sei se já estão definidos. Então, se pudéssemos, pelo menos, saber o nome dos...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – A assessoria me informa que ainda não estão definidos, mas isso é perfeitamente possível.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Vamos cobrar das Lideranças essa indicação, tendo em vista a intensidade dos trabalhos no Senado Federal e o número de Comissões, para poder garantir sempre o quórum.

O segundo ponto seria no sentido de levantarmos os projetos que estão em andamento aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, para podermos fazer, digamos, uma análise preliminar para focarmos em alguns dos projetos, para que pudéssemos pela Comissão adotá-los, para poder dar uma maior agilidade no andamento desses projetos que tiverem um encaminhamento mais adequado, mais propício.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Até quero indagar de V. Ex.^a e do Senador Jonas Pinheiro se têm alguma sugestão em relação à regularidade dos trabalhos, dos encontros desta Subcomissão, se poderíamos, por exemplo, nos reunir às quartas-feiras, um pouco antes da Comissão, para irmos avaliando o desenrolar dos trabalhos. Ou poderia ser a cada semana...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Senador Jonas Pinheiro está lembrando a possibilidade de ser numa quinta-feira. Às dez horas tenho que comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Mas pode ser às nove e meia. Para mim está bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Ou quarta ou quinta-feira. Se fosse quarta-feira, às nove e meia...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não sei se fixaríamos rotineiramente ou se faríamos reuniões de quinze em quinze dias...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Exato. Como primeira sugestão, então, acatamos a sugestão do Senador Eduardo Azeredo de se fazer um levantamento da legislação relativa à pessoa portadora de deficiência que está em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para que ela possa ser objeto de apreciação por esta Subcomissão também. Sem dúvida alguma.

Quero passar a palavra ao Senador Eurípedes Camargo, do PT do Distrito Federal, uma pessoa extremamente ligada a todas as entidades que prestam

atendimento ao portador de deficiência no Distrito Federal.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero agradecer a oportunidade de ter presidido a eleição para a escolha da direção desta Subcomissão, não só pelo fato em si, mas também pela importância que tem esta Comissão, que resgata, na consolidação dos direitos do ser humano, como seu direito integral, as garantias sociais e pela oportunidade que ela dá a todo cidadão. Esta Comissão tem essa função e esse compromisso, que resgata dívidas anteriores, colocando em patamar de igualdade todos os brasileiros. Esta é a nossa missão. E acredito que, pela composição desta Comissão, teremos toda a garantia de que o trabalho será feito com essa magnitude, como exige o momento. Sinto-me realizado, como parte desta Comissão, nesta Subcomissão, por saber que atingiremos nossos objetivos com essa composição. Portanto, tentarei também, como membro da Comissão, ser um dos mais assíduos nesse processo, além das outras tarefas que temos de desempenhar, e priorizaremos esta Subcomissão pela importância e relevância que ela tem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Muito bom. Poderá ser desenvolvido um belo trabalho.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, quero falar da minha satisfação, como médico, em participar desta Comissão, mais ainda tendo em conta a qualidade do Presidente, do Vice-Presidente, do Relator e também do companheiro Senador Eurípedes Camargo. Realmente, isso vai nos servir como mais um aprendizado nessa tarefa de dar a essas pessoas que têm essas deficiências especiais um trabalho mais coordenado. Como V. Ex.^a bem frisou, levantar toda a legislação que está pendente na Câmara ou no Senado, ou mesmo a legislação em vigor, e procurar aprimorá-la de maneira que efetivamente possamos, ao final dos nossos trabalhos, trazer um resultado altamente positivo para minorar e ajudar bastante essas pessoas.

Quero me colocar inteiramente à disposição para trabalharmos juntos e procurarmos alcançar essas metas que, de fato, são ousadas e difíceis, apesar do avanço que a sociedade teve no que tange a contemplar pessoas que apresentam deficiências. Ainda há muito a vencer em termos de preconceitos, barreiras que, na verdade, deveriam ter sido vencidas há muito tempo.

Muito obrigado pela oportunidade e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço e enalteço as palavras do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sem dúvida alguma, a área da saúde e todas as áreas são importantes, e a contribuição de V. Ex.^a em todas as áreas, particularmente em função de sua formação profissional, será essencial.

Também importante a lembrança do Senador Eduardo Azeredo em relação à área rural. Sem dúvida, um dos grandes desafios é o atendimento das pessoas em regiões geograficamente isoladas, que ficam naturalmente mais marginalizadas.

Além da sugestão que fez o Senador Eduardo Azeredo de verificarmos a legislação em tramitação e a legislação existente, conforme sugestão do Senador Mozarildo Cavalcanti, haveria mais alguma sugestão que pudesse ser feita para os trabalhos?

Com a palavra, o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, o nosso trabalho será composto pela área de legislação, mas devemos também trabalhar na parte orçamentária. O Orçamento começa com a LDO, que está tramitando na Comissão de orçamento da Casa. Devemos verificar na LDO se há espaço para trabalharmos no Orçamento da União, com recursos por orientação do resultado desta Comissão.

No ano passado e no ano retrasado, queríamos colocar um recurso especificamente para os deficientes na Comissão de Assuntos Sociais e tivemos dificuldades, pois aquela comissão tem direito a cinco emendas de comissão.

Estou falando isso porque, talvez com o trabalho desta subcomissão, possamos amarrar a possibilidade de a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal estabelecer, por meio desta subcomissão, que uma das cinco emendas fosse dada para a área do deficiente físico. Mas é preciso que tenhamos espaço não somente na LDO, assim como em que Ministério, em que órgão vamos colocar.

Poderíamos, em função do resultado do relatório do Senador Eduardo Azeredo, ter algo definitivo. Isso quer dizer que é uma grande conquista deixar registrado que se discutem outras quatro emendas e que uma seria para o deficiente físico.

Acho que iremos encontrar o bom senso da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – A sugestão é, sem dúvida, extremamente importante.

Senador Eduardo Azeredo, tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, considero muito importante o que foi colocado pelo Senador Jonas Pinheiro, pois, se não houver recursos, tudo fica mais difícil. Mas, também nessa linha, quero dizer que amanhã terei uma audiência com o Ministro Cristovam Buarque, que estará aqui no Congresso.

Um dos pontos de discussão seria a questão da Secretaria Nacional de Educação Especial, que ainda não está definida. Pediria ao Senador Eurípedes Camargo para, se pudesse, acompanhar conosco essa questão.

O Governo ainda não preencheu essa Secretaria. Dessa forma, várias das políticas necessárias na área da educação especial permanecem, de alguma maneira, paralisadas. Portanto, o objetivo é o de que possamos obter, junto ao Ministro Cristovam Buarque, uma definição, o mais rápido possível, na Secretaria.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Já existe horário definido?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – S. Ex.^a comparecerá às 16 horas e 50 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Amanhã, às 16 horas e 50 minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Na Comissão?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não. S. Ex.^a comparecerá ao Congresso Nacional, a uma audiência. E este é um dos assuntos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É bom, Sr. Presidente, tratarmos disso, acompanhando a iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Exato. Inclusive, pode ser mencionado para o Ministro que o assunto do preenchimento do cargo de Secretário Nacional de Educação Especial do MEC foi objeto de discussão nesta Subcomissão e que todos consideramos importante o preenchimento do cargo com uma pessoa, sem dúvida, que tenha compromisso e conhecimento e que possa alavancar as grandes modificações necessárias.

Ressaltamos também a presença do Senador Garibaldi Alves Filho, companheiro do PMDB, que também faz parte da Subcomissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

Na seqüência, além das sugestões com relação à LDO, ao Orçamento e ao Plano Plurianual, gostaria de enfatizar a necessidade de acompanharmos a pró-

pria elaboração do Orçamento pelo Poder Executivo, a fim de que, quando esse orçamento vier ao Congresso Nacional para apreciação, no segundo semestre deste ano, o Poder Executivo já tenha previsto, nos vários Ministérios, as necessidades da pessoa com deficiência, para que ainda possamos acrescentar, na Comissão de Assuntos Sociais, uma emenda específica para a área.

Não podemos nos esquecer de que esse acompanhamento talvez possa contribuir para que os diversos órgãos do Poder Executivo se lembrem das necessidades dessas pessoas.

Está reunido em Brasília, nos dias de ontem e de hoje, o Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Do Conade participam federações nacionais da área: Federação Nacional das Apaes, Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, União Brasileira de Cegos, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, os Altistas, a Febiex – Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais, Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; ou seja, todas as áreas estão representadas no Conade. Portanto, gostaria que o Conade também fizesse sugestões à Subcomissão com relação aos ministérios na área da saúde, da educação, da assistência e do trabalho, e as necessidades que devem ser enfrentadas a fim de subsidiar a programação da Subcomissão. Se não houver objeção, poderíamos também ouvir sugestões do Conade com relação ao Orçamento e à legislação em vigor.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, dialogava com o Relator, e creio que o Conade poderia ser uma das primeiras instituições que convidaríamos para tratar do assunto na Subcomissão. Esse seria o ponto de partida para nosso trabalho. Ali devem estar enfeitados todos os problemas e as soluções possíveis para nossos deficientes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Exato. Portanto, se todos concordam, em discussão o convite ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência para uma audiência pública junto a esta Subcomissão.

Está em discussão.

Todos aprovam?

(Pausa.)

Aprovado.

Eu gostaria de destacar a presença do Sr. Suedi Miranda, Diretor Administrativo do Instituto Cultural e Profissionalizante de Pessoas Portadoras de Deficiência do Distrito Federal, a quem agradecemos a

presença. Pelo que se mencionou, V. S^a gostaria de falar brevemente com a Subcomissão.

Assim, concedo a palavra ao Sr. Suedi Miranda.

O SR. SUEDE MIRANDA – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a criação desta Subcomissão – este é um acontecimento importante –, para que se faça exatamente a reformulação de toda a legislação que vai ao encontro das pessoas portadoras de deficiência no Brasil. Este é um dos países que têm mais leis benéficas aos deficientes, mas precisamos tirá-las do papel e colocá-las em prática.

Eu gostaria de fazer uma sugestão à Subcomissão. A Medida Provisória nº 94, de 2002, que foi aprovada recentemente na Câmara Federal, trata da isenção do IPI na compra de automóveis por pessoas portadoras de deficiência. Essa medida provisória, que está aguardando sua inclusão na Ordem do Dia no Senado para ser aprovada, é muito importante, porque é bastante abrangente. Anteriormente, apenas os condutores de veículos poderiam comprar um veículo adaptado, mas, hoje, o benefício foi estendido aos deficientes visuais e às pessoas com paralisia cerebral. Considero importante que essa matéria seja aprovada no Senado, para que essas pessoas tenham acesso a esse automóvel.

Peço também à Subcomissão que avalie a possibilidade de fazer a reformulação das Normas Brasileiras de Acessibilidade – NBR, porque hoje estas são cópias das normas de acessibilidade inglesas e não atendem às pessoas portadoras de deficiência no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Em relação às normas de acessibilidade, eu gostaria que V. S^a, como diretor administrativo, pudesse fazer um requerimento a esta Comissão explicando a situação. Esse assunto também será levado em conta nas próximas reuniões. V. S^a pode formalizar o pedido nesse sentido.

O SR. SUEDE MIRANDA – Nós o faremos, com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Esse assunto é de extrema importância. Existe uma discussão no Brasil inteiro de que a legislação, em geral, é suficiente, mas que falta, nessa área, o cumprimento da legislação existente, que é preciso transformá-la em realidade.

Gostaria de saber se existe mais alguém que gostaria de fazer uso da palavra. Há mais alguma sugestão a ser feita?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, essa medida provisória, já votada na Câmara, entrará na Ordem do Dia a qualquer momento, não trancará a pauta. Mas é bom sabermos quando essa matéria será votada. Minha esposa, que é Deputada Federal, acompanhou a tramitação dessa medida provisória na Câmara e acredita que já está de bom tamanho. Então, talvez não nos dê muito trabalho para aprová-la.

Antes o deficiente físico podia adquirir o seu carro sem IPI, desde que fosse motorista. Hoje, como disse o nosso representante, o deficiente físico, o deficiente visual ou o deficiente mental podem adquirir o carro e contratar motorista para conduzi-lo. São milhares de casos – conhecemos muitos deles – de pessoas que precisam de veículo para ir para o trabalho, para cumprir suas atividades diárias ou para o seu próprio lazer e não podem gozar desse benefício da Lei do Deficiente Físico, porque têm que possuir carteira, mas são incapazes de obtê-la. Agora, o deficiente poderá comprar um carro para que outros o dirijam.

É importante aprovarmos essa matéria rapidamente, para que esse benefício seja logo concedido aos deficientes físicos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, parece-me que havia ainda alguma dúvida sobre a medida provisória na Câmara, pois não estaria incluída toda a faixa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Precisamos ver o texto exato da medida provisória. Mas, como o Senador Jonas Pinheiro disse, essa medida provisória expande os benefícios para além do condutor. Até há pouco tempo, esse benefício era concedido apenas para o portador de deficiência condutor de veículo. Mas há no Brasil muitos portadores de deficiência física ou motora que não conseguem dirigir, mas que gostariam de ter o veículo também. Isso está previsto. Para os portadores de deficiência visual e deficiência mental, creio que ainda existem algumas dificuldades, mas, sem dúvida, essa medida provisória significa, conforme dito, um avanço muito importante nessa área.

Há mais alguma sugestão?

(Pausa.)

Então, vamos em frente com todas essas sugestões.

Quero mencionar novamente a felicidade por esta Subcomissão ter sido instalada e pelos trabalhos

terem sido iniciados. Espero que, daqui alguns meses, realmente possamos apresentar resultados práticos, concretos, transformando a legislação em realidade, e que a Subcomissão possa ser um canal importante de discussão com toda a sociedade – pais, portadores de deficiência, federações, organismos públicos –, para que possamos avançar na construção da cidadania.

Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10h42min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (extraordinária) DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 03 DE JUNHO DE 2003, TERÇA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS.

Às dezoito horas e vinte e cinco minutos, do dia três de junho de dois mil e três, na Sala de reuniões nº 02 – Ala Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS**, para a realização de Audiência Pública, reuniu-se a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com a presença dos Senadores **EURÍPEDES CAMARGO, GARIBALDI ALVES FILHO, JONAS PINHEIRO E EDUARDO AZEREDO**. Também estiveram presentes os Deputados Federais **LEONARDO MATTOS E EDUARDO BARBOSA**. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e propôs a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. Foi aprovado o aditamento ao requerimento nº 01 – CASESPEC/2003, de autoria do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS**, para realização de Audiência Pública com os seguintes membros: Senhora Ivana de Siqueira – Vice-Presidente do CONADE; em substituição ao Senhor Adilson Ventura – Presidente do CONADE; Senhora Lizair de Moraes Guarino – Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Dr. Antônio Carlos Sestaro – Representante da Federação da Síndrome de Down; Drª Lúcia Severo – Representante da Federação Na-

cional de Educação e Integração de Surdos; Senhora Izabel Maior – Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e Dr^a Regina Barata – Representante da Organização Nacional da Deficiência Física. Foi dado início à Audiência Pública com a finalidade de atender ao requerimento nº 01-CASESPEC/2003 e o aditamento ao requerimento nº 01 – CASESPEC/2003, de autorias do Senador Flávio Arns. Fizeram suas exposições os Senhores Ivana de Siqueira, Lizair de Moraes Guarino, Antônio Carlos Sestaro, Lúcia Severo, Regina Barata e Izabel Maior. Usaram da palavra, ainda, os Senhores Senadores **GARIBALDI ALVES FILHO, EDUARDO AZEREDO E JONAS PINHEIRO**. O Senhor Presidente agradeceu aos convidados e as entidades que dão suporte a busca pelos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, o Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Associação Brasileira de Autismo. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a reunião às vinte horas e oito minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião extraordinária da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2, de 2003, com o seguinte teor:

Em virtude de a audiência pública a realizar-se hoje, dia 3 de junho de 2003, às 18h, na sala nº 2, na Ala do Senador Nilo Coelho, no âmbito da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da Comissão de Assuntos Sociais, requeiro, na qualidade de Presidente da referida Subcomissão e nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, do Senado Federal, que sejam consideradas para a composição da Mesa os seguintes membros do Conade [que passo a nominar e já a con-

vidar para tomarem assento à mesa]: Sr^a Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade, em substituição ao Sr. Adilson Ventura, Presidente do Conade; Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Dr. Antonio Carlos Sestaro, representante da Federação Nacional da Síndrome de Down.

Após ter chamado essas três pessoas, mencionarei as demais que depois, na seqüência, serão também chamadas para tomarem assento à mesa: Dr^a Lúcia Severo, que será chamada na seqüência, representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Sr^a Isabel Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e Dr^a Regina Barata, representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública, aprovada pelo Requerimento nº 1, e também agora pelo Requerimento nº 2, de 2003, de minha autoria, destinada a expor a situação das pessoas portadoras de necessidades especiais no País e os seus maiores desafios.

Quero lembrar a todos os presentes, e já enaltecendo a presença de todos para o debate de um tema tão importante, os desafios enfrentados pela pessoa portadora de deficiência, que esta é a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que tem uma abrangência bastante grande. Na Comissão de Assuntos Sociais são debatidos os temas da saúde, da assistência, da previdência, do trabalho, do meio ambiente, temas fundamentais para todos os aspectos relacionados a todos cidadãos em nosso País, inclusive as pessoas portadoras de deficiência.

Nesta Comissão de Assuntos Sociais foram criadas quatro subcomissões temporárias, com prazo de duração de seis meses, podendo esse prazo ser prorrogado. Uma das subcomissões se relaciona ao idoso; a segunda se relaciona à criança, ao adolescente e ao jovem; a terceira se relaciona à saúde; e a quarta comissão se relaciona à pessoa portadora de necessidades especiais. Muitos perguntam quais são os objetivos desta Subcomissão. Eles estão bastante relacionados ao debate que será realizado hoje nesta audiência pública. Logo na primeira reunião, foi aprovado o Requerimento nº 1, completado com o Requerimento nº 2, lido no dia de hoje, para que o Conade, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, viesse a esta Subcomissão e expusesse, por intermédio das pessoas que nomeei há pouco, os desafios enfrentados para que o Poder Le-

gislativo, por meio do Senado, possa contribuir para o encaminhamento dessas grandes questões.

Isso enriquece a discussão em qualquer parte do mundo. Recentemente, participei de uma reunião na Europa, vinculada à questão do esporte para a pessoa portadora de deficiência, e, quando mencionei que no Senado do Brasil havia uma subcomissão específica para tratar dos assuntos da pessoa com deficiência, todos os outros países alegaram que esse seria o ideal a ser conquistado também naqueles países, ou seja, terem o privilégio, a honra, a possibilidade de discutir as necessidades da área dentro do Congresso Nacional. Então, isso é de uma riqueza extraordinária, que quero ressaltar novamente.

Estão presentes os Deputados Leonardo Mattos, que está aqui na frente, e Eduardo Barbosa, que enriquecem muito esta audiência pública. S. Ex^{as} terão que sair para votar uma medida provisória na Câmara dos Deputados, mas, se possível, voltarão para esta audiência pública. Na Comissão de Direitos Humanos da Câmara também existe uma Subcomissão – permanente, no caso – para tratar dos assuntos da pessoa portadora de deficiência, que tem como Presidente o Deputado Leonardo Matos e, como Relator, o Deputado Eduardo Barbosa. Portanto, tanto na Câmara quanto no Senado, temos Comissões específicas para esta discussão, o que é muito importante para o entrosamento dos trabalhos entre a Câmara e o Senado, como dificuldades na legislação ou votações.

Ressalto que, dentro do Senado, a Subcomissão é composta de sete Senadores. Há, também, uma outra Comissão em funcionamento neste momento, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, mas todos os Senadores presentes na primeira reunião estarão presentes nesta segunda reunião da Subcomissão. Estão aqui os Senadores Garibaldi Alves Filho e Eurípedes Camargo, do Distrito Federal. Também já está a caminho o Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão.

Na nossa primeira reunião – para fazer um retrospecto para todos os membros do Conade, da comunidade, das entidades aqui presentes e para os Srs. Deputados –, o primeiro pedido dos Senadores foi ouvir o Conade. Isso é muito significativo, porque lá estão todos os movimentos voltados ao portador de deficiência, bem como os órgãos governamentais, já que é um conselho composto de forma igualitária pelo Governo e pela sociedade organizada.

Este é o primeiro momento e, a partir daí, outros passos serão dados para o encaminhamento adequado dos desafios. Então, agradecemos a presença e a participação de todos no decorrer dos trabalhos.

Quero lembrar que a estrutura do Senado é um pouco diferente da que existe na Câmara. Existe uma outra Comissão, da qual eu também faço parte, a Comissão de Educação, que não está incluída na área de assuntos sociais. Educação, cultura, esporte fazem parte da outra Comissão. Então, há duas Comissões aqui do Senado Federal que estão vinculadas à questão dos direitos sociais.

O tema sugerido para esta audiência pública é “O Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência) e as Questões da Pessoa Portadora de Deficiência no Governo e no Congresso Nacional”. Os convidados para esta audiência pública são as pessoas já mencionadas anteriormente. De acordo com o art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, convido as pessoas mencionadas a fazerem uso da palavra, chamando, em primeiro lugar, A SRA. Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade, que hoje está substituindo o companheiro e amigo Adilson Ventura.

A SRA. IVANA DE SIQUEIRA – Boa noite a todos. Em primeiro lugar, queria agradecer o convite, a oportunidade de o Conade estar participando da audiência pública desta Subcomissão e justificar a ausência do nosso Presidente, que, por motivos de saúde, não pôde estar aqui. Em seu nome, agradeço o convite e afirmo que é uma honra muito grande poder participar dos trabalhos desta Subcomissão e, mais ainda, desta Casa. Não adianta discutirmos no Conade se não houver uma integração muito próxima com o Legislativo, tanto com o Senado como com a Câmara. Para nós, foi importantíssima a criação dessas Subcomissões específicas tanto na Câmara quanto no Senado.

Em nome do Conade, deixo aqui a sugestão de que poderíamos contribuir com esta Casa nas discussões e nos encaminhamentos de sugestões e apreciações de projetos de lei relativos aos problemas dos portadores de deficiência física que sejam apresentados na Casa. Temos, no Conselho, como será apresentado pela Conselheira Lizair Guarino, a representatividade de várias áreas de portadores de deficiência, as quais consideramos importante serem ouvidas para que possam encaminhar as suas necessidades à questão legislativa.

Mais uma vez, muito obrigada pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Sr. Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade.

Antes de conceder a palavra ao próximo palestrante, gostaria de mencionar que a assessoria do Senador Eduardo Azeredo realizou um trabalho bas-

tante interessante de coletânea de todos os projetos de lei que estão em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, inclusive por sugestão da própria Comissão na primeira reunião. São estes três volumes que estão aqui sobre a mesa. Solicito, então, que a assessoria da Subcomissão, na seqüência, encaminhe um exemplar dos três volumes para cada um dos Senadores componentes da Subcomissão, e também para o Conade e para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Já sei, também, que o Conade tem um levantamento nesse sentido, e será inclusive interessante compatibilizarmos os trabalhos com esses levantamentos que existem tanto no Conad quanto no Congresso Nacional. Vamos afinar para dar um encaminhamento adequado à legislação referente à área. Foi um belo trabalho, também, no sentido de organização de toda a legislação em tramitação no Congresso Nacional, já dividida inclusive por áreas de atuação.

Com alegria, passo, em seguida, a palavra à Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi.

A SRA. LIZAIR DE MORAES GUARINO – Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Flávio Arns e todos os Senadores que compõem esta Subcomissão.

Para nós, isso aqui é uma alegria muito grande, pois encurta o nosso diálogo, encurta a nossa relação com o Senado. Relação das pessoas portadoras de deficiência que, às vezes, não podem ter voz junto ao Congresso. Parabenizo, também, o Eduardo e o Leonardo, porque acho muito importante todos estarmos perto de vocês, unidos, para que possamos caminhar com mais rapidez. Porque caminhar, nós temos caminhado, mas estamos caminhando devagar.

Embora tenha um roteiro em mãos, quero apenas traçar uma rápida história do Conade a V. Ex^{as}. O Conade surgiu exatamente da Corde, que foi uma Coordenação, formada por um grupo de 60 membros de organizações não-governamentais, criada em outubro de 1986 pelo então Presidente José Sarney, quando era Ministro da Educação o hoje Senador Marco Maciel. Eu gosto de falar sobre isso, porque, muitas vezes, as pessoas pensam que a Corde surgiu em 1981; mas outros não sabem bem. Então, gostaria de registrar que foi desse modo que surgiu a Corde, isso é bom para pontuar.

A Corde dispunha somente de um Conselho Consultivo. Então, julgamos que era muito pouco. Começamos a trabalhar para transformar esse Conselho Consultivo num Conselho Deliberativo. Em uma das reuniões a que compareci, justamente com a Re-

gina, que está aqui presente, solicitamos ao então Ministro José Gregori, que começássemos a trabalhar em cima do Conselho. E por que Conselho Deliberativo? Porque o Conselho é apenas consultivo e não poderíamos deliberar.

Por isso, agora vou falar um pouco sobre o roteiro, que tenho em mãos. O Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência é um Conselho Deliberativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligado à Presidência da República, previsto na Lei nº 7.853, de 1989, instituído pela Medida Provisória nº 1.799, de 1999, e pelo Decreto nº 3.298, de 1999. É um Conselho paritário formado por órgãos de Administração Direta do Governo e representantes da sociedade civil, que tem relevante função pública não remunerada, tendo como competência: propor, acompanhar, planejar e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, transporte, cultura, turismo, lazer, trabalho, política urbana, direitos humanos, justiça, esporte e outros relativos às pessoas portadoras de deficiências; e acompanhar, mediante relatório de gestão, o desempenho dos programas e projetos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e tem a responsabilidade de participar da elaboração e avaliar a execução das políticas públicas nesse sentido.

Na estrutura do nosso Conselho, só o Vice-Presidente era eleito pelos Conselheiros. Mas, a partir do ano passado, mudamos o Regimento. Então, tanto o Presidente como o Vice-Presidente passaram a ser eleitos pelos membros do Conselho, que é composto por 26 conselheiros, sendo que 13 representam a sociedade civil, e os demais, o Governo. Os da sociedade civil se reúnem no fórum e, por deficiência, elegem, dentro da sua área, seu representante.

O Conade se organiza em quatro comissões permanentes e em uma plenária, em que são tomadas as deliberações. As comissões se reúnem e, à tarde, as matérias são levadas à plenária.

São elas:

1. A Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos:

– Composta por várias pessoas muito importantes na área de legislação, inclusive o nosso representante da OAB, Alan Cortez, aqui presente, bem como pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público e por vários outros companheiros nossos.

– Analisa os projetos de lei que tentam incluir no cenário jurídico o direito das pes-

soas portadoras de deficiências, sem, no entanto, atentar para os direitos fundamentais, assegurados na Constituição Federal e nas leis vigentes, e também ouvir as reais necessidades das pessoas portadoras de deficiências por meio de movimentos sociais. Por exemplo, havia um PL que estabelecia quotas para crianças em creches. Não podemos estabelecer quotas para creches, porque isso já existe na Constituição e seria considerado até uma discriminação. Tivemos que relatar isso, e a Comissão de Atos Normativos enviou uma comunicação.

– Atende às denúncias recebidas dos diferentes Estados do Brasil contra a violação dos direitos das pessoas portadoras de deficiências. Por exemplo, não era reconhecida a assinatura de um cego no cartório. A Comissão de Atos Normativos fez contato com todos os Ministérios para resolver esse problema, que era uma discriminação contra os cegos.

2. A Comissão de Políticas Públicas, da qual sou coordenadora:

– Acompanha o planejamento e a execução do Orçamento – isso é um problema, não é Senador Flávio? O Senador Flávio diz que o lugar do deficiente é no Orçamento – e das políticas públicas no que diz respeito às pessoas portadoras de deficiências. Exemplo: indicação de representantes do Conade para discutir o PPA em nível estadual e federal. Agora, por exemplo, chamaram-nos para discutir o PPA no Ministério da Educação e mandamos um representante nosso.

– Elabora proposições aos diversos Ministérios para o encaminhamento de políticas e programas. Isso fizemos no ano passado, no Ministério da Saúde. Todas as portarias que pedimos foram assinadas pelo Ministério da Saúde. Foi proposição do Conade.

– Manifesta-se contra medida do Governo que contrarie o direito das pessoas portadoras de deficiência.

– Atende às denúncias advindas de pessoas portadoras de deficiência contra a violação dos seus direitos por Estados e Municípios. Exemplos: assegurar capacitação de servidores públicos para o atendimento das pessoas portadoras de deficiência, ensiná-las a linguagem de sinais etc.

– Assegura que, na formação de profissionais, as questões da pessoa portadora de deficiência também sejam consideradas dentro do serviço público.

3. A Comissão de Comunicação Social.

– Divulgar as ações do Conade dando visibilidade não só ao Conade, como também ao segmento das pessoas portadoras de deficiência. No ano passado, fizemos uma grande divulgação na televisão, mostrando exatamente qual é a eficiência do portador de deficiência.

– Sensibilizar e informar a comunidade quanto aos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

– Mobilizar no sentido de garantir o acesso das pessoas portadoras de deficiência no processo eleitoral. Esse também foi um trabalho feito pelo Conade na época das eleições. O cego e a pessoa deficiente tinham dificuldades de votar. Houve um trabalho muito grande do Conade junto com a Corde.

– Atuar junto aos meios de comunicação para viabilizar legenda oculta nos programas de televisão e zelar pelo uso adequado da imagem de pessoas portadoras de deficiência nos meios de comunicação. Essa é uma dificuldade que vemos em algumas propagandas de televisão em relação ao PPD.

4. A Comissão de Articulação de Conselhos, que elaborou esta cartilha para orientação e implantação dos conselhos estaduais. Já existem seis deles, e estamos trabalhando para procurar aumentar o número desses conselhos estaduais dos PPDs.

Além disso, pretendemos realizar a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, prevista para os dias 3, 4 e 5 de dezembro deste ano. O Dr. Nilmário nos animou muito quanto a essa nossa proposta. Uma parte do orçamento está prevista pela Corde. Também esperamos que o Senado nos ajude a realizar essa conferência. Este é o Ano Europeu da Pessoa Deficiente. O próximo será o Ano Latino-Americano da Pessoa Deficiente. Nós queremos, como resultado da conferência deste ano, criar nossa Secretaria Especial das Pessoas Portadoras de Deficiência. Esse é o grande anseio dos portadores de deficiência.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço à Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, pela participação. Como ela mencionou, até para que o Brasil todo tenha conhecimento pela **TV Senado**, nesta audiência estão presentes os representantes dos seguintes órgãos e instituições: Ministério da Previdência e Assistência Social; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Associação Brasileira de Autismo; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Ministério do Esporte e Turismo; Ministério da Cultura; Ministério da Ciência e Tecnologia; Sociedade Brasileira dos Ostomizados; Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos; Central Única dos Trabalhadores; Ministério dos Transportes; Ministério da Justiça; Ministério da Comunicação; Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs; Confederação Nacional do Comércio; União Brasileira de Cegos; Ministério Público do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério Público Federal; Casa Civil da Presidência da República; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais, de Integração Social e de Defesa da Cidadania – Febiex; Ordem dos Advogados do Brasil; Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação; Secretaria Especial de Direitos Humanos, representada pela Dr^a Isabel, além de outras entidades do Distrito Federal e de outras regiões do Brasil que, sabendo desta audiência pública, estão participando.

Assim, este é um momento de muita representatividade.

Quero passar a palavra ao Dr. Antonio Carlos Sestaro, representante da Federação Brasileira de Síndrome de Down.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Ex^a e a Presidência desta Comissão por esse trabalho que se inicia de forma tão promissora. Felicito V. Ex^a por sua atuação e peço desculpas, porque hoje estou participando de três Comissões ao mesmo tempo: esta Comissão, a de Assuntos Econômicos e a de Segurança Pública. Aliás, se não detivermos a violência nos níveis em que ela está, certamente haverá maiores índices de deficiência física e mental.

Então, queria pedir permissão a V. Ex^a para eu participar também dessas outras Comissões. Voltarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – A Presidência agradece ao Senador Garibaldi Alves Filho, sempre presente, sempre atuante. Realmente, a dinâmica do Senado e da Câmara dos Deputados exige a presença dos Parlamentares em vários locais ao mesmo tempo. De qualquer forma, este é um momento importante para o portador de deficiência e para todo o Brasil, que acompanha esta audiência. V. Ex^a esteja à vontade, não é Senador? Passo a palavra ao Dr. Antonio Carlos Sestaro, que representa a Federação Nacional da Síndrome de Down.

O SR. ANTONIO CARLOS SESTARO – Boa noite a todos. Sr. Senador Flávio Arns, Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, reafirmando os agradecimentos já feitos anteriormente pelos membros do Conade à Mesa, creio ser este um momento histórico na luta dos movimentos das pessoas portadoras de deficiência ao vir a esta Casa Legislativa expor todas as nossas reivindicações e os nossos trabalhos, tendo o eco deste Congresso.

Na minha proposta de colocações do Conselho, é importante enumerarmos de quem estamos falando. Segundo dados do Censo IBGE-2000, há em nosso País cerca de 14,5% da população com algum tipo de deficiência ou limitação funcional. Isso representa, senhores, em média, 24,5 milhões de pessoas.

Ao pensar nesse número e nas pessoas que se envolvem com os portadores de deficiências, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito das terapias, nós estaremos falando, senhores, em 73 milhões de pessoas em nosso País. É um número que nos leva a refletir bem sobre o papel tanto das associações como dos nossos legisladores.

Existe, hoje, no Brasil, uma vasta legislação que dispõe sobre todos os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Podemos citar a Constituição Federal, a Lei nº 7.853, de 1989, a Lei nº 10.048, de 2000, o Decreto nº 3.289, de 1999, além de outras leis ordinárias que também garantem o direito das pessoas portadoras de deficiência. Porém, não podemos deixar de mencionar que, embora com toda essa legislação, há ainda, em alguns organismos do Governo, a ausência de setores que tratem especificamente dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, embora isso já conste em lei. É importante também ressaltar que todo esse ordenamento jurídico existente no País é fruto de movimento das organizações civis e que encontrou eco no legislador brasileiro.

Analisando isso em termos de políticas públicas, entendemos que atualmente as políticas estão sendo formuladas de forma desarticulada, com pouca ou nenhuma previsão orçamentária, em algumas vezes até ocorrendo superposições de ações efetivas. Essas políticas não refletem ainda as diferenças regionais e não têm a capilaridade necessária para o enfrentamento que a questão requer. Entendemos que as políticas devam ser feitas de forma articulada, integrada, de modo a assegurar à pessoa portadora de deficiência acesso integral a todos os direitos que lhes são garantidos por lei. Como exemplo, podemos citar a pessoa que não tem habilitação para o mercado de trabalho e isso causa uma deficiência no preenchimento das vagas, conforme a reserva de cota de lei.

Farei referência a algumas áreas: Saúde, Previdência e Educação.

Em relação às áreas da Saúde e Previdência, há uma verdadeira falta de definição dos papéis institucionais no aspecto da reabilitação integral. Entende-se ser de fundamental importância ainda que os planos de saúde assegurem o atendimento às pessoas portadoras de deficiência com especialistas, como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros.

Na área da Assistência Social, é importante que seja garantida a proposta orçamentária apresentada pelo Ministério da Assistência Social para os próximos quatro anos, no que diz respeito às ações voltadas para as pessoas portadoras de deficiência, a fim de atender à demanda e à correção de valores que estão defasados há oito anos.

Na área da Educação, é preciso haver uma política que promova a inclusão de todos os alunos na rede regular de ensino. O desafio é o acesso do portador de deficiência à rede regular de ensino em todos os Municípios brasileiros e a garantia de apoio e de recursos especializados, quando necessário, para que o aluno que deles necessite tenha acesso integral ao seu currículo.

Entendemos ainda ser de fundamental importância que se garantam atendimentos complementares, ou seja, a retaguarda na área de saúde pública e privada, para assegurar o acesso a essa aprendizagem anteriormente citada. É de fundamental importância também a capacitação de professores para atuar com os alunos portadores de deficiência.

No âmbito da Cultura, entendemos que as políticas institucionais devem viabilizar o acesso às bibliotecas dos que fazem uso da leitura em braille e dos portadores de baixa visão e acesso a todos patrimônios históricos e culturais de nosso País.

Na área do Trabalho, é fundamental a articulação com a educação, para que haja uma seqüência lógica. Com acesso à educação, haverá um futuro trabalhador para o mercado. É importante ainda que a fiscalização do cumprimento das cotas dos postos de trabalho esteja atrelada às adaptações do ambiente de trabalho. Há uma sensível falta de verbas para a qualificação de profissionais que atendem as pessoas portadoras de deficiência. É fundamental ainda que sejam previstos orçamentos para municiar os órgãos fiscalizadores no sentido de que tenham um papel nesse aspecto do trabalho.

Finalizando, é essencial que haja garantia nas contratações para os serviços públicos, mesmo que temporárias, com a reserva de vagas para as pessoas portadoras de deficiência até o percentual de 20%.

Agradeço a todos. Agradeço aos Senadores, por esta oportunidade de trazermos os nossos anseios e as nossas angústias. Este é um momento histórico, que vai ficar pautado no nosso Movimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Ivana, da Professora Lizair e do Sr. Antonio Carlos Sestaro. Se quiserem, podem se sentar junto aos demais representantes.

Chamo para fazer parte da Mesa A SRA. Lúcia Severo, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, e A SRA. Isabel Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Corde.

Sr^a Isabel, desculpe-nos pela barreira arquitetônica do Senado Federal, porque está numa cadeira de rodas e tem de ser auxiliada para poder fazer parte da Mesa. Já fizemos um debate amplo no Senado, e sei que a mesma discussão ocorreu na Câmara dos Deputados, para que os ambientes físicos das duas Casas do Congresso passem a ser totalmente acessíveis, sem barreiras arquitetônicas. Quando isso ocorrer, que sirva também como uma sinalização para todas as assembleias legislativas e câmaras de vereadores do Brasil para que adotem os mesmos procedimentos.

Convido também A SRA. Regina Barata, representante da Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos.

Lembro que alguns temas foram levantados pela Subcomissão na primeira reunião. O levantamento da legislação, que já mencionei, a realização desta audiência pública com o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, a dis-

cussão do Orçamento em todas as áreas, a discussão do Senado com o Executivo em relação ao Orçamento, e os pronunciamentos a respeito do assunto já apontam para a importância do tema. Além disso, a Subcomissão vai fazer um trabalho junto à Comissão de Assuntos Sociais para que elabore uma emenda ao Orçamento, no segundo semestre, que beneficie essa área da pessoa portadora de algum tipo de deficiência. São momentos importantes no Congresso a discussão da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, a discussão do Orçamento, no segundo semestre, e a discussão também do Plano Plurianual para os próximos quatro anos, nessa visão que se pretende integrada, como o Dr. Antônio Carlos Sestaro enfatizou na sua fala.

Concedo a palavra à Dr^a Lúcia Severo, representante da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos.

A SRA. LUCIA SEVERO – Boa noite, estou representando a Feneis e o Conade, na área da surdez. Gostaria de agradecer à Isabel por ter-me dado esta oportunidade.

Venho expressar a minha indignação porque recebi um e-mail que divulgava que uma pessoa que se dizia representante da comunidade surda teria vindo ao Senado e dito que, para a comunidade surda, não era necessária a legenda na **TV Senado**. O Senador José Sarney, por sua vez, arquivou o projeto de lei sem sequer consultar a posição do Conade ou mesmo da representante na área da surdez. Gostaria de saber quem é esse representante que responde por cerca de milhares de surdos espalhados pelo País.

Existe a língua dos sinais. Acreditamos no trabalho dos Senadores e esperamos uma solução. Pedimos que, quando houver uma solicitação, que haja um documento. Esse representante não pode falar por uma comunidade inteira.

Então, gostaria de agradecer. Foi um episódio muito triste, e faço um apelo para que a Subcomissão reveja esse projeto de lei e leve adiante a questão da legenda. É importante. Vivemos em democracia. Boa-noite e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Lúcia e posso dizer, em nome de todos os Senadores membros da Subcomissão, que vamos verificar, Senador Jonas Pinheiro, Senador Eurípedes Camargo, Senador Eduardo Azeredo, para ver o que aconteceu com o projeto.

O debate da inserção de legenda na programação da **TV Senado**, da língua brasileira de sinais, poderá ser feito com a comunidade surda, a **TV Senado** e a **TV**

Câmara, certamente, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, e buscar chegar a uma conclusão que contemple as expectativas e os anseios de todas os portadores da surdez. Tenho certeza absoluta de que não haverá dificuldade nesse sentido.

Desejo ressaltar que temos na Presidência do Senado o Senador José Sarney, homem solidária com a área. Conforme dito, foi exatamente durante o Governo de S. Ex^a que foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Deficiente – Corde.

Com alegria, informo a presença do Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão dos Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência, cujo trabalho, a coletânea, a legislação elaborada já mencionei. O Senador Eduardo Azeredo, bem como os demais membros, Senador Jonas Pinheiro, Senador Eurípedes Camargo são altamente interessados no tema relativo ao portador de deficiência.

Concedo a palavra à Dr^a Regina Barata, representante da Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos, também Deputado Estadual.

A SRA. REGINA BARATA – Boa noite. Mais uma vez, em nome do Conade, gostaríamos de agradecer este espaço, porque entendemos ser realmente necessária a existência de uma Subcomissão que possa nos ouvir.

Tomei até um susto quando conheci o volume, Senador Azeredo, de matéria legislação em tramitação nesta Casa, sem que tenhamos conhecimento do que se trata. Isso faz com que tenhamos que correr atrás do prejuízo e buscar, muitas vezes, remendar – como se diz no dito popular – algo que poderia ter sido uma grande contribuição do nosso movimento.

Hoje, porque participantes de movimento social de pessoas portadoras de deficiência, estamos presentes, não temos mais aquela visão do passado de mero objeto do direito. Hoje somos esse sujeito do direito, os representantes, tanto que a existência do Conade se dá pela organização da nossa entidade. Com o apoio de todas as entidades nacionais, conseguimos dar continuidade ao movimento nacional mais emergente: o movimento de portadores de deficiência, pois sabemos que, enquanto outros movimentos diminuíram suas reivindicações, estamos aqui, numa demonstração de que ainda não está bom.

A legislação vigente no País é fruto, conquista desses movimentos. O que está na Constituição Federal brasileira não está lá por acaso, foi fruto da mobilização de movimentos organizados que conseguiram estabelecer, pela primeira vez, na Constituição, os direitos da pessoa portadora de deficiência. Não

foi por acaso que isso aconteceu. Foi fruto dessa organização a existência de direitos fundamentais e básicos para as pessoas portadoras de deficiência estabelecidos na primeira Constituição. Com isso, estamos aqui, nesta oportunidade, para dizer aos Senadores que tudo isso aqui não nos intimida. No Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, temos todo o tempo necessário para analisar; estamos nos colocando à disposição dos senhores, porque é interesse nosso contribuir com esse debate.

Não desejamos hoje ser fruto apenas daquelas legislações que nos trouxeram muitas vezes prejuízos. Vivemos um novo momento, e um novo governo sempre nos traz a esperanças de que alcancemos êxito também no Senado Federal.

E essa Subcomissão, proposta por V. Ex^a, com certeza, é fruto de prática na vida política e também como membro do Conade. Os nossos pares no Conade terão o maior prazer em recebê-los, sejam quantos forem, para analisarmos o assunto e dizermos o que nos interessa ou não. Não é mais possível haver legislações que, ao invés de trazer o engrandecimento do nosso movimento, nos discrimina muito mais e nos segrega, muitas vezes deixando-nos nos guetos. Neste momento, esta Subcomissão permite demonstrar que nos representamos, que somos capazes. O que nos falta realmente é oportunidade.

Gostaríamos também de dizer ao Senador Paulo Paim, que tem a proposta de um Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, que esse estatuto precisa ter a cara da pessoa portadora de deficiência. A nossa contribuição, a nossa colaboração é a expressão do sentimento, do que pensamos e do que queremos. Quando isso não acontece, com certeza não reflete os nossos anseios.

Acredito que o Conade é um Conselho paritário, com legítima representação, bem como V. Ex^{as} que foram eleitos pela representação popular. Queremos contribuir a fim de que as legislações que saiam desta reunião possam realmente refletir os anseios das pessoas portadoras de deficiência.

Iríamos pedir o apoio de V. Ex^{as} quanto à isenção do IPI, mas, infelizmente, já houve a votação e aprovação da matéria na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado com uma emenda que ampliou um pouco mais nossos direitos, ante algumas propostas nossas, mas restringiu um ganho que era nosso há muito tempo. Não dá para dar dois passos à frente e retroagir um. Então, houve uma perda para as pessoas portadoras de deficiência física, aquelas que realmente dirigem os seus próprios carros, têm a sua

autonomia, a sua independência quanto à isenção do IPI. Ficamos tolhidos justamente por ter havido ressalvas quanto aos veículos automotores. Não sei se o Senado poderia ainda de alterar essa situação, pois acredito que o projeto sobre a isenção do IPI já esteja na mão do Presidente.

O fato é que houve restrição de nosso direito. Tínhamos a liberdade de escolher o carro mais conveniente para dirigir. Hoje, estaremos restritos a uma única concessionária, principalmente por conta da questão da frota verde. Então, isso vai nos deixar sem opção, sem escolha para exercer realmente esse direito de fazer com que a isenção do IPI seja um benefício real para nós.

Também gostaríamos de pedir ao Senado que garantisse a aplicação das verbas do Fundef na área da educação de alunos com deficiência. O projeto que trata dessa matéria já foi votado na Câmara Federal e é de suma importância para nós.

A Lizair disse que aprendeu com o Senador Arns que a maneira de sabermos que um governo se interessa por nós é quando vemos o retrato do Orçamento. Então, Senadores, vamos mostrar neste novo Orçamento e no Plano Plurianual que passamos a ser importantes para o País. Queremos ser contribuintes sociais e não o encargo que a sociedade pensa que somos. Muitas vezes, acham que só precisamos de benefícios de prestação continuada ou que queremos viver mendigando, esmolando. Não, o que queremos são oportunidades de participação direta nas ações que dizem respeito às nossas vidas, porque, com certeza, com igualdade de oportunidade, nós, pessoas portadoras de deficiências, estaremos sendo contribuintes deste País, e não aumentando o número de analfabetos, miseráveis e indigentes. Por isso, pedimos essa garantia.

Em todos os projetos de lei, devemos lembrar de contemplar as pessoas portadoras de deficiências. Somos diferentes por possuir uma deficiência física, sensorial ou mental, mas não podemos mais ser tratados com desigualdade, porque são as desigualdades sociais, políticas e econômicas que têm feito de nós esse encargo não só para a sociedade brasileira, mas também para os nossos familiares, amigos e vizinhos.

Neste novo milênio, queremos dizer que esta Subcomissão pode dar uma resposta a todos nós que estamos nesta militância, acreditando firmemente que vivemos um novo momento. Desde já, quero pedir o apoio geral e irrestrito para a nossa primeira conferência nacional a ser realizada em dezembro, porque somente com o orçamento de que a Corde dispõe não seremos capazes de mobilizar este Brasil in-

teiro, com tantas diferenças, para que façamos uma conferência nacional que seja representativa. Para isso, precisamos do apoio desta Casa, dos Senadores. Com certeza, essa primeira conferência nacional será um marco nas nossas vidas, porque mostrará o que somos capazes de fazer. A partir dela, o País verá de forma diferente as pessoas portadoras de deficiências, porque seremos olhadas não mais pelas nossas deficiências, mas sim pelas nossas aptidões. Cada um de nós tem uma aptidão, precisamos apenas de oportunidades para que possamos dar outra versão da pessoa portadora de deficiência neste novo milênio.

Como portadora de deficiência, sinto-me contemplada ao ver a atuação de V. Ex^a, no início do mandato, criando esta Subcomissão. Espero que ela não seja temporária, porque, depois desse, com certeza virão outros projetos e gostaríamos que todos eles chegassem ao Conade, a fim de que pudéssemos sobre eles opinar, e que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa pudesse respeitar nossas opiniões como representantes dos movimentos sociais. Para nós, seria de grande importância opinar sobre a legislação que irá reger o País. Acreditando nisso, tenho a convicção de que estaremos dando passos bem mais largos na construção de uma sociedade com justiça, com igualdade e com liberdade.

Obrigada, nobre Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Quero apenas ressaltar para todos os presentes e também para o Brasil que existe uma disposição muito grande desta Subcomissão no sentido de ajudar a resolver as dificuldades e abrir as perspectivas para a área. Quando pensamos no encaminhamento das soluções, sempre dizemos que a sociedade organizada é um instrumento muito forte para mudanças. Quando a sociedade organizada tem um canal de comunicação com o Senado Federal ou com a Câmara dos Deputados, o trabalho dela pode multiplicar-se. Então, houve a decisão dos Srs. Senadores Jonas Pinheiro, Eurípedes Camargo, Eduardo Azeredo, da minha própria pessoa e do nobre Senador Garibaldi Alves, que já saiu. Além desses Senadores, fazem parte da Comissão o Sr. Senador Ney Suassuna, do Estado da Paraíba, e o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima.

Passo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão.

O SR. RELATOR (Eduardo Azeredo) – Sr. Presidente, nobre Senador Flávio Arns, Srs. Senadores Jonas Pinheiro e Eurípedes Camargo, senhoras e se-

nhores, quero, primeiro, falar da minha satisfação em poder participar desta Subcomissão e ser o seu Relator. Temos de trabalhar de maneira muito objetiva. Esse calhamaço de projetos mostra que idéias existem, precisam apenas ser concentradas e organizadas no sentido de que tenhamos ações objetivas em relação às pessoas portadoras de deficiência.

Quanto ao projeto de isenção do IPI, quero apenas dizer que ele já está terminado. Foi aprovado aqui e na Câmara. Então, não há o que fazer em relação a ele. Na verdade, eu desconhecia que havia ficado alguma restrição. Neste momento, o que podemos fazer é começar do zero, isto é, fazer um novo projeto para corrigir essa falha ou, então, uma medida provisória do Governo. Quero também registrar que houve concordância e, realmente, um apoio muito efetivo da Secretaria de Direitos Humanos, quando nós estávamos discutindo com a equipe econômica do Governo a ampliação dos direitos para as pessoas portadoras de deficiência mental e para os autistas. Num primeiro momento, tais pessoas não foram incluídas na Câmara. Lá foram incluídos os portadores de deficiência visual e deficiência física e, aqui, nós conseguimos aperfeiçoar o projeto. A equipe econômica é sempre contra. Quando se trata de qualquer coisa que signifique gasto, ela age assim. Quando eu era Governador e alguém reclamava do meu Secretário da Fazenda, dizendo que ele era mal-humorado e estava sempre de cara fechada, eu dizia que Secretário da Fazenda tem de ser assim. Secretário da Fazenda simpático não é bom, porque ele tem a missão de controlar os gastos, e essa missão é realmente árdua. Mas, evidentemente, cabe aos outros Secretários, aos outros agentes políticos, a discussão e o convencimento das autoridades da área financeira de que a aplicação daquele recurso é válida.

Foi importante o apoio da Secretaria de Direitos Humanos para que a equipe econômica do Governo Federal concordasse com a inclusão dos deficientes mentais e dos autistas. Mas uma parte ficou pendente e nós temos de procurar agora um novo caminho.

Quero apenas trazer a minha palavra de cumprimentos ao Senador Flávio Arns, que, como todos os senhores sabem bem, é uma autoridade na questão do portador de deficiência e uma pessoa dedicada à causa. Já estamos com quatro meses de trabalho no Senado, de fevereiro até hoje, e sabemos que o Senador está sempre atento a todas as matérias que podem trazer alguma consequência para o portador de deficiência. Nós também estaremos sempre atentos no sentido de incluir a pessoa portadora de deficiência como beneficiária ou como interessada em qual-

quer assunto que estiver tramitando no Senado. Evidentemente, essa é a nossa disposição e a nossa obrigação.

Em relação aos projetos, o que quero dizer é que precisamos trabalhar muito e seria muito bom termos a colaboração do Conade e de todos os órgãos da sociedade civil para que nos ajudassem nesse processo, porque muitos projetos são repetitivos, alguns nem se justificam mais, e temos que ter agilidade. A minha formação sempre foi na área de menos conversa e mais ação. Penso que temos que trabalhar para vermos o que deve ser feito. Avalio que o projeto de isenção do IPI dos automóveis já é um saldo inicial positivo, com sua aprovação pela Câmara e pelo Senado, e vamos buscar agora buscar outros caminhos que são tão importantes e tão necessários.

Sinto que é um momento importante, existe sensibilidade aqui no Senado e na Câmara – estavam aqui dois Deputados de Minas Gerais, que é um Estado privilegiado, pois tem dois Deputados defensores dessa causa: Leonardo Mattos e Eduardo Barbosa – e devemos, portanto, nos somar aos demais Deputados e Senadores dos vários Estados para avançarmos bastante. É o que precisamos e o que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Passo a palavra, como última fala desta audiência pública, à Dr^a Isabel Maior, grande amiga, batalhadora da área, coordenadora da Corde – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que faz parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Com prazer, Dr^a Isabel, passo a palavra a V. S^a.

A SRA. ISABEL MAIOR – Obrigada, Senador Flávio Arns.

Boa noite a todos os Senadores presentes, aos colegas Conselheiros, aos colegas portadores de deficiência que aqui estão, demais senhoras e senhores, não sei se os senhores perceberam, mas temos um certo script entre nós, Conselheiros, que estamos aqui representando o Conade, com muita honra, nesta primeira audiência pública da Subcomissão Temporária de Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência.

A Regina parou num ponto e vou tentar seguir a partir dele. O outro assunto que abordarei depois é o PPA. Mas, voltando aos projetos de lei, lembro que desta Casa já saíram grandes ganhos para o grupo de pessoas portadoras de deficiência, a exemplo de um projeto de lei apresentado pela Senadora Benedita da Silva que transformou a libras em língua oficial

do nosso País. Essa foi uma grande conquista do Senado Federal.

Gostaríamos de nos reportar, neste momento, a um projeto de lei de autoria do Senador Romeu Tuma que diz respeito à regulamentação do cão-guia, algo de muita importância para a comunidade de pessoas cegas. Esse projeto já está aqui e poderia estar pronto para ser votado. O Conade tem a posição de apoiá-lo e solicita que ele seja aprovado com a maior urgência possível, porque interfere diretamente na vida dessas pessoas. A companheira Ethel, uma das primeiras pessoas a usar cão-guia no Brasil, tem que andar com um salvo-conduto para que possa ingressar em alguns ambientes em razão de estar com o cão-guia. Uma vez regulamentado o uso do cão-guia, as pessoas cegas não passarão mais por esse constrangimento da colega Ethel, que, apesar de ser uma figura pública no nosso País, ainda tem que se fazer acompanhar de um documento expedido por um juiz para que possa transitar livremente com o cão-guia, o Dino, que todos conhecemos e de que gostamos muito.

Há um outro projeto de lei que gostaríamos, ao contrário, que os Srs. Senadores pudessem, imediatamente, verificar. Como foi mencionado pela nossa Conselheira Lizair no início, trata-se de um projeto de lei de autoria da Senadora Maria do Carmo, Projeto de Lei nº 30, de 2002, aprovado agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e, no entanto, é um projeto de lei que estabelece cotas para a escola: 10% das vagas deverão ser garantidas às pessoas portadoras de deficiência, em todos os níveis; e 5%, nas escolas particulares.

Ora, senhores, todos sabemos que o ensino é universal. Então, nesse caso, a aplicação de cotas é contrária ao interesse da pessoa portadora de deficiência. Também nesse exemplo, pedimos, mais uma vez, urgência para que isso seja freado nesta Comissão. O Conade e a Corde já prepararam um documento, como órgão de Governo, contrário a essa medida.

Existe uma cota. Mas questionaríamos o seguinte: essa cota é benéfica para a pessoa portadora de deficiência? Sem dúvida nenhuma, quando se trata de equiparação de oportunidade para reduzir uma defasagem histórica, que é o caso do mercado de trabalho, do concurso público ou mesmo das próximas contratações temporárias previstas pelo Governo, num total de 5.209 vagas, que, no entanto, ~~deveriam~~ deveriam ser concursos públicos. Se fossem concursos públicos, estariam afetos à legislação nº 8.112/90, que determina que o limite de vagas seja de até 20%, e determinado pelo Decreto nº 3.298/99, esse mínimo tem que ser de 5%.

Portanto, no nosso entendimento – no consenso do Conade e da Corde –, em havendo contratos temporários pela área governamental, esse mínimo de 5% também há de ser garantido para as pessoas portadoras de deficiência, ou então estaremos, durante alguns anos, até que todos esses concursos públicos sejam efetuados, tendo um prejuízo muito grande para a categoria de pessoas com deficiência.

Esse é um exemplo em que a ação afirmativa – que é, na verdade, uma discriminação positiva – nos é favorável. O caso exemplificado anteriormente, ao contrário, trará com certeza um prejuízo muito grande, porque, se este Senado aprova uma legislação que diz que somente as escolas particulares que tenham mais de 200 alunos matriculados têm a obrigação de reservar 5% de vagas para pessoas portadoras de deficiência, imaginem as creches, a pré-escola. Nunca haverá vaga para uma criança com deficiência. Então, essa é uma solicitação.

Quero, ainda referir-me a um projeto extremamente importante que tramita nesta Casa, de autoria do Senador Paulo Paim, que é o Estatuto do Portador de Deficiência. Esse é um nome que não nos agrada, porque preferimos sempre ser lembrados como pessoas. Então, para nós, seria mais interessante alguma legislação que dissesse “pessoa portadora de deficiência” ou “pessoa com deficiência”.

Esse estatuto é tão importante que merece do Conade atenção redobrada, e é isso que estamos fazendo. Neste momento, consultando os rostos dos companheiros, posso dizer que o Conade dá todo o seu tempo, seu sangue e seu suor para poder participar da elaboração desse estatuto, não na forma como está. Acreditamos que pode ser muito mais avançado do que a proposta inicial apresentada, em bom tempo, pelo Senador Paulo Paim.

Esta Subcomissão, lamentavelmente, é temporária. Nosso desejo é que ela se torne permanente. Depois, poderíamos ver quais os mecanismos para podermos caminhar nesse sentido. Neste momento, a nossa preocupação está com alguns desses projetos que a Regina e eu acabamos de enumerar, em especial em relação ao estatuto.

Passando ao meu segundo ponto do script, cabe-me agora fazer alguns comentários em relação ao Plano Plurianual de 2004 a 2007. São quatro anos à nossa frente. Todos nós já aprendemos que não adianta pensar em uma transformação social, que é a inclusão das pessoas portadoras de deficiência na nossa sociedade, no curto prazo. Temos que ter noção que políticas públicas e políticas que mexem com o imaginário coletivo sobre a deficiência e sobre a

menos valia ou a mais valia da pessoa portadora de deficiência não de ter um planejamento, obviamente associado a um orçamento que dê vida à nossa política, que é a política nacional de integração da pessoa portadora de deficiência, definida por lei. Ela só se torna real, efetiva e, de fato, apóia e equipara as chances e as oportunidades na vida da pessoa portadora de deficiência se essa política for cumprida pelo Plano Plurianual.

O que tivemos? Recentemente, terminando o ano, em 2003, convivemos, pela primeira vez, com um programa multisetorial, o Programa 065, do PPA vigente. Esse programa reuniu as ações da Corde, as ações da antiga Secretaria de Estado de Assistência Social, inclusive o benefício de prestação continuada, e incluiu algumas das ações executadas pelo Ministério da Saúde em relação à pessoa portadora de deficiência. A nossa experiência com esse programa multisetorial foi positiva e negativa ao mesmo tempo. Positiva, porque começa a haver o que chamaríamos de um embrião de políticas integradas, de ações integradas, mas, ao mesmo tempo, ela não foi suficiente, porque talvez a sociedade não tenha percebido o valor de um programa de governo por meio do seu Plano Plurianual.

E o que pretendemos a partir dessa experiência que tivemos? Propor que, no próximo PPA, os senhores – que serão os últimos e, portanto, os mais importantes, porque é pelo Congresso Nacional que o PPA passará e será aprovado e, conseqüentemente, cada uma das leis orçamentárias anuais que lhe darão vida e sustentação – nos ajudem a aprovar a proposta que nós começamos a discutir na Corde e no Conade, que é a proposta de dois programas, programas esses multisetoriais, envolvendo não apenas três Ministérios, mas envolvendo as ações fundamentais de todos os Ministérios que têm a obrigação de fazer com que a pessoa portadora de deficiência passe a freqüentar o ciclo virtuoso do desenvolvimento do nosso País.

Se lembrarmos das diretrizes que norteiam o futuro PPA, que está em programação adiantada e já vai para as audiências nos Estados, já tendo começado na sexta-feira no Estado do Amazonas, com a participação da nossa comunidade de pessoas portadoras de deficiência, vamos lembrar que existe a primeira dimensão, que é a da inclusão social, e a última dimensão, que é a dimensão democrática. Nessa dimensão democrática, há uma menção explícita às pessoas com necessidade especiais, que é o nome correlato à pessoa portadora de deficiência na linguagem brasileira. No entanto, consideramos que não é apenas na questão da dimensão democrática do PPA

que a pessoa portadora de deficiência deve estar envolvida. Em especial, na primeira dimensão, da inclusão social, porque essa significa a inserção da pessoa portadora de deficiência, mais uma vez, dentro da sociedade, atuando como protagonista de sua vida, da vida de sua família, da vida de sua comunidade, dentro da escola, dentro do trabalho, em todas as ações econômicas, em todas as questões que digam respeito ao desenvolvimento do País. Significa uma pessoa portadora de deficiência produtiva, uma pessoa que, em vez de receber benefícios, passa a ser um contribuinte da Receita Federal e, portanto, uma pessoa que dá lucro.

Isso, todos os países já verificaram. Cada real investido na reabilitação integral da pessoa portadora de deficiência, que começa, se ela nasceu com deficiência, desde o seu primeiro momento de vida, ou, se ela se tornou deficiente, a partir daquele momento até a sua complementação, sendo um trabalhador, cada real investido significa dez reais. O retorno é dez vezes maior quando há um investimento na pessoa com deficiência.

No entanto, se não acreditarmos e não contribuirmos para que isso ocorra por meio das políticas e das ações desenhadas no PPA, teremos sempre um número crescente – que já se aproxima de um milhão – de pessoas portadoras de deficiência que recebem o benefício da prestação continuada. Essas pessoas – esse um milhão a que eu estou me referindo – vivem muito abaixo da linha de pobreza, em famílias com uma renda **per capita** inferior a um quarto de salário mínimo.

Então, estamos falando em um grande salto de qualidade e de quantidade de recursos, que poderiam ser utilizados de uma maneira muito mais proveitosa. Isso não significa desamparar aqueles que hoje necessitam do benefício de prestação continuada, mas investir muito mais em todos aqueles que, mesmo estando no benefício da prestação continuada, poderiam se transformar em trabalhadores.

Há dois programas que estamos trazendo ao conhecimento de V. Ex^{as} em primeira mão. Um deles se chama “Programa Nacional de Acessibilidade”, e tem, no seu bojo, ações que permeiam os vários Ministérios, como o Ministério das Cidades, Ministério das Telecomunicações, Ministério dos Transportes, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Secretaria de Recursos Humanos, entre outros, contando, evidentemente, com o Ministério do Planejamento. Qual é a importância deste Programa de Acessibilidade? Quando falamos em acessibilidade, Srs. Senadores e senhores presentes, estamos nos referin-

do às várias vertentes da acessibilidade: à acessibilidade física, para as pessoas que têm dificuldades de locomoção – e eu aceito as suas desculpas, Sr. Presidente, em relação ao degrau; da próxima vez, acredito que ele não estará aí e teremos uma rampa; caso contrário, não poderei aceitar as desculpas pela segunda vez, em nome de toda a população brasileira que usa cadeira de rodas –, mas a acessibilidade não se refere unicamente ao meio físico. Ela se refere também à comunicação e à informação. Estamos falando de dois grupos importantíssimos da nossa comunidade. A Lúcia já expressou essa questão aqui, ou seja, a do direito que o deficiente tem de ser informado e de participar da vida. Quem tem a informação tem o poder e a capacidade de se libertar. A informação tem de ser dada à pessoa cega, mediante o braille, a Internet e os softwares que o Brasil já produz. Pode-se fazer com que as pessoas cegas utilizem todo o sistema de computação informática do País com facilidade, desde que tenhamos o cuidado de fazer cumprir a legislação. A começar pelas páginas do Governo. E aproveito para registrar mais um apelo que pode ser de atendimento imediato: que a página do Senado se torne uma página acessível às pessoas cegas, para que possam navegar livremente e obter as informações que necessitarem. Dessa maneira, cada um de nós poderá se cadastrar e acompanhar um projeto de lei que tramita nesta Casa ou na Câmara Federal. No entanto, se o desenho da página, originalmente feito pelo **web designer** não for acessível à pessoa cega, ela não terá como navegar com o seu DOS-Vox ou um desses outros sistemas que fazem a interface e que, na verdade, funcionam como um leitor de tela para a pessoa cega.

No que tange à pessoa com deficiência auditiva, a lei que reconhece a libras como uma língua oficial do País, que já foi aprovada, como já mencionei aqui, oriunda do Senado Federal, carece ainda de regulamentação, que está sendo preparada pelo Ministério da Educação, em conjunto com outros órgãos do Governo. No entanto, isso não impede que todas as nossas TVs já tenham legenda, que não atrapalha ninguém, todos sabemos disso. As televisões precisam ter, todas elas, o sistema de captação de legenda oculta – ou **closed caption**, utilizando a língua inglesa –, ou ainda a colocação de um pictograma na tela, em que aparece justamente a intérprete de sinais, tal como está aqui à nossa frente. Os dois sistemas são importantes e são um direito da comunidade surda brasileira. É o que gostaríamos de deixar claro aqui. Isso faz parte do nosso Programa Nacional de Acessibilidade.

Completando esse programa, quero falar sobre as ações que dizem respeito à questão do transporte. Falávamos antes, aqui, sobre o direito daqueles portadores de deficiência, que são minoria no País, assim como as pessoas que podem comprar um carro zero quilômetro. O cálculo que fiz, e que serviu de base para convencer um pouco a Receita Federal, foi no sentido de que o número de pessoas que pode comprar um veículo, ainda que com a retirada do imposto federal (IPI), é muito pequeno. Entre os deficientes, esse número não chegaria, com o acréscimo que foi feito, a mais de 18 mil pessoas. No entanto, temos que falar da maioria. A maioria das pessoas, como a maioria dos brasileiros, não usa carro zero quilômetro nem usa carro de segunda mão. Mas isso é uma outra coisa. Poderia haver um projeto de lei que desse algum incentivo, alguma coisa que pudesse ajudar as pessoas que não podem comprar um carro zero quilômetro, mas podem comprar um carro por meio de um financiamento, com uma linha de crédito um pouco mais acessível. Assim mesmo, ainda não estaríamos alcançando a maioria, porque a maioria de todos os brasileiros precisa se locomover em transportes coletivos, e as pessoas com deficiência não são diferentes. É exatamente isto que propomos: que o transporte coletivo seja adaptado, por intermédio da regulamentação das Leis nºs 10.098 e 10.048, o que será feito por meio de um decreto que está na Corde e, provavelmente, vai merecer, ao longo do tempo, melhoramentos. Pretendemos que todos os transportes estejam adaptados. Daí a importância desse programa dentro do PPA. Ele precisa ter recursos para enfrentar todo tipo de lobby que possa surgir contra a proposta. A legislação pode não ser cumprida se não tivermos força para fiscalizá-la. A importância disso está na fiscalização e na preparação de recursos humanos capazes de, cada vez mais, trabalhar com a acessibilidade.

Dentro do Projeto Acessibilidade, teremos apenas que comentar a questão das ajudas técnicas, que são todos os equipamentos que auxiliam a pessoa portadora de deficiência a ter autonomia e segurança em sua vida. Essa é mais uma das ações contempladas dentro do Programa Nacional de Acessibilidade.

O segundo programa é o de ações integradas. Ele está previsto no Decreto nº 3.298. O que significa isso? Significa tudo o que já foi dito aqui pelos Conselheiros que me antecederam. Significa que todas as políticas setoriais não podem andar isoladas. É preciso que a política desenvolvida pelo Ministério da Educação tenha uma correlação direta com a do Ministério da Saúde, que, por sua vez, deve ter com a Previ-

dência, com a Assistência Social, com a Secretaria de Direitos Humanos, com o Ministério da Cultura, com o Ministério do Esporte e Turismo, com o Ministério do Trabalho e com o Ministério das Cidades, que tem uma importância muito grande para nós – além de algum outro que porventura eu tenha esquecido neste momento. Significa que gostaríamos que as ações previstas no PPA não existissem apenas isoladamente em cada Ministério, porque isso não traz força. Essa é justamente a sinergia que se consegue ao juntar as ações num programa que tenha uma coordenação – e essa é a função da Corde, por uma obrigação legal, pela Lei nº 7.853, de 1989 –, e é o que nos propomos a fazer, juntamente com os Poderes Legislativo e Executivo, com todos os Senadores que são responsáveis, especialmente os que fazem parte nesta Subcomissão, que estará exatamente funcionando durante o período de aprovação do PPA. Eles podem nos dar força no sentido de que as propostas que vierem do Executivo encontrem, nesta Casa, um apoio para serem aprimoradas. E que as ações sejam inseridas em programas que se mostrem multifacetários, para que, de fato, possamos dizer, daqui a quatro anos, que caminhamos com o planejamento de uma política pública voltada para o segmento das pessoas portadoras de deficiência, que não é um segmento homogêneo – muito pelo contrário –, mas que mostra a diversidade humana no aspecto mais abrangente que se possa imaginar, desde uma pessoa que não caminha até aquela que não é capaz de ouvir, mas que tem uma série de outras capacidades e habilidades.

Para terminar, agradeço, mais uma vez, em nome de todos os companheiros do Conade, esta oportunidade.

Parabenizo o Senador Flávio Arns e os demais Senadores membros da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais do Senado Federal e registro que estamos ansiosos para trabalhar em sintonia permanente com esta Subcomissão.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Isabel Maior, Coordenadora da Corde.

Ressalto que, além das já mencionadas entidades nacionais, dos Ministérios e das entidades locais do Distrito Federal, presentes nesta audiência, estão conosco representantes da Associação Nacional de Equoterapia (Ande – Brasil) e também da Universidade de Brasília, que promoverá, no início do mês de julho, um congresso internacional relacionado à pessoa portadora de necessidades psicológicas especiais,

uma área extremamente importante. A Comissão de Assuntos Sociais, provavelmente, realizará, no fim deste mês, uma audiência pública como forma de preparação para esse congresso internacional.

Passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, nosso companheiro do Mato Grosso, que representa, nesta Subcomissão, o PFL.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Agradeço ao Senador Flávio Arns, Presidente desta Subcomissão, e ao Senador Eduardo Azeredo, Relator.

Participo da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais como representante do PFL, além de ser o Vice-Presidente. Portanto, na ausência do Senador Flávio Arns – espero que isso não ocorra –, presidirei a Subcomissão.

Como ponto de partida, foi importante esta audiência, em que ouvimos os representantes dos deficientes de vários setores que nos deram uma aula do que precisa ser feito nessa área. Com certeza, todos podem confiar no nosso trabalho. O Relator é uma pessoa muito experiente e o Presidente entende bem desse assunto. Portanto, vamos trabalhar!

Sugeri as cinco emendas coletivas da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e talvez pudéssemos requerer uma para esta Subcomissão. As quatro emendas restantes seriam destinadas a outros assuntos na CAS. O mesmo procedimento poderá ocorrer na Câmara dos Deputados, pois, naquela Casa, além da Comissão de Educação, há a Comissão de Saúde. Nesse caso, o trabalho é muito mais da Corde e do Conade para, junto aos Deputados, pedir também lá uma dessas emendas coletivas. Isso pode até se caracterizar como uma ação permanente. Por exemplo, na Comissão de Ação Social, aqui no Senado, já é praxe que uma das emendas seja oriunda do Hospital Sarah Kubitschek, já que essa instituição não consegue viver dos recursos destinados pelo Poder Executivo. Portanto, aqui, esses recursos são aumentados, tendo em vista o trabalho da Câmara e do Senado nas Comissões. Assim vive o Sarah. Então, por que não solicitar, individualmente, a cada Deputado ou Senador uma atuação nesse sentido? Acredito que R\$50 a R\$100 mil que os senhores solicitassem de cada Parlamentar somaria um bom volume de recursos. Por que não instituímos isso tudo nesta Subcomissão?

As idéias são inúmeras. Nesta primeira reunião, várias delas foram lançadas. Vamos continuar a fazê-lo e verificarmos o que colheremos de positivo, pois esta Subcomissão, apesar de temporária, pode assumir ações de caráter permanente.

Vamos, portanto, trabalhar, Sr. Presidente. Estamos todos integrados, V. Ex^a soube escolher muito bem os sete membros desta Subcomissão, pois somos todos Senadores envolvidos com a causa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – O Senador Jonas Pinheiro deixou bem claro o prazo de duração desta Subcomissão, que é de seis meses, podendo, conforme deliberação da Comissão de Assuntos Sociais, ser prorrogado, se necessário.

Vejo que V. Ex^{as} estão bastante envolvidos com a causa e querem encontrar soluções ou mesmo contribuir nesse sentido. Todos nós desejamos fazer um trabalho entrosado, particularmente com o Conade, em que estão presentes os órgãos governamentais e a sociedade.

Vamos discutir o Orçamento, como disse o Senador Jonas Pinheiro, não apenas agora, na elaboração, mas já agora nos meses de junho e julho com o Poder Executivo e com cada um dos Ministérios aqui presentes. Creio que inclusive os representantes do Conade nos Ministérios podem ser essa porta, esse contato, a fim de que haja essa discussão, que é fundamental, dentro do Plano Plurianual. Enfim, pretendemos fazer um trabalho integrado.

Ressaltamos novamente a importância e a beleza desta iniciativa. Aliás, como disseram representantes de outros países, “como seria bom que isso acontecesse em nossos países”, porque o interesse do Congresso Nacional – da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – pelos deficientes, mediante a instalação de subcomissões específicas, é algo que tem que ser enaltecido e elogiado mundo afora.

Portanto, como disse o Senador Eduardo Azeredo, queremos resultados. Toda essa discussão já realizada indica, em muitos aspectos, encaminhamentos imediatos; outros estão na seqüência. Mas, repito, desejamos resultados em todas as áreas, com discussão, organização das idéias e ação. Que, daqui a alguns meses, possamos nos reunir para falar dos caminhos trilhados, das conquistas obtidas e também dos desafios que vão permanecer. É um processo de vida, sem dúvida alguma.

O Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais, a Presidente Lúcia Vânia, a Subcomissão Temporária de Assuntos para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, todos nós estamos muito felizes com a presença dos senhores, foi muito bom termos acompanhado as exposições nesta audiência pública.

Quero também ressaltar que todos os senhores, se assim o desejarem, poderão fazer contribuições, verbais ou, preferencialmente, por escrito, para a Subcomissão, que todas serão estudadas, levadas em conta, organizadas, distribuídas para os Senadores membros da Comissão.

A mesma observação vale também para aquelas pessoas todas que estão acompanhando esta audiência pública pelo Brasil inteiro, mas que não tiveram a oportunidade de estar aqui, que também enviem as sugestões, as idéias, o que for necessário, para contribuir com esse trabalho, que é um desafio para todo o País.

Nada mais havendo a discutir, encerro a presente audiência pública, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 6 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2003, QUARTA-FEIRA – APÓS A ORDEM DO DIA.

Às dezoito horas e vinte e três minutos do dia vinte de agosto de dois mil e três, na Sala 09, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com a presença dos Senadores **EDUARDO AZEREDO, EURÍPEDES CAMARGO, NEY SUASSUNA E MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente inicia os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a elaboração do cronograma de trabalho da Subcomissão para o segundo semestre do corrente ano. Foi apresentados o cronograma e dado como aprovado. O Senador Eduardo Azeredo propõe a apresentação de projeto de lei, para que conste informações no cartão de vacinação infantil sobre a Síndrome de Down,

e de que o primeiro Ministério a ser convidado será o Ministério do Planejamento para uma reunião daqui a quinze dias, e que seja realizada todas as audiências após a ordem do dia. Foi dado como aprovado a proposta do Senador Eduardo Azeredo. O Senador Flávio Arns disponibilizou aos membros da Subcomissão o cronograma de trabalho para as próximas reuniões. Não havendo mais quem quisesse usar da palavra e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz** a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Flávio Arns**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A presente reunião desta Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades tem por objetivo a apresentação do cronograma para esse segundo semestre do corrente ano.

Quero só lembrar que as nossas duas reuniões anteriores repercutiram em todo o Brasil. Suscitaram muitos debates. Recebemos muitos **e-mails** de movimentos organizados – como as Apaes, a União Brasileira de Cegos, a Federação Nacional de Surdos, a Associação Brasileira dos Autistas, de pessoas com deficiências múltiplas, altas habilidades – de Estados, de Prefeituras, de Universidades. Essas sugestões de trabalho foram acolhidas e fazem parte de um cronograma que o Sr. Relator, Senador Eduardo Azeredo, vai apresentar para esta Subcomissão. Sabemos que esse cronograma não é definitivo, mas sim um caminho a ser seguido.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, amigo da área, grande batalhador e relator desta Subcomissão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Flávio Arns, Presidente da Subcomissão, quero primeiro dizer que esta é uma reunião da maior importância. Estamos na semana da pessoa portado-

ra de deficiência. É, portanto, o momento de mostrarmos mais uma vez a disposição do Senado Federal de inovar, aprimorar e cobrar a execução da lei. Por exemplo, a lei que determina percentuais mínimos para trabalhadores portadores de deficiência não está sendo cumprida. Para atingir tal objetivo, proponho a realização de audiências públicas com os diferentes Ministérios para conhecimento do orçamento, do plano plurianual e dos programas e investimentos de atenção às pessoas portadoras de necessidades especiais.

No caso do Ministério da Educação seria exatamente para tomar conhecimento do orçamento, planejamento e programas educacionais para crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, tais como a inclusão de educandos portadores de necessidades especiais que freqüentam as escolas especiais mantidas por associações sem fins lucrativos em todos os programas de projeto do MEC, quais sejam, Fundef, merenda, materiais pedagógicos, informática educativa, bolsa escola, transporte escolar, livro didático, capacitação de professores, equipamentos e outros. O objetivo é que o Ministério da Educação possa se fazer representar nesta Subcomissão para que possamos discutir o que temos previsto no orçamento para esta inclusão de educandos portadores de necessidades especiais.

Além disso, teríamos também a proposta de inclusão nas redes comuns de ensino – nas escolas mantidas por associações sem fins lucrativos, em primeiro lugar, e, a seguir, nas redes comuns de ensino –, considerando a acessibilidade física de currículo, os recursos de apoios técnicos e pedagógicos necessários para os diferentes níveis educacionais: na educação básica, que compreende a educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e ensino médio, e também no ensino superior.

Esses seriam os pontos da área do Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Senador, gostaria apenas de fazer um comentário.

É muito importante que os programas do MEC atinjam duas áreas: as escolas especiais mantidas por instituições sem fins lucrativos e a escola comum. A sociedade deseja que esta Subcomissão tenha atuação extremamente prática e concreta para que suas sugestões se tornem realidade.

Estou plenamente de acordo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Gostaria de expressar a minha satisfação de pertencer a esta Subcomissão porque ela atende a

uma demanda da sociedade. Na verdade, esta Subcomissão tem muito a contribuir com as pessoas portadoras de necessidades especiais, que estão alijadas do processo. O trabalho desta Subcomissão é muito mais importante ainda para as pessoas portadoras de necessidades especiais das camadas sociais das periferias, porque nesse caso há também a limitação econômica.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Assim como no MEC, agiremos nas áreas de interesse do Ministério da Saúde, ou seja, na aquisição e distribuição de próteses, de bolsas de colostomia, de medicamentos para pessoas com necessidades especiais, convulsivos ou com distúrbios psiquiátricos, no credenciamento de organizações sem fins lucrativos para atendimentos de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, dentre outras, para as pessoas com necessidades especiais. O item 5 seria o planejamento de programas de prevenção a deficiências, tais como vacina para rubéola, exames pré-natais, neonatais e pós-natais. Recebemos um ofício da Associação Mineira de Osteomizados que manifesta exatamente a necessidade de haver medidas inclusivas nas políticas de Governo, mais especificamente com relação ao Ministério da Saúde.

Com relação ao Ministério da Assistência Social, o objetivo, da mesma forma, é tomar conhecimento do orçamento, planejamento e programas desse Ministério para atenção às pessoas com necessidades especiais. A área de interesse basicamente é o benefício da prestação continuada, sabidamente defasado, e os serviços de ações continuadas.

O item 4 refere-se ao Ministério do Trabalho e Emprego, especificamente aos programas de capacitação de pessoas portadoras de necessidades especiais e dos profissionais da área e o programa de colocação no mundo do trabalho.

Nesse ponto, Senador Flávio Arns, insere-se exatamente a preocupação que abordei no início da minha fala: o cumprimento das leis que garantem postos de trabalho aos portadores de necessidades especiais. Tenho aqui comigo ofício de instituto do Distrito Federal preocupado com a dispensa de pessoas contratadas dentro desse projeto, pois elas estão ameaçadas de desemprego. Vários Ministérios do Governo Federal e órgãos do Governo do Estado e do Distrito Federal alertam para o risco de, após três anos de contrato de prestação de serviço com o Governo Federal, termos a dispensa desses profissionais. Esse é o caso do Governo como empregador, mas existe também o problema do Governo como fiscalizador das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Também considero esse item muito importante. Até sugiro que, quando nos detivermos nesse aspecto, possamos talvez ter uma audiência pública convidando, entre outros setores, o Ministério Público do Trabalho, que vem tendo uma atuação muito destacada no Brasil. Poderíamos convidar o próprio Ministério do Trabalho, para que possa abordar esse assunto, e talvez uma entidade comunitária na área de ciências físicas, pois essa a ponderação veio dessa área ou da área de deficiência visual, da deficiência auditiva, para que possamos fazer um análise de como esse processo vem acontecendo.

Mas existem denúncias, inclusive, em relação a instituições financeiras que publicam nos meios de comunicação a necessidade de contratação de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Essas pessoas vão às instituições financeiras querendo se habilitar para aquele emprego que foi divulgado e sistematicamente essa instituição nega o trabalho, dizendo que todas aquelas pessoas que foram procurar o Banco não estão habilitadas para desenvolver aquele tipo de trabalho. Com isso acabam inclusive iludindo o próprio Ministério Público do Trabalho, que vem atuando de forma bastante decisiva nesta área no Brasil.

Todo esse tipo de problema deve ser abordado. Há, inclusive, o problema da Empresa de Correios e Telégrafos, no Brasil, que já foi objeto de um trabalho da Comissão de Direitos Humanos, no ano passado, na Câmara dos Deputados, no sentido de que eles têm serviços terceirizados para pessoas portadoras de algum tipo de deficiência e que esse serviço, caso seja interrompido, vai causar o desemprego de milhares de pessoas pelo Brasil.

Então, na nossa Subcomissão, poderíamos agendar uma data para que as várias partes possam debater e encontrar soluções para todos esses aspectos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Presidente da nossa Comissão, Senador Flávio Arns, continuo minha explanação.

A quinta audiência proposta seria envolvendo alguns outros Ministérios, como o Ministério dos Transportes, do Turismo, Esportes e Cultura.

Evidentemente, podemos realizar audiências individuais e ter, em lugar do Ministro, uma pessoa responsável pela área, já que o objetivo da Subcomissão é bem concreto. Mas essa não é uma linha de intenções, e sim de atuação.

Aqui, na área desses Ministérios, insere-se, por exemplo, a questão o passe livre para as pessoas portadoras de necessidades especiais. Isso já existe em várias capitais e cidades do Brasil, mas vez por outra, acontecem algumas ameaças. Alega-se que há um excesso de passes livres. Mas é fundamental que os portadores não sejam incluídos nos excessos. Se existem excessos com outras categorias, é razoável que se discuta. Mas para o portador de necessidades especiais e o idoso não há como concordar que seja retirado o passe livre.

O apoio a programas e iniciativas comunitárias de desenvolvimento em diferentes linguagens e gêneros artísticos para portadores de necessidades especiais é um projeto a ser discutido na área da cultura. Há um programa de desenvolvimento de diferentes modalidades esportivas para os portadores de necessidades especiais. Sabemos bem que no esporte os portadores de necessidades especiais têm se saído muito bem. O resultado do Brasil nas Para-Olimpíadas foi muito expressivo. Essa é, portanto, uma área na qual temos muito de nos orgulhar.

A adaptação física e de comunicação de locais e expedientes informativos de turismo, cultura, assim como a preparação dos profissionais para acesso a pessoas com necessidades especiais, esse é um outro item, evidentemente, da maior relevância. V. Ex^a comentava, há poucos dias, sua preocupação de que esse seja um ponto permanentemente em discussão: adequação da acessibilidade.

No Ministério do Planejamento, basicamente, é a questão financeira, a questão do orçamento. É preciso tomar conhecimento da forma, do planejamento financeiro e organizacional de diferentes Ministérios para a inclusão em todas as políticas ministeriais e setoriais. Alguns ministérios já têm órgãos específicos para tratar da questão, com o é o caso do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. Nos demais ministérios, se não me falhe a memória, não temos órgãos específicos para tratar a questão. Então, é importante que tenhamos essa discussão com o Ministério do Planejamento em relação ao Plano Plurianual, ao PPA, ao orçamento de 2004, tendo em vista a criação de algum órgão, setor ou secretaria destinado à área das pessoas portadoras de necessidades especiais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Se V. S^a me permite fazer um comentário, a Lei 7.853 é conhecida como a Lei da Corde (Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência). Se não me falha a memória é de 1989 ou 1988. Portanto, de 14 anos atrás. Essa lei prevê que em

causa organograma de Ministério deve haver um setor específico para o atendimento das necessidades de pessoas portadoras de deficiência do órgão. O Ministério da Educação já dispõe da Secretaria de Educação Especial. Esse mesmo departamento, secretaria, setor ou serviço deveria existir também no Ministério da Cultura, do Esporte, da Assistência, da Saúde, do Turismo etc. Se não houver no organograma, que essas atribuições sejam bem definidas para um setor específico nos ministérios. Vamos supor, no Ministério da Previdência tem que haver um setor ou a atribuição da responsabilidade para um determinado setor do Ministério da Previdência.

Estamos, inclusive, discutindo na reforma da Previdência a questão da aposentadoria por invalidez. Se tivermos um setor dentro do Ministério, imaginamos também que para os Estados e Municípios haverá esse desdobramento em suas estruturas. Sempre haverá alguém responsável por esse setor. Sabemos que o organograma não resolve as situações relacionadas a uma pessoa com deficiência. No entanto, se não houver alguém, um setor, que fique permanentemente pensando nas necessidades do portador de deficiência naquela secretaria também haverá dificuldades para haver uma política permanente, um debate contínuo, a busca de recursos, a inserção no orçamento. Esse é que é o objetivo levantado realmente por muita gente no Brasil: é preciso repensar a inserção do portador de deficiência na estrutura do Governo Federal, o que é muito interessante.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, ainda sobre a questão da realização de audiências públicas nacionais e regionais, a proposta é a de que possamos fazer uma programação para discutir o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. O Estatuto está em discussão. Poderemos fazer um encaminhamento a todos os seguimentos governamentais e a organizações de toda a sociedade civil com cópias do Projeto de Lei nº 6, que institui o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência para análise, debates e sugestões. Poderemos promover, no âmbito da nossa Subcomissão, audiências públicas com representantes de seguimentos afins para a discussão e proposição de itens que possibilitem o aprimoramento do referido Estatuto.

Trata-se de um projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim que propõe a criação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência no sentido de assegurar, em sua redação final, o pleno exercício dos

direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Sr. Relator, faria um apelo a todas as pessoas do Brasil, a todas as pessoas envolvidas nessa área e oriundas de entidades como as APAEs, a Pestalozzes, com deficiência visual, das universidades, dos fóruns, das secretarias estaduais, municipais, todos, enfim, que tiverem interesse nessa questão do estatuto, pois o debate está em aberto. Estamos esperando as sugestões, críticas também, às várias versões do estatuto. Creio que possamos colocar na Internet também para que as pessoas possam ir contribuindo. Inclusive essas audiências públicas que V. Ex^a mencionou no primeiro item, penso que vão dar muitos subsídios para aquilo que deva ser inserido no próprio estatuto da pessoa portadora de deficiência, que é uma iniciativa do Senador Paulo Paim e que está sendo objeto de um grande debate pelo Brasil todo. É muito interessante que esta Subcomissão se debruce sobre esse aspecto também.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Perfeito!

Como última proposta, Senador Flávio Arns, está aqui a questão da realização de ações para tornar a estrutura física e de comunicação do Senado Federal acessível a todas as pessoas portadoras de necessidades especiais. Senador Eurípedes Camargo, essa é uma questão sobre a qual precisamos debruçar. O próprio Senado Federal carece de instalações, de estrutura, para as pessoas portadoras de deficiência. De maneira que o Senador Flávio Arns, que tem uma longa folha de serviços prestados a todas as pessoas com necessidades especiais no Brasil, que é, inclusive, autor de tantas e tantas idéias e providências, realmente coloca muito bem essa questão. Estou aqui, na verdade, relacionando as preocupações do Senador Flávio Arns, que já nos foram colocadas por ele anteriormente, em vários desses itens. É uma preocupação conjunta, mas é preciso que se faça justiça ao Senador Flávio Arns da origem dos vários pontos que pude, aqui, listar dessa preocupação.

Nesse caso, então, é sensibilidade do Senado Federal a idéia de solicitar acorde de Brasília à constituição de Comissão Representativa, formada por pessoas das diferentes áreas de deficiências, para a visita e avaliação do espaço físico e do funcionamento do Senado Federal. Aí, então, teríamos o pla-

nejamento com essa Comissão Representativa desse trabalho e, depois dessa avaliação, uma divulgação, para que possamos conscientizar a estrutura do Senado da necessidade de modificações para que o Senado possa ser, na verdade, um exemplo de acessibilidade e de divulgação, se V. Ex^a me permite, porque é outro assunto que já foi discutido em relação à TV Senado, que é uma TV que tem uma boa audiência em todo o Brasil, para que também pudesse ter uma estrutura física e digital: física para o acesso das cadeiras de roda, na própria instalação da TV Senado, e digital, para que também pudéssemos ter, na imagem televisiva, as providências necessárias para os diversos problemas que acontecem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Passo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Vendo esse relatório e essas propostas de encaminhamento de pontos, percebo que é uma preocupação estruturar essa temática dos portadores de necessidades especiais. Estava pensando que o final desse trabalho poderia terminar num estatuto. Seria interessante que se colocasse toda uma legislação sistematizada, para não ficar solto o que cada um pensa e o que interessa àquele momento, mas se tendo uma linha de conduta. O trabalho que o relatório aponta me levou a pensar nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Particularmente até, considero essencial o que o colega, o Senador Eurípedes Camargo, acabou de mencionar. Tenho a certeza de que esses debates que vão acontecer, pelo Brasil, em torno do Estatuto e também as audiências públicas que vão acontecer aqui com todos os ministérios praticamente vão dar subsídios muito interessantes para o relatório final do Estatuto. E esta Subcomissão pode, assim, debruçar-se bastante sobre esse aspecto.

A acessibilidade, até quando tivermos audiência pública com o Conade, na segunda reunião desta Subcomissão, que é o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, foi um compromisso assumido naquela ocasião inclusive em função do espaço desta Mesa, porque alguém em cadeiras de rodas que entre nesta Subcomissão não tem acesso. Se ela tiver que participar de um debate terá que ser empurrada para ter acesso ao microfone. Isso não pode ser. Uma pessoa de cadeira de rodas tem que ter acesso a qualquer setor, a qualquer espaço do Senado da República sem a necessidade de

ser ajudada por outra pessoa. Senador Eduardo Azeredo, naquela ocasião, nós assumimos o compromisso com a Dr^a Isabel que se ela retornasse para cá as providências já teriam sido tomadas. Em sendo assim, queremos apressar essas providências, porque nós queremos a presença da Dr^a Isabel, cadeirante, médica, Coordenadora da Cor, uma grande profissional. Que S. Sr^a venha logo aqui com o ambiente adequado!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Colocada esta proposta de trabalho, quero apenas dar notícia a esta Subcomissão que estou apresentando um projeto de lei que determina que seja incluída no cartão de vacinação infantil do Ministério da Saúde informações sobre a síndrome de Down, para que os pais e médicos possam orientar melhor o desenvolvimento destas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – O Senador Eduardo Azeredo apresentou uma proposta de trabalho para este segundo semestre.

Gostaria de perguntar ao Senador qual seria o melhor dia para nos reunirmos. São muitas as demandas aqui no Senado, porém os resultados desta Subcomissão são bastante esperados, 10% da população brasileira, de acordo com estimativa mundialmente aceita, de acordo com o IBGE, são portadoras de deficiência. Pergunto também qual seria a primeira audiência de nosso cronograma.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador, a primeira providência pode ser inclusive em relação ao Ministério do Planejamento, no que diz respeito aos recursos do orçamento para o próximo ano. Podemos elaborar um convite ao Ministério do Planejamento para uma reunião daqui a 15 dias.

Com relação à primeira indagação, poderíamos realizar reuniões com periodicidade quinzenal, preferencialmente, ou semanal, se os Srs. Senadores desejarem. Procuramos o horário do final da tarde porque em tese seria um horário mais liberado, mas veja V. Ex^a que agora, neste momento, há duas Comissões, além da nossa, em reunião. Eu mesmo participo de uma delas. A dificuldade não é pequena. Na parte da manhã, temos sempre a reunião das comissões permanentes e não das subcomissões, como a Comissão de Constituição e Justiça, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais, Educação, Relações Exterio-

res e assim por diante. Em sendo assim, a minha proposta é o horário do fim do expediente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Então, existem as seguintes propostas para este segundo semestre: que o primeiro Ministério a ser convidado seja o Ministério do Planejamento, que nos reunamos quinzenal ou, se os Srs. Senadores desejarem, semanalmente, e que as nossas reuniões aconteçam após a Ordem do Dia.

Eu quero lembrar, conforme o próprio Senador Eduardo Azeredo já comentou, que esses convites sejam feitos para o Ministro.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não é que sejam feitos para o Ministro, mas que o Ministro ou a pessoa indicada possa estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Em discussão essa proposta, o cronograma e os horários. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a provam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada, então, a proposta, o cronograma e os demais indicativos para o andamento dos trabalhos da Subcomissão neste segundo semestre do ano.

Consulto se alguém gostaria de mencionar algum outro aspecto?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, da minha arte acredito que estamos bem encaminhados.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Creio que, no processo, tive a oportunidade de mostrar a minha posição sobre os trabalhos e sobre a importância da Subcomissão. Vejo desdobramentos importantes, que me entusiasma. Parabéns pelo relatório, pelo trabalho realizado até agora e, com certeza, pelos desdobramentos futuros.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Antes do encerramento, quero destacar a qualidade de todos os membros da Subcomissão, do Senador Eurípedes Camargo, e, de uma maneira muito especial, do Senador Eduardo Azeredo, um Senador e uma pessoa extremamente envolvida com as questões da pessoa com deficiência.

Tive a oportunidade de estar em Belo Horizonte na inauguração da ampliação da Apae. A Presidente da Apae, de Belo Horizonte, é esposa do Senador

Eduardo Azeredo, A SRA. Heloísa Azeredo, que é também uma pessoa muito engajada nessa área. É uma alegria muito grande poder contar sempre com a participação de todos e, de uma maneira especial, a do Senador Eurípedes Camargo e a do Senador Eduardo Azeredo.

Quero lembrar que hoje é dia 20 e entraremos na Semana Nacional do Excepcional, como lembrou o Senador Eduardo Azeredo, de 21 a 28 de agosto. Todo ano, desde 1964, acontece a Semana Nacional do Excepcional, no Brasil. Portanto, há 39 anos. Muitos de nós ainda nem havia nascido e as pessoas já estavam trabalhando na Semana Nacional do Excepcional. (Risos)

São palestras, discussões e visitas. Eu diria que milhares de iniciativas acontecem, Senador Eurípedes, em todo o Brasil, inclusive aqui no Distrito Federal, dezenas de milhares de iniciativas. E isso deve ser bem destacado, porque se discute a cidadania, a participação da família, a organização de serviços e a capacitação das pessoas, o que é muito interessante. Inclusive, no dia 21, início da Semana do Excepcional, estará sendo votado aqui no Senado Federal o projeto da isenção do IPI. O projeto original já se constituiu num avanço extraordinário, inclusive o Senador Eduardo Azeredo foi o relator e um grande negociador nesse projeto que incluiu a pessoa portadora de deficiência mental, de autismo, de deficiência visual e as pessoas portadoras de deficiência física que não são condutores, no direito de não pagarem o IPI na aquisição de um veículo. Porém houve uma dificuldade na legislação que impedia que a pessoa Portadora de Deficiência Física, condutora do veículo, pudesse adquirir um carro à gasolina e não só a álcool e muitos dos carros já são à gasolina. Então, para corrigir essa pequena lacuna, o projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e, até em função do início da Semana Nacional do Excepcional, estará no Plenário do Senado Federal.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, inclusive já foi aprovado aqui no Senado na Comissão. Só falta o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Falta apenas o Plenário. Então será um novo avanço, Senador Eduardo, para o conjunto da área.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta terceira reunião da Subcomissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da Comissão de Assuntos Sociais.

(Levanta-se a reunião às 19h.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

ATA DA QUARTA REUNIÃO (extraordinária) DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 01 DE OUTUBRO DE 2003, QUARTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS.

Às dezoito horas e trinta minutos, do dia primeiro de outubro de dois mil e três, na Sala de reuniões nº 09 – Ala Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS**, para a realização de Audiência Pública, reuniu-se a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com a presença dos Senadores **NEY SUASSUNA**, **GARIBALDI ALVES FILHO**, **EDUARDO AZEREDO**, **REGINALDO DUARTE**, **AUGUSTO BOTELHO** e a Senadora **LÚCIA VÂNIA**. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e propôs a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. A presente reunião tem como objetivo Discutir o planejamento financeiro e organizacional dos diferentes ministérios, no tocante às carências das pessoas portadoras de necessidades especiais. O Senhor **GUSTAVO PEREIRA ANGELIM**, Gerente de Programas da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fez a sua exposição. O senhor Presidente Flávio Arns iniciou as interpelações fazendo questionamentos sobre o PPA 2004/2007, o Orçamento/2004, que ministério é responsável para apresentar ao Presidente da República das mudanças nos ministérios, e qual será a possibilidade de haver preliminar do Ministério do Planejamento fazer estudo e ter resultado o mais rápido. Usaram da palavra, ainda, a Senadora Lúcia Vânia, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e as entidades que dão suporte a busca pelos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, a CORDE, a APADA/DF, a PESTALOZZI. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a reunião às dezenove horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião extraordinária da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2, de 2003, com o seguinte teor:

Em virtude de a audiência pública a realizar-se hoje, dia 3 de junho de 2003, às 18h, na sala nº 2, na Ala do Senador Nilo Coelho, no âmbito da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da Comissão de Assuntos Sociais, requeiro, na qualidade de Presidente da referida Subcomissão e nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, do Senado Federal, que sejam consideradas para a composição da Mesa os seguintes membros do Conade [que passo a nominar e já a convidar para tomarem assento à mesa]: Sr^a Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade, em substituição ao Sr. Adilson Ventura, Presidente do Conade; Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Dr. Antonio Carlos Sestaro, representante da Federação Nacional da Síndrome de Down.

Após ter chamado essas três pessoas, mencionarei as demais que depois, na seqüência, serão também chamadas para tomarem assento à mesa: Dr^a Lúcia Severo, que será chamada na seqüência, representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Sr^a Isabel Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e Dr^a Regina Barata, representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública, aprovada pelo Requerimento nº 1, e também agora pelo Requerimento nº 2, de 2003, de minha autoria, destinada a expor a situação das pessoas portadoras de necessidades especiais no País e os seus maiores desafios.

Quero lembrar a todos os presentes, e já enaltecendo a presença de todos para o debate de um tema tão importante, os desafios enfrentados pela pessoa portadora de deficiência, que esta é a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que tem uma abrangên-

cia bastante grande. Na Comissão de Assuntos Sociais são debatidos os temas da saúde, da assistência, da previdência, do trabalho, do meio ambiente, temas fundamentais para todos os aspectos relacionados a todos cidadãos em nosso País, inclusive as pessoas portadoras de deficiência.

Nesta Comissão de Assuntos Sociais foram criadas quatro subcomissões temporárias, com prazo de duração de seis meses, podendo esse prazo ser prorrogado. Uma das subcomissões se relaciona ao idoso; a segunda se relaciona à criança, ao adolescente e ao jovem; a terceira se relaciona à saúde; e a quarta comissão se relaciona à pessoa portadora de necessidades especiais. Muitos perguntam quais são os objetivos desta Subcomissão. Eles estão bastante relacionados ao debate que será realizado hoje nesta audiência pública. Logo na primeira reunião, foi aprovado o Requerimento nº 1, completado com o Requerimento nº 2, lido no dia de hoje, para que o Conade, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, viesse a esta Subcomissão e expusesse, por intermédio das pessoas que nomeei há pouco, os desafios enfrentados para que o Poder Legislativo, por meio do Senado, possa contribuir para o encaminhamento dessas grandes questões.

Isso enriquece a discussão em qualquer parte do mundo. Recentemente, participei de uma reunião na Europa, vinculada à questão do esporte para a pessoa portadora de deficiência, e, quando mencionei que no Senado do Brasil havia uma subcomissão específica para tratar dos assuntos da pessoa com deficiência, todos os outros países alegaram que esse seria o ideal a ser conquistado também naqueles países, ou seja, terem o privilégio, a honra, a possibilidade de discutir as necessidades da área dentro do Congresso Nacional. Então, isso é de uma riqueza extraordinária, que quero ressaltar novamente.

Estão presentes os Deputados Leonardo Mattos, que está aqui na frente, e Eduardo Barbosa, que enriquecem muito esta audiência pública. S. Ex^{as} terão que sair para votar uma medida provisória na Câmara dos Deputados, mas, se possível, voltarão para esta audiência pública. Na Comissão de Direitos Humanos da Câmara também existe uma Subcomissão – permanente, no caso – para tratar dos assuntos da pessoa portadora de deficiência, que tem como Presidente o Deputado Leonardo Matos e, como Relator, o Deputado Eduardo Barbosa. Portanto, tanto na Câmara quanto no Senado, temos Comissões específicas para esta discussão, o que é muito importante para o entrosamento dos trabalhos entre a Câmara e o Senado, como dificuldades na legislação ou votações.

Ressalto que, dentro do Senado, a Subcomissão é composta de sete Senadores. Há, também, uma outra Comissão em funcionamento neste momento, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, mas todos os Senadores presentes na primeira reunião estarão presentes nesta segunda reunião da Subcomissão. Estão aqui os Senadores Garibaldi Alves Filho e Eurípedes Camargo, do Distrito Federal. Também já está a caminho o Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão.

Na nossa primeira reunião – para fazer um retrospecto para todos os membros do Conade, da comunidade, das entidades aqui presentes e para os Srs. Deputados –, o primeiro pedido dos Senadores foi ouvir o Conade. Isso é muito significativo, porque lá estão todos os movimentos voltados ao portador de deficiência, bem como os órgãos governamentais, já que é um conselho composto de forma igualitária pelo Governo e pela sociedade organizada.

Este é o primeiro momento e, a partir daí, outros passos serão dados para o encaminhamento adequado dos desafios. Então, agradecemos a presença e a participação de todos no decorrer dos trabalhos.

Quero lembrar que a estrutura do Senado é um pouco diferente da que existe na Câmara. Existe uma outra Comissão, da qual eu também faço parte, a Comissão de Educação, que não está incluída na área de assuntos sociais. Educação, cultura, esporte fazem parte da outra Comissão. Então, há duas Comissões aqui do Senado Federal que estão vinculadas à questão dos direitos sociais.

O tema sugerido para esta audiência pública é “O Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência) e as Questões da Pessoa Portadora de Deficiência no Governo e no Congresso Nacional”. Os convidados para esta audiência pública são as pessoas já mencionadas anteriormente. De acordo com o art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, convido as pessoas mencionadas a fazerem uso da palavra, chamando, em primeiro lugar, A SRA. Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade, que hoje está substituindo o companheiro e amigo Adilson Ventura.

A SRA. IVANA DE SIQUEIRA – Boa noite a todos. Em primeiro lugar, queria agradecer o convite, a oportunidade de o Conade estar participando da audiência pública desta Subcomissão e justificar a ausência do nosso Presidente, que, por motivos de saúde, não pôde estar aqui. Em seu nome, agradeço o convite e afirmo que é uma honra muito grande poder participar dos trabalhos desta Subcomissão e, mais ainda, desta Casa. Não adianta discutirmos no Cona-

de se não houver uma integração muito próxima com o Legislativo, tanto com o Senado como com a Câmara. Para nós, foi importantíssima a criação dessas Subcomissões específicas tanto na Câmara quanto no Senado.

Em nome do Conade, deixo aqui a sugestão de que poderíamos contribuir com esta Casa nas discussões e nos encaminhamentos de sugestões e apreciações de projetos de lei relativos aos problemas dos portadores de deficiência física que sejam apresentados na Casa. Temos, no Conselho, como será apresentado pela Conselheira Lizair Guarino, a representatividade de várias áreas de portadores de deficiência, as quais consideramos importante serem ouvidas para que possam encaminhar as suas necessidades à questão legislativa.

Mais uma vez, muito obrigada pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Sr. Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade.

Antes de conceder a palavra ao próximo palestrante, gostaria de mencionar que a assessoria do Senador Eduardo Azeredo realizou um trabalho bastante interessante de coletânea de todos os projetos de lei que estão em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, inclusive por sugestão da própria Comissão na primeira reunião. São estes três volumes que estão aqui sobre a mesa. Solicito, então, que a assessoria da Subcomissão, na seqüência, encaminhe um exemplar dos três volumes para cada um dos Senadores componentes da Subcomissão, e também para o Conade e para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Já sei, também, que o Conade tem um levantamento nesse sentido, e será inclusive interessante compatibilizarmos os trabalhos com esses levantamentos que existem tanto no Conad quanto no Congresso Nacional. Vamos afunilar para dar um encaminhamento adequado à legislação referente à área. Foi um belo trabalho, também, no sentido de organização de toda a legislação em tramitação no Congresso Nacional, já dividida inclusive por áreas de atuação.

Com alegria, passo, em seguida, a palavra à Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi.

A SRA. LIZAIR DE MORAES GUARINO – Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Flávio Arns e todos os Senadores que compõem esta Subcomissão.

Para nós, isso aqui é uma alegria muito grande, pois encurta o nosso diálogo, encurta a nossa relação

com o Senado. Relação das pessoas portadoras de deficiência que, às vezes, não podem ter voz junto ao Congresso. Parabenizo, também, o Eduardo e o Leonardo, porque acho muito importante todos estarmos perto de vocês, unidos, para que possamos caminhar com mais rapidez. Porque caminhar, nós temos caminhado, mas estamos caminhando devagar.

Embora tenha um roteiro em mãos, quero apenas traçar uma rápida história do Conade a V. Ex^{as}. O Conade surgiu exatamente da Corde, que foi uma Coordenação, formada por um grupo de 60 membros de organizações não-governamentais, criada em outubro de 1986 pelo então Presidente José Sarney, quando era Ministro da Educação o hoje Senador Marco Maciel. Eu gosto de falar sobre isso, porque, muitas vezes, as pessoas pensam que a Corde surgiu em 1981; mas outros não sabem bem. Então, gostaria de registrar que foi desse modo que surgiu a Corde, isso é bom para pontuar.

A Corde dispunha somente de um Conselho Consultivo. Então, julgamos que era muito pouco. Começamos a trabalhar para transformar esse Conselho Consultivo num Conselho Deliberativo. Em uma das reuniões a que compareci, justamente com a Regina, que está aqui presente, solicitamos ao então Ministro José Gregori, que começássemos a trabalhar em cima do Conselho. E por que Conselho Deliberativo? Porque o Conselho é apenas consultivo e não poderíamos deliberar.

Por isso, agora vou falar um pouco sobre o roteiro, que tenho em mãos. O Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência é um Conselho Deliberativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligado à Presidência da República, previsto na Lei nº 7.853, de 1989, instituído pela Medida Provisória nº 1.799, de 1999, e pelo Decreto nº 3.298, de 1999. É um Conselho paritário formado por órgãos de Administração Direta do Governo e representantes da sociedade civil, que tem relevante função pública não remunerada, tendo como competência: propor, acompanhar, planejar e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, transporte, cultura, turismo, lazer, trabalho, política urbana, direitos humanos, justiça, esporte e outros relativos às pessoas portadoras de deficiências; e acompanhar, mediante relatório de gestão, o desempenho dos programas e projetos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e tem a responsabilidade de participar da elaboração e avaliar a execução das políticas públicas nesse sentido.

Na estrutura do nosso Conselho, só o Vice-Presidente era eleito pelos Conselheiros. Mas, a partir do ano passado, mudamos o Regimento. Então, tanto o Presidente como o Vice-Presidente passaram a ser eleitos pelos membros do Conselho, que é composto por 26 conselheiros, sendo que 13 representam a sociedade civil, e os demais, o Governo. Os da sociedade civil se reúnem no fórum e, por deficiência, elegem, dentro da sua área, seu representante.

O Conade se organiza em quatro comissões permanentes e em uma plenária, em que são tomadas as deliberações. As comissões se reúnem e, à tarde, as matérias são levadas à plenária.

São elas:

1. A Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos:

– Composta por várias pessoas muito importantes na área de legislação, inclusive o nosso representante da OAB, Alan Cortez, aqui presente, bem como pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público e por vários outros companheiros nossos.

– Analisa os projetos de lei que tentam incluir no cenário jurídico o direito das pessoas portadoras de deficiências, sem, no entanto, atentar para os direitos fundamentais, assegurados na Constituição Federal e nas leis vigentes, e também ouvir as reais necessidades das pessoas portadoras de deficiências por meio de movimentos sociais. Por exemplo, havia um PL que estabelecia quotas para crianças em creches. Não podemos estabelecer quotas para creches, porque isso já existe na Constituição e seria considerado até uma discriminação. Tivemos que relatar isso, e a Comissão de Atos Normativos enviou uma comunicação.

– Atende às denúncias recebidas dos diferentes Estados do Brasil contra a violação dos direitos das pessoas portadoras de deficiências. Por exemplo, não era reconhecida a assinatura de um cego no cartório. A Comissão de Atos Normativos fez contato com todos os Ministérios para resolver esse problema, que era uma discriminação contra os cegos.

2. A Comissão de Políticas Públicas, da qual sou coordenadora:

– Acompanha o planejamento e a execução do Orçamento – isso é um problema,

não é Senador Flávio? O Senador Flávio diz que o lugar do deficiente é no Orçamento – e das políticas públicas no que diz respeito às pessoas portadoras de deficiências. Exemplo: indicação de representantes do Conade para discutir o PPA em nível estadual e federal. Agora, por exemplo, chamaram-nos para discutir o PPA no Ministério da Educação e mandamos um representante nosso.

– Elabora proposições aos diversos Ministérios para o encaminhamento de políticas e programas. Isso fizemos no ano passado, no Ministério da Saúde. Todas as portarias que pedimos foram assinadas pelo Ministério da Saúde. Foi proposição do Conade.

– Manifesta-se contra medida do Governo que contrarie o direito das pessoas portadoras de deficiência.

– Atende às denúncias advindas de pessoas portadoras de deficiência contra a violação dos seus direitos por Estados e Municípios. Exemplos: assegurar capacitação de servidores públicos para o atendimento das pessoas portadoras de deficiência, ensinando-lhes a linguagem de sinais etc.

– Assegura que, na formação de profissionais, as questões da pessoa portadora de deficiência também sejam consideradas dentro do serviço público.

3. A Comissão de Comunicação Social.

– Divulgar as ações do Conade dando visibilidade não só ao Conade, como também ao segmento das pessoas portadoras de deficiência. No ano passado, fizemos uma grande divulgação na televisão, mostrando exatamente qual é a eficiência do portador de deficiência.

– Sensibilizar e informar a comunidade quanto aos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

– Mobilizar no sentido de garantir o acesso das pessoas portadoras de deficiência no processo eleitoral. Esse também foi um trabalho feito pelo Conade na época das eleições. O cego e a pessoa deficiente tinham dificuldades de votar. Houve um trabalho muito grande do Conade junto com a Corde.

– Atuar junto aos meios de comunicação para viabilizar legenda oculta nos programas de televisão e zelar pelo uso adequado da imagem de pessoas portadoras de deficiência nos meios de comunicação. Essa é uma dificuldade que vemos em algumas propagandas de televisão em relação ao PPD.

4. A Comissão de Articulação de Conselhos, que elaborou esta cartilha para orientação e implantação dos conselhos estaduais. Já existem seis deles, e estamos trabalhando para procurar aumentar o número desses conselhos estaduais dos PPDs.

Além disso, pretendemos realizar a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, prevista para os dias 3, 4 e 5 de dezembro deste ano. O Dr. Nilmário nos animou muito quanto a essa nossa proposta. Uma parte do orçamento está prevista pela Corde. Também esperamos que o Senado nos ajude a realizar essa conferência. Este é o Ano Europeu da Pessoa Deficiente. O próximo será o Ano Latino-Americano da Pessoa Deficiente. Nós queremos, como resultado da conferência deste ano, criar nossa Secretaria Especial das Pessoas Portadoras de Deficiência. Esse é o grande anseio dos portadores de deficiência.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço à Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, pela participação. Como ela mencionou, até para que o Brasil todo tenha conhecimento pela **TV Senado**, nesta audiência estão presentes os representantes dos seguintes órgãos e instituições: Ministério da Previdência e Assistência Social; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Associação Brasileira de Autismo; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Ministério do Esporte e Turismo; Ministério da Cultura; Ministério da Ciência e Tecnologia; Sociedade Brasileira dos Ostomizados; Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos; Central Única dos Trabalhadores; Ministério dos Transportes; Ministério da Justiça; Ministério da Comunicação; Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs; Confederação Nacional do Comércio; União Brasileira de Cegos; Ministério Público do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério Público Federal; Casa Civil da Presidência da República; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Federação Brasileira

das Instituições de Excepcionais, de Integração Social e de Defesa da Cidadania – Febiex; Ordem dos Advogados do Brasil; Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação; Secretaria Especial de Direitos Humanos, representada pela Dr^a Isabel, além de outras entidades do Distrito Federal e de outras regiões do Brasil que, sabendo desta audiência pública, estão participando.

Assim, este é um momento de muita representatividade.

Quero passar a palavra ao Dr. Antonio Carlos Sestaro, representante da Federação Brasileira de Síndrome de Down.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Ex^a e a Presidência desta Comissão por esse trabalho que se inicia de forma tão promissora. Felicito V. Ex^a por sua atuação e peço desculpas, porque hoje estou participando de três Comissões ao mesmo tempo: esta Comissão, a de Assuntos Econômicos e a de Segurança Pública. Aliás, se não detivermos a violência nos níveis em que ela está, certamente haverá maiores índices de deficiência física e mental.

Então, queria pedir permissão a V. Ex^a para eu participar também dessas outras Comissões. Voltarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – A Presidência agradece ao Senador Garibaldi Alves Filho, sempre presente, sempre atuante. Realmente, a dinâmica do Senado e da Câmara dos Deputados exige a presença dos Parlamentares em vários locais ao mesmo tempo. De qualquer forma, este é um momento importante para o portador de deficiência e para todo o Brasil, que acompanha esta audiência. V. Ex^a esteja à vontade, não é Senador? Passo a palavra ao Dr. Antonio Carlos Sestaro, que representa a Federação Nacional da Síndrome de Down.

O SR. ANTONIO CARLOS SESTARO – Boa noite a todos. Sr. Senador Flávio Arns, Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, reafirmando os agradecimentos já feitos anteriormente pelos membros do Conade à Mesa, creio ser este um momento histórico na luta dos movimentos das pessoas portadoras de deficiência ao vir a esta Casa Legislativa expor todas as nossas reivindicações e os nossos trabalhos, tendo o eco deste Congresso.

Na minha proposta de colocações do Conselho, é importante enumerarmos de quem estamos falando. Segundo dados do Censo IBGE-2000, há em nosso País cerca de 14,5% da população com algum tipo de deficiência ou limitação funcional. Isso representa, senhores, em média, 24,5 milhões de pessoas.

Ao pensar nesse número e nas pessoas que se envolvem com os portadores de deficiências, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito das terapias, nós estaremos falando, senhores, em 73 milhões de pessoas em nosso País. É um número que nos leva a refletir bem sobre o papel tanto das associações como dos nossos legisladores.

Existe, hoje, no Brasil, uma vasta legislação que dispõe sobre todos os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Podemos citar a Constituição Federal, a Lei nº 7.853, de 1989, a Lei nº 10.048, de 2000, o Decreto nº 3.289, de 1999, além de outras leis ordinárias que também garantem o direito das pessoas portadoras de deficiência. Porém, não podemos deixar de mencionar que, embora com toda essa legislação, há ainda, em alguns organismos do Governo, a ausência de setores que tratem especificamente dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, embora isso já conste em lei. É importante também ressaltar que todo esse ordenamento jurídico existente no País é fruto de movimento das organizações civis e que encontrou eco no legislador brasileiro.

Analisando isso em termos de políticas públicas, entendemos que atualmente as políticas estão sendo formuladas de forma desarticulada, com pouca ou nenhuma previsão orçamentária, em algumas vezes até ocorrendo superposições de ações efetivas. Essas políticas não refletem ainda as diferenças regionais e não têm a capilaridade necessária para o enfrentamento que a questão requer. Entendemos que as políticas devam ser feitas de forma articulada, integrada, de modo a assegurar à pessoa portadora de deficiência acesso integral a todos os direitos que lhes são garantidos por lei. Como exemplo, podemos citar a pessoa que não tem habilitação para o mercado de trabalho e isso causa uma deficiência no preenchimento das vagas, conforme a reserva de cota de lei.

Farei referência a algumas áreas: Saúde, Previdência e Educação.

Em relação às áreas da Saúde e Previdência, há uma verdadeira falta de definição dos papéis institucionais no aspecto da reabilitação integral. Entende-se ser de fundamental importância ainda que os planos de saúde assegurem o atendimento às pessoas portadoras de deficiência com especialistas, como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros.

Na área da Assistência Social, é importante que seja garantida a proposta orçamentária apresentada pelo Ministério da Assistência Social para os próximos quatro anos, no que diz respeito às ações voltadas para as pessoas portadoras de deficiência, a fim de atender à demanda e à correção de valores que estão defasados há oito anos.

Na área da Educação, é preciso haver uma política que promova a inclusão de todos os alunos na rede regular de ensino. O desafio é o acesso do portador de deficiência à rede regular de ensino em todos os Municípios brasileiros e a garantia de apoio e de recursos especializados, quando necessário, para que o aluno que deles necessite tenha acesso integral ao seu currículo.

Entendemos ainda ser de fundamental importância que se garantam atendimentos complementares, ou seja, a retaguarda na área de saúde pública e privada, para assegurar o acesso a essa aprendizagem anteriormente citada. É de fundamental importância também a capacitação de professores para atuar com os alunos portadores de deficiência.

No âmbito da Cultura, entendemos que as políticas institucionais devem viabilizar o acesso às bibliotecas dos que fazem uso da leitura em braile e dos portadores de baixa visão e acesso a todos patrimônios históricos e culturais de nosso País.

Na área do Trabalho, é fundamental a articulação com a educação, para que haja uma seqüência lógica. Com acesso à educação, haverá um futuro trabalhador para o mercado. É importante ainda que a fiscalização do cumprimento das cotas dos postos de trabalho esteja atrelada às adaptações do ambiente de trabalho. Há uma sensível falta de verbas para a qualificação de profissionais que atendem as pessoas portadoras de deficiência. É fundamental ainda que sejam previstos orçamentos para municiar os órgãos fiscalizadores no sentido de que tenham um papel nesse aspecto do trabalho.

Finalizando, é essencial que haja garantia nas contratações para os serviços públicos, mesmo que temporárias, com a reserva de vagas para as pessoas portadoras de deficiência até o percentual de 20%.

Agradeço a todos. Agradeço aos Senadores, por esta oportunidade de trazermos os nossos anseios e as nossas angústias. Este é um momento histórico, que vai ficar pautado no nosso Movimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Ivana, da Professora Lizair e do

Sr. Antonio Carlos Sestaro. Se quiserem, podem se sentar junto aos demais representantes.

Chamo para fazer parte da Mesa A SRA. Lúcia Severo, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, e A SRA. Isabel Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Corde.

Sr^a Isabel, desculpe-nos pela barreira arquitetônica do Senado Federal, porque está numa cadeira de rodas e tem de ser auxiliada para poder fazer parte da Mesa. Já fizemos um debate amplo no Senado, e sei que a mesma discussão ocorreu na Câmara dos Deputados, para que os ambientes físicos das duas Casas do Congresso passem a ser totalmente acessíveis, sem barreiras arquitetônicas. Quando isso ocorrer, que sirva também como uma sinalização para todas as assembleias legislativas e câmaras de vereadores do Brasil para que adotem os mesmos procedimentos.

Convido também A SRA. Regina Barata, representante da Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos.

Lembro que alguns temas foram levantados pela Subcomissão na primeira reunião. O levantamento da legislação, que já mencionei, a realização desta audiência pública com o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, a discussão do Orçamento em todas as áreas, a discussão do Senado com o Executivo em relação ao Orçamento, e os pronunciamentos a respeito do assunto já apontam para a importância do tema. Além disso, a Subcomissão vai fazer um trabalho junto à Comissão de Assuntos Sociais para que elabore uma emenda ao Orçamento, no segundo semestre, que beneficie essa área da pessoa portadora de algum tipo de deficiência. São momentos importantes no Congresso a discussão da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, a discussão do Orçamento, no segundo semestre, e a discussão também do Plano Plurianual para os próximos quatro anos, nessa visão que se pretende integrada, como o Dr. Antônio Carlos Sestaro enfatizou na sua fala.

Concedo a palavra à Dr^a Lúcia Severo, representante da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos.

A SRA. LUCIA SEVERO – Boa noite, estou representando a Feneis e o Conade, na área da surdez. Gostaria de agradecer à Isabel por ter-me dado esta oportunidade.

Venho expressar a minha indignação porque recebi um e-mail que divulgava que uma pessoa que se dizia representante da comunidade surda teria vindo ao Senado e dito que, para a comunidade surda, não era necessária a legenda na **TV Senado**. O Senador José Sarney, por sua vez, arquivou o projeto de lei sem sequer consultar a posição do Conade ou mesmo da representante na área da surdez. Gostaria de saber quem é esse representante que responde por cerca de milhares de surdos espalhados pelo País.

Existe a língua dos sinais. Acreditamos no trabalho dos Senadores e esperamos uma solução. Pedimos que, quando houver uma solicitação, que haja um documento. Esse representante não pode falar por uma comunidade inteira.

Então, gostaria de agradecer. Foi um episódio muito triste, e faço um apelo para que a Subcomissão reveja esse projeto de lei e leve adiante a questão da legenda. É importante. Vivemos em democracia. Boa-noite e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Lúcia e posso dizer, em nome de todos os Senadores membros da Subcomissão, que vamos verificar, Senador Jonas Pinheiro, Senador Eurípedes Camargo, Senador Eduardo Azeredo, para ver o que aconteceu com o projeto.

O debate da inserção de legenda na programação da **TV Senado**, da língua brasileira de sinais, poderá ser feito com a comunidade surda, a **TV Senado** e a **TV Câmara**, certamente, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, e buscar chegar a uma conclusão que contemple as expectativas e os anseios de todas as portadoras da surdez. Tenho certeza absoluta de que não haverá dificuldade nesse sentido.

Desejo ressaltar que temos na Presidência do Senado o Senador José Sarney, homem solidário com a área. Conforme dito, foi exatamente durante o Governo de S. Ex^a que foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Deficiente – Corde.

Com alegria, informo a presença do Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão dos Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência, cujo trabalho, a coletânea, a legislação elaborada já mencionei. O Senador Eduardo Azeredo, bem como os demais membros, Senador Jonas Pinheiro, Senador Eurípedes Camargo são altamente interessados no tema relativo ao portador de deficiência.

Concedo a palavra à Dr^a Regina Barata, representante da Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos, também Deputado Estadual.

A SRA. REGINA BARATA – Boa noite. Mais uma vez, em nome do Conade, gostaríamos de agradecer este espaço, porque entendemos ser realmente necessária a existência de uma Subcomissão que possa nos ouvir.

Tomei até um susto quando conheci o volume, Senador Azeredo, de matéria legislação em tramitação nesta Casa, sem que tenhamos conhecimento do que se trata. Isso faz com que tenhamos que correr atrás do prejuízo e buscar, muitas vezes, remendar – como se diz no dito popular – algo que poderia ter sido uma grande contribuição do nosso movimento.

Hoje, porque participantes de movimento social de pessoas portadoras de deficiência, estamos presentes, não temos mais aquela visão do passado de mero objeto do direito. Hoje somos esse sujeito do direito, os representantes, tanto que a existência do Conade se dá pela organização da nossa entidade. Com o apoio de todas as entidades nacionais, conseguimos dar continuidade ao movimento nacional mais emergente: o movimento de portadores de deficiência, pois sabemos que, enquanto outros movimentos diminuíram suas reivindicações, estamos aqui, numa demonstração de que ainda não está bom.

A legislação vigente no País é fruto, conquista desses movimentos. O que está na Constituição Federal brasileira não está lá por acaso, foi fruto da mobilização de movimentos organizados que conseguiram estabelecer, pela primeira vez, na Constituição, os direitos da pessoa portadora de deficiência. Não foi por acaso que isso aconteceu. Foi fruto dessa organização a existência de direitos fundamentais e básicos para as pessoas portadoras de deficiência estabelecidos na primeira Constituição. Com isso, estamos aqui, nesta oportunidade, para dizer aos Senadores que tudo isso aqui não nos intimida. No Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, temos todo o tempo necessário para analisar; estamos nos colocando à disposição dos senhores, porque é interesse nosso contribuir com esse debate.

Não desejamos hoje ser fruto apenas daquelas legislações que nos trouxeram muitas vezes prejuízos. Vivemos um novo momento, e um novo governo sempre nos traz a esperanças de que alcancemos êxito também no Senado Federal.

E essa Subcomissão, proposta por V. Ex^a, com certeza, é fruto de prática na vida política e também como membro do Conade. Os nossos pares no Conade terão o maior prazer em recebê-los, sejam quantos forem, para analisarmos o assunto e dizermos o que nos interessa ou não. Não é mais possível haver le-

gislações que, ao invés de trazer o engrandecimento do nosso movimento, nos discrimina muito mais e nos segrega, muitas vezes deixando-nos nos guetos. Neste momento, esta Subcomissão permite demonstrar que nos representamos, que somos capazes. O que nos falta realmente é oportunidade.

Gostaríamos também de dizer ao Senador Paulo Paim, que tem a proposta de um Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, que esse estatuto precisa ter a cara da pessoa portadora de deficiência. A nossa contribuição, a nossa colaboração é a expressão do sentimento, do que pensamos e do que queremos. Quando isso não acontece, com certeza não reflete os nossos anseios.

Acredito que o Conade é um Conselho paritário, com legítima representação, bem como V. Ex^{as} que foram eleitos pela representação popular. Queremos contribuir a fim de que as legislações que saiam desta reunião possam realmente refletir os anseios das pessoas portadoras de deficiência.

Iríamos pedir o apoio de V. Ex^{as} quanto à isenção do IPI, mas, infelizmente, já houve a votação e aprovação da matéria na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado com uma emenda que ampliou um pouco mais nossos direitos, ante algumas propostas nossas, mas restringiu um ganho que era nosso há muito tempo. Não dá para dar dois passos à frente e retroagir um. Então, houve uma perda para as pessoas portadoras de deficiência física, aquelas que realmente dirigem os seus próprios carros, têm a sua autonomia, a sua independência quanto à isenção do IPI. Ficamos tolhidos justamente por ter havido ressalvas quanto aos veículos automotores. Não sei se o Senado poderia ainda de alterar essa situação, pois acredito que o projeto sobre a isenção do IPI já esteja na mão do Presidente.

O fato é que houve restrição de nosso direito. Tínhamos a liberdade de escolher o carro mais conveniente para dirigir. Hoje, estaremos restritos a uma única concessionária, principalmente por conta da questão da frota verde. Então, isso vai nos deixar sem opção, sem escolha para exercer realmente esse direito de fazer com que a isenção do IPI seja um benefício real para nós.

Também gostaríamos de pedir ao Senado que garantisse a aplicação das verbas do Fundef na área da educação de alunos com deficiência. O projeto que trata dessa matéria já foi votado na Câmara Federal e é de suma importância para nós.

A Lizair disse que aprendeu com o Senador Arns que a maneira de sabermos que um governo se interessa por nós é quando vemos o retrato do Orça-

mento. Então, Senadores, vamos mostrar neste novo Orçamento e no Plano Plurianual que passamos a ser importantes para o País. Queremos ser contribuintes sociais e não o encargo que a sociedade pensa que somos. Muitas vezes, acham que só precisamos de benefícios de prestação continuada ou que queremos viver mendigando, esmolando. Não, o que queremos são oportunidades de participação direta nas ações que dizem respeito às nossas vidas, porque, com certeza, com igualdade de oportunidade, nós, pessoas portadoras de deficiências, estaremos sendo contribuintes deste País, e não aumentando o número de analfabetos, miseráveis e indigentes. Por isso, pedimos essa garantia.

Em todos os projetos de lei, devemos lembrar de contemplar as pessoas portadoras de deficiências. Somos diferentes por possuir uma deficiência física, sensorial ou mental, mas não podemos mais ser tratados com desigualdade, porque são as desigualdades sociais, políticas e econômicas que têm feito de nós esse encargo não só para a sociedade brasileira, mas também para os nossos familiares, amigos e vizinhos.

Neste novo milênio, queremos dizer que esta Subcomissão pode dar uma resposta a todos nós que estamos nesta militância, acreditando firmemente que vivemos um novo momento. Desde já, quero pedir o apoio geral e irrestrito para a nossa primeira conferência nacional a ser realizada em dezembro, porque somente com o orçamento de que a Corde dispõe não seremos capazes de mobilizar este Brasil inteiro, com tantas diferenças, para que façamos uma conferência nacional que seja representativa. Para isso, precisamos do apoio desta Casa, dos Senadores. Com certeza, essa primeira conferência nacional será um marco nas nossas vidas, porque mostrará o que somos capazes de fazer. A partir dela, o País verá de forma diferente as pessoas portadoras de deficiências, porque seremos olhadas não mais pelas nossas deficiências, mas sim pelas nossas aptidões. Cada um de nós tem uma aptidão, precisamos apenas de oportunidades para que possamos dar outra versão da pessoa portadora de deficiência neste novo milênio.

Como portadora de deficiência, sinto-me contemplada ao ver a atuação de V. Ex^a, no início do mandato, criando esta Subcomissão. Espero que ela não seja temporária, porque, depois desse, com certeza virão outros projetos e gostaríamos que todos eles chegassem ao Conade, a fim de que pudéssemos sobre eles opinar, e que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa pudesse respeitar nossas opiniões como representantes dos movimentos sociais.

Para nós, seria de grande importância opinar sobre a legislação que irá reger o País. Acreditando nisso, tenho a convicção de que estaremos dando passos bem mais largos na construção de uma sociedade com justiça, com igualdade e com liberdade.

Obrigada, nobre Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Quero apenas ressaltar para todos os presentes e também para o Brasil que existe uma disposição muito grande desta Subcomissão no sentido de ajudar a resolver as dificuldades e abrir as perspectivas para a área. Quando pensamos no encaminhamento das soluções, sempre dizemos que a sociedade organizada é um instrumento muito forte para mudanças. Quando a sociedade organizada tem um canal de comunicação com o Senado Federal ou com a Câmara dos Deputados, o trabalho dela pode multiplicar-se. Então, houve a decisão dos Srs. Senadores Jonas Pinheiro, Eurípedes Camargo, Eduardo Azeredo, da minha própria pessoa e do nobre Senador Garibaldi Alves, que já saiu. Além desses Senadores, fazem parte da Comissão o Sr. Senador Ney Suassuna, do Estado da Paraíba, e o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima.

Passo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão.

O SR. RELATOR (Eduardo Azeredo) – Sr. Presidente, nobre Senador Flávio Arns, Srs. Senadores Jonas Pinheiro e Eurípedes Camargo, senhoras e senhores, quero, primeiro, falar da minha satisfação em poder participar desta Subcomissão e ser o seu Relator. Temos de trabalhar de maneira muito objetiva. Esse calhamaço de projetos mostra que idéias existem, precisam apenas ser concentradas e organizadas no sentido de que tenhamos ações objetivas em relação às pessoas portadoras de deficiência.

Quanto ao projeto de isenção do IPI, quero apenas dizer que ele já está terminado. Foi aprovado aqui e na Câmara. Então, não há o que fazer em relação a ele. Na verdade, eu desconhecia que havia ficado alguma restrição. Neste momento, o que podemos fazer é começar do zero, isto é, fazer um novo projeto para corrigir essa falha ou, então, uma medida provisória do Governo. Quero também registrar que houve concordância e, realmente, um apoio muito efetivo da Secretaria de Direitos Humanos, quando nós estávamos discutindo com a equipe econômica do Governo a ampliação dos direitos para as pessoas portadoras de deficiência mental e para os autistas. Num primeiro momento, tais pessoas não foram incluídas na Câmara. Lá foram incluídos os portadores de deficiência visual e deficiência física e, aqui, nós conseguimos

aperfeiçoar o projeto. A equipe econômica é sempre contra. Quando se trata de qualquer coisa que signifique gasto, ela age assim. Quando eu era Governador e alguém reclamava do meu Secretário da Fazenda, dizendo que ele era mal-humorado e estava sempre de cara fechada, eu dizia que Secretário da Fazenda tem de ser assim. Secretário da Fazenda simpático não é bom, porque ele tem a missão de controlar os gastos, e essa missão é realmente árdua. Mas, evidentemente, cabe aos outros Secretários, aos outros agentes políticos, a discussão e o convencimento das autoridades da área financeira de que a aplicação daquele recurso é válida.

Foi importante o apoio da Secretaria de Direitos Humanos para que a equipe econômica do Governo Federal concordasse com a inclusão dos deficientes mentais e dos autistas. Mas uma parte ficou pendente e nós temos de procurar agora um novo caminho.

Quero apenas trazer a minha palavra de cumprimentos ao Senador Flávio Arns, que, como todos os senhores sabem bem, é uma autoridade na questão do portador de deficiência e uma pessoa dedicada à causa. Já estamos com quatro meses de trabalho no Senado, de fevereiro até hoje, e sabemos que o Senador está sempre atento a todas as matérias que podem trazer alguma consequência para o portador de deficiência. Nós também estaremos sempre atentos no sentido de incluir a pessoa portadora de deficiência como beneficiária ou como interessada em qualquer assunto que estiver tramitando no Senado. Evidentemente, essa é a nossa disposição e a nossa obrigação.

Em relação aos projetos, o que quero dizer é que precisamos trabalhar muito e seria muito bom termos a colaboração do Conade e de todos os órgãos da sociedade civil para que nos ajudassem nesse processo, porque muitos projetos são repetitivos, alguns nem se justificam mais, e temos que ter agilidade. A minha formação sempre foi na área de menos conversa e mais ação. Penso que temos que trabalhar para vermos o que deve ser feito. Avalio que o projeto de isenção do IPI dos automóveis já é um saldo inicial positivo, com sua aprovação pela Câmara e pelo Senado, e vamos buscar agora buscar outros caminhos que são tão importantes e tão necessários.

Sinto que é um momento importante, existe sensibilidade aqui no Senado e na Câmara – estavam aqui dois Deputados de Minas Gerais, que é um Estado privilegiado, pois tem dois Deputados defensores dessa causa: Leonardo Mattos e Eduardo Barbosa – e devemos, portanto, nos somar aos demais Deputados e Se-

nadores dos vários Estados para avançarmos bastante. É o que precisamos e o que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Passo a palavra, como última fala desta audiência pública, à Dr^a Isabel Maior, grande amiga, batalhadora da área, coordenadora da Corde – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que faz parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Com prazer, Dr^a Isabel, passo a palavra a V. S^a.

A SRA. ISABEL MAIOR – Obrigada, Senador Flávio Arns.

Boa noite a todos os Senadores presentes, aos colegas Conselheiros, aos colegas portadores de deficiência que aqui estão, demais senhoras e senhores, não sei se os senhores perceberam, mas temos um certo script entre nós, Conselheiros, que estamos aqui representando o Conade, com muita honra, nesta primeira audiência pública da Subcomissão Temporária de Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência.

A Regina parou num ponto e vou tentar seguir a partir dele. O outro assunto que abordarei depois é o PPA. Mas, voltando aos projetos de lei, lembro que desta Casa já saíram grandes ganhos para o grupo de pessoas portadoras de deficiência, a exemplo de um projeto de lei apresentado pela Senadora Benedita da Silva que transformou a libras em língua oficial do nosso País. Essa foi uma grande conquista do Senado Federal.

Gostaríamos de nos reportar, neste momento, a um projeto de lei de autoria do Senador Romeu Tuma que diz respeito à regulamentação do cão-guia, algo de muita importância para a comunidade de pessoas cegas. Esse projeto já está aqui e poderia estar pronto para ser votado. O Conade tem a posição de apoiá-lo e solicita que ele seja aprovado com a maior urgência possível, porque interfere diretamente na vida dessas pessoas. A companheira Ethel, uma das primeiras pessoas a usar cão-guia no Brasil, tem que andar com um salvo-conduto para que possa ingressar em alguns ambientes em razão de estar com o cão-guia. Uma vez regulamentado o uso do cão-guia, as pessoas cegas não passarão mais por esse constrangimento da colega Ethel, que, apesar de ser uma figura pública no nosso País, ainda tem que se fazer acompanhar de um documento expedido por um juiz para que possa transitar livremente com o cão-guia, o Dino, que todos conhecemos e de que gostamos muito.

Há um outro projeto de lei que gostaríamos, ao contrário, que os Srs. Senadores pudessem, imediatamente, verificar. Como foi mencionado pela nossa

Conselheira Lizair no início, trata-se de um projeto de lei de autoria da Senadora Maria do Carmo, Projeto de Lei nº 30, de 2002, aprovado agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e, no entanto, é um projeto de lei que estabelece cotas para a escola: 10% das vagas deverão ser garantidas às pessoas portadoras de deficiência, em todos os níveis; e 5%, nas escolas particulares.

Ora, senhores, todos sabemos que o ensino é universal. Então, nesse caso, a aplicação de cotas é contrária ao interesse da pessoa portadora de deficiência. Também nesse exemplo, pedimos, mais uma vez, urgência para que isso seja freado nesta Comissão. O Conade e a Corde já prepararam um documento, como órgão de Governo, contrário a essa medida.

Existe uma cota. Mas questionaríamos o seguinte: essa cota é benéfica para a pessoa portadora de deficiência? Sem dúvida nenhuma, quando se trata de equiparação de oportunidade para reduzir uma defasagem histórica, que é o caso do mercado de trabalho, do concurso público ou mesmo das próximas contratações temporárias previstas pelo Governo, num total de 5.209 vagas, que, no entanto, deveriam ser concursos públicos. Se fossem concursos públicos, estariam afetos à legislação nº 8.112/90, que determina que o limite de vagas seja de até 20%, e determinado pelo Decreto nº 3.298/99, esse mínimo tem que ser de 5%.

Portanto, no nosso entendimento – no consenso do Conade e da Corde –, em havendo contratos temporários pela área governamental, esse mínimo de 5% também há de ser garantido para as pessoas portadoras de deficiência, ou então estaremos, durante alguns anos, até que todos esses concursos públicos sejam efetuados, tendo um prejuízo muito grande para a categoria de pessoas com deficiência.

Esse é um exemplo em que a ação afirmativa – que é, na verdade, uma discriminação positiva – nos é favorável. O caso exemplificado anteriormente, ao contrário, trará com certeza um prejuízo muito grande, porque, se este Senado aprova uma legislação que diz que somente as escolas particulares que tenham mais de 200 alunos matriculados têm a obrigação de reservar 5% de vagas para pessoas portadoras de deficiência, imaginem as creches, a pré-escola. Nunca haverá vaga para uma criança com deficiência. Então, essa é uma solicitação.

Quero, ainda referir-me a um projeto extremamente importante que tramita nesta Casa, de autoria do Senador Paulo Paim, que é o Estatuto do Portador de Deficiência. Esse é um nome que não nos agrada,

porque preferimos sempre ser lembrados como pessoas. Então, para nós, seria mais interessante alguma legislação que dissesse “pessoa portadora de deficiência” ou “pessoa com deficiência”.

Esse estatuto é tão importante que merece do Conade atenção redobrada, e é isso que estamos fazendo. Neste momento, consultando os rostos dos companheiros, posso dizer que o Conade dá todo o seu tempo, seu sangue e seu suor para poder participar da elaboração desse estatuto, não na forma como está. Acreditamos que pode ser muito mais avançado do que a proposta inicial apresentada, em bom tempo, pelo Senador Paulo Paim.

Esta Subcomissão, lamentavelmente, é temporária. Nosso desejo é que ela se torne permanente. Depois, poderíamos ver quais os mecanismos para podermos caminhar nesse sentido. Neste momento, a nossa preocupação está com alguns desses projetos que a Regina e eu acabamos de enumerar, em especial em relação ao estatuto.

Passando ao meu segundo ponto do script, cabe-me agora fazer alguns comentários em relação ao Plano Plurianual de 2004 a 2007. São quatro anos à nossa frente. Todos nós já aprendemos que não adianta pensar em uma transformação social, que é a inclusão das pessoas portadoras de deficiência na nossa sociedade, no curto prazo. Temos que ter noção que políticas públicas e políticas que mexem com o imaginário coletivo sobre a deficiência e sobre a menos valia ou a mais valia da pessoa portadora de deficiência hão de ter um planejamento, obviamente associado a um orçamento que dê vida à nossa política, que é a política nacional de integração da pessoa portadora de deficiência, definida por lei. Ela só se torna real, efetiva e, de fato, apóia e equipara as chances e as oportunidades na vida da pessoa portadora de deficiência se essa política for cumprida pelo Plano Plurianual.

O que tivemos? Recentemente, terminando o ano, em 2003, convivemos, pela primeira vez, com um programa multisetorial, o Programa 065, do PPA vigente. Esse programa reuniu as ações da Corde, as ações da antiga Secretaria de Estado de Assistência Social, inclusive o benefício de prestação continuada, e incluiu algumas das ações executadas pelo Ministério da Saúde em relação à pessoa portadora de deficiência. A nossa experiência com esse programa multisetorial foi positiva e negativa ao mesmo tempo. Positiva, porque começa a haver o que chamaríamos de um embrião de políticas integradas, de ações integradas, mas, ao mesmo tempo, ela não foi suficiente, porque talvez a sociedade não tenha percebido o va-

lor de um programa de governo por meio do seu Plano Plurianual.

E o que pretendemos a partir dessa experiência que tivemos? Propor que, no próximo PPA, os senhores – que serão os últimos e, portanto, os mais importantes, porque é pelo Congresso Nacional que o PPA passará e será aprovado e, conseqüentemente, cada uma das leis orçamentárias anuais que lhe darão vida e sustentação – nos ajudem a aprovar a proposta que nós começamos a discutir na Corde e no Conade, que é a proposta de dois programas, programas esses multisetoriais, envolvendo não apenas três Ministérios, mas envolvendo as ações fundamentais de todos os Ministérios que têm a obrigação de fazer com que a pessoa portadora de deficiência passe a frequentar o ciclo virtuoso do desenvolvimento do nosso País.

Se lembrarmos das diretrizes que norteiam o futuro PPA, que está em programação adiantada e já vai para as audiências nos Estados, já tendo começado na sexta-feira no Estado do Amazonas, com a participação da nossa comunidade de pessoas portadoras de deficiência, vamos lembrar que existe a primeira dimensão, que é a da inclusão social, e a última dimensão, que é a dimensão democrática. Nessa dimensão democrática, há uma menção explícita às pessoas com necessidade especiais, que é o nome correlato à pessoa portadora de deficiência na linguagem brasileira. No entanto, consideramos que não é apenas na questão da dimensão democrática do PPA que a pessoa portadora de deficiência deve estar envolvida. Em especial, na primeira dimensão, da inclusão social, porque essa significa a inserção da pessoa portadora de deficiência, mais uma vez, dentro da sociedade, atuando como protagonista de sua vida, da vida de sua família, da vida de sua comunidade, dentro da escola, dentro do trabalho, em todas as ações econômicas, em todas as questões que digam respeito ao desenvolvimento do País. Significa uma pessoa portadora de deficiência produtiva, uma pessoa que, em vez de receber benefícios, passa a ser um contribuinte da Receita Federal e, portanto, uma pessoa que dá lucro.

Isso, todos os países já verificaram. Cada real investido na reabilitação integral da pessoa portadora de deficiência, que começa, se ela nasceu com deficiência, desde o seu primeiro momento de vida, ou, se ela se tornou deficiente, a partir daquele momento até a sua complementação, sendo um trabalhador, cada real investido significa dez reais. O retorno é dez vezes maior quando há um investimento na pessoa com deficiência.

No entanto, se não acreditarmos e não contribuirmos para que isso ocorra por meio das políticas e das ações desenhadas no PPA, teremos sempre um número crescente – que já se aproxima de um milhão – de pessoas portadoras de deficiência que recebem o benefício da prestação continuada. Essas pessoas – esse um milhão a que eu estou me referindo – vivem muito abaixo da linha de pobreza, em famílias com uma renda **per capita** inferior a um quarto de salário mínimo.

Então, estamos falando em um grande salto de qualidade e de quantidade de recursos, que poderiam ser utilizados de uma maneira muito mais proveitosa. Isso não significa desamparar aqueles que hoje necessitam do benefício de prestação continuada, mas investir muito mais em todos aqueles que, mesmo estando no benefício da prestação continuada, poderiam se transformar em trabalhadores.

Há dois programas que estamos trazendo ao conhecimento de V. Ex^{as} em primeira mão. Um deles se chama “Programa Nacional de Acessibilidade”, e tem, no seu bojo, ações que permeiam os vários Ministérios, como o Ministério das Cidades, Ministério das Telecomunicações, Ministério dos Transportes, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Secretaria de Recursos Humanos, entre outros, contando, evidentemente, com o Ministério do Planejamento. Qual é a importância deste Programa de Acessibilidade? Quando falamos em acessibilidade, Srs. Senadores e senhores presentes, estamos nos referindo às várias vertentes da acessibilidade: à acessibilidade física, para as pessoas que têm dificuldades de locomoção – e eu aceito as suas desculpas, Sr. Presidente, em relação ao degrau; da próxima vez, acredito que ele não estará aí e teremos uma rampa; caso contrário, não poderei aceitar as desculpas pela segunda vez, em nome de toda a população brasileira que usa cadeira de rodas –, mas a acessibilidade não se refere unicamente ao meio físico. Ela se refere também à comunicação e à informação. Estamos falando de dois grupos importantíssimos da nossa comunidade. A Lúcia já expressou essa questão aqui, ou seja, a do direito que o deficiente tem de ser informado e de participar da vida. Quem tem a informação tem o poder e a capacidade de se libertar. A informação tem de ser dada à pessoa cega, mediante o braille, a Internet e os softwares que o Brasil já produz. Pode-se fazer com que as pessoas cegas utilizem todo o sistema de computação informática do País com facilidade, desde que tenhamos o cuidado de fazer cumprir a legislação. A começar pelas páginas do Governo. E aproveito para registrar mais um apelo

que pode ser de atendimento imediato: que a página do Senado se torne uma página acessível às pessoas cegas, para que possam navegar livremente e obter as informações que necessitarem. Dessa maneira, cada um de nós poderá se cadastrar e acompanhar um projeto de lei que tramita nesta Casa ou na Câmara Federal. No entanto, se o desenho da página, originalmente feito pelo **web designer** não for acessível à pessoa cega, ela não terá como navegar com o seu DOS-Vox ou um desses outros sistemas que fazem a interface e que, na verdade, funcionam como um leitor de tela para a pessoa cega.

No que tange à pessoa com deficiência auditiva, a lei que reconhece a libras como uma língua oficial do País, que já foi aprovada, como já mencionei aqui, oriunda do Senado Federal, carece ainda de regulamentação, que está sendo preparada pelo Ministério da Educação, em conjunto com outros órgãos do Governo. No entanto, isso não impede que todas as nossas TVs já tenham legenda, que não atrapalha ninguém, todos sabemos disso. As televisões precisam ter, todas elas, o sistema de captação de legenda oculta – ou **closed caption**, utilizando a língua inglesa –, ou ainda a colocação de um pictograma na tela, em que aparece justamente a intérprete de sinais, tal como está aqui à nossa frente. Os dois sistemas são importantes e são um direito da comunidade surda brasileira. É o que gostaríamos de deixar claro aqui. Isso faz parte do nosso Programa Nacional de Acessibilidade.

Completando esse programa, quero falar sobre as ações que dizem respeito à questão do transporte. Falávamos antes, aqui, sobre o direito daqueles portadores de deficiência, que são minoria no País, assim como as pessoas que podem comprar um carro zero quilômetro. O cálculo que fiz, e que serviu de base para convencer um pouco a Receita Federal, foi no sentido de que o número de pessoas que pode comprar um veículo, ainda que com a retirada do imposto federal (IPI), é muito pequeno. Entre os deficientes, esse número não chegaria, com o acréscimo que foi feito, a mais de 18 mil pessoas. No entanto, temos que falar da maioria. A maioria das pessoas, como a maioria dos brasileiros, não usa carro zero quilômetro nem usa carro de segunda mão. Mas isso é uma outra coisa. Poderia haver um projeto de lei que desse algum incentivo, alguma coisa que pudesse ajudar as pessoas que não podem comprar um carro zero quilômetro, mas podem comprar um carro por meio de um financiamento, com uma linha de crédito um pouco mais acessível. Assim mesmo, ainda não estaríamos alcançando a maioria, porque a maio-

ria de todos os brasileiros precisa se locomover em transportes coletivos, e as pessoas com deficiência não são diferentes. É exatamente isto que propomos: que o transporte coletivo seja adaptado, por intermédio da regulamentação das Leis nºs 10.098 e 10.048, o que será feito por meio de um decreto que está na Corde e, provavelmente, vai merecer, ao longo do tempo, melhoramentos. Pretendemos que todos os transportes estejam adaptados. Daí a importância desse programa dentro do PPA. Ele precisa ter recursos para enfrentar todo tipo de lobby que possa surgir contra a proposta. A legislação pode não ser cumprida se não tivermos força para fiscalizá-la. A importância disso está na fiscalização e na preparação de recursos humanos capazes de, cada vez mais, trabalhar com a acessibilidade.

Dentro do Projeto Acessibilidade, teremos apenas que comentar a questão das ajudas técnicas, que são todos os equipamentos que auxiliam a pessoa portadora de deficiência a ter autonomia e segurança em sua vida. Essa é mais uma das ações contempladas dentro do Programa Nacional de Acessibilidade.

O segundo programa é o de ações integradas. Ele está previsto no Decreto nº 3.298. O que significa isso? Significa tudo o que já foi dito aqui pelos Conselheiros que me antecederam. Significa que todas as políticas setoriais não podem andar isoladas. É preciso que a política desenvolvida pelo Ministério da Educação tenha uma correlação direta com a do Ministério da Saúde, que, por sua vez, deve ter com a Previdência, com a Assistência Social, com a Secretaria de Direitos Humanos, com o Ministério da Cultura, com o Ministério do Esporte e Turismo, com o Ministério do Trabalho e com o Ministério das Cidades, que tem uma importância muito grande para nós – além de algum outro que porventura eu tenha esquecido neste momento. Significa que gostaríamos que as ações previstas no PPA não existissem apenas isoladamente em cada Ministério, porque isso não traz força. Essa é justamente a sinergia que se consegue ao juntar as ações num programa que tenha uma coordenação – e essa é a função da Corde, por uma obrigação legal, pela Lei nº 7.853, de 1989 –, e é o que nos propomos a fazer, juntamente com os Poderes Legislativo e Executivo, com todos os Senadores que são responsáveis, especialmente os que fazem parte nesta Subcomissão, que estará exatamente funcionando durante o período de aprovação do PPA. Eles podem nos dar força no sentido de que as propostas que vierem do Executivo encontrem, nesta Casa, um apoio para serem aprimoradas. E que as ações sejam inseridas em programas que se mostrem multifacetários,

para que, de fato, possamos dizer, daqui a quatro anos, que caminhamos com o planejamento de uma política pública voltada para o segmento das pessoas portadoras de deficiência, que não é um segmento homogêneo – muito pelo contrário –, mas que mostra a diversidade humana no aspecto mais abrangente que se possa imaginar, desde uma pessoa que não caminha até aquela que não é capaz de ouvir, mas que tem uma série de outras capacidades e habilidades.

Para terminar, agradeço, mais uma vez, em nome de todos os companheiros do Conade, esta oportunidade.

Parabenizo o Senador Flávio Arns e os demais Senadores membros da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais do Senado Federal e registro que estamos ansiosos para trabalhar em sintonia permanente com esta Subcomissão.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Isabel Major, Coordenadora da Corde.

Ressalto que, além das já mencionadas entidades nacionais, dos Ministérios e das entidades locais do Distrito Federal, presentes nesta audiência, estão conosco representantes da Associação Nacional de Equoterapia (Ande – Brasil) e também da Universidade de Brasília, que promoverá, no início do mês de julho, um congresso internacional relacionado à pessoa portadora de necessidades psicológicas especiais, uma área extremamente importante. A Comissão de Assuntos Sociais, provavelmente, realizará, no fim deste mês, uma audiência pública como forma de preparação para esse congresso internacional.

Passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, nosso companheiro do Mato Grosso, que representa, nesta Subcomissão, o PFL.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Agradeço ao Senador Flávio Arns, Presidente desta Subcomissão, e ao Senador Eduardo Azeredo, Relator.

Participo da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais como representante do PFL, além de ser o Vice-Presidente. Portanto, na ausência do Senador Flávio Arns – espero que isso não ocorra –, presidirei a Subcomissão.

Como ponto de partida, foi importante esta audiência, em que ouvimos os representantes dos deficientes de vários setores que nos deram uma aula do que precisa ser feito nessa área. Com certeza, todos podem confiar no nosso trabalho. O Relator é uma

pessoa muito experiente e o Presidente entende bem desse assunto. Portanto, vamos trabalhar!

Sugeri as cinco emendas coletivas da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e talvez pudéssemos requerer uma para esta Subcomissão. As quatro emendas restantes seriam destinadas a outros assuntos na CAS. O mesmo procedimento poderá ocorrer na Câmara dos Deputados, pois, naquela Casa, além da Comissão de Educação, há a Comissão de Saúde. Nesse caso, o trabalho é muito mais da Corde e do Conade para, junto aos Deputados, pedir também lá uma dessas emendas coletivas. Isso pode até se caracterizar como uma ação permanente. Por exemplo, na Comissão de Ação Social, aqui no Senado, já é praxe que uma das emendas seja oriunda do Hospital Sarah Kubitschek, já que essa instituição não consegue viver dos recursos destinados pelo Poder Executivo. Portanto, aqui, esses recursos são aumentados, tendo em vista o trabalho da Câmara e do Senado nas Comissões. Assim vive o Sarah. Então, por que não solicitar, individualmente, a cada Deputado ou Senador uma atuação nesse sentido? Acredito que R\$50 a R\$100 mil que os senhores solicitassem de cada Parlamentar somaria um bom volume de recursos. Por que não instituímos isso tudo nesta Subcomissão?

As idéias são inúmeras. Nesta primeira reunião, várias delas foram lançadas. Vamos continuar a fazê-lo e verificarmos o que colheremos de positivo, pois esta Subcomissão, apesar de temporária, pode assumir ações de caráter permanente.

Vamos, portanto, trabalhar, Sr. Presidente. Estamos todos integrados, V. Ex^a soube escolher muito bem os sete membros desta Subcomissão, pois somos todos Senadores envolvidos com a causa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – O Senador Jonas Pinheiro deixou bem claro o prazo de duração desta Subcomissão, que é de seis meses, podendo, conforme deliberação da Comissão de Assuntos Sociais, ser prorrogado, se necessário.

Vejo que V. Ex^{as} estão bastante envolvidos com a causa e querem encontrar soluções ou mesmo contribuir nesse sentido. Todos nós desejamos fazer um trabalho entrosado, particularmente com o Conade, em que estão presentes os órgãos governamentais e a sociedade.

Vamos discutir o Orçamento, como disse o Senador Jonas Pinheiro, não apenas agora, na elaboração, mas já agora nos meses de junho e julho com o

Poder Executivo e com cada um dos Ministérios aqui presentes. Creio que inclusive os representantes do Conade nos Ministérios podem ser essa porta, esse contato, a fim de que haja essa discussão, que é fundamental, dentro do Plano Plurianual. Enfim, pretendemos fazer um trabalho integrado.

Ressaltamos novamente a importância e a beleza desta iniciativa. Aliás, como disseram representantes de outros países, "como seria bom que isso acontecesse em nossos países", porque o interesse do Congresso Nacional – da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – pelos deficientes, mediante a instalação de subcomissões específicas, é algo que tem que ser enaltecido e elogiado mundo afora.

Portanto, como disse o Senador Eduardo Azeredo, queremos resultados. Toda essa discussão já realizada indica, em muitos aspectos, encaminhamentos imediatos; outros estão na seqüência. Mas, repito, desejamos resultados em todas as áreas, com discussão, organização das idéias e ação. Que, daqui a alguns meses, possamos nos reunir para falar dos caminhos trilhados, das conquistas obtidas e também dos desafios que vão permanecer. É um processo de vida, sem dúvida alguma.

O Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais, a Presidente Lúcia Vânia, a Subcomissão Temporária de Assuntos para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, todos nós estamos muito felizes com a presença dos senhores, foi muito bom termos acompanhado as exposições nesta audiência pública.

Quero também ressaltar que todos os senhores, se assim o desejarem, poderão fazer contribuições, verbais ou, preferencialmente, por escrito, para a Subcomissão, que todas serão estudadas, levadas em conta, organizadas, distribuídas para os Senadores membros da Comissão.

A mesma observação vale também para aquelas pessoas todas que estão acompanhando esta audiência pública pelo Brasil inteiro, mas que não tiveram a oportunidade de estar aqui, que também enviem as sugestões, as idéias, o que for necessário, para contribuir com esse trabalho, que é um desafio para todo o País.

Nada mais havendo a discutir, encerro a presente audiência pública, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 6 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

ATA DA QUINTA REUNIÃO (extraordinária) DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, QUARTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS.

Às dezoito horas e quarenta minutos, do dia oito de outubro de dois mil e três, na Sala de reuniões nº 09 – Ala Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador FLÁVIO ARNS, para a realização de Audiência Pública, reuniu-se a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com a presença dos Senadores **NEY SUASSUNA, EURÍPEDES CAMARGO, GARIBALDI ALVES FILHO, EDUARDO AZEREDO, MOZARILDO CAVALCANTI, JONAS PINHEIRO, AUGUSTO BOTELHO** e a Senadora **LÚCIA VÂNIA**. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e propôs a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. A presente reunião tem como objetivo A presente reunião tem como objetivo Discutir o planejamento financeiro e organizacional dos diferentes ministérios, no tocante às carências das pessoas portadoras de necessidades especiais. Os senhores Daniel de Andrade Ribeiro, Gerente de Projetos da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; George Alberto de Aguiar Soares Diretor do Departamento de Programas Sociais da Secretaria de Orçamento Federal e o Senhor GUSTAVO PEREIRA ANGELIM, Gerente de Programas da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fizeram as suas exposições. Foi aprovado requerimento de autoria do Senhor Senador Flávio Arns para que as pessoas e entidades presentes pudessem ter oportunidade de fazer comentários ou perguntas. Usaram da palavra, o Senador Eduardo Azeredo, o senhor Lucimar Malaquias, Presidente da Comissão Jovem Gente como a Gente*, de Planaltina, Distrito Federal e funcionário do Ministério da Agricultura; a Senhora Isabel Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional da Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; a Senho-

ra Martha Maria Barros dos Santos, diretora da Corde do Distrito Federal e Vice-Presidente do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social do Distrito Federal, o Senhor Ernesto Augusto Lucas Neves, Vice-Presidente do Conade; o Senhor. João Júlio Antunes, assessor do Senador Paulo Paim; a Senhora Lídia Nogueira Moreno, representante dos doentes mentais e de seus familiares, da entidade AFDM-Brasil Nacional. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e as entidades que dão suporte a busca pelos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, a CORDE, a APADA/DF, Federação Nacional das APAEs, representantes dos Familiares Mentais, da Associação Nacional de Equoterapia, da Comissão Jovem Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a reunião às vinte horas e dezesseis minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião extraordinária da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2, de 2003, com o seguinte teor:

Em virtude de a audiência pública a realizar-se hoje, dia 3 de junho de 2003, às 18h, na sala nº 2, na Ala do Senador Nilo Coelho, no âmbito da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da Comissão de Assuntos Sociais, requeiro, na qualidade de Presidente da referida Subcomissão e nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, do Senado Federal, que sejam consideradas para a composição da Mesa os seguintes membros do Conade [que passo a nominar e já a convidar para tomarem assento à mesa]: Sr^{ia} Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade, em substituição ao Sr. Adilson Ventura, Presidente do Conade; Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Dr. Antonio Car-

los Sestaro, representante da Federação Nacional da Síndrome de Down.

Após ter chamado essas três pessoas, mencionarei as demais que depois, na seqüência, serão também chamadas para tomarem assento à mesa: Dr^a Lúcia Severo, que será chamada na seqüência, representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Sr^a Isabel Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e Dr^a Regina Barata, representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública, aprovada pelo Requerimento nº 1, e também agora pelo Requerimento nº 2, de 2003, de minha autoria, destinada a expor a situação das pessoas portadoras de necessidades especiais no País e os seus maiores desafios.

Quero lembrar a todos os presentes, e já enaltecendo a presença de todos para o debate de um tema tão importante, os desafios enfrentados pela pessoa portadora de deficiência, que esta é a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que tem uma abrangência bastante grande. Na Comissão de Assuntos Sociais são debatidos os temas da saúde, da assistência, da previdência, do trabalho, do meio ambiente, temas fundamentais para todos os aspectos relacionados a todos cidadãos em nosso País, inclusive as pessoas portadoras de deficiência.

Nesta Comissão de Assuntos Sociais foram criadas quatro subcomissões temporárias, com prazo de duração de seis meses, podendo esse prazo ser prorrogado. Uma das subcomissões se relaciona ao idoso; a segunda se relaciona à criança, ao adolescente e ao jovem; a terceira se relaciona à saúde; e a quarta comissão se relaciona à pessoa portadora de necessidades especiais. Muitos perguntam quais são os objetivos desta Subcomissão. Eles estão bastante relacionados ao debate que será realizado hoje nesta audiência pública. Logo na primeira reunião, foi aprovado o Requerimento nº 1, completado com o Requerimento nº 2, lido no dia de hoje, para que o Conade, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, viesse a esta Subcomissão e expusesse, por intermédio das pessoas que nomeei há pouco, os desafios enfrentados para que o Poder Legislativo, por meio do Senado, possa contribuir para o encaminhamento dessas grandes questões.

Isso enriquece a discussão em qualquer parte do mundo. Recentemente, participei de uma reunião na Europa, vinculada à questão do esporte para a pessoa portadora de deficiência, e, quando mencio-

nei que no Senado do Brasil havia uma subcomissão específica para tratar dos assuntos da pessoa com deficiência, todos os outros países alegaram que esse seria o ideal a ser conquistado também naqueles países, ou seja, terem o privilégio, a honra, a possibilidade de discutir as necessidades da área dentro do Congresso Nacional. Então, isso é de uma riqueza extraordinária, que quero ressaltar novamente.

Estão presentes os Deputados Leonardo Matos, que está aqui na frente, e Eduardo Barbosa, que enriquecem muito esta audiência pública. S. Ex^{as} terão que sair para votar uma medida provisória na Câmara dos Deputados, mas, se possível, voltarão para esta audiência pública. Na Comissão de Direitos Humanos da Câmara também existe uma Subcomissão – permanente, no caso – para tratar dos assuntos da pessoa portadora de deficiência, que tem como Presidente o Deputado Leonardo Matos e, como Relator, o Deputado Eduardo Barbosa. Portanto, tanto na Câmara quanto no Senado, temos Comissões específicas para esta discussão, o que é muito importante para o entrosamento dos trabalhos entre a Câmara e o Senado, como dificuldades na legislação ou votações.

Ressalto que, dentro do Senado, a Subcomissão é composta de sete Senadores. Há, também, uma outra Comissão em funcionamento neste momento, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, mas todos os Senadores presentes na primeira reunião estarão presentes nesta segunda reunião da Subcomissão. Estão aqui os Senadores Garibaldi Alves Filho e Eurípedes Camargo, do Distrito Federal. Também já está a caminho o Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão.

Na nossa primeira reunião – para fazer um retrospecto para todos os membros do Conade, da comunidade, das entidades aqui presentes e para os Srs. Deputados –, o primeiro pedido dos Senadores foi ouvir o Conade. Isso é muito significativo, porque lá estão todos os movimentos voltados ao portador de deficiência, bem como os órgãos governamentais, já que é um conselho composto de forma igualitária pelo Governo e pela sociedade organizada.

Este é o primeiro momento e, a partir daí, outros passos serão dados para o encaminhamento adequado dos desafios. Então, agradecemos a presença e a participação de todos no decorrer dos trabalhos.

Quero lembrar que a estrutura do Senado é um pouco diferente da que existe na Câmara. Existe uma outra Comissão, da qual eu também faço parte, a Comissão de Educação, que não está incluída na área de assuntos sociais. Educação, cultura, esporte fa-

zem parte da outra Comissão. Então, há duas Comissões aqui do Senado Federal que estão vinculadas à questão dos direitos sociais.

O tema sugerido para esta audiência pública é “O Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência) e as Questões da Pessoa Portadora de Deficiência no Governo e no Congresso Nacional”. Os convidados para esta audiência pública são as pessoas já mencionadas anteriormente. De acordo com o art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, convido as pessoas mencionadas a fazerem uso da palavra, chamando, em primeiro lugar, A SRA. Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade, que hoje está substituindo o companheiro e amigo Adilson Ventura.

A SRA. IVANA DE SIQUEIRA – Boa noite a todos. Em primeiro lugar, queria agradecer o convite, a oportunidade de o Conade estar participando da audiência pública desta Subcomissão e justificar a ausência do nosso Presidente, que, por motivos de saúde, não pôde estar aqui. Em seu nome, agradeço o convite e afirmo que é uma honra muito grande poder participar dos trabalhos desta Subcomissão e, mais ainda, desta Casa. Não adianta discutirmos no Conade se não houver uma integração muito próxima com o Legislativo, tanto com o Senado como com a Câmara. Para nós, foi importantíssima a criação dessas Subcomissões específicas tanto na Câmara quanto no Senado.

Em nome do Conade, deixo aqui a sugestão de que poderíamos contribuir com esta Casa nas discussões e nos encaminhamentos de sugestões e apreciações de projetos de lei relativos aos problemas dos portadores de deficiência física que sejam apresentados na Casa. Temos, no Conselho, como será apresentado pela Conselheira Lizair Guarino, a representatividade de várias áreas de portadores de deficiência, as quais consideramos importante serem ouvidas para que possam encaminhar as suas necessidades à questão legislativa.

Mais uma vez, muito obrigada pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Sr. Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade.

Antes de conceder a palavra ao próximo palestrante, gostaria de mencionar que a assessoria do Senador Eduardo Azeredo realizou um trabalho bastante interessante de coletânea de todos os projetos de lei que estão em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, inclusive por sugestão da própria Comissão na primeira reunião. São estes três volumes que estão aqui sobre a mesa. Solicito, então,

que a assessoria da Subcomissão, na seqüência, encaminhe um exemplar dos três volumes para cada um dos Senadores componentes da Subcomissão, e também para o Conade e para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Já sei, também, que o Conade tem um levantamento nesse sentido, e será inclusive interessante compatibilizarmos os trabalhos com esses levantamentos que existem tanto no Conad quanto no Congresso Nacional. Vamos afunilar para dar um encaminhamento adequado à legislação referente à área. Foi um belo trabalho, também, no sentido de organização de toda a legislação em tramitação no Congresso Nacional, já dividida inclusive por áreas de atuação.

Com alegria, passo, em seguida, a palavra à Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi.

A SRA. LIZAIR DE MORAES GUARINO – Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Flávio Arns e todos os Senadores que compõem esta Subcomissão.

Para nós, isso aqui é uma alegria muito grande, pois encurta o nosso diálogo, encurta a nossa relação com o Senado. Relação das pessoas portadoras de deficiência que, às vezes, não podem ter voz junto ao Congresso. Parabenizo, também, o Eduardo e o Leonardo, porque acho muito importante todos estarmos perto de vocês, unidos, para que possamos caminhar com mais rapidez. Porque caminhar, nós temos caminhado, mas estamos caminhando devagar.

Embora tenha um roteiro em mãos, quero apenas traçar uma rápida história do Conade a V. Ex^{as}. O Conade surgiu exatamente da Corde, que foi uma Coordenação, formada por um grupo de 60 membros de organizações não-governamentais, criada em outubro de 1986 pelo então Presidente José Sarney, quando era Ministro da Educação o hoje Senador Marco Maciel. Eu gosto de falar sobre isso, porque, muitas vezes, as pessoas pensam que a Corde surgiu em 1981; mas outros não sabem bem. Então, gostaria de registrar que foi desse modo que surgiu a Corde, isso é bom para pontuar.

A Corde dispunha somente de um Conselho Consultivo. Então, julgamos que era muito pouco. Começamos a trabalhar para transformar esse Conselho Consultivo num Conselho Deliberativo. Em uma das reuniões a que compareci, justamente com a Regina, que está aqui presente, solicitamos ao então Ministro José Gregori, que começássemos a trabalhar em cima do Conselho. E por que Conselho Deliberativo? Porque o Conselho é apenas consultivo e não poderíamos deliberar.

Por isso, agora vou falar um pouco sobre o roteiro, que tenho em mãos. O Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência é um Conselho Deliberativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligado à Presidência da República, previsto na Lei nº 7.853, de 1989, instituído pela Medida Provisória nº 1.799, de 1999, e pelo Decreto nº 3.298, de 1999. É um Conselho paritário formado por órgãos de Administração Direta do Governo e representantes da sociedade civil, que tem relevante função pública não remunerada, tendo como competência: propor, acompanhar, planejar e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, transporte, cultura, turismo, lazer, trabalho, política urbana, direitos humanos, justiça, esporte e outros relativos às pessoas portadoras de deficiências; e acompanhar, mediante relatório de gestão, o desempenho dos programas e projetos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e tem a responsabilidade de participar da elaboração e avaliar a execução das políticas públicas nesse sentido.

Na estrutura do nosso Conselho, só o Vice-Presidente era eleito pelos Conselheiros. Mas, a partir do ano passado, mudamos o Regimento. Então, tanto o Presidente como o Vice-Presidente passaram a ser eleitos pelos membros do Conselho, que é composto por 26 conselheiros, sendo que 13 representam a sociedade civil, e os demais, o Governo. Os da sociedade civil se reúnem no fórum e, por deficiência, elegem, dentro da sua área, seu representante.

O Conade se organiza em quatro comissões permanentes e em uma plenária, em que são tomadas as deliberações. As comissões se reúnem e, à tarde, as matérias são levadas à plenária.

São elas:

1. A Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos:

– Composta por várias pessoas muito importantes na área de legislação, inclusive o nosso representante da OAB, Alan Cortez, aqui presente, bem como pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público e por vários outros companheiros nossos.

– Analisa os projetos de lei que tentam incluir no cenário jurídico o direito das pessoas portadoras de deficiências, sem, no entanto, atentar para os direitos fundamentais, assegurados na Constituição Federal e nas leis vigentes, e também ouvir as reais necessidades das pessoas portadoras de

deficiências por meio de movimentos sociais. Por exemplo, havia um PL que estabelecia quotas para crianças em creches. Não podemos estabelecer quotas para creches, porque isso já existe na Constituição e seria considerado até uma discriminação. Tivemos que relatar isso, e a Comissão de Atos Normativos enviou uma comunicação.

– Atende às denúncias recebidas dos diferentes Estados do Brasil contra a violação dos direitos das pessoas portadoras de deficiências. Por exemplo, não era reconhecida a assinatura de um cego no cartório. A Comissão de Atos Normativos fez contato com todos os Ministérios para resolver esse problema, que era uma discriminação contra os cegos.

2. A Comissão de Políticas Públicas, da qual sou coordenadora:

– Acompanha o planejamento e a execução do Orçamento – isso é um problema, não é Senador Flávio? O Senador Flávio diz que o lugar do deficiente é no Orçamento – e das políticas públicas no que diz respeito às pessoas portadoras de deficiências. Exemplo: indicação de representantes do Conade para discutir o PPA em nível estadual e federal. Agora, por exemplo, chamaram-nos para discutir o PPA no Ministério da Educação e mandamos um representante nosso.

– Elabora proposições aos diversos Ministérios para o encaminhamento de políticas e programas. Isso fizemos no ano passado, no Ministério da Saúde. Todas as portarias que pedimos foram assinadas pelo Ministério da Saúde. Foi proposição do Conade.

– Manifesta-se contra medida do Governo que contrarie o direito das pessoas portadoras de deficiência.

– Atende às denúncias advindas de pessoas portadoras de deficiência contra a violação dos seus direitos por Estados e Municípios. Exemplos: assegurar capacitação de servidores públicos para o atendimento das pessoas portadoras de deficiência, ensinando-lhes a linguagem de sinais etc.

– Assegura que, na formação de profissionais, as questões da pessoa portadora

de deficiência também sejam consideradas dentro do serviço público.

3. A Comissão de Comunicação Social.

– Divulgar as ações do Conade dando visibilidade não só ao Conade, como também ao segmento das pessoas portadoras de deficiência. No ano passado, fizemos uma grande divulgação na televisão, mostrando exatamente qual é a eficiência do portador de deficiência.

– Sensibilizar e informar a comunidade quanto aos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

– Mobilizar no sentido de garantir o acesso das pessoas portadoras de deficiência no processo eleitoral. Esse também foi um trabalho feito pelo Conade na época das eleições. O cego e a pessoa deficiente tinham dificuldades de votar. Houve um trabalho muito grande do Conade junto com a Corde.

– Atuar junto aos meios de comunicação para viabilizar legenda oculta nos programas de televisão e zelar pelo uso adequado da imagem de pessoas portadoras de deficiência nos meios de comunicação. Essa é uma dificuldade que vemos em algumas propagandas de televisão em relação ao PPD.

4. A Comissão de Articulação de Conselhos, que elaborou esta cartilha para orientação e implantação dos conselhos estaduais. Já existem seis deles, e estamos trabalhando para procurar aumentar o número desses conselhos estaduais dos PPDs.

Além disso, pretendemos realizar a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, prevista para os dias 3, 4 e 5 de dezembro deste ano. O Dr. Nilmário nos animou muito quanto a essa nossa proposta. Uma parte do orçamento está prevista pela Corde. Também esperamos que o Senado nos ajude a realizar essa conferência. Este é o Ano Europeu da Pessoa Deficiente. O próximo será o Ano Latino-Americano da Pessoa Deficiente. Nós queremos, como resultado da conferência deste ano, criar nossa Secretaria Especial das Pessoas Portadoras de Deficiência. Esse é o grande anseio dos portadores de deficiência.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço à Srª Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federa-

ção Nacional das Sociedades Pestalozzi, pela participação. Como ela mencionou, até para que o Brasil todo tenha conhecimento pela **TV Senado**, nesta audiência estão presentes os representantes dos seguintes órgãos e instituições: Ministério da Previdência e Assistência Social; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Associação Brasileira de Autismo; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Ministério do Esporte e Turismo; Ministério da Cultura; Ministério da Ciência e Tecnologia; Sociedade Brasileira dos Ostomizados; Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos; Central Única dos Trabalhadores; Ministério dos Transportes; Ministério da Justiça; Ministério da Comunicação; Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs; Confederação Nacional do Comércio; União Brasileira de Cegos; Ministério Público do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério Público Federal; Casa Civil da Presidência da República; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais, de Integração Social e de Defesa da Cidadania – Febiex; Ordem dos Advogados do Brasil; Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação; Secretaria Especial de Direitos Humanos, representada pela Dr^a Isabel, além de outras entidades do Distrito Federal e de outras regiões do Brasil que, sabendo desta audiência pública, estão participando.

Assim, este é um momento de muita representatividade.

Quero passar a palavra ao Dr. Antonio Carlos Sestaro, representante da Federação Brasileira de Síndrome de Down.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Ex^a e a Presidência desta Comissão por esse trabalho que se inicia de forma tão promissora. Felicito V. Ex^a por sua atuação e peço desculpas, porque hoje estou participando de três Comissões ao mesmo tempo: esta Comissão, a de Assuntos Econômicos e a de Segurança Pública. Aliás, se não detivermos a violência nos níveis de deficiência física e mental.

Então, queria pedir permissão a V. Ex^a para eu participar também dessas outras Comissões. Voltarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – A Presidência agradece ao Senador Garibaldi Alves Filho, sempre presente, sempre atuante. Realmente, a dinâmica do Senado e da Câmara dos Deputados exige a presença dos Parlamentares em vários locais ao mesmo tempo. De qualquer forma, este é um momento importante para o portador de deficiência e para todo o Brasil, que acompanha esta audiência. V. Ex^a esteja à vontade, não é Senador? Passo a palavra ao Dr. Antonio Carlos Sestaro, que representa a Federação Nacional da Síndrome de Down.

O SR. ANTONIO CARLOS SESTARO – Boa noite a todos. Sr. Senador Flávio Arns, Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, reafirmando os agradecimentos já feitos anteriormente pelos membros do Conade à Mesa, creio ser este um momento histórico na luta dos movimentos das pessoas portadoras de deficiência ao vir a esta Casa Legislativa expor todas as nossas reivindicações e os nossos trabalhos, tendo o eco deste Congresso.

Na minha proposta de colocações do Conselho, é importante enumerarmos de quem estamos falando. Segundo dados do Censo IBGE-2000, há em nosso País cerca de 14,5% da população com algum tipo de deficiência ou limitação funcional. Isso representa, senhores, em média, 24,5 milhões de pessoas.

Ao pensar nesse número e nas pessoas que se envolvem com os portadores de deficiências, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito das terapias, nós estaremos falando, senhores, em 73 milhões de pessoas em nosso País. É um número que nos leva a refletir bem sobre o papel tanto das associações como dos nossos legisladores.

Existe, hoje, no Brasil, uma vasta legislação que dispõe sobre todos os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Podemos citar a Constituição Federal, a Lei nº 7.853, de 1989, a Lei nº 10.048, de 2000, o Decreto nº 3.289, de 1999, além de outras leis ordinárias que também garantem o direito das pessoas portadoras de deficiência. Porém, não podemos deixar de mencionar que, embora com toda essa legislação, há ainda, em alguns organismos do Governo, a ausência de setores que tratem especificamente dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, embora isso já conste em lei. É importante também ressaltar que todo esse ordenamento jurídico existente no País é fruto de movimento das organizações civis e que encontrou eco no legislador brasileiro.

Analisando isso em termos de políticas públicas, entendemos que atualmente as políticas estão sendo formuladas de forma desarticulada, com pouca ou nenhuma previsão orçamentária, em algumas vezes até ocorrendo superposições de ações efetivas. Essas políticas não refletem ainda as diferenças regionais e não têm a capilaridade necessária para o enfrentamento que a questão requer. Entendemos que as políticas devam ser feitas de forma articulada, integrada, de modo a assegurar à pessoa portadora de deficiência acesso integral a todos os direitos que lhes são garantidos por lei. Como exemplo, podemos citar a pessoa que não tem habilitação para o mercado de trabalho e isso causa uma deficiência no preenchimento das vagas, conforme a reserva de cota de lei.

Farei referência a algumas áreas: Saúde, Previdência e Educação.

Em relação às áreas da Saúde e Previdência, há uma verdadeira falta de definição dos papéis institucionais no aspecto da reabilitação integral. Entende-se ser de fundamental importância ainda que os planos de saúde assegurem o atendimento às pessoas portadoras de deficiência com especialistas, como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros.

Na área da Assistência Social, é importante que seja garantida a proposta orçamentária apresentada pelo Ministério da Assistência Social para os próximos quatro anos, no que diz respeito às ações voltadas para as pessoas portadoras de deficiência, a fim de atender à demanda e à correção de valores que estão defasados há oito anos.

Na área da Educação, é preciso haver uma política que promova a inclusão de todos os alunos na rede regular de ensino. O desafio é o acesso do portador de deficiência à rede regular de ensino em todos os Municípios brasileiros e a garantia de apoio e de recursos especializados, quando necessário, para que o aluno que deles necessite tenha acesso integral ao seu currículo.

Entendemos ainda ser de fundamental importância que se garantam atendimentos complementares, ou seja, a retaguarda na área de saúde pública e privada, para assegurar o acesso a essa aprendizagem anteriormente citada. É de fundamental importância também a capacitação de professores para atuar com os alunos portadores de deficiência.

No âmbito da Cultura, entendemos que as políticas institucionais devem viabilizar o acesso às bibliotecas dos que fazem uso da leitura em braille e dos portadores de baixa visão e acesso a todos patrimônios históricos e culturais de nosso País.

Na área do Trabalho, é fundamental a articulação com a educação, para que haja uma seqüência lógica. Com acesso à educação, haverá um futuro trabalhador para o mercado. É importante ainda que a fiscalização do cumprimento das cotas dos postos de trabalho esteja atrelada às adaptações do ambiente de trabalho. Há uma sensível falta de verbas para a qualificação de profissionais que atendem as pessoas portadoras de deficiência. É fundamental ainda que sejam previstos orçamentos para municiar os órgãos fiscalizadores no sentido de que tenham um papel nesse aspecto do trabalho.

Finalizando, é essencial que haja garantia nas contratações para os serviços públicos, mesmo que temporárias, com a reserva de vagas para as pessoas portadoras de deficiência até o percentual de 20%.

Agradeço a todos. Agradeço aos Senadores, por esta oportunidade de trazeremos os nossos anseios e as nossas angústias. Este é um momento histórico, que vai ficar pautado no nosso Movimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Ivana, da Professora Lizair e do Sr. Antonio Carlos Sestaro. Se quiserem, podem se sentar junto aos demais representantes.

Chamo para fazer parte da Mesa A SRA. Lúcia Severo, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, e A SRA. Isabel Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Corde.

Sr^a Isabel, desculpe-nos pela barreira arquitetônica do Senado Federal, porque está numa cadeira de rodas e tem de ser auxiliada para poder fazer parte da Mesa. Já fizemos um debate amplo no Senado, e sei que a mesma discussão ocorreu na Câmara dos Deputados, para que os ambientes físicos das duas Casas do Congresso passem a ser totalmente acessíveis, sem barreiras arquitetônicas. Quando isso ocorrer, que sirva também como uma sinalização para todas as assembleias legislativas e câmaras de vereadores do Brasil para que adotem os mesmos procedimentos.

Convido também A SRA. Regina Barata, representante da Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos.

Lembro que alguns temas foram levantados pela Subcomissão na primeira reunião. O levantamento da legislação, que já mencionei, a realização desta audiência pública com o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, a dis-

cussão do Orçamento em todas as áreas, a discussão do Senado com o Executivo em relação ao Orçamento, e os pronunciamentos a respeito do assunto já apontam para a importância do tema. Além disso, a Subcomissão vai fazer um trabalho junto à Comissão de Assuntos Sociais para que elabore uma emenda ao Orçamento, no segundo semestre, que beneficie essa área da pessoa portadora de algum tipo de deficiência. São momentos importantes no Congresso a discussão da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, a discussão do Orçamento, no segundo semestre, e a discussão também do Plano Plurianual para os próximos quatro anos, nessa visão que se pretende integrada, como o Dr. Antônio Carlos Sestaro enfatizou na sua fala.

Concedo a palavra à Dr^a Lúcia Severo, representante da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos.

A SRA. LUCIA SEVERO – Boa noite, estou representando a Feneis e o Conade, na área da surdez. Gostaria de agradecer à Isabel por ter-me dado esta oportunidade.

Venho expressar a minha indignação porque recebi um e-mail que divulgava que uma pessoa que se dizia representante da comunidade surda teria vindo ao Senado e dito que, para a comunidade surda, não era necessária a legenda na **TV Senado**. O Senador José Sarney, por sua vez, arquivou o projeto de lei sem sequer consultar a posição do Conade ou mesmo da representante na área da surdez. Gostaria de saber quem é esse representante que responde por cerca de milhares de surdos espalhados pelo País.

Existe a língua dos sinais. Acreditamos no trabalho dos Senadores e esperamos uma solução. Pedimos que, quando houver uma solicitação, que haja um documento. Esse representante não pode falar por uma comunidade inteira.

Então, gostaria de agradecer. Foi um episódio muito triste, e faço um apelo para que a Subcomissão reveja esse projeto de lei e leve adiante a questão da legenda. É importante. Vivemos em democracia. Boa-noite e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Lúcia e posso dizer, em nome de todos os Senadores membros da Subcomissão, que vamos verificar, Senador Jonas Pinheiro, Senador Eurípedes Camargo, Senador Eduardo Azeredo, para ver o que aconteceu com o projeto.

O debate da inserção de legenda na programação da **TV Senado**, da língua brasileira de sinais, poderá ser feito com a comunidade surda, a **TV Senado** e a **TV**

Câmara, certamente, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, e buscar chegar a uma conclusão que contemple as expectativas e os anseios de todas os portadores da surdez. Tenho certeza absoluta de que não haverá dificuldade nesse sentido.

Desejo ressaltar que temos na Presidência do Senado o Senador José Sarney, homem solidária com a área. Conforme dito, foi exatamente durante o Governo de S. Ex^a que foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Deficiente – Corde.

Com alegria, informo a presença do Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão dos Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência, cujo trabalho, a coletânea, a legislação elaborada já mencionei. O Senador Eduardo Azeredo, bem como os demais membros, Senador Jonas Pinheiro, Senador Eurípedes Camargo são altamente interessados no tema relativo ao portador de deficiência.

Concedo a palavra à Dr^a Regina Barata, representante da Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos, também Deputado Estadual.

A SRA. REGINA BARATA – Boa noite. Mais uma vez, em nome do Conade, gostaríamos de agradecer este espaço, porque entendemos ser realmente necessária a existência de uma Subcomissão que possa nos ouvir.

Tomei até um susto quando conheci o volume, Senador Azeredo, de matéria legislação em tramitação nesta Casa, sem que tenhamos conhecimento do que se trata. Isso faz com que tenhamos que correr atrás do prejuízo e buscar, muitas vezes, remendar – como se diz no dito popular – algo que poderia ter sido uma grande contribuição do nosso movimento.

Hoje, porque participantes de movimento social de pessoas portadoras de deficiência, estamos presentes, não temos mais aquela visão do passado de mero objeto do direito. Hoje somos esse sujeito do direito, os representantes, tanto que a existência do Conade se dá pela organização da nossa entidade. Com o apoio de todas as entidades nacionais, conseguimos dar continuidade ao movimento nacional mais emergente: o movimento de portadores de deficiência, pois sabemos que, enquanto outros movimentos diminuíram suas reivindicações, estamos aqui, numa demonstração de que ainda não está bom.

A legislação vigente no País é fruto, conquista desses movimentos. O que está na Constituição Federal brasileira não está lá por acaso, foi fruto da mobilização de movimentos organizados que conseguiram estabelecer, pela primeira vez, na Constituição, os direitos da pessoa portadora de deficiência. Não

foi por acaso que isso aconteceu. Foi fruto dessa organização a existência de direitos fundamentais e básicos para as pessoas portadoras de deficiência estabelecidos na primeira Constituição. Com isso, estamos aqui, nesta oportunidade, para dizer aos Senadores que tudo isso aqui não nos intimida. No Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, temos todo o tempo necessário para analisar; estamos nos colocando à disposição dos senhores, porque é interesse nosso contribuir com esse debate.

Não desejamos hoje ser fruto apenas daquelas legislações que nos trouxeram muitas vezes prejuízos. Vivemos um novo momento, e um novo governo sempre nos traz a esperanças de que alcancemos êxito também no Senado Federal.

E essa Subcomissão, proposta por V. Ex^a, com certeza, é fruto de prática na vida política e também como membro do Conade. Os nossos pares no Conade terão o maior prazer em recebê-los, sejam quantos forem, para analisarmos o assunto e dizermos o que nos interessa ou não. Não é mais possível haver legislações que, ao invés de trazer o engrandecimento do nosso movimento, nos discrimina muito mais e nos segrega, muitas vezes deixando-nos nos guetos. Neste momento, esta Subcomissão permite demonstrar que nos representamos, que somos capazes. O que nos falta realmente é oportunidade.

Gostaríamos também de dizer ao Senador Paulo Paim, que tem a proposta de um Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, que esse estatuto precisa ter a cara da pessoa portadora de deficiência. A nossa contribuição, a nossa colaboração é a expressão do sentimento, do que pensamos e do que queremos. Quando isso não acontece, com certeza não reflete os nossos anseios.

Acredito que o Conade é um Conselho paritário, com legítima representação, bem como V. Ex^{as} que foram eleitos pela representação popular. Queremos contribuir a fim de que as legislações que saiam desta reunião possam realmente refletir os anseios das pessoas portadoras de deficiência.

Iríamos pedir o apoio de V. Ex^{as} quanto à isenção do IPI, mas, infelizmente, já houve a votação e aprovação da matéria na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado com uma emenda que ampliou um pouco mais nossos direitos, ante algumas propostas nossas, mas restringiu um ganho que era nosso há muito tempo. Não dá para dar dois passos à frente e retroagir um. Então, houve uma perda para as pessoas portadoras de deficiência física, aquelas que realmente dirigem os seus próprios carros, têm a sua

autonomia, a sua independência quanto à isenção do IPI. Ficamos tolhidos justamente por ter havido ressalvas quanto aos veículos automotores. Não sei se o Senado poderia ainda de alterar essa situação, pois acredito que o projeto sobre a isenção do IPI já esteja na mão do Presidente.

O fato é que houve restrição de nosso direito. Tínhamos a liberdade de escolher o carro mais conveniente para dirigir. Hoje, estaremos restritos a uma única concessionária, principalmente por conta da questão da frota verde. Então, isso vai nos deixar sem opção, sem escolha para exercer realmente esse direito de fazer com que a isenção do IPI seja um benefício real para nós.

Também gostaríamos de pedir ao Senado que garantisse a aplicação das verbas do Fundef na área da educação de alunos com deficiência. O projeto que trata dessa matéria já foi votado na Câmara Federal e é de suma importância para nós.

A Lizair disse que aprendeu com o Senador Arns que a maneira de sabermos que um governo se interessa por nós é quando vemos o retrato do Orçamento. Então, Senadores, vamos mostrar neste novo Orçamento e no Plano Plurianual que passamos a ser importantes para o País. Queremos ser contribuintes sociais e não o encargo que a sociedade pensa que somos. Muitas vezes, acham que só precisamos de benefícios de prestação continuada ou que queremos viver mendigando, esmolando. Não, o que queremos são oportunidades de participação direta nas ações que dizem respeito às nossas vidas, porque, com certeza, com igualdade de oportunidade, nós, pessoas portadoras de deficiências, estaremos sendo contribuintes deste País, e não aumentando o número de analfabetos, miseráveis e indigentes. Por isso, pedimos essa garantia.

Em todos os projetos de lei, devemos lembrar de contemplar as pessoas portadoras de deficiências. Somos diferentes por possuir uma deficiência física, sensorial ou mental, mas não podemos mais ser tratados com desigualdade, porque são as desigualdades sociais, políticas e econômicas que têm feito de nós esse encargo não só para a sociedade brasileira, mas também para os nossos familiares, amigos e vizinhos.

Neste novo milênio, queremos dizer que esta Subcomissão pode dar uma resposta a todos nós que estamos nesta militância, acreditando firmemente que vivemos um novo momento. Desde já, quero pedir o apoio geral e irrestrito para a nossa primeira conferência nacional a ser realizada em dezembro, porque somente com o orçamento de que a Corde dispõe não seremos capazes de mobilizar este Brasil in-

teiro, com tantas diferenças, para que façamos uma conferência nacional que seja representativa. Para isso, precisamos do apoio desta Casa, dos Senadores. Com certeza, essa primeira conferência nacional será um marco nas nossas vidas, porque mostrará o que somos capazes de fazer. A partir dela, o País verá de forma diferente as pessoas portadoras de deficiências, porque seremos olhadas não mais pelas nossas deficiências, mas sim pelas nossas aptidões. Cada um de nós tem uma aptidão, precisamos apenas de oportunidades para que possamos dar outra versão da pessoa portadora de deficiência neste novo milênio.

Como portadora de deficiência, sinto-me contemplada ao ver a atuação de V. Ex^a, no início do mandato, criando esta Subcomissão. Espero que ela não seja temporária, porque, depois desse, com certeza virão outros projetos e gostaríamos que todos eles chegassem ao Conade, a fim de que pudéssemos sobre eles opinar, e que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa pudesse respeitar nossas opiniões como representantes dos movimentos sociais. Para nós, seria de grande importância opinar sobre a legislação que irá reger o País. Acreditando nisso, tenho a convicção de que estaremos dando passos bem mais largos na construção de uma sociedade com justiça, com igualdade e com liberdade.

Obrigada, nobre Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Quero apenas ressaltar para todos os presentes e também para o Brasil que existe uma disposição muito grande desta Subcomissão no sentido de ajudar a resolver as dificuldades e abrir as perspectivas para a área. Quando pensamos no encaminhamento das soluções, sempre dizemos que a sociedade organizada é um instrumento muito forte para mudanças. Quando a sociedade organizada tem um canal de comunicação com o Senado Federal ou com a Câmara dos Deputados, o trabalho dela pode multiplicar-se. Então, houve a decisão dos Srs. Senadores Jonas Pinheiro, Eurípedes Camargo, Eduardo Azeredo, da minha própria pessoa e do nobre Senador Garibaldi Alves, que já saiu. Além desses Senadores, fazem parte da Comissão o Sr. Senador Ney Suassuna, do Estado da Paraíba, e o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima.

Passo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão.

O SR. RELATOR (Eduardo Azeredo) – Sr. Presidente, nobre Senador Flávio Arns, Srs. Senadores Jonas Pinheiro e Eurípedes Camargo, senhoras e se-

nhores, quero, primeiro, falar da minha satisfação em poder participar desta Subcomissão e ser o seu Relator. Temos de trabalhar de maneira muito objetiva. Esse calhamaço de projetos mostra que idéias existem, precisam apenas ser concentradas e organizadas no sentido de que tenhamos ações objetivas em relação às pessoas portadoras de deficiência.

Quanto ao projeto de isenção do IPI, quero apenas dizer que ele já está terminado. Foi aprovado aqui e na Câmara. Então, não há o que fazer em relação a ele. Na verdade, eu desconhecia que havia ficado alguma restrição. Neste momento, o que podemos fazer é começar do zero, isto é, fazer um novo projeto para corrigir essa falha ou, então, uma medida provisória do Governo. Quero também registrar que houve concordância e, realmente, um apoio muito efetivo da Secretaria de Direitos Humanos, quando nós estávamos discutindo com a equipe econômica do Governo a ampliação dos direitos para as pessoas portadoras de deficiência mental e para os autistas. Num primeiro momento, tais pessoas não foram incluídas na Câmara. Lá foram incluídos os portadores de deficiência visual e deficiência física e, aqui, nós conseguimos aperfeiçoar o projeto. A equipe econômica é sempre contra. Quando se trata de qualquer coisa que signifique gasto, ela age assim. Quando eu era Governador e alguém reclamava do meu Secretário da Fazenda, dizendo que ele era mal-humorado e estava sempre de cara fechada, eu dizia que Secretário da Fazenda tem de ser assim. Secretário da Fazenda simpático não é bom, porque ele tem a missão de controlar os gastos, e essa missão é realmente árdua. Mas, evidentemente, cabe aos outros Secretários, aos outros agentes políticos, a discussão e o convencimento das autoridades da área financeira de que a aplicação daquele recurso é válida.

Foi importante o apoio da Secretaria de Direitos Humanos para que a equipe econômica do Governo Federal concordasse com a inclusão dos deficientes mentais e dos autistas. Mas uma parte ficou pendente e nós temos de procurar agora um novo caminho.

Quero apenas trazer a minha palavra de cumprimentos ao Senador Flávio Arns, que, como todos os senhores sabem bem, é uma autoridade na questão do portador de deficiência e uma pessoa dedicada à causa. Já estamos com quatro meses de trabalho no Senado, já fevereiro até hoje, e sabemos que o Senador está sempre atento a todas as matérias que podem trazer alguma consequência para o portador de deficiência. Nós também estaremos sempre atentos no sentido de incluir a pessoa portadora de deficiência como beneficiária ou como interessada em qual-

quer assunto que estiver tramitando no Senado. Evidentemente, essa é a nossa disposição e a nossa obrigação.

Em relação aos projetos, o que quero dizer é que precisamos trabalhar muito e seria muito bom termos a colaboração do Conade e de todos os órgãos da sociedade civil para que nos ajudassem nesse processo, porque muitos projetos são repetitivos, alguns nem se justificam mais, e temos que ter agilidade. A minha formação sempre foi na área de menos conversa e mais ação. Penso que temos que trabalhar para vermos o que deve ser feito. Avalio que o projeto de isenção do IPI dos automóveis já é um saldo inicial positivo, com sua aprovação pela Câmara e pelo Senado, e vamos buscar agora buscar outros caminhos que são tão importantes e tão necessários.

Sinto que é um momento importante, existe sensibilidade aqui no Senado e na Câmara – estavam aqui dois Deputados de Minas Gerais, que é um Estado privilegiado, pois tem dois Deputados defensores dessa causa: Leonardo Mattos e Eduardo Barbosa – e devemos, portanto, nos somar aos demais Deputados e Senadores dos vários Estados para avançarmos bastante. É o que precisamos e o que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Passo a palavra, como última fala desta audiência pública, à Dr^a Isabel Maior, grande amiga, batalhadora da área, coordenadora da Corde – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que faz parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Com prazer, Dr^a Isabel, passo a palavra a V. S^a.

A SRA. ISABEL MAIOR – Obrigada, Senador Flávio Arns.

Boa noite a todos os Senadores presentes, aos colegas Conselheiros, aos colegas portadores de deficiência que aqui estão, demais senhoras e senhores, não sei se os senhores perceberam, mas temos um certo script entre nós, Conselheiros, que estamos aqui representando o Conade, com muita honra, nesta primeira audiência pública da Subcomissão Temporária de Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência.

A Regina parou num ponto e vou tentar seguir a partir dele. O outro assunto que abordarei depois é o PPA. Mas, voltando aos projetos de lei, lembro que desta Casa já saíram grandes ganhos para o grupo de pessoas portadoras de deficiência, a exemplo de um projeto de lei apresentado pela Senadora Benedita da Silva que transformou a libras em língua oficial

do nosso País. Essa foi uma grande conquista do Senado Federal.

Gostaríamos de nos reportar, neste momento, a um projeto de lei de autoria do Senador Romeu Tuma que diz respeito à regulamentação do cão-guia, algo de muita importância para a comunidade de pessoas cegas. Esse projeto já está aqui e poderia estar pronto para ser votado. O Conade tem a posição de apoiá-lo e solicita que ele seja aprovado com a maior urgência possível, porque interfere diretamente na vida dessas pessoas. A companheira Ethel, uma das primeiras pessoas a usar cão-guia no Brasil, tem que andar com um salvo-conduto para que possa ingressar em alguns ambientes em razão de estar com o cão-guia. Uma vez regulamentado o uso do cão-guia, as pessoas cegas não passarão mais por esse constrangimento da colega Ethel, que, apesar de ser uma figura pública no nosso País, ainda tem que se fazer acompanhar de um documento expedido por um juiz para que possa transitar livremente com o cão-guia, o Dino, que todos conhecemos e de que gostamos muito.

Há um outro projeto de lei que gostaríamos, ao contrário, que os Srs. Senadores pudessem, imediatamente, verificar. Como foi mencionado pela nossa Conselheira Lizair no início, trata-se de um projeto de lei de autoria da Senadora Maria do Carmo, Projeto de Lei nº 30, de 2002, aprovado agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e, no entanto, é um projeto de lei que estabelece cotas para a escola: 10% das vagas deverão ser garantidas às pessoas portadoras de deficiência, em todos os níveis; e 5%, nas escolas particulares.

Ora, senhores, todos sabemos que o ensino é universal. Então, nesse caso, a aplicação de cotas é contrária ao interesse da pessoa portadora de deficiência. Também nesse exemplo, pedimos, mais uma vez, urgência para que isso seja freado nesta Comissão. O Conade e a Corde já prepararam um documento, como órgão de Governo, contrário a essa medida.

Existe uma cota. Mas questionaríamos o seguinte: essa cota é benéfica para a pessoa portadora de deficiência? Sem dúvida nenhuma, quando se trata de equiparação de oportunidade para reduzir uma defasagem histórica, que é o caso do mercado de trabalho, do concurso público ou mesmo das próximas contratações temporárias previstas pelo Governo, num total de 5.209 vagas, que, no entanto, deveriam ser concursos públicos. Se fossem concursos públicos, estariam afetos à legislação nº 8.112/90, que determina que o limite de vagas seja de até 20%, e determinado pelo Decreto nº 3.298/99, esse mínimo tem que ser de 5%.

Portanto, no nosso entendimento – no consenso do Conade e da Corde –, em havendo contratos temporários pela área governamental, esse mínimo de 5% também há de ser garantido para as pessoas portadoras de deficiência, ou então estaremos, durante alguns anos, até que todos esses concursos públicos sejam efetuados, tendo um prejuízo muito grande para a categoria de pessoas com deficiência.

Esse é um exemplo em que a ação afirmativa – que é, na verdade, uma discriminação positiva – nos é favorável. O caso exemplificado anteriormente, ao contrário, trará com certeza um prejuízo muito grande, porque, se este Senado aprova uma legislação que diz que somente as escolas particulares que tenham mais de 200 alunos matriculados têm a obrigação de reservar 5% de vagas para pessoas portadoras de deficiência, imaginem as creches, a pré-escola. Nunca haverá vaga para uma criança com deficiência. Então, essa é uma solicitação.

Quero, ainda referir-me a um projeto extremamente importante que tramita nesta Casa, de autoria do Senador Paulo Paim, que é o Estatuto do Portador de Deficiência. Esse é um nome que não nos agrada, porque preferimos sempre ser lembrados como pessoas. Então, para nós, seria mais interessante alguma legislação que dissesse “pessoa portadora de deficiência” ou “pessoa com deficiência”.

Esse estatuto é tão importante que merece do Conade atenção redobrada, e é isso que estamos fazendo. Neste momento, consultando os rostos dos companheiros, posso dizer que o Conade dá todo o seu tempo, seu sangue e seu suor para poder participar da elaboração desse estatuto, não na forma como está. Acreditamos que pode ser muito mais avançado do que a proposta inicial apresentada, em bom tempo, pelo Senador Paulo Paim.

Esta Subcomissão, lamentavelmente, é temporária. Nosso desejo é que ela se torne permanente. Depois, poderíamos ver quais os mecanismos para podermos caminhar nesse sentido. Neste momento, a nossa preocupação está com alguns desses projetos que a Regina e eu acabamos de enumerar, em especial em relação ao estatuto.

Passando ao meu segundo ponto do script, cabe-me agora fazer alguns comentários em relação ao Plano Plurianual de 2004 a 2007. São quatro anos à nossa frente. Todos nós já aprendemos que não adianta pensar em uma transformação social, que é a inclusão das pessoas portadoras de deficiência na nossa sociedade, no curto prazo. Temos que ter noção que políticas públicas e políticas que mexem com o imaginário coletivo sobre a deficiência e sobre a

menos valia ou a mais valia da pessoa portadora de deficiência não de ter um planejamento, obviamente associado a um orçamento que dê vida à nossa política, que é a política nacional de integração da pessoa portadora de deficiência, definida por lei. Ela só se torna real, efetiva e, de fato, apóia e equipara as chances e as oportunidades na vida da pessoa portadora de deficiência se essa política for cumprida pelo Plano Plurianual.

O que tivemos? Recentemente, terminando o ano, em 2003, convivemos, pela primeira vez, com um programa multisetorial, o Programa 065, do PPA vigente. Esse programa reuniu as ações da Corde, as ações da antiga Secretaria de Estado de Assistência Social, inclusive o benefício de prestação continuada, e incluiu algumas das ações executadas pelo Ministério da Saúde em relação à pessoa portadora de deficiência. A nossa experiência com esse programa multisetorial foi positiva e negativa ao mesmo tempo. Positiva, porque começa a haver o que chamaríamos de um embrião de políticas integradas, de ações integradas, mas, ao mesmo tempo, ela não foi suficiente, porque talvez a sociedade não tenha percebido o valor de um programa de governo por meio do seu Plano Plurianual.

E o que pretendemos a partir dessa experiência que tivemos? Propor que, no próximo PPA, os senhores – que serão os últimos e, portanto, os mais importantes, porque é pelo Congresso Nacional que o PPA passará e será aprovado e, conseqüentemente, cada uma das leis orçamentárias anuais que lhe darão vida e sustentação – nos ajudem a aprovar a proposta que nós começamos a discutir na Corde e no Conade, que é a proposta de dois programas, programas esses multisetoriais, envolvendo não apenas três Ministérios, mas envolvendo as ações fundamentais de todos os Ministérios que têm a obrigação de fazer com que a pessoa portadora de deficiência passe a freqüentar o ciclo virtuoso do desenvolvimento do nosso País.

Se lembrarmos das diretrizes que norteiam o futuro PPA, que está em programação adiantada e já vai para as audiências nos Estados, já tendo começado na sexta-feira no Estado do Amazonas, com a participação da nossa comunidade de pessoas portadoras de deficiência, vamos lembrar que existe a primeira dimensão, que é a da inclusão social, e a última dimensão, que é a dimensão democrática. Nessa dimensão democrática, há uma menção explícita às pessoas com necessidade especiais, que é o nome correlato à pessoa portadora de deficiência na linguagem brasileira. No entanto, consideramos que não é apenas na questão da dimensão democrática do PPA

que a pessoa portadora de deficiência deve estar envolvida. Em especial, na primeira dimensão, da inclusão social, porque essa significa a inserção da pessoa portadora de deficiência, mais uma vez, dentro da sociedade, atuando como protagonista de sua vida, da vida de sua família, da vida de sua comunidade, dentro da escola, dentro do trabalho, em todas as ações econômicas, em todas as questões que digam respeito ao desenvolvimento do País. Significa uma pessoa portadora de deficiência produtiva, uma pessoa que, em vez de receber benefícios, passa a ser um contribuinte da Receita Federal e, portanto, uma pessoa que dá lucro.

Isso, todos os países já verificaram. Cada real investido na reabilitação integral da pessoa portadora de deficiência, que começa, se ela nasceu com deficiência, desde o seu primeiro momento de vida, ou, se ela se tornou deficiente, a partir daquele momento até a sua complementação, sendo um trabalhador, cada real investido significa dez reais. O retorno é dez vezes maior quando há um investimento na pessoa com deficiência.

No entanto, se não acreditarmos e não contribuirmos para que isso ocorra por meio das políticas e das ações desenhadas no PPA, teremos sempre um número crescente – que já se aproxima de um milhão – de pessoas portadoras de deficiência que recebem o benefício da prestação continuada. Essas pessoas – esse um milhão a que eu estou me referindo – vivem muito abaixo da linha de pobreza, em famílias com uma renda **per capita** inferior a um quarto de salário mínimo.

Então, estamos falando em um grande salto de qualidade e de quantidade de recursos, que poderiam ser utilizados de uma maneira muito mais proveitosa. Isso não significa desamparar aqueles que hoje necessitam do benefício de prestação continuada, mas investir muito mais em todos aqueles que, mesmo estando no benefício da prestação continuada, poderiam se transformar em trabalhadores.

Há dois programas que estamos trazendo ao conhecimento de V. Ex^{as} em primeira mão. Um deles se chama “Programa Nacional de Acessibilidade”, e tem, no seu bojo, ações que permeiam os vários Ministérios, como o Ministério das Cidades, Ministério das Telecomunicações, Ministério dos Transportes, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Secretaria de Recursos Humanos, entre outros, contando, evidentemente, com o Ministério do Planejamento. Qual é a importância deste Programa de Acessibilidade? Quando falamos em acessibilidade, Srs. Senadores e senhores presentes, estamos nos referin-

do às várias vertentes da acessibilidade: à acessibilidade física, para as pessoas que têm dificuldades de locomoção – e eu aceito as suas desculpas, Sr. Presidente, em relação ao degrau; da próxima vez, acredito que ele não estará aí e teremos uma rampa; caso contrário, não poderei aceitar as desculpas pela segunda vez, em nome de toda a população brasileira que usa cadeira de rodas –, mas a acessibilidade não se refere unicamente ao meio físico. Ela se refere também à comunicação e à informação. Estamos falando de dois grupos importantíssimos da nossa comunidade. A Lúcia já expressou essa questão aqui, ou seja, a do direito que o deficiente tem de ser informado e de participar da vida. Quem tem a informação tem o poder e a capacidade de se libertar. A informação tem de ser dada à pessoa cega, mediante o braille, a Internet e os softwares que o Brasil já produz. Pode-se fazer com que as pessoas cegas utilizem todo o sistema de computação informática do País com facilidade, desde que tenhamos o cuidado de fazer cumprir a legislação. A começar pelas páginas do Governo. E aproveito para registrar mais um apelo que pode ser de atendimento imediato: que a página do Senado se torne uma página acessível às pessoas cegas, para que possam navegar livremente e obter as informações que necessitarem. Dessa maneira, cada um de nós poderá se cadastrar e acompanhar um projeto de lei que tramita nesta Casa ou na Câmara Federal. No entanto, se o desenho da página, originalmente feito pelo **web designer** não for acessível à pessoa cega, ela não terá como navegar com o seu DOS-Vox ou um desses outros sistemas que fazem a interface e que, na verdade, funcionam como um leitor de tela para a pessoa cega.

No que tange à pessoa com deficiência auditiva, a lei que reconhece a libras como uma língua oficial do País, que já foi aprovada, como já mencionei aqui, oriunda do Senado Federal, carece ainda de regulamentação, que está sendo preparada pelo Ministério da Educação, em conjunto com outros órgãos do Governo. No entanto, isso não impede que todas as nossas TVs já tenham legenda, que não atrapalha ninguém, todos sabemos disso. As televisões precisam ter, todas elas, o sistema de captação de legenda oculta – ou **closed caption**, utilizando a língua inglesa –, ou ainda a colocação de um pictograma na tela, em que aparece justamente a intérprete de sinais, tal como está aqui à nossa frente. Os dois sistemas são importantes e são um direito da comunidade surda brasileira. É o que gostaríamos de deixar claro aqui. Isso faz parte do nosso Programa Nacional de Acessibilidade.

Completando esse programa, quero falar sobre as ações que dizem respeito à questão do transporte. Falávamos antes, aqui, sobre o direito daqueles portadores de deficiência, que são minoria no País, assim como as pessoas que podem comprar um carro zero quilômetro. O cálculo que fiz, e que serviu de base para convencer um pouco a Receita Federal, foi no sentido de que o número de pessoas que pode comprar um veículo, ainda que com a retirada do imposto federal (IPI), é muito pequeno. Entre os deficientes, esse número não chegaria, com o acréscimo que foi feito, a mais de 18 mil pessoas. No entanto, temos que falar da maioria. A maioria das pessoas, como a maioria dos brasileiros, não usa carro zero quilômetro nem usa carro de segunda mão. Mas isso é uma outra coisa. Poderia haver um projeto de lei que desse algum incentivo, alguma coisa que pudesse ajudar as pessoas que não podem comprar um carro zero quilômetro, mas podem comprar um carro por meio de um financiamento, com uma linha de crédito um pouco mais acessível. Assim mesmo, ainda não estaríamos alcançando a maioria, porque a maioria de todos os brasileiros precisa se locomover em transportes coletivos, e as pessoas com deficiência não são diferentes. É exatamente isto que propomos: que o transporte coletivo seja adaptado, por intermédio da regulamentação das Leis nºs 10.098 e 10.048, o que será feito por meio de um decreto que está na Corde e, provavelmente, vai merecer, ao longo do tempo, melhoramentos. Pretendemos que todos os transportes estejam adaptados. Daí a importância desse programa dentro do PPA. Ele precisa ter recursos para enfrentar todo tipo de lobby que possa surgir contra a proposta. A legislação pode não ser cumprida se não tivermos força para fiscalizá-la. A importância disso está na fiscalização e na preparação de recursos humanos capazes de, cada vez mais, trabalhar com a acessibilidade.

Dentro do Projeto Acessibilidade, teremos apenas que comentar a questão das ajudas técnicas, que são todos os equipamentos que auxiliam a pessoa portadora de deficiência a ter autonomia e segurança em sua vida. Essa é mais uma das ações contempladas dentro do Programa Nacional de Acessibilidade.

O segundo programa é o de ações integradas. Ele está previsto no Decreto nº 3.298. O que significa isso? Significa tudo o que já foi dito aqui pelos Conselheiros que me antecederam. Significa que todas as políticas setoriais não podem andar isoladas. É preciso que a política desenvolvida pelo Ministério da Educação tenha uma correlação direta com a do Ministério da Saúde, que, por sua vez, deve ter com a Previ-

dência, com a Assistência Social, com a Secretaria de Direitos Humanos, com o Ministério da Cultura, com o Ministério do Esporte e Turismo, com o Ministério do Trabalho e com o Ministério das Cidades, que tem uma importância muito grande para nós – além de algum outro que porventura eu tenha esquecido neste momento. Significa que gostaríamos que as ações previstas no PPA não existissem apenas isoladamente em cada Ministério, porque isso não traz força. Essa é justamente a sinergia que se consegue ao juntar as ações num programa que tenha uma coordenação – e essa é a função da Corde, por uma obrigação legal, pela Lei nº 7.853, de 1989 –, e é o que nos propomos a fazer, juntamente com os Poderes Legislativo e Executivo, com todos os Senadores que são responsáveis, especialmente os que fazem parte nesta Subcomissão, que estará exatamente funcionando durante o período de aprovação do PPA. Eles podem nos dar força no sentido de que as propostas que vierem do Executivo encontrem, nesta Casa, um apoio para serem aprimoradas. E que as ações sejam inseridas em programas que se mostrem multifacetários, para que, de fato, possamos dizer, daqui a quatro anos, que caminhamos com o planejamento de uma política pública voltada para o segmento das pessoas portadoras de deficiência, que não é um segmento homogêneo – muito pelo contrário –, mas que mostra a diversidade humana no aspecto mais abrangente que se possa imaginar, desde uma pessoa que não caminha até aquela que não é capaz de ouvir, mas que tem uma série de outras capacidades e habilidades.

Para terminar, agradeço, mais uma vez, em nome de todos os companheiros do Conade, esta oportunidade.

Parabenizo o Senador Flávio Arns e os demais Senadores membros da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais do Senado Federal e registro que estamos ansiosos para trabalhar em sintonia permanente com esta Subcomissão.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Isabel Maior, Coordenadora da Corde.

Ressalto que, além das já mencionadas entidades nacionais, dos Ministérios e das entidades locais do Distrito Federal, presentes nesta audiência, estão conosco representantes da Associação Nacional de Equoterapia (Ande – Brasil) e também da Universidade de Brasília, que promoverá, no início do mês de julho, um congresso internacional relacionado à pessoa portadora de necessidades psicológicas especiais,

uma área extremamente importante. A Comissão de Assuntos Sociais, provavelmente, realizará, no fim deste mês, uma audiência pública como forma de preparação para esse congresso internacional.

Passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, nosso companheiro do Mato Grosso, que representa, nesta Subcomissão, o PFL.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Agradeço ao Senador Flávio Arns, Presidente desta Subcomissão, e ao Senador Eduardo Azeredo, Relator.

Participo da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais como representante do PFL, além de ser o Vice-Presidente. Portanto, na ausência do Senador Flávio Arns – espero que isso não ocorra –, presidirei a Subcomissão.

Como ponto de partida, foi importante esta audiência, em que ouvimos os representantes dos deficientes de vários setores que nos deram uma aula do que precisa ser feito nessa área. Com certeza, todos podem confiar no nosso trabalho. O Relator é uma pessoa muito experiente e o Presidente entende bem desse assunto. Portanto, vamos trabalhar!

Sugeri as cinco emendas coletivas da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e talvez pudéssemos requerer uma para esta Subcomissão. As quatro emendas restantes seriam destinadas a outros assuntos na CAS. O mesmo procedimento poderá ocorrer na Câmara dos Deputados, pois, naquela Casa, além da Comissão de Educação, há a Comissão de Saúde. Nesse caso, o trabalho é muito mais da Corde e do Conade para, junto aos Deputados, pedir também lá uma dessas emendas coletivas. Isso pode até se caracterizar como uma ação permanente. Por exemplo, na Comissão de Ação Social, aqui no Senado, já é praxe que uma das emendas seja oriunda do Hospital Sarah Kubitschek, já que essa instituição não consegue viver dos recursos destinados pelo Poder Executivo. Portanto, aqui, esses recursos são aumentados, tendo em vista o trabalho da Câmara e do Senado nas Comissões. Assim vive o Sarah. Então, por que não solicitar, individualmente, a cada Deputado ou Senador uma atuação nesse sentido? Acredito que R\$50 a R\$100 mil que os senhores solicitassem de cada Parlamentar somaria um bom volume de recursos. Por que não instituímos isso tudo nesta Subcomissão?

As idéias são inúmeras. Nesta primeira reunião, várias delas foram lançadas. Vamos continuar a fazê-lo e verificarmos o que colheremos de positivo, pois esta Subcomissão, apesar de temporária, pode assumir ações de caráter permanente.

Vamos, portanto, trabalhar, Sr. Presidente. Estamos todos integrados, V. Ex^a soube escolher muito bem os sete membros desta Subcomissão, pois somos todos Senadores envolvidos com a causa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – O Senador Jonas Pinheiro deixou bem claro o prazo de duração desta Subcomissão, que é de seis meses, podendo, conforme deliberação da Comissão de Assuntos Sociais, ser prorrogado, se necessário.

Vejo que V. Ex^{as} estão bastante envolvidos com a causa e querem encontrar soluções ou mesmo contribuir nesse sentido. Todos nós desejamos fazer um trabalho entrosado, particularmente com o Conade, em que estão presentes os órgãos governamentais e a sociedade.

Vamos discutir o Orçamento, como disse o Senador Jonas Pinheiro, não apenas agora, na elaboração, mas já agora nos meses de junho e julho com o Poder Executivo e com cada um dos Ministérios aqui presentes. Creio que inclusive os representantes do Conade nos Ministérios podem ser essa porta, esse contato, a fim de que haja essa discussão, que é fundamental, dentro do Plano Plurianual. Enfim, pretendemos fazer um trabalho integrado.

Ressaltamos novamente a importância e a beleza desta iniciativa. Aliás, como disseram representantes de outros países, “como seria bom que isso acontecesse em nossos países”, porque o interesse do Congresso Nacional – da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – pelos deficientes, mediante a instalação de subcomissões específicas, é algo que tem que ser enaltecido e elogiado mundo afora.

Portanto, como disse o Senador Eduardo Azeredo, queremos resultados. Toda essa discussão já realizada indica, em muitos aspectos, encaminhamentos imediatos; outros estão na seqüência. Mas, repito, desejamos resultados em todas as áreas, com discussão, organização das idéias e ação. Que, daqui a alguns meses, possamos nos reunir para falar dos caminhos trilhados, das conquistas obtidas e também dos desafios que vão permanecer. É um processo de vida, sem dúvida alguma.

O Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais, a Presidente Lúcia Vânia, a Subcomissão Temporária de Assuntos para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, todos nós estamos muito felizes com a presença dos senhores, foi muito bom termos acompanhado as exposições nesta audiência pública.

Quero também ressaltar que todos os senhores, se assim o desejarem, poderão fazer contribuições, verbais ou, preferencialmente, por escrito, para a Subcomissão, que todas serão estudadas, levadas em conta, organizadas, distribuídas para os Senadores membros da Comissão.

A mesma observação vale também para aquelas pessoas todas que estão acompanhando esta audiência pública pelo Brasil inteiro, mas que não tiveram a oportunidade de estar aqui, que também enviem as sugestões, as idéias, o que for necessário, para contribuir com esse trabalho, que é um desafio para todo o País.

Nada mais havendo a discutir, encerro a presente audiência pública, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 6 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

ATA DA SEXTA REUNIÃO (extraordinária) DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 22 DE OUTUBRO DE 2003, QUARTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS.

Às dezoito horas e cinquenta e dois minutos, do dia vinte e dois de outubro de dois mil e três, na Sala de reuniões nº 09 – Ala Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS**, para a realização de Audiência Pública, reuniu-se a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com a presença dos Senadores **NEY SUASSUNA, EURÍPEDES CAMARGO, GARIBALDI ALVES FILHO, MOZARILDO CAVALCANTI, EDUARDO AZEREDO, JONAS PINHEIRO** e a Senadora **LÚCIA VÂNIA**. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e propôs a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. A presente reunião tem como objetivo apresentação do relatório elaborado pela diretoria para integração das pessoas portadoras de deficiência – CORDE/DF, que analisou as condições de acessibilidade no Senado Federal, considerando

os acessos físico, digital e televisivo, com a presença dos seguintes convidados, para que ; Senhora **MARTHA BARROS SANTOS**, Diretora para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência do Distrito Federal (CORDE) – Secretaria de Ação Social; Senhor **PAULO BRANDÃO**, chefe do Serviço de publicação em Braille do Senado Federal; a Senhora **SABRINA MONTEIRO** e o Senhor **PAULO ROBERTO COSTA BECKER**, do Centro de Vida Independente – CVI; senhor **FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES**, da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos DF – APADA, e a intérprete de LIBRAS, senhora **LINAIR MOURA BARROS**; senhora **MÁRCIA FERNANDES**, Secretária de Estado de Coordenação das Administrações Regionais – GDF e a senhora **MÁRCIA MUNIZ**, Técnica da Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – GDF. Os convidados deram seus depoimentos, sendo entregue o relatório da CORDE/DF ao Presidente desta subcomissão, pela Senhora **MARTHA BARROS SANTOS**. Usaram da palavra do Senhor Senador **JONAS PINHEIRO**. O Senhor Presidente agradeceu aos convidados e as entidades que deram suporte a busca pelos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, a CORDE, a APADA/DF, a COMISSÃO JOVEM – DF, ao CONADE. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a reunião às vinte horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião extraordinária da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2, de 2003, com o seguinte teor:

Em virtude de a audiência pública a realizar-se hoje, dia 3 de junho de 2003, às 18h, na sala nº 2, na Ala do Senador Nilo Coelho, no âmbito da Subcomis-

são Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da Comissão de Assuntos Sociais, requeiro, na qualidade de Presidente da referida Subcomissão e nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, do Senado Federal, que sejam consideradas para a composição da Mesa os seguintes membros do Conade [que passo a nominar e já a convidar para tomarem assento à mesa]: Sr^a Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade, em substituição ao Sr. Adilson Ventura, Presidente do Conade; Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Dr. Antonio Carlos Sestaro, representante da Federação Nacional da Síndrome de Down.

Após ter chamado essas três pessoas, mencionarei as demais que depois, na seqüência, serão também chamadas para tomarem assento à mesa: Dr^a Lúcia Severo, que será chamada na seqüência, representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Sr^a Isabel Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e Dr^a Regina Barata, representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública, aprovada pelo Requerimento nº 1, e também agora pelo Requerimento nº 2, de 2003; de minha autoria, destinada a expor a situação das pessoas portadoras de necessidades especiais no País e os seus maiores desafios.

Quero lembrar a todos os presentes, e já enaltecendo a presença de todos para o debate de um tema tão importante, os desafios enfrentados pela pessoa portadora de deficiência, que esta é a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que tem uma abrangência bastante grande. Na Comissão de Assuntos Sociais são debatidos os temas da saúde, da assistência, da previdência, do trabalho, do meio ambiente, temas fundamentais para todos os aspectos relacionados a todos cidadãos em nosso País, inclusive as pessoas portadoras de deficiência.

Nesta Comissão de Assuntos Sociais foram criadas quatro subcomissões temporárias, com prazo de duração de seis meses, podendo esse prazo ser prorrogado. Uma das subcomissões se relaciona ao idoso; a segunda se relaciona à criança, ao adolescente e ao jovem; a terceira se relaciona à saúde; e a quarta comissão se relaciona à pessoa portadora de necessidades especiais. Muitos perguntam quais são os objetivos desta Subcomissão. Eles estão bastante relacionados ao debate que será realizado hoje nesta audiência pública. Logo na primeira reunião, foi apro-

vado o Requerimento nº 1, completado com o Requerimento nº 2, lido no dia de hoje, para que o Conade, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, viesse a esta Subcomissão e expusesse, por intermédio das pessoas que nomeei há pouco, os desafios enfrentados para que o Poder Legislativo, por meio do Senado, possa contribuir para o encaminhamento dessas grandes questões.

Isso enriquece a discussão em qualquer parte do mundo. Recentemente, participei de uma reunião na Europa, vinculada à questão do esporte para a pessoa portadora de deficiência, e, quando mencionei que no Senado do Brasil havia uma subcomissão específica para tratar dos assuntos da pessoa com deficiência, todos os outros países alegaram que esse seria o ideal a ser conquistado também naqueles países, ou seja, terem o privilégio, a honra, a possibilidade de discutir as necessidades da área dentro do Congresso Nacional. Então, isso é de uma riqueza extraordinária, que quero ressaltar novamente.

Estão presentes os Deputados Leonardo Mattos, que está aqui na frente, e Eduardo Barbosa, que enriquecem muito esta audiência pública. S. Ex^{as} terão que sair para votar uma medida provisória na Câmara dos Deputados, mas, se possível, voltarão para esta audiência pública. Na Comissão de Direitos Humanos da Câmara também existe uma Subcomissão – permanente, no caso – para tratar dos assuntos da pessoa portadora de deficiência, que tem como Presidente o Deputado Leonardo Matos e, como Relator, o Deputado Eduardo Barbosa. Portanto, tanto na Câmara quanto no Senado, temos Comissões específicas para esta discussão, o que é muito importante para o entrosamento dos trabalhos entre a Câmara e o Senado, como dificuldades na legislação ou votações.

Ressalto que, dentro do Senado, a Subcomissão é composta de sete Senadores. Há, também, uma outra Comissão em funcionamento neste momento, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, mas todos os Senadores presentes na primeira reunião estarão presentes nesta segunda reunião da Subcomissão. Estão aqui os Senadores Garibaldi Alves Filho e Eurípedes Camargo, do Distrito Federal. Também já está a caminho o Senador Eduardo Azevedo, Relator desta Subcomissão.

Na nossa primeira reunião – para fazer um retrospecto para todos os membros do Conade, da comunidade, das entidades aqui presentes e para os Srs. Deputados –, o primeiro pedido dos Senadores foi ouvir o Conade. Isso é muito significativo, porque lá estão todos os movimentos voltados ao portador de deficiência, bem como os órgãos governamentais, já

que é um conselho composto de forma igualitária pelo Governo e pela sociedade organizada.

Este é o primeiro momento e, a partir daí, outros passos serão dados para o encaminhamento adequado dos desafios. Então, agradecemos a presença e a participação de todos no decorrer dos trabalhos.

Quero lembrar que a estrutura do Senado é um pouco diferente da que existe na Câmara. Existe uma outra Comissão, da qual eu também faço parte, a Comissão de Educação, que não está incluída na área de assuntos sociais. Educação, cultura, esporte fazem parte da outra Comissão. Então, há duas Comissões aqui do Senado Federal que estão vinculadas à questão dos direitos sociais.

O tema sugerido para esta audiência pública é "O Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência) e as Questões da Pessoa Portadora de Deficiência no Governo e no Congresso Nacional". Os convidados para esta audiência pública são as pessoas já mencionadas anteriormente. De acordo com o art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, convido as pessoas mencionadas a fazerem uso da palavra, chamando, em primeiro lugar, A SRA. IVANA DE SIQUEIRA, Vice-Presidente do Conade, que hoje está substituindo o companheiro e amigo Adilson Ventura.

A SRA. IVANA DE SIQUEIRA – Boa noite a todos. Em primeiro lugar, queria agradecer o convite, a oportunidade de o Conade estar participando da audiência pública desta Subcomissão e justificar a ausência do nosso Presidente, que, por motivos de saúde, não pôde estar aqui. Em seu nome, agradeço o convite e afirmo que é uma honra muito grande poder participar dos trabalhos desta Subcomissão e, mais ainda, desta Casa. Não adianta discutirmos no Conade se não houver uma integração muito próxima com o Legislativo, tanto com o Senado como com a Câmara. Para nós, foi importantíssima a criação dessas Subcomissões específicas tanto na Câmara quanto no Senado.

Em nome do Conade, deixo aqui a sugestão de que poderíamos contribuir com esta Casa nas discussões e nos encaminhamentos de sugestões e apreciações de projetos de lei relativos aos problemas dos portadores de deficiência física que sejam apresentados na Casa. Temos, no Conselho, como será apresentado pela Conselheira Lizair Guarino, a representatividade de várias áreas de portadores de deficiência, as quais consideramos importante serem ouvidas

para que possam encaminhar as suas necessidades à questão legislativa.

Mais uma vez, muito obrigada pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Sr. Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade.

Antes de conceder a palavra ao próximo palestrante, gostaria de mencionar que a assessoria do Senador Eduardo Azeredo realizou um trabalho bastante interessante de coletânea de todos os projetos de lei que estão em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, inclusive por sugestão da própria Comissão na primeira reunião. São estes três volumes que estão aqui sobre a mesa. Solicito, então, que a assessoria da Subcomissão, na seqüência, encaminhe um exemplar dos três volumes para cada um dos Senadores componentes da Subcomissão, e também para o Conade e para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Já sei, também, que o Conade tem um levantamento nesse sentido, e será inclusive interessante compatibilizarmos os trabalhos com esses levantamentos que existem tanto no Conad quanto no Congresso Nacional. Vamos afunilar para dar um encaminhamento adequado à legislação referente à área. Foi um belo trabalho, também, no sentido de organização de toda a legislação em tramitação no Congresso Nacional, já dividida inclusive por áreas de atuação.

Com alegria, passo, em seguida, a palavra à Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi.

A SRA. LIZAIR DE MORAES GUARINO – Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Flávio Arns e todos os Senadores que compõem esta Subcomissão.

Para nós, isso aqui é uma alegria muito grande, pois encurta o nosso diálogo, encurta a nossa relação com o Senado. Relação das pessoas portadoras de deficiência que, às vezes, não podem ter voz junto ao Congresso. Parabenizo, também, o Eduardo e o Leonardo, porque acho muito importante todos estarmos perto de vocês, unidos, para que possamos caminhar com mais rapidez. Porque caminhar, nós temos caminhado, mas estamos caminhando devagar.

Embora tenha um roteiro em mãos, quero apenas traçar uma rápida história do Conade a V. Ex^{as}. O Conade surgiu exatamente da Corde, que foi uma Coordenação, formada por um grupo de 60 membros de organizações não-governamentais, criada em outubro de 1986 pelo então Presidente José Sarney,

quando era Ministro da Educação o hoje Senador Marco Maciel. Eu gosto de falar sobre isso, porque, muitas vezes, as pessoas pensam que a Corde surgiu em 1981; mas outros não sabem bem. Então, gostaria de registrar que foi desse modo que surgiu a Corde, isso é bom para pontuar.

A Corde dispunha somente de um Conselho Consultivo. Então, julgamos que era muito pouco. Começamos a trabalhar para transformar esse Conselho Consultivo num Conselho Deliberativo. Em uma das reuniões a que compareci, justamente com a Regina, que está aqui presente, solicitamos ao então Ministro José Gregori, que começássemos a trabalhar em cima do Conselho. E por que Conselho Deliberativo? Porque o Conselho é apenas consultivo e não poderíamos deliberar.

Por isso, agora vou falar um pouco sobre o roteiro, que tenho em mãos. O Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência é um Conselho Deliberativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligado à Presidência da República, previsto na Lei nº 7.853, de 1989, instituído pela Medida Provisória nº 1.799, de 1999, e pelo Decreto nº 3.298, de 1999. É um Conselho paritário formado por órgãos de Administração Direta do Governo e representantes da sociedade civil, que tem relevante função pública não remunerada, tendo como competência: propor, acompanhar, planejar e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, transporte, cultura, turismo, lazer, trabalho, política urbana, direitos humanos, justiça, esporte e outros relativos às pessoas portadoras de deficiências; e acompanhar, mediante relatório de gestão, o desempenho dos programas e projetos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e tem a responsabilidade de participar da elaboração e avaliar a execução das políticas públicas nesse sentido.

Na estrutura do nosso Conselho, só o Vice-Presidente era eleito pelos Conselheiros. Mas, a partir do ano passado, mudamos o Regimento. Então, tanto o Presidente como o Vice-Presidente passaram a ser eleitos pelos membros do Conselho, que é composto por 26 conselheiros, sendo que 13 representam a sociedade civil, e os demais, o Governo. Os da sociedade civil se reúnem no fórum e, por deficiência, elegem, dentro da sua área, seu representante.

O Conade se organiza em quatro comissões permanentes e em uma plenária, em que são toma-

das as deliberações. As comissões se reúnem tarde, as matérias são levadas à plenária.

São elas:

1. A Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos:

– Composta por várias pessoas muito importantes na área de legislação, inclusive o nosso representante da OAB, Alan Cortez, aqui presente, bem como pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público e por vários outros companheiros nossos.

– Analisa os projetos de lei que tentam incluir no cenário jurídico o direito das pessoas portadoras de deficiências, sem, no entanto, atentar para os direitos fundamentais, assegurados na Constituição Federal e nas leis vigentes, e também ouvir as reais necessidades das pessoas portadoras de deficiências por meio de movimentos sociais. Por exemplo, havia um PL que estabelecia quotas para crianças em creches. Não podemos estabelecer quotas para creches, porque isso já existe na Constituição e seria considerado até uma discriminação. Tivemos que relatar isso, e a Comissão de Atos Normativos enviou uma comunicação.

– Atende às denúncias recebidas dos diferentes Estados do Brasil contra a violação dos direitos das pessoas portadoras de deficiências. Por exemplo, não era reconhecida a assinatura de um cego no cartório. A Comissão de Atos Normativos fez contato com todos os Ministérios para resolver esse problema, que era uma discriminação contra os cegos.

2. A Comissão de Políticas Públicas, da qual sou coordenadora:

– Acompanha o planejamento e a execução do Orçamento – isso é um problema, não é Senador Flávio? O Senador Flávio diz que o lugar do deficiente é no Orçamento – e das políticas públicas no que diz respeito às pessoas portadoras de deficiências. Exemplo: indicação de representantes do Conade para discutir o PPA em nível estadual e federal. Agora, por exemplo, chamaram-nos para discutir o PPA no Ministério da Educação e mandamos um representante nosso.

– Elabora proposições aos diversos Ministérios para o encaminhamento de políticas

e programas. Isso fizemos no ano passado, no Ministério da Saúde. Todas as portarias que pedimos foram assinadas pelo Ministério da Saúde. Foi proposição do Conade.

– Manifesta-se contra medida do Governo que contrarie o direito das pessoas portadoras de deficiência.

– Atende às denúncias advindas de pessoas portadoras de deficiência contra a violação dos seus direitos por Estados e Municípios. Exemplos: assegurar capacitação de servidores públicos para o atendimento das pessoas portadoras de deficiência, ensinando-lhes a linguagem de sinais etc.

– Assegura que, na formação de profissionais, as questões da pessoa portadora de deficiência também sejam consideradas dentro do serviço público.

3. A Comissão de Comunicação Social.

– Divulgar as ações do Conade dando visibilidade não só ao Conade, como também ao segmento das pessoas portadoras de deficiência. No ano passado, fizemos uma grande divulgação na televisão, mostrando exatamente qual é a eficiência do portador de deficiência.

– Sensibilizar e informar a comunidade quanto aos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

– Mobilizar no sentido de garantir o acesso das pessoas portadoras de deficiência no processo eleitoral. Esse também foi um trabalho feito pelo Conade na época das eleições. O cego e a pessoa deficiente tinham dificuldades de votar. Houve um trabalho muito grande do Conade junto com a Corde.

– Atuar junto aos meios de comunicação para viabilizar legenda oculta nos programas de televisão e zelar pelo uso adequado da imagem de pessoas portadoras de deficiência nos meios de comunicação. Essa é uma dificuldade que vemos em algumas propagandas de televisão em relação ao PPD.

4. A Comissão de Articulação de Conselhos, que elaborou esta cartilha para orientação e implantação dos conselhos estaduais. Já existem seis deles, e estamos trabalhando para procurar aumentar o número desses conselhos estaduais dos PPDs.

Além disso, pretendemos realizar a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, prevista para os dias 3, 4 e 5 de dezembro deste ano. O Dr. Nilmário nos animou muito quanto a essa nossa proposta. Uma parte do orçamento está prevista pela Corde. Também esperamos que o Senado nos ajude a realizar essa conferência. Este é o Ano Europeu da Pessoa Deficiente. O próximo será o Ano Latino-Americano da Pessoa Deficiente. Nós queremos, como resultado da conferência deste ano, criar nossa Secretaria Especial das Pessoas Portadoras de Deficiência. Esse é o grande anseio dos portadores de deficiência.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço à Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, pela participação. Como ela mencionou, até para que o Brasil todo tenha conhecimento pela **TV Senado**, nesta audiência estão presentes os representantes dos seguintes órgãos e instituições: Ministério da Previdência e Assistência Social; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Associação Brasileira de Autismo; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Ministério do Esporte e Turismo; Ministério da Cultura; Ministério da Ciência e Tecnologia; Sociedade Brasileira dos Ostomizados; Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos; Central Única dos Trabalhadores; Ministério dos Transportes; Ministério da Justiça; Ministério da Comunicação; Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs; Confederação Nacional do Comércio; União Brasileira de Cegos; Ministério Público do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério Público Federal; Casa Civil da Presidência da República; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais, de Integração Social e de Defesa da Cidadania – Febiex; Ordem dos Advogados do Brasil; Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação; Secretaria Especial de Direitos Humanos, representada pela Dr^a Isabel, além de outras entidades do Distrito Federal e de outras regiões do Brasil que, sabendo desta audiência pública, estão participando.

Assim, este é um momento de muita representatividade.

Quero passar a palavra ao Dr. Antonio Carlos Sestaro, representante da Federação Brasileira de Síndrome de Down.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Ex^a e a Presidência desta Comissão por esse trabalho que se inicia de forma tão promissora. Felicito V. Ex^a por sua atuação e peço desculpas, porque hoje estou participando de três Comissões ao mesmo tempo: esta Comissão, a de Assuntos Econômicos e a de Segurança Pública. Aliás, se não detivermos a violência nos níveis em que ela está, certamente haverá maiores índices de deficiência física e mental.

Então, queria pedir permissão a V. Ex^a para eu participar também dessas outras Comissões. Voltarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – A Presidência agradece ao Senador Garibaldi Alves Filho, sempre presente, sempre atuante. Realmente, a dinâmica do Senado e da Câmara dos Deputados exige a presença dos Parlamentares em vários locais ao mesmo tempo. De qualquer forma, este é um momento importante para o portador de deficiência e para todo o Brasil, que acompanha esta audiência. V. Ex^a esteja à vontade, não é Senador? Passo a palavra ao Dr. Antonio Carlos Sestaro, que representa a Federação Nacional da Síndrome de Down.

O SR. ANTONIO CARLOS SESTARO – Boa noite a todos. Sr. Senador Flávio Arns, Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, reafirmando os agradecimentos já feitos anteriormente pelos membros do Conade à Mesa, creio ser este um momento histórico na luta dos movimentos das pessoas portadoras de deficiência ao vir a esta Casa Legislativa expor todas as nossas reivindicações e os nossos trabalhos, tendo o eco deste Congresso.

Na minha proposta de colocações do Conselho, é importante enumerarmos de quem estamos falando. Segundo dados do Censo IBGE-2000, há em nosso País cerca de 14,5% da população com algum tipo de deficiência ou limitação funcional. Isso representa, senhores, em média, 24,5 milhões de pessoas.

Ao pensar nesse número e nas pessoas que se envolvem com os portadores de deficiências, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito das terapias, nós estaremos falando, senhores, em 73 milhões de pessoas em nosso País. É um número que nos leva a refletir bem sobre o papel tanto das associações como dos nossos legisladores.

Existe, hoje, no Brasil, uma vasta legislação que dispõe sobre todos os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Podemos citar a Constituição Federal, a Lei nº 7.853, de 1989, a Lei nº 10.048, de 2000, o Decreto nº 3.289, de 1999, além de outras leis ordinárias que também garantem o direito das pessoas portadoras de deficiência. Porém, não podemos deixar de mencionar que, embora com toda essa legislação, há ainda, em alguns organismos do Governo, a ausência de setores que tratem especificamente dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, embora isso já conste em lei. É importante também ressaltar que todo esse ordenamento jurídico existente no País é fruto de movimento das organizações civis e que encontrou eco no legislador brasileiro.

Analisando isso em termos de políticas públicas, entendemos que atualmente as políticas estão sendo formuladas de forma desarticulada, com pouca ou nenhuma previsão orçamentária, em algumas vezes até ocorrendo superposições de ações efetivas. Essas políticas não refletem ainda as diferenças regionais e não têm a capilaridade necessária para o enfrentamento que a questão requer. Entendemos que as políticas devam ser feitas de forma articulada, integrada, de modo a assegurar à pessoa portadora de deficiência acesso integral a todos os direitos que lhes são garantidos por lei. Como exemplo, podemos citar a pessoa que não tem habilitação para o mercado de trabalho e isso causa uma deficiência no preenchimento das vagas, conforme a reserva de cota de lei.

Farei referência a algumas áreas: Saúde, Previdência e Educação.

Em relação às áreas da Saúde e Previdência, há uma verdadeira falta de definição dos papéis institucionais no aspecto da reabilitação integral. Entende-se ser de fundamental importância ainda que os planos de saúde assegurem o atendimento às pessoas portadoras de deficiência com especialistas, como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros.

Na área da Assistência Social, é importante que seja garantida a proposta orçamentária apresentada pelo Ministério da Assistência Social para os próximos quatro anos, no que diz respeito às ações voltadas para as pessoas portadoras de deficiência, a fim de atender à demanda e à correção de valores que estão defasados há oito anos.

Na área da Educação, é preciso haver uma política que promova a inclusão de todos os alunos na rede regular de ensino. O desafio é o acesso do portador de deficiência à rede regular de ensino em to-

dos os Municípios brasileiros e a garantia de apoio e de recursos especializados, quando necessário, para que o aluno que deles necessite tenha acesso integral ao seu currículo.

Entendemos ainda ser de fundamental importância que se garantam atendimentos complementares, ou seja, a retaguarda na área de saúde pública e privada, para assegurar o acesso a essa aprendizagem anteriormente citada. É de fundamental importância também a capacitação de professores para atuar com os alunos portadores de deficiência.

No âmbito da Cultura, entendemos que as políticas institucionais devem viabilizar o acesso às bibliotecas dos que fazem uso da leitura em braille e dos portadores de baixa visão e acesso a todos patrimônios históricos e culturais de nosso País.

Na área do Trabalho, é fundamental a articulação com a educação, para que haja uma seqüência lógica. Com acesso à educação, haverá um futuro trabalhador para o mercado. É importante ainda que a fiscalização do cumprimento das cotas dos postos de trabalho esteja atrelada às adaptações do ambiente de trabalho. Há uma sensível falta de verbas para a qualificação de profissionais que atendem as pessoas portadoras de deficiência. É fundamental ainda que sejam previstos orçamentos para municiar os órgãos fiscalizadores no sentido de que tenham um papel nesse aspecto do trabalho.

Finalizando, é essencial que haja garantia nas contratações para os serviços públicos, mesmo que temporárias, com a reserva de vagas para as pessoas portadoras de deficiência até o percentual de 20%.

Agradeço a todos. Agradeço aos Senadores, por esta oportunidade de trazermos os nossos anseios e as nossas angústias. Este é um momento histórico, que vai ficar pautado no nosso Movimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Ivana, da Professora Lizair e do Sr. Antonio Carlos Sestaro. Se quiserem, podem se sentar junto aos demais representantes.

Chamo para fazer parte da Mesa A SRA. Lúcia Severo, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, e A SRA. Isabel Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Corde.

Sr^a Isabel, desculpe-nos pela barreira arquitetônica do Senado Federal, porque está numa cadeira de rodas e tem de ser auxiliada para poder fazer parte da Mesa. Já fizemos um debate amplo no Senado, e

sei que a mesma discussão ocorreu na Câmara dos Deputados, para que os ambientes físicos das duas Casas do Congresso passem a ser totalmente acessíveis, sem barreiras arquitetônicas. Quando isso ocorrer, que sirva também como uma sinalização para todas as assembleias legislativas e câmaras de vereadores do Brasil para que adotem os mesmos procedimentos.

Convido também A SRA. Regina Barata, representante da Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos.

Lembro que alguns temas foram levantados pela Subcomissão na primeira reunião. O levantamento da legislação, que já mencionei, a realização desta audiência pública com o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, a discussão do Orçamento em todas as áreas, a discussão do Senado com o Executivo em relação ao Orçamento, e os pronunciamentos a respeito do assunto já apontam para a importância do tema. Além disso, a Subcomissão vai fazer um trabalho junto à Comissão de Assuntos Sociais para que elabore uma emenda ao Orçamento, no segundo semestre, que beneficie essa área da pessoa portadora de algum tipo de deficiência. São momentos importantes no Congresso a discussão da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, a discussão do Orçamento, no segundo semestre, e a discussão também do Plano Plurianual para os próximos quatro anos, nessa visão que se pretende integrada, como o Dr. Antônio Carlos Sestaro enfatizou na sua fala.

Concedo a palavra à Dr^a Lúcia Severo, representante da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos.

A SRA. LUCIA SEVERO – Boa noite, estou representando a Feneis e o Conade, na área da surdez. Gostaria de agradecer à Isabel por ter-me dado esta oportunidade.

Venho expressar a minha indignação porque recebi um **e-mail** que divulgava que uma pessoa que se dizia representante da comunidade surda teria vindo ao Senado e dito que, para a comunidade surda, não era necessária a legenda na **TV Senado**. O Senador José Sarney, por sua vez, arquivou o projeto de lei sem sequer consultar a posição do Conade ou mesmo da representante na área da surdez. Gostaria de saber quem é esse representante que responde por cerca de milhares de surdos espalhados pelo País.

Existe a língua dos sinais. Acreditamos no trabalho dos Senadores e esperamos uma solução. Pedimos que, quando houver uma solicitação, que haja

um documento. Esse representante não pode falar por uma comunidade inteira.

Então, gostaria de agradecer. Foi um episódio muito triste, e faço um apelo para que a Subcomissão reveja esse projeto de lei e leve adiante a questão da legenda. É importante. Vivemos em democracia. Boa-noite e muito obrigada.

OSR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Lúcia e posso dizer, em nome de todos os Senadores membros da Subcomissão, que vamos verificar, Senador Jonas Pinheiro, Senador Eurípedes Camargo, Senador Eduardo Azeredo, para ver o que aconteceu com o projeto.

O debate da inserção de legenda na programação da **TV Senado**, da língua brasileira de sinais, poderá ser feito com a comunidade surda, a **TV Senado** e a **TV Câmara**, certamente, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, e buscar chegar a uma conclusão que contemple as expectativas e os anseios de todas as portadoras da surdez. Tenho certeza absoluta de que não haverá dificuldade nesse sentido.

Desejo ressaltar que temos na Presidência do Senado o Senador José Sarney, homem solidário com a área. Conforme dito, foi exatamente durante o Governo de S. Ex^a que foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Deficiente – Corde.

Com alegria, informo a presença do Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão dos Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência, cujo trabalho, a coletânea, a legislação elaborada já mencionei. O Senador Eduardo Azeredo, bem como os demais membros, Senador Jonas Pinheiro, Senador Eurípedes Camargo são altamente interessados no tema relativo ao portador de deficiência.

Concedo a palavra à Dr^a Regina Barata, representante da Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos, também Deputado Estadual.

A SRA. REGINA BARATA – Boa noite. Mais uma vez, em nome do Conade, gostaríamos de agradecer este espaço, porque entendemos ser realmente necessária a existência de uma Subcomissão que possa nos ouvir.

Tomei até um susto quando conheci o volume, Senador Azeredo, de matéria legislação em tramitação nesta Casa, sem que tenhamos conhecimento do que se trata. Isso faz com que tenhamos que correr atrás do prejuízo e buscar, muitas vezes, remendar – como se diz no dito popular – algo que poderia ter sido uma grande contribuição do nosso movimento.

Hoje, porque participantes de movimento social de pessoas portadoras de deficiência, estamos presentes, não temos mais aquela visão do passado de mero objeto do direito. Hoje somos esse sujeito do direito, os representantes, tanto que a existência do Conade se dá pela organização da nossa entidade. Com o apoio de todas as entidades nacionais, conseguimos dar continuidade ao movimento nacional mais emergente: o movimento de portadores de deficiência, pois sabemos que, enquanto outros movimentos diminuíram suas reivindicações, estamos aqui, numa demonstração de que ainda não está bom.

A legislação vigente no País é fruto, conquista desses movimentos. O que está na Constituição Federal brasileira não está lá por acaso, foi fruto da mobilização de movimentos organizados que conseguiram estabelecer, pela primeira vez, na Constituição, os direitos da pessoa portadora de deficiência. Não foi por acaso que isso aconteceu. Foi fruto dessa organização a existência de direitos fundamentais e básicos para as pessoas portadoras de deficiência estabelecidos na primeira Constituição. Com isso, estamos aqui, nesta oportunidade, para dizer aos Senadores que tudo isso aqui não nos intimida. No Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, temos todo o tempo necessário para analisar; estamos nos colocando à disposição dos senhores, porque é interesse nosso contribuir com esse debate.

Não desejamos hoje ser fruto apenas daquelas legislações que nos trouxeram muitas vezes prejuízos. Vivemos um novo momento, e um novo governo sempre nos traz a esperanças de que alcancemos êxito também no Senado Federal.

E essa Subcomissão, proposta por V. Ex^a, com certeza, é fruto de prática na vida política e também como membro do Conade. Os nossos pares no Conade terão o maior prazer em recebê-los, sejam quantos forem, para analisarmos o assunto e dizermos o que nos interessa ou não. Não é mais possível haver legislações que, ao invés de trazer o engrandecimento do nosso movimento, nos discrimina muito mais e nos segrega, muitas vezes deixando-nos nos guetos. Neste momento, esta Subcomissão permite demonstrar que nos representamos, que somos capazes. O que nos falta realmente é oportunidade.

Gostaríamos também de dizer ao Senador Paulo Paim, que tem a proposta de um Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, que esse estatuto precisa ter a cara da pessoa portadora de deficiência. A nossa contribuição, a nossa colaboração é a expressão do sentimos, do que pensamos e do que quere-

mos. Quando isso não acontece, com certeza não reflete os nossos anseios.

Acredito que o Conade é um Conselho paritário, com legítima representação, bem como V. Ex^{as} que foram eleitos pela representação popular. Queremos contribuir a fim de que as legislações que saiam desta reunião possam realmente refletir os anseios das pessoas portadoras de deficiência.

Iríamos pedir o apoio de V. Ex^{as} quanto à isenção do IPI, mas, infelizmente, já houve a votação e aprovação da matéria na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado com uma emenda que ampliou um pouco mais nossos direitos, ante algumas propostas nossas, mas restringiu um ganho que era nosso há muito tempo. Não dá para dar dois passos à frente e retroagir um. Então, houve uma perda para as pessoas portadoras de deficiência física, aquelas que realmente dirigem os seus próprios carros, têm a sua autonomia, a sua independência quanto à isenção do IPI. Ficamos tolhidos justamente por ter havido ressalvas quanto aos veículos automotores. Não sei se o Senado poderia ainda de alterar essa situação, pois acredito que o projeto sobre a isenção do IPI já esteja na mão do Presidente.

O fato é que houve restrição de nosso direito. Tínhamos a liberdade de escolher o carro mais conveniente para dirigir. Hoje, estaremos restritos a uma única concessionária, principalmente por conta da questão da frota verde. Então, isso vai nos deixar sem opção, sem escolha para exercer realmente esse direito de fazer com que a isenção do IPI seja um benefício real para nós.

Também gostaríamos de pedir ao Senado que garantisse a aplicação das verbas do Fundef na área da educação de alunos com deficiência. O projeto que trata dessa matéria já foi votado na Câmara Federal e é de suma importância para nós.

A Lizair disse que aprendeu com o Senador Arns que a maneira de sabermos que um governo se interessa por nós é quando vemos o retrato do Orçamento. Então, Senadores, vamos mostrar neste novo Orçamento e no Plano Plurianual que passamos a ser importantes para o País. Queremos ser contribuintes sociais e não o encargo que a sociedade pensa que somos. Muitas vezes, acham que só precisamos de benefícios de prestação continuada ou que queremos viver mendigando, esmolando. Não, o que queremos são oportunidades de participação direta nas ações que dizem respeito às nossas vidas, porque, com certeza, com igualdade de oportunidade, nós, pessoas portadoras de deficiências, estaremos sendo contribuintes deste País, e não aumentando o número de

analfabetos, miseráveis e indigentes. Por isso, pedimos essa garantia.

Em todos os projetos de lei, devemos lembrar de contemplar as pessoas portadoras de deficiências. Somos diferentes por possuir uma deficiência física, sensorial ou mental, mas não podemos mais ser tratados com desigualdade, porque são as desigualdades sociais, políticas e econômicas que têm feito de nós esse encargo não só para a sociedade brasileira, mas também para os nossos familiares, amigos e vizinhos.

Neste novo milênio, queremos dizer que esta Subcomissão pode dar uma resposta a todos nós que estamos nesta militância, acreditando firmemente que vivemos um novo momento. Desde já, quero pedir o apoio geral e irrestrito para a nossa primeira conferência nacional a ser realizada em dezembro, porque somente com o orçamento de que a Corde dispõe não seremos capazes de mobilizar este Brasil inteiro, com tantas diferenças, para que façamos uma conferência nacional que seja representativa. Para isso, precisamos do apoio desta Casa, dos Senadores. Com certeza, essa primeira conferência nacional será um marco nas nossas vidas, porque mostrará o que somos capazes de fazer. A partir dela, o País verá de forma diferente as pessoas portadoras de deficiências, porque seremos olhadas não mais pelas nossas deficiências, mas sim pelas nossas aptidões. Cada um de nós tem uma aptidão, precisamos apenas de oportunidades para que possamos dar outra versão da pessoa portadora de deficiência neste novo milênio.

Como portadora de deficiência, sinto-me contemplada ao ver a atuação de V. Ex^a, no início do mandato, criando esta Subcomissão. Espero que ela não seja temporária, porque, depois desse, com certeza virão outros projetos e gostaríamos que todos eles chegassem ao Conade, a fim de que pudéssemos sobre eles opinar, e que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa pudesse respeitar nossas opiniões como representantes dos movimentos sociais. Para nós, seria de grande importância opinar sobre a legislação que irá reger o País. Acreditando nisso, tenho a convicção de que estaremos dando passos bem mais largos na construção de uma sociedade com justiça, com igualdade e com liberdade.

Obrigada, nobre Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Quero apenas ressaltar para todos os presentes e também para o Brasil que existe uma disposição muito grande desta Subcomissão no sentido de ajudar a resolver as dificuldades e abrir as perspectivas para a área. Quan-

do pensamos no encaminhamento das soluções, sempre dizemos que a sociedade organizada é um instrumento muito forte para mudanças. Quando a sociedade organizada tem um canal de comunicação com o Senado Federal ou com a Câmara dos Deputados, o trabalho dela pode multiplicar-se. Então, houve a decisão dos Srs. Senadores Jonas Pinheiro, Eurípedes Camargo, Eduardo Azeredo, da minha própria pessoa e do nobre Senador Garibaldi Alves, que já saiu. Além desses Senadores, fazem parte da Comissão o Sr. Senador Ney Suassuna, do Estado da Paraíba, e o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima.

Passo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão.

O SR. RELATOR (Eduardo Azeredo) – Sr. Presidente, nobre Senador Flávio Arns, Srs. Senadores Jonas Pinheiro e Eurípedes Camargo, senhoras e senhores, quero, primeiro, falar da minha satisfação em poder participar desta Subcomissão e ser o seu Relator. Temos de trabalhar de maneira muito objetiva. Esse calhamaço de projetos mostra que idéias existem, precisam apenas ser concentradas e organizadas no sentido de que tenhamos ações objetivas em relação às pessoas portadoras de deficiência.

Quanto ao projeto de isenção do IPI, quero apenas dizer que ele já está terminado. Foi aprovado aqui e na Câmara. Então, não há o que fazer em relação a ele. Na verdade, eu desconhecía que havia ficado alguma restrição. Neste momento, o que podemos fazer é começar do zero, isto é, fazer um novo projeto para corrigir essa falha ou, então, uma medida provisória do Governo. Quero também registrar que houve concordância e, realmente, um apoio muito efetivo da Secretaria de Direitos Humanos, quando nós estávamos discutindo com a equipe econômica do Governo a ampliação dos direitos para as pessoas portadoras de deficiência mental e para os autistas. Num primeiro momento, tais pessoas não foram incluídas na Câmara. Lá foram incluídos os portadores de deficiência visual e deficiência física e, aqui, nós conseguimos aperfeiçoar o projeto. A equipe econômica é sempre contra. Quando se trata de qualquer coisa que signifique gasto, ela age assim. Quando eu era Governador e alguém reclamava do meu Secretário da Fazenda, dizendo que ele era mal-humorado e estava sempre de cara fechada, eu dizia que Secretário da Fazenda tem de ser assim. Secretário da Fazenda simpático não é bom, porque ele tem a missão de controlar os gastos, e essa missão é realmente árdua. Mas, evidentemente, cabe aos outros Secretários, aos outros agentes políticos, a discussão e o convencimento das

autoridades da área financeira de que a aplicação daquele recurso é válida.

Foi importante o apoio da Secretaria de Direitos Humanos para que a equipe econômica do Governo Federal concordasse com a inclusão dos deficientes mentais e dos autistas. Mas uma parte ficou pendente e nós temos de procurar agora um novo caminho.

Quero apenas trazer a minha palavra de cumprimentos ao Senador Flávio Arns, que, como todos os senhores sabem bem, é uma autoridade na questão do portador de deficiência e uma pessoa dedicada à causa. Já estamos com quatro meses de trabalho no Senado, de fevereiro até hoje, e sabemos que o Senador está sempre atento a todas as matérias que podem trazer alguma consequência para o portador de deficiência. Nós também estaremos sempre atentos no sentido de incluir a pessoa portadora de deficiência como beneficiária ou como interessada em qualquer assunto que estiver tramitando no Senado. Evidentemente, essa é a nossa disposição e a nossa obrigação.

Em relação aos projetos, o que quero dizer é que precisamos trabalhar muito e seria muito bom termos a colaboração do Conade e de todos os órgãos da sociedade civil para que nos ajudassem nesse processo, porque muitos projetos são repetitivos, alguns nem se justificam mais, e temos que ter agilidade. A minha formação sempre foi na área de menos conversa e mais ação. Penso que temos que trabalhar para vermos o que deve ser feito. Avalio que o projeto de isenção do IPI dos automóveis já é um saldo inicial positivo, com sua aprovação pela Câmara e pelo Senado, e vamos buscar agora buscar outros caminhos que são tão importantes e tão necessários.

Sinto que é um momento importante, existe sensibilidade aqui no Senado e na Câmara – estavam aqui dois Deputados de Minas Gerais, que é um Estado privilegiado, pois tem dois Deputados defensores dessa causa: Leonardo Mattos e Eduardo Barbosa – e devemos, portanto, nos somar aos demais Deputados e Senadores dos vários Estados para avançarmos bastante. É o que precisamos e o que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Passo a palavra, como última fala desta audiência pública, à Dr^a Isabel Maior, grande amiga, batalhadora da área, coordenadora da Corde – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que faz parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Com prazer, Dr^a Isabel, passo a palavra a V. S^a.

A SRA. ISABEL MAIOR – Obrigada, Senador Flávio Arns.

Boa noite a todos os Senadores presentes, aos colegas Conselheiros, aos colegas portadores de deficiência que aqui estão, demais senhoras e senhores, não sei se os senhores perceberam, mas temos um certo script entre nós, Conselheiros, que estamos aqui representando o Conade, com muita honra, nesta primeira audiência pública da Subcomissão Temporária de Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência.

A Regina parou num ponto e vou tentar seguir a partir dele. O outro assunto que abordarei depois é o PPA. Mas, voltando aos projetos de lei, lembro que desta Casa já saíram grandes ganhos para o grupo de pessoas portadoras de deficiência, a exemplo de um projeto de lei apresentado pela Senadora Benedita da Silva que transformou a libras em língua oficial do nosso País. Essa foi uma grande conquista do Senado Federal.

Gostaríamos de nos reportar, neste momento, a um projeto de lei de autoria do Senador Romeu Tuma que diz respeito à regulamentação do cão-guia, algo de muita importância para a comunidade de pessoas cegas. Esse projeto já está aqui e poderia estar pronto para ser votado. O Conade tem a posição de apoiá-lo e solicita que ele seja aprovado com a maior urgência possível, porque interfere diretamente na vida dessas pessoas. A companheira Ethel, uma das primeiras pessoas a usar cão-guia no Brasil, tem que andar com um salvo-conduto para que possa ingressar em alguns ambientes em razão de estar com o cão-guia. Uma vez regulamentado o uso do cão-guia, as pessoas cegas não passarão mais por esse constrangimento da colega Ethel, que, apesar de ser uma figura pública no nosso País, ainda tem que se fazer acompanhar de um documento expedido por um juiz para que possa transitar livremente com o cão-guia, o Dino, que todos conhecemos e de que gostamos muito.

Há um outro projeto de lei que gostaríamos, ao contrário, que os Srs. Senadores pudessem, imediatamente, verificar. Como foi mencionado pela nossa Conselheira Lizair no início, trata-se de um projeto de lei de autoria da Senadora Maria do Carmo, Projeto de Lei nº 30, de 2002, aprovado agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e, no entanto, é um projeto de lei que estabelece cotas para a escola: 10% das vagas deverão ser garantidas às pessoas portadoras de deficiência, em todos os níveis; e 5%, nas escolas particulares.

Ora, senhores, todos sabemos que o ensino é universal. Então, nesse caso, a aplicação de cotas é contrária ao interesse da pessoa portadora de deficiência. Também nesse exemplo, pedimos, mais uma vez, urgência para que isso seja freado nesta Comissão. O Conade e a Corde já prepararam um documento, como órgão de Governo, contrário a essa medida.

Existe uma cota. Mas questionaríamos o seguinte: essa cota é benéfica para a pessoa portadora de deficiência? Sem dúvida nenhuma, quando se trata de equiparação de oportunidade para reduzir uma defasagem histórica, que é o caso do mercado de trabalho, do concurso público ou mesmo das próximas contratações temporárias previstas pelo Governo, num total de 5.209 vagas, que, no entanto, deveriam ser concursos públicos. Se fossem concursos públicos, estariam afetos à legislação nº 8.112/90, que determina que o limite de vagas seja de até 20%, e determinado pelo Decreto nº 3.298/99, esse mínimo tem que ser de 5%.

Portanto, no nosso entendimento – no consenso do Conade e da Corde –, em havendo contratos temporários pela área governamental, esse mínimo de 5% também há de ser garantido para as pessoas portadoras de deficiência, ou então estaremos, durante alguns anos, até que todos esses concursos públicos sejam efetuados, tendo um prejuízo muito grande para a categoria de pessoas com deficiência.

Esse é um exemplo em que a ação afirmativa – que é, na verdade, uma discriminação positiva – nos é favorável. O caso exemplificado anteriormente, ao contrário, trará com certeza um prejuízo muito grande, porque, se este Senado aprova uma legislação que diz que somente as escolas particulares que tenham mais de 200 alunos matriculados têm a obrigação de reservar 5% de vagas para pessoas portadoras de deficiência, imaginem as creches, a pré-escola. Nunca haverá vaga para uma criança com deficiência. Então, essa é uma solicitação.

Quero, ainda referir-me a um projeto extremamente importante que tramita nesta Casa, de autoria do Senador Paulo Paim, que é o Estatuto do Portador de Deficiência. Esse é um nome que não nos agrada, porque preferimos sempre ser lembrados como pessoas. Então, para nós, seria mais interessante alguma legislação que dissesse “pessoa portadora de deficiência” ou “pessoa com deficiência”.

Esse estatuto é tão importante que merece do Conade atenção redobrada, e é isso que estamos fazendo. Neste momento, consultando os rostos dos companheiros, posso dizer que o Conade dá todo o

seu tempo, seu sangue e seu suor para poder participar da elaboração desse estatuto, não na forma como está. Acreditamos que pode ser muito mais avançado do que a proposta inicial apresentada, em bom tempo, pelo Senador Paulo Paim.

Esta Subcomissão, lamentavelmente, é temporária. Nosso desejo é que ela se torne permanente. Depois, poderíamos ver quais os mecanismos para podermos caminhar nesse sentido. Neste momento, a nossa preocupação está com alguns desses projetos que a Regina e eu acabamos de enumerar, em especial em relação ao estatuto.

Passando ao meu segundo ponto do script, cabe-me agora fazer alguns comentários em relação ao Plano Plurianual de 2004 a 2007. São quatro anos à nossa frente. Todos nós já aprendemos que não adianta pensar em uma transformação social, que é a inclusão das pessoas portadoras de deficiência na nossa sociedade, no curto prazo. Temos que ter noção que políticas públicas e políticas que mexem com o imaginário coletivo sobre a deficiência e sobre a menos valia ou a mais valia da pessoa portadora de deficiência hão de ter um planejamento, obviamente associado a um orçamento que dê vida à nossa política, que é a política nacional de integração da pessoa portadora de deficiência, definida por lei. Ela só se torna real, efetiva e, de fato, apóia e equipara as chances e as oportunidades na vida da pessoa portadora de deficiência se essa política for cumprida pelo Plano Plurianual.

O que tivemos? Recentemente, terminando o ano, em 2003, convivemos, pela primeira vez, com um programa multisetorial, o Programa 065, do PPA vigente. Esse programa reuniu as ações da Corde, as ações da antiga Secretaria de Estado de Assistência Social, inclusive o benefício de prestação continuada, e incluiu algumas das ações executadas pelo Ministério da Saúde em relação à pessoa portadora de deficiência. A nossa experiência com esse programa multisetorial foi positiva e negativa ao mesmo tempo. Positiva, porque começa a haver o que chamaríamos de um embrião de políticas integradas, de ações integradas, mas, ao mesmo tempo, ela não foi suficiente, porque talvez a sociedade não tenha percebido o valor de um programa de governo por meio do seu Plano Plurianual.

E o que pretendemos a partir dessa experiência que tivemos? Propor que, no próximo PPA, os senhores – que serão os últimos e, portanto, os mais importantes, porque é pelo Congresso Nacional que o PPA passará e será aprovado e, conseqüentemente, cada uma das leis orçamentárias

anuais que lhe darão vida e sustentação – nos ajudem a aprovar a proposta que nós começamos a discutir na Corde e no Conade, que é a proposta de dois programas, programas esses multisetoriais, envolvendo não apenas três Ministérios, mas envolvendo as ações fundamentais de todos os Ministérios que têm a obrigação de fazer com que a pessoa portadora de deficiência passe a freqüentar o ciclo virtuoso do desenvolvimento do nosso País.

Se lembrarmos das diretrizes que norteiam o futuro PPA, que está em programação adiantada e já vai para as audiências nos Estados, já tendo começado na sexta-feira no Estado do Amazonas, com a participação da nossa comunidade de pessoas portadoras de deficiência, vamos lembrar que existe a primeira dimensão, que é a da inclusão social, e a última dimensão, que é a dimensão democrática. Nessa dimensão democrática, há uma menção explícita às pessoas com necessidade especiais, que é o nome correlato à pessoa portadora de deficiência na linguagem brasileira. No entanto, consideramos que não é apenas na questão da dimensão democrática do PPA que a pessoa portadora de deficiência deve estar envolvida. Em especial, na primeira dimensão, da inclusão social, porque essa significa a inserção da pessoa portadora de deficiência, mais uma vez, dentro da sociedade, atuando como protagonista de sua vida, da vida de sua família, da vida de sua comunidade, dentro da escola, dentro do trabalho, em todas as ações econômicas, em todas as questões que digam respeito ao desenvolvimento do País. Significa uma pessoa portadora de deficiência produtiva, uma pessoa que, em vez de receber benefícios, passa a ser um contribuinte da Receita Federal e, portanto, uma pessoa que dá lucro.

Isso, todos os países já verificaram. Cada real investido na reabilitação integral da pessoa portadora de deficiência, que começa, se ela nasceu com deficiência, desde o seu primeiro momento de vida, ou, se ela se tornou deficiente, a partir daquele momento até a sua complementação, sendo um trabalhador, cada real investido significa dez reais. O retorno é dez vezes maior quando há um investimento na pessoa com deficiência.

No entanto, se não acreditarmos e não contribuirmos para que isso ocorra por meio das políticas e das ações desenhadas no PPA, teremos sempre um número crescente – que já se aproxima de um milhão – de pessoas portadoras de deficiência que recebem o benefício da prestação continuada. Essas pessoas – esse um milhão a que eu estou me referindo – vivem muito abaixo da linha de pobreza, em famílias

com uma renda **per capita** inferior a um quarto de salário mínimo.

Então, estamos falando em um grande salto de qualidade e de quantidade de recursos, que poderiam ser utilizados de uma maneira muito mais proveitosa. Isso não significa desamparar aqueles que hoje necessitam do benefício de prestação continuada, mas investir muito mais em todos aqueles que, mesmo estando no benefício da prestação continuada, poderiam se transformar em trabalhadores.

Há dois programas que estamos trazendo ao conhecimento de V. Ex^{as} em primeira mão. Um deles se chama "Programa Nacional de Acessibilidade", e tem, no seu bojo, ações que permeiam os vários Ministérios, como o Ministério das Cidades, Ministério das Telecomunicações, Ministério dos Transportes, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Secretaria de Recursos Humanos, entre outros, contando, evidentemente, com o Ministério do Planejamento. Qual é a importância deste Programa de Acessibilidade? Quando falamos em acessibilidade, Srs. Senadores e senhores presentes, estamos nos referindo às várias vertentes da acessibilidade: à acessibilidade física, para as pessoas que têm dificuldades de locomoção – e eu aceito as suas desculpas, Sr. Presidente, em relação ao degrau; da próxima vez, acredito que ele não estará aí e teremos uma rampa; caso contrário, não poderei aceitar as desculpas pela segunda vez, em nome de toda a população brasileira que usa cadeira de rodas –, mas a acessibilidade não se refere unicamente ao meio físico. Ela se refere também à comunicação e à informação. Estamos falando de dois grupos importantíssimos da nossa comunidade. A Lúcia já expressou essa questão aqui, ou seja, a do direito que o deficiente tem de ser informado e de participar da vida. Quem tem a informação tem o poder e a capacidade de se libertar. A informação tem de ser dada à pessoa cega, mediante o braille, a Internet e os softwares que o Brasil já produz. Pode-se fazer com que as pessoas cegas utilizem todo o sistema de computação informática do País com facilidade, desde que tenhamos o cuidado de fazer cumprir a legislação. A começar pelas páginas do Governo. E aproveito para registrar mais um apelo que pode ser de atendimento imediato: que a página do Senado se torne uma página acessível às pessoas cegas, para que possam navegar livremente e obter as informações que necessitarem. Dessa maneira, cada um de nós poderá se cadastrar e acompanhar

um projeto de lei que tramita nesta Casa ou na Câmara Federal. No entanto, se o desenho da página, originalmente feito pelo **web designer** não for acessível à pessoa cega, ela não terá como navegar com o seu DOS-Vox ou um desses outros sistemas que fazem a interface e que, na verdade, funcionam como um leitor de tela para a pessoa cega.

No que tange à pessoa com deficiência auditiva, a lei que reconhece a libras como uma língua oficial do País, que já foi aprovada, como já mencionei aqui, oriunda do Senado Federal, carece ainda de regulamentação, que está sendo preparada pelo Ministério da Educação, em conjunto com outros órgãos do Governo. No entanto, isso não impede que todas as nossas TVs já tenham legenda, que não atrapalha ninguém, todos sabemos disso. As televisões precisam ter, todas elas, o sistema de captação de legenda oculta – ou **closed caption**, utilizando a língua inglesa –, ou ainda a colocação de um pictograma na tela, em que aparece justamente a intérprete de sinais, tal como está aqui à nossa frente. Os dois sistemas são importantes e são um direito da comunidade surda brasileira. É o que gostaríamos de deixar claro aqui. Isso faz parte do nosso Programa Nacional de Acessibilidade.

Completando esse programa, quero falar sobre as ações que dizem respeito à questão do transporte. Falávamos antes, aqui, sobre o direito daqueles portadores de deficiência, que são minoria no País, assim como as pessoas que podem comprar um carro zero quilômetro. O cálculo que fiz, e que serviu de base para convencer um pouco a Receita Federal, foi no sentido de que o número de pessoas que pode comprar um veículo, ainda que com a retirada do imposto federal (IPI), é muito pequeno. Entre os deficientes, esse número não chegaria, com o acréscimo que foi feito, a mais de 18 mil pessoas. No entanto, temos que falar da maioria. A maioria das pessoas, como a maioria dos brasileiros, não usa carro zero quilômetro nem usa carro de segunda mão. Mas isso é uma outra coisa. Poderia haver um projeto de lei que desse algum incentivo, alguma coisa que pudesse ajudar as pessoas que não podem comprar um carro zero quilômetro, mas podem comprar um carro por meio de um financiamento, com uma linha de crédito um pouco mais acessível. Assim mesmo, ainda não estaríamos alcançando a maioria, porque a maioria de todos os brasileiros precisa se locomover em transportes coletivos, e as pessoas com deficiência

não são diferentes. É exatamente isto que propomos: que o transporte coletivo seja adaptado, por intermédio da regulamentação das Leis nºs 10.098 e 10.048, o que será feito por meio de um decreto que está na Corde e, provavelmente, vai merecer, ao longo do tempo, melhoramentos. Pretendemos que todos os transportes estejam adaptados. Daí a importância desse programa dentro do PPA. Ele precisa ter recursos para enfrentar todo tipo de lobby que possa surgir contra a proposta. A legislação pode não ser cumprida se não tivermos força para fiscalizá-la. A importância disso está na fiscalização e na preparação de recursos humanos capazes de, cada vez mais, trabalhar com a acessibilidade.

Dentro do Projeto Acessibilidade, teremos apenas que comentar a questão das ajudas técnicas, que são todos os equipamentos que auxiliam a pessoa portadora de deficiência a ter autonomia e segurança em sua vida. Essa é mais uma das ações contempladas dentro do Programa Nacional de Acessibilidade.

O segundo programa é o de ações integradas. Ele está previsto no Decreto nº 3.298. O que significa isso? Significa tudo o que já foi dito aqui pelos Conselheiros que me antecederam. Significa que todas as políticas setoriais não podem andar isoladas. É preciso que a política desenvolvida pelo Ministério da Educação tenha uma correlação direta com a do Ministério da Saúde, que, por sua vez, deve ter com a Previdência, com a Assistência Social, com a Secretaria de Direitos Humanos, com o Ministério da Cultura, com o Ministério do Esporte e Turismo, com o Ministério do Trabalho e com o Ministério das Cidades, que tem uma importância muito grande para nós – além de algum outro que porventura eu tenha esquecido neste momento. Significa que gostaríamos que as ações previstas no PPA não existissem apenas isoladamente em cada Ministério, porque isso não traz força. Essa é justamente a sinergia que se consegue ao juntar as ações num programa que tenha uma coordenação – e essa é a função da Corde, por uma obrigação legal, pela Lei nº 7.853, de 1989 –, e é o que nos propomos a fazer, juntamente com os Poderes Legislativo e Executivo, com todos os Senadores que são responsáveis, especialmente os que fazem parte nesta Subcomissão, que estará exatamente funcionando durante o período de aprovação do PPA. Eles podem nos dar força no sentido de que as propostas que vierem do Executivo encontrem, nesta Casa, um apoio para serem aprimoradas. E que as ações sejam inse-

ridas em programas que se mostrem multifacetários, para que, de fato, possamos dizer, daqui a quatro anos, que caminhamos com o planejamento de uma política pública voltada para o segmento das pessoas portadoras de deficiência, que não é um segmento homogêneo – muito pelo contrário –, mas que mostra a diversidade humana no aspecto mais abrangente que se possa imaginar, desde uma pessoa que não caminha até aquela que não é capaz de ouvir, mas que tem uma série de outras capacidades e habilidades.

Para terminar, agradeço, mais uma vez, em nome de todos os companheiros do Conade, esta oportunidade.

Parabenizo o Senador Flávio Arns e os demais Senadores membros da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais do Senado Federal e registro que estamos ansiosos para trabalhar em sintonia permanente com esta Subcomissão.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Isabel Maior, Coordenadora da Corde.

Ressalto que, além das já mencionadas entidades nacionais, dos Ministérios e das entidades locais do Distrito Federal, presentes nesta audiência, estão conosco representantes da Associação Nacional de Equoterapia (Ande – Brasil) e também da Universidade de Brasília, que promoverá, no início do mês de julho, um congresso internacional relacionado à pessoa portadora de necessidades psicológicas especiais, uma área extremamente importante. A Comissão de Assuntos Sociais, provavelmente, realizará, no fim deste mês, uma audiência pública como forma de preparação para esse congresso internacional.

Passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, nosso companheiro do Mato Grosso, que representa, nesta Subcomissão, o PFL.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Agradeço ao Senador Flávio Arns, Presidente desta Subcomissão, e ao Senador Eduardo Azeredo, Relator.

Participo da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais como representante do PFL, além de ser o Vice-Presidente. Portanto, na ausência do Senador Flávio Arns – espero que isso não ocorra –, presidirei a Subcomissão.

Como ponto de partida, foi importante esta audiência, em que ouvimos os representantes dos deficientes de vários setores que nos deram uma aula do que precisa ser feito nessa área. Com certeza, todos podem confiar no nosso trabalho. O Relator é uma pessoa muito experiente e o Presidente entende bem desse assunto. Portanto, vamos trabalhar!

Sugeri as cinco emendas coletivas da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e talvez pudéssemos requerer uma para esta Subcomissão. As quatro emendas restantes seriam destinadas a outros assuntos na CAS. O mesmo procedimento poderá ocorrer na Câmara dos Deputados, pois, naquela Casa, além da Comissão de Educação, há a Comissão de Saúde. Nesse caso, o trabalho é muito mais da Corde e do Conade para, junto aos Deputados, pedir também lá uma dessas emendas coletivas. Isso pode até se caracterizar como uma ação permanente. Por exemplo, na Comissão de Ação Social, aqui no Senado, já é praxe que uma das emendas seja oriunda do Hospital Sarah Kubitschek, já que essa instituição não consegue viver dos recursos destinados pelo Poder Executivo. Portanto, aqui, esses recursos são aumentados, tendo em vista o trabalho da Câmara e do Senado nas Comissões. Assim vive o Sarah. Então, por que não solicitar, individualmente, a cada Deputado ou Senador uma atuação nesse sentido? Acredito que R\$50 a R\$100 mil que os senhores solicitassem de cada Parlamentar somaria um bom volume de recursos. Por que não instituímos isso tudo nesta Subcomissão?

As idéias são inúmeras. Nesta primeira reunião, várias delas foram lançadas. Vamos continuar a fazê-lo e verificarmos o que colheremos de positivo, pois esta Subcomissão, apesar de temporária, pode assumir ações de caráter permanente.

Vamos, portanto, trabalhar, Sr. Presidente. Estamos todos integrados, V. Ex^a soube escolher muito bem os sete membros desta Subcomissão, pois somos todos Senadores envolvidos com a causa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – O Senador Jonas Pinheiro deixou bem claro o prazo de duração desta Subcomissão, que é de seis meses, podendo, conforme deliberação da Comissão de Assuntos Sociais, ser prorrogado, se necessário.

Vejo que V. Ex^{as} estão bastante envolvidos com a causa e querem encontrar soluções ou mesmo contribuir nesse sentido. Todos nós desejamos fazer um trabalho entrosado, particularmente com o Conade,

em que estão presentes os órgãos governamentais e a sociedade.

Vamos discutir o Orçamento, como disse o Senador Jonas Pinheiro, não apenas agora, na elaboração, mas já agora nos meses de junho e julho com o Poder Executivo e com cada um dos Ministérios aqui presentes. Creio que inclusive os representantes do Conade nos Ministérios podem ser essa porta, esse contato, a fim de que haja essa discussão, que é fundamental, dentro do Plano Plurianual. Enfim, pretendemos fazer um trabalho integrado.

Ressaltamos novamente a importância e a beleza desta iniciativa. Aliás, como disseram representantes de outros países, “como seria bom que isso acontecesse em nossos países”, porque o interesse do Congresso Nacional – da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – pelos deficientes, mediante a instalação de subcomissões específicas, é algo que tem que ser enaltecido e elogiado mundo afora.

Portanto, como disse o Senador Eduardo Azeredo, queremos resultados. Toda essa discussão já realizada indica, em muitos aspectos, encaminhamentos imediatos; outros estão na seqüência. Mas, repito, desejamos resultados em todas as áreas, com discussão, organização das idéias e ação. Que, daqui a alguns meses, possamos nos reunir para falar dos caminhos trilhados, das conquistas obtidas e também dos desafios que vão permanecer. É um processo de vida, sem dúvida alguma.

O Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais, a Presidente Lúcia Vânia, a Subcomissão Temporária de Assuntos para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, todos nós estamos muito felizes com a presença dos senhores, foi muito bom termos acompanhado as exposições nesta audiência pública.

Quero também ressaltar que todos os senhores, se assim o desejarem, poderão fazer contribuições, verbais ou, preferencialmente, por escrito, para a Subcomissão, que todas serão estudadas, levadas em conta, organizadas, distribuídas para os Senadores membros da Comissão.

A mesma observação vale também para aquelas pessoas todas que estão acompanhando esta audiência pública pelo Brasil inteiro, mas que não tiveram a oportunidade de estar aqui, que também enviem as sugestões, as idéias, o que for necessário, para contribuir com esse trabalho, que é um desafio para todo o País.

Nada mais havendo a discutir, encerro a presente audiência pública, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 6 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS
PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

ATA DA SETIMA REUNIÃO (extraordinária) DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2003, QUARTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS.

Às dezoito horas e cinqüenta e dois minutos, do dia vinte e dois de outubro de dois mil e três, na Sala de reuniões nº 09 – Ala Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS**, para a realização de Audiência Pública, reuniu-se a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com a presença dos Senadores **NEY SUASSUNA, EURÍPEDES CAMARGO, GARIBALDI ALVES FILHO, MOZARILDO CAVALCANTI, EDUARDO AZEREDO, JONAS PINHEIRO** e a Senadora **LÚCIA VÂNIA**. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e propôs a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. A presente reunião tem como objetivo apresentação do relatório elaborado pela diretoria para integração das pessoas portadoras de deficiência – CORDE/DF, que analisou as condições de acessibilidade no Senado Federal, considerando os acessos físico, digital e televisivo, com a presença dos seguintes convidados, para que ; Senhora **MARTHA BARROS SANTOS**, Diretora para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência do Distrito Federal (CORDE) – Secretaria de Ação Social; Senhor **PAULO BRANDÃO**, chefe do Serviço de publicação em Braille do Senado Federal; a Senhora **SABRINA MONTEIRO** e o Senhor **PAULO ROBERTO COSTA BECKER**, do Centro de Vida Independente – CVI; senhor **FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES**, da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos DF – APADA, e a intérprete de LIBRAS, senhora **LINAIR MOURA BARROS**; senho-

ra **MÁRCIA FERNANDES**, Secretária de Estado de Coordenação das Administrações Regionais – GDF e a senhora **MÁRCIA MUNIZ**, Técnica da Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – GDF. Os convidados deram seus depoimentos, sendo entregue o relatório da CORDE/DF ao Presidente desta subcomissão, pela Senhora **MARTHA BARROS SANTOS**. Usaram da palavra do Senhor Senador **JONAS PINHEIRO**. O Senhor Presidente agradeceu aos convidados e as entidades que deram suporte à busca pelos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, a CORDE, a APADA/DF, a COMISSÃO JOVEM – DF, ao CONADE. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a reunião às vinte horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião extraordinária da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2, de 2003, com o seguinte teor:

Em virtude de a audiência pública a realizar-se hoje, dia 3 de junho de 2003, às 18h, na sala nº 2, na Ala do Senador Nilo Coelho, no âmbito da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da Comissão de Assuntos Sociais, requero, na qualidade de Presidente da referida Subcomissão e nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, do Senado Federal, que sejam consideradas para a composição da Mesa os seguintes membros do Conade [que passo a nominar e já a convidar para tomarem assento à mesa]: Sr^a Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade, em substituição ao Sr. Adilson Ventura, Presidente do Conade; Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Dr. Antonio Carlos Sestaro, representante da Federação Nacional da Síndrome de Down.

Após ter chamado essas três pessoas, mencionarei as demais que depois, na seqüência, serão também chamadas para tomarem assento à mesa: Dr^a Lúcia Severo, que será chamada na seqüência, representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Sr^a Isabel Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e Dr^a Regina Barata, representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública, aprovada pelo Requerimento nº 1, e também agora pelo Requerimento nº 2, de 2003, de minha autoria, destinada a expor a situação das pessoas portadoras de necessidades especiais no País e os seus maiores desafios.

Quero lembrar a todos os presentes, e já enaltecendo a presença de todos para o debate de um tema tão importante, os desafios enfrentados pela pessoa portadora de deficiência, que esta é a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que tem uma abrangência bastante grande. Na Comissão de Assuntos Sociais são debatidos os temas da saúde, da assistência, da previdência, do trabalho, do meio ambiente, temas fundamentais para todos os aspectos relacionados a todos cidadãos em nosso País, inclusive as pessoas portadoras de deficiência.

Nesta Comissão de Assuntos Sociais foram criadas quatro subcomissões temporárias, com prazo de duração de seis meses, podendo esse prazo ser prorrogado. Uma das subcomissões se relaciona ao idoso; a segunda se relaciona à criança, ao adolescente e ao jovem; a terceira se relaciona à saúde; e a quarta comissão se relaciona à pessoa portadora de necessidades especiais. Muitos perguntam quais são os objetivos desta Subcomissão. Eles estão bastante relacionados ao debate que será realizado hoje nesta audiência pública. Logo na primeira reunião, foi aprovado o Requerimento nº 1, completado com o Requerimento nº 2, lido no dia de hoje, para que o Conade, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, viesse a esta Subcomissão e expusesse, por intermédio das pessoas que nomeei há pouco, os desafios enfrentados para que o Poder Legislativo, por meio do Senado, possa contribuir para o encaminhamento dessas grandes questões.

Isso enriquece a discussão em qualquer parte do mundo. Recentemente, participei de uma reunião na Europa, vinculada à questão do esporte para a pessoa portadora de deficiência, e, quando mencionei que no Senado do Brasil havia uma subcomissão específica para tratar dos assuntos da pessoa com

deficiência, todos os outros países alegaram que esse seria o ideal a ser conquistado também naqueles países, ou seja, terem o privilégio, a honra, a possibilidade de discutir as necessidades da área dentro do Congresso Nacional. Então, isso é de uma riqueza extraordinária, que quero ressaltar novamente.

Estão presentes os Deputados Leonardo Mattos, que está aqui na frente, e Eduardo Barbosa, que enriquecem muito esta audiência pública. S. Ex^{as} terão que sair para votar uma medida provisória na Câmara dos Deputados, mas, se possível, voltarão para esta audiência pública. Na Comissão de Direitos Humanos da Câmara também existe uma Subcomissão – permanente, no caso – para tratar dos assuntos da pessoa portadora de deficiência, que tem como Presidente o Deputado Leonardo Matos e, como Relator, o Deputado Eduardo Barbosa. Portanto, tanto na Câmara quanto no Senado, temos Comissões específicas para esta discussão, o que é muito importante para o entrosamento dos trabalhos entre a Câmara e o Senado, como dificuldades na legislação ou votações.

Ressalto que, dentro do Senado, a Subcomissão é composta de sete Senadores. Há, também, uma outra Comissão em funcionamento neste momento, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, mas todos os Senadores presentes na primeira reunião estarão presentes nesta segunda reunião da Subcomissão. Estão aqui os Senadores Garibaldi Alves Filho e Eurípedes Camargo, do Distrito Federal. Também já está a caminho o Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão.

Na nossa primeira reunião – para fazer um retrospecto para todos os membros do Conade, da comunidade, das entidades aqui presentes e para os Srs. Deputados –, o primeiro pedido dos Senadores foi ouvir o Conade. Isso é muito significativo, porque lá estão todos os movimentos voltados ao portador de deficiência, bem como os órgãos governamentais, já que é um conselho composto de forma igualitária pelo Governo e pela sociedade organizada.

Este é o primeiro momento e, a partir daí, outros passos serão dados para o encaminhamento adequado dos desafios. Então, agradecemos a presença e a participação de todos no decorrer dos trabalhos.

Quero lembrar que a estrutura do Senado é um pouco diferente da que existe na Câmara. Existe uma outra Comissão, da qual eu também faço parte, a Comissão de Educação, que não está incluída na área de assuntos sociais. Educação, cultura, esporte fazem parte da outra Comissão. Então, há duas Comissões aqui do Senado Federal que estão vinculadas à questão dos direitos sociais.

O tema sugerido para esta audiência pública é "O Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência) e as Questões da Pessoa Portadora de Deficiência no Governo e no Congresso Nacional". Os convidados para esta audiência pública são as pessoas já mencionadas anteriormente. De acordo com o art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, convido as pessoas mencionadas a fazerem uso da palavra, chamando, em primeiro lugar, A SRA. Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade, que hoje está substituindo o companheiro e amigo Adilson Ventura.

A SRA. IVANA DE SIQUEIRA – Boa noite a todos. Em primeiro lugar, queria agradecer o convite, a oportunidade de o Conade estar participando da audiência pública desta Subcomissão e justificar a ausência do nosso Presidente, que, por motivos de saúde, não pôde estar aqui. Em seu nome, agradeço o convite e afirmo que é uma honra muito grande poder participar dos trabalhos desta Subcomissão e, mais ainda, desta Casa. Não adianta discutirmos no Conade se não houver uma integração muito próxima com o Legislativo, tanto com o Senado como com a Câmara. Para nós, foi importantíssima a criação dessas Subcomissões específicas tanto na Câmara quanto no Senado.

Em nome do Conade, deixo aqui a sugestão de que poderíamos contribuir com esta Casa nas discussões e nos encaminhamentos de sugestões e apreciações de projetos de lei relativos aos problemas dos portadores de deficiência física que sejam apresentados na Casa. Temos, no Conselho, como será apresentado pela Conselheira Lizair Guarino, a representatividade de várias áreas de portadores de deficiência, as quais consideramos importante serem ouvidas para que possam encaminhar as suas necessidades à questão legislativa.

Mais uma vez, muito obrigada pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Sr. Ivana de Siqueira, Vice-Presidente do Conade.

Antes de conceder a palavra ao próximo palestrante, gostaria de mencionar que a assessoria do Senador Eduardo Azeredo realizou um trabalho bastante interessante de coletânea de todos os projetos de lei que estão em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, inclusive por sugestão da própria Comissão na primeira reunião. São estes três volumes que estão aqui sobre a mesa. Solicito, então, que a assessoria da Subcomissão, na seqüência, encaminhe um exemplar dos três volumes para cada um dos Senadores componentes da Subcomissão, e

também para o Conade e para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Já sei, também, que o Conade tem um levantamento nesse sentido, e será inclusive interessante compatibilizarmos os trabalhos com esses levantamentos que existem tanto no Conad quanto no Congresso Nacional. Vamos afunilar para dar um encaminhamento adequado à legislação referente à área. Foi um belo trabalho, também, no sentido de organização de toda a legislação em tramitação no Congresso Nacional, já dividida inclusive por áreas de atuação.

Com alegria, passo, em seguida, a palavra à Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi.

A SRA. LIZAIR DE MORAES GUARINO – Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Flávio Arns e todos os Senadores que compõem esta Subcomissão.

Para nós, isso aqui é uma alegria muito grande, pois encurta o nosso diálogo, encurta a nossa relação com o Senado. Relação das pessoas portadoras de deficiência que, às vezes, não podem ter voz junto ao Congresso. Parabeno, também, o Eduardo e o Leonardo, porque acho muito importante todos estarmos perto de vocês, unidos, para que possamos caminhar com mais rapidez. Porque caminhar, nós temos caminhado, mas estamos caminhando devagar.

Embora tenha um roteiro em mãos, quero apenas traçar uma rápida história do Conade a V. Ex^{as}. O Conade surgiu exatamente da Corde, que foi uma Coordenação, formada por um grupo de 60 membros de organizações não-governamentais, criada em outubro de 1986 pelo então Presidente José Sarney, quando era Ministro da Educação o hoje Senador Marco Maciel. Eu gosto de falar sobre isso, porque, muitas vezes, as pessoas pensam que a Corde surgiu em 1981; mas outros não sabem bem. Então, gostaria de registrar que foi desse modo que surgiu a Corde, isso é bom para pontuar.

A Corde dispunha somente de um Conselho Consultivo. Então, julgamos que era muito pouco. Começamos a trabalhar para transformar esse Conselho Consultivo num Conselho Deliberativo. Em uma das reuniões a que compareci, justamente com a Regina, que está aqui presente, solicitamos ao então Ministro José Gregori, que começássemos a trabalhar em cima do Conselho. E por que Conselho Deliberativo? Porque o Conselho é apenas consultivo e não poderíamos deliberar.

Por isso, agora vou falar um pouco sobre o roteiro, que tenho em mãos. O Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiên-

cia é um Conselho Deliberativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligado à Presidência da República, previsto na Lei nº 7.853, de 1989, instituído pela Medida Provisória nº 1.799, de 1999, e pelo Decreto nº 3.298, de 1999. É um Conselho paritário formado por órgãos de Administração Direta do Governo e representantes da sociedade civil, que tem relevante função pública não remunerada, tendo como competência: propor, acompanhar, planejar e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, transporte, cultura, turismo, lazer, trabalho, política urbana, direitos humanos, justiça, esporte e outros relativos às pessoas portadoras de deficiências; e acompanhar, mediante relatório de gestão, o desempenho dos programas e projetos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e tem a responsabilidade de participar da elaboração e avaliar a execução das políticas públicas nesse sentido.

Na estrutura do nosso Conselho, só o Vice-Presidente era eleito pelos Conselheiros. Mas, a partir do ano passado, mudamos o Regimento. Então, tanto o Presidente como o Vice-Presidente passaram a ser eleitos pelos membros do Conselho, que é composto por 26 conselheiros, sendo que 13 representam a sociedade civil, e os demais, o Governo. Os da sociedade civil se reúnem no fórum e, por deficiência, elegem, dentro da sua área, seu representante.

O Conade se organiza em quatro comissões permanentes e em uma plenária, em que são tomadas as deliberações. As comissões se reúnem e, à tarde, as matérias são levadas à plenária.

São elas:

1. A Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos:

– Composta por várias pessoas muito importantes na área de legislação, inclusive o nosso representante da OAB, Alan Cortez, aqui presente, bem como pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público e por vários outros companheiros nossos.

– Analisa os projetos de lei que tentam incluir no cenário jurídico o direito das pessoas portadoras de deficiências, sem, no entanto, atentar para os direitos fundamentais, assegurados na Constituição Federal e nas leis vigentes, e também ouvir as reais necessidades das pessoas portadoras de deficiências por meio de movimentos socia-

is. Por exemplo, havia um PL que estabelecia quotas para crianças em creches. Não podemos estabelecer quotas para creches, porque isso já existe na Constituição e seria considerado até uma discriminação. Tivemos que relatar isso, e a Comissão de Atos Normativos enviou uma comunicação.

– Atende às denúncias recebidas dos diferentes Estados do Brasil contra a violação dos direitos das pessoas portadoras de deficiências. Por exemplo, não era reconhecida a assinatura de um cego no cartório. A Comissão de Atos Normativos fez contato com todos os Ministérios para resolver esse problema, que era uma discriminação contra os cegos.

2. A Comissão de Políticas Públicas, da qual sou coordenadora:

– Acompanha o planejamento e a execução do Orçamento – isso é um problema, não é Senador Flávio? O Senador Flávio diz que o lugar do deficiente é no Orçamento – e das políticas públicas no que diz respeito às pessoas portadoras de deficiências. Exemplo: indicação de representantes do Conade para discutir o PPA em nível estadual e federal. Agora, por exemplo, chamaram-nos para discutir o PPA no Ministério da Educação e mandamos um representante nosso.

– Elabora proposições aos diversos Ministérios para o encaminhamento de políticas e programas. Isso fizemos no ano passado, no Ministério da Saúde. Todas as portarias que pedimos foram assinadas pelo Ministério da Saúde. Foi proposição do Conade.

– Manifesta-se contra medida do Governo que contrarie o direito das pessoas portadoras de deficiência.

– Atende às denúncias advindas de pessoas portadoras de deficiência contra a violação dos seus direitos por Estados e Municípios. Exemplos: assegurar capacitação de servidores públicos para o atendimento das pessoas portadoras de deficiência, ensinar-lhes a linguagem de sinais etc.

– Assegura que, na formação de profissionais, as questões da pessoa portadora de deficiência também sejam consideradas dentro do serviço público.

3. A Comissão de Comunicação Social.

– Divulgar as ações do Conade dando visibilidade não só ao Conade, como também ao segmento das pessoas portadoras de deficiência. No ano passado, fizemos uma grande divulgação na televisão, mostrando exatamente qual é a eficiência do portador de deficiência.

– Sensibilizar e informar a comunidade quanto aos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

– Mobilizar no sentido de garantir o acesso das pessoas portadoras de deficiência no processo eleitoral. Esse também foi um trabalho feito pelo Conade na época das eleições. O cego e a pessoa deficiente tinham dificuldades de votar. Houve um trabalho muito grande do Conade junto com a Corde.

– Atuar junto aos meios de comunicação para viabilizar legenda oculta nos programas de televisão e zelar pelo uso adequado da imagem de pessoas portadoras de deficiência nos meios de comunicação. Essa é uma dificuldade que vemos em algumas propagandas de televisão em relação ao PPD.

4. A Comissão de Articulação de Conselhos, que elaborou esta cartilha para orientação e implantação dos conselhos estaduais. Já existem seis deles, e estamos trabalhando para procurar aumentar o número desses conselhos estaduais dos PPDs.

Além disso, pretendemos realizar a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, prevista para os dias 3, 4 e 5 de dezembro deste ano. O Dr. Nilmário nos animou muito quanto a essa nossa proposta. Uma parte do orçamento está prevista pela Corde. Também esperamos que o Senado nos ajude a realizar essa conferência. Este é o Ano Europeu da Pessoa Deficiente. O próximo será o Ano Latino-Americano da Pessoa Deficiente. Nós queremos, como resultado da conferência deste ano, criar nossa Secretaria Especial das Pessoas Portadoras de Deficiência. Esse é o grande anseio dos portadores de deficiência.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço à Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, pela participação. Como ela mencionou, até para que o Brasil

todo tenha conhecimento pela **TV Senado**, nesta audiência estão presentes os representantes dos seguintes órgãos e instituições: Ministério da Previdência e Assistência Social; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Associação Brasileira de Autismo; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Ministério do Esporte e Turismo; Ministério da Cultura; Ministério da Ciência e Tecnologia; Sociedade Brasileira dos Ostromizados; Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos; Central Única dos Trabalhadores; Ministério dos Transportes; Ministério da Justiça; Ministério da Comunicação; Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs; Confederação Nacional do Comércio; União Brasileira de Cegos; Ministério Público do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério Público Federal; Casa Civil da Presidência da República; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais, de Integração Social e de Defesa da Cidadania – Febiex; Ordem dos Advogados do Brasil; Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação; Secretaria Especial de Direitos Humanos, representada pela Dr^a Isabel, além de outras entidades do Distrito Federal e de outras regiões do Brasil que, sabendo desta audiência pública, estão participando.

Assim, este é um momento de muita representatividade.

Quero passar a palavra ao Dr. Antonio Carlos Sestaro, representante da Federação Brasileira de Síndrome de Down.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Ex^a e a Presidência desta Comissão por esse trabalho que se inicia de forma tão promissora. Felicito V. Ex^a por sua atuação e peço desculpas, porque hoje estou participando de três Comissões ao mesmo tempo: esta Comissão, a de Assuntos Econômicos e a de Segurança Pública. Aliás, se não detivermos a violência nos níveis em que ela está, certamente haverá maiores índices de deficiência física e mental.

Então, queria pedir permissão a V. Ex^a para eu participar também dessas outras Comissões. Voltarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – A Presidência agradece ao Senador Garibaldi Alves Filho, sempre presente, sempre atuante. Realmente, a dinâmica do Senado e da Câmara dos Deputados exige a presença dos Parlamentares em vários locais ao mesmo tempo. De qualquer forma, este é um momento importante para o portador de deficiência e para todo o Brasil, que acompanha esta audiência. V Ex^a esteja à vontade, não é Senador? Passo a palavra ao Dr. Antonio Carlos Sestaro, que representa a Federação Nacional da Síndrome de Down.

O SR. ANTONIO CARLOS SESTARO – Boa noite a todos. Sr. Senador Flávio Arns, Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, reafirmando os agradecimentos já feitos anteriormente pelos membros do Conade à Mesa, creio ser este um momento histórico na luta dos movimentos das pessoas portadoras de deficiência ao vir a esta Casa Legislativa expor todas as nossas reivindicações e os nossos trabalhos, tendo o eco deste Congresso.

Na minha proposta de colocações do Conselho, é importante enumerarmos de quem estamos falando. Segundo dados do Censo IBGE-2000, há em nosso País cerca de 14,5% da população com algum tipo de deficiência ou limitação funcional. Isso representa, senhores, em média, 24,5 milhões de pessoas.

Ao pensar nesse número e nas pessoas que se envolvem com os portadores de deficiências, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito das terapias, nós estaremos falando, senhores, em 73 milhões de pessoas em nosso País. É um número que nos leva a refletir bem sobre o papel tanto das associações como dos nossos legisladores.

Existe, hoje, no Brasil, uma vasta legislação que dispõe sobre todos os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Podemos citar a Constituição Federal, a Lei nº 7.853, de 1989, a Lei nº 10.048, de 2000, o Decreto nº 3.289, de 1999, além de outras leis ordinárias que também garantem o direito das pessoas portadoras de deficiência. Porém, não podemos deixar de mencionar que, embora com toda essa legislação, há ainda, em alguns organismos do Governo, a ausência de setores que tratem especificamente dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, embora isso já conste em lei. É importante também ressaltar que todo esse ordenamento jurídico existente no País é fruto de movimento das organizações civis e que encontrou eco no legislador brasileiro.

Analisando isso em termos de políticas públicas, entendemos que atualmente as políticas estão sendo formuladas de forma desarticulada, com pouca ou nenhuma previsão orçamentária, em algumas vezes até

ocorrendo superposições de ações efetivas. Essas políticas não refletem ainda as diferenças regionais e não têm a capilaridade necessária para o enfrentamento que a questão requer. Entendemos que as políticas devam ser feitas de forma articulada, integrada, de modo a assegurar à pessoa portadora de deficiência acesso integral a todos os direitos que lhes são garantidos por lei. Como exemplo, podemos citar a pessoa que não tem habilitação para o mercado de trabalho e isso causa uma deficiência no preenchimento das vagas, conforme a reserva de cota de lei.

Farei referência a algumas áreas: Saúde, Previdência e Educação.

Em relação às áreas da Saúde e Previdência, há uma verdadeira falta de definição dos papéis institucionais no aspecto da reabilitação integral. Entende-se ser de fundamental importância ainda que os planos de saúde assegurem o atendimento às pessoas portadoras de deficiência com especialistas, como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros.

Na área da Assistência Social, é importante que seja garantida a proposta orçamentária apresentada pelo Ministério da Assistência Social para os próximos quatro anos, no que diz respeito às ações voltadas para as pessoas portadoras de deficiência, a fim de atender à demanda e à correção de valores que estão defasados há oito anos.

Na área da Educação, é preciso haver uma política que promova a inclusão de todos os alunos na rede regular de ensino. O desafio é o acesso do portador de deficiência à rede regular de ensino em todos os Municípios brasileiros e a garantia de apoio e de recursos especializados, quando necessário, para que o aluno que deles necessite tenha acesso integral ao seu currículo.

Entendemos ainda ser de fundamental importância que se garantam atendimentos complementares, ou seja, a retaguarda na área de saúde pública e privada, para assegurar o acesso a essa aprendizagem anteriormente citada. É de fundamental importância também a capacitação de professores para atuar com os alunos portadores de deficiência.

No âmbito da Cultura, entendemos que as políticas institucionais devem viabilizar o acesso às bibliotecas dos que fazem uso da leitura em braille e dos portadores de baixa visão e acesso a todos patrimônios históricos e culturais de nosso País.

Na área do Trabalho, é fundamental a articulação com a educação, para que haja uma seqüência lógica. Com acesso à educação, haverá um futuro trabalhador para o mercado. É importante ainda que a

fiscalização do cumprimento das cotas dos postos de trabalho esteja atrelada às adaptações do ambiente de trabalho. Há uma sensível falta de verbas para a qualificação de profissionais que atendem as pessoas portadoras de deficiência. É fundamental ainda que sejam previstos orçamentos para municiar os órgãos fiscalizadores no sentido de que tenham um papel nesse aspecto do trabalho.

Finalizando, é essencial que haja garantia nas contratações para os serviços públicos, mesmo que temporárias, com a reserva de vagas para as pessoas portadoras de deficiência até o percentual de 20%.

Agradeço a todos. Agradeço aos Senadores, por esta oportunidade de trazerem os nossos anseios e as nossas angústias. Este é um momento histórico, que vai ficar pautado no nosso Movimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Ivana, da Professora Lizair e do Sr. Antonio Carlos Sestaro. Se quiserem, podem se sentar junto aos demais representantes.

Chamo para fazer parte da Mesa A SRA. Lúcia Severo, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, e A SRA. Isabel Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Corde.

Sr^a Isabel, desculpe-nos pela barreira arquitetônica do Senado Federal, porque está numa cadeira de rodas e tem de ser auxiliada para poder fazer parte da Mesa. Já fizemos um debate amplo no Senado, e sei que a mesma discussão ocorreu na Câmara dos Deputados, para que os ambientes físicos das duas Casas do Congresso passem a ser totalmente acessíveis, sem barreiras arquitetônicas. Quando isso ocorrer, que sirva também como uma sinalização para todas as assembleias legislativas e câmaras de vereadores do Brasil para que adotem os mesmos procedimentos.

Convido também A SRA. Regina Barata, representante da Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos.

Lembro que alguns temas foram levantados pela Subcomissão na primeira reunião. O levantamento da legislação, que já mencionei, a realização desta audiência pública com o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, a discussão do Orçamento em todas as áreas, a discussão do Senado com o Executivo em relação ao Orçamento, e os pronunciamentos a respeito do assunto já apontam para a importância do tema. Além disso, a

Subcomissão vai fazer um trabalho junto à Comissão de Assuntos Sociais para que elabore uma emenda ao Orçamento, no segundo semestre, que beneficie essa área da pessoa portadora de algum tipo de deficiência. São momentos importantes no Congresso a discussão da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, a discussão do Orçamento, no segundo semestre, e a discussão também do Plano Plurianual para os próximos quatro anos, nessa visão que se pretende integrada, como o Dr. Antônio Carlos Sestaro enfatizou na sua fala.

Concedo a palavra à Dr^a Lúcia Severo, representante da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos.

A SRA. LUCIA SEVERO – Boa noite, estou representando a Feneis e o Conade, na área da surdez. Gostaria de agradecer à Isabel por ter-me dado esta oportunidade.

Venho expressar a minha indignação porque recebi um e-mail que divulgava que uma pessoa que se dizia representante da comunidade surda teria vindo ao Senado e dito que, para a comunidade surda, não era necessária a legenda na **TV Senado**. O Senador José Sarney, por sua vez, arquivou o projeto de lei sem sequer consultar a posição do Conade ou mesmo da representante na área da surdez. Gostaria de saber quem é esse representante que responde por cerca de milhares de surdos espalhados pelo País.

Existe a língua dos sinais. Acreditamos no trabalho dos Senadores e esperamos uma solução. Pedimos que, quando houver uma solicitação, que haja um documento. Esse representante não pode falar por uma comunidade inteira.

Então, gostaria de agradecer. Foi um episódio muito triste, e faço um apelo para que a Subcomissão reveja esse projeto de lei e leve adiante a questão da legenda. É importante. Vivemos em democracia. Boa-noite e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Lúcia e posso dizer, em nome de todos os Senadores membros da Subcomissão, que vamos verificar, Senador Jonas Pinheiro, Senador Eurípedes Camargo, Senador Eduardo Azeredo, para ver o que aconteceu com o projeto.

O debate da inserção de legenda na programação da **TV Senado**, da língua brasileira de sinais, poderá ser feito com a comunidade surda, a **TV Senado** e a **TV Câmara**, certamente, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, e buscar chegar a uma conclusão que contemple as expectativas e os anseios de todas

os portadores da surdez. Tenho certeza absoluta de que não haverá dificuldade nesse sentido.

Desejo ressaltar que temos na Presidência do Senado o Senador José Sarney, homem solidário com a área. Conforme dito, foi exatamente durante o Governo de S. Ex^a que foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Deficiente – Corde.

Com alegria, informo a presença do Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão dos Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência, cujo trabalho, a coletânea, a legislação elaborada já mencionei. O Senador Eduardo Azeredo, bem como os demais membros, Senador Jonas Pinheiro, Senador Eurípedes Camargo são altamente interessados no tema relativo ao portador de deficiência.

Concedo a palavra à Dr^a Regina Barata, representante da Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos, também Deputado Estadual.

A SRA. REGINA BARATA – Boa noite. Mais uma vez, em nome do Conade, gostaríamos de agradecer este espaço, porque entendemos ser realmente necessária a existência de uma Subcomissão que possa nos ouvir.

Tomei até um susto quando conheci o volume, Senador Azeredo, de matéria legislação em tramitação nesta Casa, sem que tenhamos conhecimento do que se trata. Isso faz com que tenhamos que correr atrás do prejuízo e buscar, muitas vezes, remendar – como se diz no dito popular – algo que poderia ter sido uma grande contribuição do nosso movimento.

Hoje, porque participantes de movimento social de pessoas portadoras de deficiência, estamos presentes, não temos mais aquela visão do passado de mero objeto do direito. Hoje somos esse sujeito do direito, os representantes, tanto que a existência do Conade se dá pela organização da nossa entidade. Com o apoio de todas as entidades nacionais, conseguimos dar continuidade ao movimento nacional mais emergente: o movimento de portadores de deficiência, pois sabemos que, enquanto outros movimentos diminuíram suas reivindicações, estamos aqui, numa demonstração de que ainda não está bom.

A legislação vigente no País é fruto, conquista desses movimentos. O que está na Constituição Federal brasileira não está lá por acaso, foi fruto da mobilização de movimentos organizados que conseguiram estabelecer, pela primeira vez, na Constituição, os direitos da pessoa portadora de deficiência. Não foi por acaso que isso aconteceu. Foi fruto dessa organização a existência de direitos fundamentais e básicos para as pessoas portadoras de deficiência esta-

belecidos na primeira Constituição. Com isso, estamos aqui, nesta oportunidade, para dizer aos Senadores que tudo isso aqui não nos intimida. No Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, temos todo o tempo necessário para analisar; estamos nos colocando à disposição dos senhores, porque é interesse nosso contribuir com esse debate.

Não desejamos hoje ser fruto apenas daquelas legislações que nos trouxeram muitas vezes prejuízos. Vivemos um novo momento, e um novo governo sempre nos traz a esperanças de que alcancemos êxito também no Senado Federal.

E essa Subcomissão, proposta por V. Ex^a, com certeza, é fruto de prática na vida política e também como membro do Conade. Os nossos pares no Conade terão o maior prazer em recebê-los, sejam quantos forem, para analisarmos o assunto e dizermos o que nos interessa ou não. Não é mais possível haver legislações que, ao invés de trazer o engrandecimento do nosso movimento, nos discrimina muito mais e nos segrega, muitas vezes deixando-nos nos guetos. Neste momento, esta Subcomissão permite demonstrar que nos representamos, que somos capazes. O que nos falta realmente é oportunidade.

Gostaríamos também de dizer ao Senador Paulo Paim, que tem a proposta de um Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, que esse estatuto precisa ter a cara da pessoa portadora de deficiência. A nossa contribuição, a nossa colaboração é a expressão do sentimos, do que pensamos e do que queremos. Quando isso não acontece, com certeza não reflete os nossos anseios.

Acredito que o Conade é um Conselho paritário, com legítima representação, bem como V. Ex^{as} que foram eleitos pela representação popular. Queremos contribuir a fim de que as legislações que saiam desta reunião possam realmente refletir os anseios das pessoas portadoras de deficiência.

Iríamos pedir o apoio de V. Ex^{as} quanto à isenção do IPI, mas, infelizmente, já houve a votação e aprovação da matéria na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado com uma emenda que ampliou um pouco mais nossos direitos, ante algumas propostas nossas, mas restringiu um ganho que era nosso há muito tempo. Não dá para dar dois passos à frente e retroagir um. Então, houve uma perda para as pessoas portadoras de deficiência física, aquelas que realmente dirigem os seus próprios carros, têm a sua autonomia, a sua independência quanto à isenção do IPI. Ficamos tolhidos justamente por ter havido ressalvas quanto aos veículos automotores. Não sei se o

Senado poderia ainda de alterar essa situação, pois acredito que o projeto sobre a isenção do IPI já esteja na mão do Presidente.

O fato é que houve restrição de nosso direito. Tínhamos a liberdade de escolher o carro mais conveniente para dirigir. Hoje, estaremos restritos a uma única concessionária, principalmente por conta da questão da frota verde. Então, isso vai nos deixar sem opção, sem escolha para exercer realmente esse direito de fazer com que a isenção do IPI seja um benefício real para nós.

Também gostaríamos de pedir ao Senado que garantisse a aplicação das verbas do Fundef na área da educação de alunos com deficiência. O projeto que trata dessa matéria já foi votado na Câmara Federal e é de suma importância para nós.

A Lizair disse que aprendeu com o Senador Arns que a maneira de sabermos que um governo se interessa por nós é quando vemos o retrato do Orçamento. Então, Senadores, vamos mostrar neste novo Orçamento e no Plano Plurianual que passamos a ser importantes para o País. Queremos ser contribuintes sociais e não o encargo que a sociedade pensa que somos. Muitas vezes, acham que só precisamos de benefícios de prestação continuada ou que queremos viver mendigando, esmolando. Não, o que queremos são oportunidades de participação direta nas ações que dizem respeito às nossas vidas, porque, com certeza, com igualdade de oportunidade, nós, pessoas portadoras de deficiências, estaremos sendo contribuintes deste País, e não aumentando o número de analfabetos, miseráveis e indigentes. Por isso, pedimos essa garantia.

Em todos os projetos de lei, devemos lembrar de contemplar as pessoas portadoras de deficiências. Somos diferentes por possuir uma deficiência física, sensorial ou mental, mas não podemos mais ser tratados com desigualdade, porque são as desigualdades sociais, políticas e econômicas que têm feito de nós esse encargo não só para a sociedade brasileira, mas também para os nossos familiares, amigos e vizinhos.

Neste novo milênio, queremos dizer que esta Subcomissão pode dar uma resposta a todos nós que estamos nesta militância, acreditando firmemente que vivemos um novo momento. Desde já, quero pedir o apoio geral e irrestrito para a nossa primeira conferência nacional a ser realizada em dezembro, porque somente com o orçamento de que a Corde dispõe não seremos capazes de mobilizar este Brasil inteiro, com tantas diferenças, para que façamos uma conferência nacional que seja representativa. Para

isso, precisamos do apoio desta Casa, dos Senadores. Com certeza, essa primeira conferência nacional será um marco nas nossas vidas, porque mostrará o que somos capazes de fazer. A partir dela, o País verá de forma diferente as pessoas portadoras de deficiências, porque seremos olhadas não mais pelas nossas deficiências, mas sim pelas nossas aptidões. Cada um de nós tem uma aptidão, precisamos apenas de oportunidades para que possamos dar outra versão da pessoa portadora de deficiência neste novo milênio.

Como portadora de deficiência, sinto-me contemplada ao ver a atuação de V. Ex^a, no início do mandato, criando esta Subcomissão. Espero que ela não seja temporária, porque, depois desse, com certeza virão outros projetos e gostaríamos que todos eles chegassem ao Conade, a fim de que pudéssemos sobre eles opinar, e que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa pudesse respeitar nossas opiniões como representantes dos movimentos sociais. Para nós, seria de grande importância opinar sobre a legislação que irá reger o País. Acreditando nisso, tenho a convicção de que estaremos dando passos bem mais largos na construção de uma sociedade com justiça, com igualdade e com liberdade.

Obrigada, nobre Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Quero apenas ressaltar para todos os presentes e também para o Brasil que existe uma disposição muito grande desta Subcomissão no sentido de ajudar a resolver as dificuldades e abrir as perspectivas para a área. Quando pensamos no encaminhamento das soluções, sempre dizemos que a sociedade organizada é um instrumento muito forte para mudanças. Quando a sociedade organizada tem um canal de comunicação com o Senado Federal ou com a Câmara dos Deputados, o trabalho dela pode multiplicar-se. Então, houve a decisão dos Srs. Senadores Jonas Pinheiro, Eurípedes Camargo, Eduardo Azeredo, da minha própria pessoa e do nobre Senador Garibaldi Alves, que já saiu. Além desses Senadores, fazem parte da Comissão o Sr. Senador Ney Suassuna, do Estado da Paraíba, e o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima.

Passo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Azeredo, Relator desta Subcomissão.

O SR. RELATOR (Eduardo Azeredo) – Sr. Presidente, nobre Senador Flávio Arns, Srs. Senadores Jonas Pinheiro e Eurípedes Camargo, senhoras e senhores, quero, primeiro, falar da minha satisfação em poder participar desta Subcomissão e ser o seu Rela-

tor. Temos de trabalhar de maneira muito objetiva. Esse calhamaço de projetos mostra que idéias existem, precisam apenas ser concentradas e organizadas no sentido de que tenhamos ações objetivas em relação às pessoas portadoras de deficiência.

Quanto ao projeto de isenção do IPI, quero apenas dizer que ele já está terminado. Foi aprovado aqui e na Câmara. Então, não há o que fazer em relação a ele. Na verdade, eu desconhecia que havia ficado alguma restrição. Neste momento, o que podemos fazer é começar do zero, isto é, fazer um novo projeto para corrigir essa falha ou, então, uma medida provisória do Governo. Quero também registrar que houve concordância e, realmente, um apoio muito efetivo da Secretaria de Direitos Humanos, quando nós estávamos discutindo com a equipe econômica do Governo a ampliação dos direitos para as pessoas portadoras de deficiência mental e para os autistas. Num primeiro momento, tais pessoas não foram incluídas na Câmara. Lá foram incluídos os portadores de deficiência visual e deficiência física e, aqui, nós conseguimos aperfeiçoar o projeto. A equipe econômica é sempre contra. Quando se trata de qualquer coisa que signifique gasto, ela age assim. Quando eu era Governador e alguém reclamava do meu Secretário da Fazenda, dizendo que ele era mal-humorado e estava sempre de cara fechada, eu dizia que Secretário da Fazenda tem de ser assim. Secretário da Fazenda simpático não é bom, porque ele tem a missão de controlar os gastos, e essa missão é realmente árdua. Mas, evidentemente, cabe aos outros Secretários, aos outros agentes políticos, a discussão e o convencimento das autoridades da área financeira de que a aplicação daquele recurso é válida.

Foi importante o apoio da Secretaria de Direitos Humanos para que a equipe econômica do Governo Federal concordasse com a inclusão dos deficientes mentais e dos autistas. Mas uma parte ficou pendente e nós temos de procurar agora um novo caminho.

Quero apenas trazer a minha palavra de cumprimentos ao Senador Flávio Arns, que, como todos os senhores sabem bem, é uma autoridade na questão do portador de deficiência e uma pessoa dedicada à causa. Já estamos com quatro meses de trabalho no Senado, de fevereiro até hoje, e sabemos que o Senador está sempre atento a todas as matérias que podem trazer alguma consequência para o portador de deficiência. Nós também estaremos sempre atentos no sentido de incluir a pessoa portadora de deficiência como beneficiária ou como interessada em qualquer assunto que estiver

tramitando no Senado. Evidentemente, essa é a nossa disposição e a nossa obrigação.

Em relação aos projetos, o que quero dizer é que precisamos trabalhar muito e seria muito bom termos a colaboração do Conade e de todos os órgãos da sociedade civil para que nos ajudassem nesse processo, porque muitos projetos são repetitivos, alguns nem se justificam mais, e temos que ter agilidade. A minha formação sempre foi na área de menos conversa e mais ação. Penso que temos que trabalhar para vermos o que deve ser feito. Avalio que o projeto de isenção do IPI dos automóveis já é um saldo inicial positivo, com sua aprovação pela Câmara e pelo Senado, e vamos buscar agora buscar outros caminhos que são tão importantes e tão necessários.

Sinto que é um momento importante, existe sensibilidade aqui no Senado e na Câmara – estavam aqui dois Deputados de Minas Gerais, que é um Estado privilegiado, pois tem dois Deputados defensores dessa causa: Leonardo Mattos e Eduardo Barbosa – e devemos, portanto, nos somar aos demais Deputados e Senadores dos vários Estados para avançarmos bastante. É o que precisamos e o que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Passo a palavra, como última fala desta audiência pública, à Dr^a Isabel Maior, grande amiga, batalhadora da área, coordenadora da Corde – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que faz parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Com prazer, Dr^a Isabel, passo a palavra a V. S^a.

A SRA. ISABEL MAIOR – Obrigada, Senador Flávio Arns.

Boa noite a todos os Senadores presentes, aos colegas Conselheiros, aos colegas portadores de deficiência que aqui estão, demais senhoras e senhores, não sei se os senhores perceberam, mas temos um certo script entre nós, Conselheiros, que estamos aqui representando o Conade, com muita honra, nesta primeira audiência pública da Subcomissão Temporária de Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência.

A Regina parou num ponto e vou tentar seguir a partir dele. O outro assunto que abordarei depois é o PPA. Mas, voltando aos projetos de Lei, lembro que desta Casa já saíram grandes ganhos para o grupo de pessoas portadoras de deficiência, a exemplo de um projeto de lei apresentado pela Senadora Benedita da Silva que transformou a libras em língua oficial

do nosso País. Essa foi uma grande conquista do Senado Federal.

Gostaríamos de nos reportar, neste momento, a um projeto de lei de autoria do Senador Romeu Tuma que diz respeito à regulamentação do cão-guia, algo de muita importância para a comunidade de pessoas cegas. Esse projeto já está aqui e poderia estar pronto para ser votado. O Conade tem a posição de apoiá-lo e solicita que ele seja aprovado com a maior urgência possível, porque interfere diretamente na vida dessas pessoas. A companheira Ethel, uma das primeiras pessoas a usar cão-guia no Brasil, tem que andar com um salvo-conduto para que possa ingressar em alguns ambientes em razão de estar com o cão-guia. Uma vez regulamentado o uso do cão-guia, as pessoas cegas não passarão mais por esse constrangimento da colega Ethel, que, apesar de ser uma figura pública no nosso País, ainda tem que se fazer acompanhar de um documento expedido por um juiz para que possa transitar livremente com o cão-guia, o Dino, que todos conhecemos e de que gostamos muito.

Há um outro projeto de lei que gostaríamos, ao contrário, que os Srs. Senadores pudessem, imediatamente, verificar. Como foi mencionado pela nossa Conselheira Lizair no início, trata-se de um projeto de lei de autoria da Senadora Maria do Carmo, Projeto de Lei nº 30, de 2002, aprovado agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e, no entanto, é um projeto de lei que estabelece cotas para a escola: 10% das vagas deverão ser garantidas às pessoas portadoras de deficiência, em todos os níveis; e 5%, nas escolas particulares.

Ora, senhores, todos sabemos que o ensino é universal. Então, nesse caso, a aplicação de cotas é contrária ao interesse da pessoa portadora de deficiência. Também nesse exemplo, pedimos, mais uma vez, urgência para que isso seja freado nesta Comissão. O Conade e a Corde já prepararam um documento, como órgão de Governo, contrário a essa medida.

Existe uma cota. Mas questionaríamos o seguinte: essa cota é benéfica para a pessoa portadora de deficiência? Sem dúvida nenhuma, quando se trata de equiparação de oportunidade para reduzir uma defasagem histórica, que é o caso do mercado de trabalho, do concurso público ou mesmo das próximas contratações temporárias previstas pelo Governo, num total de 5.209 vagas, que, no entanto, deveriam ser concursos públicos. Se fossem concursos públicos, estariam afetos à legislação nº 8.112/90, que de-

termina que o limite de vagas seja de até 20%, e determinado pelo Decreto nº 3.298/99, esse mínimo tem que ser de 5%.

Portanto, no nosso entendimento – no consenso do Conade e da Corde –, em havendo contratos temporários pela área governamental, esse mínimo de 5% também há de ser garantido para as pessoas portadoras de deficiência, ou então estaremos, durante alguns anos, até que todos esses concursos públicos sejam efetuados, tendo um prejuízo muito grande para a categoria de pessoas com deficiência.

Esse é um exemplo em que a ação afirmativa – que é, na verdade, uma discriminação positiva – nos é favorável. O caso exemplificado anteriormente, ao contrário, trará com certeza um prejuízo muito grande, porque, se este Senado aprova uma legislação que diz que somente as escolas particulares que tenham mais de 200 alunos matriculados têm a obrigação de reservar 5% de vagas para pessoas portadoras de deficiência, imaginem as creches, a pré-escola. Nunca haverá vaga para uma criança com deficiência. Então, essa é uma solicitação.

Quero, ainda referir-me a um projeto extremamente importante que tramita nesta Casa, de autoria do Senador Paulo Paim, que é o Estatuto do Portador de Deficiência. Esse é um nome que não nos agrada, porque preferimos sempre ser lembrados como pessoas. Então, para nós, seria mais interessante alguma legislação que dissesse “pessoa portadora de deficiência” ou “pessoa com deficiência”.

Esse estatuto é tão importante que merece do Conade atenção redobrada, e é isso que estamos fazendo. Neste momento, consultando os rostos dos companheiros, posso dizer que o Conade dá todo o seu tempo, seu sangue e seu suor para poder participar da elaboração desse estatuto, não na forma como está. Acreditamos que pode ser muito mais avançado do que a proposta inicial apresentada, em bom tempo, pelo Senador Paulo Paim. (

Esta Subcomissão, lamentavelmente, é temporária. Nosso desejo é que ela se torne permanente. Depois, poderíamos ver quais os mecanismos para podermos caminhar nesse sentido. Neste momento, a nossa preocupação está com alguns desses projetos que a Regina e eu acabamos de enumerar, em especial em relação ao estatuto.

Passando ao meu segundo ponto do script, cabe-me agora fazer alguns comentários em relação ao Plano Plurianual de 2004 a 2007. São quatro anos à nossa frente. Todos nós já aprendemos que não adianta pensar em uma transformação social, que é a inclusão das pessoas portadoras de deficiência na

nossa sociedade, no curto prazo. Temos que ter noção que políticas públicas e políticas que mexem com o imaginário coletivo sobre a deficiência e sobre a menos valia ou a mais valia da pessoa portadora de deficiência não de ter um planejamento, obviamente associado a um orçamento que dê vida à nossa política, que é a política nacional de integração da pessoa portadora de deficiência, definida por lei. Ela só se torna real, efetiva e, de fato, apóia e equipara as chances e as oportunidades na vida da pessoa portadora de deficiência se essa política for cumprida pelo Plano Plurianual.

O que tivemos? Recentemente, terminando o ano, em 2003, convivemos, pela primeira vez, com um programa multisetorial, o Programa 065, do PPA vigente. Esse programa reuniu as ações da Corde, as ações da antiga Secretaria de Estado de Assistência Social, inclusive o benefício de prestação continuada, e incluiu algumas das ações executadas pelo Ministério da Saúde em relação à pessoa portadora de deficiência. A nossa experiência com esse programa multisetorial foi positiva e negativa ao mesmo tempo. Positiva, porque começa a haver o que chamaríamos de um embrião de políticas integradas, de ações integradas, mas, ao mesmo tempo, ela não foi suficiente, porque talvez a sociedade não tenha percebido o valor de um programa de governo por meio do seu Plano Plurianual.

E o que pretendemos a partir dessa experiência que tivemos? Propor que, no próximo PPA, os senhores – que serão os últimos e, portanto, os mais importantes, porque é pelo Congresso Nacional que o PPA passará e será aprovado e, conseqüentemente, cada uma das leis orçamentárias anuais que lhe darão vida e sustentação – nos ajudem a aprovar a proposta que nós começamos a discutir na Corde e no Conade, que é a proposta de dois programas, programas esses multisetoriais, envolvendo não apenas três Ministérios, mas envolvendo as ações fundamentais de todos os Ministérios que têm a obrigação de fazer com que a pessoa portadora de deficiência passe a freqüentar o ciclo virtuoso do desenvolvimento do nosso País.

Se lembrarmos das diretrizes que norteiam o futuro PPA, que está em programação adiantada e já vai para as audiências nos Estados, já tendo começado na sexta-feira no Estado do Amazonas, com a participação da nossa comunidade de pessoas portadoras de deficiência, vamos lembrar que existe a primeira dimensão, que é a da inclusão social, e a última dimensão, que é a dimensão democrática. Nessa dimensão democrática, há uma menção explícita às

pessoas com necessidade especiais, que é o nome correlato à pessoa portadora de deficiência na linguagem brasileira. No entanto, consideramos que não é apenas na questão da dimensão democrática do PPA que a pessoa portadora de deficiência deve estar envolvida. Em especial, na primeira dimensão, da inclusão social, porque essa significa a inserção da pessoa portadora de deficiência, mais uma vez, dentro da sociedade, atuando como protagonista de sua vida, da vida de sua família, da vida de sua comunidade, dentro da escola, dentro do trabalho, em todas as ações econômicas, em todas as questões que digam respeito ao desenvolvimento do País. Significa uma pessoa portadora de deficiência produtiva, uma pessoa que, em vez de receber benefícios, passa a ser um contribuinte da Receita Federal e, portanto, uma pessoa que dá lucro.

Isso, todos os países já verificaram. Cada real investido na reabilitação integral da pessoa portadora de deficiência, que começa, se ela nasceu com deficiência, desde o seu primeiro momento de vida, ou, se ela se tornou deficiente, a partir daquele momento até a sua complementação, sendo um trabalhador, cada real investido significa dez reais. O retorno é dez vezes maior quando há um investimento na pessoa com deficiência.

No entanto, se não acreditarmos e não contribuirmos para que isso ocorra por meio das políticas e das ações desenhadas no PPA, teremos sempre um número crescente – que já se aproxima de um milhão – de pessoas portadoras de deficiência que recebem o benefício da prestação continuada. Essas pessoas – esse um milhão a que eu estou me referindo – vivem muito abaixo da linha de pobreza, em famílias com uma renda **per capita** inferior a um quarto de salário mínimo.

Então, estamos falando em um grande salto de qualidade e de quantidade de recursos, que poderiam ser utilizados de uma maneira muito mais proveitosa. Isso não significa desamparar aqueles que hoje necessitam do benefício de prestação continuada, mas investir muito mais em todos aqueles que, mesmo estando no benefício da prestação continuada, poderiam se transformar em trabalhadores.

Há dois programas que estamos trazendo ao conhecimento de V. Ex^{as} em primeira mão. Um deles se chama “Programa Nacional de Acessibilidade”, e tem, no seu bojo, ações que permeiam os vários Ministérios, como o Ministério das Cidades, Ministério das Telecomunicações, Ministério dos Transportes, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Secretaria de Recursos Humanos, entre outros, contan-

do, evidentemente, com o Ministério do Planejamento. Qual é a importância deste Programa de Acessibilidade? Quando falamos em acessibilidade, Srs. Senadores e senhores presentes, estamos nos referindo às várias vertentes da acessibilidade: à acessibilidade física, para as pessoas que têm dificuldades de locomoção – e eu aceito as suas desculpas, Sr. Presidente, em relação ao degrau; da próxima vez, acredito que ele não estará aí e teremos uma rampa; caso contrário, não poderei aceitar as desculpas pela segunda vez, em nome de toda a população brasileira que usa cadeira de rodas –, mas a acessibilidade não se refere unicamente ao meio físico. Ela se refere também à comunicação e à informação. Estamos falando de dois grupos importantíssimos da nossa comunidade. A Lúcia já expressou essa questão aqui, ou seja, a do direito que o deficiente tem de ser informado e de participar da vida. Quem tem a informação tem o poder e a capacidade de se libertar. A informação tem de ser dada à pessoa cega, mediante o braille, a Internet e os softwares que o Brasil já produz. Pode-se fazer com que as pessoas cegas utilizem todo o sistema de computação informática do País com facilidade, desde que tenhamos o cuidado de fazer cumprir a legislação. A começar pelas páginas do Governo. E aproveito para registrar mais um apelo que pode ser de atendimento imediato: que a página do Senado se torne uma página acessível às pessoas cegas, para que possam navegar livremente e obter as informações que necessitarem. Dessa maneira, cada um de nós poderá se cadastrar e acompanhar um projeto de lei que tramita nesta Casa ou na Câmara Federal. No entanto, se o desenho da página, originalmente feito pelo **web designer** não for acessível à pessoa cega, ela não terá como navegar com o seu DOS-Vox ou um desses outros sistemas que fazem a interface e que, na verdade, funcionam como um leitor de tela para a pessoa cega.

No que tange à pessoa com deficiência auditiva, a lei que reconhece a libras como uma língua oficial do País, que já foi aprovada, como já mencionei aqui, oriunda do Senado Federal, carece ainda de regulamentação, que está sendo preparada pelo Ministério da Educação, em conjunto com outros órgãos do Governo. No entanto, isso não impede que todas as nossas TVs já tenham legenda, que não atrapalha ninguém, todos sabemos disso. As televisões precisam ter, todas elas, o sistema de captação de legenda oculta – ou **closed caption**, utilizando a língua inglesa –, ou ainda a colocação de um pictograma na tela, em que aparece justamente a intérprete de sinais, tal como está aqui à nossa frente. Os dois sistemas são

importantes e são um direito da comunidade surda brasileira. É o que gostaríamos de deixar claro aqui. Isso faz parte do nosso Programa Nacional de Acessibilidade.

Completando esse programa, quero falar sobre as ações que dizem respeito à questão do transporte. Falávamos antes, aqui, sobre o direito daqueles portadores de deficiência, que são minoria no País, assim como as pessoas que podem comprar um carro zero quilômetro. O cálculo que fiz, e que serviu de base para convencer um pouco a Receita Federal, foi no sentido de que o número de pessoas que pode comprar um veículo, ainda que com a retirada do imposto federal (IPI), é muito pequeno. Entre os deficientes, esse número não chegaria, com o acréscimo que foi feito, a mais de 18 mil pessoas. No entanto, temos que falar da maioria. A maioria das pessoas, como a maioria dos brasileiros, não usa carro zero quilômetro nem usa carro de segunda mão. Mas isso é uma outra coisa. Poderia haver um projeto de lei que desse algum incentivo, alguma coisa que pudesse ajudar as pessoas que não podem comprar um carro zero quilômetro, mas podem comprar um carro por meio de um financiamento, com uma linha de crédito um pouco mais acessível. Assim mesmo, ainda não estaríamos alcançando a maioria, porque a maioria de todos os brasileiros precisa se locomover em transportes coletivos, e as pessoas com deficiência não são diferentes. É exatamente isto que propomos: que o transporte coletivo seja adaptado, por intermédio da regulamentação das Leis nºs 10.098 e 10.048, o que será feito por meio de um decreto que está na Corde e, provavelmente, vai merecer, ao longo do tempo, melhoramentos. Pretendemos que todos os transportes estejam adaptados. Daí a importância desse programa dentro do PPA. Ele precisa ter recursos para enfrentar todo tipo de lobby que possa surgir contra a proposta. A legislação pode não ser cumprida se não tivermos força para fiscalizá-la. A importância disso está na fiscalização e na preparação de recursos humanos capazes de, cada vez mais, trabalhar com a acessibilidade.

Dentro do Projeto Acessibilidade, teremos apenas que comentar a questão das ajudas técnicas, que são todos os equipamentos que auxiliam a pessoa portadora de deficiência a ter autonomia e segurança em sua vida. Essa é mais uma das ações contempladas dentro do Programa Nacional de Acessibilidade.

O segundo programa é o de ações integradas. Ele está previsto no Decreto nº 3.298. O que significa isso? Significa tudo o que já foi dito aqui pelos Conselheiros que me antecederam. Significa que

todas as políticas setoriais não podem andar isoladas. É preciso que a política desenvolvida pelo Ministério da Educação tenha uma correlação direta com a do Ministério da Saúde, que, por sua vez, deve ter com a Previdência, com a Assistência Social, com a Secretaria de Direitos Humanos, com o Ministério da Cultura, com o Ministério do Esporte e Turismo, com o Ministério do Trabalho e com o Ministério das Cidades, que tem uma importância muito grande para nós – além de algum outro que porventura eu tenha esquecido neste momento. Significa que gostaríamos que as ações previstas no PPA não existissem apenas isoladamente em cada Ministério, porque isso não traz força. Essa é justamente a sinergia que se consegue ao juntar as ações num programa que tenha uma coordenação – e essa é a função da Corde, por uma obrigação legal, pela Lei nº 7.853, de 1989 –, e é o que nos propomos a fazer, juntamente com os Poderes Legislativo e Executivo, com todos os Senadores que são responsáveis, especialmente os que fazem parte nesta Subcomissão, que estará exatamente funcionando durante o período de aprovação do PPA. Eles podem nos dar força no sentido de que as propostas que vierem do Executivo encontrem, nesta Casa, um apoio para serem aprimoradas. E que as ações sejam inseridas em programas que se mostrem multifacetários, para que, de fato, possamos dizer, daqui a quatro anos, que caminhamos com o planejamento de uma política pública voltada para o segmento das pessoas portadoras de deficiência, que não é um segmento homogêneo – muito pelo contrário –, mas que mostra a diversidade humana no aspecto mais abrangente que se possa imaginar, desde uma pessoa que não caminha até aquela que não é capaz de ouvir, mas que tem uma série de outras capacidades e habilidades.

Para terminar, agradeço, mais uma vez, em nome de todos os companheiros do Conade, esta oportunidade.

Parabenizo o Senador Flávio Arns e os demais Senadores membros da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais do Senado Federal e registro que estamos ansiosos para trabalhar em sintonia permanente com esta Subcomissão.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação da Dr^a Isabel Maior, Coordenadora da Corde.

Ressalto que, além das já mencionadas entidades nacionais, dos Ministérios e das entidades locais

do Distrito Federal, presentes nesta audiência, estão conosco representantes da Associação Nacional de Equoterapia (Ande – Brasil) e também da Universidade de Brasília, que promoverá, no início do mês de julho, um congresso internacional relacionado à pessoa portadora de necessidades psicológicas especiais, uma área extremamente importante. A Comissão de Assuntos Sociais, provavelmente, realizará, no fim deste mês, uma audiência pública como forma de preparação para esse congresso internacional.

Passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, nosso companheiro do Mato Grosso, que representa, nesta Subcomissão, o PFL.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Agradeço ao Senador Flávio Arns, Presidente desta Subcomissão, e ao Senador Eduardo Azeredo, Relator.

Participo da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais como representante do PFL, além de ser o Vice-Presidente. Portanto, na ausência do Senador Flávio Arns – espero que isso não ocorra –, presidirei a Subcomissão.

Como ponto de partida, foi importante esta audiência, em que ouvimos os representantes dos deficientes de vários setores que nos deram uma aula do que precisa ser feito nessa área. Com certeza, todos podem confiar no nosso trabalho. O Relator é uma pessoa muito experiente e o Presidente entende bem desse assunto. Portanto, vamos trabalhar!

Sugeri as cinco emendas coletivas da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e talvez pudéssemos requerer uma para esta Subcomissão. As quatro emendas restantes seriam destinadas a outros assuntos na CAS. O mesmo procedimento poderá ocorrer na Câmara dos Deputados, pois, naquela Casa, além da Comissão de Educação, há a Comissão de Saúde. Nesse caso, o trabalho é muito mais da Corde e do Conade para, junto aos Deputados, pedir também lá uma dessas emendas coletivas. Isso pode até se caracterizar como uma ação permanente. Por exemplo, na Comissão de Ação Social, aqui no Senado, já é praxe que uma das emendas seja oriunda do Hospital Sarah Kubitschek, já que essa instituição não consegue viver dos recursos destinados pelo Poder Executivo. Portanto, aqui, esses recursos são aumentados, tendo em vista o trabalho da Câmara e do Senado nas Comissões. Assim vive o Sarah. Então, por que não solicitar, individualmente, a cada Deputado ou Senador uma atuação nesse sentido? Acredito que R\$50 a R\$100 mil que os senhores solicitassem de cada Parlamentar somaria um bom volume de recursos. Por que não instituímos isso tudo nesta Subcomissão?

As idéias são inúmeras. Nesta primeira reunião, várias delas foram lançadas. Vamos continuar a fazê-lo e verificarmos o que colheremos de positivo, pois esta Subcomissão, apesar de temporária, pode assumir ações de caráter permanente.

Vamos, portanto, trabalhar, Sr. Presidente. Estamos todos integrados, V. Ex^a soube escolher muito bem os sete membros desta Subcomissão, pois somos todos Senadores envolvidos com a causa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – O Senador Jonas Pinheiro deixou bem claro o prazo de duração desta Subcomissão, que é de seis meses, podendo, conforme deliberação da Comissão de Assuntos Sociais, ser prorrogado, se necessário.

Vejo que V. Ex^{as} estão bastante envolvidos com a causa e querem encontrar soluções ou mesmo contribuir nesse sentido. Todos nós desejamos fazer um trabalho entrosado, particularmente com o Conade, em que estão presentes os órgãos governamentais e a sociedade.

Vamos discutir o Orçamento, como disse o Senador Jonas Pinheiro, não apenas agora, na elaboração, mas já agora nos meses de junho e julho com o Poder Executivo e com cada um dos Ministérios aqui presentes. Creio que inclusive os representantes do Conade nos Ministérios podem ser essa porta, esse contato, a fim de que haja essa discussão, que é fundamental, dentro do Plano Plurianual. Enfim, pretendemos fazer um trabalho integrado.

Ressaltamos novamente a importância e a beleza desta iniciativa. Aliás, como disseram representantes de outros países, “como seria bom que isso acontecesse em nossos países”, porque o interesse do Congresso Nacional – da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – pelos deficientes, mediante a instalação de subcomissões específicas, é algo que tem que ser enaltecido e elogiado mundo afora.

Portanto, como disse o Senador Eduardo Azeredo, queremos resultados. Toda essa discussão já realizada indica, em muitos aspectos, encaminhamentos imediatos; outros estão na seqüência. Mas, repito, desejamos resultados em todas as áreas, com discussão, organização das idéias e ação. Que, daqui a alguns meses, possamos nos reunir para falar dos caminhos trilhados, das conquistas obtidas e também dos desafios que vão permanecer. É um processo de vida, sem dúvida alguma.

O Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais, a Presidente Lúcia Vânia, a Subcomissão Temporária de Assuntos para Pessoas Portadoras de

Necessidades Especiais, todos nós estamos muito felizes com a presença dos senhores, foi muito bom termos acompanhado as exposições nesta audiência pública.

Quero também ressaltar que todos os senhores, se assim o desejarem, poderão fazer contribuições, verbais ou, preferencialmente, por escrito, para a Subcomissão, que todas serão estudadas, levadas em conta, organizadas, distribuídas para os Senadores membros da Comissão.

A mesma observação vale também para aquelas pessoas todas que estão acompanhando esta audiência pública pelo Brasil inteiro, mas que não tiveram a oportunidade de estar aqui, que também enviem as sugestões, as idéias, o que for necessário, para contribuir com esse trabalho, que é um desafio para todo o País.

Nada mais havendo a discutir, encerro a presente audiência pública, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 06 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2003, QUARTA-FEIRA ÀS 14:00 HORAS.

Às quinze horas e nove minutos do dia dois de abril de dois mil e três, na Sala 19, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Renildo Santana, reúne-se a Subcomissão Temporária da Saúde, com a presença dos Senadores **PAPALÉO PAES, MÃO SANTA, JUVÊNCIO DA FONSECA, RENILDO SANTANA, REGINALDO DUARTE E AUGUSTO BOTELHO**. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O Senador Renildo Santana esclarece que a chapa formada para presidi-la é composta pelo Senador Papaléo Paes, para Presidente e o Senador Augusto Botelho, para Vice. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Mão Santa e Augusto Botelho para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Papaléo

Paes, por 6 votos favoráveis; para Vice-Presidente – Senador Augusto Botelho, por 6 votos favoráveis. São declarados eleitos o Senador Papaléo Paes e o Senador Augusto Botelho, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Senador Papaléo Paes agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares para presidir tão importante Subcomissão, e expõe sobre a importância dos trabalhos desta. O Presidente Papaléo Paes designa o Senhor Senador Mão Santa, para relatoria geral. Fazem o uso da palavra os senhores Senadores Augusto Botelho, Mão Santa, Juvêncio da Fonseca, Reginaldo Duarte e Renildo Santana, todos eles expõem sobre a importância dos trabalhos dessa Subcomissão e a situação deplorável da saúde em geral no País. O Presidente Senhor Senador Papaléo Paes registra o seu elogio ao apoio total que a Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais tem prestado para o andamento dos trabalhos tanto da própria Comissão como da Subcomissão Temporária da Saúde. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Cleudes Boaventura Farias Nery presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquígraficos.

Senador **Renildo Santana**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Renildo Santana) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião da Subcomissão Temporária de Saúde da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão, criada por meio do Requerimento nº 11, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, aprovado em 13/03/2003.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador Papaléo Paes; para Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho.

Sobre a mesa, encontra-se à disposição dos Srs. Senadores as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Será procedida a chamada nominal, obedecidas às composições partidárias. Bloco de apoio ao Governo: PT, PSD, PTB e PL.

(Procede-se à chamada nominal e votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renildo Santana) – Convido o Senador Mão Santa para procedermos à contagem dos votos.

(Procede-se à apuração)

Concluída a apuração dos votos, o Presidente, Senador Papaléo Paes, obteve seis votos; o Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente, seis votos.

Convido os eleitos para ocuparem seus lugares à Mesa e, em seguida, usarem da palavra. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Srs. Senadores, quero, inicialmente, agradecer a confiança depositada em mim para presidir esta Subcomissão, bem como estender este agradecimento ao nosso Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho. Esta Subcomissão já foi constituída nesta Casa e não temos notícia de que pudesse ter tido oportunidade de desenvolver um trabalho bastante efetivo. Isso gera em todos nós uma grande responsabilidade, que seria fazer com que esta Comissão, que é muito importante para o nosso País, possa funcionar com uma boa desenvoltura, principalmente considerando que temos 180 dias para trabalhar, mostrar resultado e cumprir as nossas obrigações.

Nós somos apenas sete – ainda está faltando uma indicação do Bloco –, o que aumenta ainda mais a nossa responsabilidade.

Faço, de início, os meus agradecimentos pela confiança em mim depositada. Faço também um apelo a todos os nossos companheiros Senadores para fazermos um esforço – sei que fazemos parte de muitas comissões e que temos muitas atribuições – de mostrar que esta Subcomissão foi constituída para ser muito atuante, fazendo-se presente na vida ativa desta Casa de leis. Temos de mostrar que estamos aqui para cumprir rigorosamente as nossas obrigações.

Agradeço aos Srs. Senadores pela indicação, como Presidente eleito da Subcomissão Temporária da Saúde, nos termos do art. 89, inciso III, combinado com o art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal.

Como já foi acertado na nossa reunião da CAS, indico o Senador Mão Santa para Relator-Geral desta Subcomissão.

Esclareço também que esta Relatoria geral tem como um dos objetivos fazer o acompanhamento dos trabalhos que serão analisados por esta Subcomissão, inclusive por ter ela prazo determinado, como falei anteriormente, de 180 dias. Caberá, então, ao Relator-Geral fazer um relatório dos nossos trabalhos.

Assim, as matérias que serão apreciadas por esta Subcomissão poderão ter outros Senadores como Relator.

Faço já um registro aos membros da Comissão: vou apresentar projeto de lei no Senado que dispõe sobre assistência farmacêutica aos portadores de hipertensão arterial no âmbito do SUS. Trarei esse tema para discussão.

Outro projeto de minha autoria normatiza a propaganda de medicamentos, aquela propaganda que nós, médicos, sabemos muito bem que é feita por laboratoristas que nos entregam amostras grátis, em determinados momentos proporcionando aos profissionais da área da saúde condições que podem, de certa forma, influenciar na indicação desses medicamentos oferecidos.

Deixo isso registrado, porque pretendo discutir com representantes da indústria farmacêutica esse projeto que apresentarei brevemente, ouvindo a parte bastante interessada e também esta Subcomissão. Assim, futuramente teremos essa discussão.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente, nobre Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Inicialmente, agradeço aos Srs. Senadores pela confiança que em mim depositaram. Tenho a certeza de que juntos faremos alguma coisa ou até muita coisa pela saúde de nosso País. Entendemos as dificuldades que as pessoas enfrentam nas filas dos ambulatórios públicos.

Eu, pessoalmente, tenho uma queixa: não há tratamento odontológico de canal no serviço público – se há, é algo muito restrito. Os pobres são obrigados a extrair os dentes, porque não há tratamento de canal. Gostaríamos de convidar até o Conselho de Odontologia para resolver esse problema, que muito tem afligido a nossa população.

Devíamos dar ênfase, nesta Subcomissão, à saúde preventiva, que é a saúde que resolve o problema da população, junto com o Programa Fome Zero. Se conseguirmos avançar nisso, vamos avançar na saúde também, na qualidade de vida das pessoas. Vamos dar ênfase principalmente à saúde preventiva e, pontualmente, a outras idéias que possam surgir.

Agradeço a confiança e espero que juntos, nestes seis meses, possamos melhorar a qualidade de vida dos nossos companheiros, dos nossos eleitores, que estão indo de madrugada para as filas dos ambulatórios, que não conseguem vaga nos hospitais para serem operados. É lógico que tudo isso não será re-

solvido em seis meses, mas temos que procurar criar meios que facilitem a vida das pessoas mais necessitadas, pois é por elas que estamos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A palavra vai ser usada pelo nobre Relator-Geral da Subcomissão, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Papaléo Paes, primeiro farei uma indagação: esta Subcomissão tem quantos membros?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Tem sete membros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Está faltando um. Quem é?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Uma indicação do Bloco, que ainda não foi feita.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A criação desta Subcomissão é muito oportuna, já que não há uma comissão específica de saúde. Entendo que, como disse Sófocles – permita-me o Senador Juvêncio, que é um intelectual –, “muitas são as maravilhas da natureza, mas a maior maravilhosa é o ser humano”. E esta Subcomissão é a que cuida disso. Temos que cuidar especificamente do que é importante; a saúde estaria capenga sem esta Subcomissão.

Gostaria de salientar algo que considero uma evolução deste País. No primeiro Senado da República só havia dois médicos – eram vinte e dois magistrados, um advogado, dez militares, sete religiosos, dois ligados ao campo, à terra, e dois médicos. Hoje, o Senado da República tem seis médicos. E esta Subcomissão fez com que a metade dos médicos do Senado estivesse presente – o seu Presidente Papaléo, o Senador Augusto Botelho e este Senador. É muito importante que se dê importância a isso, porque a saúde – a própria ONU define – não é apenas a ausência de enfermidades ou doenças, mas o mais completo bem-estar físico, mental e social. Quer dizer, temos que combater a miséria, o pauperismo, a fome.

O bem maior para o homem é a saúde. Os temas relativos ao assunto estão postos e precisamos nos debruçar sobre eles – o próprio salário do profissional médico.

Vemos que esta Casa é injusta, com todo o respeito – o melhor da Justiça está aqui presente, o nosso Presidente da Comissão de Ética, o Senador Juvêncio da Fonseca –, mas penso que é uma falta de ética esse domínio da força dos que fazem a lei nesta Casa. Um fato vale por dez mil palavras. Está escrito: “Mateus, primeiro os teus”.

Como Governador de meu Estado, estudando com a Comissão de Política Salarial um aumento, bati na mesa: para os médicos vou dar, no mínimo, a lei. Pensava eu que fossem seis salários mínimos, porque eu via a luta de líderes sindicais, apesar de nunca haver feito política sindical médica. A minha política foi partidária, mas era só um sonho, um ideal. Aí os juristas me apontaram: as leis salariais do médico impõem um piso de três salários mínimos.

O Presidente Castelo Branco fez grande coisa por este País. Vamos analisar o homem. Uma delas, uma das mais importantes e que deve ser imitada, Senador Juvêncio da Fonseca, foi quando olhou a folha de pagamento e viu os altos salários, notando que os vícios, que se aproveitam dos subterfúgios da lei, haviam voltado. Há poucos dias, manchetes dos jornais do Rio de Janeiro diziam que a Assembléia Legislativa vai voltar a pagar salários de R\$50 mil. Quando governei o Piauí, tinha um salário de US\$27mil, porque quando comecei a governar o dólar era casa com o real. E colocamos um redutor.

Mas o piso salarial do médico é de três salários. Existem, portanto, muitas viúvas de médicos em situações penosas. Os médicos ganham bem quando estão na ativa, porque são lutadores, entusiasmados, trabalham, às vezes, as 24 horas do dia. No entanto, quando morrem, suas viúvas vivem um infortúnio, uma infelicidade, pois o piso salarial é muito baixo.

Ao invés de dizer que nunca conseguiu, que se tivesse pagado um defensor público de menos de seis mil, um procurador, um delegado-advogado, teriam-no colocado na cadeia ou teria sofrido um **impeachment**.

Isso é uma aberração. E está aqui um jurista, símbolo do Rei Salomão, e quis Deus que S. Ex^a fosse o Presidente de Ética desta Casa, que não me deixa mentir. Temos que começar a ver esses valores. O próprio Presidente Castelo Branco, pelas leis brasileiras, estabeleceu um piso salarial de seis salários mínimos para as enfermeiras. É pouco. Temos, portanto, que rever tudo isso.

E posso dizer isso porque sou médico. Durante muito tempo fui híbrido: médico e político. Assim, posso dizer que temos que discutir uma política salarial para os médicos. Os salários dos médicos têm que estar no mesmo nível que os salários dos juízes, por exemplo, para que esses possam ter tranqüilidade e se dedicarem a sua atividade. Precisamos também reestudar o plano do País.

É uma loucura dizer que o Sr. José Serra foi o melhor Ministro da Saúde. Isso é conversa fiada. Conheço Cuba. Lá, sim, há uma política de saúde muito boa. E

quem diz isso sou eu, o Senador Mão Santa, formado há 36 anos, e que viveu realmente da profissão.

E temos que começar pelo médico de família. Conheço o modelo de médico de família em Cuba, conheci pessoalmente quem o criou. Cuba era tão pobre naquela época que não havia livros, somente apostilas. Hoje, Cuba só tem um hospital padrão.

Então, o modelo de um país que é dois terços do Piauí – vai de Floriano, ali da capital, a Almar, cento e poucos quilômetros quadrados. O Piauí é quase duas vezes maior do que Cuba – não se pode adaptar ao nosso País; é um contra-senso buscar esse modelo de um país pequeno, uma ilhazinha. Cuba deve ser do tamanho da Ilha de Marajó. Vai de Floriano do Piauí ao litoral. São 11 milhões de habitantes lá, aqui somos 180 milhões de habitantes.

E o grande erro do Governo passado foi impedir a continuidade de um grande avanço: remédios gratuitos para pobres, por meio da Central de Medicamentos – Ceme. Temos que rever isso.

Não adianta que os médicos dêem consultas nos ambulatórios. Se o indivíduo não tem as condições necessárias para o tratamento, isso vai piorar a situação, porque além da doença, ele vai se revoltar com a injustiça, com o País. A Ceme existia para isso.

Durante o tempo em que exercia a profissão, andava não com cartão ou talão de cheques no bolso, mas com o que se chamava “memento”, um pequeno dicionário com os medicamentos da Ceme. Todo médico andava com aquilo. O Senador Papaléo Paes é cardiologista e vê quantos sofrem de falta de ar, de insuficiência cardíaca e não têm uma dicoxina. Quantos diabéticos não têm acesso ao medicamento porque não têm dinheiro! O povo está desempregado!

Surgiu, então, uma conversa falsa que o levou à derrota, o genérico. Acredito que o genérico seja bom e barato, mas algum pobre de meu País recebeu um genérico de graça? É muito caro.

Aqueles medicamentos eram básicos, suficientes e necessários. Nada de vaidade. Tinha a penicilina, que cura uma pneumonia, e o clorofenicol, que cura a maioria das infecções. Quantos sofrem de dor sem ter o dinheiro para comprar o remédio? O genérico é bom e barato, mas o pobre está desempregado, não tem nada, está sofrendo. Portanto, temos que ver **esses fossos para devolver ao povo a Ceme**.

Disseram que havia corrupção, mas isso não é legítimo. Então, tinha que prender os corruptos e não os Beira-Mar, porque eles fazem mais mal do que o Beira-Mar. Se a Ceme acabou, ela tem que retornar.

Como tramitam muitos projetos de lei, vamos exigir médicos especialistas e outras profissões, como paramédicos, para limitar a atividade profissional.

Então, a matéria veio em boa hora. Tenho certeza de que, daqui a seis meses, estaremos orgulhosos dos avanços da saúde no País, devido ao trabalho desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Senador. Quero lembrar que o dinamismo desta Subcomissão depende de nós, pois somos apenas sete Senadores. Temos o apoio técnico da Secretaria, que é bastante eficiente.

Ouviremos todos os profissionais que lidam, de forma direta ou indireta, com a área da saúde: o médico, o bioquímico, o farmacêutico, o odontólogo, a enfermeira, o técnico de enfermagem, o fisioterapeuta. E principalmente aqueles que trabalham na área pública, onde há as maiores dificuldades sociais. É ali que vemos quem passa fome, quem tem doença, se a doença não está sendo tratada por falta de remédios no serviço público ou por falta de recursos do paciente. Enfim, as pessoas que, diariamente, durante a sua vida profissional, estão no serviço público. Elas sabem muito bem o que significa a falta de um medicamento, a falta de atenção na área social por parte de um governo municipal, estadual ou federal.

E nós, que já fomos prefeitos, sabemos que não podemos cobrar muito deles, porque a maioria das prefeituras passa por grandes dificuldades, não têm orçamento próprio para se sustentar, ficando sempre na dependência dos fundos de participação dos municípios, cada vez menores e mais difíceis de serem administrados.

Portanto, precisamos fazer um diagnóstico da questão social na área da saúde e apresentarmos nosso relatório ao final do nosso trabalho. A eficiência desta Subcomissão vai depender de nós. Cada um aqui tem obrigação de participar ativamente, de saber que é responsável pela vida desta Subcomissão. E as sugestões que V. Ex^{as} tiverem, tragam-nas, porque vamos colocá-las em pauta. Podem se comprometer conosco, que nós, com certeza absoluta, daremos vida a esta Subcomissão e, quando chegar o momento da prestação de contas, por intermédio do nosso Relator, possamos manter, nesta Casa, uma Subcomissão tão importante como esta da Saúde.

Não sei se o nobre Senador...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Não sou médico, sou advogado, para alegria do Mão Santa – junto do médico, o advogado –, mas já

fui Presidente da Santa Casa lá de Campo Grande, que tem 750 leitos e é uma das mais complexas do País. Então, conheço até certo ponto, não como V. Ex^{as}, os médicos, a questão da saúde da população. Quando se instala uma Subcomissão como esta, vejo o universo a se trabalhar e a grande expectativa do nosso povo, que tem dificuldade realmente de acesso às internações, aos ambulatórios, à medicina preventiva. Como seria bom se pudéssemos concretizar a idéia da medicina preventiva, esse trabalho tão importante para evitar que, cada vez mais, as pessoas mais carentes tenham acesso à internação. E que dificuldade é obter esse acesso!

Portanto, considero que esta Subcomissão tem um papel importantíssimo, socialmente falando, para tratar aqui no Senado Federal, da saúde do País. Vamos nos esforçar, fazer o que for possível, somos todos homens experientes, preparados e com muita boa vontade, para que nessa quadra que o povo brasileiro está vivendo de expectativa, de esperança, possamos contribuir também com a participação efetiva desta Subcomissão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, seguindo a sistemática de Juvêncio, não sou médico nem advogado, sou empresário, mas tenho uma vivência muito grande com o dia-a-dia da saúde no meu Estado e também no meu País porque muitos familiares meus são médicos, donos de hospitais. Preocupa a todos nós, principalmente, vemos aquela imensurável fila de pessoas nos hospitais, que chegam aos postos do INSS de madrugada para conseguir uma consulta com um determinado médico. Depois vem problema dos exames, a solicitação dos médicos aos exames, que é outra maratona que o pobre tem que enfrentar; muitas vezes só conseguem marcar o exame dois, três meses depois da consulta.

Temos consciência de que essas situações existem. V. Ex^{as}, que são médicos, sabem que os procedimentos são esses, não por culpa do médico, mas do sistema, que é muito precário, as dificuldades são imensuráveis, os recursos para a saúde, acredito, são insuficientes para atender a grande massa popular deste imenso País continental, que enfrenta muitas dificuldades, mas é integrado, ou seja, todos falamos, de norte a sul, de leste a oeste, a mesma linguagem. Nós nos entendemos perfeitamente.

Existem países pequenos, na Europa, em que se falam três, quatro línguas, dois, três dialetos. Quer dizer, num mundo globalizado como hoje, ainda existe isso. Graças a Deus, somos um País integralizado, falamos a mesma língua, sentimos as mesmas dores dos nossos semelhantes. E espero que esta Subcomissão possa dar uma contribuição mais vasta, mais elástica para todo o Brasil e também para a saúde de todos os brasileiros, principalmente para a saúde preventiva, que é a mais importante de todas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Obrigada Senador.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pois não.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Como disse o nosso colega Senador, não sou médico; sou empresário do ramo de cerâmica vermelha. Fui prefeito, por dois mandatos, de uma cidade de médio porte da região sul do Estado de Sergipe. No último mandato como prefeito, criamos a Prefeitura Itinerante, com médicos, dentistas, enfim, fazíamos a parte urbana, os bairros pobres e também a zona rural. E como disse o nobre Senador Mão Santa, o problema parava quando chegava nos medicamentos. A parte de atendimento médico nós fazíamos, e era perfeito. Quando chegava na parte dos medicamentos, criava-se o grande problema. Então, penso que é bom que também trabalhem em cima do ponto dos medicamentos.

Era o que eu queria acrescentar. Ao mesmo tempo, enalteço o nosso amigo Mão Santa, que fez um relato muito expressivo com relação aos remédios da Ceme.

Espero que também cheguemos à conclusão de conseguir também medicamentos, porque tenho certeza absoluta de que o povo de baixa renda não tem condição de comprar remédios.

Na época em que fui prefeito, a dificuldade era grande e tenho certeza de que hoje permanece da mesma forma.

Era só o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Não quero prolongar a reunião, mas lembrar que, há alguns anos, o Governo Federal assumia essa questão de medicina preventiva. Quem não se lembra com muita saudade da Fundação Sesp, que fazia uma medicina de primeira qualidade e com a qual o Governo Federal acabou. Quem não se lembra da Sucam,

que fazia um trabalho belíssimo e eficiente, principalmente na nossa região, o Nordeste, combatendo a doença de Chagas, malária, dengue, febre amarela? Acabou. Quem não lembra da Ceme? O Senador Mão Santa fez uma referência muito boa agora sobre a questão da Ceme. Quer dizer, preferiram acabar com a Central de Medicamentos a resolver os problemas burocráticos, causados por determinadas pessoas que dirigiram aquela instituição.

Então, o que vemos hoje, não deste Governo agora, mas uma política do Governo Federal... – digo assim porque sou muito resistente a essa questão da municipalização com a municipalização de determinadas ações que o Governo Federal fazia com muita eficiência. Sou, assim, muito radical quanto a isso. Eu digo que, enquanto ele está fazendo com eficiência, assume o bom ônus daquelas ações. Quando ele se sente já incapaz, que não consegue mais ser eficiente, que já começa a receber desgastes políticos por causa daquele trabalho, o que ele faz? Ele – desculpem, estou sendo muito radical – empurrou para o Governo do Estado ou para as prefeituras. Foi o que aconteceu. Temos quase seis mil municípios e 99% das prefeituras não têm condições de bancar com eficiência a saúde preventiva. Não têm condições. Então, dou o exemplo da Capital do meu Estado, do Município de Macapá, que tem 60% da população lá concentrada. O que acontece? A ineficiência da Prefeitura, por falta de recursos para manter os centros de saúde, que é onde se faz a medicina preventiva, está superlotando de doentes os nossos hospitais, que também acabam se tornando ineficientes. O resultado está aí. Temos que chamar bem a atenção para a municipalização em determinadas áreas, principalmente na área social, para ver se a política do Governo Federal é correta. Volto a dizer que esta política não é de agora.

Quando fui Prefeito de Macapá, entre 1993 a 1996, eu tinha grande receio da municipalização. Eles empurram os problemas para os prefeitos para se verem livres do encargo do desgaste político.

Esse é um tema para discutirmos durante muito tempo, mas eu não quero prolongar a nossa reunião.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores. Todos nós estamos de parabéns por constituirmos esta Subcomissão. Agradeço também a presença dos profissionais e das demais pessoas que estão acompanhando esta nossa reunião. Todos aqui são importantes.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 50 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2003, QUINTA-FEIRA ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia oito de maio de dois mil e três, na Sala 19, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **PAPALÉO PAES**, reúne-se a Subcomissão Temporária da Saúde, com a presença dos Senadores **MÃO SANTA, RENILDO SANTANA, E AUGUSTO BOTELHO**. Registra-se também a presença do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador **ROMERO JUCÁ**. A presente reunião destina-se à elaboração do cronograma de trabalho da Subcomissão. O Senador Papaléo Paes apresenta requerimento de audiência pública para obter subsídios para orientar a atuação do Senado Federal – e, em especial, dessa Subcomissão – em relação à obtenção de uma assistência farmacêutica de qualidade no âmbito do Sistema Único Saúde (SUS), com a presença dos senhores Norberto Rech, Diretor de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Antônio Barbosa, farmacêutico, Presidente do Instituto de Defesa de Usuários de Medicamentos; Ciro Mortella, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (ABIFARMA); Representante do Laboratório Farmacêutico da Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde (FARMANGUINHOS); Margot ou Otávio, farmacêutico, pesquisador, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); Mozart de Abreu e Lima, especialista convidado; José Hermógenes de Souza, médico, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass); Representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems); Representante da Associação Médica Brasileira (AMB); Flávio Vormitag, Presidente da Associação de Laboratórios Multinacionais de Pesquisa (Interfarma); Guilherme Robalinho, Secretário Estadual de Saúde do Estado de Pernambuco e Diretor Presidente do Laboratório Farmacêutico do Esta-

do de Pernambuco (Lafepe); e Representante da motoria de Justiça de Defesa da Saúde do Minist Público do Distrito Federal e Territórios (ProSU). Discutem o requerimento os Senadores Renildo Santana, Mão Santa, Romero Jucá e Augusto Botelho. Durante a discussão fica resolvido que a audiência pública será dividida em duas sessões, as quais serão realizadas nos dias vinte e vinte e sete de maio do ano corrente às dezoito horas. Em votação o requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, **Cledes Boaventura Farias Nery** presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária de Saúde da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Srs. Senadores, a presente reunião destina-se à discussão e votação de requerimentos e ao estabelecimento de um cronograma de trabalho para esta subcomissão.

Lerei um dos requerimentos, que será discutido e votado:

Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária de Saúde para, com a participação das pessoas abaixo relacionadas, obter subsídios para orientar a atuação do Senado Federal e, em especial, desta Subcomissão, em relação à obtenção de uma assistência farmacêutica de qualidade no âmbito do Sistema Único de Saúde, SUS.

As autoridades das quais se pede a participação são o Sr. Norberto Rech, Farmacêutico, Diretor de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, o Farmacêutico Antônio Barbosa, Presidente do Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamentos, Ciro Mortella, Presidente da Associação Brasilei-

ra da Indústria Farmacêutica, um representante do laboratório farmacêutico da Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde, Farmacêutica Margô ou Farmacêutico Otávio, Farmacêutico Pesquisador do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Mozart de Abreu e Lima, especialista convidado, José Hermógenes de Souza, Médico, Secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, um representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o Conass, um representante do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, um representante da Associação Médica Brasileira, o Sr. Guilherme Robalinho, Secretário Estadual de Saúde de Pernambuco, o Presidente da Associação dos Laboratórios Multinacionais de Pesquisa, e um representante da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Sala de Comissão, 8 de maio de 2003. – Senador **Papaléo Paes**.

Se aprovado, o requerimento dará seqüência à discussão do cronograma.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Em seguida, coloco em discussão a programação de atividades. De acordo com a nossa proposta, estão previstas audiências públicas nos dias 20 e 27 de maio, de 9 às 12 horas, com toda a programação anexa ao material distribuído aos Srs. Senadores.

Em discussão a programação, principalmente em se tratando de dia e de horário, pois todas as comissões funcionam plenamente na parte da manhã. Como há plenário à tarde, temos que conseguir dia e horário adequados, a fim de dar início aos nossos trabalhos.

Em discussão.

Gostaria também de registrar, com muita honra, a presença do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Romero Jucá. Muito obrigado pela sua presença.

Na terça-feira, está prevista reunião de 9 às 12 horas.

Nós sabemos que existe reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Somos sete membros na subcomissão. Eu pediria ao nobre Senador Mão Santa para que analisasse essa possibilidade.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu penso que V. Ex^a deve buscar um dia constante, como o da missa, que é domingo e não muda. Até agora V. Ex^a tem sido feliz nas suas decisões, principalmente nesta subcomissão.

Ontem, fui à Câmara dos Deputados, onde há uma Frente de Parlamentares de Saúde. O Senado em boa hora criou esta Subcomissão Temporária da Saúde. Quanto ao horário, penso que V. Ex^a deve determinar um dia. A minha sugestão é quinta-feira, às 9 horas, pois fazendo um esforço, chegamos nesse horário. Com a aquiescência do grande Presidente da CAS, que poderia começar a reunião daquela comissão às 10 horas.

V. Ex^a teria uma hora para a sua reunião.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Principalmente em se tratando do tema de grande importância que estamos colocando em pauta, se V. Ex^a observar, temos dez expositores, ou seja, tivemos que dividir em duas reuniões a audiência pública. E fizemos uma previsão de três horas de duração para cada reunião. Logicamente, atropeláramos o horário da CAS. Seria muito bom se nós pudéssemos fazer a reunião na própria quinta-feira, mas, com certeza, atropeláramos a reunião da CAS.

Alguns técnicos virão de outros Estados. Temos que deixá-los à vontade para podermos aproveitar o que for possível.

Acredito que só está faltando a decisão do horário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É bom que esteja presente o Senador Romero Jucá. Eu não entendo, mas faço uma sugestão. Já que se trata de uma subcomissão da CAS, o Presidente Romero Jucá abdicaria de um dia por mês para fazermos a reunião. E aí S. Ex^a faria a sua reunião.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu quero dizer que a comissão quer colaborar de todas as formas com a subcomissão. Temos todo o interesse que o trabalho seja feito da forma mais rápida e profícuamente possível. Agora, a experiência mostra que essas são audiências demoradas.

Três horas é pouco quando o assunto é um pouco mais polêmico e quando há posições divergentes, como nesse caso. Provavelmente, haverá correntes distintas defendendo posições distintas. A comissão quer ajudar. Podemos analisar a proposta de uma reunião da subcomissão a cada quatro reuniões da

CAS, só que, na verdade, a subcomissão tratará dessas questões de mês em mês.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – O tempo da subcomissão é curto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É um tempo pequeno.

Eu penso que esse tipo de debate, até por uma questão de ocupação da própria mídia, deveria ser à tarde, de 17 horas em diante, como sempre procuramos fazer, porque ele é televisionado diretamente pela TV Senado, não tem nenhum tipo de problema de horário, e a reunião pode se estender pela noite.

E, na verdade, não ficamos tolhendo os participantes. De manhã, se quiserem, não há problema. Se quiserem começar um pouco mais cedo também, para ir até 10 horas e 30 minutos, como tinha sugerido o Senador Mão Santa, mas acho um tempo muito curto. É como o Presidente disse: serão trazidas pessoas convidadas para discutir e, de repente, o tempo se extingue e as pessoas ficam sem poder dar toda a contribuição que poderiam.

Portanto, a comissão está à disposição, mas penso que as terças-feiras, as quartas-feiras, no final da tarde, sem dúvida alguma, preencheriam melhor a condução operacional da subcomissão.

Fica a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – E teremos que tirar a coincidência de horário com a Ordem do Dia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Mas nas terças-feiras, por exemplo, à tarde, normalmente a Ordem do Dia é muito curta. A Ordem do Dia mais longa é a da quarta-feira. Quinta-feira também não tem, mas à tarde alguns Senadores têm de viajar para os Estados e já fica um pouco comprometido o horário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Então, vamos colocar em discussão o dia. Terça-feira?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu colocaria às 18 horas e 30, pois depois da sessão normal há a mídia, como ele disse, e tranquilidade. Ontem mesmo fiquei a noite toda numa recepção, tomando vinho. Então, ficamos a noite toda ouvindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Então fica a seguinte proposta, para avaliarmos e votarmos: dia, terça-feira, às 18 horas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Às 18 horas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Dezoito horas, Senador. Com certeza, às 18 horas. Estamos todos de acordo?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A experiência atual é de que as sessões estão indo além das 18 horas e 30 minutos. Ontem mesmo foi quase até as 20 horas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Mas ontem foi quarta-feira, dia em que a sessão é longa. (Pausa.)

Ficou aprovada, por unanimidade, a proposta do Presidente da CAS, que colaborou muito conosco agora nestas definições. Terças-feiras, às 18 horas.

Algum Senador quer fazer uso da palavra? (Pausa.)

Considerando que a pauta já foi vencida, anunciamos, confirmando, que as terças-feiras serão os dias 20 e 27 de maio, às 18 horas.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 9h55min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (extraordinária) DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 20 DE MAIO DE 2003, TERÇA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS.

Às dezoito horas e vinte e dois minutos, do dia vinte de maio de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Educação, sob a presidência do Senhor Senador PAPALÉO PAES, para a realização de Audiência Pública, reuniu-se a Subcomissão Temporária da Saúde, com a presença dos Senadores **SERYS SLHESSARENKO, EURÍPEDES CAMARGO, MÃO SANTA, RENILDO SANTANA, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO**. Também compareceram os Deputados **JAMIL MURAD e MARCELO COSTA CASTRO**. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que foi dada como aprovada. Convidou para compor a mesa o Relator Senador Mão Santa, e os Consultores Legislativo do Senado Federal Luiz Carlos Romero, Sebastião Moreira Júnior e Ubiramar Lopes de Souza. Iniciou-se a Audiência Pública com a finalidade de atender ao requerimento nº 01-CASSAÚDE/2003, de autoria do Senador Papaléo Paes, para obter subsídios para a atuação do Senado em relação ao aprimoramento da assistência farmacêutica no âmbito do

SUS, com os Senhores NORBERTO RECH, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; ANTÔNIO BARBOSA, Bioquímico e Farmacêutico. Fundador do Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamentos – IDUM; CIRO MORTELLA, Presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (FEBRAFARMA) e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República; NÚBIA BOECHAT, Diretora do Instituto de Tecnologia em Fármacos FARMANGUINHOS – FIOCRUZ; MARGÔ GOMES DE OLIVEIRA KARNIKOWSKI, Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); MOZART DE ABREU E LIMA, Coordenador de Planejamento da Central de Medicamentos, CEME e gerente de seu Plano Diretor de 1973 a 1975, Ministro do Trabalho, interino em 1994. Todos os convidados fizeram uso da palavra para as suas exposições. Participaram das interpelações ao Senhor Antônio Barbosa, os Senhores Senadores **REGINALDO DUARTE E PAPALÉO PAES**; ao Senhor Norberto Rech, os Senhores Senadores **PAPALÉO PAES E EURÍPEDES CAMARGO**; ao Senhor Ciro Mortella, os Senhores Senadores **AUGUSTO BOTELHO E EURÍPEDES CAMARGO**; e a Senhora Margô Gomes de Oliveira Karnikowski, o Senhor Senador **PAPALÉO PAES**. Também fez uso da palavra o Senhor Senador **MÃO SANTA**, agradecendo e convidando os senhores convidados. O Senhor Presidente agradeceu aos convidados, aos consultores e a Secretaria da Comissão pelo apoio que tem sido dado para que a Subcomissão possa desenvolver um bom trabalho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a reunião às vinte e duas horas e trinta minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Papaléo Paes**, Presidente da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária de Saúde da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Quero deixar registrado que esta Subcomissão de Saúde é composta por sete Membros. Temos um Presidente, um Relator, o Senador Mão Santa, o Vice-Presidente, o Senador Augusto Botelho, e mais os Srs. Senadores Reginaldo Duarte, Renildo Santa-

na, Eurípedes Camargo, Serys Shlessarenko. Essa é a composição da Subcomissão de Saúde.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Comunico ao Plenário que agora estão fazendo parte também desta Subcomissão – já informado anteriormente – o Senador Eurípedes Camargo e a Senadora Serys Shlessarenko. Nossa Subcomissão estava sem esses dois Senadores, que hoje compõem a Subcomissão.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública, aprovada pelo Requerimento nº 0001/2003, de autoria do Senador Papaléo Paes, destinada a subsidiar os trabalhos desta Subcomissão e do Senado Federal no que concerne à obtenção de uma assistência farmacêutica de qualidade no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Os convidados para esta audiência pública são os Srs. Norberto Rech, Antônio Barbosa, Ciro Mortella, Núbia Boechat, Margô Gomes de Oliveira Karnikowski e Mozart de Abreu e Lima.

Neste momento, para que faça parte da Mesa, convido o Senador Mão Santa, Relator desta Subcomissão.

Aqui, contamos com a presença de três Consultores do Senado, aos quais quero fazer uma referência muito elogiosa pelo empenho de tornar viável e possível esse belo trabalho por esta Subcomissão.

Convido o Dr. Luiz Carlos Pelizari Romero a compor a Mesa.

Hoje, são seis os expositores.

E já estabelecemos a seguinte ordem: a cada convidado serão concedidos 20min para que façam sua exposição; e cada Senador terá 3min para perguntas. Se necessário, poderemos aumentar esse tempo para 5min.

Será obedecido o seguinte critério: os seis convidados farão suas exposições, posteriormente, cada Senador inscrito fará a sua pergunta.

Vamos chamar o primeiro convidado, Dr. Norberto Rech, farmacêutico com mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Professor do Departamento de Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal de Santa Catarina, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do

Ministério da Saúde, órgão que representa nesta audiência.

Dr. Norberto, o senhor fará uso da palavra por 20 minutos.

O SR. NORBERTO RECH – Inicialmente, quero cumprimentar todos os presentes, em nome da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, e ressaltar a importância dessa iniciativa da Subcomissão, na medida em que a assistência farmacêutica ou a formulação e a implementação de uma política de assistência farmacêutica tem sido colocada como uma das grandes prioridades do Ministério da Saúde, portanto, do atual Governo.

Quando se fala de assistência farmacêutica em geral, temos que tratar inicialmente de uma questão fundamental que diz respeito ao que significa acesso. Há um entendimento de que assistência farmacêutica se resume ao acesso ao produto medicamento e a nenhuma outra ação de saúde que esteja relacionada à sua utilização. Mas entendemos que a base de uma política deve considerar o acesso das pessoas a um medicamento adequado, nas quantidades adequadas, de forma facilitada e acompanhado de informação apropriada para sua utilização racional.

É importante salientarmos que, embora tenhamos algum tipo de acesso no País, seja no setor público, seja no setor privado, em muitos momentos esse não é um acesso que consideramos racional, ou seja, acesso ao produto medicamento com as ações de saúde necessárias para a sua utilização correta, racional e resolutiva.

Portanto, o segundo conceito importante para balizamento de uma política é exatamente o de acesso racional, ou seja, no entendimento de que o medicamento deixa de ser uma mercadoria como outra qualquer e passa a ser considerado um insumo essencial àquela ação de saúde, e, portanto, faz parte do processo, seja de recuperação da saúde das pessoas, seja de proteção ou promoção da saúde das pessoas e das comunidades.

Certamente, todas essas ações e o acesso a esse produto e às ações de saúde são desenvolvidos no âmbito de uma política nacional de atenção à saúde, que é colocada em prática tanto no setor público quanto no setor privado, certamente nos diferentes níveis de complexidade, ou seja, desde o nível primário, da atenção primária, passando pela média e pela alta complexidade.

Obviamente, a esses processos concorrem diferentes profissionais e não apenas profissionais farmacêuticos.

Portanto, se entendemos o medicamento como um insumo essencial a essas ações, há necessidade de que, na formulação de uma política, abandonemos a lógica do produto – que, em geral, acaba nos processos de logística, de produção, de distribuição e de entrega do produto nas unidades – para a lógica ou a prática da integralidade das ações de saúde, que envolvem, na sua grande parte, medicamentos. Isso significa entender a assistência farmacêutica não como atendimento apenas da demanda de medicamentos, que é gerada no sistema – ou seja, aquela demanda que exige a presença do medicamento na ponta dos serviços, nos diferentes níveis de atenção à saúde –, mas entender a assistência farmacêutica como um complexo maior de ações. A assistência farmacêutica deve ser considerada, portanto, como uma política de saúde. E mais, deve estar voltada para essas ações de promoção, de proteção e de recuperação da saúde das pessoas e também nortear outras políticas setoriais, como, por exemplo, a política de medicamentos, definindo, a partir das necessidades do País, os medicamentos e ações de fomento necessárias à produção farmacêutica no Brasil, a interface direta com uma política de recursos humanos, com uma política de desenvolvimento industrial do País, com uma série de políticas nitidamente intersectoriais, tal como intersectorial é o próprio Sistema Único de Saúde do País.

Portanto, o entendimento de que a assistência farmacêutica é uma política, ou seja, deve ter instrumentos para o seu acompanhamento, a sua implementação, a sua avaliação e redirecionamento, quando necessário, certamente vai manter interfaces positivas e também necessárias com essas políticas setoriais, ou seja, política de desenvolvimento, de ciência tecnologia, enfim, com todas as políticas que concorrem para que possam não apenas organizar, mas manter os serviços nos diferentes níveis de complexidade.

Na medida em que a assistência farmacêutica se configura como uma política, deve estar embasada, fundamentada na garantia não apenas da universalidade, mas da equidade ao acesso às ações de saúde e da integralidade dessas ações.

Certamente, ela atinge o patamar de uma política pública de extrema importância e deve conter no seu arcabouço todos os instrumentos necessários para que o País efetivamente conduza uma política pública e não permita que as ações relacionadas a medicamentos e assistência farmacêutica sejam vinculadas a programas isolados, desconectados, pou-

co articulados e, muitas vezes, sobrepostos, como vamos ver a seguir.

Quando discutimos a assistência farmacêutica, é importante que a qualifiquemos num contexto extremamente interessante – o Ciro Mortela, representante da Febrafarma, vai apontar os dados –, pois o mercado apresenta faturamento anual que varia, segundo os dados, entre US\$7 e US\$10 bilhões ao ano e é, certamente, um mercado bastante considerável e fundamentado não apenas no acesso no âmbito do serviço público de atenção à saúde aos medicamentos, mas fundamentalmente no acesso que não é racional no sistema privado e que, certamente, não o sendo, gera grandes agravos à saúde das pessoas.

Esse mercado é caracterizado por alguns oligopólios, elevada concentração, principalmente na detenção de fatias de mercado por classes terapêuticas, e apresenta relativa estabilidade em termos do número de unidades vendidas. Se observarmos os dados dos últimos anos, vamos constatar que embora o faturamento tenha aumentado, o número de unidades dispensadas tem permanecido relativamente o mesmo, ou seja, não há variações significativas. Isso talvez não constitua um bom indicador, mas mostra tendência importante de comportamento desse mercado. É importante salientar essa observação na medida em que o Poder Público, o Estado brasileiro, é o grande comprador de medicamentos e, portanto, tem uma atividade nitidamente regulatória e balizadora desse segmento.

Os medicamentos mais recentes têm sido lançados com preços cada vez mais altos numa perspectiva de se equipararem os preços internacionais de medicamentos, mesmo que a realidade socioeconômica do Brasil não seja a mesma, o que tem certamente contribuído para impedir ampliação de acesso a medicamentos e à assistência farmacêutica como um todo.

Embora esse seja um dos grandes mercados mundiais, fundamentalmente dependemos da importação de 80% aproximadamente da demanda de matérias-primas para a produção de medicamentos no Brasil, o que é essencial para que tenhamos serviços que utilizem medicamentos.

As empresas, uma vez operando nesses mercados concentrados, certamente resistem bastante a promover redução dos seus preços e deslocam os mecanismos de competição, já que no Brasil não executamos fundamentalmente, via de regra, pesquisa e desenvolvimento, que agregam conhecimento e valor, e não desenvolvemos tecnologia, que também agrega conhecimento e valor aos produtos. Estamos

ainda estacionados no estágio da mistura de produtos para geração do medicamento, do produto final, e a competição entre as empresas se dá exatamente nesse nível e no da publicidade, das ações de **marketing**, de divulgação e de ampliação de fatias de mercado, com grandes investimentos nessa área. A publicidade contribui, em determinados casos, para a utilização não racional desses produtos.

É um mercado que tem o que chamamos de baixa elasticidade, ou seja, em muitos casos as pessoas não detêm o poder de decisão sobre o produto que vão utilizar, uma vez que isso é decorrente de uma prescrição, de uma indicação terapêutica feita por um profissional habilitado. Portanto, essa inelasticidade tem uma relação direta com o comportamento desse setor e com os preços, principalmente naquelas classes terapêuticas mais utilizadas. No caso dos medicamentos que não são sujeitos à prescrição médica, observa-se maior elasticidade, com maior poder de opção das pessoas, daquelas pessoas que ainda têm algum recurso para adquirir medicamentos.

No que se refere ao setor público, certamente essa inelasticidade é bastante caracterizada, uma vez que a dispensa dos produtos se dá na medida em que ocorre uma consulta médica e, em decorrência, uma prescrição médica que vai resultar na utilização de um medicamento.

Gostaria de citar um dado contraditório que se refere às unidades vendidas de 1990 a 1998, um dado da CPI dos Medicamentos. O número de unidades, 1,6 bilhão, não varia muito ao longo do tempo, mas o faturamento das empresas aumenta significativamente.

Os quatro estágios básicos da indústria farmacêutica, estágios tecnológicos, não são, via de regra, desenvolvidos no País. Isso tem um reflexo imediato nos serviços e na conformação das ações e da política de assistência farmacêutica de medicamentos, da política industrial e de Ciência e Tecnologia no setor. Desenvolvemos basicamente o processo físico de produção do medicamento e as ações de **marketing** e comercialização.

Em 1992 – esse também é um dado da CPI dos Medicamentos –, havia um déficit da balança comercial do setor de US\$118 bilhões no ano. Evoluímos significativamente nesse déficit, ou seja, no ano de 1999, o déficit da balança comercial do setor farmacêutico já oscilava em torno de US\$1,3 bilhões. Há estimativas de que, no ano passado, fechamos com aproximadamente US\$2,5 bilhões de déficit nesse setor, o que significa, nitidamente, dependência, importação com evasão de divisas e certamente poucos

investimentos em ciência e tecnologia, na ampliação do parque nacional, na ampliação de inovações tecnológicas, tanto para as indústrias quanto para os próprios serviços.

E essa realidade ainda é confrontada com uma agravante importante, ou seja, no Brasil temos um marco regulatório, que é a Portaria nº 3.916, do Ministério da Saúde, de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos. No entanto, não se privilegiou, ao longo desses últimos anos, a efetivação dessa política ou das diretrizes contidas nessa política. Ao contrário, ocorreu nítido privilégio dos chamados programas, que são programas isolados, com financiamento extemporâneo, sujeitos à vontade política dos gestores, com uma coordenação não articulada, e, mais, em geral, programas paralelos às ações do Sistema Único de Saúde. Há hoje, no Ministério da Saúde, cerca de 23 programas que envolvem medicamentos. São 23 programas não coordenados, sem avaliação de resolutividade, muitas vezes sobrepostos. Isso é um grande problema, porque se reflete no nível da atenção à saúde das pessoas nos diferentes níveis de complexidade do sistema.

Segundo dados do Ministério da Saúde, apresentado no ano 2002, em outubro, num seminário internacional chamado **Os Desafios para uma Assistência Farmacêutica Integral**, realizado na Organização Pan-Americana de Saúde, OPAS, em Brasília, há quatro grandes grupos de gastos ou investimentos em medicamento naquele Ministério. No primeiro grupo estão os programas estratégicos – programas da AIDS, de tuberculose, da hanseníase etc., -, os quais consumiram, em 2002, R\$997 milhões aproximadamente, ou seja, quase R\$1 bilhão. Os medicamentos para o programa de atenção básica, de assistência farmacêutica básica, ou seja, para a cobertura dos medicamentos essenciais, que geram a cobertura da maior parte das doenças do País, tiveram um consumo de recursos de R\$332 milhões, sendo que apenas a metade é recurso do Governo Federal, o restante é dos Estados e Municípios.

Os medicamentos com dispensação em caráter excepcional, os chamados medicamentos de alto custo, para aquelas doenças raras ou doenças cujo tratamento é muito caro, consumiu R\$489 milhões, no ano de 2002. Esse valor atendeu, ao contrário do que vimos na assistência farmacêutica básica, que atinge a maior parte da população brasileira, apenas 129 mil pessoas, sendo que 300 pessoas com uma determinada doença consumiram, com recursos do Estado brasileiro, nos diferentes níveis de Governo, cerca de R\$105 milhões.

No âmbito da atenção de alta complexidade, no âmbito hospitalar, onde os medicamentos fazem parte dos procedimentos, gastou-se quase R\$1,2 bilhão, havendo, nitidamente, uma inversão da lógica, ao contrário da atenção primária, a atenção privilegiada em um nível de maior complexidade do sistema, certamente com medicamentos de alto custo, de alto valor agregado.

Esse fato mostra uma grande diferença entre o que entendemos por equidade e acesso ao sistema em relação à prática na realidade brasileira, ou seja, uma inversão da lógica pontuada no que se refere especificamente à atenção básica. Isso totaliza um conjunto de R\$3 bilhões de gasto anual e, certamente, esse gasto se refere à grande parte de aquisição no mercado privado.

Os laboratórios públicos de produção são responsáveis, em número de unidade, pelo suprimento de cerca de 75% da demanda do SUS, enquanto que, em termos de custo, isso significa em torno de 30% a 35% do custo total. Cerca de 70% do custo representam menos de 30% dos produtos e são adquiridos no mercado privado. Assim, há necessidade de investimento significativo em termos da produção e agregação de tecnologia e de produção de medicamentos no País.

Certamente, há a falta de um órgão que coordene a política de assistência farmacêutica e de medicamentos. Faltava, porque agora temos o Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Ausência de uma política industrial e pesquisa de desenvolvimento pública e privada para o setor, envolvendo tanto o setor público quanto o privado. Há inexistência de uma política sólida e conseqüente de formação de recursos humanos comprometidos com o Sistema Único de Saúde e capacitados para o desenvolvimento da assistência farmacêutica, no caráter eminentemente mercadológico, especialmente com relação aos medicamentos de maior valor agregado.

Vou citar agora dados de 1998, ainda referido em 2002, sobre o acesso aos medicamentos. Na verdade, trata-se de um perfil de consumo. Cinquenta e um por cento da população brasileira, que está entre zero e quatro salários mínimos de renda mensal, consomem cerca de 16% do que se produz no País. Aquela população que está em uma faixa salarial entre quatro e dez salários mínimos, que representa em torno de 34% da população brasileira, consome em torno de 36% do que se produz e os 15% chamados mais ricos, com uma faixa salarial

acima de dez salários mínimos, consomem 48% do que se produz no Brasil.

Esse é um dado que não representa acesso, muito menos acesso racional. É um dado de consumo, mas que, agregado a uma reflexão sobre o que seria a racionalidade do uso de medicamentos, mostra que grande parte da população brasileira é excluída do acesso por conta de que, se considerarmos o acesso racional, os 16% provavelmente caem a menos de cinco ou seis por cento, imagino eu. Esse é um dado importante.

Ao mesmo tempo, temos os medicamentos sendo a primeira grande causa de agravo à saúde das pessoas por intoxicações registradas. O Sistema Nacional de Informação Toxicofarmacológica registra, desde 1996, os medicamentos como sendo a principal causa de referência daquelas intoxicações relacionadas e registradas, com 28,3%, ultrapassando animais peçonhentos, acidentes com nomes sanitários, etc.

Certamente, esse dado é alarmante por conta de que esse acesso irracional, desconectado de uma política de ação em saúde, gera utilização inadequada de medicamentos, baixa resolutividade e agravo. E esses dados são sub-avaliados, pois se as notificações fossem obrigatórias, certamente haveria um aumento significativo dessa taxa. Esse dado é importante porque, além do agravo à saúde das pessoas, a utilização irracional de medicamentos gera ônus para o próprio sistema de saúde, pois as pessoas que poderiam ter o seu problema de doença resolvido no âmbito da atenção primária, ou da atenção primeira à saúde, acabam tendo necessidade de atenção mais especializada no último nível de complexidade, onerando significativamente o Sistema Único de Saúde do País.

E quais são as bases que entendemos para uma política justa? E é o que estamos implementando nas discussões no âmbito do Ministério da Saúde. Primeiro, a pactuação, certamente de ações interseoriais, ou seja, não apenas ações na saúde, mas que visem a internalização e o desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades tanto de produtos quanto de serviços para o sistema de saúde do País, nos diferentes níveis de atenção. Isso é importante. A produção de serviços humanizados também envolve tecnologias e não apenas equipamentos, e certamente isso precisa ser internalizado, a partir de uma política de ciência e tecnologia nacional.

Sugerimos também a implementação, também de forma intersetorial e em particular com o Ministério da Ciência e Tecnologia, de uma política pública de desenvolvimento científico e tecnológico por ações pactuadas e que envolvam tanto o setor privado

quanto o setor público, as universidades, os centros de pesquisa, enfim, as universidades brasileiras, com o objetivo de gerarmos inovações tecnológicas que venham a atender os interesses nacionais, plasmando nas necessidades apresentadas no SUS; e a utilização da relação nacional de medicamentos essenciais, certamente atualizada periodicamente, com base científica, como instrumento racionalizador. Não um instrumento racionalizador apenas de compra, mas um instrumento racionalizador da prescrição, do uso, da dispensa e do acompanhamento dos medicamentos. E também, obviamente, o balizador de produção.

Há necessidade da política de assistência farmacêutica como política de saúde, que envolve medicamentos – e certamente vamos aprofundar a questão –, ter a garantia de que processos estratégicos sejam dominados pelos entes coordenados pelo Estado brasileiro. E aí há também a necessidade de que haja modernização e ampliação da capacidade instalada dos laboratórios oficiais, visando não apenas o suprimento do SUS, pois isso se dá também na relação com o mercado privado, no cumprimento de seu papel como referência em termos de custo de produção, de internalização de tecnologias e de produção de medicamentos, inclusive através de pactuações de transferências de tecnologias com o próprio setor privado que desempenhe um papel estratégico numa política de medicamentos, como referência inclusive para uma política de medicamentos genéricos e para uma política de medicamentos de alto custo, o que não significa a estatização. Ao contrário, que tenhamos um grupo de laboratórios estratégicos, no âmbito do Governo, mas que realizem interfaces com o setor privado, também comprometido com a política nacional de saúde.

Certamente, há necessidade de fomento ao estabelecimento de acordos de cooperação internacional, visando não apenas a produção de medicamentos e de fármacos, mas também a produção de outros insumos estratégicos para a saúde, por exemplo, a adaptação e o desenvolvimento de tecnologias para a produção de vacinas e hemoderivados, envolvendo tanto o setor público quanto o setor privado num processo de pacto de desenvolvimento nacional.

Há necessidade também do fomento ao desenvolvimento da química fina e da produção de insumos estratégicos para a saúde, o que, necessariamente, envolve pactos importantes para que o Brasil possa, em longo prazo, deixar de ser o grande importador de matérias-primas e passar a ter certa auto-suficiência estratégica nesse segmento. E aí vão alguns estudos importantes, já nos últimos anos, acumulados, sugere-

rindo diretrizes, inclusive diretrizes apontadas no próprio Conselho Nacional de Saúde a partir do envolvimento de reuniões-consulta com os setores envolvidos, especialmente o setor privado.

Sobre a recuperação dos serviços de assistência farmacêutica e qualificação dos serviços, hoje não há serviços qualificados, em alguns locais não há serviços de assistência farmacêutica, o que significa que grande parte das vezes o medicamento que chega na ponta do serviço carece do processo de acompanhamento, seja pelo profissional farmacêutico ou por outros profissionais da saúde, que previna a utilização racional, que garanta uma resolutividade daquela utilização e que gere um processo de educação das pessoas para a manutenção da sua saúde e a saúde da sua comunidade. E esse processo é uma das grandes preocupações que a secretaria e o departamento têm nesse momento: a formatação de uma proposta de política, para que esse serviço seja ampliado e qualificado para atender a uma demanda específica do conjunto da população por ações de saúde, não apenas por medicamentos.

Uma outra questão importante é o estabelecimento de mecanismos adequados para a regulação e monitoramento do mercado, tanto de insumos quanto de produtos estratégicos para a saúde, entre os quais estão colocados os medicamentos. Isso não significa controle de preço de insumos ou de medicamentos, significa mecanismos adequados, pactuados com os diferentes atores, iniciativa privada, governo, governos estaduais, gestores públicos, no processo de definição de qual é o papel de regulação que o Estado brasileiro deve ter nesse segmento, e o estabelecimento e aplicação de mecanismos adequados para a avaliação do custo efetividade dos programas, dos produtos, das tecnologias e dos procedimentos adotados no âmbito de uma política de saúde, especialmente de assistência farmacêutica. Certamente a promoção do uso racional é um ponto fundamental, como é fundamental esta promoção do uso racional por pactuações envolvendo não apenas o disciplinamento da prescrição, mas também do uso e da dispensação de medicamentos. E esse item está relacionado com a construção de uma política justa de vigilância sanitária que garanta o acesso da população não apenas a produtos, mas também a serviços eficazes, resolutivos e de qualidade.

Com relação à ampliação da discussão sobre a atuação do Brasil nos fóruns internacionais e participação do processo de discussão quanto à propriedade intelectual e acesso a medicamentos no contexto dos acordos comerciais dos quais o Brasil participa,

nós, efetivamente, temos contribuído na medida em que representamos o interesse do conjunto da sociedade brasileira para essa discussão sobre a questão da propriedade intelectual, das patentes e do interesse público nesse segmento.

Propomos também o desenvolvimento e a valorização de uma política de capacitação, a formação e a valorização de recursos humanos, com uma característica importante: uma perspectiva de fixação dos recursos humanos no âmbito do Sistema Único de Saúde e, caso não integrem o SUS, do setor privado. É uma perspectiva não da reprodução do que nós vemos hoje, mas da sua transformação como ação de saúde fundamental, acoplado a uma política nacional de saúde. Há necessidade, certamente, da garantia de acesso e equidade das pessoas às ações de saúde, incluindo, obviamente, a assistência farmacêutica, por financiamento adequado, permanente, em níveis adequados e sob acompanhamento dos diferentes gestores da aplicação desse recurso no sistema.

Eu gostaria de finalizar apontando uma das medidas que já foram adotadas. Estamos envidando esforços para que ela seja implementada a contento, para a superação das fragmentações que nós verificamos no setor farmacêutico hoje no Brasil e nas políticas que envolvem medicamentos e assistência farmacêutica. É a criação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, que conta com o Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, que terá a responsabilidade de reunir as áreas de medicamentos e assistência farmacêutica dos diferentes programas, atribuir-lhes uma lógica mais adequada no contexto de uma política e, efetivamente, contribuir para a superação dos problemas que nós temos hoje. Para isso, contamos com quatro coordenações: Coordenação de Planejamento de Programas, de Fomento à Produção de Insumos e Produtos Farmacêuticos, de Suporte Operacional para a Realização das suas Atividades e de Acompanhamento e Avaliação da Qualidade de Produtos e de Serviços Farmacêuticos, que é a coordenação que nós esperamos que espelhe a proposta de inversão de lógica de que nós abandonemos pura e simplesmente a lógica do produto, mas incorporemos a lógica do produto à lógica da assistência farmacêutica como política de saúde voltada para a garantia da integralidade, da universalidade e da equidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Obrigado, Dr. Norberto.

Quero lembrar que todos os expositores farão uso da palavra e que o debate com os Senadores será feito logo após.

Chamamos, agora, o Dr. Antônio Barbosa, Bioquímico e Farmacêutico, fundador do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamento – Idum –, órgão que representa nesta audiência, ONG de atuação na campanha dos medicamentos genéricos e que publica o Dicionário de Medicamentos Genéricos e Similares, no qual estão listados todos os remédios por substâncias, dando aos usuários a opção da escolha pelo menor preço. É também Presidente do Conselho de Farmácia do Distrito Federal.

Lembro aos expositores que cada um terá assegurado 20min para o uso da palavra. Portanto, o Dr. Antônio Barbosa terá 20min para fazer uso da palavra.

O SR. ANTÔNIO BARBOSA – Agradeço o convite e saúdo todos os presentes, o Exm^o Sr. Presidente, as Sr^{as} e os Srs. Senadores, senhoras e senhores:

Creio que não é possível falarmos do objetivo desta reunião, que é a assistência farmacêutica do SUS, sem falarmos um pouco dos preços dos medicamentos ou da forma desorganizada do mercado farmacêutico, hoje. Não existe concorrência no mercado farmacêutico. Existem ações do Estado que terminam “cartelizando” mais ainda, possibilitando os aumentos nos preços dos medicamentos. Para que tenham uma noção, são mais de 13 mil marcas de medicamentos e 300 marcas detêm 90% do mercado.

Passa pela discussão, como foi dito aqui, da questão das patentes também. Aqueles medicamentos detentores de patentes, os que tiveram patentes, mesmo depois do tempo em que foi retirado o custo da pesquisa, continuaram subindo assustadoramente. E o que me chama atenção – faço esse registro sem nenhuma crítica – é que, na minha opinião, para podermos ter uma política de mercado e uma política de medicamentos, que são duas coisas totalmente diferentes, é preciso que haja transparência, o que não temos dúvida acontecerá também no Governo atual, pelo menos no Governo atual.

Foi assinado um protocolo de intenções, em 27 de dezembro de 2002, apesar da insistente solicitação de participação do Instituto Brasileiro de Usuários de Medicamento, bem como de outras entidades. Apresentamos um documento com uma série de considerandos, mostrando que não havia argumento nenhum que justificasse o aumento de preço linear de todos os medicamentos. E, de acordo com o próprio **site** da Febrarma, um dos argumentos utilizados foi a defasagem no preço dos medicamentos frente à desvalorização cambial. O dólar chegou a R\$3,80, se não me engano; em novem-

bro estava a R\$3,65; e, hoje, está na casa dos R\$3,00. Talvez o argumento para redução dos preços desses medicamentos seja modificado hoje, por parte da própria indústria farmacêutica. Talvez o argumento da indústria farmacêutica agora seja outro para possibilitar o aumento dos preços.

Assustei-me e por isso mandamos um documento para a Comissão de Transição, da qual faziam parte o Sr. Palocci e o Sr. Ministro da Saúde. Era a nota na **Gazeta Mercantil**, que fala que o “Presidente do Laboratório Biosintética, Omilton Visconde Júnior, que também preside o Conselho de Diretores da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica, conectou uma linha direta com o coordenador da Equipe de Transição do novo Governo e virtual futuro Ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho. Visconde conversa, há tempo, com o provável homem forte da área econômica do Governo Lula. É que a Biosintética tem fábrica em Ribeirão Preto, onde Palocci fez carreira política e foi Prefeito. A indústria farmacêutica sonha com um aumento de 8%, para entrar em 2003 com suas margens de lucro recompostas.”

É óbvio que aí tem o conteúdo jornalístico. Mas é bom observarmos que a indústria não ganhou 8% apenas. A indústria, em fevereiro, ganhou a liberação dos medicamentos de preço livre, o que não conseguiu entender. Os medicamentos de venda livre foram relacionados e tiveram seus preços liberados. Logo em seguida, houve um aumento, que não foi de 8%. Isso é conversa fiada, porque existe uma fórmula paramétrica, que acaba aumentando mais pelo pico do que pela média. Houve um aumento de 10%, fora os medicamentos de venda livre, e, em todos os meses, ocorre algum tipo de reajuste.

Esse fato preocupa, porque a matéria-prima dos medicamentos sofreu redução no mercado internacional. Observando-se uma pequena amostragem, de fonte do próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, vemos que o Aciclovir, por exemplo, sofreu redução média de 81%; o maleato de enalapril, 85%; cloridrato de amidarona, 85,71%; e seguem outros exemplos.

Não consigo entender por que existe aumento de preço. Acredito que seja simplesmente porque não existe mercado concorrencial. Os medicamentos são todos rotulados com nomes fantasia. Noventa por cento dos medicamentos no Brasil não têm mais patente, o que significa que, para cada medicamento produzido no País, em média, há seis iguais. Mas eles são rotulados com diferentes nomes fantasia. Há caso em que um mesmo medicamento apresenta diferença de 1.000%, o mesmo fármaco. Podemos citar

um fármaco de quatro grandes laboratórios nacionais: Aché, Merke, Sanofi e Akinol. Levotiroxina é produzido com o nome de Sintróide, pela Akinol; é produzido com o nome de Puran T4, pela Sanofi; é produzido com o nome de Tetróide, pela Aché e, não tenho certeza, Eutirox pela Merke. Diferença de preço de 500% entre eles, o que comprova que não há mercado concorrencial.

Ora, se existe intenção de se liberar o preço dos medicamentos por qualquer motivo que seja, é preciso se aumentar o poder de escolha do prescritor e o poder de escolha do usuário ou consumidor.

Outro fato que considero muito grave: o faturamento da indústria farmacêutica, de 1994 para cá, cresceu 326% em reais, dados do IMS. Houve um aumento apenas de 1,6% na quantidade de unidades vendidas, e o preço dos medicamentos aumentou em torno de 150%, de uma forma diferente da que calculamos. Portanto, como eles conseguem faturar 326% a mais se os medicamentos aumentaram apenas 156%?

A própria a Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, registra novas embalagens, muda a concentração de medicamentos, muda a posologia de medicamentos. Há uma série de códigos. Fizemos um levantamento de junho de 2001 a junho de 2002 e foram mais de 2.000 medicamentos, que, mesmo já existindo no mercado, apareceram com outra roupagem. Aconteceu isso com os medicamentos sob controle especial: as embalagens foram acondicionadas para um uso mais racional, o que aumenta o custo do tratamento.

Há uma resolução da Câmara de Medicamentos, a Resolução nº 13, que trata de mecanismos sobre essa questão.

Eu não poderia deixar de falar sobre a importância da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde, mas é preciso também dar a mesma importância ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Fazenda. É preciso também que não se deixe levar uma política de medicamento com uma política de mercado. É preciso separar uma da outra. Hoje, há 50 milhões de brasileiros que não têm acesso nenhum a medicamentos; 30% das internações que ocorrem nos hospitais são decorrentes de pessoas que não conseguiram comprar o medicamento e retornam ao hospital mais doentes. Isso gera um custo muito grande para o Estado. Para a definição de uma política de medicamentos, o Protocolo de Intenções estabeleceu um prazo até 30 de junho. Não sei o que ocorrerá para se definir uma política de medicamentos até 30 de junho, com essa “salada” que está ocorrendo hoje.

Existe uma grande “salada” nessa questão do medicamento, infelizmente, no País, principalmente quando se fala em política de medicamentos. É muito bonito falar, mas as ações são muito inconsistentes.

Há uma data. Em 11/12/2002, antes do aumento que já havia sido anunciado, o serviço público comprou o medicamento Amoxilina – que é um princípio ativo – pelo preço de R\$0,141 a unidade. Já, em 02/05/2003, foi comprado o mesmo medicamento com aumento de 155%, em licitação pública. O mesmo ocorreu com os exemplos posteriores.

Ora, como se anunciar que vai haver aumento ou começar a se discutir aumento de preços sem discutir política de medicamentos, sem ter um grupo que informe que a matéria-prima baixou, que a história do dólar não tem sentido? Como posso ter um medicamento 1.000% mais caro do que outro e dar a ele o índice de 10% de aumento, igual ao do mais barato?

Volto a dizer que mercado livre é consumidor bem informado, é prescritor bem informado, não é o controle da prescrição feito por meio de propagandistas, não é o controle da prescrição feito em revistas que listam os medicamentos pelo nome fantasia e em ordem alfabética. Como a própria OMS recomenda, é preciso listar os medicamentos por princípio ativo.

Por exemplo, Dipirona. São listados todos os medicamentos: Dipirona 10ml, gotas, Anador, Magnopiro, Novalgina, coloca-se o preço ao lado para o consumidor ser informado e comprar o mais barato. Essa mesma informação deve ser passada para o médico.

Hoje, esses cadernos de preços estão na farmácia por iniciativa de quem? Do comércio farmacêutico. Misteriosamente, antigamente o Governo publicava isso no **Diário Oficial**, o que não ocorre hoje. A própria lei de concorrência, o Código de Defesa do Consumidor, acaba sendo violado quando o consumidor não sabe o que está comprando. Como vou comprar um medicamento de venda livre se eu não sei o que estou comprando? Ora, se há 20 dipironas na prateleira, tenho o direito de optar pela mais barata, sem falar do não-cumprimento da legislação sanitária.

Cito novamente a resolução que estabelece critérios de definição de preços iniciais de novas apresentações, de produtos novos, de que trata o parágrafo do art. 8º, da Lei nº 10.213, a qual criou a Câmara de Medicamentos. Há um artigo, nessa lei, que sempre se discutia ou se fazia medida provisória, que aumentava o preço, o qual ficava um ano congelado. Isso foi modificado de maneira que considero até violenta, pois num País como o Brasil, onde 50 milhões de pessoas não têm acesso ao medicamento, onde o serviço público carece de medicamento, onde as pes-

soas morrem nos leitos dos hospitais por causa da falta de medicamento, não conseguimos entender a expectativa que se cria com uma equipe extremamente social que está assumindo o Ministério da Saúde. O que vemos? Vemos, de repente, serem liberados os preços dos medicamentos. E criticamos muito o Governo anterior, porque também fazia da mesma forma.

Alteração de registro por modificação de recipiente, código 104; registro de nova apresentação comercial; registro de novo acondicionamento; registro de nova embalagem externa; registro de nova fórmula farmacêutica; registro de nova associação no País; registro de modificação de fórmula do princípio ativo; alteração de denominação genérica, etc. Há um estudo mais detalhado? Se entrar um produto, com certeza ele não entrará pelo preço de mercado, mas mais caro.

Se há, no mercado, Tylenol, gotas, 200mg, 100ml, e se coloca Tylenol, gotas, 100 ml, sabor morango, com certeza ele vai tomar o mesmo mercado e, aos poucos, o mais caro vai dominando o mercado. Então, vai-se cansar de discutir política de assistência farmacêutica no SUS e ela acaba quando, unilateralmente, autoriza-se o aumento de 10% ou de 20%.

Um aumento de 10% significa R\$1 bilhão tirado da sociedade para o setor farmacêutico. Isso continuará assim? Não sei. Fico um pouco indignado, mas faz parte.

Falando do SUS, em média, 25% dos medicamentos vencem no Sistema Único de Saúde, nas farmácias públicas. Há caso em que 50% do medicamento comprado venceu, quer dizer, falta gerenciamento. Então, é preciso que se reestruture a assistência farmacêutica no SUS, primeiro, observando a legislação sanitária e fazendo com que ela seja cumprida. Não consigo entender: não precisamos fazer nenhuma nova lei a respeito da qualidade de medicamento! As leis são excelentes! É preciso que elas sejam cumpridas! É preciso que o Ministério Público atue! Uma vigilância sanitária ou um Conselho Regional de Farmácia que não for atuante têm que ser presos. Estão defendendo os interesses do povo ou o interesse do mercado? Então, é preciso que se puna!

Vejam V. Ex^{as} o que ocorre, na prática. Vejam o Código Penal, art. 282 que diz: "Prática ilegal do exercício da Medicina, da Farmácia, da Odontologia, detenção de seis meses a dois anos de cadeia". Quantos balconistas não estariam presos, hoje, se este Código fosse cumprido! Quando coloco inclusão de farmacêutico no programa de saúde da família, não é incluso somente de farmacêuticos. Por exemplo, o Estado de Alagoas é campeão em mortalidade infan-

til; o Estado da Paraíba, vice-campeão. O que eu coloco? Se não existir, no Programa de Saúde da Família, nutricionista e farmacêutico, a coisa complica. Primeiro, é preciso usar, do ponto de vista positivo, as informações dos agentes de saúde. É preciso que se crie um cadastro de usuário de medicamentos. Sabemos que 70% desses medicamentos comprados, que vencem, em média, 25%, podem ser comprados direcionados. Por exemplo, o Sr. João, da mercearia tal, que está cadastrado, é informado sobre a chegada do seu medicamento. E o medicamento é comprado direcionadamente. Esse é um cadastro geral que se cria com ação e pouco discurso.

Cito também a inexistência de uma tabela de validade de fármacos. Não conheço nenhuma farmácia pública que a tenha. O medicamento já chega vencido. Aqui, em Brasília, é uma loucura! Como há outros méritos, porque o Ministério Público está tendo uma ação muito boa aqui em Brasília, prefiro que ele termine de resolver o problema ocorrido no Distrito Federal.

Outra coisa, não devemos falar em prioridade de consumo, mas planilha de consumo. O farmacêutico pode fazer a sua planilha de consumo. No caso, do seu centro de saúde, da sua unidade de saúde. A padronização não pode ser só da Rename, Relação Nacional de Medicamentos. Este órgão tem que ter a padronização da base. Se o médico prescrever um outro, ele justificaria. A própria Legislação RDC nº 84, da Anvisa, diz que o medicamento só pode ser prescrito através da denominação comum brasileira. Isso não é cumprido também. Talvez, se se criar um modelo de receituário com código de barra, haverá controle de receituário. Devemos usar as vantagens do mundo informatizado.

Também não consigo entender por que até hoje as pessoas que se dizem corajosas e que amam este País não conseguem criar o fracionamento de medicamento no Brasil? Por que vou usar 25 cápsulas de um medicamento e sou obrigado a comprar duas caixas com 20? Não consigo entender isso! A desculpa é que não tem fiscalização sanitária. Que tenha! Que tenha eficiência sanitária!

Então, começemos pelos hospitais. Existe uma experiência muito boa, inclusive de fracionamento de líquidos: a unitarização de doses. Existe experiência comprovada, inclusive com prêmio ganho.

Acredito que tem que se melhor discutir a centralização de compras. Mas observamos que Estados vizinhos compram o mesmo medicamento pelo dobro do preço. Então, é preciso que se crie um mecanismo para se disciplinar esse instrumento de compra, por-

que é um prejuízo muito grande causado aos cofres públicos esse tipo de procedimento.

A aquisição direcionada de medicamentos resultaria em uma economia de 57%, em média, para o usuário. Se quisermos deixar o mercado livre, vamos criar instrumentos para que se gaste menos. A produção nacional de fármacos viabilizaria uma redução média de 60% dos custos de tratamento. Agora, essa produção de fármacos tem que ser racional. Não adianta produzir medicamentos que custem menos de US\$10, por exemplo. Temos que produzir medicamentos no Município, no Estado, de acordo com o custo da produção do medicamento. Por exemplo, um medicamento que custa R\$120, a caixa, eu o produzo por R\$3,00 – eu até queria debater isso como pessoal da indústria farmacêutica aqui presente se não há uma possibilidade –, com o mesmo princípio ativo, com a mesma origem que se consegue naquela fábrica.

Então, é necessário que – já que se está pregando tanto a livre iniciativa – se instrumentalize o Estado, para que possa fazer com que o mercado seja concorrencial. Não estou pedindo a ninguém para controlar preço; estou pedindo apenas que o mercado seja concorrencial, colocando-se na embalagem o nome do princípio ativo em destaque. Isso é algo sério, principalmente em relação aos medicamentos que ainda detêm patentes. Ao se colocar na embalagem o nome fantasia de um produto que ainda tem patente, quando acaba a patente daquele medicamento, ele continua como se ainda tivesse patente. Não é como, por exemplo, uma lâmina de barbear. Acabando a patente da Gillette, todos sabem que há outras lâminas de barbear. Não compramos medicamentos na farmácia como se fôssemos comprar leite tipo B. Posso ir comprar leite tipo B no supermercado, por exemplo, e uma marca pode custar R\$2,00 e uma outra, R\$1,50. Posso optar pelo mais barato. É preciso que se tenha coragem, fazendo-se com que essa informação chegue ao usuário do medicamento. O que está acontecendo? A indústria está com medo do mercado concorrencial? O que acontece?

A patente é sobre o princípio ativo inventado. Marca? Primeiro, havia. Já que há uma pressão tão grande para não se quebrarem patentes, pelo menos aquelas patentes que foram quebradas deviam ter seus preços reduzidos. O argumento que se tem para o produto ser caro, quando ele está exclusivo no mercado, é que se investiram US\$300 milhões em pesquisa, sendo necessário tirar esse custo. Tirado o custo, nada mais honesto que reduzir seu preço para patamares concorrenciais. Entretanto, o que aconte-

ce? Todos combinam o preço para ficar uma diferença acessível, e fica a situação em que se está hoje.

Digo novamente que não existe hoje nenhum medicamento produzido no Brasil que tenha uma margem bruta de lucro inferior a 500% para a indústria. Eu queria que provassem o contrário.

O outro ponto é a fiscalização, com a participação da sociedade. Assistência farmacêutica é um direito do cidadão. Não é um privilégio profissional. O cidadão tem direito de saber o que interage com aquele medicamento, sua origem, se ele foi roubado, que carro entregou aquele medicamento na farmácia. É preciso que haja fiscalização.

Uma recomendação da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Consumidor, Ordem Econômica e Economia Popular ao Conselho Federal de Farmácia é que ele determine aos conselhos regionais atuação rigorosa na fiscalização das farmácias e drogarias, no que tange ao cumprimento do art. 15, que trata da presença do farmacêutico. Quando a lei obriga que a farmácia tenha farmacêutico de plantão, não é um farmacêutico durante 24h na farmácia e, sim, farmacêutico durante toda a abertura da farmácia. É um direito do usuário, não um privilégio do profissional. Por exemplo, ele tem de saber qual o genérico mais caro. Por exemplo, genéricos iguais produzidos por laboratórios diferentes têm diferença de 100% no preço, porque desviaram a política de genérico para uma política de mercado. Política de genérico é política de medicamento, não é política de mercado. Há mais de 200 genéricos. Na lista inicial, 100 fármacos serviram de referência para que os genéricos comesçassem por eles. Não há 70% desses mais de 200 fármacos.

Os genéricos obedeceram ao mercado. O mercado dita tudo. Então, o mercado tem de ditar também o aumento de escolha para que o consumidor possa comprar o medicamento mais barato. Então, há poder de escolha colocando-se nas embalagens dos medicamentos o nome do princípio ativo ou um referencial para que o consumidor soubesse que aquele medicamento é igual àquele outro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Dr. Antônio Barbosa.

Antes de chamarmos o terceiro palestrante, registramos a presença do nobre Deputado Federal Jamil Murad. Sua presença é muito importante para o debate deste tema.

Chamo o Dr. Ciro Mortella, que é biólogo; Presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica, Febrafarma, órgão que representa nesta au-

diência; membro do Fórum Nacional da Indústria, da CNI, do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Consultivo da Fundação Faculdade de Medicina da USP. É integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

Dr. Ciro, V. Ex^a terá 20min para a sua exposição.

O SR. CIRO MORTELLA – Boa tarde, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentá-lo e agradecer o convite para contribuir nesse debate – faço-o, acredito, em um momento absolutamente oportuno, porque estamos iniciando um novo governo, estamos iniciando a construção de soluções. Entendo que, neste momento, é imperativo que todos os segmentos da sociedade possam se manifestar e trazer contribuições para esses que são problemas, como vamos ver.

Vou tentar equacionar alguns desses problemas do ponto de vista da indústria, problemas cuja solução não é, absolutamente, trivial. Esta é uma Casa que dá aulas de experiência, tenho prazer em estar aqui hoje. Eu trouxe alguns dados sobre os preços, embora esse não seja exatamente o foco da nossa discussão. Li no convite que me foi enviado que estaríamos aqui apresentando contribuições para a construção do SUS, o Sistema Único de Saúde, em nosso País, mas eu não poderia deixar de fazer referências a essa questão dos preços. A experiência nos alertou para o fato de que, fatalmente, esse tema seria debatido aqui.

Para não tomar muito tempo dos senhores com essa questão, preparamos algumas perguntas e repostas que mostram alguns dados – V. Ex^{as} poderão analisar essas perguntas com calma posteriormente. Mostra-se, por exemplo, que, contra uma defasagem cambial de 80%, tivemos um aumento de preços de 23%.

Seria tedioso mostrarmos uma série de dados, mas eu pediria a oportunidade de mostrar alguns desses dados apenas para que possamos fazer um debate informado, o que é o nosso objetivo.

Quando se diz que a indústria assinou um protocolo de intenções com o Governo, isso é a absoluta verdade. Assinamos um protocolo de intenções com o Governo no ano passado, quando ainda não era o Governo Lula, assinamos com a Equipe de Transição. Dizemos isso com muita tranquilidade porque fomos o primeiro setor a estabelecer diálogo com o atual governo. Penso que isso é algo que podemos defender com muita tranquilidade. Trata-se de um protocolo de intenções visando soluções – e isso está escrito no protocolo. Pretende-se chegar a uma regulação do mercado que seja efetiva para a indústria, que

seja efetiva para a construção do SUS, que seja efetiva para o consumidor e que seja efetiva para o País.

Outra coisa que precisamos entender é o seguinte: não existe, hoje, liberdade de preços para produtos de venda livre. Os produtos de venda livre não são livres no País: ainda estão sob autocontrole. A indústria controla esses preços, ela não aumenta esses preços porque se comprometeu, no protocolo de intenções, a controlar esses preços – exceção foi feita a um grupo de apresentações que foram excluídas desse controle, porque são apresentações que têm 4 ou 5 concorrentes no mercado, são apresentações que têm um grau de concorrência no mercado que não permitira às empresas fazer o que é considerado abuso de poder de mercado. É nisso que devemos pensar: abuso de poder de mercado.

Uma outra questão que eu gostaria de esclarecer, principalmente para o meu amigo, o Dr. Barbosa, quando ele diz que houve redução de preços de matérias-primas: não houve a redução no preço internacional de matéria-primas. Podemos ver isso com muita facilidade.

Eu gostaria de mostrar dois gráficos rapidamente (Pausa)

É possível, Dr. Barbosa, que algum amigo seu, dono de laboratório, tenha informado que alguma matéria-prima caiu de preço. É o preço que ele está pagando. Isso é bastante possível. Existem centenas de produtores de matérias-primas no mundo, existem milhares de princípios ativos e produtos farmacêuticos. Para avaliarmos, como não existe nenhum estudo sério sobre o assunto, é preciso verificar os dados dos Medic e aos dados da indústria.

Quando fazemos uma referência entre as vendas da indústria, a importação de insumos farmacêuticos, matérias-primas, e a importação de produtos acabados, o que percebemos facilmente é a tendência da queda de vendas em comparação com a queda do que estamos gastando para comprar matérias-primas. Enquanto isso, as importações do produto acabado, nesse período do último ano, por exemplo, aumentaram aqui, mas permaneceram praticamente constantes. O que isso mostra? Mostra que se estivéssemos pagando um preço mais barato pelas matérias-primas, de uma forma generalizada no mercado, essa curva se distanciaria significativamente da curva de vendas. Isso não acontece. Por quê? Porque a queda da compra dos insumos está aproximadamente acompanhando a queda das vendas no mercado. Portanto, não existe redução de matérias-primas no mercado internacional. Isso é, para sua informação, Dr. Barbosa, uma ficção.

Eu gostaria de entrar no tema que é objeto de nossa discussão. Vamos falar de acesso a medicamentos e da construção do SUS. Este é o tema do nosso debate. E gostaríamos muito de falar como é que a indústria farmacêutica encara essa questão da construção do SUS em nosso País.

Em primeiro lugar, como eu disse antes, a indústria farmacêutica precisa fazer parte da solução, precisa ser vista como parte da solução dos problemas do País.

Quando falamos dos custos de medicamentos nos serviços de saúde temos que pensar que a sociedade espera que os serviços e bens essenciais sejam abundantes e baratos. É natural que seja assim. Quando falamos de serviços de saúde e de produtos em saúde percebemos que a escassez dos insumos, de conhecimento, a complexidade do conhecimento envolvido torna os bens baratos. Por mais que queiramos e que seja necessário baratear uma cirurgia cardíaca, trata-se de algo relativamente caro, porque há um conhecimento e uma complexidade envolvida. Há uma série de insumos, e o conhecimento é o principal deles, que estão envolvidos nessa cirurgia cardíaca.

A pergunta que nos fazemos é a seguinte: os medicamentos são mais caros? Quando compro um medicamento estou pagando mais caro do que deveria estar pagando, do que poderia estar pagando? E a resposta é a seguinte: em primeiro lugar, o medicamento é um bem caro em qualquer lugar do mundo, não só no Brasil. Em segundo lugar, os preços indicados nas planilhas de custo, quando os analisamos, não mostram toda a complexidade do custo do medicamento. Por quê? Porque não existe, e já foi dito, o valor do estímulo à pesquisa, à incerteza da pesquisa. Há mais uma questão importante que não podemos esquecer. O paciente de hoje – embora do ponto de vista filosófico seja muito complicado – financia parte do aperfeiçoamento do paciente do amanhã. Se Cazuza ou Fred Mercury contraísse Aids hoje, não morreriam dessa doença. Por quê? Porque, de lá para cá, desde a morte desses senhores, houve um avanço no setor. E esse avanço, em parte, foi financiado pelos pacientes que fizeram uso de medicamentos, no momento em que Cazuza e Fred Mercury morriam de Aids.

Muito bem, a outra questão que nos perguntamos é a seguinte. A carga tributária é compatível com a essencialidade dos medicamentos? O que percebemos é que, no Brasil, lamentavelmente, ainda temos uma carga tributária que, no nosso entender, não é compatível com a essencialidade desse bem. Quando vamos à farmácia, pagamos 25%, em média, de

impostos sobre os medicamentos – ICMS, PIS, Cofins. Esse é um problema complicado, porque é receita dos Estados produtores. E há uma Lei de Responsabilidade Fiscal. Enfim, V. Ex^{as} conhecem melhor do que eu toda essa problemática que está em discussão agora com a questão da reforma tributária, mas essa é uma realidade.

Existe uma tabela na pastinha que distribuimos. Se nós, da indústria, fabricarmos um medicamento por US\$10, terá preços diferentes em vários países: o inglês receberá esse medicamento por US\$11.43; o brasileiro pagará por esse mesmo medicamento US\$22.70; o italiano pagará US\$15 e assim por diante. Está na pastinha de V. Ex^{as}.

O Brasil é um País de dimensões continentais, existem custos de distribuição, e, além disso, existe uma carga tributária que, no nosso entender, precisa, sim, ser estudada no caso dos medicamentos.

E o Estado? Existem duas possibilidades de atuação do Estado. A primeira, que é utilizada em alguns países, diz que cabe ao Estado maximizar a concorrência – isso, inclusive, é o que defende o Dr. Barbosa -, pois o mercado resolverá o resto. Existe uma outra visão de Estado que diz que existem falhas de mercado – foram citadas algumas aqui – que devem ser reguladas com a interferência do Estado. Entendemos que, em saúde, existem várias maneiras de o Estado atuar. Existem falhas de mercado, o Estado deve atuar, deve haver concorrência. A questão não é “se”, a questão é “como”! E como o Estado pode atuar em saúde? Pode distribuir produtos e serviços, pode fazer uma distribuição seletiva de renda, pode regular as práticas mercantis, pode combinar tudo isso e pode também não fazer coisa alguma. Não é o caso do Brasil, mas há Estados que preferem não fazer coisa alguma, deixando o mercado se virar sozinho.

O que acontece nos países desenvolvidos? Primeiro, quando analisamos os países desenvolvidos, percebemos que não há soluções perfeitas. Todos os países, hoje, debatem-se com problemas nas áreas de assistência farmacêutica e assistência médica. Todos os países têm problemas. Uns, num grau; outros, em outro grau. Portanto, em todos os países, existe uma reflexão sobre esse problema. Segundo, percebemos que há aproximadamente um consenso mundial de que investir em assistência farmacêutica ambulatorial é um bom negócio. É melhor investir em assistência farmacêutica ambulatorial do que obviamente deixar o paciente chegar a condições extremas; melhor ainda, se possível, investir em prevenção, antes de se chegar à assistência farmacêutica

ambulatorial. Esse também é um debate rico. O que temos percebido é que alocar recursos em assistência farmacêutica ambulatorial, via de regra, para os Governos, é bom negócio.

O que acontece nos Estados Unidos? Oitenta e cinco por cento das pessoas, nos Estados Unidos, têm seguro: 27,5% têm o chamado **medicare**, que não tem assistência farmacêutica; 12,5% têm o chamado **medicade**, que tem todos os serviços cobertos, inclusive assistência farmacêutica; e 60% têm um tipo de assistência particular que custa de US\$10 a US\$15, uma taxa fixa para incluir aí a assistência farmacêutica.

E na Europa? Na Europa, em geral, o sistema é universal, contém restrições, e a assistência não é gratuita, existindo algum tipo de co-pagamento, algum tipo de taxa ou alguma coisa assim. Na Europa, há um modelo de tipo A praticado por Portugal, Espanha, França e Inglaterra e há o modelo B, utilizado na Alemanha e na Suíça, por exemplo. Enfim, percebemos que todos os países, de alguma maneira, têm restrições fiscais e precisam se adequar a essas restrições finais e o fazem de forma diferenciais.

O que nós percebemos também quando analisamos o consumo de medicamentos é que, em geral, os países que têm uma assistência farmacêutica e uma assistência médica bem-estruturada são os maiores consumidores de medicamentos. Isso é o que analisamos. O Brasil hoje é um dos países que consome menos medicamentos, inclusive sendo ultrapassado, de longe, pela Argentina e pelo México.

A situação do Brasil é esta: 44% da nossa população, excluindo-se os 7% de indigentes, consomem 16% do que produzimos no País. Nós temos um desequilíbrio absoluto no consumo de medicamentos no Brasil, porque uma pequena parcela da população consome metade do que a nossa indústria produz, enquanto que metade da população não tem renda para comprar nenhum medicamento, em nenhum momento a preço nenhum. Essa é a nossa situação.

Nós, brasileiros, optamos por resolver esse problema por meio de um sistema único de saúde. Eu não vou aqui mostrar o que é o Sistema Único de Saúde, mas eu gostaria que nós refletíssemos que esse é o sistema que nós escolhemos. Nós escolhemos o SUS como a metodologia, a maneira de resolver os problemas de saúde no País. E os princípios constitucionais do SUS são equidade, universalidade e integralidade. Portanto, essa é a nossa luta, esse é o caminho que nós escolhemos e é por aí que temos que ir. A questão é "como".

Quarenta e nove por cento da população são atendidas exclusivamente hoje pelo SUS, sendo que – este dado é muito complicado – 25% das pessoas do nosso País nunca procuraram um dentista.

Qual é o papel do Estado? Afinal de contas, o Estado deixa de fazer o que deveria estar fazendo e está fazendo o que não deveria estar fazendo? Como é que funciona isso em nosso País? Que tipo de regulação econômica nós queremos que realmente atenda aos interesses dos consumidores? Como fazemos para ampliar o acesso no curto prazo?

V. Ex^{as} estão me olhando e certamente pensando que eu trago muito mais perguntas do que respostas. É verdade, essa é a situação atual, a qual estamos querendo ajudar a resolver.

As políticas públicas de assistência farmacêutica nos últimos anos, isso já foi mostrado aqui, foram políticas pontuais: 65% dos recursos federais vão para políticas estratégicas, como a AIDS. Trata-se de uma política universal, bem-sucedida, modelo no mundo todo, que atende cem mil paciente. Tivemos o controle e o tabelamento de preços dos medicamentos e, nos últimos dois anos, houve o controle de preços com o congelamento de preços dos medicamentos.

Se o Brasil tivesse a mesma linha de gasto de um país-membro da OCDE, deveria alocar US\$100 para cada cidadão. Isso dá US\$16 bilhões só em medicamentos; ou seja, todo o nosso superávit primário vai para medicamento. Então, o que fazer? Quais são as premissas para um sistema público de assistência farmacêutica? Consistência fiscal, baixo custo administrativo, um sistema universal equitativo, tem que ser inserido no SUS e tem que ter controles rígidos. Isso é o que nós, na indústria, pensamos que poderia ser um sistema de assistência farmacêutica.

Agora, existem alguns problemas. Como é que nós vamos atender? Que tipo de medicamento nós vamos reembolsar, se é que nós vamos reembolsar? Como é que se faz a adequação fiscal? Tem dinheiro para tudo isso? Que esquema de gerenciamento nós vamos ter? Vai ter acompanhamento e controle? Que tipo de acompanhamento e controle?

Então, chegamos à conclusão de que uma proposta realista de um sistema de assistência farmacêutica deveria contemplar, no mínimo, três questões: primeiro, recursos públicos para quem está fora do sistema e fora do mercado. Quem não tem dinheiro para comprar medicamento não pode se valer, por exemplo, da política de genéricos, que custam 30%, 40% mais barato que o medicamento de referência; só que o cidadão não tem dinheiro para comprar me-

dicamento nenhum, nem de referência, nem genérico e nem coisa nenhuma. Segundo, precisaríamos ter, Srs. membros da Subcomissão, estímulo e regulamentação da assistência privada. Vamos ao plano de saúde, fazemos consulta, exames de laboratório e não tem remédio. Isso precisa ser regulamentado, discutido, debatido.

Finalmente, existe uma população no Brasil, como vimos, que pode pagar qualquer medicamento, porque têm renda ao nível dos países desenvolvidos. Para essa população precisamos que o mercado funcione livremente, regido pelas leis de concorrência. Pelo menos, por enquanto, é justo que essa população pague, é equitativo que pague, embora, como disse antes, tenhamos que mirar para o sistema universal e integral do SUS.

Qual é o papel da indústria farmacêutica? O que fazemos nesse negócio, afinal de contas? Pergunta-se se a indústria está fazendo algo que deveria deixar de fazer, está deixando de fazer a sua obrigação? Que tipo de regulação econômica realmente atende a necessidade do desenvolvimento, da geração de empregos e incrementa o acesso aos medicamentos? Não basta fazer regulação econômica sem resolver o problema do acesso aos medicamentos. É preciso que seja uma regulação econômica, se é por esse caminho, que incremente o acesso aos medicamentos.

Afinal de contas, o que desejamos para a indústria? Queremos uma indústria que cresça, que gere desenvolvimento para o País, como é a característica de toda a indústria, de todo o setor industrial, uma indústria que tenha resultados e que recolha adequadamente os seus impostos, que faça o papel da empresa? O que queremos? Estamos debatendo hoje com o Governo, com os senhores e com a sociedade para saber o que se deseja da indústria, como a indústria pode contribuir nesse processo. Foi por isso que firmamos um protocolo de intenções com o Governo e que pretendemos, cada vez mais, nos tornar parceiros do Governo, sim. Pretendemos nos tornar parceiros do Governo na construção do SUS. Para isso queremos saber o que se deseja da indústria.

Talvez possa nos ser dada uma pista pela Dr^a Ana Peliano, que escreve aqui neste painel social que fizemos e que diz o seguinte: "como em toda a parte, cresce no Brasil o entendimento de que a solução dos problemas sociais está a exigir a contribuição de todos. Somente com uma ampla participação dos diversos segmentos da sociedade será possível enfrentar os desafios sociais e superar a contradição de um País rico com tantos pobres. Urge, portanto, somar esforços e multiplicar resultados. E, nesse sentido, as

empresas privadas podem desempenhar um papel fundamental. Cabe a elas assumir, como compromisso estratégico, sua responsabilidade social com o público interno ou externo. Isso vai além de ações pontuais, devendo ser visto como a componente importante da ética dos negócios empresariais".

Essa é uma pista de como a indústria pode contribuir, inserindo-se no debate social e na busca de soluções e fazendo com que a componente social seja parte da componente ética das empresas. As nossas empresas, senhores, nos últimos dois anos, deixaram de recolher aos cofres públicos, aproximadamente US\$372 milhões de Imposto de Renda das empresas e contribuição sobre o lucro, o que significa que o resultado das nossas empresas, em relação a 1999, caiu em média, por ano, US\$185 milhões de dólares em arrecadação.

Dr. Norberto, o que faríamos com US\$185 milhões em sua Secretaria? O Estado brasileiro deixou de arrecadar porque as empresas brasileiras perderam resultado, algo que é essencial para toda e qualquer empresa, pequena, grande e média, do setor farmacêutico ou não. O resultado é que as empresas vivem de resultado, o que é da natureza das empresas. Embora, como disse aqui, justamente, a Dr^a Ana Peliano, é importante incorporar, na busca do resultado, a componente da busca da solução e da ética social.

Já discutimos amplamente. O Sr. Presidente me mostra aqui que o meu tempo está esgotado. Vou encerrar. Nós discutimos, no ano passado, um modelo de assistência farmacêutica. É um modelo de mecânica de distribuição muito mais do que de assistência farmacêutica como justamente é entendido hoje, um sistema de assistência farmacêutica que precisa contemplar a racionalidade e a totalidade da assistência farmacêutica vista como uma ação um pouco mais ampla do que simplesmente dar remédio. Mas o Pansus, Programa de Assistência do SUS, é um sistema de reembolso. Foi apresentado ao Governo FHC e à Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, foi apresentado também ao Conselho Nacional de Saúde e à Imprensa. Houve muitas críticas, tivemos muitos debates, cansei de debater esse projeto ou essa idéia com o Dr. Norberto em vários fóruns, no Conselho Nacional de Saúde, mas teve um mérito, trouxe para a discussão a assistência farmacêutica do ponto de vista do modelo a ser implantado e dos problemas que existem na implantação de um modelo qualquer.

Para nós, a ampliação do acesso aos medicamentos no sentido amplo é uma relação de ganho e ganho. A população precisa ter acesso efetivo direto,

nós precisamos ter um caminho para a universalização do SUS no Brasil; o Governo precisa ter uma ação social politicamente eficiente e o setor privado precisa ampliar o seu mercado sim. Não temos nenhum problema com isso, nós somos empresários, queremos contribuir com o desenvolvimento do País e com a construção do SUS e queremos, sem dúvida nenhuma, o fim dos tabelamentos em todas as políticas antieconômicas e antibrasileiras.

Muito obrigado a todos os senhores em nome dessas entidades que tenho orgulho em representar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Obrigado, Dr. Ciro.

Chamo a expositora Núbia Boechat, que é farmacêutica industrial, doutora em química orgânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente é Diretora do Instituto de Tecnologia em Fármacos, Farmanguinhos, Fiocruz, órgão que representa nesta audiência.

Quero lembrar que aqui as nossas regras de debate obedecem à seguinte determinação: os expositores irão responder às perguntas dos Srs. Senadores; não haverá debate entre expositores. O debate é única e exclusivamente entre os Srs. Senadores e os expositores. Todos têm direito de expor as suas contribuições aqui conosco, e, logicamente, nós que somos os interessados, nós que solicitamos aos senhores e senhoras que participassem dessas audiências, desde já agradecemos pela grande colaboração que estão dando para esta Casa e, claro, para o País.

A senhora tem 20min para a sua exposição, doutora.

A SRA. NÚBIA BOECHAT – Primeiramente eu gostaria de agradecer ao ilustre Senador pelo convite e a oportunidade de estar aqui num momento tão rico de mudança de filosofia tão bem abordada pelo Norberto dentro da busca de alternativa do SUS.

Vou fazer a minha apresentação como Diretora de uma instituição pública, de produção pública de medicamentos. Apresentarei, então, a minha palestra em uma vertente completamente diferente dos expositores anteriores porque vou buscar mostrar todas as vantagens e deficiências da produção pública de medicamentos.

Para começar a falar um pouco do que é a produção pública de medicamentos dos laboratórios oficiais temos que ver a população brasileira, a extensão do território, a distribuição populacional heterogênea – a maior parte da população localizada nas regiões Sudeste, Sul – uma renda **per capita** de R\$6.477, porém como uma das piores distribuições

de renda no mundo, e como consequência elevados níveis de pobreza e grave quadro epidemiológico. O que foi dito anteriormente é verdade: a maioria dos brasileiros não tem dinheiro para comprar medicamento a nenhum preço.

Farei uma descrição rápida a respeito do panorama farmacêutico brasileiro atual – Norberto Rech discorreu sobre um panorama bem mais extenso –, citando apenas alguns pontos já referidos mais de uma vez, mas que chamam a atenção: a baixa capacidade de produção de princípios ativos – cerca de 80% dos fármacos são importados – e, praticamente, a inexistência de indústrias farmoquímicas nacionais. Trabalhamos muito próximos a elas e sabemos que não há mais do que sete empresas nacionais em condições de fabricar produtos farmoquímicos com grande valor agregado e de difícil tecnologia.

Por outro lado, há uma elevada capacidade de produção de medicamentos – nesse caso, ocorre uma inversão, o índice é de 80% –, mas a tendência do mercado, nos últimos anos, é o grande aumento das importações de medicamentos já formulados. Temos elevada capacitação em todas as áreas relacionadas à produção de fármacos e medicamentos: na área de síntese orgânica, na área de processamento de fitoprodutos, de produtos de origem biotecnológica, de estudos pré-clínicos e clínicos e de metodologias analíticas. Mas todas essas atividades estão concentradas no setor público, normalmente em institutos de pesquisa de universidades, que não trabalham de forma harmônica ou de maneira a buscar uma solução conjunta. Normalmente, são institutos com visões completamente acadêmicas.

Atualmente, grande quantidade de medicamentos de biotecnologia está chegando, com um preço bem alto, ao mercado brasileiro, que não tem tecnologia para produzi-los.

Consta do art. 5º da Constituição Federal de 1988 que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida.

O art. 196 estabelece: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

A universalidade de acesso a medicamentos, garantida pela Constituição, faz com que remédios tenham de ser disponibilizados em hospitais, postos de saúde e na rede pública. Isso requer ações concate-

nadas do Governo com os fabricantes de medicamentos, gerenciadas pela esfera federal. Disso surgem programas de responsabilidade do Ministério da Saúde.

Listo alguns, relacionados à distribuição de medicamentos, mas, como o Norberto disse, há vários outros. Fazem parte dos principais o Programa Nacional de DST/Aids, referência do País, e o Programa de Endemias Focais, que diz respeito a doenças ditas negligenciadas, doenças de países pobres, nas quais o fabricante privado não tem maior interesse. Então, dentro dos programas, inclusive o da penitenciária, que tem os kits próprios de cada assistência, os medicamentos excepcionais são de alto custo e se encontram no mesmo nível de gasto dos medicamentos para Aids.

Neste **slide**, os dados não estão exatamente de acordo com os dados do Ministério – embora nossas fontes sejam também do Ministério -, mas o gasto, em 2002, foi em torno de R\$1,4 bilhão com esses programas principais do Ministério. Farmanguinhos, empresa que represento, foi fabricante de R\$168 milhões, o que representa 11,4% do quantitativo do Ministério; os outros 16 laboratórios oficiais entram apenas com 9% do quantitativo gasto pelo Ministério.

Falarei um pouco sobre os laboratórios oficiais, que são 17. Normalmente, são estaduais, de algumas universidades; no âmbito federal, estão nas Forças Armadas e no Ministério da Saúde, sendo Farmanguinhos o laboratório de referência do Ministério da Saúde.

Os laboratórios surgiram há décadas, com o movimento nacionalista para fazer frente às multinacionais que dominavam o mercado. De certa forma, esses laboratórios nunca conseguiram ultrapassar determinados limites de qualidade, porque sempre tiveram políticas descontinuadas, falta de investimentos, falta de modernização nas plantas industriais, dificultando a competitividade com o setor privado.

Outro fato muito importante nos laboratórios oficiais, excetuando-se Farmanguinhos, é que existe uma insuficiência de recursos para a área de pesquisa e desenvolvimento. E a grande maioria deles não possui a estrutura para pesquisa e desenvolvimento. Isso gera, entre outras muitas coisas, plantas mistas com várias linhas de produtos, até porque há um apoio entre os laboratórios. Quando um deles desenvolve uma tecnologia, ao longo do tempo, ele transfere aquela tecnologia para os outros laboratórios. Então, as linhas de produção desses laboratórios são praticamente as mesmas e são múltiplas, o que diminui muito a capacidade fabril. Os laboratórios, em sua

maioria, têm grande dificuldade por não serem modernos o suficiente para atenderem as normas do Governo, determinadas pela Anvisa, por exemplo, relativas às boas práticas de laboratório.

Entre os 17 laboratórios oficiais que têm o melhor nível de produção, cito apenas os principais: o Lafep, de Pernambuco; a Funed, de Minas Gerais; no Rio de Janeiro, Farmanguinhos, que é da Fiocruz, e o Instituto Vital Brasil, que é do Estado; a Furpe, de São Paulo; a Iquego, de Goiás.

Neste **slide**, mostro a lógica do setor privado e a do setor público. No setor privado, por exemplo, são os laboratórios multinacionais e os laboratórios nacionais. No setor público, são esses 17 laboratórios que compõem a rede oficial de laboratórios. No caso do setor público, os principais clientes são os profissionais médicos com hábito de prescrição, para os quais são feitas propagandas especializadas, distribuição de amostras grátis, inclusive nas drogarias, farmácias; e dispensações, o próprio Ministério, por meio do SUS, Programa Aids e outros. O principal cliente do laboratório público é o setor público, para atender as demandas do Ministério, das secretarias, das secretarias municipais e estaduais e atingir justamente essa faixa de mercado, que é a faixa mais carente.

Quanto ao marketing do setor privado, como todo mundo sabe, são volumosas concentrações de recursos em propaganda, eventos, congressos, novos lançamentos, distribuição de brindes, estímulos a balconistas das redes de dispensação, publicidade, **folders**. O marketing do produtor público é direcionado enfaticamente para o setor social, com a produção de medicamentos a menor custo para o Ministério da Saúde.

Nesse **slide**, mostro, dentro de Farmanguinhos, quais são os nossos clientes: Ministérios da Saúde e das Relações Exteriores; secretarias municipais e estaduais; prefeituras; Câmara de Deputados; universidades federais, que normalmente têm farmácias; vários hospitais públicos; Corpo de Bombeiros; hospital penal; Forças Armadas; entidades filantrópicas e associações de tribos indígenas.

Nesse quadro, utilizarei o exemplo do Programa Aids, em que o setor público, em especial Farmanguinhos, teve um papel bem importante, para mostrar que, dos 15 anti-retrovirais utilizados no sistema para tratamento de HIV positivo, em 1997, atendiam-se cerca de 36 mil pacientes a um custo de US\$220 milhões. No final, em 1999, quando iniciou a produção interna de anti-retrovirais, começamos a ter a diminuição do custo de tratamento dos anti-retrovirais, en-

quanto aumentamos substancialmente a quantidade de pacientes atendidos.

Dados do DST/Aids dizem que “o gasto atual com importação de anti-retrovirais situa-se na casa de US\$200 milhões. Se não houvesse a fabricação nacional de pelo menos 8 dos anti-retrovirais, o Ministério da Saúde estaria hoje gastando US\$430 milhões com a compra de anti-retrovirais.”

Esse **slide** mostra como foram feitas as reduções de custo. As reduções foram feitas, com os medicamentos não patenteados e que podem ter produção interna ou a importação de genéricos; e a reengenharia, que é associada com a síntese química do produto, a transferência tecnológica para a empresa farmoquímica – aí entra a importância da valorização da empresa farmoquímica no País, pois não adianta falar de medicamento se não falamos de indústria farmoquímica forte no País. E volto à década de oitenta, quando a discussão era a mesma de hoje. Não criamos capacitação, não criamos o passo além, mas só discutimos o pontual: há medicamento, não há medicamento. Não criamos a capacitação para fazer o medicamento, para fazer a matéria-prima no Brasil.

Um outro aspecto é a parte de medicamentos patenteados, que tiveram diminuição do custo por meio de negociação de preço com os detentores da patente. Pode haver licenças voluntárias para produção, licenças compulsórias para produção local ou paralela – nesse caso, eu queria só dizer para o nosso amigo ali que o Brasil, até hoje, não dispôs da licença compulsória para nenhum. Todos os abaixamentos de custo foram feitos a partir das negociações, mas nunca utilizamos a licença compulsória, nem quebramos patentes.

Este quadro mostra também no Programa Aids as reduções bem significativas que foram obtidas por meio da produção interna. O custo de alguns medicamentos caiu de 70% a 95% nesses últimos anos. Quando da negociação, ainda com a vigência da patente, os preços caíram de 40% a 59%.

Insisto em dizer que, como não sabemos fazer a negociação e, portanto, continuamos sempre atrelados àquelas que vem de fora, essas negociações são muito mais complicadas. Não tenho dúvida de que somente conseguiremos seguir adiante quando tivermos massa crítica e competência de agir sem a dependência de mercados externos.

Este quadro também mostra como caiu o preço de vários tratamentos entre 1996 e 2001. O preço era por unidade farmacêutica, na média de US\$3, e caiu para centavos de dólar e às vezes menos.

Esse quadro não está muito atualizado. Já há outros anti-retrovirais com impacto bem grande também. Isso demonstra que houve uma participação grande dos laboratórios oficiais, em especial o do Farmanguinhos, com a produção de anti-retrovirais que, praticamente, começou no setor público.

Neste quadro, quero mostrar o quanto é cruel a falta de investimento no setor público. Depois de todas essas vantagens que vimos de diminuição do custo de medicamento, da lógica de se trabalhar com laboratório público – há 17 laboratórios com capacidade instalada, precisando de atenção – eu usarei novamente o Programa da Aids, para fazer uma avaliação.

Os laboratórios oficiais tiveram investimentos, no ano 2001/2002, de 17 milhões e de 18 milhões, respectivamente. Farmanguinhos, ao longo desses anos, de 1996 até hoje, tem investido, não somente do Ministério ou do serviço público, mas pela própria venda direta de medicamentos às Secretarias e aos Municípios, tivemos um investimento em equipamento de 17 milhões e obras de 22 milhões.

Hoje, somos um laboratório de destaque dentre os laboratórios públicos. Houve um investimento, somando todos os laboratórios oficiais, inclusive Farmanguinhos, de 73 milhões, que é nada, se verificarmos a economia obtida após deixarmos de importar os medicamentos anti-retrovirais. Houve redução de US\$700 milhões na internação dos pacientes. Na área social, houve redução da taxa de mortalidade, um dos ganhos obtidos com isso. O investimento que se fez é muito pequeno para o retorno que se pode ter.

Este quadro mostra a participação de Farmanguinhos, já no Programa de 2003, já no Programa Aids. Temos alguns produtos que fazemos cem por cento para o Programa, que são o DDI de 25% e a Nevirapina. Há outros produtos que variam de 30%, 14% e 40%. Cabe ressaltar que a capacidade de produção de Farmanguinhos na área de anti-retrovirais é utilizada em apenas 20% a 30%, no máximo.

Esse é um quadro em que mostro que, na distribuição de anti-retrovirais, Farmanguinhos ocupa um lugar de destaque, porque ele tem 43% da fatia dos laboratórios oficiais. Há laboratórios com uma quantidade bem pequena, de 2% ou 3%, e Farmanguinhos é o que tem mais. Farmanguinhos só conquistou esse espaço porque é um laboratório inserido na Fundação Oswaldo Cruz, uma instituição de pesquisa e desenvolvimento. Então, Farmanguinhos tem a filosofia de trabalhar com pesquisa e desenvolvimento há muito tempo, e esse foi o grande diferencial.

Eu pretendia mostrar um pouco da lógica de Farmanguinhos, mas não vou fazê-lo, porque o meu tempo já está esgotado.

Passarei para as recomendações que preciso fazer. No tocante à produção de medicamentos, sugere-se que o Ministério da Saúde deve aproveitar melhor a capacidade instalada da rede pública. Tenho certeza de que esse novo Ministério está composto completamente alinhado. O próprio Norberto Rech mostrou que eles farão esse investimento e olharão a questão de perto, porque há uma capacidade real instalada.

É preciso investir na modernização da infraestrutura, nos laboratórios, no aperfeiçoamento das formulações farmacêuticas, que estão completamente defasadas da realidade atual. Há que se buscar flexibilidade para gestão desse sistema dos laboratórios, que são empresas produtoras no sistema público, o que é uma dificuldade enorme. É necessário também acelerar os processos de certificação de boas práticas de laboratório, de fabricação e de clínicas.

Há muitas outras tantas necessidades: buscar implantação de sistemas centralizados de compra que facilitem um volume maior de compra para os laboratórios; formar redes informatizadas; buscar racionalizar o portfólio dos laboratórios, porque hoje praticamente todos fazem a mesma coisa.

Na área de fármacos intermediários, é muito importante estabelecer parcerias entre os setores público e o privado, que seriam responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico para a síntese de princípios ativos e intermediários e pela produção de medicamentos prioritários; estabelecer políticas de incentivo ao setor privado para a produção de farmoquímico e intermediários, de incentivo à capacitação do setor público, principalmente aquelas relacionadas a medidas regulatórias, por exemplo, para estabelecimento de acordo de cooperação técnica e científica com países desenvolvidos ou em desenvolvimento. São necessários acordos internacionais para que possamos trocar e dar um passo além na busca de tecnologias mais apropriadas. Finalmente, é preciso fortalecer a atuação de pesquisa e desenvolvimento para a produção local de produtos já existentes no mercado e para possibilitar a inovação para a introdução de novos produtos mais potentes e menos tóxicos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Dr^a Núbia Boechat.

Agradeço a presença do Dr. Sebastião Moreira Júnior.

De acordo com o art. 114 do Regimento Interno do Senado Federal, convido o Consultor Legislativo do Senado Federal Ubiramar Lopes de Sousa para assessorar a nossa Subcomissão nas duas últimas exposições.

Convido a Dr^a Margô Gomes de Oliveira Karnikowski, farmacêutica, professora do Curso de Ciências Farmacêuticas da Universidade de Brasília, coordenadora de diferentes pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília, sobre temas relacionados ao acesso e segurança de medicamentos dispensados, nacionalmente, pelo Sistema Único de Saúde, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec, órgão que representa nesta audiência.

Em nome da Mesa, digo que a Dr^a Margô tem 20min para sua exposição.

A DR^a MARGÔ GOMES DE OLIVEIRA KARNIKOWSKI – Boa noite a todos!

Inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar nesta Casa e aproveitar a ocasião para parabenizar os Srs. Senadores pela iniciativa da criação da Subcomissão Temporária de Saúde, objetivando a discussão das questões de assistência farmacêutica, em especial, frente aos grandes desafios a serem enfrentados para a implementação da política nacional de saúde, em nosso País, tendo em vista que o momento é propício para uma reflexão e avaliação mais detalhadas.

É importante informá-los que o Idec vem trabalhando arduamente em diversas questões que influenciam direta e indiretamente a assistência farmacêutica praticada no País. Isso vem sendo efetivado por meio da realização de diversas pesquisas, objetivando monitorar produtos e serviços de saúde disponíveis à população, no que se refere a sua eficácia, segurança e qualidade, bem como, pela participação ativa dessa organização em instâncias destinadas a fomentar discussões sobre políticas públicas de saúde.

Com o propósito de representar os interesses do consumidor, o Idec participa de redes, comitês e conselhos. Em todos esses espaços, a entidade vem abordando a política de medicamentos. Neste contexto e buscando aproveitar toda a experiência acumulada no setor, pensamos em contribuir para a construção de um diagnóstico situacional da assistência farmacêutica no Brasil, bem como apontar medidas de aperfeiçoamento.

Começaremos, então, por tentar responder à pergunta: qual deveria ser a política de assistência

farmacêutica pública no País? Hoje, no modelo oficial, a distribuição de medicamentos é gratuita, complementada por um vigoroso mercado privado, com um número em torno de 50 mil farmácias privadas no País. As pesquisas mostram, no entanto, que a maioria dos cidadãos ainda têm um gasto significativo com medicamentos, e que esse gasto pesa mais no bolso das famílias mais pobres. Foi apresentado aqui anteriormente que, inclusive, há muitos brasileiros que não conseguem sequer comprar medicamentos.

Para dar uma idéia, aqui, no Distrito Federal, cerca de 70% dos remédios, nas casas da periferia, vêm da rede privada. Embora prescritos pelos médicos do SUS, 40% das famílias deixaram de adquirir os medicamentos de uma receita médica por falta de dinheiro e apenas 68% das receitas emitidas nos centros dos SUS são efetivamente dispensadas pela rede. Apenas 18% dos usuários entendem adequadamente a prescrição médica.

Todos esses dados reportados até então foram retirados de pesquisa realizada por Naves e Sílvio, em 2002. Se V. Ex^{as} tiverem interesse, poderei disponibilizar.

Sendo assim, a pesquisa nacional por amostra de domicílio, demonstrou que os medicamentos representam 5% dos gastos familiares, para o décimo mais pobre da população, versus apenas 1%, para o décimo mais rico.

As pesquisas de satisfação de usuários do SUS ainda apontam a falta de medicamento como uma das principais fontes de insatisfação da população. Doenças que são factíveis de tratamento no âmbito ambulatorial, como, por exemplo, asma, diabetes, hipertensão ou esquizofrenia, geram enormes custos em internações desnecessárias devido à falta de medicamentos na rede básica. O SUS freqüentemente paga a internação em vez de colocar remédio no posto, onerando dessa forma o processo.

Preocupados com o acesso da população a esses produtos essenciais obtidos pelo SUS, o Idec - Instituto de Defesa do Consumidor -, juntamente com outras entidades de defesa do consumidor, realizou pesquisa recentemente em centros de saúde de onze cidades brasileiras. Constatamos que, se por um lado, há medicamento na rede, por outro lado, muitos produtos essenciais estão em falta.

Os medicamentos pertencentes ao elenco mínimo estabelecido pela Portaria nº 16, de 2000, da Política de Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica, apresentava um índice de disponibilidade média de 72,5% nas cidades investigadas. Mas o chamado elenco mínimo é contraditório, com a filosofia de for-

mulação da Rename e, de fato, exclui a maioria dos medicamentos necessários para uma assistência primária de qualidade e já constantes na relação nacional de medicamentos essenciais.

Portanto, trabalhamos com uma lista de 61 produtos essenciais nessa pesquisa, para doenças como asma, diabetes, hipertensão e outras condições prevalentes. Para esse grupo maior, o nível de abastecimento foi em média de apenas 54%.

Como podemos observar, foi calculado um índice de disponibilidade desses medicamentos nessas onze cidades, destacando aqueles medicamentos que pertenciam ao elenco mínimo obrigatório e os que pertenciam apenas à Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, a Rename. Podemos ver que a média ficou em torno de 72,5% para o elenco mínimo, que deveria ser de 100%, já que existe um incentivo, e o índice de disponibilidade, considerando os medicamentos da Rename, ficou em torno de 43,3%. Mesmo no Rio de Janeiro, o índice de abastecimento de medicamentos pertencentes ao elenco mínimo, que foi o melhor índice, não atingiu os 100%.

Dando continuidade então, o Idec entende que deve haver uma lista de medicamentos para o âmbito primário, mas que essa lista deve ser expandida para atender a um maior quadro de doenças prevalentes no País, necessidade essa já reconhecida na formulação da Rename.

Após a análise dos resultados da referida pesquisa e constatado o desabastecimento generalizado de medicamentos essenciais, o Idec formulou modelos de representação para o Ministério Público e de ação civil pública, visando auxiliar as entidades participantes da pesquisa e demais interessados a requerer, junto aos órgãos competentes, a garantia de acesso a medicamentos pelo SUS. Os modelos encontram-se disponíveis a todos no **site** do Idec.

Diante do exposto até aqui, fica claro que precisamos de um sistema de acesso a medicamentos essenciais que funcione de forma regular e confiável para o cidadão.

No campo da Aids, o País vem demonstrando sua competência, oferecendo um exemplo internacional de integração, de prevenção, atendimento e tratamento. Infelizmente, a disponibilidade de medicamentos para as outras doenças mais comuns não vem ocorrendo no mesmo elevado patamar. Surge então o questionamento: devemos modificar o caminho da nossa política ou não? Há anos vêm, por exemplo, surgindo propostas. A própria Abifarma e outras entidades vêm endossando a implementação de sistemas de reembolso e venda nas farmácias,

como foi exposto aqui. Isso realmente ocorre em alguns países europeus. O Brasil foi um país pioneiro no desenvolvimento de uma política de medicamentos essenciais. Foi um dos primeiros países a desenvolver sua lista de medicamentos essenciais. Infelizmente, no entanto, até hoje não conseguimos garantir de forma eficaz a distribuição desses produtos à população.

O Idec entende que a política de distribuição pública de medicamentos essenciais está correta, e oferecemos nosso apoio irrestrito à manutenção dessa abordagem, mas não podemos endossar os erros ocorridos nos mecanismos gerenciais de compra: a distribuição é considerada pré-histórica, o financiamento insuficiente, a corrupção, a falta de transparência de muitos Estados e Municípios e a falta de vontade política de fazer o sistema funcionar nos cinco mil Municípios do País. Um sistema de reembolso, alternativa colocada por alguns, provavelmente resultaria na aquisição de menos medicamentos por um número menor de pessoas, mantendo o mesmo gasto público.

No Brasil, encontramos em nossas pesquisas que os medicamentos essenciais no varejo estavam 1,9 vez mais caros que o preço dos mesmos remédios na Suécia no ponto de consumo, e 13 vezes o preço do mesmo medicamento comprado em grande quantidade no mercado internacional. O preço nas farmácias teria que chegar a 1/13 do preço atual de venda para corresponder ao valor pelo qual o SUS poderia comprar o produto no mercado internacional. Isso dificilmente ocorrerá.

Outros países latino-americanos, como é o caso do Chile e da Costa Rica, vêm experimentando, como métodos aprimorados de negociar, a compra de medicamentos para o sistema público, sem burocratizar a distribuição. Na Suécia, as farmácias foram todas nacionalizadas; hoje, pertencem a uma empresa privada sem fins lucrativos, cujo acionista é o Estado. Os farmacêuticos são assalariados para desestimular a "empurroterapia". Devemos estudar essas e outras experiências. Costa Rica hoje abastece sua população com toda a lista de medicamentos essenciais, gastando em torno de US\$16 **per capita** ao ano.

Como é compreendida a assistência farmacêutica?

Retomando essa discussão, gostaríamos de lembrar que a assistência farmacêutica, da forma como é proposta, compreende um ciclo de ações complementares que envolve as dimensões da seleção de medicamentos, da programação, da aquisição, do armazenamento, da distribuição e da dispen-

sação desses produtos. Permeando essas ações, temos que considerar ainda a importância da gestão e do gerenciamento, da produção, da informação e da prescrição, conforme já foi exaustivamente reportado, sem as quais o processo como um todo pode ser grandemente prejudicado.

Para melhor compreendermos a evolução da assistência farmacêutica brasileira, cabe realizar uma reflexão inicial sobre as diretrizes que norteiam o modelo atual de saúde empregado no Brasil. Sendo assim, é importante ressaltar que a própria noção de saúde, como um direito do cidadão, precede a criação do Sistema Único de Saúde.

A partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada ainda em 1986, já se previa a equidade e a integralidade das ações de saúde e a criação de um sistema único como um comando único, que culminou na redação que se reporta à saúde como um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário.

Em consonância com esses princípios, promulgou-se a Lei Orgânica da Saúde, que criou e estabeleceu um sistema próprio com princípios e diretrizes, entre os quais cabe ressaltar: universalidade de acesso aos serviços de saúde, integralidade da assistência, igualdade de assistência à saúde, utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, descentralização político-administrativa e participação da comunidade.

Neste ponto, é importante considerar que todas essas diretrizes devem ser quesitos a ser contemplados pelas políticas e ações as quais, uma vez implementadas, viabilizarão a assistência farmacêutica. Em outras palavras, a assistência farmacêutica não deve ser pensada isoladamente das demais diretrizes estabelecidas pelo SUS.

A Lei Orgânica, no art. 6º, estabelece como um dos campos de atuação do SUS aquele que concerne à formulação de políticas de medicamentos de interesse para a saúde. Nesse escopo é que foi implementada a política nacional de medicamento.

É importante ressaltar que nesse cenário evoluímos ao reconhecer as limitações no campo da assistência à saúde e a necessidade da reorganização da própria assistência farmacêutica, tendo, inclusive, como resultado dessa reflexão uma proposta que vem sendo implementada. No entanto, as ações executadas até então não foram suficientes para corrigir os problemas existentes, sendo que muito deles ainda constituem uma agravante à saúde pública no

País. A partir desse ponto, passamos a considerar o próprio ciclo da assistência farmacêutica adotada pelo Ministério da Saúde para análise dos avanços e limitações mais tangentes.

Em relação à seleção de medicamentos considerados essenciais, é interessante avaliar os seguintes aspectos: no Brasil vigora a Rename – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais –, cuja revisão periódica deve ser garantida, pois vai assegurar a devida representatividade de medicamentos para tratar a maioria das patologias que acometem a população brasileira. Nesse sentido é bom lembrar que se passaram vários anos até que se procedesse à revisão mais recente, ocorrida em 2002. Por isso, entendemos essencial que essa revisão seja periódica e ininterrupta, evitando distorções no que diz respeito à demanda por esses produtos. Ainda nesse sentido identificamos incoerências entre a formulação da Rename – um trabalho bastante sério – e a emissão paralela de um elenco mínimo com lógicas distintas. Em adição, identificamos nesse mesmo estudo a falta de conhecimento das unidades sobre as listas de referência, tendo várias delas se referido ao uso de mais de uma lista de medicamento.

Outro importante aspecto foi a interrupção da publicação, após anos de trabalho, do formulário terapêutico nacional, inspirado no formulário britânico e outros, um guia terapêutico de elevado nível, que poderia orientar os médicos brasileiros quanto ao uso racional de medicamentos essenciais. No entanto, o nome do formulário foi plagiado pela Anvisa para uma publicação que seria apenas um compêndio de bulas. A Rename também foi para publicação sem a especificação dos níveis de atenção para os quais seria apropriado o abastecimento de cada fármaco, uma especificação que havia sido fornecida pela comissão técnica, na Fiocruz, em 1999. Essa especificação, sim, deveria constituir o elenco mínimo, para cada nível de atenção e precisa fazer parte da própria Rename, a qual, voltamos a ressaltar, deve ser permanentemente atualizada.

Quanto à dispensação dos medicamentos pelo SUS, ressaltamos a ausência dos profissionais farmacêuticos nos locais de dispensação, perante as unidades de saúde, conforme detectados na pesquisa de acesso a medicamentos essenciais do Idec, que poderá ser disponibilizada a V. Ex^{as}.

Nesse quesito, fica evidenciado o comprometimento dos diversos componentes do ciclo de assistência farmacêutica, uma vez que não se pode contar com profissional para orientar o cidadão quanto ao uso do

medicamento; sejam farmacêuticos, ou técnicos, e elementos básicos da orientação são indispensáveis.

Qual será o benefício se, como demonstrou a pesquisa da UnB em Brasília, apenas 18% dos usuários saem das farmácias entendendo a sua prescrição? Por esse motivo, sugerimos criar a obrigatoriedade legal de as farmácias, tanto públicas quanto privadas, transcrever as informações contidas no receituário médico para uma etiqueta legível, contendo a identificação do nome genérico, a posologia, a duração do tratamento, a data de vencimento e o nome do médico que prescreveu o medicamento. Essa é uma medida simples e barata que pode melhorar muito a utilização adequada do medicamento.

Além dos fatores relacionados até então, cabe ressaltar ainda o seguinte: onde se encontram balizadas as expectativas da população brasileira no que se refere à assistência farmacêutica prestada pelos profissionais de saúde e o acesso às terapias indicadas por eles no âmbito do SUS?

Sob esse prisma, pode-se dizer que a população quer saúde, e esta, conforme previsto na Constituição Federal, é um direito de todos e um dever do Estado. Porém, mesmo que admitamos que a assistência farmacêutica não enfoque apenas a doença e seu tratamento medicamentoso, quando uma patologia se desenvolve, o usuário do Sistema de Saúde quer receber um atendimento integral, significando que os profissionais dessa área devem possuir uma visão universal e humanista de seu paciente e o próprio Sistema deve ser capaz de atendê-lo satisfatoriamente.

Portanto, essas expectativas dos usuários do Sistema de Saúde ampliam-se, alcançando dimensões que perpassam a assistência farmacêutica e o acesso à medicação. Essa abordagem é de extrema significância na visão do indivíduo que necessita fazer uso do medicamento para obtenção de um tratamento bem sucedido.

Para que esse propósito seja alcançado, um importante fundamento é o uso racional de medicamentos. É sabido que em nosso País existe a prática frequente das automedicações irresponsáveis, bem como a cultura de que a cura só é obtida mediante tratamento medicamentoso. Essas práticas claramente oneram o Sistema de Saúde, demandando um esforço educativo conjunto, envolvendo profissionais de saúde e educação continuada de consumidores.

Paralelamente, é preciso monitorar as propagandas de medicamentos, veiculadas, muitas vezes, de formas ilegais, como recentemente detectado num trabalho de revisão de propagandas realizado pelo

Idec, para que essas não influenciem o hábito de consumo e de prescrição de medicamentos. A presença atuante do profissional de saúde junto ao paciente pode satisfazer e muito às aspirações no sentido de promover hábitos saudáveis, educando a população para a saúde.

Neste setor, entendemos que é necessário que os nossos parlamentares estabeleçam uma visão mais macro dos fatores considerados fundamentais ao acesso. Para isso, é imprescindível que sejam ampliadas, implementadas de fato, e em caráter emergencial, as diretrizes contempladas pela Política Nacional de Medicamentos concernentes à produção e ao desenvolvimento de novos fármacos em nosso País.

É interessante destacar que os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, apresentam profunda relação de dependência externa, em especial no tocante à pesquisa e desenvolvimento de novos fármacos, desempenhando um papel restrito à produção e consumo de especialidades farmacêuticas no cenário mundial, sem se beneficiar do faturamento da indústria farmacêutica. Essa situação não é de todo irreversível, tendo em vista que o Brasil tem grandes recursos científicos e tecnológicos, como foi demonstrado aqui hoje. O País desponta no cenário internacional pela visibilidade do programa brasileiro de tratamento da Aids, que se sustenta, entre outros pilares, na distribuição gratuita de medicamentos essenciais produzidos em laboratórios públicos.

Dessa forma, o Brasil demonstra possuir grande capacidade de resolver problemas sanitários quando há vontade política. Tendo em vista esse modelo acertado, sugere-se que o mesmo modelo seja expandido, para garantir a disponibilidade de outros medicamentos tão importantes quanto os anti-retrovirais e que, muitas vezes, são igualmente indispensáveis para a manutenção da vida de quem padece de doenças comuns, como diabetes, hipertensão e asma.

Recomendações.

Visando atingir um nível desejado de acesso a medicamentos essenciais pela população, o Idec oferece as seguintes recomendações concretas:

- financiamento adequado do SUS, com fiscalização do cumprimento da emenda constitucional sobre o tema;
- manutenção da política de distribuição gratuita de medicamentos essenciais por meio do SUS;
- desenvolvimento urgente de mecanismos gerenciais, públicos ou privados, de interesse público, que aprimorem rapida-

mente a compra e a distribuição de medicamentos essenciais no país;

- expansão do elenco mínimo de medicamentos para aproximadamente 60 medicamentos que já estejam constante na Renome, indispensáveis para o tratamento das patologias ambulatoriais mais freqüentes, os quais devem ser estocados na rede primária;
- desenvolvimento de farmácias modelo no âmbito público;
- legislação requerendo a etiquetagem, de modo a especificar o uso, a posologia de todo medicamento sujeito à prescrição que for dispensado em farmácia pública ou privada;
- ampliar medicamentos essenciais a partir dos laboratórios oficiais.

Nesse tópico, é importante ressaltar que recursos da união devem ser disponibilizados para modernizar e ampliar a rede de laboratórios oficiais, contribuindo, assim, para aumentar a produção nacional de medicamentos, bem como fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de novos fármacos, elaboração de incentivos para que a indústria nacional aumente a produção de medicamentos essenciais e desenvolva novos relevantes para as doenças no país.

Nesse quesito, é importante que diversos dispositivos constantes nos acordos internacionais, na lei nacional de patente industrial, sejam observados, tais como aqueles referentes à ocorrência de exploração local e ao período de vigência das patentes após o qual a indústria detentora de patentes deve proceder à transferência de tecnologia. Para tanto, é necessário que o nosso País esteja preparado para fazer uso dessa tecnologia.

Não acreditamos em medidas parciais em se tratando de assistência farmacêutica. Ou o nosso país, de fato, encara os problemas relativos ao acesso, considerando aspectos tidos como delicados frente ao cenário internacional, ou estaremos fadados a discutir cronicamente os mesmos problemas que previamente foram diagnosticados mesmo antes da implementação do SUS.

Sendo assim, reconhecemos que é preciso arrumar a casa, tratando dos aspectos referentes aos ciclos de assistência farmacêutica, porém sem jamais incluir na pauta de discussão o cenário internacional que influencia grandemente a assistência farmacêutica e a saúde pública do povo brasileiro.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que o Idec possui a devida noção de que a assistência farmacêutica se constitui em terra fértil, a qual poderá con-

tribuir enormemente para melhorar a saúde pública em nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradecemos a Dr^a Margot.

Concedo a palavra ao próximo expositor, Sr. Mozart de Abreu e Lima, Coordenador de Planejamento da Central de Medicamentos, Ceme, e gerente de seu Plano Diretor de 1973 a 1975; Secretário-Geral do Ministério da Saúde, de 1979 a 1985; Coordenador de Seguridade Social do Ministério do Planejamento, de 1988 a 1990; Ministro do Trabalho interino, em 1994; Consultor Nacional de Políticas de Saúde da Organização Pan-americana de Saúde – OPAS; e membro do Conselho Nacional de Saúde.

Tem V. S^a 20 minutos para a sua exposição.

O SR. MOZART DE ABREU E LIMA – Sr. Presidente, nossos agradecimentos pelo convite, Srs. membros da Subcomissão de Saúde do Senado, Srs. Senadores, prezados colegas que me antecederam nas exposições, ser o último tem suas vantagens porque ouvimos todos os pronunciamentos anteriores.

A minha ótica de apresentação será um pouco diferente dos demais. Primeiramente, não tenho nenhuma apresentação porque hoje não tenho mais apoio governamental para fazê-lo – hoje sou um “ing”, indivíduo não-governamental. Dificuldades visuais me impediram, inclusive de escrever o texto, mas isso passa.

Primeiro, queria referir-me um pouco à história.

Meu carq Romero, meu querido companheiro dos tempos do Ministério da Saúde, que levou a sua inteligência àquele tempo da administração pública; nosso querido Hermógens, Secretário do Ministério da Saúde, também daquela época e de outras épocas que estivemos juntos, é um prazer sempre reencontrá-los; meu querido Hetch, que trabalhou comigo no Projeto de Política de Tecnologia; e tantos outros conhecidos e amigos que tanto trabalharam com vistas à melhoria da qualidade, da atenção da saúde no Brasil:

Eu redigi o meu pronunciamento um pouco, no meu estilo, mais calmo e paciente do que no passado, pois a idade ensina. Eu quero um pouco da história relacionada a isso, balizada pelo meu tempo.

Eu comecei a envolver-me na questão de medicamentos não tinha chegado nem à Ceme. Era ainda membro da gloriosa Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, chefiada pelo eminente homem público, Celso Furtado. Foi lá que me criei como técnico, como um profissional e como um servidor público. Escola maravilhosa de profissionais.

Essa história foi balizada por uma atuação sempre esporádica de atores governamentais e privados interessados no desenvolvimento de fármacos e na racionalização da ciência farmacêutica. Eu digo isso, porque tivemos um momento de grande impacto, como foi, no caso do Plano Diretor da Ceme, em 1973, que finalmente o País apresentava uma proposta coerente, corajosa, nacionalista, mas eficiente de intervenção desse campo.

Esse trabalho da Ceme nasceu de uma CPI, promovida, no Senado Federal, pelo saudoso e eminente Senador, por Sergipe, Jaison Barreto, que presidiu esta Comissão, em 1972. Foi desse trabalho de Jaison Barreto e da Comissão Parlamentar de Inquérito daquela época que a Central de Medicamentos fundou as bases da sua proposta de intervenção, considerando sempre a necessidade de que nesta área não cabem fracionamentos.

A política de medicamentos é una. Não se pode pensar em política de medicamentos, separando a ciência farmacêutica do desenvolvimento tecnológico, da produção industrial, da qualidade dos medicamentos. Tudo isso soma. Toda vez que se tenta fazê-lo diferente, não dá certo porque a tendência da política é ela colidir entre os seus objetivos principais. Portanto, só há sentido em uma visão integrada, e a Ceme teve o privilégio de fazer isso nos idos de 1970 – outra época, é verdade. Mas essa política integrada continua e caminhando na vida pública eu sempre ganhei elementos fundamentais para continuar defendendo essa visão integrada e integradora dessa política.

Portanto só um empreendimento que consiga articular esses diferentes pontos desse grande nó, que é a questão de medicamentos não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Tanto que, internacionalmente, ela é extremamente oligopolizada, tanto como vem a ocorrer no Brasil, essa é a verdade, não encontrou soluções para isso.

Ora, isso foi possível na época por um entendimento. A Ceme não era grande, mas tinha bons e inovadores técnicos, que usava toda a estrutura pública disponível, ou seja, havia força política para fazê-lo. A Ceme era um órgão criado ao nível da presidência da República, portanto, com capacidade de articular os diferentes atores envolvidos nessa área: Finep, BNDES, Funteg, que era um Fundo do Banco Nacional de Desenvolvimento; carteiras específicas do Banco do Brasil, Ministério da Saúde, Ministério da Indústria e Comércio; a área de ciência e tecnologia, capitaneada, à época, pelo CNPq. Tudo isso se articulava em torno desse modelo, porque todos eles trabalhavam em função do mesmo plano. Portanto, não

havia divergência. A Ceme não interferia nesse modelo, tinha a sua ação estratégica e ia buscar os atores específicos para conduzi-la, coordenadamente. Esses são os segredos do sucesso da Ceme, até que começou o seu desmanche.

Por incrível que pareça, o desmanche da Ceme começa quando se redemocratiza o País, exatamente quando deveria ser fortalecida e ampliada como política, começa a ser desmanchada, a ser destruída, até que, em 1990, é impiedosamente massacrada, e todo o conjunto da política, pelas práticas da excessiva desregulamentação que se fez nesse setor. Ou seja, a política nessa área passou a ser conduzida pelo critério **stricto sensu** das autoridades econômicas e, portanto, sem considerar que a relevância do medicamento é ligada à saúde e não à economia. A economia nisso é fator coadjuvante – importante sim, mas fator coadjuvante.

Então, nasceu a Portaria nº 7, do Ministério da Fazenda, nasceu a desregulamentação em todas as áreas que, certo ou errado, desempenhavam seus trabalhos. Em vez de modificar e acertar o que estava errado e aprimorar o que estava certo, acabaram com tudo.

Finalmente, há praticamente uma década isso vem sendo tratado como política não-pública, ou seja, deveria prevalecer apenas o interesse de mercado, e o interesse de mercado, não do mercado brasileiro, mas do mercado internacional relacionado a essa área.

Havia à época, como há hoje, um receio dos empresários em empreender em um ambiente de desconfiança, e eram desconfianças recíprocas, que se tentava, naquele momento, reverter. Lembro-me bem, no tempo da Ceme, a criação do Grupo dos Onze, numa referência ao ilustre Governador Brizola, que foi autor de algo desse tipo nos idos da resistência ao golpe militar. O Grupo dos Onze era a seleção dos onze maiores laboratórios farmacêuticos nacionais que deveriam ser tratados de forma diferenciada pelo Governo, para que se transformassem, integrassem a sua atuação e fossem embrião da produção de fármacos e, portanto, também da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, associada às organizações universitárias e aos estudos tecnológicos.

Muitos desses projetos ainda vivem hoje, apesar de tudo o que foi feito uma década antes: sete indústrias farmoquímicas continuam resistindo e presentes no País. É um bom embrião. A Farmamil desenvolveu-se enormemente a partir desse período, mesmo com essas enormes dificuldades e, hoje, é um padrão de excelência para o desenvolvimento de uma política nessa área. Entende de medicamentos, entende de tecnologia, de indústria e das necessida-

des da população. É uma característica natural de uma atuação nessa área.

Outro ponto: instrumentos de política tecnológica e farmacêutica foram inteiramente descontinuados. Deixaram de existir políticas específicas voltadas para isso, tais políticas situaram-se no rol das demais políticas. E esse tipo de política, desenvolvimento tecnológico na área de medicamento, não pode estar agregado a outros setores, porque termina sendo deixada de lado pela complexidade e dificuldade de execução, diferentemente de outras áreas, como, por exemplo, da elétrica, indústria química de base. Estas têm condução diferente daquela área e complexidade absolutamente distinta; além do mais, existem potentes segmentos econômicos por detrás, requerendo, exigindo a continuidade dessas políticas.

Recentemente, no Conselho Nacional de Saúde e também como integrante da Organização Pan-Americana da Saúde, fizemos um núcleo de ação estratégica nesse Conselho, no sentido de que a discussão de algumas questões fosse retomada. A CPI de Medicamentos da Câmara dos Deputados, em 1999/2000, apesar de todas as dificuldades, apresentou um bom relatório. Se aquelas medidas recomendadas tivessem tido prosseguimento, já estaríamos em outras condições hoje em dia. O Conselho restaurou um conjunto de prioridades que poderiam ser enfrentadas, pois nem todas poderiam. O Conselho tem suas limitações de natureza institucional, mas, de qualquer forma, foi do Conselho Nacional de Saúde que saiu a Lei dos Genéricos.

Eu ainda reputo essa lei como uma das melhores já aprovadas nas Casas do Legislativo brasileiro. É claro que essa lei foi aperfeiçoada no âmbito deste Senado porque o papel das duas Casas é mesmo aperfeiçoar o que sai de outras instâncias. Mas a Câmara e o Senado puderam receber uma proposta coerente, bem-elaborada, que veio do Conselho Nacional de Saúde, após ter sido ouvida uma enorme quantidade de pessoas que entende dos assuntos dessa área.

Essa Lei de Genéricos precisa hoje ser revista para ser aprimorada. Isso porque já existem elementos necessários ao seu aprimoramento. Na época, ela foi uma boa lei e está sendo ainda.

Do encontro, da relação do Conselho Nacional de Saúde com as Casas do Congresso, sobretudo com as suas comissões específicas – fizemos um conjunto de audiências como esta –, nasceu a possibilidade da criação de um projeto de lei, que, agora, está em tramitação na Câmara. Esse projeto também surgiu do trabalho do Conselho; ou seja, um projeto

de lei sobre a política nacional de desenvolvimento tecnológico no campo farmacêutico.

O Deputado Rafael Guerra assinou o projeto. Ele está em início de tramitação naquela Casa do Congresso, e seria de muita utilidade que o Senado também pudesse estudá-lo. Há um projeto correndo também no Senado. Quem sabe se esses dois projetos específicos um dia se encontram? Esse é um projeto que não poderia ser chamado de “pai da criança”, mas conseguiu, pela sua história, articular os mais diferentes segmentos, tanto os da universidade, os dos estudos tecnológicos, quanto os das indústrias farmacêuticas, das indústrias de medicamentos e do Governo. Traçamos essa idéia. Pode não ser o melhor projeto – ele deve até ser aprimorado mesmo nas duas Casas do Congresso; é assim que deve funcionar –, mas é uma boa pauta de trabalho para se ter uma boa lei, uma boa política nessa área.

Dentro da formulação da Resolução nº 311, entre os eixos prioritários, a Anvisa preparou e entregou ao Conselho uma política específica de regulamentação do mercado farmacêutico. O Dr. Barbosa referiu-se às enormes dificuldades que existem nessa área, que está regida hoje por uma lei absolutamente anacrônica e desnecessária, pois ela não serve para nada. Por isso, é preciso uma nova lei para regulamentar essa área, uma nova lei que dê ao sistema farmacêutico a característica de integrante do sistema de saúde brasileiro, como um ente que precisa estar integrado ao sistema não só para fazer o comércio farmacêutico, mas também para orientar quanto ao uso racional do medicamento e colaborar com os serviços de saúde quase como uma unidade básica desse sistema. Assim deve ser considerada a farmácia. Ou seja, a unidade básica desse sistema que deve contribuir com o aperfeiçoamento da atenção à saúde no Brasil.

Esse anteprojeto ainda pode se transformar rapidamente numa proposta de projeto de lei. Não falo em nome do Conselho Nacional de Saúde, pois não tenho autoridade para isso, mas, com certeza, o Conselho Nacional de Saúde gostaria de ver tanto a casa de saúde do Senado, como a casa onde se trata da saúde na Câmara, envolvidas em seminários como este, ou até mais amplos, para discutir e formular uma lei efetiva, necessária para o povo brasileiro.

Eu gostaria de me referir um pouco à questão da ciência farmacêutica. Não que gostasse de tratá-la independentemente, mas ela foi muito falada aqui e, logicamente, com qualidade. Quero fazer apenas um pouco de crítica a respeito da maneira como ela foi conduzida até ontem – não falo até hoje, enfim.

O que observávamos? A ciência farmacêutica não estava inserida na própria política nacional de medicamentos do Ministério da Saúde. Essa política nacional de medicamentos não tem **status**, é simplesmente uma portaria ministerial.

Como tratar de política de medicamentos, uma questão eminentemente intersetorial, por intermédio de uma medida absolutamente exclusiva do Ministério da Saúde? A política nacional de medicamentos precisa ser acionada para mudar o seu **status** e transformá-lo. Ela deve ser revisitada, revisada, aprimorada e transformada em lei, para que possa ser objeto de respeito da saúde, mas também dos demais setores do Governo que devem ser participantes da política de saúde, sobretudo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Ciência e Tecnologia, além das organizações específicas no campo, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Finep e tantos outros organismos importantes para se tornar viável uma política integrada de medicamentos para o País.

Menciono, também, a inteira descoordenação do Ministério da Saúde, matéria tratadas em diferentes divisões e coordenações.

Dentro da Anvisa, um órgão de vigilância sanitária, também havia ações executivas no campo do medicamento. É um absurdo que um órgão de vigilância e de fiscalização desenvolva políticas efetivas no campo da ação.

Um exemplo disso é a política nacional de sangue. É um absurdo que essa política, que foi iniciada quando eu era Secretário-Geral do Ministério da Saúde, tenha sido transformada, simplesmente, na verificação de se os bancos estão em condições de operar ou não. Não tiro a importância disso, mas nunca se deve misturar política de fomento com política de fiscalização. Não dá certo. O fomento é o desenvolvimento, a produção. A fiscalização é a garantia da qualidade, é a efetiva garantia de que o que se está produzindo pode ser consumido pelo cidadão. Antes, não se podia tratar de um ambiente assim.

Lamentavelmente, não sei como isso é enfocado hoje pelo Ministério da Saúde, mas é um erro estratégico e fundamental tratar uma política desse nível como se ela fosse, simplesmente, a de correr atrás da fiscalização dos bancos de sangue, dos hemocentros.

Os instrumentos estratégicos objetivados como fins em si mesmo – é o exemplo da Rename.

A Rename, quando foi criada em 1976, no âmbito da Central de Medicamentos, o que era? Logica-

mente, um instrumento de orientação da assistência, mas, ao mesmo tempo, balizava a política de pesquisa da Central de Medicamentos, a política de desenvolvimento tecnológico, a política de desenvolvimento industrial, pública ou privada: algumas, por instrumentos efetivos de que o Governo dispõe, na questão pública, laboratórios oficiais, os institutos tecnológicos públicos; e por meio de estímulos ao setor privado, à política de incentivos ao setor privado. Lamentavelmente, "incentivo" passou a ser uma palavra proibida, como se incentivo fosse sempre para incentivar o mau empresário, mas não para inserir um determinado ramo de empresários em determinadas estratégias de política governamental. Tudo isso está como algo que não devesse mais ser falado.

Praticamente, os diferentes setores do Ministério da Saúde operavam o sistema de abastecimento, ou a sessão de pisos específicos, com valores extremamente pequenos, insuficientes para uma assistência farmacêutica real ao nível básico. No mínimo, no nível básico era absolutamente insuficiente.

Além do mais, os medicamentos de assistência farmacêutica eram usados abusivamente como **marketing** político. Lamentavelmente, ocorreu. Acompanhamos e criticamos, como membro do Conselho Nacional de Saúde, mas isso era uma máquina avassaladora de produção de eventos de **marketing** político, em detrimento da realidade efetiva do que a população sofria e necessitava. Aqui, no Distrito Federal, o indivíduo – não me refiro ao indivíduo comum com uma doença simples, mas ao indivíduo que teve um rim transplantado, no caso – tinha que correr atrás dos diversos hospitais da rede, nas mais diferentes cidades satélites do Distrito Federal, na tentativa de obter o medicamento essencial à preservação da sua vida, isso depois de o SUS pagar o transplante. O mais grave é isso! Paga-se o transplante mais caro e depois a sustentação da vida do transplantado é relegada ao mais absoluto descaso. Descaso é a palavra que se pode ter para isso.

Aí está o que eu poderia trazer como sugestão e recomendação para V. Ex^{as}. É a sugestão de um velho batalhador nessa área, aliás, de pouca significação em termos de capacidade de produzir eventos políticos ou realidade, porque não sou mais de governo, simplesmente tenho uma atuação pública apenas limitada ao Conselho Nacional de Saúde e estou louco para sair de lá. Essa é a realidade.

Sob o meu ponto de vista, com todas as limitações da minha formação, a questão merece um debate político e decisão. A política de medicamentos precisa ser revisada, considerada a sua natureza inter-

setorial e, ao mesmo tempo, elevada ao **status** de lei ordinária. É o mínimo que se exige para a área da política de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de medicamentos. Penso que podemos apresentar como uma boa idéia para se trabalhar em cima disso o Projeto de Lei de autoria do Deputado Rafael Guerra, que trata de uma política abrangente, a meu ver, muito boa, negociada praticamente com 121 pessoas da maior e melhor qualidade, que se dedicaram e apresentaram suas propostas. Portanto, um grupo de coordenação fez a revisão e levou ao Conselho Nacional de Saúde. Novamente o projeto foi discutido em um grande seminário, desenvolvido na Câmara dos Deputados pela Comissão de Seguridade Social, com o apoio do Conselho Nacional de Saúde, e acredito que está efetivamente em condições de ser um instrumento balizador para a ação das duas Casas Legislativas nesta área.

Conclui a análise da proposta de legislação sobre o comércio farmacêutico. O País está necessitando disso há muito tempo. Há esse trabalho desenvolvido pela Anvisa e apresentado no Conselho Nacional de Saúde, em duas formulações, uma mais abrangente e outra mais sintética. Portanto, está no âmbito do Conselho Nacional de Saúde e, quem sabe, pode esta Casa do Senado e a Comissão de Seguridade – e penso que é bem-vindo pelo Conselho Nacional –, associadas, discutirem essa proposta, quem sabe, num seminário organizado em conjunto pelas duas Casas do Congresso Nacional, com a participação de todas as instituições envolvidas para debatê-la, discuti-la, daí retirando um projeto de lei. É uma área em que mais se exige, mas, também, a mais relegada ao desprezo, onde a lei da selva predomina sobre tudo mais. O estabelecimento farmacêutico transformou-se num vilão, num operador de mercado, como se tratasse de um produto qualquer que as pessoas pudessem escolhê-lo ou não, usá-lo ou não, utilizá-lo ou não. Isso não é possível quanto aos medicamentos.

Portanto, é necessário que essa questão seja colocada, debatida e transformada num efetivo projeto de lei, capaz de ganhar e galvanizar a opinião e a aprovação dos Srs. Senadores e Deputados.

Finalmente, Srs. Congressistas, o projeto de tecnologia farmacêutica tem como foco as empresas inovadoras e os institutos tecnológicos. Aquilo que a professora Núbia Boechat falou aqui: só a associação desses dois conjuntos produz. Os laboratórios oficiais são importantes, desde que possam ser desenvolvidos como embriões, como foi feito com a Farmanguinhos e com a Biomanguinhos, na própria Fundação

Oswaldo Cruz. Portanto, os outros laboratórios farmacêuticos devem associar-se a centros científicos e tecnológicos eficientes, articulando uma ação comum para, primeiro, melhorar a sua capacidade até farmacotécnica, melhorar a qualidade de seus produtos, e, depois, avançar em estratégias integradoras no futuro. Mas isso precisa ser feito.

O projeto de regulamentação do comércio farmacêutico tem como base a farmácia como integrante do Sistema Único de Saúde, como integrante da política nacional de saúde, portanto, do seu sistema.

A revisão da Lei de Genéricos: proposta que considera a experiência de suas aplicações, a superação de gargalos que se apresentaram na evidência da sua execução.

Chamo a atenção para um ponto que considero significativo: a consideração, nessa revisão, de similares terapêuticos essenciais que apresentem vantagens tecnológicas sobre as marcas que os originaram. Muitas vezes um similar derivou de uma marca, mas com as modificações da própria indústria, transforma-se em algo melhor do que a marca original. Portanto, a autoridade sanitária deve identificá-los e também colocá-los como fonte para a criação de genéricos.

Ouvi recentemente no Ipea algo importante: de 385 fármacos importados pelo Brasil, 83% tiveram suas patentes expiradas antes de 1987. Portanto, há um enorme potencial para atuar-se sobre isso sem nem brigar com patentes. Repito, 83% dos 385 fármacos mais significativos economicamente são de patentes praticamente expiradas.

Dentro da política nacional de medicamentos, como falei, propomos revisar os conteúdos, seus instrumentos, a organização do suprimento, considerando a importância do consumo SUS também para o reforço da política tecnológica industrial. Simplesmente com providências quanto à análise e avaliação dos chamados efeitos perversos de alguma coisa muito falada e pouco aprimorada em termos de estudos, que são os chamados preços de transferência, que a CPI levantou de leve, os estudiosos brasileiros, os centros de investigação não conseguem entrar nas caixas-pretas das próprias informações colocadas à disposição pelo governo para enfrentar essa questão. Lamentavelmente, Srs. Senadores, esse é o tipo de problema que merece uma CPI específica e exclusiva. Estive recentemente no Ipea e pude constatar que os investigadores do Ipea e os investigadores do IBGE não conseguem analisar informações no próprio aparato público e trazer essa questão à luz, eliminar os preconceitos sobre ela e enfrentá-la coerente-

mente. Esse parece ser um fator de encarecimento dos preços do produto.

Até divirjo um pouco do Ciro. Vou dar o meu exemplo. Eu tomo um produto chamado Adalat Oros 30mg para controlar a minha pressão arterial. Em outubro, Ciro, eu comprava esse medicamento por R\$30. Hoje, eu só o compro por R\$37; faço uso contínuo do mesmo, de 15 em 15 dias tenho que comprar uma caixa. Portanto, cresceu demais o preço desse produto. Eu tomo outro produto de uso contínuo que teve seu preço reajustado – esse é um medicamento que chega pronto ao Brasil. Uma ampola apenas desse medicamento, no dia 28 de dezembro do ano passado, custava R\$850 – trata-se de um produto caríssimo. Hoje, uma ampola custa pouco mais de R\$1 mil – e esses preços não são preços de farmácia, mas preços sem a margem de comércio; nas farmácias, o preço está entre R\$1,4 mil e R\$1,5 mil. Trata-se de uma ampola que uma pessoa tem que tomar para o tratamento coadjuvante de câncer, quer dizer, é imprescindível à preservação da vida. Isso precisa ser enfrentado.

Divirjo quando se fala – e já estou concluindo, Srs. Senadores – da seguinte questão, meu querido amigo Rech. Por favor, não estabeleçam dez salários mínimos como um teto promissor de riquezas. Segundo estudos do Dieese, o salário mínimo brasileiro, hoje, deveria ser de R\$1.360. Portanto, é quase esse valor de dez salários mínimos. O que não se cuidou foi da política do mínimo e não é possível considerar que US\$500 seja um patamar de diferença entre pobreza e riqueza – US\$500, em qualquer canto do mundo, são miseráveis. Portanto, não entremos nesse jogo de considerar que esse patamar de R\$1.560 do teto previdenciário seja o patamar que separa pobres e ricos. Isso não é verdade. Lamentavelmente, não se vive com R\$1.560: vegeta-se no limite da indigência e precisa-se do apoio de terceiros para sobreviver. É essa a realidade efetiva deste País – tanto, que a renda **per capita** brasileira situa-se em torno de US\$3,2 mil. Portanto, muito além dos US\$500 que se pretende como teto. Temos que ter cuidado ao usarmos essas coisas.

Obrigado pela paciência de me ouvirem.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Dr. Mozart. O senhor considere que o tempo que o senhor ultrapassou do limite de 20min é uma homenagem que os expositores que lhe antecederam, juntamente com esta Mesa, estão lhe prestando pelos relevantes serviços prestados à nossa Nação.

Vamos, agora, passar às perguntas dos nobres Senadores.

V. Ex^{as} poderão fazer o comentário que desejarem a respeito das exposições feitas e apresentar as perguntas a elas referentes.

Vamos iniciar com o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores expositores, sem demérito aos demais expositores, vou fazer meu questionamento ao Dr. Antônio Barbosa por julgar sua exposição consistente, convincente e condizente com o que se verifica no cotidiano, principalmente no que diz respeito aos medicamentos de mesma formulação, mas com preços divergentes em proporções aberrantes.

Dr. Antônio Barbosa, no seu ponto de vista, como o Senado Federal pode atuar no processo de defesa dos usuários de medicamentos e por que o Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, não exercita uma fiscalização mais rigorosa na apuração desses fatos? O segundo item talvez não seja da sua alçada, e sim da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mas gostaria que o senhor respondesse.

Após a sua resposta, peço licença as Sr^{as} e aos Srs. Senadores, e aos Srs. Expositores, para retirar-me deste recinto porque ainda tenho compromissos inadiáveis.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o Sr. Antônio Barbosa.

O SR. ANTÔNIO BARBOSA – Tramita nesta Casa um anteprojeto do código de defesa do usuário de medicamentos, elaborado pelo Idun e algumas entidades, ouvindo também a comunidade científica, apresentado pelo Senador Carlos Patrocínio.

Nesse projeto dá-se ênfase ao fato de o consumidor saber o que está usando. O projeto aumenta o poder de escolha do usuário de medicamentos e fala sobre uma série de temas que foram debatidos hoje aqui. Penso que ele seria um embrião desta discussão.

É preciso que se faça cumprir a lei. E a própria Lei dos Genéricos foi modificada pelo Decreto nº 3.181. Inclusive, nesse sentido, penso que esta Casa poderia elaborar um decreto legislativo onde ficaria estabelecido que o projeto aprovado pelo Congresso Nacional seria o válido. No projeto original da lei que criou os genéricos, Lei nº 9.787, se não me engano, o nome do princípio ativo em relação ao nome de marca – isso parece uma discus-

são boba, mas é muito importante, já que aumenta o poder de escolha do usuário como também de quem receita o medicamento – nunca poderia ser inferior à metade do tamanho do nome da marca. Por exemplo, no medicamento Novalgina, cujo princípio ativo é a dipirona, o nome genérico seria, no mínimo, a metade dele, podendo ser até maior do que a metade. Em um seminário feito por esta Casa foi proposto que a embalagem dos genéricos fosse diferenciada da outra, como já existe: a letra G e uma faixa. Quer dizer, não seria necessário uma resolução da Anvisa para se modificar uma lei federal.

Resumindo: quanto maior o nome do princípio ativo na embalagem, maior a possibilidade de se comprar o medicamento mais barato, principalmente com o argumento usado pelo ilustre *Ciro Mortella*, quando enfatiza a necessidade da liberação dos preços de medicamentos de venda livre, alegando que os laboratórios produzem, em média, 10, 12, 15 medicamentos iguais. Então, existe esse Código de Defesa do Usuário de Medicamentos, que é o início para uma discussão. Eu diria que, hoje, se tem de cumprir a legislação sanitária, que não é cumprida. Há um descaso muito grande pelas vigilâncias sanitárias regionais. Eu citaria a Febrafarma, que tem 330 laboratórios associados, se não me engano, Desses 330, 30% usam a prática do bônus.

O bônus significa o seguinte: a Lei nº 10.213 fixa uma margem máxima que o consumidor pode pagar pelo medicamento. Noventa e nove por cento das farmácias no Brasil estão violando essa lei, que pode ser simplesmente fiscalizada pelo Procon comparando a nota da compra do medicamento na distribuidora com a nota do medicamento que o consumidor acabou de adquirir. Então, mede-se essa margem e vê-se que o consumidor, muitas vezes, está pagando 150% a mais do que deveria pagar.

Então, é preciso que se faça um debate nesse sentido, com ação dos Procons, para garantir os direitos atuais. A Lei nº 10.213 diz que, sobre o preço do fabricante, é calculado o preço máximo ao consumidor. Então, existe uma margem máxima fixada. E é preciso que se discuta isso, porque já haveria uma redução média de 20% nos preços dos medicamentos, se a lei fosse cumprida. Mas existe esse projeto que aborda isso tudo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Dr. Antônio Barbosa.

Farei a minha pergunta, que solicito seja respondida pelo Dr. Norberto Rech, pelo Dr. Antônio Barbosa e pela Dr^a Margô.

Nos últimos anos, temos presenciado um grande número de ações judiciais pleiteando o fornecimento, pelo SUS, de medicamentos de alto custo. Algumas vezes, o que induz o paciente a procurar a Justiça é a falta do medicamento habitualmente usado por ele; em outras, o doente deseja receber uma medicação não padronizada pelo Ministério da Saúde, muitas vezes experimental e nem sequer autorizada para uso no Brasil.

Primeira pergunta: eu gostaria que os senhores comentassem sobre a pertinência dessas ações e sobre o impacto de fornecimento de medicações não padronizadas na assistência farmacêutica do SUS, ou seja, se os gastos com esses medicamentos interferem no fornecimento de medicação básica, como antibióticos e anti-hipertensivos.

Segunda pergunta: quais medidas caberiam ao Senado Federal no sentido de contornar os problemas?

Então, gostaria de ouvir a opinião de cada um dos referenciados.

O SR. ANTÔNIO BARBOSA – Primeiro, sobre essa questão do impacto no Orçamento do Ministério da Saúde, eu diria que parece ser um impacto, mas a economicidade seria muito maior se esses medicamentos fossem dispensados sem a necessidade de o paciente entrar com ações na Justiça para conseguir o direito de uso desses medicamentos. Considero justo, e creio que o Senado pode contribuir, inclusive com a discussão política com o próprio Ministério da Saúde. Mas o problema da assistência farmacêutica no Brasil hoje está na própria reestruturação dessa assistência. Apesar dos poucos recursos, haveria possibilidade de serem incrementadas algumas sugestões colocadas nesse debate e de se fazer economia com a compra direcionada do medicamento, com a padronização do medicamento por Município, com uma discussão mais eficiente e com uma preocupação da assistência farmacêutica da base para cima.

Então, resumindo, é mais do que justo o paciente receber o remédio, mas é óbvio que, quando tratamos de assistência farmacêutica, está envolvido um conjunto e não só uma questão, como o professor Mozart de Abreu e Lima falou. É preciso que se reestruture essa assistência farmacêutica. Na minha avaliação, é um direito que o usuário tem. E o impacto, que parece ser muito grande – não tenho dados sobre isso –, no entanto, torna-se econômico, porque o paciente termina, quando não tem acesso àquele medicamento, voltando com um quadro mais grave para ser tratado.

O SR. NORBERTO RECH – Tenho dados, porque tenho trabalhado essa questão desde há muito tempo, mas especificamente, neste momento, temos um grupo de trabalho, por definição da Comissão Intergestora Tripartite, composta por representações do Conass, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, do Conasems, representação do Secretários Municipais do próprio Ministério e do Conselho Nacional de Saúde, para definirmos alguns pontos fundamentais do estabelecimento de uma política para esse segmento especificamente.

O impacto do gasto desse programa no Ministério – que atendeu, em 2002, 129 mil pessoas – foi de cerca de R\$ 500 milhões; um gasto bastante acentuado, cujos repasses financeiros são feitos para os Estados, com base nas médias trimestrais de atendimento pelos Estados, mas que tem levado, além dos R\$500 milhões de investimento direto do Ministério da Saúde, também a um comprometimento significativo dos recursos do próprio Estado, que passa a ser co-participante no processo de aquisição desses medicamentos e cuja via, em geral, tem sido a via judicial.

O impacto, portanto, é bastante significativo por conta de que esses recursos, além de atenderem apenas 129 mil pessoas, e certamente com toda a necessidade bem-definida, impactam sistematicamente no processo de garantia dos recursos para aquisição e dispensação de medicamentos essenciais na rede do SUS.

A grande questão que se apresenta não é a possibilidade, segundo alguns, mais óbvia e mais fácil, porém nem tanto ética e certamente não-resolutiva, de eliminar esse programa no âmbito do Ministério da Saúde. Parece-nos que a questão principal é ampliar uma política de acesso qualificado a esses medicamentos, a partir da definição clara de protocolos clínicos, da definição das responsabilidades do Governo Federal e do Governo dos Estados em qualificar os serviços para aplicação dos protocolos para inclusão ou não dessas pessoas no programa de medicamentos de alto custo ou de dispensação excepcional, portanto serviços qualificados; e da criação efetiva, no âmbito dos Estados, dos chamados centros de referência e também de contra-referência, para que essas inclusões sejam definitivamente acompanhadas e essas pessoas sejam monitoradas e tenham um processo de utilização desse medicamento acompanhado com o segmento farmacoterapêutico, com avaliação do impacto sobre a qualidade de vida e sobre o restante do sistema.

Estamos, neste momento, trabalhando nessa política. Qual é o papel que me parece que tanto o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados po-

dem e devem desempenhar? Aprofundar a discussão sobre mecanismos específicos que garantam o acesso das pessoas a esse programa, porém com um programa não apenas resolutivo, mas sustentável ao longo do tempo. A sustentabilidade desse programa passa não apenas, no nosso entendimento, pela manutenção dos recursos, mas também pela identificação de quais são esses medicamentos que poderiam ser objeto, por exemplo, de um processo de transferência de tecnologia para incorporação da sua produção em âmbito nacional, seja para laboratórios públicos, seja para laboratórios privados.

Nessa medida, dando certamente perspectiva para, em médio e longo prazo, termos, se não a auto-suficiência, pelo menos a garantia de suprimentos do Sistema Único de Saúde para esses medicamentos.

O impacto tem sido bastante significativo – e citei isso hoje –, por exemplo, na medida em que, para uma única doença, a doença de Gaucher, temos cerca de 300 pacientes no Brasil. Esses pacientes consomem hoje, para cobertura do medicamento que é produzido apenas por uma empresa, cerca de R\$105 milhões. Houve uma proposta dos Secretários Estaduais de Saúde para que, como forma de aumentar a escala, o número de unidades adquiridas e, portanto, a melhor negociação de preço, porque há um preço variável de US\$740 a US\$900, aproximadamente, por unidade, esse processo de aquisição fosse feito centralizadamente pelo Ministério da Saúde. Começamos o processo de negociação com a empresa. Hoje, à tarde, tivemos uma reunião com os representantes dessa empresa, que apresentaram um orçamento para a aquisição centralizada por um ano pelo Governo brasileiro com a proposta de um total de US\$ 28 milhões. Estamos frente a um processo, certamente, de desestruturação da garantia de acesso aos medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde, se essa questão persistir.

Agrego uma outra questão, embora sendo demorada a minha resposta. Isso está muito relacionado a uma outra característica: dos medicamentos, cujos registros têm sido solicitados no Brasil, grande parte dessas solicitações são de medicamentos considerados de alto custo, medicamentos que, em determinados casos, fazem com que um tratamento, por paciente, passe de R\$8 mil, com os medicamentos que já estão disponíveis no mercado, para R\$86 mil, com medicamentos que pleiteiam o registro. Parece-me que esta Casa, como de resto o conjunto do Congresso Nacional, tem como possibilidade concreta estabelecer o debate sobre a necessidade de vin-

culação de uma avaliação farmaco-econômica – seja, avaliação de preço, de custo-efetividade, processo de registro desses novos medicamentos, porque, uma vez formulado em bases bastante claras e transparentes que oportunizem a apresentação de dados cientificamente gabaritados e a discussão transparente da necessidade de adequabilidade ou não da concessão do registro desses medicamentos e/ou, em nosso entendimento, do preço também, esse processo certamente vai resultar em algo mais claro para a definição de quais medicamentos, efetivamente, a sociedade brasileira precisa e quais aqueles que devem ser considerados estratégicos, inclusive na perspectiva de sua produção nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra a Dr^a Margô.

A SRA. MARGÔ GOMES DE OLIVEIRA KARNIKOWSKI – Inicialmente, quero parabenizá-la pelo questionamento. Realmente, é bastante complexa essa resposta. De qualquer forma, vale ressaltar que é direito de todo cidadão requerer a terapia de qual necessita para garantir a sua vida, quer por quais mecanismos sejam necessários.

Em relação a onerar o sistema, esses medicamentos de têm alto custo são necessários. E como muito bem nosso colega falou, esse assunto só será resolvido na medida em que assumirmos que temos que garantir a produção de medicamentos para as patologias, principalmente aqueles medicamentos que chamamos de novos, que têm alta tecnologia e que são utilizados para tratamento de patologias que não são de fácil terapia. Se não tivermos claro e transparente os critérios de concessão de patentes para esses medicamentos, junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, vamos continuar tendo medicamentos com uma recapagem de novo, mas custando muito caro – isso foi colocado pelo nosso colega Antônio e deve ser considerado. O que não se pode admitir é que falem medicamentos de baixo custo isso é inadmissível.

Todas as questões que estamos discutindo aqui, que perpassam pela sua pergunta, esbarram justamente na gestão de gerenciamento. Podemos até entender que um medicamento de alto custo seja difícil de ser adquirido, mas e aqueles para tratamento de hipertensão, de diabetes, de asma, por que eles faltam? São questões a respeito das quais realmente temos que assumir que precisamos elaborar. O Senado, nesse sentido, pode atuar efetivamente elaborando mecanismos que melhorem, que capacitem os gestores municipais, que melhorem essa questão de descentralização do sistema, que, inclusive, já está

previsto. Temos que atentar para o fato de estarmos comemorando a questão dos medicamentos anti-retrovirais, mas até mesmo esse programa não está garantido, à medida que assumimos acordos internacionais que comprometerão o nosso aporte à matéria-prima de produção do medicamento, que será feito a partir de 2005. Temos que buscar mecanismos legais de nos proteger em relação a isso.

Acredito que medicamento, por não ser um bem comum, como foi falado aqui, é uma questão de soberania nacional. Portanto, temos que começar a nos preocupar não só em apagar fogueiras, mas também em ter uma visão futura de como podemos proceder para termos obtermos uma assistência considerada sustentável. Os programas, todos os avanços e vitórias estão sob ameaça. Deixamos passar esses assuntos como se fossem de menor importância, mas estamos começando a sentir as consequências agora. Isso vale, inclusive, para os empresários brasileiros. Temos que estudar melhor as entrelinhas dos acordos internacionais, em resumo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Dr^a Margô.

Registro a presença do Deputado Federal Marcelo Castro, que está convidado para compor a Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exm^o Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^s e Srs. Senadores, Sr^s e Srs. palestrantes, gostaria de fazer duas perguntas ao Sr. Ciro Mortella: quais são, na opinião da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica, as alterações necessárias na legislação federal, para favorecer a ampliação e a qualidade da assistência farmacêutica hoje prestada pelo Sistema Único de Saúde? A legislação federal brasileira favorece ou dificulta o desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional?

O SR. CIRO MORTELLA – Ilustre Senador Augusto Botelho, entendo que a intervenção do Dr. Mozart nos dá uma visão de conjunto, uma pista muito boa para essa resposta. As alterações na legislação vêm a partir da análise do que precisamos fazer para que haja saúde, desenvolvimento industrial, ciência e tecnologia, coisas que não podem, de maneira nenhuma, caminhar separadas. Conforme brilhantemente expôs o Dr. Mozart, não há como encontrarmos saídas, se desvincularmos, estrategicamente, o tratamento dessas questões.

Sei que existem inúmeros projetos que propõem mudança na atual legislação ou novas legislações acerca da questão dos medicamentos.

Falei aqui da carga tributária. O medicamento citado pelo Dr. Mozart, pelo qual ele disse que paga R\$34, se não houvesse ICMS de 19% em São Paulo, custaria R\$27.

O SR. MOZART DE ABREU E LIMA – Paguei R\$37.

O SR. CIRO MORTELLA – A lista está aqui. O valor é R\$34. Se V. S^a está pagando R\$37, há algo errado. De qualquer maneira, não é um valor trivial. A discussão não é essa. Mas, obviamente, conseguiríamos uma redução substancial, se a carga tributária, como eu disse, fosse compatível com a essencialidade do medicamento.

Como se faz isso? Por exemplo, existe uma proposta de emenda à Constituição do Deputado Jair Meneguelli, apresentada no ano passado, na Legislatura anterior, a qual isenta de ICMS e de todo e qualquer tipo de imposto medicamentos destinados a programas e projetos governamentais de assistência farmacêutica. E há outros projetos, como o do então Deputado e hoje Senador Aloizio Mercadante, referente à assistência farmacêutica, com uma modelação de como poderia ser o sistema de reembolso. No âmbito da legislação, poderíamos pensar – e se tem pensado – em muitas coisas.

É fundamental a visão de conjunto, a visão estratégica, a convicção de que as variáveis da equação devem ser tratadas de forma conjunta. Não adianta fazermos regulação econômica, se não dermos atenção à questão farmacêutica no SUS, se não se desenvolverem políticas públicas no campo da Saúde, nem se promover o crescimento da indústria local instalada no Brasil mediante política industrial. Isso tudo, em longo prazo, acaba demonstrando-se insuficiente.

V. Ex^a, Senador Augusto Botelho poderia repetir a segunda questão. Desculpe-me, mas me perdi.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Na sua opinião, a legislação federal brasileira favorece ou prejudica o desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional?

O SR. CIRO MORTELLA – As empresas de capital nacional, exatamente por esse tipo de enfoque havido no passado, num determinado momento da nossa história, praticamente desapareceram do mapa. Não vou agora refazer toda a história, mas basta olhar para o mercado para se constatar isso.

Outras empresas de capital nacional, ao longo do tempo, a duras penas, vieram se constituindo. Hoje, há empresas de capital nacional extremamente importantes no mercado farmacêutico. Mas, para a empresa genuinamente nacional, é preciso que se

entenda que estão aqui 100% do mercado, ou seja, 100% é mercado interno. E, hoje, o Brasil não tem grandes condições de competir no mercado externo, porque o que fazemos o mundo inteiro faz.

Não há no Brasil pesquisa em desenvolvimento – voltamos à questão anterior, da visão de conjunto –, e, portanto, não temos condições de desenvolver produtos de alto valor agregado, com os quais poderíamos competir lá fora, exportando medicamentos. Nossas exportações, em sua grande maioria – e me desculpem se me alongo, mas a questão é complexa –, são exportações de empresas subsidiárias de empresas multinacionais. As empresas de capital nacional exportam pouco. Por quê? Porque a nossa carga tributária é perversa, incide sobre a produção. Qualquer produto farmacêutico fabricado no Brasil custa 10,7% a mais do que os produzidos em qualquer lugar do mundo, só por conta do PIS, Cofins e CPMF, impostos só existentes aqui.

A indústria nacional hoje só tem duas alternativas: ou se dedica ao mercado interno – e, lamentavelmente, o mercado interno não cresce – ou faz pesquisa em desenvolvimento – e, lamentavelmente, não temos uma política estratégica em pesquisa e desenvolvimento. Essa é a situação da empresa nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Falo como usuário que tem acompanhado aqui o debate. Durante certo tempo, fui líder comunitário, e, em nossas reuniões, a preocupação com a questão da saúde era de se fazer o chá para se tomar, porque faltava dinheiro para comprar remédio. Então, essa é uma de minhas indagações.

Minha outra preocupação é relativa às embalagens. Parece-me que os medicamentos vêm numa embalagem única, e o paciente, ao receber a receita médica, não precisa utilizar todos aqueles comprimidos ou todo o líquido contido na embalagem. A meu ver, isso é um desperdício do produto. A embalagem única onera mesmo o medicamento, ou essa é apenas uma impressão?

Voltando ao tema dos chás caseiros, as pessoas, sem dinheiro para ir à farmácia comprar os remédios, usavam os chás. Culturalmente, as populações de baixa renda tomavam chás caseiros. Agora, quem disputa o mercado também vende chás, fazendo propaganda deles. E não há comprovante científico de sua eficácia. Essa preocupação é muito pertinente e

pode contribuir para resolver uma série de questões da área social.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – V. Ex^a tem preferência por algum expositor?

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Não sei a quem dirigir a pergunta, mas, em sendo uma questão ampla, não estanque em um setor, mas de todo um complexo, acredito que deva ser respondida não por todos, mas a quem estiver mais afeta a questão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Então sugiro que dois expositores se apresentem. (Pausa)

O SR. NORBERTO RECH – Estamos em um processo de definição das diretrizes e estratégias a serem adotadas pela Secretaria e pelo Departamento de Assistência Farmacêutica há aproximadamente dois meses.

Quando nos referimos ao estabelecimento de uma política de assistência farmacêutica que tem interfaces com outras políticas, como por exemplo, com a política de medicamentos, uma das questões fundamentais que se coloca é exatamente a criação de uma política específica para o desenvolvimento da pesquisa e produção dos fitoterápicos, incluindo, a exemplo do que vem acontecendo de forma bastante consistente em alguns Estados brasileiros, a adoção de mecanismos de incorporação dos conhecimentos tradicionais às práticas de saúde – entre elas, está o uso de plantas medicinais – em um processo de utilização do Sistema Único de Saúde, a partir evidentemente de diagnóstico desses conhecimentos tradicionais incorporados, referência desses conhecimentos com uma base científica de informações e repasse das informações aos usuários, de forma a implementar a utilização adequada e racional desses instrumentos terapêuticos importantes para a população brasileira. No entanto, não é possível garantir o atendimento das pessoas no SUS apenas com esse tipo de política. Isso é uma parte integrante de um conjunto de diretrizes e de estratégias que deve ser implementado. Com certeza, incorporamos nesse processo essa discussão.

Estamos às vésperas da I Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, que deve ser realizada na primeira quinzena de setembro. E estamos programando, para bem próximo, um seminário para o resgate da discussão acontecida no ano passado sobre a política nacional de plantas medicinais e de fitoterápicos, incorporando outras experiências exitosas de Estados, nos quais a questão se tornou lei estadual e que incorpora interfaces significativas entre saúde, educação, agricultura, com o en-

volvimento dos produtores, com a fixação dos produtores de plantas medicinais como insumos para a utilização direta ou para a indústria farmacêutica, com a qualificação desses insumos, com a geração de emprego e renda, com a educação e a saúde e com a utilização desses produtos no Sistema Único de Saúde. Esse aspecto está sendo considerado para o estabelecimento dessa política no Ministério.

Com relação ao fracionamento, essa é uma das discussões importantes que tivemos aqui. Há pelo menos dois ou três projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados, e que tratam do assunto. Há campo profícuo para o aprofundamento da questão, pois o conjunto de medicamentos industrializados colocados à disposição dos usuários não traduz um quantitativo claro em termos da necessidade terapêutica dos tratamentos médios. Portanto, há necessidade de discutir a possibilidade desse fracionamento com regras claras de garantia da qualidade e da segurança desses medicamentos, o que é um grande problema em se considerando o mercado farmacêutico brasileiro, conforme observação do Prof. Mozart, como um mercado perverso e, via de regra, não qualificado. Em sendo assim, o fracionamento traz à discussão as salvaguardas necessárias para que a qualidade, a segurança e a eficácia desse medicamento sejam preservadas, ao mesmo tempo, em que podemos e devemos aprofundar a discussão no âmbito do Congresso Nacional. Creio que há, sim, um campo profícuo para o estabelecimento de uma mesa de negociação e de discussão com o setor produtivo nacional. Quando digo nacional, não me refiro apenas às indústrias de capital nacional, mas ao setor produtivo instalado no País, indústrias de grande, médio ou pequeno porte, visto que essa também é uma questão de interesse das próprias indústrias. A partir deste momento, podemos estabelecer interfaces de negociações, a fim de caminharmos, inclusive antes do estabelecimento de qualquer legislação a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Sr. Ciro Mortella.

O SR. CIRO MORTELLA – Sr. Presidente, entendemos que nenhum paciente deveria sair com a receita, ir para casa e tomar um chá no lugar do medicamento que lhe foi receitado pelo médico. Isso nunca poderia ou deveria acontecer, por nenhuma razão e muito menos pela razão de que o paciente simplesmente não possui condições de adquirir o medicamento.

Se o Dr. Mozart fosse um cidadão italiano, por exemplo, ele não pagaria absolutamente nada pelo me-

dicamento Adalat. A Itália é um país com 1/3 da nossa população, com as dimensões do Estado de São Paulo e um mercado farmacêutico que é 2,5 vezes o nosso, ou seja, o dobro do nosso e mais alguma coisa.

Portanto, a indústria farmacêutica, como demonstrei, tem se desenvolvido onde existem políticas de conjunto e onde existe assistência farmacêutica. É aí que a indústria farmacêutica tem trabalhado e obtido os melhores resultados. É por isso que defendemos que nenhum paciente tome o chazinho no lugar do remédio.

Sr. Presidente, gostaria apenas de acrescentar que não temos rigorosamente nada contra o fracionamento. Consideramos, em primeiro lugar, que as condições sanitárias precisam ser observadas. O Brasil, sem dúvida, precisa de uma fiscalização rígida dos pontos de venda, em termos sanitários. Não podemos evoluir nesse sentido, permitindo que os pacientes saiam com comprimidos na palma da mão ou embrulhados num pedaço de papel de padaria ou de jornal. Mas, se chegarmos a um ponto em que cada comprimido tenha uma embalagem, sem dúvida, haverá um aumento de custo que inviabilizará a compra do medicamento. Por exemplo, um comprimido de Isordil viria a custar R\$0,10 ou R\$0,12. Se embalado individualmente, por quanto sairia esse medicamento?

Queremos discutir o assunto, sim. Acreditamos que a racionalização das quantidades das embalagens é viável, é discutível, deve ser feita, deve ser procurada, e, obviamente, o consumidor deve ser resguardado em relação às questões sanitárias e de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado.

O Relator da Subcomissão é o Senador Mão Santa. E é a S. Ex^a que concedo a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Srs. expositores e encantadoras Sr^{as} expositoras, atentamente estamos ouvindo o que está sendo dito aqui. Aproveito este instante – e nunca aprendi tanto em tão pouco tempo –, para dizer que sou médico há 37 anos, vividos e lutados. Às vezes, temos que buscar a filosofia. Diante de tantas exposições, lembro-me daquele filósofo que disse: “Tenha coragem para mudar o que pode, serenidade para aceitar aquilo que não pode mudar e sabedoria para distinguir uma coisa da outra”.

O SUS hoje é do Brasil. Entendo que o SUS deve ser como o sol, igual para todos. O problema da assistência farmacêutica no Brasil é igual ao da assistência hospitalar médica, com a qual convivi muito

tempo. Há um conflito e um confronto muito grande entre os setores privado e público.

Está presente o Dr. Marcelo Castro, Deputado Federal, uma das inteligências mais brilhantes que conheço, professor de psiquiatria no Rio de Janeiro. No Piauí, foi Presidente de institutos de assistência pública. Cito o exemplo da cidade de S. Ex^a, São Raimundo Nonato, na época em que eu governava o Estado do Piauí, porque um quadro vale por dez mil palavras. É interessante que, quando cheguei ao Piauí, ainda novo, vindo do Rio de Janeiro, fui convidado para ser até diretor de um hospital público na sua cidade, e Deus me tirou de lá, onde eu jamais seria líder, porque S. Ex^a é mais forte do eu. Depois, quando governador do Estado, visitei esse hospital público. O quadro era de um hospital totalmente sucateado. Era um hospital público para o qual eu tinha sido convidado para ser diretor em 1969. Seria vergonhoso convidar uma mulher de São Raimundo Nonato para parir naquele hospital público. Interessante também é que havia quatro hospitais privados muito bons, e os quatro diretores dos hospitais privados tinham sido diretores desse hospital público. Este é o conflito: o público e o privado.

Como governador do Estado, fui advertido de que não deveria investir num hospital público do Estado do Piauí, o maior da região, Hospital Getúlio Vargas, construído na ditadura de Vargas – daí o Piauí ser referência em saúde, porque Getúlio colocou tenentes como governadores interventores nos outros Estados e, no Piauí, nomeou um médico, motivo por que o Estado saiu na frente. Fui governador e investi.

Trata-se de interesses diferentes, mas são totalmente necessários. Temos de conviver com a rede hospitalar privada e a pública. Temos de apitar o jogo, de fazer leis boas para essa convivência. Ambos são necessários. Uns estão mais avançados em determinado setor, em determinada pesquisa; um vê a qualidade, outro vê a quantidade, mas são necessários.

Cito um exemplo que é motivo por que não se pode esquecer a coisa pública. Todos querem as fatias do SUS, as guias, o dinheiro mesmo. Se eu der 200 guias a um hospital privado e der 200 guias para um hospital público, o privado vai atender somente os 200. Se, no dia 10 do mês, acabam-se as guias, está feito o problema para o irmão, para a massa que não tem dinheiro. Esse é o nosso problema. Quem tem dinheiro não tem problema.

Diziam que em Brasília havia a melhor assistência médica, pois era só pegar o avião e ir para São Paulo. O rico não tem problema, ao contrário do pobre. O hospital

público, com aquelas 200 guias, atende mil pessoas, pois tem esse compromisso. Essa é a realidade.

Então, vivi e vivi, muito e muito tempo, e nunca andei com carteira de dinheiro no bolso, nem com talão de cheque. Eu andava com o livreto da Ceme. Falam mal da ditadura, mas ela fez essa bênção. Dizem que o Médici torturou – não estou aqui para julgá-lo –, mas a Ceme surgiu nessa época e foi um benefício extraordinário. Eu andava com aquilo no bolso. Trabalhei em Santa Casa. Aquilo é fundamental.

O que estamos discutindo é muito mais importante do que o problema da fome. Conheço bem o problema de Guaribas, de Acauã. Lá os caboclos plantam muito feijão. O Dr. Marcelo é daquela região. Nunca entendi esse negócio de fome, porque, com saúde, eles sobem num pé de manga e tiram a fruta, buscam o alimento. Mas é duro ser doente, sem remédio. Isso causa muita dor. Estando com saúde, buscam o alimento. Essa é a realidade.

Vou dar um exemplo claro. No dia em que assumi, eu estava com uma forte sinusite. Fui ao Piauí, consultei-me lá. Fui medicado no pronto-socorro e saí com uma receita do hospital. Na farmácia, gastei R\$370; lembro-me disso agora. Um pobre não tem isso. O valor do salário mínimo, que virá por meio de medida provisória, será de R\$240. Então, como o pobre pode ter sinusite?

Temos que conviver com os hospitais públicos. E o SUS, naquilo que faz, faz muito bem, porque o mais importante é o material humano. Sou cirurgião e nunca operei diferente um pobre. Operei muito em Santa Casa, até indigente, que não tem nem SUS.

Da mesma maneira, são aqueles que se dedicam à ciência da Farmácia, os farmacêuticos e os laboratórios. É muito importante a presença de farmacêuticos e dessas equipes de saúde aqui.

Vou citar um fato vivido na minha cidade, que está situada abaixo do nível do mar. Quando ocorre uma enchente – o Piauí tem muita água –, a cidade alaga. Ainda muito novo, fui Secretário de Saúde do Município. Na minha cidade, havia mais de cem acampamentos. E houve uma epidemia de uma micose de dedo, que lá chamamos de frieira. Aquilo incomoda e alastra. Era na igreja, nos grupos, milhares e milhares. Eu estava no Rotary com um farmacêutico, o Raul Bacelar. Ele foi o mais velho farmacêutico. Há até um museu lá. Ele me disse: “Doutor, o senhor está triste, preocupado?” Respondi-lhe: “Rapaz, estou preocupado com essa enchente. Há centenas de alojamentos, e a frieira se alastrou. O dinheiro do Município é pouco, e esses remédios são caros, o Nizoral é caro”. O Raul Bacelar, numa homenagem aos farma-

cêuticos – ele, que morreu aos 104 anos e trabalhou até os 100 anos, ia ao Rotary –, perguntou-me: “Mão Santa, a sua Secretaria tem álcool?”. Eu lhe disse: “Tenho álcool. Não tenho Nizoral e outros medicamentos, porque são caros. É para a massa. É uma epidemia. Aquilo pega. Tenho álcool. Também se não o tivesse...”. Ele afirmou: “Mande o álcool para a minha farmácia”. E ele fez ali aquela manipulação. Ensiinei, então, aos bandeirantes e escoteiros a viver nos alojamentos, e acabou essa epidemia.

Esse exemplo mostra que podemos resolver certos problemas com ciência e tecnologia bem mais baratas, apesar de sofisticadas. Ninguém pode dizer que uma pneumonia não se cura – e se cura muito bem – com penicilina. Mas também há cada antibiótico, que não sei nem o nome. E nem é bom lembrar do nome, porque não se tem dinheiro para comprá-lo.

Penso que aqueles que contribuíram para fechar a Central de Medicamentos – Ceme – vão pagar caro. O bem atrai o bem; o mal atrai o mal. E o fechamento da Ceme foi um grande mal, porque ela funcionava bem. Se existia corrupção, esta não vai acabar e não acabou com o fechamento da Ceme. Assim fizeram com a Sudene. Devem-se colocar os corruptos na cadeia. Não se pode ficar preocupado somente com o Fernandinho Beira-Mar. É preciso haver preocupação com todos os que roubam.

Faremos um relatório. Agradeço aos nossos consultores que estão aqui, o Luiz Carlos, o Sebastião Júnior, o Ubiramar de Souza, que são médicos como nós. Agradeço também aos palestrantes que mostraram muitos conhecimentos; cada um deles será muito útil. Vamos fazer esse relatório e elaborar boas leis. Que o que foi estudado aqui seja uma grande contribuição, para que haja melhores dias na nossa Saúde!

O País avançou muito. Vi nascer a cirurgia cardiovascular aqui. Convivi com Christian Barnard. O Brasil avançou muito na Medicina. E, em Teresina, na era do transplante cardíaco – refiro-me à minha especialidade –, faz-se cirurgia com êxito.

Quero crer que a nossa gente e os nossos técnicos terão a capacidade também de fazer evoluir o que foi “plantado” no passado, esses laboratórios. Desde Oswaldo Cruz, conseguimos vencer muita coisa. E, agora, estamos dando exemplo para o mundo, que está reconhecendo o mérito das campanhas tão bem feitas no combate à Aids.

Quero crer que sairemos daqui com um relatório.

É preciso haver uma convivência, como a dos hospitais privados, aos quais não sou contra, e públi-

cos. Mas é preciso conviver. E não podemos deixar acabar as instituições farmacêuticas, que muito fizeram e das quais a massa necessita tanto. Tudo pode ser feito de forma mais econômica. Quero acreditar que o grande avanço no sistema de saúde terá como base o fortalecimento das instituições farmacêuticas, sem as quais não têm razão de ser a Ceme e o SUS.

Encontrei pessoas que me pediram para que eu operasse úlcera. Sou do tempo que existia muita cirurgia de úlcera. Perfurava, dava estenose. A pessoa vomitava sangue, surgiam hematomas, e, depois, desaparecia totalmente. Fiz muita gastrectomia à Billroth I e à Billroth II, aquelas piloroplastias com vagotomia. Apareceram medicações. Mas eu, que nunca deixei a Medicina, sou orgulhoso disso. Acredito que a medicina é a mais humana das ciências e que o profissional da saúde é o grande benfeitor da humanidade. Tenho visto pessoas pobres – e é para eles que vivemos, pois os problemas dos ricos já estão resolvidos – pedindo para serem operadas do estômago porque não há mais aquele medicamento. Isso é triste. Há medicamentos que estão faltando mesmo. Sei que não devemos tratar de religião, mas acho que a pessoa que fechou a Ceme vai para o inferno. Sou médico e sei o bem que ela fazia, na hora da dor, na hora de uma simples diarreia, de uma criança em convulsão ou de uma asma. Num país com esse desemprego que foi mostrado, 50 milhões não têm dinheiro para comprar medicamento.

Meus parabéns, Senador Papaléo Paes, por presidir esta Subcomissão. Parabéns a V. S^{as}, que são os artífices desse desenvolvimento da Medicina no nosso Brasil. Vamos dividir o pão, compartilhar, levar essa medicina ao irmão. Não poderemos ser considerados irmãos se não formos capazes de levar medicamento ao irmão que sofre.

Essas eram as minhas palavras.

Agradeço a V. S^{as} por este dia em que mais aprendi na minha vivência aqui no Senado.

Outro dia, eu ia saindo com o Senador Tasso Jereissati de uma reunião da CAE – era sobre dinheiro, e eu gosto mais de tratar do ser humano. O Tasso, que foi governador na mesma época que eu, perguntou, no corredor: “Mão Santa, o que está achando disso?” Eu disse: “Já aceitei que estou fazendo uma faculdade nova, sempre estudando, aprendendo. V. Ex^a é um colega e o velho Sarney, o diretor.” Temos que estar presentes, senão cortam o nosso ponto.

Muito obrigado, façamos com que a saúde seja como o sol: igual para todos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado. O Senador Mão Santa é para nós um grande exemplo de vida. Sempre faz seus pronunciamentos associando-os a uma experiência de vida. Isso enriquece muito e faz com que aprendamos com S. Ex^a. É uma escola para mim também, colega médico que está aqui presente.

Como Presidente, muitas vezes fico impedido de fazer comentários, mas, apesar de já estarmos completando quatro horas de reunião, eu não poderia deixar de citar que tivemos a idéia de fazer esta audiência pública nesta área exatamente por nossa vivência hospitalar, pela dificuldade que nós, como médicos, sentimos no paciente que vai procurar atendimento na área da saúde.

Moro no Estado do Amapá, no Município de Macapá. Sou médico. Dediquei-me até hoje à minha vida de médico no serviço público; não tenho clínica particular. Já trabalhei três ou quatro anos em hospital privado, mas preferi fazer da minha vida médica uma profissão para servir à população carente. Eu e minha esposa somos médicos, funcionários públicos federais de último nível – ainda pegamos aquela época em que o salário era bom e ainda é preservado. Hoje, quem ingressa no serviço público está sendo visto – e nós também – como os vilões do problema econômico do País, da Previdência, seja lá do que for. Somos os grandes vilões. Mas o meu salário proporcionava dignidade à minha família e, por conseguinte, condições de me dedicar ao serviço público.

Falo isso para todo o Brasil. Meu Estado está me escutando e, logicamente, são grandes testemunhas dessa minha manifestação.

Sempre tenho dito que não se deve perder a dignidade profissional, mesmo com um salário baixo. Dou este conselho aos novatos da medicina: se não está satisfeito com o seu salário, entregue o seu cargo, sua função e procure uma ocupação mais bem remunerada, porque a profissão de médico requer mais dedicação do que qualquer outra, sem ver o lado material.

A dedicação ao serviço público fez com que passássemos a conhecer profundamente – são 26 anos – a questão da saúde na área pública. Acompanhamos o paciente desde o atendimento médico inicial. Esse paciente vai ao hospital, passa noites e noites esperando pela marcação de uma consulta e, quando consegue, já no consultório médico, agradece a Deus. Quando atendido, bem ou mal – deveria ser muito bem atendido –, sai com a receita, que deve ser levada até a farmácia do hospital, mas lá não há medicamento. E é exatamente nesse ponto que esta-

mos centralizando esta audiência: o atendimento do nosso paciente, do usuário do serviço público no momento final do atendimento ambulatorial, ou seja, o recebimento de medicamentos.

Isso nos faz lembrar da Ceme, Senador Mão Santa. V. Ex^a sempre fez essa referência. Sou testemunha de que, na época em que havia a Ceme – fui Secretário de Saúde em 1983, no apogeu da Ceme –, tínhamos medicamentos sem dificuldades.

Aqueles que têm dinheiro, condição financeira, pensam que os genéricos não servem, que o medicamento gratuito também não. Esses devem comprar o medicamento: se têm dinheiro, devem gastá-lo, colocá-lo em circulação.

Essa conduta nos chamou atenção. E a nossa finalidade é exatamente, nesta audiência, ouvirmos profissionais do quilate de V. S^{as}, para que possamos ter uma visão geral da realidade, inclusive do jogo de interesses econômicos que existe – nesse jogo incluo a razão da extinção da Ceme –, incluídos os desmandos administrativos, uma grande balela para justificar a extinção da Central.

Hoje, dia 20, começamos. Já foram ouvidos seis profissionais da mais alta qualidade. Quero agradecer a cada um de V. S^{as} pela participação, pela disposição, pela forma responsável com que estão colaborando para a saúde pública nacional nesta Casa. Agradeço a todos os seis expositores. O que podemos fazer pelas senhoras e pelos senhores é agradecer-lhes em nome da Casa. Com certeza, todos os seis terão seu nome gravado nesta Casa como grandes colaboradores para a concretização de nossas intenções tão necessárias para o povo brasileiro.

Agradeço também aos três consultores presentes, que fizeram parte da nossa Mesa: Dr. Luiz Carlos Romero, Dr. Sebastião Júnior e Dr. Ubiramar Lopes de Sousa.

Agradeço à Secretaria da Subcomissão de Assuntos Sociais, da qual somos titulares e de onde saiu a Subcomissão Temporária de Saúde. Essa Subcomissão tem o prazo de 120 dias para apresentar seus trabalhos. Começamos com este belo e importantíssimo evento, com o qual estou extremamente satisfeito, como todos aqui.

Vamos continuar esta audiência no dia 27 próximo. Antecipo que, no dia 3 de junho, haverá outra audiência relacionada com a hemodiálise. Estamos antecipando, porque, na próxima reunião, esperamos aprovar o requerimento para essa audiência.

Desejo agradecer às outras equipes que ficaram à disposição desta Subcomissão, que também

são responsabilidade pelo sucesso desta reunião, e a todos os membros da imprensa aqui presentes. Não poderia jamais deixar de citar a importante ação da **TV Senado**, não para nós, Senadores, mas para a população.

Lembro a todos que, no dia 27 próximo, às 18 horas, faremos a segunda reunião para a audiência pública.

Agradeço aos Deputados que estiveram presentes a esta reunião. Logicamente vieram mostrar seus interesses por esta Casa e, pela responsabilidade que têm no Congresso Nacional, farão com que as reuniões da Câmara dos Deputados sobre o sistema de saúde tenham bom resultado.

Enfim, agradeço a todos a presença.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 22h30min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE

ATA DA QUARTA REUNIÃO (extraordinária) DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 27 DE MAIO DE 2003, TERÇA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS.

Às dezenove horas e sete minutos, do dia vinte e sete de maio de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Educação, sob a presidência do Senhor Senador **PAPALÉO PAES**, para a realização de Audiência Pública, reuniu-se a Subcomissão Temporária da Saúde, com a presença dos Senadores **EURÍPEDES CAMARGO, MÃO SANTA, RENILDO SANTANA, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO**. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. Convidou para compor a mesa o Relator Senador Mão Santa, e os Consultores Legislativos do Senado Federal Luiz Carlos Romero, Sebastião Moreira Júnior, Ubiramar Lopes de Souza e Regina Siqueira. Iniciou-se a Audiência Pública com a finalidade de atender ao requerimento nº 01-CASSAÚDE/2003, de autoria do Senador Papaléo Paes para obter subsídios para a atuação do Senado em relação ao aprimoramento da assistência farmacêutica no âmbito do SUS, com os Senhores **JOSÉ HERMÓGENES DE SOUZA**, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos

do Ministério da Saúde; **RENÉ JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS**, Coordenador-Executivo do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS); **BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASCHI**, Diretora Administrativa do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS); **SAMAIR DAHAS BITTAR**, Diretor de Saúde Pública da Associação Médica Brasileira (AMB); **FLÁVIO VORMITAG**, Presidente da Associação de Laboratórios Multinacionais de Pesquisa (INTERFARMA); **GUILHERME ROBALINHO**, Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco e Diretor Presidente do Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (LAFEPE); **JAIRO BISOL**, Promotor de Justiça, Titular da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde – PROSUS. Todos os convidados fizeram uso da palavra para as suas exposições. Participaram das interpelações ao Senhor Samir Dahas Bittar, o Senhor Senador **PAPALÉO PAES**; ao Senhor Flávio Vormitag, o Senhor Senador **PAPALÉO PAES**; ao Senhor Jairo Bisol, o Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO**; e a Senhora Beatriz Figueiredo Dobaschi, o Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO**. Também fez o uso da palavra o Senhor Senador **MÃO SANTA**, agradecendo e parabenizando os senhores convidados. O Senhor Presidente agradeceu aos convidados, aos consultores; aos operadores da televisão, rádio e som; e a Secretaria da Comissão pelo apoio que tem sido dado para que a Subcomissão possa desenvolver um bom trabalho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a reunião às vinte e duas horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Papaléo Paes**, Presidente da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião extraordinária da Subcomissão Temporária de Saúde da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da quinquagésima segunda Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Sr^{as} e Srs Senadores que aprovam permaneçam sentados.

Aprovada.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler:

Solicito, nos termos regimentais, ouvida a Subcomissão Temporária de Saúde, que sejam recebidas e analisadas as informações do Conselho Federal de Farmácia para a feitura do relatório final da audiência pública sobre assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde a ser realizada nesta Comissão, na presente data.

Sala de Comissões, 27 de maio de 2003. – Senador **Papaléo Paes**.

Em votação.

Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permanecem sentados.

Aprovado o requerimento.

O segundo requerimento:

Solicito, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária de Saúde, para, com a participação de técnicos, obter subsídios para orientar a atuação do Senado Federal e, em especial, desta Subcomissão em relação à melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial, da assistência hemodialítica.

Sala de Comissão. – Senador **Papaléo Paes**.

Este requerimento, para esclarecer aos nobres Senadores, de minha autoria, solicita a aprovação da realização de audiência pública sobre o tema hemodialíse.

Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permanecem sentados.

Aprovado o requerimento.

Também gostaria de prestar um esclarecimento a todos os presentes.

O Senado Federal não dispõe de Comissão de Saúde, mas a Subcomissão de Saúde, originária da Comissão de Assuntos Sociais, e desta Comissão fazem parte os seguintes Senadores: Augusto Botelho, Vice-Presidente; Senador Mão Santa, Relator; Renildo Santana; Reginaldo Duarte; Eurípedes Camargo e Senadora Serys Slhessarenko; são sete os membros, e eu, como o Presidente da Subcomissão.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública, aprovada pelo Requerimento nº 001/2003, de autoria do Senador Papaléo Paes, destinada a subsidiar os trabalhos desta Comissão e do Senado Federal no que concerne à obtenção de uma assistência farmacêutica de qualidade no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Os convidados para esta audiência pública são os senhores: José Hermógenes de Souza, René José

Moreira dos Santos, Beatriz Figueiredo Dobashi, Samir Dahas Bittar, Flávio Vormittag, Guilherme Robalinho e Jairo Bisol.

Neste momento, convido o Senador Mão Santa para que ocupe lugar à Mesa como Relator da Subcomissão.

De acordo como art. 114 do Regimento Interno do Senado Federal, convido o Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Luiz Carlos Romero, para compor a mesa e assessorar, por conseguinte, a Subcomissão.

De acordo com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, convido o primeiro palestrante, Sr. José Hermógenes de Souza, médico sanitário e do trabalho, mestre em administração pública, foi Secretário de Saúde do Estado da Bahia, Presidente da Fundação Sesp e Secretário-Geral e Executivo do Ministério da Saúde, atual Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

Quero deixar claro e peço a colaboração das senhoras e dos senhores expositores para o fato de que cada expositor disporá de 20 minutos. As Sr^{as} e os Srs. Senadores irão fazer suas perguntas após a manifestação dos sete expositores; cada um disporá de cinco minutos para perguntas.

Iniciamos a nossa audiência exatamente neste horário por estarmos aguardando o término da Ordem do Dia.

O Dr. José Hermógenes de Souza fará uso da palavra por 20 minutos.

O SR. JOSÉ HERMÓGENES DE SOUZA – Sr. Senador Papaléo Paes, demais Senadores, senhoras e senhores, considerando a reunião da terça-feira passada, quando se apresentou o Dr. Norberto Rech, que é o Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica da nossa Secretaria, optamos por desenvolver um dos aspectos da assistência farmacêutica, a dos chamados medicamentos de alto custo. Essa tem sido uma área em que os serviços do SUS têm sido freqüentemente instados a atuar a partir de ações judiciais, de usuários que requerem determinados produtos e determinados serviços.

Entendi que seria interessante começar com esse tema, até porque compõe a mesa o Dr. Jairo Bisol, que é Promotor de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Após a nossa exposição, os senhores verão que o SUS fica dividido entre equidade e universalidade. É permanentemente questionado em relação principal-

mente à da equidade: entre atender a poucos e atender à grande maioria da população brasileira.

Essa última ação civil pública é interessante porque foi impetrada Uberlândia contra o Ministério da Saúde, a União, o Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Uberlândia – os gestores do SUS. Nessa ação, a petição propunha a condenação da União, por meio do Ministério da Saúde, a incluir na lista inicial de medicamentos retrovirais todos os anti-retrovirais aprovados e os que vierem a ser aprovados pela agência americana FDA no prazo de 10 dias, a contar da autorização. Ou seja, por esta ação, o Ministério Público propõe que um produto que nem seja registrado no Brasil, mas que simplesmente seja registrado no FDA, o SUS tenha que bancar esse medicamento para a população que dele vier a necessitar. Esse é um ponto importante. Durante a exposição, vamos mostrar como tem sido a política dos chamados medicamentos de alto custo e vamos tentar, nesses vinte minutos, abordar esse ponto da política de saúde.

Devo dizer que, na exposição passada, o Dr. Norberto Rech discorreu sobre a atenção farmacêutica básica, a atenção farmacêutica de média complexidade, vamos chamar assim, e a assistência farmacêutica de alto custo.

Vamos ter também na mesa o Secretário de Saúde de Pernambuco, o Dr. Guilherme Robalinho, que, certamente, vai se referir a isso até porque alguns secretários estaduais estiveram até em ameaça de prisão por não fornecer esses medicamentos em tempo hábil.

Vou tentar suprimir esses **slides** que não permitem leitura por todos.

Esse é um histórico das portarias que concederam essa lista de produtos farmacêuticos chamados de produtos de alto custo, que começou em 1989 com o antigo Suds, Sistemas Unificados Descentralizados de Saúde. O primeiro produto autorizado foi aquele para enfrentar a talassemia. Daí em diante, houve uma série de portarias, e hoje temos um número bastante elevado de medicamentos de alto custo.

Neste **slide**, vê-se um panorama geral dos recursos que o Ministério da Saúde aplicou no ano passado na aquisição de medicamentos essenciais. Os investimentos em medicamentos para atender programas estratégicos, à época, sob a gestão da secretaria executiva, foram de R\$997 milhões. Os medicamentos para o programa de assistência farmacêutica básica, R\$332; os medicamentos de dispensação em caráter excepcional, que são esses de alto custo, R\$489, num total de R\$3 bilhões, total que Ministério

gasta com esses produtos chamados medicamentos de alto custo.

Vamos tomar, por exemplo, o Estado de São Paulo, até porque há um Sistema Único de Saúde já organizado, com uma infra-estrutura melhor do que em outros Estados, que evoluiu de R\$19,9 milhões em 1995 para R\$210 milhões em 2002, apenas com esses medicamentos de alto custo.

Há uma evolução do gasto desses medicamentos. Na linha superior, vê-se a evolução dos gastos totais e, na linha inferior, a evolução do número de pacientes. Vemos que o número de pacientes cresceu muito menos do que os gastos totais, em reais, utilizados com esses componentes da assistência farmacêutica.

Aqui há uma comparação entre regiões. Vamos ver que a Região Sudeste é a que consome maior volume de recursos, seguida da região Sul, Nordeste, que já estão mais ou menos equilibradas. A região que cresceu mais foi a Centro-Oeste, não em números absolutos de pacientes, mas proporcionalmente, no período de 1995 a 2002, seguramente porque à época, em 1995, os serviços estavam pouco estruturados de serviços. À medida que os serviços aumentavam crescia mais do que as outras regiões.

Fizemos um estudo e hoje temos 226 produtos que compõem a lista dos chamados medicamentos de alto custo. Nós procuramos detalhar para essa exposição quatorze produtos que efetivamente custam mais. Então, gastamos R\$568 milhões, sendo R\$362 milhões só com esses quatorze medicamentos.

Aí está a relação desses quatorze medicamentos. A lista começa pela Imigluserase, Interferon Peguilato, Ciclosporina, afinal, todos os medicamentos que têm sido fornecidos aos pacientes que dele necessitam.

Imigluserase, medicamento utilizado na Doença de Bouchet, custa R\$231 mil por mês para cada paciente. Vamos ver que só existem 311 pacientes que usam esse medicamento. Então, é um volume enorme para beneficiar poucas pessoas.

Aqui vamos ver que em 1995 existiam só dois medicamentos e em 2003 existem quatorze medicamentos. No entanto, o volume de recursos utilizados com esses quatorze medicamentos se manteve. Houve uma evolução gradativa dos gastos em relação ao número de pessoas que utilizam esses medicamentos. Vemos que há, mais ou menos, dez mil pessoas, e o gasto com esses medicamentos é de R\$100 milhões.

A lista superior corresponde ao valor total dos quatorze itens, o valor total utilizado no programa.

A curva rosa corresponde ao valor total dos quatorze medicamentos e a amarela, a diferença entre um e outro, o que mostra que a tendência crescente no volume de recursos utilizados nos quatorze medicamentos puxa a curva para cima, porque a diferença entre o total de itens e o valor total de medicamentos está no amarelo. Vê-se que, se não fosse a concentração desses 14 produtos, os gastos seriam bastante diferentes entre um e outro.

Aqui, os mesmos dados em termos de unidades. A curva mais elevada é o total de unidades dos diversos itens; e a curva em rosa é o total de unidades dos 14 medicamentos. O amarelo é a diferença entre um e outro. Vê-se que a tendência do gasto público cresce bastante, muito mais, proporcionalmente, do que o número de pacientes assistidos.

Aqui, mais ou menos a mesma coisa.

Aqui, temos a evolução do número de pacientes, o valor e o gasto com esses 14 medicamentos. Vê-se que, praticamente, o histórico do gasto se mantém nessa tendência.

Aí estão algumas informações epidemiológicas; e aqui as portarias que autorizaram a utilização desses medicamentos.

Temos aqui alguns exemplos de produtos que devem entrar nos próximos dias, ou seja, que farão parte da lista dos medicamentos de alto custo. Ali, no final do diapositivo, temos o valor de um tratamento/mês. É um medicamento para leucemia linfocítica crônica, outro para câncer de pulmão, outro para rinite por citomegalovírus, outro para esquizofrenia e para câncer de mama.

À direita está o valor do custo de um tratamento por mês, principalmente no caso da leucemia linfocítica crônica, que custa R\$ 30 mil. Por ano, R\$ 360 mil.

Trouxemos esses dados referentes à assistência farmacêutica do alto custo porque é em relação a ela que estamos sofrendo grande pressão política e da sociedade, na medida em que beneficiam um número muito pequeno de pessoas, e consomem, apenas 14 desses produtos, um volume muito grande de recursos do SUS.

O Ministério da Saúde, em boa hora, entendo, instituiu essa Secretaria de Ciência e Tecnologia em parte para responder um pouco pelo que a Central de Medicamentos exercia no sistema público brasileiro, no sistema de saúde.

Na reunião passada, discutiu-se bastante o papel que a Ceme desenvolveu no fortalecimento dos laboratórios oficiais, quando instituiu uma relação nacional de medicamentos, quando implantou uma as-

sistência farmacêutica pública. A Ceme foi extinta no governo anterior, e praticamente nada foi colocado no seu lugar. Estamos desenvolvendo um esforço muito grande, em primeiro lugar, para reconstruir este Estado. No meu modo de entender o Ministério da Saúde precisa de um órgão coordenador dessa política de medicamentos. Eu conversava sobre esse assunto com o Dr. Robalinho, antes do início da reunião. O Ministério da Saúde paga uma parte desse volume de recursos. O Estado, que compra melhor, consegue praticamente equilibrar esses custos em um ou outro medicamento. De modo geral, o Estado participa com um volume de recursos muito grande para esses medicamentos, porque o Ministério fixa o teto e o Estado, que consegue comprar próximo, ao teto, não precisa complementar com mais recursos para aquele insumo. No entanto, se o Estado tiver pouco poder de barganha, compra num volume muito maior e não consegue suprir esse campo das suas responsabilidades.

A assistência farmacêutica básica é feita, **per capita**, com R\$1,00 do Ministério da Saúde, R\$0,50 do Estado e R\$0,50 do Município. Esses recursos constituem um fundo para assistência farmacêutica básica, e o próprio Município que compra esses medicamentos. No meu modo de ver, temos que avançar nessa descentralização de forma bastante radical. Entendo que a própria assistência de média complexidade deva ser de responsabilidade do próprio Município. Temos que pensar alguns mecanismos em que o Governo Federal só fique com a responsabilidade de aquisição desses medicamentos de alto custo e mais daqueles medicamentos que se costumamos denominar estratégicos, indicados para tuberculose, Hanseníase, AIDS, etc., e que devem compor a responsabilidade federal.

Vamos ouvir os outros expositores e, no final dos debates, podemos acrescentar alguma informação adicional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Dr. José Hermógenes.

Tem a palavra o expositor René José Moreira dos Santos, que terá assegurado o tempo de vinte minutos para fazer sua exposição.

O SR. RENÉ JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, quero inicialmente agradecer, em nome da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, a oportunidade de estar aqui discutindo esta questão tão importante, a assistência farmacêutica.

Como não tive oportunidade de estar na reunião anterior, provavelmente alguns pontos que vou assinalar no início da minha fala podem ter sido, inclusive, objeto de apresentação do Dr. Norberto. Todavia, considero interessante até para situarmos algumas questões, inclusive em relação aos medicamentos de dispensação de caráter excepcional.

A Constituição Federal estabeleceu diretrizes importantíssimas para a construção do Sistema Único de Saúde: a questão da universalidade do acesso, a questão da equidade na prestação de serviços e a questão da integralidade das ações.

A Lei nº 8080/90, também chamada Lei Orgânica da Saúde, estabeleceu a questão da assistência terapêutica integral, inclusive, a assistência farmacêutica. Só para rememorar, a assistência farmacêutica no setor público, foi de 1971 a 1977, período em que existiu a Central de Medicamentos, ela teve uma característica muito centralizada. As aquisições eram feitas em nível central com distribuição aos Estados e aos Municípios. E as experiências que todos já sabem, as dificuldades que houve naquele período em relação à otimização da utilização dos medicamentos.

Em relação à Política Nacional de Medicamentos, um ponto importante nessa política foi a publicação da Portaria nº GMS 39/16, chamada de Política Nacional de Medicamentos.

A Política Nacional de Medicamentos tem como objetivo principal garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso nacional e o acesso da população. É importante fixar bem essa questão, porque nós vamos começar a observar em diversos momentos o que é justamente possibilitar esse processo de descentralização, garantir o acesso e, principalmente, a partir dessa garantia de acesso, garantir também a qualidade. Porque não basta simplesmente oferecer o medicamento, ele precisa ser oferecido com qualidade e com uma série de ações que garantam a sua segurança e a sua eficácia. A Política Nacional de Medicamentos estabeleceu como diretrizes e prioridades para o setor e estabeleceu também as responsabilidades dos gestores do SUS, tanto federal, quanto estadual, quanto municipal.

Quando se fala em garantia de acesso, a primeira impressão que se tem é que basta o financiamento para ter garantia de acesso. Não é só o financiamento que dá conta dessa garantia de acesso. Há necessidades de organizar os serviços e, muitas vezes, essa organização de serviços vem a partir de uma reorientação que envolve todo o processo de descentralização que o Sis-

tema Único de Saúde prevê. Há necessidade de padronizar as condutas terapêuticas, porque a equidade e a universalidade têm que estar acompanhadas de um processo de racionalização, até para a garantia da utilização do medicamento com qualidade. Há necessidade de uma dispensação adequada e há necessidade do uso racional de medicamentos. Eu coloquei esse diagnóstico positivo justamente para ficar claro que não é só o financiamento que resolve a garantia do acesso, mas uma série de componentes que são necessários para que se atinja isso.

Nas diretrizes da Política Nacional de Medicamentos, uma delas foi a adoção da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, a Regulamentação Sanitária de Medicamentos, cuja ação importante, inclusive da Anvisa, no sentido de fazer a vigilância sanitária, o registro de medicamentos; a promoção do uso racional dos medicamentos. Nós sabemos, ainda, que nós convivemos com uma utilização inadequada dos medicamentos, e isso gera não só graves riscos à saúde da população, mas também desperdício na hora em que não se tem essa utilização adequada; a questão do desenvolvimento científico tecnológico, que vou abordar mais a frente. A questão da produção de medicamentos necessária para que, estrategicamente, o País possa dar conta de cumprir os preceitos constitucionais; a questão da garantia de segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, envolvendo, também, as questões de fármaco-vigilância; e a questão do desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos primordiais para se garantir a boa qualidade da assistência farmacêutica.

As prioridades da Política Nacional de Medicamentos, eu coloquei em linhas gerais, para que se tenha uma idéia de toda uma situação que nós vivemos hoje e de um cenário futuro em relação a vários aspectos.

Primeiro, a revisão permanente da Rename. A Rename com uma relação, que é utilizada como base para identificação de elencos tanto dos Municípios quanto dos Estados e do Governo Federal. É importante isso para evitar sobreposições no processo de aquisição e distribuição perante a população. A segunda reorientação da assistência farmacêutica, na medida em que se faz a descentralização da gestão é preciso também se fazer a descentralização dos recursos necessários e esses recursos serem muito mais próximos no sentido da realidade e das necessidades locais. A terceira é a questão da otimização e eficácia das atividades desenvolvidas na assistência farmacêutica. Afinal de contas, seu recurso é finito ou limitado e tem que se otimizar esse recurso. E uma

série de estratégias podem levar a isso, inclusive a associação entre Municípios, no sentido de, conseguindo mais recursos, baratear custos na aquisição desses recursos e oferecer mais medicamentos à população. A última é o desenvolvimento de iniciativas que possibilitem a redução de preços dos produtos. Isso vai desde o incentivo aos laboratórios oficiais, até procurar alternativas viáveis para que esses preços sejam reduzidos, porque existem duas formas, nesse caso, a serem analisadas: primeiro, a oferta do medicamento no chamado serviço público; segundo, o acesso da população que tem poder aquisitivo suficiente também para fazer a aquisição desses medicamentos. E são dois movimentos que têm que ser feitos ao mesmo tempo.

Farei, agora, um breve relato de como se apresenta hoje a questão dos medicamentos. Provavelmente, o Dr. Norberto Rech já o fez. No entanto, o farei porque creio que é importante principalmente para o entendimento final, que são as conclusões e as sugestões que vamos apresentar aqui.

A assistência farmacêutica básica, com a extinção da Ceme, teve, a partir de 1998, principalmente a partir de 1999, uma pactuação entre gestores. Foi dito aqui pelo Dr. Hermógenes que essa pactuação estabeleceu recurso de R\$1 do gestor federal habitante/ano, e o recurso de R\$1 dos gestores municipal e estadual habitante/ano, que dá um recurso da ordem de dois reais habitante/ano.

Essa pactuação não veio só no sentido financeiro; estabeleceu-se, inclusive, a pactuação de um elenco para evitar aquela superposição em que se teria, por exemplo, um ente comprando o mesmo medicamento que aquele outro, lá no Município, estaria comprando. Isso praticamente não otimizaria a utilização desses recursos.

Com relação à assistência voltada à saúde mental, esse financiamento já é mais específico e foi estabelecido em 70% dos recursos federais e 30% dos recursos estaduais. Nesse caso específico, não estou fazendo comentário sobre se esses recursos são suficientes ou não; por enquanto, estou apenas estabelecendo como se desdobra hoje a questão da política farmacêutica.

Com relação aos medicamentos para hipertensão arterial e diabetes, no ano passado, o Ministério estabeleceu que a compra seria feita por ele, que distribuiria diretamente aos municípios a partir de um cadastro a ser feito por cada um desses municípios.

Os medicamentos estratégicos, que já foram citados aqui, para hanseníase, tuberculose, leishmaniose, dengue e malária, são adquiridos pelo Ministério

da Saúde e repassados aos Estados, que distribuem aos municípios.

É importante salientar que a Portaria nº176, de 1999, definiu claramente as atribuições e responsabilidades. E essa Portaria estabelece o medicamento estratégico como uma responsabilidade do Ministério da Saúde. Outros medicamentos, como o para a Aids, tanto os anti-retrovirais, são adquiridos pelo Ministério da Saúde e repassados às Secretarias Estaduais de Saúde.

Os medicamentos para a Aids, que envolvem o tratamento de infecções oportunistas, são estabelecidos em termos da pactuação feita em nível estadual.

Corri um pouco com aquela apresentação, porque, aproveitando a fala do Dr. Hermógenes, gostaria de me fixar um pouco mais na questão dos medicamentos de dispensação em caráter excepcional de alto custo.

Se imaginarmos que dos R\$3 bilhões – concentram aquele volume que citei anteriormente, mais os medicamentos de dispensação em caráter excepcional – o Orçamento prevê R\$516 milhões só para esses medicamentos, veremos que esse medicamento, sozinho, está comprometendo 17% do volume total de aquisição de medicamentos do Ministério da Saúde.

O que são esses medicamentos de prestação em caráter excepcional de alto custo? São destinados a patologias específicas, como para transplantados, portadores de deficiência renal crônica, esclerose múltipla, hepatite viral crônica “B” e “C”, doenças genéticas com fibroses císticas e Doença de Bouchar, entre várias outras.

Os recursos financeiros para a aquisição desses medicamentos são repassados pelo Ministério da Saúde. É estabelecido um valor por unidade federada e, a partir desse valor, esse recurso é repassado, e os Estados fazem as suas aquisições.

As Secretarias Estaduais de Saúde são responsáveis pela programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação aos pacientes cadastrados de acordo com os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Este ano de 2003, estão previstos recursos orçamentários da ordem de R\$516 milhões para a aquisição desses medicamentos. Como o próprio Dr. Norberto disse, até observando um dispositivo apresentado, esses recursos são insuficientes para atender toda a demanda desses pacientes. E os Estados, em grande peso, têm alocado recursos adicionais para fazer frente a essa despesa, que tem tido um crescimento geométrico, como foi observado anteriormente.

Segundo informações que constam do Protocolo de Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, o número de pacientes atendidos em 2002, com esses medicamentos, é de cerca de 129 mil pacientes. Portanto, dá para se observar o volume significativo de recursos e o universo de pacientes atendidos.

Eu até gostaria de fazer um comentário, especificamente em relação à Doença de Boucher: são 311 pacientes que, para ter o seu atendimento, em termos de assistência farmacêutica, dão uma despesa anual de mais ou menos US\$30 milhões. Isso, hoje, significa algo em torno de R\$90 a R\$100 milhões. Parte desses recursos são contemplados pelo Ministério da Saúde, na sua tabela, e praticamente 50% desses recursos vêm dos próprios Estados.

Esses recursos são colocados para atender uma clientela que, apesar de não ter uma tendência progressiva de crescimento, corresponde, se pensarmos em 100 milhões, a quase 20% do total de recursos previstos para o Ministério para este ano.

Este é um ponto que eu queria abordar e que faz parte inclusive de um processo amplo de discussão, que está sendo estabelecido, inclusive com o Ministério Público. Houve uma audiência, em que participaram o Conasems e o Ministério da Saúde, com o Procurador-Geral da República sobre a utilização dos protocolos e diretrizes terapêuticas. Não se trata de questionar o direito do cidadão de ter acesso ao medicamento – tanto é que fiz questão de mencionar a Constituição no início para deixar claro que esse é um ponto inquestionável. Mas há necessidade de se estabelecer um mecanismo para poder reger o processo de atendimento a esse paciente. Por quê? Por meio dos protocolos – esses protocolos são feitos na área técnica e correspondem a consensos internacionais –, vamos dar, além do atendimento, a garantia de um atendimento de qualidade.

Temos que tomar muito cuidado, porque vivemos hoje uma situação em que a tecnologia está rapidamente evoluindo em termos de produção de novos medicamentos. A cada dia, surge um medicamento novo. Foram citados quatro, que vão ser incorporados, e medicamentos cujos custos individuais têm que ser analisados, principalmente no setor público de um País como o Brasil, que coloca a universalidade como um princípio da sua área de saúde pública.

Uma dos pontos que estamos discutindo muito com o Ministério Público é a adoção dos protocolos e diretrizes terapêuticas para ajudar nesse processo, para que esses problemas de demandas judiciais, que, às vezes, levam secretários de saúde a uma situação até constrangedora, possam ser resolvidos

mediante adoção desses protocolos. Os protocolos vêm trazer qualidade a essa assistência, vêm trazer inclusive a garantia de que as demandas, oriundas do Ministério Público ou de outras áreas do Poder Judiciário, sejam efetivamente embasadas num processo técnico de atendimento.

Outro ponto importante nessa questão dos medicamentos de dispensação em caráter excepcional é a questão de como garantir o acesso à população numa situação em que cada vez mais a tecnologia coloca mais produtos, ofertados a determinadas patologias, com custos cada vez maiores, e o sistema de saúde vai ter que fazer frente a isso. Sabemos que, em muitos países, o acesso ao medicamento é estabelecido a partir de protocolos determinados pelo sistema de saúde, que o acesso a esses medicamentos passa por toda uma situação de referência em relação a esses pacientes.

Existe uma série de situações colocadas e que são importantes para que possamos enfrentar essa questão que vem pela frente, que é a incorporação de tecnologias com alto custo. O Poder Público tem uma dificuldade muito grande de fazer frente a essas despesas crescentes.

Outra questão importante é a promoção da produção de medicamentos essenciais – nesse caso, há o problema dos laboratórios oficiais. Não vou me estender muito porque o pronunciamento do nosso Secretário de Estado de Pernambuco vai se dar, basicamente, colocando a importância disto a importância estratégica para o País, para o enfrentamento de situações que muitas vezes correspondem a monopólios. Estamos citando a doença de Gaucher, para cujo medicamento um fabricante apenas, a Genzyme Corporation, determina o preço de mercado. Estamos diante de uma situação em que vamos precisar estabelecer mecanismos para enfrentá-la.

O desenvolvimento de iniciativas que possibilitem a redução dos preços do produto pode ser associado a processo de aquisição. Temos experiências de muitos Estados e Municípios – principalmente de Municípios – que se reuniram para formar consórcio para a aquisição de medicamentos, fazendo com que o volume de compras fosse tão maior que possibilitasse que esses Municípios solicitassem e conseguissem do fornecedor preços mais compatíveis, inclusive no sentido de aumentar a oferta desses medicamentos à população.

Essas experiências têm que ser observadas também como forma de otimizar esses recursos, porque, apesar de falarmos no volume de recursos, sempre insuficientes, estamos falando de R\$3 bilhões.

Quando pensamos nesse volume de recursos e observamos outras áreas da atividade pública, chegamos à conclusão de que há um volume significativo de recursos e que precisa haver uma estratégia para otimizar a sua utilização.

Queria abordar algumas questões que consideramos importantes nesse processo da política de assistência farmacêutica no País. A primeira – até porque a experiência acumulada nos permite observar, no passado, uma série de situações que nos dão o diagnóstico para as soluções do futuro – é evitar a superposição entre ações na área da ciência farmacêutica, a qual deve ser uma atividade da gestão do SUS que esteja muito bem definida em termos de atribuição, seja do gestor federal, municipal ou estadual.

O gestor municipal tem que ter previsibilidade daquilo que vai esperar do gestor federal e do gestor estadual. O gestor estadual, da mesma forma. Para quê? Para evitar a superposição, para evitar que os três entes acabem fazendo coisas ao mesmo tempo, seja até no fato de estarem adquirindo medicamentos de forma superposta.

A segunda questão é a da fragmentação na formulação e implementação da política nacional de medicamentos. Estamos observando um movimento, por parte do Ministério, no sentido de trazer a política de ciência farmacêutica para um conjunto de ações. Já vimos, no passado, que o Ministério tinha ações desarticuladas e separadas, inclusive dentro do próprio Ministério. Isso ensejava situações que, muitas vezes, dificultavam o processo de planejamento, tanto do Estado como do Município, mas também dificultava as ações do próprio Ministério.

A terceira questão, importante, é a incorporação de novas tecnologias com alto custo. Especificamente nessa área, observamos, como foi colocado em relação aos medicamentos de dispensação em caráter excepcional, ainda estamos vulneráveis à questão dos monopólios, que produzem os medicamentos, que trazem esses medicamentos à população, que colocam esses medicamentos à disposição da população. A população, exercendo o seu direito à saúde, reivindica para o Poder Público essas atribuições. Só que temos que observar que isso pode se transformar num crescimento exponencial.

Se imaginarmos aquele crescimento havido desde o início da implantação da política de medicamentos excepcionais até agora, vamos observar como cresceu o investimento público e como, gradativamente, cresce a defasagem que ele tem de recursos para dar conta disso. Estamos falando, hoje, de R\$516 milhões no orçamento do Ministério. Provavel-

mente, poderemos estar falando, daqui a um ano, de um valor muito superior a isso, e temos que pensar nisso agora, porque, senão, vai chegar um momento em que todas essas dificuldades vão acabar, normalmente, desembocando junto às promotorias, no sentido do exercício do direito. Temos que evitar que a situação fique cada vez maior, que o número de situações e demandas judiciais, a dificuldade de conseguir acesso desses pacientes fique cada vez maior.

É um ponto que tem que ser pensado, que não tem uma solução muito fácil, porque vai requerer, provavelmente, uma avaliação do princípio da própria equidade, que não se contrapõe ao conceito de universalidade, mas, com certeza, em alguns momentos, vamos ter que aplicar essa discussão.

Para tanto, a questão importante aqui colocada é a utilização dos medicamentos com base em protocolos e diretrizes terapêuticas.

É necessário começarmos a estabelecer regras de convivência com a questão dos medicamentos e a sua dispensação em caráter excepcional. Não poderemos ter conflito permanente entre os Poderes, porque esse não é o objetivo do processo. Precisamos, sim, estabelecer regras de convivência – repito –, até para que o próprio usuário se sinta seguro em relação à transparência e à capacidade de o Poder Público dar respostas às suas necessidades.

Há necessidade de um financiamento adequado. O Dr. Hermógenes colocou claramente que os recursos destinados pelo Ministério são da ordem de R\$516 milhões no Orçamento, e não dão conta de atender a essa necessidade dos medicamentos em caráter excepcional. E, além disso, o montante de recursos nos Estados e nos Municípios têm aumentado significativamente. Precisamos estabelecer essa pactuação para que possamos conviver com um processo que acrescente, porque, a curto prazo, o cenário é de muita preocupação.

Definição de atribuições e responsabilidade das três esferas gestoras.

Temos, hoje, na assistência farmacêutica básica, uma definição bastante clara das responsabilidades.

É óbvio que se formos discutir R\$2,00 por habitante/ano – R\$ 1,00 do Ministério da Saúde; R\$0,50 do Estado e R\$0,50 do Município –, com certeza saberíamos que estes R\$0,50 referentes aos Estados e Municípios já é um valor que, na realidade, não existe, porque, com certeza, esse valor é muito superior. Mas, para outras áreas de medicamentos, há a necessidade dessa pactuação, como foi falado aqui. Os medicamentos estratégicos vêm de longa data na ex-

perência do próprio Ministério e têm-se mostrado eficazes no enfrentamento da hanseníase, da tuberculose, etc. E é importante estabelecermos isso de forma clara, até para que o usuário saiba a quem recorrer. Hoje, uma das difíceis situações é que, em determinados medicamentos, não se sabe exatamente de quem é a responsabilidade. Portanto, a ação do usuário na busca desse atendimento fica dificultada, porque ele não sabe a quem recorrer.

O próprio Ministério Público talvez tenha se deparado com essa dificuldade por mais de uma vez.

Por fim, Sr. Presidente, após falarmos acerca de uma série de dificuldades, tenho que abordar a última linha por considerar um ponto fundamental. Refiro-me à questão dos avanços na descentralização e no acesso. Apesar de todas as dificuldades vividas, sem dúvida alguma, o acesso aos medicamentos melhorou muito no País, principalmente em função do processo de descentralização e da definição de elenques e medicamentos de atenção básica. Temos várias experiências que comprovam o sucesso no acesso a medicamentos, com, por exemplo, medicamentos anti-retrovirais, cujo reconhecimento não é só nacional, porque também é reconhecido por inúmeros países. E apesar das dificuldades, se imaginarmos o volume de pacientes atendidos hoje e o número de medicamentos de dispensação em caráter excepcional que está sendo fornecido, já se tem significativo avanço em relação ao começo do processo, porque eles eram fornecidos praticamente para pacientes transplantados. Então, existem avanços nessa transição e no acesso a eles.

Retornando àquele dia positivo, não basta o financiamento, há uma série de ações que precisam ser adotadas pela área de gestão e pela área responsável pela parte estratégica, que cuida da questão de ciência e tecnologia, para fazer frente a algo que será um desafio permanente, ou seja, garantir o acesso da população à assistência farmacêutica com qualidade. Não basta apenas dar o medicamento, mas dar o medicamento garantindo a sua eficácia, sua eficiência e, principalmente, garantindo que esse medicamento tenha qualidade.

Agradeço pela oportunidade.

O assunto é extenso, mas acredito que, em pouco tempo, conseguiremos transmitir algumas posições do Conasem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradecemos ao Sr. René José Moreira dos Santos, Coordenador Executivo do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – Conasem.

De acordo com o art. 114 do Regimento Interno do Senado Federal, convido o Consultor Legislativo do Senado, Sr. Sebastião Moreira Júnior, para nos assessorar nessa nova parte da audiência da Subcomissão.

Com a palavra A SRA. Beatriz Figueiredo Dobashi, médica, Secretária de Saúde do Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Diretora Administrativa do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde.

Dr^a Beatriz, agradecemos pela sua presença e lembramos que a senhora tem 20 minutos para fazer sua exposição.

A SRA. BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, em nome do Conasem, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, agradecemos pela oportunidade da participação e parabenizamos pela escolha do assunto, que também tem sido motivo de preocupação de todos nós gestores e motivo de estudo em comissões, em grupos tripartites formados por representantes do Ministério, dos gestores estaduais e municipais.

Hoje, Dr. René e eu já tínhamos conversado antes de começar a audiência e a nossa fala é muito semelhante. É a fala do gestor, daquele que está vivendo o problema da assistência farmacêutica no dia a dia.

Começo a minha exposição resgatando um pouco, como o fizeram aqui o Dr. Hermógenes e o Dr. René, a questão da reforma sanitária, que estabeleceu no Brasil um processo de democratização, de universalização do acesso aos serviços de saúde, o atendimento às necessidades de saúde da população, e que teve a sua expressão máxima na VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986. A partir daí, ocorreu o processo de abertura e de implantação do Sistema Único de Saúde na nossa Constituição Federal.

O Sistema Único de Saúde foi consagrado na Constituição Federal dentro dos princípios da descentralização de serviços, de política. E isso manteve coerência com todas as discussões que vinham sendo feitas e adotando a municipalização como um caminho da descentralização, um movimento que havia começado muito tempo antes disso. O movimento municipalista é da década de 50, quando já se falava em organizar serviços flexíveis e resolutivos no âmbito municipal, local, capazes de reverter os modelos vigentes em cada época.

Como já foi dito aqui, a assistência farmacêutica foi criada dentro desse contexto, é óbvio, mas, na verdade, não percorreu o mesmo caminho. Quando a Ceme foi extinta em 1997 – houve um espaço grande

de tempo, entre de 1988 a 1997 – lidávamos com grandes problemas na assistência farmacêutica. Alguns desses problemas já foram referidos, como o da compra centralizada, a distribuição aleatória sem nenhuma relação coerente com o consumo, uma época em que os Estados eram obrigados a manter nas suas estruturas grandes almoxarifados, um verdadeiro esquema de transportadoras.

Lembro-me de trabalhar no Estado, nessa época, e tínhamos no aquele equipamento que levantava caixas, a empilhadeira. Tínhamos que ter empilhadeiras para trabalhar nos almoxarifados. Tínhamos que ter caminhões e segurança, enfim, e mesmo assim não conseguimos manter um fluxo de distribuição adequado. Houve muitas notícias de medicamentos vencidos, de desperdício do dinheiro público e dificuldade de acesso do paciente ao medicamento. Além disso, a política resumia-se praticamente à mera distribuição do medicamento, sem as questões que envolvem a assistência farmacêutica. Isso era um grande entrave para a gestão da saúde, porque a assistência farmacêutica é atividade estratégica na gestão, envolve ação interdisciplinar, multiprofissional, o que torna impossível restringi-la à simples distribuição do medicamento.

Temos várias razões para atribuir essa importância à assistência farmacêutica. Primeiro, do ponto de vista técnico, até hoje os medicamentos são o principal instrumento terapêutico de que lançamos mão. Por razões econômicas, acho que todos ficaram surpresos ao ver os volumes de recursos gastos na assistência farmacêutica e ainda a consideração de que o dinheiro é insuficiente. Há verdadeira distorção entre o volume gasto e o número de pacientes atendidos, sobretudo quando se fala do medicamento de alto custo.

Quanto às razões político-sociais, cabe considerar que outros sujeitos estão envolvidos na assistência farmacêutica, como a própria indústria farmacêutica, assim como o volume de recursos que gira com essa atividade, atividade importante dentro da sociedade.

Finalmente, há as questões estratégicas, porque é inegável que a presença do medicamento no serviço de saúde, além de dar credibilidade ao serviço, atrai a clientela, que busca o medicamento tanto quanto as demais ações. É assim que o gestor consegue a participação, por exemplo, do hipertenso numa reunião com nutricionistas, com o pessoal que vai falar de atividade física ou sobre mudanças dos hábitos de vida. Todas as vezes que oferecemos somente esses programas, se não tivéssemos incluído o medica-

mento, a adesão, com certeza, seria menor por parte dos clientes.

Dessa forma, a política de medicamentos tem sido sempre recomendada como uma questão mais ampla e que inclui todos os itens que o Dr. René já abordou: a farmacovigilância, os efeitos adversos dos medicamentos – por isso a promoção do uso racional –, a segurança, a eficácia e a qualidade dos medicamentos.

Como já foi citado aqui, em 1998, o Brasil estabeleceu a sua política nacional por meio da Portaria Ministerial nº 3.916, falando dessas diretrizes de acesso, de qualidade e de eficiência.

É claro que apontamos diversos avanços no setor no nosso País, começando pela criação do incentivo. Em que pese a todas as considerações a respeito dos valores, é claro que a criação do incentivo à assistência farmacêutica básica foi um avanço dentro da política nacional de medicamentos. A partir daí, há o estabelecimento do elenco mínimo da relação de medicamentos essenciais e a criação do incentivo da saúde mental, também já citada aqui. Mais à frente, houve a criação da política dos medicamentos excepcionais, já abordada, e que é uma forma de ressarcimento via autorização de procedimentos de alto custo ou de alta complexidade. Podemos incluir também o início do estabelecimento dos protocolos e das diretrizes nacionais para terapêutica e a adoção do registro nacional de preços. Esses são avanços inegáveis na política nacional de medicamentos.

Em compensação, no entanto, cada um deles também trouxe algumas dificuldades e alguns entraves dentro da gestão, desde a falta de clareza, por exemplo, na prestação de contas do incentivo – as pactuações foram estaduais, nas comissões intergestoras bipartites. Existem ainda dificuldades entre os gestores. Há Estados que não estão cumprindo a liberação dos recursos no valor de R\$1,00 por habitante ou mesmo não estão cumprindo o tempo de entrega dos medicamentos, uma vez que houve um tipo de pactuação em que alguns municípios optaram por comprar diretamente o medicamento e outros municípios optaram por receber o incentivo estadual juntamente com o da União.

Levantamentos feitos a esse respeito mostram que existem dificuldades tanto dos gestores municipais quanto dos gestores estaduais. Há alguns Estados e alguns municípios que não cumpriram a sua parte; há dificuldades nas compras; quanto menor o município, maiores as dificuldades para se achar o melhor preço, a melhor oferta. Então, ainda existe

esse tipo de entrave na assistência farmacêutica dentro do município.

Há ainda o fato de que há certas dificuldades em que o farmacêutico permaneça no local quando se trata da existência de medicamentos psicotrópicos usados na saúde mental. Esses medicamentos exigem a presença obrigatória do farmacêutico no serviço de saúde. Para municípios menores, a presença do profissional em todas as unidades básicas, que são aquelas que dispensam os medicamentos da assistência farmacêutica básica, pode ser um entrave até pela falta numérica de profissionais disponíveis no sistema.

Deve-se lembrar que há a questão da fragmentação da política, que também já foi abordada aqui. Às vezes, temos o incentivo da farmácia básica, o kit do programa de saúde da família, ambos constituídos pelos mesmos itens. Temos a criação do incentivo à saúde mental; a dispensação dos medicamentos para hipertensos e para diabéticos, que já foi abordada; depois, alguns programas que não são para o Brasil todo, são mais regionais, até a Fundação Nacional de Saúde, que descentralizou o controle das endemias, mas ainda permanece controlando os medicamentos que são específicos para o tratamento dessas doenças – há um controle completamente diferente e ultrapassado no sentido de se dizer quantas ampolas.

Enfim, há ainda coisas a serem aparadas. Acharmos que a Secretaria de Ciência e Tecnologia tem a missão de rever toda essa fragmentação e implementar uma política nacional única dos medicamentos – já que estamos no Sistema Único de Saúde, que todas as políticas sejam únicas.

A incorporação dos produtos – isso foi dito pelos dois que me antecederam. Essa questão judicial... Fui para o aeroporto deixando sobre a minha mesa a minha última ação judicial, já fui ameaçada de prisão inúmeras vezes – sou Secretária já há seis anos, este é o sétimo ano. Nesta última que recebi, tenho que conseguir o óleo de Lorenzo para um paciente em 24 horas. Como eu vinha para cá, não sei o que acontecerá quando eu chegar amanhã. É uma situação difícil de se lidar, pois são medicamentos de importação complicada.

Essa questão da equidade, de se gastar uma grande parte dos recursos que foram programados para outra ação e que acabam sendo direcionados para um paciente – discutimos se isso atende ao princípio da equidade. Isso se torna cada vez mais frequente, até por conta da incorporação de muitos itens novos – a tecnologia farmacêutica está sempre incor-

porando produtos novos, alguns nem autorizados ou registrados pelo Ministério da Saúde, mas já requerido pelas ações judiciais em uma situação em que o gestor fica na dúvida se atende a ação, se garante o acesso e o direito daquele paciente, se respeita a indicação científica e técnica ao conhecimento que ele batalhou a vida toda ou, ainda, se respeita todo o resto da população que depende da sua gestão.

Então o grande desafio que se coloca é o resgate dessa política única da assistência farmacêutica, tanto do ponto de vista individual como do ponto de vista coletivo.

Do ponto de vista individual, leva-se em conta que a assistência farmacêutica é uma interação com o paciente. É claro que a prescrição é privativa do médico, mas a equipe de saúde, o farmacêutico, as pessoas que lidam com o paciente assumem coletivamente o compromisso com a necessidade do paciente. Quando prescreve um medicamento, o profissional assume a confiança com o paciente de que aquele medicamento não só vai resolver o seu problema, mas, também, não vai provocar um efeito colateral pior, tão incômodo quanto ao que o levou à consulta. Por isso, é preciso resgatar a assistência farmacêutica individual e a questão coletiva da política nacional: os pontos críticos da programação de compras, da estocagem adequadas, da distribuição e manutenção do estoque, a questão do estoque mínimo, para que população não fique desabastecida dos medicamentos de que precisa.

Por isso o Conasem vem discutindo propostas muito semelhantes as que foram colocadas aqui. A primeira delas é no sentido de que se concluam os protocolos nacionais, uma vez que eles vão direcionar bastante a definição de elencos mínimos e de indicações terapêuticas. Esses pontos foram, inclusive, objetos da conversa, citada pelo Dr. René, entre o Ministério da Saúde, o Conasems e o Poder Judiciário, no sentido de estabelecer um pacto de repasse de informações. Esse pacto deve ser repetido nos Estados para que, assim, cada gestor estadual possa se reunir com o Judiciário do seu Estado e passar as políticas vigentes no País e as dificuldades que vêm encontrando, estabelecendo uma política de co-financiamento que não seja firmado apenas na aquisição do medicamento.

Vou citar como exemplo o estudo de custos do meu município. Quando incorporamos a aquisição do remédio, a manutenção da Central de Abastecimento, o veículo que distribui semanalmente nas unidades, o salário dos farmacêuticos, dos auxiliares, as taxas de luz, água, telefone, enfim, todas as coisas ad-

ministrativas, temos um custo, hoje, em Campo Grande, que é um Município de 700 mil habitantes, de R\$12,7 por habitante/ano.

Então, para estudar o co-financiamento da assistência farmacêutica precisamos estabelecer protocolos, estabelecer uma política única, um elenco mínimo de medicamentos, precisamos atrelar o conceito do que é essencial em medicamento, mas com flexibilidade para ter respeito às peculiaridades locais e, a partir daí, estabelecer um co-financiamento em percentual, em responsabilidades dos três gestores. Nessa hora, devemos saber quem é que tem maior facilidade para comprar os medicamentos mais complexos, para distribuí-los e gerenciá-los. Deve-se promover, então, uma política nacional de capacitação das equipes estaduais e municipais, tanto no resgate dessa assistência individual a que eu me referi, quanto na gerência da assistência farmacêutica com todos os pontos críticos que já citamos aqui.

Por fim, uma lei de 1973, a Lei nº 5.991, de 1973, que trata dos estabelecimentos farmacêuticos para que deixem de ser meramente casas comerciais e passem a ser estabelecimentos do interesse da saúde, porque também se faz assistência farmacêutica nesses locais. Eles não podem ficar à margem do sistema de saúde, inclusive evoluindo, como no meu Município, mediante liminares e concessões, de farmácias para lojas de conveniências ou **drugstores**, onde se vendem rações, alpistes, sabonetes, sorvetes. O Ministério da Saúde vem propondo a celebração de um contrato de gestão com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Essa questão precisa ser revista, com certeza, e colocada dentro da assistência farmacêutica, porque não fazemos assistência farmacêutica apenas no setor público, embora façamos num volume grande.

A minha exposição é do gestor que está vivendo essa operação do dia-a-dia. Eu imaginava que o mais importante fosse o debate.

Eram essas as questões que eu gostaria de trazer para subsidiarem a nossa conversa após as exposições.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Doutora.

Agradecemos, também, à Secretaria de Saúde do Município de Campo Grande.

Passarei a palavra para o Expositor Samir Dahas Bittar, médico, Presidente da Associação Médica Brasileira da Região do Centro-Oeste, Diretor de Saúde Pública da Associação Médica Brasileira, AMB.

O Dr. Samir Dahas Bittar terá 20 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. SAMIR DAHAS BITTAR – Os nossos cumprimentos, nobre Senador Papaléo Paes, nobre Senador Mão Santa e demais Srs. Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, auditório que se interessa por tão importante tema.

Trago a saudação do Dr. Eleuses Vieira de Paiva, Presidente da Associação Médica Brasileira, que não pôde comparecer a esta reunião, em virtude do Encontro Nacional de Entidades Médicas, um evento importante para a classe médica brasileira, que se inicia amanhã, no Auditório Petrônio Portella.

Consideramos da maior relevância esta audiência pública considerando, obviamente, a importância do tema.

Aproveito a oportunidade para convidar os senhores para o evento a que me referi, que terá todos os três segmentos da liderança médica do País, com a participação de um número expressivo de pessoas e de quase todas as lideranças do setor sindical, conselho e da área associativa, que discutirão e buscarão subsídios para os principais problemas da saúde neste País. Os médicos não estarão discutindo unicamente os seus próprios problemas, mas ressaltando a importância da participação na discussão global dos enormes problemas de saúde que atingem a nossa população, na sua complexidade e amplitude.

Gostaria de elogiar a riqueza das informações e das apresentações anteriores. Dentro da importante linha, já ressaltada mundialmente, de se adotar diretrizes, protocolos ou linhas de tratamento, a Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina se adiantaram num projeto que teve o interesse e participação do Ministério da Saúde. Já elaboramos – certamente já é do conhecimento dos apresentadores – cerca de 120 diretrizes, num trabalho da maior relevância que tem buscado interesse de muitos outros países, inclusive países do Primeiro Mundo.

As diretrizes elaboradas por essas entidades têm uma característica **sui generis** no que tange à sua confecção. Normalmente essas diretrizes, elaboradas em países desenvolvidos, têm o subsídio financeiro de empresas interessadas, o que naturalmente faz com que haja o questionamento no sentido de se esses resultados não estariam atendendo aos interesses de quem subsidiou o estudo. Contrariamente a isso que vem sendo praticado pelo mundo, aqui, em nosso País, não há qualquer participação de empresas que possam ter interesses nos resultados. Portanto, o prisma e o cunho científico desse trabalho elaborado foi o principal

objetivo já alcançado, daí o interesse já manifesto da Inglaterra e de outros países.

No tocante ao convite feito à Associação Médica Brasileira, o objetivo é de que possamos aqui tratar a visão que temos como médicos. Naturalmente, quando expressamos a opinião do médico, nosso dever é trazer aquilo que podemos auscultar dos colegas nas diversas e múltiplas situações disformes que encontramos por todo este País. Vivemos também a situação de médico, pois somos médicos do serviço público de saúde, atuamos nesse dia-a-dia e, por isso, podemos trazer aqui o nosso testemunho das dificuldades que vivemos em circunstâncias que afetam nossos pacientes.

A assistência farmacêutica diz respeito diretamente ao resultado do trabalho profissional do médico, o resultado da sua terapêutica e do seu diagnóstico e o objetivo final, que leva o paciente a buscar o médico, poderá ou não ser alcançado, uma vez que pode ou não haver disponibilidade de medicamentos para se alcançar o objetivo de um diagnóstico realizado.

Essa situação trouxe alguma dificuldade por ocasião do implemento dos genéricos no País, quando a imprensa divulgava informações de que a classe médica não apoiava o projeto Genéricos no País e não prescrevia esses medicamentos. No mesmo momento em que essa dificuldade se apresentava, na Associação Médica Brasileira assinamos um manifesto nacional de apoio aos genéricos. Mas era compreensível a posição do médico diante da situação: possivelmente não se sentia ainda segurança na qualidade do medicamento, embora todos os parâmetros que pudessem assegurar tal fato estivessem sendo levados a efeito. Mas o médico pensava que poderia colocar em risco a sua competência profissional prescrevendo medicamentos que pudessem não conter o princípio indicado e assim não alcançar os resultados desejados. Talvez por isso tenha havido alguma reticência na fase inicial da implantação e essa qualidade realmente importa e faz a diferença no resultado.

A Organização Mundial de Saúde considera que os medicamentos essenciais são de importância máxima, básicos e indispensáveis para atender às necessidades de saúde da população e, portanto, devem estar disponíveis permanentemente, nas formas apropriadas, a todos os segmentos da sociedade. Fica aqui o que já fora ressaltado sobre a necessidade de que, no atendimento público, se tenha, nos medicamentos essenciais à população, o enfoque maior nesse atendimento. Viria aí a dúvida sobre o que considerar como essencial. Tivemos a oportunidade de participar da Comare, a Comissão que elaborou e re-

visou a última relação nacional de medicamentos. Na condição de cirurgiões, embora o enfoque ali seja basicamente farmacológico, talvez tenhamos contribuído muito, se pudessemos assim dizer, no posicionamento dessa visão. Seriam medicamentos essenciais aqueles que atendem a maioria numérica da população ou esse caráter de essencialidade deve se ater à importância do medicamento para quem necessita dele?

Nas exposições anteriores, vi o relato de que o volume gasto em medicamentos excepcionais ou medicamentos de dispensação excepcional e de alto custo é muito alto. Porém, não vi nenhum questionamento sobre a necessidade de se atender a essa população pequena e de enorme repercussão econômica. O gestor público, nesse momento, teria que avaliar se aquele grande volume de recursos muito poderia fazer por um grande número de pessoas. É preciso considerar sobre a essencialidade, sobre a preservação da vida desse pequeno grupo, e sobre a necessidade de se ofertar esses medicamentos.

Nesse momento, citamos aqui a importância da Rename, da Comare, esta Comissão que foi constituída e que tem caráter permanente. Todos, naturalmente, avaliaram essa última lista, concluída no ano de 2002, que apresenta uma postura diferente na inserção de medicamentos. Gostaríamos que a Rename pudesse ser vista não apenas como uma orientação, mas como uma busca realmente decidida e política, no sentido de que toda ela pudesse ser ofertada de uma forma permanente, como preconiza a Organização Mundial de Saúde.

Dentro do contexto que estamos abordando, os medicamentos são parte de um conjunto de elementos de assistência à saúde e é preciso, naturalmente, que os recursos humanos que estejam trabalhando e fazendo com que haja o andamento desse projeto estejam preparados e sejam adequadamente valorizados. Como sabemos que esses recursos humanos são funcionários públicos, é preciso que tenham – diferentemente daquilo que se vê, de uma forma mais geral – preparação para um processo de aprimoramento, de estímulo e um plano de carreira que pudessem estimular a execução de um trabalho da melhor qualidade.

Não percebemos a existência de uma logística de distribuição e vemos isso, hoje, como algo que pode ser executado de uma forma muito prática. Podemos observar esse fato em qualquer supermercado, em qualquer distribuidora. Hoje, os computadores podem propiciar controle de estoques e permitir a reposição, porém, a falta de logística e de controle por

um processo de informática que permita identificar quando o medicamento está se esgotando na farmácia faz com que haja hiatos no atendimento, sem que haja, verdadeiramente, a falta do medicamento. Isso ocorre pela falta do caráter organizacional de distribuição, o que leva, naturalmente, à interrupção de tratamento, com todos os danos ao paciente e ao sistema de saúde pública.

Considero importante, ressaltar aqui, melhorar o nível dos gestores e de governantes em diversas instâncias. Na verdade, o processo democrático é saudável. Ressaltamos a importância de que haja realmente a possibilidade de que as pessoas escolham quem venha a dirigir, mas é inegável reconhecer que muitos que alcançam cargos de direção para os quais são eleitos não apresentam preparo adequado para ocupá-los e para tomar decisões que envolvem a vida de milhões de pessoas.

Concordamos em que esse direito não deve ser tolhido. O que podemos preconizar é que, minimamente, haja uma preparação; que seja ofertada essa condição de preparo para uma melhor gestão.

Entendemos que a política de incremento aos genéricos deve ser abordada com caráter especial, porque tem havido redução nos preços e ruptura do monopólio, que tem sido um grande obstáculo. Isso geraria um fato altamente desejável e alvissareiro, que é o aumento do acesso aos medicamentos.

Creio que a busca da autonomia nacional tem que ser percebida, e esta Comissão tem uma responsabilidade muito grande em relação a isso. Não se trata, naturalmente, de qualquer política excessivamente nacionalista ou que possa fechar os nossos mercados, mas a situação de sermos reféns de uma tecnologia internacional tem feito com que os nossos cofres públicos, já minguados de recursos, sofram enormemente. A tecnologia que aporta em nosso País, trazendo essas novidades essenciais, tem custado caro aos cofres públicos.

Preconizaríamos o incremento à pesquisa. Há uma rica biodiversidade em nosso País, que tem sido, na verdade, explorada, estudada, buscada e até pirateada por outros países, algo que não temos percebido adequadamente.

A busca de princípios ativos desenvolvidos em nosso País e o desenvolvimento da química fina poderiam propiciar a diminuição da evasão de divisas, porque, praticamente, todos os sais produzidos em nossas indústrias são importados. Além dos benefícios à população, há a importância econômica; a equipe econômica tem dado enfoque à balança comercial.

Quanto ao financiamento de pesquisas, que estava no último item, recomendaríamos que fosse feito especialmente nas instituições governamentais, universidades e faculdades.

Os medicamentos, a nosso ver, não podem ser tratados como mercadoria. O medicamento produzido não pode ser visto pelo governante como uma fonte de recursos ou como uma maneira de arrecadar. É preciso entender que os medicamentos são parte integrante do sistema de assistência básica à saúde e devem, portanto, estar contidos – especialmente os medicamentos essenciais, de uso contínuo – em uma cesta básica de medicamentos que tenham tratamento especial, não como mercadoria, mas com isenção de impostos e outros estímulos, para que a população tenha maior acesso.

Disponibilidade contínua dos medicamentos essenciais. Para que isso seja alcançado, é preciso coibir os desvios de finalidade – e vem, novamente, o enfoque sobre a gestão dos recursos, uso indevido, desperdício, atendimento à baixa renda. Naturalmente, embora haja direitos para todos, é preciso priorizar as camadas da população que verdadeiramente necessitam. Neste País, podemos presenciar coisas absurdas, como a perda de validade de medicamentos, enquanto tantos necessitam e têm sua saúde agravada pela falta deles.

Quem permite a perda de validade de medicamentos, realmente, deveria ser responsabilizado e receber punições de acordo com a severidade dos danos gerados pela falta deles. Lamentavelmente, isso causa maiores danos à população de baixa renda e repercute menos nas outras instâncias sociais.

A política de medicamentos deve ser vista como atenção primária, como profilaxia. Se isso não tem sido feito na perfeição ou próximo à perfeição que desejamos, podemos entender que este item e outros relativos à assistência primária à saúde são as razões pelas quais há uma congestão de pacientes em outros níveis, de média e alta complexidade, com sua saúde agravada. É que, no setor básico, a atenção não foi devida.

Isso pode ser constatado no Programa de Saúde da Família, que é da maior relevância e tem ampliado o número de equipes no País. Preconizamos também que o programa de medicamentos esteja acoplado e possa participar da mesma atividade do Programa de Saúde da Família. Mas, em ambos os itens que estamos aqui relatando, percebe-se que esse enfoque não tem ainda a importância e a qualidade no atendimento desejadas. O número de equipes do Programa de Saúde da Família tem crescido

bastante, porém, lamentavelmente, essas equipes têm sido constituídas por profissionais com relação empregatícia precária e que não estão preparados para o melhor desempenho dessa função. Esse fator persiste, apesar desse número maior de equipes, pressionando outros setores de maior complexidade pelo agravamento das enfermidades.

Sabemos que o médico tem uma responsabilidade. Ele precisa prescrever um medicamento adequado à condição socioeconômica do paciente, adequado à patologia e na quantidade ideal, porque não pode haver desperdício. É preciso também uma política de conscientização, e reconhecemos que isso não tem sido feito em algumas instâncias, na qualidade que devemos encontrar. O farmacêutico tem um papel importante na dispensação, pois pode proporcionar uma orientação complementar de uso e, eventualmente, a substituição, de forma adequada, do medicamento.

Entre tantos outros, um dos deveres que os médicos esperam do Poder Público é assegurar a qualidade para que o profissional não tenha dúvidas. Todos sabem que o paciente tem buscado preços mais acessíveis, mas, por vezes, prescrevemos medicamentos de marca. O paciente volta perguntando se pode comprar outro, ou se pode comprar um medicamento de uma farmácia de manipulação, que habitualmente tem preços mais acessíveis. E temos muita dificuldade de dar essa informação, porque, na verdade, não é possível termos conhecimento sobre as entranhas desse mundo e como são produzidos. Isso não cabe ao médico, mas caberia ao Poder Público proporcionar uma nomenclatura genérica para que o paciente tivesse segurança, e nós também, quanto à qualidade dos medicamentos, pois a fiscalização seria efetiva.

A propaganda de medicamentos tem sido feita de maneira até hilária. Não raro, ouvimos propaganda de remédios que saram hemorróidas, unha encravada, dor de cabeça, dismenorréia e tantos outros problemas. Para nossa surpresa, ainda encontramos isso. Alguns desses medicamentos são ditos naturais, uma vez que a população entende que os naturais não têm efeitos colaterais. É preciso coibir isso.

Para terminar, é preciso tratar os medicamentos como insumos essenciais à saúde da população, e não como mercadoria nem como custo excessivo. Saliente-se que as verbas deveriam ser mais generosas para que esse setor pudesse ser mais bem atendido.

Agradeço a V. Ex^{as} pela oportunidade e colocamo-nos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradecemos ao Dr. Samir Bittar.

Faremos uma alternância na Mesa. De acordo com o art. 114 do Regimento Interno do Senado Federal, convido a Consultora do Senado Federal, Dr^a Regina Siqueira, para assessorar esta Subcomissão na próxima etapa da nossa reunião.

Nosso próximo expositor é o Dr. Flávio Vormittag, médico pediatra e mestre em administração de empresas. Foi gerente de diversos laboratórios farmacêuticos importantes no nosso País e é atual Presidente da Associação de Laboratórios Multinacionais de Pesquisa – Interfarma.

O Dr. Flávio terá vinte minutos para fazer sua exposição. Aproveito a oportunidade para agradecer, mais uma vez, aos expositores desta nossa reunião de hoje que, realmente, estão prestando um serviço extremamente importante para o nosso País, numa área de difícil solução, que é a de atendimento farmacêutico no âmbito do SUS. Tenho certeza absoluta de que a colaboração que os senhores e senhoras estão nos prestando aqui será muito importante para termos minimizada a situação por que passa o nosso País, hoje, quanto a esse tipo de atendimento.

Concedo a palavra ao Dr. Flávio, que terá assegurado vinte minutos para fazer sua exposição.

O SR. FLÁVIO VORMITTAG – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes, a quem agradeço a honra de estar aqui hoje representando a Interfarma. Gostaria de saudar o Exm^o Eminentíssimo Senador Mão Santa, por intermédio do qual saúdo os demais Senadores e as senhoras e senhores presentes.

Fazendo uma pequena retificação, a Interfarma é a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, e não Associação das Multinacionais de Pesquisa. Entre nossas associadas, efetivamente só há empresas multinacionais, porque são as que investem em pesquisa. Estamos fazendo muito esforço para que empresas nacionais juntem-se ao grupo das empresas que investem em pesquisa.

Consideramos importante o tema da assistência farmacêutica ao SUS e gostaríamos, de antemão, de colocar a Interfarma à disposição desta Subcomissão e da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, para eventuais outras colaborações. Sou o primeiro expositor que não vem do setor público, e gostaria de mostrar um pouco da visão do setor privado e do insumo básico de que estamos falando: da assistência farmacêutica.

A Interfarma, apenas para nos situarmos, é uma entidade que foi fundada em 1990 e reúne 27 indústri-

as farmacêuticas de pesquisa – muitas delas já estão no Brasil há mais de 50 anos e algumas há mais de 100 anos. São empresas com parques industriais instalados e que efetivamente investem no País. Só essas 27 empresas têm quase 24 mil funcionários em empregos diretos e detêm cerca de 60% do mercado farmacêutico brasileiro de venda em farmácias – e aí não estamos considerando vendas governamentais nem hospitalares.

Essas são as empresas que fazem parte da Interfarma e tenho certeza de que os colegas que são médicos e que estão aqui presentes – existem vários, inclusive na Mesa –, certamente já tiveram oportunidade de algum contato ou de prescrever algum dos medicamentos inventados por essas nossas empresas associadas.

Como falei, são 27 empresas, com um faturamento anual de cerca de 11,5 bilhões de reais – isso no ano de 2001, último ano que temos auditado. São 23 mil empregos diretos. E o setor de pesquisas recolhe, anualmente, mais de um bilhão de reais em impostos, o que realmente coloca o setor farmacêutico entre talvez os três maiores pagadores de impostos do País.

As exportações estão na casa dos 310 milhões, investimentos diretos em novas plantas, no ano de 2001, no valor de R\$345 milhões. Falarei mais adiante com maiores detalhes sobre os investimentos existentes da ordem de R\$112 milhões.

Estamos fazendo referência a uma questão plural – medicamentos – que pode ser analisada sob uma série de enfoques. Não há a menor dúvida de que os medicamentos são um insumo essencial à saúde, são bens sociais e de trabalho, como é um bisturi para o médico. Além disso, são bens de consumo.

A indústria farmacêutica, como é conhecida hoje, teve a sua origem basicamente no século XIX, na Segunda Revolução Industrial, na Alemanha, quando começaram a fazer pesados investimentos na academia, na universidade para conseguir transformar conhecimento básico em algo que fosse possível de ser disseminado e mantido com qualidade constante. Até aquela época, existiam apenas as antigas farmácias de manipulação para aviar medicamentos, algo do século XIX, retrógrado, sem o menor tipo de controle de qualidade ou de manutenção de qualidade. Então, a indústria farmacêutica teve como base essa linha de montagem para garantir sempre a mesma qualidade, com uma padronização. É dessa época a síntese do ácido acetilsalicílico, 1899, cuja marca mais conhecida é a aspirina.

Qual é a missão da indústria farmacêutica de pesquisa? Inventar os novos medicamentos, que podem ser considerados – como disse – insumos, bens de serviço e de trabalho. Esses medicamentos são inventados para salvar vidas basicamente, melhorar a qualidade de vida, tratar doenças e aumentar a expectativa de vida. E esse aumento da expectativa de vida é real. No Brasil, por exemplo, daqui a 50 anos, a expectativa de vida aumentará de 43 para 69 anos. Evidentemente, essa situação não é resultado simplesmente dos novos medicamentos, que têm uma parcela boa de responsabilidade, mas obviamente há as questões sociais, como saneamento básico, condições de saúde, higiene, nutrição. Existe todo um complexo de melhoria de condições de saúde que felizmente temos notado, e o medicamento faz parte desse complexo.

Um exemplo muito recente que certamente está na memória de todos é a questão da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – Aids –, uma doença descoberta há pouco mais de vinte anos. A análise feita na indústria farmacêutica de pesquisa desenvolveu uma série de medicamentos anti-retrovirais que, no Brasil, conforme dados do próprio Ministério da Saúde, reduziram 50% dos óbitos e 80% das internações. Além disso, houve um aumento de expectativa real, e, como foi mencionado na última semana, o que era uma sentença de morte passou a ser quase – não podemos dizer isso – uma doença crônica com qualidade de vida e com a possibilidade de uma vida digna e produtiva. Essa é uma função dos medicamentos para o tratamento da Aids que, nesse caso, devem ser inventados numa velocidade muito rápida, porque uma característica típica do vírus é ser mutante. Portanto, há a necessidade de se produzirem novos medicamentos para esse tipo de terapêutica: o chamado coquetel anti-aids que é a combinação de anti-retrovirais.

Recentemente, outra doença também foi veiculada na mídia: a leucemia mielóide crônica – LMC –, que realmente era uma doença sem possibilidade de tratamento, mas, com a invenção do mesilato de imatinib, passou a ser curável. Quando se faz referência a preço de medicamentos, a custo de tratamento, como demonstramos no **slide** anterior na questão do anti-retroviral, é sempre importante balizar o custo do medicamento em relação ao custo da internação e de todas as intercorrências hospitalares, além das seqüelas. Na última semana, ouvi um comentário do Exm^o Senador Mão Santa sobre a sua época de fazer as B2, as gastrectomias à Billroth 2. Lembro-me também, embora não seja cirurgião, de

que era a cirurgia do R1, de qualquer pronto socorro de cirurgia; o R1 fazia duas, três B2, num fim de semana. Era a coisa mais simples. O B2 é cirurgia de gastrectomia por sangramento de uma úlcera duodenal ou, principalmente, gástrica. Hoje em dia, os residentes de primeiro ano têm de ler nos livros para saber o que é uma B2.

Isso foi um avanço na criação dos medicamentos anti-H2, que simplesmente mudaram radicalmente o tipo de tratamento de úlcera. Mudaram-se basicamente as questões de hemorragia, mortes, cirurgias, UTI, todo um custo associado brutal, além do custo humano, que é muito importante – creio que nós, médicos, temos que ter sempre isso em mente –, com um medicamento que hoje possui custo muito baixo e que praticamente eliminou esse tipo de cirurgia. Obviamente, já houve novos medicamentos, evolução daquele inicial, da cimetidina para outros, os inibidores de bomba protônica e assim por diante.

Então, basicamente, quando falamos de novos medicamentos, e vamos tentar pensar qual o seu benefício para a sociedade, podemos talvez listar essas grandes áreas de economia e de melhora de qualidade de vida. O primeiro refere-se à própria redução dos gastos em internações. Sabemos todos que os gastos com internações são normalmente uma parte muito pesada no custo da doença. Além da redução dos gastos com cirurgias, há todo o aspecto emocional e os dias de ausência de trabalho e redução do absenteísmo. Existem estudos demonstrando, por exemplo, que as novas drogas para enxaqueca diminuíram de forma absolutamente significativa o absenteísmo em diversos países, levando economia para a sociedade, além de melhor qualidade de vida dos cidadãos. Há também redução dos gastos com auxílio-doença, com aposentadoria por invalidez. Nessa linha, nos diversos países do mundo, desenvolveu-se hoje a farmacoeconomia, em que se deve avaliar o preço de um medicamento em comparação com todo um cenário da doença em si, com o que havia para a doença até aquele momento, os gastos físicos, financeiros e emocionais, tudo isso tem de ser levado em consideração no momento em que se discute preço justo, preço alto, preço baixo.

De cada cem novos medicamentos lançados no mercado mundial, 99 são inventados pela indústria farmacêutica de pesquisa. Essa é a realidade. Quem inventa, quem produz, quem faz os novos medicamentos, quem pesquisa é a indústria farmacêutica, porque são investimentos elevadíssimos. Realmente tem de haver um porte econômico muito pesado e a integração indústria/universidade é fun-

damental nesse sentido. Então, realmente tem de buscar o conhecimento nas universidades, nos centros acadêmicos. Mas os investimentos são realmente bastante elevados.

Para que V. Ex^{as} tenham idéia do que vou abordar, passarei rapidamente esse gráfico, mostrando que o desenvolvimento, a invenção de um novo medicamento pode levar até dez anos desde a invenção, toda a fase de testes pré-clínicos, laboratoriais e animais, entrando já na fase 1, 2 e 3 de estudos em seres humanos. Tenho muito orgulho e muita alegria de dizer que o Brasil já faz, desde a fase 1, os testes clínicos, o que é um grande avanço. Há poucos anos, praticamente era incipiente a pesquisa clínica no Brasil, e hoje já temos bastantes condições de fazer estudos de fase 1, 2 e 3, fase clínica, o que se deve basicamente ao aumento de investimentos.

Aqui constam os investimentos em pesquisa só das empresas associadas à Interfarma. Em 1994, eram R\$14 milhões investidos em pesquisa clínica; em 2001, R\$112 milhões. Os dados de 2002 estão sendo atualmente contabilizados pela empresa de auditoria responsável, mas estimamos que essa cifra já tenha subido bastante. O gráfico mostra que há, em 1996, um ponto de inflexão, quando começa a haver grandes investimentos em pesquisa. Dois fatores contribuem para isso. E todo esse dinheiro vem de fora para o Brasil.

Está aqui a aprovação da Lei de Patentes, para medicamentos, e está aqui também a regulamentação de pesquisa, a RN 196, do Conselho Nacional de Saúde, que colocou os patamares éticos de pesquisa no Brasil no mesmo nível dos patamares internacionais, seja da Comunidade Européia, seja dos Estados Unidos. De modo que fica muito mais tranquilo para qualquer empresa internacional fazer protocolos e pesquisas no Brasil com o mesmo padrão ético de qualidade dos países europeus. E o Brasil tem, felizmente, centros de excelência na área médica em diversos locais. Hoje, temos uma Medicina muito avançada em muitos centros, seja Brasília, no Sarah Kubitschek, seja Porto Alegre, no Hospital de Clínicas, São Paulo, em vários centros, como o Rio de Janeiro, onde há o Inca. Até vou fazer um pouquinho de **merchandising** aqui, lembrando que a filha da Senadora Serys Slhessarenko tem o melhor laboratório de análises clínicas do País, em Cuiabá. É o único laboratório do Brasil de análises clínicas que tem as três certificações: ISO 9000, ISO 14000 e a certificação americana. Nenhum outro do País tem.

Então, temos hoje uma massa crítica de conhecimento e excelência em pesquisa que é muito boa. E

quando falamos em trazer os US\$50 milhões ou R\$120 milhões para pesquisa é muito mais importante que construir uma nova fábrica. A fábrica é tijolo, é chão, é metal. Esse investimento é aplicado em cérebros, em tudo o que está ao redor da pesquisa clínica: o treinamento médico, da equipe; novos equipamentos; levar o profissional para curso no exterior; publicações; teses de doutorado e mestrado; levar o profissional para o exterior, onde apresentará esses trabalhos; tudo isso é importante.

Outro ponto também muito importante – que vamos dizer à frente – é o de cada cerca de cinco mil moléculas inventadas, apenas uma chega ao mercado. As demais são abandonadas ao longo das fases de desenvolvimento, por diversos motivos, ou por ineficácia, ou por problema de efeitos colaterais, ou por problemas químicos.

Aqui eu gostaria de falar do ciclo virtuoso da pesquisa, que é importante porque também refletirá no entendimento do conceito de genérico, algo muito importante que veio para o nosso País.

A pesquisa de desenvolvimento de novos medicamentos precisa de investimentos altíssimos, cerca de US\$800 milhões, em média – isso demonstraremos a seguir. E ela irá gerar um medicamento inovador, sempre acompanhado de alguma melhoria: a cura, melhoria na qualidade de vida ou alguma melhora no tratamento. Quando esse medicamento entra no mercado, três fatores basicamente contribuem para o seu custo final: o custo da matéria-prima industrial, toda a fábrica, todo o material de **marketing**, inclusive; o lucro; e parte desse valor volta para investimento – parte dele retorna para investimento em pesquisa. Isso ocorre quando ele tem patente, instrumento que garante o retorno.

Quando falamos de genéricos, eles não têm essa parte, porque evidentemente não houve investimento em pesquisa. Portanto, ele não faz o ciclo da pesquisa. O genérico é um produto que tem o seu custo e o seu lucro normal, assegurada sua qualidade. Pelo menos a legislação brasileira é muito moderna e procura assegurar a qualidade do genérico. E isso é importante. Várias empresas associadas à Interfarma produzem genéricos.

É importante que se dê essa informação, porque não existe nenhum tipo de preconceito, pois a preocupação inicial era com a qualidade. Hoje, a própria classe médica e a indústria farmacêutica aceitam esse fato.

Voltando aos genéricos, pedirei ao Dr. Guilherme Robalinho que explique por que nenhum laboratório oficial fabrica genéricos até hoje, inclusive não há

nenhum registrado. Seria muito bom que esses medicamentos viessem de laboratórios oficiais, porque seria mais uma garantia de qualidade para todos os nossos produtos.

Vinte e um por cento das vendas da indústria farmacêutica são dedicadas à pesquisa. Isso é incomparável a qualquer outro setor industrial, inclusive os de tecnologia de ponta, que investem 6%, como a eletrônica, ou 5%, nas telecomunicações. Esse número é absolutamente enorme e nos leva a refletir sobre custo de desenvolvimento. Se o custo é de oitocentos milhões, nele incluídos evidentemente, as cinco mil moléculas que não chegam ao mercado, que também demandaram investimentos. Muitas vezes, chega-se à fase três de pesquisa clínica e constata-se um efeito colateral incompatível, o dinheiro já foi gasto.

Quando falamos em oitocentos milhões – esses dados são da Tuft University – é obviamente um número médio, mas demonstra aos senhores o porte de investimento necessário para um novo tipo de medicamento.

A situação atual da saúde, no Brasil, como foi dito pelos demais: 73% da população são atendidas pelo SUS; e existem dados que demonstram que mais de 50% dessa população atendida pelo SUS não consegue aviar a sua receita. O motivo é muito simples: no Brasil, o próprio cidadão desembolsa o dinheiro na compra do medicamento na maior parte das vezes, a não ser que consiga algum tipo de medicamento na rede pública.

Esses são dados de consumo **per capita** de medicamentos, mostrando que o Brasil ainda tem um consumo muito abaixo do México, da Argentina e Espanha e, obviamente, estamos comparando países que têm algum tipo de reembolso, que dispõem de algum modo de fazer com que o medicamento chegue ao cidadão.

Concluindo, basicamente, a indústria farmacêutica de pesquisa entende que tem colaborar. O seu papel primordial é inventar novos medicamentos que tragam melhor qualidade de vida, barateando, na medida do possível, os custos da assistência à saúde. Mas faz parte de um complexo muito mais amplo, ou seja, assegurar que a população tenha acesso a medicamentos de qualidade. A palavra qualidade deve ser frisada o tempo todo, porque não existe produto com meia qualidade ou mais ou menos qualidade. O público-alvo são os desassistidos no Brasil.

Embora sabendo que soluções perfeitas não existem, esse investimento na indústria farmacêutica é fundamental para a saúde pública. A nossa associa-

ção gostaria de poder colaborar com qualquer iniciativa nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Dr. Flávio.

O próximo expositor é o Dr. Guilherme Robalinho, Médico, Professor do Departamento de Medicina Clínica da Universidade Federal de Pernambuco; foi Secretário de Saúde do Município de Recife; participou da criação da Companhia Pernambucana de Hemoderivados; é o atual Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco e Diretor-Presidente do Laboratório Farmacêutico de Pernambuco – Lafepe.

O Dr. Guilherme Robalinho terá 20 minutos para a sua exposição.

O SR. GUILHERME ROBALINHO – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Senador Mão Santa, Relator, demais Senadores e Senadoras, chego a dizer que é com orgulho e emoção que falamos nesta Casa do povo. Em primeiro lugar, porque lutamos bravamente para que neste País houvesse democracia.

É extremamente gratificante verificar que Alta Casa do Congresso Nacional, o Senado da República, solicita, quer ouvir a sociedade civil, quer ouvir quem trabalha, para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores, informados, ouvintes, possam realmente deliberar livremente, mas tendo como base aquilo que a sociedade lhe traz.

Esse exemplo, encontramos nas grandes democracias do mundo, nos países onde há uma democracia sedimentada. Esse é mais um degrau que podemos verificar da construção da Nação que, lentamente, passo-a-passo estamos reconstruindo, depois de anos difíceis, tormentosos, escuros que vivemos até há poucos anos.

Quem falará aqui, na verdade, não é o ex-Secretário Municipal nem o Secretário Estadual de Saúde. Trago a experiência do Lafepe (Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco). Mas é evidente que minha função se confunde com a função de Secretário de Estado, que assumi com muito orgulho durante seis anos, como Secretário Municipal de nossa querida cidade de Recife. Meus antecessores, principalmente os Colegas Secretários Municipais aqui representantes do Conas e do Conasems, trouxeram questões absolutamente pertinentes, bem como meu caro amigo Hermógenes, pessoa que precisamos homenagear, por sua história de luta e de respeito à coisa pública.

Eu gostaria de fazer apenas alguns acréscimos, antes de iniciar minha exposição. Quando se fala em medicamentos de alto custo, e a questão é pertinente porque sofremos na pele; quando se discute equidade e universalidade; quando se verifica que deixamos de atender a uma grande maioria sem negar o direito da minoria, chamo a atenção para alguns detalhes. As ações judiciais que recaem nos secretários municipais e estaduais de saúde, Sr. Presidente, na sua quase totalidade, não emanam de pessoas simples do povo, que não possuem recursos ou que não necessitam. As ações provêm de pessoas de alto poder aquisitivo, que têm à sua disposição os melhores advogados, os melhores bacharéis e que ganham as ações. Sem nenhum demérito, sem nenhuma crítica, vão receber e buscar os medicamentos a que têm direito e não se acanham nem se encabulam ao chegar em seus Mercedes Benz, em suas BMWs, e terem direito ao acesso a medicamentos caríssimos. Com esses recursos, estamos deixando de atender, na ponta, pacientes necessitados, miseráveis, aos quais deveríamos, como gestores, direcionar a nossa visão. Não porque aqueles não têm direito, pois o SUS se universalizou. Mas será justo que assim ajam? Enquanto isso, quantos necessitados não estão recebendo? É preciso refletir a respeito. Os recursos são poucos. Os avanços são evidentes. A qualidade de vida melhora. Os medicamentos estão aí para isso. Mas deve haver uma lógica que não pode fugir do que foi bem firmado nos protocolos. O que queremos é que essas opções sigam os protocolos existentes. Se houver uma seqüência de protocolos, não existirão as ações que diariamente nos chegam, que diariamente nos comprometem.

Falarei um pouco a respeito do Lafepe. O Lafepe é o Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco – serei rápido – e é motivo de orgulho ao povo daquele Estado, porque demonstra que pode haver empresas públicas competentes, lucrativas e com vocação social. Ao assumir, o Governador Jarbas Vasconcelos encontrou tal situação, no início de 1999: o Lafepe possuía uma dívida com seus fornecedores de R\$37 milhões, um prejuízo acumulado em seu balanço, já que é uma empresa de economia mista, de R\$11 milhões, um alto custo de produção e um parque fabril obsoleto em cuja modernização há muitos anos não se investia. Issc ocorria principalmente em razão de má administração. Inclusive os convênios com o Ministério da Saúde estavam suspensos, porque o Lafepe não havia recebido antecipação de recursos e não entregava os produtos.

A partir daí, foi realizado o trabalho de se restabelecer a credibilidade da instituição, o que ocorreu de forma absolutamente rápida. E conseguimos, já no fim de 1999, apresentar um balanço em que o Lafepe obtinha lucratividade. A lucratividade foi evidente. Se os senhores analisarem o que foi feito a partir de 1999, verão o aumento do faturamento do Lafepe, que foi de 90%, de 1999 a 2002, e a evolução da sua produção, que aumentou 105%, nesse mesmo período. O Lafepe fornece medicamentos ao Ministério da Saúde, aos Estados do Norte e do Nordeste e a aproximadamente 1.600 Municípios, principalmente da Região Norte e da Região Nordeste do Brasil.

Como os senhores podem verificar, já tínhamos, no exercício de 1999, um resultado de lucro de R\$4,35 milhões. Em 2002, fechamos o balanço com uma lucratividade de R\$7,24 milhões. A partir dessa mudança, foi possível a reorganização do Lafepe? Foi. Foi possível mudar o seu parque industrial? Foi. Nós tivemos o apoio do Governo Federal. No Governo passado, investimos cerca de R\$5,2 milhões na fábrica de medicamentos líquidos orais, dos quais R\$2,5 milhões foram recursos a fundo perdido do Ministério da Saúde. Essa unidade multiplicou por cinco a capacidade de produção do Lafepe. Foi inaugurada em dezembro de 2001. Em dezembro de 2002, um ano depois, inaugurávamos a nova unidade, que multiplicou por seis a capacidade de comprimidos da fábrica de anti-retrovirais e do controle de qualidade. Essa área tem 4.848 m². Investimos recursos, a fundo perdido, oriundos do Ministério da Saúde, no valor de R\$8,17 milhões; e recursos próprios do Lafepe de R\$3,32 milhões.

Linhas de fabricação do Lafepe e os convênios celebrados pelo Lafepe, em 2003, na nova gestão do pernambucano Humberto Costa no Ministério.

Os convênios firmados em 2003 com o Ministério da Saúde, que é o seu principal cliente, atingem o valor de R\$60.338 milhões, produzindo 288 milhões, 807 mil e 925 unidades, principalmente nesses programas.

Saliento, meu caro professor Flávio Vormittag, que todos os medicamentos para o tratamento da AIDS, todos os anti-retrovirais que o Lafepe produz e fornece ao Ministério da Saúde são genéricos e passaram por todos os testes registrados na Anvisa.

Esses são dados sobre a situação comercial de venda. E acreditamos que chegamos, no ano passado, a um faturamento de R\$78 milhões e, segundo a previsão para 2003, ele deve passar dos R\$100 milhões. Principalmente hoje, além do Ministério da Saúde, vendemos para o Nordeste brasileiro aproxima-

damente 65,48% do que produzimos em termos das unidades comercializadas, tirando os números que são dos convênios do Ministério da Saúde.

Entraremos agora em outra faceta que trago como uma experiência inédita, inovadora, que tem dado o que falar, que serviu até mesmo como tema na última campanha eleitoral. No embate final da disputa presidencial, os dois candidatos, Lula e José Serra, apresentaram em seus programas a farmácia do Lafepe e disseram que pretendiam levá-la a todo o País. Nessas farmácias populares, vendemos produtos de fabricação própria – em torno de 75 produtos – e cerca de 100 medicamentos genéricos que compramos dos laboratórios em licitação. São aproximadamente 170 produtos que colocamos à venda nessas farmácias populares, que foram escolhidas de acordo com essas características: local de fácil acesso, bairro de grande concentração populacional, proximidade dos grandes centros de saúde e área de grande fluxo de pedestres.

Hoje, há 13 unidades instaladas no Estado de Pernambuco, sendo 11 em Recife e duas no interior do Estado. Estamos implantando, agora, 19 novas unidades, fundamentalmente no interior, todas elas alcançando a região do sertão do Araripe, do Sertão Central, do Sertão do São Francisco, da região do Agreste e da Mata.

Essas farmácias do Lafepe têm uma característica, elas funcionam, todas, com farmacêutico no seu balcão o tempo todo de funcionamento, orientando e fazendo a política de saúde, complementando. E um detalhe, Sr. Presidente, em torno de 120 mil pessoas entram para comprar medicamentos na farmácia do Lafepe por mês, e verifiquem a média do cupom fiscal, prezado Senador Mão Santa: R\$2,92. A população de baixa renda que é a nossa cliente, aquela que vai lá. E por que ela vai lá? Aí vem uma perspectiva: a maioria desses medicamentos que temos aí não é distribuída nos postos de saúde dos nossos Municípios? Sim. E por que a população lá não vai? Ela vai, sim. Vai aquela parte da população que tem emprego fixo. A nossa clientela, fundamentalmente, é o pessoal do mercado informal.

Lembro-me muito bem – e dizia Hermógenes, quando nos visitava no começo do ano – de uma senhora que foi lá, e eu perguntei: “Por que a senhora está aqui, se lá no seu bairro – um bairro bonito, com o nome de Lagoa Encantada – tem um posto de saúde da Prefeitura do Recife que funciona adequadamente?” E ela respondeu: “Doutor, ocorre que vivo do meu trabalho, sou faxineira. Se eu for ao posto, perco o meu dia de trabalho e vou gastar dinheiro com ôni-

bus. Assim, eu me desloco de onde trabalho como faxineira, desço e compro a minha medicação”.

Um outro era um cidadão, que morava no Bairro de Casa Amarela. E perguntei: “E você, por que não vai? São tantos ambulatórios que a Prefeitura do Recife tem lá.” E ele respondeu: “Mas o senhor não sabe? Eu vivo como guardador de carro e tenho meu ponto fixo na rua Diário de Pernambuco. Um dia que eu faltar me tomam o meu ponto. Então, prefiro vir aqui na rua do Imperador, na Farmácia do Imperador, onde temos um movimento muito grande, comprar meu remédio quando preciso. Eu sei que o SUS distribui, mas eu não tenho tempo de ir até lá. Mas prefiro, então, comprar meu remédio, embora saiba que lá tem”.

Então, o que descobrimos com essas farmácias do Lafepe? Que não atingimos uma parcela da população, essa que vive do subemprego e do emprego informal e que tem nelas uma acolhida importante.

O futuro. O que pensamos desse Lafepe, que cresceu e que teve apoio do Governo federal passado e está tendo do Governo atual? Queremos registrar que o estamos ampliando e que ele ainda precisa ser modernizado. Temos duas unidades modernas – e eu os convido a conhecer – que são a de líquidos orais e a de medicamentos comprimidos sólidos. Estamos entrando no BNDES, e já entramos no mês de abril, com pedido de financiamento para a construção das unidades de injetáveis de pequeno volume, de grande volume, de pós-extemporâneos e de pomadas. Estamos aguardando. E há perspectiva de continuar com o apoio, a fundo perdido, do Ministério da Saúde. É evidente que a partir daí o Lafepe se transformará, então, num laboratório completamente moderno.

Mas não é só isso. Quero salientar que temos um setor de pesquisa muito desenvolvido dentro do nosso Lafepe. Temos, inclusive, várias teses de professores de mestrado, de doutorado e de cátedra, desenvolvidas dentro do laboratório do Lafepe, com parceria com as nossas universidades: a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Estadual de Pernambuco, a Universidade Federal da Paraíba. Temos vários trabalhos em desenvolvimento, inclusive pesquisas, em andamento, que estão permitindo que lancemos, neste ano, uma revista científica com toda a produção científica, que é extremamente significativa. São pesquisas em que nossos pesquisadores, egressos da universidade e outros do próprio quadro do Lafepe, estudam principalmente sobre os nossos vegetais, a nossa biodiversidade, o que já foi falado aqui. Estamos trabalhando intensamente nisso.

Em Pernambuco – isso não é um fato de agora –, há muitos anos, o Professor Oswaldo Gonçalves de Lima fundava o Instituto de Antibióticos, que é um centro exemplar de pesquisas, estudando a nossa flora, buscando inclusive encontrar algumas substâncias que possam, depois, ser transformadas em fármacos. Sabemos, evidentemente, como foi dito aqui pelo nosso antecessor, que, para cada fármaco sobre o qual se inicia um processo de pesquisa, são pouquíssimos aqueles que vencem toda a cadeia e chegam a ser identificados como medicamentos.

Mas quero registrar, aproveitando estar aqui no Senado da República, um fato de que poucos talvez tenham conhecimento – o Senador Mão Santa certamente sabe. A pilocarpina, que durante tantos anos foi usada como vasodilatador primordial, tinha a sua patente fixada por um grande laboratório multinacional. A pilocarpina vem de um vegetal chamado jaborandi. Tínhamos plantações próximas a V. Ex^a, no Maranhão, pertencentes a esse laboratório, para extrair do jaborandi a pilocarpina.

Talvez não saibam, mas foi um pernambucano, em 1870, e do qual sou descendente, com um nome estranho, Sinfrônio Coutinho, Pesquisador e Médico, em Nazaré da Mata, na Zona da Mata, que primeiro notou esse tipo de dilatação e defendeu tese em Paris, em 1870, sobre o efeito vasodilatador do jaborandi, do qual se extraiu depois a pilocarpina. Já no século XIX, o estudo da nossa biodiversidade era feito por algumas pessoas.

Meu caro Hermógenes, é evidente que esse é um campo em que o novo Governo do Brasil certamente irá investir, Ciência e Tecnologia, na nossa biodiversidade, em laboratórios públicos que estão fazendo pesquisas junto com as nossas universidades, para que nossos produtos não saiam daqui. Então, não vamos sofrer essa pirataria, não vamos perder a nossa flora, valores fantásticos que lá existem.

Lembro-me do Professor Oswaldo Gonçalves de Lima, de quem tive a felicidade de ser amigo. Ele pesquisou aqui no Brasil e no México, ia muito à Amazônia do nosso Senador Papaléo Paes. Ele já me dizia, naquela época, antes dos anos 60: “Vocês sabiam que há tribos indígenas onde as índias só engravidam quando querem? Eles conhecem vegetais que têm efeito anticoncepcional. Eu não consegui ainda identificá-los”.

Há muito anos, ele já mencionava esse tipo de experiência. Relato esse fatos por acreditar que estamos vivendo um momento absolutamente especial no nosso Lafepe.

Antes de terminar a nossa exposição, eu queria dizer que, em Pernambuco, temos o Lafepe como força alavancadora, o sonho de transformar o nosso Estado em um pólo farmoquímico, até por conta da posição estratégica do Estado, de estar distante a cidade do Recife, a área metropolitana da cidade de Recife, a 800 quilômetros de Fortaleza, a 800 quilômetros de Salvador, e estão aí as grandes concentrações populacionais. No Nordeste brasileiro, temos, hoje, mais de 25% da população brasileira, que consome medicamento e vai consumi-lo cada vez mais, embora tendo poder aquisitivo baixo. Mas, através das políticas sociais que o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais têm feito, certamente temos aí um mercado consumidor importante.

Em Pernambuco, há a indústria de vidros, de embalagens, de cartonagens, que é importante. O Estado está criando um distrito industrial, onde temos toda a infra-estrutura, e para onde esperamos que laboratórios privados migrem e que o Lafepe seja a mola alavancadora desse pólo farmoquímico.

Por fim, eu queria me deter num assunto tratado no dia 20, quando se falou aqui da política de hemoderivados. O Governo Federal anterior defendia a implantação, no Brasil, de uma unidade de processamento industrial de plasma, para impedir as despesas acentuadas que temos hoje com esses derivados. Deixamos um processo em andamento e, praticamente, naquela ocasião, foi fixado que no Estado de Pernambuco seria instalada essa unidade. Foi feita uma prova de intenções entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Pernambuco e a parceira de uma empresa internacional, selecionada dentro de critérios preestabelecidos pelo Ministério da Saúde e pelo Governo do Estado. Foram convidadas nove empresas que detinham essa tecnologia. Foi dada a cada uma delas a chance de se associar a esse empreendimento. E só uma empresa foi selecionada; e foi constituído – havia até uma lei autorizativa, criando a empresa pernambucana de hemoderivados; isso foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, é uma lei autorizativa. No entanto, com a mudança do Governo, há uma decisão de manter essa política de o Brasil ter a sua unidade de processamento de plasma. Foi nomeada uma comissão paritária entre representantes do Governo de Pernambuco e do Ministério da Saúde, e a conclusão não está bem definida. Há um caminho preponderante, dentro do Ministério, de que seja criada uma empresa pública estatal, criando uma Hemobrás, por meio de um projeto que seria enviado ao Congresso Nacional e seria definido ainda onde seria sua instalação.

A outra alternativa era darmos continuidade a esse projeto iniciado no Governo passado e que está também sendo colocado em estudo. Pernambuco tem todas as condições de sediar essa planta de hemoderivados. Fomos nós que criamos o primeiro hemocentro do Brasil, o Hemope. O primeiro coordenador político de sangue do Brasil foi Luiz Gonzaga, há mais de 20 anos, e, certamente, juntamente com o Lafepe, essa indústria de processamento de plasma, além de ser importante para o Brasil, instalando-se em Pernambuco e no Nordeste brasileiro, seria importante para o nosso desenvolvimento econômico, gerando emprego e renda naquela região que tanto necessita.

Seriam essas as nossas colocações. Estamos inteiramente gratificados por verificar que o SUS é uma realidade no Brasil. O SUS foi feito e criado por meio da Constituição. Em conjunto, o Senado e a Câmara dos Deputados deram esse instrumento fantástico à população brasileira. E é com muita felicidade que, depois de dez anos como gestor de serviço público municipal, hoje como gestor estadual, e agora também como Presidente de um laboratório estatal de uma empresa de economia mista, que tem mais de 98% de suas ações no Estado de Pernambuco, sinto-me – como disse no início – orgulhoso de ser brasileiro, orgulhoso de ver que a democracia, neste País, está consolidada, e que esta Casa, o Senado da República, com tanta história, está ajudando a construir uma saúde pública mais justa, mais digna e mais humana.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradecemos ao Dr. Guilherme Robalinho e convidamos, de acordo com o art. 114 do Regimento Interno do Senado Federal, o Consultor Legislativo do Senado, Dr. Ubiramar Lopes de Sousa, para assessorar esta Subcomissão.

Temos a honra de chamar para sua exposição o Dr. Jairo Bisol, Promotor de Justiça, titular da Promotoria de Justiça e de Defesa da Saúde – ProSus, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Brasília e Professor de Direito de diversas instituições de Ensino Superior de Brasília.

Dr. Jairo Bisol terá assegurado o tempo de 20 minutos para a sua exposição.

O SR. JAIRO BISOL – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, inicialmente eu gostaria de agradecer o convite em nome da minha Instituição, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para participar dessa importante audiência pública, no Senado Federal.

Senador Mão Santa, demais Senadores, os expositores que me antecederam, senhoras e senhores, muito boa-noite.

Eu não poderia deixar de observar que falar por último numa audiência com tantas exposições envolve algumas vantagens e algumas desvantagens. A desvantagem maior, eu diria, é que depois de tão lúcidas explanações sobre a política de medicamentos, sobre a questão em geral da assistência farmacêutica, o tema encontra-se praticamente esgotado. Mas a vantagem consiste em poder fazer alguns pequenos deslocamentos estratégicos na nossa fala e, com isso, tentar contribuir, com a nossa experiência ministerial, para essa discussão sobre assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Antes de apresentar o que será o núcleo da minha fala, eu gostaria de fazer uma observação que acredito ser importante, porque, em que pese tudo que se falou em termos de políticas de medicamentos, parece-me que há um ponto que poderíamos trazer à colação para contribuir e avançar no debate, que ficou um pouco negligenciado. E esse ponto vai justamente convergir para o relato de uma experiência, que é uma investigação que temos conduzido nessa área no Distrito Federal. Esse ponto diz respeito justamente à questão do controle. Parece-me que é necessário estabelecer, dentro da própria política de assistência farmacêutica, dentro da própria política de medicamentos no interior do SUS, absolutamente, intimamente entrelaçada uma política de controle. Talvez aí vá um dos pontos mais delicados e com repercussão mais negativa para a falta de acesso da população aos fármacos, aos medicamentos, como parte integrante de ações e serviços de saúde.

Mas, antes de entrar na minha fala propriamente dita, eu gostaria de apresentar dois pontos que considero fundamental como Promotor de Justiça, porque os que me antecederam são expositores ligados à área política ou iniciativa privada, e venho da área jurídica. Há duas coisas que julgo importante demarcar. Primeiro, ao Ministério Público não cabe determinar que tipo de medicamento vai ser prescrito, que tipo de medicamento não pode ser prescrito, quando tem de ser internado um paciente ou quando não tem de ser internado. Isso é ato médico, e exclusivo da classe médica. Também creio que não cabe à Magistratura fazê-lo.

Da mesma forma, não creio que caiba ao Ministério Público determinar políticas, diretrizes, enfim, técnicas de gestão para a questão da saúde pública de modo geral ou para os medicamentos, especificamente falando. Isso é atividade do gestor.

Portanto, se muito se falou aqui em algumas decisões judiciais, que, de certa forma, poderiam estar atropelando o exercício da função médica, com a Magistratura se intrometendo num ato exclusivo do médico, que é o ato médico – ou o próprio Ministério Público, estimulando a Magistratura a fazê-lo, ou instigando também a Magistratura a se intrometer num ato de gestão administrativa e de definição de políticas – creio que a questão não está bem colocada. Acho que o ato judicial não é puramente técnico como a modernidade quis construir. Penso que a lei não é absoluta, no sentido de ter um sentido unívoco, e a ordem jurídica não é um sistema em que aponta uma única e exclusiva decisão. Se isso é verdade, se não alcançamos retirar o direito do campo da prudência e colocá-lo definitivamente no campo da Ciência, para construir, como se quis, decisões judiciais técnicas e silogísticas, temos de reconhecer que há um caráter de criacionismo judicial em toda decisão. E isso implica que, mais que Ciência para se produzir decisões judiciais justas e adequadas a uma realidade social, é necessário prudência. E, se falta prudência a algumas decisões judiciais, quero crer que são exceções que vêm somente a confirmar a regra.

No que tange à nossa atuação como Promotor de Justiça aqui, no Distrito Federal, posso afirmar, com tranquilidade, que atuamos, sim, com ações civis públicas, com essa ferramenta processual, buscando garantir medicamentos à população.

Sempre tivemos a delicadeza de buscar não interferir no que é ato médico, no que é atuação da classe médica ou paramédica; sempre tivemos a delicadeza de buscar não interferir no que é atividade do gestor também, ao menos para não sermos, institucionalmente falando, deselegantes. Porque, se reside alguma verdade em Balzac, quando diz que “elegância é parecer ser o que se é” – se isso é realidade –, então, a elegância do Ministério Público consiste em fazer a defesa do Estado Democrático de Direito e, ao fazê-la, defender um conjunto de direitos que, nuclearmente, formam o que entendemos por cidadania. Dentre esses direitos, encontramos, como direito fundamental, guindado a uma valoração específica, na Constituição, de relevância pública, o direito universal à saúde.

Quero crer que as exposições dos vários expositores que me antecederam apresentaram, de uma maneira muito lúcida, a questão da necessidade de se definirem protocolos e evitar, com isso, uma série de desvios que podem ocorrer no âmbito da busca de soluções judiciais, que, sabemos, não é a melhor maneira de administrar saúde pública, essa administra-

ção pela via de abrir um caminho de acesso aos medicamentos pela população por meio judicial. É óbvio.

Quanto a essa questão, eu gostaria de deixar bem claro: concordo plenamente com a necessidade de se determinarem protocolos, porque a função do promotor e do juiz não é a de interferir, volto a insistir, em um ato médico ou de gestão. Simplesmente, ele pode controlar a legalidade desses atos e protocolos, a eventual consonância desses atos normativos com os princípios definidos na Constituição. E sabemos, volto a insistir, que esse enquadramento não se dá por atos de mera cognição, e isso significa que irá demandar, sim, prudência por parte do Ministério Público e da Magistratura, porque há uma questão séria sendo administrada.

De toda sorte, entendo que essa é uma questão que está evoluindo naturalmente para esses protocolos, para a abertura de um caminho dialógico mais eficaz entre o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde Municipais e Estaduais – a nossa é distrital – com o Ministério Público e os órgãos da Magistratura.

Mas o que quero colocar para V. Ex^{as}, na verdade – e talvez esse tenha sido o motivo, de fato, do convite feito à minha pessoa –, é justamente a experiência de Brasília. E não quero colocar essa experiência como uma regra, porque desconheço em muito o que ocorre na saúde pública, nas outras Unidades da Federação. A algumas informações genéricas, que dizem respeito a um primeiro e fundamental problema de saúde pública, temos acesso, como é a questão da execução orçamentária, do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29.

Sabemos que 17 dos Estados que compõem a Federação não cumprem a Emenda Constitucional nº 29, no que tange à formação e participação dos recursos para formação dos fundos de saúde.

Isso é muito grave, porque a questão de medicamentos não diz respeito apenas à formulação de políticas, porque me parece que a política de medicamentos que está aí já é bastante avançada. Se já temos uma política que já é bastante avançada e às vezes não encontramos bons resultados na prática, talvez a razão não esteja especificamente na política de saúde, embora ela sempre possa ser aprimorada. Talvez existam questões de distorções do Sistema Único de Saúde, que está em fase de implantação e que cumpre a nós todos e ao Ministério Público também, defender.

Sabemos que o Sistema Único de Saúde demanda ainda uma série de aspectos para levá-lo a um aspecto mais eficaz em termos de implantação. Não se resolvem problemas puramente com princípios

constitucionais, como o princípio que rege a saúde, imprimindo-lhe universalidade e equidade, e também com excelentes leis infraconstitucionais, e as temos no campo da saúde – a Lei nº 8.080. Nem com recursos públicos – não adiantam também. É preciso mais do que isso, é preciso mais do que princípios constitucionais. É preciso mais do que uma legislação infraconstitucional bem organizada, porque isso nós temos. É preciso mais do que recursos. É preciso vontade política.

Nesse aspecto, tocamos em um ponto que, no Distrito Federal, não tenho encontrado em minhas práticas no Ministério Público.

Numa investigação que estamos produzindo, temos percebido que falta vontade política de compromisso com o SUS, na Capital da República, e isso é muito grave.

Não adiantaria, ainda, que tivéssemos tudo isso e a vontade política. Sabemos que saúde pública vai, inclusive, depender de um sistema bem organizado, como foi colocado aqui, e também da participação popular.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa experiência aqui, na Capital da República, será objeto, então, do relato que passo a fazer.

Ano passado, quando entramos na Promotoria, nos deparemos com sintomas de desabastecimento de medicamentos, fato que foi se agravando a ponto de o Ministério Público – a Promotoria da qual sou titular, e trabalhava com um promotor apenas – buscar um trabalho conjunto com o Conselho Regional de Medicina e com o Conselho Regional de Farmácia para investigarem as causas do desabastecimento.

Fomos à Farmácia Central – quero lembrar que o sistema de saúde do Distrito Federal tem uma estrutura atípica, porque ele é composto por uma rede pública de 13 hospitais e aproximadamente 40 centros de saúde, e conta com um fundo de saúde da ordem de R\$1,2 bilhão anual, e uma folha de pagamento de mais de R\$500 milhões – checar a execução orçamentária e percebemos que R\$40 milhões foram desviados do fundo da saúde para a construção da belíssima terceira ponte do Lago Sul. Encontramos recursos da ordem de R\$77 milhões retirados do Fundo de Saúde para a distribuição de pão, leite e cestas básicas. Pergunto a V. Ex^{as}: isso é política de assistência social? Se bem observado talvez seja até de assistencialismo. Conclusão: a Farmácia Central estava absolutamente desabastecida! Fomos às unidades hospitalares que também estavam com as suas farmácias desabastecidas. Daí começamos a nos afeiçoar ao estudo do SUS e percebemos que também

estava desmontado o controle social do SUS, sob o ponto de vista de seu próprio espírito de constituição. Tínhamos um Conselho de Saúde meramente homologatório de todas as ações do Secretário de Saúde, as ações do Governo.

A questão do desabastecimento dos medicamentos é algo que se cinge, que se circunscreve exclusivamente em torno de políticas de medicamento. Portanto, tem que estar bem amarrada na questão do controle. Porque, como bem disse o Dr. Hermógenes, os recursos do SUS para a compra de medicamentos são da ordem de R\$3 bilhões. E onde há dinheiro, infelizmente vemos o paradoxo, é justamente onde a corrupção se instala.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs Senadores, então, a partir de nossas investigações começamos a examinar os processos de licitação da Secretaria do Estado. Percebemos que não se faziam mais licitações na Secretaria do Estado. Àquela altura, apenas 10%, 20% das compras eram por licitação, sendo que a maior parte delas tinha a dispensa de licitação ou a inexigibilidade. Aí, fomos olhar mais de perto a inexigibilidade; como ela se dava. As compras eram feitas pelo critério da inexigibilidade, mas o vendedor era um comerciante! Ora, a inexigibilidade só está caracterizada se houver um único fornecedor. Como será inexigível a licitação quando o vendedor é um comerciante, um atravessador? Então, o comerciante, era portador de uma carta de exclusividade de venda daquele laboratório. Ora, isso é um indício veemente de corrupção, uma maneira de afastar a concorrência. E os preços sempre superfaturados. Como se não bastasse, fomos observar a dispensa de licitação e vimos que as compras eram sempre emergenciais. E paramos para verificar o seguinte: o desabastecimento foi por má gestão? Tenho minhas dúvidas se o desabastecimento foi por má gestão. Então, uma rede desabastecida impõe as compras emergenciais, que são pequenas, que se multiplicam, e todas sempre num preço elevado, preço cheio, como dizem os vendedores, **full**.

Não bastasse isso, aprofundamos as investigações. Percebemos que não dava para trabalharmos sozinhos. Era um universo muito grande para ser investigado, e tratamos de compor forças, porque, como o Distrito Federal envolve recursos federais e distritais, que são da própria característica dele, atuamos, então, em conjunto com o Ministério Público Federal, e o Ministério junto ao Tribunal de Contas. E, como a proximidade aos Ministérios e ao Governo Federal nos permite, fomos aos Ministros – Ministro da

Saúde, Ministro Valdir Pires – pedir técnicos, auditores, para montarmos uma força-tarefa.

Começamos, então, a aprofundar as investigações e descobrimos que se compra fiado, desde 1999, em Brasília. É o que se chama de compra por vale. A empresa vai até a Secretaria, entrega um medicamento e recebe um vale. Nem o preço está indicado, porque o preço será executado conforme for o dia do pagamento. E, claro, superfaturado!

Esse é o quadro do sistema de compras de medicamentos. Se fôssemos ampliar um pouquinho o foco, iríamos encontrar 78 contratos de prestação de serviço que foram vencidos há anos, não foram prorrogados e continuam sendo executados. E vamos encontrar, ainda, decisões judiciais mandando recompor preço atrasado da ordem de R\$70 milhões, hoje, atualizados, R\$100 milhões, como é o caso da Saneli. Cem milhões de reais deve o Poder Público para recompor os preços de uma empresa que trabalha há oito anos sem contrato! E o mesmo ocorre em relação a empresas de vigilância e de limpeza, porque esses três serviços, na rede, perfazem algo em torno de R\$10 milhões mensais. É a velha lógica do dinheiro!

Mas não vou estender mais a exposição da nossa investigação, que é profunda. Temos quase 50 técnicos disponibilizados pelo Ministério da Saúde. E envolve também as relações da Secretaria, no que diz respeito ao Programa Saúde-Família, como o Instituto Candango de Solidariedade, que é pessoa jurídica de direito privado, também com seriíssimas irregularidades.

Enfim, o que é importante colocar, a partir da experiência da ProSus, junto com o MPU e com o Ministério Público do Tribunal de Contas, é a urgência de se repensar o sistema de controle do SUS, a começar pelo fortalecimento do controle social, porque essa é a meta, e a meta, como idéia, é perfeita! Mas é preciso concretizá-la, é preciso que se tenha um cuidado um pouco maior, para que, efetivamente, funcione o controle social, senão, fica como uma grande utopia não realizada e comprometendo fundamentalmente o sistema, não apenas no campo dos medicamentos, mas também nos demais.

É extremamente inoperante o controle social do Sistema Único de Saúde. Infelizmente, tenho que reconhecer isso, aqui, na Capital da República.

Depois, há um segundo aspecto que gostaria de levantar para os senhores também. Temos não apenas o controle social no SUS; temos o controle estatal que é estabelecido em diversos níveis. Há o controle nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Se eu pudesse colocar uma idéia que creio ser importante, se não fosse demais, eu diria: é preciso verticalizar a responsabilidade, não só o controle.

Para encerrar, é preciso que se destine uma responsabilidade maior para o Ministério da Saúde, em vez de, pura e simplesmente, passar os recursos. Talvez, com isso, se conseguirmos alinhar uma política de medicamento – aqui especificamente no campo de medicamentos – com uma política de controle pensada especificamente para os medicamentos, sejam possíveis resultados bastante interessantes no sentido de ampliar o acesso a ações e serviços que impliquem um acesso ao medicamento. É isso.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Dr. Jairo, muito obrigado pela sua exposição.

Convido o Senador Augusto Botelho para compor a Mesa, pedindo que os senhores expositores componham a primeira fileira de cadeiras, para que os Senadores que assim o desejarem possam fazer as suas indagações.

Peço permissão aos demais Senadores que compõem esta Comissão para fazer a primeira pergunta, dirigida ao Dr. Samir Dahas Bittar, da Associação Médica Brasileira.

Na qualidade de representante dos prescritores de medicamentos, que iniciativa, na visão da AMB, deveria caber ao Senado Federal para melhorar o acesso e a qualidade da assistência farmacêutica prestada pelo SUS? Essa é a primeira pergunta.

Também quero fazer uma outra pergunta ao Dr. Flávio Vormittag, da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa. Na primeira parte da nossa audiência, realizada no último dia 20, foi sugerido que o Senado Federal apresentasse um projeto de lei instituindo uma política de incentivo ao setor privado nacional para a produção de farmoquímicos e intermediários. Pergunto: qual é a opinião de sua associação em relação a essa sugestão?

São as duas perguntas que faço aos senhores expositores.

O SR. SAMIR DAHAS BITTAR – Atendendo à solicitação de V. Ex^a, Senador, agradeço pela pergunta, que considero da maior relevância. Peço permissão para respondê-la, abordando uma questão de natureza estrutural.

Os maus prescritores são, na verdade, profissionais médicos mal formados. Se entrarmos na questão da formação profissional médica no País, envolveríamos uma questão estrutural da maior relevância, mas eles estão sujeitos, naturalmente, a

todas as responsabilizações de natureza cível e ca que a legislação já lhes impõe. Porém, com pergunta vem voltada para uma atuação do Senado, eu sugeriria algo que naturalmente é do conhecimento de V. Ex^a, envolvendo gravemente a formação médica no País, que é a abertura indiscriminada de escolas médicas. A formação médica no País é tratada sem um mínimo de responsabilidade e entendimento sobre os possíveis danos causados por um profissional habilitado para promover atos médicos sem a devida preparação.

Então, nesse sentido, sugerimos o apoio aos critérios de leis que já tramitam nesta Casa – certamente, do conhecimento dos senhores – que limitam a abertura de escolas médicas, que criem realmente regras para o funcionamento e que, a exemplo do modelo americano, que há muitas décadas criou uma nova norma e um novo padrão de atendimento médico naquele país, fechem escolas médicas que promovam a formação indiscriminada de profissionais unicamente com o objetivo de lucro financeiro.

Eu sugeriria também, dentro do âmbito público, algo em que o setor público não tem investido e que a iniciativa privada tem feito com regularidade, que é o investimento no aprimoramento e no conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Flávio.

O SR. FLÁVIO VORMITTAG – Quanto à questão da fabricação ou de incentivos para a produção de farmoquímicos no nosso País, devemos entender qual é o mecanismo vigente hoje no mundo na produção de matérias-primas e insumos farmacêuticos.

Dada a alta especificidade e a alta sofisticação na produção de farmoquímicos e o sistema de globalização vigente, optou-se, hoje, na maior parte das empresas, por concentrar a produção de determinados insumos em alguns poucos países. Então, o que acontece é que a maior parte das empresas têm poucas fábricas abastecendo algumas regiões do Planeta.

Isso se justifica, do ponto de vista econômico, através da economia de escala. Justifica-se também do ponto de vista da qualidade, uma vez que, se forem espalhadas diversas fábricas sem uma demanda que justifique isso, poderá acarretar problemas. Na área médica, muitas vezes, vêem-se países que consomem dez, quinze ou vinte quilos de uma matéria-prima. Então, não há menor justificação econômica para fazê-lo em todos os países.

O modelo que existe hoje é esse. Não é discriminação o fato de o Brasil ser um importador muito forte de insumos. A França, a Suíça e a Austrália também são grandes importadores, porque esse é um modelo mundial. É o modelo, pelo menos hoje, considerado o mais eficiente e o que consegue o menor custo e a melhor qualidade.

Muitas vezes, a questão é colocada de um ponto de vista estratégico, de termos uma dependência da importação de determinados insumos, mas isso não ocorre apenas em nosso País, nem por sermos um país em desenvolvimento – diversos países do Primeiro Mundo estão na mesma situação.

Entendemos que essa questão, em termos de assistência farmacêutica, não traria praticamente nenhum benefício. Temos, hoje, uma capacidade ociosa nas nossas indústrias de cerca de 40% – que poderiam estar fabricando produtos praticamente a custo marginal. Temos toda a questão da carga tributária e dos intermediários, a distribuição, tanto no varejo como no atacado, e vários outros componentes que levam à questão do preço. Entendemos que trazer ou implementar políticas para trazer fábricas de insumos para o nosso País, até pela sofisticação e pelos investimentos, não é, em geral, justificável.

E eu gostaria de aproveitar a oportunidade, se me permitem, para agradecer a informação do Dr. Robalinho sobre os genéricos da Lafepe. Fico muito feliz. Infelizmente, a minha fonte de informação foi a Anvisa, e no **site** não consta nenhuma aprovação de genéricos oficiais. Talvez seja o caso até de pedir correção. Não existe nenhum colocado naquele **site**.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria de me dirigir à Dr^a Beatriz para dizer que fiquei muito feliz ao ouvir que o Conasems está pensando numa assistência farmacêutica em interação com o paciente, e também em resgatar a assistência farmacêutica individual.

Falamos muito de medicações especiais, que é o caviar dos produtores de remédios, mas quero saber do feijão com arroz, da assistência básica, de como o Conasems está vendo a nossa assistência básica no âmbito do SUS.

E eu gostaria também de fazer uma complementação ao que disse o Dr. Jairo Bisol sobre a sua preocupação com o fato de estarmos fazendo pouca auditoria, pouca fiscalização na aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde. Mas já existe projeto

que visa regulamentar a profissão de auditor-médico, mas está amarrado nesta Casa – não sei por **lobby** de quem –, não foi regulamentado. Há vários anos, tenta-se regularizar o processo, mas não se consegue. Essa proposta seria um passo a mais para termos pessoas qualificadas e com autoridade para fiscalizar a aplicação dos recursos.

Infelizmente, na área de saúde, os maus políticos, os corruptos roubam mais dos pobres e dos desassistidos. Creio que este Governo mudará isso. Estamos aqui para mudar. Somos conhecidos pela nossa luta e conseguiremos efetivar a mudança.

O que poderia ser ativado imediatamente é a regulamentação dos auditores. Não tive contato com nenhuma associação de auditores – sou apenas médico, nunca fui auditor –, mas acredito ser esse o caminho para diminuir a roubalheira. No meu Estado, inauguraram três vezes o mesmo hospital, gastando três vezes o valor do seu custo e nenhuma providência foi tomada. Fizeram auditoria, mas nada ocorreu.

Creio que estamos iniciando uma nova fase. Aumentaremos o controle social, que realmente não existe. É dever de todos nós, políticos e também técnicos da saúde, fortalecer o controle social.

Então, de minha parte, eu gostaria de saber como está o feijão com arroz da Ciência Farmacêutica nos Municípios. Qual é a impressão do Conasems em relação a isso?

A SRA. BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI – No que diz respeito, por exemplo, à questão da insuficiência e da inadequação do cálculo do incentivo da assistência farmacêutica, dos problemas de gestão, elenquei algumas propostas, entre elas, uma que visa ao fortalecimento da gestão, tanto do ponto de vista individual como coletivo, para resgatar a assistência farmacêutica de interação com o paciente. Temos algumas experiências de assistência farmacêutica como, por exemplo, a Cartilha do Usuário, lançada juntamente com o incentivo, que teve êxito nessa fase do fortalecimento do controle social.

É importante saber – já disseram isso aqui – se medicamento essencial é aquele que alcança uma população numericamente maior ou se assim é considerado por sua importância. Quando falamos de atenção básica, queremos nos referir a um nível de atenção capaz de resolver 85% dos problemas de saúde de uma população. E quando falamos de medicamentos essenciais, estamos falando do recurso terapêutico voltado para os agravos encontrados nesse nível de atenção, de dentro do perfil epidemiológico, que tem características comuns

em todos os 5.569 Municípios e algumas peculiaridades que os diferenciam.

Há um rol de medicamentos considerados essenciais, porque são estratégicos para a solução de problemas encontrados na atenção básica, que fazem parte do dia-a-dia da população e, portanto, precisam estar disponíveis até para que se possa dizer que a atenção foi integral e resolutiva.

Então, o Conasems pensa – e o gestor municipal e o gestor estadual pensam da mesma forma – que esses medicamentos precisam ser garantidos não só por distribuição, como todos disseram, mas com qualidade, eficiência e com a farmacovigilância, que é importante.

Hoje, devemos pensar também na interação medicamento-medicamento, medicamento-alimento e nas respostas individuais dos pacientes. Devemos, pois, aliar tudo isso à interação individual, a qual me referi, assumindo compromisso com o resultado do medicamento que está sendo fornecido. E assumir o compromisso significa ter conhecimento para prescrever, para apoiar o paciente e para fazer a vigilância efetiva, mais a gestão de qualidade. Isso é garantir assistência farmacêutica básica de qualidade.

É claro que os medicamentos essenciais ou excepcionais não podem ser esquecidos, porque é uma parcela menor da população que precisa, mas que precisa deles para resolver o seu problema. Assim como, hoje, não fazemos mais o discurso do que é mais importante: a Medicina Curativa ou a Medicina Preventiva. Hoje, não se usa mais isso. O sistema tem que ser integral, garantir da vacina ao transplante, do ácido acetilsalicílico à Imigluserase, e as pessoas têm que poder chegar a usar esses medicamentos e resolver os seus problemas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Obrigada, Doutora. O Dr. Jairo Bisol gostaria de fazer algum comentário a respeito da fala do Senador?

O SR. JAIRO BISOL – Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pela sua experiência na fiscalização do investimento público, principalmente em medicamentos?

O SR. JAIRO BISOL – Já falamos em controle. Há diversas instâncias de controle do SUS, mas, de um modo geral, o controle se estende. Parece que ainda assim é preciso fortalecê-lo também.

Se pensarmos no controle interno do SUS, parece-me que um dos pontos mais delicados, realmente, é o controle social. No Distrito Federal, a questão é delicadíssima, porque realmente não segue os próprios princípios norteadores da formação

desse controle. Descentralizar pressupõe descentralizar junto o sistema de controle, senão fica uma coisa descontrolada.

O fortalecimento de uma vontade política fiscalizatória me parece que já está se manifestando aos poucos no âmbito do Ministério da Saúde, mas há também o controle feito pelo próprio Ministério Público e pelos Tribunais de Contas. Há uma série de instrumentos de controle previstos normativamente, mas o que temos visto é que esses instrumentos, de uma forma ou de outra, não estão funcionando.

A idéia que quis trazer ao debate, já que se fala em políticas de assistência farmacêutica, é no sentido de buscar a integração específica, porque é uma parte específica do controle: o específico controle do medicamento, controle da aquisição dos medicamentos, controle do estoque dos medicamentos, controle de dispensação de medicamentos.

Ainda hoje fizemos uma oitiva na Promotoria de uma pessoa encarregada da dispensação de medicamento de alto custo na farmácia de alto custo no Distrito Federal. A técnica que ele nos mostrou de controle não controla nada, à primeira vista não funciona.

A contribuição que tentei dar, a partir dessa experiência em Brasília, foi buscar desenvolver políticas específicas de controle de medicamentos e não políticas gerais.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Mão Santa, Relator da nossa Subcomissão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Srs. Palestrantes e encantadora palestrante Beatriz, a única mulher palestrante, ainda bem, porque Cristo estava só com homens e não deu certo. Apesar da fome, continuamos extremamente otimistas, porque é da minha índole, sou médico, antes de ser Senador. A Ciência Médica é a mais humana das Ciências, e o médico é um grande benfeitor da humanidade. Mas aprendi, na Psicologia, que isso tem que ter uma modelagem. O jurista buscou Ruy Barbosa, e eu, médico-cirurgião, tenho o Juscelino Kubitschek, que fez Brasília e que disse: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar; o pessimista já nasce errado e continua errando”. Então, sou otimista. Primeiro, compete a mim fazer o relatório, e o otimismo é maior quando temos os excelentes Consultores do Senado. Já vou agradecendo à Regina Siqueira, ao Luís Carlos Romero, ao Biramar Lopes Sousa e ao Sebastião Moreira Júnior e aos expositores que nos brindaram aqui, o

que é muito oportuno. Gilberto Freyre e Guilherme Robalinho merecem nosso aplauso. Fui buscar Gilberto Freyre, que é pernambucano – e li **Casa Grande e Senzala** e **Sobrado e Mucambo** – e passou pelo Congresso. Foi eleito apenas uma vez, o que é uma pena. No seu discurso de despedida, ele disse que o valor do Congresso Nacional é que aqui se estudava o Brasil. Hoje, estamos estudando o Brasil, pelo que importa o Brasil, mas eu não ficaria com ele; eu fico comigo mesmo.

Sou titular na CAE e suplente na Comissão de Educação. Terminamos com fome, e às 14 horas e 30 minutos se inicia a sessão no plenário. Tasso Jereissati é uma figura conhecida. Somos vizinhos – Piauí e Ceará – e também governamos na mesma época – eu, no Piauí, e ele, no Ceará. Andando pelo corredor, o Senador Tasso Jereissati me perguntou: “Mão Santa, o que você está achando disso tudo?” Eu disse: “Rapaz, já aceitei, psicologicamente, que estamos fazendo uma faculdade nova. Saio de uma aula, há os colegas, a freqüência e até o diretor, o velho Senador José Sarney para ensinar a gente”. O Senado é uma casa de estudo, mas me compete fazer o relatório depois das brilhantes exposições. Sou muito otimista. Diante do Dr. Jairo Bizol, do Ministério Público, afirmo que, no meu entendimento, as coisas mudaram muito. Sou otimista. Montesquieu bolou todo esse tripé: os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas as coisas evoluíram e para melhor. Não há mais três pernas. A meu ver, essa estrutura tem a quarta perna, que é o Ministério Público. Para mim, é um poder ou instrumento, porque entendo que poder mesmo é o povo – temos que servir ao povo –, mas que se completa.

O que ficou constatado aqui foi o que ouvimos. Pegar os subsídios para tentarmos fazer – e vamos fazer – leis boas e justas. Estão tramitando muitos assuntos importantes no Senado e muitas delas estão caindo... Sou médico, e as coisas mudaram muito, principalmente para a área da saúde. Repito: sou muito otimista. Sou médico há 37 anos. Como era complicado e difícil! Hoje, podemos dizer que a Medicina está quase como o Sol: igual para todos. Essa universalização é muito boa. Falamos e comentamos, mas, para quem é atendido pelo SUS tem que fazer esse reconhecimento. O médico é muito idealista, meio sacerdote. Há muita gente boa. Toda classe tem todo tipo de gente e quero crer que, mesmo com as taxas muito irrisórias e baixas, algumas delas custam menos do que cobra um engraxate na graxa. Há consultas com esses valores irrisórios. Mas o médico dá toda a sua dedicação no serviço que faz no SUS –

sou da geração que fazia sem haver SUS, era no zero, no indigente mesmo. E há uma história ocorrida numa Santa Casa de Misericórdia.

Tenho 60 anos de idade, 27 como médico e recebi, no fim da semana, uma Comenda do Mérito Industrial, no Dia da Indústria, em meu Estado, como outros, como todos os políticos recebem. Mas a que guardo com especial carinho é uma que eu, como Governador do Estado, recebi da Santa Casa de Misericórdia da minha cidade, quando ela fazia um século. Foi como médico mesmo, pelos anos em que me dediquei.

Esses profissionais, médicos, demonstram essa grandeza que me dá otimismo. Se atentarem bem, a medicina no Brasil evoluiu muito, em todos os setores. No Piauí, que está servindo de marketing, para este Governo, de miséria, de pobreza, em Guaribas e Acauã, faz-se transplante cardíaco com êxito. Quero demonstrar com isso o que é a ciência médica no Brasil.

Há poucos dias, caiu na minha mão, sob minha responsabilidade, essa agência – estava preocupada com o fato de que o País tem de se responsabilizar por tratamentos no exterior. Disse-lhes: “Não se apavorem, não, porque são muito poucos hoje”. V. Ex^{as} imaginem, há 30 anos. Já que falei no Senador Tasso Jereissati, permita-me dizer que, aos 30 anos, S. Ex^a operou uma safena nos Estados Unidos. E quem não se lembra do João Baptista Figueiredo? Hoje não há mais isso. Lá, na nossa Teresina, se faz transplante cardíaco com êxito. Um quadro vale por 10 mil palavras. Aí entenderam o que é medicamento essencial.

Sei que político lê muito Maquiavel, **O Príncipe**, que já li quase 60 vezes, mas gosto mesmo é do **Le Petit Prince**, **O Pequeno Príncipe**, de Antoine de Saint-Exupéry, o qual diz: “O essencial é invisível aos olhos; quem vê bem vê com o coração.” Então, tudo é essencial. Quem está com uma doença e, por infelicidade, precisa de um remédio caro, esse remédio é essencial para ele. Se precisa de uma aspirina, essa aspirina é essencial. Se está com uma dor de barriga, um simples elixir paregórico, que resolve e não o afeta, é essencial. Tudo é essencial e tem de haver esforço.

Acredito no que o Henry Fayol disse: “Administrar, planejar, orientar, coordenar, fazer o controle”. Isso tem de ser em tudo. **Henri Fayol ensinava isso há muito tempo. Controle terá de haver. Agora, nós temos os instrumentos. O Ministério Público, hoje um Poder – considero-o um Poder; não vamos ficar no Montesquieu eterno, com todo o respeito. Tanto é**

que, depois de toda essa confusão, viu que levou uns 20 anos estudando, escreveu 21 volumes de **O Espírito da Lei**. Essas coisas são para aperfeiçoar; o Ministério Público é essencial, é fundamental. Assim como há médico que, de vez em quando, extrapola. Com sabedoria, o nosso Dr. Jairo Bisol, Promotor de Justiça, disse: “Prudência”. Todos nós temos, mas a classe é extraordinária. No conjunto, chega-se a um diálogo. Tive esses problemas. É preciso aumentar leitos de UTI. O Governador não os aumenta com decreto. Seria até fácil comprá-los, mas há um profissional. Demanda tempo, mas chega-se ao bom-senso, e, no conjunto, tudo é bom. Administrar é isso mesmo: o Governo administrar esses conflitos. Mas o que vejo, pois sou otimista, é que todos assumam uma ética, o compromisso de melhorar a vida e o País. Estão todos, às vezes, sem conflito.

Somos muito otimistas. Dr. Guilherme Robalinho, como o tema “medicamento” é complicado e difícil. Mas avançamos nas especialidades médicas e temos toda a competência para avançar na especialidade farmacêutica. O mundo é isto mesmo: vai-se lá, e se aprende. Eu fui ao exterior – muitos foram – e aprendi, mas se faz aqui também. Está aí em todos os setores. Agora mesmo, o mundo reconhece o trabalho da medicina brasileira no combate à AIDS. Então, são poucas as enfermidades hoje que requerem transferências.

O nosso Guilherme Robalinho forneceu um quadro que vale mais que 10 mil palavras, no sentido de que os nossos laboratórios têm competência e podem melhorar. Evidentemente, é como a figura da mãe: somente quando a perdemos, sentimos sua falta. Faz uma grande falta a Ceme. Este País teve a sua Central de Medicamentos; foi o Presidente Médici que a criou. Dizem que S. Ex^a foi até duro demais. Mas, se S. Ex^a teve pecado, a criação da Ceme o absolve. Era uma organização fundamental. Eu dou o meu testemunho. Andei dezenas e dezenas de anos sem dinheiro e sem talão de cheques no bolso, mas tinha o livreto de mementos da Ceme.

De nada adianta, neste Brasil, que tem 40 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, prescrever uma receita: aquele paciente que acreditou e confiou em você, vai humilhar-se e revoltar-se por não conseguir o medicamento. Então, é para isso que nós temos de nos voltar.

Acredito que o Presidente Papaléo Paes foi muito feliz na escolha dos vários temas a serem discuti-

dos. Já está prevista a discussão do problema da insuficiência renal, da hemodiálise, que é muito grave, e de atos médicos. Mas começamos pelo medicamento, pois é fundamental.

Penso que é muito mais importante isso do que a campanha do Ministro José Graziano acerca da fome, pois, estando com saúde, o cidadão se vira e consegue o alimento. Mas estar doente é duro: por exemplo, ter um filho com convulsão, um pai cardíaco, um diabético que nunca mais teve o medicamento.

Assim, foi fundamental a sua exposição. Cumprimento o acerto. Sem dúvida nenhuma, o medicamento é completo. Dou o exemplo do jaborandi, que o Dr. Guilherme Robalinho citou. É da minha cidade. Eu sou de Parnaíba do Piauí, onde havia uma grande fábrica da Merck Darmstadt. Eu era Prefeito e fui convidado a conhecê-la. Eu conheci e vi que o medicamento, às vezes, é até barato. Com tudo que foi dito aqui sobre a Interfarma, revivi minha visita ao laboratório da Merck Darmstadt.

Os testes passam por sete bioquímicos, que sorteiam ali para ver a qualidade. Antigamente, era muito fácil. Ford, o primeiro grande industrial, dizia que não havia problema em se fazer uma indústria; dizia que significava maior quantidade, menor tempo e menor custo. Mas hoje é preciso ter qualidade. E como há mudança? Daremos o exemplo da pilocarpina.

A minha cidade floresceu. Havia essa fábrica. Eles diziam que ela era uma pérola daquele potencial da Merck Sharp & Dohme, laboratório famoso. E há até um livro: **Manual Merck Saúde para a Família**. Mas, quando eu era Governador, aconteceu o pior: a fábrica fechou. O povo se lamentou: “Logo agora, na minha cidade?” Houve aquela confusão toda. “Esse Mão Santa não dá jeito e fecha a fábrica”. Usava-se três vezes a pilocarpina no olho para dilatar a pupila, e tratava-se o glaucoma também. Mas medicamentos surgem, e surgiram outros; eles não agüentaram. Fui até lá, fiquei sabendo que tinha surgido outro medicamento, a venda caiu e, por isso, a fábrica parou. Empresário é isso. Eu levei a vida toda para ver se conseguia um substituto.

Quando eu era médico, existia um remédio para vermes: Uvilon, da Bayer – vou fazer o comercial. Era tomado três vezes por dia, durante cinco dias. Hoje, toma-se uma dose de outro medicamento e trata-se de todas as parasitoses. Quer dizer, o remédio não existe mais. Há outras pesquisas de

vegetais da região. Mas isso é a evolução, a dinâmica, a complexidade.

Ouvi aqui algo que é fundamental. E falaram bonito, com muita consistência. Posso dizer que nunca aprendi tanto em tão pouco tempo. Quem perdeu foi o Sr. Gilberto Freyre, que disse que aqui se estuda o Brasil. É tão rápido. Nós aprendemos tanta farmacologia. Mas, como dizia, padronizar é fundamental. Daí, é preciso haver a Ceme e a Rename. Tem que se padronizar, com todo o respeito às pesquisas e aos laboratórios internacionais, e, daqui a pouco, seremos internacionais. Estaremos exportando, como exportamos aviões. Então, padronizar é fundamental. É uma questão de economia mesmo.

Uma Bezetacil cura uma pneumonia. Se for utilizada uma ampola grande, de 1,2 milhão, ela sozinha pode ser dividida em três vezes e cura mesmo! Mas há o lado comercial, com medicamentos sofisticados. Então, padronizar é fundamental. Antecipo que, no nosso relatório, haverá o pedido para se valorizar a Rename, visando a padronização.

Tive a oportunidade de fazer residência no Hospital dos Servidores do Estado. Hoje eu não sei, mas, na época, era o orgulho da Medicina do Brasil. Ali, tudo era padronizado e tudo era tratado. O HSE era o Hospital do Servidor do Estado, e o Estado era a Nação. Todos os funcionários importantes tinham apartamento lá: o Presidente João Figueiredo, o Governador Paulo Sarazate. E era padronizado. Era muito importante; era o que se fazia de melhor à época.

Tornei-me médico em 1966, não tirei nem o CRM na Guanabara. Mas eu medicava, porque tudo era padronizado e resolvia. O hospital era muito forte na época. O Presidente do Ipase, Dr. Clidenor Freitas, disse-me: "Moraes, o orçamento desse hospital é maior do que o do Piauí todo".

Apesar de ser um grande hospital, era padronizado nos remédios, havia apenas aqueles, mas resolviam tudo. Existiam todas as especialidades clínicas, porque era econômico. Tanto é que eu somente fui tirar CRM quando cheguei ao Piauí. Eu voltei para o Piauí porque quis. Havia tudo, mas tudo padronizado, quer dizer, tudo tinha papel timbrado, tudo tinha rotina. E isso barateia os custos. Assim era a Ceme.

Então, essas são as nossas palavras de agradecimento aos senhores. Vamos, agora, fazer esse relatório e tentar elaborar leis boas e justas para este País que avança. E somos otimistas: vamos acabar com esse negócio de Terceiro Mundo; vamos ser é

Primeiro Mundo. Acho que é a nossa destinação. O mundo todo está dormindo e nós estamos trabalhando – e esse é o nosso propósito.

Agradeço em nome do Senado e em nome da Medicina essa grande contribuição que os senhores deram. Além das leis boas e justas, vamos levar ao Ministro da Saúde e ao Presidente da República aquilo que os senhores nos ensinaram.

Muito obrigado e boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradeço ao Senador Mão Santa, nosso Relator. Como Presidente da Subcomissão e da Mesa, sinto-me na obrigação de fazer os agradecimentos. Mas antes gostaria de lembrar que nosso tema: "Atendimento farmacêutico no âmbito do SUS" foi explorado, em audiência pública, em duas reuniões. A primeira foi no dia 20, quando ouvimos seis expositores, e a outra foi hoje, quando concluímos ouvindo sete expositores.

Foi possível fazermos esse evento de grande importância para a saúde pública brasileira, em virtude de termos constituído a Subcomissão. A constituição da Subcomissão foi requerimento nosso para o Presidente da CAS. Os nossos companheiros Senadores que fazem parte desta subcomissão são: Senador Augusto Botelho, que é o Vice-Presidente da Subcomissão; Senador Mão Santa, que é Relator; Senador Renildo Santana; Senador Reginaldo Duarte; Senador Eurípedes Camargo; Senadora Serys Slhessarenko e eu, como Presidente. Compomos esta equipe que resultou nesta grande e importante audiência pública. Aos expositores da reunião anterior, já fizemos os devidos agradecimentos. Gostaria aqui de fazer os agradecimentos aos senhores que compareceram hoje, demonstrando responsabilidade para com o nosso País, demonstrando a boa vontade em servir a esta Casa e, por conseguinte, ao País. O que podemos dizer aos senhores e a senhora é que nós aqui, como Senadores representantes do povo, estamos à disposição dos senhores profissionais para tudo aquilo que vier em proveito da nossa sociedade.

Então, quero fazer um agradecimento ao Dr. José Hermógenes de Sousa, ao Dr. René José Moreira dos Santos, à Dr^a Beatriz Figueiredo Dobaschi, Dr. Samir Dahas Bittar, ao Dr. Flávio Vormittag, ao Dr. Guilherme Robalinho, ao Dr. Jairo Bisol. Agradeço, também, aos Consultores Legislativos do Senado Federal, Dr. Luiz Carlos Elisário Romero, Dr. Sebastião Moreira Júnior, Dr. Ubiramar Lopes de Souza, Dr^a Regina Siqueira; aos Assessores da CAS – Comissão

de Assuntos Sociais que dão apoio à Subcomissão de Saúde, Sr. Cleudes Boaventura e Sr^a Marina Lyra; à equipe de funcionários da Casa que dão apoio, para que possamos realizar nossas reuniões; aos técnicos que estão gravando a nossa reunião, especialmente ao Sr. Leone, da Sustel; ao sistema de comunicação do Senado Federal, composto pelo sistema de rádio, jornal e televisão do Senado, que, por intermédio dos seus técnicos de operação e seus jornalistas, dão cobertura aos trabalhos desta Casa, tornando-a acessível ao povo e ao julgamento da opinião pública. Faço questão de deixar consignado este registro, principalmente porque nós, como recém-chegados a Casa, Senadores Mão Santa e Augusto Botelho, temos certeza absoluta de que viemos cumprir a nossa missão, dada pelo povo: de trabalhar em prol da nossa população. Saibam os senhores e as senhoras que nos encontramos aqui desde as 8h45min. É só fazer o cálculo que saberão o tempo que estamos dentro desta Casa. Não sentimos o cansaço físico, mas a satisfação de sabermos que estamos prestando a nossa colaboração à saúde pública do nosso País nos compensa plenamente. Da mesma forma, os senhores sentem-se recompensados por terem prestado hoje um serviço à Nação.

Tenho certeza absoluta de que novos temas serão levantados nesta nossa Subcomissão, e queremos ter a honra de receber técnicos do nível dos senhores e da senhora para nos ajudar a fortalecer a saúde pública do nosso País.

Agradecemos a todos. Disponham de nós.
Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 22h47min)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE

ATA DA QUINTA REUNIÃO (extraordinária) DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 04 DE JUNHO DE 2003, QUARTA-FEIRA, ÀS 19:00 HORAS.

Às dezenove horas do dia quatro de junho de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores, sob a presidência do Senhor Senador **PAPALÉO PAES**, para a realização de Audiência Pública, reuniu-se a Subcomissão Temporária da Saúde, com a presença dos Senadores **SERYS SLHESSARENKO**, **EURÍPEDES CAMARGO**, **MÃO SANTA**, **RENILDO SANTANA**, **REGINALDO DUARTE**, **AUGUSTO BOTELHO**. Também esteve

presente o Senhor Senador **MARCO MACIEL**. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. Foi aprovado o aditamento ao requerimento nº 02 – CASSAUDE/2003 de autoria do Senador **PAPALÉO PAES**, acrescentando as seguintes autoridades: Representante da Sociedade Brasileira de Nefrologia-Regional Pernambuco e Representante da Associação dos Renais e Transplantados do Rio de Janeiro. Convidou para compor a mesa o Relator Senador Mão Santa, e os Consultores Legislativos do Senado Federal **Sebastião Moreira Júnior** e **Ubiramar Lopes de Souza**. Foi dado início à Audiência Pública com a finalidade de atender ao requerimento nº 2-CASSAUDE/2003, de autoria do Senador **Papaléo Paes**, para obter subsídios para a atuação do Senado em relação a melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial da assistência hemodialítica, com os senhores **JOSÉ CARLOS DE QUEIROGA MACIEL**, Presidente da Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Pernambuco; **RUY BARATA**, Diretor de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Nefrologia; **FLÁVIA DE FREITAS DE PAULA**, Gerente-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); **ARTHUR TAVARES**, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia – Regional Pernambuco. Todos os convidados fizeram uso da palavra para as suas exposições. Participaram das interpelações ao Senhor José Carlos de Queiroga, o Senhor Senador **REGINALDO DUARTE** e a Senhora Senadora **SERYS SLHESSARENKO**; ao Senhor **RUY BARATA**, o Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO** e a Senhora Senadora **SERYS SLHESSARENKO**; a Senhora **FLÁVIA DE FREITAS DE PAULA**, o Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO**. Também fez o uso da palavra o Senhor Senador **MÃO SANTA**, agradecendo e parabenizando os senhores convidados. O Senhor Presidente agradeceu aos convidados, aos consultores, aos operadores da televisão, rádio e som e a Secretaria da Comissão pelo apoio que tem sido dado para que a Subcomissão possa desenvolver um bom trabalho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a reunião às vinte e uma horas, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Papaléo Paes**, Presidente da Subcomissão.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE

ATA DA SEXTA REUNIÃO (extraordinária) DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 10 DE JUNHO DE 2003, TERÇA-FEIRA, ÀS 19:00 HORAS.

Às dezenove horas e oito minutos do dia dez de junho de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores, sob a presidência do Senhor Senador **PAPALÉO PAES**, para a realização de Audiência Pública, reuniu-se a Subcomissão Temporária da Saúde com a presença dos Senadores **EURÍPEDES CAMARGO, MÃO SANTA, RENILDO SANTANA, REGINALDO DUARTE**. Também esteve presente o Senhor Senador **MARCO MACIEL**. A Senadora Serys Slhessarenko justificou sua ausência. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. Convidou para compor a mesa o Relator Senador Mão Santa, e os Consultores Legislativos do Senado Federal Luiz Carlos Romero e Regina Siqueira. Foi dado início à Audiência Pública com a finalidade de atender ao requerimento nº 02-CASSAÚDE/2003 e o aditamento ao requerimento nº 02-CASSAÚDE/2003, de autorias do Senador Papaléo Paes, para obter subsídios para a atuação do Senado em relação a melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial da assistência hemodialítica. Presente os Senhores **Jorge Solla**, Secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde; **Neide Barriguelli**, Presidente da Federação das Associações de Pacientes Renais Crônicos e Transplantados; **Washington Corrêa**, Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante e **Gilson Nascimento Silva**, Presidente da Associação dos Renais e Transplantados do Rio de Janeiro. Todos os convidados fizeram suas exposições. Participaram das interações ao Senhor Jorge Solla, os Senhores Senadores **PAPALÉO PAES** e **RENILDO SANTANA**, ao Senhor Gilson Nascimento Silva, o Senhor Senador **PAPALÉO PAES**. Também fez o uso da palavra os Senhores Senadores **MÃO SANTA** e **MARCO MACIEL**. O Senhor Presidente agradeceu aos convidados, aos consultores, aos operadores da televisão, rádio e som e a Secretaria da Comissão pelo apoio que tem sido dado para que a Subcomissão possa

desenvolver um bom trabalho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a reunião às vinte e duas horas e vinte minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Papaléo Paes**, Presidente da Subcomissão.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2003, QUINTA-FEIRA ÀS 09:00 HORAS.

Às dez horas e sete minutos do dia sete de agosto de dois mil e três, na Sala 09, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **PAPALÉO PAES**, reúne-se a Subcomissão Temporária da Saúde, com a presença dos Senadores **SERYS SLHESSARENKO, EURÍPEDES CAMARGO, MÃO SANTA, REGINALDO DUARTE, E AUGUSTO BOTELHO**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à **apresentação, discussão e votação do relatório das audiências públicas sobre assistência à saúde dos pacientes renais crônicos**. Na ausência do Relator, Senador **Mão Santa**, a presidência designa o **Senador Augusto Botelho para fazer a leitura do relatório**. Fazem uso da palavra durante a discussão os Senadores Mão Santa, Reginaldo Duarte e Augusto Botelho. O relatório concluindo pelo encaminhamento do mesmo ao Presidente da República e ao Ministério Público é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Comissão de Assuntos Sociais

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2003, QUARTA-FEIRA ÀS 18:30 HORAS.

Às dezoito horas e cinqüenta e dois minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e três, na Sala 09, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **PAPALÉO PAES**, reúne-se a Subcomissão Temporária da Saúde, com a presença dos Senadores **SERYS SLHESARENKO, EURÍPEDES CAMARGO, MÃO SANTA, REGINALDO DUARTE, E AUGUSTO BOTELHO**. Também compareceram a Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**, Deputado **RAFAEL GUERRA**, da Frente Parlamentar da Saúde, Dr **RENAULT MATOS RIBEIRO**, representante da Academia de Medicina de Brasília; Dr. **ANTÔNIO CARLOS AMORIM DA COSTA**, representante do Serviço Médico do Senado; Senhora Andréa de Freitas, da Gerência Geral de Regulamentação Econômica e Monitoramento de Mercado da ANVISA. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente audiência pública com o objetivo de obter subsídios para orientar a atuação do Senado Federal e da Subcomissão da Saúde em relação ao aprimoramento da política de medicamentos genéricos, facilitando o acesso da população a uma assistência farmacêutica de qualidade, com a presença dos seguintes convidados: Dr. David Rumel, Diretor-Adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Drª Vera Valente, Diretora Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Genéricos; Professor Gerson Antonio Pianetti, Diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais; Dr. Jaldo de Souza Santos, Presidente do Conselho Federal de Farmácia. Todos os convidados fizeram suas exposições. Fizeram uso da palavra durante a discussão os Senadores Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Papaléo Paes e o Mão Santa, a Senadora Lúcia Vânia, e também o Deputado Rafael Guerra, da Frente Parlamentar da Saúde. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e quarenta minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, pre-

sente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dez de abril de dois mil e três, na sala reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Saturnino e com a presença dos Senhores Senadores João Capiberibe, Hélio Costa, Sérgio Cabral, Íris de Araújo, Eduardo Azeredo, Leonel Pavan, Gerson Camata, Luiz Otávio, Reginaldo Duarte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Roseana Sarney, Demóstenes Torres, Edison Lobão e Almeida Lima. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo o Senhor Presidente comunica aos membros da Subcomissão a realização do “**1º Encontro Parlamentar Mercosul Áudio Visual**”, a ser realizado em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, e informa que a Subcomissão se fará representar no evento, cabendo aos Senhores Senadores comunicarem à Secretaria o interesse em participarem do evento. Dando continuidade, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir o Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Senhor Juca Ferreira, e a Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema – CBC, Senhora Assunção Hemandes, para debaterem sobre questões relativas à Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Finda a exposição fazem uso da palavra os Senadores Sérgio Cabral e João Capiberibe e a Senadora Íris de Araújo. Encerrado o debate, o Presidente, Senador Roberto Saturnino, agradece a todos pela presença. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secre-**

tário da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador **Roberto Saturnino**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática

Nota Taquigráfica

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Havendo número legal, declaro aberta a nossa 2ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura, que tem por objeto a realização de uma audiência pública, a requerimento dos Senadores Demóstenes Torres, Iris de Araújo e Sérgio Cabral, para debater questões relativas à Ancine – Agência Nacional do Cinema.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para informar aos Srs. Senadores membros da Comissão e interessados em assuntos do cinema que acontecerá, em Florianópolis, no dia 26 de maio, o I Encontro Parlamentar Mercosul Audiovisual. Aqueles Senadores interessados deverão comunicar à Secretaria da Comissão o interesse em participar e organizaremos uma representação da nossa Comissão nesse importante encontro.

Como expositores nesta audiência pública teremos o Dr. Juca Ferreira, Secretário Executivo do Ministério da Cultura, e a Sr.ª Assunção Hernandez, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema – CBC.

O objeto do nosso debate de hoje é precisamente os destinos da Agência Nacional de Cinema – Ancine, de cuja criação esta Subcomissão participou intensamente, quando dos debates que a orientaram, e cuja instalação acompanhou a evolução.

No fim do ano passado, participamos do IV Congresso Brasileiro de Cinema. Como todos sabem, a Ancine está vinculada à Casa Civil da Presidência da República, mas, nesse congresso, que reuniu uma ampla representação de todos os setores interessados, chegou-se ao consenso de que a melhor localização da Ancine seria no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, porque seria importante dar substância e prioridade à caracterização da atividade de produção cinematográfica brasileira como sendo uma indústria. Se era a indústria do cinema, nada mais natural que ela se vinculasse ao Ministério da Indústria, que estaria profundamente interessado, conforme se pronunciou recentemente nesta Casa, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Ministro Furlan.

Por outro lado, como existe uma atividade cinematográfica eminentemente cultural, a Secretaria de Audiovisual, vinculada ao Ministério da Cultura, trataria de todas as atividades de estímulo e de incentivo a essa atividade cultural do cinema, enquanto a política geral da atividade cinematográfica e audiovisual em geral ficaria sob a responsabilidade de um conselho amplo, nacional, que continuaria vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

Essa definição, que foi apelidada de o tripé do cinema, foi objeto de conclusão desse congresso, no final do ano passado, do qual tive a oportunidade de participar. Mas sofreu, recentemente, nas últimas semanas, uma contestação, isto é, uma variação de opiniões, com a participação de vários representantes, aliás, uma representação bastante ampla das atividades do cinema brasileiro no âmbito do Ministério da Cultura. E foi decidido recentemente que a melhor vinculação da Ancine seria mesmo ao Ministério da Cultura, com a perspectiva de que, com o grande interesse do Ministério no desenvolvimento dessa atividade, seria dispensado um amplo tratamento à questão audiovisual, com a determinação de engajar a televisão brasileira na mesma atividade e produzir o tão ansiado casamento entre o cinema e a televisão.

Nada mais natural que, havendo um Governo novo, um Ministro novo e uma estruturação nova, enfim, uma política nova de um Governo novo e de um Ministério novo, tenha havido alteração de rumo, de destino e mesmo de opinião daqueles que compõem a liderança da atividade cinematográfica brasileira. Entretanto, nós, Senadores desta Subcomissão do Cinema, queremos ter uma opinião consolidada, um arrazoado, uma argumentação que balize e consolide a nova postura, ou que faça retornar à postura anterior. Enfim, queremos participar do debate no âmbito desta Subcomissão, a fim de que possamos chegar a uma opinião consolidada entre os Senadores, de modo que seja a opinião do Senado Federal, transmitida ao Congresso Nacional.

Eis a razão de recebermos hoje o Dr. Juca Ferreira, Secretário-Geral do Ministério da Cultura, representando o Ministro, e Assunção Hernandez, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, que, como disse, no final do ano passado, firmou aquela opinião da distribuição pelo tripé das atividades do cinema.

Assim sendo, passarei a palavra a cada um dos expositores, pedindo que façam suas apresentações em vinte minutos. Em seguida, ouviremos os Srs. Senadores em suas interpelações.

Com a palavra o Dr. Juca Ferreira, Secretário-Geral do Ministério da Cultura.

O SR. JUCA FERREIRA – Bom dia a todos. Antes de qualquer coisa, gostaria de saudar o Presidente desta Subcomissão, Senador Roberto Saturnino, e demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Peço licença por dez segundos, a fim de convidar a Senadora Iris de Araújo para fazer parte da Mesa.

O SR. JUCA FERREIRA – Bom dia a todos. Antes de qualquer coisa, gostaria de expressar minha alegria por estar nesta Casa representando o Ministério da Cultura. Procurarei ser objetivo, a fim de passar as informações principais a respeito desse processo sob o ponto de vista do Ministério da Cultura e esperar que possamos complementá-la a partir do momento da exposição. Nós estamos com a segunda pessoa da área do cinema no Ministério da Cultura, Dr. Leopoldo, e temos condições de responder a todas as questões.

Gostaria de começar a exposição falando um pouco sobre o que mudou e o que vem provocando novamente a discussão, não só no âmbito do Ministério da Cultura como no âmbito dos produtores de cinema no Brasil, sobre a localização da Ancine.

Gostaria de chamar a atenção para o aspecto de que não houve qualquer ação da parte do Ministério para atrair a Ancine. Quando o Ministro Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura, perguntado, deu uma declaração, que é a orientação que nós temos: para o Ministério da Cultura, o melhor lugar para a Ancine, ou seja, o melhor ponto de ligação da Agência com o Governo Federal deveria ser o Ministério da Cultura, mas não faríamos nada que estivesse em desacordo com os produtores de cinema para trazer a Ancine. Esse posicionamento do Ministro reflete uma consciência que temos de que o cinema é um dos setores de produção cultural mais organizados no Brasil. Os cineastas têm vários fóruns, várias organizações e vêm se desenvolvendo há alguns anos. O grande patrimônio da área é exatamente essa estrutura organizacional do cinema no Brasil, que tem possibilitado dialogar com o Governo Federal e com a sociedade por meio de posicionamentos que já reflitam a maioria entre os produtores culturais.

Evidentemente, essa estrutura não evita que existam interesses diversos dentro da área de cinema, o que é normal em qualquer atividade, mas o fato de existirem fóruns legítimos dos cineastas tem possibilitado que a área contribua para a construção de uma postura pública a respeito do cinema.

O nosso posicionamento inicialmente pode parecer contraditório, paradoxal, porque, ao mesmo tempo que o Ministro diz que o melhor lugar para a Ancine deve ser o Ministério da Cultura, disse que não faria nada que contrariasse os cineastas e os produtores de cinema. E foi mais longe. Na mesma declaração, que data dos primeiros dias de atuação do Ministro Gilberto Gil, S. Ex^a afirmou que se a categoria entendesse que a Ancine deveria estar ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ele defenderia essa posição publicamente.

Eu gostaria de prestar esse esclarecimento porque não há no momento um movimento do Ministério da Cultura para trazer a Ancine. Existe, sim, um reconhecimento de que está havendo uma mudança significativa no Ministério da Cultura nesse momento. Os cineastas estão reavaliando o desenho institucional que montaram para ligar o setor do cinema ao Governo Federal e estão localizando a Ancine no Ministério da Cultura, coincidindo com a opinião do Ministro. Essa é uma questão sobre a qual vários cineastas e organizações já se posicionaram favoravelmente.

Evidentemente, o consenso não existe. Estamos sendo muito cautelosos para que esse seja um passo consciente tanto do Governo quanto dos cineastas e produtores de cinema no Brasil. Estamos no meio de uma discussão que reflete, como bem ressaltou o Senador Roberto Saturnino, uma mudança em relação ao final do ano passado, quando os cineastas se posicionaram pela localização da Ancine no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Quais são as mudanças que têm levado os cineastas a reconsiderar o desenho institucional que tinham proposto e que havia sido aceito pelo Governo, de localização da Ancine no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio?

Ela está provisoriamente na Casa Civil, mas a idéia que havia no final do Governo passado, como bem registrou o Senador, era no sentido de orientá-la para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Parece-me que duas mudanças terão de ser consideradas: primeiro, a troca de Governo ocasionou uma mudança significativa no sentido do papel de uma política pública de cultura dentro do contexto das políticas públicas federais. No Governo Lula, a política pública de cultura passa a ser uma das políticas estratégicas da conformação da nova estrutura de poder. Não há possibilidade de fazer o deslocamento que o Governo pretende, no sentido da inserção do Estado, do Poder Público federal em relação à sociedade, no contexto geral da sociedade brasileira,

dando prioridade ao social, dando prioridade à construção de novo contexto de defesa dos interesses nacionais no contexto internacional, sem incluir a cultura como uma das políticas sociais estratégicas para a construção desse novo Brasil. O Presidente Lula tem reiterado isso várias vezes.

A importância que o Ministério da Cultura vem tendo nesses primeiros meses de Governo em parte reflete esse conceito de que o Ministério da Cultura não pode continuar sendo um Ministério secundário, sem visibilidade, que não interfere na vida cultural e não contribui decisivamente para os processos culturais nacionais.

Para apresentar isso de forma sintética, gostaria de informar – não sei se é do conhecimento dos Senadores – que o Ministério da Cultura tem o segundo menor orçamento da República. Ele tinha o menor, mas, com a divisão do Ministério de Turismo e Esporte, o Ministério do Esporte hoje tem um orçamento menor do que o do Ministério da Cultura. Temos a tradição de ter o menor orçamento, a menor parcela do Orçamento Federal. Temos em torno de 0,2% do Orçamento Geral da República para a cultura. Isso já coloca um limitante fundamental, quer dizer, a capacidade de ação do Ministério é extremamente restrita. Essa é a herança que temos.

Segundo aspecto, o Ministério não atua em todo o território nacional. Mais de 80% das atividades do Ministério estão concentradas entre Rio e São Paulo. Essa é uma distorção significativa, tendo em vista a construção de uma Nação, de uma equidade nacional, de uma possibilidade de desenvolvimento cultural que de fato contribua para a construção de um Estado nacional e de uma sociedade brasileira igual, que tenha a possibilidade de responder e reagir de forma uníssona nos momentos necessários. Essa distorção grave é a nossa herança.

Terceiro aspecto, em todos os segmentos da atividade do Ministério da Cultura a precariedade é a marca principal. Encontramos uma situação extremamente grave, porque, com esse orçamento e com a estrutura que o Ministério tem, não temos condições de atender às demandas nacionais. Vou citar um aspecto para ilustrar isso: o patrimônio. O patrimônio cultural brasileiro está ameaçado. Não teremos condições de preservar o patrimônio se não houver uma mudança significativa na importância do Ministério da Cultura dentro do contexto geral. É preciso que o Poder Público Federal atenda às necessidades de preservação do nosso patrimônio. Isso reflete em vários aspectos. Vou chamar a atenção para um deles: estamos enfrentando a maior dificuldade para montar o

quadro do IPHAN, porque os profissionais qualificados não aceitam receber R\$1.500,00 para cuidar, por exemplo, do patrimônio do barroco mineiro ou do patrimônio cultural baiano. Ganham R\$1.500,00 e têm uma responsabilidade enorme, inclusive com possibilidade de responsabilização judicial, caso esse patrimônio seja dilapidado ou aconteça algum tipo de acidente. Como temos lido nos jornais, isso acontece reiteradamente. Há uma quantidade enorme de ações judiciais contra os gestores da área patrimonial pública federal, exatamente porque não cuidaram do patrimônio. Se formos examinar, não poderemos caracterizar como descuido nenhum desvio dessa ordem previsto em lei, porque na verdade as condições são extremamente precárias.

Comecei falando do salário dos coordenadores regionais do IPHAN. Não temos recursos nem para garantir a fiscalização rotineira, muito menos para garantir a preservação desse patrimônio, recuperando-o e integrando-o no contexto das ações e das atividades normais da sociedade.

Quero chamar atenção para o fato de que esse patrimônio a que me refiro, se recuperado e devidamente integrado, é capaz de gerar recursos. Infelizmente, no Brasil, a atividade turística ainda não atingiu o patamar da potencialidade existente, e um dos tipos de turismo no Brasil que não foi suficientemente desenvolvido é o cultural. Quer dizer, o turismo brasileiro tem-se concentrado na beleza das nossas mulheres e das nossas praias, deixando de atrair para o País um tipo de turismo que é um dos mais promissores: o cultural, quando dispomos de um patrimônio enorme, no qual incluo não só o casario, mas também as atividades culturais da nossa população.

Para que isso aconteça, para que possamos transformar esse patrimônio num ativo econômico, precisamos da intervenção pública, não só para preservá-lo, mas também para criar condições para que ele possa ser incorporado à atividade econômica sem representar sua degradação e depredação.

Outro aspecto é o fomento cultural. Nos últimos dez anos – e tomo como referência o Governo Collor, quando houve um verdadeiro desmonte da estrutura cultural – perdemos estruturas importantíssimas que garantiam o desenvolvimento cultural no País. A estrutura cultural do Ministério estava em nascimento, porque o Ministério da Cultura havia sido criado há poucos anos, o Brasil estava inaugurando uma atividade moderna. Hoje, todas as nações se direcionam para a criação de uma estrutura cultural, independente das outras estruturas, como o Ministério da Educação, exatamente para dar conta de um conjunto de

atividades que possibilitam o desenvolvimento cultural do Brasil.

Quando falo em desenvolvimento cultural, não estou falando de uma espécie de glacê do bolo ou de uma atividade supérflua, complementar. Hoje, a atividade cultural em qualquer país é pensada como construção de identidade nacional. Não há país que sobreviva e se constitua no mundo globalizado se não se desenvolver culturalmente, se não se compreender, se não se ver e não compreender sua especificidade dentro do concerto das nações.

Construção de cidadania é outro aspecto importante. Um dos direitos básicos da sociedade é o direito à cultura, assim como o direito à educação, à moradia e a inclusão de segmentos excluídos da nossa sociedade.

Hoje, as grandes estratégias de inclusão passam necessariamente pelo desenvolvimento cultural e pela aceitação da nossa diversidade, pela inclusão no projeto cultural nacional das diversas partes da sociedade brasileira, cuja maior característica, sob o ponto de vista cultural, é a sua diversidade. Precisamos assumir esse aspecto como fundamental e estratégico da nossa democracia. E a ausência do Estado ou a sua distorção, quando aplica 80% dos seus recursos e das suas ações em apenas duas Unidades da Federação, está contribuindo para destruir essa possibilidade enorme de, por intermédio da cultura, criar de fato uma grande e sólida nação.

O aspecto cultural, hoje, no mundo inteiro, é tratado de uma forma extremamente complexa. É a construção de identidade nacional e de cidadania, é inclusão social, e cultura – um aspecto que até hoje não foi tratado devidamente no Brasil – é uma das economias mais florescentes no mundo. Hoje, em todos os produtos internos brutos dos países, o desenvolvimento cultural talvez seja a parte da economia que mais cresce. Então a cultura também tem que ser tratada sob esse aspecto. Cada real gasto na área cultural representa um retorno de emprego e de renda muito maior do que, por exemplo, o que produz a indústria automobilística ou mesmo a indústria tradicional em geral. É também a atividade econômica que mais incorpora pessoas, inclusive de uma forma extremamente democrática.

Muitas vezes a deficiência de formação na educação escolar é suprida pela acumulação cultural herdada de certos segmentos que ajudaram a formar o Brasil. Estou-me referindo, por exemplo, à cultura indígena, à cultura africana que herdamos e que faz parte da matriz cultural brasileira, matriz que permite, muitas vezes, que pessoas que não foram incluídas

satisfatoriamente na sociedade brasileira, pela historicidade da nossa sociedade, possam ter como um instrumento importante de inclusão sua acumulação cultural, sua raiz cultural, sua cultura específica. Então temos que pensar a cultura também como uma parte da economia.

Nesse sentido, estamos fazendo hoje uma revisão da importância do Ministério da Cultura no concerto dos Ministérios. Não podemos continuar tratando o Ministério da Cultura como se fosse um ministério secundário, com importância secundária, como uma espécie de glacê do bolo. Os Senadores sabem, certamente, que se pensou por várias vezes em acabar com o Ministério da Cultura, porque, no momento em que a dificuldade econômica do País se expressa, vem sendo tradicionalmente tratada como uma tirania da economia e a cultura passa a ser vista como uma atividade em que o Estado pode prescindir da sua intervenção. Isso, evidentemente, quando é associado à perspectiva de redução da intervenção do Estado na área social, torna-se catastrófico sob o ponto de vista cultural.

Darei um exemplo para passar diretamente para o ponto da Ancine. Esse contexto é importante. Estamos assistindo a um deslocamento da importância do Ministério da Cultura no contexto geral dos ministérios. É preciso considerar que é isso que está atraindo a área cinematográfica e outras áreas a investirem na relação com o Ministério da Cultura, para que seja potencializada e realizada plenamente uma política que assuma a complexidade que essa área exige.

O grande mecanismo de financiamento das atividades culturais criado no Brasil é a conhecida Lei Rouanet, que, para nós se chama Pronac – Programa Nacional de Apoio à Cultura. Esse mecanismo é relevante; não o inventamos, existe em vários países do mundo. O Estado renuncia a uma parte dos impostos a que tem direito, contanto que eles sejam investidos em atividades culturais. Estamos de acordo, é um mecanismo importante. No Brasil, a Lei Rouanet é uma evolução da lei proposta pelo Senador Sarney.

Tivemos, primeiramente, a Lei Sarney, depois a Lei Rouanet, que é uma evolução. Sentimos a necessidade de darmos um passo adiante, porque a coincidência de um mecanismo que deveria criar uma sinergia entre o Estado e os empreendedores do País para apoiar a cultura contou com uma razoável abstenção da responsabilidade do Estado na determinação do que deve ser financiado, do que é relevante.

Qual foi o mecanismo prático que acabamos exercitando no Brasil? O projeto cultural apresentado era

considerado relevante, contanto que gerasse imagem para a empresa que estava se associando ao Poder Público Federal com o objetivo de patrocinar.

O que essa engenharia gera como resultado? O artista consagrado, evidentemente, pode gerar imagem para uma empresa, ou seja, o artista que já foi assimilado pelo mercado tem uma imagem consolidada. O artista que está começando, que investe em desenvolvimento de linguagem, que ainda não foi descoberto pelo mercado não tem condições de dar o retorno para a empresa. Isso já gerou uma distorção.

Se observarmos o gráfico do resultado da Lei Sarney, mais de 90% dos recursos foram aplicados em artistas que já têm o espaço no mercado. A segunda distorção que a abstenção do Estado na formatação do que é relevante culturalmente criou é que quase 90% dos recursos gerados pela Lei Rouanet, que são recursos públicos, porque a renúncia fiscal é um dinheiro público disponibilizado para ser aplicado no desenvolvimento cultural em parceria com as empresas. O papel das empresas é basicamente adiantar um dinheiro, porque essa renúncia fiscal às vezes chega a 120% do recurso aplicado, principalmente na área audiovisual. A variação é de 80%, ou seja, estamos falando principalmente de dinheiro público. Quando o Estado não determina, o único papel que o Ministério teve nesse período foi dizer se o projeto estava coerente com a lei ou não. Evidentemente, isso gerou uma quantidade enorme de intermediários que adaptavam a linguagem dos projetos. Inclusive, em alguns casos, ninguém poderá explicitar a conexão com algo que se possa chamar de cultura; intermediários adaptavam a apresentação desse projeto.

Houve uma distorção enorme, mais de 80% desse dinheiro foram aplicados nos Estados do Rio e de São Paulo, reforçando uma distorção já constatada de que a intervenção pública e a estrutura do Ministério da Cultura estavam voltados basicamente para os Estados do Rio e de São Paulo. Por quê? Porque as grandes empresas têm seu mercado principal no Rio e em São Paulo e, evidentemente, esses Estados passam a ter privilégio se não houver uma determinação contra essa tendência do mercado de aprofundar a concentração nesses dois Estados.

Então a abstinência do Estado da sua presença na cultura não foi uma boa atitude e os resultados são extremamente catastróficos ao reforçarem tendências negativas de concentração do desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento cultural, em apenas dois Estados.

Estamos trabalhando isso também. Vamos desenvolver um processo público no Brasil, por meio de

seminários e encontros de todo tipo, constituindo redes na Internet para possibilitar a discussão da modificação da lei. E a grande novidade que queremos é a presença do Estado, apresentando uma proposta de política pública, com suas prioridades, a fim de possibilitar que esse dinheiro aplicado, que, em última instância, é um dinheiro público, de fato contribua para o desenvolvimento cultural no Brasil. Essa é uma mudança significativa que já começa a impactar o processo.

O que estou dizendo tem relação com a Ancine. É público, notório e incontestável que o cinema brasileiro, depois de um desmonte enorme que houve no Governo Collor, com o fim da Embrafilme, passou alguns anos de perplexidade, sem conseguir produzir filmes; parecia que definitivamente o Brasil tinha se incapacitado para produzir filmes.

Então começamos a retomar, de uns anos para cá, por meio da Lei Rouanet – uma lei importantíssima que precisa ser acompanhada com uma visão pública da aplicação desses recursos. Mesmo com esses limites da aplicação da lei, fruto de uma lucidez que a BR Distribuidora, uma estatal que aplicou seus recursos de marketing financiando o cinema brasileiro, houve uma recuperação da capacidade de produção do cinema brasileiro. Estamos vivendo um novo surto do cinema nacional, estamos vivendo um crescimento do nosso cinema, mas com uma distorção profunda, exatamente por essa ausência do Estado, pela ausência de uma política pública de cultura.

No ano passado, produzimos mais de 70 filmes no Brasil. Isso é impressionante! Vários filmes com sucesso de público, ou seja, comercialmente viáveis. Dos mais de 70 filmes produzidos no Brasil só conseguiremos exibir em torno de 30, talvez um pouco mais. Isso é grave! Por quê? Porque uma política pública de apoio ao cinema brasileiro não pode se concentrar apenas na produção; uma política pública de filmes tem que tratar de vários temas correlatos que, juntos, a formam.

Temos que criar um ambiente favorável para a produção do cinema no Brasil. Isso implica formação de quadros, de platéias, as universidades têm de estar envolvidas nessa produção de quadros de qualidade para melhorar cada vez mais os níveis do cinema brasileiro. O Sebrae tem uma importância enorme para a produção de quadros técnicos, a fim de apoiar o desenvolvimento da indústria cinematográfica no Brasil. O ambiente favorável refere-se a uma série de atividades necessárias para que possamos ter um cinema florescente no Brasil.

O segundo aspecto é o da produção, que é onde se concentrou o financiamento através da Lei Roua-

net, tendo uma grande contribuição da BR Distribuidora – empresa estatal que teve a lucidez de destinar a sua verba para a área de marketing cultural, através da Lei Rouanet, que possibilitou que tenhamos mais de 70 filmes produzidos no Brasil.

Se concentrarmos o dinheiro público apenas na produção, deixaremos de ter a política como um todo, porque a distribuição no Brasil é monopolizada por empresas internacionais, basicamente americanas. A exibição, que é outro território necessário de uma política pública, também é monopolizada pelas empresas americanas. Essas empresas americanas monopolizam 90% do mercado mundial de exibição. Eles se concentraram hoje na exibição, ou seja, não é um mercado livre.

No Brasil, o monopólio do filme americano atinge em torno de 90%. O Brasil só tem possibilidade de exibir cerca de 4%. Então o que estamos assistindo? Não temos pauta nos cinemas brasileiros para exibir os filmes produzidos no País. De mais de 70 filmes exibidos no Brasil, só conseguiremos exibir pouco mais de 30 filmes. Isso é uma distorção monstruosa! Há um estrangulamento na produção do cinema brasileiro, há um estrangulamento na indústria cultural cinematográfica no Brasil e não podemos continuar a não perceber que a distribuição e a exibição são extremamente monopolizadas e que o Estado precisa ter uma política de defesa, porque o cinema não é apenas uma indústria de entretenimento como os americanos o tratam; é uma questão estratégica. Se o Brasil não se vê na imagem produzida e exibida neste País, não podemos, de fato, constituir-nos como nação no início de Século XXI. Todos os povos do mundo precisam se ver, precisam rir de si mesmos, precisam chorar de si mesmos, precisam entender a própria realidade em que vivem pela mediação dos seus artistas e dos seus produtores de imagens. Estou falando de televisão e de cinema.

Para a sociedade brasileira, isso é estratégico sob esse ponto de vista e também sob o ponto de vista econômico. É uma indústria que está sendo estrangulada, mesmo em relação aos filmes que têm um potencial comercial importante – como é, por exemplo, o caso do filme “Deus é Brasileiro”, que será retirado de pauta antes de chegar ao pico comercial de exibição, porque a pauta é monopolizada. Isso é um caso gravíssimo. O Brasil é um dos países mais atrasados em relação à intervenção do Estado na regulamentação do seu mercado.

Há o exemplo europeu, em que a França já consegue ter mais de 50% da pauta de exibição, depois de ter passado pelo mesmo problema do Brasil. Foi

por meio de políticas públicas que eles conseguiram esse quadro. O primeiro Governo Mitterrand, com Jacques Lang, iniciou um processo não só de financiamento, mas de garantia de pauta para o cinema francês.

No México, acabou de sair uma lei – contra a qual está havendo um alarido da indústria cinematográfica norte-americana, tentando impedi-la – para garantir uma pauta crescente, ou seja, na medida em que a possibilidade de produção do cinema mexicano for crescendo, vai se garantindo, por meio de uma intervenção do Estado, que o mercado fique menos monopolizado e se abra para a produção nacional.

O Ministério da Cultura do Brasil está sendo procurado pelos Ministérios da Cultura do México, da Venezuela e de todos os países do Mercosul, a fim de fazermos um **poci** para garantir nossos mercados nacionais cinematográficos e para garantir que a parcela não-nacional da exibição em cada um desses territórios não seja monopolizada por um país apenas, mas que disponibilizemos para o nosso povo a possibilidade de ver o cinema iraniano, o cinema francês, o cinema italiano. Então essa é uma ação complementar necessária, que, além de proteger a cinematografia nacional, dá-nos a possibilidade de assistir também a diferentes cinemas.

Peço dez minutos a mais do tempo para complementar a informação.

Queria chamar a atenção para o fato de que a opção de levar a Ancine para o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio nos parece muito conjuntural. Como o Ministério da Cultura não tinha importância alguma, não tinha visibilidade nem uma política pública de cultura, realmente o melhor lugar para se conseguir um financiamento para o cinema brasileiro seria estar muito próximo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Entretanto, nós, do Ministério da Cultura, chamamos a atenção para o fato de que – isto é de comum acordo no Governo, pois não haverá disputa a respeito de onde ficará a Ancine – o cinema é uma política estratégica. A imagem é uma política estratégica. O cinema e a televisão devem ser encarados pelo Estado brasileiro como dois aspectos estratégicos da construção da Nação e do seu desenvolvimento econômico, além, obviamente, do seu desenvolvimento cultural. Então não há possibilidade de se pensar essa área como uma política do Ministério da Cultura. Isso não existe. Isso é uma política do Governo Federal, é uma proposta do Governo Federal, porque não há essa divisão entre cinema cultural e cinema industrial. Todo cinema é indústria.

Eu diria mais: só o desenvolvimento do cinema comercialmente possibilitará que haja recursos para a aplicação no desenvolvimento de linguagens dentro da área cinematográfica e, portanto, do cinema puramente cultural. O cinema que investe em desenvolvimento de linguagem e que tem pouca possibilidade de ser incorporado pelo mercado precisa que o cinema brasileiro se desenvolva comercialmente para gerar os recursos e os meios necessários, para que ele possa, de fato, ter recursos e importância, a fim de ter o tratamento de que precisa. Mais cedo ou mais tarde, o cinema comercial absorverá o desenvolvimento de linguagem e de tecnologia que houver nos que estão investindo nesse desenvolvimento.

Então a primeira coisa que eu queria dizer é que esse deslocamento para o Ministério da Cultura não é uma política do Ministério da Cultura, mas uma política de Governo. Essa divisão entre cinema comercial e um cinema industrial não existe. Isso é um equívoco conceitual que precisa ser superado. Todo cinema é uma indústria e precisa ser encarado dessa maneira. É dentro do contexto da indústria que se possibilita haver recursos e desenvolvimento do aspecto comercial do cinema.

Outra questão para a qual eu gostaria de chamar a atenção dos senhores é que a Ancine é uma agência importantíssima. O tripé se manterá no novo desenho. O tripé é formado pelo Conselho Nacional de Cinema, que determina a grande política do cinema, é um mecanismo de participação da sociedade e do Poder Público federal; a sociedade em geral, tendo em vista os produtores de cinema e os possíveis financiadores, e o Estado, negociando, discutindo e vendo quais são dos objetivos estratégicos em cada momento da sociedade brasileira, determinando as prioridades, a exemplo dos outros conselhos, como o Conselho Nacional de Meio Ambiente. Trata-se de um grande mecanismo, criado na Constituição de 1988, que deve ser valorizado. Na área do cinema, ele é estratégico.

A Ancine é uma agência de fomento. Ela é importante, reguladora e de fomento. Não se parece com essas agências em questão, porque tem outra função. Ela não compete nem sobredetermina políticas de governo. É um instrumento complementar para acompanhar os processos, por exemplo, por meio de informações que ela certamente precisará levantar por intermédio do IBGE, dos dados econômicos do cinema, regulando e, cada vez mais, conquistando espaço para o cinema brasileiro. Esse mercado não é auto-regulável, porque é absolutamente monopolizado no mundo inteiro, inclusive no Brasil.

O terceiro é um instituto audiovisual que estamos criando no Ministério. Estamos fazendo uma reforma no Ministério e vamos criar um estúdio audiovisual, que é exatamente o braço executivo dessa política.

A separação da Ancine no Ministério de Indústria e Comércio aparentemente gera uma "interministerialidade", mas, na verdade, esqueteja-se uma política. O que o Conselho está determinando, o que a Agência vai regular, fiscalizar e implementar e o braço executivo têm que ser parte do mesmo sistema, que possibilitará o desenvolvimento dessa política pública para o cinema a que me referi.

Para finalizar, gostaria de dizer que estamos falando todo o tempo em Ancine e cinema. Por quê? Quando se pensou na Ancine no passado, pensou-se em Ancinave, ou seja, na inclusão da televisão. Mas a negociação não se deu em bom termo, porque o Brasil é um caso quase inverso ao que ocorre nos Estados Unidos. A grande indústria no Brasil é a televisão, que já se constituiu como tal. Na época, a discussão dos mecanismos que gerariam uma sinergia entre a produção televisiva de outras mídias e a produção do cinema não chegou a bom termo. A área do não-cinema, da produção audiovisual se retirou, e a Ancinave transformou-se em Ancine.

As condições mudaram também nesse aspecto. As empresas que fazem televisão no Brasil descobriram que sem uma presença marcante do Estado, protegendo, fomentando, apoiando, criando possibilidades de desenvolvimento de uma produção nacional e garantindo o que já conquistamos com as nossas redes de televisão, não há como sobreviver diante da pressão do capital internacional.

Hoje já há um ambiente político favorável para se retomar a idéia da Ancinave. Então o Ministério foi procurado pela Abert e por redes particulares de televisão, o que foi inclusive noticiado pela imprensa, e eles estão dispostos a discutir.

Contudo, o Ministério está esperando que se completem as discussões em torno do lado "cinema" da Ancinave, para que formatemos, de fato, essas relações, para abrir o segundo campo de discussão, por ser mais complexo, pois se trata de uma indústria constituída, cônica de seu poder e de que tem exigências muito rigorosas.

Podemos atuar como instrumento de mediação entre esses interesses, mas só queremos abrir essa segunda parte da discussão quando tivermos amadurecido completamente a idéia da Ancine como parte de uma política pública de cultura, que deverá incluir também a indústria cultural brasileira.

Isso era o que eu gostaria de dizer aqui, expondo o que está acontecendo, qual é a posição do Ministério da Cultura, qual é a visão do Governo Federal na área e o que levou a essa mudança tão radical de deslocamento de uma decisão que já tinha sido tomada pelos produtores culturais.

Penso que estamos em processo de consolidação, e o Ministério está tendo muita consciência de respeito a essa estrutura dos produtores, porque é através dela que vamos conseguir montar um sistema que apóie o cinema brasileiro de fato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Ao agradecer o Dr. Juca Ferreira pela sua brilhante exposição, queremos também manifestar aqui os nossos cumprimentos por esse novo espírito que anima o Ministério da Cultura e que, certamente, encontrará apoio decidido não só nesta Comissão, mas no Senado e, estou certo, na Câmara também, na medida em que, hoje, há um consenso nacional de que a cultura é um vetor decisivo no processo de desenvolvimento. Não há sentido em o Ministério da Cultura ter 0,2% do Orçamento. A prioridade se traduz sempre em recursos, em participação no Orçamento.

Estou certo de que o Congresso não faltará com o apoio necessário para a elevação desse grau de prioridade da cultura representado por sua participação no Orçamento.

Muito obrigado, Dr. Juca Ferreira.

Concedo a palavra, então, a Assunção Hernandez, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES – Bom-dia a todos!

Em primeiro lugar, quero deixar marcada a importância desta reunião para mim. É a primeira vez que tenho a oportunidade de estar com a Comissão de Educação, na Subcomissão de Cinema.

Falarei a respeito de um trabalho que desenvolvemos há algum tempo para ressaltar a importância que o Legislativo tem para nós, da área audiovisual, um setor que foi praticamente sucateado e zerado em 1990, algo de péssima memória para a área cultural e, principalmente, para o cinema, que acabou levando o único tiro que o Governo dizia ter na mão. Não o acertou na inflação, mas na cultura.

O cinema foi o maior prejudicado. Todas as instâncias do cinema, construídas a duras penas durante muitos anos, foram zeradas naquele momento. Foi algo muito duro. Passamos por essa fase, sobrevivemos e estamos aqui.

Desculpem-me a emoção. (Pausa)

Tenho mencionado, insistentemente, que o Legislativo, para nós, é fundamental. Por quê? Porque entendo que ainda temos a cultura da Ditadura. Vivemos muitos períodos ditatoriais e outros democráticos, mas que não eram tão democráticos. Acostumamo-nos a fazer tudo no Executivo, porque vale a pena, é rápido, é o que sai imediatamente e o menor para se influir, quando possível.

Então tem sido difícil, mas gratificante, sentirmos cada vez mais que descobrimos o caminho do Legislativo. Há dificuldade para entendermos como trabalhar com o Legislativo, com os meandros todos, no entanto, mais e mais, estamos próximos. Sinto que algumas vitórias já se anunciam por causa de nossa proximidade com o Legislativo.

Este momento é da mais alta importância, porque há a participação de diversos representantes do cinema. Reitero que vamos trabalhar muito, neste ano, com o Legislativo. Vamos trabalhar de gabinete em gabinete, de liderança em liderança, dentro do que ainda dispusermos de tempo, o que não é muito, pois nós, que somos da sociedade civil organizada, temos que trabalhar também em nossos projetos. Somos nós que fazemos cinema, então temos que continuar fazendo cinema e, em geral, nosso tempo é muito menor do que desejamos. O Legislativo exige muito mais tempo, pela falta de prática que temos e até por sua grandiosidade, já que precisa representar um País continental como é o nosso.

Quero deixar claro que precisamos muito de V. Ex^{as}, queremos contar com essa colaboração e creio que o podemos.

Quero tomar a liberdade de esclarecer como é a famosa organização do setor cinematográfico. Onde vou os outros setores culturais dizem que nós somos muito organizados, muito unidos, muito estruturados, etc.

Assim, quero tomar 10 minutos para esclarecer o que é a tão falada organização, que, na primeira oportunidade, ganha uma manchete no jornal: "O cinema está dividido! O cinema rachou! A Ancine rachou! À racha os cineastas! O destino da Ancine provoca um profundo racha!"

É incrível como a unidade do cinema é uma coisa importante! Para se tornar manchete, basta um primeiro movimento em que alguém tenha pensado diferente. É claro que é um setor em que, no seu elo total produtivo, há o aluno, o professor da escola de comunicação, há o diretor estreante, aquele que ainda nem é diretor, quer ser, é um talento que vai se realizar, há o diretor que faz os filmes, que mantém os títulos no chamado cinema médio, e há os VIPs, os grandes di-

retos e produtores, os médios e aqueles que são diretores-produtores. A atividade é tão pouco gratificante, do ponto de vista econômico-empresarial, ainda, que falta produtor, falta empresário, e muitas e muitas vezes o criador é obrigado a se transformar num empresário-produtor, porque não encontra produtor com vaga para o seu projeto. Sou acionada e procurada, mas, para 80% dos projetos que chegam à minha mão, tenho que dizer que não posso, que não dá tempo, que não tenho estrutura suficiente ainda. É muito projeto para mim. E há sempre aquela tristeza: “E para o ano que vem, será que vai dar? E para o outro ano?” Isso significa que aquele diretor, aquele artista, vai para casa construir sua pequena empresa para poder realizar o seu sonho, o seu projeto, porque, como é um criador, se não o fizer, aquilo não o deixará viver.

Então essa é a realidade! Temos uma gama de componentes da atividade cinematográfica, onde qualquer pessoa em sã consciência diria: “É impossível essa classe unida!” E, no entanto, temos testemunhas aqui neste plenário, e temos uma testemunha mais próxima a mim, portanto com toda a confiabilidade, que é um representante do próprio Senado, que, por algumas vezes, verificou que chegávamos a consensos. Consensos precários, consensos que, se alguém cutucar, desmontam! Portanto, respeito, por favor! Todos têm que respeitar esse difícil consenso do cinema, que é tão elogiado por todos os outros setores da atividade cultural.

Em face da desmontagem total do setor, logramos construir em 2000, num esforço extraordinário, numa clarividência, num sacrifício de interesses particulares da classe, o III Congresso Brasileiro de Cinema. Fomos liderados por algumas pessoas fortes, reconhecidas e confiáveis da classe, e aqui destaco o nome do condutor que começou a escrever, a batalhar e a encaminhar por aí, que foi o atual Presidente da Agência de Cinema, Gustavo Dahl. Foi ele quem conseguiu nos carregar, a todos nós, muitos já descrentes de que poderíamos sobreviver no Brasil. Ele dizia: “Temos que reconstruir! Temos que ter um ente estatal! Não podemos deixar esse terreno baldio em que o mundo inteiro vem jogar o lixo que quer. E nós, com nossas pérolas, todas escondidas embaixo desse lixo!”

E foi essa vontade, essa força, essa crença que conduziram um grande grupo que virou a totalidade do cinema e que, em junho de 2000, fez o III Congresso Brasileiro de Cinema, depois de 43 anos sem se fazer mais congresso algum de cinema no Brasil. Tive a honra de fazer parte da Comissão Executiva que or-

ganizou esse Congresso, porque, apesar de tudo, consigo, sempre, ser uma otimista. Deve ser algum defeito de fabricação, mas sou uma eterna otimista!

Mas qual era a expectativa que tínhamos, quando realizamos esse desafio? Diziam alguns: “Vai ser uma loucura! Na hora em que se juntar todo esse cinema, desestruturado, sem poder trabalhar e sem fazer seus filmes, todos na mesma sala – um super VIP com um super massacre, o que vai acontecer? Será o caos!” Vamos ter que administrar este caos!

O que aconteceu foi a maior surpresa de todos os tempos. Todos deixaram os respectivos egos lá fora. Todos deixaram as suas supervisões. Todos, em três dias, chegamos a ter mais de sessenta pontos consensuais, pontos esses que tinham que ser atacados, construídos, para que voltássemos a existir com dignidade no Brasil. Foi uma festa, foi uma celebração, a imprensa viu isso e destacou, o que fez crescer o nosso amor próprio e também a nossa esperança de que tínhamos um destino para nos conduzir. E mais do que isso, que não era corporativo. Isso é muito importante dizer. Não estávamos salvando a nós mesmos, mas o nosso trabalho. A nossa perspectiva é de que o cinema tinha que existir para haver a auto-estima brasileira, a dignidade, para ter a nossa imagem quando nos olharmos no espelho, e não ver um outro, um vizinho que não tem nada a ver conosco culturalmente.

Comentávamos, no Parlamento Cultural do Mercosul, do qual fiz parte há vinte dias, na Argentina: como o mundo conhece o mexicano? Como sujos, preguiçosos, de chapelão, na rede, vendo a vida passar, enquanto os fortes, bravos e competentes americanos conduziam o mundo. É isso que é mexicano! E vocês, uruguaios, como os conhecemos? Não os conhecemos, porque o cinema americano não está interessado em vocês, então ninguém sabe que vocês existem ou como são.

Isso, do brasileiro, também. Vimos um filme americano recente, no qual o brasileiro era um super-burguês moreno, mas aquele moreno mais para o indiano do que para o brasileiro, aquele tom um pouco esverdeado – eu não me reconhecia nele. Mas era isso que todos viam de brasileiro. No final, era filho de um bicheiro no Brasil que era muito rico e deu um golpe, etc. Esse é brasileiro.

Nós, brasileiros, temos que nos mostrar, porque sabemos o que temos de bom e de ruim e somos responsáveis por isso. No Brasil continental, que está no caminho em que está, cujo povo decidiu que quer democracia, sim, e quer a democracia verdadeira, que integra o País inteiro, não só um Estado, ou dois ou

três, comodamente, o cinema tem que existir e vamos fazer este cinema. Queremos o cinema que mostre o Brasil, que seja democrático, transparente.

Fomos para o IV Congresso, tiramos o modelo operacional que imaginávamos, mas também uma das decisões foi que, com tantos pontos para mudar o País e ter o nosso cinema, mais de sessenta, se fôssemos nos encontrar um ano depois, o que aconteceria? Reafirmaríamos os sessenta pontos. Por quê? Alguém tinha que trabalhar nesse período, pois atualmente os congressos ocorrem de dois em dois anos, para que, quando chegássemos ao próximo congresso, pelo menos meia dúzia de pontos tivéssemos conquistado e fôssemos diminuindo gradativamente o número de problemas que impede que existamos com dignidade e definitivamente, ocupando as salas de cinema, a tela de televisão. E se constituiu, pela coletividade, pelo conjunto que estava ali presente, que era todo o cinema brasileiro de todos os Estados e de todas as gamas de segmentos de produção do País, a entidade Congresso Brasileiro de Cinema; depois se produziram os eventos seguintes. E foi uma decisão unânime. Não gosto de dizer unânime, porque nosso escritor famoso sempre dizia que a unanimidade é burra. Neste caso, digo consensual, só que não houve nenhuma proposta contrária; infelizmente foi mesmo unânime. E criou-se a entidade.

Gustavo Dahl era um candidato natural, foi Presidente e depois, quando indicado para a agência, no IV Congresso, houve uma nova eleição da qual eu saí Presidente eleita.

Se essa entidade não merece respeito, penso que precisaríamos pensar o que é representação, como ela funciona: de dois em dois anos, agora, um congresso onde se referenda e se muda. E, nos intervalos, usa do seguinte expediente: uma assembleia-geral que congrega toda a classe, num minicongresso, onde algumas coisas precisam ser repassadas porque surgiram dados novos.

A realidade não é estanque, ela muda, e damos graças a Deus quando muda para melhor. Fazemos esse tipo de fórum e voltamos a decidir; algumas vezes, referendamos o decidido e, em outras, alteramos.

Qual é o meu objetivo nesta preleção? Mostrar que existe uma entidade nacional que congrega todas as entidades de cinema no Brasil, associadas, de todos os Estados – hoje são quarenta e três. Estamos respeitando o geral, o todo do Brasil, e com todos os segmentos, o distribuidor e o exibidor; inclusive na nossa diretoria eleita há o exibidor dos complexos cinematográficos.

Então aqui se dá a diferença, sim. Nós vamos brigar, porque tenho de fazer a quota, e o exibidor é da minha diretoria! Teremos que chegar a um acordo, ou então o Governo vai resolver a nossa falta de acordo. Até o momento, não tínhamos tido esse problema.

Quando se decidiu, no último congresso, que o nosso modelo seria o tripé, o Governo era outro. O Governo de hoje traz uma nova proposta, no sentido de que o Ministério vai crescer, ficando forte o suficiente para cuidar desse braço que, como estávamos propondo, iria para o MDIC. Consultamos novamente a classe que se posicionou por continuar no MDIC, numa assembleia-geral realizada aqui em Brasília, no dia 12 de fevereiro, com a presença do Senado, da Câmara e do próprio Ministério. Esse grupo de delegados disse: "Estamos no Ministério com o cinema cultural".

Conceitualmente, o Juca discorda que haja diferença, mas como produtora sei quando estou fazendo a parte cultural, a parte comercial e a industrial; enfim, essa é uma questão conceitual que podemos até aprofundar futuramente. E o conjunto via essa diferença, que vejo também, e disse: "Continuamos no MinC, sim; jamais sairemos do MinC, porque o cinema tem a questão cultural muito forte, e o MinC é o fórum, o lugar onde desenvolvemos o lado forte cultural". Mas também poderíamos estar no Minicom, agora, inclusive, na agência que criou um segmento que cuidaria das comunicações sociais; poderíamos também estar com o Ministério das Relações Exteriores, uma vez que temos negociações na OMC, no GATT, etc.; poderíamos estar também no Ministério da Educação, porque educação e cultura são coisas muito próximas, mas o que queremos no momento? Queremos que o cinema americano não ocupe mais 93% das salas; queremos ocupar as salas. Quem pode defender o produto nacional contra uma invasão do produto estrangeiro? Imaginamos que, pelos mecanismos do MDIC seria mais apropriado. Além de ocupar as salas internas, queremos avançar também no exterior. Que Ministério trabalha, por definição, o mercado externo? É o MDIC – e sem casuísmos, naquela altura, sem saber quem seria ministro, quem não seria, se teria partido, ou não. E, agora que já sabíamos quem são, continuamos referendando a mesma idéia no dia 12 de fevereiro, sem precisar votar, por consenso, porque ninguém defendeu hipótese contrária. Chegamos novamente ao mesmo modelo do tripé.

Mandamos o posicionamento para todas as instâncias do Governo e da classe, e não houve problemas. Mas, de repente, eu estava em Mar Del Plata, trabalhando na questão do audiovisual do Mercosul e, acessando a internet, vi que havia surgido uma car-

ta, pedindo para ficar no MinC, diante das novas informações. Nessa carta, entendiam que a vinculação da agência é uma prerrogativa do Governo e que a vinculação da Ancine ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, prevista em consequência de uma situação conjuntural, hoje não mais pertence... E continua dizendo: "Sr. Ministro, pedimos que fique vinculado ao seu Ministério". Assinam 34 nomes. Coloco na internet e parte desses nomes diz que não tinha assinado a carta.

Então fizemos mais duas reuniões no Ministério; realmente já estava dividido e a definição foi para o MinC. E o que dizemos sempre para o Governo? O Governo governa, o Governo decide, a prerrogativa é do Governo, e nós respeitamos, embora o que gostaríamos que ocorresse é que não fosse usada a divisão da classe, que não fossem pinçados os interesses contrários, diferentes, minoritários para que a classe fosse manchete de jornal: "Ancine divide a classe". Não gostaríamos que fosse publicado que o cinema não estava unido, que rachou o cinema. Isso não ajuda o Brasil, não ajuda o cinema, não ajuda o MinC, não ajuda as entidades, não ajuda ninguém.

A prerrogativa de dizer para onde vai é do Governo. Ele diz que quer ouvir a classe. Reunimo-nos, fizemos, no dia 12, um minicongresso, o qual o Senador assistiu, estavam todos à mesa, até o Governo e o Senado Federal, unanimidade. Tudo bem. Mas foi procurar determinada instância, determinado segmento sozinho? Nessas alturas, creio que o MinC é melhor. Então faço uma carta e mando para o Ministério? Não. Não houve Ministério da Cultura que mais respeitássemos – nós todos, eu e a classe cinematográfica – do que esse Ministério que está aí. Costumo brincar – e até o Secretário não gosta muito – que ser pautado depois dele é um desastre, já saímos em desvantagem. É um Ministério de pessoas brilhantes, de gente que admiramos profundamente, com quem queremos estar junto. E estamos juntos no pensamento, porque assinaríamos embaixo de tudo o que o Secretário falou em seu pronunciamento. Agora, por favor, vamos tentar conduzir juntos, unidos, porque será mais fácil para o Governo, para o cinema e para o País e será mais verdadeiro e honesto também.

Há nomes que estão aqui que só não contestaram a ida para o MinC porque sabiam que um grande volume, um número imenso era a favor, e portanto iam perder, e não era bom perder. Sabemos disso. Agora, que o Governo se utilize de um procedimento, de um mecanismo desses para expor uma divisão que existe, de fato – como o Secretário se referiu –, porque são interesses conflitantes e diferentes. Um

grande produtor do Rio de Janeiro pode não ter o mesmo interesse dessa produtora média de São Paulo nem de um pequeno produtor e diretor do Rio Grande do Norte, mas acreditamos que todos têm direito à palavra, todos têm direito a ser tratados como cineastas do Brasil.

Era isso o que eu tinha a dizer. A prerrogativa é do Governo. Desculpem, mas como é a primeira vez que estamos aqui, ocupei muito espaço. Voltaremos se o Senador nos convocar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Muito obrigado, Sr^a Assunção Hernandez, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC).

Abrimos agora a oportunidade aos Srs. Senadores para se pronunciar. Já há uma lista de inscrições.

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Querido Senador Roberto Saturnino, Senadora Íris de Araújo, Dr. Juca Ferreira, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, e Sr^a Assunção Hernandez, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, há uma frase de Nelson Rodrigues, citada pela SRA. Assunção, em relação à unanimidade, que diz que paisagem é verba. Então o tema colocado pelo Presidente da nossa Subcomissão aos nossos Colegas Senadores é fundamental, que é a questão do Orçamento definido pelo Governo Federal para o Ministério da Cultura.

Houve, nesse período pós-Collor, soluções interessantes e importantes, em função até mesmo – por que não reconhecer? – do cobertor curto do Orçamento da União e dos orçamentos públicos de um modo geral, muitas vezes mal-utilizados, mal aplicados, mesmo sendo escassos, que foi essa possibilidade de incentivo via dedução de imposto a pagar à União, aos Estados e aos Municípios.

Diante da iniciativa do Governo Federal, nos últimos dez anos, houve um processo de ampliação e de descentralização da política de incentivo fiscal. Atualmente, muitas cidades do Brasil têm essa política, em tamanho menor. O meu Estado, por exemplo, o Rio de Janeiro, tem essa política de incentivo à cultura, fui inclusive autor da lei que regulamentou o incentivo à cultura, juntamente com o Deputado Carlos Minc, que hoje possibilita que uma boa verba do orçamento do Estado seja destinada à produção cultural no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, creio que a discussão aqui na Subcomissão de Cinema não deve entrar na briga do organograma. Não é a minha intenção, como Senador da República, representante do Estado do Rio de Janeiro, que tem a capital do cinema.

A história do cinema passa pelo Rio de Janeiro. O Cinema Novo nasceu lá e continua, após a retomada da produção do cinema brasileiro, passando por lá, com os filmes, por exemplo: **Central do Brasil**, **O Que É Isso Companheiro?**, **Cidade de Deus**. Também estão lá os grandes cineastas, com todo o respeito a São Paulo e aos demais Estados, que produzem um grande cinema.

Quero dizer que é natural, sob certo aspecto, a questão do eixo Rio-São Paulo. São Paulo, pela produção econômica, e o Rio de Janeiro, pela produção cultural. E os dois, pelo público e pelo número de demanda que existe na dita produção comercial.

Então vem a questão de fundo: a comercial, que deve ser regulada. E digo comercial no sentido do cinema brasileiro muito precário ainda, com esses dados alarmantes, visto que mais de 90% das exhibições são oriundas dos Estados Unidos, mas tem havido um crescimento.

A política do Governo, a meu ver, nesse campo de indução do cinema comercial com vista a disputar mercados, tem limites, isto é, passa por um incentivo, passa por uma legislação, mas com limites. Não podemos decretar que, a partir de hoje, as salas de exibição do País exibirão, na metade do seu tempo, filmes brasileiros. Isso não é possível. Mas podemos, por exemplo, incentivar, por legislação, que a televisão brasileira exiba mais filmes brasileiros, que haja um percentual maior de filmes brasileiros na televisão comercial, na TV aberta.

O Canal Brasil não é suficiente. O que esse canal tem de espaço, hoje, não é suficiente.

Nos países capitalistas avançados, há uma legislação em relação à TV aberta de estímulo à produção nacional de cinema. Quem vai à Itália, à França, à Inglaterra, vê isso. E quem vai aos Estados Unidos também, em uma lógica menos estatal, mais de mercado. Há uma definição de percentual para a produção de cinema dentro da televisão.

Essa é uma interface importante entre o cinema e a televisão em que o Governo com o Congresso Nacional têm um papel fundamental.

O Ministério da Cultura, a meu ver, no cinema é em quase todas as atividades culturais, tem um papel indutor, estimulador. A interface com o Ministério da Educação tem que ser aprofundada. Essa é a grande interface do Ministério da Cultura, Dr. Juca. Essa é a grande iniciativa do Ministério da Cultura na ampliação dos seus recursos, na ampliação da sua dotação orçamentária, que consiste em uma parceria na formação de platéia, levar para a escola pública, sobre-

tudo do ensino fundamental, o gosto pela cultura brasileira. A guerra começa por aí, e não por determinações para o mercado de percentual a, b ou c, de participação da produção nacional. O mercado, naturalmente, não aceita. A meu ver, o grande papel do Ministério da Cultura é nesse caminho.

Quanto à Ancine, parece-me que está indo bem. O que vejo é que, durante o Governo Fernando Henrique, com todas as dificuldades, houve avanço na indústria cinematográfica brasileira, porque o Governo fez poucas intervenções, muito mais no sentido da indução, do estímulo, do que propriamente no controle do que se deve fazer e produzir. Creio que esse é o caminho.

Como Senador, gostaria de ver a Ancine sendo respeitada, ativada e como parceira. Parece-me que a lógica de ir para o antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio é razoável, mas também há uma interface com o Ministério da Cultura. Não tenho uma opinião formada sobre isso. É importante valorizar essa agência e que o Ministério da Cultura se preocupe em exhibir, nessa parceria com o Ministério da Educação, cinema brasileiro nas escolas públicas, criando um programa para gerar gosto nas crianças e adolescentes brasileiros. Essa é uma platéia pronta. Em vez de disputar apenas no Severiano Ribeiro, que se dispute na escola municipal, nesse espaço democrático e público que pertence ao País, ao Estado brasileiro. Ganhar corações e mentes e ter menos decreto. Se tentar abraçar tudo e se considerar dono da cultura do Brasil...

No Ministério da Cultura, temos uma figura maravilhosa. O Presidente da República acertou na escolha do Ministro, um homem que tem a cara do Brasil e é respeitado. Quando era Diretor da Empresa de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, para juntar cinema e Gilberto Gil, lembro-me de que, em 1987, no Festival de Cannes, o Brasil disputava com o filme **Um Trem para as Estrelas**, que foi bem recebido. A música principal da trilha sonora era do Gil, com o Caçuzo. Ao final da apresentação, quando aparece o nome do Gilberto Gil, a platéia levanta e aplaude, numa reverência a essa figura de muito orgulho para todos nós.

Tenho certeza de que Gilberto Gil, com sua criatividade e clarividência, além de ser um grande artista, pode ser um grande Ministro, porque formula e pensa o Brasil.

A grande guerra a ser travada, em 2003, pelo Ministério da Cultura, não apenas no campo do cinema, mas de modo geral, é brigar pelo aumento do orçamento no Ministério da Cultura, estabelecer uma

interface com o Ministério da Educação e deixar a Lei Rouanet cuidar dos projetos. Não sei se incomoda tanto essa questão de ser apenas um homologador, mas não tente interferir muito nesse processo. Essa é a grande vocação do Ministério da Cultura em um país em desenvolvimento como o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Com a palavra o Sr. Juca Ferreira.

O SR. JUCA FERREIRA – Concordo, quase em gênero, número e grau, com a intervenção de V. Ex^a, mas gostaria de fazer uma pontuação, pois tenho certeza de que V. Ex^a haverá de concordar.

Primeiro, concordando com o que V. Ex^a disse, o assunto mais importante do momento, nessa área de apoio, fomento e desenvolvimento do cinema no Brasil, não é onde está localizado na Ancine. Também não estamos lutando para a Ancine vir. Acreditamos que deve vir, mas, se os cineastas optarem para que fique no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ficará lá, com o apoio do Ministro Gilberto Gil. Quero deixar claro, porque S. Ex^a já declarou isso.

Quero levantar o seguinte: seria absolutamente contraditório com outra questão que tem a ver, correlata. Hoje, no mundo, temos duas posições claras a respeito de como tratar a livre circulação dos produtos culturais, inclusive o cinema.

Os americanos, que monopolizam 90% dessa área, que eles chamam de entretenimento, que é exatamente uma maneira de esvaziar significados específicos que o produto cultural tem e que devem ser tratados pela Organização Mundial do Comércio. É uma posição que foi liderada pelos franceses e pelos canadenses, mas, como os franceses embutiram a proteção do seu mercado agrícola, ficaram incapacitados de liberar. E hoje o Brasil está se capacitando. Todos os países do mundo estão se voltando para nós, pedindo que lideremos essa posição.

O produto cultural tem um significado específico, mesmo quando é industrial, quando é tratado comercialmente. Ele não pode ser encarado como uma batata, um feijão, uma pasta de dente, porque tem significados que ultrapassam limites do que as regras do mercado podem determinar, entender ou desenvolver.

Como isso se reflete? O produto cultural não deve ser regulado na posição francesa, canadense, que, acredito, representa, nesse aspecto, os interesses brasileiros, mexicanos, venezuelanos. O produto cultural não pode ser tratado pela Organização Mundial do Comércio, porque tem especificidades claras.

Nesse sentido, há uma luta enorme para se compreender a especificidade do produto cultural, porque tem significados; o valor de uso é muito maior do que o valor de troca e muitas vezes contraditório. Então o Brasil tende, hoje, a liderar uma posição que é parecida com a francesa e a canadense, capacitando-se a ser líder no mundo.

Seria contraditório se, internamente, ao mesmo tempo em que construímos essa posição que vai representar os interesses brasileiros no cenário internacional, internamente argumentássemos: como há implicações industriais, o cinema não pode ser tratado pelo Ministério da Cultura.

Nessa visão de ampliação do Ministério da Cultura, deve sair apenas do desenvolvimento das linguagens artísticas e tratar a cultura de uma forma antropológica mais complexa, como é hoje no mundo tratado, e também como uma economia. A economia da cultura, o lugar de ser pensado, desenvolvido, regulado e fomentado é na política cultural, que não é o supérfluo ou apenas complementar; ela é essencial. Então seria contraditório tratarmos de duas maneiras. Não estamos travando luta, e sim construindo uma concordância interna, tanto é que há uma dificuldade por parte dos outros Ministérios para tratar o problema do cinema, porque tem implicações. Como V. Ex^a disse, temos que fomentar platéia.

Só não concordei amplamente porque não podemos deixar de interferir no mercado, que não é livre, mas monopolizado. Vou dar um exemplo...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Mas eu não defendi isso. Tem que haver interferência...

O SR. JUCA FERREIRA – Mas manifestou preocupação.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Uma preocupação...

O SR. JUCA FERREIRA – Deixe-me dizer o limite. Compreendo e concordo inteiramente que já houve o momento do romantismo, em que se determinava arbitrariamente a percentagem da taxa que o cinema brasileiro deveria ocupar. Essa fase está superada, mas o contrário não é verdade. A abstenção da intervenção estatal nesse mercado é a melhor posição, pelo seguinte...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sou contra o *le se fer* de ser paciente a mais, defenderia...

O SR. JUCA FERREIRA – Mas nesse caso é grave, o *le se fer* não existe. Vou dizer, por exemplo...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Vamos organizar a discussão, porque nós queremos contribuir.

O SR. JUCA FERREIRA – Vou só fechar. Estou concordando inteiramente com a visão de que tem limites. Estou ressaltando isso, mas só colocando um elemento a mais. Por exemplo: **Deus é Brasileiro** é um filme que está fazendo sucesso comercial, mas será retirado de pauta antes de atingir seu pico comercial. Esse é um exemplo apenas, mas há vários. Há filme brasileiro que está ganhando prêmios no mundo inteiro, e não será exibido no Brasil porque não tem pauta.

Por que isso acontece? Porque interessa, até perdendo conjuntamente dinheiro, tirar o filme brasileiro que está fazendo sucesso, acima da média de ocupação das salas, e exibir um filme americano, porque eles vendem em cadeia, o mercado é monopolizado. Interessa comprar pacotes em que terão filmes de baixa exibição, mas mesmo assim se reafirma o monopólio no momento em que não há um órgão regulador.

Então o limite deve ser feito da seguinte forma: só poderá ir crescendo a taxa de exibição do Brasil dentro do que o mercado pode absorver, mas é fundamental sensibilizar o mercado para o fato de que ele não pode monopolizar e garantir que a exibição, mesmo de um produto americano inviável comercialmente é melhor do que exibir um filme brasileiro de sucesso. É necessário fazer essa intervenção dentro desse limite no Brasil.

Outros países estão tendo sucesso, como a França e a Itália, que recuperou sua capacidade de exibir. Hoje, a França está com 56%, e foi aumentando paulatinamente. Na medida em que foi se tornando comercialmente viável, o Estado garantiu a possibilidade de exibição.

Então o limite é real, mas não deve se refletir na abstenção do Estado, e sim em uma política. Isso é a política cultural intervindo em uma indústria cultural. O conceito de política cultural hoje não pode ser mais apenas baseado em ações restritas, que não tenham interferência no processo real.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, sem querer monopolizar, pois o Senador João Capiberibe quer participar.

S. S^a ilustrou a tese baseado na informação de que **Deus é Brasileiro** sairá de cartaz, mesmo sendo sucesso, por força de decisão das exibidoras. Houve algum requerimento do Ministério a essas exibidoras? Há alguma informação oficial? De onde vem

isso? Pois, realmente, trata-se de uma situação absolutamente inusitada.

O SR. JUCA FERREIRA – Acredito que a cineasta pode ilustrar melhor do que eu.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES – Na verdade, o que o Cacá Diegues diz, e é verdade, é que o filme **Deus é Brasileiro** se realizou totalmente pela qualidade e pelo diálogo com o público, e que ele obteve uma grande bilheteria. Somente não faz mais, porque as salas de cinemas são limitadas e não atingem o País. São 1.650 salas para uma demanda mínima de seis mil salas. Então, 92% da população brasileira não têm acesso a salas de cinema. Por quê? Porque não há salas, ou são salas para a classe média alta e para a classe alta, que podem fazer frente ao custo do bilhete.

O SR. JUCA FERREIRA – Oitenta por cento dos Municípios brasileiros não têm cinema. Desculpe-me, mais de oitenta por cento.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Essa é outra questão.

O SR. JUCA FERREIRA – Sim, é outra questão, mas V. Ex^a há de convir que há um monopólio desse pequeno mercado, que é disputado.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES – Sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – A discussão espontânea é criativa, e eu não gosto de interferir, mas há Senadores querendo participar.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES – Pois não, Senador, mas é somente um detalhe. Falta-nos definir – e isso a agência está fazendo agora – o que é o direito à dobra.

Sempre existiu um mecanismo legal segundo o qual um filme brasileiro não poderia sair de cartaz se estivesse atendendo à média da sala. Isso se chamaria dobra obrigatória. Mas o cálculo da média é inadequado. Nós temos, agora, que calcular a média que, verdadeiramente, não seja pico. Como entram mais de duzentos filmes americanos no mercado, o filme tem que bater e sair, para poder vir outro, logo em seguida, bater e sair. O que significa isso? Que o cinema brasileiro não está disputando a média da sala, mas o pico do público, então o que fazemos com a capacidade mínima de investimento em publicidade?

A carreira do filme brasileiro nasce no Brasil, diferentemente daqueles que, ao chegar aqui, já receberam o impulso da mídia internacional e estão feitos. Até porque a nossa mídia também é generosa. Vamos combinar entre nós... É esse o detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Senador João Capiberibe, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Eu começarei pelo Rio de Janeiro. Cumprimento o Presidente da Comissão, o Dr. Juca Ferreira, a Senadora Iris de Araújo.

Por que começarei pelo Rio de Janeiro? Porque, na minha pré-adolescência, Senador Sérgio Cabral, lá no coração da floresta, as primeiras imagens do Brasil que conheci foram as do Rio de Janeiro, levadas pelo cinema, pelos musicais da Atlântida, que foram sufocados pelo monopólio e pelo poderio da indústria cinematográfica americana. Depois, essas imagens fantásticas do Rio de Janeiro, da Baía da Guanabara, do samba e do Corcovado foram substituídas pelas imagens, já retratadas aqui, dos mexicanos com sombreiro, dormindo; depois, pelas dos caubóis americanos matando os índios, pois somente morriam índios nos confrontos; nunca morre o mocinho, como ocorre nas guerras de que os Estados Unidos participaram, em que somente morriam os vietcongues, quando a guerra era no Vietnã. Agora, somente aparece na imprensa a morte dos iraquianos. Os americanos nunca morrem no final da história.

Depois, as imagens foram substituídas pelas das lutas marciais. Assim, nós não tivemos mais direito de nos assistir, de nos ver na tela. E a televisão também foi completamente dominada pelos enlatados, pela produção norte-americana.

Eu estava conversando com uma pessoa que me falava da indústria fonográfica indiana, a chamada Bollywood, se não me engano, que é, talvez, do mesmo porte, hoje, da indústria americana. Imagino que, se não tivéssemos sido submetidos a esse monopólio, a esse controle abominável, estaríamos no mesmo patamar da indústria cinematográfica indiana.

Mas não vamos chorar o leite derramado, porque uma parte da história deste País foi decisão autoritária das elites brasileiras, que colocaram os governantes no poder pela força das armas.

E, agora, aprendemos a fazer alternância. Pelo que estou vendo aqui, nesta aula de política que estamos tendo, há exatamente uma fase de transição ou até de combinação de dois modelos; um é a economia de mercado, essa que nos enfiaram goela abaixo nesta última década.

Vivi algo quase fanático, como governante que pensava exatamente o contrário da concepção do modelo neoliberal imposto com tamanha crença. Nestes últimos dez anos, o Brasil ficou entregue ao sabor do mercado, que regulou nossas vidas.

Agora, estamos em uma transição em que o Estado começa a retomar um pouco esse confronto permanente entre os neoliberais e os keynesianos. Estamos fazendo uma combinação. E é criatividade da sociedade brasileira alternar o poder com um governo que decide manter a economia de mercado e os acertos da governância global e, ao mesmo tempo, começa a expandir a economia por meio da indução política do Estado. Vejo isso com muita clareza e creio que é uma saída para todos nós.

Gostaria de assistir, sim, aos filmes indianos. Tenho o direito de assistir a filmes produzidos em outras regiões do mundo.

Nós temos que pensar, Senador Sérgio Cabral, berço da cinematografia brasileira. Mas havia São Paulo também, com a Vera Cruz, que foi uma concorrente. No entanto, as imagens fantásticas da minha geração vieram do Rio de Janeiro, isso tenho que reconhecer.

Aliás, eu estava conversando com o Senador Sérgio Cabral sobre a possibilidade – no Carnaval, a imagem do mestre-sala e da porta-bandeira é fantástica – de pegar aquele casal e substituir a Barbie e o Bob na indústria, fazendo do mestre-sala e da porta-bandeira uma grande produção de cultura e também da indústria de brinquedos do País.

Cabe uma iniciativa de lei, sim, para que recuperemos o direito à diversidade cultural. Noventa e quatro por cento dos filmes são americanos, e sou obrigado a assisti-los. Onde está o mercado? Não existe! Como consumidor, não tenho o direito de assistir cinema que não seja aquele que me é imposto por um único produtor.

Cabe a nós uma iniciativa de lei, para regularmos, ou seja, darmos oportunidade ao mercado e ao consumidor de assistir as peças que melhor julgarem. Então, temos que fazer isso.

E, por último, gostaria de dizer que estou muito animado agora que o País está começando a acordar para uma alternativa, para uma possibilidade mais nossa. Este País é de grande diversidade sócio-cultural. E a mudança também está no Senado. O Senado está mais mulato. E isso é fantástico. (Risos.)

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E mais feminino.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – E mais feminino também. Isso sintetiza mais a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Antes de conceder a palavra aos nossos expositores,

pergunto à Senadora Iris de Araújo se quer fazer alguma observação ou indagação.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Como disse o nosso Presidente, considero que assisti, nesse momento, uma grande aula. Pelo menos para mim, foi uma aula, com conteúdo extraordinário. Foi muito interessante a vivência demonstrada pelo Senador João Capiberibe sobre a nossa cultura, o nosso conhecimento.

Eu, por exemplo, fui criada freqüentando uma salinha de cinema na minha pequena cidade, onde um padre local passava o filme. Logicamente, não escolhíamos os filmes.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – E cortava-se a cena dos beijos. (Risos.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Exatamente.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Secretário, pela sua disposição de estar aqui conosco, e a nossa querida Assunção Hernandez, que, emocionada, deu uma demonstração inequívoca do seu amor à arte. Só se emociona assim publicamente quem tem muito amor.

Sou uma Senadora movida pela emoção. Todos os meus pronunciamentos, minhas palavras, tudo o que tenho que mostrar diz respeito ao que sempre vivi na minha vida como agente social, percebendo o sentimento das pessoas. Felizmente, eu, como Vice-Presidente desta Comissão, e o Senador Saturnino Braga estamos assistindo não uma disputa. Aqui estão presentes apenas pessoas de órgãos diferentes, buscando um denominador comum, dentro de uma proposta que considero absolutamente importante para que possamos caminhar, para que este País realmente tenha condições de mudar.

Senador, quando V. Ex^a se refere ao seu Rio de Janeiro, do qual também gosto muito, tenho que falar sobre o meu Estado de Goiás e também dos outros Estados que compõem essa diversidade brasileira. E é preciso que haja uma política para o cinema, como agente de transformação, para que não fiquemos surpresos, às vezes, até com determinado alimento. Ontem, por exemplo, estive na casa de um Senador pelo Pará e comi alguma coisa de que nem me lembro o nome, que adormecia a língua. Nunca havia experimentado isso.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – É jambu.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, jambu. Eu não conhecia jambu. Mas como não conhecia se é plantado e existe no meu País?

Então é muito importante que se estabeleça o entrelaçamento dessa diversidade existente no País por meio de uma cultura bem direcionada. Isso pode ser feito pelo cinema. E estaremos aqui para ouvi-los, com o fim de encontrar um consenso que diga respeito exatamente ao que defendemos, que é o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Senadora Iris, também não conhecia o pequi. Tive uma experiência tão desagradável, mas é assim mesmo. (Risos.)

Vou conceder a palavra aos nossos expositores, para as suas considerações finais e observações sobre o que foi dito.

Antes, porém, gostaria de dizer uma palavra a respeito do que observou o Senador Sérgio Cabral.

Realmente, não é nossa intenção tomar uma posição a respeito da localização da Ancine. O nosso propósito é trabalhar em torno da manutenção do consenso da classe. Evidentemente, sabemos que é um setor que tem uma diversidade de interesses, de opiniões e de personalidades fortes; é difícil manter o consenso. Entretanto, é importante para que a atividade continue a se expandir; ela está numa fase muito criativa, muito promissora, muito auspiciosa, mas é importante manter e impulsionar essa atividade, manter a fase boa em que ela se encontra. Para isso é importante, sim, que não haja racha entre a classe cinematográfica. Por isso estamos aqui.

Vamos ouvir, nas palavras finais, o Dr. Juca Ferreira e, depois, Assunção Hernandez.

O SR. JUCA FERREIRA – Eu queria ressaltar que a percepção da Senadora Íris de Araújo é a mesma que tenho, quer dizer, há uma base consensual muito grande. A sociedade brasileira está madura para gerir uma política cinematográfica com cada qual no seu papel: os produtores têm seu papel, o mercado tem seu papel e o Estado tem o seu. O que, na verdade, ressaltei aqui, representando a posição do Ministério, é que sem a presença do Estado como elemento regulador desse mercado, sem agredi-lo e procurando construir consenso, reproduziremos uma distorção que está levando a um grau enorme de prejuízo cultural e econômico para o País. E há possibilidades desse concerto de interesses; isso precisa evidentemente se desenvolver por meio de atividades como essa.

Citaria, por exemplo, o caso da música brasileira. Quase todo suporte industrial é monopolizado; as grandes empresas que trabalham a música brasileira são americanas e algumas inglesas, algumas associ-

adas às mesmas que estão trabalhando a área de cinema, só que, no caso da música brasileira, já se chegou a uma certa pactuação, mesmo que tenha uma mais valia exagerada sobre os produtores, e existe a numeração. A busca de numerar os produtos, os CDs, já reflete uma necessidade de controle, ou seja, mais uma vez o Legislativo e o Executivo terão que participar do processo de regulação, mas a pactuação é enorme. A música brasileira se desenvolveu associada a empresas internacionais. Então não há nenhuma paranóia a respeito do mercado; o que existe é a necessidade de regulação, porque nos transformamos em território de ninguém, principalmente na área de cinema, e também, de alguma maneira, na área de televisão, mas como já se criou uma indústria brasileira de televisão, ela hoje está ameaçada de perder o que conquistou.

Então o Estado terá que intervir no sentido de possibilitar o desenvolvimento e a continuidade do florescimento da indústria televisiva no Brasil, além de outras mídias que estão chegando. Nosso papel na regulação será importante, para evitar esses monopólios extremamente prejudiciais à economia e à identidade brasileira. Mas, de qualquer jeito, a idéia é buscar um concerto.

Em relação a minha exposição e a da minha amiga, não há grandes diferenças. O que ela ressaltou – e com isso concordamos – é que qualquer movimento que haja, incluindo o caso do Ministério da Cultura e do Governo Federal, não deverá desconhecer a importância para o cinema da construção organizacional e dos consensos que eles construíram. Nada do que eu disse aqui é divergente dos resultados dessas reuniões, mas não podemos ser responsabilizados pela manifestação de diferenças pontuais de interesses e de concepção entre os cineastas. Quer dizer, estamos caminhando lentamente.

Até hoje não houve nenhuma medida administrativa do Governo Federal no sentido de retirar a Ancine da Casa Civil e trazê-la para o Ministério da Cultura. Enquanto não chegarmos a um bom termo nesse diálogo com os produtores, a nós, do Ministério da Cultura, não nos interessa uma medida unilateral administrativa no sentido de vir. Então o perigo de um racha não existe, porque não nos interessa. Se não pudermos ser um agente de suporte do cinema brasileiro, preferimos que outro Ministério, mesmo que não tão adequadamente vocacionado para isso, seja responsável.

No campo das idéias, queremos ter o direito de argumentar, porque somos responsáveis pela política pública de cultura – o Ministério da Cultura é o princi-

pal responsável -, com a consciência de que – respaldando o que foi dito aqui pelo Senador – parte dessa política precisa ser integrada a outros Ministérios, como o da Educação, do Meio Ambiente, de Turismo, do Esporte. E o Excelentíssimo Senhor Presidente Lula tem reafirmado que não aceita políticas ministeriais. Temos consciência de que devemos ter políticas de governo estimulando a interministerialidade.

No caso da Ancine, se for confirmada a sua vinda para o Ministério da Cultura, continuaremos a trabalhar juntos. Caso fique no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, também continuaremos a trabalhar juntos, e com outros Ministérios, buscando o florescimento do cinema no Brasil. Estamos buscando uma política de governo.

Contudo, para nós, o **locus** é o Ministério da Cultura, porque não nos cabe a parte não-comercial da política cultural. Na verdade, o Ministério da Indústria e Comércio não tem vocação – e nenhum outro – para desenvolver o plano global da criação de um ambiente favorável, como a formação de platéia – como V. Ex^a ressaltou -, criação de quadros profissionalizados – boa parte dos quadros do cinema é feita na prática: o técnico carrega os equipamentos e vai aprendendo.

Não há investimento público que garanta a formação de quadro que possibilite o desenvolvimento de uma indústria sustentável no Brasil, e esse mecanismo é importante para a produção, para o mercado. A Lei Rouanet; em todos os momentos temos dito que esse dispositivo é importantíssimo.

Se houve distorções, elas foram produzidas pela ausência do Estado. Nesse sentido, precisamos fortalecer o Ministério da Cultura, inclusive com orçamento e com estrutura, para que ele possa ser o braço público a garantir a plena realização desse mecanismo, que conta com o nosso respeito. Portanto, qualquer mudança será feita com a participação da sociedade, com o Legislativo, em um processo de reflexão sobre como avançar ainda mais.

Quanto à interministerialidade, cremos que ela está garantida; temos consciência disso, pois é uma política de governo. Mas a melhor maneira de garanti-la não é o seu esquiteamento, porque ele não gera sinergia. Pelo contrário, gera uma desconexão, uma multiplicação de mecanismos burocráticos, para que haja uma política coerente.

Ainda temos o aspecto importante da memória. Além do ambiente favorável, da produção cinematográfica, da garantia de distribuição, temos que garantir a continuidade da memória, ou seja, dos filmes que já saíram de cartaz, que deverão estar à disposição

da sociedade brasileira permanentemente, para que essa memória seja recuperada.

Nesta reunião, não falamos do cinema baiano, parte importante dessa memória. É impossível falar de cinema brasileiro sem que se cite a contribuição que o Cinema Novo teve na Bahia. A memória é fundamental em todos os momentos. Portanto, devemos ter esse acesso, para que as novas gerações tenham permanentemente possibilidade de incorporar o que foi produzido e de garantir o desenvolvimento.

Não há nenhuma discordância no que foi dito, pelo contrário, mas não podemos ser responsabilizados, porque existem manifestações diversas, e estamos tendo paciência. O Ministro tem um envolvimento com a cultura oriental. Não diria que é um Ministro zen, mas tem paciência suficiente para esperar que os processos se dêem no ritmo necessário para produzir consenso não só entre os cineastas, mas entre a política pública, de responsabilidade do Ministério, os produtores culturais e o mercado.

Teremos um segundo nível de embate quando incorporarmos a essa discussão a televisão. Nela, a complexidade é muito maior, porque há interesses constituídos que respeitamos profundamente, mas queremos ser um mediador na geração de uma política não só voltada para o cinema, mas para o audiovisual.

Para finalizar, quero dizer que o Ministro manifestou, quando soube da minha vinda, interesse público de falar no Senado sobre o novo Ministério da Cultura, sobre as políticas necessárias – inclusive me disse que vai solicitar ao Congresso que, no próximo Orçamento, garanta 1% para cultura, o mínimo possível e desejado para que possa haver, de fato, desenvolvimento cultural no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Assunção Hernandes.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES – Gostaria de elencar algumas prioridades, coisas muito importantes

Quando retomamos a questão de onde o cinema está muito forte no Brasil, e é forte, é reconhecido, exatamente isso nos mostra a medida de como pensar que os outros Estados também têm o direito de se manifestar. Se ele está forte em determinado lugar é porque naquele lugar teve um tratamento especial que fez com que convergissem para lá as forças criativas, no caso do cinema. Se verificarmos a origem dos cineastas que fazem muito sucesso no Rio de Janeiro e que respeitamos, a maioria deles são nossos

gurus: o Cacá é de Alagoas, Nelson Pereira dos Santos é de São Paulo, a família Barreto é do Ceará. Há até uma tese, muito engraçada, que dizia que o cinema carioca não existe. Mas isso já é maldade do paulista, porque há inveja da praia, aquela coisa toda, não tem solução, a vida inteira vai continuar assim.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Permite-me um aparte, Assunção?

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES – Claro. Se o Presidente autorizar.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Na verdade, o carioca é uma síntese do Brasil cosmopolita. Até aproveito para me regozijar com o nosso Secretário Executivo quando diz que o Ministro busca pelo menos 1%, o que é pouco ainda. Há um outro lado – que não é o tema hoje aqui; é cinema –, o fato de que o Rio de Janeiro – claro que o Brasil tem essa preocupação – concentra o maior número de museus federais do País. Estão lá o Paço Imperial, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico Nacional, Biblioteca Nacional, Funarte.

Portanto a nós cabe uma preocupação maior e a todo o Brasil, é óbvio; e se 1%, no entendimento do Governo, é mínimo, vamos brigar por esse 1%.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES – Prosseguindo, vamos dar oportunidade para que não precisemos mudar de Estado para fazer cinema. Aliás, não só fazer cinema, mas qualquer coisa que seja nossa. Por que temos que mudar de Estado? E tem que mudar, senão não faz. São Paulo é o segundo time, porque também em São Paulo apanhamos muito. Também hoje o maravilhoso Rio Grande do Sul, com aqueles talentos, grupos seriíssimos política e culturalmente. Sou admiradora profunda do cinema gaúcho.

Há cinema em mais de vinte Estados. Ousei e me orgulho muito de minha ousadia. Vou contar, porque também quero fazer o meu comercial, como todos fizeram.

Partindo desse conceito de que o Brasil cinematográfico era maravilhoso se todos pudessem aparecer, na cidade da nossa Ministra, que agora tenho o maior orgulho de ter como aliada, apresentei mostras de curtametragem denominada “Goiânia, Amostras Curtas”.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada pela promoção de Senadora para Ministra.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES – Então o que fiz? É a primeira vez que acontece no Brasil – agora já existe bastante coisa –, mas eu ousei. Nessa amostra brasileira que Goiás mostrava, haveria pelc

menos um curta de cada Estado, não importava se era vídeo, se era digital, se era 16, 35, super 16, o que fosse. O Estado produziu, pelo menos um vai estar lá, não há seleção. Porque se se fizer seleção sai: paulista, gaúcho, carioca, mineiro um ou dois, ou baiano. Então falei: isso não é justo. Fiz outra coisa, e o projetor queria me matar. Não vai passar 35, depois 16, depois vídeo, depois digital, não. Vai passar intercalando. O que importa na programação é a origem e não vamos botar dois de um mesmo Estado em seguida. O que aconteceu?

Na programação da noite, havia oito curtas por noite em uma semana: um do Pará, um do Rio Grande do Sul, um de São Paulo, um de Minas, um não sei de onde, de quinze em quinze minutos se via um Estado. Foi uma emoção. As pessoas saíam arrepiadas, porque todos sabem que o Brasil é uma diversidade riquíssima e absurda. Outra coisa é se ver na tela, de pouquíssimo e pouquíssimo tempo. Com um longa não daria para fazer esse experimento, mas com o curta deu. De repente, não queria fazer uma amostra competitiva. É uma covardia. Como vou colocar Jorge Furtado, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, enfim, os talentos do Rio, competindo com Júnior do Pará? Seria uma covardia. O do Júnior era um vídeo, o som tinha um ruído no fundo e não era justa a competição.

A indústria cinematográfica presente alegou que daria prêmios como revelação, negativo etc. Vocês serão os jurados, porque eu não quero ter essa responsabilidade. O que aconteceu? Não se premiou o melhor curta, mas sim o mais talentoso, porque poderia ser o melhor curta selecionado. A premiação foi absolutamente kafkiana, porque ganhou o diretor talentoso, que foi a uma cidade, preparou o ator, a equipe pegou o lixo do material que poderia usar sem pagar e fez o seu vídeo, apresentando-o junto com os grandes, tendo o prazer de estar junto com os grandes, conhecê-los, trocar informações com eles. Esses por sua vez tiveram a oportunidade de ver o trabalho dos pequenos, que foram lá corajosamente. Ele sempre repetia que nunca poderia imaginar que um dia estivesse num festival. Esse ganhou.

No ano seguinte, complicamos mais e colocamos, além da mostra nacional, a que já havia em Goiás. Seria dado destaque a Goiás, à cidade de Goiânia. Cada Município do Brasil que tiver feito um curta metragem, seja do que for, xerox, se puder ser projetado, estará presente. Candidataram-se 17 curtas de pequenos Municípios, com a nossa pouca publicida-

de, porque não tivemos condições de abranger o Brasil nessa divulgação em seis mil Municípios. Já que isso aconteceu, eles também teriam um prêmio que imaginavam apenas uma formalidade. O júri criou mais três prêmios e dessa amostra merecem ser destacados quatro curtas de Municípios. Eles voltaram gloriosos, porque ganharam prêmio na Capital do Brasil por um curta que fizeram em seus próprios Municípios.

Sou favorável, o Brasil tem que se mostrar. Contrariamente aos Estados Unidos, que se colocam em Hollywood, fazem tudo igual naquela máquina de fazer malucos, nós iremos fazer o filme do Júnior, etc., porque o que importa é o que aparece na tela: o sotaque baiano, o gaúcho, os tipos físicos, o interesse cultural, as histórias, etc. Essa é a nossa riqueza. O cinema brasileiro só ficará lindo e rico seguindo esse caminho.

Agora a decisão é do Governo; o cinema já se posicionou, e a maioria é pelo MDIC. Prefiro que o Governo nos diga que o consenso dos senhores é esse, foi lindo, trabalhoso, mas vamos fazer outra coisa; do que buscar apoiar qualquer coisa que o Governo decidir, porque terá obviamente um retorno, uma moeda de troca.

Sei que o Secretário Juca é supersensível, inteligente, formulador, aliado e peço que seja o nosso aliado nesta questão.

Se formos buscar o que o Júnior do Pará quer e o que o Sr. Zelito Viana ou o Sr. Barreto querem, veremos que são coisas diferentes. Acreditamos ou não que num fórum comum cada um deve abrir mão, um pouquinho, de seus interesses em função do interesse grande do cinema brasileiro, que só vai caminhar se conseguirmos ficar unidos, porque o nosso adversário é mais forte que o Ministério da Cultura, é mais forte que o MDIC e, se brincarmos, é mais forte do que o Brasil.

Não podemos brincar em serviço. O Sr. Steve Solot, quando fala conosco, vem com uma posição unitária. Eles têm interesses diferentes? Têm. Há sistemas independentes também nos Estados Unidos. Há o produtor que não está... Quando o Steve Solot senta comigo, ele fala em nome do cinema americano, e não há divisão. As divisões, eles resolvem-nas entre eles. O Governo americano manda o Sr. Steve Solot aqui com a posição unitária, sabendo que ele vem batalhar. Eu o invejo e digo-lhe que quero ser igual a ele. Um dia, hei de ter para o cinema brasileiro

a mesma importância que tem Steve Solot para o cinema americano.

É isso mesmo que eles têm de fazer. Estão certos; quem está dando moleza somos nós. Não podemos continuar usando nossas diferenças.

Convido este Governo, que acredito democrático, diferente, adepto à mudança, a nos ajudar a caminhar juntos, mesmo que a minha cabeça tenha que dançar. Podem até dizer que a Assunção está muito chata. Mesmo que eu saia e entre outra pessoa no meu lugar, não importa. O importante é, efetivamente, defendermos o cinema brasileiro. Sei que esse Ministério pode nos ajudar.

Individualmente, todos podem manifestar-se, pois estamos numa democracia. Isso pode ocorrer na assembléia da entidade e fora dela. Por favor, não digam que isso é o interesse do cinema brasileiro como um todo.

Obrigada por me ouvirem, por me agüentarem. Espero ter muitas outras oportunidades, porque tenho muita coisa para dizer. Quero falar também dos festivais, como esse a que me referi, como essa mostra que realizei e que hoje representa o espaço onde o cinema brasileiro ainda pode ser visto nos Estados. O único espaço para o cinema brasileiro, repito, é o dos festivais, que hoje têm problema de continuidade. Por quê? Em virtude da revisão que o Governo está fazendo, e tem de fazer, estão paralisados.

O encontro Norte e Nordeste do cinema brasileiro, que seria realizado em Recife, foi cancelado, porque o festival não consegue suportar o encontro do CBC.

O Governo também tem de se preocupar com isso, porque a prioridade está onde está o orçamento. Dizem que a prioridade é onde está o recurso, e não onde está o discurso. O encontro Norte e Nordeste era prioritário, e foi cancelado por essa razão. Outros eventos de cinema, como o de Curitiba, podem não acontecer, porque a revisão está levando tempo e eles não estão conseguindo recursos para realizar o evento.

Muito obrigada, mais uma vez. Desculpem, mas há muita coisa para dizer. Precisamos nos encontrar mais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Quero manifestar o regozijo de todos pela qualidade das intervenções.

Agradeço a presença de todos e peço desculpas pela troca de sobrenomes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h35min)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2003.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e três, na sala reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Saturnino e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Cleide, João Capiberibe, Hélio Costa, Íris de Araújo, Edison Lobão, Eduardo Azeredo, Leonel Pavan e Reginaldo Duarte, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sérgio Cabral, Roseana Sarney, Demóstenes Torres, e Almeida Lima. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo o Senhor Presidente comunica aos membros da Subcomissão o recebimento do Ofício nº 019/03, do Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias, indicando o Senhor Senador Marcelo Crivella PL/RJ, em substituição ao Senhor Senador Siba Machado PT/AC nos quadros desta Subcomissão. Dando continuidade, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 04 – Assunto Administrativo**, definição da data das reuniões da Subcomissão. A Subcomissão passa a se reunir quarta-feira às 10:00 hs. **Item 01 – Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que “Requer, com base no art. 90, inciso II e V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Cria percentual de ingressos gratuitos nos espetáculos culturais para as finalidades que menciona. (A destinação da gratuidade será oferecida a profissionais da Educação e alunos das escolas públicas de educação básica).” O requerimento é aprovado. **Item 02 – Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Juvêncio da Fonseca, Íris de Araújo e Roberto Saturnino, que “Requer, com base no art. 90, inciso II e V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Educação, a fim de instruir o Projeto de Lei do Se-

nado nº 88, de 2003, que "Dispõe sobre contribuição das empresas concessionárias de radiodifusão de sons e imagens para a produção audiovisual brasileira independente." O requerimento é aprovado. **Item 03 – Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Juvêncio da Fonseca, Íris de Araújo e Roberto Saturnino, que "Requer, com base no art. 90, inciso II e V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Educação, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, de autoria do Senador Luiz Pastore, que "Altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura." Discutiu a matéria o Senador Edison Lobão. O requerimento é aprovado. O Presidente, Senador Roberto Saturnino, agradece a todos pela presença. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente..

Senador **Roberto Saturnino**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

Nota Taquigráfica

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Havendo número legal, declaro aberta a 3ª Reunião da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura, que será breve e em cuja pauta constam apenas três requerimentos.

Antes, porém, gostaria de dar ciência a V. Ex^{as} de um levantamento feito pela Secretaria acerca da participação de membros desta subcomissão em outras comissões, para a definição do horário. Como se chegou à conclusão de que a maioria dos membros desta subcomissão pertence à Comissão de Assuntos Sociais, cujo horário de funcionamento também é às quintas-feiras, às 10h, e que há outros que são membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Assuntos Econômicos, que se reúnem às terças-feiras, acredito que o melhor seria realizarmos nossas reuniões às quartas-feiras, pela manhã. Apenas o Senador Edison Lobão, titular, é membro também da CCJ e terá dificuldade de comparecer às nossas reuniões. Os Senadores Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca e Luiz Otá-

vio, suplentes, também fazem parte da CCJ. Portanto, o horário em que há menos coincidência é esse, então achamos por bem fixar o horário da nossa reunião ordinária nas quartas-feiras, pela manhã, às 10h.

Como eu disse, temos três requerimentos em pauta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, antes de iniciarmos a discussão e a votação desses temas importantes, eu gostaria de sugerir que, nas audiências públicas, quando há convidados, haja participação maior dos Senadores. Estou dizendo isso porque, na última audiência, quando estiveram aqui a Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, Assumpção Hernandes, e o Secretário Executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, ouvimos, praticamente, apenas os dois convidados, por quase duas horas. Em uma das respostas, um deles falou por 15min, e o outro por quase 20min. E os Senadores pouco tempo tiveram para participar.

Na verdade, os convidados precisam se ater ao tempo, têm que estar preparados para responder no tempo que têm.

Sr. Presidente, gostaria que isso ficasse bem esclarecido, para que também nós tenhamos a oportunidade de questioná-los. Senão chamam a nossa atenção quando ultrapassamos o tempo e aqueles que têm que ser ouvidos ficam debatendo entre eles, como ocorreu naquele dia.

Sugiro, Sr. Presidente, que nas próximas vezes os Senadores tenham mais tempo, ou que sejam respeitados os tempos de cada um. Na última audiência eu não pude participar. A reunião começou às 10h e às 12h e 15min apenas uma ou duas perguntas haviam sido feitas.

Quero apenas deixar registrado, para que nas próximas vezes tomemos esse cuidado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Muito bem, Senador, será tomado cuidado. Devo dizer que convidamos para a audiência pública a que V. Ex^a se referiu apenas dois expositores, com a intenção de dar mais tempo aos Srs. Senadores. Normalmente, as audiências públicas têm quatro, às vezes cinco expositores, ficando os questionamentos efetivamente prejudicados.

Particularmente, não gosto de audiências públicas com mais de três pessoas. Naquela oportunidade, eram duas. E como eram duas e o assunto estava muito candente e polêmico, fui generoso demais. Mas acataremos, sem dúvida nenhuma, a observação do Senador Leonel Pavan nas próximas vezes.

O Senador Osmar Dias indica o nome do Senador Marcelo Crivella para compor os quadros desta subcomissão, em substituição ao Senador Sibá Machado.

Vamos aos requerimentos.

O primeiro requerimento solicita realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que cria percentual de ingressos gratuitos nos espetáculos culturais, para finalidades que menciona: profissionais de educação e alunos de escola pública.

Esse tema, efetivamente, é recorrente. Várias proposições têm tentado instituir esse tipo de gratuidade. A autoria do requerimento é minha e o apresentei para que possamos escutar a opinião de pessoas ligadas ao setor, para melhor instruir o parecer do projeto.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

O segundo requerimento, de autoria da Senadora Iris de Araújo, requer realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 88, de minha autoria, que dispõe sobre a contribuição das empresas concessionárias de radiodifusão de sons e imagens, isto é, empresas de televisão, para a produção audiovisual brasileira independente.

Esse projeto também trata de tema polêmico. A contribuição das televisões para financiamento da produção cinematográfica independente estava prevista na minuta da medida provisória que criou a Ancine e foi retirada na última hora. Porém, persiste a idéia de que só com um entrosamento muito sólido da televisão com o cinema haverá a possibilidade do crescimento e da consolidação definitiva da indústria cinematográfica brasileira.

Por essa razão, essa audiência seria interessante para instruir esse debate polêmico e seria realizada conjuntamente com a Comissão de Educação, dada a importância do tema.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Finalmente, o terceiro requerimento, também de minha autoria, requer uma audiência pública, também em conjunto com a Comissão de Educação, a fim de instruir o Projeto de Lei nº 263, de autoria do Senador Luiz Pastore, que altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 1991, que disciplina a concessão de incentivos fiscais à cultura.

A revisão das leis de incentivos fiscais para a cultura está em pauta em função da experiência adquirida desde a sua instituição, em 1991. Creio que o tema está a merecer uma audiência pública, para informar, pelas pessoas ligadas ao sistema de concessão de incentivos. E deveria ser feita em conjunto com a Comissão de Educação, dada a amplitude do tema, que não é exclusivo da nossa subcomissão, a sua importância e a oportunidade da questão, que está – como disse – sendo objeto de revisão por parte do próprio Governo, do Poder Executivo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, tanto esse requerimento como o anterior, da ilustre Senadora Iris de Araújo, seguramente dependem de deliberação da Comissão de Educação, porque não podemos impor à comissão a vontade, o desejo, a decisão de realizar a audiência.

Considero meritórias tanto a iniciativa da Senadora quanto a outra iniciativa, sobretudo porque teremos, no caso do requerimento que diz respeito ao projeto de V. Ex^a, a oportunidade de ouvir também o pensamento das emissoras de televisão e de rádio. Essas emissoras, hoje, já se queixam de dificuldades financeiras. Se tiverem que despendem recursos para outra atividade que, embora afim, não seja exatamente a sua, poderão aumentar o estoque de suas dificuldades. Daí a necessidade realmente dessa audiência pública com a presença de representantes dessas emissoras.

Louvo, portanto, a iniciativa da Senadora Iris de Araújo no que diz respeito a essa matéria. Estou de acordo com ambas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o terceiro requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 10h e 30min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2003.

Às cinco horas e quarenta minutos do dia sete de maio de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Saturnino e com a presença dos Senhores Senadores João Capiberibe, Íris de Araújo, Leonel Pavan, José Agripino, Luiz Otávio e Reginaldo Duarte, reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Hélio Costa, Sérgio Cabral, Roseana Sarney, Demóstenes Torres, Edison Lobão, Eduardo Azeredo e Almeida Lima. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo o Senhor Presidente, inicia a deliberação da pauta. **Item 1 – Requerimento nº 09/03** da Comissão de Educação, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e Roberto Saturnino, que “Nos termos do Regimento Interno, requeiro que seja convidados o Excelentíssimo Senhor Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, os cineastas Cacá Diegues e Zelito Viana, em reunião de Audiência Pública conjunta da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, para prestar esclarecimentos e participar de debate, acerca dos critérios adotados pela Secretaria de Comunicação Social do Governo que estariam descaracterizando as normas para patrocínio Comercial de Empresas Estatais em favor de

projeto Culturais, em especial a produção de filmes.” O requerimento é aprovado. **Extra Pauta, Item 01: Aditamento ao Requerimento nº 09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Íris de Araújo e Demóstenes Torres, que “Requer que o Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, Senhor Luiz Gushiken, seja ouvido separadamente dos Cineastas Cacá Diegues e Zelito Viana, e sugere, ainda, a inclusão, na Segunda Audiência Pública a ser realizada com os cineastas, de um representante do Ministério da Cultura, da Agência Nacional de Cinema e do Congresso Brasileiro de Cinema.” O aditamento ao requerimento é aprovado. O Presidente, Senador Roberto Saturnino, agradece a todos pela presença. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às dezessete horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador **Roberto Saturnino**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

Nota Taquigráfica

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião extraordinária da Subcomissão de Cinema.

Na pauta, há apenas um item. Trata-se de um requerimento de convite ao Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, da Presidência da República, Ministro Luiz Gushiken, para participar de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação.

Esclareço que a Comissão de Educação já aprovou esse requerimento, colocando, em adendo, o convite aos cineastas Cacá Diegues e Zelito Viana.

Em se tratando de convite e não de convocação, naturalmente o Ministro teria a possibilidade de comparecer ou não à audiência, segundo o seu alvitre. E, para cumprir a praxe desse tipo de convite, consideramos mais conveniente separar os convidados. A Comissão reunir-se-á, em audiência pública, para escutar o Ministro e debater com S. Ex^a e, depois, separadamente, realizará outra audiência com os

cinastas. No tocante à audiência com os cineastas, há até proposição de acréscimo aos dois nomes já propostos, Cacá Diegues e Zelito Viana.

Esse requerimento foi proposto pelos Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e por mim mesmo. Inicialmente, a convocação era apenas do Ministro, mas, depois, na Comissão de Educação, foram acrescentados os nomes dos dois cineastas. Entretanto, os Líderes Arthur Virgílio e José Agripino concordaram em realizar a audiência separadamente; ou seja, o Ministro em uma reunião, e os cineastas em outra.

Devemos apreciar hoje esta proposição, que já foi aprovada na Comissão de Educação, isto é, uma audiência pública com o Ministro e, posteriormente, outra com os cineastas Cacá Diegues e Zelito Viana.

Antes de passar à apreciação do requerimento, concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, também gostaria que convidássemos para participar da audiência com os cineastas Cacá Diegues e Zelito Viana um representante do Ministério da Cultura, um representante da Agência Nacional de Cinema e um representante do Congresso Brasileiro de Cinema. Falo em meu nome e em nome do nobre Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Submeto a proposta da Senadora Iris de Araújo à consideração dos nobres Senadores presentes.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência coloca em votação o requerimento original da convocação do Ministro e o da convocação, em separado, dos cineastas Cacá Diegues e Zelito Viana, com o acréscimo, proposto pela Senadora Iris de Araújo, de um representante do Ministério da Cultura, um da Ancine e um do Congresso Brasileiro de Cinema.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com os requerimentos queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Após deliberar o que havia na pauta de hoje, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h52m)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 05ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE CINEMA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia onze de junho de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência da Senhora Senadora Íris de Araújo, e com a presença dos Senhores Senadores, João Capiberibe, Duciomar Costa, Hélio Costa, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Roseana Sarney, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Roberto Saturnino, Eurípedes Camargo, Luiz Otávio e Paulo Octávio, reúne-se a Comissão de Educação e a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Heloísa Helena, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Leomar Quintanilha, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Osmar Dias, Almeida Lima, Edison Lobão, Eduardo Azeredo e Mozarildo Cavalcanti que justificou a ausência. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Senhora Presidente, Senadora Íris de Araújo, submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2003, que “Dispõe sobre contribuição das empresas concessionárias de radiodifusão de sons e imagens para a produção audiovisual brasileira independente”. Foram convidados, como palestrantes, as seguintes personalidades: Senhor Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional de Cinema – ANCINE; Senhor Paulo Machado de Carvalho Neto, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (ABERT); Senhora Lucélia Santos, Atriz e Diretora da Nhock Produções Artísticas; Senhor Antônio Teles de Carvalho, Presidente da União TV (SBT e Bandeirantes) e Senhor Orlando Senna, Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura. Finda a exposição, a

Presidência franqueia a palavra aos Senadores Antero Paes de Barros, Roberto Saturnino e Hélio Costa. Encerrado o debate, a Senhora Presidente, Senadora Íris de Araújo, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senadora **Iris de Araújo**, Presidenta da Subcomissão.

Nota Taquigráfica

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Havendo número regimental, declaro aberta a vigésima segunda reunião extraordinária da Comissão de Educação e quinta reunião extraordinária da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura.

Em forma de audiência pública, esta reunião, atendendo ao requerimento de autoria dos Senadores Roberto Saturnino, Iris de Araújo e Juvêncio da Fonseca, pretende instruir o Projeto de Lei do Senado nº 88/2003, que dispõe sobre contribuição das empresas concessionárias de radiodifusão de sons e imagens para produção audiovisual brasileira independente.

Conforme sugestão de membros da Comissão, especialmente os Srs. Senadores signatários do requerimento de convocação desta audiência pública, atenderam ao nosso convite os ilustres membros da Mesa Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional de Cinema – Ancine; Paulo Machado de Carvalho Neto, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão – Abert; Antonio Teles de Carvalho, Presidente da **União TV – SBT e Bandeirantes**; Lucélia Santos, atriz e diretora da Enoc Produções Artísticas; Orlando Sena, Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura.

Agradecemos a todos os nossos convidados pela atenção.

Vamos dar início a nossa audiência pública.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional de Cinema – Ancine.

V. S^a dispõe de quinze minutos para sua exposição.

O SR. GUSTAVO DAHL – Bom dia a todos. Eu não poderia iniciar sem antes agradecer ao Senado Federal, à Comissão de Educação e à Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática pela atenção que vem sendo dada ao cinema brasileiro por esta Casa.

Há três ou quatro anos estamos discutindo as questões cinematográficas e audiovisuais e podemos dizer que a modificação no quadro institucional que se deu nesses últimos anos não é estranha à interlocução e ação desta Comissão de Educação e do Senado Federal.

Devo dizer também que aparentemente esta mesa dá impressão de que existiriam dois lados da questão. Mas se examinarmos, veremos que estão esses dois lados misturados na disposição da mesa, e isso tem um aspecto não só protocolar, como programático e simbólico. Ou seja, acredito que o cinema brasileiro não pode viver sem a televisão, mas, ao contrário do que poderia parecer, acredito que o cinema tem um grande papel a jogar também dentro da televisão brasileira. Ou seja, o produto filme participa da própria natureza, da grade da televisão. É preciso que se encontrem denominadores comuns, é preciso que se encontrem faixas de consenso.

Sem a televisão, o cinema brasileiro não viverá, e, sem o cinema brasileiro dentro da televisão, a televisão seguramente ficará um pouco mais pobre – pobre no sentido conceitual, da contribuição que o cinema pode dar ao País.

Aprendi com os diplomatas que tudo se trata de uma questão de princípios, de enfoques e de procedimentos. Se não estabelecermos os princípios e não os discutirmos por meio dos enfoques, não conseguiremos chegar nunca aos procedimentos. Então, a minha intervenção ficará nessa primeira etapa. Pretendo conversar, discutir sobre alguns princípios.

O primeiro princípio é que cinema e televisão participam da mesma natureza, pelo menos em um aspecto, naquilo à ficção dramática, à dramaturgia. Ou seja, tanto a novela, quanto o cinema de longa metragem são obras de ficção dramática, em língua portuguesa, representada por atores, registrada por uma câmera e reproduzida em uma tela. São gêneros de uma mesma espécie, que poderíamos chamar de dramaturgia audiovisual. O que há de diferente entre eles é o formato: o filme se dá em uma hora e meia, e uma novela ou minissérie de televisão pode se dar em um mês ou meses, às vezes até mais do que isso.

É evidente que, participando da mesma natureza, deveriam participar também do mesmo acesso ao consumidor. Na verdade, a televisão é uma conces-

são por conta da necessidade de regular, digamos, a distribuição do espectro de ondas no qual ela se dá. Mas é uma concessão também de exploração do olhar do povo brasileiro, ou seja, é permitido à televisão vender para a publicidade o momento de atenção do seu público consumidor.

Obviamente, isso parece uma outorga, uma lavra do subsolo: cada televisão terá maior resultado de acordo com a audiência que tiver. No entanto, essa lavra, essa outorga, no nosso entendimento, não pode ser dada a um único tipo de produto, a uma produção realizada exclusivamente pelo veículo que termina colocando-a no ar. E isso nós vemos. As próprias televisões, que fazem novelas, guardam para si o **prime time**, o melhor pedaço, digamos, da sua cadeia econômica. Ou então importam ou distribuem filmes – no caso, filmes estrangeiros, porque a participação brasileira é mínima –, mas também em uma relação direta delas com o produto.

Isso termina criando uma espécie de monopólio do público consumidor. Ou seja, a população economicamente ativa do País, atingida pelos 40 milhões de aparelhos de televisão que existem em 97% dos Municípios, termina sendo seqüestrada e colocada exclusivamente a serviço do próprio veículo, impedindo que a produção independente, sobretudo que a dramaturgia de produção independente, chegue a esse destino.

Isso cria aquilo que, no jargão das agências, se chama de indisponibilidade de rede, ou seja, um produto não chega a ter uma rede de difusão que o torne econômico.

Se combinarmos isso com a competição entre o cinema brasileiro e o cinema americano, que, devido à sua escala mundial, tem uma força de mercado muito difícil de ser confrontada em termos puramente econômicos – por isso organiza o mercado também em função da sua própria conveniência – vamos ver que a sala de cinema é também o veículo que necessita do conteúdo, e quem tem o conteúdo e maior potencial termina dominando também a sala de cinema. Vemos o cidadão brasileiro não tendo acesso, no seu próprio mercado, à sala de cinema e à própria televisão brasileira.

Além disso, cria-se uma situação economicamente **sui generis**, que é a de que um produto importado e produzido em escala mundial é vendido ao público de cinema pelo mesmo preço que o produto nacional. Quando aplicamos isso à televisão, vemos que os programas estrangeiros de televisão são vendidos às televisões brasileiras por uma fração do preço que corresponde àquela fração do mercado mundial.

Há um exemplo clássico: a história do show da Liza Minnelli, no Canecão. Havia um acordo com uma rede de televisão para gravá-lo, mas o preço para mandar o caminhão de transmissões da sede da televisão, no Rio de Janeiro, até a Barra da Tijuca era muito mais caro que comprar uma hora de show. Saía dez vezes mais caro do que comprar uma hora de show da Liza Minnelli. O cinema brasileiro também, quando vai se encontrar economicamente com a televisão, padece dessa espécie de **dumping**.

Além disso, a visibilidade tornou-se um insumo indispensável hoje, no lançamento dos filmes internacionais. Investe-se em visibilidade tanto quanto se investe no próprio orçamento de produção, e quem fala de visibilidade fala fundamentalmente de televisão, de publicidade na televisão.

A publicidade na televisão tem um alto custo. No entanto, às televisões é facultada, para a publicização do próprio produto ou do produto por elas importado ou distribuído, a publicidade. Existe embutida nessa questão econômica a questão da autopublicidade. É evidente que, nesse quadro também, ou as grandes distribuidoras têm meios para pagar ou têm interesse em se associar às redes de televisão, ou as próprias televisões fazem essa publicidade a preço de custo. A situação que isso vai gerar é de uma absoluta dependência do Estado e de uma falta de perspectiva de autonomia da atividade cinematográfica.

A possibilidade de atividade de um crescimento ao menos parcialmente sustentado é eliminada, fazendo com que o produto brasileiro não tenha acesso ao grande público e ao mercado publicitário, tanto como o produto em si, ou seja, o filme não é exposto ao grosso da população, quanto à própria publicidade – o filme não tem recursos para ser divulgado para a população. No entanto, os resultados dos filmes brasileiros, quando são exibidos na televisão, são absolutamente honrosos, para não dizer que, às vezes, são superiores aos índices de audiência dos filmes estrangeiros.

Eu falava, no início, da necessidade de associação porque essa situação significa, na verdade, a exclusão do produto brasileiro da cadeia econômica televisiva, além do que, colocando-se no plano político e institucional, temos visto, ao longo dos anos, que há uma grande dificuldade de se estabelecer a discussão sobre o ambiente regulatório para o conteúdo cinematográfico e audiovisual nacional.

Foi regulamentado o art. nº 222 da Constituição Federal, que trata da participação estrangeira nas televisões, mas o art. nº 221 da Constituição Federal, exatamente aquele que trata da produção e progra-

mação das emissoras de rádio e televisão, diz que atenderão aos seguintes princípios:

I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II – promoção da cultura nacional e regional, e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

Ora, nada mais tem a cara da produção independente do que o próprio cinema brasileiro. Há uma grande produção independente a ser realizada para a própria televisão, em termos de documentários, daquilo que é direcionado, por exemplo, para a televisão por assinatura ou mesmo de programas para a televisão aberta.

Há outros exemplos de dificuldade de discussão. Todos aqui são do ramo e devem estar lembrados de um projeto, do tempo em que o Ministro Pimenta da Veiga estava no Ministério das Comunicações, que se chamava Projeto da Lei da Comunicação Eletrônica de Massas, se não me falha a memória, que foi colocado em consulta pública, porque tratava da questão da dramaturgia brasileira e da exposição do conteúdo nacional, mas que não foi adiante.

No caso da MP que instituiu a política nacional do cinema e criou a Ancine, houve uma tormenta nos dias que antecederam a sua divulgação e a interface com a televisão foi retirada da MP. Estamos vendo as dificuldades que o projeto de lei da Deputada Jandira Feghali, sobre a regionalização, está tendo na sua tramitação dentro das Comissões.

Não estou fazendo queixa, estou constatando que é difícil que esta coisa ande, é difícil discutir a questão do conteúdo nacional e da sua presença na televisão brasileira.

Chegando mais perto do assunto e do projeto que o Senador Saturnino Braga está tratando, sobre a questão dos incentivos oriundos de taxas sobre o faturamento das TVs no mundo, posso dizer que a França, a Argentina, a Alemanha, Portugal, a Inglaterra e o Canadá são países que têm uma política explícita de participação do conteúdo audiovisual nacional nos meios de comunicação social.

Por fim, quero dizer que é clássico e claro para todos nós que a produção simbólica, a ficção dramática, seja na televisão ou no cinema, é um fator de identificação social. Mais do que propiciar identidade social, mais do que fazer com que saibamos quem somos, a ficção dramática cria uma identificação como grupo, cria o ethos nacional propriamente dito, traz coesão social e consolida um projeto nacional. O melhor exemplo disso é o cinema americano. Imaginem o

que seriam os Estados Unidos sem os caubóis, sem os musicais, sem os filmes de **gangsters**, sem as comédias sentimentais! Qual seria a imagem que teríamos? Imaginem se a hegemonia seria a mesma se essa questão já não estivesse sendo abordada há, no mínimo, 80 anos no mundo inteiro!

Concluindo, afirmo que a situação atual exclui a possibilidade de o cinema brasileiro dar ao País uma contribuição desse nível, dessa natureza.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Agradeço ao Sr. Gustavo Dahl.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert.

V. S^a também dispõe de 15 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Um bom-dia a todos! Cumprimento A SRA. Presidente, Senadora Iris de Araújo; os companheiros de Mesa; A SRA. Lucélia Santos; as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares!

Tomarei a liberdade, até para caracterizar alguns pontos que consideramos importantes, de fazer a minha explanação acompanhada de um recurso audiovisual. Nós o dividimos em duas etapas: primeiramente, demonstraremos a situação dos atuais incentivos à produção audiovisual brasileira e, posteriormente, faremos uma análise específica do projeto.

Entendemos que o primeiro incentivo existente é a Lei nº 8.313/91, a Lei Rouanet, que estabelece que pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir, no máximo, em 4% do Imposto de Renda devido, as contribuições efetivamente realizadas em valor de projetos audiovisuais de caráter cultural – projetos de produção de obras visuais de longa metragem e de produção de obras audiovisuais de média e curta metragem.

O segundo incentivo já existente é a conversão da dívida externa, constante da Lei nº 10.179, de 2001, que permite a conversão de títulos adquiridos pelo valor de mercado, com deságio de aproximadamente 40%, por títulos da dívida interna brasileira pelo valor de face – aplicação na produção, distribuição e exibição no Brasil e no exterior de obra audiovisual brasileira, tendo como investidor o co-produtor estrangeiro.

O terceiro incentivo existente está previsto no art. 1º da Lei nº 8.685/93, denominada Lei do Audiovisual, que determina que pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do Imposto de

Renda devido os investimentos realizados em projetos audiovisuais, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização, desde que realizadas no mercado de capitais – projetos de obra audiovisual cinematográfica brasileira de produção independente e projetos de distribuição, de exibição e de infra-estrutura, apresentados por empresa brasileira. O limite das deduções sobre o imposto devido é de 3%, e o valor aplicado, 100%.

O art. 2º da Lei nº 8.685/93 diz que o art. 13 do Decreto-Lei nº 1.089, de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. As importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, como rendimentos decorrentes da exploração de obras audiovisuais estrangeiras em todo o território nacional, ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, ficam sujeitas ao imposto de 25% na fonte.

O imposto incidirá sobre filmes importados a preço fixo, no momento da efetivação do crédito, para pagamento de direitos adquiridos e rendimentos decorrentes da exploração de obras audiovisuais em regime de distribuição e comercialização em salas de cinema, emissoras de televisão, de sinal aberto ou codificado, cabodifusão, mercado de vídeo fonográfico ou qualquer outra finalidade de exploração comercial da obra.

Os contribuintes poderão abater 70% do imposto devido, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção, de obra visual cinematográfica brasileira de produção independente, co-produção de telefilmes e minisséries brasileiras de produção independente e obras cinematográficas de produção independente. Ou seja, 17,5% podem ser aplicados nesse recurso.

Falando um pouco da Condecine, que foi, na verdade, a Medida Provisória nº 2.228, convertida posteriormente na Lei nº 10.454, de 3 de maio de 2002, mantivemos a referida Medida Provisória porque talvez assim tenha sido mais conhecida por parte de todos.

Segundo o parágrafo único do art. 32, a Condecine também incidirá sobre o mesmo fato gerador do art. 3º.

De acordo com o § 2º do art. 33, “na hipótese do parágrafo único do art. 32, a Condecine será determinada mediante aplicação de alíquota de 11% sobre as importâncias ali referidas”.

O art. 3º reza que “a Condecine será devida pelo responsável do pagamento, crédito, emprego reme-

sa ou entrega das importâncias referidas no parágrafo único do art. 32”.

Além disso, conforme o item 10 do art. 39: “fica isenta da Condecine de que trata o parágrafo único do art. 32, referente à programação internacional, a programadora que optar pela aplicação de 3% sobre o valor a ser remetido em projetos de produção de obras audiovisuais brasileiras: de produção, co-produção de obra cinematográfica de longa, média e curtas-metragens, co-produção de telefilmes e minisséries, co-produção de programas de televisão em caráter educativo e cultural”.

Conforme o parágrafo único, “a opção de que trata o art. 3º afasta a incidência da Condecine em 11%”.

Para que haja inclusive entendimento um pouco mais amplo, vou retratar agora as definições estabelecidas em lei.

Obra cinematográfica ou videofonográfica brasileira deve ser produzida por empresa produtora brasileira registrada na Ancine; ser dirigida por diretor brasileiro ou estrangeiro residente no País há mais de três anos e utilizar para sua produção no mínimo dois terços de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de cinco anos; ser realizada por empresa produtora brasileira também registrada na Ancine em associação com empresas de outros países com os quais o Brasil mantenha acordo de co-produção cinematográfica e em consonância com os mesmos; ser realizada em regime de co-produção por empresa produtora brasileira registrada também na Ancine em associação com empresas de outros países com os quais o Brasil não mantenha acordo de co-produção, assegurada à titularidade no mínimo 40% dos direitos patrimoniais da obra ou empresa produtora brasileira e utilizar para sua produção no mínimo dois terços de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de três anos.

Telefilme é a obra documental ficcional de animação, com no mínimo 50 e no máximo 120 minutos de duração, produzida para primeira exibição em meios eletrônicos, ou seja, inédita.

Minissérie é obra documental ficcional de animação, produzida em película ou matriz de captação digital ou em meio magnético, com no mínimo três e no máximo 26 capítulos, com duração máxima de 1.300 minutos.

Obra cinematográfica e videográfica de produção independente é aquela cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha associação ou vínculo direto ou indireto com empresas de radiodifusão de sons ou imagens, ou seja,

emissoras de televisão ou operadores de comunicação eletrônica de massa e por assinatura.

Programadora é a empresa que oferece, desenvolve ou produz conteúdo na forma de canais ou de programações isoladas, destinadas às empresas de serviços de comunicação eletrônica de massa e por assinatura ou de quaisquer outros serviços de comunicação que transmitam sinais eletrônicos de som e imagem gerados e transmitidos por satélite ou por qualquer outro meio de transmissão ou veiculação.

Programação internacional é aquela gerada, disponibilizada e transmitida diretamente do exterior para o Brasil, por satélite ou por qualquer outro meio de transmissão ou veiculação, pelos canais, programadoras ou empresas estrangeiras, destinada às empresas, serviços de comunicação eletrônica de massa e por assinatura ou de quaisquer outros serviços de comunicação que transmitam os sinais eletrônicos de sua imagem.

Os projetos de obras audiovisuais devem, cumulativamente, atender aos seguintes requisitos: apresentação do projeto para aprovação pelo Ministério da Cultura/Ancine; limite de aporte de recursos e incentivos de R\$3 milhões para cada incentivo previsto no art. 1.º e 3.º da Lei 8.685, podendo os mesmos ser utilizados concomitantemente, inclusive, com recursos adicionais da Lei do Mecenato. Contrapartida de recursos próprios ou de terceiros, correspondente a 5% do orçamento total aprovado.

Na análise específica do PLS nº 88, de 2003, de autoria do nobre Senador Roberto Saturnino, o projeto dispõe sobre a contribuição das empresas concessionárias de radiodifusão de sons e imagens, ou seja, emissoras de televisão, para produção audiovisual brasileira independente, pela aplicação de 2% da receita bruta. Entendemos que este projeto de lei sugere que se expropriem recursos não sobre a produção, registro, distribuição ou veiculação de obras específicas, mas sobre as receitas do setor televisão.

A incongruência desse projeto de lei reside no fato de que está sendo estabelecido um imposto sobre empresas de radiodifusão de sons e imagens, que já produzem e veiculam obras audiovisuais brasileiras, para suportar terceiros que produzem obras audiovisuais brasileiras. Pretende-se, com esse projeto, interferir no conteúdo da programação das emissoras, obrigando-as não só a comprar os direitos de exibição, mas também a veicular e exibir determinados filmes. Não é função constitucional das emissoras de radiodifusão a responsabilidade pela divulgação e desenvolvimento do cinema nacional. Existem

incentivos federais e a Ancine para atender à produção independente.

Entendemos, também, pela inconstitucionalidade desse projeto, em função do art. 5.º, inciso IX: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

O art. 221 da Constituição Federal diz:

“Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;”

No art. 220 temos: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sobre qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1.º – Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5.º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2.º – É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.”

Então, pergunto-lhes: como, então, obrigar emissoras de televisão a comprarem determinados conteúdos com obrigação de exibi-los? Ainda como justificativas contrárias a esse projeto, é importante que se destaque que vivemos hoje uma grande retração no mercado publicitário. Tivemos um aumento substancial na carga tributária – PINS, Cofins e USS. Vivemos, e é público e notório, uma crise econômico-financeira no setor; temos a ausência de aportes financeiros, em que pese a aprovação da legislação que permita a participação do capital estrangeiro; temos ausência, também, de linhas de crédito para financiamento das produções de televisão. Entendemos que já contribuímos para o setor, com os pagamentos da Condecine e que não há incentivo e, sim, obrigatoriedade, diferentemente das iniciativas e incentivos já mencionados e previstos. Quero ressaltar também a pulverização do bolo publicitário em outras mídias.

Por derradeiro, senhores, entendo que temos um problema muito sério com esse projeto, até porque ele vem na contramão da história. Se o mantiver-

mos como está, no nosso entendimento, faremos uma transferência brutal de renda dos pequenos centros, dos pequenos mercados, para os grandes centros produtores, uma vez que as receitas advindas e geradas em um determinado Município gerarão empregos em outros centros produtores.

Na maioria dos Municípios brasileiros não existe mercado para a produção de cinema ou vídeo. A geradora será obrigada a comprar conteúdo em eixos como São Paulo e Rio de Janeiro, gerando receitas naqueles Estados e, por conseguinte, desempregando na emissora local e na região.

(A SRA. Presidente, Senadora Iris de Araújo, faz soar a campainha.)

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Estou terminando, Sr.^a Presidente.

Não haverá mais a liberdade de escolha para a geradora local, vez que essa será obrigada a comprar e exibir um determinado filme, o mesmo que a geradora regional também deverá comprar e exibir, assim como também o fará a geradora nacional. Temos convicção absoluta de que tal medida causará um enorme desemprego no setor, bem como a repetição dos conteúdos por parte das empresas.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Agradecemos as palavras do Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão – Abert.

Prosseguindo, concedo a palavra ao Dr. Antônio Teles de Carvalho, Presidente da União TV (SBT e Bandeirantes).

S. S.^a dispõe de quinze minutos para a sua exposição.

O SR. ANTÔNIO TELES DE CARVALHO – Sr.^a Presidente, membros da Mesa, Srs. Senadores, Sr.^{as} e Senhores, vou iniciar esta minha manifestação com uma questão óbvia – ocorre que, às vezes, o óbvio é um pouco mais difícil de ser visto, de ser enxergado. A TV aberta no Brasil é, sem dúvida, um instrumento universal, democrático, e o que está mais presente junto ao cidadão, mais presente até do que o próprio Estado. Se não, vejamos: a televisão está mais próxima do cidadão do que o saneamento básico, do que a telefonia, do que as vias de acesso a rodovias ou aruamentos, do que a segurança, do que a Justiça, a saúde, a educação. Nada disso se compara com a TV; talvez a única comparação válida seja com o fornecimento de energia elétrica.

A TV aberta é, inegavelmente, um instrumento de integração e de paz social, porque é, talvez, o úni-

co instrumento capaz de levar a enormes parcelas de miseráveis que se aglutinam na periferia das grandes cidades e em Municípios pobres alguma forma de lazer e de entretenimento – inegavelmente, é uma maneira de promover um pouco de equilíbrio e de paz social. É um instrumento gratuito que é capaz de levar lazer ao cidadão que está marginalizado, que, em seus momentos de descanso, no fim de semana, sequer tem a oportunidade de sair do seu barraco, nas favelas ou na periferia, para ir a uma atividade de esporte, cultura ou lazer. A televisão é capaz de levar a ele cenas de esporte, de lazer, de cultura, de música, que, evidentemente, são contribuições importantes para que ele possa compensar a incapacidade notória que ele tem, notória, de bem se alimentar, bem vestir, ter habitação ou segurança que lhe garanta um mínimo de bem-estar. Digo isso para reforçar o papel que a televisão construiu ao longo dos anos em que foi implantada no Brasil e que, creio, mais do que nunca está muito bem situada no conceito do cidadão médio e no senso comum do cidadão em geral.

Não posso também deixar de fazer um elogio à indústria cinematográfica, cuja história, eu diria, é uma saga. A indústria cinematográfica, em seu início, possuía um dispositivo de auto-sustentabilidade, quando conseguiu, nos heróicos tempos da Atlântida, produzir um cinema de muito boa qualidade para as circunstâncias da época. Houve uma fase bastante interessante e culturalmente muito definida. A Atlântida, a Vera Cruz e o Teatro Brasileiro de Comédia se sustentavam com o apoio da própria exploração da atividade e com o auxílio de empresários como Franco Zampari, Francisco Matarazzo Sobrinho, o Ciccillo, e outros industriais paulistas que se dedicavam a apoiar a indústria cinematográfica como um mecenato.

Houve um período, após a fase de 1964, com grandes exemplos de cinematografia de altíssima qualidade, como **Deus e o Diabo na Terra do Sol**, **Vidas Secas**, **Rio Quarenta Graus**, **Rio Zona Norte**, que foi uma garantia evidente de espaço do cinema nacional. Posteriormente, **Dona Flor e seus Dois Maridos** e **A Dama da Lotação**, com produção de Walter Clark e Neville D'Almeida, que alcançaram grandes bilheterias e se mostraram capazes de se sustentar como produções, por si só capazes de co-optar o público e manter uma justa remuneração para o trabalho. Posteriormente, houve, a meu ver, uma fase de declínio, quando do surgimento da Embrafilme, que foi uma intervenção do Estado na atividade, o que acabou fazendo com que exibidores se prevalessem das condições favoráveis existentes e aca-

bassem produzindo as famosas pornochanchadas, que também deram bilheteria, mas que não eram, de forma alguma, aquilo que se pretendia para o cinema brasileiro. Acho, então, que houve um momento em que o cinema brasileiro, com o talento dos seus artistas, dos seus diretores, dos seus empresários e dos seus gestores, encontrou um caminho muito descende, de muito boa qualidade para se situar bem no mercado que hoje me parece um mercado já elitizado, porque as salas de cinema, hoje, praticamente acabaram na maioria dos 5.400 Municípios brasileiros. Hoje, facilmente, verifica-se cidades com 50, 60, 70 mil habitantes que sequer tem uma sala de cinema. Quer dizer, isso talvez seja a gênese, a causa de uma crise de uma indústria que, em determinado momento, soube sobreviver de uma forma competente. Enfim, a gestão talvez seja o grande negócio que falta ao cinema brasileiro de hoje.

Comparar as condições com os Estados Unidos não é conveniente nem justo, porque evidentemente cinema, nos Estados Unidos, é uma atitude de Estado, um negócio de Estado, faz parte da estratégia e de uma estrutura de domínio de mentes e de corações, que se espalha pelo mundo inteiro. Não sei se em algum momento o Estado brasileiro viu o cinema sob esse aspecto. Não posso afirmar, nem posso negar. Não tenho exemplos para isso.

Acho que na China, na Rússia, na Índia e na França são evidentes as leis que protegem o cinema nacional, ao conceder vantagens na exibição, vantagens nas salas. Esses números estão disponíveis, acho que seria ocioso repeti-los aqui.

Quero fazer, então, por último, um pequeno resumo do pensamento que me parece que resume um pouco o nosso entendimento a respeito do tema que estamos tratando aqui.

Consideramos que a indústria cinematográfica é uma indústria de entretenimento e informação como outra qualquer: televisão, rádio, jornal, fonografia, revista, provedor de conteúdo, **Internet**, teatro etc.

Os riscos e lucros da indústria são inerentes à sua atividade, e não consta, salvo o pleito inusitado que aparece agora, que uma ou outra tenha buscado financiamento, reparação de perdas ou divisão de lucros entre seus pares. Não consta a existência de uma rádio-filme ou de uma tevê-filme, mas conhecemos a pródiga existência da Embrafilme, agência de financiamento de produção de cinema. E sabemos também que é discutível se as melhores e mais contributivas produções cinematográficas brasileiras se deram sob o generoso guarda-chuva dessa Embrafilme.

A televisão não exhibe filmes exonerada de custo. Ela paga aos detentores de direitos sobre essas produções. A indústria do cinema, desde o capital próprio dos pioneiros da Atlântida até os sonhos dos cineastas mundialmente reconhecidos, como Glauber Rocha, evoluiu para instrumentos de captação de recursos junto à iniciativa privada, como a Lei Rouanet, que possibilitam boas condições de negociação com os patrocinadores. A indústria de cinema, antes levada à pulverização de negociações de exibição junto a milhares de salas de bairro, hoje as faz globalizadamente com grupos multinacionais, concentradores de quase a totalidade das salas brasileiras. Ali está a bilheteria, a fonte do negócio cinema; ali deve estar a solução das pendências. A televisão não é um instrumento que tenha bilheteria.

Acredito que seria ameaçador à livre iniciativa privada o precedente. A indústria fonográfica poderia pleitear subsídios das emissoras de rádio e a indústria editorial...

(A SRA. Presidente, Senadora Iris de Araújo, faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO TELES DE CARVALHO –

Com a licença da Presidência, encerro rapidamente.

E a indústria editorial de livros poderia também pleitear subsídios de jornais e revistas, e por aí afora. Estejam ou não a serviço da cultura, do entretenimento, da informação, negócios são negócios e devem subsistir, achamos, por si mesmos em seus mercados ou rever seus custos, seus riscos e se subordinarem à maior das regras da iniciativa privada: fica quem pode, sai quem não tem juízo. É evidente que esse argumento não subsiste quando se fala em órgãos ou empresas do Estado.

Por último, as empresas de televisão pertencem a grupos de comunicação com direito à diversificação de atividades. A **Rede Globo** tem a Globo Filmes; a **Band** e o **SBT** poderão ter no futuro a sua Band Filmes ou SBT Filmes, e irão concorrer em condições de mercado com a empresa X filmes ou Y filmes. Por que deveriam, então, subsidiar uma concorrente?

Como um cidadão das terras mineiras, devo dizer que não concordo com mais uma tentativa de derama sobre a televisão brasileira. Teria ainda, mas penso que não disponho de tempo, a oportunidade, se me fosse dada, de falar um pouco sobre os aspectos inconstitucionais que vemos na proposta. Se não me foi possível esse tema, gostaria de juntar esses argumentos à ata que será feita desta reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Lamento, gostaria de ouvi-lo mais, mas nosso tempo está cronometrado.

O SR. ANTÔNIO TELES DE CARVALHO – Agradeço à Presidência e a todos a atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Agradeço as palavras do Sr. Antônio Teles de Carvalho, Presidente da União TV (SBT e Bandeirantes).

Concedo a palavra à Sr^a Lucélia Santos, atriz e diretora da Nhock Produções Artísticas.

S. S^a dispõe de 15 minutos para sua exposição.

A SRA. LUCÉLIA SANTOS – Gostaria de agradecer ao Senado Federal e à Comissão de Educação e à Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática por este espaço, por esta oportunidade.

Na verdade, estou muito otimista, porque acredito que estamos fazendo a discussão certa, do tema certo, no lugar certo, na Casa certa.

Estamos vivendo um momento muito interessante no País, de abertura democrática e discussão profunda de temas que até hoje têm sido tratados de forma conservadora e mítica. Essa discussão é uma delas. Vários setores da sociedade, hoje, por meio de fóruns democráticos, mesmo o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do qual faço parte, e outras instâncias de debates, estão abertos para a população começar a opinar, a fim de construirmos novas instâncias democráticas de debate, para além desta Casa e da Câmara dos Deputados, para além dos Poderes Executivo e Legislativo, e darmos nossa contribuição para a construção do que imaginamos que poderá ser uma nova sociedade brasileira. Em particular, começa-se a planejar e a estabelecer a estrutura do ponto de vista econômico e social, visando à nova sociedade de consumo.

A comunicação é um dos debates centrais do que se pode refletir sobre o que é a nova sociedade que se quer construir neste País. Na verdade, muita gente vem refletindo sobre isso, hoje, todos os dias, e as pessoas estão excitadas e entusiasmadas com a possibilidade de contribuir com isso. É mais do que oportuno discutirmos a democratização do ar, dos meios de comunicação. Isso tem sido sempre um tabu, porque o poder econômico nunca permitiu que viesse à tona e fosse discutido amplamente, de forma transparente. Isso é necessário.

Esse binômio televisão-cinema poderá vir a ser o gerador de grandes riquezas culturais nacionais. Dentro desse conceito de democracia ampla, de uma nova democracia para além da formal que estamos

construindo com a sociedade civil, à qual me referi na primeira parte, temos que focar a questão do poder econômico. O cinema sempre foi o filho pobre da expressão cultural, nunca foi tratado como deveria, ou seja, como um enorme vetor de desenvolvimento econômico e social, como uma indústria potencial, limpa, não-polvente, politicamente correta; este “pai” nunca o levou a sério. Nosso colega falou que os Estados Unidos têm como perspectiva uma política de Estado que visa a controlar as mentes mundialmente, influenciando com seu conteúdo e seus temas. Na verdade, eles são extremamente competentes. É necessário que o Brasil também dê ao Cinema esse aspecto de política industrial. A Cultura é uma enorme indústria não explorada no Brasil. Acredito que a Cultura tem que ser vista em dois aspectos e ir-restritamente. Num aspecto, como indústria cultural geradora de muita riqueza. A indústria cultural brasileira hoje, sem investimento, consegue 1% do PIB; no Rio de Janeiro, durante o Carnaval, por exemplo, chega a 3,4% do PIB. A Cultura brasileira precisa ser vista como indústria, com respeito e investimento; deve ser levada a sério no Orçamento da União. O cinema americano é levado a sério. Os produtos americanos chegam aos locais que os filmes conseguem alcançar. Gera-se uma empresa que arrecada bilhões de dólares e influencia culturalmente milhões de pessoas em todo o Planeta. Acredito que esse aspecto da cultura como indústria, no Brasil, deverá ser abordado, e esse casamento com a televisão é uma das vias de trânsito para que isso venha a acontecer.

No Brasil, comparativamente com outros países desenvolvidos, a televisão brasileira tem pouquíssimos canais de tevê aberta. Hoje, por exemplo, a China tem 44 canais de televisão aberta, o que democratiza o conteúdo e a informação. É mais do que necessário que se democratize o conteúdo e a informação no Brasil também, por meio das produções independentes. A regionalização da produção independente é fundamental para o alcance do desenvolvimento cultural. É verdade quando se fala que a televisão leva ao lazer. Ela leva lazer aos miseráveis, a quem não tem nada. Só que ela não o tira daquela situação, ela não o influencia para a transformação. Ela não tira uma pessoa de determinada situação de desespero, desesperança, pobreza, miséria, interrupção da sua capacidade produtiva e criativa para outra situação de auto-estima, cidadania, capacidade produtiva. A televisão não transforma as pessoas. O que transforma as pessoas é a cultura. E a cultura é inerente ao ser, é inerente ao cidadão brasileiro.

Quando falamos em democratizar os meios de comunicação, temos de fazer uma prospecção de que sociedade é essa que o Brasil quer construir, que nova sociedade de consumo é essa sobre a qual temos de refletir. A sociedade brasileira, neste momento, está passando por uma transição histórica. Por isso acredito que há retração na publicidade.

Esses mecanismos conservadores, taxativos, impositivos de dizer às pessoas o que elas são, o que elas devem desejar, o que elas devem consumir, o que elas devem pensar; isso, sim, é controlador de conteúdo. Se o Cinema americano tem uma perspectiva de Estado de controlar, no conteúdo dos seus filmes, a população mundial, a publicidade no Brasil certamente tem o mesmo papel de controlar o que o cidadão deve desejar, o que o cidadão deve consumir imediatamente.

Quando se fala de uma sociedade em que a cultura é respeitada como foco principal e não como ornamento, mas, sim, como elemento que capacita o cidadão a reintegrar-se em sua sociedade, em sua própria cultura como elemento criativo, estamos falando de uma nova sociedade de consumo, em que esses valores não poderão ser impostos. A sociedade deverá apropriar-se do seu próprio esforço produtivo e não engolir as coisas impositivas ou impostas. Penso que, assim, estamos falando de democracia dos meios de comunicação. É aí que estamos falando de casar a televisão com o cinema, como geradores de uma riqueza única para o País. Acredito que são novos tempos. Não podemos pensar de forma convencional.

Sempre se evitou pôr em debate a televisão e o cinema juntos. Acredito que hoje, economicamente, é interessante para os dois. As televisões também passam por crises econômicas expressivas. O cinema é uma empresa em que se deverá investir, e as leis deverão ser corrigidas. A Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual sofreram várias invasões, e agora o Ministério da Cultura está promovendo debates e seminários para se aperfeiçoarem as leis de incentivo à Cultura, as leis de isenção fiscal, as leis de mecenato. Isso é que tem possibilitado o cinema brasileiro existir no presente, mas não são medidas suficientes.

O Cinema brasileiro tem que sair da mendicância, a Cultura brasileira tem que sair da mendicância. Precisamos de um orçamento generoso, um orçamento próprio. A cultura não deverá continuar sendo vista como elemento de quinta categoria, como um Ministério pouco importante, como algo não importante para o desenvolvimento econômico do País.

A Cultura tem que ser respeitada como talvez a única coisa que pode transformar essa sociedade re-

almente na sua base, na sua radicalidade. A Cultura tem que deixar de ser vista como ornamento e passar a ser vista de forma séria. Volto a insistir em que existem duas leis a serem consideradas e respeitadas, porque mexem no cerne da questão: a democratização do ar, a democratização da imagem, da tela, do conteúdo, porque ela é geradora de muita riqueza. Daí as disputas.

O casamento televisão e cinema não deve ser visto como algo de rivalidade, mas, sim, como algo que virá acrescentar aos dois meios de comunicação. A televisão precisa que o cinema nacional seja exibido nas suas telas, porque o cinema nacional é bom, é muito bom. Não só na época da Atlântida, nos anos 50, nos anos 60, mas, durante toda a sua história, o Cinema nacional foi criativo. Hoje em dia, por não estar em sua plenitude, os grandes profissionais de Cinema ou a maior parte deles estão alocados nas televisões, na produção dramática, porque a indústria cinematográfica está esvaziada por falta de recursos. A televisão, portanto, precisa do cinema e o cinema precisa da televisão, como ocorre em todo o mundo.

Sou a favor que se taxe, sim. Mais que isso: sou a favor que se taxe também o cinema norte-americano no Brasil, como é na França. Hoje em dia, o cinema francês vive e sobrevive da taxa feita ao cinema norte-americano. Não queremos impedir que passem os filmes norte-americanos no Brasil. Adoramos os filmes norte-americanos. Queremos, sim, que os filmes norte-americanos continuem sendo exibidos no Brasil, só que taxados, porque, hoje em dia, eles ocupam 98% das nossas telas. Os 2% que sobram são para todo o restante do cinema mundial: iraquiano, iraniano, europeu, chinês, japonês e brasileiro. Em qualquer shopping deste País, onde há inúmeras salas extraordinariamente bem equipadas e bem instaladas, se há seis salas, em cinco, estão filmes norte-americanos e, em uma, está qualquer outro tipo de programação. Também o cinema brasileiro entra percentualmente de forma insignificante.

Tudo isso tem de ser discutido. No momento em que se discutem um novo País, uma nova sociedade de consumo, novos meios de desenvolvimento econômico, novos meios de arrecadação e de enriquecimento nacional, novas indústrias, o cinema está no centro nervoso dessa discussão.

Por isso, essa é a lei certa na hora certa e no momento certo. Ela tem de ser discutida com um novo enfoque. Ela virá beneficiar todos os envolvidos, de ambos os lados. Penso que não só a população vai se enriquecer com essas novas possibilidades, mas também todos os produtores independentes, in-

cluindo as televisões que hoje têm concessão – na verdade, canais de televisões são concessões públicas -, para além dos poucos canais de televisão aberta que temos no Brasil. Eles também irão se beneficiar com a possibilidade de uma imensa produção.

Não queremos produzir 190 filmes, que têm sido o nosso maior potencial em sete anos. Queremos produzir 1900 filmes. Queremos gerar milhões de empregos no cinema. Queremos que a indústria cinematográfica gere riquezas para este País. Esse casamento é uma estrada que vem ao encontro da perspectiva de crescimento e de enriquecimento.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Agradeço as palavras da atriz e diretora Lucélia Santos.

Concedo a palavra ao último expositor, Orlando Senna, Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura. V. S^a dispõe de quinze minutos.

O SR. ORLANDO SENNA – Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, senhoras e senhores, antes de tudo, digo da minha satisfação e da minha honra em estar nesta Casa. E afirmo, com todas as letras, que eu gostaria de ter feito o discurso que Lucélia Santos acabou de fazer. Como foi ela que fez e não eu, eu gostaria de tomar para mim, como parte da minha expressão hoje aqui, tudo que ela acaba de dizer.

Temos de entender, sobre a questão hoje abordada nesta Casa, dois aspectos primordiais. O primeiro é que sabemos todos os que labutam na área do audiovisual, no Brasil ou em qualquer parte do mundo, ser o cinema a linguagem matriz da indústria audiovisual. O cinema é o laboratório da arte que alimenta a indústria televisiva. O cinema é a semente da vasta floresta audiovisual que se espalha cada vez pelo planeta. O segundo aspecto é que, quando discutimos o audiovisual, quando discutimos o cinema, não se trata apenas de um negócio, não se trata apenas do maior negócio da atualidade. Trata-se, sim, de matrizes de nacionalidade, elemento essencial de cidadania e da personalidade do Brasil, frente a nós mesmos e frente ao mundo.

O projeto do Senador Roberto Saturnino retoma um elemento chave do processo que resultou na criação da Ancine, Agência Nacional de Cinema. Ela foi concebida como a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, reunindo sob um mesmo marco regulatório a produção e a veiculação do conteúdo audiovisual no Brasil. Sua ênfase estava sobre a relação entre o cinema e a televisão, mas sua ambição era corri-

gir distorções históricas e preparar o País para enfrentar melhor o presente e o futuro desse setor.

Esse é um setor estratégico para qualquer país e, em particular, para o Brasil. Além de movimentar riquezas imensas, incidindo em praticamente todos os terrenos da vida econômica do País, pela formação de hábitos de consumo, é determinante para a vida cultural do País, influenciando de forma decisiva em sua trajetória de longo curso, definindo padrões de comportamento social, determinando os projetos e as condições em que a nacionalidade os realizará.

O caráter estratégico da produção de conteúdo audiovisual exige tratamento elevado por parte do Estado e do Governo brasileiro. Pressupõe a reorganização da atividade do Estado no setor para melhor defender os interesses da coletividade e os interesses nacionais.

Nos Estados Unidos, medidas recentes da FCC, a agência americana que regula a comunicação social, derrubaram as últimas barreiras que impediam os grandes conglomerados de mídia de exercerem o controle absoluto da informação. A medida visa a abrir caminho para que esses mesmos conglomerados ampliem o seu poder em escala mundial e devam as empresas nacionais de comunicação, os cinemas nacionais, a circulação independente e democrática de informações e, possivelmente, também devam as nossas empresas de televisão.

O caráter estratégico pressupõe ainda a reorganização do próprio setor, que não pode seguir tratando como assuntos estanques as suas várias partes. O Brasil é um dos poucos países do mundo que, tendo uma cinematografia importante e uma indústria televisiva consolidada, insiste em tratá-los como assuntos diversos.

São equívocos de um modelo que rendeu seus frutos à época da implantação há quarenta anos, mas que não podem nem devem perdurar. O projeto do Senador Saturnino Braga traz à tona uma parte importante dessa discussão, que é, ao mesmo tempo, a garantia da presença do filme brasileiro na programação das televisões e a participação intensa das televisões na produção do cinema brasileiro.

As duas medidas são necessárias e até o presente momento não se deram por iniciativa direta dos agentes envolvidos. O projeto do Senador, ao estabelecer um percentual mínimo obrigatório para investimento em co-produção e na aquisição de direitos de veiculação, promove a integração entre o cinema e a televisão. Uma integração que já existe na maioria dos países que têm uma indústria televisiva avançada.

É indispensável que a essa iniciativa se sigam outras, como a divulgação pelas redes de televisão dos **trailers** dos filmes brasileiros em cartaz nas salas de cinema e a abertura da programação para a produção audiovisual independente e regional, inclusive como próprio alimento artístico para a televisão.

Sabemos todos, inclusive, que a televisão vem decaindo na sua qualidade artística já há algum tempo. Então, a produção artística independente do Brasil só viria na verdade a alimentar com bom oxigênio a televisão brasileira.

Também é importante que se tomem medidas para preservar em mãos de empresas nacionais o controle das televisões brasileiras e fortalecê-las para disputar o mercado internacional não apenas como um negócio, como acabo de dizer, mas como um modo de o Brasil apresentar a outros povos o seu modo de viver e de trabalhar e, com isso, enriquecer o panorama cultural nacional e internacional.

É por essas razões que o Ministério da Cultura está empenhado em viabilizar a retomada da condição de Ancinave, de Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, para Ancine. Com essa retomada, fortalecerá a Agência como órgão regulador e executor de parte importante da política nacional para o cinema e para o audiovisual.

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – A Presidência agradece a presença de V. S^{as}.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito. Lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que V. Ex^{as} dispõem de três minutos para as perguntas.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, Relator do Projeto de autoria do Senador Saturnino Braga.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr^a Presidente, prezada expositora Lucélia Santos, gostaria de fazer alguns comentários e algumas reivindicações.

Em primeiro lugar, gostaria que V. S^{as} disponibilizassem os dados referentes às exposições. Recebemos apenas o documento entregue pelo Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto. Depois, requisitaremos as notas taquigráficas para fortalecer o nosso relatório.

Fui Deputado Federal Constituinte, ajudei a escrever a Constituição do Brasil e, logo após a Constituição, apresentei dois projetos sobre a matéria. Um pretendia evitar que os filmes fossem incensurados. Depois que saí, porque perdi a eleição em 1990, o

Deputado Federal Eduardo Jorge, pelo PT de São Paulo, continuou com o projeto. Os filmes, tanto nacionais quanto estrangeiros, depois de exibidos em salas comerciais, eram queimados – não sei ainda existe essa prática – ou eram transformados em vassoura piaçava, pasta de dentes etc..

Aprovamos no Senado – e o Dr. Gustavo Dahl fez um comentário sobre o projeto de lei da Deputada Jandira Feghali – e está para ser votado na Câmara um projeto que, em nossa opinião, resolve melhor a questão da regionalização do rádio e da televisão, porque estabelece um percentual de 30% do horário nobre para a produção regional. O projeto da Deputada Jandira Feghali também é um avanço e será analisado agora no Senado da República.

Os nossos veículos de comunicação precisam evoluir, porque, desde 1988, desde que a Constituição foi promulgada, não se chegou a nenhuma proposta que satisfaça as redes de televisão com relação à produção regional. Quer dizer, não há proposta cabível. A Constituição manda regulamentar a produção regional. São ruins os constantes obstáculos colocados para esta Casa, que insiste, às vezes, em não exercitar a sua soberania.

Vejo no projeto do Senador Saturnino Braga a intenção de fazer o casamento entre o cinema e a televisão. Na minha avaliação – e estou me apropriando de parte da argumentação da Lucélia Santos –, o projeto traz um pecado, aqui evidenciado pelo Paulo Machado de Carvalho ou pelo Antonio Teles, não sei qual dos dois. Falo do fato de as emissoras do interior contribuírem para as produções nacionais. Temos de apostar na nossa diversidade cultural. Da mesma forma que precisamos regionalizar a produção de televisão, precisamos também regionalizar a produção de cinema.

Defendo com convicção que, no **interlan** brasileiro, há a possibilidade de a indústria cinematográfica passar a existir. Inclusive, fiz requerimento no Senado relativo ao patrocínio cultural, dado que 95% desse patrocínio estão concentrados no Sul e no Sudeste. Devemos buscar essa descentralização, para que também sejam fortalecidas outras regiões do País.

O debate foi riquíssimo. Aqui, sou relator da matéria relativa à taxação do cinema americano. E quero informar, principalmente à Sr^a Lucélia Santos, que há um projeto tramitando nesta Casa, ao qual dei parecer favorável – foi pedida vista do parecer –, que aumenta a taxação sobre o cinema americano para 40%. Já existe o projeto. Talvez se busque o consenso com a diminuição desse valor, mas concordo com

o estabelecimento dessas condições aqui nesta Comissão.

Algumas preocupações constitucionais aqui levantadas não serão objeto de análise desta Comissão. Esse projeto, provavelmente, deverá passar ainda pela análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Não cabe a esta Comissão fazer uma análise constitucional, mas exclusivamente quanto ao mérito.

Creio que esta audiência pública facilitará, disponibilizando dados para todos os Senadores da Comissão de Educação – uma vez que muitos não puderam estar aqui –, para que, tendo melhor compreensão do que foi relatado por todos os setores, possam decidir pelo melhor.

Embora saiba que o debate continuará riquíssimo, até porque teremos a participação do autor do projeto, teremos a votação de outro projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual não podemos deixar de participar.

Não farei indagação, mas gostaria de agradecer a contribuição de V. S^{as}. Posteriormente, como as nossas posições aqui são públicas, as pessoas poderão tomar conhecimento do que viermos a adotar.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Peço apenas um aparte breve ao Relator.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pois não, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Concordo com a restrição apresentada pelo Dr. Paulo Carvalho Neto quanto à possível concentração das atividades nos principais centros, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, drenando recursos de outras regiões do Brasil. Sendo assim, tem a minha inteira concordância a compatibilização do objetivo do projeto – que é enriquecer o conteúdo nacional da televisão brasileira, especialmente proporcionando seu casamento com o cinema – com a regionalização, dentro dos princípios do projeto da Deputada Jandira Feghali, que considero também um grande avanço.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Muito obrigado e bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Íris de Araújo) – Agradeço as palavras dos nobres Senadores.

Passo a palavra ao Sr. Gustavo Dahl, que disporá de três minutos.

O SR. GUSTAVO DAHL – Gostaria de deixar duas idéias muito simples. Em relação ao projeto e à idéia de envolver a televisão, não se trata de taxar a televisão, mas sim de associá-la, tornando-a proprie-

tária de um produto que ela já veicula: o filme. A televisão produz as suas novelas, veicula filmes estrangeiros e passaria a investir uma parcela do seu faturamento publicitário. É preciso estabelecer faixa; no meu entendimento, varia entre quatro bilhões e, fala-se, dez bilhões. Seria preciso estudar com dados quanto isto representa.

A segunda questão é que estamos – a Ancine, o Cinema, o Ministério da Cultura – tentando trabalhar numa evolução do modelo de incentivo, segundo o qual o cinema pudesse se sustentar mais da sua atividade, em vez onerar o Orçamento do Estado. A descrição dos mecanismos de incentivos fiscais é verdadeira e existe. Mas a vigência da Lei do Audiovisual deve terminar daqui a dois anos. Na Lei Rouanet, há uma parte destinada ao cinema. Mas o que quero defender sobretudo é a idéia de o cinema brasileiro se sustentar a partir da exploração do próprio mercado brasileiro, do qual a televisão participa, e não onerar os programas do Estado, os programas sociais. Não preciso dizer aos senhores quais os problemas do Brasil mercedores desses recursos que atualmente provêm de benefícios fiscais. Até que ponto a renúncia fiscal, uma política contestada dentro do próprio Ministério da Fazenda, poderá se prolongar indefinidamente? O que estamos querendo trabalhar é no próximo passo. Posso dizer que, em nome até dos investimentos já feitos pelo Governo no cinema, tais investimentos não ganharão sentido nem econômico, nem social, se não ganharem visibilidade. Não adianta fazer filmes sem mostrá-los, e a maneira mais ampla para terem publicidade é com a televisão. O projeto do Senador Saturnino Braga caminha nesse sentido e reabre uma discussão, que é preciso ser mantida e aprofundada, à luz de dados e análises econômicas.

A Ancine está à disposição do Senado para continuar essa discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Íris de Araújo) – Concedo a palavra ao autor do projeto, o nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Sr^a Presidente, Srs. Depoentes, vou ser muito breve. Farei apenas uma observação e depois uma pergunta.

Uma observação de caráter geral sobre o projeto é que ele teve o cuidado de não instituir nenhuma taxa e nenhum imposto, mas constituiu uma obrigatoriedade, dentro do princípio de que a televisão, como caracterizou muito bem o Dr. Antônio Teles de Carvalho, tem uma influência decisiva na formação cultural, no comportamento da população e na pró-

pria formação de idéias. Por isso mesmo, por ser uma concessão, o Estado tem não só o direito, mas o dever – sociedade através do Estado democrático – de regular minimamente o conteúdo dessas apresentações para que, dentro da influência que exercem sobre a população, tenham uma dimensão que a própria Constituição procura ressaltar. É uma dimensão tanto quanto possível formadora, educadora ou estimuladora de comportamentos culturais enraizados no Brasil, genuinamente e predominantemente nacionais. Então, trata-se de uma regulação que pretende aumentar o conteúdo nacional dessa apresentação da televisão, por outro lado fazendo, propiciando e quase que abrindo os canais de consorciação ou de casamento da televisão com o cinema, que é outro setor altamente estratégico, não só sob o ponto de vista econômico mas sob o ponto de vista social e geral da formação da nacionalidade.

O projeto constitui uma obrigatoriedade que é mínima, de 2%, fazendo com que a televisão procure alocar esses custos – nos quais a televisão já incorre porque ela tem que pagar os filmes estrangeiros que importa –, essa pequena parte para estimular e propiciar o crescimento da produção nacional cinematográfica.

Não há criação de imposto nem de taxa, não há criação de custos adicionais, há uma reorientação dos custos de forma a que o cinema brasileiro ganhe mais uma fonte de sustentação, vinda da televisão, que tem essa receita de publicidade significativa.

Essa é a observação que faço. Eu pediria ao Dr. Paulo Machado de Carvalho Neto a estimativa que a Abert possui a respeito do mercado publicitário.

V. S^a se referiu a uma retração. A Comissão gostaria de ter um retrato da evolução desse mercado publicitário nos últimos dez anos, ou pelo menos nos últimos cinco anos, para ter uma idéia se há, efetivamente, uma grande retração ou depressão. É possível que haja porque toda a economia brasileira entrou numa espécie de estagnação, não chegou ainda numa recessão mas pelo menos num estado de estagnação. Essa informação eu pediria ao Dr. Paulo, dentro das informações que a Abert dispuser.

Sr^a Presidente, senhores convidados, eram essas as observações que eu queria fazer, lembrando, se a Presidente permite, que o Dr. Gustavo Dahl é esperado pelo Presidente José Sarney às 12 horas e 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Cumprindo o tempo acho que o Sr. Gustavo Dahl chegará na audiência a tempo.

Passo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa.

V. Ex^a dispõe de três minutos, Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

Eu queria lembrar que um dos grandes empresários do cinema internacional, Samuel Goldwing, criador da MGM (Metro-Goldwing-Mayer), dizia que o cinema era uma coisa tão extraordinária, um negócio tão bom que era o único produto que se pagava antes de ver e se o público não gostasse não tinha o seu dinheiro de volta.

Por essa razão é que os americanos fazem filmes tão bons, que sensibilizam o mundo inteiro e que fazem da indústria cinematográfica americana possivelmente uma das mais importantes fontes de renda de produto internacional dos Estados Unidos.

No nosso caso específico, transportando o problema para o País, é evidente que, como um homem de comunicação, como alguém que trabalhou na televisão, no rádio, eu estaria sempre pronto a apoiar uma proposta que viesse ao encontro dos anseios, das necessidades da indústria e dos profissionais do setor, mas confesso, Senador Roberto Saturnino, que, lamentavelmente, não vejo isso no seu projeto. Tenho o maior respeito por V. Ex^a, por sua preocupação, especialmente por seu trabalho na Comissão de Educação, mas infelizmente ele prejudicará um setor que já está sofrendo demais, que é o pequeno empresário da comunicação, saindo do interior.

Imagine o que ocorrerá quando a rádio de Salinas, no Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais, receber a informação de que terá que tirar 2% da sua renda bruta.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não, permita-me, aí há um engano. As rádios não estão incluídas, são as emissoras de difusão de sons e imagens. Trata-se tão-somente da televisão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Mas o entendimento que temos, Senador, é que radiodifusão é uma emissão de som.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não. De sons e imagens, quer dizer, só televisão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Então, as rádios não entram?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É só televisão?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/ PT – RJ) – Sim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito bem! Então, vou concordar com V. Ex^a. Já que não estão incluídas as emissoras de rádio, fico um pouco mais tendente a apoiar a proposta de V. Ex^a, embora entenda que a sugestão feita pela SRA. Lucélia Santos e pelo ilustre Relator do projeto, com respeito à proposta da Deputada Jandira Feghali, é mais apropriada. Conforme propôs V. Ex^a, talvez se possa adaptar a proposta, considerando a importância da produção regionalizada e, ao mesmo tempo, da taxação dos filmes estrangeiros. Confesso que continuo preocupado com o tema. Estou disposto a analisar cuidadosamente a proposta.

Ainda estou preocupado com algumas observações feitas neste debate, porque não gosto muito de estabelecer prioridades ou critérios em certas questões. Quando se diz, por exemplo, que vamos considerar as emissoras de televisão como concessões do Governo Federal, preocupo-me. Antigamente, as televisões eram 100% concessões, eram doadas, eram dadas àqueles que iriam explorar o setor de rádio e televisão. Hoje não. São disputadas, pagas, compradas a peso de ouro. Se forem consideradas como concessões, teremos de incluir nesse projeto, entre aqueles que devem contribuir para o setor audiovisual, todos aqueles que têm concessões federais: as estradas que foram privatizadas, as empresas aéreas, as empresas de ônibus, as mineradoras, as empresas de energia. Todos os que têm concessões, neste País, poderão, de uma forma ou de outra, participar.

Senador Roberto Saturnino, ficarei devendo um estudo apurado da proposição de V. Ex^a. Ainda penso que o pequeno irá, sim, subvencionar o grande, mas farei um esforço muito grande para concordar com V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Agradeço a presença dos expositores e dos Srs. Senadores membros da Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrados os nossos trabalhos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 26 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 24^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 6^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE CINEMA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência dos Senhores Senadores Osmar Dias e Roberto Saturnino, e com a presença dos Senhores Senadores, Fátima Cleide, Flávio Arns, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Hélio Costa, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, José Jorge, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação e a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática. Comparece à reunião o Senhor Senador Eduardo Suplicy (PT/SP) não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, João Capiberibe, Heloísa Helena, José Maranhão, Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha, Renildo Santana, Sérgio Guerra e Antero Paes de Barros. Justificaram a ausência os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Roseana Sarney e Almeida Lima. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e passa a Presidência para o Presidente da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, Senador Roberto Saturnino. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir os Ilustríssimos Senhores Paulo Saab, Diretor-Presidente da Associação Nacional de Produtos Eletro Eletrônicos – ELETROS, Jorge Cunha Lima, Diretor-Presidente da Fundação Padre Anchieta e da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC, Antônio João Filho, Diretor de Tecnologia da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA, Marcos Dantas Loureira,

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Comunicações e Nelson Hoinéff, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão – ABPI-TV que debatem sobre a implantação da TV Digital no Brasil. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senadores Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Gerson Camata, Hélio Costa e a Senadora Íris de Araújo. Encerrado o debate, o Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador **Osmar Dias** Senador **Roberto Saturnino**, Presidente da Comissão Presidente da Subcomissão.

Nota Taquigráfica

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sr. Senadores, declaro aberta a 24ª reunião extraordinária da Comissão de Educação e a 6ª reunião extraordinária da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Temos hoje audiência pública: debate sobre a implantação da TV digital no Brasil.

São autores dos requerimentos Senadores Demóstenes Torres e Sérgio Cabral.

Está presente o Senador Roberto Saturnino, que é Presidente da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática. Peço ao Senador que venha fazer parte da Mesa, já comunicando que dentro de alguns minutos terei que deixar a Presidência da reunião; passarei a Presidência logo em seguida ao Senador Saturnino.

Vou fazer a chamada dos convidados, que podem tomar acento à Mesa:

Sr. Paulo Saab – Diretor Presidente da Associação Nacional de Produtos Eletros, Eletrônicos, Eletros.

Sr. Jorge Cunha Lima – Diretor Presidente da Fundação Padre Anchieta e da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, Abepec.

Sr. Antônio João Filho – Diretor de Tecnologia da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura, Abta.

Dr. Marcos Dantas Loureiro – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Comunicações.

Sr. Nelson Roynifer – Diretor Executivo do Jornal do Brasil.

Com a presença dos cinco convidados, vamos iniciar a audiência pública, ouvindo-os na mesma sequência em que foram convidados a fazerem parte da Mesa.

Quero comunicar que o Senador Demóstenes Torres e o Senador Sérgio Cabral, como são autores do requerimento, terão preferência de inscrição; e já solicita inscrição também o Senador Gerson Camata, que seria então o terceiro a usar da palavra, depois dos convidados.

Faço aqui uma consulta sobre o tempo que nós colocaremos à disposição dos convidados, já que são em cinco.

Pergunto se uma exposição de 15 minutos, inicialmente, para cada, fica bom? (Pausa)

Fica bom.

Então concederemos a palavra por quinze minutos a cada convidado e, evidentemente, depois, com a interpelação dos Srs. Senadores, eles terão a oportunidade de complementar as informações e emitir outros comentários.

Esta audiência pública, como já frisei, é conjunta entre a Comissão de Educação e a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática.

Devo dizer que, a partir deste momento, como terminei de fazer a abertura, quero convidar o Senador Roberto Saturnino para fazer parte da Mesa assumindo a Presidência, para que eu possa relatar um projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. Antes, passo a palavra ao Dr. Paulo Saab, Diretor Presidente da Associação Nacional de Produtos Eletro Eletrônico – Eletro.

O SR. PAULO SAAB – Senador Roberto Saturnino, Senador Osmar Dias, demais Senadores, convidados presentes à Mesa, demais convidados, membros desta comissão, senhoras e senhores, muito bom dia.

É uma honra para a Eletros – Associação Nacional dos Fabricantes dos Produtos Eletro Eletrônicos, Bens de consumo, estar presente nesta comissão, nesta Casa e mais uma vez ter a oportunidade de abordar de público a implantação da TV digital no Brasil.

A Eletros tem participado, desde o primeiro momento em que começou a discussão a respeito da implantação da TV digital no Brasil e seus estudos, de todos os grupos de trabalho e de todas as comissões que têm existido para essa finalidade. Participamos dos estudos iniciais e estamos presentes em grupos próprios, acompanhando tudo aquilo que tem sido feito no âmbito das demais entidades da iniciativa privada e do poder público, oferecendo sempre a visão construtiva e a colaboração dos fabricantes de TV, cuja indústria é de grande importância para o País. Sobre isso falarei ainda hoje.

A visão que trago é bastante genérica, mas importante de ser discutida, porque, a partir do momento em que participamos desses trabalhos, tanto do ponto de vista técnico quanto institucional, chegamos à conclusão de que não haveria condições de existir a TV digital no Brasil se a discussão focalizasse, como ocorria naquele momento inicial, na questão da definição do sistema técnico.

Entendemos que a TV digital, como um bem de consumo de alto poder de sedução junto aos consumidores, teria que ter o seu foco no consumidor. E é desse ponto de vista que vou ocupar os quinze minutos que me concederam para fazer essa apresentação aos senhores.

A nossa idéia sempre foi trabalhar no sentido de que essa implantação tem que ser feita com sucesso, porque não se trata, como ocorreu anteriormente, por exemplo, na evolução da TV preto e branco para um estágio a mais, quando deixamos de ter a TV bicolor para entrarmos na TV em cores. Trata-se de uma nova televisão e tem que ser implementada com sucesso, por tudo aquilo que envolve, não só em termos de investimentos necessários mas também de complexidade, por se tratar de uma nova tecnologia que terá que reeducar o próprio mercado a respeito do equipamento.

Por isso, insisti desde o primeiro momento que o principal foco tem que ser o consumidor. Se não estivermos trabalhando visando alcançar o consumidor brasileiro, em larga escala – e mostro isso daqui a pouco –, vamos estar correndo o risco de estarmos trabalhando e investindo para não alcançarmos um percentual do mercado brasileiro que não justifique esses investimentos. E mais, se não seduzirmos, não tivermos a cumplicidade do consumidor no sentido de desejar esse produto e a ele ter acesso, corremos o risco de andar por um caminho que não nos levará ao sucesso.

Um dos fatores de sucesso é criamos condições para que o consumidor possa participar dessa evolu-

ção digital, porque a TV digital, da forma como ela virá, não terá simplesmente, como é hoje, um consumidor passivo. A TV digital vai trazer componentes que exigirá a participação do telespectador porque vai dar a ele a qualidade da interatividade, o que significa que ele terá que participar do processo. Agora, se ele não estiver preparado, em condições de usar essa participação, mais uma etapa de sucesso poderá ficar para trás.

É preciso garantir também as condições para evolução desse mercado que vai chegar, porque, a partir do instante em que a TV digital estiver implantada no País, ela será algo para, no mínimo, 50 anos de permanência, como essa que conhecemos e que ocupa o mercado brasileiro nesse mesmo período. Ela vai ter que ter condições de ser estruturada de maneira que a evolução dela decorrente não fique estagnada nessa nova tecnologia que vai chegar e que certamente será evolutiva, como a própria analógica foi, ao sair da TV preto e branco para a colorida, só para exemplificar.

É preciso que se crie um modelo de negócio sustentável. Esse é outro ponto que temos focado com muita intensidade. Se não trabalharmos focando no consumidor um modelo de negócio ao qual deve se ajustar o melhor sistema, vamos correr o risco de não termos o modelo sustentável que justifique os investimentos.

Quando falamos em modelo de negócio, estamos falando em algo que signifique dar condições para que a TV digital conquiste o mercado, atinja um modelo que cubra, ao mesmo tempo, todas as áreas partícipes do processo. Precisamos ter uma TV digital implementada de forma a proporcionar capacidade de transmissão, programação, torres e receptores instalados ao mesmo tempo, para não correremos o risco de passar por aquilo que ocorreu, por exemplo, no lançamento da TV digital nos Estados Unidos. Naquele País, quando o aparelho foi fabricado e chegou ao mercado, o consumidor ia à loja, adquiria o produto, mas, ao chegar em casa, não havia sinal na sua região ainda ou não havia programação para cobrir. Ele ligava a TV digital e ficava com a tela preta. Por isso, o modelo de negócio tem de ser sustentável para todos os envolvidos no processo. Deve ser algo que permita que todos aqueles que investiram tenham condições de fazer disso algo que seja um bom negócio – e para ser um bom negócio tem de ter consumidor e tem de ter escala. Caso contrário, não será um bom negócio.

Por que digo essas frases de introdução? Porque temos uma grande preocupação em relação a

trazer o maior número possível de consumidores para o processo. Vou insistir nisso sempre porque, lá na frente, vou mostrar para os senhores como anda hoje o consumidor com relação à TV analógica.

Sobre a relevância do modelo de negócios e os níveis de preços, digo a vocês que, se não construímos um modelo de negócio que permita dar acesso, com escala para o consumidor, não estaremos construindo um modelo de negócio que se torna viável no País, porque os níveis de preços criam seletividade no mercado. Então, vamos ter de trabalhar com um modelo de negócio que traga para o consumidor o aparelho com o nível de preço mais próximo possível da sua capacidade de consumo e com o mais breve prazo de tempo possível e também retorno, pelos investimentos que serão necessários.

Sobre a disponibilidade de programação, como mencionei há pouco, digo que de nada vai adiantar fabricarmos os equipamentos, implementarmos o sistema se as emissoras de TV não tiverem uma programação capaz de sustentar esse custo do investimento que o consumidor e todos os demais partícipes desse processo vão fazer.

No que se refere a ofertas de novos serviços, a TV digital, na sua interatividade, deve estar preparada para uma série de serviços que podem ser desdobrados dessa nova tecnologia, e isso tem de ser considerado na formulação desse modelo de negócio.

É preciso que sejam estabelecidos limites e regras, e esse deve ser um trabalho conjunto entre a autoridade pública, o Governo, o Executivo, o Legislativo, a indústria, os consumidores, todos o envolvidos, para que estabeleçamos, no conceito de TV digital, quais são as regras e os limites de cada partícipe, para que todos conheçam as regras do jogo que vão ser instaladas, que devem ter uma seqüência e um prazo de visão de médio e longo prazo, não devendo ser alteradas a todo o momento, e para que não sejam estabelecidos limites que acabem sendo ultrapassados por um ou por outro participante do processo.

Repito que o foco, o objetivo é atrair o consumidor.

Hoje, temos, na evolução da TV analógica para a TV digital, uma confusão ainda muito grande e presente entre setores da população, que entendem que a TV digital é simplesmente uma evolução da TV analógica em qualidade de imagem e som. Há muita gente que imagina que a TV digital se trata apenas de uma televisão com imagem e som de cinema, por exemplo, ou com a tela horizontal.

Na verdade, a questão da imagem e do som para a TV digital é única e exclusivamente uma benfeitoria a mais, é um degrau dessa evolução, tanto que a discussão pode dar-se também no nível técnico, ou seja, se a TV digital deve chegar no País em **high definition** ou em **standard definition**, se devemos entrar com a TV digital já num nível de definição padrão ou de alta definição de imagem e som. Esse é um componente entre os demais que tem de seduzir o consumidor. E o consumidor hoje, em sua grande maioria, ainda imagina que a TV digital é apenas uma escala de evolução, como foi de preto-e-branco para colorido e de TV analógica para digital.

(Projeção)

O modelo de negócio deve enxergar o mercado digital como continuidade do analógico por um motivo muito simples: se a tecnologia é diferenciada, o modelo de negócio que imaginamos, como fabricantes, deve ser o mesmo que existe hoje para a TV analógica. Resumindo, utilizando uma linguagem bem simples: o consumidor deve ir à loja de sua preferência, comprar o seu aparelho, botar embaixo do braço, levar para casa, ligar na tomada e sair andando com a TV digital. Essa é a imagem bastante simples que temos dessa evolução, porque, com isso, estamos traduzindo algumas conseqüências: a TV aberta, o não pagamento de **royalties**, um único pagamento do consumidor pelo seu aparelho e, daí para frente, não haver outros encargos, a não ser que faça a opção pelos **features**, pelas benfeitorias ou pelas funções que o novo equipamento trará.

(Projeção)

Mencionei há pouco o mercado. Para nós, é um pouco frustrante, pois, no momento em que eu deveria estar vendendo a TV digital com entusiasmo, sou obrigado a ser bastante comedido, porque temos que lidar com uma realidade bastante diversa.

Somos uma indústria que necessita de investimentos muito altos. Temos um parque instalado no País capaz de produzir cerca de dez milhões de televisores por ano. Este ano, deveremos produzir quatro milhões e meio de aparelhos. Nos últimos cinco anos, produzimos menos de cinco milhões de aparelhos de TV por ano – falando de mercado interno, produção e vendas no mercado interno –, quando, em 1996, nosso desempenho chegou perto de nove milhões. Isso se deu pela explosão da demanda reprimida do real. Nos anos seguintes, começamos a cair e, em 2000, foram vendidas cinco milhões e duzentos mil unidades no mercado interno brasileiro. Em 2001, caímos para quatro milhões e oitocentas de unidades, em

2002, quatro milhões e setecentas e a estimativa de vendas para este ano é de quatro milhões e meio.

Se vendemos esse número de aparelhos, num parque instalado de dez milhões, sendo que 85% deles têm entre 20 e 14 polegadas – portanto os de menor preço para o consumidor -, como podemos imaginar ou querer implementar a TV digital sem que tenhamos esgotado todas as possibilidades de construção de um modelo de negócio que se adapte às condições relatadas anteriormente de sustentabilidade do negócio e de atração do nosso consumidor?

Estabilidade nas regras de industrialização é outro aspecto que, para nós, é muito importante. Se não tivermos estabilidade nas regras, os investimentos serão muito altos.

Para encerrar essa visão inicial – considero importante chamar atenção para esse aspecto da realidade do mercado brasileiro –, as estimativas são de que cada um dos fabricantes interessados em participar desse mercado vai desembolsar algo em torno de US\$100 mil ao longo de dez anos. Estamos falando de um número que, multiplicado, passa para uma casa – não gosto de falar em número, porque falamos uma vez em real, mas foi transformado em dólar, aí alguém multiplicou o parque instalado no Brasil de cinquenta milhões de aparelhos por US\$4 mil, que era um número também estimativo de chegada desse equipamento, e chegou-se a um valor muito elevado, que, transformado, foi uma loucura. Quando se falar em números estimados e projetados, só aceitem se a referência for o fabricante, em torno de US\$1 milhão/ano, ao longo de 10 anos. Esse é o número correto, para que possamos criar uma estrutura de modelo de negócio sustentável e com viabilidade de execução de um projeto revolucionário, que será irreversível.

A partir do instante em que o Governo definir o padrão e o sistema, seja ele qual for, a indústria brasileira estará preparada para, em um ano e meio, colocar esses aparelhos no mercado brasileiro.

Muito obrigado.

Desculpe-me se ultrapassei o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Quero agradecer ao Dr. Paulo Saab, que se manteve dentro do seu tempo com uma ligeira discrepância.

Quero avisar aos demais debatedores que aquele relógiozinho lá em cima, no canto da parede, vai marcando o tempo, vai diminuindo os quinze minutos até chegar ao zero. E esta campanha que sou realmente é automática. Eu não sabia. Estamos nos avançando tecnologicamente no Senado. Quando

falta um minuto, a campanha é acionada para prevenir o expositor do tempo restante.

Então, agradeço muito ao Dr. Paulo Saab.

Passo a palavra ao Dr. Jorge Cunha Lima, Diretor-Presidente da Fundação Padre Anchieta e também da Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais.

O SR. JORGE CUNHA LIMA – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a sempre foi um grande defensor da televisão pública, e tenho o prazer de estar nesta Mesa presidida por V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Posso abusar do seu tempo só para anunciar aqui a presença – que eu acho importante – da Dr^a Leila Loria, que é Diretora-Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA; assim como do Diretor-Executivo, Alexandre Annenberg e o Diretora Dione Craveiro, também da ABTA, que estão também aqui presentes.

Com a palavra o Dr. Jorge Cunha Lima

O SR. JORGE CUNHA LIMA – Srs. Senadores, felizmente, a **TV Cultura** é mais conhecida pelas suas virtudes do que pelas suas crises, embora tenha as duas coisas: virtudes e crises.

A ABTEC – Associação Brasileira de Televisões Educativas e Culturais – é menos conhecida. É a Associação que reúne todas as emissoras públicas de televisão geradoras no Brasil. São 21 emissoras que compõem praticamente a rede pública de televisão no Brasil. É importante que exista. E eu diria a quem não sabe que já existe com 36 horas de programação ao vivo comum, trazendo produtos de conteúdo regional, produtos de conteúdos de São Paulo e Rio também. Mas é a primeira grande tentativa de ter uma rede que nasça do próprio País e de todas as suas regiões.

Então, ao falar de televisão digital, implantação digital, a **TV Cultura** tem uma participação muito grande desde o começo, porque ela sediou junto com a Abert, a Set e o Mackenzie o primeiro grande trabalho de campo, de laboratório sobre os modelos de televisão digital que poderiam ser aplicados no Brasil. Naquele momento eram três: modelo japonês, modelo americano e modelo europeu.

Mas a avaliação e a análise daquelas implantações de caráter técnico nos levaram a considerar que essa questão é técnica. Mas é também política. É uma questão política muito importante porque envolve a vida de milhões de pessoas. Sabemos que o mundo moderno se caracteriza fundamentalmente pelo encaminhamento de conteúdos aos homens.

Quando éramos juvenzinhos ou menores, quer dizer, recebíamos formação. Digamos, os nossos conteúdos aprendíamos nas nossas casas, na mesa da sala de jantar e nas escolas. Hoje, todos os conteúdos de informação, de entretenimento, de lazer, de cultura, de educação vêm através de outros suportes, como cinema, como televisão, como Internet, como rádio, como a TV a cabo. Então, há uma multiplicidade de transportadores de conteúdos para a sociedade. Então, o homem acaba virando um reflexo do que ele recebe disso, fundamentalmente da televisão.

Desses conteúdos, o mais democrático, por ser gratuito, é o da radiodifusão. Então, politicamente não podemos imaginar que a radiodifusão, que transmite gratuitamente conteúdos, não esteja inteiramente dentro dos benefícios do processo de digitalização; caso contrário, o prejudicado será o cidadão que vai receber a informação gratuita, porque a receberá em condições piores do que receberia as informações pagas de outros suportes. Essa é primeira consideração que tenho a fazer. Nesse sentido, é fundamental que se ofereçam as melhores condições de distribuição e recepção do sinal digital para os telespectadores, através da radiodifusão e da TV gratuita, do mesmo jeito que de outro suporte. Isso é uma questão fundamental.

Depois, é preciso que o cidadão tenha a possibilidade de receber essa imagem digitalizada tanto no contexto da mobilidade, da portabilidade, como num aparelho fixo. Temos que receber a televisão num trem a 150 quilômetros de velocidade ou num ônibus ou numa forma portátil ou comodamente instalados em casa. É preciso que essa imagem que leva esses conteúdos tenha, digamos, na tecnologia, essa flexibilidade. É preciso também que haja, como disse a nossa representante, um modelo de negócio que faça coincidir o **timing**, o tempo definido pelo Governo, o tempo definido pelo projeto, com a capacidade de absorção disso pelo mercado, para não se cometer a injustiça de termos que virar televisinho digital do rico. Além disso, a televisão digital deve chegar como um privilégio na sua cronologia para uma parte da sociedade, fazendo com que o acesso não seja geral. Evidentemente essa é a definição política de um cronograma de acessibilidade ao privilégio tecnológico.

Outro ponto que considero muito importante é o fato de termos, no País, a televisão de Estado, pública, e a televisão privada, comercial. Isso foi muito bem inspirado na complementaridade sugerida pela Constituição, uma das únicas Constituições do mundo que fazem essa distinção entre o estatal, o público e o privado. Há experiências de televisões públicas

como a da Inglaterra, mas a definição constitucional disso é brasileira. Então, tomo a liberdade de dizer que, qualquer que seja o modelo adotado, o tempo em que será adotado, as televisões públicas não podem ficar no estado de indigência em que estão. Digo isso porque na Abepec constatamos claramente que todas as televisões públicas do Brasil ainda não digitalizaram o processo de captação, de produção e de edição. Então, se não chegamos nem à digitalização do processo de captação e de edição de produção, estaremos muito atrasados para chegar depois à própria transmissão digital. Não adianta nada se transmitir digitalmente um conteúdo tecnicamente analógico. Pode-se fazer, mas seria incongruente.

Nesse sentido, a televisão pública no Brasil, Sr. Senador, é uma questão federal, estadual e do município beneficiado também. E não há um modelo de repasse à altura do problema. O nosso repasse é puramente arbitrário, no desejo político ou na possibilidade financeira do Estado ou da fundação ou da universidade que patrocine a televisão. Precisamos pensar numa política na qual a rede pública de televisão possa ser beneficiada com essas condições tecnológicas para ela, primeiro, preexistir antes de ser digital. Em resumo, essa é a minha fala.

Quero dizer que temos – e isso é uma questão política – outras preocupações. Eu vejo com muito entusiasmo a proposta básica que tenho ouvido do Ministério das Comunicações no sentido de que qualquer modelo que se adote para o Brasil, qualquer sistema que se adote tem de levar em consideração a efetiva participação da indústria e da tecnologia brasileira na montagem desse sistema. Não pode ser um sistema puramente japonês, nem puramente europeu. Ele tem de contar fundamentalmente com a participação da tecnologia nacional na construção de componentes desses sistemas e depois na produção dos equipamentos necessários.

Em resumo, como a radiodifusão é o mais democrático dos transportadores de conteúdos, é importante que a alta definição e a multiplicidade dos programas sejam uma possibilidade para essas televisões e para essa radiodifusão. É preciso que haja interatividade e multimídia. Por que multimídia? A revolução que vai produzir a educação interativa na televisão é inversamente proporcional ao que não produziu a televisão analógica, que era de mão única, que não substitua a necessidade de uma mão dupla que têm o aluno e o professor no presencial. Agora isso pode ser extremamente compensado numa televisão interativa. Nós temos experiência de curso pré-vestibular digital feito na televisão, com uso de

Internet, em que há um resultado efetivo. O menino paga, por exemplo, R\$30, R\$40 por acesso a um curso que custaria R\$600, R\$800 por mês. Isso poderá até ser grátis no futuro.

Enfim, precisamos ter isso. Há, ainda, a recepção móvel, a recepção portátil e um **timer** que tecnologicamente possibilite o acesso da população. Há também aquilo que o Ministério, o Governo, está propondo, ou seja, que qualquer tecnologia adotada conte com a participação efetiva da indústria, da tecnologia e da ciência nacional em seu projeto.

Penso que fiquei dentro do meu tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – O Dr. Jorge Cunha Lima realmente não completou o seu tempo integralmente, mas a substância foi de tal forma densa que foi como se ele tivesse ultrapassado o tempo.

Agradeço a S. S^a.

Concedo a palavra ao Dr. Antônio João Filho, Diretor de Tecnologia da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura.

O SR. ANTÔNIO JOÃO FILHO – Bom dia.

Antes de tudo, gostaria de agradecer à Comissão e à Subcomissão o convite que fizeram à ABTA – Associação Brasileira de Televisão por Assinatura. Essa é uma associação que congrega todos os operadores de televisão por assinatura, das três tecnologias, cabo, satélite e MMDS. Congrega também os programadores; ou seja, quem faz o empacotamento e a produção de conteúdo e também os prestadores de serviços e de equipamentos para essa indústria.

A nossa participação nessa apresentação vai focar a contribuição que a TV paga pode trazer para o estudo da definição do modelo de televisão paga para o Brasil. Até então a indústria da TV paga tem ficado de certa forma à margem dessas discussões, mas acreditamos que temos uma contribuição efetiva para dar e é justamente isso que estamos procurando mostrar aqui. Em nossa apresentação vamos abordar esses temas. Aparentemente a lista é muito grande, mas eu vou ser bem sucinto.

Só para mostrar o tamanho da TV paga no mundo, atualmente há 250 milhões de assinantes entre o continente americano, a Europa e a Ásia. Distribuimos desta forma: em amarelo são os assinantes da tecnologia de cabo; em laranja, os de satélite. No Brasil, somos, aproximadamente, 3,5 milhões de assinantes, divididos dessa forma: 60% na tecnologia de cabo, 7% em MMDS e 33% na tecnologia de satélite.

É assim que os assinantes recebem os serviços nas suas residências.

Já existe a TV digital no setor de TV paga, e os representantes dessa distribuição de sinais são os operadores de satélite – SKY, DirecTV e TecSat – e uma operadora de MMDS, a Acom, que utiliza também a tecnologia digital. Esse grupo de operadores detém aproximadamente 1,2 milhão de assinantes.

Na plataforma de televisão digital, podemos começar pela TV aberta simplesmente para pontuar de que forma isso deve evoluir. Então, o que conhecemos? Existe a produção de conteúdo, que é convenientemente empacotada, formando a grade de programação. É feita a geração, normalmente via satélite, que é recebida pelas afiliadas, que fazem a geração de conteúdo local, jornalismo e inserção de comerciais. E hoje já temos esse processo, na maioria das geradoras de televisão, na forma digital. A partir daí, esse conteúdo é distribuído de forma gratuita para a população através dos seus transmissores e de suas torres, evidentemente para a recepção do telespectador.

Com a introdução da televisão digital, o que vai acontecer é que, durante algum tempo, vamos ter um transmissor digital ao lado do transmissor analógico, e o telespectador vai ter que dotar a sua residência de uma nova antena e de um aparelho para poder fazer a conversão dos sinais digitais em sinais analógicos. Isso até vem ao encontro das declarações que ouvimos aqui, de que uma grande parte da nossa população faz aquisição de televisores a um custo mais baixo. Evidentemente, ele não vai querer perder esse investimento que já fez. Então, a utilização de uma caixa que faça esse tipo de conversão vai ser muito interessante, principalmente nos anos iniciais da televisão digital. Num segundo momento, esse televisor analógico vai simplesmente estar recebendo os sinais digitais, e os transmissores analógicos serão desligados, dando possibilidade a que essas frequências voltem novamente ao domínio público.

Já na plataforma de TV paga, o que temos são as programadoras gerando conteúdo de forma centralizada, e temos aí as diferentes tecnologias: a tecnologia de satélite, a tecnologia de MMDS e a tecnologia de cabo. Todas essas tecnologias necessitam de um aparelho que faça essa decodificação dos sinais de forma adequada. Esse é até um dos princípios da televisão paga, porque esse decodificador tem um endereço, que é mantido ativo em função do pagamento que esse assinante faz à operadora. Atualmente, temos somente a tecnologia DTH na forma di-

gital, mas as outras já estão em evolução para o digital também.

Agora, queremos falar um pouco a respeito da nossa infra-estrutura, a infra-estrutura de TV paga. É uma tecnologia no estado da arte, com redes de banda larga compostas de fibras óticas e cabos coaxiais e **wireless**. Mais de 40% dessa tecnologia já é bidirecional. Ou seja, ela está apta a fazer transporte de transmissão de dados. Essa infra-estrutura pode ser um elemento muito importante nas metas de inclusão digital. Essa infra-estrutura pode ser muito bem aproveitada para que a televisão digital leve efetivamente a inclusão digital aos lares da população brasileira.

Essa infra-estrutura hoje já está instalada em mais de 50 mil quilômetros de ruas e passa em frente de mais de 10 milhões de domicílios urbanos. É uma infra-estrutura bem grande, que precisa ser considerada.

Segundo a Anatel, em seu relatório de junho de 2002, praticamente 92% dos domicílios urbanos são cobertos pelo universo de licenças que a Anatel já concedeu. Vemos aí que essa tecnologia realmente cobre grande parte da área de interesse da televisão digital nos seus primeiros anos. Os assinantes de televisão paga hoje estão compostos dessa forma: 70% deles pertencem a classe "a", 23% a classe "b", 5% a classe "c" e 1% só a classe "d" e "e".

Os usuários da televisão digital aberta hoje já são atendidos por essa infra-estrutura de TV paga, ou seja, quando a televisão digital chegar via televisão aberta, os primeiros usuários que vão fazer investimentos no seu **settop box** ou na sua televisão digital eles hoje já são assinantes da TV paga e vão querer receber, vão querer continuar recebendo esse seu sinal via a mesma conexão a que estão ligados hoje. Verificando que essa infra-estrutura já detém uma grande capilaridade de distribuição, ela necessita ser considerada para o lançamento da televisão digital.

A nossa sugestão é que, em conjunto com os tomadores e decisão no Governo Federal, seja estudada a oportunidade de uma melhor utilização dessa infra-estrutura sem ônus para o nosso consumidor, de forma que ela possa se tornar efetivamente uma alternativa de infovia nacional.

Uma das vantagens que podemos enumerar de utilização dessa infra-estrutura é a realização de diferentes testes não só de tecnologia, mas também de modelo de negócio sem investimento muito grande por parte dos operadores de televisão aberta. Essa infra-estrutura já está disponível, ela já passa na frente de 10 milhões de usuários, ela poderia muito bem ser considerada para isso. Se ela for utilizada, vamos ter aí uma adoção mais rápida do nosso público ino-

vador, aqueles que são muito ligados a novas tecnologias que vão fazer a compra desses equipamentos. Essas são as duas vantagens que poderia se enumerar para o uso dessa infra-estrutura de TV paga para o lançamento da televisão digital aberta.

Agora vamos falar um pouquinho a respeito desse aparelhinho, que, infelizmente, não conseguimos ainda um nome em português adequado para poder simbolizar o que ele efetivamente faz. Então, vamos dizer o que é isso aí. É um aparelho que vai receber os sinais de televisão no formato digital e vai fazer a conversão desses sinais de forma que os aparelhos atuais consigam entendê-lo.

Hoje, eles já são empregados na TV aberta digital nos Estados Unidos e na Europa, em grande parte dos operadores de TV a cabo nos Estados Unidos e praticamente em todos os operadores de satélite. Ele vai permitir – como já foi dito aqui – um melhor aproveitamento de espectro de frequência, uma vez que a informação que vai ser transmitida via digital vai ser comprimida e vai nos trazer uma possibilidade de mais canais, um melhor aproveitamento desse espectro e novos serviços, começando pela televisão de alta definição, de **paperview**, de **video on demand**, da TV interativa e de outros componentes. Ela vai, de uma certa forma, popularizar o acesso à Internet de uma forma mais simples, uma vez que as interfaces de utilização são muito mais amigáveis do que de um computador.

Só para podermos entender um pouco como funciona essa caixinha, temos aqui um diagrama.

Essa parte aqui, inicial, é o coração do **set-top box**. Estamos vendo que não há nenhum tipo de compromisso com o padrão de modulação a ser adotado. Quando falamos do padrão americano, do padrão japonês ou do padrão europeu, estamos falando de uma parte pequena do assunto que é a modulação.

O coração da televisão digital é comum em qualquer lugar do mundo. Então, o que temos que fazer? Temos que construir um modelo onde exista um coração. Somente depois é que devemos fazer a escolha, ou seja, definir se esse **set-top box** vai funcionar com o satélite, ou com o cabo, ou com a televisão aberta. Trata-se simplesmente do módulo a ser colocado no **set-top box** para que ele fique apto a entender qualquer sinal que chegue. Evidentemente, pode-se sofisticar esse **set-top box**, fazendo com que ele receba interfaces para uso de computador. Aí, sim, ele vai estar fazendo um papel muito importante na inclusão digital. Ele poderá também receber um **smart card** de forma a seu uso ser completamente seletivo. Ele pode ainda ser dotado de outras sofis-

ticações como, por exemplo, a gravação digital em disco. Então, nós, na BTA, dizemos que se trata a plataforma de **set-top box** para múltiplos usos, a multiplataforma de **set-top box**.

Acreditamos que esta é a oportunidade única de discutirmos a adoção dessa plataforma de forma que, dependendo do interesse, da necessidade e da possibilidade do consumidor, ela evolua de um modelo básico para outro mais sofisticado, agregando módulos ao seu **set-top box**, atingindo os seus objetivos de consumo. A vantagem dessa multiplataforma única é uma economia de escala, a produção local e o incentivo ao desenvolvimento de **software** no Brasil. Esse ponto é muito importante, porque é onde está a nossa maior virtude, mais e melhores opções para o nosso consumidor, que vai ter somente um **set-top box** conectado ao seu televisor. Portanto, ele não vai precisar investir em um para satélite, um para cabo e um para televisão aberta. Não, ele vai precisar de um só. Haverá ainda redução de custos para empresas que vão lançar os serviços – a evolução do **set-top-box** em conjunto com o modelo de negócios. E vai haver para a indústria como um todo um menor risco de obsolescência.

Então, temos um ganha-ganha. O ganha-ganha do consumidor, que vai ter mais e melhores serviços com menores custos, um ganho para a indústria, que terá maior planejamento e uma escala de produção. A tevê aberta vai ter uma maior penetração no lançamento do produto, a tevê paga vai ter oportunidade de maximizar a sua infra-estrutura, e o governo vai ocupar o papel que lhe cabe de ser o elemento de decisão na política industrial, o que não vimos na implantação da tevê paga no Brasil, onde tivemos uma ausência de políticas industriais adequadas.

Se não tomarmos essas reivindicações como algum tipo de aviso, vamos entrar num jogo de perde-perde, onde vai perder o consumidor, a indústria, que não vai ter um ganho de escala no curto prazo, a tevê aberta vai ter menor penetração, a tevê paga vai ter um menor aproveitamento da sua infra-estrutura, e o governo também pode ter uma pressão negativa na balança comercial em função de importações e evidentemente uma menor atividade econômica.

Por fim, as nossas recomendações são que se busquem políticas industriais para essa área de entretenimento, de cultura e de informação. Que sejam amplas essas políticas, de forma que todos os setores que vão ser participantes dessa nova indústria de televisão digital possam estar sentados à mesa discutindo essas questões.

Por fim, deve-se analisar a oportunidade de maximização dessa infra-estrutura e desses terminais de acesso de forma que toda esta sociedade seja beneficiada – os consumidores, os empreendedores e também o Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Obrigado ao Dr. João Antônio João Filho.

Vamos passar a palavra ao Dr. Marcos Dantas Loureiro, Subsecretário do Ministério das Comunicações.

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Prezado Senador Roberto Saturnino, companheiro de muitas lutas pelas causas nacionais; companheiros de mesa; prezados Senadores; meus senhores e minhas senhoras, o que pretendo trazer à discussão é a proposta deste Governo à sociedade para o desenvolvimento e implantação de uma tecnologia digital na radiodifusão brasileira. Ainda é uma proposta, está em estudo no Ministério, no Palácio do Planalto. Em algum momento, sairá uma decisão de Governo a esse respeito. O objetivo maior da proposta é criar uma estrutura, uma organização que permita à sociedade debater os rumos da televisão digital.

Neste primeiro momento, o Governo não está tomando a decisão de fazer a televisão digital assim ou assado, está tomando a decisão de organizar um grupo de estudos, uma série de parâmetros que permitam à sociedade discutir e debater a televisão digital. Mas, obviamente, o Governo tem idéias, tem projetos e, nesses parâmetros, vamos introduzir algumas diretrizes para essa discussão. É o que virá como decisão de Governo brevemente.

Essas diretrizes partem, inicialmente, da idéia que já foi dita aqui antes pelo Jorge, de que a televisão aberta é, efetivamente, aquela tecnologia de maior penetração social e cultural em nosso País. Há cerca de 57 milhões de aparelhos, 87% dos lares têm aparelhos de televisão, e a grande maioria só recebe televisão ou radiodifusão de difusão terrestre, sem falar que a grande maioria compra também equipamentos de baixo custo por se tratar de uma massa de baixa renda.

O problema do Governo, que a própria sociedade brasileira sinalizou nas últimas eleições, é a questão da cidadania. O nosso projeto é transformar milhões de brasileiros em cidadãos. Essa é a nossa prioridade. E, assim fazendo, também vamos transformar milhões de brasileiros, esperamos, em consumidores. Mas o nosso projeto visa à cidadania e, por tabela e por extensão, acrescenta uma grande massa

de consumidores ao mercado brasileiro, promove a inclusão social e promove a inclusão informacional.

São conhecidas as características básicas da televisão analógica terrestre hoje em dia: é aberta, gratuita, tem alcance nacional, mas permite uma comunicação unilateral. Enquanto a TV digital nos permite, além de uma melhoria de vídeo e áudio, uma multiprogramação e ainda nos traz essa qualidade da interatividade.

Seria necessário caracterizar um pouco o que vem a ser a interatividade. Podemos falar de interatividade restrita ou plena. Na interatividade restrita, na verdade, o operador de televisão envia para a residência ou para o aparelho de conversão, também chamado **set-top box**, unidade conversora, uma cesta de aplicativos onde o usuário pode fazer um conjunto de escolhas. Na verdade, é uma interatividade falsa, porque não deixa o usuário, o receptor em relação direta com seu emissor, podendo, por isso, intervir na própria programação, intervir nos acontecimentos, como se desejaria, já que estamos visualizando a cidadania. É o que acontece, por exemplo, na Internet, é o que acontece com o telefonema.

A distinção da interatividade é importante para nós. Quando falamos em interatividade, é no sentido de buscar os recursos tecnológicos disponíveis para promover a plena interatividade.

Todos sabemos que a televisão é um sistema unidirecional. Em princípio, esse sistema emite, mas não recebe, e essa recepção vai exigir o uso de um segundo canal de retorno. Com isso, estaremos promovendo aquilo que a literatura acadêmica já há muito fala: a convergência tecnológica, pouco praticada, mas muito falada. Para que exista essa convergência tecnológica, terá que haver mecanismos que, por um lado, façam com que o operador de radiodifusão emita o sinal e, por outro, por meio de canais de retorno – que, hoje em dia, são perfeitamente viáveis –, que ele receba um sinal de volta por parte daquele que está assistindo. É essa a idéia básica do nosso projeto.

Quando falamos de padrões de sistemas, é bom que se esclareça que um sistema de televisão digital, em rigor, é formado por muitos padrões. Há várias camadas que cumprem diferentes funções técnicas – a camada de modulação, de transporte e de compressão –, uma camada com um nome intraduzível de **middleware** e a camada de aplicativos. Cada uma dessas camadas é composta por vários padrões tecnológicos e, no fundamental, na base deles, está o 8-VSB e COFDM, sendo que aquele da esquerda é o padrão americano, e o outro é utilizado no Japão.

Uma coisa curiosa, quando analisamos isso, é que os sistemas ditos por aí – o americano, o europeu e o japonês –, na verdade, utilizam alguns padrões comuns a todos ou comuns a alguns deles e, ao mesmo tempo, desenvolvem outros padrões para utilizá-los em função das suas necessidades. Cada um desses sistemas foi desenvolvido nos Estados Unidos, na Europa e no Japão para atender às realidades econômicas, sociais e culturais particulares dos Estados Unidos, da Europa e do Japão. Eles não surgiram como soluções técnicas do nada, mas como soluções sociais, como soluções culturais para sociedades diferentes. A partir daí, em parte, determinados padrões tecnológicos poderiam atender a todos ou a alguns deles e, em parte, era necessário desenvolver padrões específicos para atender a projetos de natureza política e econômica.

Uma proposta americana, portanto, atende bem à realidade americana; a proposta européia atende bem à realidade do Mercado Comum Europeu, e a proposta japonesa atende bem à realidade do mercado e da sociedade japonesa e aos interesses do Estado japonês.

Todas essas propostas e os testes realizados pela Mackenzie, pelo CPQD, pela SET e pela Abert, mostraram que há problemas sérios quando trazidos para a realidade brasileira. São problemas de natureza técnica, que, de um jeito ou de outro, mesmo que fôssemos importar qualquer desses padrões, teríamos que fazer adaptações nos mesmos para poder adequá-los a um conjunto de situações que são típicas do Brasil e que vão desde o uso do concreto nas nossas cidades – isso interfere no sinal – até às dimensões do território, até alcançar toda a nossa população de TV aberta, etc.

Quando falamos em interatividade, temos uma programação, que é emitida, e precisamos ter os canais de retorno, que pode ser a rede de celular ou a rede de telefone. Cada um desses canais tem vantagens e desvantagens e custos mais baratos e mais caros. Tudo isso terá que ser estudado e terá que ser pesquisado.

Estamos chamando a atenção para a importância de uma camada que é o **middleware**. Muito provavelmente, de acordo com estudos técnicos dos institutos de pesquisa que estão trabalhando nisso, é nessa camada de software que vamos definir as características de uma televisão brasileira. E por quê? Porque é essa camada que vai influenciar no modelo de negócios e na política de interatividade para a cidadania que viermos a definir. Esse **middleware**, muito provavelmente, vai ter que ser desenvolvido por nós, por nos-

sas universidades, pelos nossos centros de pesquisa e pelas nossas empresas. É aí que vai estar o coração do que estamos tentando investir em tecnologia brasileira.

Com o desenvolvimento do **middleware**, vamos ter criação de empregos, sobretudo porque a partir dele poderão se desenvolver os aplicativos nacionais voltados também para a educação. Teremos poupança de **royalties**, porque, se trouxermos o **middleware** de fora, por cada televisãozinha ou aparelho conversor que comprarmos, pagaremos alguns reais em **royalties**, e por aí vai.

A nossa proposta, como tenho insistido, é a inclusão social, é levar às pessoas que hoje têm no máximo um acesso passivo à informação, por meio das redes abertas de televisão, a possibilidade de terem uma presença ativa, para que as suas culturas, as suas comunidades e os seus interesses possam de alguma maneira se representar por intermédio daquele meio, que é o mais barato e o mais acessível à população brasileira.

É preciso assegurar, com isso, que a gratuidade da recepção da televisão seja mantida na televisão digital, embora não possamos ter ilusões de que todo um conjunto de outros serviços que a televisão digital fornece vai ser de alguma maneira pago, e como isso será acessível à população de baixa renda é um ponto que vamos ter que discutir.

A questão do baixo custo do aparelho de recepção é um ponto importante. Em todos os processos de transição de televisão analógica para televisão digital – praticamente os mais maduros são o estadunidense e o europeu – há uma grande preocupação em não forçar o usuário a aderir de imediato a um aparelho receptor digital. Daí a importância do equipamento conversor, também chamado **set-top box**, perfeitamente fácil de traduzir: um aparelho que faz conversão e um aparelho conversor. A importância desse equipamento é exatamente o fato de ele permitir que se barateie o acesso à televisão digital ao transformar o seu aparelho de televisão num monitor daquele aparelho conversor. Ele é mais barato exatamente porque não tem o cinescópio, uma unidade cara.

Sabemos que, na realidade brasileira, um aparelho de televisão, seja o mais caro ou o mais barato, tem uma vida média de dez anos. O cidadão que compra um aparelho de televisão agora ou daqui a um ou dois anos vai ter uma certa dificuldade em trocar por um aparelho de televisão, mesmo digital, a não ser que a renda dele seja fantástica. Alguns vão fazer isso de pronto, mas a maioria terá uma grande

vantagem em ter o aparelho conversor para fazer essa transição.

A outra questão importante da proposta que estamos fazendo é assegurar que na outra ponta, da emissora, as operadoras que se digitalizem não descontinuem o seu sinal analógico, porque como a maioria da população vai precisar de um bom tempo para aderir ao sinal digital, mesmo com aparelho conversor, é necessário que essa população tenha garantida a recepção do sinal analógico até que todos tenham aderido ao sinal digital. Outro dia, tive a informação de que somente há cinco anos se deixou de fabricar aparelho em preto-e-branco no Brasil, a Eletrostar 97. Isso mostra o tempo que a sociedade leva para aderir apenas do preto-e-branco para cores. Agora vamos imaginar o digital. Não será uma questão fácil. Trata-se de uma questão econômica, cultural.

Se perguntarem qual é o prazo, temos a dizer que não há prazo; é a sociedade que vai defini-lo. É a sociedade, com seus recursos, com suas possibilidades, que vai construir as alternativas digitais na medida da sua própria condição de construção dessas alternativas.

Temos que garantir que as redes brasileiras de televisão que hoje estão instaladas, que produzem uma programação de alta qualidade e que garantem a cultura brasileira na televisão possam evoluir para a tecnologia digital. Não podemos permitir que essa seja uma transição que destrua a televisão brasileira. Pelo contrário, deve ser uma transição que assegure e fortaleça a televisão brasileira, como também tem de ser uma transição que assegure e fortaleça a indústria brasileira. Neste País, praticamente – se eu estiver errado, o Paulo irá me corrigir –, a importação nossa em aparelho receptor é zero.

Temos de assegurar o fato de continuarmos importando praticamente nada de aparelhos receptores. Temos de garantir essa nossa indústria.

Fora isso, há uma série de outras vantagens, como mobilizar a engenharia nacional. Tenho participado de várias reuniões com a universidade, que está extraordinariamente entusiasmada com essa nova oportunidade de voltar a participar do desenvolvimento brasileiro, com o desenvolvimento de mídia e de componentes que a televisão digital pode fornecer. E temos a expectativa de atrair o consumidor de baixa renda, por meio do conversor, e de dar a ele um instrumento de interatividade no processamento da informação e da comunicação, que hoje está inacessível, já que o telefone mal chega e o computador não chega. A televisão já chegou. Então, a nossa expectativa é, sobretudo, aproveitar essa entrada da televi-

são digital para trabalhar o grande projeto do nosso Governo, de inclusão social e de construção de uma nova cidadania no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Muito obrigado, Sr. Marcos Dantas.

Peço a todos que utilizaram o recurso da apresentação via tela que nos remetam cópias desses painéis, para que a Comissão tenha permanentemente essa informação.

Finalmente, concedo a palavra ao Sr. Nelson Hoineff, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão.

O SR. NELSON HOINEFF – Meu caro Senador Roberto Saturnino, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero uma feliz circunstância eu ter ficado por último para falar, depois de ouvirmos explicações tão boas, tão detalhadas sobre as questões técnicas e mercadológicas envolvidas na implantação da televisão digital no Brasil. Considero essa uma feliz circunstância, porque eu queria me reportar precisamente ao conteúdo, que é a razão final de tudo isso.

Fiz algumas anotações que me permito usar. O Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um dos maiores consumidores de televisão do mundo. A cultura televisiva brasileira é muito grande, pelas razões que todos conhecem. No entanto, ele é um dos menores produtores. O brasileiro vê mais televisão que quase todos os outros povos, mas ele se reconhece muito pouco nessa televisão que vê. E, quando ele se reconhece, na maioria das vezes, não se reconhece sequer de uma forma autêntica, que não seja perfumada, que não seja estilizada.

A estreiteza do volume de produção, mas, sobretudo, da diversidade dessa produção é responsável pelo triste quadro que se vê hoje em relação à qualidade da nossa televisão. Há exceções, é claro. Na televisão aberta, o índice de nacionalização da produção, por exemplo, é alto nas maiores redes. Nas outras, no entanto, o nível de programação, como a maioria concorda, é tão vulgar e tão ruim, que, mesmo quando o apresentador da atração é um brasileiro, torcemos para que ele não fosse.

Então, da televisão aberta, mesmo nas poucas que exibem um nível satisfatório de produção nacional, essa produção limita-se quase que inteiramente ao que é feito em seus próprios estúdios.

O impacto da produção diversificada, da produção independente, é quase nulo, e menor ainda o da produção feita regionalmente. A razão poderia estar na falta de um produto de boa qualidade disponível.

Mas é aqui que essa relação se torna mais irônica. O Brasil tem, hoje, uma das maiores e melhores produções espontâneas de audiovisual no mundo. Uma produção que depende das leis de incentivo fiscal para existir. No entanto, arriscar-me-ia dizer que, infelizmente, depende das leis de incentivo fiscal para existir e da disposição das empresas para aplicarem, ali, os seus impostos.

Da produção terceirizada nada se sabe, simplesmente porque não é acionada. O que se sabe é que o produto televisivo de qualidade não tem a menor chance de ficar abaixo das minguadas fatias de público que, no momento, são destinadas às menores redes de televisão. Sabemos que duas redes de televisão respondem por alguma coisa em torno de 85% de toda a audiência de televisão aberta no País. Na televisão por assinatura, como sabemos, a situação não é melhor. A maioria esmagadora das quase duzentas redes que trafegam pelos satélites domésticos brasileiros é estrangeira. Isso é um quadro típico da televisão por assinatura em todo o mundo. Sabemos sobre a distribuição de redes internacionais. Mas o fato é que, nos doze anos que se passaram desde a implantação dos modelos de televisão por assinatura no Brasil, não fomos capazes de montar uma grande rede independente sequer, ao contrário, por exemplo, de mais de trezentas, quatrocentas redes que foram montadas nos Estados Unidos; uma só programadora brasileira, com exceção da **Globosat**.

Nesse imenso mercado de conteúdo que é a televisão por assinatura, em que há uma oferta diária de mais de duas mil horas de programação, a produção brasileira independente participa com menos de 2%, e a produção regional se aproxima do zero.

Esse quadro que apresento acena para o fato de que a implantação das políticas para a televisão digital no Brasil não se restringe à política para a implantação dos padrões tecnológicos de televisão digital. Esse é apenas o primeiro passo de uma caminhada muitíssimo mais ampla. A certeza é que temos que traçar esse caminho e não depois os primeiros passos. Do contrário, vamos ficar vagando durante muito tempo no limbo.

O calcanhar de Aquiles da questão digital não está na opção pela tecnologia. Ela está na opção sobre o que fazer com o conteúdo que essa nova televisão – me arrisco a dizer –, que esse novo meio vai consumir.

As capacidades mais importantes da televisão digital, no que diz respeito ao conteúdo, repousam, em primeiro lugar, no extraordinário aumento da portabilidade de sinais, portanto, da demanda de conteú-

do. Isso foi mais ou menos dito aqui pelos meus antecessores. Em segundo, na criação de formas narrativas originais, que não signifiquem a multiplicação do conteúdo como ele é elaborado hoje, ou seja, na reprodução do que já existe na TV analógica, multiplicado por um certo fator, mas sim a criação de novos modelos, novas formas que levem em conta os potenciais interativos, por exemplo, as estéticas próprias para TV de alta definição que se seguirá ao **standard** digital, como também foi mencionado aqui, ou, ainda, à construção de conteúdos multifacetados.

Um extraordinário mundo se abre, Srs. Senadores, para a construção de conteúdo. Temos que definir, agora, se seremos produtores e exportadores de imagens brasileiras, se seremos produtores e exportadores de um conteúdo diversificado, plural e original, ou se simplesmente vamos ampliar a nossa extraordinária capacidade de importar programação, rezar por cartilhas culturais que nada têm a ver com a nossa cultura, sermos mais subservientes do que já somos em relação a essa unidirecionalidade do trânsito de informações, produzir cada vez menos e com pior qualidade.

Uma questão polêmica é saber se um padrão tecnológico estritamente brasileiro será conseguido, como pretende o Ministério das Comunicações, ou se isso ficará restrito ao desenvolvimento dos **middleware**, como acabou de colocar, muito corretamente, o Marcos Dantas – **middleware** é um programa que controla internamente o sistema. É importante que se examine, sem dúvida alguma, os benefícios em economia de **royalties**, por exemplo, que eles trarão para a indústria.

Muito mais importante, no entanto, é examinarmos o impacto do cronograma de implantação do sistema sobre a elaboração de uma política para o desenvolvimento de **softwares** e de conteúdo brasileiros. Essa é uma dúvida que não pode ser escamoteada. Montar um padrão digital brasileiro é, sem dúvida, motivo de grande orgulho, fonte de divisas para o País, mas creio que devemos nos perguntar se o **turning point** não está um pouquinho mais adiante. O fato é que o desenvolvimento e a exportação de sistemas de gerenciamento e conteúdo digital próprios multiplica por mil esse orgulho e essas divisas, gera centenas de milhares de empregos; mas não é só isso: gera também autoconhecimento, auto-estima, gera nacionalidade, que não existe sem uma consistente produção cultural, gera cidadania. Esse deve ser motivo de grande preocupação, porque é uma oportunidade que não se repetirá, em muitas décadas, como ressaltou o Paulo Sabre no início de sua exposição.

A constituição do conteúdo na nova realidade digital tem importância análoga ao do desenvolvimento de **softwares**, quando o mercado de informática começou a imigrar das grandes empresas para o consumidor. Quem desenvolver conteúdo digital adequado vai sair na dianteira, quando o sistema for implantado. E conteúdo digital, Srs. Senadores, não quer dizer programação finalizada e gravada digitalmente; significa, isto sim, conteúdo que reconheça as peculiaridades do sistema, como as formas interativas, e crie a partir daí. É isto que significa a implantação de políticas para TV digital: ação continuada sobre o fim, e não a simples interferência sobre o meio.

Não se pode negar a competência de técnicos brasileiros, para desenvolver padrões digitais próprios; muito pior, no entanto, seria negar a capacidade dos criadores brasileiros para desenvolver conteúdo próprio e original para o universo digital que se aproxima. Sobre esse universo, sabe-se ainda muito pouco. Costuma-se imaginá-lo como uma simples extensão da produção de conteúdo para a distribuição analógica. Isso é uma visão rudimentar. Seria como imaginar a televisão como uma extensão do rádio ou a Internet como uma extensão das revistas. Não falta quem confunda, por exemplo, capacidade interativa com o roteiro do **Big Brother Brasil**. O que existe, no entanto, é um vasto mundo inexplorado pela frente, tanto no desenvolvimento de **softwares** para as aplicações nas plataformas digitais de televisão quanto no de conteúdo específico para essas plataformas.

O Brasil pode e tem que se transformar num grande produtor e exportador de ambos. O País deve garantir que o espectro digital seja ocupado por imagens brasileiras, pensamentos brasileiros e aplicações originais desenvolvidas por pesquisadores, criadores e laboratórios brasileiros.

Ou uma política de comunicações atinge esses aspectos ou não existirá política de comunicações. Para que isso ocorra, é preciso que ela esteja sintonizada com outras políticas de produção e distribuição de conteúdo, que, no momento, transitam pelo Ministério da Cultura e, ainda que temporariamente, pela Casa Civil, onde ainda se abriga a Ancine.

Comparar o desenvolvimento de tecnologias próprias para os padrões de televisão digital e de telefonia celular é, na nossa visão, reduzir o debate sobre a digitalização aos seus aspectos mais simples. Deve-se neste momento, insisto, elaborar uma política para a TV digital que tenha como alicerce a chance única que temos agora de migrar de importadores para exportadores de conteúdo, uma política que nos permita desenvolver a vocação brasileira de produ-

ção e invenção, que nos permita estar na primeira linha dos que pesquisam o desenvolvimento de conteúdos originais para a era digital, para não continuarmos aceitando o jogo dos que acreditam que o Brasil possa ser um eventual produtor de **hardware**, ficando inerte e permanecendo um eterno consumidor de idéias e informação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Obrigado, Dr. Nelson. V. S^a também cumpriu estritamente o prazo destinado à sua exposição.

A Presidência passará agora às indagações dos Srs. Senadores. Por preferência regimental, devo conceder a palavra aos autores do requerimento, Senadores Sérgio Cabral e Demóstenes Torres.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, acompanhei 80% do debate do meu gabinete e pude pessoalmente assistir apenas à palestra do Sr. Nelson Hoineff.

Cabe aos três Senadores que acompanharam as exposições desde o início e a V. Ex^a, como Presidente, a prerrogativa de elaborar as perguntas iniciais. Creio que o Senador Demóstenes Torres também corrobora esse sentimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, concordo com o que foi dito pelo Senador Sérgio Cabral.

Acompanhei hoje o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, Deputado Célio Silveira, e cheguei atrasado à reunião. Por isso, também prefiro que os Senadores que estiveram presentes desde o início formulem primeiramente as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Muito bem. Agradeço aos Senadores requerentes pela atitude.

Os dois primeiros inscritos são os Senadores Gerson Camata e Hélio Costa, que estiveram presentes desde o início da reunião.

Por essa razão, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Inicialmente, agradeço aos Senadores Demóstenes Torres e Sérgio Cabral pela deferência.

Sr. Presidente, senhores expositores, esta é a terceira audiência pública que realizamos nesta Casa sobre a TV de alta definição, TV digital, desde o mandato passado, sendo a mais esclarecedora.

Percebemos que já existe TV digital em produção no Brasil, o que anteriormente não havia. Conclui-se, portanto, que mais importante do que a qualidade da imagem é a interação. Na realidade, a ima-

gem é secundária. O Dr. Jorge Cunha Lima expôs muito bem a questão. A imagem é importante – é uma nova tecnologia –, mas a interação é mais importante do que uma grande melhoria técnica da imagem.

Saliento minha visão de futuro consumidor, Sr. Presidente. Quando se iniciou o processo de TV a cabo, lembro-me de que as pessoas do meu Estado, o Espírito Santo, perguntavam: “Quando ocorrerá a licitação para a TV a cabo no Estado? Já existe TV a cabo até em Juiz de Fora, mas não em Vitória”. Uma camada da população queria a TV a cabo. Já existiam duas TVs a cabo clandestinas que começaram a atuar: e havia consumidores porque ninguém arriscaria o dinheiro para agir clandestinamente.

Até hoje não houve um eleitor, uma pessoa que me tenha perguntado quando chegará a TV digital. Ninguém me perguntou isso. Talvez até por desconhecerem o que ela vai significar, não há ânsia por parte das pessoas nesse sentido – inclusive de minha parte, que desconhecia o tema até a audiência de hoje. No futuro, à proporção que as pessoas forem acompanhando os fatos, começarão a sentir o desejo de adquirir TV digital e a cobrar para que esse processo comece a acontecer.

Analisando os três sistemas sob análise, percebo que o Ministério quer buscar uma tecnologia mais brasileira, mas vejo também que a caixinha mágica do **set-top box** faz uma conversão completa a partir de qualquer sistema; pode transformar qualquer digital em analógico, ou seja, qualquer tipo de digital será lido no sistema digital da TV que eu tiver. Essa perspectiva já nos assusta menos.

Tenho certo receio disso porque acompanhei – nenhum dos expositores tinha ainda nascido – a introdução da TV em cores no Brasil. Os militares, sem nenhum debate – ao contrário do que está acontecendo hoje –, resolveram comprar um pacote alemão de TV, que era o PAL-M, e o introduziram no Brasil, pensando que todos os países da América do Sul iam comprar o sistema brasileiro e que o Brasil seria o grande líder mundial da televisão. O que aconteceu? Brasil e Laos são os dois únicos países do mundo que adotaram esse sistema. Deram um pulo no escuro, e foi um desastre.

Hoje todas as estações produzem tudo no sistema NTSC; depois, na hora de jogarem a imagem no ar, convertem para o sistema brasileiro. Nas casas, ninguém o usa mais, porque, quando vem por cabo, não vem mais pelo padrão brasileiro. Então, a busca do padrão brasileiro não pode – por isso o Dr. Marcos Dantas tem razão – cair naquela idéia de ser o único do mundo, pois não teremos equipamentos que casem com aque-

le novo sistema – se bem que aprendi aqui que a tal caixinha que vai traduzir é miraculosa e pode resolver todos os problemas de padronização da TV.

As minhas perguntas serão perguntas de consumidor, e a primeira delas é dirigida ao Dr. Paulo Saab.

O consumidor ainda não está pedindo TV digital. Acredito que, por enquanto, é o momento tecnológico – como bem disse o Dr. Néelson Hoinoff –, momento de preparo de conteúdo, de definir onde o Brasil pode penetrar e onde a indústria pode criar empregos – isso, até que o consumidor comece também a solicitar a citada TV.

V. S^a viu todos os três sistemas funcionando. Com a experiência de representante da indústria e como consumidor – nenhum de nós viu os três sistemas funcionando –, qual deles escolheria para sua casa se tivesse que decidir?

O SR. ANTÔNIO JOÃO FILHO – Senador, creio que vou frustrá-lo por um motivo muito simples: a Eletros é a entidade que reúne todos os fabricantes com plantas instaladas no Brasil, e temos em nossa casa os representantes de todos os sistemas. Inclusive, a nova discussão que se agregou ao novo Governo refere-se à interação brasileira. Então, dentro de casa, temos representantes de todos esses interesses. Por isso, decidimos, como instituição, que não nos focaríamos na questão técnica, que é efetivamente secundária. A tendência da convergência tecnológica em poucos anos é padronizar os sistemas. É uma questão que a história já mostrou em outras evoluções tecnológicas.

O que diria para o Senador e para todo consumidor é que devemos ter o melhor e o mais fácil acesso tanto na questão do preço, da capacidade de compra, seja da **set-top box**, seja do aparelho receptor, quanto da discussão que se faz também agora – muito boa sua lembrança em relação à outra implementação – no sentido de proporcionar à sociedade, ao Congresso, ao Governo, às entidades, como mencionei antes, a capacidade de participar, porque são os que vão formar o exército de consumidores que vão demandar a programação, a produção e o aparelho dentro de casa.

Por isso, não opinarei sobre o melhor sistema. Creio que o melhor sistema é aquele capaz de se adaptar ao melhor modelo de negócio, que é aquele que permite que o maior número de brasileiros tenha acesso à nova tecnologia quando ela for implementada. Não é uma resposta demagógica. Ela é fruto de uma reflexão do que é melhor para o País, porque, se não tivermos consumidores, não vai adiantar fabricar-

mos. Então, se a TV vier com o maior número possível de consumidores, no mais breve prazo de tempo possível, ela vai atender ao nosso interesse de vender. Mas esse interesse não é isolado, não é somente de vender, mas de incorporar um processo de integração e de desenvolvimento do País como um todo. Por isso, se me permite o comentário, considerarei muito oportuna a interação de todos os pontos enfatizados na reunião de hoje. Mas eu diria que qualquer modelo que vier a ser adotado, pela forma como o assunto está sendo discutido, vai ser o melhor, para não cairmos no erro – isso não queremos – de termos um fantasma, uma coisa única que tenha que ser adaptada ao resto do mundo. Até porque, complementando e finalizando, precisamos de escala de produção para poder exportar. Caso contrário, não vamos conseguir no mercado interno, como mostrei, com a recessão que atinge o setor, ganhar escala para produção que justifique os investimentos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Quanto custaria um aparelho hoje, se já houvesse no mercado?

O SR. ANTÔNIO JOÃO FILHO – Era a pergunta que eu temia.

Mas o preço de introdução, de chegada, foi de US\$4 mil. É por isso que eu disse antes que qualquer número que se diga hoje é chute. Os estudos e as projeções que fazemos, baseados nos cálculos feitos em outros países, adaptados para a realidade do País, é a chegada inicial do aparelho em torno de US\$4 mil e do **set-top box** em US\$1,5 mil. Imaginamos um processo de convivência da tevê analógica com a tevê digital, a partir do instante da definição e da chegada ao mercado, por 15 anos. Daí a necessidade...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Logo processo!

O SR. ANTÔNIO JOÃO FILHO – As curvas vão se encontrar lá na frente. Então, vamos ter que buscar o menor custo possível do **set-top box** e do aparelho de TV, para poder trazer, como eu disse, o maior número possível de consumidores aos investidores que vão ser feitos para implementação dessa nova tecnologia. Porque no mercado de hoje estamos recessivos, estamos vendendo menos do que vendíamos há quatro anos, e não vemos perspectivas de melhora no curto prazo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito bem, Dr. Antônio João Filho. Pelo que vi, então, as TVs por assinatura oferecem um cabo para transmitir gratuitamente o sinal da TV aberta, implementar para

dar velocidade ao processo de interação da tevê aberta também, digital.

O SR. ANTÔNIO JOÃO FILHO – Essa, na realidade, é uma das teses que foram elaboradas no nosso novo modelo discutido durante todo o ano passado. É a tese em que a infra-estrutura de TV a cabo e de MBS seria oferecida para as redes de televisão aberta, para que houvesse uma rapidez na distribuição desses sinais. E qual é a lógica disso? Significa a possibilidade de se direcionar uma parte dos investimentos que seriam colocados, em um primeiro momento, no setor de transmissão das emissoras de TV aberta para subsidiar justamente o aparelho que faz essa conversão inicial, que é o **set-top box**. Então, esses investimentos fariam com que houvesse uma implantação mais rápida da televisão digital aberta. Esse é o ponto.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Agora, Dr. Marcos Dantas Loureiro, o senhor não focalizou na sua exposição, e colocou um ponto importante: a TV aberta brasileira é uma das melhores do mundo. Ela exporta programas, temos que nos orgulhar dela. Há programas de que devemos nos envergonhar – o Dr. Nelson Hoineff diz que torce até para o apresentador não ser brasileiro –, mas há programas para os quais temos que tirar o chapéu para a qualidade. Li nos jornais que há um entendimento entre o Brasil e a China para avançar para um quarto modelo. Esses entendimentos já ocorrem ou é uma coisa ainda muito preliminar, Dr. Marcos Dantas Loureiro?

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Senador, é muito preliminar. Houve alguns contatos diplomáticos. No entanto, mais de perscrutar de parte a parte o que cada um está fazendo, mais querendo ouvir do que falar.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Mas há a busca de um quarto modelo por aí.

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Sim, pode haver uma busca. Os chineses, não sabemos até quando ou até quanto, também estão propondo, ou melhor, estão buscando o desenvolvimento de um modelo próprio. Então, é possível algum tipo de interação. Mas também sabemos o peso do mercado chinês e a total falta de peso do salário chinês. Então, temos que ter muito cuidado na hora de fazer esse tipo de negócio, para não permitirmos a invasão de nosso mercado. E até me permitiria acrescentar que se temos, hoje, um parque nacional industrial essencialmente brasileiro, é graças ao Pal-M, que é uma tecnologia brasileira.

Há o Pal-G alemão, que o Instituto Militar de Engenharia adaptou ao Brasil. Graças a isso, criamos

aquilo que os países desenvolvidos fazem muito que se chama barreira técnica. Em vez de criar barreiras fiscais ou legais como a da reserva de mercado, os Estados Unidos, a Alemanha, a França e o Japão, sobretudo, criam barreiras técnicas. Criamos uma barreira técnica à importação que acabou obrigando as multinacionais a se instalarem no País para fazer aparelho de televisor aqui.

Lembro-me muito bem da época da introdução do videocassete, em que muita gente não tinha tempo e não queria esperar e, assim, ia em Miami comprar. Quando chegava aqui tinha que ir à eletrônica da esquina – e dava emprego e trabalho para o técnico em eletrônica da esquina – para fazer uma placa-ta, um mero circuito que permitia a conversão.

Esse não é um grande problema. Se houver a nossa...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, V. Ex.^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Não se trata de uma questão de permissão, pois V. Ex.^a a tem, mas temos que considerar os demais Senadores. O Senador Hélio Costa está inscrito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Dr. Marcos, permita-me, mas tenho uma pergunta que é pertinente e diz respeito exatamente...

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Desculpe-me, Sr. Presidente, se eu tiver saído do tema, mas me pareceu oportuno dar o esclarecimento aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – É claro que V. S.^a tem que dar a resposta adequada, e o Senador Demóstenes Torres não está impedido de fazer a sua intervenção. Somente estou alertando que há outros Senadores que desejam fazer uso da palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Ministro Miro Teixeira disse, recentemente, que o Brasil também poderia desenvolver uma tecnologia nacional a respeito.

Eu perguntaria se isso é viável, qual o tempo que demoraria, se demandaria recursos adicionais e se estaríamos reinventando a roda ou se esse poderia ser o caminho. Como V. S.^a está falando sobre a mesma coisa, quero aproveitar para fazer a minha pergunta nesse sentido, se for possível responder.

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Como havíamos dito antes, quando abordamos a parte tecnológica da televisão digital, esta é constituída por um conjunto de camadas e padrões para a transmissão, para a modulação, há uma camada de **software** que

é a mais próxima do usuário, que chamamos de **mid-wares**.

Uma parte desses padrões necessariamente pode ser captada e deve ser trazida do exterior. Isso todo mundo faz e, quando se fala do sistema americano, japonês ou europeu, parte desse sistema é formado por padrões que todo mundo usa, e parte, por padrões desenvolvidos. O que pudermos fazer no Brasil – e iremos fazer; a nossa universidade está trabalhando muito nisso; outra informação que posso dar é que participei recentemente de um seminário universitário e uns pesquisadores da Universidade de São Paulo – USP – informaram que há em bancada protótipo de unidade conversora **set top box**, que o protótipo custa R\$150,00. Assim, devemos fazer o que é racional, ou seja, aquela parte do sistema que interessará à política que quisermos traçar.

Aquela parte do sistema que é global, mundial e, de preferência, devemos buscá-la para não fazermos investimento ou gasto de tempo à-toa.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O Dr. Paulo Saab não pode responder, por questões éticas.

V. S^a acompanhou, na **TV Cultura**, eu me lembro, os primeiros testes feitos no Brasil de tevê de alta definição e digital. Se o senhor fosse comprar uma, escolher para sua casa, qual dos três modelos acharia melhor?

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Senador, não há nada pior do que um intelectual numa piscina tecnológica. Quer dizer, tivemos a seriedade, na **TV Cultura**, de convidar todos os produtores americanos, japoneses e europeus para fazerem a defesa de seus sistemas.

No final de cada exposição, ficávamos encantados com o sistema defendido. E chega-se à conclusão de que todos os sistemas têm competência para produzir a qualidade final. O problema não é o de qualidade final de transmissão, porque todas serão boas. O problema é saber qual o melhor modelo de negócio para o Brasil. Ou seja, não interessa saber sobre a qualidade final, porque todas seriam tecnicamente boas – umas privilegiam a transmissão para ponto fixo, outras para ponto móvel, mas penso que o americano também possui capacidade de chegar ao ponto móvel –, mas é preciso saber qual o modelo de melhor negócio para o Brasil. Por essa razão, disse que minha palestra seria baseada em uma visão política do problema. O Brasil deve saber o que pode fazer por conta própria, dentro de um conhecimento universal, e negociá-lo da melhor forma possível, a fim de que tenhamos condições, inclusive, de financiar o negócio inteiro, que envolve, como disse, televi-

sões públicas, que necessitam de auxílio para se implantarem, televisões comerciais, que, como todos sabem, estão em crise e necessitam de ajuda para implantar o sistema digital, e o próprio consumidor, que é o beneficiário final. Um modelo que seja perfeito mas não possibilite nem a implantação nem o consumo não interessa. Não estaremos em um **showroom** a escolher especiarias. A responsabilidade do País e do Governo é a de escolher um modelo de negócio, uma estratégia política que faça o melhor para o brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Agradeço a participação de todos, e concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, segundo inscrito.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, sigo o exemplo que nos foi dado pelos Senadores Sérgio Cabral e Demóstenes Torres, e passo a vez a quem de direito. Cederei, dentro da gentileza manifestada pelos dois Senadores, este momento à Senadora Iris de Araújo, já que S. Ex^a tem um compromisso imediato. Logo após a Senadora, se V. Ex^a me permite, farei minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Com toda certeza. A Senadora Iris de Araújo é a Vice-Presidente da Subcomissão de Cinema e Comunicação.

Com a palavra a Senadora.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, Sr. Presidente, ao nobre Senador pela gentileza de me ceder a palavra. Gostaria de fazer ao Dr. Marcos Dantas duas perguntas. Uma delas já foi, de certa forma, debatida, portanto, seria talvez um acréscimo.

Dr. Marcos Dantas, ao construir um padrão próprio de tecnologia digital para a televisão, que é o propósito do Ministério, pelo que tenho sido informada pela imprensa, não existe o risco de se criar um isolamento tecnológico que venha a privar o País dos benefícios da evolução das tecnologias hoje existentes?

Passo à segunda pergunta: ao iniciar nova política para a implementação de TV digital, o Ministro divulgou também que recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações – Funtel seriam utilizados para financiar as pesquisas necessárias ao desenvolvimento de um padrão nacional de tecnologia digital para televisão. Inicialmente, conforme se noticiou, os recursos seriam distribuídos entre a Fundação CPqD e o Instituto Gênus, do Grupo Gradiente. Indago: que critérios orientaram a escolha e qual a quantia destinada a cada uma das entidades? Que outras organiza-

ções se somaram ao projeto e quais os recursos a elas alocados?

São essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Com a palavra o Dr. Marcos Dantas.

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Obrigado pela pergunta, Senadora Iris de Araújo. Permita-nos esclarecer alguns aspectos da proposta do Ministério.

Em relação à primeira pergunta, inicialmente gostaria de insistir, como, inclusive, mostrei no gráfico, em que o sistema de televisão digital é formado por um conjunto de padrões, alguns deles utilizados por todos os sistemas – cada sistema se desenvolve em função das necessidades econômicas e sociais de cada país ou região –, e o nosso propósito é desenvolver aquilo que seja necessário às nossas necessidades econômicas e sociais, e não o sistema todo.

Não é possível haver qualquer tipo de risco de isolamento tecnológico, por uma razão muito simples: o tecnólogo, a pessoa que está trabalhando o desenvolvimento de tecnologias, usa um conhecimento que é universal: o de microeletrônica, de linguagens, de **software**. Muito provavelmente, considerando os padrões que hoje a nossa universidade está trabalhando, não posso afirmar com certeza, o **middleware**, que deve ser o nosso foco de pesquisa, vai utilizar a linguagem Java ou a HTML, que são universais. Então, os pesquisadores estão permanentemente participando de feiras, pesquisas, discussões, seminários internacionais, congressos. E lá eles estão absorvendo esses conhecimentos e também transmitindo os nossos. No mundo da tecnologia, da pesquisa acadêmica, no mundo digital, da internet, esse tipo de isolamento é praticamente impossível. Ao contrário, vamos exatamente acrescentar nossa capacidade de pesquisa, aquilo que estamos desenvolvendo ou que conhecemos a um conhecimento universal. Não podemos, como brasileiros, apenas receber conhecimentos de fora. Temos também que ter conhecimentos para oferecer lá fora, porque hoje o conhecimento é uma mercadoria muito valiosa, tanto que só se troca conhecimento por conhecimento.

Precisamos ter nosso desenvolvimento, nossa capacidade de produzir, de pesquisar, de desenvolver nossos **softwares**, nossos conteúdos, como corretamente lembra Nelson Hoineff. Precisamos disso, para poder trocar pelo que eles têm a oferecer, que também é conhecimento, conteúdo, **software**. Isso é, do ponto de vista da economia e até cultural, um dos aspectos principais do projeto que o Ministério está propondo.

O segundo aspecto é em relação aos recursos do Funtel. A lei que o criou estabelece que 30% dos seus recursos sejam aplicados na fundação CPqD. Então, essa fundação, por direito concedido pela lei, já recebe esse recurso.

A Fundação CPqD foi criada, em 1976, pela Telebrás; era uma organização estatal, um centro de pesquisa estatal, que, por ocasião da privatização e fatiamento do sistema Telebrás, ficou, por assim dizer, permita-me a expressão não tão protocolar, pendurada no ar. E, para não extingui-la, a solução encontrada foi transformá-la em uma fundação privada. Na verdade, ela não era uma fundação, apenas um centro de pesquisa, mas foi transformada em uma fundação privada.

Hoje, ele sobrevive com pesquisas que oferece ao mercado, tentando disputar com outras tecnologias – e trata-se de uma disputa bastante ingrata, porque, normalmente, o mercado que ocuparia é o das grandes telefônicas, que optam quase sempre por tecnologias estrangeiras. Então, para assegurar que lhe seja assegurada a sobrevivência e para que tenha fôlego até superar essa fase difícil – se esta for passível de ser superada –, o CPqD tem, por lei, direito a 30% dos recursos do Funtel e vai utilizá-los.

Quanto ao Genius, esse instituto também é uma fundação privada de pesquisa. Permita-me dizer que não é correto que esteja ligado à Gradiente. Foi fundado originalmente pela Gradiente e pela Nokia, que é uma empresa finlandesa. Mais adiante, a Nokia e a Gradiente se retiraram, e, hoje, o Genius, como o CPqD, também tentam sobreviver com pesquisas no mercado com vários clientes, entre os quais a Nokia, a Siemens, a Gradiente, evidentemente, e outras empresas. Não está absolutamente nada garantido, nada dito, não há informação oficial. Pode haver na imprensa, mas não há nenhuma afirmação oficial de que o Genius terá isso ou aquilo de percentual de recursos do Funtel.

O que temos dito e o que está, inclusive, na proposição do Ministério das Comunicações é que recursos do Funtel serão aplicados – como, aliás, é da natureza do Funtel – no desenvolvimento das tecnologias brasileiras. Esses recursos serão aplicados em função das normas do próprio Funtel, que tem suas normas de aplicação, suas regras, sua lei, um conselho gestor e agentes financeiros, que são o Finep e o BNDES. A parte dos recursos do Funtel a ser aplicada no projeto de TV digital será a que o Governo e a sociedade acertarem entre si. Como eu disse inicialmente, todas essas questões serão discutidas pela sociedade. Segundo proposta que estamos fazendo, será

criado um grupo executivo para tocar esse projeto com o Governo, constituído por empresários, universidades e centros de pesquisa. Esse grupo acabará decidindo que parcelas de recursos do Funtel serão necessárias para fazer as pesquisas. A partir daí, em função das regras do Funtel, atuais ou futuras, esses recursos serão distribuídos pelos centros de pesquisa, pelas empresas e pelas universidades.

Espero ter atendido a suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Senadora Iris de Araújo, V. Ex^a está satisfeita?

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar os Srs. Paulo Saab, Antônio João Filho e Dr. Marcos Dantas Loureiro por nos darem a oportunidade de fazermos esta reunião promovida por V. Ex^a. Muito especialmente, eu gostaria de cumprimentar o Jorge Cunha Lima, perene defensor da nossa televisão pública educativa e cultural.

Fico feliz de dizer ao Dr. Nelson Hoineff que S. S^a acabou de me tirar de um verdadeiro pesadelo. Eu pensei que estivesse absolutamente sozinho na defesa dos pontos de vista defendidos por V. Ex^a aqui.

Na última reunião sobre o assunto na Comissão de Educação, com a presença do Ministro Miro Teixeira, falamos de TV digital e ficou a impressão de que o Senador Hélio Costa, jornalista de 30 anos de profissão, era contra a implantação da TV digital no Brasil. Alguns jornais chegaram a publicar isso – o que é rigorosamente contrário à idéia que apresentei aqui.

Sou a favor da TV digital, mas acredito que estejamos passando o carro na frente dos bois. Temos que empreender todos os esforços neste momento para salvar a TV brasileira, para salvar os produtores da TV brasileira, para salvar o conteúdo da TV brasileira, a qualidade da TV brasileira, a nacionalização daquilo que vai para a TV brasileira, incentivando-a a produzir melhor, a produzir mais, com qualidade, dando emprego, promovendo o profissional do setor de comunicação. Estamos falando de algo que atenderá a uma minoria.

Vi gráficos do Dr. Antônio João Filho, mostrando claramente que a TV digital atenderá a 70% da classe A. Oitenta por cento dos telespectadores brasileiros estão nas classes C e D. Então, só 1% será atendido pela TV digital. E coitado do telespectador do alto do morro, que continuará vendo, mais uma vez, a discriminação, porque, agora, a classe A e a classe B podem até comprar um aparelhinho miraculoso, que poderá fazer aquelas transformações maravilhosas na

sua televisão. E ele, que já não tinha como comprar televisão e conseguiu comprá-la, agora terá que comprar uma caixinha para poder participar como os outros estão participando.

Fiquei extremamente preocupado porque ouvi o Dr. Paulo dizer que o modelo de negócio é mais importante. Concordo! É rigorosamente o que temos de fazer. O modelo de negócio tem de mudar no Brasil. Se não fizermos isso rapidamente, todas as emissoras de televisão, sejam elas das redes de televisão, sejam elas independentes, estão condenadas. Não vamos sobreviver neste momento difícil, em que o Governo está cortando as verbas que sempre foram muito generosas para as emissoras de TV, principalmente as particulares – nunca tão generosas para as tevês educativas, para a tevê pública, para o produtor independente.

Fico preocupado com a possibilidade de que não aconteça no Brasil alguma coisa que está um pouco fora do prazo. Por exemplo, até hoje cidades importantes no Brasil não têm sequer uma emissora de televisão. Lamentavelmente, o Senador Gérson Camata não está mais presente, mas eu o ouvi dizer “Até Juiz de Fora já tem...” Tem que ser o contrário: Juiz de Fora já tem. Agora veja só: Contagem, que é a segunda mais importante cidade de Minas Gerais não tem uma emissora de televisão nem particular, nem pública, de jeito nenhum. Fica escrava cultural de Belo Horizonte. Não tem a população da segunda maior cidade de Minas Gerais sequer o direito de mostrar o seu dia-a-dia, porque não existe uma televisão numa cidade que tem quase 600 mil habitantes – mas não tem uma emissora de televisão. É possível isso? Estamos discutindo quando vamos colocar a tevê digital? Queremos primeiro a televisão comum.

Outra cidade, Santa Luzia, com 200 mil habitantes, não tem televisão. Betim terá agora uma televisão cultural. Esses assuntos precisam ser tratados imediatamente. Somos totalmente a favor da discussão da tevê digital; acredito que temos de tomar uma posição, mas, na realidade, esse não é um assunto de Governo – aliás, a meu ver, o Governo não deveria interferir nesse processo. Quem tem que discutir da conveniência ou não de se instalar a televisão digital no Brasil é a indústria. São as empresas de comunicação que têm de saber. O Governo vai apenas ditar normas.

Outra questão: vamos ou não fazer uma televisão digital nacional? É possível? Bom, estou batendo palmas para o Ministro Miro Teixeira. Penso que será muito difícil fazer o que ele quer, mas, se ele conseguir, bato palmas para o Ministro. Até sugerir que ele

fizesse uma visita a Santa Rita do Sapucaí, onde temos, desde 1958, um dos mais importantes institutos de tecnologia do País criado pela nossa querida Sinhá Moreira. Vamos lá! Vamos ver o que se pode fazer utilizando o talento, a qualidade, a capacidade dos professores, dos técnicos que viveram toda essa extraordinária aventura de criar um instituto de tecnologia no interior de Minas Gerais. O que se pode fazer, isso eu não sei. Honestamente não estou muito certo, até porque é briga de cachorro grande, como se diz, a discussão do modelo digital que vamos assumir no Brasil: o japonês, o americano ou o europeu. Eu, particularmente, devo dizer que vejo diferenças enormes entre cada um dos modelos, diferenças muito grandes.

A propósito, faço uma pergunta direcionada ao Dr. Marcos Dantas sobre a diferença entre os modelos porque, veja só, o modelo japonês permitirá que se faça uma transmissão de vídeo no telefone: a telefonia celular visual, que é o modelo digital. Só que há um detalhe: não vi no gráfico que foi mostrado ali, por exemplo, a introdução de sistemas de compressão de imagem, alguns até tecnicamente superados, MP2, MP3. Estamos falando do modelo H264, que é muitas vezes superior a MP2, MP3. Está lá na frente para a telefonia celular, por exemplo.

Observem que curioso: uma característica que pode ajudar no desenvolvimento do H264 é que o padrão é livre; não é necessário pagar **royalty** para usá-lo, o que pode alavancar a sua adoção.

Quem sabe, no caso específico da telefonia digital visual, vamos poder fazer isso, com um modelo que não precisamos comprar? Essa é a pergunta para o Dr. Marcos Dantas.

O Dr. Jorge Cunha citou um dado importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Senador Hélio Costa, permita-me interrompê-lo apenas para informar a V. Ex^a que o Dr. Paulo Saab vai ter de se ausentar às 12h45min, no mais tardar. Se V. Ex^a tem alguma pergunta dirigida a ele, seria bom que já o fizesse.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito bem. Depois, volto à pergunta ao Dr. Jorge Cunha.

Vou fazer, então, uma pergunta ao Dr. Paulo Saab. O Presidente do CNPq, Erney Camargo, disse que a entidade dispõe de R\$20 milhões de recursos e que pretende utilizar 30% desses recursos em parcerias com a Fapesp para o desenvolvimento de excelências e grupos de qualidade para fazer pesquisas tecnológicas. Pergunto se a indústria está disposta a

participar, principalmente gerando bolsas de estudos. Por exemplo, Camargo disse que a intenção do Ministério de Ciência e Tecnologia é estabelecer parcerias com Estados e com a iniciativa privada e disponibilizar 500 bolsas para o Estado de São Paulo, para o Programa de Pré-Iniciação Científica. Pergunto se a indústria pode participar e se não dá para disponibilizar uma meia dúzia para Minas Gerais dessas 500 bolsas que estão indo para São Paulo.

Essa é a pergunta ao Dr. Paulo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, antes que o Dr. Paulo se retire, aproveito para fazer a minha pergunta, que é de caráter mercadológico.

O aparelho de DVD é um fenômeno recente no Brasil; houve uma explosão de consumo nos últimos cinco anos. Parece-me que a indústria não estava preparada para essa aceleração da demanda. Há alguma relação, nos estudos da indústria, entre a possibilidade desse aparelho de DVD, que há cinco ou seis anos custava não sei quanto, mas o senhor certamente sabe...

O SR. PAULO SAAB – R\$1.300,00.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Quanto custa hoje?

O SR. PAULO SAAB – R\$600,00, R\$500,00 e até menos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – A metade.

É possível se fazer uma ilação entre esse fenômeno e a TV digital no futuro?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Com a palavra o Dr. Paulo Saab.

O SR. PAULO SAAB – Não se trata de ilação; é uma questão realmente de comportamento de mercado. O mesmo fenômeno ocorreu com o telefone celular.

Há uma característica muito interessante. Disposmos de uma pesquisa que diz que o brasileiro, independentemente da classe social, é bastante interessado por nova tecnologia. O primeiro fator motivador de compra no Brasil é a tecnologia, independentemente do poder de compra do consumidor; ao contrário, por exemplo, da Europa, onde o primeiro fator de compra é a utilidade familiar. É uma questão cultural.

A questão do DVD não é bem assim. Os fabricantes se prepararam. Houve uma pequena demora até o aparelho deslançar no mercado, porque não havia muitos títulos disponíveis no início, também por uma questão cultural de aprendizado da nova tecnologia e pela questão econômica, de acesso. Tanto que depois tivemos realmente um crescimento expo-

nencial. Saltamos de quinze mil unidades para cem mil, depois para seiscentos mil. Neste ano, estamos parando. Vamos vender, neste ano, o mesmo tanto que vendemos no ano passado por conta da situação econômica do País.

A previsão – por isso falamos da importância do modelo de negócio – é de redução do preço, na medida em que a escala de produção e de venda aumentar. Isso tem uma curva que demanda alguns anos. Para que isso aconteça, é preciso que se tenha um modelo de negócio sustentável. Se tivermos uma TV que não tem programação, que não tem transmissão... O Senador Hélio Costa tem razão. Quando me perguntaram por que os fabricantes não têm pressa na implantação da TV digital, eu disse que a nossa pressa é no sentido de que se faça bem feito. No interior do Estado de São Paulo – não é preciso ir a Minas Gerais –, há cidades que não recebem sinal de nenhuma TV.

Então, respondendo a sua pergunta, a tendência de mercado é essa. Se tivermos um modelo de negócio que propicie ao consumidor acesso o mais rápido possível, a tendência é que a concorrência estimule isso, o preço vá caindo e possamos trazer mais consumidores para o mercado.

Agora, Senador Hélio Costa, a Eletros pleiteou – o Ministro Miro Teixeira disse-nos que irá providenciar, tenho até insistido um pouco com o Secretário Marcos Dantas – a presença de um representante nosso no grupo de trabalho que vier a tratar da implementação mais aprofundada da questão da TV digital, com a abertura da discussão por todos os ângulos propostos.

Quanto ao fornecimento de bolsa de estudo, teremos de ver individualmente com as empresas, porque não se trata de política associativa das empresas – mas pode vir a ser. Algumas delas têm trabalhado inclusive com a captura de melhores talentos nas universidades, enquanto ainda são estudantes, para que se possam desenvolver, oferecendo-lhes bolsas de estudos. Posso estudar melhor o assunto para depois lhe dar uma resposta, desde que a garantia seja equitativa para todos os Estados brasileiros.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, vou explorar um pouco mais o Dr. Paulo Saab, porque eu gostaria de corroborar com a observação do Sr. Marcos Dantas com relação à chamada barreira técnica, que é um instrumento, segundo ele e com o qual concordo, dos países do hemisfério Norte

nas relações comerciais. Creio que ele também concorda com esse posicionamento político do Ministério. Gostara de saber o que a indústria pensa desse conceito.

O SR. PAULO SAAB – Temos no Brasil, instaladas e sócias da Eletros, 25 empresas responsáveis por 98% do mercado da produção brasileira. Algumas empresas são de capital genuinamente nacional, outras, de capital internacional, multinacionais, associadas. Mas todas elas têm plantas instaladas em território brasileiro e geram emprego no Brasil.

A mentalidade dessas empresas e da Eletros é brasileira. Somos francamente a favor do desenvolvimento da indústria no País. Não é porque as empresas que estão no Brasil têm controle acionário de fora que não vamos lutar, até porque se perdermos esses investimentos, estaremos gerando emprego lá fora. As empresas multinacionais instaladas no Brasil têm consciência disso porque é no País que elas estão operando. Se por algum motivo elas deixaram de operar aqui, é aqui que os empregos se perderão. Isso não é uma falácia, e sim uma realidade. Tanto isso é verdade que as empresas fabricantes de bens de consumo eletro-eletrônicos no País têm lutado muito hoje para transformarem-se em plataformas de exportação e para ocuparem os espaços de outras concorrentes dos mesmos grupos instalados em outros países.

Para isso, temos de enfrentar ainda restrições de ordem burocrática, estrutural.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Permita-me uma indagação. Qual é o percentual de insumos importados pelo setor?

O SR. PAULO SAAB – Aproveito a pergunta para fazer um esclarecimento. Quando lemos nos jornais que o setor eletro-eletrônico teve um déficit na balança de R\$6 bilhões, é preciso esclarecer que o complexo eletro-eletrônico é todo segmento industrial que abriga telecomunicações, informática, automação industrial e bens de consumo. Nós, bens de consumo, somos responsáveis por cerca de 10% desse valor. Mas, na balança comercial de produtos acabados, exportamos mais do que importamos. Somos superavitários porque só importamos complemento de linha, aqueles produtos destinados à minoria citada pelo Senador Hélio Costa, porque a grande massa dos produtos consumidos no mercado brasileiro é por nós fabricada e porque geramos, entre empregos diretos e indiretos, em torno de 200 mil empregos no País.

A oportunidade da TV digital vai servir de alavanca para isso, mas hoje temos uma capacidade ociosa instalada de 35% a 40%. Então, precisamos melhorar a situação econômica geral do País, a situação da indústria no País, para podermos atingir o patamar mínimo e, a partir daí, voltar a crescer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Vamos liberar o Dr. Paulo Saab, porque, do contrário, ele perderá o seu vôlei, e retornar a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. PAULO SAAB – Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Paulo a atenção dispensada na resposta às nossas perguntas.

Vou então retomar a pergunta que iria fazer ao Sr. Jorge Cunha Lima, que tem um pouco de relação também com a brilhante explanação de Nelson Hoineff.

Em sua explanação, Sr. Jorge, o senhor disse que já chegamos a cerca de 36 horas semanais de programação conjunta entre as televisões pública e estatais. Fiz uma proposta no Senado, Dr. Jorge, de criação da **TV Brasil Internacional**. A **TV Brasil Internacional** seria o cartão de visita do País. Da mesma forma que temos a **BBC** de Londres, a TV francesa, a espanhola, a mexicana e a portuguesa, que chegam ao mundo inteiro vendendo as imagens e os produtos do país, fiz a proposta de criarmos a **TV Brasil Internacional**. Ela seria criada fortalecendo as TVs educativas, fortalecendo a **TV da Fundação Padre Anchieta**, a **TV da Fundação Roquete Pinto**, no Rio de Janeiro, a **TV Senado**, a **TV Câmara**, a **TV Futura**, ou seja, todas as emissoras que participam desse extraordinário complexo que mostra o Brasil aos brasileiros. Jogaríamos tudo isso em uma grande programação internacional que, em determinado momento, seria transmitida em inglês e, em outro, em espanhol, para atender ao extraordinário e importante movimento de globalização que obriga o Brasil a participar mais do mundo. Chegaríamos à África com o português – até com o sotaque da África, que é o do português de Portugal. Chegaríamos em inglês, no horário nobre – porque às 15 horas aqui transmitiríamos em inglês para a Europa, para os Estados Unidos. À noite, em espanhol. Para que se realize essa proposta, precisamos do fortalecimento das televisões públicas, das televisões estatais, das empresas de comunicação que o Governo mantém. Estaríamos mostrando a cara do Brasil, além do que lamentavel-

mente temos que mostrar, como o pífio futebol apresentado ontem por nossa seleção brasileira.

De repente, teremos melhores condições de fazer algo pelo País. Poderemos aproveitar, aqui, a produção independente da televisão brasileira, que é excepcional, de qualificação internacional. Poderíamos mostrar o Brasil ao mundo inteiro por meio dessa televisão.

Pergunto como V. S^a vê essa proposta que está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Educação sobre a criação da **TV Brasil Internacional**? Será o aproveitamento de tudo o que se faz, público e estatal, no Brasil por meio da televisão. E também, evidentemente, com a participação de todo e qualquer material doado pelas redes de televisão particulares.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Senador Hélio Costa, desculpe-me. V. Ex^a havia feito um indagação anterior ao Dr. Paulo. E quanto ao Dr. Jorge Cunha Lima?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Fiz uma pergunta anteriormente ao Dr. Marcos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Antes do Dr. Saab.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Posso até repeti-la.

A pergunta, Dr. Marcos, é com relação à utilização de determinadas tecnologias. Vou mencionar mais diretamente. Se o Projeto Brasil, de nacionalização do sistema de televisão nacional digital, já contempla tecnologias modernas que vão se renovando rapidamente. O exemplo que citei foi a existência do sistema H264, que substitui o MP2 e o MP3, para comprimir imagens, permitindo que se faça a transmissão de vídeo normal em 14 **frames** até pelo telefone. É um sistema que foi colocado gratuitamente no mercado internacional, sem se pagar **royalties**. Como está indo o processo de nacionalização se contempla as novidades, principalmente as que são gratuitas?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Sr. Marcos Dantas Loureiro.

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Inicialmente, Senador, quero dizer que já tive o prazer de visitar Santa Rita do Sapucaí onde, inclusive, fiz um palestra, há um tempo, na Escola de Engenharia. Conheci a saga daquele pólo de desenvolvimento tecnológico, daquele centro de excelência. Há uma estudentada briosa e uma produção grande de pequenos empresários e de futuros grandes empreendedores.

É realmente um empreendimento muito interessante e que tem feito parte da construção desse consórcio universitário, acadêmico, que estamos promovendo. É um consórcio que envolve, em números redondos, cerca de dez universidades. Há grupos de pesquisas desde Natal, Rio Grande do Norte, até Porto Alegre, Rio Grande do Sul e, dentro deste grupo de pesquisas, o Inatel – Instituto Nacional de Telecomunicações, está também participando.

Os grupos de pesquisa que estão trabalhando hoje com a temática de TV digital têm noção clara de um aspecto: o de que a universidade não deve pesquisar o agora, mas o futuro. A indústria preocupa-se com o agora porque ela preocupa-se com o mercado.

Mas é exatamente papel da universidade – e por isso é tão importante sua participação – olhar o futuro, olhar as novas tecnologias e ver como trazê-las, como adaptá-las. Não é olhar o MPEG-2, mas olhar o MPEG-4, e já tem grupo de pesquisa trabalhando com o MPEG-7, como com outras tecnologias que estão apontando: as tecnologias de interatividade que favorecem a interatividade; tecnologias que favorecem a produção dos conteúdos nacionais. Essa tem sido a grande preocupação da universidade brasileira. Posso dizer isso, porque tive a felicidade de participar, nas últimas semanas, de pelo menos dois seminários envolvendo esses centros de pesquisas e pude ouvir o relato dos trabalhos que estamos fazendo lá.

Por outro lado, não há, neste momento, não pode haver, uma definição de Governo quanto a qualquer das questões, a não ser as grandes diretrizes. Esperamos que esse grupo executivo que a Presidência da República deverá criar defina de fato o modelo brasileiro de televisão digital. Esse grupo envolverá vários órgãos de Governo, entidades empresariais, esse consórcio acadêmico que estamos ajudando a construir e envolverá o centro de pesquisa.

Na verdade, será um debate desse grupo, aberto à sociedade, um debate transparente à sociedade, um debate do qual membros dos grupos virão ao Senado e a Câmara para dizer o que estão fazendo e para serem cobrados em relação ao que estiverem fazendo.

Esse debate definirá uma série de questões e definirá afinal o modelo brasileiro, que é brasileiro pelas características culturais e sociais da nossa sociedade. Definirá o que há, no mundo, em termos de tecnologias que devemos pura e simplesmente pegar e trazer para cá, sem que fiquemos inventando a partir

dele, e definirá o que não há no mundo de tecnologias, que será o que precisaremos desenvolver porque não existem, não estão disponíveis. A nossa aposta às conversas originais, às conversas iniciais é que essencialmente vamos investir **middleware**.

Isso não quer dizer que outras camadas de **software** não venham a necessitar. É claro que quando se conversa com acadêmico, com universitário – também sou acadêmico-universitário – devemos levar em conta o fato de que ele é sempre muito mais ousado do que o industrial ou mesmo o usuário. Mas isso vai ser uma polêmica muito sadia para travarmos publicamente.

Os modelos hoje disponíveis, Senador, como já tinha dito antes, e a Mesa permita-me entrar um pouco mais em detalhe, foram desenvolvidos para as características das suas sociedades. O modelo americano é um modelo pioneiro; ele foi construído muito para fortalecer ou revitalizar as operadoras de televisão terrestre que estavam sendo corroídas pela televisão a cabo, pela televisão por assinatura. E, por isso, ele foi um modelo voltado no seu primeiro momento muito mais para televisão de alta definição, apostando que a qualidade de imagem, a qualidade de som ganharia o usuário. Isso não ocorreu. O usuário não se interessou muito por maior qualidade de imagem e som.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Se V. S^a me permita um dado importante: nos últimos dois anos, foram colocados no mercado americano três milhões de aparelhos de alta definição e venderam trezentos mil. É um fracasso.

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Exatamente. E normalmente quem compra esses aparelhos é porque quer ver DVD de melhor qualidade.

O modelo europeu já tinha uma outra finalidade; ele foi construído para quebrar o monopólio das televisões públicas, para introduzir a concorrência. Então, a prioridade deles não era nem a televisão de alta definição, mas a televisão de baixa definição, porque na televisão de baixa definição pode-se explorar melhor, pode-se fragmentar a banda de frequência e permitir que nessa banda de frequência de baixa definição entrem quatro canais – na de alta definição só entra um. Portanto, é um modelo adequado a um projeto político, foi um projeto político daquela sociedade e por isso ele tem características diferentes do modelo americano.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a me permite mais um aparte?

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Claro.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Essa é outra preocupação que levantamos aqui com relação à redistribuição de canais, na medida em que a tevê de alta definição – de baixa definição no Brasil – daria quatro canais para cada uma das emissoras já existentes. E nós teríamos que primeiro perguntar se o telespectador está satisfeito com o que ele está vendo em um canal ou ele vai querer ver o que não gosta em quatro canais de cada uma das emissoras de tevê?

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Essa será uma resposta que a sociedade terá que dar, acho que não cabe ao Governo responder isso agora.

O modelo japonês – e V. Ex^a frisou muito bem – foi um modelo voltado para a mobilidade, construído realmente para permitir que se veja televisão no celular. Portanto, ele tem uma série de características de robustez que asseguram e constroem isso, e ele tem outras características tecnológicas. Mas tudo começou com definições de natureza política, econômica e cultural; a partir daí se definiram as características tecnológicas necessárias para a introdução do modelo.

Faço votos de que também trabalhem assim, que primeiro olhemos para as características da nossa cultura, para a demanda do nosso povo, para as prioridades que temos. E aí, como homem deste Governo, acharei que a prioridade é esta, é a inclusão social, é a promoção da cidadania. E, trabalhando a partir desse ponto, voltemos para trás e vamos ver depois, ao final, qual é o sistema de natureza tecnológica que mais nos favorece e como a nossa universidade, nossos centros de pesquisa e nossa indústria favorecerão isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Passo a palavra ao Sr. Jorge da Cunha Lima.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a oportunidade de dizer ao Dr. Marcos Dantas Loureiro que fiquei muito feliz com a sua resposta, até porque já no início da sua dissertação o senhor dizia que o Governo não decidiu ainda qual é o modelo de televisão digital que teremos no Brasil. Isso é apenas uma discussão, que o Governo continuará fazendo até porque hoje, conforme o senhor mesmo colocou, a tevê aberta chega a 87% dos lares brasileiros e não iremos atender a uma minoria, o **minimum minimorum** do telespectador de televisão. Muito obrigado ao senhor.

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Com a palavra o Sr. Jorge da Cunha Lima.

O SR. JORGE CUNHA LIMA – Senador, acho da maior relevância a sua questão sobre que retribuição o Brasil dará à invasão cultural promovida pela informação globalizada, sobretudo norte-americana, em três níveis, no Brasil e no mundo, que é nos entupir de uma dramaturgia que não tem nada a ver com nosso sentimento, de um entretenimento que ora privilegia a violência, ora privilegia os **reality shows** e de uma informação que nos desinforma sobre a realidade do mundo – vide o caso da cobertura da Guerra do Iraque. Então o Brasil é invadido – como a Europa, aliás, como o mundo inteiro – por uma informação imperial globalizada, que não tem nada a ver com os nossos valores culturais. Como retribuir isso? Muito difícil, evidentemente.

O presidente da televisão cultural de Boston me falou que na casa dele trabalham um encanador que é brasileiro, um marceneiro que é brasileiro e outros brasileiros – a comunidade brasileira é muito grande lá. Como o Brasil vai retribuir, como vai mandar o seu produto?

Depende de duas coisas. Primeiro, daquilo a que o Sr. Nelson Hoineff se referiu: precisamos efetivamente estimular uma produção de conteúdos nacionais, não-americanizados ou não-globalizados, que sirvam para exportarmos para o mundo. Então, é uma estratégia no plano da produção.

Segundo, é uma estratégia de Estado e também da iniciativa privada brasileira de estarem presentes, sobretudo nos cabos importantes da Europa, da Ásia, dos Estados Unidos. Isso não é fácil. Hoje se tem um mundo de língua espanhola nos Estados Unidos muito grande e conseguiram instalar lá dois sistemas: o Mundo e outro sistema de cabo, o que, de certa forma, proporciona algum conteúdo latino, espanhol, para o mercado americano.

A Globo também tem presença internacional em relação a cabos. Estou de pleno acordo em que deve haver uma política de Estado que favoreça progressivamente essa presença. É consistente a proposta feita por V. Ex^a de tentar reunir os conteúdos já existentes, fazendo um **package** – “empacotar” não é a palavra correta – e comprando espaços em satélites; e televisões de todo o mundo.

Outra tentativa está sendo feita pela TAL – Televisão da América Latina: iniciar esse processo com a soma dos conteúdos das televisões públicas lati-

no-americanas, colocando no ar uma televisão latino-americana bilíngüe, em português e espanhol. Se o produto for em português, a sublegenda será em espanhol; se em espanhol, a sublegenda será em português.

Penso que temos tido muito pouca agressividade, como política de Estado e como política nacional, ao levar a cara brasileira para o exterior. Temos levado a imagem brasileira em cinema, mas com sucesso apenas para públicos de festival. A única versão da cultura brasileira que efetivamente tem universalidade é a música popular brasileira; é o único espaço brasileiro que conquistou o mundo. O nosso espaço audiovisual ainda é virgem de presença em outros países.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Dr. Jorge, acrescento que, ou fazemos televisão internacional institucional com a cara do Brasil, mostrando o que é o nosso País para o mundo inteiro, ou então ficaremos à mercê daqueles que mostram um Brasil diferente no exterior. Fui informado de que um dos programas mais conhecidos da televisão de Moçambique é um jornal policial veiculado por uma emissora de TV de São Paulo que exhibe os crimes da hora da tarde na cidade. Essa é a história que se está contando do Brasil. Não ficaria surpreso se amanhã um programa dessa natureza fosse divulgado no mundo inteiro.

Para complementar o assunto sobre como é importante a produção nacional, devo dizer que, rodando o mundo, notei que, em dezessete países eram exibidos programas da TV Globo Internacional. Num determinado momento, vivi uma situação que me orgulhou e me agradou extremamente numa pequena ilha na Grécia. Em companhia de um amigo, o famoso Boni, Diretor da TV Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, entrei num restaurante onde estava havendo uma festa de casamento. De repente, alguém disse para os donos da festa que éramos brasileiros. Então, vieram convidar-nos para participar do casamento, pois todos estavam assistindo encantados a novela *Escrava Isaura*.

Tais situações nos deixam muito entusiasmados com a idéia de que sabemos produzir televisão, cinema e arte. Devemos mostrar essa qualidade brasileira na TV internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – A lista de Senadores inscritos está esgotada.

Concedo a palavra aos autores do requerimento, que deveriam ter sido os primeiros a fazer indagações: os Senadores Sérgio Cabral e Demóstenes Torres.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, em primeiro lugar, elogio os palestrantes pela qualidade de debate que propuseram. A Comissão de Educação e a Subcomissão presidida por V. Ex^a foram muito felizes ao realizar esse amplo painel, contando com a presença de pessoas da indústria, das emissoras, do Governo brasileiro, das TVs educativas e dos produtores independentes, muito bem representados por excelentes palestrantes.

Penso que, por trás dessa discussão, há a discussão da cidadania, da afirmação da brasilidade. Tenho certeza de que, se Mário de Andrade estivesse vivo neste momento, estaria aqui discutindo esses instrumentos tecnológicos de **mass-media** para a afirmação da brasilidade, sem perder o sentido da interação global, da troca de culturas, de informações. Mas a verdade é que o massacre hoje é impressionante, é apavorante – massacre cultural, da baixa qualidade do que o brasileiro consome. Quero corroborar com as palavras do Nelson em relação a essa qualidade.

E o que o legislador pode fazer? O Jorge Cunha Lima conseguiu produzir, com um grupo de profissionais, um exemplo de TV educativa em São Paulo, que é a **TV Cultura** de São Paulo, que sofre por falta de recursos, que sofre com dificuldades, mas que conseguiu encontrar um modelo de TV educativa, que deve ser inspiração para todo o Brasil. Onde entra o legislador, o Congresso Nacional, para aprofundar essa discussão do conteúdo, sem um posicionamento anti-quado, atrasado, fechado, que não é o nosso objetivo, como também não é o da maioria dos Senadores? Como entrar nessa discussão do conteúdo?

Por outro lado – e essa pergunta é dirigida ao Nelson e o para o Jorge –, como a legislação brasileira pode ser alterada nesse sentido? Quais são os exemplos que temos da Europa, dos Estados Unidos?

Quando o Jorge Cunha Lima se referia à questão da invasão americana, **modus in rebus**, na França se fala francês, na Noruega se fala norueguês mesmo. Há uma identidade cultural. Pode entrar lá um enlatado, entrar a produção hollywoodiana, mas há uma briga, com uma legislação, com uma base cultural. Não sei onde entra a lei e a própria vivência cultural do país, a identidade cultural. Esse é o questionamento que quero fazer aos dois.

Em relação ao que foi exposto, **en passant**, ao se referir à TV digital, sobre TV a cabo hoje no Brasil, há uma crise. O Congresso aprovou, recentemente, a possibilidade de capital estrangeiro na parceria com a

TV a cabo. Pergunto ao Governo, na figura do Dr. Marcos Dantas, e ao setor privado, na figura de Antônio João Filho, como o Governo deve entrar nisso? Quais são as perspectivas para que o setor saia dessa crise? Porque a TV a cabo é também um grande ganho da cidadania, pois a qualidade é muito boa no Brasil. A qualidade da produção independente da TV a cabo, hoje, no Brasil, em alguns canais, é de excelente qualidade. Vemos isso na **GNT**, no **Multishow**, na **Bandnews**, na produção jornalística, na produção de documentários, na busca da identidade brasileira. Lamento, muitas vezes, quando estou vendo alguns programas dessa qualidade, o percentual de brasileiros que têm acesso a essa qualidade. É claro que há os enlatados que vêm juntamente. Não quero discutir a grade da TV a cabo, mas a solução empresarial desse setor, que é fundamental para o País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Antes de dar a palavra ao Dr. Antônio João, faço uma retificação. O projeto do capital estrangeiro na TV por assinatura foi aprovado aqui.

Mas ainda não foi nem para o Plenário do Senado.

Com a palavra o Dr. Antônio João Filho.

O SR. ANTÔNIO JOÃO FILHO – Obrigado, Senador.

Agradeço ao Senador Roberto Saturnino pela delicadeza do esclarecimento, que eu ia fazer de imediato. O tema que o Senador levantou, a respeito da baixa audiência da TV a cabo, é um dos motivadores da nossa presença aqui. Como mostramos no gráfico de cobertura das redes não apenas de TV a cabo, mas também das outras tecnologias, 70% da nossa audiência estão na classe A, que sabemos que é muito pequena. A indústria busca exatamente a forma de poder levar essa diversidade de canais, sejam nacionais ou estrangeiros, para uma quantidade maior da população.

Também sabemos que, para que as classes menos favorecidas sejam clientes das nossas empresas, será necessário o desenvolvimento de um conteúdo local que efetivamente interesse a essa camada da população, que não gosta de programação com legenda. Foram feitas pesquisas extensas em função disso, e essa camada da população gosta de se ver na televisão. Existe aí o velho problema do ovo e da galinha: quem nasceu primeiro. Ou se produz conteúdo que atinja essa camada da população, que, de alguma forma, tem que ser remunerado – não dá mais para ser remunerado com publicidade, tem que ser remunerado com mensalidade. Vemos poucas iniciativas desse tipo. V. Ex.^a citou o caso do canal **TV Futura**, um dos poucos que, de certa forma, tem uma lin-

guagem adequada não apenas à classe A, mas acredito que muito mais às classes menos favorecidas. Buscamos exatamente uma forma de aumentar a nossa base de distribuição de televisão.

Hoje vimos falar aqui de um **set-top box**, de um conversor multiplataforma, que, na nossa visão, é um elemento que pode potencializar uma distribuição maior dos sinais de TV paga pelo País. Há uma discussão sobre o aproveitamento dessa infra-estrutura de tecnologia de ponta, que já está nas nossas ruas, os investimentos, todos privados, já foram feitos, e essa infra-estrutura está subutilizada. Para se ter uma idéia, menos de 25% dessa infra-estrutura é utilizada, ou seja, temos uma ociosidade acima de 75%. Essa infra-estrutura é quase na sua maioria bidirecional, o que viria a favorecer as iniciativas de inclusão digital, muito bem lembrado no plenário. A televisão digital é muito mais que conteúdo, é interatividade. Para que haja interatividade, deve haver um caminho de volta. Não dá para fazer apenas pelo telefone. Tem que ser feito por um meio que fique constantemente ligado e não prive a família do uso do telefone. As redes existentes proporcionam esse caminho de volta com grande qualidade de transmissão, não uma banda estreita como a banda de telefonia, mas em banda larga. Se toda essa infra-estrutura for considerada no estudo da implantação da televisão digital, poderíamos matar dois coelhos com um tiro só: poderíamos favorecer a implantação da televisão digital e, ao mesmo tempo, dar uma força para a indústria de TV paga, que teve que se financiar sozinha todos esses anos e sofre, evidentemente, como outras camadas da população em outros setores, com o baixo nível de atividade econômica, que implica uma renda menor para o nosso consumidor.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sobre a celeridade da tramitação do projeto de abertura de capital no setor de TV a cabo, gostaria da opinião do senhor sobre essa perspectiva, porque acreditamos que o processo será célere no Congresso Nacional.

O SR. ANTÔNIO JOÃO FILHO – Na nossa maneira de ver a questão do capital estrangeiro, hoje nossa indústria é tratada como uma exceção. Há algum tempo, dizia-se que o setor de telefonia era de segurança nacional e que não poderia ser colocado, de forma alguma, na mão do capital estrangeiro. Hoje vemos que todas as telefônicas – com exceção da Telemar – são controladas pelo capital estrangeiro. É algo evidente.

No setor de TV paga já há permissão de controle das tecnologias de satélite e de MMDS por capital estrangeiro. O setor de TV a cabo é o único que está

fora dessa possibilidade. Nós vemos que a indústria de TV a cabo é uma indústria de distribuição. Há algum tempo, durante a tramitação da "Lei do Cabo", no começo da década de 90, havia um receio muito grande de que uma concessão de TV a cabo iria permitir que houvesse o controle total do conteúdo. Nós vimos, no decorrer desses anos, que isso não é verdade. O conteúdo não pertence aos operadores, aos distribuidores. A indústria de TV a cabo deseja uma maior possibilidade de ingresso de capital, para que possamos estender essas redes o máximo possível e carregar não só conteúdo nacional, mas estrangeiro também.

Não existem empresas de TV a cabo que gerem conteúdos. Existem algumas associações, mas não o controle do conteúdo por empresa de TV a cabo. Então, não consideramos ameaça à cultura nacional.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Roberto Saturnino, mais objetivamente, o projeto havia sido aprovado por unanimidade na Comissão de Educação e volta por conta da Emenda apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy. Parece-me que ela permite ao Presidente da República a definição do percentual de participação do capital estrangeiro. Creio que se trata de um projeto terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Ele é terminativo nesta Comissão; embora tenha de ir à Câmara. Mas também há recurso para o Plenário, então, de qualquer maneira, ele será apreciado pelo Plenário.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Mas eu gostaria de aproveitar a presença....

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – É evidente. Eu apenas estou fazendo um apelo aos Senadores, em razão do adiantado da hora e dos demais inscritos.

O SR. JORGE CUNHA LIMA – Na nossa opinião, não deveria haver restrição nenhuma, como não há para as outras duas tecnologias, da mesma forma que não existe nenhuma restrição de controle de capital para a telefonia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – O Senador Sérgio Cabral dirigiu questões também ao Dr. Cunha Lima e ao Dr. Nelson Hoineff

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Foram exatamente sobre como a legislação e o legislador podem colaborar com a grade, o conteúdo. Se há instrumentos, se é pelo caminho da legislação.

O SR. NELSON HOINEFF – Senador, eu acredito que temos de examinar alguns aspectos bem

particulares. Em primeiro lugar, vamos retroceder um pouco para a televisão digital. Em primeiro lugar, ela é inexorável, como qualquer nova tecnologia. Não pode ser detida; e é bom que não seja.

A televisão digital traz algumas características muito particulares em relação à televisão analógica que temos hoje. Tal como alguém mencionou, ela não é simplesmente um incremento de qualidade de imagem e de som. Na verdade, é quase o surgimento de uma nova mídia, por várias das propriedades inerentes à TV digital. A interatividade é apenas uma delas, assim como a multiplexação. Há ainda a capacidade de serviços como o T-commerce. Em muito pouco tempo clicaremos sobre o vestido de uma atriz de novela e ele estará na sua casa no dia seguinte, com débito automático no seu cartão de crédito. Isso é para bastante pouco tempo. Parece que estamos falando de um futuro muito remoto, mas estamos falando de cinco ou seis anos. Há também a possibilidade de uma relação inteiramente nova do espectador com a sua televisão.

A interatividade, ao contrário do que se imaginava há alguns anos, não consiste em se criar finais diferentes para programas, em fazer essas opções. Houve uma época em que era muito comum pegar-se uma cópia do **Casa Blanca** e reeditá-la. Fazíamos muito isso. Mas não é exatamente disso que estamos falando. Estamos falando da possibilidade de assistir, por exemplo, a um programa do ângulo desejado, como hoje, que já se pode assistir ao futebol escolhendo, em alguns casos, o ângulo que desejado.

Isso gera necessidade de conteúdo próprio, diferenciado. Nos primórdios da televisão, no início dos anos 50, acreditou-se, durante algum tempo, que seu conteúdo era radiofônico, ou seja, a televisão era um rádio adaptado. Com o tempo, a televisão desenvolveu a própria forma, a própria linguagem, mas não tanto quanto desejaríamos, é verdade. Hoje, a televisão hoje a idade que o cinema em 1954 mais ou menos.

O cinema, em 1954, era uma forma de expressão, uma forma artística superior, com todas teorias montadas, com uma sintaxe discutida. Infelizmente, o mesmo não acontece com a televisão, que, em grande parte, se comporta como um bebê, até mesmo como um retardado mental – em vista da minha comparação.

Mas temos pela frente o desenvolvimento de formas completamente novas, que nos dá a grande

oportunidade, Senador, de resgatar algo com o que nunca lidamos muito bem.

O modelo de produção em televisão, tanto aberta quanto por assinatura, hoje existente no Brasil é um modelo completamente falido, como sabemos. Temos duas grandes redes de televisão, que atravessam dificuldades financeiras muito grandes. Temos um conjunto menor de redes de televisão abertas, que vivem em permanente estado de insolvência. O resultado é o apelo para as formas mais banais, mais vis, mais torpes, mais vulgares de programação. E temos hoje um modelo de televisão por assinatura que, embora – como V. Ex^a bem ressaltou – traga momentos de alta qualidade, não foi capaz de desenvolver um modelo de produção auto-sustentável.

Grande parte – eu diria, a totalidade – desses documentários brasileiros de boa qualidade a que V. Ex^a se referiu não é financiada pelo mercado. Eles nascem de leis de incentivo à produção. O produtor busca e, por meio dessas leis, acaba financiando a própria televisão, porque a televisão tem esse produto a custo zero. Essa é uma distorção absurda.

Uma outra distorção muito grande, Senador, é imaginarmos que o espaço da televisão aberta é o da vulgaridade, o da permissividade, ao passo que o espaço da televisão por assinatura seja o espaço da inteligência, o espaço da cultura. Não é bem assim, tanto que, na Inglaterra, é exatamente o oposto. Na Inglaterra, a TV por assinatura, para implantar-se, para cristalizar-se, vai exatamente buscar formas mais populares de atração, para fazer frente à programação de altíssima qualidade que lhe é trazida pela televisão aberta, através da **BBC-1**, **BBC-2**, da **ETV**, **Chanel 4**.

Mencionei **Chanel 4** e gostaria de parar aqui por um minuto, para começar a responder à sua pergunta.

O **Chanel 4**, como várias outras redes de televisão – o meu amigo Cunha Lima que está aí não me deixa mentir -, é uma rede de televisão que estatutariamente não pode produzir.

No Brasil, uma das grandes causas dessa distorção está na confusão que se estabeleceu, que se cristalizou entre exibidora e produtora. Isso é um fenômeno tipicamente brasileiro. Mesmo em sociedades movidas pelo capital, como a sociedade americana, a televisão produz, no máximo, 30% do que ela exhibe. Isso é uma coisa natural. A pluralidade da produção é até, de acordo com muitos teóricos, uma ma-

neira de se aferir a qualidade da televisão. Uma televisão de qualidade não é necessariamente uma televisão que apresente conteúdo aceito institucionalmente. Apresentar uma sinfonia de Beethoven não necessariamente significará estar fazendo uma televisão de boa qualidade. Ter apresentado o jogo de futebol da seleção brasileira não significa que se fez uma péssima televisão, se o jogo foi péssimo. Se o jogo tivesse sido bom, então se estaria fazendo uma televisão de altíssima qualidade.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – O Pareira não entendeu a programação.

O SR NELSON HOINEFF – Temos, então, uma chance muito grande, Senador, para começar do zero essa questão, uma vez que temos um meio novo, no limiar, que não vai ampliar as características da televisão, mas vai, de certa forma, substituir a televisão. Nós temos – e essa é uma resposta muito objetiva a sua pergunta – que ter políticas de Estado integradas para o desenvolvimento tecnológico dos padrões de televisão digital e para o desenvolvimento de modelos de produção, que não são necessariamente uma produção independente. Até nem gosto da palavra “independente”, porque não existe tal coisa como produção independente. O que quer dizer produção independente? Isso acontece em praticamente todas as indústrias. A indústria automobilística não produz quase nada, ela monta. Há os fabricantes de pneus, de vidros, enfim, eles não são fabricantes independentes, eles são fabricantes integrados.

Temos um modelo de televisão onde a televisão por assinatura não consegue produzir absoluta e literalmente nada. Esses 180 canais que vemos em DTH são canais estrangeiros. O que temos de produção nacional ou é uma produção que faz parte de um guarda-chuva da **Globosat**, que é uma empresa da **Rede Globo**, ou uma produção independente que, quando existe, ela não é financiada pela televisão, ela é financiada pelos mecanismos de captação. E, muito pelo contrário, é o produtor que está lá financiando a televisão para entregar esse modelo de graça.

Eu disse, no início, e repito, que, nos três primeiros anos de implantação do modelo de televisão por assinatura nos Estados Unidos, criaram-se mais de 350 redes de televisão por assinatura, redle; pequeninhas, feitas quase em fundo de quintal, que hoje são redes como: ESPN, CNN, Discovery, Cartoon Network, etc. Redes que, mais tarde, foram sendo ab-

sorvidas pelas grandes corporações, por toda essa política que estamos conhecendo.

Nós não fomos capazes de criar sequer uma rede de televisão por assinatura independente. Isso é gravíssimo, é uma lição que temos que absorver para estudar o que podemos fazer em termos de televisão digital.

Para que se tenha uma idéia, existem, por exemplo, emissoras locais, como no Ceará, onde existe uma emissora de TV por assinatura voltada para a população. Seria uma emissora local. Ela não está em nenhum **line up** das redes de TV por assinatura em todos os outros Estados, apesar da fortíssima presença da população nordestina em locais como São Paulo, Rio de Janeiro, etc. Não está. Interessa mais ao mercado de televisão por assinatura, porque é mais viável colocar no ar mais de 100 redes estrangeiras do que colocar, para uma população nordestina, o sinal de uma emissora nordestina que está lá.

Não criamos, nesse tempo todo, redes independentes voltadas para assuntos específicos brasileiros; não criamos redes independentes voltadas para qualquer manifestação de cultura. Temos que começar do zero. Temos uma oportunidade extraordinária para começar do zero, integrando a política. Não podemos falar de implantação de padrões de TV digital.

Pessoalmente, a minha visão é a de que estamos atrasados nisso, ao contrário do que sustenta até o Ministério das Comunicações. Creio que estamos perdendo. As emissoras de televisão também acham isso. Deveríamos estar mais adiantados. Porém, temos a obrigação de integrar, desde já, a elaboração de políticas de Estado para a implantação de padrões tecnológicos de TV digital e modelos de produção, sejam independentes, sejam das emissora.

Para finalizar, como alguém bem o disse, a multiplexação implica que, de saída, cada emissora passa a ter quatro possibilidades de sinal. É claro que se utilizar o espectro para a transmissão em HDTV vai ter duas, em vez de quatro. Não é isso o que queremos. Não podemos “perder esse trem” neste momento. Não podemos deixar que sejam implantados modelos tecnológicos padrões de televisão digital sem que tenhamos a consciência de que temos que caminhar juntos na elaboração de modelos de produção.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – O Dr. Antônio João quer acrescentar algum comentário?

O SR. ANTÔNIO JOÃO FILHO – Eu gostaria só de fazer um comentário a respeito da evolução da televisão a cabo nos Estados Unidos.

É uma indústria que nasceu junto com a televisão aberta, justamente para levar o sinal de televisão àquelas localidades que não eram cobertas pelas emissoras de **brand cast** – e isso no começo dos anos 50. Somente a partir de 1984, quando a indústria já contava com mais de 40 milhões de assinantes, surgiram as redes independentes, no caso a primeira a **CNN**. É aquela história de quem nasce primeiro o ovo ou a galinha. Foi necessário que houvesse um mercado grande – 40 milhões de assinantes – para que surgissem as redes com conteúdo diferenciado. É isso o que gostaríamos também, de, hoje, ter 40 milhões de assinantes para que pudéssemos também ter a oportunidade de desenvolver canais destinados a essa população.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Dr. Jorge Cunha Lima.

O SR. JORGE CUNHA LIMA – Vou ser bem rápido, até para não perder o avião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – O Dr. Jorge Cunha Lima tem um compromisso. Ele vai ter que se retirar.

O SR. JORGE CUNHA LIMA – Mas ainda tenho tempo.

Estou de acordo com o que disse o Hoineff, mas creio que o ponto fundamental é o seguinte: o mercado e a tecnologia estão andando muito mais depressa do que a legislação. Vivemos numa quase acefalia de legislação sobre comunicação eletrônica de massa: 62 e 67, lei da Ditadura, segundo a qual, se fosse aplicada, a televisão cultura não existiria. Vivemos em absoluta ilegalidade com relação à lei de 67. O que nos salvou e nos colocou dentro de alguma possibilidade legal foi o Parlamento, a Constituição, na medida em que ela reviu o papel da concessão em gênero, quer dizer, ela absolveu também a televisão pública e deu norma, diretriz e, inclusive, aquilo que eu já disse: a criação dos três tipos de televisão, a pública, a estatal e tal. Nunca mais se legislou a respeito.

Então, vivemos num **laissez-faire**, e o mercado prevalece completamente na produção de conteúdos, dentro da tradição brasileira, em vez de ser uma geradora, é produtora. Esse mercado produziu essa coisa fantástica que é o domingo na televisão, que é baixar o nível ao máximo para ter todo mundo, o tem-

po todo e ao mesmo tempo, assistindo à televisão, que é a tal audiência universal. Satisfaz a todos baixando completamente o nível.

No entanto, não é com censura que vamos resolver isso, mas com cultura, alternativas e, evidentemente, com uma legislação que venha e que, de uma certa forma, pense em tecnologia e conteúdo como uma coisa única que tem que ser dada ao povo.

Depois, temos que estudar com honestidade, no Brasil, qual é o modelo de repasse de recursos para a sobrevivência da televisão comercial e não comercial. É uma hipocrisia, pois não temos recursos de investimento na televisão pública deste País e não temos recursos suficientes para produzir conteúdos.

Só para dar um exemplo ridículo, a Televisão Cultura tem 100 milhões em verbas, sendo que 40 milhões foram buscados em receitas próprias; 68, do Governo e 40, nossos. Esse número 40 é quase absurdo, é quase impossível de se obter. Se chegarmos a 20 ou 30, como eu havia dito ao Covas uma vez, é um milagre. E isso nós dá 100 milhões.

Então, temos 5 pontos de **share** que nos custam 100 milhões; a Globo tem 50 pontos de **share** que custam 1 bilhão e 500 milhões. Quer dizer, a televisão pública brasileira é mais eficiente como gestão que a televisão privada, só do ponto de vista de audiência, de **share**.

A televisão inglesa tem R\$12 bilhões por ano para fazer as maravilhas que faz a BBC, fora o que vende de produtos. O **Chanel Four** tem outro tanto, por quê? Porque é o modelo de repasse que é feito por meio de um sistema estável, que é, no caso de lá, a tarifa sobre o aparelho de televisão.

Não estou dizendo que esse é o modelo, estou dizendo que o legislador brasileiro tem que pensar num processo de repasse de recursos para a televisão pública e também estudar qual vai ser a sustentação da televisão privada, pois vimos que o sistema puro e simples da publicidade não está sustentando.

Depois, há outras coisas. Não seria o caso, não sei de que formato, de se ter uma disponibilização de satélites para a produção televisiva brasileira? Porque não podemos pagar essa transmissão para conteúdos em nível internacional. Isso talvez seja um problema de Estado, seja um problema público brasileiro.

Enfim, como estamos numa quase acefalia legislativa e como estamos diante de uma tecnologia inteiramente inédita, uma sintaxe nova, é o grande mo-

mento de o parlamento assumir a questão da televisão, da comunicação eletrônica de massa no Brasil, no que diz respeito à lei.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Temos, agora, dois Senadores ainda inscritos, o Senador Demóstenes Torres e o Senador Eduardo Azeredo. Acho melhor que os dois façam suas indagações e depois os nossos palestrantes respondam em conjunto.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, o Senador Hélio Costa levantou uma questão muito séria, relativa principalmente à não produção local de uma programação que chegue à população. O diagnóstico não é necessariamente a não implantação imediata do sistema digital para que possamos salvar o modelo vigente, a nossa televisão. Mesmo porque hoje a grade é tão vinculada que Brasília reproduz o que se produz no Rio de Janeiro e em São Paulo. Quem é que tem direito à TV, aqui de Brasília ou de Porto Alegre, a não ser produzir pequenos espaços jornalísticos e alguma programação referente ao futebol? Mesmo nas TVs com programação mais flexível, como a **TV Cultura**, por exemplo, nos Estados, não sei se por ausência de fiscalização, grandes programas são substituídos por uma programação local absolutamente ridícula. Por exemplo, no meu Estado, o melhor programa do Brasil, na minha opinião, sobre música popular brasileira, é retirado da programação para passar algo semelhante a um “Rolando Lero”.

Então, como disse o Dr. Nelson Roineff, nós não temos condição alguma de impedir que a TV digital seja implantada, mesmo porque a implantação em Contagem ou em outras cidades, a concessão dos novos canais, isso eu jogo para o Brasil inteiro, não vai depender se a TV é analógica ou digital. Ela pode ser implantada com a tecnologia digital. Parece-me também que o modelo já foi estabelecido pelo senhor, que, acredito, é o modelo da viabilidade, Dr. Jorge Cunha. É o que a empresa pode fazer e é o que o consumidor pode pagar. Isso me convenceu absolutamente, inclusive para discutirmos a esse respeito daqui para frente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador, V. Ex^a me permite?

Apenas para ressaltar, mais uma vez, que não me manifestei contrário à implantação da TV digital.

Apenas fiz a ressalva de que ainda existem vários setores da sociedade que sequer são cobertos pela televisão aberta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Aceito a ressalva. Mas eu também não disse isso. Muito antes pelo contrário, para usar uma expressão de Minas. (Risos)

Sr. Presidente, eu perguntaria ao Dr. Antônio João Filho – aliás, essa é uma preocupação nossa, que costumamos discutir aqui –, se, com a implantação da TV digital, em que quatro novos canais serão concedidos a cada rede de TV aberta, se isso vai estabelecer uma espécie de concorrência desleal com a TV a cabo? Ou não tem nada a ver? Se for mais ou menos isso, qual a solução para que as TVs a cabo possam continuar existindo, uma vez que, com as regras atuais, percebemos uma diminuição no número de assinantes?

O SR. ANTÔNIO JOÃO FILHO – Nobre Senador, é muito pertinente a sua pergunta. Evidentemente que uma diversidade maior de oferta de programação desencadeará uma concorrência; sem dúvida isso vai acontecer. No entanto, acreditamos que os primeiros usuários desses novos serviços de televisão digital já são clientes dos sistemas de televisão por assinatura. Acharmos pouco provável que o consumidor, que hoje tem na sua casa uma instalação de TV a cabo, se disponha a reinstalar um parque de antenas para receber os diferentes canais, no caso, de televisão aberta digital. Vai ser um desejo dele. Acreditamos até que o consumidor vai pressionar as operadoras para que elas venham a carregar esses sinais na sua infra-estrutura. Aí, acreditamos que haverá necessidade de uma nova discussão acerca da questão da obrigatoriedade de carregamento pelas operadoras de TV a cabo de todos os sinais de televisão aberta.

Hoje, segundo a legislação vigente, as operadoras de TV a cabo são obrigadas a carregar o canal de televisão aberta que está sendo distribuído na sua região. Não existia, até a promulgação da Lei do Cabo, uma distinção entre canal e programação. Hoje, com o advento da televisão digital, sim. Você tem um canal de seis megahertz e pode colocar ali quatro programações diferentes. Então, como a lei foi elaborada antes do advento desta tecnologia acreditamos que vá haver a necessidade de uma rediscussão da obrigatoriedade do carregamento desses canais pelas redes de TV a cabo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, acredito que já se falou tudo aqui, mas reitero a minha posição em relação à qualidade da TV brasileira, especialmente no aspecto da erotização precoce e da violência. Foi colocado pelo Senador Sérgio Cabral o que podemos fazer neste sentido.

Fala-se muito e evidentemente ninguém está querendo voltar aos períodos de regime militar, censura prévia, mas estamos chegando a um ponto absurdo. Não somos conservadores, e não há hipocrisia falar nisso. Nos Estados Unidos tem que se pagar para ter acesso aos canais de sexo, mas no Brasil a televisão é aberta. Eles alegam que é a programação começa a partir de meia noite. Mas o brasileiro assiste mesmo assim.

O fato é que temos tanto a questão do sexo quanto a questão da violência muito exacerbada nas televisões com a desculpa de guerra de audiência e que o povo gosta de programas de baixo nível. Acontece que temos que ter o caminho, e não ficou respondida a pergunta do Senador Sérgio Cabral no sentido de se saber o que podemos fazer para a regulamentação desse aspecto da qualidade. Evidentemente, o ideal seria que tivéssemos um estatuto próprio, mas isso já foi tentado e ainda não aconteceu.

Temos a questão da abrangência muito bem colocada. Lembro-me que em campanhas passadas, na de 94 mesmo, recorri ao Mário Covas para que ele me permitisse usar um pedaço do seu programa de televisão de São Paulo para falar aos eleitores do sul de Minas, porque a televisão mineira não chegava lá. Hoje já temos uma abrangência maior, e a parabólica é uma adversária, pois só pegam as TVs que estão em sinal de satélite. Às vezes, do lado de Belo Horizonte, conseguimos assistir ao jornal de São Paulo ao invés do de Belo Horizonte.

Essas questões são ligadas à abrangência e qualidade, mas que não podem inviabilizar, de jeito nenhum, o avanço tecnológico. A questão digital é inexorável e temos que avançar neste processo.

Foi falada a questão dos recursos para a televisão pública, numa omissão grave da reforma tributária. A reforma tributária, a pretexto de acabar com a guerra fiscal entre os Estados, está acabando com as leis de incentivo à cultura estaduais, que são feitas com base no ICMS. Há um artigo da reforma tributária que proíbe qualquer isenção, qualquer tipo de incentivo com o ICMS com o objetivo de se evitar a guerra fiscal. Entretanto, estão acabando com outra coisa.

Acredito que se trata de uma omissão. Precisamos fazer uma emenda que possa restabelecer essa perspectiva. Caso contrário, será pior ainda, Dr. Jorge Cunha Lima, porque as televisões culturais terão apenas o patrocínio nacional da Lei Rouanet, porque as leis estaduais – existem em treze Estados – serão desestimuladas.

A questão da TV pela Internet é outra opção que não foi mencionada aqui e que está surgindo. E aí? Vamos ou não fazer alguma regulamentação?

Gostaria de terminar manifestando a minha preocupação com o prazo, Dr. Marcos Dantas, pois sou muito aflito – minha origem é o Executivo, estou chegando ao Parlamento recentemente – com essa questão de prazo. Vamos ficar discutindo eternamente essa questão da tecnologia digital? Existe um prazo colocado pelo Governo? Sei das vantagens que podemos ter do Pal-M, o que acabou com que instalássemos fábricas aqui. Mas, por outro lado, isso nos impossibilita de fabricarmos para exportação.

Essas são algumas das questões que eu gostaria de manifestar, sobretudo a que se refere ao prazo, uma vez que não quero manter a antiga discussão de que não se pode colocar computador na escola na qual, às vezes, falta giz. Não dá. Essa discussão acontece sim. Muitos fazem uso desse argumento. Eu fazia um programa de computador para escola em Minas Gerais, e a Oposição da época fazia esse tipo de alegação. Por causa disso não vamos colocar computador? Não é isso. Creio possível fazer esse paralelo aqui. Não é por estar faltando qualidade na televisão que vamos deixar de avançar tecnologicamente na questão digital.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Dr. Marcos Dantas.

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Sr. Presidente, esta já é a intervenção final?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Sim, a menos que alguém ainda se manifeste aqui.

O SR. MARCOS DANTAS LOUREIRO – Sr. Presidente, inicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Dr. Marcos, nem por isso, deixaria de lhe pedir a brevidade possível.

O SR. MARCOS LOUREIRO DANTAS – Sem dúvida.

Inicialmente, relembro os momentos de salto técnico. Como muito bem dito aqui pelo Sr. Nel-

son, estamos indo para uma nova tecnologia. Não se trata de uma mera transição de um P&B para analógico. Os momentos de saltos tecnológicos realmente geram definições que depois marcam, plasmam a sociedade por décadas e décadas.

Nas origens da radiodifusão, lá no comecinho do século XX, os primeiros aparelhos de rádio eram do tipo radioamador – aparelhos de transmissão e recepção. As pessoas costumavam montá-los em casa comprando componentes nas lojas.

O conhecido dramaturgo alemão Bertholt Brecht fez até uma proposta, escrevendo um opúsculo ao qual deu o nome pomposo de “Teoria do Rádio”, em que sugeria um programa público que dotasse todas as pessoas em suas casas com aparelhos de rádio emissores/receptores. Convidaria os senhores a imaginar o que seria a sociedade hoje, com todo esse desenvolvimento tecnológico, se, lá nos anos 20, tivesse sido iniciado um programa de universalização de aparelhos emissores/receptores de rádio. Não teríamos essa radiodifusão monopolizada, em que há um produtor e uma audiência passiva, e provavelmente, não teríamos tido a triste experiência de Goebles.

Foi exatamente a necessidade de o Estado controlar a emissão ou a necessidade das grandes corporações, que viviam da publicidade, de controlar a emissão, que acabou gerando um tipo de modelo de rádio em que poucos emitiam e a grande massa apenas escutava.

Isso aconteceu, entre outras razões porque esse debate, em que pese alguns pensadores formularem algumas idéias diferentes, ficou restrito a um público muito pequeno e ao público diretamente interessado.

No caso da televisão também surge um debate parecido nos anos 50 nos Estados Unidos. Poderíamos ter tido uma televisão baseada no UHF; aí seria uma televisão múltipla, que permitiria a televisão em Belo Horizonte e em Contagem. No entanto, por causa também de decisões aparentemente técnicas, mas, na verdade, de profundo impacto político, introduziu-se primeiro o VHF, com grande cobertura, matando as possibilidades de produção local. O UHF chegou quando as pessoas já estavam habituadas, não era possível captar, já não havia aparelhos e publicidade. E o UHF nunca foi uma realidade, e poderia ser uma realidade a democratização da produção de TV e a introdução de conteúdos diversificados na televisão.

Estamos realmente vivendo uma nova transição, que, mais uma vez, vai-nos dizer se vamos querer um modelo de televisão democrático, participativo, cidadão, capaz de produzir conteúdos – concordo com o Sr. Nelson quanto à questão dos conteúdos. Estamos aqui discutindo uma tecnologia que vai plasmar exatamente o tipo de conteúdo que queremos. Será conteúdo brasileiro, nacional, que fale a língua do nosso povo? Ou meros conteúdos importados que falem uma língua cosmopolita e global?

São essas as discussões que estamos travando aqui. Creio que a proposta do Governo, do qual eu participo, está trazendo a alternativa de termos efetivamente uma produção de conteúdos brasileiros, como tive oportunidade de responder à Senadora, de qualidade universal e que possam concorrer lá fora, como muitas vezes já concorreremos.

Nesse sentido, particularmente, penso que o Governo também está preocupado com a discussão. O modelo japonês, por exemplo, Senador, ainda vai ser introduzido formalmente, na prática, em dezembro; ele ainda nem existe, ele vem de estudos, de pesquisas que o Japão vem fazendo nos últimos anos. Só em dezembro, o Japão se considera em condições de implantá-lo. O modelo americano é um pouco mais antigo; o modelo europeu é um pouco mais recente; e o modelo brasileiro, para dar certo e para ser brasileiro, terá que avaliar o que a nossa sociedade quer.

Evidentemente, não temos todo o tempo do mundo, até porque, como dizia John Maynard Keynes, a longo prazo estaremos todos mortos, mas temos um certo tempo para juntar a nossa sociedade e discutir o que queremos. Podemos fazer isso em dois, três, quatro anos. Não duvidamos de que, antes de quatro anos, não teremos algo funcionando comercialmente. Mas, provavelmente, ao longo desses quatro anos, já teremos um piloto funcionando em algum lugar, já teremos algumas experiências sendo feitas em algumas cidades, em alguns bairros, para ver como isso funciona; já teremos protótipos em qualidade comercial de unidades conversoras a custo acessível à população brasileira. E estaremos, sobretudo, discutindo, e V. Ex^a apresentou alguns aspectos, as muitas implicações regulatórias que essa situação toda envolve. Há toda uma regulamentação em telecomunicações, em TV a cabo, na própria radiodifusão, que precisa ser regulamentada novamente. A introdução dessa nova tecnologia vai levantar questões regulatórias muito sérias. Teremos que

discuti-las. Tenho certeza absoluta de que a Câmara e o Senado discutirão muito essas novas questões regulatórias.

Os prazos são aqueles que a nossa sociedade, com a ajuda dos nossos Congressistas, vai estabelecer. Mas faço votos de que, ao final do Governo do Presidente Lula, já tenhamos algumas experiências comerciais concretas de televisão digital na sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Agradeço muito a participação de V. S^a.

Essa foi a quarta audiência que fizemos sobre o tema, mas efetivamente foi aquela que mais avançou em esclarecimentos. Não significa que não possamos ter, amanhã – e teremos outras na quinta-feira e sexta-feira –, outra audiência em que avancemos mais. Porém, hoje, foi uma audiência muito rica, muitíssimo importante, cujo conteúdo deverá ser assimilado e objeto de meditação por todos nós em relação aos pressupostos da escolha do modelo, da escolha da tecnologia, os pressupostos de objetivos que a sociedade queira alcançar, questões de conteúdo. Enfim, temas da maior importância e que foram hoje aqui ventilados para avanço nessa decisão, que, se não tem pressa, se não tem urgência, também precisa ser reconhecida que será tomada. E, se nos omitirmos, se nos atrasarmos, a própria realidade acabará preenchendo esse vazio. Então, quero cumprimentar a todos os que participaram, especialmente os nossos quatro, cinco painelistas.

Agradeço muito a presença de todos.
Está encerrada a nossa audiência.

(Levanta-se a reunião às 14 horas.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES Comissão de Fiscalização e Controle

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO,
EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1^a
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a
LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE
ABRIL DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia dois de abril de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fis-

calização e Controle, com a presença dos Senadores EURÍPEDES CAMARGO, HELOISA HELENA, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, ROMERO JUCÁ, ANTERO PAES DE BARROS, OSMAR DIAS, JOÃO BATISTA MOTTA, ANA JÚLIA CAREPA e DELCÍDIO AMARAL. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada, e passa à deliberação da pauta, a iniciar pelo Requerimento de autoria da Senadora HELOÍSA HELENA, “convidando os senhores CARLOS EDUARDO DE FREITAS, Diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central e JOSÉ MARIA CABRAL DA ROCHA, ex-liquidante do Banco PRODUBAN, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre o processo de liquidação do Banco do Estado de Alagoas – PRODUBAN”, que é discutido e votado. Resultado: APROVADO. A seguir, deliberado o item 2 da Pauta: Requerimento de autoria dos Senadores OSMAR DIAS e ALVARO DIAS, o qual “requer, no amparo do que dispõe o artigo 71, VII, da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União, sobre o andamento dos processos nºs 2646/1997-8; 3789/1999-3/ 4779/1998-3; 5574/1999-4 e 9569/1999-5,” que é discutido e votado. Resultado: APROVADO. O Senhor Presidente Senador NEY SUASSUNA, dá conhecimento à Comissão acerca de “Representação encaminhada pela ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – ASSERT, referente ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, e designa o Senador ROMERO JUCÁ para analisar o assunto. Na seqüência, assume a Presidência da Comissão o Senador ROMERO JUCÁ, e o Senador NEY SUASSUNA passa à apresentação e leitura Relatório do Item 1: AVISOS NºS 2, DE 1998; 39, 40 e 43, DE 1999; 1, DE 2000; 5, 9, 72, 113 e 116 DE 2001; 19 e 21 DE 2002, que se refere aos Avisos constantes do Anexo I, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de Decisões e Acórdãos daquela Instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador NEY SUASSUNA. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa dos processos ao arquivo. Resultado: APROVADO. Fazem

uso da palavra os Senadores JOÃO RIBEIRO, OSMAR DIAS, ANA JÚLIA CAREPA e HELOISA HELENA. O Senador NEY SUASSUNA reassume a Presidência e convoca reunião para a próxima semana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador Ney Suassuna, Presidente.

Notas Taquigráficas da Reunião do Dia 2-4-03

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores favoráveis à aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passemos à pauta da reunião.

Há requerimentos que passo a ler.

REQUERIMENTO

(Autora: Senadora Heloísa Helena.)

Na forma do art. 90, inciso V, do Regimento Interno, requeiro sejam convidados os Srs. Carlos Eduardo de Freitas, Diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central, e José Maria Cabral da Rocha, ex-liquidante do Banco Produban, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão de Fiscalização e Controle sobre o processo de liquidação do Banco do Estado de Alagoas – Produban.

Seguem-se os fatos que justificam o presente requerimento:

1) o pagamento de R\$96 milhões ao Banco Econômico. Esse valor representa 80% dos recursos destinados aos pagamentos de credores diversos, tendo sido destinados ao Banco Econômico, entidade também em processo de liquidação na data do pagamento, sendo que tais recursos não apresentavam destinação específica para tal;

2) a celeridade com que esse pagamento foi efetivado. A liquidação extrajudicial estava praticamente conclusa e, por-

tanto, o novo administrador da massa falida do Produban, indicado pelo Governo Estadual, deveria vir a tomar a decisão distinta;

3) o desrespeito à legislação vigente. O pagamento realizado desrespeitou, em sua plenitude, a legislação, que estabelece que a forma do pagamento de indenizações nesses processos inicia-se com os trabalhadores, seguindo-se os impostos federais e, só então, outros credores;

4) omissão da informação. O liquidante omitiu à CPI da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas a informação referente ao pagamento supracitado, tendo ainda prestado informações equivocadas quando mencionou a existência de um débito com o Banco Econômico de apenas R\$7.253.937,99 no dia 30 de dezembro de 2001.

Diante dos fatos expostos, contamos com o apoio dos Srs. Senadores membros da Comissão de Fiscalização e Controle para a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o requerimento da nobre Senadora.

Antes, no entanto, faço uma ponderação, nobre Senadora. Embora o dinheiro do Banco do Estado não seja dinheiro federal, o órgão fiscalizador, o Banco Central, é um órgão federal. Portanto, cabe-nos pedir as informações ao Banco Central. Por esta razão, antes que alguém alegue que, sendo o banco estadual, não há interferência da Comissão...

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Mas ele já está federalizado!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mais uma razão.

Continua em discussão o requerimento. (Pausa)

A nobre Senadora quer fazer uso da palavra?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Não, Sr. Presidente. Quero aprovar o requerimento, se for possível.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Fica à Secretaria da Casa a incumbência de fazer a convocação.

Passo a ler o segundo requerimento, de autoria dos Srs. Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias.

REQUERIMENTO

(Autores: Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias)

Requeremos, ao amparo do que dispõe o art. 71, item VII, da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre o andamento dos Processos nºs 26.046, de 1997/8; 3.789, de 1999/3; 4.779, de 1998/3; 5.578, de 1999/4; e 9.569, de 1999/5.

A solicitação em tela se justifica pela razão de os processos referidos versarem sobre contratação de produtos e serviços de informática no âmbito da Administração Pública Federal, sobre os quais tem havido diversas manifestações nos meios de comunicação questionando os aspectos legais e econômicos, o que demanda atenção e preocupação por parte do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores favoráveis à aprovação do requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Comissão recebeu da Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador a solicitação de que o Banco do Brasil seja convocado para prestar informações sobre o acordo feito com a Visa International Service Association, o BB Banco de Investimento S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco ABN AMRO Real, que fizeram juntos uma **joint venture**, denominada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – Visa Vale, tendo o objetivo declarado no seu estatuto social. Diz a associação que foram cometidas inúmeras irregularidades. Inclusive, houve uma representação junto ao CADE, uma vez que está havendo uma tentativa de domínio do mercado.

Mandarei tirar cópia para V. Ex^{as}. Como chegou ontem à tarde, estou distribuindo para que um dos Srs. Senadores possa oferecer o relatório preliminar.

Não tendo havido autorização legislativa – que seria necessária, uma vez que o art. 37, inciso XX, da Constituição Federal, dispõe que depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de fundações, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada – e tendo em vista o desvirtuamento do PAT e uma série de outras alegações, pedem que a comissão verifique não apenas essa ação do Banco, mas também a regularidade legislativa das medidas adotadas.

Distribuirei esse assunto, para um relatório preliminar, ao Senador Romero Jucá, que, na próxima reunião, terá que, por gentileza, nos dar uma informação sobre...

(Intervenção fora do microfone.)

A Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador reclama que o Banco do Brasil fez uma associação com Bradesco, Banco Real, Visa e outras instituições, sem pedir autorização legislativa e confrontando uma série de artigos da Constituição.

Mandarei tirar cópia para as Sr^{as} e os Srs. Senadores e distribuirei, para o relatório preliminar, ao Senador Romero Jucá.

Peço ao nobre Senador que assuma a Presidência, enquanto relato dois pareceres.

Há duzentos e poucos pareceres distribuídos. Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que façam os relatórios para não acumularmos trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero registrar para o Senador Ney Suassuna que vou assumir a Presidência e não vou devolver.

Item 1 da pauta.

Com a palavra o relator, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de avisos constantes do Anexo I, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de decisões e acórdãos daquela instituição referentes a auditorias e inspeções realizadas nos Avisos nº 02, de 1998, nºs 39, 40 e 43, de 1999, nº 01, de 2000, nºs 05, 09, 72, 113 e 116, de 2001, e nºs 19 e 21, de 2000.

Como todos eram assuntos pacíficos, aglomeramos em um único relatório. Pedimos que a Co-

missão tome conhecimento da matéria e que, tendo em vista serem assuntos pacíficos, sejam arquivados os avisos.

É o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O voto do relator é pelo conhecimento da matéria e pelo arquivamento.

Em discussão o relatório do Senador Ney Suassuna, relativo ao item 1 da pauta. (Pausa)

Eu pediria à Secretaria que passasse o relatório às mãos da Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Isso é um processo de rotina, Sr^a Senadora. É apenas para conhecimento, e normalmente pedimos o arquivamento, quando não são polêmicos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – À conta de informação, esses processos são auditorias ou verificações feitas pelo Tribunal de Contas da União, que, apesar de tomar todas as providências, dá conhecimento à Comissão das providências tomadas. Trata-se de um processo de informe, para que fique registrado. Não depende de nenhuma providência da Comissão de Fiscalização e Controle.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejarem solicitar algum tipo de informação ao Tribunal de Contas, podem pedir vista.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pode pedir vista, pode pedir agravamento, pode pedir tomada de conta especial, pode tomar qualquer medida desse teor; mas trata-se de casos pacíficos, que não demandam essa medida.

A SRA. HELLOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Mas como há resultado de auditoria, se a pessoa quiser, pode solicitar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A aprovação do relatório do Senador Ney Suassuna não significa que não se possa solicitar, porque o Tribunal de Contas está tomando as providências.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de saber das possibilidades, porque pode ser que aconteça algo e que alguém faça alguma referência a uma dessas situações.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A qualquer hora, V. Ex^a pode mandar arquivar.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Com essa condição, sou favorável à aprovação do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passo a Presidência da Comissão ao Senador Ney Suassuna.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, apenas para justificar, inclusive para que a Senadora Ana Júlia Carepa tome conhecimento, que solicitei, com referência ao relatório que pretendo apresentar na próxima semana, as informações que julgo necessárias, sendo que algumas delas já estão em minhas mãos, algumas encaminhadas pela Senadora, e devo concluir o relatório até o final da semana, para apresentar na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Na próxima semana, se V. Ex^a trouxer, apresentaremos o relatório para o Plenário, como também faremos a instalação da comissão permanente solicitada pela nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

Informo aos nobres Senadores que ontem tivemos uma participação ativa na Comissão que ouviu o Presidente do Banco Central, juntamente com a Comissão de Fiscalização e Controle e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Fomos convidados pelo nobre Corregedor-Geral da República, Dr. Waldir Pires, para, na terça-feira pela manhã, estarmos presentes ao primeiro sorteio – é uma espécie de loteria – da área dos Municípios. E estaremos presentes.

Informo também que fizemos uma interação com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, de forma a estarmos sempre juntos, fazendo a repercussão dos assuntos no Senado e na Câmara. Então, marcharemos juntos na Comissão de Fiscalização e Controle, de forma que as duas Casas estejam em sintonia.

Senador Osmar Dias, dou as boas-vindas a V. Ex^a. Acabamos de aprovar o relatório subscrito por V. Ex^a e pelo Senador Alvaro Dias. Já determinamos à Secretaria o envio de requerimento, pedindo as informações.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, agradeço e justifico o atraso. Eu estava presidindo a Comissão de Educação, que teve de reunir-se hoje porque, ontem, fizemos uma audiência pública com o Ministro da Educação, Cristovam Buarque, e fizemos a reunião deliberativa hoje. Mas isso não será um hábito e, portanto, nas próximas quartas-feiras, estarei à disposição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Exulto com a informação de V. Ex^a., Senador, e informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores novatos que o Senador Osmar Dias é conhecido na Casa como um dos Senadores que trabalham com muita persistência e seriedade. Fico muito feliz com a presença de S. Ex^a nesta Comissão. Por isso fiz essa saudação. Temos sido parceiros em várias Comissões e tenho admirado o trabalho de apoio de S. Ex^a. Diante de medidas contra ou favoráveis ao Governo, S. Ex^a não deixa nunca de defender os seus ideais, as suas idéias, as suas opiniões.

Fico muito feliz com a vinda de V. Ex^a a esta Comissão, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Após a reunião, farei uma sugestão a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Srs. Senadores, não havendo mais assuntos a tratar, encerramos a reunião, agradecendo a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 11:57 horas.)

ATA DA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia nove de abril de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores EURÍPEDES CAMARGO, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, LEOMAR QUINTANILHA, ROMERO JUCÁ, ANTERO PAES DE BARROS, JOÃO BATISTA MOTTA e ANA JÚLIA CAREPA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é

dada como aprovada, e passa à deliberação da pauta. Item 1: Requerimento de autoria da Senadora ANA JÚLIA CAREPA, que “requer, nos termos dos incisos IV e VII, do art. 71, da Constituição Federal e do inciso V, do art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União auditoria sobre os cálculos realizados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, para apurar os valores devidos pela Companhia Vale do Rio Doce, a título de compensação financeira sobre a exploração de recursos minerais – CFEM e de taxa anual por hectare pesquisado.” RESULTADO: APROVADO. Item 2: Relatório sobre os AVISOS NºS 162, DE 2000 e 15 DE 2001, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de decisões e acórdãos daquela instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas. AUTOR: Tribunal de Contas da União. RELATOR: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. PARECER: Pelo conhecimento da matéria e remessa dos processados ao arquivo. RESULTADO: APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer, nos termos dos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal e do inciso V do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União auditoria sobre os cálculos realizados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), para apurar os valores devidos pela Companhia Vale do Rio Doce, a título de compensação financeira, sobre a exploração de recursos minerais – Compensação Financeira sobre Produtos de Natureza Mineral (Cefem) e taxa anual por hectare pesquisado. A autora é a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

Em discussão o requerimento da nobre Senadora. Com a palavra a nobre Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Apenas quero justificar esse requerimento, no sentido de que existe uma pendência, até jurídica, em relação a esses valores. O DNPM diz que a Companhia Vale do Rio Doce deve, por exemplo, de Cefem, 150 milhões de reais, que corresponde a quase todo o recolhimento de Cefem de um ano do Brasil inteiro.

Então nada melhor do que solicitar uma auditoria ao Tribunal de Contas da União, até para nos ajudar a dirimir essas dúvidas. O objetivo é este: esclarecer os cálculos em relação à compensação financeira de extração mineral.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, primeiramente, meu voto é favorável e, com a licença da Srª Senadora, a quem já pedi permissão, estou endereçando, na próxima reunião, requerimento idêntico para exame do pagamento de Cefem sobre exploração de ouro em algumas regiões do Estado de Minas Gerais.

Tenho sido procurado por famílias que alegam que essas mineradoras impedem o acesso do produtor à terra porque destroem a superfície agricultável e, ao pagar os direitos minerários do dono da terra, este não tem acesso à real produção. Então, tendo o cálculo do Cefem, saberemos quanto houve de produção real e quanto essa empresa deve aos donos das terras, que estão impedidos de usá-las em consequência da poluição, dos estragos que vêm causando a destruição da terra pelas mineradoras.

Com a licença da Senadora, ao aprovar seu requerimento, quero apresentar requerimento idêntico, já pedindo também apoio para tanto.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – V. Exª terá o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 2 da pauta. Sobre os Avisos nºs 162, de 2000, e 15, de 2001, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de decisões e acórdãos daquela instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas.

O Relator é o nobre Senador João Alberto Souza, para quem passo a palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vieram a esta Comissão, para que relatasse, os Avisos nº 162, de 2000, e 15, de 2001, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de decisão e acórdão daquela instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas. Distribuído a todos os Senadores, o relatório mostra que há compatibilidade com as contas apresentadas e o voto do Relator é pelo arquivamento do processo, conforme a praxe.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o voto do nobre Senador. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Há uma reiteração de convite, oriundo do requerimento da Senadora Heloisa Helena, que passo a ler:

“Tendo em vista requerimento de minha autoria para que seja convidado o Sr. Carlos Eduardo de Freitas, então Diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central, para prestar esclarecimentos a essa Comissão de Fiscalização e Controle, solicito a V. Ex^a seja mantido o referido convite, embora o referido senhor não esteja mais à frente daquela Diretoria em virtude de mudanças ocorridas em meados desta semana.

Pela atenção que o ilustre Senador certamente dispensará ao assunto, antecipadamente agradeço. Senadora Heloisa Helena.”

Faremos pessoalmente o convite ao Dr. Carlos Eduardo de Freitas e providenciaremos para que, mesmo não sendo ele o Diretor de Finanças Públicas de Regimes Especiais do Banco Central, tendo ocorrido os fatos sobre os quais a Senadora quer o esclarecimento durante a gestão do referido senhor, para que esteja nesta Comissão.

Quero informar aos Srs. Membros que estamos agendando para o dia 23 o nosso encontro, na Comissão, com o Sr. Francisco Valdir Pires de Souza, que vai discorrer exatamente sobre a área de atuação da Controladoria.

Informei na reunião passada, e enfatizo agora, que fizemos gestões junto à Comissão de Fiscalização da Câmara, ao Controlador-Geral e ao Tribunal de Contas para que tivéssemos maior interação nesse sistema de fiscalização.

Faremos uma visita ao Presidente do Tribunal de Contas, convidando-o para que também esteja nesta Comissão conosco, além dos convites que já fizemos, que são muitos, mas foi solicitado que deixássemos depois da Semana Santa. No Brasil, temos alguns costumes incríveis. Um é depois do Carnaval e, o outro, depois da Semana Santa.

Aguardaremos que passe a Semana Santa e, com certeza, virão aqui o Presidente da Caixa Econômica, o Presidente da Agência Nacional de Energia, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, entre outros, que convidamos para vir até a nossa Comissão.

A palavra está franqueada aos Srs. Senadores, caso queiram dela fazer uso.

Com a palavra o Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, em reunião passada falei do assunto que volto a falar hoje.

V. Ex^a havia dito que, no passado, tivemos, no Brasil, um levantamento das obras inacabadas.

Sr. Presidente, não sei que força teríamos para ajudar as autoridades. Tenho passado em obras que não se diga que sejam inacabadas e, sim, viáveis, mas que não foram acabadas. Não quero falar em todas elas, porque se poderia dizer que algumas delas não tivessem nem a necessidade de ser, mas uma ponte pela metade, uma ponte quando a outra está caindo ou está condenada.

Não sei se seria o caso, como conversaríamos, até que ponto ir, uma vez que não interessa também fazer o levantamento da obra inacabada para ela continuar assim. Até que ponto poderíamos instar as assembleias, os governos, a Presidência da República e os órgãos competentes para que isso realmente fosse realizado.

De qualquer maneira, é muito ruim para a classe política. Parece que nós, políticos, passamos uma idéia de irresponsabilidade política. Não tenho uma saída, mas apenas levanto o problema.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quero lembrar ao nobre Senador que é possível realizarmos pelo menos um levantamento mais profundo. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização possui, pelas solicitações de verbas, todo o levantamento. Podemos nós interar com essa Comissão e, ao mesmo tempo, com quem nos assessora em relação a custos, desvios, e tudo mais, que é o Tribunal de Contas da União, que também possui uma relação de obras inacabadas.

O Senado Federal realizou um levantamento muito grande, cujo acervo podemos utilizar, atualizando com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e com o Tribunal de Contas da União. Creio que a idéia de V. Ex^a pode contribuir muito seriamente com o Poder Executivo. Pois o que é realmente caro é a obra estar com o montante já aplicado, e não servindo à população. Portanto, devemos e vamos fazer. Tomarei as providências. E peço à Secretaria que faça contato com a Comissão Mista e também com o Tribunal de Contas da União.

Com a palavra o Senador Luis Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores da Comissão de Fiscalização e Controle, façam não um protesto, mas uma apresentação, e dou conhecimento à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a respeito de um assunto importante, que é a pauta do Senado Federal.

A pauta está trancada por uma posição assumida ontem pela Liderança do PMDB, do Senador Renan Calheiros, e por outros líderes, apoiada inclusive pelo Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo. E continuará trancada porque vários Estados, principalmente o do Rio Grande do Sul, do Governador Germano Rigotto, estão realizando numa discussão grave e séria com relação ao recebimento das rodovias federais. São mais de dois mil quilômetros de rodovias. E não ficou definido como o Estado do Rio Grande do Sul será compensado.

Quanto ao meu Estado, o Pará, a BR-222, antiga PA-70, que liga Marabá a Belém por Rondon do Pará, e por meio da PA-70 chegamos à Belém-Brasília, e, por conseguinte, até Belém, foi concluída ainda durante o Governo de Almir Gabriel, que bancou trinta e seis milhões dessa rodovia federal.

O processo deu entrada no Ministério dos Transportes, à época, a fim de que fosse encaminhado e incluído nas medidas provisórias, como as que foram executadas na semana passada, com relação ao Estado do Amazonas, do Piauí, do próprio Maranhão e outros. O Estado do Pará não está incluído na medida provisória. Tenho certeza de que o Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, deve estar ultimando as providências a fim de que o Estado do Pará tenha esse direito reconhecido pelo Ministério dos Transportes, logo depois pelo Ministério do Planejamento, e, principalmente, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não há por que prejudicar um Estado como o Pará, que participa positivamente da balança comercial e de pagamento, todos os anos, há mais de onze, com mais de US\$12 bilhões nas exportações.

Até porque importamos muito pouco. Exportamos US\$12,4 bilhões e importamos cerca de US\$300 milhões por ano. O Estado do Pará conta com esse ressarcimento.

Reforço a posição do Líder do meu Partido, Senador Renan Calheiros. Estive com S. Ex^a há pouco em seu gabinete, fazendo pressão no sentido de que mais um Estado não atendido também se coloca contra a medida provisória. Continuaremos lutando a fim de que a pauta seja reaberta somente quando tudo for definido. É o esclarecimento que faço nesta Comissão tão importante do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador. Realmente, tais problemas têm ocorrido. Decidiremos com os Líderes. Soube que agora mesmo o Senador Aloizio Mercadante esteve reunido com outros líderes para tentar dirimir essas dúvidas e obter soluções.

Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar uma posição em relação ao que disse o nobre Senador Luiz Otávio. Realmente, o tratamento de todos os Estados tem que ser equânime, não pode ser diferenciado. Quanto a esse assunto, podem contar com o nosso apoio, porque, nesse caso, o mesmo tratamento dado para um estado tem que ser dado para o outro, já que se trata da mesma situação e do mesmo assunto. V. Ex^a pode contar até mesmo com o meu acompanhamento para que essa igualdade esteja garantida.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu darei a palavra ao Senador imediatamente, depois farei um aviso.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Quero pedir permissão para voltar ao assunto anterior, das obras inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, Senador.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Concordo com o nobre Senador que aborda essa questão, que é premente. A meu ver, quando uma obra é iniciada, o prejuízo maior é não terminá-la. Mas há as prioridades.

No Distrito Federal, há a questão do metrô. Eu me sinto à vontade para falar dessa questão porque fui um dos deputados que, na época, votaram contra não o metrô em si, mas a obra, que não era oportuna na-

quele momento e sabíamos que ficaria inacabada. Há 12 anos a obra foi iniciada e, na minha região, Ceilândia, só há os buracos. Isso traz um prejuízo para a cidade, porque a obra inacabada sofre uma degradação. É necessário fazer a manutenção, o que traz um prejuízo muito grande para o erário. Na época, eu me posicionei contra a obra porque sabia o que causaria a sua descontinuidade, pois não seria construída no tempo necessário e o custo seria muito maior do que o benefício social que ela poderia trazer. Disse ao Secretário de Obras da época que, apesar de ser contrário, ela seria aprovada e que eu seria um dos primeiros a buscar esforços para terminá-la. Então concordo com o Senador quanto a trazermos essa discussão e sanar esse prejuízo causado pelas obras inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a está coberto de razão.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dar umas informações aos Srs. Senadores, inclusive ao Senador Luiz Otávio.

Todas as comissões, a exemplo da Câmara, têm um número de assessores a ser contratados. Isso não foi feito no Senado, porque todos os Partidos assinaram, mas o PT ainda não. Eu estou convidando os demais presidentes de comissão para verificarmos se, unidos, conseguimos deslançar esse assunto. Por quê? Vejam que o mais importante nesta Comissão, para nós, não é só a entrevista com o Executivo, não é só trazer a comprovação ou buscar a análise do que foi aplicado e se foi aplicado corretamente. Nós também temos a obrigação de comparar os projetos com a execução, com o que está sendo obtido, e verificar a sua economicidade, a sua realidade. O meu sonho, como Presidente da Comissão, é termos assessores que possam fazer, por exemplo, o levantamento das universidades no Ministério da Educação, para sabermos por que está custando na universidade tal mais caro do que manter um aluno na Europa. Por que é mais caro manter um aluno em algumas universidades federais do que mantê-lo com bolsa numa universidade européia? Nós temos que verificar custos. E os nossos portos do Ministério dos Transportes? E em relação a algumas autarquias? Este, sim, seria um trabalho de fôlego para a Nação: compararmos e trazermos à Casa, por meio da TV Senado e da tribuna do Plenário, informações que permitissem mostrar alguns custos que são incompatíveis com resultados. Mas precisamos de assessores, precisamos de uma estrutura maior. Não pode ser só o Senador, que já vive como um satélite, correndo entre Plenário e algumas comissões, e que não tem tempo de fazer essas análises. Devemos que ter

um corpo técnico que nos permita isso – hoje temos, para analisar as contas, o Tribunal de Contas. Mas, fora isso, com o que contamos para fazer um trabalho de maior fôlego? Ah, mas quando se descobre alguma coisa errada, podemos pedir um recurso ao Senado para fazer um processo de fiscalização. Mas como puxar a ponta da linha se não tivermos a análise dos dados num panorama geral?

Então é esta a preocupação desta Presidência, que está lutando para, em curto prazo, termos os dados que nos permitam as comparações e o contraste entre o que foi feito, o que foi planejado e o que está sendo obtido.

Quero informar aos senhores que estamos tomando essa providência e que deveremos promover, logo após a Semana Santa, essa reunião. Hoje sequer houve **quorum** na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas, logo após a Semana Santa, deveremos realizar essa reunião com todos os presidentes de comissão, para contarmos com essa infra-estrutura necessária.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h08min)

ATA DA NONA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia trinta de abril de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores IDELI SALVATI, ANTONIO CARLOS VALADARES, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, ROMERO JUCÁ, ANTERO PAES DE BARROS, JOÃO BATISTA MOTTA, ANA JÚLIA CAREPA e DELCÍDIO AMARAL. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e passa à deliberação da pauta. Item 1: AVISO nº 11/2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 35, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre au-

ditoria realizada no Banco do Brasil, na área de publicidade (TC – nº 001.594/97-4)”. AUTOR: Tribunal de Contas da União. RELATOR: Senador LUIZ OTÁVIO. PARECER: Pelo conhecimento da matéria e remessa dos processado ao arquivo. RESULTADO: APROVADO. Item 2: AVISO nº 127/2001, mediante o qual o Tribunal de Contas da União “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 156, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Votos que os fundamentam, sobre auditoria realizada na Petrobras Distribuidora S.A, na de área de licitações e contratos no período de 13/4 a 26/5/2000 (TC nº 010.837/2000-8)”. AUTOR: Tribunal de Contas da União. RELATOR: Senador LUIZ OTÁVIO. PARECER: Pelo conhecimento da matéria e remessa dos processado ao arquivo RESULTADO: APROVADO. Item 3: AVISO nº 13/2002, mediante o qual o Tribunal de Contas da União “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 11/2002 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado em obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado do Pará (TC – 004.014/2001-2)”. AUTOR: Tribunal de Contas da União. RELATOR: Senador LUIZ OTÁVIO. PARECER: Pelo conhecimento da matéria e remessa dos processado ao arquivo RESULTADO: APROVADO. Item 4: AVISO nº 49/2002, mediante o qual o Tribunal de Contas da União “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 663/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Petrobrás com o objetivo de analisar os procedimentos licitatórios da entidade e seus contratos, especialmente após o advento do Decreto nº 2.745, de 1998, bem como verificar a implantação da homepage Contas Públicas (TC – 016.176/2000-5)”. AUTOR: Tribunal de Contas da União. RELATORA “ad hoc”: Senadora ANA JULIA CAREPA. PARECER: Pelo conhecimento da matéria e remessa dos processado ao arquivo RESULTADO: APROVADO. Item 5: AVISO nº 61/2002, mediante o qual o Tribunal de Contas da União “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1509, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Plano Estadual de Qualificação – PEQ relativo aos exercícios de 2000 e 2001, especialmente em relação aos recursos repassados ao Estado do Paraná pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TC – 014.497/2001-6)”. AUTOR: Tribunal de Contas da União. RELATOR “ad hoc”: Senador CÉSAR

BORGES. PARECER: Pelo conhecimento da matéria e remessa dos processado ao arquivo RESULTADO: APROVADO. Item 6: AVISO nº 51/2002, mediante o qual o Tribunal de Contas da União “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 655/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a consolidação de auditorias realizadas em universidades federais, relativamente às suas fundações de apoio, criadas com participação de recursos públicos sem autorização legal (TC – 017.029/2001-2)”. AUTOR: Tribunal de Contas da União. RELATOR “ad hoc”: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. PARECER: Pelo conhecimento da matéria e remessa dos processado ao arquivo RESULTADO: APROVADO. Item 7: AVISO nº 156/2002, mediante o qual o Tribunal de Contas da União “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 559, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada na obra de extensão do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte/MG, sob a responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU (TC – 003.547/2001-6)”. AUTOR: Tribunal de Contas da União. RELATOR “ad hoc”: Senador EFRAIM MORAIS. PARECER: Pelo conhecimento da matéria e remessa dos processado ao arquivo RESULTADO: APROVADO. Foi apresentado, também, extra-pauta, o Parecer Prévio, de autoria do Senador JOÃO RIBEIRO, relativo à PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE nº 01, de 2003, pela rejeição da matéria. RESULTADO: foi concedida vista coletiva da matéria. A seguir, foram apresentados e aprovados as seguintes matérias: Requerimento nº 13, de 2003-CFC de autoria da Senadora IDELI SALVATI, que requer “sejam convidados o Senhor Francisco Waldir Pires de Souza, Ministro de Estado da Controladoria Geral da União; o Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal; o Senhor José Francisco de Castilho Neto, Delegado do Departamento de Polícia Federal; e as Senhoras Raquel Branquinho e Valquíria Quixadá, Procuradoras da Procuradoria Geral da República, para que, junto à Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, tragam esclarecimentos a respeito da situação atual sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao exterior (Contas CC5)”; Requerimento nº 14, de 2003-CFC, de autoria da Senadora ANA JÚLIA CAREPA, que requer, nos termos dos incisos iv e vii do artigo 71 da constituição federal e do inciso v do art. 102-a do regimento interno do senado federal,

seja solicitado ao tribunal de contas da união auditoria sobre o convênio petc-001/001 – firmado entre a eletronorte e a secretaria executiva de saúde pública do estado do Pará; Requerimento nº 15, de 2003-cfc, de autoria do Senador DUCIOMAR COSTA, que, “com base no disposto no artigo 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, e com vistas a apurar a responsabilidade pelo péssimo estado de conservação em que se encontra a BR 316, no trecho compreendido entre Belém e a cidade de Castanhal, requer informações ao Ministro dos Transportes, através do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, Dr. ILIZEU REAL JÚNIOR e Requerimento nº 16, de 2003-CFC, de autoria do Senador NEY SUASSUNA, que requer, “nos termos do art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, a realização de inspeção no Banco de Investimento S/A, Subsidiária do Banco Do Brasil S/A, sobre a representação apresentada pela Associação das Empresas de Refeição e Alimentação – convênio para o trabalhador – ASSERT. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Em votação, a ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos uma pauta com sete itens.

Passa-se ao Item nº 1:

Aviso nº 11, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 35/2000, relativo ao Banco do Brasil.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Luiz Otávio.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Com a palavra o nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Ney Suassuna; Sr^{as} e Srs. Senadores, o Aviso nº 11, de 2000, do Tribunal de Contas da União, encaminha

cópia do Acórdão nº 35-2000, relativo ao Banco do Brasil.

Como Relator, meu parecer é pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 2:

Aviso nº 127, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 156/2001, relativa à auditoria realizada na Petrobras Distribuidora.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador **Luiz Otávio**.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Antes de passar a palavra ao Relator, Senador Luiz Otávio, quero dizer a V. Ex^{as} que pedimos informações ao Banco do Brasil sobre uma denúncia que aqui foi feita e estamos aguardando. Na próxima semana, deveremos ter o retorno das informações.

Com a palavra o Senador Luiz Otávio, para relatar o Item nº 2.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, eu só queria saber se o meu relatório a respeito da proposta da Senadora Ana Júlia – nº 1, de 2003 – está extrapauta, porque não o estou vendo na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a está requerendo que seja incluído na pauta de hoje?

Em discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Penso que seria necessário termos conhecimento do relatório antes de votá-lo. O que estamos votando hoje, além de serem mensagens, já estava na pauta anteriormente; então, todos já tiveram acesso a elas.

Portanto, quero propor que o Senador entregue o relatório, para que seja distribuído para todos, a fim de que, na próxima reunião, possamos votá-lo, porque não me sinto à vontade de votar um relatório que não conheço ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador concorda?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, o relatório foi entregue à Comissão ontem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Mas não foi distribuído, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ele entraria extrapauta, se não houvesse problema. Seria possível conseguirmos as cópias agora? No final, voltamos a esse assunto, se a Senadora estiver satisfeita. Se não, faremos a inclusão da matéria na pauta da próxima reunião. Mas vamos distribuir o relatório para ver se resolvemos esse problema.

Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Item nº 2 refere-se ao Aviso nº 127, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 156, de 2001, relativa à auditoria realizada na Petrobras Distribuidora.

O parecer é pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Depois de apreciarmos o Item nº 3, eu pediria que o Item nº 4 fosse lido pela Senadora Ana Júlia. Estou pedindo isso agora apenas para adiantar, para S. Ex^a poder ler e ter conhecimento.

Item nº 3:

Aviso nº 13, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 11/2002, relativa a obras em estabelecimentos penais no Estado do Pará.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Luiz Otávio.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Passo a palavra ao Relator, Senador Luiz Otávio.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Item nº 3 refere-se ao Aviso nº 13, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 11, de 2002, relativa a obras em estabelecimentos penais no Estado do Pará.

O parecer é pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Eu só queria um esclarecimento, que pode ser dado pelo próprio Senador Luiz Otávio.

Se quisermos levantar qualquer questão em relação a essa matéria, o fato de estar no Arquivo não nos impede de requerer, não é isso?

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – De maneira nenhuma. Apenas, para ser bem claro, bem objetivo, em relação ao seu questionamento, todas as matérias que discutimos e votamos na Comissão, como é o caso do Aviso nº 13, de 2002, com relação a obras em estabelecimentos penais no Estado do Pará, já passaram pelo Tribunal de Contas da União, que já fez a auditoria e aprovou as contas. A matéria apenas veio para a Comissão de Fiscalização e Controle para processarmos e remetermos ao Arquivo. Porém, ela estará sempre à disposição de quem quiser.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senador Relator não teve dúvidas, por isso está pedindo o arquivamento; mas, se V. Ex^a tiver dúvidas, não apenas pode pedir vista para analisar, como, estando a matéria arquivada, V. Ex^a terá acesso a ela na hora em que quiser. Qualquer desses processos pode voltar à baila sempre que um Senador individualmente o solicitar.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – E o próprio Tribunal de Contas, parece-me, também toma as providências necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sim, nobre Senadora, mas há momentos em que consideramos que deve haver medidas complementares. Então, pedimos uma tomada de contas especial. Eles, então, enviam os técnicos e pedem, especialmente, uma nova tomada de contas, que, depois de feita, nos é enviada. Quando eles encontram alguma irregularidade, já determinam a penalidade. Muitas vezes, perguntamos se já foi cumprida a penalidade.

Então, esse é o objetivo da Comissão: fazer o acompanhamento.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se V. Ex^a, Senadora, ler o processo todo, verá que há uma observação interessante:

“Observa-se que o TCU, Tribunal de Contas da União, no envio das decisões ao Senado Federal, fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso Nacional, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte da Comissão, é bastante claro no aspecto da legitimidade e da legalidade da proposição.”

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por centenas de vezes, já pedimos para agravar e pedimos uma tomada de contas mais precisa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Está certo. Sinto-me esclarecida, Senador. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 4:

Aviso nº 49, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 666, de 2000, referente à auditoria realizada na Petrobras, relativa a procedimentos licitatórios e contratos.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Gerson Camata.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Peço à Senadora Ana Júlia que seja a Relatora **ad hoc**

V. Ex^a tem a palavra para relatar o Item nº 4.

A SRA. RELATORA AD HOC (Ana Júlia Carepa) – O Senador Gerson Camata não se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por isso pedi para V. Ex^a ser a Relatora **ad hoc**.

A SRA. RELATORA AD HOC (Ana Júlia Carepa) – Relatório da Comissão e cópia da decisão referente à auditoria realizada na Petrobras, relativa a procedimentos licitatórios e contratos.

O Tribunal analisou, na sessão do dia 19 de junho de 2002, tomou as providências necessárias, e o voto do Relator, Senador Gerson Camata, é o seguinte:

“Diante do exposto, nos termos do Ato nº 01, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo”.

É o relatório do Senador Gerson Camata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, o relatório do Senador Gerson Camata, relatado pela Senadora Ana Júlia, como Relatora **ad hoc**. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 5:

Aviso nº 61, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 1509/2002, referente à auditoria na execução do Plano Estadual de Qualificação pelo Estado do Paraná.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Gerson Camata.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Com a palavra o nobre Senador da Bahia, César Borges, para proferir o relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (César Borges) – Sr. Presidente, sobre o Aviso nº 61, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 1.509, de 2002, referente à auditoria na execução do Plano Estadual de Qualificação pelo Estado do Paraná.

Vejo a esta Casa, à Comissão de Fiscalização e Controle, esse aviso do Tribunal de Contas da União, encaminhando essa decisão referente à auditoria na execução do Plano Estadual de Qualificação, pelo Estado do Paraná, feito com recursos repassados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, relativamente aos exercícios de 2000 e 2001.

O processo chegou ao Senado, em 19 de novembro de 2002, e foi encaminhado a esta Comissão, em 21 novembro de 2002. Em 21 de fevereiro de 2003, foi designado Relator o Senador Gerson Camata, que conclui:

“O que se observa é que o Tribunal de Contas da União enviou tais decisões ao Senado Federal, fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso Nacional, de forma a mostrar o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte desta Comissão.”

Observa-se, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar providências, uma vez que as determinações impostas

pelo Tribunal compreendem as medidas cabíveis à espécie.

Voto do Relator:

Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo.”

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 6:

Aviso nº 51, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 655/2002, referente à auditoria realizada em universidades federais, relativamente às suas fundações de apoio, criadas com participação de recursos públicos sem autorização legal.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador **Gerson Camata**.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Peço ao Senador João Alberto para ler o relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (João Alberto) – Sr. Presidente, a matéria versa sobre o Aviso nº 51, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 655/2002, referente à auditoria realizada em universidades federais.

O Relator é o Senador Gerson Camata, que, por motivos de ordem superior, não pôde estar presente. S. Ex^a já havia dado o voto, que passo a ler:

“Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo.”

Sr. Presidente, é o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Saudamos a Senadora Ideli Salvatti, que ingressou na Comissão ontem. S. Ex^a é muito bem-vindá.

Estamos muito felizes com a entrada de V. Ex^a nesta Comissão, Senadora.

Passa-se ao Item nº 7:

Aviso nº 156, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 559/2001, referente à auditoria realizada na obra de extensão do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte/MG, sob a responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Gerson Camata.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, como Relator **ad hoc**

O SR. RELATOR AD HOC (Efraim Moraes) – Sr. Presidente, sobre o Aviso nº 156, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 559, de 2001, referente à auditoria realizada na obra de extensão do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte, Minas Gerais, sob a responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

O Relator, Senador Gerson Camata, apresenta um histórico da matéria, cita a legislação pertinente, faz uma análise profunda da matéria e conclui com o seguinte voto:

“Diante do exposto no Ato nº 1, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo.”

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Sobre a mesa, há quatro requerimentos, que serão lidos e apreciados, e o pedido do Senador João Ribeiro de que seja incluído na pauta, como item extra, o relatório de sua autoria que foi entregue ontem.

Primeiramente, leremos os requerimentos e, em seguida, apreciaremos o pedido do Senador João Ribeiro.

O primeiro requerimento é da Senadora Ideli Salvatti, que requer o seguinte:

“Nos termos regimentais, sejam convidados os Srs. Francisco Waldir Pires de Souza, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União; o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal; o Sr. José Francisco de Castilho Neto, Delegado do Departamento de Polícia Federal; e as Sr^{as}. Raquel Branquinho Nascimento e Valquíria Quixadá Nunes, Procuradoras da Procuradoria-Geral da República, para que, junto à Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, tragam esclarecimentos a respeito da situação atual sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao exterior – conta CC5.”

“Justificação.

A imprensa tem noticiado, nos últimos dias, que uma equipe da Polícia Federal, acompanhada de Procuradores da República que estão desenvolvendo investigações, especialmente em Nova Iorque, Estados Unidos, podem retornar ao Brasil sem terminar o processo de investigação, o que acarretaria enorme prejuízo ao trabalho já realizado, que, ainda segundo a imprensa, está acontecendo há pelo menos 75 dias. Segundo as informações divulgadas, ainda permanecem em Nova Iorque um delegado e um perito da Polícia Federal. As duas Procuradoras citadas no requerimento teriam retornado ao País no último final de semana.

Por esse motivo, estamos propondo o requerimento com o convite para que compareçam à Comissão o Ministro Francisco Waldir Pires de Souza e o Delegado Paulo Fernando de Costa Lacerda, que poderão esclarecer sobre o andamento das investigações. Em seguida, as duas Procuradoras citadas poderão prestar informações quanto ao estágio atual das investigações; e, por último, assim que retorne de Nova Iorque, também o faria o Delegado José Francisco Castilho Neto.”

Em discussão, o requerimento da nobre Senadora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, queria parabenizar a Senadora Ideli Salvatti pela iniciativa. É oportuno que o Senado Federal acompanhe essa questão. Diz-se que a evasão de divisas deste País representa verdadeira sangria na poupança nacional. Hoje se diz que, no exterior, há quase o montante da dívida externa brasileira em recursos mandados ilegalmente ou pelas contas CC5. Mais de US\$ 70 bilhões estariam lá fora ilegalmente,

e US\$ 80 bilhões pelas contas CC5. Isso é quase o total da dívida externa.

Portanto, já que o Governo Federal tem uma Controladoria, cujo Ministro Chefe é o Sr. Francisco Waldir Pires, S. Ex^a deveria esclarecer as providências que precisam ser tomadas para que não haja essa sangria na economia nacional, que tanto precisa desses recursos internamente.

Dessa maneira, é importante apoiar e enaltecer a iniciativa da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Queria acrescentar que já foi convidado a vir à Comissão o Ministro Waldir Pires. Podemos informá-lo desse assunto e juntar as duas coisas. Em relação aos demais, vamos aguardar.

Continua em discussão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Para colaborar com a importante discussão, gostaria de informar que, na tarde de ontem, recebi um telefonema do delegado da Polícia Federal que está em Nova Iorque, Dr. Castilho, que me prestou algumas informações. É claro que a investigação corre em caráter sigiloso, não pode ser aberta, mas ele nos deu notícias de que as investigações estão indo muito bem, com muita facilidade junto às autoridades norte-americanas, junto ao banco central norte-americano. Conseguiram a quebra do sigilo bancário das contas. Agora são quatro anos de sigilo bancário quebrado, de 1996 a 1999.

Segundo as informações, houve investigações para esclarecer praticamente tudo aquilo que sabemos a respeito de escândalo envolvendo dinheiro - crime organizado, narcotráfico, lavagem de dinheiro corrupção e sonegação. A impressão que ele tem é a de que, pela conta no Banestado em Nova York, tudo de uma maneira ou de outra, acabou passando por lá.

Portanto, a conclusão das investigações poderia dar ao Governo brasileiro, às autoridades brasileiras, verdadeira radiografia da retirada do dinheiro de forma ilegal, todos os mecanismos e praticamente quase todas as modalidades dos crimes que ocorreram nesses últimos anos. Essa é uma investigação que, pelo volume de recursos, leva-nos à presunção de que algo em torno de US\$ 30 bilhões tenha sido desviado.

Trata-se daquele suado dinheiro do povo brasileiro que acaba faltando aqui para as tantas necessi-

dados que temos de políticas públicas, e que foi evadido. Essa investigação é de suma importância, e a nossa grande preocupação – o Dr. Castilho também colocou – é que há uma dificuldade da manutenção da equipe, porque custa caro. A manutenção da equipe em Nova Iorque não é barata, por conta de toda a estrutura. Atualmente, há um delegado e um perito criminal trabalhando lá com o Dr. Castilho, que nos informou que a permanência de apenas duas pessoas é mais do que suficiente para realizar as investigações. Entretanto, ele precisa de tranquilidade para trabalhar. Por isso, solicitou que realmente nos esforçássemos para que o Governo e as instituições brasileiras entendessem a importância da permanência dessa equipe nos Estados Unidos.

Portanto, fiz o requerimento exatamente com o objetivo de trazer as autoridades e reiterarmos a importância da conclusão das investigações. Até porque, como V. Ex^a sabe, Sr. Presidente – V. Ex^a inclusive o assinou –, existe um requerimento para a instalação de uma CPI. No entanto, ainda não o apresentamos, porque, como as investigações estão ocorrendo fora do País, é importante que elas sejam bem feitas e concluídas para, posteriormente, analisarmos a conveniência ou não da instalação dessa CPI no Senado Federal.

Por isso, agradeceria muito se a Comissão aprovasse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua em discussão a matéria.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, sou favorável ao requerimento. Cumprimento a Senadora Ideli Salvatti, porque essa é uma preocupação justificável em nosso País. E precisamos fazer a nossa parte: investigar essa sangria de dinheiro que, na verdade, está ocorrendo.

Sr. Presidente, proponho que votemos esse requerimento e suspendamos a reunião, porque a Ordem do Dia está quase começando. Não poderemos continuar votando matérias na Comissão enquanto houver votação no plenário. Sugiro que votemos logo essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Assim que iniciar a Ordem do Dia, seremos comunicados.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Informo à nobre Senadora que, mesmo o assunto sendo sigiloso, ele pode ser apreciado em sessão secreta. Além disso, temos o direito de pedir um processo investigatório, que equivale a uma CPI localizada, com o Senado Federal patrocinando os técnicos, os peritos e tudo o mais, porque assim funciona a Comissão.

Portanto, V. Ex^a pode, inclusive, dar continuidade à análise das informações na Comissão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a me anima mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passa-se ao segundo requerimento.

Assim que nos informarem que se iniciou a Ordem do Dia, suspenderemos a reunião.

O outro requerimento é da Senadora Ana Júlia Carepa.

“Requeiro, nos termos dos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal e do inciso V do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União auditorias sobre o convênio PETC-001/001, firmado entre a Eletronorte e a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, com ênfase nos seguintes pontos:

1. Em que estágio se encontra a construção do hospital, objeto do referido convênio?

2. Como foram gastos R\$467.658,55, alegadamente repassados pela Eletronorte à Sespa?

3. Apuração da responsabilidade a respeito de uma suposta dívida oriunda desse convênio, de R\$600 mil, com a empresa Dinâmica.

Justificação.

A solicitação é necessária e urgente em virtude da troca de acusações de que a população toma conhecimento por meio da imprensa, enquanto sofre as conseqüências da falta do hospital e de um possível mau uso do dinheiro público.”

Em discussão. (Pausa.)

A SRA. ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, justifico aos Srs. Senadores e à imprensa que o requerimento é auto-explicativo. Trata-se de dinheiro público federal.

Portanto, cabe a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O requerimento seguinte é do Senador Ducimar Costa.

“Com base no disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal e com vistas a apurar responsabilidade pelo péssimo estado de conservação em que se encontra a BR-316 no trecho compreendido entre Belém e a Cidade de Castanhal, requeiro que sejam encaminhadas ao Gestor do Dnit – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes –, Dr. Ilizeu Real Júnior, as seguintes indagações:

1. Em quem data a obra de duplicação daquela rodovia foi concluída e entregue ao Dnit?
2. Qual foi a empresa que ganhou a concorrência e realizou os serviços?
3. No edital, constava alguma garantia técnica e previsão da conservação da estrada?
4. No caso positivo do item nº 3, por quanto tempo?”

Esse é o requerimento do nobre Senador Ducimar Costa.

Se aprovado, o requerimento será encaminhado ao Ministro dos Transportes.

Em discussão, o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O próximo requerimento a ser apreciado é de minha autoria, oriundo daquele material recebido, que pede ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção no Banco de Investimentos S. A., subsidiária do Banco do Brasil, sobre a representação apresentada pela Associação das Empresas de Refeição e Alimentação, em convênio com o trabalhador. É um subproduto daquilo que já aprovamos aqui.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador João Ribeiro pediu que fosse incluído o seu relatório.

A Senadora tem alguma ponderação a fazer?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT-PA) – Continuo defendendo a idéia de discutirmos e votarmos a matéria na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a pode pedir vista. Mas o Senador precisa ler antes o relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Pode apenas anunciar o resultado, já que foi dada vista.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Anunciado o resultado. V. Ex^a, Senadora, poderá pedir vista.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá está solicitando que eu leia somente o voto, que é contrário, é pelo arquivamento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT-PA) – Peço vista.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Peço vista também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedi da vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias.

Esta Comissão tem uma Subcomissão a implantar, mas a Senadora pede que isso não seja feito hoje

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT-PA) – É que falta um Membro da Subcomissão, Sr. Presidente. Como V. Ex^a, da outra vez que ia haver eleição, solicitou que não se procedesse à refeijada implantação, porque o Senador Leomar Quintanilha estava doente, sugiro que aja da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – São apenas cinco os Membros. Se falta um, há desequilíbrio. Como será voto secreto, é bom que estejam presentes todos os cinco Membros.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Qual é mesmo essa Subcomissão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Trata-se de uma Subcomissão permanente que analisará as agências reguladoras.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT-PA) – Eu gostaria que V. Ex^a convocasse a eleição para a próxima reunião.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – V. Ex^a poderia citar os nomes, só a título de esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os titulares e os suplentes nomeados para a Subcomissão são:

Titulares: Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Luiz Otávio, Leomar Quintanilha e Romero Jucá.

Suplentes: Aelton Freitas, Eurípedes Camargo, Valmir Amaral, César Borges e Leonel Pavan.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Parabênizos V. Ex^a pelos nomes escolhidos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT-PA) – Esclareço ao Senador que o requerimento que deu origem a essa Subcomissão foi de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É verdade.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me desse uma orientação. Tenho visitado alguns Municípios e, algumas vezes, ouço reclamações sobre o problema do SUS e do Fundef. É que, em certas prefeituras, os prefeitos não transmitem maiores comunicações à comunidade. Gostaria de saber se esta nossa Comissão tem a prerrogativa de fazer requerimentos a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Primeiro, de pedir ao Tribunal de Contas da União que proceda a uma tomada de contas especial e, segundo, pedir o agravamento, caso seja constatada qualquer irregularidade.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Ou seja, não agiríamos diretamente, mas via TCU?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Inicialmente, sim, porque caberia ao Tribunal. A não ser que haja denúncias já constatadas de problemas graves, caso em que avocaríamos a competência diretamente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Por exemplo, Sr. Presidente, excesso de contratação de pessoal, de que se tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se houver comprovação, V. Ex^a poderá avocar...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Mas como obter comprovação disso?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Tribunal de Contas funciona como os nossos olhos e as nossas mãos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Pede-se ao Tribunal para que o faça.

Está bem, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado pela presença de todos.

Seja bem-vindo, Senador Osmar Dias.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar os nossos trabalhos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h57 min.)

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia quatorze de maio de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores AELTON FREITAS, IDELI SALVATTI, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, ROMERO JUCÁ, ANTERO PAES DE BARROS, OSMAR DIAS, JOÃO BATISTA MOTTA, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, VALMIR AMARAL e LEONEL PAVAN. Deixam de comparecer os demais Senadores. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e passa à deliberação das seguintes matérias: Item 1: Relatório-Prévio do Senador JOÃO RIBEIRO sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1 de 2003 – CFC, de autoria da Senadora ANA JÚLIA CAREPA, que requer, “nos termos regimentais a instauração de Procedimento de Fiscalização e Controle, no âmbito da Comissão, para examinar os aspectos de legalidade dos atos de gestão praticados pelo grupo REDE – Rede de Empresas Distribuidoras de Energia e as subsidiárias e verificação da atuação da ANEEL quanto aos indícios de irregularidades”, que em seu parecer opina pelo arquivamento da matéria. A Senadora IDELI SALVATI apresenta Voto em Separado pela aprovação da proposta de fiscalização. O Senhor Presidente submete o Parecer do Relator à votação nominal. Resultado: aprovado com 10 votos favoráveis e 02 contrários. Item 2 : AVISO nº 3 de 2002, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.021/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Relatório do levantamento de auditoria realizada no período de 11 a 13.8.2001, nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba-PI (tc-926.911/98-8)”. Autor: Tribu-

nal de Contas da União. Relatora: Senadora IDELI SALVATTI que em seu parecer, opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 3 : AVISO nº 63 de 2001, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 52, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, com o objetivo de avaliar irregularidades em pagamentos de precatórios fora da ordem cronológica de sua apresentação, bem como pagamentos decorrentes de acordos extrajudiciais ou de ações judiciais em curso feitos com dotação orçamentária destinada ao pagamento de precatórios (TC – 001.770/2000-8). Autor: Tribunal de Contas da União. Relatora: Senadora IDELI SALVATTI, que em seu parecer, opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 4 : AVISO nº 245 de 2000, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 981, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada junto à Agência Nacional do Petróleo, objetivando conhecer a Organização, os Sistemas, as operações, as atividades e as peculiaridades da ANP, a fim de subsidiar a elaboração e implementação de novas técnicas, procedimentos e papéis de trabalho para a realização de atividades de fiscalização das concessões e autorizações de serviços públicos referentes ao setor de petróleo e gás natural (TC 000.858/2000-4)”. Autor: Tribunal de Contas da União. Relatora: Senadora IDELI SALVATTI, que em seu parecer, opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. A seguir, o Senhor Presidente informa que a segunda parte da reunião é destinada a Audiência Pública e convida à mesa os Procuradores da República DRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO, DRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES e DR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA, que prestam “esclarecimentos a respeito da situação atual sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao exterior (Contas CC5), conforme Requerimentos nºs. 13 e 18/2003-CFC, de autoria da Senadora IDELI SALVATTI. Após as explanações, a palavra é franqueada aos oradores inscritos, Senadores ANTERO PAES DE BARROS, OSMAR DIAS, ARTHUR VIRGÍLIO NETO, e IDELI SALVATTI que fizeram questionamentos aos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida

e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Na primeira parte da nossa reunião, trataremos dos processos regulares, que é rápida e, em seguida, entraremos no depoimento dos Procuradores sobre o requerimento da Senadora Ideli Salvatti, que busca ver o problema do Banestado, agência de Nova Iorque. Temos três depoentes e, com certeza, seremos levados a mandar a Nova Iorque uma Comissão de três Senadores – os quais já designei –, para fazerem a conferência de mais dados. Espero que isso seja extremamente produtivo para o Brasil e a Senadora Salvatti me garante que sim, pois conseguiremos descobrir alguns caminhos de evasão de divisas.

Item 1. Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2003, que propõe, nos termos do art. 102, b, do Regimento Interno do Senado Federal, a instalação de procedimento de fiscalização e controle no âmbito da Comissão para examinar aspectos da legalidade dos atos de gestão praticados pelo Grupo Rede – Rede de Empresas Distribuidoras de Energia – e as subsidiárias, e a verificação da atuação da Aneel quanto aos indícios de irregularidade. Autora: Senadora Ana Júlia Carepa. Relator: Senador João Ribeiro.

O Relator já apresentou o relatório, que recebeu a solicitação de vista por parte da Senadora Ana Júlia Carepa e, hoje, volta ao plenário.

Concedo a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa, para falar do pedido de vista.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, vou ler o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – No lugar da Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso, no lugar da Senadora Ana Júlia Carepa. Depois, a Senadora fará a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estou gostando de ver a simbiose entre as duas Senadoras.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estamos, aqui, numa belíssima parceria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Só um instante, Sr. Presidente. Haveria cópia do voto em separado para ser distribuída aos Senadores? Seria melhor para podermos acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Solicito à Secretaria que providencie urgentemente a cópia.

Somente V. Ex^a a deseja? Então, está aqui a cópia de V. Ex^a.

Por gentileza, Senadora Salvatti, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A vista foi coletiva, lembra-se, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu me lembro, daí a explicação da simbiose.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É por isso que estamos todos em parceria.

Passo à leitura do voto em separado.

Após proceder minucioso exame do Requerimento nº 01, de 2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, e do relatório do ilustre Relator, Senador João Ribeiro, que rejeita o requerimento ao qual se solicita instauração de procedimento de fiscalização e controle para examinar aspectos de legalidade dos atos de gestão praticados pelo Grupo Rede, em especial:

a – tarifas praticadas pela Celpa;

b – eventual remessa indevida de recursos para o exterior;

c – transferência de recursos para outras subsidiárias do Grupo Rede;

d – aplicação de US\$54 milhões tomados junto ao Deustch Bank, a título de capitalização;

e – verificação da atuação da Aneel quanto a esses indícios de irregularidades.

Julgamos oportuno apresentar voto em separado fundados nos argumentos a seguir expostos.

De início, aduz-se que o parecer do eminente Senador Relator, após tecer comentários sobre uma dívida trabalhista no valor de R\$274 milhões da Celpa aos urbanitários e do estudo, anexado pelo próprio requerimento, sobre o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, elaborado por professores do Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia da USP, separa em dois principais pontos os objetos de investigação buscados, rejeitando-os basicamente com base em documentos encaminhados pelo próprio Grupo Rede, em resposta ao Ofício nº 91-E/2003, do próprio gabinete do Senador Relator, e também porque a proposta de investigação não cola-

ciona específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada.

Com efeito, **data venia**, o relatório apresentado, ao fundar-se exclusivamente em ato investigatório praticado pelo próprio Relator e de documentos encaminhados pelo Grupo Rede, sequer possibilitando ampla publicidade aos demais pares e alcance de conclusões próprias, bem como aduzindo de uma força de expressão derivada de mero critério interpretativo, qual seja, de que a falta de especificidade na solicitação e definição objetiva da providência a ser tomada, torna difícil o prosseguimento das tarefas desta Relatoria e não resguarda atribuição do Parlamento para tal incumbência, em vista de sua competência fiscalizadora.

É que se, por um lado, o relatório, ao invés de se ater aos elementos que autorizam ou não a abertura de uma fiscalização, procedimento prévio ao próprio ato de investigar, procedeu a uma sumária investigação e proferiu a conclusão de que não houve qualquer irregularidade. Por outro lado, em última análise, entende o relatório que não há especificidade do objeto a ser fiscalizado para que seja deferido o requerimento, estando este requerimento desfundamentado e sem comprovação de sua necessidade.

Ocorre que tal concepção, com o devido respeito, não merece prosperar na exata razão em que se houve uma investigação sumária, praticada pelo próprio relator, então, o requerimento colaciona em si elementos capazes e suficientes que bem delimitam o objeto a ser fiscalizado, tanto que o próprio relator foi capaz de expedir ofício solicitando respostas ao Grupo Rede.

Ademais, a ação de fiscalização deve ser produzida em audiência pública, colaborando para que as partes envolvidas tragam inclusive técnicos para defender cada um seus pontos de vista.

Cumpra acrescentar que o estudo preliminar elaborado por profissionais da Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Mato Grosso indica uma saúde financeira longe de ser abalada pela dívida trabalhista da Celpa. Isso porque uma hipótese de acordo seria receber ações como forma de pagamento, além de outras sugestões que estão levantadas no estudo.

Os dados da análise baseiam-se nos balanços patrimoniais da empresa, desde a privatização, em 1997. O estudo revela ainda que, de 1997 a 2001, houve um incremento na receita operacional líquida de 128%, enquanto que as despesas diminuíram significativamente. Os custos com pessoal, por exemplo, tiveram um recuo de 38%. Segundo estudo, o cresci-

mento das receitas deve-se, principalmente, ao aumento real das tarifas, somado ao aumento de 31% no número de consumidores.

Por conseguinte, a geração de caixa da empresa deu um salto surpreendente, saiu de R\$3,5 milhões negativos, em 1997, para R\$181 milhões, em 2001. Segundo estudo, a partir de 1997, a Celpa recebeu aportes de capital de R\$150 milhões; obteve financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, de cerca de R\$130 milhões; e vendeu ativos da ordem de R\$96 milhões. Posteriormente, a empresa valeu-se de créditos fiscais de R\$104 milhões referentes a anos anteriores, além de originar mais de R\$146 milhões, devido à reavaliação de ativos que poderão minimizar tributos nos próximos 5 anos.

O requerimento trouxe à baila o fato de que a Aneel investigava transações feitas pela empresa. Segundo o processado, a empresa teria transferido recursos de seu caixa, da ordem de R\$300 milhões, para outras subsidiárias do Grupo, como Cemat, Caiuá e Usina de Lajeado.

O relatório, ao qual este voto, em separado, faz alusão, usa do mesmo argumento público utilizado pelo Grupo Rede, qual seja, de que todas as operações foram realizadas com autorização da Aneel. Todavia, a Agência diz que apenas permitiu uma captação de recursos por parte da Celpa, ainda assim condicionada à abertura de uma conta vinculada para movimentação dos recursos.

Portanto, a observância dessa condição, resta silente no processo e é um dos objetos de fiscalização buscado. Além disso, a Agência impediu o repasse dos recursos para empresas do Grupo Rede ou pessoas físicas a título de empréstimo mútuo até a total liquidação do empréstimo. Tal ponto novamente não está respondido no relatório, a simplesmente justificar o indeferimento da fiscalização.

Vale destacar, como ponto final, a questão que o relatório não corresponde com a efetividade dos fatos, pois, a bem da verdade, a Celpa será punida pela Aneel por efetuar transferências de recursos para a Rede Lajeado, empresa também pertencente ao Grupo Rede, sem autorização do órgão regulador, fato que desmente os argumentos contidos no relatório em apreço.

De acordo com a fiscalização da Aneel, somente recentemente concluído, entre 1999 e 2002, a Celpa transferiu R\$72 milhões para a Rede Lajeado. As penalidades ainda serão definidas pela Agência, mas variam de multas à reversão das operações realizadas.

Desse modo, resta oportuno o deferimento contido no requerimento sobre a verificação da Aneel quanto aos indícios de irregularidades, pois somente por provocação pública de agentes políticos do Estado do Pará, e ainda assim a passos lentos, a Aneel procedeu a uma fiscalização e, mesmo assim, sem a devida providência prática de aplicação de multa e reversões das operações.

Há que se indagar:

– O que anda fazendo a Aneel?

As transferências consideradas uma atividade extra-operacional não vinculada aos compromissos com o serviço de distribuição de energia elétrica foram divulgadas pelo Estado no ano passado por meio do plurifalado estudo realizado pelos professores da USP e UFMT “Os contratos de concessão proíbem a transferência de recursos para empresas ou projetos que não façam parte da área de distribuição da concessionária”, afirma o professor da UFMT, Dorival Gonçalves Júnior, um dos autores do estudo sobre a Celpa.

De acordo com o trabalho, os balanços da empresa demonstram o crescimento dos créditos que poderão ser recebidos no longo prazo. O professor afirma, no entanto, que a Aneel apenas explicou uma das transferências, no total, segundo o estudo, US\$378 milhões foram repassados para outras subsidiárias do grupo Rede como Cemat e Caiuá. O relatório da Aneel está baseado na obtenção de um empréstimo no valor de US\$54 milhões, autorizado pela Agência em 2000 com a condição de permanecer na área de concessão da Celpa, mas parte desses recursos foram transferidos para o empreendimento Rede Lajeado que construiu a usina de Lajeado. A Aneel afirma ainda que autorizou a obtenção do financiamento pelo motivo de a empresa ter garantido que os valores captados seriam destinados a investimentos e dívidas vincendas da Celpa, além do fortalecimento do caixa da empresa.

Conforme o relatório de fiscalização, o primeiro pedido desse empréstimo foi negado pela Agência, pois os recursos seriam destinados a outras companhias do grupo. Na segunda tentativa, a explicação foi alterada retirando o item que indicava transferência do dinheiro para outras subsidiárias. Portanto, será que a Aneel aceitou esta mudança meramente redacional, mas cujo verdadeiro objetivo já era por ela conhecido? Novamente resta a indagação. Quais foram as medidas tomadas pela Aneel? Em comunicado público, a Rede Celpa afirma que tem atuado de forma significativa no desenvolvimento do Estado do

Pará, o que pode ser observado por meio de relevantes investimentos realizados no período pós-privatização. De acordo com a nota, tais investimentos requerem recursos consideráveis que envolvem operações estruturadas de captação de financiamentos junto a grandes instituições financeiras. Além disso, afirma a empresa, a Rede Celpa e as demais empresas do grupo Rede repassam entre si recursos financeiros através do mecanismo de contratos de conta corrente, que tem a aprovação da Aneel. Tais argumentos contraditórios e lacônicos, por si só, justificam a ação de fiscalização na forma pleiteada no requerimento então apresentado.

Dessa maneira, creio ser completamente inoportuno abortar a abertura de uma fiscalização com base em ausência de motivação ou de já terem sido os esclarecimentos prestados. A Comissão, diante das evidências do que recentemente divulgou a Aneel, quiçá esta resposta à mera apresentação do requerimento da Senadora Ana Júlia, pode e deve agir para o aprofundamento das investigações.

O povo brasileiro, em especial o paraense, não irá aceitar mais esse trancamento de fiscalização, tal qual uma infecção generalizada que mata por falência do organismo; a caixa-preta das privatizações está matando nosso País. As partes que ainda são de nosso organismo nacional não conseguem sequer enfrentar a decomposição moral, rápida e paulatina do Brasil. Com efeito, o estudo da República, **res publica**, coisa pública, coisa de todos, romana, é bem ilustrativo: quando os interesses privados passaram a sobrepor os públicos, a decadência do estado romano teve início. Vale dizer: é porque se perdeu o espírito cívico e ético, ou seja, tornou-se aceitável assaltar os cofres do Estado e subordiná-los a interesses menores.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Requerimento nº 01, de 2003, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal pelos seus reais e efetivos fundamentos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Devido ao voto em separado da Senadora Ana Júlia Carepa e outros, porque foi coletivo, lembro aos Srs. Senadores que vamos ter dois relatórios, um do Relator João Ribeiro, e o voto em separado. A preferência é do Relator. Portanto, vamos votar o voto do Relator; se for derrotado, vencerá o da Senadora Ana Júlia. Se o Relator quiser usar da palavra para alguma defesa, alguma colocação, a palavra lhe é facultada.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o argumento da Senadora Ana Júlia, naquela reunião, de não votarmos o meu relatório era exatamente o fato de não ter sido

distribuído antes. O mesmo ocorreu agora, mas não é por isso que vamos deixar de votá-lo.

Eu gostaria apenas de ressaltar que solicitei as informações da empresa e, sobretudo, algumas também da Aneel e da própria Senadora Ana Júlia, que me enviou alguns documentos. Porém, é necessário que se convença aquele que vai fazer o relatório de que é preciso tal procedimento, sobretudo nessa questão de uma fiscalização de uma empresa, de um grupo que nós, do Tocantins, conhecemos muito bem porque a primeira empresa de energia elétrica privatizada do Brasil é a Celtins, do Grupo Rede. Sobre tudo, nós, do nosso Estado, estamos muito contentes com aquilo que foi feito até hoje, com todos os compromissos resgatados pelo Grupo Rede. Portanto, convenceu-me a documentação encaminhada pelo Grupo Rede, a aplicação dos US\$54 milhões, que, inclusive, já foram pagos pelo Grupo nesse empréstimo. Na verdade, a Senadora Ana Júlia Carepa deseja que se faça o pagamento de uma ação de mais de R\$500 milhões, na qual, na verdade, aparecem pouco mais de R\$300 milhões, para um grupo de trabalhadores que entraram na Justiça contra o Grupo Rede.

Na verdade, até para não polemizar muito, pretendo simplificar a minha justificativa, dizendo que fiz o relatório baseado em documentos que estão aqui. Se for necessário, eu vou ler a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Foi distribuído.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Foi distribuído. Na verdade, trata-se da fiscalização em uma empresa que age de forma correta, contendo informações inclusive da Aneel. O meu relatório contém as informações. Os recursos foram corretamente aplicados e a transferência dentro do grupo é normal, porque a própria Aneel as aprovou.

Portanto, o que a Senadora Ana Júlia deseja com essa fiscalização é provar que a empresa tem saúde financeira para pagar a indenização ou a ação que corre na Justiça do Pará – eu não sei se está na Justiça do Pará ou na Justiça Federal. Na verdade, é uma ação de trabalhadores da empresa. E a empresa mostra que, se viesse a pagar essa indenização, ficaria inviável.

Portanto, eu faço o relatório contrário, peço o voto dos Srs. Senadores, porque acho que uma fiscalização dessa natureza, com certeza, **prejudica o andamento da empresa**. Não venha ninguém me dizer que a fiscalização de uma comissão em qualquer empresa não provoca um distúrbio na empresa, uma série de problemas. Portanto, apresento um relatório

contrário, por conhecer bem este grupo, por ser de um Estado pioneiro na questão, sobretudo, da privatização da rede de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, o argumento de V. Ex^a leva à conclusão de que deve ser arquivado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Arquivado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra, para as considerações finais, à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a atenção da Senadora e dos Srs. Senadores aqui presentes. Trata-se de processo de fiscalização que nós solicitamos, com denúncias inclusive – aí, surge uma das primeiras contradições no relatório do nobre Senador, como eu já coloquei com todo o respeito – da própria Aneel, que condena o Grupo Rede. O Grupo pediu empréstimo de US\$54 milhões ao Deustch Bank. E está comprovado que, apesar de a Aneel ter autorizado, esse empréstimo não poderia ser utilizado para transferência, e foi utilizado.

Além disso, há contradição quanto aos números, sobre o próprio crescimento da tarifa pelas necessidades financeiras, argumentado pelo Grupo.

O que nós é estranho – e precisamos ter cuidado, como ente público que somos – é que não basta conhecermos uma empresa e termos amizade para dizermos que ela está isenta de investigação. Por exemplo, não há validade em investigar apenas na própria empresa e não, por exemplo, no Ministério Público; não há validade em uma audiência pública sem chamar técnicos da própria empresa, inclusive permitindo o direito de defesa; sem chamar técnicos também do Ministério Público; sem chamar aqueles que fizeram o estudo, técnicos de uma universidade respeitada, no País, como a USP.

Então, isso não tem relação com a ação dos trabalhadores, mas está em jogo uma empresa que foi privatizada com recursos públicos, que tem mais de 30% de ações da Eletrobras, ou seja, apenas isso já justifica a fiscalização – além do empréstimo do BNDES, que são recursos também públicos, ações da Eletrobras. Não podemos simplesmente sepultar isso, porque estaremos passando, mais uma vez, um atestado de impunidade. O que estamos pedindo é para averiguar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, o empréstimo já foi pago, não?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, todo não.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – O empréstimo já foi pago, inclusive por informação da própria Aneel. Foi aprovado pela Aneel.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas foi comprovada a utilização irregular. Foi aprovado, mas não foi aprovada essa utilização irregular dos repasses – tanto, que a Aneel condena. Podem acessar o relatório da Aneel na Internet para constatar isso. É bem verdade que a Aneel só tornou público esse relatório depois desse requerimento, ou seja, foi preciso a nossa ação para que a Aneel, que já estava investigando há tanto tempo, reconhecesse o mau uso, ou seja, o uso indevido.

Penso que seria uma imprudência da nossa parte pararmos por aqui. Poderíamos até, Senador, fazer o seguinte: não vamos simplesmente sepultar, vamos fazer uma audiência pública, vamos chamar os técnicos, vamos chamar o Ministério Público. Não podemos simplesmente esquecer e dizer que está tudo bem, quando a própria agência reguladora diz que não é assim e condena o acontecido. Penso que estaríamos sendo imprudentes e abrindo mão do nosso papel de fiscalização e controle como entes públicos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A nobre Senadora faz uma sugestão e eu a confronto com a do Relator. Cabe ao Presidente pôr o regulamento em funcionamento: acata V. Ex^a essa sugestão ou mantém o seu relatório?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL–TO) – Mantenho o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, temos – e os Senadores estão esclarecidos – duas possibilidades. Quem vota com o relatório do Senador João Ribeiro vota “sim”; quem vota com o voto em separado da Senadora Ana Júlia Carepa vota “não”.

Vamos proceder à votação.

(Procede-se à votação.)

Resultado da votação: dez a dois. Vencedor foi o relatório do nobre Senador João Ribeiro.

Passamos ao item 2 da pauta, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1021, de 2001, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatórios e voto, referente ao relatório do levantamento de auditoria realizada no período de 11 a 13/08/2001 nas obras do projeto de aproveitamento hidroagrícola dos tabuleiros litorâneos do Parnaíba.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, gostaria de ter o direito de fazer uma declaração de voto por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a pode fazê-lo. Ele constará dos nossos Anais.

A relatora do item nº 2 é a nobre Senadora Ideli Salvatti, a quem passo a palavra. (Pausa)

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O relatório é pelo arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O relatório é pelo arquivamento da matéria.

Em discussão o relatório. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Encaminha o item nº 3 ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 52, de 2001, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre a auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER, com o objetivo de avaliar irregularidades em pagamentos de precatórios fora da ordem cronológica de sua apresentação, bem como pagamentos decorrentes de acordos extrajudiciais ou de ações judiciais em curso feitos com dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de precatórios em outro ano.

A nobre Senadora Ideli Salvatti é a Relatora e encaminha a matéria para o arquivamento.

Em discussão a matéria. (Pausa)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, eu quero discutir a matéria. O voto da Relatora é pelo arquivamento, mas no sentido de que seja dado conhecimento das principais peças do processo aos Srs. Senadores. Eu quero aprovar o voto da Relatora, mas solicitando que esta Comissão providencie, com urgência, que essas peças sejam encaminhadas à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência determina à Secretaria que faça chegar às mãos dos Srs. Senadores a documentação requerida pelo nobre Vice-Presidente.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 4 da pauta: encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 981, de 2000, bem como a do respectivo relatório e voto, referentes à auditoria realizada junto à Agência Nacional de Petróleo, objetivando conhecer as organizações dos sistemas, as operações, as atividades e as peculiaridades da Agência Nacional de Petróleo, a fim de subsidiar a elaboração e a implementação das novas técnicas, procedimentos e papéis de trabalho, para a realização de atividades de fiscalização das concessões e autorização de serviços públicos referentes ao setor do petróleo e gás natural.

A nobre Senadora Ideli Salvatti é a Relatora, com parecer similar, pelo conhecimento da matéria e remessa para o arquivamento.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A segunda parte da nossa reunião é uma audiência pública, quando vamos chamar os Srs. Procuradores da República, Dr^a Raquel Branquinho Nascimento, Dr^a Valquíria Quixadá Nunes e o Dr. Luiz Francisco de Souza.

Trata-se de uma audiência pública para esclarecimento a respeito da situação atual sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao exterior. Esse é o problema do Banestado e se refere à Agência Nova Iorque. Essa é uma solicitação da nobre Relatora.

Peço ao Senador Luiz Otávio e à Senadora Ideli Salvatti que tragam até aqui, por gentileza, os nossos depoentes. (Pausa)

Informo aos Srs. Senadores que queiram fazer questionamento que está aberta a lista de inscrição.

Concedo a palavra à Dr^a Raquel Branquinho Nascimento, primeira convidada a depor.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Bom dia!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, como são três as pessoas que vão falar, gostaria de saber qual o tempo de cada um, porque já são 12h23min e eu gostaria de fazer perguntas também.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Acho que, no máximo, 20min para cada um. Se for necessário, podemos repensar esse prazo.

V. Srª tem a palavra.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Vou fazer uma breve exposição sobre a investigação, a atual situação, o seu início. A minha colega vai passar no **power point** para que se possa fixar melhor a questão e o Dr. Luiz Francisco vai finalizar explicando a situação atual, em termos de força-tarefa, com o trabalho da Controladoria e com a Receita Federal.

Estamos aqui na Procuradoria do Distrito Federal atuando em procedimentos investigatórios relativos a apurações que já foram deflagradas há muito tempo pela Polícia Federal, principalmente em Foz do Iguaçu, em operações que verificaram, a partir do resultado de várias CPIs, principalmente da CPI dos Precatórios, que o fluxo desse dinheiro ilícito, obtido por diversos agentes políticos ou particulares, estava transitando por contas CC-5, que foram autorizadas por Diretores do Banco Central a serem abertas na cidade de Foz do Iguaçu para fazer o câmbio da movimentação do dinheiro de brasileiros que iriam ao Paraguai fazer compras. Havia um grande fluxo de dinheiro e, portanto, necessitariam fazer o câmbio dessas quantias lá. Para tais finalidades, então, foi autorizado que bancos brasileiros abrissem contas CC-5 fora daquelas regras que são estipuladas de não-residentes, tudo o mais, para poder fazer essa movimentação, essa operacionalização do dinheiro.

A partir daí, deflagrou-se um grande esquema de lavagem de dinheiro e remessa de dinheiro ilícito para fora do País. Esse esquema foi apurado pela Polícia Federal que atuou lá e está caracterizado em laudos periciais que depois podem ser disponibilizados para o Senado. Detectou-se que brasileiros que tivessem a intenção de mandar dinheiro para fora utilizando-se de um veículo não-oficial entravam em contato com uma quantidade de doleiros já conhecidos, já identificados nessas investigações, que não são muitos, e esses doleiros tinham a sua rede, cada um, de pessoas, uma série de 100, 200, que poderiam se utilizar de seus nomes para fazer essas operações, ou muitas vezes recebiam a indicação para que eles próprios fizessem um depósito por uma empresa ou por uma pessoa a eles relacionada nessas contas CC-5 em Foz do Iguaçu.

Aí tem toda a operacionalização técnica da questão, que depois pode ser melhor esclarecida pelos peritos que nos auxiliam hoje. Está demonstrado nesses laudos como era feito o fechamento de câmbio.

Existem laudos de fechamento de câmbio e tudo o mais. Foi demonstrado que um grande fluxo de dinheiro estava passando. Foi detectado o fluxo de dinheiro que passou por essas operações, que seriam as dos paraguaios, o fechamento, que foi a finalidade de abertura, e está ali, paralelamente a isso, toda a movimentação que foi feita de forma ilícita. Cada conta CC-5 chegava a movimentar US\$400 milhões, eram valores efetivamente expressivos. A investigação da Polícia Federal chegou a um ponto, a partir do laudo que mostrou esse fechamento, em que essas cinco agências bancárias, mais ou menos cinco, que existiam em Foz de Iguaçu, as quais lhes era permitido fazer essas operações, estavam remetendo para um canal único nos Estados Unidos, que era a agência Banestado, uma agência também vinculada a esse Banco que também existia em Foz do Iguaçu, mas não apenas o Banestado de Foz do Iguaçu. Outras agências também, num total de cinco, remetiam esse fluxo de dinheiro para a agência Banestado, em Nova Iorque.

A partir desse momento, se não me engano do início de 2001, as autoridades policiais brasileiras, também com o Ministério da Justiça pela tramitação do MLAT, entraram em contato com as autoridades americanas e, cumprindo uma ordem de afastamento do sigilo dessas contas pelo juiz de Foz de Iguaçu, conseguiram quebrar o sigilo também dessas movimentações correspondentes aos anos de 1996 e 1997. A partir daí foi lavrado um laudo pericial, também chamado de laudo 675, que demonstrou que durante esse período, de 1996 a 1997, do montante de contas da agência Banestado que foram abertas, mais ou menos 1.600 – o sigilo foi total nas contas -, em torno de 137 contas tinham movimento espúrio, ou seja, foram utilizadas para fazer o trânsito desse dinheiro que passava por Foz do Iguaçu.

Esse laudo pericial demonstrou que, nos anos de 1996 e 1997, algo entre US\$14 e 15 bilhões efetivamente passou por ali. Esse dinheiro passou como? Em esquemas que envolvem laranjas, contas fantasmas e pessoas, porque também tem, em Foz do Iguaçu, todos os inquéritos e a quebra do sigilo de, mais ou menos, 200 a 300 dos chamados laranjas, em que se detectou, a partir daí, essa movimentação. Então, a investigação efetivamente se procedeu a partir da comprovação dessa remessa, que conseguiu quebrar o sigilo nos Estados Unidos. Lá, juntamente, esses laudos demonstraram que, em 1996 e 1997, US\$15 bilhões passaram por esse esquema considerado, na investigação, um esquema ilícito e dinheiro espúrio, porque não era necessário ser uma pessoa

residente no Brasil a fim de utilizar esse veículo para mandar dinheiro para fora, ou seja, podiam muito bem declarar, fazer uma declaração de câmbio com as instituições financeiras autorizadas e remeter o dinheiro normalmente.

Feito esse laudo, houve a necessidade de maior interação com as autoridades americanas para fazer o rastreamento, porque a agência Banestado lá era uma agência trânsito, a partir da qual valores eram remetidos para contas outras em solo americano ou até mesmo para paraísos fiscais. Todas as operações têm uma engenharia financeira muito bem arquitetada, obviamente não vou entrar em detalhes aqui, que pode ser bem demonstrada, comprovada em laudos periciais da Polícia Federal, que demonstra que, obviamente, não é uma operação direta, passa por outras contas; o dinheiro, muitas vezes, é partilhado em várias movimentações, em vários titulares fantasmas, até chegar ao seu destino. Até tivemos, em Nova Iorque, ontem, também uma reunião com a Secretária Nacional de Justiça, autoridade no Brasil responsável pelo cumprimento do acordo com os Estados Unidos. Nossa intenção é, cada vez mais, tentar aprofundar para fazer o rastreamento internacional do numerário, não é uma diligência fácil, mas é possível, o que já foi iniciado.

Esse laudo detectou a movimentação e o Ministério Público, Polícia Federal e Ministério da Justiça verificaram a necessidade de aprofundamento desses dados. A partir daí, esses policiais estiveram, no início deste ano, em Nova Iorque e conseguiram junto às autoridades americanas a obtenção de todos os dados da agência até o seu fechamento, que ocorreu em 1999. Então, o período completo em que a agência Banestado esteve ativa em Nova Iorque, de 1996 a 1999, já está na base de dados da Polícia Federal para confecção de seus laudos e estudo dessas informações. De 137 contas que movimentaram esse dinheiro espúrio, atualmente há um total de 162, porque essa nova quebra permitiu a visão de mais de 20 contas que estavam também sendo utilizadas.

Os destinatários finais dessa movimentação, no total global do período de 1996 a 1999, estão em torno de 50 mil titulares. São operações que envolvem mais de 400 mil operações para chegar a 50 mil titulares. Então, teria que se fazer um filtro para que a apuração pudesse ter, pelo menos no âmbito internacional, um rumo mais objetivo. Daí foram selecionados, a partir do pedido e autorização de afastamento de contas nos Estados Unidos, que não do Banestado, com critérios objetivos de valores, mais ou menos, nove contas, as quais já tiveram seu afastamento autorizado cumprindo uma nova etapa do rastreamento.

São nove contas que receberam dinheiro final ou de trânsito dessa agência, e essas nove contas movimentaram mais ou menos US\$1 bilhão.

Todas essas informações estão na base de dados, quer dizer, devem ser trabalhadas, estão sendo trabalhadas pela polícia e pela perícia, juntamente conosco. A maior dificuldade é que todas essas operações indicam empresas, **off shores**. Muitas vezes, quem mandou o dinheiro, aqui no Brasil, não está efetivamente identificado, terá que ser feita uma investigação já pegando informações de várias CPIs – Precatórios, Narcotráfico, etc. – para poder se cruzar o banco de dados dessas empresas. Obviamente, os nomes das empresas não estão vinculados diretamente aos seus titulares. O interessante é chegar ao destino final. Alguns casos já estão mais encaminhados para isso. E vamos ver, nos paraísos fiscais ou nos Estados Unidos, toda essa movimentação e até os documentos que propiciaram a abertura dessa conta de pessoa física ou de **off shore**. A grande maioria eram **off shores**, porque é muito fácil serem abertas para receberem esses numerários.

Paralelamente a isso, entendendo que essa investigação é complexa e que lutamos contra o tempo a todo momento, tanto na área criminal, civil, quanto na área fiscal, estamos estabelecendo, até por iniciativa da própria Controladoria da União, um regime de trabalho que chamamos de força-tarefa, para tentar viabilizar as informações que temos, o mais rápido possível, e processá-las em termos de lançamentos fiscais. Estamos, também, trabalhando com a Receita Federal; já fizemos reuniões. O órgão fiscal está dando apoio. Precisamos estruturar melhor o trabalho no âmbito da Receita, para que sejam efetivados os lançamentos fiscais, evitando-se a decadência daquelas titulares, aquelas situações que já podemos identificar. A Controladoria pretende fazer as apurações de servidores públicos e tudo que está na sua esfera de atribuições.

Vamos tentar continuar a investigação internacional, porque, embora datem de 1996 a 1999, existem contas ainda ativas, que, obviamente, podem ter movimento, daí quais dinheiro pode ser sacado. Mas, identificando-se os titulares, fica mais fácil responsabilizá-los e tentar obter o retorno desse dinheiro para o País, seja na forma de lançamento de tributos devidos ou mesmo de perdas de bens. Nesse caso, vamos ter que fazer os vínculos com seus crimes antecedentes. Por enquanto, estamos apurando a sonegação e a manutenção de depósitos não-declarados no exterior, além da prática de improbidade, no caso de serem agentes públicos vinculados a isso.

Passo a palavra para a Dr^a Valquíria, que pode dar maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, a Dr^a Valquíria, por gentileza.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Bom dia!

Vai ser projetado um esquema, para dar uma visualização melhor da investigação, do fluxo do dinheiro e também dos trabalhos que estão sendo realizados em regime de força-tarefa, como a Dr^a Raquel mencionou.

Frisando, as contas CC5 – esse nome surgiu com a Circular nº 5, de 1969, sofrendo várias alterações –, em princípio, são utilizadas para remessa de recursos para pessoas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior.

A CPI dos Precatórios, em seu relatório, levantou a questão de que essa conta estava sendo utilizada para um esquema de lavagem de dinheiro, um megasquema que apontava para Foz do Iguaçu.

O Procurador Celso Antônio Três solicitou ao Juiz de Cascavel que fosse quebrado o sigilo dessas contas de Foz de Iguaçu, no Banco Central, para desvendar esse esquema. Foi, então, afastado o sigilo, e, concomitantemente, o Banco Central representou ao Ministério Público, identificando uns 200 que seriam laranjas e participariam desse esquema.

A Polícia Federal iniciou, em 1998, a chamada Operação Macuco em Foz do Iguaçu. Essa operação complexa procurava identificar esses laranjas, a origem do dinheiro, o remetente, etc.

Na verdade, verificou-se que esse dinheiro migra para o exterior por meio da agência do Banestado. Houve, então, a Operação Cover, em 2002, em que policiais foram a Nova Iorque para investigar a agência do Banestado de lá, sendo afastado o sigilo das contas. Em 2003, houve, também, a Operação Cover II, em que se conseguiu afastar o sigilo das contas de 1998 e 1999.

Estão aí o perito Renato Barbosa, o Delegado Castilho e o Delegado Euclides Cunha, que são os principais participantes nessas três operações, que já duram em torno de cinco anos. É uma operação bem complexa.

Há os resultados obtidos na Operação Macuco, desencadeada em Foz do Iguaçu:

- instauração de mais de 400 inquéritos policiais, afastando-se os sigilos bancários de pelo menos 200 laranjas que depositaram nas contas CC5;

- realização de mais de 300 laudos periciais contábeis, identificando, na maioria das vezes, a incapacidade patrimonial e financeira dos depositantes, que seriam os laranjas;

- processamento de milhares de documentos bancários;

- confecção do Laudo 870, que evidenciou os fechamentos de câmbio entre os bancos brasileiros e paraguaios, bem como as remessas para as contas mantidas na agência do Banestado em Nova Iorque;

- formação de banco de dados com mais de 200 mil registros, contendo a movimentação financeira dos laranjas em Foz do Iguaçu;

- expedição de diversas cartas precatórias espalhadas em todo o País;

- busca e apreensão em várias casas de câmbio em Foz.

Passemos aos resultados obtidos nas Operações Cover I e Cover II, desencadeadas em Nova Iorque pela Polícia Federal:

- afastamento do sigilo bancário de 137 contas correntes do Banestado em Nova Iorque;

- arrecadação de milhares de documentos bancários;

- elaboração do Laudo 675, que analisou a movimentação financeira de 137 contas investigadas em Nova Iorque;

- formação de um banco de dados com mais de 500 registros de ordens de pagamento internacionais;

- início do rastreamento internacional, com a quebra de sigilo bancário em 9 contas correntes alojadas em outros bancos sediados em território americano, principalmente em Nova Iorque e Miami;

- instalação de um caso americano que já investigava uma empresa de Nova Iorque.

O curioso é que houve um contato com promotores em Nova Iorque que investigavam outro assunto, e verificou-se que uma empresa investigada por eles recebeu recursos por intermédio desse esquema. Esses promotores estão muito interessados em punir e condenar essas pessoas e até ficaram espantados, porque, quando se verifica todo o esquema, conclui-se que todo o dinheiro remetido por

ele foi ilícito. Ora, se a pessoa tivesse um dinheiro ilícito para enviar ao exterior, porque o daria primeiro para doleiros para que depositassem em contas de laranjas; depois, o dinheiro era transferido para agências aqui no Brasil; por último, era depositado em agências em Nova Iorque e dali para o mundo inteiro? Então, os promotores – com os quais concordamos – partem do princípio de que todo esse esquema é ilícito. E eles estão interessados em que sejam identificados e punidos os responsáveis.

Este é um resumo do esquema identificando o fluxo do dinheiro ilícito. Existem os donos do dinheiro, identificados em grandes grupos compostos por agentes políticos corruptos, podendo abranger políticos, magistrados, servidores públicos, uma infinidade de pessoas. Isso está sendo investigado. Há também narcotraficantes, traficantes de armas, sonegadores de impostos, empresários corruptos, fraude nos precatórios e outras transferências ilegais.

Essas pessoas procuravam doleiros, que indicavam as contas de laranjas a receberem os depósitos. Essas contas eram do tipo CC5 e pertenciam a cinco agências bancárias de Foz do Iguaçu, dos seguintes bancos: Banestado, Banco Araucária, Bemge, Banco Real e Banco do Brasil. Esse dinheiro, por sua vez, migrava todo para a agência do Banestado em Nova Iorque e, de lá, para outros locais dos Estados Unidos ou para outros bancos no exterior, em que se apontavam os donos do dinheiro lá. Aí, sim, não seriam os laranjas; seriam aqueles primeiros. Esse é o foco da nossa investigação no momento.

As 137 contas do Banestado em Foz de Iguaçu, nas quais tramitaram por volta de 14,9 bilhões, estão sob investigação. Dessas 137 contas, esse dinheiro vai para 37 mil contas beneficiárias espalhadas pelo mundo inteiro. Está sendo feita a investigação. Dessas 37 mil contas, foram escolhidas nove para afastamento do sigilo, via Milate, que é um acordo internacional, para identificação dos beneficiários.

O que permitiu essa abertura para esse esquema ilícito? A auditoria do TCU solicitada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, por pedido do Deputado Arlindo Chiaglia, para apurar denúncia de utilização irregulares das contas CC-5, e realizada pelos analistas de controle Marco Polo e Rosane Nuto, concluiu que havia uma postura permissiva do Poder Executivo em relação a essa autorização das cinco agências para utilização de não-residentes no envio recursos por meio das contas CC-5. A justificativa seria o sistema financeiro, inflação, enfim. Havia também um jogo de empurra entre os órgãos de fiscalização: o Banco Cen-

tral, a Receita e a Polícia diziam que não tinham competência para fiscalizar. Não havia normativo dizendo expressamente quem deveria fiscalizar ou de quem seria essa responsabilidade. Ao final, houve a condenação do Sr. Gustavo Franco, que na época era Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, por ter permitido que se operasse naqueles bancos, por meio das contas CC-5, depósitos sem identificação da proveniência e destinação dos recursos, da natureza dos pagamentos e da identidade dos depositantes de valores nessas contas, infringindo, então, a Lei nº 9069/95 e o artigo 8º da Circular nº 2677/96.

A situação atual, como falou a Drª Raquel, é a seguinte: a Controladoria e o Ministério Público estão atuando em um esquema de força-tarefa para que possamos identificar e punir os responsáveis, os beneficiários desse esquema ilícito e também recuperar o numerário para a União, em termo de sonegação e do dinheiro que tramitou. A Polícia Federal, a Controladoria, a Receita, o Ministério Público Federal, a Advocacia da União e Ministério da Justiça, cada um com uma tarefa, estão atuando em conjunto. Não vai mais haver aquele jogo de empurra. Todos vão se coordenar no sentido de desvendar e punir os responsáveis por esse esquema.

O plano operacional, como seria? O Ministério Público produziria peças de informação com os documentos já trabalhados pela Polícia Federal, pela Receita e pela Controladoria, adotando as providências cíveis e criminais para processar e obter a condenação dos envolvidos nesse esquema ilícito.

A AGU, por sua vez, estaria encarregada de tomar as medidas judiciais cabíveis para a recuperação dos bens enumerados, desviados ou adquiridos com o dinheiro ilícito.

Já o Ministério da Justiça atuaria, por meio da Secretaria Nacional, processando os pedidos de quebra de sigilo bancário das contas correntes identificadas no exterior, utilizando os instrumentos do acordo internacional MLAT.

A Polícia Federal emitirá peças de informações dos dados já levantados, viabilizando o imediato trabalho da Receita e da Controladoria, sem prejuízo do prosseguimento do rastreamento internacional do fluxo de dinheiro ilícito.

A tarefa da Receita, por sua vez, seria proceder à imediata apuração fiscal e lançamento dos tributos, sob pena de decadência.

Tais procedimentos poderão gerar vários bilhões em arrecadação para a União Federal.

A Controladoria-Geral da União estaria encarregada de proceder às apurações, no âmbito de sua atuação legal, identificando agentes públicos envolvidos em desvio e apropriação desse dinheiro e tomando as providências cabíveis para o afastamento desses agentes.

Temos um resumo dos resultados esperados em termos de arrecadação de tributos em relação a isso. Os dados estão divididos por ano, 96, 97, 98 e 99, estimando um total de US\$15 bilhões, o retorno desse numerário seria em torno de US\$27,5 bilhões, com a atuação rápida da Receita, porque os anos de 96 e 97 já decaíram, infelizmente. Então a força tarefa terá de correr para priorizar os anos de 98 e 99 no sentido de arrecadar esses tributos. Então teremos metade desse valor, em torno de US\$13 bilhões – vezes três – ou R\$39 bilhões, um valor considerável. Ahamos que esse trabalho de força tarefa dará uma efetividade em termos de investigação e condenação dos beneficiários desse esquema ilícito e também o retorno do numerário para a União, que é muito importante.

Passo a palavra, então, ao Dr. Luiz Francisco, que tecerá mais alguns comentários.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Procurador.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – A finalidade principal de estarmos presentes hoje refere-se ao apoio à instalação da CPI. Ou seja, de fato, não dá para alguns poucos procuradores e agentes, porque não temos quase nenhuma estrutura, fazerem esse trabalho. Trata-se de um trabalho que abarca cerca de R\$100 bilhões de dinheiro sujo que fluiu pelo Brasil. São US\$30 bilhões que saíram naquele sistema torpe, descrito com atos ilegais do ex-Presidente Gustavo Franco, que vai ser processado por isso. Quanto a esses US\$30 bilhões, temos listas com 55 mil nomes. Temos nomes de pessoas em cada cidade do País. Cruzando esses nomes, poderemos encontrar centenas de silveirinhas, de agentes públicos corruptos, talvez de juízes, talvez de fiscais, também de procuradores, e nós seremos os primeiros a bater neles com mais dureza, ainda, pelo que eles são.

Então, se existir uma CPI que faça esse trabalho, será muito importante. É só um plano, um projeto, em que só de arrecadação há cerca de R\$39 ou R\$40 bilhões, como foi dito. Mas lembro que há perda e multas previstas na Lei de Improbidade.

Por isso, esse trabalho é tão importante. Portanto, além de pedirmos a criação dessa CPI, também pedimos auxílio à Comissão de Fiscalização e Controle para a obtenção de trinta fiscais, pois, se não fo-

rem lavrados os autos de 1998 ainda este ano, as quantias irão decair. A União poderá ter um prejuízo de US\$20 bilhões se esses fiscais não estiverem trabalhando, principalmente nos casos macro, aqueles cujos montantes devem pertencer a traficantes, corruptos e sonegadores, sonegadores da Previdência.

Pedimos auxílio a V. Ex^{as} para que sejam disponibilizados trinta auditores fiscais, que auxiliarão na força-tarefa, o que nos permitirá desenvolver nosso trabalho.

Outro ponto importante diz respeito aos responsáveis por essa operação, pelo levantamento dessa lista, sendo o Delegado José Francisco Castilho Neto e o Fiscal Renato Rodrigues Barbosa os dois principais.

Se V. Ex^{as} entenderem conveniente fazer algum tipo de elogio público a eles, seria de extrema importância, porque os dois foram perseguidos e afastados da investigação no Governo anterior. Ocasão em que foi aberta sindicância contra eles. Ainda assim, eles resistiram e se esforçaram para que essa investigação tivesse continuidade. Também considero importante, se fosse possível, algum elogio ao Diretor da Polícia Federal, porque S.S^a os manteve na instituição por noventa dias, permitindo que fossem obtidos os dados relativos a 1998/1999. Hoje, já temos até informações relativas aos anos 2000 e 2001, dados relativos a dinheiro enviado por doleiros.

Essa operação é muito importante porque, além de recuperar bilhões para a União, possivelmente, dizimarão sonegadores, inclusive políticos e servidores corruptos. Ela poderá arejar o panorama nacional, livrá-lo de pessoas que devem ser identificadas.

Também devo lembrar o Dr. Valdir Pires, que nos tem dado total apoio. Qual a importância da Controladoria nessa questão? A Controladoria possui uma estrutura minúscula, que deveria ser dez vezes maior, para que pudéssemos combater a corrupção. Ela é como um filho esquecido, ou seja, não tem estrutura. Ainda assim, estamos fazendo o levantamento dos nomes no Siafi. Identificamos os contratos e verificamos que um volume grande desse dinheiro vem de contratos de obras públicas – dinheiro desviados e contratos superfaturados. Passaremos essas informações à Controladoria, para que ela investigue a empresa que recebeu grandes recursos públicos. Como foram mandados para fora, deve haver muita gordura, devem ser contratos superfaturados e não contratos honestos. Essa é a razão e a importância do trabalho integrado.

Outro ponto importante, também relativo aos nomes. V. S^s sabem que não podemos dizer os nomes. Os nomes tramitam em segredo até que possa-

mos processá-los. Essas pessoas serão processadas o quanto antes. Obtemos toda a base por intermédio do Juiz de Foz do Iguaçu, que nos permitiu, a mim e aos colegas, enviá-los a todos os procuradores. Então, foi feita cópia de todos os dados, que foram enviadas a todos os procuradores. Foram enviados trinta CDs para as principais unidades da Procuradoria da República, para que todos pudessem usar os dados. Hoje, dezenas e dezenas de procuradores estão utilizando essa base de dados e também a Polícia Federal, que pode cruzá-los. Se cruzarmos nomes citados em alguma CPI, acabaremos encontrando o dinheiro deles. Estamos fazendo o mesmo para que haja mais eficácia, é essa é a razão de termos essa CPI.

Gostaria só de lembrar, por fim, duas questões. Parte desse trabalho, pelo menos, o que nos levou a participar também se deve à ajuda de pesquisadores como a Dr^a Letícia, que fez um estudo primoroso mostrando como essa lei de lavagem hoje, no Brasil, é precária e, como uma lei de segunda geração, poderia ser melhorada sendo fruto de uma CPI. Há leis muito melhores na Europa e nos Estados Unidos, mas a nossa lei é extremamente ineficiente para atingir a lavagem de dinheiro. Ela poderia ser melhorada, e o Coaf poderia ser dez vezes mais estruturado, mas não é. Não tem a menor estrutura o Coaf. Considero importante salientar isso.

Por último, o perito do Banco Central Américo Parada teve o grande mérito também de denunciar essa estrutura. Por isso, foi perseguido, em 1995. Ele sofreu uma sindicância, porque denunciou essa estrutura podre. Para terminar: é importante entender que quase todo o dinheiro, talvez 70% do dinheiro sujo do País, passou por essa estrutura. Não há tanto dinheiro sujo, mas ali passaram 30 bilhões. E temos já todos esses nomes, mas uma parte deles é **off shore**. É preciso, então, haver a continuidade da quebra, por meio do MLAT. E, por isso, uma CPI também seria importante e permitiria pegar todas essas **off shore** – porque, de algumas, consta quem são os donos, de outras não. Mas há milhares de **off shore** que não foram identificadas e, para que sejam bem identificadas, nada melhor do que os representantes do povo brasileiro, com a eficácia que tem uma CPI, a congregação de energia, de sinergia, tudo isso permitiria elucidar totalmente esse esquema e auxiliar muito mesmo o povo brasileiro a se livrar dos males da corrupção, da sonegação etc..

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, nobres procuradores.

Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento, pois, como é tradição na Casa, quem faz o requerimento é o primeiro a inquirir.

V. Ex^a tem a palavra, nobre Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento e agradecimento aos Procuradores da República, Dr. Luiz Francisco, Dr^a Raquel – corrigindo, porque, ontem, o **Jornal do Senado** publicou como Rafael – e Dr^a Walquíria, não só por nos trazerem todo esse volume de informações; parabéns também pelo trabalho e pela persistência. Vemos, até pela própria exposição, que essa é uma investigação que se arrasta. Ela começou em 1998, teve dificuldades em andamento, uma investigação que foi obstruída, interrompida, e que, agora, felizmente, foi retomada.

Há dados assustadores. E estávamos todos brincando, no sentido de se poder suspender todas as reformas, porque, se operarmos, com o mínimo de eficácia, a cobrança, ou seja, se conseguirmos implementar – não precisa nem tanto – 1%, 10% do retorno desses recursos, creio que já estaríamos providenciando recursos fundamentais para o desenvolvimento do nosso País, para o atendimento das necessidades básicas da nossa população.

Então, agradeço a gentileza da vinda – porque foi um convite – e por terem trazido, de forma tão pedagógica, todas as informações necessárias, com cuidado, porque tudo está correndo sob sigilo, mas penso que, com a exposição, ficou muito clara a gravidade e a importância dessa operação. Completar a investigação e efetuar os procedimentos para o resgate dos recursos é algo de fundamental importância.

Gostaria de deixar algumas questões, nas quais poderíamos nos deter. Nessa perspectiva de recuperação dos recursos, penso que teríamos essa solicitação já dos 30 auditores fiscais. A Comissão de Fiscalização e Controle tem poderes para fazer isso, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos fazer a solicitação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Fazer a solicitação, inclusive como atividade da própria Comissão de Fiscalização, porque ela tem no art. 102, “a”, no Inciso VII e VIII, essas prerrogativas: promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Executivo que, pela natureza das suas atividades, possam dispor ou gerar dados de que necessita para o exercício de fiscalização e controle; e, no Inciso VIII, promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público que,

pela natureza de suas atividades, possam propiciar ou gerar dados de que necessitam para o exercício de fiscalização e controle. Portanto, a própria Comissão de Fiscalização e Controle pode requerer esses trinta auditores para fazer essa parceria inicial.

Então, Sr. Presidente, gostaria que já pudéssemos trabalhar na linha bem prática porque o apelo é contundente, é relevante, é de fundamental importância para podermos operar. E precisaríamos ter um pouco mais de detalhamento dos procuradores; além da requisição dos auditores, com o que mais a Comissão de Fiscalização e Controle poderia auxiliar ainda mais, contribuir para que rapidamente os autos possam ser emitidos, e que não tenhamos nenhum risco à possibilidade de recuperar esses recursos.

Outra questão que queria já apresentar é o seguinte: apareceu na imprensa, e no meu Estado – temos um acompanhamento mais antigo –, uma nova modalidade de remessa dos recursos. A impressão que dá é que já é um pós-doutorado da lavagem de dinheiro porque agora já não se usa mais CC5; é tudo esquema de telefone. Queríamos aproveitar, já estou com o requerimento pronto, para ouvir esse novo esquema que foi descoberto lá e que também necessitará de providências, porque há muita dificuldade do procurador para poder obter as autorizações para as escutas telefônicas. Portanto, esse é outro assunto sobre o qual até valeria à pena distribuímos e ouvirmos o Procurador de Blumenau, o Dr. João Marques. Inclusive estamos propondo, já conversamos com ele, e se houver concordância e aprovação da Comissão, que ele possa ser ouvido no dia 04 de junho.

Uma questão que me preocupa, porque já temos uma providência tomada, são as investigações no exterior, em Nova Iorque, nos Estados Unidos ou em outros países. Já temos a aprovação da constituição de uma comissão. Queria saber se as investigações lá vão ser retomadas, se vai haver procedimento de retorno aos Estados Unidos até para a própria Comissão, pois já foram aprovados os três Senadores designados para acompanhar. Temos também que nos programar e saber qual é a previsão que o Ministério Público tem junto com os demais órgãos do Governo Federal que estão atuando.

Creio que seriam estas as questões: Como a Comissão de Fiscalização e Controle pode ajudar mais no trabalho que a força tarefa já vem desenvolvendo, apresentar a necessidade de ampliarmos, quer dizer, além do trabalho que eles vêm desenvolvendo, já há outras situações semelhantes; que possamos também abranger e ver a questão das investi-

gações no exterior para o nosso acompanhamento, já que há designada uma comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, dois dos questionamentos de V. Ex^a são de economia interna da Comissão, V. Ex^a faça os requerimentos, e nós, como somos um órgão colegiado, colocaremos em votação no momento propício.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há uma questão em que penso que eles podem nos ajudar muito. O Dr. Luiz Francisco já sinalizou que a Dr^a Letícia pode nos dar boas informações e sugestões para alteração na Lei da Lavagem do Dinheiro. Houve procedimentos internos que não foram legislativos. Não foram mudanças na lei, foram procedimentos em termos de Banco Central que acabaram facilitando. Então precisaríamos também ter uma análise bem detalhada de como é que foi o procedimento dessas alterações por meio de portarias do Banco Central para que possamos também fazer as modificações, se houver necessidade de modificações legislativas. Por isso seria importante também ter um detalhamento melhor de como é que foi facilitado o expediente para a remessa ilegal de tantos recursos, até para podermos tentar, num segundo momento, reformular em termos legislativos essas alterações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sr^a Senadora, esse pode ser um procedimento até de um grupo de trabalho em conjunto, em que pediríamos auxílio. Estou verificando que sobrou um questionamento a respeito da continuidade, no momento, em Nova Iorque. Gostaríamos de saber se já retiraram todos os policiais que estavam fazendo o trabalho lá, se continuam, quem continua e até quando irá. Essa é a indagação da nobre Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, desculpe-me. Depois teremos de fazer as alterações detalhadamente. Penso que isso seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Será um grupo de trabalho e matéria de economia interna da Casa.

Podemos convidar pessoas para fazer aqui uma explanação do que poderia e do que não poderia melhorar. Quero dizer aos Procuradores que estou muito feliz com o cuidado de não citar os nomes aqui. Logo após a instalação da Procuradoria em decorrência da legislação, houve muitos vazamentos, que provoca-

ram injustiça. Depois não chegaram a nenhuma conclusão, mas as pessoas tiveram seus nomes lançados no ar e isso criou um problema. Lembro – e digo aqui, de corpo presente – que, quando Ministro, fui vítima da acusação de que teria feito pagamento em duas cidades, mas lá não foi pago um centavo. No entanto, disseram que houve corrupção no processo referente a Ji-Paraná e a Cacoal. Nunca foi pago, no Ministério, um centavo, mas o assunto saiu e depois parecia verdadeiro. Hoje estamos vendo a preocupação...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo-lhe a palavra, pela ordem, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Outra grande injustiça foi feita contra o Senador Íris Rezende. V. Ex^a se lembra. As revistas publicaram que ele havia remetido 37 mil dólares para o exterior. Ele foi execrado, humilhado. Depois, verificaram que quando era Ministro da Justiça ele remeteu dinheiro para pagamento da participação do Brasil na Interpol, assinou uma guia para mandar esse dinheiro. Publicaram isso noventa dias depois, e o Senador Íris Rezende ficou numa situação muito humilhante. S. Ex^a mandou dinheiro para o exterior, como Ministro, para pagar a participação do Brasil na Interpol. Minhas perguntas serão sobre isso. Quero saber se é verdade que há uma conta no nome de Mário Covas, se é verdade que há uma conta no nome do Serjão, que morreu.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a terá a resposta no momento propício.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Li na revista que há.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) -V. Ex^a terá oportunidade de ser esclarecido mais tarde.

Vamos seguir a ordem, para cumprir o Regimento.

Quero saudar essa maturidade de não divulgar nomes. Esse é um procedimento correto e, com toda certeza, terá dessa Comissão todo o apoio.

Por questão de economia interna, V. Ex^a faça como requerimento. Amanhã faremos uma reunião extra da Comissão, apenas para aprovar ou não esses requerimentos. Temos pressa e vamos ajudá-los. Fica a indagação sobre Nova Iorque – quem está e há quanto tempo está.

A nobre Procuradora está com a palavra.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Vou responder, depois o colega pode complementar. Primeiramente, era uma equipe de três policiais federais, um delegado e dois peritos.

Estiveram lá no início de 2002 e, com a ajuda do Ministério da Justiça para cumprimento das regras internacionais de afastamento e sigilo, obtiveram os dados de 1996 e 1997. Chegaram aqui, processaram essas informações, firmaram um laudo pericial e verificaram a necessidade de aprofundamento. Voltaram lá no início desse ano, permaneceram noventa dias, com dificuldades orçamentárias que todos os órgãos têm, mas acabaram tendo o apoio da direção da polícia, que os manteve lá. Permaneceram durante esse período, conseguiram os dados de 1998 e 1999 e conseguiram chegar a uma nova etapa do rastreamento, que é a quebra de contas destinatárias. Das 137 contas, quebraram nove. Ainda faltam muitas, mas o volume de recursos gastos com essas nove foi muito grande.

Entendemos que, realmente, havia o problema orçamentário de mantê-los lá. De forma geral, era interessante o retorno deles ao País, para podermos processar essas informações e começar a trabalhar com a base de dados que já existe. É muito interessante, sem dúvida, chegar ao final, mas lutamos também em questão do tempo, com a decadência fiscal de cinco anos. Portanto, acreditamos ser necessário que haja o início dos trabalhos aqui no Brasil. Enquanto isso temos um perito, basicamente, que é o cérebro da inteligência, da informação. Temos uma base de dados de informações, que têm de ser trabalhadas, com critérios de inteligência, para produzir dados úteis e relevantes para toda sorte de investigação. O perito é o conhecedor de todo esse sistema. Ele sabe programar, buscar as informações e também indicar o que devemos continuar fazendo. Ele retornou e seria interessante que permanecesse um tempo conosco para conseguirmos. Não adianta nada termos toda a equipe da Receita e não tê-lo para produzir essa informação, essa matéria-prima para o trabalho. Também entendemos que não podemos parar lá no exterior. Então, ontem, eu e a Dr^a Valquíria estivemos com a Secretária Nacional de Justiça, Dr^a Cláudia Chagas, que está dando total apoio para a apuração. Só que é uma questão bem delicada: a autoridade americana quer que se produza determinado tipo de informação, para que seja processado via MLAT. Temos lá, nos Estados Unidos, a autoridade central americana para cumprir as ordens do Brasil e da América Latina, que é o Dr. Michael Burk. Tudo passa por ele, que também tem os seus requisitos para que se possa continuar, além dessas nove. E nós, tendo conhecimento do que desejam para poder auxiliar, já passamos as informações para o perito, o qual deve produzir as informações para o trabalho no

Brasil, vai nos ajudar a preencher os formulários de requisição para prosseguimento nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a questão é muito técnica, porque, embora seja necessário que, num segundo momento a Polícia, a equipe do Senado, do Ministério Público consigam acelerar todo o trabalho, precisamos produzir aquela base de dados de que eles necessitam para começar a trabalhar.

Então, temos um perito. É óbvio que também não adianta nos oferecer 30 ou 40. Não é preciso tanto, porque é uma questão de inteligência, de manipulação do sistema. Não adianta também ter vários que também não vão conseguir fazer esse trabalho. Queremos que ele produza o maior número possível de informações para a Receita, fazendo um corte de período que já decaiu e de valores expressivos. Vamos puxar tudo o que já pudemos passar, e precisaremos, aí sim, que a Receita Federal ceda auditores para que comecem a processar essas informações e fazerem as ações fiscais e os respectivos lançamentos, interrompendo o prazo decadencial.

É óbvio que queremos manter um contato com a Comissão. Precisamos muito da parte operacional para auxiliar a lançar os dados no sistema. Não há técnicos, e até a Controladoria está cedendo, colaborando, mas eles também têm deficiência de servidores, têm todos esses problemas. Então, precisamos realmente dessa parte mais operacional para poder lançar tudo isso no sistema, auxiliar o perito, a Receita e os técnicos da Controladoria neste momento. E vamos preencher os formulários do MLAT – podemos até, depois, informá-los sobre isso – e a Dr^a Cláudia Chagas vai processá-los o mais rápido que ela puder nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – No momento não temos pessoas nos Estados Unidos. Vamos mandar, mas vai retornar.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Vamos mandá-las via Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pediríamos à nobre Procuradora que, mal tenhamos continuidade na ação... Porque não adianta seguirem Senadores sem ter lá uma base que possa ser...

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Previamente, informaremos quando estiver novamente estabelecido algum contato lá.

O Dr. Luiz Francisco queria complementar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não. O Procurador Luiz Francisco de Souza com a palavra.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Trinta auditores é só para começar, porque, de fato, mais tarde, para poder evitar a decadência, vamos precisar, talvez, de 50 ou 60, sei lá. Então, eu gostaria que a Comissão tivesse preocupação com isso.

Outra coisa. Seria bom que a Comissão pudesse nos auxiliar, junto ao Banco Central, para conseguirmos imediatamente os relatórios da liquidação extrajudicial do Banco Araucária, um dos portais que mais enviaram esses recursos, e também do Banestado, além dos relatórios feitos, que foram enviados para a Tereza Grossi, que foi três ou quatro vezes aos Estados Unidos, a essa agência, para fiscalizar. Pelas informações, esses relatórios permitiriam termos certeza de que ela sabia, ou não, do esquema, para poder ser processada em caso afirmativo. Mas precisamos desses relatórios, como também precisaríamos que o órgão público dos Estados Unidos que faz a fiscalização bancária também nos enviasse os relatórios que foram encaminhados ao Governo brasileiro apontando esse esquema. Esses relatórios estão desaparecidos. Sabemos que foram enviados, mas, no entanto, não os conseguimos. Se a Comissão pudesse nos auxiliar, seria bom.

Reputo de muito importância que vá mesmo logo, talvez dentro de 30 dias, junto com os Senadores da República, quando forem para lá, e que volte uma equipe dos Estados Unidos. Podemos até fazer sugestão de nomes, porque, como diz o Senador Ney Suassuna, tem que ter gente lá, porque todo dia surgem novas informações. Aquelas nove contas que foram quebradas lá somam US\$1 bilhão. Se uma equipe fosse novamente para lá e permanecesse por algum tempo, ela poderia conseguir umas trezentas contas, que totalizaria, talvez, uns 10 bilhões ou 20 bilhões, que seriam de extrema importância.

Também quero colocar, que é muito importante, que, para manter nossa equipe lá foi uma dificuldade imensa. A cada vez a equipe iria voltar, pois manter uma pessoa lá custa são trezentos dólares de diária, que significam R\$1 mil. Ora, se eles estão investigando coisa de um bilhão, a quantia gasta é um sobre um milhão/avos, ou seja, não se pode fazer economia numa coisa dessas, há outros ponto do Poder Público em que cabe economia. Agora, economia para buscar e descobrir recursos públicos que foram desviados, recursos de traficantes, de maus elementos e mesmo de servidores corruptos, de gente igual ao Sil-

veirinha, isso aí tem que ser feito e não pode ter economia.

Outro item também que acho muito importante é o trabalho da Dr^a Cláudia Chagas, que é primoroso. Temos o máximo de respeito por ela, mas se pudesse robustecer e talvez o Governo brasileiro pudesse melhorar o Tratado do MLAT para dar mais rapidez e agilidade para ele, seria de extrema importância. Se pudesse também a Comissão vigiar um pouquinho, para que a Controladoria talvez tivesse até mais recurso, porque lá nem impressora direito eles têm, ou seja, volta e meia falta até impressora. Se os senhores pudessem talvez ver a questão de suplementação orçamentária, isso permitiria fazer o mapa da corrupção brasileira, ou seja, seria o dinheiro sujo enviado de 96 até 99, prolongando um pouco para 2000 e 2001. Nesse trabalho poderia aparecer muito do dinheiro sujo, por isso pedimos o apoio da Comissão.

Adiantando o que o Senador colocou...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ainda não responde, Procurador, porque vai chegar a vez dele.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Só para abreviar: de forma alguma, poderemos proferir nomes. Então, se o senhor tiver perguntas, se tem o nome de fulano, a resposta é bem simples: não podemos responder se tem ou não. Até sugiro que perguntem outras coisas, para economia, sob pena de se fazer perguntas cuja resposta é simples: não podemos proferir os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Satisfeita, nobre Senadora?

Com a palavra o nobre Senador Osmar Dias e, em seguida, o nobre Vice-Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Sr^{as} e Srs. Procuradores, em primeiro lugar, quero registrar que, sendo do Paraná, tenho que ficar, como todos os paranaenses, revoltado com os dados que foram apresentados, mas principalmente por me lembrar do processo de privatização do Banco do Estado. Fui designado naquela ocasião pela Comissão de Assuntos Econômicos para fazer um acompanhamento da situação do Banco do Estado, e era estarrecedor. O Banco do Estado acabou sendo privatizado contra o meu voto, porque votei pela sua federalização. Perdemos aquela votação por um voto apenas no plenário – o resultado foi 21 a 20 –, o que possibilitou a privatização do banco em condições ainda não esclarecidas, pelo menos para mim. Tanto é que temos em funcionamento na Assembléia Legislativa do Paraná uma CPI que está investigando o que aconteceu no processo

de privatização e, também, as questões que foram levantadas pela revista **Istoé**, que ensejaram o pedido de CPI pela Senadora Idali Salvatti.

Naquela ocasião, denunciei e fiz uma pergunta direta à direção do Banco Central, que estava sentada na mesa da Comissão de Assuntos Econômicos. Perguntei: por que o Banco do Estado quebrou? E a resposta da Diretora do Banco Central foi: porque uma quadrilha dirigiu o Banco do Estado do Paraná. A resposta foi do Banco Central, não minha. Só que o Banco Central sabia que tinha uma quadrilha administrando o Banco do Estado e não fez nada para substituí-la.

A primeira pergunta que quero fazer é se o Banco Central não tinha meios para conhecer essas operações que foram realizadas e que desviaram do País cerca de 30 bilhões de dólares. Quero saber se o Banco Central tinha ou não meios de saber, porque hoje no jornal do Paraná um ex-diretor do banco do Estado, na CPI da Assembléia, afirmou o seguinte: o Banco Central sabia de todas as operações realizadas pelo Banco do Estado. Pois bem: essas foram operações realizadas pelo Banco do Estado pela agência de Nova Iorque. Então, se o Banco Central sabia de todas as operações – é uma afirmação que não é minha, é uma afirmação de um ex-Diretor do Banco do Estado, que está sendo investigado pela CPI do Paraná. Esta é a primeira pergunta: o Banco Central tinha conhecimento dessas operações?

De outro lado, o Banco do Estado do Paraná foi vendido por um bilhão seiscentos e vinte e cinco milhões ao Itaú e só de créditos a receber o Banco do Estado do Paraná tinha um bilhão e trezentos milhões, que, numa negociata, convencionou-se que foi um negócio, mas não foi um negócio aquilo. Colocou-se nas mãos de alguns privilegiados, que, inclusive, participaram do processo de privatização, que se associaram a uma empresa americana, que hoje recebe esses créditos que estavam inscritos como “créditos de difícil recebimento”. Mas eu nunca vi ser considerado como crédito de difícil recebimento um crédito a vencer em 2006, em 2008, 2010, de clientes que são pagadores. Então, créditos foram colocados naquela conta mesmo antes do seu vencimento, dez anos antes do seu vencimento e considerado de difícil recebimento. A operação foi aprovada pelo Senado e pelo Banco Central, o Banco do Estado foi privatizado e, hoje, aqueles créditos vendidos pelo Estado ou pelo Banco do Estado para uma empresa americana por 10% do valor estão sendo recebidos quase que na sua integralidade, porque são clientes tradicionais, que pagavam a conta e que vão pagar da mes-

ma forma. Quer dizer, perdeu o povo do Paraná, ganhou uma empresa americana e alguns sócios arrumados assim de última hora, para facilitar realmente a operação.

Estou falando tudo isso, porque essas operações do Banco do Estado deviam ser de conhecimento do Banco Central, como essas que estou relatando. O Banco Central, mesmo assim, aprovou a privatização do Banco, que deixou ao Estado uma dívida de seis bilhões e quatrocentos milhões de reais. Vejam: o Banco foi vendido por um bilhão e seiscentos e vinte e cinco. O Estado assumiu um débito de seis bilhões e quatrocentos, que nós vamos pagar por trinta anos. Fiz um cálculo: o Paraná paga por mês trinta e três milhões dessa dívida para a União, o que dá mais de um milhão por dia. Significa que nós, do Paraná, demos o Banco do Estado para o Itaú, que comprou numa condição especialíssima. Uma empresa americana ficou com os débitos de "difícil recebimento" e está recebendo praticamente tudo, e o povo ficou com a conta para pagar.

Diante disso, queria fazer uma pergunta bem objetiva em relação a um outro braço do Banco do Estado do Paraná, que não se localizava em Nova Lorque, mas muito perto de Foz do Iguaçu, que é o Banco del Paraná, localizado em Assunción, no Paraguai. Há denúncias, até hoje não foram esclarecidas, de que um vendedor de cachorro quente, que ficava na esquina da sede do Banco do Estado em Assunción, vendia cachorro quente, mas movimentava milhões de dólares na agência do Banco do Estado. E isso não pareceu estranho nem para a Diretoria do Banco do Estado nem para a Diretoria do Banco Central. Não pareceu estranho que alguém que vende cachorro quente movimentasse milhões de dólares no chamado Banco del Paraná, que ficava em Assunción, no Paraguai, que é uma agência, portanto, e que também foi fechada antes até da privatização. Aliás, esse Banco del Paraná quase impediu a privatização de tantos que eram os escândalos, porque a corrupção paraguaia era operada em grandíssima parte pelo Banco del Paraná, braço do Banco do Estado do Paraná.

Parece que tudo isso foi esquecido. Estamos tratando aqui de operações que levaram para fora do País trinta bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sessenta!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Quanto?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ali tem sessenta bilhões no total, é o capital. Trinta é a recuperação de impostos.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – O total foram trinta bilhões.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Também quero falar uma coisa aqui. Quero pedir uma coisa ao Dr. Luís Francisco.

Dr. Luís Francisco, gostaria que o senhor não ficasse constrangido com o que eu vou falar. Mas é que, às vezes, no entusiasmo, o senhor coloca também uns dados e ficamos em dúvida. Se investigarmos mais trezentas contas, podemos pegar mais dez, mais vinte bilhões. Aí me parece um pouco mais de chute. Precisamos de dados concretos. O drama do Paraná é tão grande em relação ao Banco do Estado, houve tanta roubalheira, tanta safadeza no Banco do Estado do Paraná que precisamos de dados concretos, porque essas operações que estão aí não são só de políticos paranaenses, de funcionários públicos, são pessoas do Brasil inteiro que usavam o Banco do Estado do Paraná para fazer esse tipo de operação. E aí há empresários, que também são corruptos da mesma forma se fizeram essa operação, gente de todo tipo aqui dentro. Isso precisa ser investigado. E a pergunta que o Gerson Camata faz é aquela que mais nos interessa: saber quem roubou tanto dinheiro do País e quem usou o banco do Estado para roubar tanto dinheiro do País e se toda aquela roubalheira que aconteceu no Banco do Estado vai ficar por isso mesmo? Porque a CPI dos Precatórios também descobriu que, mesmo durante a instalação da CPI dos Precatórios, a Diretoria do Banco do Estado comprou precatórios que eram considerados ilegítimos, frios e deu um prejuízo de R\$300 milhões ao Estado do Paraná, que foi o avalista e nada aconteceu também.

Tudo isso vem acontecendo assim numa rapidez, atropelando o processo, fazendo com que o Banco do Estado que financiava a agricultura, a agro-indústria, quebrassem, fosse levado embora; o povo ficou sem o banco, ficou com a dívida. Isso tudo precisa ser esclarecido. Agora, quero saber se o Banco del Paraná também operou porque, segundo denúncias – ficou nas denúncias porque ninguém investigou –, parece operava boa parte da corrupção paraguaia, que não é pouca.

A outra coisa que quero perguntar é se podemos confiar mesmo nesses dados, se vocês já fizeram o cruzamento desses dados da CC5 com os dados da Receita, para saber se aí dentro não há dinheiro que tenha sido declarado, com imposto pago, que está sendo colocado como se fosse dinheiro desviado do País, ou seja, se não há o risco de haver aí dentro um empresário que, por conta de um negócio lá fora, declarou, pagou certinho o imposto, e colocou

dinheiro lá fora? Não existe dinheiro misturado? É só dinheiro sujo mesmo? Dá para confiar?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Esse gráfico foi feito por um técnico da Receita que nós chamamos. Por isso estamos pedindo os auditores. Se tivéssemos a investigação toda pronta, estaríamos muito felizes já com os lançamentos tributários e tudo o mais. Apresentamos para um técnico as informações que temos de fluxo, que projetou o que pode ser o mínimo, o básico que pode ser recuperado dentro da legislação fiscal brasileira atualmente.

Só que os trinta fiscais são para levantar os nomes, os valores e, junto à base de dados da Receita, nos procedimentos fiscais adequados, fazer o lançamento.

Esse numerário com a investigação já do Paraná, de Foz do Iguaçu identificado, foi dinheiro à margem de declaração. Se vai conseguir no tempo hábil, o pouco tempo que ainda resta antes da decadência, fazer o lançamento de tudo, esperamos que sim, diante de um trabalho exaustivo da Receita Federal. Mas ainda não foi feito esse tipo de cruzamento, porque não temos ainda os auditores que podem trabalhar conjuntamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas não tendo...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Um minuto, Senador, deixe-me só pedir à nobre Procuradora que não responda de imediato, porque aqui há um ritual que seguimos, e são rituais congressuais.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Desculpe-me, então, porque quebrei a regra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas foi bom, assim eu faço outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu pediria ao nobre Senador que assim o fizesse. E eu lembraria que o Banco Beron entrou com requerimento aqui, pedindo abertura de informações. O Governador do Estado de Rondônia veio e pediu, porque houve um fenômeno semelhante, e vários bancos tiveram esse problema. Podemos até analisar o problema do banco numa outra situação, mas aproveite a oportunidade para fazer mais uma pergunta, uma vez que V. Ex^a já teve sua pergunta respondida.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vou encerrar, Presidente, perguntando exatamente isto: como não houve esse cruzamento entre os dados da Receita e os que são informados pelos Procuradores, se

não há o risco desse número estar muito acima daquilo que aconteceu efetivamente de irregular? Não há o risco de ter aí dentro dinheiro legal que está sendo considerado ilegal?

E encerrando, quero dizer que essa solicitação de 30 auditores feita pelos Procuradores, nessa proporção de um procurador para cada bilhão roubado, até sugiro aqui que as Senadoras que fazem parte do Partido do Presidente da República, também conversem com este, com o Ministro da Fazenda e com o Banco Central, porque talvez um requerimento da Comissão de Fiscalização e Controle não vá ser atendido, mas um apelo dos Senadores que fazem parte do Partido do Presidente pode ser atendido e vai sair barato, porque se parte desse dinheiro for recuperada, paga e sobra muito dinheiro ainda.

Eram essas as perguntas. Faltou responder a sobre o Banco del Paraná e se o Banco Central tinha conhecimento dessas operações ou não.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra os nobres Procuradores.

A SRA. VALQUIRIA QUIXADÁ NUNES – Complementando a resposta anterior, sobre o montante ali apurado, esses dados foram feitos por um técnico da Receita e, obviamente, são dados globais.

Agora, volto a repetir o espanto dos promotores americanos, que perguntaram: “Se o dinheiro fosse lícito, por que uma pessoa iria se utilizar de um esquema desses – contratar doleiro, que, por sua vez, ia passar para a conta de laranja, criar uma **off shore**, para pulverizar, e, depois, convergir para a agência do Banestado, em Nova Iorque, que, por sua vez, ia repassar aos bancos? Por que alguém se daria a esse trabalho, a esse custo, se o dinheiro fosse de origem lícita?”

Utilizando a observação do Senador Osmar Dias, vamos considerar que, numa estimativa bem elevada, 20% do numerário ali seja de origem ilícita. Daqueles R\$39 bilhões, haveria a recuperação de cerca de R\$8 bilhões então. Quer dizer, já é uma quantia muito considerável.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não estou querendo diminuir a importância do estouro. Estou querendo ter certeza sobre esse dinheiro que está lá, pois, de repente, surge, no meio, o nome de uma empresa que pagou imposto, que declarou à Receita. É essa a preocupação.

A SRA. VALQUIRIA QUIXADÁ NUNES – Temos que continuar as investigações, se são estimativas globais. Temos que ir até o fim, justamente para separar caso a caso.

Vamos supor que 20% sejam sonegações. Mas há também a questão da evasão de divisas; há a questão da lavagem. Há várias questões a serem resolvidas.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Em um mês, 30 auditores conseguem detectar isso. No trabalho de um mês, eles fazem pelo menos o cruzamento da base de dados da Receita com a da declaração de Imposto de Renda. Não é um custo elevado para o Estado destacar 30 servidores públicos, auditores, para começar a fazer esse trabalho.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Ou até mais!

Eu gostaria de passar para o nobre Senador a informação de que o Banco del Paraná era o principal correntista do Banestado em Nova Iorque. Com certeza, no curso das investigações, vai-se identificar esse esquema, por meio do Banco del Paraná.

Sobre a questão do Banco Central, temos fortes indícios, eu diria assim – nem são fortes indícios, temos provas –, em relação a essa condenação do Sr. Gustavo Franco pelo TCU.

Permitam-me ler um trecho do Relator, Ministro Adilson Motta, em que ele fala o seguinte: “Há claras evidências de que o Banco Central tinha conhecimento de que o volume movimentado pela praça de Foz de Iguaçu era muito superior ao esperado, para o comércio da região, com o Paraguai. E também que isso se devia a um esquema envolvendo dinheiro de proveniência pouco recomendável”.

E o Banco Central não informou isso ao Ministério Público. Ao contrário, o Diretor de Assuntos Internacionais à época, o Sr. Gustavo Franco, deu abertura, contrariando a própria circular do Banco Central, àquelas cinco agências em Foz para que recebessem depósitos de não residentes. Quer dizer, sob a aparência de legalidade.

Um fato agravante é que ele deu a permissão antes do fato chegar ao conhecimento da Diretoria do Banco Central e ser aprovada. Por isso mesmo, ele foi condenado, sob a justificativa – vou ler outro trecho do Relator – que diz: “Destaco a fragilidade das razões e justificativas por eles apresentadas para a excepcionalidade dada aos cinco bancos em Foz do Iguaçu, quando é feita a referência ao sucesso da operação de controle da taxa de câmbio no mercado paralelo para atender às peculiaridades do comércio regional de fronteira de Foz do Iguaçu, em Punta del Este, no Paraguai”.

Quer dizer, a justificativa utilizada não surtiu efeito. Então, o Banco Central realmente tinha conhecimento e até deu uma aparência de legalidade a isso.

E complementando o que a Senadora Ideli falou no início, é questão de fazer um estudo nessas circulares, para amarrar ao máximo, porque a ilicitude, a corrupção sempre está à nossa frente. Então, temos que nos prevenir e cercar o máximo possível, para não dar abertura para que se possam utilizar esquemas. Seria até interessante ouvir o procurador responsável em Blumenau, para que ele possa esclarecer isso.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, é uma questão importante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Já que o Banco del Paraná está envolvido e participou – era o principal cliente –, esse dinheiro todo é brasileiro ou há o risco de haver também dinheiro paraguaio no meio?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NUNES – O paraguaio já está identificado na planilha dos peritos, no laudo. Há então o gráfico com o fluxo do dinheiro do Paraguai, e foi feito o câmbio tal, e o fluxo do dinheiro que saiu do Brasil.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Esse é só verde e amarelo?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NUNES – É só do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tudo bem.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor. Mas ainda temos mais um Senador.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Serei rápido. Senador Osmar Dias, há cerca de quatrocentos Procuradores na República somente. Estamos assoberbados, não temos a menor estrutura, sequer temos assessores. De fato, somos nós, a secretária e dois estagiários. Essa é a estrutura básica que atende aos Procuradores. É como ser um D. Quixote, literalmente.

A nossa estrutura é tão pífia, que pensar que vamos resolver isso sozinhos, se não houver essa CPI, é pensar errado. A CPI é vital. Do mesmo jeito que a CPI da Corrupção, que foi importante, essa CPI, se houver, vai permitir elucidar todas as questões de V. Ex^a, que considero extremamente pertinentes.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Concordo, tanto que assinei a CPI.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Isso. Eu tinha certeza. Estou falando para incitar os seus Colegas a instaurarem a CPI.

Outro ponto é que todo aquele dinheiro, ou seja, todo o fluxo de trinta bilhões passou por 137 contas em Nova Iorque. Na verdade, não foi todo, porque houve um outro veio, do Banco Araucária, de cerca de cinco bilhões, que foi diretamente para a Suíça e deve ser elucidado. No entanto, o grosso mesmo foi diretamente para 137 contas. Destas, 70% são movimentadas por vinte doleiros, os piores que há no País.

V. Ex^a tenha certeza de que tudo o que passou aqui é dinheiro podre, é dinheiro oriundo de falcaturas, é dinheiro oriundo do que há de pior. Dificilmente alguém que se valeu de um laranja e de um doleiro e que criou uma **off shore** declarou isso. V. Ex^a tenha certeza de que há até a possibilidade de haver algum dinheiro sujo do Paraguai também. Pode haver, mas achamos que a maior parte é de brasileiros, porque foi um duto. Do País inteiro saía dinheiro e ia para lá, por meio de um mecanismo. E o melhor dessa história: graças a Deus, havia um programa chamado FTC, um **home bank**, que permitiu deixar rastros e registros de toda a operação.

Tudo o que precisamos fazer, agora, é mandar uma outra equipe para trabalhar lá fora, para fazermos umas trezentas ou quatrocentas quebras, para pegar e, ao mesmo tempo, também abarcar esse ponto que V. Ex^a citou, ou seja, a convivência do Banco Central.

A Tereza Grossi foi, por três ou quatro vezes, a essa agência, conversou com as pessoas do OCC, teve a informação, e aí vem a questão: o tanto que ela sabia e nada fez e o tanto que talvez não soubesse e, aí, justificasse.

Entendemos que é suspeito demais e lembro, também, que houve a participação do Gustavo Franco, para gerar o processo, como foi bem dito, em ato ilegal, que feriu as circulares do Banco Central. Em dois segundos, todo o mercado sujo soube e utilizou uma portaria secreta. Houve a anuência desses dois cidadãos. Achamos que houve também a participação de Ricardo Sérgio, etc, na abertura de uma agência do Banco do Brasil no exterior.

Por isso, é vital que a equipe de Senadores que vai para Nova Iorque leve consigo pessoas que continuem o rastreamento; que fiquem lá, se for o caso, por quatro ou cinco meses, para chegarem até o final de tudo isso.

Para finalizar, quando falei em dez bilhões, estava usando um cálculo modesto, porque não é isso. Podemos levantar, no final, trinta e nove bilhões de autos que não decaíram, mas vão decair se não tivermos esses fiscais. Se o Senado brasileiro, se a Comissão de Fiscalização não votar isso, e se o Governo brasileiro não indicar os fiscais, o risco é de que decaiam bilhões – apenas de autos. Mas se fazemos o nexo de causa e efeito, há a pena de perdimento. O dinheiro é oriundo, por exemplo, do tráfico, da sonegação, da corrupção, então há o perdimento e aquele dinheiro retorna para a União. Além disso, há a multa prevista na ação de improbidade. Por exemplo, se saíram recursos de um contrato superfaturado, pode-se ter a sanção de improbidade, e se o montante ali era de 50 milhões, vai ter que haver a restituição dos 50 milhões, que o indivíduo vai ter que devolver – o que depena totalmente o ladrão do recurso público –, e ainda três vezes esse valor em multa de improbidade.

Então, de fato, essa operação, se tiver o controle do Senado brasileiro, se possível, por intermédio de uma CPI, ou da Comissão de Fiscalização, bem rigoroso, e uma intensa participação do Governo brasileiro, pode, sim, levantar trinta e poucos bilhões que estão ali – na verdade, acho que são 39 bilhões –, com mais 10 bilhões de perdimento, pelo menos. E de sanções de improbidade administrativa pode haver mais 10 bilhões.

Isso é questão de estimativa, mas sabemos também que, acima de tudo, há a questão ética. Identificar um corrupto, um traficante, um Silveirinha, um agente público infiltrado no Estado, que está recebendo recursos de forma escusa, e tirá-lo do Estado brasileiro significa economia de vários milhões, porque o ganho ético é incomensurável, é inestimável. Mas há também o ganho financeiro, para o povo brasileiro, dessas quantias, que podem ser usadas para diminuir a fome, etc. Por isso, essa CPI e o apoio da Comissão são tão importantes, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Satisfeito, nobre Senador?

Lembro aos membros desta Comissão que temos, com poder de fiscalização, uma CPI localizada, e que o Senado fornece recursos para técnicos, para passagens, enfim, para o que for preciso, desde que o processo seja feito, o que não será decidido nesta Comissão somente. Indicamos, e o Plenário da Casa abre o processo.

Ao se iniciar o processo, é como se fosse uma CPI, só que localizada, em vez de ser algo mais am-

plo. Esta Comissão tem poderes para fazer as análises, desde que autorizada pelo Plenário da Casa.

Com a palavra o nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Procuradores da República presentes, quero dizer que o assunto é grave e importante. Por isso, gostaria de fazer algumas indagações e também colocar algumas divergências de pontos de vista. Foi dito aqui que o Governo anterior não tinha interesse – refiro-me, evidentemente, à fala do Dr. Luiz Francisco. E, ao mesmo tempo, ele diz que a CPI é um instrumento importantíssimo para que isso seja elucidado.

Então, vamos pôr os pingos nos is. A CPI não acontece aqui não é porque a Senadora Ideli Salvatti não tenha as assinaturas necessárias. S. Ex^a já têm assinaturas mais do que necessárias. Acontece que, hoje, há uma prática, no Parlamento brasileiro, pela qual o PT enterrou 27 CPIs por um só ato do Deputado João Paulo, na Câmara dos Deputados.

E aqui não se faz CPI porque o Governo brasileiro não quer que se faça! Estou dizendo isso para não ficar a impressão de que os outros Partidos não querem a CPI e o PT sim, sendo que temos informações de que existem assinaturas mais do que necessárias para a instalação da CPI já há algum tempo.

Não vamos nos iludir, Procurador, esta Comissão jamais chegará a ter poderes semelhantes aos de uma CPI, que não se faz porque o Governo brasileiro, neste momento, estabelece uma discussão fortíssima sobre a ética e a reforma. Se fizer a CPI, pode talvez prejudicar o processo de reforma.

Então, esse custo ético tem que ser dividido com o atual Governo. Só estou dizendo isso para não ficarmos com esse discurso de que ocorreu no governo anterior. Sou favorável a que se apure tudo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu assinei e V. Ex^a também assinou.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não assinei, porque, quando procurei a Senadora Ideli Salvatti, ela disse que já tinha 32 assinaturas, se não me engano, mas que esperaria o Ministério Público.

Agora, ouço do Ministério Público que seria muito importante a CPI para auxiliar o Ministério Público. Então, estamos colocando os pingos nos is. Saiba V. Ex^a que, se não sair a CPI, é porque o PT não quer – estou colocando uma posição pessoal em relação a esses fatos.

Gostaria que este fosse, realmente, o tratamento: não vamos revelar nomes. No entanto, não revelar nomes na comissão e revelá-los para a imprensa é a mesma coisa. É uma ilusão. Temos que mudar é a lei para corrigir equívocos de integrantes do Ministério Público. Da mesma forma que se defende o controle externo do Poder Judiciário, tem-se que defender o controle externo do Ministério Público e parar com esse farisaísmo de que vamos proteger as pessoas ao não revelar nomes numa comissão.

A revista **Isto É**, por exemplo, já trouxe alguns nomes. Ou os nomes citados pela revista não são os mesmos da investigação? Constam ou não constam dela? Aqui se faz de conta que há sigilo definitivo, mas a imprensa brasileira recebe, em **off**, informações por intermédio daqueles têm o dever de guardar segredo – não é nenhum Senador desta Casa que tem as informações das investigações, mas alguém que está trabalhando neste processo.

Vejam bem, senhores procuradores, fui Constituinte, ajudei a escrever a Constituição que promulgamos no dia 5 de outubro de 1988. Na minha avaliação, o maior avanço que tivemos foram os poderes dados ao Ministério Público brasileiro. Não sou daqueles que cerram fileiras com os que acham que temos que diminuir os poderes do Ministério Público. Ao contrário: acho que esses poderes representaram um ganho para a sociedade brasileira. Acredito, porém, que temos que aperfeiçoar mecanismos: por exemplo, não temos que tratar isso em segredo de Justiça.

Temos que tomar uma providência muito mais urgente do que essa sugerida pela Senadora Ideli Salvatti no sentido de aperfeiçoar a legislação. Para bloquear esses recursos, essa providência é urgentíssima. Gostaríamos de conhecer a sugestão da Procuradoria para que a Comissão de Fiscalização e Controle possa apresentar proposições na comissão e aprová-las urgentemente. Assim fazemos ou o Brasil continuará vendo ladrões se locupletarem do Erário público. Temos que aprovar isso urgentemente.

Há outra medida que precisamos implementar urgentemente. Temos também que estabelecer, para esses casos – e aí pediria a contribuição das senhoras e dos senhores, que são operadores do Direito –, a eliminação do prazo da decadência. O Brasil não pode ficar assim. Se não apurarmos rapidamente, veremos a decadência se concretizar e ladrões dos cofres públicos não vão ser punidos. Então, gostaria que fosse sugerida a melhor maneira para se mudar o prazo decadencial quando se tratar de crime de engravatados deste País, quando se tratar de crimes de

grandes empresários, de crimes de pessoas que tem uma situação teoricamente privilegiada.

Gostaria de indagar o seguinte. Cento e trinta e sete contas e, parece-me, 50 mil titulares...

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NUNES – No total, são mais ou menos 162, abrangendo todo o período. Ao todo eram mil e poucas na agência Banestado. São 162, o total de 96 a 99, em que tramitou esse fluxo e que foi destinado a 50 mil titulares, pessoas físicas ou **off shores**. Na etapa seguinte, nós – o Ministério da Justiça –, as autoridades brasileiras conseguiram quebrar nos Estados Unidos contas destinatárias dessas 162, que foram 9.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quero saber também o seguinte: foram selecionadas nove contas. Essas nove contas movimentaram 1 bilhão de dólares. Essas nove contas – V. S^{as} não vão dizer os nomes – estão identificadas?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Elas estão na base de dados da Polícia. Já pegaram lá.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sim, mas estão identificadas. Quem mandou o dinheiro para lá não está identificado?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Na realidade, era um sistema de banco, um **home bank**, para não se identificar o titular. Na realidade, não temos identificados os titulares de todos os montantes. Algumas pessoas utilizaram esse esquema e se pode levantar na base de dados. Quando surge um documento físico, trata-se de falha do doleiro ou dos operadores, porque tudo era para ser feito pelo sistema FTCO, em que a pessoa via o dinheiro entregue e pulverizava. Então, quando tem um documento físico de uma ou outra remessa é por um fato...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então há documentos físicos?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Eles têm documentos; eles têm não sei quantos milhões de documentos já lançados na base de dados, mas a identificação de um nome ou outro é um caso esporádico, porque, na realidade, os titulares efetivos estão na ponta final do dinheiro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quem se beneficiou está identificado?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Alguns dos que já se beneficiaram, sim.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Dentre esses alguns, esses nove que movimentaram um bilhão?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Não são nove; são nove contas. É complexo. Na realidade, até queríamos isso. Eu também pensava que, na etapa seguinte, pegaria o nome dos titulares. Não, essas nove contas eram mantidas em Nova Iorque, e receberam o dinheiro do Banestado; então, ela poderia ter movimentado o dinheiro – uma conta dessas – de todos nós aqui. Por exemplo, várias pessoas estão vinculadas, porque cada conta dessas movimentou um valor vultoso. Aí, é necessário identificar os documentos físicos ou os lançamentos no sistema de quem utilizou... Eu mandei 300 milhões a um doleiro, ele fez aqui no Brasil por dez lajeiras, passou por duas ou três contas CC5; dali foram para tantas contas do Banestado em Nova Iorque, e dali para várias operações; nem sempre só uma.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Existe alguma diferença – e estou perguntando como leigo mesmo, porque foi utilizada aqui a expressão “afastamento do sigilo” – entre afastamento do sigilo e quebra do sigilo, ou é a mesma coisa?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Bem, faço uma ressalva. Entendo que, efetivamente, a investigação tem que seguir da forma como V. Ex^a disse. A minha finalidade, ao atuar juntamente com o grupo, é exercer minha função, e a minha função não é de realmente divulgar, mas levar os dados, obter a informação e ir à Justiça com isso. Essa é a minha parte, no meu entendimento, ressalvado o entendimento de outros colegas.

Agora, para trabalhar com a Controladoria e com a Receita, fizemos um pedido ao juiz de Foz do Iguaçu, para questões técnicas. Para que, amanhã, não venha um HC trancando toda a investigação. Já estamos pedindo para que esses órgãos possam trabalhar com essas informações de forma mais tranquila.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Tivemos a informação também de que existem algumas contas ativas. Então, as providências são necessárias porque existem ainda contas ativas. Quantas contas ativas existem? Os titulares dessas contas ativas estão identificados?

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Na verdade, isso é continuidade da investigação. Os peritos podem dar dados mais precisos, mas, em termos gerais, é necessária a quebra das contas, quebra-quebra, para fazer o cruzamento e verificarmos quais estão identificadas ou não.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Parte desse montante está identificado, porque cerca de 30% são pessoas físicas, e uma parte das pessoas físicas, em regra, tem direitinho. Ou seja, o próprio pilantra que põe o dinheiro numa cidade, utiliza o doleiro, utiliza o laranja, o dinheiro vai, tem toda a trilha, até chegar numa conta dele lá fora, onde há o nome da conta, a cidade dos Estados Unidos, tudo. Então, em parte, é só a Receita sentar-se e lavar. Agora, parte desses dados – setenta por cento deles – são **off shore**; em algumas, há os nomes e, em outras, não. Por isso, os peritos e o delegado pegaram por montantes e selecionaram nove. O próprio FBI falou: “Para continuar, vocês me dêem nove. Para começar”. Eles pegaram nove, o que totalizava um bilhão – na época, eles tinham 15 bilhões, porque eles só tinham a metade dos dados, que eram relativos a 96 e 97. Essas nove, em valores expressivos, totalizavam um bilhão, e dessas, quebraram.

Ou seja, nós temos, então, aqui, o Banestado; depois, o dinheiro vai, por exemplo, para o Texas e, no Texas, há a quebra da conta, no banco dos Estados Unidos; depois, há, de novo, a abertura da conta. Então, isso já existe.

O que nós precisamos é instalar a CPI. Na verdade, não é a CPI que vai ajudar o Ministério Público. A CPI, com o Ministério Público, auxiliará a Justiça brasileira a processar e condenar esses caras, e a Receita a lançar os débitos. Nós precisamos estender aquela quebra a uns 200 a 300 nomes. Feito isso, nós teremos um montante significativo e, desse modo, poderemos começar a promover processos por improbidade, poderemos localizar os traficantes, poderemos localizar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A palavra está com V.Ex^a

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu quero novamente requerer a contribuição de V.S^{as}, embora vá pedir à assessoria técnica do Senado para mudarmos a lei, para evitar esse prazo decadencial, já que há o risco de o Brasil perder.

A propósito, quanto tempo falta para a decadência?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – O prazo de lançamento são cinco anos. São cinco anos a partir da data do fato gerador. O fato de 98...

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Os de 96/97 já decaíram. Então, estamos correndo para ver se pegamos 98/99.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Se nós não evitarmos isso até o final do ano, o Brasil terá perdido a possibilidade de recuperar US\$27 bilhões – mais ou menos isso.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Eu só queria fazer uma observação, Senador, em relação ao que V. Ex^a falou sobre o controle externo do Ministério Público.

Muitas vezes, temos colegas acusados de passar dados para a imprensa. Estamos tendo cuidado na investigação para não colocar a conta de fulano ou de sicrano, e afirmar isso sem provas. Estamos correndo com a investigação e precisamos do apoio, sim, de todos os órgãos envolvidos na força-tarefa e do Congresso Nacional, para que não se cometa injustiça com A, B ou C. Mas é preciso ressaltar que nós também somos injustiçados, muitas vezes, porque uma investigação dessas envolve Polícia Federal, Ministério Público...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Receita Federal, diversos órgãos...

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – ...Ministério da Justiça, etc. Há leis que dizem respeito ao assunto. Dizem que é preciso fazer leis em relação ao Ministério Público, mas já há leis suficientes – leis que punem o crime contra a honra, as ações ilícitas, de danos, etc.

A propósito: lamento que tenha tramitado aqui sem sucesso projeto de lei do Senado, de autoria do ex-Senador Lúcio Alcântara, que pretendia estender a quebra direta do sigilo para o Ministério Público. Infelizmente, não foi aprovado aqui. Isso é uma coisa que ajudaria, agilizaria as investigações.

Se houver algum colega que quebre o sigilo, obviamente, ele tem que ser punido. Já há legislação hoje, não é necessário controle externo – digo isso apesar de sermos favoráveis ao controle externo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Dr^a Valquíria, eu estou colocando isso pelo seguinte: estou elogiando a posição de V.S^{as} aqui na Comissão, de não revelar os nomes.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Mas isso nós não podemos fazer.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ao mesmo tempo, nós sabemos que **isto** já publicou alguns nomes. Aí fica difícil. Eu não estou dizendo que foram eles. Eu também concordo que pode ser a Polícia Federal, pode ser a Receita Federal...

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Até o próprio repórter, às vezes, descobre, por meio de investigadores particulares.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ah, não! Nos Estados Unidos, é meio difícil o repórter ter tido acesso à conta. Entendo que, havendo cometido crime, pode ser juiz, desembargador, político, seja quem for, o cidadão deve ser exemplarmente punido. Eu entendo que, da mesma forma, quando se trata de alguém que atinja a honra de uma pessoa sem que ela mereça isso, que essa pessoa deva ser punida – não é fácil reparar o dano à honra das pessoas.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Com certeza.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então, acho que as pessoas, também, devem ser...

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Mas já há os mecanismos legais.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pessoas atingidas em sua honra dificilmente serão recompensadas por isso. Não é a indenização, não é a punição de outra que vai reparar o dano causado. Nós tivemos exemplos recentes de pessoas que foram acusadas publicamente e nada se provou contra elas. No Brasil está havendo a prática de inverter...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estamos indo para um outro assunto que não é o da reunião.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Sugiro a Lei nº 9.613, que é a Lei de Lavagem. Por uma questão de visão internacional quando foi aprovada, ela não prevê como crime antecedente a sonegação fiscal. Realmente, o Brasil, diante da questão cultural e até mesmo fática, é um País em que o índice de sonegação fiscal é muito alto, e os valores sonegados são remetidos muitas vezes para o exterior. Então, poder-se-ia incluir a sonegação fiscal no art. 1º da Lei nº 9.613, como antecedente do crime de lavagem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdão-me, Srs. Procuradores, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência pede que seja mantido o foco no assunto.

Se começarmos a discutir a lei, estaremos prolongando um debate que não é para o momento, pois será criado um grupo de trabalho para fazer isso posteriormente.

Peço, por gentileza, que V. Ex^a conclua suas perguntas. Acho que há mais um inscrito, o Líder do PSDB.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, discordo de V. Ex^a. Ao requerer

sugestões para evitar o prazo decadencial, estamos evitando um rombo e procurando dotar o País de instrumentos melhores para que essas pessoas sejam exemplarmente punidas.

Mas concluo fazendo uma indagação à Dr^a Valquíria. Na explicação da Procuradora, foi exposto um quadro onde existem agentes públicos, corrupção passiva, narcotráfico, tráfico de armas. Isso significa que todas essas pessoas mandaram dinheiro na conta CC5 com esse perfil ou que há também uma ligação entre eles, quer dizer, entre esses agentes públicos, sejam eles quais forem, e traficantes, narcotraficantes e traficantes de armas?

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – São exemplos de algumas categorias – eu diria assim – de pessoas que enviaram dinheiro por meio desse esquema ilícito. Por isso, está individuado. Não quer dizer que haja conexão. Mas há milhares de depoimentos em Foz do Iguaçu que demonstram algumas conexões. Isso tudo está sendo apurado e será identificado ponto por ponto, comprovado, e os culpados serão punidos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a concluiu? (Pausa.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por uma questão regimental, pois acabei sendo citada pelo Senador Antero Paes de Barros com relação à questão da CPI, quando S. Ex^a dizia o porquê de não ser ela instalada. Não só fui citada, como também o meu Partido e o meu Governo.

Gostaria de deixar bastante claro que temos assinaturas mais do que suficientes para a instalação da CPI. Estou com a lista aqui e faço questão absoluta de que o Senador Antero Paes de Barros a assine, assim como os demais Parlamentares do PSDB. Fiz diversos pronunciamentos na tribuna, porque entendo que uma CPI desse porte precisa do amparo, do apoio da ampla maioria dos partidos desta Casa.

No caso do PSDB, a única assinatura que tenho – reafirmo que o Senador Antero Paes de Barros solicitou a lista para apor sua assinatura – é a do Senador que agora não está mais conosco, Olivir Gabardo, do Paraná.

Para nós, o fundamental – e falei isto da tribuna por diversas vezes, pois o jogo foi feito de forma franca e transparente – é garantir que as investigações tenham prosseguimento, porque elas foram interrom-

pidas inúmeras vezes. Durante um período, sofremos muita pressão, passamos por muitas dificuldades, inclusive financeira. Apesar de difícil para o Governo, no primeiro mês de trabalho foi reativada a equipe e mandada para Nova Iorque, onde ficou 90 dias e não os 15 previstos inicialmente. Houve todo um procedimento de rearranjo dentro do Governo para que as investigações tivessem prioridade, com o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, a Controladoria Geral da União, articulação com o Ministério Público. Portanto, a prioridade é fazer com que as investigações fluam, até porque, como dissemos, no período em que ocorriam as investigações em Nova Iorque, abrir a CPI e ficar com um Senador permanentemente lá seria inviável. Portanto, existe preocupação em dar continuidade e força às investigações a partir do momento em que entendermos que é conveniente e que há apoio político para o funcionamento da CPI.

Essa é uma CPI que tem potencial para revirar, para revolver todos os crimes já discutidos em CPIs nesta Casa, os quais envolvem, inclusive, personalidades políticas. Então, é preciso amplo apoio partidário da Casa; não pode ser única e exclusivamente vontade de uma parcela dos partidos.

Porém, o mais importante é a demonstração do Governo de que as investigações estão tendo prioridade, que voltaram a acontecer, que estão em andamento. Por isso, a nossa responsabilidade neste momento. Todas as iniciativas foram de minha autoria: de pedir, de colher as assinaturas, de fazer os requerimentos, de sugerir quem é que deveria vir aqui prestar os esclarecimentos, para podermos aperfeiçoar o nosso trabalho.

A partir do momento em que a correlação de forças aqui dentro for viável para a instalação da CPI, não haverá nenhum problema. Temos já 34 assinaturas e vamos sair daqui com 40 – metade dos Senadores. Aí acho que não haverá nenhum problema e ela vai funcionar.

Eu não poderia deixar de contestar que há inviabilidade política, que não se quer, ou que se quer subordinar a questão das investigações à questão das reformas. Isso não tem cabimento, até porque o instrumento está aqui. Posso dar entrada a qualquer momento. O problema é que temos que discutir, em primeiro lugar, o funcionamento das investigações, proporcionar meios para que elas andem. Considero até mais importante, neste momento, dar condições de investigação aos auditores do que tomar outras atitudes.

As ações de instalação da CPI estão aqui, já estão viabilizadas. Basta apenas decidirmos o momento

mais conveniente para a sua instalação, até na correlação de forças dentro do próprio Senado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, quero apenas dar uma explicação.

A Senadora Ideli Salvatti faz justiça à verdade ao dizer que a procurei com a finalidade, inclusive, de apor a minha assinatura nessa CPI. Quero reafirmar aqui que vou assinar, mas quero dizer ao Partido dos Trabalhadores, à Senadora Ideli, que não vamos fazer uma alteração no Regimento da Casa.

A CPI sempre foi um instrumento da democracia, da sociedade; na dúvida **pro societate**, vamos investigar. Tanto é um instrumento a favor da sociedade, que é um instrumento da minoria, é um instrumento de um terço. Essa é uma tradição no Parlamento do mundo inteiro. Vou assinar, embora V. Ex^a não precise da minha assinatura, pois para ter início a CPI...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Te-rei muito gosto em receber sua assinatura.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – ... basta subir à tribuna do Senado e ler a CPI. Basta isso para que a CPI se instale e, depois, os Partidos indiquem os membros. Vou apor a minha assinatura na esperança de que não prospere a perspectiva do PT de querer maioria para fazer CPI nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, desculpo-me, porque, embora não pertença aos quadros da Comissão, era de meu interesse estar aqui presente no dia de hoje. Eu estava na CCJ ouvindo a belíssima explanação que fez o futuro Ministro do STF Antonio Cezar Peluso, e, em seguida, me dirigi para cá.

Antes de mais nada, sobre a CPI. Espero ter a honra de apor a minha assinatura também. Preciso conhecê-la muito bem. A Senadora vai ter toda a paciência, pois estou propondo uma sobre aquele escândalo de Santo André, e quero já trocar as assinaturas. Vamos assinar as duas juntos, porque aquilo foi uma podridão que precisa ser, de fato, destampada, e vai ser destampada com o apoio do PT, do PSDB e de todos nós.

Portanto, vou ler – se V. Ex^a pudesse me dar uma cópia, porque não costumo assinar o que não leio –, e aporei a minha assinatura da maneira mais convicta, por entender que vamos instalar duas.

As reformas começam pela Câmara, teremos um certo tempo ocioso aqui, por que não instalarmos as duas CPis?

E não há perguntas agora. Quero louvar o trabalho que faz o Ministério Público, quando não incorre em exageros. Entendo que, ainda assim, é uma fase que em que prefiro o exagero a nenhum Ministério Público.

Perdi e vou recuperar as explicações lendo as notas taquigráficas, portanto seria precipitado de minha parte fazer qualquer comentário ao que foi dito aqui hoje, mas não queria perder a presença do Dr. Luiz Francisco de Souza, Procurador da República, para dizer que estou entrando com um requerimento, um convite a S. S^a, e ao Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República para, os dois juntos, me explicarem efetivamente qual é a verdade sobre aquele caso.

Por enquanto, tenho dúvidas quanto à seriedade do seu comportamento naquele episódio. Perdoe-me, Dr. Luiz Francisco, digo isso com a maior franqueza. Costumo me portar dessa maneira diante das pessoas. Quem sabe essa é a hora de V. S^a me dizer, na frente dele, os dois juntos, e aí eu saio rompido na minha amizade com ele, restabelecida a minha posição de respeito pela sua posição profissional, ou saio desconfiando de V. S^a e mantendo a minha amizade com ele. Imagino que bem com os dois não sairei, mas esperarei até essa ocasião. Já entrei com o requerimento. Sei que V. S^a vai dizer agora que aceita; ele já me disse que aceita. Faremos isso brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Procurador.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Claro, eu aceito, desde que ele abra o sigilo. Ou seja, é ridículo virmos aqui. Desde o início, essa investigação é um tipo de farsa, porque sempre a quisemos. Não é que a nossa investigação tenha sido uma farsa. A nossa investigação gerou ações em que, reiteradamente, ele mente dizendo que nunca teve nenhum processo, quando, na verdade, foi objeto de um auto fiscal. Foi, sim, autuado por sonegação tributária. Não por sonegação, mas foi um auto. E, depois disso, esse auto está no Conselho de Contribuintes, ele foi processado com uma ação de 240 páginas.

E, reiteradamente, a imprensa, em vez de contar a verdade, que é o correto, em vez de falar que existem processos contra Eduardo Jorge, mente, mente mesmo. Quem diz que não, mente, porque tem um só processo que tem 240 páginas. Tem um outro que deve ter cerca de cento e poucas páginas. No en-

tanto, jornalistas mentirosos, volta e meia, mentem; volta e meia, ecoa aqui que não há processo contra ele. Tem, sim, processo contra ele.

Agora, parte dos fatos concernentes a Eduardo Jorge, que não foi, até hoje, objeto de ações, decaiu por improbidade, porque a Presidência da República nunca enviou nenhum dado. O Dr. Brindeiro, a quem mandei oito ofícios para requisitar os autos do Sr. Eduardo Jorge, sequer me respondeu. A Presidência também não mandou nenhum dado e deixou decair. Há um outro dado também muito importante. É que o Sr. Eduardo Jorge, desde o início, disse que iria fornecer os dados bancários dele, que ia pegar todo o sigilo, que ia entregar aqui, e que não precisava haver CPI; que esta Comissão tinha poderes de CPI se houvesse anuência do todo do Senado, e o todo seria maior que uma CPI de trinta e poucos, por isso se poderia quebrar e não precisava ter CPI. Ele disse que iria fornecer os dados para a Comissão de Fiscalização e Controle, mas eles nunca foram fornecidos. Disse também que iria entregar ao Ministério Público. Só entregou dados picados, pequenos extratos que mandei para a Câmara do Patrimônio Público, que é indicada pelo Dr. Brindeiro, que não pode ser... Que foi designado pelo Governo anterior. Essa Câmara fez um laudo mostrando que os dados que ele mandou não têm as contas dele no exterior. Os dados mandados foram totalmente pífios, ou seja, pequenos dados, sonegando um bocado de meses que deveriam ter sido mandados e nunca foram.

Por último, é bom sabermos que a Presidência da República também, no Governo anterior, transformou a Casa Civil quase que num verdadeiro campo de concentração, para atacar Procurador.

A cada mês, havia uma representação contra mim; a cada mês, havia um mandado de segurança, a cada mês, havia um **habeas corpus**; a cada mês, havia uma ação de perdas e danos; a cada mês, havia uma interpelação. Foi só isso que houve. Ou seja, a cada mês, o pouco tempo que tínhamos para cuidar de centenas de investigações era consumido nisso, sem nenhum apoio do Dr. Brindeiro.

Agora, se o Sr. Eduardo Jorge aceitar – isso teria que ser daqui a uns 60, 70 dias, para dar tempo de levantar de novo os dados, porque estou assoberbado de casos – fazer um documento enviando os dados bancários dele, todos os dados bancários que ele nunca enviou para a Comissão de Fiscalização e Controle, que ele jamais enviou à Procuradoria, que jamais enviou à Justiça... Porque ele disse que abria tudo, mas quando eu consegui duas ordens judiciais, duas liminares, quebrando todos os sigilos do Eduar-

do Jorge, o que teve? Ele recorreu e suspendeu, ou seja, inclusive, mais tarde, para garantir a suspensão, o irmão dele foi indicado para o Tribunal Regional Eleitoral, dando a ele prerrogativa, facilitando... O STJ, íamos ter vitória lá... Aí, por pouco... Antes era suplente e foi tornado efetivo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem, Procurador, ia ter vitória?

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – O Ministério Público Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ah, sim, que bom!

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Que não descansa um segundo. E quanto à questão do Sr. Eduardo Jorge, há ações relacionadas ao pagamento à firma Três Irmãos; há uma ação de 240, e outra ação criminal, um inquérito gigantesco, e um auto tributário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Peço ao nobre Senador e ao nobre Procurador que não tiremos o foco...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Um minuto, por gentileza. Permite a palavra ao Procurador por uma razão simples: V. Ex^a o citou e o provocou, e eu não podia, de maneira nenhuma...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a diz “provocar” no sentido de “instar”?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a é um homem de português refinado, e é bom que seja assim.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por obrigação da verdade, fui o Relator, nesta Comissão, do caso do Sr. Eduardo Jorge naquele processo. S. S^a trouxe os extratos das contas. Elas estão no nosso arquivo, à disposição de V. S^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Agora é minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Só um minuto.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, um minuto, Procurador, calma!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E o que fizemos? Uma análise completa; pedimos tudo que podíamos. É óbvio que pode haver mais alguma con-

ta de que não tomamos conhecimento; isso pode até ter acontecido. Agora, à luz dos dados que trouxe... Extratos das contas dos filhos, da mulher, dos irmãos estão à disposição de V. S^a. Creio que não é o momento da discussão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu pediria aos dois...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, preciso fazer uma consideração final.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, preciso fazer uma consideração final, aié porque S. S^a foi longe demais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, trata-se de uma questão de ordem. Esta audiência tem um objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos fazer o seguinte...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não queria que meu mandato fosse limitado. A tradição do Senado é a de o Senador falar sobre o que quer, onde quer que se encontre nas dependências da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a, como Líder, tem o direito de fazê-lo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Eu queria fazê-lo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu pediria, por gentileza, que V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Atenderei em seguida. Serei sucinto.

Dr. Luiz Francisco, V. Ex^a padece de um cacoeite: em vez de olhar para mim, olhava para a imprensa. Apesar de se queixar dela, olhava para a imprensa. Não falava para o Senado; falava para a imprensa. V. S^a teve a chance de estar ao lado dele já uma vez e não esteve. V. S^a, agora, pede 60 dias. O Presidente está dizendo que recebeu os tais extratos. V. S^a não está sob juramento. Essa coisa da mentira e da verdade para mim é muito importante. Eu lhe rogo: aceite, diga o que tem para dizer e, se for o caso, desmoralize-o. Se não for o caso, saia desmoralizado. Essa é uma questão pão, pão, queijo, queijo, oito ou oitenta. Por outro lado, pergunto a V. S^a: quando fala em mais 60 dias, o que pretende? Vai, agora, procurar criar uma situação? Não. É protelação? Se o for, é aquilo que, em briga de galo, chamamos “galo corri-

do": aquele galo que corre, porque não pode ficar na rinha, cumprindo com o seu dever de lutar até o final. Sou muito cuidadoso com isso. Esta instituição é muito séria e deve ser tratada com seriedade e sobriedade, até para que se sobreponha a todos esses fatos negativos que têm acontecido no País.

Mas lhe digo, sinceramente, que tenho desconfianças. É bom olhar uma pessoa que olha de frente, que diz as coisas de maneira cristalina como eu digo. Tenho desconfianças, porque imagino que V. S^a tem, às vezes, a tentação de fazer vaziar informações, de dizer mais do que está provado e já tem sido desmentido várias vezes, é réu de vários processos.

E mais: quando V. S^a diz que aquilo virou um campo de concentração, está emitindo um juízo de valor. Vejo V. S^a uma pessoa política, que certa vez não foi exato quando falou da sua filiação partidária, e quem denunciou aquilo fui eu. Não foi exato. Disse a data em que havia cancelado sua filiação, mas não foi aquela. Em outras palavras...

Encerraria aqui, Sr. Presidente, mas gostaria de marcar esse encontro, porque fica uma satisfação à família dele. Ou V. S^a o desmoraliza...

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Posso responder?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Claro. Se falar, falarei em seguida, sem dúvida.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Eu preciso dar uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu só pediria ao Sr. Senador e ao Sr. Procurador – é a terceira que o faço – que não desviemos o foco de um assunto que é importante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Vamos tocar e, inclusive, assinar a CPI. Agora, se S. S^a falar e eu sentir necessidade, Sr. Presidente, falarei em seguida. É o que deve ficar bem claro do ponto de vista das regras.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Lamentavelmente, constrangido...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência dará a V. Ex^a a palavra.

Cedo a palavra ao Procurador e peço a gentileza de baixarmos o tom e aumentarmos o nível. S. S^a já disse que aceita. Marquemos hora e dia, mas este não é o local e não é a hora. Só lamento, porque tínhamos um foco e, de repente, nós saímos do foco por um assunto que não era...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Julguei que eu fosse o último orador. V. Ex^a disse que finalmente faltava só um.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E ainda apenas completando, Sr. Presidente...

Só um minuto, Procurador!

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Não consigo ter memória para guardar tudo o que foi dito aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É pela ordem que V. Ex^a está pedindo?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, Sr. Presidente, é pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estamos aqui em uma audiência pública que foi um convite. Os procuradores estão aqui atendendo a um convite desta Comissão, para tratar do assunto das investigações da lavagem de dinheiro via contas CC5–Banestado–Foz do Iguaçu–Nova Iorque. Esse foi o objetivo do nosso requerimento e da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É verdade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O tratamento dado aos convidados desta Comissão deve ser absolutamente respeitoso, sem provocações e sem desvio do assunto, porque se não...

E já estamos aqui num desafio: “Quero ver se vai...” “Está pedindo...”

Então, conforme o Regimento desta Casa, isso tudo pode ser feito por requerimento, a Comissão aprova, é convite, nós podemos convocar. Mas, Senador, é que aí as coisas ficam...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Senadora está com a palavra, nobre Líder. Por gentileza, vamos manter o Regimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não adiantará se as coisas forem transformadas, em vez de debate do assunto, em rinha de desafio: “Eu desafio você a isso.” “Eu desafio você àquilo.” Isso não adianta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A nobre Senadora está com a palavra. Em seguida, se V. Ex^a...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pelo bem da verdade, Sr. Presidente, como o Senador teve oportunidade de usar duas vezes da palavra,

também considero justo que o nosso convidado tenha a mesma oportunidade.

Mas que o objetivo central seja mantido, a questão que nos trouxe aqui à Comissão: a investigação das contas CC5.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigada, nobre Senadora.

O nobre Procurador tem a palavra, e peço novamente que haja um limite, pois não é a hora, não é o local. Os senhores são convidados e aceitaram gentilmente o convite. Nós temos um objetivo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como lhe disse, dependendo do que for dito, eu falei outra vez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a terá o direito. Mas eu peço, por gentileza, que mantenhamos os níveis do nosso Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não é preciso recomendar isso nem a mim nem a ele. Somos duas pessoas educadas e completamente afins com a idéia do alto nível.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Primeiro, esclarecendo sobre a filiação partidária. Isso é uma grande e deslavada mentira, não a de V. Ex^a, porque V. Ex^a não a cometeu...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ah, bom! Acho muito bom isso.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Queria deixar isso claro. E, no caso de V. Ex^a, é um erro, que vou agora esclarecer...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quer dizer, ele é mentiroso, e eu é que me equivoquei; se ele estivesse presente, talvez o equivocado fosse ele, e eu, o ausente, seria o mentiroso?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a para garantir a palavra, porque, caso contrário, vamos encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, se ele está com a palavra, nós vamos seguir. Não vamos sair da norma da educação.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Um minuto.

Então, foi um erro gerado por figuras como Hildebrando Pascoal e Orleir Cameli, que inventaram essa balela.

Durante o período estudantil, fui ligado, sim, a movimento negro, a movimento sindical, a movimento de Teologia da Libertação. Até hoje estou ligado à Comunidade Eclesial de Base.

Tenho, sim, opiniões filosóficas, jurídicas que são minhas, que eu tenho pleno direito de ter.

Agora, a outra questão. Filiei-me quando estava no movimento estudantil. Depois, filiei-me na década de 80. Mais tarde, quando saí da universidade, tornei-me promotor de Justiça, em 1993. Nesse momento, por burrice, até porque não havia uma Adin, apesar de não ter mais nenhuma prática partidária, que era proibida e nunca tive, de 1993 a 1995 mantive a minha filiação partidária.

Em junho de 1995, fui ao Partido dos Trabalhadores, protocolei o pedido de desfiliação, peguei-o e o levei ao Dr. Gurgel, do Conselho Superior. Por que o Dr. Gurgel submeteu-o ao Conselho Superior? Porque eu, podendo ir para Goiânia, resolvi ir para o Acre. No Acre só havia um Procurador, que tinha que exercer a Procuradoria Eleitoral. Levei um pedido para o Conselho Superior, falando o seguinte: vocês vão me designar para outro lugar, ou como é que vai ficar a Procuradoria Eleitoral? Porque há um dispositivo na Lei Complementar n° 75 dizendo que só pode ocupar a Procuradoria Eleitoral a pessoa que, nos dois anos antecedentes, não tenha tido filiação partidária.

Em junho de 1995, encaminhei o meu pedido de desfiliação – porque eu me desfiliei antes de entrar na Procuradoria – com a prova para o Conselho Superior, dizendo-lhes: interpretando dessa forma, como eu fui dois anos Promotor e, como tal, não posso ter nenhuma prática partidária, aquela filiação era vazia. Eu já me desfiliei, está aqui a prova, o protocolo da manifestação da vontade Peço-lhes que a examinem. Se eu não puder ocupar a Procuradoria Eleitoral, mandem outro Procurador ou eu vou para outro Estado. E o Conselho Superior se reuniu em 1995 – existe a Ata e vou mandá-la para o senhor amanhã. Eu pediria ao senhor que, como homem honesto...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado pelo reconhecimento.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – ... divulgasse essa Ata para a imprensa, para acabar com esse negócio. A Ata do Conselho Superior, analisando o meu pedido de desfiliação, decidiu: Apesar de o senhor ter dois anos de Promotor, ainda assim, como só se desfiliou um mês antes de entrar na Procuradoria, não poderá ocupar a Procuradoria Eleitoral; mas temos interesse em que o senhor permaneça no ato, então todo mês será enviado um Procurador, com rotatividade, para ocupar a Procuradoria eleitoral. E então foi o Dr. Franklin e outras pessoas para lá. Isso consta da Ata.

Acontece que o Partido dos Trabalhadores pegou o meu pedido e, em vez de encaminhar para a Justiça Eleitoral, que era dever deles, não encaminhou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) - Só em 1998 que encaminhou, não foi?

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA - O PT, por erro do Partido, só encaminhou o pedido de desfiliação que fiz como ato de vontade, por uma questão ética...E o senhor não pode negar, porque há prova documental. O PT não o encaminhou à Justiça Eleitoral. Somente em 1998 é que foi registrado na Justiça Eleitoral que eu não estava filiado, quando, de fato, desde o início de 1993, eu não tenho a menor vinculação a nenhum Partido. E, mesmo antes, quando eu era advogado da Caixa e combati Sebastião Curió e o diabo a quatro, e arrancamos cem milhões dele, eu não tinha a menor participação em vida partidária. Eu tinha participação em movimento sindical.

Então, na prática, desde o momento em que me formei, em 1991 - eu tinha sido do DCE por quatro anos - desde o momento em que acabei os meus estudos e fui para a Escola Superior do Ministério Público, eu comecei a trabalhar pela manhã e tinha compromissos o dia inteiro, eu não tenho ligação com o Partido. Essa é a verdade. O resto é coisa semeada por Hildebrando Pascoal e Orleir Messias Cameli, os dois indiciados pela CPI do Narcotráfico. E não é nem um pouco digno que o senhor repercuta erros deles. O senhor terá o documento amanhã. Esse é um ponto.

O outro ponto é quanto ao negócio de ações. Eu tive cerca de trinta representações na Corregedoria. Nenhuma delas vingou: não houve nenhuma condenação, nenhuma sanção, nada. Em todas, eu provei. Todos os Corregedores, até os indicados pelo Dr. Geraldo Brindeiro, fizeram elogios. As únicas ações que há contra mim são: uma do Sr. Eduardo Jorge, uma do PFL (que o Juizado indeferiu) e uma outra do Grecca, que está pedindo 7.500, sendo 2.500 meu, 2.500 do Guilherme e 2.500 do Alexandre. São as únicas ações. Ou seja, está bem claro, então.

Outro item: nunca fugi, nunca protelei. E, desde 1995, quando comecei a trabalhar na Procuradoria, nunca tirei um dia de férias - e nós temos sessenta dias de férias. Trabalhei todas as férias. Trabalhei também em licença-prêmio, como vou trabalhar em licença-prêmio. Eu não fujo de trabalho. Eu me esforço. O Sr. Eduardo Jorge foi tão investigado desse jeito, porque ele defendeu o Sr. Luiz Estevão. Naquela obra do TRT, ele mesmo saiu em campo, saiu na vista pública, dizendo que as colunas da República, ou coisa assim, iriam acabar se o Sr. Luiz Estevão fosse cassado. Quem se jogou de cara na mídia foi o próprio Eduardo Jorge. Tudo o que fizemos foi tentar fazer uma investigação, atrapalhada a cada dia pela Advocacia-Geral da União - no caso o Dr. Gilmar -

que tinha uma fábrica que, quase todo mês, perdia horas e horas fazendo resposta.

Um outro ponto: não adianta nada esse negócio de dizer que os dados bancários estão entregues. Há duas formas de eu usar os dados bancários do Sr. Eduardo Jorge - e ele está cansado de saber disso, porque tem um advogado que foi do MP. A primeira forma é ele autorizar, com um documento expresso, um documento em que ele abra mão, o que ele nunca fez; e sempre brigamos por isso. A outra forma é uma quebra judicial; duvido que ele tenha entregado todos os extratos, porque o próprio Senador Ney Suassuna disse que não teriam sido entregues todos e que algumas contas não.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Poderá haver alguma da qual nós não tomamos conhecimento, mas todas as que pedimos aqui ele enviou.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA - Está certo. Os dados que ele nos enviou, eu, da forma mais isenta possível, os enviei para a Câmara do Patrimônio Público, que fez uma análise. Nada foi vazado. Lá, tudo em sigilo, ela analisou extrato a extrato. E há um estudo técnico mostrando todas as contas que não foram abertas, todos os meses que não houve extratos. Apresentamos isso ao Juiz e conseguimos duas ordens judiciais.

Se ele quisesse expor a vida e ser investigado, por que diabos ele recorreria? Ele fala: Vou abrir minha conta. Mas quando há duas ordens judiciais, ele se esforça para cassá-las.

Para terminar, o ponto do desafio é bem simples. Se o Sr. Eduardo Jorge tem interesse nesse debate, deve procurar-nos e sentar conosco para acertar um tipo de regulamento do debate, porque, se houver esse debate, ele terá de ser acordado entre mim e ele. Não será, como algumas outras vezes ocorreu, um tipo de plano. Então o Sr. Eduardo Jorge deve ir à Procuradoria-Geral, onde iremos sentar e talvez chegar a um prazo. Se quiser, por exemplo, o auditório da Procuradoria-Geral, podemos tentar conseguir; se quiser que seja no Senado, podemos conseguir. Mas ele terá de ir e sentar **tête-à-tête** para discutir os termos desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - As regras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) - Antes de tudo, agradeço o reconhecimento da área do meu comportamento pessoal. Mas lhe devolvo...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Nobre Senador, deixe-me pelo menos passar a palavra para V. Ex^a.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Peço a V. Ex^a que assine a CPI o quanto antes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Assinarei. A Senadora vai assinar a minha, e eu, a dela. O meu tempo é o meu tempo, Dr. Luiz Francisco; o seu tempo é o seu tempo. V. Ex^a, às vezes, é lento demais em relação, por exemplo, ao debate com o Dr. Eduardo Jorge, e o meu tempo é meu tempo; não interfira nele. Sou completamente cômico do que devo fazer e do que não devo e presto contas ao povo do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador, estamos com um convidado. Por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Espero que isso de fato se encerre. V. Ex^a age como quem não aceita como legítimos os questionamentos a seus atos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, só uma questão: vamos dar continuidade...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senadora, estou com a palavra. No tempo da ditadura, ninguém me cassou. Estou com a palavra e vou falar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Volto a falar: tínhamos um objetivo do qual nos desviamos totalmente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O General Geisel não me cassou, e o General Figueiredo não me cassou. Estou com a palavra e vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Espero que o Senador seja breve.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Já respondi ponto a ponto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não trabalho em nenhuma televisão não. Estou simplesmente dizendo que convidei V. S^a para, junto com ele, prestar um depoimento à Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Se V. S^a não vier, estará fazendo uma desfeita à Comissão e demonstrando mais uma vez que evita dizer algo que poderia ser desmoralizante para ele se fosse verdade; esse é um fato. Aceite ou não aceite. No mais, não vou pedir a ele que cometa esse gesto ridículo, tolo, de ir lá, depois de dois anos e meio, e de V. S^a não ter encontrado nada que pudesse levar ao indiciamento dele; esse é um fato.

Quanto a Hildebrando Pascoal, ele foi cassado com o meu voto. Portanto, não pense que vou repercutir qualquer coisa dele; não repercuto nem a sua opinião nem a opinião dele, vou repercutir a minha opinião. V. Ex^a fique com a sua, eu fico com a minha, e assim vamos tocando a nossa vida para a frente. No

mais, V. Ex^a vai tomar conhecimento de que foi convidado. Isso não é nada, não é preciso nem falar a verdade porque não está sob juramento. Se não quiser vir, não venha.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – E vai ter a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Procurador, por gentileza, a palavra está com o Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Venha e diga, venha e o desmoralize, ou saia desmoralizado. Faça uma das duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não mais havendo ninguém a perguntar, agradeço aos Procuradores, que gentilmente aceitaram o nosso convite. Lamento o desvirtuamento, no final, da nossa reunião, lamento-o enormemente. Esta é uma Casa de regras, sim, e o Senador pode usar a palavra à vontade, mas houve um desvirtuamento do nosso foco.

Espero que, nas próximas reuniões – na quarta-feira, teremos debates com outras pessoas sobre esse assunto –, esta Comissão apóie tudo o que seja feito. Por essa razão, amanhã convocaremos novamente a reunião já para aprovar ou não os requerimentos da nobre Senadora.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h38min.)

Ata da Décima Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de maio de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e cinqüenta e seis minutos do dia quinze de maio de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **IDELI SALVATI, HELOÍSA HELENA, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, EFRAIM MORAIS, ANTERO PAES DE BARROS e DELCÍDIO AMARAL**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e passa à deliberação das seguintes matérias: **Item 1: Requerimento nº 19/2003-CFC**, que “requer, nos termos regimentais, seja convidado o senhor **JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO**, Procurador da Procuradoria Geral da República em Blumenau, Santa Catarina, para que, junto à Comissão de Fiscalização e

Controle desta Casa, traga esclarecimentos a respeito das investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao exterior utilizando as chamadas contas CC5". **Autora:** Senadora **IDELI SALVATI**. **Resultado: Aprovado. Item 2: Requerimento nº 20/2003-CFC**, que "requer, nos termos regimentais, seja solicitado, à Secretaria da Receita Federal, a criação de um grupo de, no mínimo, 30 auditores fiscais, para investigarem a sonegação tributária, via BANESTADO, em Nova York – EUA". **Autora:** Senadora **IDELI SALVATI**. **Resultado: Aprovado.** O Senhor Presidente comunica, ainda, o não recebimento de informações acerca da Representação ASSERT/BANCO DO BRASIL. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Declaro aberta a 12ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Da pauta de hoje constam três assuntos. O primeiro deles é a informação aos Srs. Senadores de que já foram confirmados os depoimentos de José Francisco de Castilho Neto, delegado do Departamento de Polícia Federal que em Nova Iorque fez levantamentos relacionados ao assunto de que tratamos na reunião anterior, e a que daremos continuidade na próxima quarta-feira, e do Dr. Renato Barbosa, perito do Departamento de Polícia Federal. Hoje mesmo foram confirmados seus nomes, portanto, S. S^{as} estarão aqui na próxima quarta-feira m.m.

Lamentamos o desvio ocorrido no assunto que tratávamos ontem, Senadora Ideli Salvatti, e esperamos que nas próximas reuniões isso não aconteça. Aquilo ocorreu à revelia da Presidência, que não poderia imaginar que, durante seu discurso, um Senador pudesse se desviar para um outro assunto. Hoje, pesados, li na imprensa que todos fizeram registro dessa situação, já que o assunto pretendido e que nos move é buscar transparência na aplicação do dinheiro do povo brasileiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, a nobre Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Gostaria de lamentar o episódio pela forma como ocorreu, que foi realmente deplorável e, digamos assim, chegou a beirar a incivilidade.

Os Procuradores eram convidados e estavam aqui prestando informações preciosas à Comissão. Portanto, acredito que os desafios lançados pelo Senador Arthur Virgílio acabaram tomando um caráter quase de perda de civilidade, característica que precisamos ter no trato, nesta Comissão, principalmente com personalidades convidadas.

O assunto de que tratávamos, a exposição feita pelos Procuradores, a gravidade da questão que estava em debate, o potencial que temos de poder resgatar recursos que foram desviados de nosso País, esse era o foco, era o interesse público colocado na audiência e que acabou não sendo discutido.

Ainda não tive oportunidade de ver toda a divulgação da nossa audiência, mas lamento, porque a impressão que tenho é de que o importante acabou sendo o bate-boca e não o assunto de que tratávamos.

Mas como teremos novas rodadas de audiências com autoridades, creio que poderemos resgatar o eixo da questão e retomar a linha que interessa à Comissão, auxiliando nas investigações, para tentar fazer com que o dinheiro desviado volte ao País.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, a Mesa, como disse, lamenta, não emite juízo de valor, e espera poder manter, nas próximas reuniões, o foco, que é o que interessa à República e ao Senado.

Hoje, há dois requerimentos, assuntos principais da pauta, mas antes de colocá-los em votação quero dizer que não recebemos informações ainda do Banco do Brasil sobre o problema dos tíquetes.

A Presidência determina à Secretaria que faça a comunicação ao Plenário, que, ao votá-lo, faz que o assunto passe a ser obrigatório, tendo prazo corrido para a resposta. Considero um desrespeito a nossa Comissão e ao Senado da República a falta de resposta do Banco do Brasil. Passado o prazo regimental ainda não temos a resposta solicitada. Vamos, então, fazer cumprir não mais como convite, como solicitação, mas como determinação do Senado da República.

Na pauta de hoje temos o Requerimento nº 1, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o

Sr. João Marques Brandão Neto, Procurador da Procuradoria-Geral da República em Blumenau, Santa Catarina, para que, à Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, traga esclarecimentos a respeito das investigações desenvolvidas sobre as remessas ilegais de divisas ao exterior utilizando-se as famosas contas CC-5.

A autora é a Senadora Ideli Salvatti.

Em discussão.

Temos **quorum** e já houve, inclusive, a concordância dos Senadores, que firmaram a assinatura no livro.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, gostaria de fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Essa investigação, desenvolvida pelo Procurador João Marques Brandão Neto, em Santa Catarina, refere-se a remessas ilegais de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em uma outra modalidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Parece que é um aperfeiçoamento da modalidade investigada que nos foi apresentada ontem. A bandidagem aperfeiçoa-se, os bandidos fazem pós-graduação. Este caso já é um aperfeiçoamento. As investigações foram retomadas, e as remessas não se deram por contas CC5. Foi outro esquema. E, conforme as reportagens e o que relatou o Dr. João Marques Brandão Neto, é provável que seja aquela mesma turma de doleiros, que já aperfeiçoou o sistema. Então, até que criem outra modalidade, talvez seja mais uma forma de contermos a remessa ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Item 2: Requerimento sem número, de 2003, para que, nos termos regimentais, seja solicitada à Secretaria da Receita Federal a criação de um grupo de 30 auditores fiscais, no mínimo, para investigar a sonegação tributária via Banestado, em Nova Iorque. Autora: Senadora Ideli Salvatti, por Santa Catarina.

A Presidência lembra que vai fazer um apelo à Secretaria da Receita Federal. Não temos como de-

terminar detalhes, a não ser que iniciemos um processo fiscalizatório. O próprio Presidente da Comissão irá à Secretaria da Receita e fará o apelo para que seja posto à disposição dessa investigação o citado número de auditores fiscais, a fim de que ganhem tempo e não percamos a possibilidade de multar os que praticaram tal contravenção.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não havendo mais itens na pauta, agradecemos a presença dos Srs. Senadores e encerramos a presente reunião. Obrigada.

(Levanta-se a reunião às 12h02 min.)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores IDELI SALVATTI, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, ARTHUR VIRGÍLIO, ANTERO PAES DE BARROS, OSMAR DIAS, VALMIR AMARAL e DELCÍDIO AMARAL. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública em que serão ouvidos os Senhores Dr. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO, Delegado do Departamento de Polícia Federal e o Dr. RENATO BARBOSA, Perito Criminal Federal do Departamento de Polícia Federal, que prestarão esclarecimentos a respeito da atual situação das investigações desenvolvidas acerca de remessas ilegais de divisas ao exterior (contas CC5), em conformidade com os Requerimentos nºs 13 e 18/2003-CFC, ambos de autoria da Senadora IDELI SALVATTI, já aprovados pela Comis-

são. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que apresentam sua exposição. A seguir, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos oradores inscritos, Senadores PEDRO SIMON, OSMAR DIAS, ANTERO PAES DE BARROS e IDELI SALVATTI, que apresentam seus questionamentos aos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental.

(falha na gravação)

Peço aos Srs. Senadores que permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Hoje, estamos aqui reunidos para a audiência pública que nos trará esclarecimentos a respeito da situação atual sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao Exterior por meio das contas CC-5.

As autoridades convidadas são: Dr. José Francisco de Castilho Neto, Delegado do Departamento de Polícia Federal e o Dr. Renato Barbosa, perito do Departamento de Polícia Federal.

Esta reunião está ocorrendo pela solicitação dos Requerimentos nºs 13 e 18, da nobre Senadora Ideli Salvatti.

Vamos começar ouvindo o depoimento do nosso Delegado José Francisco de Castilho Neto.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Bom dia.

Estamos aqui com a missão não muito simples de explicar essa longa investigação de evasão de divisas por meio das contas CC-5, principalmente dos bancos da praça de Foz de Iguaçu, em especial o Banco Banestado. É um caso histórico, ou seja, é um fato já ocorrido que se encerrou em 1999, mas as apurações policiais continuam até hoje.

As origens das investigações começaram logo após os resultados da CPI do Precatórios, no ano de 1996, quando o ilustríssimo Procurador da República, Dr. Celso Três, de forma muito perspicaz, peticionou ao juízo de Cascavel, uma cidade do Paraná, a quebra do sigilo bancário de todas as contas CC-5 existentes no Brasil.

Em cima disso ficou constatado que, num espaço não muito grande de tempo, US\$124 bilhões haviam sido evadidos por tais contas, o que chamou a atenção, no sentido de que a finalidade precípua daquelas contas era para atender a interesses menores de cidadãos não residentes e empresas não estabelecidas e que jamais chegariam a uma cifra daquele tamanho.

Irrefragavelmente exposto o problema, o Banco Central apresenta duzentas representações de contas correntes com movimentação suspeita ao Ministério Público Federal, mostrando que os titulares dessas duzentas contas, supostamente “laranjas”, como chamamos no **métier** da investigação policial, teriam movimentado vultosas somas, recebido o dinheiro nessas contas e depositado em contas CC-5 de bancos da praça.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Delegado, cometi uma falha ao não apresentar o nosso Deputado Alexandre Santos, que é o Presidente da Subcomissão que está acompanhando o mesmo caso na Câmara. E as duas Comissões de Fiscalização da Câmara e do Senado, em sintonia, vão acompanhar esse caso e propiciar todo o apoio possível para que essa investigação tenha bom uso. Então, quero saudar ao Deputado Alexandre Santos e dizer da nossa satisfação de, junto com a Câmara dos Deputados, participarmos desse trabalho. Peço também desculpas porque me esqueci de fazer a apresentação. Perdão.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Eu é que agradeço a atenção.

Estávamos dizendo que o Dr. Celso Três, perspicazmente, quebrou o sigilo bancário das contas CC-5. Esse foi o marco inicial. O Dr. Celso Três merece o reconhecimento por isso. Foi muito cirúrgico, foi ao âmago da questão. Já que há suspeitas de que o numerário brasileiro está-se evadindo por meio das CC-5, vamos analisar as contas CC-5. E isso foi feito.

O Banco Central, sem outra alternativa, começou a se mexer e fez essa representação ao Ministério Público Federal, apresentando inicialmente 200 contas com movimento suspeito, que depositavam em contas CC-5 de bancos da praça de Foz do Iguaçu.

Isso deu início a 200 inquéritos policiais a serem presididos por delegados da Polícia Federal, obviamente porque era um caso nacional e atraiu a competência para a Polícia Federal, o **rationali locci** e o **rationali materiali**.

Nessa seqüência, criou-se na delegacia de polícia federal de Foz do Iguaçu uma operação policial chamada Operação Macuco. Chama operação Ma-

cuco por referência a uma ave local e ficou muito conhecida e perdurou durante cinco longos anos. No início foram 200 inquéritos. Cada inquérito desses tinha como objetivo maior investigar a conta de cada um dos 200 denunciados pelo Banco Central, todos laranjas, e todos foram inquéritos iguais, bastante similares, e que em cada inquérito se quebrou o sigilo daquela conta, observando-se após a análise da documentação de onde vinha o dinheiro até a conta do laranja e para onde iria. E foi constatado realmente que o dinheiro vinha de diversas fontes do território brasileiro e ia até as contas CC-5 de Foz do Iguaçu.

Essa Operação Macuco prosperou por aproximadamente cinco anos. Diversas conclusões foram feitas e, na seqüência, deu origem a outras duas operações: Operação Cover I, que se realizou em Nova Iorque, sob minha presidência, integrada também pelo perito Dr. Renato; e Operação Cover II, também realizada na cidade de Nova Iorque. E eu explicarei na seqüência os motivos.

Voltando à Operação Macuco, os primeiros investigadores foram o Delegado de Polícia Federal, Dr. Euclides Rodrigues da Cunha, que basicamente fez todo o trabalho inicial com os 200 inquéritos; foi seguido de outros delegados. O perito Renato Barbosa, presente aqui na sessão, participou desde o início da parte pericial e da análise dos dados bancários. Finalmente, três anos depois do início da investigação, fui convidado para coordenar os trabalhos da Operação Macuco.

Lá chegando, diversas irregularidades encontrei. Irregularidades no sentido de falta de objetividade e falta de foco. Obviamente que aqui não vai nenhuma crítica aos investigadores que me antecederam, mas tivemos a visão global em perceber que aquela investigação, do jeito que estava sendo conduzida, não levaria a nada.

A Polícia Federal, baseada num princípio menor de regra de Direito Administrativo – o TCU não permite que o funcionário público se ausente por três meses ganhando diária sem a sua remoção, a cada três meses, trocava toda a equipe. Obviamente, repito, não há nenhuma crítica, apenas uma constatação fática. Mas, numa investigação em que se está analisando a evasão de US\$30 bilhões, envolvendo milhares de empresários, agentes públicos, funcionários públicos e representantes do setor privado, não faz o menor sentido não se manter uma equipe coesa e integrada. A cada três meses se trocavam os delegados, os escrivães e os investigadores. E o que aconteceu foi o que se esperava. Caminhou-se para todas as direções e não se chegou a lugar nenhum. Não

obstante, sem tirar o mérito do esforço de todos que lá trabalharam, muitos elementos de prova de polícia judiciária foram produzidos, os quais não se perderão. E agora está sendo formado um banco de dados que será o suporte maior à continuação do trabalho que será levado a efeito pela equipe de força tarefa, da qual eu e o perito Renato integramos.

Faço uma observação de que algumas regras importantes, na condição de delegado, de investigador, de bacharel em Direito, existem em alguns princípios gerais do Direito que não nos podemos olvidar. Faço questão de frisar, uma regra administrativa, infralegal como essa regra do TCU, não há que prevalecer sobre o princípio maior da indisponibilidade da persecução penal e muito menos sobre o princípio maior da oportunidade da investigação policial. Só se faz investigação policial se aproveitarmos o princípio da oportunidade. Perdido o princípio da oportunidade, perde-se a investigação. Então, aí fica uma crítica construtiva.

No momento em que se valorizou demais essa regrinha do TCU, de que o funcionário fica ganhando diária, e esqueceu-se da persecução penal em si, cometeu-se um erro e demonstrou que os administradores que assim procederam não cursaram o primeiro ano de Direito, no qual, pela teoria tridimensional, Miguel Reale diz muito bem que: “A norma pode ser vigente, mas, dependendo da situação fática e jurídica subsequente, ela perde sua eficácia”. Então, a norma do TCU não se aplicava ali, ela estava derogada pelo princípio maior da indisponibilidade da persecução penal.

É importante que isso fique caracterizado, porque nós, profissionais do direito e administradores da Justiça, não podemos nos dar esse luxo de não interpretar direito às regras de nosso ordenamento pátrio.

Quanto aos principais investigadores, a Operação Macuco prosseguiu, houve uma orientação do Departamento de Polícia Federal, há época comandada pelo Dr. Agílio Monteiro, no sentido de que, a partir daquelas investigações, como quebramos os sigilos bancários daquelas duzentas contas e apareceu quem estava depositando, a orientação do Departamento de Polícia Federal era que o Delegado voltasse atrás e investigasse três mil depositantes. Quando assumi a coordenação, juntamente com o perito Renato, após trocarmos algumas idéias, chegamos à conclusão que, se caminhássemos para trás, iríamos para o espaço; se abrissemos três mil inquéritos, como era pretendido pela administração anterior da Polícia Federal, iríamos para o espaço.

Lembramos que existem duas formas de não se investigar alguma coisa: ou não se investiga propriamente dito, ou se investiga demais, ao excesso, perde-se o foco. Então, foi quando, com base no trabalho pericial, percebemos a grande falha desse megasquema criminoso de lavagem dinheiro pela CC-5. Tãmanha era a certeza de impunidade que os criminosos de colarinho branco que o organizaram simplesmente escolheram uma única porta de entrada do dinheiro sujo em território americano: o Banestado, agência de Nova Iorque.

Aí, mais do que depressa veio a idéia à equipe: por que, ao invés de caminharmos para trás, para pararmos no infinito, instaurar três mil inquéritos, para não chegarmos a lugar nenhum, simplesmente não caminhamos para frente? Vamos até a agência do Banestado em Nova Iorque. E essa proposta foi aceita pelos componentes da equipe, que foi corroborada pelo Dr. Renato, o Judiciário foi sensível. Nesse momento peticionei – o que foi um marco na investigação – ao Juiz Federal de Foz de Iguaçu, Dr. Fábio Esmael, uma autorização para que eu tivesse acesso a toda documentação bancária da Agência do Banestado em Nova Iorque.

O que aconteceu?

Bafejados pela sorte, considerando o episódio de 11 de setembro, os juizes americanos, já imbuídos do espírito pragmático da cultura americana, estavam extremamente flexíveis. Foi quando desembarquei em território americano, acompanhado pelo perito Renato, consultei-me com alguns advogados americanos; estudamos os institutos de direito do **Common Law** e escolhemos um instituto ágil ao afastamento do sigilo bancário daquela agência. E, para nossa surpresa, conseguimos a maior quebra de sigilo bancário que se tem idéia, em toda a história de investigação do crime financeiro.

O juiz da corte americana, do condado de Nova Iorque, simplesmente, autorizou-me a ter acesso a toda as 1.600 contas do Banco Banestado em Nova Iorque. Nesse instante, com o auxílio do perito – vou fazer uma brincadeira -, entramos com o nosso **laptop** para dentro da agência, plugamos em seu arquivo e fizemos um **download** total. Nesse instante começamos a alinhar de forma cabal e definitiva o mapa da evasão de divisas brasileiras dos últimos anos. Por que esse trabalho é importante? Porque, um dia ou outro, todos os usuários desse esquema mandaram algum dinheiro por canal ilícito, e fluxo de dinheiro deixa rastro, e o rastro está lá, como impressão digital. Chegamos com perspicácia, objetividade e angariamos os elementos; fotografamos – “fotogra-

famos” é, obviamente, uma gíria – tudo, pegamos os arquivos, e isso foi o que deu chance de elaborarmos o Laudo Pericial nº 675, que é um marco também na investigação do crime financeiro.

A idéia, agora, é prosseguirmos o rastreamento internacional até o fim. As barreiras burocráticas do sistema financeiro americano foram derrubadas por um esforço de retórica persuasiva, aplicado pela equipe, perante as Cortes de Justiça, perante os órgãos da persecução penal, órgãos da administração financeira, tal qual o Banco Central Americano – Federal Reserve Bank; o órgão controlador da moeda – Wall CC; ministério público federal americano, ministério público estadual. Todos eles conhecem hoje a investigação muito bem.

Conseguimos também algo muito expressivo, que foi trazer a atenção das autoridades americanas para o nosso caso, um caso de extrema importância, e criamos um inquérito judicial local. Hoje, o ministério público distrital de Nova Iorque investiga as mesmas contas que estamos investigando.

Então, a produção de provas está extremamente simples e com o auxílio de um acordo internacional de cooperação judiciária, que chamamos de Mutual Legal Assistant Treat – MLAT – do qual o Brasil é signatário juntamente com os Estados Unidos e outros países.

Toda a documentação, produzida por meio desse acordo internacional, vem autenticada e pode fazer prova.

A idéia é fazermos esse rastreamento do início ao fim, mostrarmos os nomes dos envolvidos e, se tivermos alguma sorte, localizarmos o numerário com o seu devido bloqueio e retorno aos cofres públicos brasileiros.

Vou ressaltar um ponto que considero de extrema importância: não foi uma ou duas pessoas que chegaram até mim e, considerando a minha condição de investigador, perguntaram-me: “Doutor, o senhor tem alguma esperança de localizar algum dinheiro”. E eu lhes respondo: “Essa pergunta é de pouca relevância”.

Localizando ou não o dinheiro, temos em mão um raio x da corrupção brasileira, simples e fácil de se obter. Queremos materializar isso em prova documental para ser usado para denúncia, processo de condenação e, principalmente, com os documentos a partir do ano de 1998, porque já estava vigendo a lei da lavagem de dinheiro, cuja pena máxima é de 10 anos e leva o prazo prescricional às alturas. Então, teremos tempo de sobra para perseguirmos penalmen-

te esses criminosos de colarinho branco que tanto prejudicam o nosso País.

No mais, quando o Dr. Renato começar a sua explanação, como técnico contábil, apresentará dados e pormenores que acredito desnecessários – eu, na condição de investigador –, principalmente porque ficará repetitivo. Então, farei apenas mais algumas considerações, para não tornar essa exposição cansativa, mas sem perder o foco e a objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado.

Vou apenas informar que está presente o Deputado André Luiz, da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, pela importância da ligação das duas Comissões na busca de dados que levem a uma apuração desse fato.

Continua a palavra com V. S^a.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Sr. Presidente, considero importante ressaltar apenas algumas informações.

Estamos diante da possibilidade única de constituir uma prova documental sólida, a qual, com certeza, vai abranger todos os grandes envolvidos nos últimos escândalos financeiros nacionais: a privatização das telas; casos de corrupção em Governos Estaduais; de obras superfaturadas; o episódio da Sudam – o que se imaginar. Basta que V. Ex^{as} ou qualquer investigador do País nos apresentem os nomes que o nosso banco de dados estará completo. Tendo o nome, iremos ao banco de dados e identificaremos a data e a remessa – isso é muito importante deixar claro.

É importante deixar claro também que, por um golpe de sorte, atingimos o “calcanhar-de-aquiles” de todo esse esquema criminoso, que foi montado com inúmeras empresas de fachada e inúmeras contas de “laranjas”. Infelizmente – ou felizmente -, na hora de mandar para o investigador, a quadrilha de criminosos usou só uma porta de entrada e nós conseguimos fotografar toda a “boiada” passando por ali. De lá, é só seguir.

Na nossa primeira ida para Nova Iorque, há um ano, eu já tinha levantado o problema e apontado a ponta do **iceberg**.

Vou dar uma opinião pessoal, não é crítica, mas invoco o meu direito constitucional de livre manifestação de pensamento para fazer um comentário. Obviamente, como subordinado ao Executivo, não quero fazer crítica à administração da Polícia Federal, mas, como cidadão que assiste aos trabalhos do Delegado Castilho – porque não tenho como me desvincular da minha própria pessoa – faço o seguinte comentário: não entendi o porquê do meu afastamento da investi-

gação em janeiro de 2002, quando apontei, de forma clara. Meus relatórios são absolutamente claros e estão de posse da Polícia Federal. Fui afastado sem qualquer explicação. A explicação mais simplista, para não dizer simplória, que me deram foi a de que eu teria que voltar para casa porque o Tribunal de Contas não admitiria que eu ficasse mais tempo ganhando diárias – ninguém ganha diárias, elas são subsídios. Não entendi isso.

Eventualmente, se V. Ex^{as} tiverem vontade, podem questionar por que isso foi feito. Digo que houve um prejuízo irreparável com o meu afastamento naquela época, porque a investigação estava sob controle, era clara e cristalina, precisávamos apenas avançar, e fui afastado sem explicação.

Foi o Dr. Armando Bossa, Diretor-Geral, na época, quem me chamou de volta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quem era o Diretor-Geral?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Era o Dr. Armando Bossa. Não entendi. Se o Dr. Armando Bossa quiser se explicar, principalmente para mim ou para outros, eu gostaria muito de saber o porquê desse afastamento.

O prejuízo que houve com esse afastamento, eu vou dizer já: no ano de 1997, no aspecto fiscal, com a minha ida – não vou dizer que parou tudo porque esse juízo eu não posso fazer -, não vi mais nada acontecer. Essa é a minha opinião de cidadão e invoco, mais uma vez, o meu direito constitucional de livre manifestação de pensamento. Isso não está sendo dirigido a ninguém em especial. Citei o Dr. Armando Bossa é porque ele foi a pessoa que me afastou e pouca explicação me deu.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quando V. S^a voltou?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não quero dar nenhuma conotação política, mas faça a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quando V. S^a voltou?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Fui afastado em maio de 2002 e só retornei em fevereiro de 2003, ou seja, fiquei quase um ano afastado das investigações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdeu-se alguma prova nisso?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Acredito que sim. Perdemos tempo e o princípio da oportunidade. Policial que é policial não abre

mão desse requisito. Se fizer isso, na minha opinião, não é sério.

Quando entra na Academia Nacional de Polícia, a primeira coisa que o policial aprende é que a investigação se baseia, simplesmente, na surpresa e no princípio da oportunidade.

A história é mais ou menos a seguinte: estou com uma equipe de policial; acabei de cercar um traficante; ele está no último andar de um prédio; todas as saídas estão lacradas. Estou com uma equipe de dez policiais altamente armados para cercarmos e pegarmos o traficante. De repente, uma ordem: vamos parar para tomar um café no restaurante da esquina – porque assim determina a regra administrativa –, pois, os funcionários não poderão ficar de estômago vazio.

É piada! Isso aqui não é crítica. Mas eu gostaria de entender! Sou um cidadão, tenho filho e pretendo melhorar este País com a minha contribuição.

Então, fica a pergunta: Por que fui afastado, em maio do ano passado?

Só para fechar. No mais, não vou entrar em detalhes técnicos, porque o Perito Renato fará isso com excelência; o nosso cérebro contábil, pois, graça ao esforço do Perito Renato tudo aconteceu. Ele chegava com o seu pequeno **laptop**, debaixo do braço, e nós, simplesmente fomos pegando, lá nos Estados tudo o que foi possível.

Para encerrar, Sr. Presidente – Já deu os trinta minutos?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não. Pode encerrar.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Hoje, faço parte de uma força-tarefa composta pelo Ministério Público Federal, pela Controladoria-Geral da República, pela Receita Federal e represento a Polícia Federal. No entanto, não estou presidindo nenhum inquérito. É um absurdo imaginar-se um Delegado de Polícia Federal atuando sem inquérito! Fui para Nova Iorque sem inquérito – não entendi o porquê também –, sem ordem de missão e sem a definição de quem seria o chefe.

Alguns detalhes me surpreendem, obviamente, não é crítica, apenas constatação fática; se alguém tiver a necessidade de explicar que se explique.

Preciso: de presidir um inquérito policial para atuar como Delegado, porque eu tenho a certeza de que a força-tarefa me requisitou como investigador. Estou sem inquérito policial. Preciso de um inquérito policial.

Outro detalhe de absoluta importância, no caso, para V. Ex^{as}: a revisão do MLAT, este acordo interna-

cional, de forma rápida, para torná-lo menos burocrático e para o aceitação da prova indiciária global e não minuciosa como eles pretendem atualmente.

O nosso retorno aos Estados Unidos para que, com calma e tranquilidade realizarmos o nosso trabalho, pois precisamos de uma equipe mínima, porque o trabalho, lá, é de inteligência. Que acabe com essa história de: –Ah, vai por dez dias, como foi proposto inicialmente! A administração me propôs dez dias nessa última viagem; eu acabei ficando setenta, “na marra”. Porque eu sabia que o princípio da oportunidade iria se perder se nós não ficássemos. Então, tranquilidade para as investigações de pelo menos uns sessenta dias nesse próximo retorno. Rastreamento internacional não é algo que se faz detrás de uma escrivinha a vinte mil quilômetros de distância, lançando ofícios requisitórios. Eles lhes mandam um caminhão de documento e lhe mandam para o espaço. E é isso que a criminalidade quer: que o investigador vai para o espaço, e o tempo passe.

Por último, de muita importância: nesse retorno aos Estados Unidos, além do rastreamento internacional, no qual vamos estabelecer o mapa nacional da corrupção, também estamos querendo alguns documentos do Banco Central americano e do órgão controlador da moeda, que indicam – pelo menos é a informação, em tese; eu não quero, aqui, difamar ninguém e nem lançar impropérios – mas nós tínhamos informações que autoridades financeiras brasileira já tinham conhecimento de toda essa bandalheira, ou seja, a evasão destes US\$30 bilhões, e nada foi feito.

Então, é de absoluta importância o retorno aos Estados Unidos, além do rastreamento, serão os esforços que faremos para obtenção dos documentos junto aos bancos e Banco Central americanos, os quais informaram às autoridades financeiras brasileiras sobre as irregularidades. Aí, poderemos ouvir tais autoridades de fiscalização de ilícitos financeiros do Banco Central para entendermos o porquê não enxergaram um fato tão óbvio.

São essas as minhas considerações.

Espero ter colaborado com V.Ex^a e vou estar à disposição para perguntas após as explicações.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, o Dr. José Francisco de Castilho Neto disse-nos que, caso tenhamos alguma suspeita em nossos Estados de operações e obras superfaturadas, que

encaminhássemos os nomes suspeitos para que S. S^a pudesse nos dizer se o nome está ou não na lista.

Sr. Presidente, eu pergunto a V. Ex^a se o encaminhamento tem que ser do membro da Comissão para o Presidente da Comissão, ou podemos fazer a consulta direta?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Deve ser pela Comissão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Faço por escrito e entrego a V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela Comissão, fazemos chegar a ele, até porque, se ele estiver nos Estados Unidos, vai ficar difícil mandar direto para ele. Pode nos mandar.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Então, V. Ex^a manda. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço ao Dr. Castilho a explanação inicial, passando a palavra aqui ao perito Renato Barbosa.

Informo que chegou o Vice-Presidente da Comissão, o nobre Senador Antero Paes de Barros.

A lista de inscrição está à disposição para perguntas.

Concedo a palavra ao Sr. Renato Barbosa.

O SR. RENATO BARBOSA – Obrigado, Sr. Presidente.

Na condição de perito, vou trazer dados concretos – um pouco do que o Dr. Castilho falou e um pouco dos dados reveladores, claro que com a restrição do segredo de Justiça, que me impõe aqui a não declinar pessoalmente nomes.

Farei um breve histórico.

A Operação Macuco, como o Delegado Castilho falou, instalou-se em Foz do Iguaçu em meados de 1998 e paralisou as suas atividades em janeiro de 2003. Nesse período, passaram por lá mais de duzentos policiais, naquele esquema de rodízio de que falou o Delegado Castilho: a cada sessenta dias, toda a equipe era remanejada. E isso causou, de certa forma, para a Operação, prejuízos, porque o policial que estava chegando, lá do Norte do País, deparava-se com uma montanha de documentos, uma investigação complexa, extensa e teria de aprender tudo nos sessenta dias de atividades. Quando pegava o fio da meada, vinha outra equipe, e aí começava tudo de novo. Assim ocorreu a Operação Macuco em Foz do Iguaçu.

A estratégia da perícia federal foi um pouco diferente, porque os técnicos, os peritos federais, perceberam que se tratava de uma operação de relevância nacional e que os mesmos membros da equipe, em

relação aos peritos, deveriam continuar no caso. Assim foi feito. Particularmente, participei durante quase toda a Operação Macuco, e o nosso trabalho ...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não foi substituído também?

O SR. RENATO BARBOSA – Substituído em qual sentido? Substituído ou afastado?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Afastado.

O SR. RENATO BARBOSA – Não, realmente. Quero falar sobre isso posteriormente. Em julho do ano passado, fui afastado das investigações também. Substituído – isso era uma prática, até porque o Instituto Nacional de Criminalística, órgão maior dos peritos federais, atendia a regras administrativas, mas procurava manter uma memória viva do que se estava consolidando diariamente ali, em forma de laudo.

Tenho aqui um resumo do que os peritos criminais fizeram nessa operação de Foz do Iguaçu, durante todo esse período. Houve o revezamento. A memória dos dados foi mantida. Chegamos a confeccionar 46 laudos de exame grafotécnico, que comprovavam justamente que os “laranjas”, as pessoas sem condição financeira, foram realmente os que assinaram a abertura das contas. A quadrilha usou cerca de duzentos “laranjas” para fazer essa evasão dos US\$30 bilhões.

Fizemos seis grandes laudos de cruzamento de dados telefônicos, porque a Operação Macuco pediu ao Judiciário interceptações telefônicas dos donos de mesa de câmbio de Foz do Iguaçu, e aí a perícia também realizou pelos menos seis laudos de cruzamento, mostrando a comunicação e a interação doleiro brasileiro com os diversos Estados brasileiros, inclusive com o exterior.

Houve também a realização de diversos laudos em computadores, houve buscas e apreensões nessas casas de câmbio que estariam atuando em Foz do Iguaçu. Muito material foi coletado e vários laudos de exame de material foram apresentados.

Com relação àquelas pessoas consideradas suspeitas pelo Banco Central de não terem patrimônio compatível com a movimentação de R\$200, R\$300 milhões a cada dois meses: nós realizamos trezentos laudos de exame contábil. Constatamos, na maioria deles, que, realmente, o indivíduo não tinha condição patrimonial e financeira para estar operando. Ou seja, fazia parte do esquema da lavagem de dinheiro.

Fizemos também alguns laudos que nós chamamos de laudos de fechamento de câmbio. Esses

laudos comprovam a chegada do dinheiro em Nova Iorque. O grande questionamento que se tinha era para onde esse dinheiro estava indo efetivamente. As primeiras notícias que tínhamos do Banco Central davam conta de que, tendo o dinheiro sido depositado nas contas CC-5 das empresas paraguaias, casas de câmbio e bancos, esse dinheiro seria remetido para o Paraguai e, em seguida, para os paraísos fiscais e para o infinito. Na verdade, a investigação apontou que os contratos de câmbio negociados com os cinco bancos brasileiros desaguavam, em sua maioria, na agência de Foz do Iguaçu.

Vou fazer um breve histórico. Na verdade, vou tentar fazer um esboço do poder de organização e inteligência das quadrilhas instaladas no Brasil para a lavagem de dinheiro.

Inicialmente, percebemos a atuação de doleiros como a primeira camada em que há a intermediação entre o dinheiro ilícito, seja lá de qual fonte, e a colocação desse dinheiro ilícito no sistema. Temos também o aliciamento de laranjas, cidadãos comuns que recebiam em torno de R\$500 a R\$1000 para concederem suas assinaturas e possibilitar a abertura de contas. Para surpresa dessa pessoa, dois ou três anos depois, convocada pela Polícia Federal, descobre que em sua conta foram movimentados R\$200, 300 milhões num interstício de vinte dias. Isso acontecia porque o dinheiro tinha que passar rapidamente por essa conta. Caso contrário, havia o risco de uma autoridade policial ou judiciária mandar bloquear esses recursos. Assim, a passagem desses recursos era rápida.

Há o fenômeno de se ter, diariamente, quinhentas remessas pulverizadas – ninguém manda R\$1 milhão para ser lavado de uma vez. Pelas regras do Banco Central, todos os depósitos acima de R\$10 mil teriam que ser identificados. Assim, temos verdadeiras avalanches de ordens de pagamento de R\$9.999 mil. Ou seja, para dissimular e dificultar a identificação mínima que o Banco Central fazia naquela ocasião e que era o monitoramento das contas CC-5.

Para V. Ex^{as} terem uma idéia: eu tenho aqui uma declaração que o esquema fez para o laranja – e isso foi objeto de laudo grafotécnico –, dizendo o seguinte. Declaro que trabalho nesta praça como comerciante de venda de gás e tenho uma retirada mensal de R\$1.500. Esse foi o documento que o cidadão apresentou para abertura de conta.

No laudo financeiro feito a partir da conta desse cidadão, constatamos que, apesar dessa declaração de R\$1.500, a movimentação financeira no presente laudo – estou extraindo um trecho do laudo – alcan-

çou a quantia de US\$33,9 milhões. Quer dizer, para quem ganha R\$1.500 e mais, 99,9% desse valor foi depositado em conta CC-5. Ou seja, esse laranja foi utilizado pelo esquema, pelo poder dessas quadrilhas, que mais adiante vou detalhar, para simplesmente ser veículo de passagem do recurso. Obviamente, a conclusão do laudo pericial, e sempre que declinar um número aqui estarei falando com base em números concretos, pois é assim que a perícia, como auxiliar da Justiça, faz. Logicamente, a conclusão do laudo era absolutamente incompatível com a renda e o patrimônio do indivíduo.

Foram, então, utilizados 200 laranjas para receber todo o recurso que vinha, segundo nossas análises, de todo o território nacional. Parece-me que o doleiro do Norte entregava um número da conta do laranja de Foz do Iguaçu, e quem fosse contratado por ele mandaria o dinheiro por esses laranjas. Fizemos os laudos periciais de todos esses laranjas e detectamos mais de 20 mil depositantes nessas contas de laranjas, devidamente identificados, sem levar em consideração os depósitos em espécie que ocorreram nas contas desses laranjas. De maneira que, no que chamamos de base 1, teríamos, a princípio, 20 mil nomes de contas de pessoas com CPF e CGC já identificados.

E todo esse esquema ocorreu devido a uma autorização do Banco Central em permitir que casas de câmbio e bancos paraguaios pudessem converter os reais que os sacoleiros brasileiros estariam gastando em Ciudad Del Leste. Por uma estatística, um dado estatístico, o Banco Central estimava que, diariamente, o retorno dos reais que estariam no Paraguai movimentaria de US\$7 a 10 milhões. Realmente, naquela época de estabilização, com a paridade de R\$1 por US\$1, o comércio da Ciudad Del Leste movimentou consideravelmente. No entanto, fazendo um levantamento de apenas 50 dias, constatou-se que chegava na Tesouraria do Banco do Brasil, o caixa-forte que recolhe todo o dinheiro em espécie de Foz do Iguaçu, em torno de US\$1,4 bilhão. A Operação Macuco, portanto, teve como objetivo tentar identificar de onde esses recursos estariam vindo, ou seja, a Ciudad Del Leste, fronteira com Foz do Iguaçu.

A Polícia Federal conseguiu monitorar diversos carros-fortes que transportavam dinheiro brasileiro para o lado do Paraguai. E o que a quadrilha fazia? Simulava que o dinheiro estaria indo para Foz do Iguaçu, mas voltava de carro-forte e depositava direto nas contas CC-5. Ou seja, o dinheiro não era efetivamente do comércio paraguaio. Houve, então, uma série de fraudes. Por exemplo, para esses carros-fortes passarem pela ponte teriam que ter carimbos de inter-

nação dos recursos, declarações para a Receita Federal na ponte. Mas eles conseguiram fazer o que chamamos de “encurtar o caminho para a lavagem”, porque isso custa muito caro. Segundo alguns dados, de cada US\$1 milhão a ser lavado, gasta-se cerca de 30% desse valor para legalizar.

Como atravessar a ponte com um carro-forte e voltar depois dizendo que era do Paraguai. Estava ficando muito caro. Começaram, então, a pegar o dinheiro na Tesouraria da conta do laranja. Eles sacavam, davam uma volta na praça da cidade e voltavam com o mesmo dinheiro, inclusive cintados com as mesmas cintas do Banco do Brasil. São algumas fraudes para mostrar os resultados efetivos que a Operação Macuco obteve durante esses cinco anos de Polícia Federal.

Usando o subterfúgio de que as contas CC-5 das casas de câmbio paraguaias poderiam remeter livremente o que eles chamam de contas remissíveis – tudo que cai nessa conta pode ser mandado livremente para fora do país – foi uma festa para a quadrilha. No primeiro mapeamento que fizemos, pegamos US\$6 bilhões caindo nessas contas CC-5 de casa de câmbio do Paraguai. Diversos laudos foram feitos constatando essas conclusões.

Tem um caso aqui em que apenas uma conta, fazendo transferências de R\$9.999,00 conseguiu, em 10 dias, mandar US\$26 milhões. Haja depósito! Foi então – o Dr. Castilho falou muito bem – que decidimos, em vez de voltar à origem do dinheiro, porque percebemos que outras camadas existiam para trás do dinheiro e não havia o interesse de aparecer a origem do recurso, fazer o Laudo nº 870/01, que demonstra categoricamente a chegada do dinheiro em Nova York.

Tenho alguns fluxos para demonstrar, o mapeamento dos doleiros nos principais Estados brasileiros. Há doleiros específicos atuando no Paraná, no Pará, no Ceará, em São Paulo, pessoas que serviram de ímã para atrair todo tipo de recurso e mandar por Foz do Iguaçu. Temos o mapeamento disso.

Na Operação Cover 1 da Polícia Federal, a primeira nos Estados Unidos, mapeamos US\$15,8 bilhões saindo do Banestado: US\$10,7 bilhões ficaram nos Estados Unidos e voltaram para o Brasil US\$3,5 bilhões. Esse dinheiro que tem o fluxo de ida bate no Banestado de Nova York e volta para o Brasil, quer dizer, é uma tentativa de dissimulação para, pelas amostras que fizemos, comprar cotas da própria empresa do empresário. Ou seja, uma empresa vende cotas para uma **off shore** das Ilhas Virgens que, na

verdade, pertence ao próprio empresário. São constatações, por amostragens, que fizemos.

Na Operação Cover 2, que foi o retorno aos Estados Unidos, pegamos mais registros da agência do Banestado que envolvia os anos de 1998 e 1999. Na primeira operação, foram os anos de 1996 e 1997. No primeiro mapeamento feito na Operação Cover, a conclusão do laudo indica 37 mil contas beneficiárias desse US\$15,9 bilhões. Dessas 37 mil, em discussão com o Dr. Castilho, selecionamos apenas nove contas para partir para o rastreamento além Banestado, digamos assim. Ao total, receberam US\$1 bilhão. Foi uma estratégia policial e pericial no sentido de tentar obter os registros e a titularidade dessas contas, porque geralmente são **off shore** e não escondem o nome dos verdadeiros donos.

Ainda nesta Operação Cover 2, conseguimos receber apenas uma conta das nove. Para nossa surpresa, eram contas que estavam além do Banestado, que imaginávamos ter sido operada por doleiros americanos, operadas justamente por doleiros brasileiros para dentro dos Estados Unidos. Então, temos aí doleiros com movimentações acima de US\$300 milhões no exterior e doleiros brasileiros.

O rastreamento internacional, como o Delegado Castilho falou, é importante, porque temos mais de um milhão e meio de transações internacionais que dizem o dia e a hora que o recurso chegou na conta desses trinta e sete mil investigados.

Só para concluir, poderia demonstrar, apresentando aqui para V. Ex^{as} trinta bilhões de motivos para a instauração de uma CPI para investigar esse caso; mas, como o tempo não me permite, quero apresentar aqui apenas trinta e cinco motivos para a instauração dessa CPI, que será de grande relevância para o Brasil.

Não vou ler todos os trinta e cinco motivos, em seguida vou disponibilizar as cópias, mas vou destacar alguns interessantes aqui. A CPI, na nossa opinião, minha e do delegado Castilho, poderia, de pronto, prestar um enorme serviço à nação brasileira, pois teria chances reais de desarticular, ao mesmo tempo, diversas facções organizadas neste País, que sugam as divisas brasileiras e que, neste momento, torcem para serem confundidas ou misturadas às questões políticas e ficarem, mais uma vez, impunes e livres para continuar aperfeiçoando suas idéias e engenharias financeiras, rotas nacionais e internacionais de lavagem de dinheiro. A exemplo da CPI do Narcotráfico, poderíamos dismantelar essas estruturas, e pelo que já estou sabendo, um outro procurador será ouvido aqui.

Essas estruturas originaram-se há dez, quinze, vinte anos. São as mesmas pessoas que continuam operando este sistema de lavagem de dinheiro, que é justamente o funil por onde o dinheiro brasileiro sai. Percebe-se que o desvio de dinheiro público, seja de uma obra, seja do narcotráfico, nunca vai ficar, como o dono gostaria, do lado dele. Ele vai fazer escalas para fora do País e tentar se alojar e se esconder em algum lugar. E essa quadrilha é formada por doleiros especialistas. Segundo documentos que temos, tem doleiro brasileiro que fez curso no exterior para entender como funciona a legislação americana, a fim de que nem ele nem os seus clientes percam o dinheiro que ele está sugando do Brasil.

A CPI poderia constatar de imediato o desvio de dinheiro público saindo de prefeituras e desembocando nas contas de laranjas investigados em Foz do Iguaçu. A CPI poderia continuar o rastreamento feito pela CPI dos Precatórios, onde se apontou a utilização de doleiros e laranjas de Foz do Iguaçu.

Percebe-se que as últimas CPIs feitas nesta Casa, nas suas conclusões, apontavam para o dinheiro caindo em Foz do Iguaçu. E aí não se continuava a investigação porque pensam que a CC-5 é muito complexa, que o dinheiro vai para o paraíso fiscal e ninguém acha mais, quando, na verdade, como falou o delegado Castilho, existe o rastro desse dinheiro, e sabemos onde ele está.

A CPI do Futebol detectou a existência de ordem de pagamento para jogador no exterior, sabendo o dia e hora, valores e onde a conta dele está alojada.

A CPI poderia, rapidamente, identificar intermediações e negociações com ouro e diamante brasileiros. Nesse esquema de lavagem em Foz de Iguaçu, nós percebemos operações de ouro e diamante – que são verdadeiras riquezas deste País – sendo negociados por intermédio de “laranjas”, negociações de intermediação, porque o ouro é uma moeda aceitável em todo o mundo. A CPI, então, poderia breicar – estancar – essas quadrilhas organizadas que continuam atuando no dia de hoje. A CPI poderia questionar como brasileiros possuem fortunas nos Estados Unidos, recebidos por meio do Banestado e convertidas em fazendas, mansões, inclusive em hotéis de luxo, que já foram identificados e estão na mídia. Essas pessoas receberam dinheiro do Banestado – passou pelo Banestado. Poderíamos, também, perceber que alguns doleiros brasileiros se enriqueceram com o esquema do Banestado e, hoje, moram confortavelmente em suas mansões compradas, por exemplo, em Miami. Doleiros que operaram o esquema aqui no Brasil e que, simplesmente, optaram por morar nos

Estados Unidos. Por um cálculo pericial, se a pessoa tivesse ganhado um centavo em cada operação de remessas como essa, teria, aí, pelo menos US\$3 milhões no bolso.

A CPI poderia questionar, de pronto, como alguns ex-diretores de bancos brasileiros sediados no Paraná ficaram afortunados. Poderíamos descobrir companhias aéreas brasileiras remetendo milhões de dólares para o exterior; investigar bancos brasileiros possuidores de empresas **off shore** e contas bilionárias no exterior.

Penso que o meu tempo está se esgotando. Como falei, tenho 30 bilhões de motivos para justificar uma operação mais rápida neste caso, porque analisar por analisar, a Polícia Federal já fez isso. A Polícia Federal tem o mapeamento completo de Foz do Iguaçu. São milhares de recursos gastos com essas operações em Foz do Iguaçu, tendo participado vários policiais. O acervo documental e prova que existe na Operação Macuco de Foz do Iguaçu é um verdadeiro mar de provas. O que nós trouxemos do Banestado, com as Operações Couver I e Couver II, dá para fazer uma verdadeira limpeza, principalmente na estrutura do esquema. Como eu falei, são quadrilhas que vêm desenvolvendo **know how** nos últimos 15 anos. A título de exemplo, para que os senhores tenham uma idéia, o dinheiro do Esquema PC-Farias passou pelo Paraguai – pelo esquema de casas de câmbio do Paraguai. Essas CC-5 brasileiras existem, se não me engano, desde 1969 e ali foi sempre uma porteira para saída desses recursos. Na verdade, esses recursos eram operados pelo que chamamos de câmbio negro – porque, onde o doleiro está, chamam-se “operações de sistema bancário paralelo”, o chamado câmbio negro.

E, com essa nossa operação da Polícia Federal e, agora, com a participação da Controladoria-Geral da União e do Ministério Público, temos como clarear esse câmbio negro que operou de forma ilegal no País.

Eu teria vários casos interessantes em que, de pronto, a CPI poderia colaborar, mas vou me ater apenas a esses cinco, pelos quais os senhores já podem ter uma idéia do que trata essa operação, dos recursos que já foram gastos para se chegar a isso e do mar de provas que existem em Foz do Iguaçu e que, hoje, para nosso espanto, estão jogadas naquela cidade. É preciso retomar isso. É preciso que a Polícia Federal, com o braço de investigação que está sendo instalado em Foz do Iguaçu, una-se à força-tarefa. Por que agora vamos trabalhar para dois lados diferentes, buscando o mesmo objetivo? Penso que esses policiais e esses procuradores que estão em Curi-

tiba poderiam complementar o nosso trabalho e nós poderíamos complementar o deles.

Sr. Presidente, desculpe-me ter ultrapassado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. Renato Barbosa.

Passemos à lista de inscritos. Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ouvindo o futuro membro do Supremo Tribunal Federal e não acompanhei o trabalho desta Comissão, o que lamento muito. Gostaria de ter estado aqui na última reunião. Penso que sou o único que integrou a CPI dos Precatórios. Não sei se V. Ex^a também a integrou.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Como suplente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Integrei aquela Comissão e vejo, agora, questões interessantes, principalmente a figura do Procurador Celso Três. S. Ex^a teve uma atuação heróica naquela oportunidade, desenvolveu uma atividade impressionante em Cascavel. Levou um tiro; perseguiram-no, bem como a mulher, a família, que teve de fugir para Caxias e passar a viver, permanentemente, sob custódia. Mas, no meio de tudo aquilo, S. Ex^a me enviou um dossiê com todas as contas CC-5 que tinha conseguido. Eu o entreguei, publicamente, ao Presidente da Comissão, Senador Bernardo Cabral, se não me engano. Na época, o Senador Roberto Requião, atual Governador, fez um apelo no sentido de que, imediatamente, dentro da subcomissão, entrássemos naquele trabalho, desenvolvido pelo então Procurador Celso Três. Avaliávamos que, à margem do trabalho dos precatórios que estava sendo desenvolvido, aquela era uma atividade que deveria ser levada adiante. Lamentavelmente, não foi possível. Não sei o que o Presidente Bernardo Cabral fez com o dossiê que fiz questão de entregar-lhe na frente da televisão, publicamente. O Procurador Celso Três tinha dito que havia gente com revólver, para matar quem fizesse aquilo; que não tinha mais como ficar com aquele dossiê e que o enviava a mim em segredo, porque tinha medo de mandá-lo a outra pessoa. S. Ex^a tinha confiança em mim.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador Pedro Simon, tenho informações da Assessoria, que participou da CPI dos Precatórios, de que esse documento foi entregue ao Senador Roberto Requião e, por consequência, ao Ministério Público do Paraná.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Seja o que for, é importante saber essa questão. Talvez fosse interessante convidar o Sr. Celso Três, porque S. Ex^a tem a origem de tudo. Começou com S. Ex^a, que foi a primeira pessoa a fazer a investigação sozinho. S. Ex^a foi ao Banco Central, levou-a adiante, e não teve condições, na época, de fazer o que V. S^{as} terminaram fazendo. Julgo interessante convidá-lo para depor, e, confirmando a declaração do bravo colega de Mato Grosso, talvez ver, no Paraná, em Santa Catarina ou não sei onde, o que foi feito do dossiê.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eles têm tudo hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, apenas para comparar com as informações que V. S^{as} têm.

O SR. RENATO BARBOSA – Não, não temos esse material ainda. Aliás, isso vale ouro para nós.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. S^{as} não têm?

O SR. RENATO BARBOSA – Isso vale ouro para nós.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Será a continuação, a parte que está faltando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Tenho certeza de que o Dr. Celso Três está acompanhando a exposição de hoje. Não sei se V. Ex^a chegou no início, mas já havia feito menção ao Dr. Celso Três. Na hora em que V. Ex^a chegou, ouvi-me falar?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Eu já havia feito toda essa explanação, colocando o Dr. Celso Três como precursor desse trabalho, o que não pode ser esquecido. Tenho certeza de que S. Ex^a está acompanhando e aceitará o convite, não só para se explicar, como, eventualmente, integrar o trabalho de força-tarefa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Seria interessante ouvi-lo, convidá-lo e, de acordo com o que diz o nobre Senador, ver onde está o dossiê.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador, permita-me um aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Vou dar o nome da Promotora de Justiça a quem foram entregues os documentos. S. Ex^a deve estar de posse deles. É a Promotora de Justiça Mônica Sakamori, do Ministério Público do Estado do Pa-

raná. Sugiro, inclusive, que o Presidente da Comissão...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Também a convide.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Também a convide, requisitando que venha com os documentos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor, V. Ex^a formalize o requerimento e o poremos em votação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Peço à Assessoria que faça o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ele será posto em votação logo em seguida.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, são dois requerimentos, quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com o convite ao Celso, são três.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) ... e a procuradora Mônica. E devemos solicitar à Mônica – é bom que ela venha acompanhada – que traga esses documentos para fecharmos questão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento e, portanto, a primeira oradora. Em seguida, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a presença do Dr. Castilho e do Dr. Renato, que vêm elucidar, um pouco mais, o que já iniciamos, na semana passada, com a vinda dos Procuradores da República integrantes da força-tarefa que está no comando das investigações.

Antes dos questionamentos, eu queria fazer algumas ponderações. Esses processos de investigação arrastam-se há muito tempo. Não cheguei a pegar a data certa, mas, pelas informações, são seis anos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – São exatamente seis anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois bem, há seis anos, durante um bom período, isso ficou fora de foco, conforme as declarações do Dr. Castilho. Depois, conseguiu-se dar importância ao tema. Em seguida, foi tudo desativado, desmontado e agora retomado.

As investigações precisam ser estruturadas e agilizadas. É isso que concluímos da explanação dos Procuradores que vieram a esta Comissão na semana passada e deram todas as explicações. E, nessa audiência, fiquei convencida de algumas questões

que precisavam ser encaminhadas – tanto que fizemos o requerimento que acabou sendo aprovado: a história dos auditores fiscais da Receita Federal...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já foi feita a solicitação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E também que precisamos de alguma intervenção para obter os documentos com o Banco Central, pois ainda não foram devidamente encaminhados, além da questão do MLAT (Acordo de Assistência Mútua em Assuntos Penais). Isso também já foi mencionado na semana passada. E hoje os representantes da Polícia Federal que estão cuidando do caso voltam com mais alguns ingredientes de estruturação para que as investigações possam fluir.

Sr. Presidente, tanto na semana passada quanto nesta semana, há uma solicitação para instalação da CPI. Isso tem sido reafirmado. E volto a dizer: já existem condições formais para a instalação dela, pois o requerimento já contém 35 assinaturas. Podemos instalá-la. A minha grande dúvida – e por isso estamos operando via Fiscalização e Controle – é se a instalação da CPI, neste momento, efetivamente ajuda ou atrapalha. No episódio da semana passada, não se contribuiu para agilizar e estruturar as investigações. E essas investigações precisam fluir, porque estamos correndo contra o tempo, já que existem crimes que estão prescrevendo e uma parte deles até já prescreveu. Pois bem, receio que, com a criação da CPI, venham à tona disputas partidárias e ideológicas que, em vez de ajudarem a agilização e a estruturação das investigações, acabem por protelá-las. Tenho essa dúvida e quero dizer isso de forma muito clara.

Estou muito mais preocupada em darmos condições e estruturação para que as investigações continuem. Tenho a convicção de que houve uma tomada de posição do Governo atual, que poderia não ter recomposto a equipe, poderia não ter mandado novamente, porque teve problemas, ficou sob pressão. Como todo mundo sabe, operamos, tentamos contribuir para a permanência da equipe pelo tempo que foi possível, pelos setenta e poucos dias. Agora, a posição do Governo é clara no sentido de fazer as investigações. Existem problemas? Existem. Mas vamos tentar. Estou na linha de tentar contribuir para que o Governo, que tomou a posição política de retomar e de agilizar as investigações, possa ser cobrado onde não está funcionando.

E ainda digo mais: quero repassar aqui alguns dos vários motivos expostos pelo Dr. Renato. CPI do Narcotráfico, CPI do Futebol, CPI dos Precatórios, CPI do Orçamento, PC Farias, de todas essas temos

a documentação. Está tudo aqui. De que precisamos? De uma equipe, para poder fazer os cruzamentos. É disso que precisamos. Já está tudo aí. Até porque CPI nenhuma vai abrir processo. CPI nenhuma vai incriminar ninguém. O que as CPIs fazem? Investigam, tiram a conclusão e a encaminham para o Ministério Público. É o Ministério Público que faz.

Já temos um acúmulo de indicações. Por exemplo, a que o Senador Pedro Simon relatou e que foi entregue pelo Dr. Celso Três e que acabou sendo encaminhada para a Dr^a Mônica Sakamori. Pergunta-se em que pé está isso? Mas já foi para o Ministério Público.

Neste momento, a maneira que entendemos que temos para contribuir com a agilização das investigações é trazer o assunto para a Comissão permanente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, o argumento de V. Ex^a quando solicitou a abertura das audiências foi esposada por todos os Senadores e por esta Comissão de peito aberto. Atendemos, por meio das votações em Plenário, todas as requisições feitas – e vamos continuar fazendo isso. Mas acho que é o momento de V. Ex^a, o Presidente da Comissão, mais três Senadores e, agora, que se junta a nós a Fiscalização da Câmara dos Deputados, também uma representação da Câmara dos Deputados, irem ao Diretor da Polícia Federal pedir essas ações que já oficiamos e também à Procuradoria.

Portanto, creio que devemos fazer uma lista do que pretendemos que seja colocado como elementos facilitadores para essa investigação. Vamos fazer a solicitação e fazer pressão para que seja mandada a equipe para Nova Iorque. E que não seja sangria desatada! E que seja com tempo! Tudo isso poderíamos fazer.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por isso, Sr. Presidente, reitero minha reivindicação. A propósito, esta semana, saiu reportagem na *IstoÉ* e saiu reportagem no Boris Casoy sobre isso. E eu particularmente me senti crucificada na reportagem do Boris Casoy. A impressão que dá é que não queremos a investigação. Muito pelo contrário, nós estamos imbuídos em agilizar as investigações. Os instrumentos estão disponibilizados pelo Governo Federal, que, volto a dizer, tomou a iniciativa de retomar as investigações. Há problemas? Há problemas. Vamos identificá-los e agilizar as investigações. Se fizermos uma avaliação e concluirmos que não está funcionando, depois dos pleitos, temos ainda a prerrogativa da instalação da CPI, porque, como eu já disse, o requerimento já tem assinaturas suficientes.

No entanto, insisto, do meu ponto de vista, se instalarmos a CPI nessa condição, o que aconteceu

na semana passada vai ser reproduzido aqui dentro. Em lugar de ajudar a agilizar as investigações, estaremos trazendo o ingrediente ideológico da disputa para uma investigação que não interessa ao partido A ou B, interessa ao Brasil. Interessa a nós punir os responsáveis, buscar os recursos, ter a radiografia do crime organizado e desmontar os esquemas.

Estou convencida – e posso ser demovida da minha convicção – de, assim, estarmos contribuindo mais para alcançar esses objetivos, se dermos condição para a equipe voltar a Nova Iorque, se modificarmos as condições do Mlat, se colocarmos os auditores fiscais, se conseguirmos fazer com que a Polícia Federal apresente, de repente, uma estrutura maior, e acabe com a dualidade. Aqui não foi citado, mas uma outra equipe, sob o comando do Procurador Brindeiro, está dando diretiva para um lado e para o outro. Eu quero operar na linha de fazer com que as investigações andem. Depois de seis anos se arrastando, acho que a última coisa que podemos fazer é permitir que se arraste mais seis. Se ela se arrastar por mais seis, não vai resolver nenhum problema, a não ser alguma vaidade pessoal, como aconteceu: eu desafio, eu sou, eu mostro, eu sou poderoso.

Não é nada disso que está em jogo aqui. O que está em jogo aqui é, realmente, trabalharmos. Quero que trabalhem, que executemos, e penso que a Comissão de Fiscalização tem plenas condições. Está aqui no Regimento, temos prerrogativas, e agora, com a Comissão da Câmara, podemos juntar esforços e agir politicamente para dar as condições. Queria, inicialmente, desabafar, queiram me perdoar, mas estamos numa linha de fogo, como querendo ser colocados numa situação que não desejamos. Se não quisesse que isso fosse acompanhado, investigado, agilizado, não teria trazido esse assunto à baila. Com exceção do Senador do Paraná, que agora já não está mais no Senado, esse assunto só chegou à tribuna porque nós o levamos. Estamos fazendo isso porque apresentamos os requerimentos, portanto, creio que temos que colocar os pingos nos “is” e num patamar do interesse do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A senhora fique tranqüila, porque a Comissão a está acompanhando em todas as ações solicitadas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço porque realmente a Comissão tem sido muito pronta.

Queria agora fazer as perguntas nessa linha de agilizar o que for possível. Com relação ao retorno da equipe a Nova Iorque, considero importante. Também nos foi explicitado, durante o período em que fizemos

gestão para a permanência da equipe por mais tempo, que era de fundamental importância – e isso os procuradores, na semana passada, reiteraram – que o retorno dos senhores ao Brasil permite agora fazermos os cruzamentos, já que a documentação chegou e os dados estão aqui. Os senhores estiveram também em Foz do Iguaçu. Queria que os senhores pudessem nos detalhar mais de quando é que seria correto o retorno, qual é o formato da equipe. O Dr. Castilho já disse que seria necessário uns 60 dias para dar continuidade ao trabalho. Seria bom que pudéssemos detalhar um pouco mais a questão do retorno, para operacionalizarmos o retorno a Nova Iorque.

A outra questão diz respeito a saber se é possível, na ida a Nova Iorque, coletar aquelas questões do comprometimento do Banco Central brasileiro. Esses documentos devem ter chegado aqui no Brasil, podemos também operar para obtê-los junto ao Banco Central.

O SR. RENATO BARBOSA – É possível.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu gostaria que os senhores detalhassem esses pontos, porque, de repente, não precisaríamos aguardar a ida dos senhores, mas podemos operar. Seria bom que pudéssemos já detalhar como é que podemos obter os documentos aqui no Brasil.

A outra questão é do MLAT. Considero este um ponto nevrálgico, não adianta nada a equipe voltar aos Estados Unidos se os acordos para poder fazer a quebra, poder ter acesso aos documentos, não ficarem mais ágeis. O que precisaríamos fazer aqui? Talvez uma ação conjunta, inclusive com a Comissão de Relações Exteriores...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E com o Ministério das Relações Exteriores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E com o Ministério das Relações Exteriores e especificar um pouco mais essa questão.

Com relação a presidir o inquérito, estamos com o documento que foi encaminhado pelo Ministério Público Federal ao Dr. Paulo Lacerda, colocando exatamente a necessidade de o Dr. Castilho presidir o Inquérito nº 207. Já quero apresentar, Sr. Presidente, como requerimento, que a Comissão referente, e quero saber se, além disso, precisamos tomar alguma outra iniciativa. Queria que fosse especificada um pouco mais essa questão do Inquérito nº 207. E a questão que não foi explicitada, que sabemos, dessa história do paralelismo entre as investigações conduzidas pela força-tarefa e a equipe coordenada pelo Dr. Brindeiro.

Ficaria nessas questões, por enquanto. Depois, se houver necessidade de mais alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, irão responder, mas tudo que fizermos aqui iremos entregar em mãos às duas autoridades, ao Dr. Paulo Lacerda e ao Dr. Brindeiro. Há alguma explicação que nos possa ser dada?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Respondendo a Dr^a Ideli Salvatti, a primeira coisa que cabe falar é que realmente ela foi uma das grandes figuras que tem apoiado essa investigação, de forma bastante incisiva e com movimentos efetivos, o que possibilitou nossa estada em Nova Iorque pelo tempo necessário, muito além dos dez dias iniciais propostos pelo Dr. Paulo Lacerda, Diretor da Polícia Federal.

Acompanhou e apoiou o caso a Senadora Ideli. Está claro e transparente que S. Ex^a tem o maior interesse nessa investigação, porque já entendeu o caráter de importância nacional desse trabalho, o legado histórico em que se tornará ao fim do mapeamento e do estabelecimento dos nomes. Está mapeado o crime financeiro no Brasil. Teremos muitos anos para processar, um a um, os envolvidos, para fazer uma limpeza na política brasileira e nos órgãos públicos, e para talvez distribuímos um pouco a renda neste País.

Quanto às questões que S. Ex^a suscitou, realmente, um delegado não atua sem inquérito policial. Até hoje, não entendi porque fui enviado para Nova Iorque sem a presidência do inquérito. Não entendi por que a equipe que foi para Nova Iorque inicialmente era constituída de seis pessoas, sem a definição de um chefe.

Do que precisamos para o trabalho em Nova Iorque atualmente? Não se trata de um trabalho em que temos de prender ou partir para as atividades específicas de polícia judiciária, como busca e apreensão. Trata-se de um trabalho de inteligência financeira e de contato com as autoridades americanas. Queremos obter os extratos bancários, as mídias eletrônicas dos bancos, trazê-las para os nossos computadores e, mediante o trabalho contábil, fazer uma interligação, estabelecendo, por meio da inteligência, o rastro financeiro internacional. Diga-se de passagem que é a primeira vez que se faz um rastro financeiro desse porte, e estamos estabelecendo o **know-how**. É, portanto, básico um inquérito a ser presidido pelo delegado.

Quanto ao MLAT, são importantes algumas tratativas para torná-lo menos burocrático. A idéia é muito simples. Imprimimos a idéia da apresentação da prova indiciária global, ou seja, que as autoridades

americanas aceitem a explicação do esquema criminoso como um todo, e não como se faz atualmente, quando eles pedem detalhes. Se pretendo abrir o sigilo de uma conta, preciso mostrar que o dinheiro saiu do Brasil e passou por determinado banco, o que, às vezes, é impossível, porque o dinheiro deságua em conta-ônibus e vira uma mistura, uma miscelânea. Então, não há como individualizar um rastro, mas há a prova indiciária global.

É aquela história: pia como pato, tem bico de pato, tem pena de pato e anda como pato, é pato. Esse, inclusive, é um ditado popular americano que eles entendem bem. Deve-se tornar o MLAT mais simples, mediante novas tratativas com as autoridades americanas, para que simplesmente apresentemos o esquema global de evasão de divisas que já temos mapeado, e o delegado e o perito possam dizer que entendem necessária a quebra de sigilo de determinadas contas e que o nosso pedido tenha idoneidade suficiente para ser aceito, sem a necessidade de esmiuçar. Às vezes não é possível individualizar, justamente porque o dinheiro deságua num lugar só e se mistura. Não se pode dizer que esse dinheiro é daqui ou de lá, mas do esquema.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex^a interromper a explanação do Dr. Castilho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O MLAT está subordinado ao Ministério das Relações Exteriores?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É um acordo internacional.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Um acordo internacional. Pode ser trabalhado por aí.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há alguém responsável pela condução?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos saber disso.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Isso é bastante simples. O Ministério da Justiça tem atuado por intermédio da Dr^a Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça, autoridade que representa o Brasil nesse acordo. Elogiamos o trabalho da Dr^a Cláudia, que em muito apoiou os trabalhos a serem realizados em Nova Iorque recentemente. Sem o apoio dela, talvez nem 10% tivesse sido feito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Talvez possamos trazê-la aqui, para, então, procedermos às tratativas.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Interessantíssimo. O Ministério Público já está a par de tudo, atuando conjuntamente com ela no MLAT. Há um fato positivo: independentemente do MLAT, eu e o perito Renato, mediante trabalho de retórica persuasiva das autoridades americanas, já conseguimos convencer diversos setores da persecução penal e da administração da Justiça sobre a importância do trabalho, e a investigação vai avançar independentemente do MLAT, porque já existe uma investigação própria, um inquérito judicial próprio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os Estados Unidos têm interesse também numa conta, pelo que sei – que estavam investigando –, que acaba cruzando com contas de nosso interesse.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Exatamente. Então, brasileiros serão processados e julgados por lá também. Lá eles serão julgados com maior rapidez e, se pisarem lá e forem atrás de seu dinheiro ilícito, talvez fiquem presos para sempre lá.

Outro movimento que estamos acreditando que poderemos fazer, independentemente do MLAT, por meio de órgãos da persecução penal americana, vai ser a oitiva de diversas pessoas presas nos Estados Unidos por lavagem de dinheiro. Com certeza, essas pessoas terão informações muito preciosas a nos prestar. É um quebra-cabeça que está se fechando com uma rapidez incrível. Só precisamos de calma e paciência para executar as investigações, o que não tivemos durante esses setenta dias. A cada dez dias eu, além de investigar, tinha que ficar brigando por verba e explicando porque era necessário ficar por lá, explicando o óbvio.

Um rastreamento internacional é um processo dinâmico, que exige tomadas de decisão e retomadas, instantaneamente, à medida que a coisa se desenvolve. Para isso não é possível o estabelecimento de prazo. Quando escutava que a equipe tinha de retornar por falta de verba, como brasileiro eu ficava envergonhado. Por que? Quando se apura um crime de evasão de US\$30 bilhões, o argumento de que não há US\$300 para pagar diária a um policial brasileiro nos Estados Unidos é um absurdo.

Na época em que eu estive lá, abri mão de diárias, mas, mesmo assim, a equipe foi chamada de volta. Aqui não vai nenhuma crítica, mas a constatação fática, dentro do meu direito constitucional de livre manifestação do pensamento.

Entendo que retornamos numa hora crucial, quando o inquérito judicial americano estava embalado e estávamos atuando juntos, nós e as autoridades americanas. Portanto, houve um esfriamento. Nós, na pauta dos americanos, somos apenas mais um. Se estivermos lá ao lado, estamos em pauta. No momento em que saímos do território americano, já fomos para o décimo lugar da pauta deles. Até hoje não veio mais nenhum documento. E já perdemos pelo menos uma conta importantíssima, que fecharia a corrupção de um Governo do Estado de São...

De um Governo estadual. Não vou citar nomes... (Risos.)

Não citei. E se citei, é uma investigação que todo mundo sabe. Seria uma conta importantíssima. Em quinze ou vinte dias, com a análise dessas contas, estaríamos com um caso de corrupção estadual, de superfaturamento de obra, fechado, completamente fechado, pronto para denúncia e rápida condenação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. José Francisco, um parêntese.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Pois não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quem, dentro da Polícia Federal, está contra as investigações? Aí não deve haver sigilo. Considere importante o Brasil saber quem está contra as investigações.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Fica difícil eu dizer se há gente contra ou não. A verdade é que estou sentindo uma dificuldade do tamanho de um bonde para levar à frente essas investigações. Não identifico onde está. Todos são muito solícitos: "Pois não, muito bem". Só que a coisa não acontece. Às vezes você pede uma prateleira...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É a tal da força oculta.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Fica difícil dizer, não quero ser injusto. O Dr. Paulo Lacerda tem colaborado, mas ainda sinto que existem muitas barreiras que não identificamos. Só identificamos a dificuldade.

Uma delas, por exemplo, é esta: eu ter que estar me concentrando numa investigação supercomplicada e ter, ao mesmo tempo, que estar ligando para prorrogar diária, para pedir. Por exemplo, a complementação do nosso afastamento do País, que, até hoje não foi, administrativamente, processada dentro do Departamento de Polícia Federal. As nossas diárias finais até hoje não foram pagas.

E, por exemplo, há um fato que está depondo contra nós diretamente. Pelo princípio da oportunidade, ficamos lá alguns dias a mais além do vencimento das diárias, do vencimento do prazo. Se não me engano, foram...

Quantos dias foram, Dr. Renato?

O SR. RENATO BARBOSA – Cinco dias.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Até este momento não foi providenciado, pela administração da Polícia Federal, o nosso afastamento do País.

Peço agora ao Dr. Paulo Lacerda que tome essas providências, pois queremos estar com uma situação funcional tranqüila e sossegada. Precisamos desse afastamento do País, pelo menos. Se não houver dinheiro para pagar as diárias, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Cobrin-do os cinco dias?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Cobrindo todo o período. E faltam os cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Está certo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – São pequenas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência solicita que a Senadora conclua, porque precisa passar a palavra ao Senador Osmar Dias. Há também algumas perguntas a serem feitas.

A SR.ª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há algumas questões que não foram respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quais?

A SR.ª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sobre o MLAT (Acordo de Assistência Mútua em Assuntos Penais), ficou claro qual é o encaminhamento possível; a do retorno a Nova Iorque, depois quero dar um encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Para isso iremos ao Diretor-Geral.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A questão da dualidade de comando Geraldo Brindeiro e a força-tarefa...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Iremos ao Dr. Geraldo Brindeiro e ao Ministério da Justiça.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Será preciso ver se há mais alguma questão. Como podemos obter os documentos da história do comprometimento do Banco Central por aqui sem a necessidade de se aguardar o retorno a Nova Iorque?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Esse assunto é um pouco mais complexo por causa da lei

do sigilo bancário. Talvez seja mais fácil por lá, mas vamos tentar e pedir uma audiência.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Vou responder de forma bastante rápida. A pergunta é muito pertinente.

Quando retornamos, dia quatro ou cinco, eu estava com uma reunião marcada com OCC, exatamente no dia 07, exatamente três dias depois no meu retorno. Nessa audiência, os representantes do OCC, órgão controlador da moeda americana, iria nos entregar os relatórios apresentados a autoridades financeiras. Os relatórios já poderiam estar em nossa mão se tivéssemos ficado mais tempo nos Estados Unidos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas, Dr. Castilho, o senhor ainda não respondeu a minha pergunta.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Vamos direto a ela.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há uma maneira de se obter esse documento do comprometimento das autoridades do Banco Central nos Estados Unidos, mas há também uma forma de se obter esses documentos aqui.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – É só peticionar ao Banco Central, mas, eventualmente, V. Exª não consiga localizar esse documento lá dentro.

Não estou querendo fazer...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se alegarem, como costumam sempre fazer, sigilo bancário...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não quero fazer juízo de valor, se eles vão atender ou não. Mas existe uma grande possibilidade de os documentos simplesmente não aparecerem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos marcar uma audiência.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E a dualidade Brindeiro/força-tarefa?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Mais essa resposta, depois, passarei a palavra ao Dr. Renato.

Para mim foi uma surpresa a existência dessa segunda força-tarefa e já me coloquei à disposição da Dr.ª Neide Alvarenga, que é a Chefe da Divisão de Repressão ao Crime Organizado da Polícia Federal. No entanto, não recebi dela um telefonema. Ela atua junto com os Procuradores. Estou aguardando um retorno da Dr.ª Neide. Estamos aqui à disposição dela, para fazermos o intercâmbio necessário ao nosso trabalho – ao dela e aos dos Procuradores.

Realmente esse **link** é absolutamente necessário porque os nossos trabalhos são complementares. Fiquei surpreso, ao chegar, semana passada, em Foz do Iguaçu, ao receber as informações de funcionários e delegados que aquela documentação somente me seria disponibilizada mediante ação judicial. Parece até que não sou um investigador, que não sou um delegado precursor da operação Macuco, com todo o resultado obtido nessa operação. O próprio juiz disse que aquilo era uma questão interna.

Então, gostaria que a Dr.ª Neide se manifestasse sobre o motivo pelo qual a senhora está criando tanta dificuldade para o intercâmbio. Mas estou à disposição dela para que seja feito o intercâmbio entre a nossa força-tarefa e a força-tarefa em que ela atua juntamente com os Procuradores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sr. Delegado, concordo até que esteja magoado, mas o senhor não está sendo muito diplomata. Ela pode até se ofender com essa colocação. Acho que é melhor termos um pouquinho mais de diplomacia e juntar forças, porque pode, com toda certeza, estar havendo um mal entendido.

Vamos tratar de ajudar, para somar, porque não há lógica em duas investigações.

Com a palavra o nosso perito.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Vou pedir desculpas.

O SR. RENATO BARBOSA – Obrigado, Sr. Presidente.

Com relação, Senadora Ideli Salvatti, à informação dos relatórios de fiscalização do Banco Central americano na agência do Banestado, em Nova Iorque, em uma outra ocasião – claro que as informações estão sob sigilo de Justiça –, o delegado que presidia o inquérito específico de Foz de Iguaçu fez um requerimento ao Banco Central no sentido de pedir cópia desse relatório. Para nossa surpresa, a resposta do Banco Central dizia que não constavam esses relatórios naquela Instituição.

O que nos deixa num impasse, porque se temos informações de que o relatório existe e que foi encaminhado às autoridades bancárias brasileiras, como agora checar realmente se o Banco Central do Brasil recebeu ou não? Se o documento está ou não no Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Srs. Delegados,

quando o filho de Saddam Hussein roubou US\$1 bilhão, uma revista brasileira fez um cálculo de que foram necessárias três carretas para carregar a quantia. Estamos falando agora de noventa carretas de dinheiro. Apesar disso, o assunto não desperta tanto interesse. Estou preocupado porque vejo que está sendo tratado na Comissão de Fiscalização e Controle, mas há uma denúncia grave que pesa contra dois governos: o anterior e este. A denúncia de que as investigações foram desarmadas em maio de 2002 é muito pesada contra o governo anterior. Somente alguém com muita autoridade poderia desarmar as investigações. Mas o fato se repetiu agora, por ocasião do novo Governo. Portanto, a suspeita recai sobre pessoas que comandam a Polícia Federal nos dois governos. E são pessoas diferentes. São comandos diferentes.

Na minha opinião, com tantas informações que possuem o Dr. Castilho e o Dr. Renato Barbosa, é difícil acreditar que eles não sabem de onde parte o comando, a determinação para desmontar as investigações. É difícil acreditar que V. S^{as} não têm o nome da pessoa ou pessoas que interferem nas investigações. Perdoem-me, não acredito. Tenho certeza de que o Dr. Castilho e o Dr. Renato Barbosa sabem quem determina que as investigações sejam interrompidas. Como V. S^a disse, o cafezinho, na hora em que o banco estava sendo assaltado. Alguém manda tomar cafezinho na hora crucial das investigações. E tem que aparecer o nome. Não estamos aqui para brincar. Assim como V. S^{as} não estão brincando. Estamos aqui para tratar do assunto com seriedade. Ainda mais que o Banestado é do meu Estado. Ainda mais que vi o banco ser assaltado por diretores que estão soltos. Ninguém foi preso. Todos dizem que o banco foi assaltado, que roubaram, que quebraram, mas ninguém foi preso. Todos estão soltos, e ninguém devolveu um centavo.

Este é um assunto que me conduz a outra época, quando, a pedido do Partido dos Trabalhadores, assinei uma CPI que seria instalada para investigar a corrupção no Brasil. O PT pediu, eu assinei. Pois bem. Sofri um processo de expulsão do meu partido, tive que sair do meu partido para não retirar a assinatura. E não retirei a assinatura do requerimento. Estou hoje no PDT. Assinei o requerimento pedindo a instalação da CPI. Espero não ser expulso agora do PDT por ter assinado o requerimento. E gostaria de pedir à Senadora Ideli Salvatti que me dê a autoria do requerimento. Já são 35 assinaturas. Os procuradores comparecem a esta Casa e dizem que precisam da CPI porque não conseguem avançar. Os delega-

dos comparecem a esta Casa e dão bilhões de razões para se instalar a CPI. E não vamos aumentar o número de assinaturas porque os argumentos apresentados agora, perdoem-me, são os mesmos apresentados para que não se instalasse a CPI da Corrupção, quando me colocaram para fora do partido do Governo. Fui para a Oposição. Agora estou na base de apoio ao Governo. Mas a situação em que me encontro é a mesma! Quero a CPI. Porque a CPI vai ajudar sim a quebrar sigilo bancário, a quebrar sigilo telefônico, a empurrar as investigações, dando estrutura para os delegados, que não têm estrutura, a impedir que as investigações sejam cerceadas, sejam bloqueadas, sejam interrompidas, como estão sendo a todo momento. A CPI vai ser um instrumento muito importante não para processar, porque não processa, mas para dar ao Ministério Público os elementos, os instrumentos para que esse processo as pessoas envolvidas e acusadas. Portanto, estou muito preocupado. E, claro, entendo os argumentos da Senadora Ideli Salvatti de que nossa comissão é suficiente para investigar. Então, vamos experimentar quebrar o sigilo de alguém para ver se conseguimos; vamos experimentar fornecer a estrutura que o Ministério Público está pedindo, para ver se nós conseguimos; vamos experimentar fornecer a estrutura que a Polícia Federal está pedindo, para ver se conseguimos. Não conseguimos nada. Nós vamos ficar fazendo audiência pública, ouvindo o que estamos ouvindo. Vamos para casa sem apetite para o almoço, porque o assunto é pesado demais para almoçarmos depois de debatê-lo. Não vamos sair disso, porque não vamos contribuir com a Polícia Federal nem com o Ministério Público se não fizermos a CPI.

Eu quero saber, primeiro, quem mandou parar as investigações no ano passado e quem mandou parar as investigações agora e de que órgão e de que pessoas partiu essa ordem; segundo, se V. S^a não preside o inquérito, qual é a sua função nele? E por que não preside o inquérito?

O Dr. Renato Barbosa apresentou uma das razões para se instalar uma CPI, com a qual concordo plenamente. Entretanto, S. S^a me deixou muito curioso, porque disse que uma das razões é conhecer por que diretores de um banco do Paraná ficaram milionários. Depois eu gostaria de saber que banco é esse e que diretores são esses. Se disse que os diretores ficaram milionários, S. S^a sabe quem são. Se disse que são diretores de um banco, S. S^a sabe. Não pode dar a informação pela metade; precisamos ter a informação completa. Eu sou do Paraná e quero saber de que banco se trata e quais os diretores que enrique-

ceram roubando, ajudando esse esquema de remessa de dinheiro para o exterior.

Discordo da Senadora Ideli Salvatti quando ela diz que a CPI pode colocar um ingrediente ideológico nesse debate. Eu não vejo como os Senadores vão utilizar esse ingrediente ideológico diante do fato estarrecedor de que o País foi roubado em R\$30 bilhões. Noventa carretas de dinheiro foram para fora do País, e alguém vai se comportar ideologicamente, defendendo quem seja do seu partido ou acusando quem seja do outro partido? Eu não teria coragem de me comportar com nenhum pingão de ideologia nesse caso. Essa é uma razão fundamental para que o Senado investigue. Se esse fato não justifica uma CPI, daqui para a frente nada mais valerá para fazer CPI nesta Casa. Vale uma CPI, sim. Se a Senadora Ideli Salvatti não pretende ingressar com um requerimento, eu gostaria que me concedesse esse direito, visto que as assinaturas já foram colhidas, porque deve ser feita, sim, uma CPI, com todo o rigor, para que o Senado ajude nas investigações.

Sr. Presidente, encerro esperando a resposta destas perguntas: a quem interessa não investigar? A quem as investigações podem prejudicar? Quem está mandando parar as investigações? Qual é o nome da procuradora que está dificultando as investigações? E por quê?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Dr. José Francisco de Castilho Neto, delegado do Departamento de Polícia Federal.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – É uma pergunta um tanto delicada. Obviamente temos interesse em somar esforços. Não nego que tivemos muita dificuldade em fazer a investigação avançar, mas, sob pena de fazermos injustiça, considero muita leviandade, na atual conjuntura, individualizar este ou aquele funcionário, até mesmo o Dr. Paulo Lacerda, como responsável. A investigação saiu. Eu vou fazer uma brincadeira: saiu a fórceps, mas saiu. É importante que fique registrado que ela foi feita.

É uma investigação aparentemente complexa, mas extremamente simples, porque se trata apenas de rastreamento bancário. Os documentos estão todos lá, não vão fugir. Os criminosos foram infantis no momento em que usaram apenas uma agência bancária, acreditando num rígido sistema de proteção ao sigilo bancário de um país capitalista e se esquecendo do pragmatismo da cultura americana e do poder de retórica persuasiva do policial brasileiro, que chegou lá e demonstrou profissionalismo e seriedade, somados a alguns fatos históricos, como a queda das

duas torres em 11 de setembro. Houve o que chamamos de conspiração positiva do universo a favor de determinada questão. Nós quebramos, então, esse sigilo bancário e podemos caminhar. Mesmo que houver forças querendo atrapalhar, elas não conseguirão, porque a questão está posta de maneira muito clara e simples: vamos lá, vamos fazer esse rastreamento até o fim, conta a conta, e vamos estabelecer em papel, em documento, em laudo, que vai dizer que fulano mandou tanto pelo doleiro tal e recebeu no banco tal de Nova Iorque, e foi para o banco de Miami e, depois, com aquele dinheiro, comprou a sua casa de veraneio ali. Então, a coisa é bem simples, só queremos calma.

Obviamente, acreditamos que existirão forças enormes na sociedade brasileira querendo parar o trabalho. Já estamos sentindo isso. O pessoal está morrendo de medo, essa é que é a verdade. Está morrendo de medo o criminoso de colarinho branco, o agente público corrupto, que mandou dinheiro, que deitou e rolou, que acreditou na impunidade – que tem uma cultura de 500 anos, que existe desde que os portugueses chegaram ao Brasil, e que estamos, agora, nesta geração, tentando quebrar.

Vou ficar devendo uma resposta. Não vou individualizar nomes. Não há nenhuma crítica ao Dr. Paulo Lacerda ou à Dr^a Neide Alvarenga. O único pedido que fiz à Dr^a Neide é que me dê um telefonema, que estou aguardando – sem qualquer conotação de crítica.

Seria muito interessante, Dr^a Neide, nosso link. A senhora fique sabendo que estou esperando um telefonema seu, pois podemos fazer um intercâmbio maior. Uma eventual exaltação não teve qualquer intenção de denegrir, queremos somar esforços. No momento em que individualizamos, dividimos. Portanto, peço até desculpas pelos excessos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A outra questão: qual é a sua função e por que V. S^a não preside o inquérito?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Essa pergunta eu é que gostaria de fazer. Realmente, estou espantado com isso. Nunca vi um juiz atuar fora do processo ou o Ministério Público atuar sem denúncia. E foi a primeira vez que ouvi falar em um delegado de Polícia Federal atuar sem inquérito. Acho que me colocaram na categoria de **freelancer**, de delegado investigador **freelancer**. Mandaram-me para os Estados Unidos, criando um verdadeiro **big brother**, com seis pessoas, e não indicaram nem quem era o delegado-chefe. Até para ir comer um sanduíche era difícil decidir. E como só eu falava inglês com fluência, foi uma dificuldade. Não foi brin-

cadeira. Mas é óbvio que isso não é nenhuma crítica. Esperamos que da próxima vez isso não aconteça.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A outra pergunta é para o Dr. Renato Barbosa. Quais são os diretores que ficaram milionários e qual é o banco do Paraná?

O SR. RENATO BARBOSA – V. Exª vai me desculpar, porque essas informações são genéricas. Viemos aqui a convite da Comissão apresentar dados genéricos. Existe a preocupação de não expor, inclusive, o que está sendo guardado sob sigilo de justiça. Não posso falar o nome do banco e não posso nominar, infelizmente. Vou ficar devendo essa resposta a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª já sabe, com toda certeza.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não precisa dar o nome dos diretores, só o nome do banco já está bom.

O SR. RENATO BARBOSA – Mas quero dizer a V. Exª que a Operação Macuco tem informações suficientes para incriminar muita gente neste País. Era só isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, como último orador, o nobre Vice-Presidente. V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero aqui fazer justiça à Senadora Ideli e quero fazer um apelo a ela. Fazer justiça porque tenho a mais absoluta convicção de que S. Exª tem interesse em apurar os casos. Quero fazer justiça porque S. Exª tomou uma das iniciativas mais importantes do Senado da República: trazer esse assunto para ser apurado por uma CPI.

Só que quero lamentar que V. Exª, Senadora, esteja sendo pressionada pelo seu Partido, ou pelo Governo, que é do seu Partido. Porque não dá para aceitar com tranquilidade a argumentação de que uma CPI traria conflito ideológico. Qual seria o conflito ideológico? Quais seriam os que se apresentariam aqui para defender os ladrões de R\$30 bilhões do Brasil? Quem se postaria ideologicamente do lado da defesa dos ladrões de cofres públicos? Então, que se apresentem! Que se apresentem!

Agora, ao mesmo tempo, dizem que não sabem em que a CPI seria importante. É uma coisa simples. O Dr. Castilho disse aqui que seria muito importante quebrarmos sigilo. A Polícia Federal não pode quebrar sigilo, não tem autoridade para isso. Por mais esforço que esta Comissão faça, ela não tem autoridade

para quebrar sigilo bancário, embora eu esteja apresentando à Casa hoje, Sr. Presidente, um projeto para dar a ela poderes de CPI. Mas não só a esta. Que as comissões que tratam de fiscalização e controle no Congresso Nacional tenham os mesmos poderes de uma comissão parlamentar de inquérito. Já pedi à assessoria que elaborasse e vou apresentar hoje esse projeto ao Plenário. Espero que ele tramite rapidamente.

Agora, tenho certeza absoluta de que a Senadora Ideli Salvatti sabe que só uma CPI pode ajudar essa investigação. E tenho certeza disso porque ela colheu as assinaturas. Se S. Exª não achasse importante, se acreditasse que poderia realmente prescindir da CPI, por que teria colhido as assinaturas?

Quero fazer um apelo a V. Exª, Senadora. Com as posições tomadas aqui no Senado, V. Exª deu uma enorme contribuição ao Brasil. E acredito que também dará uma grande contribuição ao Governo e ao seu Partido. Não pode alguém com a biografia de Luiz Inácio Lula da Silva permitir – e sei que Sua Excelência não faria isso, sei que, no Congresso Nacional, ele seria o primeiro signatário dessa CPI – que alguém seja prejudicado com a postergação da CPI.

Atenda ao apelo do Senador Osmar Dias. Se V. Exª recebe apelos em sentido contrário, é preciso mostrar a esta Comissão que só uma coisa explica isto: a idéia equivocada de que uma CPI atrapalha a reforma, de que há um confronto entre a reforma da Previdência, a reforma tributária e a ética. Não vamos permitir que se entere a ética em nome das reformas. Vamos ajudar a fazer as reformas, mas vamos ajudar a não sepultar a ética. Essas são questões fundamentais a serem apresentadas.

Sei que a Senadora Ideli é comprometida com a apuração desses fatos, tanto que colheu as assinaturas, tanto que tomou a iniciativa nessa matéria.

O Brasil já deve a V. Exª, o Brasil já deve à revista **IstoÉ** o fato de esse assunto ter se tornado público. Para complementar, é importante que V. Exª apresente o requerimento hoje no plenário do Senado. Mas se não quiser, atenda ao apelo do Senador Osmar Dias, que se dispõe a fazê-lo. Estamos ouvindo autoridades da Procuradoria, o perito, a Polícia Federal, todos dizerem que é importante a CPI. São 90 carretas, são US\$30 bilhões, e não só em dinheiro; há 30 bilhões de motivos também, como diz o perito, para se fazer uma CPI. *Não sei então por que não apresentar o requerimento de instalação da CPI. Sinceramente, não consigo entender.*

Quero, portanto, manifestar a minha solidariedade à Senadora Ideli Salvatti. Confio integralmente

no seu comportamento. Peço a S. Ex^a que converse com o seu Partido, porque fica mal aparentar uma coisa aqui e, na prática, fazer outra. Isso não cabe na política brasileira. Cabe bem na propaganda do remédio Denorex, que diz que algo parece, mas não é. Na política, não cabe esse comportamento. Na política, se se quer apurar realmente, apura-se. A CPI é um instrumento importante, por isso vamos apurar, e o resto não importa.

A minha primeira pergunta é para o Dr. Castilho. V. Ex^a faz uma declaração extremamente importante e não sou contra ela. Em determinando momento, diz uma frase: vamos apurar, vamos investigar, vamos pegar caso a caso; o pato pia como pato, então é pato; vamos fazer uma limpeza na política brasileira.

Quero saber o seguinte: estão identificados políticos brasileiros nessa remessa? V. Ex^a não está dando nome. Estão identificados políticos brasileiros nessa questão de remessa desses benefícios? Se estão identificados, eu gostaria de pedir a V. S^a que faça um requerimento agora ao Presidente, já que V. S^a não pode revelar, transformaríamos nossa reunião em secreta e V. S^a colocaria para nós quais políticos estão identificados. Isso é mais uma necessidade da CPI. Esta Casa não pode ser a Casa do escudo de políticos. Há políticos? V. Ex^a diz que tem.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Posso responder?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pode.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Antes de responder, eu gostaria de fazer uma pequena leitura de um documento básico que deu suporte à criação da força-tarefa, que o Ministro Waldir Pires passou a integrar por meio da controladoria.

Serão apenas três parágrafos de extrema importância. Começo dando explicação ao Procurador da República dos motivos pelos quais precisaríamos aprofundar as investigações. No final, acabo dizendo o seguinte:

“Assim, no momento em que a Polícia Federal brasileira perspicazmente teve acesso a praticamente toda documentação existente na agência Banestado em Nova Iorque, constituiu-se uma situação inédita de efetiva possibilidade de geração de prova documental, pronta e acabada para a denúncia, o processo e a condenação de todos os principais envolvidos nos últimos escândalos financeiros nacionais.”

Por meio disso, já estou respondendo parcialmente sua pergunta. Mas chegarei lá. Continuo, ainda no mesmo documento, dando um fecho.

“Nesse diapasão, é oportuno ressaltarmos que, sem o estaque da corrupção pública, cujo curso, como todos sabemos, é pleno no foro da experiência social brasileira, jamais teremos o estabelecimento do que modernamente chamamos de estado democrático de direito.”

Isso é uma verdade, V. Ex^a está numa linha absolutamente correta, estou bastante impressionado com seu discurso. Continuando a leitura do documento.

“Não olvidemos que a corrupção pública ocupa o topo da pirâmide da escala hierárquica do crime, pois ela anula, sem qualquer cerimônia, as regras de Direito e, assim, propicia ambiente favorável ao desenvolvimento de todas as outras categorias criminosas, gerando, em última instância, a má distribuição de renda e a miséria nacional.”

É de extrema importância sua pergunta. É óbvio o que vou dizer aqui.

Sem o embargo do princípio constitucional da presunção de inocência e sem olvidarmos a possibilidade da ocorrência de homônimos, existem e aparecem inúmeros nomes de políticos do cenário nacional de causar surpresa a qualquer um dentro dos nossos documentos. Esse fato não deve cair no esquecimento. Invocando mais uma vez meu direito constitucional de livre manifestação de pensamento, talvez por isso haja tantos obstáculos, tantas barreiras e tantas dificuldades. Sou um funcionário público, vivo do meu salário, tenho uma vida modesta e só quero contribuir para melhorar esta Nação, pois não tem a menor graça possuímos bens materiais se o resto não os possui. Isso é coisa para maluco, corrupção é coisa para doido. Enriquecer além da média da população não faz o menor sentido. V. Ex^a está coberto de razão. Respondo: existem sim nomes, ressaltando a possibilidade de homônimos e o princípio constitucional de presunção de inocência, pelo menos, coincidentemente, com nomes expressivos da política nacional. Alguns com pequenas quantias de remessa. Já ouvi um tipo de tese de defesa que diz que foi uma pequena remessa. Isso não interessa, o esquema é completamente ilícito. Um político que representa o povo brasileiro não poderia jamais dar um exemplo desse, é falta de decoro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Tenho um projeto de lei aqui no Senado que verei se as Lideranças o aprovam em regime de urgência, no sentido de que pessoas públicas não possam ter contas no exterior. Não é possível isso. Pessoas

que disputam cargos eletivos aqui, que convivem na vida pública aqui não têm o direito de confiar suas contas a outros países, desacreditando o País onde vivem e ao qual dizem que prestam serviços públicos.

Eu gostaria de saber o seguinte: numa sessão secreta, V. S^a revelaria os nomes dos políticos para nós?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Desde que afastado o sigilo e dentro das regras de direito do País, obviamente. Eu só não quero desrespeitar nenhuma regra, porque é exatamente isso que a turma da contenção está esperando. Estão esperando um deslize da equipe, um deslize do Dr. Renato, cérebro contábil da equipe, um deslize do delegado, para simplesmente desarticular a equipe, como já foi feito no passado.

E o tempo está contra nós. Não nos esqueçamos disso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu gostaria de fazer mais algumas indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não. V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Dr. Renato Barbosa, as investigações da CPI dos Precatórios apontaram, como o senhor disse, para doleiros de São Paulo, que remetiam valores para contas de laranjas em Foz do Iguaçu.

Eu pergunto: esses doleiros ainda estão atuando em São Paulo ou em algum outro local, a exemplo do Sr. Enrico Picciotto da Corretora Split?

Outra pergunta: nesses esquemas, os gerentes das agências eram exatamente os agentes que abriam as contas dos 200 laranjas a pedido dos doleiros? Os gerentes colaboraram apontando os verdadeiros responsáveis pela movimentação das contas dos laranjas? Evidentemente estou me referindo aos gerentes bancários.

Há depósitos em espécie efetuados nas contas dos laranjas em valores significativos? Caso afirmativo, os senhores procuraram a origem desses recursos por meio de requerimento de inspeção aos bancos dos depositantes?

Ajudaria a evitar esses crimes a alteração das normas de contrato de câmbio não identificado, exigindo-se que a identificação se faça necessária para transferências que no mês ultrapassem os US\$10 mil?

Os US\$3,5 bilhões que retornaram do Banestado de Nova Iorque ao Brasil foram legalizados por meio de fundos de aplicação em Bolsa de Valores?

Que tipo de apoio os senhores desejam da Comissão de Fiscalização e Controle para dar continui-

dade ao seu trabalho? Reivindicações ao Diretor-Geral da Polícia Federal, por exemplo?

Os senhores estão monitorando a prescrição dos crimes para evitar que se torne infrutífero o resultado penal em função das prescrições ou decadências existentes?

São essas as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Dr. Renato, V. S^a pode começar a responder.

O SR. RENATO BARBOSA – Obviamente, mais uma vez quero ressaltar o problema e a necessidade de resguardar o segredo de justiça nos inquiridos.

Como eu disse anteriormente, doleiros lucraram com a operação no Banestado. Não posso citar nomes, mas, pelos cálculos periciais que fiz, a um centavo de dólar a cada operação, pelo menos US\$3 milhões estão divididos entre, no mínimo, 15 doleiros brasileiros. Já temos as contas deles no exterior, que movimentaram, em média, US\$500 milhões lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas esses mesmos doleiros continuam atuando?

O SR. RENATO BARBOSA – Este foi o primeiro motivo que apresentei para instalação da CPI. Esse pessoal está torcendo para que as suas questões sejam confundidas com as questões políticas para poder continuar a criar esquemas de lavagem de dinheiro. Temos informações de que chegam nos Estados Unidos hoje muitos dólares provenientes de atividades das quais as autoridades norte-americanas suspeitam.

Eu também vi, no próprio **Jornal do Senado**, a convocação do Procurador da República em Santa Catarina, que está observando, possivelmente, a movimentação desse pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com upgrade na tecnologia.

O SR. RENATO BARBOSA – Sim.

Repito que são as mesmas pessoas de quinze anos atrás, que estão otimizando mecanismos de remessa de recursos, com a utilização de tecnologia de ponta, e que são organizadas até o último fio de cabelo. Elas nem sequer tocam nessas toneladas de dólares citadas pelo Senador Osmar Dias. São operações que, ao toque de uma tecla, atravessam todo o sistema bancário mundial. Hoje, constata-se, por meio das redes de telemática, que um doleiro, ao lançar o dinheiro no sistema bancário legal, no fim da tarde, às 17 horas, disponibiliza, para o interessado, no seu saldo, os dólares solicitados ao doleiro.

Não posso dizer e também não temos o monitoramento dessas pessoas. Sabemos que são, inclusi-

ve, estrangeiros que saem dos seus países de origem e que vêm atuar no Brasil livremente. Há paraguaios, libaneses, chineses. Eles representam uma verdadeira rede ramificada para sugar o dinheiro de quem queira mandá-lo para fora do País.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, a resposta da primeira pergunta do Senador é que continuam.

O senhor tem a identificação, mas não pode falar, por causa da lei do sigilo e do segredo de justiça.

Qual foi a segunda pergunta, Senador?

O SR. RENATO BARBOSA – Um dos motivos que apresentamos aqui, inicialmente, para a instalação da CPI, foi justamente identificar e atribuir responsabilidades aos gerentes que aliciaram pessoas humildes para que, por suas contas, passassem, em média, US\$30 milhões naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – No mínimo eles foram coniventes.

O SR. RENATO BARBOSA – No mínimo, coniventes.

Aliás, já existem depoimentos dessas pessoas. Inclusive, alguns já foram indiciados em Foz do Iguaçu por, descaradamente, permitir que o esquema maior passasse por ali. O laranja nada mais é do que mais uma camada que o investigador tem que ter o trabalho de apurar. Às vezes, usa-se cinco ou seis laranjas distintos, trançando o dinheiro entre um e outro, para que se tenha de quebrar o sigilo de uma conta. O beneficiário de uma conta é uma outra conta; e esse outro cidadão é um outro laranja. Isso é o que chamamos tecnicamente de dissimulação da colocação dos recursos no sistema regular bancário.

Como falei, existiam verdadeiras tropas, comboios de carros-fortes, em Foz do Iguaçu, transportando dinheiro para cima e para baixo, a fim de dissimular e dificultar o ingresso dos recursos nas contas CC-5. Esses depósitos em espécie foram investigados. Laudos provaram que um saque na conta do laranja, de R\$50 milhões, cintado da Tesouraria do Banco do Brasil, circulou na praça e voltou para uma conta CC-5. Portanto, os depósitos em espécie foram identificados parcialmente, porque migravam de vários territórios brasileiros.

A quinta pergunta de V. Ex^a é a seguinte: “Quais as regras para se alterar os contratos de câmbio”.

Essa é uma questão óbvia: a própria legislação do Banco Central determinava a identificação da origem do dinheiro que estava sendo operacionalizado nos contratos de câmbio.

Eu, particularmente, já tive oportunidade de ouvir declarações a respeito da origem do dinheiro. A pessoa dizia: “Olha, esse dinheiro vem de qualquer lugar (origem) para lugar algum (destino)”.

Então, regras de identificação dos contratos de câmbio existem. Agora, são efetivamente cumpridas? As declarações daquele que deposita na conta do laranja ou do beneficiário do contrato de câmbio condizem com a realidade? E, na hora de fechar o contrato de câmbio, será que o Banco Central teria condições de concluir e identificar se o lugar para onde o destinatário está mandando o dinheiro é, efetivamente, o destino final dos recursos?

Essas são questões para as quais o fórum adequado seriam técnicos do Banco Central e eu tenho informações de que a instituição não tinha muito controle sobre a situação.

O sexto ponto é a pergunta de V. Ex^a sobre 3,5 bilhões que pingaram em Nova Iorque e retornaram ao Brasil. Temos, na base de dados, uma série de informações sobre a subscrição de cotas de fundos que, na mídia brasileira, dizem ser de estrangeiros. Essas informações constam da base de dados e não foram apuradas efetivamente.

Há indícios de que brasileiros, utilizando-se de um fundo, em tese, estrangeiro, estariam investindo no Brasil com todas as isenções fiscais e benesses do capital estrangeiro neste País.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Foram respondidas as suas perguntas, nobre Senador?

O SR. RENATO BARBOSA – Há mais duas, Senador. Quais seriam as nossas reivindicações ao Departamento de Polícia Federal?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB MT) – Acho que é importante V. S^a responder também.

O SR. RENATO BARBOSA – Esse questionamento vou passar ao Dr. Castilho. Quais seriam as reivindicações que poderíamos fazer ao Departamento de Polícia Federal?

E a última: qual é o monitoramento que a Polícia Federal faz dos prazos decadenciais e de prescrição das ações?

Esse também é um outro ponto sobre o qual o Dr. Castilho tem condições jurídicas de responder, seguramente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Dr. Castilho, V. S^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – A resposta é bem simples. Que a direção do Departamento de Polícia Federal reconhecesse a im-

portância dessa investigação, que a reconhecesse como a nº 1, haja vista a sua megaestrutura, e, como já foi dito, a possibilidade única de estabelecermos a prova documental para mudar, quiçá, todo o quadro, toda a estrutura, todo o cenário político nacional e, quem sabe, quebrar essa cultura de muitos anos, no Brasil, a cultura da desonestidade e da corrupção.

A resposta seria, simplesmente, que a direção da Polícia Federal olhasse e desse o devido valor a essa investigação.

Se isso acontecer de forma sincera, clara e transparente, todas as outras questões são menores. Não interessam discursos longos a respeito disso se não houver cristalinidade e transparência no apoio. A equipe quer apoio, pura e simplesmente.

Quero poder pegar um telefone para falar com o Dr. Paulo Lacerda e ser atendido; ou mesmo telefonar para a Drª Neide Alvarenga ou para o Dr. Zulmar Pimentel e ser simplesmente atendido, o que não tenho conseguido com muita facilidade nos últimos noventa dias. Obviamente, não é uma crítica, mas há necessidade de um intercâmbio e fica aí o pedido.

No mais, objetivamente, recursos não serão muitos. A equipe pretende fazer na forma de inteligência esse rastreamento. Não é preciso uma equipe grande. Vamos fazer um trabalho de inteligência.

Uma coisa de absoluta importância, Senador, é que em cima da base documental que produzimos, vamos individualizar nome a nome, caso a caso, conta a conta e montar pequenos dossiês. Por exemplo, político Fulano de Tal, empresário Fulano de Tal ou narcotraficante Fulano de Tal. Montaremos um pequeno dossiê do que encontrarmos no exterior, com depósitos, datas, etc. Esse dossiê percorrerá o Banco Central, que faz parte da força-tarefa, o Ministério Público Federal, o órgão da Controladoria da República, receberá novos dados e formará, então, uma **notitia criminis** completa para aquele caso. Aquilo poderá ser distribuído para os Estados, para as circunscrições. Assim, viabilizaremos, de forma rápida, a persecução penal. Dependendo do dossiê, virará denúncia direta pelo Ministério Público. Em casos mais complicados poderá virar inquérito policial. Dessa forma, quebramos um trabalho complexo estrategicamente e o operacionalizamos de forma simples. Daí a importância da atuação da força-tarefa da qual participam o Dr. Luís Francisco de Souza, a Drª Valquíria e a Drª Raquel, juntamente com os integrantes da Controladoria Geral da União.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Para concluir, gostaria de fazer duas observações.

Em primeiro lugar, é preciso diminuir o entusiasmo. Como é uma proposta de emenda constitucional, vou precisar apresentar assinaturas.

Na nossa proposta de emenda constitucional, fica incluído, no art. 58, o seguinte § 4º, renumerando-se o atual § 4º, que passa a ser denominado § 5º:

As comissões ou subcomissões permanentes, especializadas na fiscalização e controle das contas públicas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, terão poder de investigação próprio das autoridades judiciais, além de outros previstos nos Regimentos das respectivas Casas.

Não sei se teremos sucesso, mas vou começar a colher as assinaturas hoje para a PEC, que demora a tramitar nas duas Casas do Congresso Nacional. Precisa de **quorum** qualificado de três quintos e de interstício entre uma votação e outra, razão pela qual reafirmo a necessidade urgente da CPI.

Encerro a minha fala apresentando à Mesa requerimento para que prestem depoimento nesta Comissão o Dr. Celso Três, Procurador da República, e a Drª Mônica Sakamori, Promotora de Justiça. Coloquei o meu nome e o do Senador Pedro Simon, que me solicitou que assim fosse feito, embora só eu esteja assinando. O Senador Pedro Simon assinará posteriormente, já que também é uma iniciativa de S. Exª.

Finalizo fazendo um apelo à Senadora Ideli Salvatti. Que S. Exª leia da tribuna, hoje, seu requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito. Se essa dificuldade existir por problemas internos relacionados ao funcionamento do Partido, que S. Exª autorize o Senador Osmar Dias a apresentá-lo. Se não for possível transferir as assinaturas para o Senador Osmar Dias, que nos autorize. Assim, eu e o Senador Osmar Dias vamos colher novas assinaturas para apresentar, para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito. Não quero saber de quais partidos são os políticos. Quero que ladrões do dinheiro público sejam punidos, independentemente dos partidos a que pertençam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigada, Senador.

Antes de agradecer aos dois...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, tenho mais algumas questões a fazer. V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passarei a palavra, logo em seguida, a V. Ex^a.

Lembro aos Srs. Senadores que esta Comissão, pelo art. 102-B, está autorizada a abrir processo de fiscalização que, especificados os objetivos e as necessidades, será enviado à Mesa. Após a aprovação, a Mesa, se julgar necessário, levará a questão ao Plenário. Caso contrário, a Mesa decidirá, passando a prover todos os recursos necessários. Falo de assessores, analistas, passagens e tudo o mais.

Não podemos – e o Senador Osmar Dias tem razão – quebrar o sigilo de alguém. Nós indicamos, mas quem decide é o Plenário. Só indicamos.

Faço uma sugestão a V. Ex^a. Talvez a forma mais eficaz – caso a Senadora não se sensibilize com a solicitação dos Senadores para que apresente o pedido de CPI – seja continuarmos as audiências, verificarmos as possíveis medidas facilitadoras, transformando-as em processo de fiscalização.

Na hora em que verificarmos que não progredimos, S. Ex^a estará à vontade para apresentar o requerimento de CPI. E vejam que, apesar de termos, no início, uma única informação, já progredimos muito nesta Comissão depois que iniciamos essa investigação. E não estamos sequer em processo de fiscalização, não solicitamos à Mesa o pagamento de profissional algum e não pedimos recursos para investigação alguma. Mas poderemos fazê-lo, de acordo com o art. 102-B do Regimento Interno, que cria esta Comissão.

Nobre Senadora, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Gostaria que fossem esclarecidas algumas questões que entendo importantes.

O Senador questionou a existência de nomes de políticos nas investigações, até onde elas já fluíram. O senhor disse que há os nomes ou homônimos. O que precisa acontecer para que os nomes sejam confirmados, para que se saiba se são os dos donos ou se são apenas homônimos? O que falta?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Essa é uma pergunta inteligente, é exatamente o x da questão. Toda vez que se articula um esquema sujo de lavagem de dinheiro, a última coisa que se quer é que o nome do dono do dinheiro apareça. Os nomes que apareceram foram resultado do que chamamos de vacilo. Foi por um vacilo do operador do sistema que o nome do político apareceu. Estamos falando em tese, porque não sabemos se é o político ou não, isso é muito importante ressaltar.

Quem caiu na rede, caiu por causa de um vacilo, porque o esquema é feito para esconder os nomes.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – É a cultura da impunidade!

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – É a cultura da impunidade também. Normalmente, os que aparecem, aparecem com quantias menos expressivas e são os mais desavisados, aqueles que até passam para a sociedade uma imagem de pessoas probas, idôneas, etc.

O importante, respondendo à sua pergunta, é exatamente o seguinte: só teremos a prova documental, idônea e cabal, se fizermos o rastreamento até o final, porque no final é que vai ser possível mostrar que o dinheiro chegou no nome da **offshore** que pertence ao sobrinho daquela pessoa. Dentro desse esquema, não vai aparecer RG nem CIC. Por isso, o rastreamento até o final é de absoluta importância. E aí digo mais uma vez ao diretor da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda: quando insistimos na estada nos Estados Unidos, nós o fizemos porque havia necessidade de fazermos a prova até o final. Essa é o tipo de investigação que não pode ser parado na metade, sob pena de se tornar ineficiente e ineficaz.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dr. Castilho, peço a palavra para um esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra a nobre Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Várias coisas já vazaram para a imprensa, entre elas, nomes, esquemas, etc. Vou aqui falar um que já vazou: o esquema de São Paulo, do Maluf, que já está rastreado até o fim e que voltou para a Eucatex. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É melhor não pedir a confirmação dele, porque, como funcionário público, ele não pode confirmar. V. Ex^a tem imunidade para isso; ele, não.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – Isso é o que vazou. Então, rastreado até o fim, já chegaram lá informações.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Escutei que vazou, mas não confirmo.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estou apenas citando um caso aqui. Há outros.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não me manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Daqui a pouco, ele não pode ser o homem que atuará nisso.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não vou responder não. Eu não disse nome algum.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os senhores selecionaram nove contas. Elas já estão totalmente rastreadas e concluídas?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não. E é isto que é importante deixar bem claro aqui: o rastreamento internacional está apenas começando. E essa prova só tem sentido se formos do começo ao fim; do contrário, não adianta um laudo pericial dizer, porque ele vai dizer que é homônimo e acabou. Precisamos chegar até o fim e mostrar de onde o dinheiro chegou, de onde o dinheiro saiu, e vamos ter a prova indiciária globalizada, que é a história do pato. Não adianta falar que não é pato, porque é! Então é isto: a prova tem que ir até o fim. Por isso brigo e insisto nessa investigação. Quando falam para retornarmos, falo que não é hora! Por que não é hora? Porque, em rastreamento, você não pára na primeira camada: ou você vai até o fim ou ele perde o sentido. Mesmo porque, na hora em que você pára, você dá tempo ao dono do dinheiro de se articular e destruir a prova.

Então, é importante chegarmos até o fim do rastreamento de forma rápida, dentro do princípio da oportunidade, e isso falo como técnico e investigador.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, o único meio de confirmar os nomes que estão lá – que já vazaram pela imprensa, inclusive a tal Conta Tucano – é com o final do rastreamento dessas nove contas?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Só com o final do rastreamento teremos provas incontestáveis. Mas temos que chegar ao fim, mostrar onde o dinheiro está.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A autorização da quebra do sigilo das nove contas nos Estados Unidos já foi dada.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – A primeira etapa, sim. Mas teremos que ir de banco em banco. É um trabalho de chinês, porém simples, mas precisamos de sossego, repito, a única coisa que não tivemos e que queremos. Essa foi a reivindicação que fizemos para fazer o rastreamento.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Fazendo o rastreamento se chega na comprovação dos nomes.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Tenho certeza absoluta.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É isso? Eu tenho sido pressionada, entende? E quero dizer que estamos fazendo as audiências para formar juízo, para ver a necessidade...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – E digo mais, a equipe não precisa ser grande. Pode ser uma equipe mínima.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quero que o senhor confirme o que me está dizendo. Para confirmar todos os nomes de políticos que vazaram não precisa de mais nada, só que o rastreamento seja concluído? Quero que o senhor me confirme isso.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Vou passar a palavra para o Dr. Renato. Só vou fechar e depois passarei a palavra ao Dr. Renato. Não estou confirmando a existência ou não de casos. Falamos genericamente, porque a investigação está sob sigilo. Não vou me manifestar, portanto, sobre os políticos.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas a minha pergunta foi bem objetiva. Só será confirmado se os nomes que estão listados são verdadeiros ou homônimos...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – No fim do rastreamento.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...no fim do rastreamento?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Perfeito.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só com o fim do rastreamento é que podemos dirimir essa questão?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Acreditamos que sim, porque vai mostrar quem é o dono do dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concede a palavra ao Dr. Renato.

O SR. RENATO BARBOSA – Já estou acostumado com o estilo do Dr. Castilho, pois venho trabalhando com ele há bastante tempo.

Senador, uma das atribuições do cargo de perito é ser auxiliar da Justiça no esclarecimento da verdade. Cada operação que foi interceptada pela Polícia Federal, em Nova Iorque, tem uma chave autenticadora que é a prova de que o recurso chegou ao destinatário final. Quem conhece telemática e operações via **swift**, **chips** ou algo parecido, sabe que uma base entregue por um banco americano de **fedwise** ou via **swift** é a prova cabal de que aconteceu a transferência do recurso.

Não posso declinar nomes, mas na segunda leva de alvos da investigação que estamos fazendo em Nova Iorque – o primeiro alvo foram nove contas, uma com um nome sugestivo e outras; totalizando, haveria US\$ 1 bilhão em apenas nove contas – temos mais de 16 contas na fila para rastreamento, e que foram apontadas por revistas de circulação nacional. Isto é, muitos nomes não significavam nada para nós, mas há depoimentos em revistas – e não podemos afirmar até que ponto são verdadeiros – em que a própria pessoa alvo da investigação diz que tem realmente conta no exterior. Quer dizer, não existe a possibilidade de não ser aquela conta e de não ser aquele nome. Agora, atribuir àquela pessoa a responsabilidade e a titularidade de uma conta, por meio de perícia, não faremos.

De maneira objetiva, o que precisamos não é nem terminar o rastreamento, pois, como disse o Dr. Castilho, quando acabar, teremos todos os dados. Na verdade, se avançarmos nessa segunda leva de rastros – cada conta é um rastro, inclusive o Rastro 7 já chegou à nossa mão –, se essas dezesseis contas forem disponibilizadas com o apoio e a cooperação internacional entre Brasil e Estados Unidos, a cooperação dos Procuradores Federais que atuam no caso e a parceria importante do FBI, em poucos dias a conta, o passaporte da pessoa, a identidade e todos os faxes que ela emitiu movimentando a conta estarão na nossa mão. Não existe mágica. É preciso simplesmente continuar o rastreamento.

Naquela ocasião, em Nova Iorque, tentávamos isso. Temos a experiência do primeiro rastro, que batizamos de Rastro 7. A conta já apontava, no primeiro momento, o pagamento de US\$48 milhões pelo Banestado. Quando a conta chegou, autorizada pela Corte americana, tratava-se de US\$232 milhões, avançando até o ano de 2002.

Qual foi o nosso trabalho naquele momento? Processar aquela mídia e apontar de onde veio o dinheiro para essa conta e para onde foi, estabelecendo novos rastros. Objetivamente, é isso o que precisa ser feito. Como o Delegado Castilho falou, é um trabalho de paciência, mas extremamente simples, uma vez que dominamos o **know-how** e conhecemos um pouco o sistema de transferências internacionais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se o Presidente me permite, farei um resumo: devemos terminar o rastreamento das nove, abrir o rastreamento das dezesseis que estão na linha, tratar a questão do MLAT, que ajudaria, e muito – podemos tomar providências nesse sentido. Seria o ponto final

para sabermos claramente se políticos estão efetivamente envolvidos na questão e em até que grau.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu não diria apenas políticos, mas corruptos – que são empresários, narcotraficantes. Estou ficando incomodado com a citação apenas de políticos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, digo o mesmo. Estão insistido em dizer políticos, por isso tenho ido no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas não entre no jogo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso seria suficiente, neste momento, para podermos avançar.

O SR. RENATO BARBOSA – Se V. Ex^a me permite, estamos dando um rumo para a investigação. Já temos informações de que o correntista do lado de lá estaria recebendo de uma dessas nove contas que estabelecemos como alvo. Pessoas do escalão do Governo estão incluídas, com sua assinatura no passaporte e, inclusive, a consignação do seu cargo. Quer dizer, temos todos os dados e a perícia estará perto para, em caso de contestação da titularidade da conta – sou perito e vou-me aliar a outros para fazer o laudo grafotécnico –, constatar de quem é a assinatura. O titular da conta está numa situação difícil: se falar que é dele, será processado; se falar que não é, perderá o dinheiro.

O objetivo final do rastreamento é desmascarar tudo o que se fez no crime transnacional. Num outro país, citar o nome do Fulano de Tal, não quer dizer nada, ainda que se trate de um grande funcionário público. Essa é a vantagem do crime transnacional para o bandido.

Temos informações de que pessoas envolvidas aqui com bingos e com narcotráfico são donas de verdadeiros aposentos lá fora. Quem é esse camarada? Não sabem quem é, mas nós sabemos. É a hora de casar as informações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a concluiu, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se me permite, tenho mais algumas perguntas. Ainda há algum sigilo a ser quebrado neste momento para se poder tirar essa conclusão?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – No rastreamento?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Sim, o rastreamento consiste em uma continuação seqüencial.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas é uma quebra de sigilo bancário lá?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Lá nos Estados Unidos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não temos interferência a não ser por essa negociação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não. Somente por meio do MLAT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só por meio do MLAT?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se não for, não pode prosseguir a investigação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É tratado isso com o MLAT?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Quanto a isso, temos **know-how**, já está acontecendo de maneira rápida.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, não há providência nesse sentido?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – O trabalho precisa ser feito de forma completa. O **know-how** já está estabelecido, a prova está chegando na mão. Basta continuarmos. Não há muito segredo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A outra questão é a seguinte: quando foi iniciada a exposição, foram feitos duzentos inquéritos. E, agora, há o documento do Ministério Público ao Dr. Paulo Lacerda para que V. S^a presida o Inquérito 207.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Perfeito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Esse é o único inquérito que importa?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ou há outros que precisam ser abertos?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Vou responder rapidamente. Não é o único inquérito que importa. Inquérito policial é prova pré-processual, prova informal, sem muita regra. Dá para tratar o inquérito policial de forma simples, porque ele é só informativo. Todos os inquéritos de Foz do Iguaçu importam na condição de prova emprestada, de fonte de informação. Todos eles, em andamento ou não, vão se tornar arquivos vivos para a investigação. O 207 é um inquérito pedagógico, porque nele peticionei a quebra do sigilo da agência Banesta-

do. É um inquérito pedagógico, mas poderia ser qualquer outro. Na presidência do 207, vou fazer todo o rastreamento internacional. Poderia instaurar um outro. Tanto faz. As investigações correm paralelas. O importante é prosseguirmos o rastreamento sem mistério, de banco a banco, quebrando o sigilo de conta a conta com tranqüilidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não tive oportunidade, Sr. Presidente, de elaborar os requerimentos, mas quero fazer uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Haverá uma convocação da Comissão para amanhã, para apreciar os requerimentos. V. Ex^a pode fazê-lo depois.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há necessidade de haver audiência com a presença da Dr^a Claudia Chagas, do Ministério da Justiça, para falar do MLAT. Penso que essa é uma providência que deveríamos tomar.

E há outro ponto a resolver. É que, apesar de o Dr. Renato ter dito que já há, em um inquérito de Foz do Iguaçu, uma negação do Banco Central de que exista documento das autoridades americanas informando sobre o problema Banestado, houve mudanças na direção do Banco Central. Portanto, nada nos impede de fazer um novo questionamento.

O SR. RENATO BARBOSA – É de agosto de 2002, se não me falha a memória.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Farei um requerimento para reiterar a solicitação para que o Banco Central nos informe. E um requerimento ao Dr. Paulo Lacerda reforçando a solicitação do Ministério Público Federal para que o Dr. Castilho presida o Inquérito 207.

E sobre a questão da necessidade do retorno da equipe, eu pediria ao Dr. Castilho para subsidiar o nosso requerimento e pontuar quais as ações que serão tomadas com o retorno da equipe. Isso subsidiaria o nosso diálogo com o Dr. Paulo Lacerda. Então, faríamos também o requerimento ao Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se V. Ex^a fizer todos esses requerimentos hoje à tarde, amanhã faço uma reunião da Comissão para votarmos. Não tenho como colocar em votação hoje, já que não temos **quorum**. Mas amanhã faremos uma votação. Temos pressa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Providenciarei essas quatro questões.

Ainda gostaria de dizer algo sobre o que teríamos de fazer gestão junto às Lideranças. Na semana passada, fruto da audiência com os Procuradores, apresentamos o Projeto de Lei nº 178, que sugere in-

cluir na lei da lavagem do dinheiro, naquela que busca punir os autores da lavagem de dinheiro, os crimes contra a ordem tributária. A sonegação não entra como lavagem de dinheiro, como crime de ordem tributária. Gostaria que negociássemos com as Lideranças para pedir urgência na tramitação desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Para que essa posição seja levada aos Líderes em nome da Comissão é preciso que passe pelo Plenário. Eu, sozinho, não posso decidir.

Esse assunto deve ser trazido à próxima reunião do Plenário. Se ele concordar, levaremos como posição da Comissão. Mas não podemos assumir essa posição como do Plenário da Comissão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso é o que eu queria saber, Sr. Presidente. Apresentarei à Comissão também na forma de requerimento, para que ela delibere.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sim, V. Ex^a pode fazer isso amanhã. E aí colocaremos em votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Posso fazer, não é? É uma pena que o Senador Osmar Dias já tenha se retirado.

Mas quero perguntar a S. Ex^a quem sou eu para autorizar qualquer outro Senador a fazer qualquer coisa. S. Ex^{as} não precisam da minha autorização para nada. Estão todos os Senadores, obviamente...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Mas a iniciativa é de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a já tem as assinaturas e eles estão querendo ganhar tempo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tenho as assinaturas e tenho reafirmado: estamos operando pela Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – V. Ex^a continua a favor da CPI? Vai apresentar a CPI?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador, a CPI será instalada quando eu tiver – pelo menos pela minha iniciativa – convicção de que ela é imprescindível para que as investigações continuem, investigações que foram retomadas pelo Governo Lula, que têm problemas – estão claros aqui os problemas que existem.

Tenho o entendimento de que ajuda mais as investigações resolvermos os problemas do que instalarmos, neste momento, a CPI. A partir do momento em que eu tiver uma outra convicção – e os depoi-

mentos e o que estamos fazendo aqui podem construir essa convicção –, posso tomar a iniciativa. Agora, não serei pressionada. E quero dizer que estão usando o argumento de que há pressão porque a CPI atrapalharia as reformas. Mas as reformas não estão sequer no Senado. As reformas estão na Câmara e não existe perspectiva de virem ao Senado antes de agosto ou setembro. Portanto, é um argumento que não se justifica.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – É um argumento a favor da CPI.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas, Senador, o que tenho dito e jogado de forma franca?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Penso que já está explicitada a posição de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ajuda as investigações? Aquilo que eu estiver convencida de que ajuda as investigações vou fazer. Estamos aqui ouvindo as autoridades, tomando as providências, tentando contribuir para os esforços que foram retomados pelo Governo Lula. Mas na hora em que eu tiver a convicção de que isso não é suficiente e de que a CPI ajudará as investigações, ajudará que sejam descobertos, punidos, que possamos tomar as providências legais cabíveis para reaver o dinheiro, terei toda a condição de entrar com o pedido. Posso até formar a minha convicção ao longo das próximas semanas, ao ouvir outras autoridades que estão sendo indicadas para serem ouvidas.

Prefiro trabalhar dessa forma. Se há outros Senadores que querem trabalhar de outra forma, eles são livres.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Podem fazê-lo, são livres.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, quero só fazer o registro de que fomos liberados pela Senadora Ideli Salvatti. Quero agradecer a S. Ex^a e rogar-lhe o seguinte: trouxemos autoridades aqui, a maioria das quais atendendo a requerimento da Senadora Ideli Salvatti, são autoridades, portanto, que prestaram depoimentos importantes a esta Comissão de Fiscalização e Controle. Todas elas – rigorosamente todas – autoridades que estão trabalhando, que conhecem, que sabem como é que se faz fiscalização, que sabem que a CPI ajudaria. Todas elas declararam isso.

Portanto, a Senadora Ideli Salvatti tem todo o direito de, num determinado momento, colher assinaturas, porque acha importante, e num outro determinado momento, segurá-las porque acha que não é im-

portanto. Mas eu faria um apelo final: não podemos ficar aqui postergando a criação da CPI enquanto o Brasil perde US\$30 bilhões.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Exª me permitiria só um aparte, Senador Antero Paes de Barros?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Permito, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quando colhi as assinaturas, tínhamos única e exclusivamente uma equipe reconstituída por iniciativa do Ministério da Justiça e da Polícia Federal e enviada aos Estados Unidos. Colhi as assinaturas no final do mês de fevereiro, início de março.

Posteriormente a isso, o processo de investigação passou a ser integrado pela Corregedoria-Geral da União. Há uma força-tarefa constituída. O Ministério Público foi integrado a essas investigações. Ou seja, ocorreram fatos relevantes que modificaram o cenário. Portanto, tenho plenas condições de reavaliar a iniciativa que tomei, assim como a posição que estou tendo, neste momento, a partir dos dados e fatos. É claro que as autoridades querem “a”, “b” ou “c”.

Eu desejo saber o que queremos. Estou convencida de que quero ajudar a agilização das investigações, a dissolução dos nós, dos emperramentos. Prestaremos mais serviço agilizando as investigações daqueles que as estão fazendo tão diligentemente, até o presente momento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, acredito que o aparte seja enriquecedor, mas quero concluir fazendo duas últimas ponderações. Primeiro, não usemos no Senado Federal uma lógica que contraria a lógica. O argumento de que a reforma começa na Câmara Federal e, antes de agosto, não estará no Senado, é favorável à CPI.

Mas o argumento pelo qual não se propõe a CPI é a suspeita do envolvimento de políticos, algo que pode atrapalhar a boa vontade na Câmara. Sejam os sinceros. O problema é esse, não é outro.

Não trabalhem aqui como se não houvesse vasos comunicantes entre a Câmara e o Senado. Isso, para mim, não vale. Nem como jornalista, nem como Senador. Para mim não vale.

Então, faço um apelo. Não é coincidência o Deputado João Paulo, Presidente da Câmara dos Deputados, ter enterrado 27 CPIs em um ato só. Em um ato

monocrático da Presidência da Câmara dos Deputados, S. Exª enterrou 27 CPIs de uma vez só!

Tenho um amigo que, certa vez, me disse: “Senador Antero, o Lula é grandioso e vai liderar isso”. Essa é a imagem que tenho, ou seja, que Lula é grandioso e vai liderar a nova questão da dívida; Sua Excelência tem uma posição internacional e fez história antes de chegar à Presidência da República. Há pessoas que precisam da Presidência para fazer história. Lula, não, já tinha história completa antes de chegar à Presidência da República. Talvez seja a história política mais bonita do Brasil.

O que pedimos é apenas que esse comportamento não seja aquele que o pessoal do PT está lançando em Sergipe: “PT saudações”. E, com isso, não se apure nada.

Queremos apurar. Colherei as assinaturas de todos e pedirei à Senadora Ideli Salvatti que assine. Peço isso a S. Exª e a todos os signatários da CPI. Penso que a Senadora tem toda a liberdade de ter sua posição, e nós, também, de entender que o Governo não quer, rigorosamente, apurar nada. Não vai sair a CPI. E se não sair, é porque o PT não quer.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, V. Exª vai me desculpar, mas não permitirei que o Senador Antero Paes de Barros faça esse tipo de afirmação: “não quer apurar nada”. Essa investigação foi suspensa no Governo passado; a equipe foi desativada. O Delegado Castilho foi retirado da CPI e mandado não sei para onde.

Então, não dá para ficar aqui falando “o governo assume”. Uma das primeiras medidas do Governo, quando assumiu, foi reconstituir a equipe. Ele assumiu no dia primeiro de janeiro, e, em fevereiro, a equipe já estava em Nova Iorque.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, S. Exª está no papel da Oposição, ao fazer as provocações.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, mas S. Exª faz provocações que acabam desviando-nos do assunto. É somente para isso. Essa é a questão.

Acabei de receber uma informação do Dr. Paulo Lacerda sobre o problema das diárias. No Orçamento para este ano, que foi elaborado pelo Governo anterior, e não pelo nosso, não há dinheiro para pagar as diárias. Há uma miséria. Não apenas os Drs. Castilho e Renato deixaram de receber as diárias devido ao Orçamento, mas um monte de policiais federais. Então, tratemos o fato com seriedade.

Sr. Presidente, estou trabalhando com a responsabilidade que temos com este caso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sou testemunha disso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, não façam levantamentos, acusações infundadas, levianas de que não se quer investigar. Se não quisessem investigar, ...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nós não estaríamos aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É verdade. Não estaríamos aqui, e eu não teria feito o requerimento e colocado a minha cara, nem o Ministro da Justiça e o Dr. Paulo Lacerda teriam retomado as investigações!

Vamos parar com isso de querer descobrir os responsáveis sem fazer com que a investigação chegue efetivamente onde precisa chegar: nos responsáveis, a serem punidos criminalmente; no dinheiro, para, se for possível, repatriá-lo. É isso que precisamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Srs. Senadores, atentem para o fato de que há os nossos convidados. Eu queria dar-lhes a palavra para as considerações finais, mas parece que existe essa querela entre Governo e outros.

Concedo a palavra ao nobre Senador, porque S. Ex^a tem o direito de falar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, terminaremos esta reunião com bate-boca, igual à outra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Aqui não há bate-boca. É até uma injustiça afirmar que estou dizendo que a Senadora não quer apurar. Vamos repor o que foi dito aqui. Eu disse que a Senadora Ideli Salvatti quer apurar. Entretanto, o PT instituiu nova...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador, o PT está no Governo e foi ele que retomou as investigações. Então, não fale isso, porque não é verdade!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu gostaria que V. Ex^a me garantisse a palavra.

O PT instituiu nova fórmula, porque, em sua consciência, para mim, sinceramente, não cabe alguém colher assinaturas para fazer uma CPI e, depois de tê-las, não querer a CPI.

Portanto, sempre ressalvei que a Senadora Ideli Salvatti quer apurar. O fato, essa informação do telefone...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência vai encerrar a reunião assim que V. Ex^a terminar. E os nossos convidados não farão suas considerações finais, o que é uma falta de educação com eles. Essa querela não interessa, mas, sim, pegar os US\$30 bilhões e continuar a discussão.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu quero dizer que não aceito a insinuação sobre o Governo passado, até porque o noticiário trata de contas tucanas. Eu quero que se apure, sem saber de que partido é. Eu quero que haja apuração! Eu não quero saber se é do PFL, do PSDB, do PT, do PPB.

Eu não levantei aqui insinuações sobre figuras que respeito na vida pública. Ao contrário, eu disse que o Presidente Lula aqui seria o primeiro signatário nisso.

Então, quero que se apure. Trata-se esse assunto como se o resultado, a consequência respingasse em membros do Congresso Nacional ou da política brasileira, em notórias personalidades da política brasileira. E não quero saber quem são. Aliás, desejo que a Nação tome conhecimento de quem são tais pessoas.

A afirmação do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, de que não há dinheiro no Orçamento é mais um motivo para a CPI. Não há dinheiro no Orçamento. Vamos fazer a CPI, que tem o poder de requisitar, de facilitar tudo. Esse é mais um motivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu ajudarei V. Ex^a a arrumar as assinaturas. V. Ex^a pode elaborar o requerimento, e imediatamente o ajudarei a conseguir as assinaturas. Então, V. Ex^a não precisará da Senadora para nada. V. Ex^a faz o requerimento que o apresentaremos, com toda certeza. É mesmo. Eu penso que ele está certo. Eu assinei esta e vou assinar outra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tranquilo! Aliás, quanto aos que assinaram, Sr. Presidente, já foram divulgados seus nomes.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ao passar a palavra para as considerações finais, eu queria dizer o seguinte: em algumas ocasiões, o tema foi tratado aqui como se todas as contas CC-5 fossem irregulares. São 40 mil contas autorizadas pelo Banco Central. Inúmeros empresários usaram-nas legalmente. Dessas 40 mil contas, foram selecionadas cerca de 300, das quais foram retiradas aproximadamente 100, dentre as quais foram analisadas 9. Ter conta no exterior não é crime, desde que se comunique ao Banco Central.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E se declare no Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senão não poderá haver Varig e nenhuma outra empresa brasileira.

O assunto foi tratado aqui como se ter conta no exterior fosse crime. Não! Precisa estar na declaração do Imposto de Renda. Quem não declarou no Imposto de Renda está irregular e cometendo dois crimes: o de ter conta no exterior e o de estar sonegando dados.

Então, eu queria deixar essa consideração para o público que está nos assistindo. Com muita rapidez, as pessoas aprendem que a **TV Senado** é um canal forte de comunicação. Eu vi hoje aqui, por exemplo, o delegado, que nem tem o nosso treinamento, dizendo “Fulana de Tal, olhe, isso assim assim”, porque realmente sabemos que vai chegar o recado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – É necessário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, eu queria que o público em geral tivesse noção de que ter conta no exterior não é contravenção, desde que isso seja comunicado e colocado no Imposto de Renda; nem tampouco usar CC-5 era ilegal. Ilegal é passar para conta de laranja US\$30 bilhões, ilegal é usar subterfúgio para tirar recursos do País.

Então, passo a palavra ao delegado para considerações finais e, depois, ao nosso perito.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar nesta Casa, expondo em detalhes a investigação, a qual, como já foi dito, consideramos que poderá constituir um marco na história política do País. E desejamos ressaltar, obviamente, devido às polêmicas que surgiram, o grande esforço e empenho da Senadora Ideli Salvatti, a qual, em momentos difíceis da investigação, comprou a causa para si e atuou, como tem atuado, a nosso favor. E devemos ressaltar também o empenho do Governo atual. Não há nenhuma dúvida de que existe interesse em investigar. Basta que somemos esforços e ultrapassemos os obstáculos existentes, e tenho certeza de que estaremos, ao final, diante de um resultado que poderá trazer inúmeras transformações para a sociedade brasileira de forma fácil e rápida. Essa é a diferença.

E os resultados dessa investigação, com ou sem CPI – pois não me cabe adentrar essa seara política –, darão subsídios para o processo e para a condenação

de todos os grandes envolvidos nos últimos escândalos financeiros no Brasil. Isso é muito importante.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. José Francisco de Castilho Neto.

Concedo a palavra ao Dr. Renato Barbosa.

O SR. RENATO BARBOSA – Obrigado, Sr. Presidente. Nas considerações finais, eu gostaria de dizer que, fora questões políticas em volta das quais orbitam a questão da CPI, o fato é que o Brasil não pode manter ativas essas quadrilhas que sugam o dinheiro público brasileiro. Quando estávamos em Nova Iorque, tivemos a notícia, Senadora Ideli, de que uma comissão de três Senadores participaria conosco daquela empreitada. Quer dizer que a iniciativa da comissão implica o fortalecimento das investigações no exterior. A presença dos Senadores conosco nesta empreitada serve tanto para fortalecer a idoneidade dos investigadores, em Nova Iorque, como para tornar transparente a nossa atuação.. Creio que é uma medida prática que a comissão pode retomar.

Por último, desejo falar sobre a questão das diárias que o Delegado Castilho mencionou. A nossa preocupação não é com recurso financeiro; a preocupação é com o descobrimento do interstício da nossa legalização em estar fora do País. Isso, de imediato, dá demissão. Então, estamos preocupados com a questão funcional. Aliás, temos recebido notícias de que essa nossa vulnerabilidade vai nos custar muito caro. Então, a estada fora do País não é questão financeira; é a questão funcional que nos faz vulneráveis.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço também ao Dr. Renato Barbosa. Amanhã, deveremos ter nova reunião.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h46min.)

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização E Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de junho de 2003, às 11:00 horas.

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia onze de junho de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, IDELI SALVATTI, LUIZ OTÁVIO, EFRAIM MORAIS, JOÃO BATISTA MOTTA, ANA JÚLIA CAREPA, e PAULO OCTAVIO**. Aberta a reunião, o Senhor Presi-

dente informa a impossibilidade de deliberar em razão do trancamento da pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mesmo havendo número regimental no livro, não vamos promover a reunião hoje, uma vez que a pauta continua trancada, e – analisávamos aqui – todos os processos que dela constam são terminativos – portanto, pelo Regimento do Senado, não podem ser votados, uma vez que a pauta está fechada.

Em contrapartida, informo aos presentes que está havendo reunião das Lideranças para tentar abrir a pauta hoje, e o acordo está muito próximo, a diferença é só em relação ao semi-árido. Se a pauta for aberta hoje à tarde ou amanhã cedo, promoveremos a reunião, de forma a dar continuidade aos trabalhos desta Comissão.

Portanto, encerraremos a reunião, que, apesar de não chegar a ser operacional, não deixa de cumprir sua obrigação. Lamentando que essa pauta seja fechada, pensamos – assim como o Presidente da Casa – que devemos achar um mecanismo que permita uma solução ao largo das medidas provisórias. Não podemos ficar à mercê de, a toda hora, uma medida provisória fechar a pauta.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11:54 min)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2003, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia dezesete de junho de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador ANTERO PAES DE BARROS, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores ANTONIO CARLOS VALADARES, AELTON FREITAS, IDELI SALVATTI, CÉSAR BORGES, OSMAR DIAS, JOÃO BATISTA MOTTA, ANA JÚLIA CAREPA e ROMERO JUCÁ.

Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em discussão a dispensa da leitura da ata da reunião ante que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente anuncia a pauta que consta de Item único, o REQUERIMENTO nº 21/2003-CFC, que “Requer nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Dr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro de Estado da Justiça a comparecer ao plenário desta Comissão a fim de prestar informações e esclarecimentos relativo às remessas ilegais de divisas ao exterior por meio de contas CC5”. Autor: Senadora IDELI SALVATI; Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente comunica, também, a extra-pauta de seis matérias, que são deliberadas: Item 1) AVISO Nº 125, DE 2001; que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 432, de 2001-TCU (plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, na implantação do Sistema Metroviário da Região Metropolitana de NATAL/RN (tc nº 006.804/2001-9). Autor: Tribunal de Contas da União; Relator “ad hoc”: Senador OSMAR DIAS; Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo; Resultado: Aprovado; ITEM 2) AVISO Nº 216, de 2000; que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 831, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, relacionada com plano especial de auditorias em obras públicas, incluídas no Orçamento Geral da União, do exercício de 1999, que compreendeu a verificação de obras de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, referentes à duplicação da BR-101/PE, no trecho compreendido entre Prazeres e Cabo (tc nº 007.931/99-9). Autor: Tribunal de Contas da União; Relator “ad hoc”: Senador OSMAR DIAS; Parecer: pelo conhecimento da matéria e solicitação de diversas informações ao Tribunal de Contas da União; Resultado: Aprovado. ITEM 3) AVISO Nº 110, DE 2001; que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 181, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Candeias-BA, com o objetivo de verificar a aplicação dos recursos transferidos com base na lei nº 7.525, de 1986 (Fundo Especial e Royalties), no período de 22/05 a 02/06/95 (tc nº 251.231/95-0). Autor: Tribunal de Contas da União; Relator: Senador CÉSAR BORGES; Parecer: que seja oficiado ao Tribunal de Contas da União sobre os critérios de relevância na escolha de processos a serem encaminhados a esta

Comissão e remessa do processado ao arquivo. Resultado: concedido vistas ao senador ANTERO PAES DE BARROS. ITEM 4) AVISO Nº 189, DE 2000; que “encaminha ao Senado Federal cópia da decisão nº 798, de 2000, bem como dos respectivos relatório de levantamento de auditoria e voto que a fundamentam, realizada nas obras de construção do edifício sede do Tribunal Regional Federal da 4ª região (TC – 008.503/2000-6).” Autor: Tribunal de Contas da União; Relator: Senador CÉSAR BORGES; Parecer: remessa do processado ao arquivo. Resultado: concedido pedido de vista à Senadora ANA JULIA CAREPA. ITEM 5) AVISO Nº 30, DE 1999; que “encaminha ao Senado Federal cópia das Decisões números 612 a 617/99, adotadas pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 08/09/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que as fundamentam (tc nº 200.088/97-1 e outros).” Autor: Tribunal de Contas da União; Relatora “Ad Hoc”: Senadora ANA JÚLIA CAREPA; Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo; Resultado: Aprovado; ITEM 6) AVISO Nº 14, DE 2001, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.040, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada para verificar a aplicação dos recursos arrecadados com as tarifas da infra-estrutura aeroportuária pelo Departamento de Aviação Civil, pela diretoria de eletrônica e proteção de voo e pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, em atendimento à representação encaminhada pelos Senadores JADER BARBALHO e CARLOS BEZERRA (tc 007.407/2000-5).” Autor: Tribunal de Contas da União. Relator “Ad Hoc”: Senador ANTERO PAES DE BARROS. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permanecem como se encontram.

Aprovado.

Temos hoje em pauta, além de seis processos, um requerimento que já havíamos discutido, mas não havia sido votado, porque precisávamos, antes, saber da agenda do Ministro. Como já fizemos o convite, e S. Ex^a já o aceitou, precisamos regularizar o requerimento.

O requerimento da Senadora Ideli Salvatti solicita, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Dr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro de Estado da Justiça, para comparecer ao plenário desta Comissão para prestar informações e esclarecimentos relativos a remessas ilegais de divisas ao exterior por meio das contas CC-5.

Todos os senhores lembram que foi nesta Comissão que começou o debate. Esse assunto já extrapolou a Comissão, virou CPI na Câmara dos Deputados, provavelmente vai virar uma CPI no Senado Federal também. É possível que haja a união das duas CPIs, que seja uma Comissão Mista, mas, na ânsia de cumprir rapidamente o interesse dos Senadores membros da Comissão, entramos em contato com o Ministro, que respondeu que poderá vir amanhã e ainda que virá acompanhado do Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, e também do Dr. Luiz Paulo Teles Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça.

Em discussão, o requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Para discutir, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Primeiro, é claro que vou votar favoravelmente ao requerimento, porque, desde o início, em todas as reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle que tratamos desse assunto, estive presente acompanhando o depoimento dos dois delegados da Polícia Federal, dos procuradores e dos promotores públicos. Estamos muito interessados em que os trabalhos desta Comissão possam estimular a criação de uma CPI no Senado Federal, porque não nos conformamos com a primeira decisão tomada pelos Líderes do Senado Federal que adiaram a instalação de uma CPI com argumentos que não me convenceram, porque o que esta Comissão já ouviu dos depoentes que aqui estiveram já justifica, sem dúvida nenhuma, a instalação de uma CPI. Não há nenhum argumento que possa me convencer de que esta CPI tem que ser adiada, porque o noticiário do final de semana até reforça essa tese. Ti-

vemos os delegados afastados duas vezes da investigação: no ano passado e neste ano; tivemos agora novamente a substituição do delegado que estava investigando; tivemos a notícia de que não foi instaurado inquérito para a investigação nos Estados Unidos e de que o promotor público americano reclamou de que a força-tarefa brasileira não prestou contas das investigações procedidas naquele país. Tivemos, hoje, notícias dos jornais de envolvimento de um banco do Paraná, Banco Araucária. Talvez seja aquela resposta que o delegado não quis me dar quando perguntei quais diretores de bancos tinham ficado ricos desonestamente com essa operação irregular e criminosa. Ele não quis me responder, mas hoje ficou claro para mim, pela imprensa, que o Banco Araucária, do Paraná, teve participação direta nessas operações de CC-5.

Estamos ainda aguardando a decisão do Senado Federal de instalar a CPI. A Câmara decidiu antes, e penso que não ficou bem para o Senado Federal a primeira decisão tomada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Levantamos a bola e passamos para eles.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Penso que o Senado Federal tem que se recuperar diante desse fato, não apenas para levantar a nossa moral, mas para prestar contas daquilo que devemos fazer aqui, porque um dos nossos papéis é fiscalizar, sim, o Executivo; é fiscalizar como ocorrem as coisas em nosso País, principalmente quando se relaciona com esse volume enorme de dinheiro que foi desviado do País e que pode estar voltando, em parte, para financiar o narcotráfico, para financiar o aumento da criminalidade. E aí não adianta falar em reforma se não damos conta de resolver um problema que está sugando recursos do Brasil, jogando para fora do País e, com isso, trazendo conseqüências muito negativas para a geração de emprego, para o equilíbrio das contas da Previdência. Daqui a pouco, vamos ter que cobrar 50% do PIB em impostos para compensar o dinheiro que está saindo do Brasil de forma criminosa.

Então, até as reformas teriam uma ajuda enorme se instalássemos uma CPI e descobríssemos a rede que está trabalhando e operando, de forma criminosa, com essa evasão enorme de divisas do País.

Sr. Presidente, aprovo o requerimento, mas tenho muita dúvida se essa audiência pública contará com uma presença significativa de Senadores amanhã. Eu estarei presente, mas hoje é terça-feira, e estamos aqui em três...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – No livro, há mais seis.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – No livro há mais seis, mas aqui estamos em três. E como trata-se de uma audiência pública, entendo que deveríamos prestigiar, por isso abordei a questão. Não seria o caso de marcarmos para a próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos fazer um convite pessoal a cada Senador e vamos fazer todo o possível.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Amanhã de manhã haverá sessão de plenário. Se essa reunião da Comissão de Fiscalização e Controle ficar para tarde, não acredito que contaremos aqui com a presença de Senadores em número suficiente para a importância dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência vai checar o problema e conversar com o Ministro para ver se há condições de fazermos a troca para a próxima semana. O voto de V. Ex^a é SIM, e os demais já se manifestaram.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a minha posição em relação ao requerimento é favorável, obviamente. Mas queria também comentar uma situação que acredito não seja uma crise.

Somos do Senado da República e, junto com a Câmara dos Deputados, formamos o Congresso Nacional. Então, o interesse é de todos. Não é uma contraposição à Câmara. Temos que juntar esforços para não só esclarecer, investigar a fundo, mas ir atrás e buscar inclusive os recursos que foram desviados. Isso é o mais difícil. E as investigações acabam não conseguindo, principalmente isso: às vezes, até conseguem chegar aos culpados, mas não conseguem a recuperação, porque isso depende muito da Justiça.

Independentemente de CPI, acredito que vamos continuar, como Comissão de Fiscalização e Controle, cumprindo o nosso papel, que está inclusive junto com o próprio Governo. Este Governo já demonstrou a vontade política de investigar. E aí independe de CPI. As investigações continuam correndo e foram aceleradas. Muitas vezes, os problemas que têm acontecido não dependem do Governo; pelo contrário, os diversos membros do Governo, as diversas instituições públicas têm demonstrado que, agora, diferentemente de outros momentos, o assunto não vai andar apenas por conta de CPI. Está andando a investigação por conta de uma vontade política deste Governo de não permitir – aí concordo com o Senador Osmar Dias – que milhões, bilhões em recursos

públicos, que poderiam estar sendo investidos em geração de emprego, distribuição de renda e educação sejam perdidos sem irmos atrás desses recursos. Nenhum país no mundo vai conseguir chegar a um patamar de desenvolvimento sem o investimento maciço em educação.

Parabenizo a Senadora, autora do requerimento, pois teremos a oportunidade com o Ministro de saber como estão andando as investigações, onde estão os problemas e o que nós, Senadores, como Comissão de Fiscalização e Controle e até, depois, como CPI mista, enfim, faremos desempenhando o nosso papel para agilizar esse processo, para que possamos trazer de volta ao povo brasileiro esses recursos que foram desviados.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senadora.

A Mesa também se regozija com a possibilidade de termos a continuidade aqui, na Comissão, mas não descarta, tanto é que assinei as duas listas de abertura de CPI. No entanto, chegamos à conclusão de que alguma coisa está mal contada, o número pode não ser US\$30 bilhões, mas se for US\$15 bilhões já é muito dinheiro, significa R\$45 bilhões. O último pacote que nos prostrou a economia foi o de R\$14 bilhões, mas estamos falando de mais de R\$40 bilhões, se for a metade.

Portanto, creio que temos que nos aprofundar. Prestamos um papel importante até agora, levantando este problema. Concordo com a Senadora Ana Júlia Carepa, quando diz que, se não saiu aqui a CPI de imediato, saiu na Câmara: é o Congresso Nacional. É possível que a façamos mista. O importante é descobrir o caminho. E, nesse ponto, concordo inteiramente com V. Ex^a, Senador Osmar Dias, porque, mais importante até do que conseguir trazer o dinheiro e punir, vai ser descobrir os caminhos por onde esse dinheiro se evadiu.

Como os demais já se manifestaram favoravelmente, e V. Ex^{as} também estão se manifestando nesse sentido, está aprovado o requerimento.

Para amanhã, estão marcados o Ministro juntamente com o Diretor-Geral da Polícia Federal e com o Secretário Executivo. Caso haja reunião pela manhã, Senador Osmar, vamos ver se conseguimos fazer a troca para a próxima semana.

Peço ao nobre Senador Osmar que relate, por se tratar de processo simples, o Item nº 1 da pauta, que é o Aviso nº 125, de 2001, que se refere apenas ao conhecimento da matéria, e foi relatado pela nobre Senadora Ideli Salvatti, que, neste momento, está

participando de uma reunião no Palácio do Planalto. Por isso, não está presente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, V. Ex^a está se referindo a qual Aviso?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aviso nº 125, de 2001, que é da Rede Ferroviária Federal, CBTU.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – A Senadora Ideli Salvatti fez um relatório, um histórico, analisou a matéria e proferiu o seguinte voto:

“Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao arquivo do presente processo”.

Ela está, portanto, votando pelo arquivamento do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovado.

Eu pediria ao nobre Senador que lesse também o Item nº 2, que é o Aviso nº 216.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – Pois não, Sr. Presidente. Também vamos ler aqui o voto da Senadora Ideli Salvatti, que, da mesma forma, fez um relatório historiando, fazendo uma análise...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isso se refere ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, à duplicação da BR-101, em Pernambuco.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – E o relatório conclui com o seguinte voto:

Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere por oficial o TSU para que:

1. remeta a esta Comissão cópia integral de todo o processo – Tribunal de Contas – 007931, de 1999, 9;

2. examine o procedimento licitatório para verificação de eventual prática criminosa;

3. verifique, nos demonstrativos contábeis da construtora, a existência de ativos permanentes que demonstrem ter sido ela própria quem executou a obra ou se ela subcontratou os serviços;

4. examine a participação do banco citado no contrato da obra.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovado.

Os Srs. Senadores acabam de aprovar a matéria.

Passamos para o Item nº 3 da pauta. Trata-se do Aviso nº 110, que cuida de uma auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Candeias, Bahia, com o objetivo de verificar a aplicação de recursos transferidos com base na Lei nº 7.525, de 1986, fundo especial e **royalties**, no período de 22.05 a 02.06 de 95.

O Relator é o nobre Senador César Borges. S. Ex^a encontra-se na Comissão de Economia e pediu que fosse substituído. O Senador **ad hoc**, que irá relatar, é o Senador Osmar Dias.

Por gentileza, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – Pois não, Sr. Presidente. Consulto o nobre Senador Romero Jucá se S. Ex^a concorda que eu seja o Relator **ad hoc**.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Um Relator da sua competência é sempre bem vindo, Senador.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – Então, o Senador César Borges, que é o Relator, fez um histórico, uma análise da matéria, e proferiu o seguinte voto.

O caso em pauta, igualmente a tantos outros, conduz a uma reflexão sobre o critério adotado pelo TCU para o envio de processos ao exame desta Comissão. Em nosso entendimento, matérias dessa natureza não têm qualquer relevância para as nossas atribuições e não deveriam chegar a esta Comissão para a formação de um processo em que, simplesmente, o TCU decide informar-nos que acordou acolher as justificativas apresentadas pelo responsável.

O nosso parecer, portanto, é pelo não conhecimento da matéria, com o conseqüente envio para Arquivo.

Opinamos, ainda, que seja oficiado o TCU a utilizar critérios de relevância na escolha de processos a serem encaminhados a esta Comissão, limitando-se apenas a causas significativas.

Sr. Presidente, o voto, então, além de pedir o arquivamento, pede, também, que V. Ex^a envie um ofício sugerindo ao TCU que utilize critérios de relevância na escolha de processos a serem encaminhados a esta Comissão, limitando-se apenas a causas significativas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, o parecer. (Pausa)

O SR. – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Está concedido o pedido de vista, pelo prazo de cinco dias, ao nobre Senador.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – E deixo claro que apenas li o voto, sou relator **ad hoc**. Não sou o autor do voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador Relator está pedindo mais informações ao Tribunal de Contas da União para que possa aferir melhor, mas está concedido o pedido de vista pelo prazo regulamentar de cinco dias.

Passamos ao Item nº 4.

Peço, por gentileza, à nobre Senadora Ana Júlia Carepa que o leia. É o Aviso nº 189, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 798, de 2000, bem como o respectivo relatório de levantamento de auditoria e votos que a fundamentam, realizada nas obras da construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 4^a Região.

O Relator é o nobre Senador César Borges que, por não se encontrar presente, solicita-se um Relator **ad hoc**.

Nobre Senadora Ana Júlia Carepa, V. Ex^a é designada a Relatora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, eu gostaria, por se tratar de processo de construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal, e essas situações já terem dado muito problema neste País, de pedir vistas. Apesar de entender que o Relator analisou a matéria, dizendo que o Tribunal já fez as oitivas necessárias, eu gostaria de solicitar a vista.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É um direito de V. Ex^a.

Está concedido o pedido de vista pelo prazo regulamentar de cinco dias.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de levantar uma questão de ordem a V. Ex^a. Eu estava representando o meu Partido numa reunião com a Presidência do Senado Federal e, por isso, cheguei um pouco atrasado para o início desta sessão. Já tomei conhecimento de que foi aprovada, aqui, a convocação do Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sim, já a havíamos aprovado anteriormente. Fizemos, apenas, a oficialização.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu sugeriria a V. Ex^a, até por esta semana ser como é, que deliberasse no sentido de transferir para uma outra data a vinda do Sr. Ministro da Justiça, na próxima semana, porque teríamos melhor aproveitamento, os fatos estariam bem mais claros diante da opinião pública, e creio que esta Comissão ganharia muito em qualidade na audiência do Ministro.

Então, eu gostaria que V. Ex^a, em nome da Presidência da Comissão, fizesse gestões com o Ministro no sentido de propiciar a vinda de S. Ex^a aqui, a partir da próxima semana, na data que lhe fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, não é sem propósito a ponderação de V. Ex^a, tanto é que o Senador Osmar Dias havia feito uma ponderação no mesmo sentido. Vamos verificar se a sessão plenária será amanhã pela manhã para entrarmos em contato com o Ministro, que já havia confirmado sua presença, por ofício, no sentido de transferir a reunião. Como a agenda de S. Ex^a é extremamente difícil, vamos entrar em contato com S. Ex^a imediatamente para vermos se há possibilidade.

Portanto, tem fundamento a ponderação feita por V. Ex^a, porque, se transferirem a sessão plenária para amanhã de manhã, não há razão para nos reunirmos, até porque, à tarde, não deveremos ter **quorum**, sendo que trata-se de um assunto de muita relevância. Então, explicado a V. Ex^a está que vamos fazer gestão nesse sentido.

Peço à nobre Senadora Ana Júlia Carepa que, por gentileza, atue como relatora **ad hoc** no Item nº 5 da pauta, que encaminha ao Senado Federal cópias das Decisões nºs 612 e 617, adotadas pelo Tribunal de Contas da União, na sessão ordinária de plenário de 08/09/99, bem como dos respectivos relatórios e votos que o fundamentam.

O Senador Duciomar Costa elaborou o relatório original.

A SRA. RELATOR AD HOC (Ana Júlia Carepa)

– Sr. Presidente, apresento o voto do Relator:

Após examinar a matéria, o TCU decidiu, em sessão de 8 de setembro, orientar algumas das unidades regionais do Senai a:

– incrementar o número de servidores da área-fim, por verificar grande concentração na área-meio;

– evitar transferência financeira para a Confederação Nacional da Indústria e para as Federações Estaduais da Indústria em volumes superiores ao legalmente estabelecido;

– aperfeiçoar o sistema de indicadores de desempenho;

– criar planos de cargos e salários;

– controle de material para previsão de necessidades anuais;

– promover a devida manutenção e padronização das instalações;

– ampliar a oferta de cursos de informática;

– efetuar rateio de despesas com outros usuários de seus imóveis;

– requerer funcionários cedidos;

– promover modernização administrativa;

– aperfeiçoar a classificação contábil;

– reaver instalações cedidas;

– estabelecer critérios de contratação de mão-de-obra e conter gastos com empresas de terceirização de mão-de-obra.

O Tribunal de Contas da União apresentou várias orientações.

Sr. Presidente, concordo com o voto do Relator, que propõe que a Comissão tome conhecimento e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo.

Sr. Presidente, creio que talvez fosse interessante para esta Comissão que pudéssemos, por um período preestabelecido, verificar se as recomendações feitas pelo TCU em situações como essa têm sido seguidas. Pelo que percebo, elas não são absolutamente graves, mas merecem uma tomada de posição, além de uma mudança na atuação do Senai em algumas unidades regionais.

Penso que cabe-nos – entendo ser este o papel desta Comissão, porque o TCU faz sua parte indicando o que deve ser corrigido – verificar se o órgão público está seguindo as recomendações feitas pelo TCU. Aí, sim, estaremos cumprindo a função de Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isso é normal, nobre Senadora. Normalmente, quando há dúvida, fazemos o pedido de informação acerca do comportamento da instituição fiscalizada, oportunidade em que o TCU nos envia um relatório apontando se cumpriram, se pagaram multa, enfim, o que fizeram.

A SRA. RELATOR AD HOC (Ana Júlia Carepa)

– Concordo com o relatório.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a, ao ler o relatório, mencionou um assunto sobre o que – penso – deveríamos dedicar maior atenção. Refiro-me à terceirização, que, neste País, adquiriu um volume grande. Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, vamos pegar como exemplo a Caixa Econômica Federal. Uma portaria interna do Ministro proibia a contratação de novos bancários para a Caixa Econômica, que só pode ter até 55 mil funcionários e, hoje, já conta com 40 mil terceirizados. Se fizer concurso, fica mais barato o funcionário para a Caixa do que o terceirizado, mas não se pode fazer, porque há o veto da portaria.

Isso se repete em “N” órgãos, inclusive o Tribunal de Contas e o Ministério do Trabalho têm batido na mesma tecla, dizendo que não pode acontecer. No entanto, acontece em todos os Ministérios.

Creio que esta Comissão devia, mais cedo ou mais tarde, fazer um levantamento sobre esse assunto, que é grave, e se tem gastado uma fortuna com funcionários terceirizados mais caros, como é o caso da Caixa Econômica. Ela recebeu uma missão: fazer todos os pagamentos de todas essas bolsas. Com isso, ela fez credenciamento em padarias, correios, lotéricas, e não pode contratar pessoas. Ela é obrigada a terceirizar. Ela está sentindo-se mal e sendo cobrada pelo Tribunal de Contas, porque ela está terceirizando, pois está proibida de aumentar o seu contingente de funcionários.

Falei de um órgão apenas. Com toda a certeza, isso se repete em todos os demais. Na Caixa, há quase o mesmo efetivo de funcionários concursados e terceirizados: a Caixa tem 55 mil funcionários concursados e 40 mil terceirizados.

É o tipo de proibição boba, porque faz a República gastar muito mais. Penso que devemos criar uma palestra sobre o tema e chamar quem de direito. Vou preparar os requerimentos, mas apenas aproveitei o tema abordado por V. Ex^a.

O último relatório seria feito ...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Poderíamos, inclusive, assinar juntos, Senador Ney Suassuna, para que pudéssemos pedir uma discussão sobre essa situação, que, realmente, tem sido um grande problema. Sou testemunha disso. Por exemplo, a Caixa Econômica, no Estado do Pará, tem uma demanda muito grande para ter agências, postos, e não pode abrir uma agência, porque não há funcionário. Não pode abrir nenhuma agência no interior do Estado do Pará, porque ela não tem funcionário e não

pode contratar. Isso é um absurdo! Precisamos mudar, alterar essa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, o relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

O último item da pauta é o Aviso nº 14, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.040, de 2000, bem como respectivos relatório e voto, que a fundamentam, referente à auditoria realizada para verificar a aplicação de recursos arrecadados com tarifas da infra-estrutura aeroportuária pelo Departamento de Aviação Civil, pela Diretoria de Eletrônico e Proteção do Voo, pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, em atendimento à representação encaminhada pelos Senadores Jader Barbalho e Carlos Bezerra.

O nosso Relator é o Senador Duciomar Costa. Vamos pedir ao Senador Antero Paes de Barros que, por gentileza, seja o Relator **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Antero Paes de Barros) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 14, que encaminha a cópia da Decisão nº 1.040/2000.

O processo chegou ao Senado Federal em 31 de janeiro de 2001 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 16 de fevereiro de 2001. Em 27 de 2003, foi designado como Relator o Senador Duciomar Costa.

Na análise da matéria, o Senador Duciomar Costa diz que, após examinar a matéria, o Tribunal de Contas da União tomou uma série de decisões que encaminhou para o conhecimento desta Comissão, especificamente dos Senadores à época, Jader Barbalho e Carlos Bezerra.

O que se observa é que o Tribunal de Contas enviou tais decisões ao Senado fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso Nacional, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte desta Comissão.

O voto do Relator.

Diante do exposto, nos termos do Ato nº 01, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, o Relator propõe que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Está encerrada a reunião. Senadora Ana Júlia Carepa, veja que, no caso específico, foi feito exatamente isto: pediu-se a comprovação de que medidas tinham sido tomadas.

Até a próxima semana, quando estaremos juntos novamente.

(Levanta-se a reunião às 12h03min.)

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2003, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas do dia vinte e cinco de junho de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores IDELI SALVATTI, HELOISA HELENA, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, ANTERO PAES DE BARROS, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, PAULO OCTAVIO, LEONEL PAVAN, JOSÉ AGRIPINO MAIA e EDUARDO SUPPLY. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a reunião destina-se à realização de audiência pública destinada a prestar informações e esclarecimentos relativo às remessas ilegais de divisas ao exterior por meio de contas cc5, sendo ouvidas as seguintes autoridades: Dr. MÁRCIO THOMAZ BASTOS, Ministro de Estado da Justiça, Dr. PAULO LACERDA, Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal e a Dra. CLÁUDIA CHAGAS, Secretária Nacional de Justiça em conformidade com aprovação do Requerimento nº 21/2003-CFC, de autoria da Senadora IDELI SALVATTI. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que apresentam sua exposição. A seguir, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos oradores inscritos, Senadores PEDRO SIMON,

OSMAR DIAS, ANTERO PAES DE BARROS e IDELI SALVATTI, que apresentam seus questionamentos aos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Temos *quorum* regimental. Declaro aberta a 16ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Esta 16ª reunião foi solicitada para realizar a audiência pública destinada a prestar informações e esclarecimentos relativos a remessas ilegais de divisas ao exterior por meio das contas CC5. As autoridades convidadas foram, respectivamente, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, Ministro de Estado da Justiça, que, por gentileza, peço ao Senador que faça entrar na nossa Comissão, o Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, e a Dr^a Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça.

Esta reunião está se realizando em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 21, de 2003, da Comissão de Fiscalização e Controle, que foi aprovado em 17/06/2003, de autoria da nobre Senadora Ideli Salvatti.

Nobre Ministro, V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que considerar conveniente para iniciar os esclarecimentos. Depois, se quiser, pode passar a palavra ao Dr. Paulo Lacerda, ou, se preferir, poderá abrir as questões.

Gostaria de informar aos senhores aqui presentes que o Ministro tem um compromisso inadiável ao meio-dia. portanto, ao meio-dia, liberaremos o Ministro. Se os demais membros da Mesa e os convidados quiserem permanecer, poderão fazê-lo. Mas o Ministro veio, com muita gentileza, com o compromisso de sair até o meio-dia.

Concedo a palavra ao nobre Ministro da Justiça.

O SR. MÁRCIO THOMAZ BASTOS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a honra do convite e reitero o respeito que tenho pelo Congresso Nacional e pelo Senado da República, depositários da totalidade da soberania nacional no Brasil.

Em relação ao tema "investigações do Banestado", vim aqui acompanhado da Secretária Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, Dr^a Cláudia Chagas, que cuida dos aspectos da cooperação internacional, nesse caso, com os Estados Unidos da América, e do Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, encarregado das investigações a respeito da questão.

Esse inquérito policial se iniciou em 1998, por um inquérito-mãe, de nº 207. Depois, pela grande quantidade de assuntos, de contas, de aspectos a serem investigados, ele foi desmembrado, totalizando 135 inquéritos policiais. Isso vem se desenrolando desde 1998.

Hoje, qual é a situação? Sob a liderança do Procurador Cláudio Fonteles, Procurador-Geral da República que vai assumir na próxima 2^a feira, os procuradores, depois de sucessivas reuniões, acertaram uma maneira de trabalhar que fosse a mais racional e a mais útil no sentido da ligeireza e do melhor aproveitamento das investigações.

Então, sob a liderança do Dr. Cláudio, realizou-se uma reunião, assentou-se que o foco principal das investigações, sobre fatos que aconteceram basicamente no Paraná ficaria com uma força-tarefa de seis procuradores federais no Paraná. Aqui em São Paulo, uma outra força-tarefa, que tem a integrá-la o eminente Procurador Luiz Francisco, ficou encarregada das ações civis, das ações de improbidade administrativa e das relações desse tema com a Receita Federal. A Polícia Federal está dando todo apoio a essa investigação. Está trabalhando na coordenação das investigações a Delegada Neide Alvarenga, que conheço de longos anos e é coordenadora do combate ao crime organizado no Departamento de Polícia Federal; é uma das delegadas mais bem treinadas, mais argutas, mais preparadas e eficientes que tive oportunidade de conhecer, inclusive antes do Ministério, quando eu exercia uma militância de advocacia criminal.

Ficou acertado também na reunião com o Dr. Cláudio Fonteles, segundo relatado por ele mesmo, que, à medida que os procuradores federais fossem encontrando elementos relacionados a pessoas radicadas em outras regiões do Estado, iriam passando esses dossiês, desmembrando-os e repassando-os aos procuradores de São Paulo, de Brasília, do Rio, de onde fossem.

Essa é, neste momento, a situação da investigação no Brasil.

Em relação à investigação nos Estados Unidos, tivemos um problema de relacionamento em relação

à aplicação do tratado: houve uma reclamação do Departamento de Justiça Americano, dirigida por escrito ao Ministério da Justiça, de que não estaríamos fornecendo as informações especificadas que havíamos prometido. Estamos, neste momento, na tentativa de impedir que essas relações se rompam ou impedir que essas relações se deturpem ou se percam, de modo a que possamos manter a inteireza da investigação e a interação entre as autoridades americanas e as brasileiras.

A questão da cooperação internacional, em matéria de sigilo, em matéria de troca de informações, é muito delicada; é como um cristal que não se pode partir. Então, é preciso confiança mútua, e muitas vezes as autoridades se ressentem da falta de cumprimento de promessas, da falta de cumprimento de entrega de documentos, e isso se torna um óbice e uma dificuldade para a investigação.

Queremos dizer, finalmente, antes de passar a palavra à Dr^a Cláudia e, depois, ao Dr. Paulo Lacerda, nessa apresentação inicial, e antes de nos colocarmos depois à disposição dos Srs. Senadores, que temos toda a confiança, evidentemente, no Congresso Nacional. Achamos que a decisão soberana do Congresso Nacional de constituir uma comissão mista para investigar a questão Banestado é algo que pode significar uma contribuição importante no desvendamento e no deciframento desse caso, que é um caso complexo, delicado e difícil. Manifesto e reafirmo que a Polícia Federal e o Ministério da Justiça, por quem podemos falar, estão absolutamente à disposição do Congresso Nacional, desta Comissão Mista, para uma colaboração, uma interação, uma parceria, uma cooperação, de modo a que todos possamos atingir o objetivo, que é o comum, de buscar a verdade.

Peço a Dr^a Cláudia Chagas, se o Presidente permitir, que faça também uma pequena exposição geral a respeito da questão.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um breve relato dos acontecimentos com relação a esse caso de lavagem de dinheiro no que se refere a minha área de atuação no Ministério da Justiça, que é a Secretaria Nacional de Justiça, mais especificamente a assessoria que cuida da cooperação judiciária em matéria penal.

Esse caso chegou ao nosso conhecimento ainda no final do ano de 2001, quando ainda não estávamos no Ministério, mas os registros da Secretaria indicam que, no final de 2001, começo de 2002, o delegado Castilho já se comunicava com o ministério com a intenção de ir a Nova Iorque examinar os documen-

tos da agência do Banestado naquela cidade relativos aos anos de 1996 e 1997.

E assim foi feito: em janeiro de 2002, ele foi a Nova Iorque acompanhado de uma equipe. Lá, então, começaram a examinar toda essa documentação que estava ainda arquivada na agência do Banestado. Baseados nessa documentação, o Delegado Castilho e os peritos começaram a fazer um mapa do que poderia ser um grande esquema de lavagem de dinheiro usando as contas CC5, passando por Foz do Iguaçu, terminando na agência de Nova Iorque, onde esse dinheiro teria sido remetido para diversas contas no mundo inteiro. Havia necessidade, então, de fazer um banco de dados, um trabalho relacionando todas essas remessas, buscando a autoria, buscando os verdadeiros titulares dessas contas.

O Ministério da Justiça, na ocasião, deu o seu apoio, e a equipe voltou. Os peritos fizeram um laudo, fizeram um primeiro mapa e agora, no final de 2002, início de 2003, houve um pedido para que o Delegado Castilho retornasse às investigações. O Dr. Paulo Lacerda concordou e, então, foi uma equipe do delegado Castilho novamente, em janeiro de 2003, para os Estados Unidos. Foi também uma equipe do Delegado Carvalho, que também estava cuidando desse assunto.

O inquérito-mãe, como disse o Ministro, é o Inquérito nº 207, de Foz do Iguaçu, a partir do qual surgiram diversos indícios.

No início deste ano também estive nas cidades de Washington e de Nova Iorque com a intenção de sensibilizar as autoridades locais. Estive no Departamento de Estado, no Departamento de Justiça, no FBI e com os procuradores norte-americanos para mostrar a relevância das investigações. Pedi a colaboração deles, expliquei-lhes que se tratava, talvez, do maior esquema de lavagem de dinheiro que se conhecia. Enfim, disse que precisávamos do apoio deles para agilizar os nossos pedidos via MLAT, que é um acordo que o Brasil tem com os Estados Unidos para cooperação judiciária em matéria penal. Por meio desse acordo, o Brasil solicita o bloqueio de contas, a quebra de sigilo bancário, enfim, qualquer medida que o poder judiciário americano tenha que conceder e que seja importante para essas investigações.

Foi pedida inicialmente a quebra do sigilo de nove contas – quando estive lá as investigações estavam nessa fase. O Governo americano estava concordando com a quebra do sigilo dessas nove contas.

Normalmente a autoridade central no Brasil, que é o Ministério da Justiça, formula um pedido para a autoridade central norte-americana, que é o Depar-

tamento de Justiça, e, de lá, eles, fazendo um primeiro juízo de admissibilidade, verificando se esse pedido contém todos os requisitos necessários, encaminham aos procuradores norte-americanos. Esses procuradores, então, em Nova Iorque, perante a Corte, pedem ao Poder Judiciário que conceda a quebra desse sigilo bancário ou o bloqueio de contas, enfim, tudo o que for necessário. Com essas nove contas, obtivemos sucesso. O Governo americano concordou, o poder judiciário já estava começando a deferir essas contas.

Quando estive lá, em todas essas conversas, eles se demonstraram interessados em nos apoiar, se sensibilizaram e havia, inclusive, o interesse dos procuradores em verificar se houve também crime em território americano, conivência de servidores americanos, de instituições bancárias. Se isso ficasse demonstrado, eles abririam um caso lá nos Estados Unidos, o que evitaria que todas as medidas tivessem que ser tomadas só a pedido do Brasil via MLAT.

As coisas estavam caminhando muito bem com essas nove contas deferidas. A equipe que lá permaneceu sentiu necessidade, então, de examinar muitas outras contas – seria um total de mais de cem contas, mas inicialmente formulou um pedido de quebra de sigilo para dezesseis novas contas bancárias.

Já quanto a essas dezesseis, o pedido foi muito superficial. O mal-estar foi causado muito em função disso. Os americanos colocaram com muita clareza que acreditavam que nós, realmente, temos um caso, que isso é muito importante, mas que precisam de indícios mais concretos. Assim como a legislação brasileira, para quebra de um sigilo bancário, precisa de indícios da prática de um crime, indícios de autoria, lá também esses indícios são necessários. Portanto, era fundamental que dossiês mais completos, mais substanciais fossem remetidos, e que esses dossiês contivessem algumas provas, ou cópias de depoimentos de testemunhas, ou cópias de documentos bancários, enfim, indícios mais completos da prática de crime de lavagem de dinheiro ou dos crimes de antecedentes também. E isso não foi feito, o que resultou esse mal-estar.

Depois de alguns meses – estive lá em fevereiro –, combinamos que seria feito pela equipe da Polícia Federal que estava trabalhando. Durante esses meses mantive contato via telefone, e sempre me era dito que as investigações estavam avançando, que já tinham tudo acesso a novos documentos, inclusive com a colaboração do FBI e dos procuradores, que estavam trabalhando em conjunto.

No entanto, o que chegou às mãos das autoridades americanas foram documentos muito superficiais, tanto que na carta que eles mandaram para o Ministério da Justiça isso é deixado claro: "Já sabemos que existe um grande esquema de lavagem de dinheiro; sabemos que são usadas as contas CC-5". Ou seja, tudo o que descobrimos apenas agora, eles já sabiam. Queriam, pois, provas mais concretas para continuarem colaborando com a quebra desses sigilos bancários. E paramos nesta situação.

Também gostaria de esclarecer que, durante todo esse tempo, o Ministério da Justiça trabalhou no sentido de intermediar esses pedidos e também no sentido de auxiliar a equipe, de dar credibilidade, de esclarecer que era realmente uma investigação de grande importância para o Brasil. Além disso, trabalhamos sempre em conjunto com o Ministério Público Federal, o que é muito importante.

Durante todo o tempo da investigação me reuni várias vezes com Procuradores da República, principalmente com os que atuam aqui em Brasília, mas também recebi a visita dos Procuradores da República que atuam no Paraná. E já conversamos com o Dr. Cláudio Fonteles que vai assumir a Procuradoria Geral da República.

No Paraná, a equipe da Polícia Federal continua trabalhando e investigando, sempre ao lado dos procuradores: há seis procuradores que estão coordenando toda essa área criminal, mas sempre acompanhados de agentes de Polícia Federal e delegados. E todos estão trabalhando em cima da documentação que já existe no Inquérito nº 207.

E na medida em que forem surgindo situações concretas, onde há prova da materialidade e indícios de autorias suficientes, eles vão oferecendo a denúncia, em casos separados. Isto é, não vão esperar todos os casos estarem prontos para iniciar a ação penal.

Aqui em Brasília, a equipe do Procurador Luiz Francisco, da Procuradora Raquel Branquinho e da Procuradora Valquíria Quixadá vão cuidar do que se refere à improbidade administrativa dos servidores públicos que podem estar envolvidos nesse esquema. Havendo, portanto, aqui em Brasília, um contato direto desses procuradores com a Controladoria da União, com a Polícia Federal e com o Ministério da Justiça, que têm acompanhado bem de perto as investigações.

Os documentos que a equipe do Delegado Castilho trouxe de Nova Iorque para cá não foram entregues à Polícia Federal de imediato. O Delegado Castilho entregou os documentos ao Ministério Público Federal. Nós, do Ministério da Justiça, não tivemos

acesso a nenhum desses documentos. Não sei se a Polícia Federal já recebeu alguma coisa. Mas o Dr. Paulo vai esclarecer melhor esta questão.

A nossa posição, no Ministério da Justiça, é continuar prestando esse apoio irrestrito e com muita atenção; sabemos da importância do caso e vamos continuar sendo o caminho para requerer essas medidas no exterior, para receber esses documentos e repassá-los à Polícia Federal e Ministério Público Federal, que estão trabalhando em conjunto.

São esses os esclarecimentos que poderia prestar, mas estou à disposição para quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal.

O SR. PAULO LACERDA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, gostaria de dizer da minha grande satisfação em retornar ao Senado Federal, agora na condição de Diretor-Geral da Polícia Federal, e poder fornecer os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Se me permitem, tomo a liberdade de lembrar que, em 1996, aposentei-me na Polícia Federal, após ter cumprido 35 anos de serviço em geral, a maior parte na área da atividade policial específica. Logo em seguida, no início de 1997, fui convidado a participar, na condição de assessor, de uma comissão parlamentar de inquérito que apurava irregularidade em títulos públicos, a chamada CPI dos Precatórios. A partir de então, tive a honra de ser convidado para trabalhar em assessorias a comissões parlamentares de inquérito nesta Casa, onde convivi com todos os assessores e tive a honra de estar com muitos dos Senadores aqui presentes e outros que aqui não estão e isso é motivo de muito orgulho para mim.

Durante o tempo em que aqui trabalhei, participei ainda como assessor em diversas comissões parlamentares de inquérito, a exemplo da CPI do Sistema Financeiro Nacional, chamada CPI dos Bancos, a CPMI do Roubo de Cargas, que terminou em dezembro próximo passado. Na Câmara dos Deputados, assessoriei a CPI do Narcotráfico, notadamente na questão da lavagem de dinheiro. Assessoriei o ilustre Senador Romeu Tuma na sua função de Corregedor Parlamentar do Senado Federal.

Então, é motivo de grande satisfação estar aqui e demonstrar o grande apreço que tenho por esta Casa.

Sobre o assunto Banestado, o Ministro Márcio e a Dr^a Cláudia já falaram sobre o papel da Polícia Fe-

deral. Tomei conhecimento efetivo deste caso no início de fevereiro deste ano, uma vez que estive fora da Polícia Federal no período de 1996 a janeiro de 2003.

Em fevereiro deste ano, tomei conhecimento do caso por uma matéria de revista semanal **Istoé** sobre o desvio de US\$30 bilhões. Para mim, foi surpreendente o conteúdo daquela matéria e procurei prontamente me inteirar do assunto. Soube que se tratava de um inquérito policial que tramitava, há algum tempo, em Foz do Iguaçu, no Paraná, e que já haviam passado vários policiais por aquele trabalho, uma vez que era bastante complexo, como costuma acontecer nesses chamados crimes de lavagem de dinheiro, crimes financeiros.

No mesmo fim de semana em que houve a divulgação da matéria, muito me preocupou alusões de que a Polícia Federal e o Executivo não teriam interesse naquela apuração, que a administração anterior teria afastado o delegado Castilho e que poderia também essa administração não estar interessada – sem se falar no meu nome, mas possivelmente tentando estabelecer alguma ligação de desinteresse, pelo fato de eu ter trabalhado no Senado Federal.

Achei aquilo inteiramente absurdo, uma vez que não faz parte da minha vida funcional e muito menos da Polícia Federal que conheço e que, hoje, tenho a honra de dirigir.

Imediatamente, solicitei que viessem a Brasília o Delegado Castilho e o Perito Renato, que de fato haviam sido afastados das investigações pelo colega que me antecedeu.

Ao solicitar a vinda desses dois colegas para se incorporarem à investigação, alguns me disseram que se tratavam de policiais polêmicos que gostam muito da mídia. Esse foi o único fato contrário a esses colegas. A apuração desse caso é tão importante que temos que conversar com eles e até assumir eventuais riscos desse tipo de comportamento. Chamei o Castilho, fizemos uma reunião com todos aqueles que trabalharam anteriormente e os que estavam naquele momento. Reunimos seis policiais, eram dois delegados, três peritos e um escrivão, e, diante da alegada necessidade dessa equipe de retornar aos Estados Unidos, procurei o Sr. Ministro da Justiça e o fiz vez a grande importância a respeito da dificuldade de recursos que tínhamos naquele instante, em início de governo, começo de ano, uma grande dificuldade de recursos.

A despeito de todas essas dificuldades, o Sr. Ministro nos apoiou e conseguimos os recursos para enviar toda a equipe aos Estados Unidos. O Dr. Castilho e o perito Renato já estiveram em Nova Iorque, no

ano anterior, quando ficaram por 30 dias e avançaram bastante as investigações na agência do Banesbado de Nova Iorque, fruto do convênio denominado MLAT.

Com a possibilidade do retorno dos seis policiais aos Estados Unidos, após conseguirmos, em caráter excepcional, recursos naquele momento difícil, eles para lá foram. Apenas solicitei a toda equipe que tivesse a cautela necessária com a divulgação de dados porque se tratava de inquérito sob segredo de Justiça. Nós, policiais, aprendemos, desde a Academia, que temos que apurar primeiro, investigar e depois relatar os fatos para o Ministério Público e a autoridade judicial competente. É evidente que a transparência de nossos atos deve ser dada, a imprensa está aí e acompanha, é necessário que ela saiba, entretanto, não é de bom caminho que se inicie investigações e já se comece a expor as pessoas envolvidas antes de saber exatamente o que existe.

Essas foram as únicas advertências que fiz a essa equipe em todo o transcorrer desse episódio. No mais, foi apenas atender a tudo que era possível. Entretanto, ao longo da permanência da equipe policial naquele país, várias vezes, chegou ao conhecimento a necessidade da permanência da equipe. E eu dizia que tínhamos dificuldades de recursos para manter aquela equipe por mais tempo nos Estados Unidos e aí tive que diminuir o grupo que foi para aquele país. Inicialmente, eram seis, ficaram três – dois peritos e um delegado.

Com o decorrer do tempo, novamente foi solicitada a necessidade de permanência da equipe nos Estados Unidos. E eu voltava a afirmar que não tínhamos recursos para bancar as despesas dos que lá estavam, cuja diária era de US\$300 por cada componente da equipe. Dito isso, numa investigação dessa em que se fala de US\$30 bilhões, parece algo mesquinho, mas é a realidade em que vivemos e era a condição que tínhamos. De modo que sempre falei que tínhamos que abreviar o período no máximo que pudéssemos. Ao final, ficaram o Delegado Castilho e o Perito Renato nos Estados Unidos, e, sempre com muita dificuldade, muito esforço e empenho pessoal do Sr. Ministro, da própria Dr^a Cláudia, no sentido de conseguir os recursos para que lá permanecessem.

Pessoalmente, por ter trabalhado uma boa parte da minha vida – eu diria, a maior parte dela – em investigação de crimes financeiros, tenho uma visão desse tipo de trabalho que se faz num outro país. Na realidade, uma equipe policial não vai num outro país para investigar nada, a soberania daquele país não permite que nenhum policial, nenhuma autoridade de

outro país para lá se dirija e vá investigar. Isso não é possível. O que os policiais fazem é, através de contato com as autoridades estrangeiras, as que firmaram um acordo, lá, passar os subsídios e aguardar o fornecimento da documentação hábil. Esse é o procedimento adequado. Se assim não fosse, as autoridades de um país soberano, ainda mais os Estados Unidos, jamais permitiriam que eles lá estivessem investigando qualquer coisa. O mesmo nós faríamos se soubéssemos que teria policiais americanos dentro de uma instituição financeira brasileira investigando um banco nacional ou um banco estrangeiro aqui no Brasil.

De tal modo, eu entendia que bastava que eles dissessem às autoridades americanas o que precisavam, elencassem os documentos que eram necessários, formulassem por escrito essas solicitações e fizessem os contatos necessários. Então, retornariam ao Brasil e, aqui, aguardariam. Assim que estivesse feito o rastreamento, voltariam lá, como talvez agora já se faça necessário o retorno, para que, lá, apanhassem novamente os documentos, permanecessem por uma semana que fosse, fizessem novos contatos e retornassem. É assim que se procede. Não adianta ficar um ano nos Estados Unidos porque não vai acrescentar nada, absolutamente nada, vai nos transmitir uma idéia falsa de que se está investigando num país estrangeiro, e isso causa, inclusive, mal-estar para as autoridades daquele País. Tenho tido contato com policiais americanos que trabalham aqui no Brasil, que são adidos, que são policiais que estão em missão aqui no Brasil, e nota-se sempre um certo tom de desagrado em colocações desse tipo, como nos sentiríamos da mesma forma se disséssemos que há policiais estrangeiros investigando numa instituição financeira aqui no Brasil, fazendo e acontecendo e falando em nome do seu país.

Então, eu queria apenas colocar isso para dizer que o prazo de 72 dias em que o Dr. Castilho e o Dr. Renato ficaram nos Estados Unidos é absolutamente adequado; acho até que ultrapassou o necessário. Eles já tinham estado, no ano anterior, por 30 dias, e penso que poderiam ter retornado antes, quando logo pedi, por dificuldade de recursos, que retornassem, mas ponderaram, e o próprio Ministro da Justiça e a Dr^a Cláudia entenderam que era importante a permanência, e concordei com isso. Os recursos foram disponibilizados, excepcionalmente, e eles lá ficaram.

Quero deixar claro, para que não pareça que havia uma intenção qualquer da Polícia Federal em retirar da investigação os policiais que estavam nos Estados Unidos, voltando a frisar: um policial estran-

geiro não pode investigar no outro país. Então eles foram lá atendidos, porque havia um convênio e porque eles solicitaram.

Rastreamento bancário é algo extremamente demorado. Todos os Srs. Parlamentares que trabalharam em comissões parlamentares sabem disso muito bem. Não se trata simplesmente de apertar uma tecla do computador para obter a informação. Não é bem assim nem nos Estados Unidos. São informações que se solicita e que, de acordo com a legislação do país, demandam autorizações judiciais de acesso. Então, a instituição financeira vai disponibilizar seus bancos de dados para que seja obtida a informação pela autoridade daquele país que então passará para o policial brasileiro. Essa foi a participação nossa no episódio da permanência dos colegas nos Estados Unidos.

Quando do retorno desses policiais ao Brasil, tudo aquilo que poderia ser feito foi feito pela Polícia Federal para deixá-los inteiramente à vontade dentro das nossas disponibilidades. O Ministério Público, tanto o do Paraná quanto o do Distrito Federal, manifestou-se de pronto no interesse em participar mais ativamente da apuração. Dessa forma, de certo modo abrindo um pouco uma questão da qual a Polícia Federal sempre foi muito ciosa, qual seja, a de estar à frente das investigações, nós nos colocamos inteiramente ao lado do Ministério Público, para que o Ministério Público nos dissesse o que era importante naquele caso. E tudo que o Ministério Público entendeu cabível, eu procurei fazer.

Eu quis dar uma idéia exata daquilo que penso, daquilo que vem sendo orientação do Ministério da Justiça, em especial, do Sr. Ministro, para que se dê total apoio a essa investigação.

Alguns procuradores do Ministério Público vieram conversar comigo dizendo que queriam o Dr. Castilho e o perito Renato na investigação com eles. Eu prontamente atendi, sem nenhuma burocracia, apenas mediante trocas de ofícios, passando por cima de normas que impõem uma tramitação burocrática junto ao Ministério da Justiça. Apenas comuniquei ao Sr. Ministro, e S. Ex^a concordou. E foi feito de maneira célere, ágil, sem nenhum embaraço. Dr. Castilho passou para lá.

Procuradores da República me disseram que o Dr. Castilho seria penalizado, ele que trabalhava em São José do Rio Preto, São Paulo, se ele continuasse lá lotado, longe da família; ele queria uma remoção para Brasília. Também, a despeito de todas as dificuldades financeiras, eu autorizei a remoção do Dr. Castilho, com ônus, remoção **ex-officio**, com todas as

vantagens. Não impus nenhuma restrição. Hoje em dia, quando alguém pede remoção dentro da Polícia Federal, a gente prontamente diz: "Você abre mão dos seus direitos de remoção?" E a pessoa diz que abre mão; então, nós removemos quando pode ser removido. Nesse caso, eu não questionei isso. Removi o Dr. Castilho para Brasília, de modo a que ele se sentisse confortável junto a sua família. Tudo aquilo que era possível foi feito.

O Dr. Castilho vem trabalhando neste caso, fato inédito na Polícia Federal, com perito exclusivo. Por toda a minha vida funcional, eu nunca tive essa condição, porque nós temos poucos peritos. Todo delegado da Polícia Federal gostaria de ter esta condição: um perito ali para consultar a cada instante, para lhe ajudar a cada momento. Pois bem, ele vem trabalhando o tempo integral junto com o perito e alguns momentos com dois peritos. Portanto, também nesse quesito, não há o que se falar quanto à falta de apoio ao Castilho.

A Polícia Federal pode dizer – fiz um levantamento nesse sentido – o período em que o Dr. Castilho e o Renato permaneceram nos Estados Unidos, que é recorde em termos de missão temporária na Polícia Federal. Nunca nenhum investigador ficou tanto tempo no exterior, nem por falta de meios nem pela alegada falta de necessidade nesse tipo de apuração. Faço ressalva com relação a cursos, que é algo que foge a essa situação, e aos adidos que temos no exterior. Mas missões temporárias da Polícia Federal nunca houve. No máximo, uma semana, estourando tivemos casos de doze dias.

O Perito Renato e o Castilho ficaram, num primeiro momento, 29 dias e depois 72 dias. Então, não podem dizer que não houve o apoio da administração para que fizessem o que deveria. Eles deveriam ter vindo, como vieram, e, no momento adequado, se entenderem que hoje é o momento de retornar, porque os contatos já foram feitos, aí sim, iriam até lá por um período de uma semana e trariam o necessário.

Lembro que temos acompanhado esse caso. No Paraná, há uma equipe da Polícia Federal, conforme disse o Ministro, tendo à frente uma das mais valorosas delegadas da Polícia Federal, a Dr^a Neide, com um grupo de policiais federais trabalhando em perfeita harmonia com o Ministério Público Federal no Paraná. Estive em Curitiba e vi o entusiasmo com que estão trabalhando. Acenaram, inclusive, com a possibilidade de futuras denúncias.

E mais: gostaria de deixar bem claro que houve um único fato que me veio ao conhecimento de uma situação lamentável de alguém que estaria dentro da

Polícia Federal prejudicando investigações. Haveria um delegado da Polícia Federal prejudicando investigações do caso Banestado. Determinei prontamente que se fizessem diligências na nossa área de assuntos internos. E isso foi feito durante os dois últimos meses, o que resultou, na semana retrasada, lamentavelmente, na confirmação desse fato. A própria Polícia Federal pediu a prisão preventiva de um delegado da Polícia Federal, que está preso no Estado do Ceará. Por iniciativa da Polícia Federal, um delegado estaria, segundo as investigações, passando informações para um doleiro, envolvido no caso Banestado.

Portanto, a única informação que recebemos de alguém que poderia estar causando embaraços ou prejuízos às investigações do Banestado teve a resposta devida e merecida e hoje está preso, à disposição da Justiça.

A Polícia Federal, logo em seguida, abrirá também o procedimento administrativo adequado, com vistas, se comprovado, à demissão desse policial.

Preliminarmente, era isso que queria dizer. Agradeço pela oportunidade e coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

A lista para os questionamentos está à disposição de quem quiser inscrever-se.

Antes de abrir os questionamentos aos Senadores, passo a palavra ao nobre Ministro, Dr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, que vai acrescentar ao seu pronunciamento mais alguns itens.

O SR. MÁRCIO THOMAZ BASTOS – Mais cinco minutos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para falar um pouco mais da lavagem de dinheiro, num sentido amplo.

Já conversei com alguns Senadores aqui presentes a respeito disso. Não temos uma estrutura de combate eficiente à lavagem de dinheiro no Brasil. Precisamos criá-la. Temos uma lei que vem de 1998, mas o aparato, a **authority**, o instrumento capaz de dar um combate eficaz à lavagem de dinheiro não temos no Brasil. O crime organizado tem como causa final a lavagem de dinheiro. Efetivamente, as pessoas só se organizam em quadrilhas, só correm todos esses riscos inerentes a essa perigosa profissão de bandido ou de bandido quadrilheiro quando elas sabem que vão lavar o dinheiro ao final. Se eles soubessem que o resultado mensal ou anual das suas operações tivesse de ficar guardado no fundo do colchão, eles não se arriscariam numa atividade tão perigosa, tão sujeita a riscos.

Então, um dos trabalhos prioritários do Ministério da Justiça é criar no Brasil uma estrutura de combate eficiente à lavagem de dinheiro. Estamos fazendo isso, tentando incorporar e mobilizar todas as instituições indispensáveis a isso, como o Ministério da Fazenda, o Banco Central, a Receita Federal, a Comissão de Valores Mobiliários, a Bolsa de Valores, o Ministério Público Federal, a Justiça Federal, o Congresso Nacional, os procuradores, enfim, todas aquelas instituições que tenham algum papel e alguma contribuição a dar nessa luta.

Esse inquérito policial da lavagem de dinheiro, que vai ser objeto dessa CPI Mista a respeito do Banestado, encontra-se hoje aforado já numa vara privativa de lavagem de dinheiro. Graças ao esforço do Superior Tribunal de Justiça, a Vara Privativa de Lavagem de Dinheiro de Curitiba, que é a segunda especializada no Brasil, está com a competência para esse inquérito.

Já anunciamos algumas medidas. Temos doze medidas de curto prazo, que parecem ser essenciais à eficácia desse combate. Já anunciamos, o Banco Central e o Ministério da Justiça, quatro dessas medidas. Estamos em contato estreito com o novo Procurador-Geral da República, a fim de que se estabeleça oficialmente um escritório de procuradores especializados em lavagem de dinheiro, que possam ter circunscrição e competência em todo o Brasil. A Polícia Federal está sendo reequipada para isso. A Polícia Federal, na sua reorganização, tem agora uma diretoria de luta contra o crime organizado. Estamos reestruturando o Coaf, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que existe desde 1998, que é uma unidade de inteligência financeira e não tem função investigativa. Criamos, no Ministério da Justiça, um Departamento de Combate e de Recuperação de Ativos, para ser um braço executivo do Coaf. Foi aprovada no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, uma medida fundamental, por preliminar e básica: a criação, no Banco Central, do Cadastro Único de Correntistas. Hoje a nossa situação é a seguinte: quando se quer bloquear a conta de alguém, o Banco Central oficia todos os bancos para saber onde esse cidadão tem conta. Quando faz isso, ele coloca a informação no mercado, e a primeira coisa que o bandido faz é sacar o dinheiro.

Assim, se tivermos, como todos os países que lutam contra a lavagem de dinheiro têm, inclusive os paraísos fiscais, um cadastro único de correntistas, teremos dado o primeiro passo, o ponto de partida, um plano de voo para se chegar a esse bloqueio com mais eficiência.

A recuperação de ativos produtos de crime é uma atividade difícil e que envolve muitas instituições. Envolve a Justiça estadual, a Justiça Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público estadual. Ambicionamos que, na Secretaria Nacional de Justiça tenhamos esse departamento para funcionar como um grande coordenador, inclusive provido de um software relacional que permita o acompanhamento efetivo das coisas. Muitas vezes aparece, num inquérito policial estadual, o nome de uma pessoa com um número de uma conta, e aparece num processo, numa ação penal federal, o nome daquela mesma pessoa com uma outra conta, e não existe a relação dessas coisas. Ter isso em informática é fácil, apesar de a informática, para mim, ser um mistério insondável. Mas em informática é muito fácil fazer um software relacional de modo que se tenham todas essas informações relacionadas e articuladas.

Acredito que uma das grandes contribuições desta Comissão Parlamentar de Inquérito seria dar um avanço nessa necessidade de implantarmos no Brasil não um órgão, não o Ministério Público Federal, não a Polícia Federal, não só o Banco Central, mas um sistema que envolvesse todos os Poderes de combate à lavagem de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, Sr. Ministro.

O Ministro, quando chegou, informou-nos que tinha um compromisso inadiável ao meio-dia. Os demais participantes permaneceriam respondendo as questões. Portanto, peço aos Srs. Senadores que separem as perguntas destinadas ao Ministro, ao Diretor-Geral da Polícia Federal e à Secretária Nacional de Justiça.

Como primeira inscrita, temos Senadora Ideli Salvatti, a quem passo a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, o Diretor da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, e a Dr^a Cláudia Chagas, nossa Secretária Nacional de Justiça.

Lamento, pois esta reunião já poderia ter acontecido há dois meses, dando continuidade ao trabalho da Comissão de Fiscalização e Controle, que tinha um cronograma de acompanhamento das investigações reassumidas, reativadas a partir da posse do Governo Lula. Sofremos muitas turbulências políticas nesses dois meses devido à criação desta CPI, se seria ou não criada, se seria lá, outra cá, se misia, resultando no adiamento desta reunião de fundamental importância.

Tenho insistido em que a existência de nem quinhentas CPIs resolverão o problema central dessa investigação: as provas, cuja obtenção só pode ocorrer fora deste País – isso está estabelecido em acordo firmado entre o Governo brasileiro e o americano.

Mas creio que a CPI tem potencialidade para realizar muitas coisas, como este debate sobre como aprimorar o sistema de controle de controle da lavagem de dinheiro e da nossa legislação. Já tomamos a iniciativa, inclusive, de incluir, na Lei da Lavagem de Dinheiro – um projeto que está tramitando -, os crimes contra a ordem tributária, que, absurdamente, não estão contemplada na Lei da Lavagem de Dinheiro. Teremos muito a produzir, mas, efetivamente, as provas relativas aos beneficiários desse esquema da lavagem estão nos Estados Unidos e, pelo que sei, não só para lá, porque, no repique, acabou indo também para outros lugares do mundo.

Como foi muito bem explicitado, essa operação só poderá ocorrer se feita a partir dos acordos internacionais, de governo para governo, num ritual muitas vezes sutil. Daí a minha preocupação quanto à superação ou não desse impasse, porque poderemos debater, discutir, mas necessitamos da prova efetiva e crucial de quem se beneficiou. Essa tem sido a minha grande preocupação.

A nossa assessoria preparou várias perguntas sobre as questões apresentadas pela imprensa, até sobre a polêmica quanto à condução da investigação, posicionamentos, comportamentos dos que vêm trabalhando no caso. Mas quero retirar que não farei essas perguntas, só aquelas relacionadas ao impasse com o Governo americano.

A primeira delas dirijo ao Sr. Ministro: V. Ex^a pode nos fornecer a cópia do documento que o Governo americano encaminhou? Alguns trechos desse documento já foram divulgados pela imprensa, mas creio que seria fundamental acessá-lo, se é sigiloso ou não.

Ontem, li matérias em que há tentativa de desqualificação da autoridade americana que assina o documento. Uma delas vai na linha de que o assinante, o Sr. Michael Burke, seria um sub do sub, que ele não representaria o Governo. Portanto, seria importante saber não só o teor do documento, mas também se o documento realmente é assinado por quem de direito e se realmente representa a posição o Governo americano.

É muito importante saber ainda quais foram efetivamente as razões do impasse. Pelo que vazou na imprensa, parece que foi a ausência de substância

aos pedidos, por meio de documentos. Não houve substância documental.

Então, precisaríamos saber se é verdade tal fato. Por que não houve substância regimental? Se efetivamente como foi dito, tanto no Senado quanto na Câmara, o delegado Castilho, que estava conduzindo o processo, não tinha acesso? Ele realmente não podia entregar os documentos? Considero importante clareza a respeito dessa questão.

Tenho estudado um pouco o acordo da assistência jurídica entre o Brasil e os Estados Unidos, e a questão da confiabilidade parece-me também que é relevante, porque o acordo traz artigos muito contundentes, no sentido de que realmente tudo fica suspenso se a confiabilidade não for preservada. Como tem vazado sistematicamente para a imprensa, virá e mexe há documento, há nome, lista e tal. Essa questão da confiabilidade também foi ressaltada no documento? É algo que efetivamente importou nessa situação do impasse?

Gostaria de ter alguns esclarecimentos de como estão as tratativas para a superação do impasse. O que vem sendo feito? Como pode ser resolvido?

E mais: a CPI que se instala e o Congresso têm condições de contribuir na superação do impasse? O Senado principalmente tem a prerrogativa de tratar das relações internacionais do Brasil; por esta Casa passam todas as tratativas, todos os acordos, todos os contratos internacionais. Há efetivamente alguma possibilidade de o Poder Legislativo contribuir para a superação do impasse, especialmente o Senado?

Há matérias veiculadas pela imprensa também dando a idéia de que, nas tratativas feitas pelo Delegado Castilho, ele, além de relacionar-se com as autoridades, FBI, relacionou-se também com procuradores de Manhattan, e que o fato de não ter permanecido lá impediu que essas tratativas com outros segmentos das autoridades americanas, dispostas a passar documentos por conta do retorno, fossem frustradas.

Então, queria fazer uma pergunta bem simples. É possível obter documentos por fora? Foi essa a insinuação que ficou no ar: que se tivesse ficado lá, com jeitinho, ele teria... Inclusive no depoimento a que assisti no Conselho de Segurança... ele cativou. Isso é possível? Existe esse tipo de pacto para obtenção de documentos por fora?

Outra pergunta refere-se a se a documentação que veio está legalizada para ser utilizada nos inquéritos. Entende? Porque há inclusive veiculação pela imprensa de que a documentação precisou retornar

para ser chancelada, ou precisaria retornar para ser chancelada pelas autoridades americanas, tendo em vista que não poderia ser usada como prova. Então, há essa questão da legalidade dos documentos que já chegaram.

Há uma grande preocupação porque o documento trazido não foi entregue ao Ministério de Justiça, mas ao Ministério Público Federal. A informação que temos é que o Dr. Luiz Francisco e a Dr^a Valquíria e a Dr^a Raquel não estavam autorizados a acessá-lo, por conta do segredo de justiça, da tramitação do processo. Está resolvido esse impasse efetivamente de quem tem acesso? Quem já acessou esses documentos, além da imprensa? Além da imprensa, quem mais já acessou esses documentos?

Considero de fundamental importância essa questão, para termos clareza dos fatos. Ficaria por aqui, porque, volto a dizer: se nós, nesta atividade, pudermos sair daqui com clareza do porquê do impasse e do que está sendo feito para superá-lo, como o Congresso Nacional pode contribuir para superar o impasse, creio que já teremos contribuído de forma significativa para os trabalhos que se iniciam hoje da CPI Mista. Então vou ficar centrada nesta questão, porque, para mim, tenho dito e repetido: este é nó górdio desta investigação. Tenho dito, inclusive, que a CPI corre um grande risco de dar atestado de idoneidade para bandido militante se ela não conseguir produzir as provas, os documentos que inequivocamente levantaram a possibilidade de incriminar juridicamente, de penalizar, colocar na cadeia e tentar buscar a recuperação de parte ou da totalidade do recurso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, V. Ex^a terá oportunidade de fazer a tréplica. Passo a palavra ao Ministro, porque está chegando a hora da combinação que assumimos.

Com a palavra o nobre Ministro.

O SR. MÁRCIO THOMAZ BASTOS – Agradeço ao Sr. Presidente, à Senadora Ideli Salvatti, vou responder a dois ou três itens e depois passarei a palavra aos meus companheiros de Mesa, para que respondam o resto, já que estão mais preparados que eu para fazê-lo e, além disso, tenho realmente que sair daqui a pouco.

Vamos disponibilizar o documento para a Comissão. Ele já saiu na imprensa, foi objeto de várias especulações, de modo que é melhor ler o texto mesmo e verificar efetivamente do que se trata. Aliás, ele não veio nem em inglês, mas já vertido para o português.

A questão da confidencialidade que V. Ex^a mencionou é fundamental. Essas relações com os países estrangeiros, em matéria de troca de informações, de cooperação e de tratado, ocorrem com base na confiança e sempre com uma cláusula de confidencialidade, porque, quebrada essa cláusula, muitas vezes se usa isso como pretexto. Há paraísos fiscais com os quais temos memorandos de cooperação e tratados, que, a qualquer publicação na imprensa, ele diz: pronto, melou o jogo, não damos mais nenhuma informação. E depois que essas relações se esgarçam, para serem retomadas e reconstituídas, levam tempo, porque eles param de fornecer informações. Temos casos que não vou mencionar ou individualizar aqui, de outras investigações que iam muito bem, relacionadas a países conhecidos como paraísos fiscais, e, quando saiu na imprensa daqui, eles imediatamente pararam de cooperar, mandaram uma carta malcriada, até agressiva, dizendo que não cooperariam mais, porque todos os documentos que passavam saíam na imprensa daqui.

Essa é uma questão fundamental, além da proteção que nós todos devemos à reputação das pessoas, uma vez que macular a reputação de uma pessoa com base numa meia-informação, numa meia-verdade, é uma coisa terrível, que muitas vezes não tem remissão, não tem recuperação, é preciso também que se preserve o aspecto utilitário, que é mantermos um ambiente confiável em relação aos países da comunidade internacional.

Hoje existem organismos como o Gafi, em Paris, que é do Grupo dos Oito, que cuida de lavagem de dinheiro, mas o pressuposto, a condição essencial para que se avance num tratado, num memorando de cooperação internacional, de troca de informações entre serviços de inteligência, é a garantia que eles querem de que as informações repassadas serão tratadas de uma maneira confidencial.

Era isso que queria dizer. Vou pedir licença aos Srs. Senadores, pois já havia avisado previamente e realmente não posso ficar mais. O Dr. Paulo Lacerda e a Dr^a Cláudia vão ficar. Eu gostaria imensamente de permanecer até o fim. Agradeço a hospitalidade do Sr. Presidente, que, inclusive, se manifesta nesses comes e bebes...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Ministro, só gostaria de registrar – se o Presidente me permite – que isso faz parte da técnica de manutenção do peso do Senador Ney Suassuna. S. Ex^a nos abastece com essas coisas, assim, ~~diretamente~~, com alguns quilos a mais em todas as reuniões.

O SR. MÁRCIO THOMAZ BASTOS – Agradeço demais e coloco-me à disposição para ajudar na CPI no que for possível. O Ministério da Justiça está absolutamente aberto à contribuição, assim como a Polícia Federal e todos os órgãos afetos à nossa pasta. Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aproveito para agradecer a V. Ex^a. A Comissão fica muito sensibilizada com a sua disponibilidade, porque, mal foi convidado, e imediatamente V. Ex^a se dispôs a vir. Viria na semana passada, só não veio porque tivemos aqui convocação. Então V. Ex^a, gentilmente, transferiu, com a transparência do Ministério da Justiça.

Vamos dar continuidade à reunião, mas antes queríamos agradecer a V. Ex^a, e dizer que inclusive a concorrência com as demais comissões – quase sempre a nossa Comissão está reunida – obriga-nos a tratar melhor os Senadores. Hoje estamos no rescaldo de uma espetacular festa de São João, que foi a festa do representante de Campina Grande aqui na Capital Federal.

Muito obrigado, Ministro.

Agradecendo, mais uma vez, ao Ministro da Justiça, damos continuidade aos nossos trabalhos e passamos a palavra à Dr^a Cláudia Chagas.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Vou tentar responder aos questionamentos da Dr^a Ideli Salvatti na ordem em que foram formulados.

Quanto à cópia do documento, o Ministro já esclareceu que não há problema, será entregue à Comissão.

Quanto à desqualificação da autoridade americana signatária do documento, discordo inteiramente. Trata-se da autoridade central, assim como nós, no Ministério da Justiça, que somos responsáveis pela manutenção desses acordos, pelo envio e recebimento dessas informações; lá quem faz isso é o Dr. Michael Burke, que é do Departamento de Justiça, e a pessoa superior a ele é a Dr^a Mary Ellen, que também está participando de tudo isso. Não acredito que esse documento seja sem importância; pelo contrário, é uma situação delicada, porque essa pessoa é responsável por todos os nossos pedidos e faz um juízo de admissibilidade deles. Se não preenchem os requisitos do acordo, eles não seguem. Então, eles nem chegam às mãos dos procuradores, não chegam ao Poder Judiciário americano.

Quanto às razões do impasse, entendo que ele ocorreu porque os pedidos eram superficiais, eram incompletos. Isso, vamos dizer assim, entre aspas, irritou as autoridades norte-americanas. Há algum tem-

po estamos procurando melhorar nosso relacionamento. Eles mandam os documentos de acordo com o que o Brasil exige, de acordo com o tratado, e nós também preenchemos os requisitos do acordo. Agora houve um retrocesso. Tudo estava prosseguindo da maneira como deveria ser com o acordo, e, de repente, nós recuamos, mandamos um pedido superficial, em que não havia indícios suficientes da prática do crime.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdoe-me, Dr^a Cláudia. Nós quem? Nós ministério, nós Procuradoria ou nós Polícia Federal?

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – A Polícia Federal enviou esses pedidos, mas eles passaram pelo Ministério da Justiça. A última pessoa no Brasil que encaminha o pedido é do Ministério da Justiça, mas ele é elaborado e fundamentado pelas autoridades. O Ministério é a autoridade central, que encaminha os pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E nós não detectamos que ele estava ainda...

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Chegamos a dizer ao Delegado Castilho que achávamos pouco, que achávamos que haveria dificuldade, mas ele insistiu que fosse dessa forma.

Quanto à alegação dele de que não tinha acesso aos documentos, eu estranho, porque esses pedidos tinham de ser instruídos com os documentos que ele já tinha examinado, que estavam com ele nos Estados Unidos, e também complementados por documentos que faziam parte do inquérito realizado em Foz de Iguaçu. Quanto a esses documentos, acredito que a Polícia Federal, a pedido dele, junto com o Ministério Público Federal, poderia ter montado, sim, esses dossiês e instruído isso. É só uma questão de coordenação, não acho que isso seria problema.

Quanto aos documentos, o Ministro já disse que são confidenciais. Há um mal-estar muito grande toda vez que sai na imprensa cópia de um documento ou o nome de alguém que ainda está sendo investigado. Às vezes os indícios são muito superficiais, outras, são veementes, mas a divulgação prejudica a investigação, pois alerta as pessoas envolvidas. Então pode até haver movimentação de dinheiro. Essas pessoas todas usam laranjas, usam uma série de esquemas sofisticados para que esse dinheiro desapareça pelo mundo. Se dermos o sinal de que essa pessoa está sendo investigada, ela, com muita rapidez, poderá tirar esse dinheiro de onde está. Então, é muito importante para nós o sigilo.

Quanto à superação do impasse, acho que precisamos trabalhar nisso desde já. Acredito que o Congresso Nacional pode ajudar muito, demonstrando a credibilidade e a seriedade da investigação, mas penso que devemos fazer isso em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal para, quando procurarmos as autoridades americanas – seja por uma comissão daqui ou pelos termos do Acordo, da maneira formal –, já podermos ter em mãos essas informações que eles nos cobram. Então, acredito que essa participação do Congresso será muito importante, mas, como V. Ex^a falou, com documentos, com provas e indícios, demonstrando a necessidade da quebra desse sigilo bancário, a necessidade de bloqueio de algumas contas. Antes de retomarmos esse diálogo, precisamos reunir esses elementos que eles exigem, porque eles fazem parte dos requisitos do Acordo. Com esses elementos em mãos, então, podemos prosseguir e acredito que iremos conseguir refazer esse canal. São negociações delicadas e acho que iremos reconstruir uma relação de confiança que já existia.

Quanto a se o delegado, por ter retornado ao Brasil, deixou de ter acesso a alguns documentos que, de alguma forma, seriam compartilhados, desconheço e tenho certeza de que a vinda dele nada mudou com relação aos Procuradores. Pelo contrário, quando eu estive lá, em fevereiro, para compartilhar com eles as informações que nós tínhamos e deixar clara a importância e o interesse do Governo brasileiro, ouvi deles a seguinte frase: “Nós acreditamos em vocês. Nós temos consciência de que isso é muito importante, mas, para levar isso à Corte de Nova Iorque, precisamos de indícios mais concretos. Tragam-nos elementos, tragam-nos prova documental, cópias de depoimentos. Com isso nas mãos, poderemos conseguir a quebra do sigilo dessas contas ou o bloqueio de bens”. Deixaram bem claro de que isso era essencial e muito importante.

Não é a presença da equipe da Polícia Federal lá que vai mudar isto. As coisas são feitas da forma como a lei exige. Não acredito muito nesse jeitinho. Por fora, poderíamos até conseguir, vamos supor, olhar alguma coisa, ter acesso a algum tipo de informação, mas nunca trazê-lo de forma legal para o Brasil. O que nos interessa é a entrada desses documentos para que eles tenham valor probatório no inquérito e no processo judicial. Não adianta sabermos e termos informações se não conseguimos comprovar, porque a condenação e até o oferecimento da denúncia só virá se houver prova da materialidade e indícios da autoria, como a lei penal manda.

Quanto à legalidade desses documentos, a questão é essa. Entrando pelo MLAT, eles são documentos autenticados sem problema algum. Quanto aos documentos que eles trouxeram, acredito, também, que não haverá nenhum problema porque foram documentos entregues à Polícia, por decisão judicial norte-americana, recebidos por peritos que têm, enfim, fé pública. O Dr. Paulo Lacerda poderá até esclarecer melhor essa questão dos documentos, com quem ainda estão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PAULO LACERDA – Complementando o que a Dr^a Cláudia falou, especificamente em relação a quem já acessou esses documentos, eu gostaria de dizer que, quando o Delegado Castilho e o perito Renato chegaram, eles levaram os documentos para o Ministério Público do Distrito Federal e lá esses documentos permaneceram até ontem. Ontem, o Dr. Luiz Francisco, Procurador da República no Distrito Federal, esteve em meu gabinete, levando os documentos. Chegou com uma mala e dois grandes malotes que até então eu desconhecia – ainda não tinha visto esse material – e entregou essa documentação.

Sabendo que esse material se vincula ao Inquérito nº 207/98, de Foz do Iguaçu, hoje distribuído para a vara especializada em lavagem de dinheiro da Justiça Federal em Curitiba, prontamente providenciei uma aeronave da Polícia Federal para hoje cedo, que neste momento deve estar chegando a Curitiba com esta documentação que me foi entregue ontem pelo Dr. Luiz Francisco. O acesso à documentação pela Polícia Federal, em tese, ocorreu a partir de ontem. Dois malotes lacrados e uma grande mala contendo a documentação ficaram no meu gabinete. Não tive oportunidade nem necessidade – porque não me caberia fazê-lo – de verificar o que continha. Ela foi simplesmente encaminhada, deve ser entregue nas próximas horas ao juiz competente e, certamente, agora será disponibilizada para a força-tarefa que trabalha no caso em Curitiba.

Gostaria de lembrar também que, inicialmente, era a minha idéia juntar o grupo dos que trabalharam antes e o dos que estavam naquele momento na investigação e mandá-los aos Estados Unidos. Tracei com eles uma estratégia em que esse trabalho seria realizado em Brasília. Contaríamos com a razoável infra-estrutura de que dispõe a Polícia Federal nos seus trabalhos de investigação financeira. Nós havíamos disponibilizado essa estrutura e iríamos usá-la para essa investigação. Com a chegada dos documentos dos Estados Unidos, que foram levados ao

Ministério Público, não pudemos levar adiante toda aquela estratégia. Colocamo-nos à disposição e passamos a auxiliar, sim, a força-tarefa no Estado do Paraná, que já trabalhava com aqueles casos anteriores de inquéritos desmembrados, inquéritos de "laranjas" e inquéritos decorrentes daquela investigação inicial. Cabe lembrar que todos decorrem da apuração da CPI dos Precatórios, que contou com a participação efetiva do Dr. Celso Antônio Três, Procurador da República, que deu maior abrangência e dimensão a este caso.

Então, a estratégia inicial da Polícia Federal, que era trabalhar em Brasília no setor específico, o CGCOIE – Coordenação Geral de Combate ao Crime Organizado e Inquéritos Especiais -, já se tornou impossível porque toda a documentação foi enviada para o Ministério Público Federal. Não ficamos de nenhuma forma insatisfeitos. O caso estava nas mãos das autoridades responsáveis, que, certamente, deram a ele a importância devida. Apenas ficamos impossibilitados de dar andamento a uma estratégia de trabalho que seria realizada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Senadora Ideli Salvatti tem direito a tréplica.

V. Ex^a está com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, só queria ainda algum detalhamento. Como o documento americano requer que seja justificada de forma mais substancial a questão das solicitações feitas, eu queria saber qual é a situação. Já está sendo coletada a documentação? Há alguma previsão? E ainda tenho outra questão difícil de responder. Se conseguirmos superar esse impasse e normalizar novamente o fluxo das informações, dos documentos, da quebra de sigilo. É possível presumir minimamente o tempo que levaria para que pudessemos obter definitivamente as provas?

Faço essa pergunta porque, como eu já disse, se a CPI não obtiver as provas, vai dar atestado de inidoneidade. O prazo da CPI é de 120 dias, com mais uma prorrogação e talvez tenhamos condição de fazer o trabalho ao longo deste ano. Mas eu queria fazer essa comparação de tempo, de possibilidade em relação ao tempo de efetivo trabalho neste Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra a Dr^a Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Senadora, existe uma situação delicada. As primeiras nove contas que foram requeridas e obtidas já foram deferidas; não há problema. O problema se deu no último pedido, de 16

contas. Assim que esse pedido foi negado, o Delegado Castilho me disse: "Ah, não. Mas não era importante. Já não quero mais essas. Quero outras".

Então, houve uma reunião, no Ministério da Justiça, em que conversei com as Dr^{as} Raquel Branquinho e Valquíria Quixadá, que consideraram importante eles refazerem a documentação – eu só encaminharia. O Ministério Público Federal, junto com a Polícia Federal, subsidiária, então, esses 16 pedidos, inclusive porque daria uma impressão até de leviandade: eu pedi 16 contas, usei um acordo internacional e, agora, isso não me interessa mais, não são essas contas, são outras.

Enfim, creio que, para que isso seja realmente recomposto, precisamos nos reunir com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal e reavaliar quais são as provas necessárias, quais são realmente as contas que agora são importantes, qual o sigilo que deve ser quebrado.

E a reconstrução dessa documentação estava a cargo do Ministério Público Federal. Isso já estava sendo feito desde que houve esse mal-estar, quando chegou a carta de Michael Burke*. Seria importante agora – já que são muitos os documentos, sem que tenha havido ainda uma análise cautelosa disso – que se avaliasse, realmente, em que casos será preciso fazer os pedidos.

Eles não têm condição de atender muitos pedidos. Quando eu estive lá e falei que talvez pedíssemos um total de 153 ou 158 contas, eles se apavoraram – estive com essa Mary Ellen e com Michael Burke –, porque as coisas lá se dão de forma lenta. Eles passam o caso para os procuradores que têm processos normais, como qualquer procurador da república ou promotor daqui. Isso é mais um dos processos que está na mesa deles. Eles vão instruí-los e dirigir-se à Corte para requerer a quebra do sigilo, em nome do Governo brasileiro. Então, é preciso realmente que selecionemos os casos e só façamos o pedido naqueles em que há indícios bem veementes, em que há muita necessidade.

E acredito que essa avaliação tem que ser refeita agora, com esses documentos que eles trouxeram.

Então, talvez seja melhor, nesse encontro, nessa reunião, o pessoal do Paraná e daqui reavaliar e decidir realmente do que precisamos. Depois disso, então, refazer esses pedidos que não foram bem feitos ou fazer novos pedidos.

Assim, creio que seria interessante o Congresso dar esse apoio, demonstrar que rumo que as in-

investigações tomaram, que os pedidos estão bem instruídos e têm toda a condição de serem atendidos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, permita-me usar da palavra.

O Dr. Paulo Lacerda falou que só recebeu ontem os documentos da mão do Dr. Luiz Francisco, mas perpassou pela imprensa, ao longo da semana, que documentos seriam entregues também à Receita Federal, para fazer cruzamento de dados. Houve, inclusive, tratativas. Chegamos a ter conversas com o Dr. Jorge Rachid para disponibilizar auditores especialmente para cuidar dessa questão do cruzamento.

Eu queria saber se o Dr. Paulo Lacerda tem conhecimento, além da entrega dos documentos feita ontem à Polícia Federal pelo Dr. Luiz Francisco, se a documentação também foi entregue à Receita Federal, porque me parece que a Receita Federal também teve acesso aos documentos. Parece que a Justiça de Foz do Iguaçu abriu o sigilo para o Ministério Público aqui de Brasília e também para a Receita Federal.

Então, pergunto isso para podermos ter essa informação, que considero também pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PAULO LACERDA – Não conversei com o Dr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal. Entretanto, ontem, quando o Dr. Luiz Francisco esteve em meu gabinete para entregar esse material, informou-me que havia sido disponibilizada cópia para a Receita Federal. Portanto, a Receita Federal, pelo que me foi dito, já estaria de posse desses documentos e iria fazer os cruzamentos, com o objetivo de levantar possíveis irregularidades fiscais.

Se me permite completar, em relação à questão do sigilo, muitas vezes, a própria imprensa e opinião pública podem ter uma visão distorcida dessa questão do sigilo. Trabalhei durante longo tempo nessa questão de investigações financeiras. Eu e um colega da Polícia Federal, o Delegado Abraços, fizemos as primeiras investigações, no Brasil, relacionadas com contas CC-5, esse instrumento que serve, dentro de uma política de Governo, para facilitar o envio e a entrada de recursos, facilitando o mercado de uma maneira geral.

Eu e o Delegado Abraços, portanto, começamos nessas investigações. Tenho uma idéia razoável dessa questão, desse tipo de investigação. Em qualquer investigação de conta CC-5, encontra-se um número muito grande de operações de remessa de dinheiro para o exterior, entretanto, em todas elas, sempre se encontra um grande componente de ope-

rações legais, lícitas e outras que precisam ser investigadas quanto à sua licitude.

Então não se pode, de antemão, definir uma movimentação de uma conta CC-5 e, muito mais ainda, de uma agência, de um banco brasileiro no exterior. Não me parece razoável pensar que uma instituição financeira brasileira fosse abrir uma agência no exterior com a finalidade única e exclusiva de cometer crimes. A própria autoridade estrangeira notaria algum tipo de ilicitude nas operações, pois a legislação nos Estados Unidos é extremamente rígida nesse aspecto do acompanhamento, do controle das atividades financeiras e, com isso, de pronto, teriam a iniciativa de verificar o que existe.

Não estou querendo diminuir a importância do caso Banestado. Creio que é extremamente grave, tem que ser apurado, está sendo apurado com o rigor necessário. Agora, havendo a CPI, certamente, vai-se aprofundar ainda mais. No entanto, não se pode dar essa dimensão de que existem ali US\$ 30 bilhões de dinheiro sujo. Isso, para mim, é algo impossível de acontecer. Mas, ainda que fosse US\$1 bilhão, é muito dinheiro e precisa ser apurado.

Não se pode dizer que há US\$ 30 bilhões; 30 são 30, 1 é 1. Essa é a questão. Às vezes, colocamos alguma restrição ao comportamento de colegas que venham a público dar uma idéia generalizada de determinadas operações.

Trabalhei inúmeros casos de contas CC-5 em que se depara com nomes de pessoas as mais ilustres deste País e se vai investigar aquilo. Quando se verifica, aquela pessoa lançou na sua declaração de rendimentos aquela operação por necessidade de uma remessa para o exterior. Então está devidamente autorizada pelo Banco, foi informada. O que existe de ilícito nisso? Nada. Agora, se você pega, no contexto da investigação, aquela operação e já lança para a imprensa, depois, para corrigir tudo, é muito complicado.

Então é exatamente por isso que, nesse caso de investigações financeiras, temos que ter serenidade, discrição, cautela, para que não se estabeleça um juízo prévio de algo que ainda não se investigou. É a única restrição que faço a esse tipo de coisa.

Temos que investigar? Sim. Sejam US\$100 mil, seja US\$1 bilhão, sejam US\$30 bilhões ou mais, porém que primeiro se investigue, para depois taxar as pessoas, se é que isso é cabível.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, Dr. Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria só de fazer um registro. Esta reunião de hoje foi muito importante, pela manifestação do Ministro da Justiça, que teve que nos deixar e pelo apóio total naquilo que se precisa para concluir exitosamente as investigações.

Gostaria, apenas, de fazer duas indagações, uma à Dr^a Claudia e outra ao Dr. Paulo Lacerda, rapidamente.

Quem teria responsabilidade de fazer bem feito ao apontar os indícios para que o Governo americano encontrasse amparo legal para cumprir o acordo firmado com o País e, conseqüentemente, atender a reivindicação das nossas autoridades?

Creio que duas questões precisam ficar claras: primeiro, quem tinha responsabilidade de fazer bem feito? Em que data – nem é preciso saber do mês, do dia, mas pelo menos do ano -, esse fato deixou de ser bem feito?

Outra indagação, Dr. Paulo Lacerda. Primeiro, creio que a relação do Congresso Nacional tem que ser com as instituições oficiais do Brasil. Então vamos procurar ter uma relação oficial com o Ministério da Justiça, com a Polícia Federal, com a Delegacia da Receita Federal, com o Banco Central do Brasil, enfim, com esse sistema que o Ministro considera imprescindível funcionar para que, dentre tantas responsabilidades, ao final, possamos criar um sistema que dificulte essa evasão de divisas, essa lavagem de dinheiro.

Se, diante da necessidade de se refazer o pedido, apontando os indícios, a Polícia Federal vai nomear o mesmo delegado para ir aos Estados Unidos, ou já existe a previsão de outro delegado?

Também quero fazer uma indagação, porque o Perito da Polícia Federal, Eurico, prestou um depoimento na Câmara dos Deputados, afirmando que um dos peritos que atuam nessa investigação criou problemas para o Instituto Nacional de Criminalística, tendo chegado ao ponto de ameaçar um dos diretores do Instituto Nacional de Criminalística. Se isso realmente ocorreu, quero saber qual o motivo da ameaça, que tipo de problema que foi criado e se isso é do conhecimento do Diretor-Geral da Polícia Federal.

No mais, agradeço a presença e tenho certeza absoluta de que as informações e os esclarecimentos trazidos pelas autoridades brasileiras ligadas às áreas do Ministério da Justiça foram por demais importantes. Principalmente, quero destacar com relevân-

cia a informação da Dr^a Claudia, que deve servir para que tenhamos convicção absoluta da imperiosa necessidade de não permitir, naquilo que estiver sob a guarda do Congresso Nacional, o vazamento de informações, porque pode prejudicar a própria investigação, sob o risco do fracasso, como mencionou a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à Dr^a Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Senador, com relação à primeira indagação, nos acordos de cooperação, o Ministério da Justiça figura como autoridade central, ou seja, o órgão que encaminha os pedidos das autoridades. Portanto, o Ministério Público faz o pedido de seu interesse e nós apenas o encaminhamos.

No caso desse episódio, o pedido era de interesse de um delegado da Polícia Federal, no curso de um inquérito policial. O delegado formulou o relatório e o pedido, e nós simplesmente os encaminhamos às autoridades norte-americanas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Dr. Paulo.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Sr. Presidente, faltou informar a data.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Dr^a Cláudia continua com a palavra para dar outras informações.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Sr. Presidente, para complementar, com relação à data, o Dr. Castilho encaminhou esse pedido ao Ministério da Justiça, para ser repassado, em 16 de março.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Deste ano?

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem. Concedo a palavra ao Dr. Paulo.

O SR. PAULO LACERDA – Senador, com relação ao que V. Ex^a perguntou, sobre quem tinha a responsabilidade de fazer bem feito o envio de documentos aos Estados Unidos que, em parte...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eles não atenderam, porque, no pedido, não havia a demonstração necessária dos indícios para que fosse permitida a quebra do sigilo.

O SR. PAULO LACERDA – Na verdade, quem se tornou – vamos dizer – o agente representante do Governo brasileiro nos Estados Unidos foi o Delegado Castilho. Ele foi para lá, fez um contato inicial e voltou aos Estados Unidos com essa finalidade. Naquele país, o delegado fez os contatos.

Depreende-se dessa comunicação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, dirigida ao Governo brasileiro, que o Dr. Castilho prometera enviar as provas daquilo que ele dizia estar acontecendo no Brasil. Isso fez com que as autoridades americanas tomassem iniciativas de quebra de sigilo na confiança. Então, caberia a ele, logo em seguida, já que foi na confiança, disponibilizar aqueles elementos, aquelas provas documentais e testemunhais no Brasil, para que eles, satisfeitos com a informação, pudessem entender que valia a pena investigar o caso, inclusive no interesse dos Estados Unidos, ante a possibilidade de ocorrência de crime também em território norte-americano.

Portanto, seria o Dr. Castilho.

Como essa investigação passou para o Ministério Público – a Polícia Federal está assessorando –, talvez seja designado um Procurador da República ou o Dr. Castilho para levantar as informações que ainda estão pendentes, disponibilizando-as ao Ministério da Justiça, que as enviará às autoridades americanas, esclarecendo, de vez por todas, esse impasse.

Acredito até que o Dr. Castilho, quando fez aqueles pedidos, tivesse fundamento; não creio que ele não tivesse elementos. Talvez ele não tenha se preocupado em coligi-los numa investigação imensa, em pinçar os documentos e oferecê-los às autoridades americanas, o que sanaria o problema. Creio que ainda há tempo para fazê-lo.

Outra questão refere-se ao perito Eurico, que disse que um perito criou um problema no INC. O que eu soube – isso não me veio dessa forma forte como V. Ex^a falou – e o que eu tenho notado é que tanto o Delegado Castilho como o Perito Renato vêm causando uma situação, de certo modo, constrangedora na Polícia Federal. Confesso que, como Diretor-Geral da Polícia Federal, tenho-me sentido mal ante as cobranças feitas no tocante ao comportamento do Delegado Castilho, e, por respeito à Ética, eu não gostaria de entrar em maiores considerações em público sobre o Castilho. Entretanto, o que posso dizer é que lamento profundamente sua postura em tentar diminuir e até denegrir a imagem séria e responsável da Polícia Federal, agindo contra muitos dos ensinamentos que recebemos desde a Academia Nacional de Polícia, quanto à discrição, à seriedade e à lealdade que devemos ter para com a instituição que servimos.

Sobre muitos assuntos fico sabendo por meio da Imprensa. Por que ele não levou à chefia imediata essa situação? Ainda que não pudesse falar comigo por alguma razão, a Dr^a Neide era o elemento de contato com ele. Então, sempre preferiu levar a público, o

que dá uma conotação que aquilo que não gostamos na Polícia Federal “eu faço, nós fazemos, nós somos um membro de uma instituição e a instituição como um todo trabalha”. Então, eu gostaria apenas de tecer essas considerações. É um assunto que temos de tratar internamente no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Parte das questões que deveriam ser abordadas a Senadora Ideli Salvatti já o fez muito bem. A preocupação que eu particularmente tenho com a divulgação de alguns dados é o fato de poder atrapalhar a investigação, impedindo, de alguma forma, que se encontrem aqueles que desviaram o dinheiro e também prejudicando a tentativa de resgatar os recursos públicos.

Então, fico muito preocupada, até porque a Imprensa já divulgou, por exemplo, que duas contas ligadas ao esquema da Sudam já teriam sido descobertas. Eu até iria fazer uma pergunta sobre isso, apesar de que a Imprensa já tenha divulgado o caso. Queria saber se isso é verdadeiro ou não, porque me preocupa sobremaneira. Há gente que se elege e continua se elegendo no meu Estado e o dinheiro sumiu, os desvios de recursos da Sudam evidentemente existiram. Mesmo assim, há gente que continua se elegendo no Estado do Pará e em outros lugares, exatamente com a capa de que nada foi comprovado. Acabamos, portanto, dando um aval de inocência que, na verdade, é absolutamente incoerente. E é difícil um cidadão acreditar que realmente essas pessoas são inocentes. A nossa preocupação é exatamente esta: que possamos chegar a fundo no caso. Mas temos condições de chegar a fundo? Será que a Imprensa está ajudando a desvendar o problema ou está ajudando a acobertar alguns meliantes profissionais que existem em nosso País e que fazem o pior desvio que um meliante pode fazer, ou seja, o do dinheiro do povo, o de recursos que poderiam estar sendo utilizados para melhorar a vida da população.

Então, é importante atentar para esse aspecto, porque a Imprensa tem sua responsabilidade. Queria ouvir a opinião dos senhores sobre até onde a Imprensa pode ajudar. Em que a Imprensa pode ajudar? O que poderia divulgar para ajudar neste caso? Talvez alguns até tenham interesse em divulgar algumas questões, visando evitar que esses meliantes sejam pegos com a boca na botija, como se diz na gíria, e que sejam colocados atrás das grades, onde merecem estar, e não muitas vezes aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, V. Ex^a fez duas perguntas: uma sobre a Sudam e outra sobre o que a imprensa poderia divulgar.

Concedo a palavra V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A Imprensa divulgou que haveria duas contas. O Ministério dispõe dessas informações? Existem mesmo essas duas contas ligadas ao esquema Sudam?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra a Dr^a Cláudia Chagas.

A SR^a CLÁUDIA CHAGAS – Senadora, desconheço esses documentos da Sudam, até porque nenhum deles chegou ao Ministério. Encaminhamos os pedidos, mas ainda não obtivemos nenhuma resposta pelos canais legais.

Com relação ao trabalho da imprensa, todos nós temos o maior respeito pela imprensa. Pessoalmente, sou filha de jornalista, irmã de jornalista; então, respeito e valorizo muito o trabalho da imprensa. Ocorre que realmente, na situação de um inquérito policial, há que se preservar o sigilo para o sucesso das investigações, eu diria, por dois motivos: primeiro, pela possibilidade de causarmos um dano moral, normalmente quase irreversível, a pessoas que vêm seus nomes envolvidos em investigações e depois, ao final, chega-se à conclusão de que não se tratava delas, de que era um homônimo ou de que o dinheiro fora enviado de forma legal, estando declarado no Imposto de Renda. Então, esta é uma preocupação nossa: primeiro, que haja essa separação. Nem todo mundo que remeteu dinheiro para fora do País está cometendo crime. E, mesmo dentre os crimes, nem todos são de lavagem de dinheiro. Existem diferenças. Portanto, creio que essa separação tem efeito.

E há outro aspecto: entendo que, para o sucesso da investigação, o sigilo também é necessário, porque, cada vez que se divulga o documento que contenha o nome da pessoa que está sendo investigada, essa pessoa é alertada. Hoje em dia, essas movimentações bancárias são feitas com um simples telefonema, tudo é informatizado; são mostrados os caminhos percorridos para tirar o dinheiro de um país para o outro, podendo-se rapidamente mudá-los, usar os “laranjas” e outras pessoas. Portanto, para o sucesso das investigações, acredito que o sigilo seja essencial, e acho que a hora de divulgar para a imprensa é quando o Ministério Público ofereceu a denúncia. A partir daí, ele formou sua opinião, está com o que chamamos **opinio delicti**, ou seja, tem indícios veementes de autoria. Não se vai, por leviandade, acusar uma pessoa perante o Poder Judiciário, mas porque acredita que aquela pessoa tenha praticado um crime. Aí então, é hora de

a imprensa acompanhar, sim. E aí vem o apoio necessário, que é mostrar para a sociedade que as instituições estão funcionando, é mostrar para a sociedade transparência. Todos nós aqui temos a obrigação de trabalhar com transparência, de receber a imprensa e prestar as informações. No entanto, esses dados devem ser mantidos em sigilo até o momento do oferecimento da denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Antes de passar a palavra ao Dr. Paulo Lacerda, eu queria dar um testemunho aqui, de como às vezes acontecem coisas incríveis. Quando saí do Ministério da Integração Nacional, o meu Partido me indicava para ser um dos possíveis candidatos à Vice-Presidência pelo PMDB. Saiu uma denúncia na imprensa de que havia corrupção de R\$100 mil em relação a três cidades, para as quais eu teria liberado dinheiro: Ji-Paraná, Cocal e uma cidade de Goiás. Com relação a essa última, o dinheiro estava no banco, e, em vez dos R\$3 milhões que tinham sido depositados, havia R\$3,82 milhões, com os juros. Quanto a Cocal e Ji-Paraná, o Ministério nunca pagou um centavo. O Dr. Paulo era assessor do Corregedor. Foi lá saber, e não havia nada, mas a notícia saiu na imprensa em primeira página, e eu e minha família pagamos um alto preço durante vários meses. É duro, mas essas coisas às vezes acontecem; ou seja, divulgam sem provas, porque alguém tem interesse político ou de outra ordem qualquer.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PAULO LACERDA – Ainda sobre a questão da imprensa, tenho visto nesse caso vários profissionais da mídia com uma postura bastante cautelosa e adequada. Vários profissionais da mídia estiveram nos Estados Unidos, justamente naquele momento em que a equipe lá estava, e pouco se divulgou do resultado – sinal de que eles avaliaram muito bem o que lá encontraram. Não vamos aqui levantar suspeitas de que alguma razão indevida tenha feito com que eles não divulgassem esses fatos. Certamente estão acompanhando, investigando. Como ocorre com a imprensa, fazem as suas investigações, mas também têm a responsabilidade necessária. Outros, de forma mais afoita, eu diria, passam alguns dados ainda não processados.

Lembro-me de que, das várias investigações que fiz, certa feita, ao investigar uma conta CC5, deparei-me com o nome de uma pessoa que era um grande ídolo nacional, já falecido hoje. Aquilo me causou espanto, porque essa pessoa estava enviando recursos para o exterior.

Como deveria ter feito, investiguei o fato e constatei que aquele grande ídolo brasileiro residia no exterior, tinha contratos no Brasil e, como isso melhor lhe atendia, enviava esses recursos para o seu domicílio. Verificando a situação fiscal da empresa, que também era em seu nome, foi comprovado que estavam absolutamente regulares todos os lançamentos.

Os senhores e as senhoras imaginem o desgaste que sofreria a imagem desse homem público, que nunca cometeu nenhum deslize na sua conduta como cidadão e como homem público, se aquilo viesse a ter saído na mídia para depois ser investigado. Tendo isso em mente é que foi feita a investigação: estava correta, não se deu nenhuma conotação e poucos sabem de quem se trata.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que sabemos do papel importante da imprensa e de quanto contribuiu e tem contribuído para o esclarecimento de fatos que, muitas vezes, não se quis esclarecer, no momento preciso não interessava esclarecer. A imprensa fez a pressão necessária para que isso fosse esclarecido.

O que me preocupa, porém, é que, quando sai na imprensa uma questão como essa da Sudam, as pessoas envolvidas tentam limpar os rastros que podem permitir chegar até elas. Acredito ser importante divulgar e até fazer apurações. Isso é fundamental, não se discute, é absolutamente louvável, mas infelizmente não falo sobre os bons profissionais da imprensa, mas sobre alguns que talvez tenham motivos que não se sabem quais são para divulgar questões que possam, em vez de ajudar, até atrapalhar.

Gostaria que a Dr^a Cláudia me confirmasse que o Ministério não tem as informações, mas as solicitou. Seria isso em relação à Sudam?

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – O Ministério solicitou as nove contas, mas não sei lhe esclarecer se alguma delas se refere ao caso da Sudam, pois quando transmitimos o fazemos pelo número e pelo nome e agora não estou me recordando do caso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Dr. Paulo Lacerda, Dr^a Cláudia Chagas, não pude assistir inteiramente à manifestação do Ministro da Justiça, do senhor e da senhora, pois estava em outras atividades, mas quero lhes dizer que, embora não sendo membro da Comissão de Fiscalização e Controle ou da CPI que

está iniciando seus trabalhos, quero acompanhar de perto o desenvolvimento deles.

Tenho muita confiança na forma pela qual o Dr. Paulo Lacerda tem se conduzido ao longo desses anos, inclusive porque colaborou com o Senado Federal, especialmente desde a CPI sobre o caso PC Farias, na CPI dos Precatórios Judiciais, e pude, no conhecimento pessoal com ele, observar a séria maneira como se conduz e também a habilidade como membro da Polícia Federal de realizar o trabalho investigativo e em cooperação com o Congresso Nacional.

Tive a oportunidade de assistir, no domingo, a entrevista reprisada do Dr. José Castilho no programa de Boris Casoy, em companhia do perito Renato Barbosa. Percebi que houve um certo desabafo por parte do Delegado José Castilho a respeito de possíveis dificuldades que estaria enfrentando em um processo investigativo no qual havia se empenhado tanto. Pelo que pude perceber, pois ambos já tiveram a oportunidade de esclarecer, gostaria de saber se é esse o entendimento a que podemos chegar. Em verdade, na situação presente, e até por seu empenho no trabalho, está reconhecido que realizou um trabalho importante e obteve o apoio, enquanto esteve nos Estados Unidos, da Polícia Federal. Ouvi isso na **Rádio Senado**. O Dr. Paulo Lacerda esclareceu. Portanto, está confirmado, pelos esclarecimentos do Dr. José Castilho, que vai poder continuar colaborando com a apuração dos fatos, seja junto a suas atribuições na própria Polícia Federal, seja na cooperação com o Ministério Público. E também a Comissão Parlamentar de Inquérito, que está iniciando seus trabalhos, à medida que poderá obter da parte do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, da Secretaria Nacional da Justiça e do Ministério Público toda cooperação. Ou seja, assim como o Dr. Paulo Lacerda cooperou conosco na Polícia.

A Senadora Ideli Salvatti será membro da CPI. Portanto, S. Ex^a poderá contar com a cooperação das senhoras e dos senhores e, em especial, de alguém que, digamos, pôs a mão na massa, nos documentos, e os conhece tão bem, podendo cooperar, portanto, inclusive com a anuência do Ministério da Justiça e da Polícia Federal. É o entendimento a que podemos chegar a fim de que tudo possa ser esclarecido e apurado o mais adequadamente possível.

A Comissão Parlamentar de Inquérito pode, como nas vezes anteriores – e V. S^{as} conhece bem –, servir de um instrumento catalisador da apuração dos fatos, dada a sua importância e a maneira transparente de agir. Acompanhada pela opinião pública de forma mais clara, acaba por agilizar a apuração dos

fatos. As pessoas se sentem mais responsáveis em poder depor, pois toda a opinião pública acompanha o andamento dos trabalhos. E, às vezes, uma CPI acaba gerando oportunidades para que outras pessoas, que o próprio Ministério Público e a Polícia Federal em suas investigações não alcançam, que saibam de um fato importante, acabem contando e ajudando a esclarecer o fato. Portanto, acredito que é dessa maneira que a CPI poderá, responsabilmente, com a cooperação das senhoras e dos senhores, chegar a bom termo com respeito aos nossos objetivos. Portanto, se for este o entendimento, gostaria apenas de ouvir a confirmação de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PAULO LACERDA – Primeiro, agradeço as palavras de V. Ex^a e ressalto aquilo que V. Ex^a bem sabe, o apreço que tenho pela sua pessoa, desde a época em que trabalhei na Polícia Federal, há alguns anos, e que tivemos contatos funcionais. Inclusive, V. Ex^a ainda era Deputado. Em várias ocasiões, atendi V. Ex^a, como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito, assim como vários outros Senadores e forneci-lhe documentos oficialmente. Se V. Ex^a se lembra, houve ocasiões em que eu lhe disse: Senador – ou Deputado -, este documento não pode ser divulgado. E V. Ex^a concordava em não divulgá-lo. E outros tantos foram divulgados por entendermos que não se fazia necessária a manutenção do sigilo, pois isso não iria atrapalhar as investigações. Esse é o procedimento usual que devemos ter, que qualquer policial deve ter.

Se você sabe que tem uma investigação em curso e que a divulgação daquele documento poderá prejudicar o processo mais à frente, você não deve permitir que isso ocorra, além da questão legal, que poderá macular uma investigação com a divulgação de um documento que está sob sigilo de justiça. Aquele documento poderá, em sendo divulgado, vir a ser utilizado pela defesa da parte envolvida e, como tal, possibilitar a anulação de todo o conjunto de provas. E é indesejável que isso ocorra depois de um longo trabalho.

Quanto ao delegado Castilho, fiz um histórico – V. Ex^a não estava aqui ainda – de como se deu a vida dele para a investigação num segundo momento. Foi por absoluta e exclusiva iniciativa minha. Ele havia sido afastado pela administração anterior, e o argumento que me deram era de que ele falava muito e produzia pouco. Não estou falando isso aqui para denegri-lo. Ele fez inúmeras considerações que não foram éticas, no que diz respeito ao comportamento de

um policial, e aproveitou para defender a Polícia Federal nesse aspecto. Mas, desde o início, tentei resgatar o Delegado Castilho, trazendo-o da delegacia de São José do Rio Preto, onde ele estava. Na fase anterior da investigação, quando estava à frente do inquérito, ele foi aos Estados Unidos, onde ficou por 29 dias. Depois, foi retirado da investigação. Havia vazamentos em circunstâncias – os dirigentes da Polícia Federal hoje me disseram – em que o fato não estava devidamente investigado. Então, houve vazamentos pela imprensa de uma investigação que estava em mãos dele. Em razão disso, ele teria sido afastado. Não obstante isso, considerando a importância dessa investigação do Banestado – em momento nenhum quero diminuir essa importância, não poderia fazê-lo de forma alguma –, em razão dessa relevância, trouxe o Castilho e o Perito Renato, incorporei-o a esse grupo que foi aos Estados Unidos, com uma dificuldade imensa de recursos no início deste Governo, além de ser começo de Governo, começo de ano, com uma restrição total de recursos, conseguimos, com a ajuda do Ministro da Justiça, disponibilizar meios e mandamos seis policiais para os Estados Unidos.

Inicialmente, a equipe teve que ser reduzida. A metade veio, ficaram três: dois peritos e o Delegado Castilho. Mais à frente, comecei a dizer a eles que não havia mais condição de ficarem lá, eu não tinha mais como honrar o pagamento dessas diárias. Estamos com uma dificuldade imensa, inclusive para que policiais do Brasil recebam suas diárias. É notório que a Administração Pública está passando por um momento de restrição e, como tal, entendia que eles deveriam retornar. A partir daí, o Castilho começou a me ver como alguém que criava obstáculo ao seu trabalho e eu explicava o motivo disso. Não obstante isso, permaneceram nos Estados Unidos o Castilho e o Perito Renato, graças ao esforço do Ministro da Justiça e da Dr^a Cláudia, que, além de me convencerem que seria importante a permanência deles, ajudaram com os contatos para obter recursos para que eles lá permanecessem. Só que me recordo bem que, da última vez que a Dr^a Cláudia me falou que pensava que o Castilho deveria ficar mais um pouco, que ela estava conseguindo mais recursos para mais 15 dias, eu disse que era ótimo, mas que ele chegaria ao final dos 15 dias e certamente iria querer mais tempo para ficar lá. Ela disse que não, eu poderia ter certeza. Não ocorreu outra coisa. Ele criou uma situação difícil, e trabalha na Polícia Federal há algum tempo e sabe das dificuldades que temos. Há despeito disso, fiz um levantamento e digo, com toda clareza, que o Dr. Castilho e o Perito Renato bateram o recorde de per-

manência de uma equipe da Polícia Federal em missão temporária no exterior. Lá já permaneceram mais tempo quem fez um curso no exterior ou os nossos adidos policiais em alguns países em que os temos. Em missão policial temporária eles bateram o recorde. O que tinha ficado mais tempo ficou 15 dias. Isso é até natural.

Como eu dizia anteriormente – e o Senador Eduardo Suplicy sabe disso muito bem, pois é um homem com larga experiência, inclusive de investigações de CPI –, quando um policial ou uma autoridade brasileira vai a outro País, não vai investigar, vai fazer contatos com autoridades daquele país para que elas investiguem, fornecendo os subsídios. Ele está ali como elemento de contato, dizendo o que existe, do que necessita, do que precisa. Jamais se pode dar essa conotação de que policiais brasileiros foram a uma instituição estrangeira, mormente nos Estados Unidos, tão cômico de sua soberania, e lá fizeram investigações e estavam fazendo mais, pegaram documentos na agência bancária e fizeram os rastreamentos. Isso não existe. É uma falácia.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Dr. Paulo Lacerda, li numa matéria jornalística desta semana que os delegados tinham ido lá e apreendido documentos. Com o pouco conhecimento que tenho, penso que é impossível um agente da Polícia Federal brasileira apreender documentos em outro país. Mas foi publicado dessa forma. E é exatamente essa a explicação que V. S^a está dando.

O SR. PAULO LACERDA – Na realidade, eles devem ter ido a essa instituição e solicitado a apreensão desses documentos pelas autoridades americanas, que, em seguida, disponibilizaram os documentos e informações para os policiais.

O tempo de permanência dessa missão policial foi além do necessário. Eu havia orientado que eles fossem lá, fizessem os contatos, ficassem o tempo necessário, deixassem os pedidos encaminhados e retornassem ao Brasil. Quando estivesse pronto o rastreamento, eles voltariam para lá. Se, hoje, os americanos estiverem dispostos a continuar cooperando com o caso Banestado, talvez seja o momento de eles retornarem para lá, ficarem uma semana e trazerem os documentos para cá. É assim que se deve agir. Não se deve dizer que se está investigando dentro de instituições financeiras norte-americanas, porque, como eu já disse, há policiais americanos que servem no Brasil a serviço da Embaixada, em missões não policiais, e outros que estão em missão policial, como no caso de adido, mas que são cômicos de que aqui eles fazem apenas contatos, pedidos, solicitações policiais.

Alguns deles, em conversa comigo, mostraram o seu descontentamento com essas notícias que têm sido publicadas de que a polícia brasileira estaria investigando o caso nos Estados Unidos.

Imagine V. Ex^a, que certa feita tomou uma postura em relação à Polícia Federal em caso de alegada ingerência de policiais estrangeiros no Brasil, como se sentiria numa situação inversa: estivessem afirmando que policiais americanos estariam investigando uma agência do Banco de Boston, por exemplo, aqui no Brasil. É lógico que isso é inadmissível.

É preciso colocar as coisas com clareza, retomar o caminho da serenidade. O caso Banestado é extremamente importante. O papel do Congresso Nacional nesta CPI será altamente importante para contribuir com as investigações, pois mobiliza as autoridades a agilizarem os procedimentos. Não quero diminuir em momento algum.

Quanto ao delegado Castilho, ele está inteiramente à disposição do Ministério Público. O que o Ministério Público nos pedir estaremos atendendo, não apenas em relação ao Castilho. O Diretor do Instituto de Criminalística, Dr. Geraldo Bertolo, já colocou à disposição peritos para contribuir, agregando profissionais especializados a essa investigação. A Polícia Federal ficará inteiramente à disposição do Congresso Nacional nesta CPI, como sempre aconteceu. A nossa disposição é total. O Castilho hoje está à disposição do Ministério Público. Se ele vier para a Polícia Federal, e a CPI eventualmente pedir o concurso do Castilho, eu o colocarei à disposição. Não há problema algum. Ele é um profissional, está a serviço dessa investigação, mas hoje está à disposição do Ministério Público. Qualquer requisição teria que ter também o aval do Ministério Público.

Resumindo a pergunta de V. Ex^a, quero dizer que não é apenas o Castilho, a Polícia Federal tem cerca de oito mil policiais em todo o Brasil. É um todo. Trazer um caso de repercussão para o “eu” – “eu fiz”, “eu faço”, “eu sou o super-herói” – não é um procedimento comum na Polícia Federal, não é o que ensinamos aos nossos policiais. Imagine V. Ex^a se cada um desses oito mil policiais que trabalham em milhares de investigações no Brasil resolvesse ir a público, exhibir, mostrar e dizer o que está fazendo, haverá uma balbúrdia, desacreditando totalmente esse órgão.

No mais, ele está inteiramente à disposição – como todos os outros Policiais Federais – do Ministério Público e do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não há mais Senadores inscritos.

Agradeço a presença do Dr. Paulo Lacerda e da Dr^a Cláudia Chagas – já agradecemos a presença do Ministro.

Esta reunião foi muito importante, principalmente pela ponderação, pela transparência e pelas informações dadas. Com toda certeza, isso será um balizador da nossa CPI, que inicia hoje à tarde e que podia ter continuado na comissão, pois, com toda certeza, chegaríamos ao término da mesma forma, sem precisar de todo o tumulto que tivemos até agora.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h46 min)

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia seis de agosto de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO BATISTA MOTTA, ANA JÚLIA CAREPA, VALMIR AMARAL, ROMERO JUCÁ e DELCÍDIO AMARAL. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada. A seguir, são apresentados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 22/2003-CFC de autoria do Senador LUIZ OTÁVIO, convidando o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, para comparecer a esta Comissão, a fim de expor as razões que levaram as concessionárias a praticar aumentos no valor das tarifas pela prestação de serviços telefônicos, majorações essas consideradas abusivas pela sociedade”. Por iniciativa do Senador JOÃO BATISTA MOTTA o convite é estendido ao Ministro das Comunicações, Dr. MIRO TEIXEIRA, bem como aos Presidentes das Empresas de Telecomunicações TELEFÔNICA, TELEMAR e TELECOM. Resultado: APROVADO; Requerimento nº 23/2003-CFC de autoria do Senador NEY SUASSUNA, solicitando a constituição de Subcomissão permanente, composta por cinco membros, para acompanhar as obras inacabadas e/ou obras suspensas que tenham recebido re-

ursos da União”. Resultado: APROVADO; Requerimento nº 24/2003-CFC de autoria do Senador VALMIR AMARAL, solicitando ao Tribunal de Contas da União o encaminhamento de informações referentes à terceirização no âmbito da Administração Federal. Resultado: APROVADO; Requerimento nº 25/2003-CFC de autoria do Senador NEY SUASSUNA, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, que faça conhecer a situação atual das despesas gerais das Embaixadas e Consulados brasileiros nos países com os quais mantemos relações diplomáticas. Solicita-se atenção especial à rubrica pagamento de aluguéis e serviços. Resultado: APROVADO. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senadores LUIZ OTÁVIO, JOÃO BATISTA MOTTA, GERSON CAMATA, AELTON FREITAS e ANA JÚLIA CAREPA. O Senhor Presidente informa ao Plenário da Comissão o recebimento de Nota Técnica da Consultoria Legislativa do Senado Federal, que considera não ser de competência desta Comissão o Requerimento de autoria do Senador ARTHUR VIRGILIO e passa, então, à deliberação da pauta. Item 1) AVISO Nº 12, DE 2002, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 026/2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente aos relatórios de inspeção realizados nas superintendências estaduais do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, envolvendo apuração de irregularidades, em todo o território nacional, relativamente a pagamento de débitos trabalhistas referentes aos extintos INPS, INAMPS e IAPAS (TC – 009.033/1993-9)”. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador OSMAR DIAS. Relatora “Ad Hoc”: Senadora ANA JÚLIA CAREPA. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: APROVADO; Item 2) AVISO Nº 48 DE 2002, que “encaminha ao Senado Federal para os fins previstos na alínea “g” do inciso i do artigo 1º da lei complementar nº 64, de 1990, a relação dos nomes dos responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares em decisão definitiva por aquele tribunal, nos últimos cinco anos, consoante o disposto no artigo 91 da lei nº 8443, de 1992; informa, ainda, que tornará disponíveis, sempre que necessário, atualizações da referida lista, tendo em vista o vencimento de prazos de recursos e o julgamento dos apelos interpostos contra deliberações posteriores à data de 1º de julho de 2002”. Relator: Senador OSMAR DIAS. Relator “Ad Hoc: Senador GERSON CAMATA. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: APROVADO; Item 3)

AVISO Nº 55/2002, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 762/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre consulta formulada pelo então Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, acerca da possibilidade de se contar ou não o período de mandato eletivo como tempo de serviço público para fins de aposentadoria no regime geral da previdência social (TC – 001.322/99-0)”. AUTOR: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador CÉSAR BORGES. Relator “Ad Hoc”: Senador JOÃO BATISTA MOTTA. Parecer: Pelo não conhecimento da matéria e pelo envio do processado ao arquivo, bem como pela recomendação ao Tribunal de Contas da União um melhor critério de seleção dos processos a serem encaminhados à Comissão. Resultado: APROVADO. Item 4) AVISO Nº 195/2000, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 804, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação denominada Plátos de Guadalupe, situado no município de Guadalupe, próximo ao lago da barragem da Boa Esperança, na região centro-sul do Estado do PIAUÍ (TC – 009.989/2000-7 e TC – 009.997/2000-9)”. AUTOR: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador DUCIOMAR COSTA. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: APROVADO. Item 5) AVISO Nº 164 DE 2000, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 721, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – 17º Distrito Rodoviário Federal e Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo – der/ês, pertinente à obras de terraplanagem, pavimentação, drenagem e de artes correntes e complementares da rodovia BR-484/ES, trecho Itarana – Afonso Cláudio, no período de 16 a 30.6.99 (TC nº 008.645/99-0)”. Relator: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR. Relator “Ad Hoc”: Senador GERSON CAMATA. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: APROVADO. Item 6) AVISO Nº 17, DE 2001, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.041, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Serviço Federal de Processamento de Dados -SERPRO, objetivando o exame das contratações de bens e serviços de informática em face das disposições legais vigentes (TC 009.569/99-5)”. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador GERALDO MESQUITA

JÚNIOR. Relatora “Ad Hoc”: Senadora ANA JÚLIA CAREPA. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo o número regimental, declaro aberta a 17ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos à pauta da 17ª Reunião.

Antes de darmos início aos processos, gostaria de colocar em votação os requerimentos que estão sobre a mesa.

O primeiro requerimento é do nobre Senador Luiz Otávio, nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, consubstanciado no art. 58, § 2º, item V, da Constituição Federal, bem como do art. 102, “b”, *caput*, inciso XVI, do mesmo Regimento, que o Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações compareça à Comissão de Fiscalização e Controle para expor a seus membros as razões que levaram as concessionárias a praticar aumento no valor das tarifas pela prestação de serviços telefônicos, majorações essas consideradas abusivas pela sociedade.

O Senador faz uma justificativa, então eu lhe pergunto se quer ler a sua justificativa. Com a palavra o nobre Senador.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no final do mês de junho, a sociedade brasileira como um todo foi agredida pela prepotência da decisão do atual Presidente da Anatel, Dr. Luiz Guilherme Schymura, que inclusive chegou a afrontar as recomendações do próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, pedindo uma reavaliação do aumento das tarifas do serviço de telecomunicações. Ele apenas mencionou o cumprimento do contrato existente no momento da privatização do sistema de telecomunicações, cujos índices estão

muito acima da capacidade de assunção desse ônus pela sociedade brasileira, porque se balizam praticamente pela variação do dólar, e ninguém tem referencial desses índices tão altos, como foi o caso do reajuste médio de 25% ao ano, sendo que 14% foram dados para a telefonia residencial e mais de 40% para a telefonia comercial.

Na verdade, Sr. Presidente, sabemos que essa é uma forma de repasse de custos. Os índices de inflação são comumente usados como desculpa para haver esses índices tão altos de reajuste.

Segundo notícia da Folha de S.Paulo, o Presidente da República continua com o seu objetivo de mudar a forma de escolha dos agentes e dirigentes das agências reguladoras, porque Sua Excelência mesmo diz que o Governo não tem ingerência alguma. Como as agências têm tanto poder de decidir o futuro da Nação sem que seus membros tenham sido eleitos, como é o Presidente da República, como são os Ministros de Estado que são escolhidos pelo Presidente e até mesmo o Congresso Nacional, que tem o papel de fiscalizá-las?

Com certeza, teremos a oportunidade de, mais uma vez, demonstrar o absurdo, que pode até ser legal – não questiono a legalidade do contrato no que se refere à privatização do sistema de telecomunicações –, que são os índices de reajuste de tarifas concedidos que a população não tem como absorver, porque os salários estão congelados, há uma dificuldade enorme na geração de renda e, por conseguinte, a sociedade realmente se manifestou contrariamente.

Tenho certeza de que o dirigente da Agência Nacional de Telecomunicações terá oportunidade, inclusive, de se justificar, talvez até pelo aspecto legal, aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle, a quem cabe este poder. E teremos a chance de, por exemplo, depois de ouvi-lo, pedir que o Tribunal de Contas da União faça uma auditoria *in loco*, para verificar onde estão sendo aplicados os recursos do Fust, Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações, que arrecada 1% das tarifas do serviço de telefonia no Brasil inteiro para a universalização das telecomunicações. Esse projeto, inclusive, passou pelo Senado da República, esteve aqui na nossa Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB.) – Este e outros sete fundos. Aprovamos oito fundos ao todo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Exatamente, e até hoje ninguém viu a cor desse dinheiro, que está guardado no Tesouro Nacional. Até hoje não há

uma definição para esses recursos. Então há uma série de coisas que realmente precisam ficar claras.

Não tenho qualquer restrição pessoal contra o dirigente da Anatel nem da Aneel nem da Agência de Águas; apenas tomei a iniciativa pela pressão política e da própria sociedade. E o Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, inclusive telefonou para a minha casa para agradecer a minha iniciativa e dizer que realmente eu estava e estou no caminho certo.

Portanto, Sr. Presidente, esta é apenas uma das justificativas do chamamento do Diretor-Geral da Anatel, haja vista que o nome dele foi aprovado pelo próprio Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador.

Continua em discussão o requerimento do Senador Luiz Otávio convocando o Presidente da Anatel para dar informações sobre todo esse processo de aumentos e essa polêmica que está na imprensa, para que tenhamos conhecimento com clareza do que está se passando.

Com a palavra o nobre Senador.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG.) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Senador Luiz Otávio, Senador Gerson Camata, Senador Valmir Amaral, não seria oportuno, junto com o Presidente da Anatel, convidarmos o Presidente da Telefônica, da Telemar e, posteriormente, o Ministro das Comunicações?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Da minha parte, não há empecilho, ao contrário.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG.) – Então se puder juntar o nosso pedido...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Pode ser acrescido. Acato a proposição do Senador Aelton Freitas, do Estado de Minas Gerais, e tenho certeza de que a reunião será até mais produtiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES.) – Sr. Presidente, o tema é interessante, votarei a favor do requerimento, mas ele vai dizer que está cumprindo um contrato que o Brasil fez, e não muito mais do que isso.

Ocorre que houve, no processo de privatização, um vício de base. Na época, fiz pronunciamentos aqui e procurei o Ministro Serjão, dizendo-lhe que não devia ter feito essa privatização, essas megaempresas que vão do Rio Grande do Sul ao Amazonas.

No Estado do Espírito Santo, havia empresas locais que comprariam do Governo a Teleste, que era

uma empresa de telefonia do Espírito Santo e que instalariam o celular. Eram empresas de lá, então o dinheiro giraria lá, seria investido lá, mas, não sei por que cargas d'água, preferiram essas megaempresas, todas de capital estrangeiro. Poderíamos ter uma empresa no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e no Paraná, todas de capital nacional, isto é, várias grandes empresas, e o Governo teria mais poder de manobra, de indução de preços com várias empresas do que com quatro ou cinco megaempresas estrangeiras com contratos leoninos. Então tudo aquilo que previmos de ruim na época começa a acontecer agora.

E há um outro problema, Sr. Presidente: havia naquela época – e eu disse aqui várias vezes – um projeto para criar dois tipos de unidades federadas no Brasil: a centralista e a periférica. O Espírito Santo, por exemplo, foi escolhido para ser Estado periférico, então lá não pode haver sede de empresas, que têm que ser no Rio ou em Minas. E agora o Espírito Santo está numa situação interessante: para pedirmos ao 102 uma informação, é em Belo Horizonte. Então deve-se explicar ao funcionário que atende: “Estou pedindo o nome do Sr. Aelton Freitas, que mora na cidade de Nova Almeida, no Estado do Espírito Santo, ao norte de Vitória”. Temos que explicar, porque a pessoa que atende não conhece o Estado do Espírito Santo. Então, para várias coisas, há os Estados periféricos agora e os Estados que são centralistas até para serviço de informação. Houve um erro que acredito que não se corrige mais.

Voto a favor do requerimento, até porque as empresas têm que começar a pensar localmente, regionalmente, e não mundialmente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua em discussão o requerimento, mas eu gostaria, também, de dar uma opinião sobre esse assunto.

Lembrem como era o setor telefônico antes das reformas. Nós criamos a legislação das agências. Se nós erramos, é hora de pensar em corrigir.

O contrato, na época, previa um índice mais baixo, que, de repente, se transformou num índice mais elevado.

Embora reconheça esses pontos que estou citando, nada mais correto do que chamá-los e ouvi-los, até para aclarar as nossas dúvidas. Devemos abrir esse debate, porque até agora temos ouvido um lado, depois de algum tempo, alguma coisa do outro, mas não ouvimos, com clareza, os argumentos dos dois lados em hora alguma. E o Senador tem razão: nesta Casa foi aprovado, então é justo que peça-mos as informações.

Assim, voto a favor, embora discordando de algumas colocações. Lembro que o empresário, quando investe dinheiro, quer receber o seu ganho, no entanto precisamos saber em que condições. Por isso sou favorável ao requerimento de convocação de V.Ex^a.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, pediria um aparte a V.Ex^a.

É verdade o que V. Ex^a está dizendo: existem, em qualquer contrato, pelo menos duas partes. E a outra parte também tem que ser atendida. Tenho certeza de que esqueceram o consumidor, o usuário, a sociedade, que é quem paga, na verdade, todos os serviços.

Como disse a V. Ex^a no início da reunião, a justificativa que o dirigente da Anatel ou de outra agência pode e deve dar poderá até ser válida, mas também se deve analisar o outro lado do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concordamos com isso, Senador.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Tenho certeza de que foi esquecido o consumidor, o usuário. A parte do investimento do empresário foi lembrada com bastante propriedade e está sendo cumprida dentro da lei, com a maior rigidez. Quanto à parte do usuário, não há empenho, dedicação, entusiasmo, decisão para conhecê-la.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tere-mos a oportunidade de esclarecer com a aprovação do requerimento de V.Ex^a

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Luiz Otávio, convocando o Presidente da Anatel, os presidentes das maiores empresas de telecomunicações e o Ministro das Comunicações, Miro Teixeira.

Vamos enviar os convites para esclarecer, nesta Comissão, toda essa situação.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Temos um segundo requerimento, de minha autoria, que solicita ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informações sobre as despesas gerais das embaixadas e consulados brasileiros nos países com quem mantemos relações diplomáticas.

A minha justificativa é a seguinte: fiz duas ou três viagens, ultimamente, representando o Brasil. E, em alguns países, eu me senti envergonhado porque

nós não estamos pagando nem sequer o aluguel e estamos ameaçados de despejo em alguns deles.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Por exemplo?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nos Estados Unidos, o de Miami e o de São Francisco. Em Portugal também temos dificuldades.

O Ministro deve estar aflito com isso, mas queremos saber qual é a real situação e como podemos ajudar.

Então o objetivo não é, de maneira nenhuma, a crucificação do Ministério das Relações Exteriores. Pelo contrário, o nosso objetivo é saber qual é a situação e evitar que um país como o nosso tenha a sua representação tão mal colocada lá fora não pelos nossos diplomatas, que são de primeira linha, mas pela situação financeira e a dificuldade que estão enfrentando.

Essa é a justificativa. Peço aos companheiros que, se puderem, apóiem, para que tenhamos uma real noção de como está a nossa representação diplomática fora do País.

O SR. DUCIOMAR COSTA (PTB – PA) – Sr. Presidente, só para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DUCIOMAR COSTA (PTB – PA) – O Parlamento português aprovou, em maio de 2003, uma nova lei em relação à questão dos estrangeiros em Portugal e muitos brasileiros são deportados para o Brasil, mas a Embaixada não tem recursos. Fazem almoço, coleta, é uma situação realmente humilhante. O brasileiro não pode permanecer em Portugal, o governo português não pode dispor de recursos para mandá-lo para o Brasil e a Embaixada não dispõe também dos recursos para trazer esses brasileiros para o Brasil novamente.

Então trata-se de uma situação crítica que merece toda a atenção, para encontrarmos uma solução para esse problema.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra, nobre Senador.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Como membro da Comissão de Relações Exteriores, fui informado pela nossa Assessoria que o Chanceler estará amanhã naquela Comissão. Se V. Ex^{as} estiverem de acordo, porque é um caso de urgência urgentíssima, trataremos desse assunto. Disponho-me a representar nossa Comissão de Fiscalização e Con-

trole em todas as perguntas que quiserem e trazer a resposta da maneira mais oportuna. Penso que essa é uma decisão que deveria ser para ontem, não para a nossa próxima reunião da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aprovando o requerimento, faríamos, V. Ex^a o levaria em mãos, para, dessa forma, termos a maior rapidez possível na resposta.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Com muito prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos a um outro requerimento, também de minha autoria, que se refere a obras inacabadas.

Em 1999, tivemos acesso a um relatório sobre obras inacabadas da República, onde investimos uma fortuna, muitas delas deteriorando, e não recebemos um relatório final.

Estou propondo a criação de uma subcomissão para cuidar de obras inacabadas.

Se os Srs. Senadores concordarem, depois indicaremos os membros entre os quais haverá eleição. Cria-se uma presidência da subcomissão e, dessa forma, poderemos acompanhar em sintonia com a Comissão de Orçamento e o Tribunal de Contas da União. Esse é o objetivo.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, participei, há uns dez anos, da CPI das Obras Inacabadas, que foi proposta pelo então Senador Carlos Wilson.

Foi uma CPI tão importante e levantou tanto esbanjamento de dinheiro que eu até disse ao Senador Carlos Wilson que, se S. Ex^a não fizesse mais nada durante aquele mandato, já haveria pago muito bem o voto que os eleitores de Pernambuco lhe deram. Essa CPI levantou o total descaso, o desperdício, como se joga dinheiro na lata de lixo neste País.

Penso que a criação desta subcomissão será boa, porque começará de novo a acender a lâmpada, mostrando que uma obra começa e se perde. Analisamos obras do Império, começadas por D. Pedro II, que fomos visitar no Tocantins e no Ceará, paralisadas desde aquele tempo. Creio que é muito interes-

sante, até para depois se partir para uma legislação, para haver mais critério na hora de começar e, depois de começada a obra, terminá-la.

Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Criaremos uma comissão com cinco membros e cinco suplentes.

Requerimento do Senador Valmir Amaral:

Requeiro, na forma regimental, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União que encaminhe a esta Comissão de Fiscalização e Controle informações referentes à terceirização no âmbito da Administração Federal.

Parabenizo o Senador Valmir Amaral por esse requerimento, porque isso realmente está sendo uma cruz na Administração Federal. A Caixa Econômica Federal hoje tem cinqüenta mil funcionários, e precisa de pelo menos o dobro, em razão das novas atribuições, e tem quarenta mil terceirizados que terminam custando mais caro que os cinqüenta mil funcionários. Nós não sabemos qual é hoje o contingente de funcionários terceirizados no País. Creio que essa solicitação com certeza trará surpresas para nossa Comissão.

Em discussão o requerimento do nobre Senador Valmir Amaral, Senador de Brasília. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Há uma solicitação do Senador Arthur Virgílio no sentido de que se convoquem para depor nesta Comissão pessoas da Prefeitura paulista de Santo André.

Antes de trazer o parecer à Comissão, pedimos à Consultoria Legislativa que nos desse um parecer a respeito, porque acreditávamos que isso não era da nossa órbita. A nota técnica da Assessoria do Senado é no sentido de que esse não é um assunto pertinente a esta Comissão. Por isso deixo de pôr em discussão nesta Comissão esse assunto. Peço que a matéria seja arquivada. Estou fazendo isso de ofício, mas antes me precavi, pedindo uma nota técnica a respeito.

Temos aqui dois requerimentos do Senador Arthur Virgílio e também do Senador Osmar Dias com o mesmo objetivo, ou seja, convidar o Ministro dos

Transportes e, ao mesmo tempo, o Sr. Sérgio Pimentel, que era Diretor do Denit.

Quero prestar o testemunho de que quando recebemos os requerimentos dos dois Senadores aguardamos, porque isso não podia ser votado quando do recesso, mas fiquei muito bem impressionado, uma vez que o Ministro me procurou e disse que gostaria de vir a esta Comissão prestar informações.

Nós votaremos a matéria e o Ministro poderá vir na data que lhe for possível. Vou colocar em discussão o assunto, mas queria dar o testemunho do interesse...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Eles poderão vir juntos?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, temos que ouvir um e depois o outro. Os dois juntos não é possível.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Poderá ser no mesmo dia?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Como é um convite e como está havendo inclusive uma atitude de grandeza por parte do Ministro, que faz questão de vir aqui, dependerá do nosso calendário e da disposição do Ministro.

Assim, votaremos a matéria e comunicaremos ao Ministro que a sua vontade está sendo respeitada juntamente com a dos Srs. Senadores.

Em discussão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, considero esse assunto superado, passado, pois foi bem esclarecido pela imprensa. Não sei por que queimar mais bucha e perder tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Fiquei muito tranqüilo com a declaração do Ministro.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – À época do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Como era recesso, Senador, não podíamos examinar qualquer assunto que não fizesse parte da convocação.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Sr. Presidente, como Senador de Minas Gerais tenho o maior interesse nesse caso, mas comungo com o Senador Gerson Camata. Se não houvesse o recesso, teria sido muito oportuno colocar o assunto em pauta, mas agora esse é um assunto ultrapassado.

Queria sugerir que colocássemos em pauta os assuntos quando o autor dos mesmos estivesse presente. Acredito que, em razão do tempo, o próprio autor...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Exatamente, era o que eu ia propor. Ou seja, o adiamento.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o Senador Gerson Camata e com o Senador Aelton Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – À Presidência cabe a obrigação de trazê-lo aqui, mas eu também concordo com isso. O próprio Ministro disse que fazia questão de vir aqui, o que mostra que o assunto não só está superado, mas também a segurança do Ministro, que quer prestar as informações. Creio que poderíamos arquivar.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Vamos comunicar primeiro aos autores do requerimento, porque eles não estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É ponderado, Senador, tem razão. Não colocaremos em pauta e comunicamos aos autores a intenção desta Comissão neste momento.

Passemos à pauta.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Depois da pauta, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não. Então eu pediria à nobre Senadora que, por gentileza, relatasse o Item nº 1 da pauta, que é um parecer do Senador Osmar Dias. É coisa simples. V. Exª pode inclusive fazê-lo pela própria pauta.

Item 1: Aviso nº 12, de 2002, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 026, de 2002. Relator Senador Osmar Dias.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, como as Senadoras e os Senadores têm acesso ao voto do relator, na pauta, inclusive com antecedência, vou ler o voto do relator. Creio que não há necessidade de ler toda a análise feita por S. Exª, porque é de conhecimento de todos.

O voto do Relator, Senador Osmar Dias, diz o seguinte:

Ficaram evidenciadas no relatório de auditoria a negligência e a prevaricação de servidores da área jurídica das Superintendências do INSS quanto a permitir que fossem pagos adiantamentos do plano de cargos e carreiras do INSS em duplicidade, sem falar no frágil e ineficiente descontrole do Instituto sobre as ações judiciais em que é réu relativamente aos pagamentos de pessoal.

Nesse sentido, o TCU, como se demonstrou na análise da matéria, tomou as providências que se esperavam, não restando mais a se tomarem. Diante do exposto, propomos que esta Comissão tome conheci-

mento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo. Senador Osmar Dias, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estão de acordo permanecem como estão. (Pausa)

Aprovado.

Pediria ao nobre Senador Camata que relatasse o **Item nº 2**, também do Senador Osmar Dias.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, o relatório está na mesa dos Srs. Senadores.

S. Exª propõe, no seu voto, que fique a relação daqueles que estão envolvidos no problema, que tiveram as contas julgadas irregulares em decisão definitiva do TCU nos últimos cinco anos, todos os administradores públicos: prefeitos, vereadores, deputados, aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle, à disposição dos Senadores e de todos aqueles que quiserem tomar conhecimento da mesma.

Eu iria até mais longe, publicaria na Internet, porque já ficaria a folha corrida desse pessoal à disposição dos eleitores nas próximas campanhas políticas.

É o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Senadores que estão de acordo permanecem como estão. (Pausa) Aprovado.

Item nº 3. Pediria ao nobre Senador Motta que, por gentileza, o relatasse. É o Aviso nº 55, de 2002. Com a palavra o nobre Senador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – Sr. Presidente, o Senador César Borges relata o voto da seguinte maneira:

O caso em pauta, com a decisão de não conhecer, insere-se no que poderíamos chamar de inútil ao objeto desta Comissão. Matérias dessa natureza não têm qualquer relevância para as nossas atribuições e não deveriam chegar a esta Comissão para a formação de um processo.

Em face, portanto, disso e do conteúdo da decisão do Tribunal, propomos que esta Comissão não tome conhecimento da matéria, delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo e recomende ao TCU melhorar o critério de seleção dos processos a serem encaminhados, restringindo-se apenas aos que demonstrem significativa relevância econômica, social, jurídica ou política.

Assinado: Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 4: Aviso nº 195, de 2000, do Senador Duciomar Costa.

Com a palavra o nobre Senador.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB-PA) – Sr. Presidente, relativamente à auditoria nas obras de infra-estrutura de irrigação denominadas Platus de Guadalupe, situadas no Estado do Piauí, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio do presente processo ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 5 do qual, novamente, peço ao nobre Senador Camata que, por gentileza, seja relator **ad hoc**. É o Aviso nº 164, de 2000, do nobre Senador Geraldo Mesquita.

GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, é interessante, uma coincidência impressionante. Pedi essa fiscalização em 1999 e, agora, aqui chega exatamente para ver a finalização.

Foi útil o pedido, acertou-se o problema de uma estrada em que havia alguns pontos irregulares. O Tribunal de Contas saneou tudo. Já se regularizou totalmente, sendo uma rodovia importante que está em construção no Espírito Santo, para a qual o Sr. Ministro dos Transportes acaba de liberar recursos no orçamento deste ano. Agora, basta arquivar.

É o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Último item da pauta. Pediria à Senadora Ana Júlia que, por gentileza, o relatasse. Trata-se do Aviso nº 17, de 2001, do nobre Senador Geraldo Mesquita.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, o aviso, na verdade, encaminha cópia da decisão relativa a uma auditoria realizada nas contratações de bens e serviços de informática pelo Serpro.

No voto, o Relator comenta que o TCU manda para cumprir praxe, mas que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar providências, já que as determinações impostas pelo Tribunal de Contas da União compreendem as medidas cabíveis.

Portanto, o voto do Relator propõe que esta Comissão tome conhecimento e delibere pelo envio do presente processo ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Queria, antes de passar a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, dizer que, muitas vezes, o processo está tranquilo e basta somente pedir o arquivamento. Mas, muitas vezes, nesta Comissão já encontramos fatos que geraram novas solicitações e até mesmo o conserto de algumas irregularidades.

Portanto, embora, pareça improdutivo, é bom que continuemos analisando, porque isso facilita, com toda certeza, o acompanhamento da fiscalização do próprio Tribunal de Contas da União.

Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, queria dizer que há necessidade da criação da subcomissão relativa às agências reguladoras.

Cheguei depois, mas V. Ex^a sabe que sou uma pessoa sempre presente nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É verdade.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Cheguei atrasada porque estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – também sou membro suplente dessa Comissão – discutindo um projeto de lei por meio do qual pretendia o Senador Arthur Virgílio criar uma comissão mista para fiscalizar as agências.

A própria CCJC aprovou, mas está enviando também para a CFC, porque entende que é papel desta Comissão dar um parecer sobre isso. Acredito que é necessário que instalemos a nossa subcomissão, para que comece a trabalhar sobre este assunto, até porque, se criarmos por lei, para cada situação, uma outra comissão de Senadores e Deputados, é melhor fecharmos esta Comissão. É prerrogativa nossa, esta é uma Comissão Permanente da Casa.

Trata-se apenas de um comentário sobre o projeto, que acabou dando margem a uma emenda que não tinha nada a ver com ele, porque já propunha que a concessão fosse feita pelas Agências, o que nos apresenta a necessidade urgente de nos debruçarmos sobre esse assunto, que interessa ao País, haja vista o que existe aqui em termos de requerimentos para discutir situações como propõe o Senador Luiz Otávio, relativa à Anatel.

Sei que o Presidente concorda. Não podíamos fazer isso no mês de recesso, porque essa matéria não estava prevista na convocação extraordinária, mas sugiro que haja um entendimento entre os membros da Comissão, para permitir que esta Subcomissão comece a trabalhar, porque ela vai a receber, inclusive, demandas de outras Comissões da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, a Presidência dá toda razão a V. Ex^a. Vou instar a cada membro da Comissão para que, na próxima semana, impreterivelmente, façamos a eleição da Presidência, a fim de que comece a operar. Mais do que nunca, é necessário que esta Comissão se instale. Então, pessoalmente, vou fazer gestões junto a cada membro.

Não havendo nada mais a tratar, está facultado o uso da palavra. Como ninguém quer fazer uso dela, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h24min)

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e dezenove minutos do dia treze de agosto de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador NILDO COELHO, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores AELTON FREITAS, HELOÍSA HELENA, LUIZ

OTÁVIO, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, LEOMAR QUINTANILHA, OSMAR DIAS, JOÃO BATISTA MOTTA, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, VALMIR AMARAL e ROMERO JUCÁ. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada. A seguir, são apresentados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 26/2003-CFC de autoria dos Senadores EDISON LOBÃO e DELCÍDIO AMARAL, que requer “sejam prestadas, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça de todos Estados da federação e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, diversas informações referentes a precatórios, desde 1988, até o corrente exercício”. Resultado: APROVADO; Requerimento nº 27/2003-CFC de autoria dos Senadores ARTHUR VIRGÍLIO e EFRAIM MORAIS “convidando o Ministro do Trabalho e Emprego, JAQUES WAGNER, para prestar esclarecimentos sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados pelo Ministério do Trabalho.” Resultado: APROVADO; Requerimento nº 28/2003-CFC de autoria dos Senadores ARTHUR VIRGÍLIO e EFRAIM MORAIS “convidando a ex-deputada SANDRA STARLING, para prestar esclarecimentos sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, onde exerceu o cargo de Secretária-Executiva até o último dia 31.” Resultado: APROVADO. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senadores EFRAIM MORAIS, DELCÍDIO AMARAL, CÉSAR BORGES, JOÃO RIBEIRO, LEOMAR QUINTANILHA e ANA JÚLIA CAREPA. O Senhor Presidente encaminha a deliberação da pauta: Item 1) AVISO Nº 189, DE 2000, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 798, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras de construção do Edifício Sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TC – 008.503/2000-6)”. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Abstenção dos Senadores DELCÍDIO AMARAL e ANA JÚLIA CAREPA. Resultado: APROVADO; Item 2) AVISO Nº 110 DE 2001, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 181, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Candeias-BA, com o objetivo de verificar a aplicação dos recursos transferidos com base na

Lei nº 7.525, de 1986 (Fundo Especial e Royalties), no período de 22/05 a 02/06/95 (TC nº 251.231/95-0).” Relator: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: APROVADO; Item 3) AVISO Nº 9/2002, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 316/2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes aos autos de acompanhamento dos procedimentos administrativos atinentes à construção de nova sede para o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TC – 004.395/99-9).”. AUTOR: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador OSMAR DIAS. Relator “Ad Hoc”: Senador JOÃO RIBEIRO. Parecer: Pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União. Resultado: APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental.

Declaro aberta a 18ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As. Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje haverá a implantação de duas Subcomissões. Enquanto chegam os Srs. Senadores, comunico ao Plenário que estamos providenciando alguns requerimentos. O primeiro deles pede ao Tesouro Nacional e à AGU o quanto deve a República, quais são os precatórios, quais são os maiores precatórios, em que ordem está de pagamento. Como já votamos duas vezes esse assunto, daremos entrada no requerimento na próxima reunião.

O segundo requerimento visa indagar à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional sobre quantos são os processos de cobrança em tramitação. Segundo consta, eram 400 mil, e hoje são quatro milhões, o que é de uma lentidão incrível. Mas estamos apurando isso e vamos ao Ministério tendo em vista maiores informações. A mesma coisa nas cinco regiões da Justiça Federal, que tem hoje cerca de 200 bilhões em cobrança, segundo dados do ano passado. Não

sabemos o que aconteceu e vamos requerer também informações a esse respeito.

Também gostaríamos de saber – e vamos dar entrar em requerimento – qual tem sido o montante de gasto com pagamento de taxa de compromisso à comissão de permanência dos empréstimos ou dos acordos internacionais que fizemos no passado e que nunca usamos. O Sivam é um exemplo deles. Em um empréstimo tomado para o Nordeste, a aplicação em Alagoas e Sergipe foi inferior ao que pagamos de juros de taxa de permanência. Tomamos emprestado, não demos contrapartida e terminamos pagando mais juros do que o que final foi aplicado em todo o Estado.

Vimos ontem, pela imprensa, a dificuldade de coincidir números entre o quanto têm os fundos de pensão, o quanto pode ser investido e em quais condições. É um assunto sobre o qual a Comissão também se deveria debruçar. Então, vamos pedir à Secretaria que cuida dos fundos para nos dar informações, a fim de que a comissão possa balizar isso. Portanto, esses são dados que nos vamos debruçar durante esta semana para, na próxima semana, submetemos a matéria à votação.

Hoje, sobre a Mesa há dois requerimentos. O primeiro requerimento, subscrito pelo Senador Delcídio Amaral, de autoria do Senador Edison Lobão, requer, nos termos dos arts. 70 **caput** e 71 da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos VIII e XIII, e 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça de todos os Estados da Federação e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios as seguintes informações para exame da Comissão de Fiscalização e Controle:

1. relação dos precatórios para pagamento desde 1988 até o corrente exercício, ordenados por antiguidade e por exercício financeiro, contendo identificação do credor e o valor e natureza da dívida;
2. indicação da expressão “percentual” de quitação de precatórios por exercício financeiro;
3. relação das medidas adotadas ou em estudo para que o Tribunal busque a satisfação dos débitos em precatórios.

A justificação do eminente Senador Edison Lobão, endossada pelo Senador Delcídio Amaral, é a seguinte:

“O sistema de precatórios, estabelecido pela Constituição Federal no art. 100 e art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, permitiu o parcelamento dos créditos pendentes de pagamento

na data da promulgação da Constituição, cinco de outubro de 1998, e a emissão de títulos de dívida pública para honrar as suas dívidas judiciais. Desde então, o que se verifica é que as Fazendas Públicas federal, estaduais, distrital e municipal têm sistematicamente ignorado os comandos constitucionais e negado a eficácia das decisões judiciais provocadas por esse calote oficial e que avultam pedidos de intervenção federal, muitos ainda **sub judice**, tanto no Supremo Tribunal Federal, como no Superior Tribunal de Justiça.

Tal situação se manteve inalterada, e, mesmo depois de importantes mudanças no modelo dos precatórios, promovidas pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000, que deu nova redação ao art. 100 da Constituição e acrescentou o art. 78, a imposição de medidas objetivas de recuperação pelos credores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dos valores que são judicialmente devidos, inclusive com determinação de compensação tributária, negociação e decomposição dos títulos, reparcelamento dos precatórios vencidos e não pagos e configuração de crime de responsabilidade para o não-cumprimento dessas determinações, as Fazendas têm respondido com novas negativas de honrar suas dívidas judiciais, que já se avolumam e fogem de controle, aprofundando o desprezo à Constituição e ao Judiciário, aos direitos dos credores e a direitos fundamentais da pessoa e à moralidade da administração pública.

O tema dos precatórios voltou ao foco dos debates na discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, que trata da Reforma do Poder Judiciário, por emenda oferecida pelo Superior Tribunal de Justiça, propondo a substituição do sistema de precatórios por títulos sentenciais. Ao se pronunciar sobre a proposta, o Senado certamente voltará a enfrentar a necessidade de oferecer solução ao renitente problema dos precatórios e se defrontará com a inexistência de dados oficiais e confiáveis sobre o perfil, o montante e a natureza das dívidas judiciais dos Governos Estaduais – o principal foco do problema.

Assim, em razão da iminência da discussão e votação da matéria e da vasta área de imprecisão e obscuridade que o tema abriga, o Senado Federal terá de oferecer uma resposta à Nação, principalmente porque lhe cabe, constitucionalmente, exercer o controle do endividamento dos entes federativos nos limites e condições estabelecidos pelos incisos V, VI, VII, VIII e IX do art. 52 da Constituição Federal. As informações solicitadas permitirão ao Senado exercer melhor essa competência constitucional e a sua função fiscalizadora, além de instruir e enriquecer os de-

bates sobre a nova redação do art. 100 da Constituição Federal, em bojo na Reforma do Judiciário.”

Então, o requerimento do nobre Senador Edilson Lobão, subscrito pelo Senador Delcídio Amaral, é exatamente no sentido de pedir informações maiores, para que possamos, desta forma, ter um debate mais profícuo no Senado da República.

Em discussão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, V. Ex^a tem a palavra, Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quero só colocar que, em relação a essa questão dos precatórios, hoje vence, acho, o prazo para discussão de uma emenda de minha autoria, que reduz 2%, para que a União, Estados e Municípios paguem os precatórios, evidentemente – é claro que é da receita líquida –, tirando disso aí a questão dos precatórios que dizem respeito à questão salarial. Então, quero deixar claro que essa nossa emenda está na pauta e deverá ser votada na próxima semana em primeiro turno. Penso que é interessante porque vai dar condições de equilíbrio, porque o que está acontecendo com os precatórios é que está inviabilizando os Municípios e pode vir a inviabilizar os Estados e a própria União.

Sou favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, cabe à Mesa dar uma informação: o Senado já discutiu isso antes e dividiu, inclusive, segmentos que podiam ser até trocados, no caso da República, por pagamento de impostos, ou até serem vendidos a terceiros, e tudo o mais. Acontece que esse problema cresceu tanto que hoje não sabemos o que fazer e nem qual é o volume, porque muita coisa foi muito malfeita. Por exemplo, temos uma madeireira no Pará, que, sozinha, ganhou R\$200 bilhões de indenização, e já foi encerrada toda a possibilidade de julgamento. Isso é mais, duas vezes mais, do que a arrecadação do Imposto de Renda de uma madeireira, que, se for olhar hoje quanto vale, dá para comprar o Pará inteiro, eu acho. São coisas dessa monta de que se precisa saber. Lembro bem que alguns Estados, quando pegam um precatório gigantesco, param de pagar porque bloqueiam, não têm como pagar. Vi isso acontecer em alguns Estados.

Em relação às Prefeituras, V. Ex^a, Senador Efraim Moraes, está coberto de razão. As Prefeituras, que já estão com problemas, tiveram a arrecadação reduzida em 48% e, além disso, estão pagando o INSS que não pagavam anteriormente, porque por

muito tempo foram relapsas. Assim, pagam 9% da dívida passada e o INSS do mês, o que perfaz 21%. Não estou falando só da queda, mas são 21%. Há Prefeituras, no meu Estado, que estão pagando 40% da sua arrecadação em precatórios, porque vem um precatório, que são obrigadas a pagar, e vem um segundo com base no primeiro.

Todos os Prefeitos estão pedindo que haja um limite de pagamento, e é claro que isso não pode ser assim, porque depende de outro Poder. São coisas complicadas que, no mínimo, temos que saber como estão. Hoje, não sabemos qual é a dívida, quanto os Estados devem, em que situação estão, e é exatamente esse o objetivo do requerimento.

E o que acabamos de falar, há poucos minutos, quando nem tínhamos conhecimento desse requerimento, vai na mesma linha: saber quanto a República deve e, por outro lado, tem a receber. Ninguém sabe com certeza.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, entendo que, junto a esse requerimento, a proposta que V. Ex^a leu inicialmente é muito mais ampla, porque entra em outros temas, como a massa que os fundos de pensão movimentam. Isso é algo que está muito associado à proposta inicial da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Podemos votar esse requerimento e, na próxima semana, complementaremos as falhas, dando a todos a oportunidade de ver todo o cenário.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Há um segundo requerimento, do nobre Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a requer, nos termos regimentais, seja ouvida, no Plenário desta Comissão, a ex-Deputada Sandra Starling, para prestar esclarecimentos sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, onde exerceu o cargo de Secretária Executiva até o dia 31. Requer, também, seja convocado o Ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, para prestar esclarecimentos sobre o contrato de terceirização de mão-de-obra realizados no Ministério do Trabalho.

Em discussão. (Pausa)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, faço somente uma ponderação. Já que o Senador Arthur Virgílio não está presente, talvez pudéssemos aguardar um momento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O pedido de V. Ex^a será acatado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço, para que possamos ter um tempo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Endosso o requerimento do Senador, que passa a ser, também, de minha autoria. Como estou presente, gostaria que fosse discutido e votado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, a Mesa estava acatando o seu pedido, mas, já que S. Ex^a endossou o requerimento, passou a ter direito. (Pausa)

Sobre a terceirização, esta Comissão enviou pedido de informações ao Tribunal de Contas da União e à Justiça do Trabalho. O administrador público, atualmente, está entre a cruz e a espada.

Falamos do caso da Caixa Econômica Federal, que hoje têm 50 mil funcionários, mas precisa de 90 mil. Ela tem 40 mil terceirizados, que custam mais caro do que os que são da própria casa. Ela queria contratar, mas não pode e, para cumprir sua missão, tem de terceirizar. Igual a esse caso, há o do Banco do Brasil, que, só na área de processamento de dados, tem quatro mil terceirizados, em um total de quase 20 mil.

Toda hora, o Tribunal de Contas vai em cima do administrador e diz: “não se pode fazer isso; vou aplicar multa”. Os tribunais do trabalho fazem a mesma coisa, e não sabemos a extensão desse volume.

O Governo diz que tem 1,5 milhão de funcionários, o que não é verdade. Com a terceirização, deve ter muito mais. O que o Senador Arthur Virgílio está pedindo é específico no Ministério.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, posso ter uma cópia?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Claro.

Em discussão, o requerimento dos nobres Senadores Arthur Virgílio e Efraim Morais. (Pausa)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Queria primeiro que pudéssemos fazer o que tem

sido feito, a praxe, um convite para o Ministro. Até porque esses contratos já vêm ao longo do tempo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Desde que tenha um prazo, porque esse convite não...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nenhum Ministro tem se furtado, nobre Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Conheço muito bem o Ministro Jaques Wagner, fui companheiro dele na Câmara dos Deputados, sei que ele terá o maior prazer em vir aqui. Agora, nossa preocupação é se há um convite e o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Normalmente convidamos, ele marca o prazo e comunicamos à Comissão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, esperamos, aceitamos o convite e desejamos que dentro de duas reuniões seja pelo menos comunicada a data do aceite do convite das duas autoridades. Caso contrário, permanece a situação da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Na próxima reunião, já comunicaremos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Parece-me que, pelo requerimento, está convidando apenas o Ministro. Porque acho que convidar o Ministro e a Secretária numa situação como essa não seria bom.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não convidaríamos para a mesma reunião, em absoluto. Não vamos fazer o confronto.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Porque aqui, inclusive, diz o seguinte: “Requeiro, nos termos do art. 50, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvido o Plenário do Senado Federal, seja convocado” – e colocaríamos convidado – “o Ministro do Trabalho e Emprego, Jacques Wagner, para prestar esclarecimento sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra realizada pelo Ministério do Trabalho”.

E isso. Aqui está colocado de forma muito clara.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Esse é um. Mas tem um segundo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois é. Então, nesse caso, que não fizéssemos ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não no mesmo tempo, até para não constranger o Ministro.

Em discussão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, V. Exª tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Esse é um caso que teve repercussão nacional, a saída da Secretária Executiva Sandra Starling, ex-Deputada inclusive. A saída dela se deu, e foi de conhecimento geral, por conta de discordância desses contratos de prestação de serviços que existiam dentro do Ministério do Trabalho e a forma de fazê-los. Acho que está dentro do espírito que preside esta Comissão de Fiscalização e Controle acompanhar esses casos, que são casos momentâneos. Agora, não pode se demorar muito efetivamente, porque se perderia até a oportunidade, a circunstância de se debater aqui nesta Casa esse caso.

Acho que não tem nada demais, o Ministro pode dar suas explicações e inclusive até trazer luzes sobre esse assunto que nos preocupa tanto, que é o volume cada vez crescente de contratações tipo prestação de serviço no âmbito da máquina do Governo federal.

Penso que é de bom alvitre aprovarmos, o Governo é transparente, não tem nada a esconder, inclusive ela tem que esclarecer, a secretária executiva, e dizer qual foi a posição dela sobre o assunto e o Ministro, talvez, posteriormente. Imediatamente após a ex-Secretária Executiva e, depois, o Ministro, para que possamos ouvir os dois lados e fazermos um juízo de razão desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovadas as duas convocações, sabendo-se que as transformamos em convites e que o faremos em datas separadas.

Temos na pauta de hoje três itens e, além disso, a eleição das duas subcomissões.

Vamos para o **Item 1**. Peço ao Senador César Borges, Relator, que profira seu parecer sobre o Aviso nº 189, de 2000.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, são relatos simples. Na verdade, foi encaminhada pelo Tribunal de Contas da União a esta Comissão Decisão nº 798, de 2000, relativa à auditoria realizada nas obras de construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da IV Região.

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 189, de 2000, do Tribunal de Contas, que encaminha essa Decisão nº 798, de 2000, relativa à

auditoria realizada nas obras de construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O processo chegou ao Senado em 10 de outubro de 2000, foi encaminhado a esta Comissão no dia 13 daquele mesmo mês, e em 24 de abril de 2001 foi designado relator o Senador Antonio Carlos Magalhães, em 10 de agosto de 2001 a relatoria foi transferida para o Senador Wellington Roberto que o devolveu a esta Comissão em 20 de dezembro de 2002 sem relatório, em 26 de fevereiro de 2003 foi designado este Senador como relator do processo.

Análise.

Após examinar a matéria, o Tribunal de Contas da União decidiu, em sessão de 27 de setembro de 2000, primeiro: determinar que seja promovida audiência do responsável indicado no item III acima para que, no prazo de 15 dias, apresente razões de justificativa acerca dos seguintes fatos relacionados à obra de construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região: inclusão de cláusulas restritivas, a ampla participação do licitante nas Concorrências nºs 05 e 09, de 1998, nas quais se exigiram responsáveis técnicos altamente qualificados, sem que posteriormente houvesse a sua direta e cotidiana participação na execução e fiscalização da obra, em desacordo com o que dispõe o inciso XXI, do art. 37 da Constituição Federal; utilização pela empresa responsável pela fiscalização da obra de fiscais de campo diferentes do especificado na Cláusula XVI, do Contrato nº 028, de 1999, em desacordo com o que dispõe o art. 66, da Lei nº 8.666, de 1993.

Remeter cópia desta decisão bem como do relatório e voto que o fundamentam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O que se observa, Sr. Presidente, é que o TCU enviou tais decisões ao Senado fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte desta Comissão, porque, evidentemente, foram acompanhados lá pelo Tribunal de Contas da União, cumprindo as suas obrigações.

Verifique-se, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar providências, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal compreendem já essas medidas cabíveis.

O voto, portanto, é que o caso não tem relevância para o trabalho nesta Comissão, o TCU apenas fez recomendações e determinou a oitiva dos envolvidos. E uma vez que não cabe qualquer procedimento

a ser efetuado por esta Comissão, propomos que não se tome conhecimento da matéria e se delibere pelo envio ao arquivo do presente processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

ASRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só gostaria de registrar a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O mesmo também, Sr. Presidente, quero registrar a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Ata registrará a abstenção de V. Ex^{as}.

Item 2. Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Item nº 2, é o Aviso nº 110, do Tribunal de Contas de União, que encaminha cópia da Decisão nº 181, de 2001, referente à auditoria realizada no município de Candeias, na Bahia, relativa à aplicação de recursos recebidos à título de **royalties**.

Histórico.

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle este Aviso do Tribunal de Contas referente à auditoria realizada nesse município de Candeias. O processo chegou ao Senado em 6 de agosto de 2001, e foi encaminhado a esta Comissão no dia 13 daquele mesmo mês, em 26 de outubro de 2001 foi designado relator o Senador Ademir Andrade que o devolveu à Comissão em 8 de março de 2002 sem relatório, em 11 de março de 2002 foi designado relator o Senador Valmir Amaral, que o devolveu a esta Comissão em 18 de março de 2002, também sem relatório – e S. Ex^a está presente –, em 26 de fevereiro de 2001 foi designado este Senador como relator do processo.

Análise.

Após examinar a matéria, o Tribunal de Contas da União decidiu, em sessão de 3 de julho de 2001, acolher as razões de justificativa apresentada pela responsável, a Sr^a Maria Angélica Juvenal Maia de Queiroz(?), à época prefeita da cidade de Candeias, e mandou devolver à prefeitura os autos do processo que estavam sob exame.

O que se observa é que o Tribunal de Contas da União enviou tais decisões ao Senado fundamental-

mente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte desta Comissão.

Verifique-se, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar qualquer providência, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal compreendem as medidas cabíveis em espécie.

Portanto, Sr. Presidente, o voto do relator é que o caso em pauta, igualmente a tantos outros, conduz a uma reflexão sobre o critério adotado pelo Tribunal de Contas da União para envio de processos ao exame desta Comissão. Em nosso entendimento, matérias dessa natureza não têm qualquer relevância para nossas atribuições e não deveriam chegar a esta Comissão para formação de um processo em que simplesmente o TCU decide informar-nos que acordou acolher as justificativas apresentadas pela responsável.

Nosso parecer, portanto, é pelo não conhecimento da matéria com conseqüente envio para o Arquivo.

Opinamos, ainda, que seja oficiado o TCU a utilizar de critério de relevância na escolha de processos a serem encaminhados a esta Comissão, limitando-se apenas às causas realmente significativas.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O último item será do Senador João Ribeiro. Em seguida, encerraremos para fazer a eleição das duas Subcomissões.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Passarei ao voto do Relator.

Como se observa, parece repetirem-se no TRT do Piauí as irregularidades que já foram apuradas quando da construção da sede do TRT de São Paulo e de Rondônia.

Cumpra a esta Comissão e ao TCU não permitir que tais fatos se repitam. Para tanto, faz-se necessária uma ação enérgica no sentido de não apenas acompanhar de perto o cumprimento do acórdão que impôs multa, mas também de se efetivar controle prévio, concomitantemente nos atos de licitação ou dis-

pensa de contratação relativa à construção da sede do TRT do Piauí.

Voto, portanto, no sentido de que se requeira ao TCU que determine ao TRT do Piauí que todos os procedimentos relativos à obra do TRT do Piauí, especialmente editais e contratos, sejam previamente submetidos ao exame da Corte de Contas. Opino também para que seja o TCU requerido a enviar, de imediato, informações sobre o andamento da cobrança das multas e ressarcimento impostos em razão das irregularidades e crimes praticados na condução das obras do Tribunal Regional do Trabalho, em especial do TRT de São Paulo e Rondônia. Sala das Comissões, Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h43min.)

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta e cinco minutos do dia vinte de agosto de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, HELOISA HELENA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, DELCÍDIO AMARAL, PEDRO SIMON, TIÃO VIANA, EURÍPEDES CAMARGO, GERALDO MESQUITA e EDUARDO SUPPLY. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a reunião destina-se à realização de audiência pública para ouvir o Ministro de Estado da Controladoria Geral da União, Dr. WALDIR PIRES, conforme Requerimento nº 5/2003-CFC, de autoria do Senador EURÍPEDES CAMARGO. O Senhor Presidente passa a palavra ao convidado, que

apresenta sua exposição. A seguir, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos oradores inscritos, Senadores CÉSAR BORGES, TIÃO VIANA, EURÍPEDES CAMARGO e GERALDO MESQUITA. Assume a Presidência da Comissão o Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES. O Senador CÉSAR BORGES suscita questão de ordem, para lembrar que membros da Câmara dos Deputados não podem falar nas Comissões do Senado, a qual é acolhida pelo Senhor Presidente em exercício. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e seis minutos, lavrando eu, Airton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Vamos iniciar a 19ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Hoje temos audiência pública com a honrosa presença do Ministro convidado Waldir Pires.

Peço ao nobre Líder do PT que, por gentileza, traga o Ministro até a Mesa.

O nobre Ministro foi convidado a vir a esta Comissão em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 05/2003, de autoria do nobre Senador Eurípedes Camargo.

Informo aos Srs. Senadores que aqui está a lista para quem quiser perguntar ao Ministro assuntos que interessem a esta Comissão logo após a sua exposição.

Com a palavra o nosso convidado de hoje, Ministro Waldir Pires, que é Ministro da Controladoria-Geral da União. V. Exª tem a palavra.

O SR. WALDIR PIRES – Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, meu caro Líder do meu Partido nesta Casa, meu caro Líder do Governo aqui no Senado Federal, minha querida companheira Senadora Heloisa Helena, meus caros companheiros, Srs. Senadores que integram esta Comissão, tive uma grande satisfação ao receber o convite de V. Exª, Sr. Presidente, que eu receberia tanto como convite quanto como convocação, até porque do ponto de vista, digamos assim, doutrinário, das relações entre o Congresso e o Presidente da República, apesar das linhas presidencialistas do nosso sistema, sempre tive uma posição muito favorável a que, seja sob a forma de convocação, seja de convite, tenhamos sempre disposição para

um diálogo forte, aberto, transparente com o Congresso Nacional, com o Parlamento.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva me proporcionou uma honra muito grande ao me convidar para exercer uma função que, a rigor, tem tudo para ser construída pela amplitude das suas atribuições, de suas competências, pela graduação ainda limitada da sua experiência, pelas dificuldades ainda existentes de meios materiais e de recursos humanos para o cumprimento das suas tarefas em profundidade, mas, ao mesmo tempo, com uma missão muito importante, a meu juízo, que me dá uma força, uma energia íntima enorme, porque creio que a luta pela preservação e pela construção de uma democracia verdadeira no Brasil passa enormemente pela integração entre as tarefas do Parlamento e as tarefas do Presidente da República, que representa o Poder Executivo, e todo o corpo de seus auxiliares, dos seus ministros.

A rigor, a democracia se conquistou um pouco nesta linha: pela afirmação do Parlamento. É a afirmação mais importante, entre todas, que acabou se consolidando, no mundo e no Brasil; é a vida representativa da população. Portanto a construção da relação de legitimidade entre o Poder Público e a população implica responsabilidades em relação à capacidade de extrair da população governada, portanto, de um povo de um determinado país, os meios para impor um processo ao seu desenvolvimento, vencendo dificuldades e dispondo de recursos.

Esses recursos chegam por intermédio dos tributos que só o Parlamento pode autorizar. E só a lei pode ser o instrumento para que cada uma das famílias, cada um dos cidadãos e das cidadãs, se disponham a retirar do seu patrimônio percentuais para repassar ao Tesouro Público, que possibilita a realização das tarefas para o bem-estar da população.

Na concepção democrática, a possibilidade de arrecadar tributos está diretamente vinculada à idéia básica de um Estado forte e, porque é democrática, a um Estado que realize as necessidades do bem-estar da população. Foi assim se constituiu no Brasil e no mundo, conseqüência de uma batalha gigantesca que vem desde o Século XVI e consolida-se fortemente com a idéia republicana do Século XVIII, chegando ao nosso País. E a República se instala sobre este pressuposto: nenhum tributo é legítimo sem a aprovação do Parlamento.

Acabaram-se os poderes antigos, seja dos centros de governo aristocráticos, seja dos centros de governo monárquicos, dos centros de governo oligárquicos; é a democracia atuando e estabelecendo que os seus recursos, os recursos do seu Estado democrático

co, vêm de uma vontade da representação popular estabelecida por meio da lei.

Essa tarefa que o Presidente Lula me concedeu, para minha honra pessoal, é exatamente a de começar um esforço de definições mais eficazes do controle desses recursos, no sentido de tornar legítimos os atos de arrecadação dos tributos. Estamos tentando. Há toda uma experiência de iniciativas, algumas novas, algumas absolutamente inéditas na República – nunca houve desde o Século XIX, quando ela foi implantada. Tenho até a impressão de que são inéditas em relação a experiências universais, absolutamente dentro dos princípios constitucionais e das limitações que a lei nos estabelece.

Desse modo, compareço aqui para este primeiro ato de conversação, colocando-me inteiramente à disposição dos Srs. Senadores, desejando que se estabeleçam relações, tanto quanto possível, intensas e eficazes. Portanto, dando-lhes, inicialmente, uma notícia do que nós temos feito.

Não quis improvisar no relatório. Prefiro trazer algo que seja um roteiro do que nós, nesses sete meses, tivemos a oportunidade de **démarrer**, de iniciar acerca dos objetivos iniciais de um governo, como o do Presidente Lula, no controle. Nós buscaremos também ajudar para que o País possa dispor de meios e de recursos que sejam instrumentos de uma política de desenvolvimento, de bem-estar e, sobretudo, de inclusão, uma vez que a democracia não se consolida se não houver inclusão.

A inclusão é toda uma modificação dos nossos métodos e da nossa concepção de Estado. Nós somos, desde a fase que iniciamos, um Estado profundamente dividido, uma das sociedades mais significativamente separadas do mundo contemporâneo. O desafio que está aí é o de que possamos fazer a integração – não a integração simplesmente de territórios, mas a integração e a inclusão do nosso povo no processo de construção de uma sociedade decente e justa.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, neste brevíssimo histórico, que já é com V. Ex^{as} que as coisas estão se consolidando: anteriormente houve uma medida provisória que criou a Corregedoria-Geral da União, posteriormente, V. Ex^{as} promoveram uma alteração e definiram – a meu juízo, de uma forma muito mais própria – a Controladoria-Geral da União e, dentro dela, corregedorias, e, dentro delas, ouvidorias e outras competências que a lei estabelece.

É da ação de controle que pode resultar qualquer ação de correção. A correção é sempre um ato representativo; o controle, não: ele é um ato de participação com a sociedade de construção de uma ideia de

controle da sociedade, de participação da população. Trata-se da criação de uma cultura em que cada cidadão saiba que o dinheiro que está ali é dinheiro seu e que deve ser aplicado em benefício dos seus interesses e de acordo com as determinações que a lei estabelece. Portanto, são recursos em torno de cujas aplicações não pode haver complacência.

Então, na realidade, quando Corregedoria, ela não passou de uma resposta – a meu juízo, tardia e insuficiente – ao clamor da opinião pública inconformada com a impunidade, de uma reação defensiva diante das pressões legítimas do Congresso Nacional pela instalação de comissões parlamentares de inquérito para a apuração de denúncias de corrupção no governo que antecedeu o governo atual.

As razões que levaram à sua criação se refletem em grande medida, até hoje, na tibieza da estrutura funcional do órgão e nos parcos resultados que apresentou no que se refere ao efetivo combate à corrupção. A partir da migração da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda para a Casa Civil da Presidência e, finalmente, para a Corregedoria-Geral, que ocorreu em virtude de recomendação do Tribunal de Contas da União, exarada em uma decisão do Plenário, em 2001, com o objetivo precípuo de proporcionar maior independência funcional ao Controle Interno, tanto no que se refere ao aspecto administrativo quanto ao que se refere ao aspecto orçamentário. Assim, começamos a ter um comportamento mais adequado no País. Anteriormente, o Controle Interno da Secretaria de Controle se situava no interior do Ministério da Fazenda. Havia uma indagação permanente de toda parte, do exterior e daqui; ou seja, se o Ministério da Fazenda é o organismo ordenador da despesa, como ele vai controlar? Isso é um contra-senso até em meio às atividades da empresa privada e, de um modo geral, de toda a economia de relações.

A Secretaria de Controle passou para a Corregedoria-Geral, timidamente. Em seguida, integra a Controladoria-Geral, mas aí com uma importância muito significativa. E estamos dispendo desse corpo de servidores da Secretaria de Controle. São servidores concursados, com uma carreira por vezes longa, e, creio, às vezes um pouco injustiçados.

Uma das coisas que a mim me dá um pouco de pena é a perda que estamos tendo. Refiro-me aos pedidos sucessivos de exoneração de técnicos, de especialistas, de analistas de finanças da Secretaria de Controle, porque eles não têm o mesmo grau de remuneração que têm os funcionários com igual capacidade, com igual formação, seja nos organismos simi-

lares do Tribunal de Contas da União, seja nos organismos do Ministério da Fazenda. Evidentemente, quando estamos com os quadros melhor preparados, de repente, o funcionário, por exemplo, já foi aprovado em um concurso e pede para sair. Assim, sucessivamente, estamos perdendo... Hoje, temos um número de servidores menor do que tinha a Secretaria de Controle há cinco ou seis anos.

Tenho a palavra do Presidente e espero ter o apoio de V. Ex^{as}, o apoio do Senado, o apoio da Câmara, para que possamos reorganizar isso. Com relação a esse controle, já teremos conseguido muito, se conseguirmos juntar a disposição da sociedade civil com a vontade de identificação correta do dinheiro público. Penso que dessa forma vamos ter um salto extraordinário no processo democrático brasileiro.

A casa, portanto, que encontrei, sobretudo no que diz respeito às atividades das corregedorias, jamais se preparou e nunca assumiu por inteiro a grave missão que lhe foi consagrada. Um breve diagnóstico da atuação anterior denota que, na maioria das vezes, os procedimentos envidados pela antiga Corregedoria-Geral da União voltaram-se tão somente para a validade formal dos processos. Evidentemente que é importante que tenhamos um pouco de preocupação com os aspectos formais, mas o que é essencial é que substantivamente os recursos sejam aplicados.

Estamos constatando, hoje, verdadeiras indústrias de notas frias, de notas fiscais que não são verdadeiras, de recibos, de inexistência da aplicação do dinheiro público. Há necessidade de que o controle não se atenha simplesmente a uma verificação documental. O documento é importante, mas a realidade também é. Não se desenvolveram esforços relevantes para a real persecução dos fatos. As correições em sua maioria não avançaram além de simples troca de correspondências padronizadas e conseqüente prestação de informações. Mesmo os casos mais flagrantes e que mereceram a atenção da imprensa e da sociedade, não raro, restaram inconclusivos ou vegetando em etapas de adiamento.

Verificou-se, ademais, que os relatórios de auditoria e as recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno muitas vezes não eram observados pelos gestores públicos e pouco se fazia para garantir a sua executoriedade.

Ao assumir essas tarefas, entendi que deveria alterar tal estado de coisas, orientando a metodologia de trabalho, de modo a promover, de um lado, a integração efetiva entre os trabalhos de fiscalização e auditoria, a cargo da Secretaria Federal de Controle, e aqueles de correição, a cargo das corregedorias – tí-

nhamos e ainda temos apenas três corregedores para o Brasil inteiro, para essa soma gigantesca de trabalho -, e, de outro lado, a integração entre os esforços da Controladoria como um todo e os demais órgãos públicos que atuam em áreas de interface necessária com a nossa função.

Refiro-me em particular à Advocacia-Geral da União, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à Polícia Federal e tantos outros que não cabe aqui mencionar. Nesse particular, adotamos o critério de uma plena colaboração de tarefas, de encargos.

Temos, inclusive, realizado mensalmente almoços de trabalho em dias já fixados, que têm sido mantidos entre os ministros da área. Geralmente, reunimo-nos na primeira terça-feira de cada mês para que haja economia de processamento das coisas e possamos passar informações e determinações de forma mais eficiente para o nosso corpo de companheiros e auxiliares.

Já adotamos inúmeros grupos de trabalho, comissões conjuntas, numa linguagem mais em moda, forças-tarefas, criadas algumas formalmente, outras informalmente, para desempenho de missões conjuntas, com enormes ganhos em eficiência, economia, esforços e potencialização de resultados. Para a integração, já se fez efetivo em diversos casos. Alguns deles já destacados pela mídia, seja no referente a ações localizadas em Municípios, como o de Porto Seguro, na Bahia, seja no tocante a casos emblemáticos, da chamada grande corrupção, como os do DNER, das contas da agência Banestado em Nova Iorque, de que falarei mais tarde.

No âmbito interno, a integração passou a significar, em primeiro lugar, dar conseqüência direta aos achados de auditoria que, além de serem encaminhados aos órgãos externos competentes, passam a ser objeto de ações de correição imediata junto aos ministérios responsáveis, que são ministérios autorizadores da despesa.

Em segundo lugar, evita-se a superposição de ações investigativas da Secretaria Federal de Controle e das Corregedorias. Estamos com essa coisa toda já definida e disciplinada.

Em terceiro lugar, as apurações das denúncias deixam de traduzir-se na prática apenas em pedidos de informações aos próprios órgãos por dirigentes acusados, como ocorria no passado, na maioria das vezes, um simples pedido de informações.

Assim, imaginamos um programa, por exemplo, que é esse mecanismo novo dos sorteios, em que pudéssemos a um só tempo, a partir de uma unidade ter-

ritorial, que é o Município onde todos vivemos – cada um de nós vive no seu Município com a sua família, cria os seus filhos, trabalha. Em cada uma dessas unidades territoriais, a União gasta recursos federais que são aplicados diretamente, por via de representantes e de prepostos, portanto, de agentes do Governo Federal, ou gastos indiretamente, por via dos prepostos e agentes do Estado, ou também, da mesma forma, por prepostos ou agentes das prefeituras.

A nossa competência se restringe a tudo quanto significa recurso federal. Não temos competência para fiscalizar, corrigir os atos exclusivamente dependentes de recursos municipais, por exemplo. Tem sido uma batalha cotidiana de nossa comunicação insistir nisso. A Constituição estabelece a autonomia do município para seus recursos; conseqüentemente, a autoridade competente constitucionalmente de fiscalizar é a câmara municipal, isso é o que a Constituição estabelece, ou o Tribunal de Contas, seja o dos municípios dos Estados que o admitem, seja o do Estado, na grande maioria da Federação.

E a idéia básica é que, numa operação só, sermos capazes de qualificar a aplicação do dinheiro público, seja pelo gestor federal, quando o faz diretamente; seja pelo gestor estadual, quando o faz por meio de convênios; seja pelo gestor municipal, quando o faz também por acordos, convênios ou repasses.

Então, estamos aí implementando esse programa de fiscalização de áreas municipais e territórios municipais por sorteio. Trata-se, portanto, de fiscalizar todos os recursos federais. É um programa inédito no País. Pelos resultados que vêm alcançando, inclusive a preocupação demonstrada pelos administradores que manejam recursos federais nas diversas esferas do Governo, parece estar, de fato, apto a atingir seus objetivos centrais de dissuadir a corrupção e estimular o controle social. A idéia básica é: a dissuasão da corrupção, sobretudo pela idoneidade da origem do recurso.

É claro que a Controladoria tem competência legal estabelecida para, feita a denúncia, apurá-la. É isso que a lei manda, mas neste País é complicado, pela própria tradição. Tenho dito isso insistentemente porque faz parte da cultura oligárquica que tivemos, que vem desde sempre e que, conseqüentemente, muitas vezes estabelece uma suspeita na origem da fiscalização que se determina na velha afirmação de que se fiscaliza o adversário, porque o adversário é o objeto da aplicação da lei. Não se fiscaliza o amigo. Nós então imaginamos alguma coisa que estivesse tendo o apoio de uma insuspeição completa, que é fa-

zer um sorteio na Caixa Econômica e com a sena. O povo acredita na sena, porque joga, joga a sua sorte. E convidarmos como convidamos representantes do Governo, representantes da Oposição, da sociedade civil, representantes dos empregadores e trabalhadores, CNBB – Conselho Nacional dos Pastores –, confissões religiosas. A imprensa inteira, televisão, rádio, jornal, para assistir no próprio cenário da loteria federal lá, para assistir ao sorteio. É evidente que o poder de dissuasão é exatamente essa expectativa. Hoje só temos meios e não teremos mais do que esses ao longo deste ano, na nossa escassez, Sr. Presidente, no limite de 50 municípios, de 50 áreas territoriais, todos os meses. Mas elas estão produzindo já um resultado muito significativo, porque ninguém sabe qual será o município vizinho ou não, mais distante ou não, ninguém sabe; vai depender da loteria, da sorte, que um dia eu espero que seja a sorte do gestor, tenho dentro de mim uma esperança gigantesca de que seja a sorte do gestor. Hoje sei que a sorte é da população. O programa possui enorme capilaridade e plasticidade, uma vez que pode averiguar desde a concessão de bolsa-escola ou da merenda escolar a uma família carente, no mais distante rincão do País, até à construção de um grande açude, à correta aplicação de financiamentos para a indústria ou agropecuária.

Foram concluídas, até o momento, fiscalizações integrais em 85 unidades municipais, abrangendo os 26 Estados brasileiros, realizadas por equipes de dez auditores em média. Cada um desses sorteios, hoje, significa, aproximadamente, enviarmos cerca de 550 a 600 auditores, que entram em operação e realizam suas tarefas em etapas sucessivas até à conclusão final. Envolvendo todos os recursos federais aplicados na área geográfica desses Municípios, seja por meio das prefeituras, pelos governos estaduais e por entidades ou investidores privados ou, ainda, diretamente pelos organismos federais. Desde que seja recurso federal, aí está a nossa competência.

Os resultados dessas fiscalizações vêm sendo encaminhados aos respectivos gestores federais e a todos os Ministérios, acompanhados das recomendações cabíveis ao Tribunal de Contas da União, para as devidas providências, ao Ministério Público, conforme o caso, e à Advocacia-Geral da União. Estamos aprimorando, cada vez mais, esse núcleo, que fecha a capacidade de se concluir a operação do sorteio, porque não temos competência para punir ninguém, nem para julgar. Mas, quando ela se conclui, constatamos pelo relatório – que mostra indícios fortes de desvios, de enriquecimento ilícito ou de corrupção de modo geral –, enviamos ao Ministério que or-

denou a despesa, o qual toma todas as providências no plano administrativo, até mesmo em relação a todos os seus gestores. Enviamos ao Ministério Público para as providências de responsabilidade criminal; ao Tribunal de Contas da União para as competências que são próprias do órgão do controle externo que atua ao lado do Congresso Nacional, como organismo que lhe presta serviço; e à Advocacia-Geral da União para as medidas e responsabilidades civis e de acautelamento da indisponibilidade de bens, que possam acautelar e viabilizar o retorno desses recursos ao patrimônio público. Hoje, no Brasil, tem-se dúvida de que esse retorno chegue a 1%.

Fizemos isso, inicialmente, em fevereiro próximo passado. Temos feito isso numa graduação muito consciente. Fizemos, inicialmente, quando o Presidente Lula anunciou o Programa Fome Zero. Fomos para os Municípios mais ou menos conhecidos como muito pobres: Guaribas, Municípios do Vale do Jequitinhonha, no Piauí, etc. Antecipamo-nos, mandamos força-tarefa para lá e constatamos coisas terríveis.

Em Guaribas, por exemplo, li, em um dos jornais de grande circulação, a notícia de uma senhora modesta, humilde, que dizia: está bom o Fome Zero, precisamos comer, todos precisam comer, mas eu e meus filhos precisamos de água para beber. Isso me faz andar duas horas na ida e duas horas na volta. São quatro horas para trazer água. E tive notícia de que tinha chegado dinheiro desde o ano passado, etc, para poços artesianos, cisternas, chafarizes, etc. A força-tarefa chegou ali, constatou, verificou os volumes de recursos. Eles estavam destinados a cerca de sete poços, devidamente preparados, e apenas havia um; dos outros, nem notícia, nem semelhança de trabalho nenhum. Nada, absolutamente nada! Felizmente, esse prefeito já está afastado da sua função. Realmente, ele é a negação do prefeito democrático.

Mas esse foi apenas um modelo de verificação da eficiência, ou não, da metodologia. Em seguida, começamos a metodologia de sortear. Sorteamos primeiro um Município em cada região e acumulamos experiência. Não há nada mais importante nisso do que a credibilidade. Portanto, precisamos de uma velocidade capaz de ser permanentemente consistente. Depois, fizemos um por Estado – portanto, 26. Agora, por último, estamos fazendo 50. O ideal seria que pudessemos fazer 100, mas ainda não temos estrutura. Não me aventuro a tumultuar, até porque é essencial que amadureçamos esse núcleo de acompanhamento, que não depende, mas, para o “povão”, é o que resulta da ação do Governo e do Parlamento. Para o povo, é o Governo e o Parlamento que são o governo,

que decidem. Quando algo não acontece porque não houve eficácia na soma dessa cooperação entre Parlamento e Governo, evidentemente, o povo se sente absolutamente em descrédito. Ele fica descrente. Então, estamos preocupados com esse núcleo.

Terminada a nossa tarefa, concluído o relatório, comandadas as recomendações para o Ministério Público, para a Advocacia-Geral da União (AGU), para o Tribunal de Contas da União, o que acontece em seguida? Isso poderá ficar meses em uma prateleira, ou a sociedade se organiza e insiste em dizer: “Se está com o Ministério Público, que se faça a denúncia, ou não, mas faça-se. Está com o juiz, decida-se ou não, mas que se conclua”. Então, é evidente que isto é nossa incumbência: essa preocupação de que um processo dessa natureza constitua-se como uma base da construção democrática.

Assim fizemos em 12 de maio. Fizemos posteriormente em junho, com 50. Já fizemos em julho, com 50. Em casos excepcionais, estamos fazendo sob forte e consistente denúncia. E o primeiro deles foi para um Município da minha terra, para o Município de Porto Seguro. Em plena realização do sorteio, o Presidente da República, que estava presente, indagou-me: “Waldir, você assistiu ontem ao **Fantástico**? Ouvia as notícias sobre o que está ocorrendo em Porto Seguro?” Eu disse: “Não, Senhor Presidente, eu não assisti. Estava jantando na casa de um amigo e não ouvi”. Mas é evidente que uma indagação dessa natureza, feita pelo Presidente da República diante da população, na presença de todos nós, fez com que, no dia imediato, eu tomasse providências para que a força-tarefa apurasse o que o **Fantástico** tinha denunciado consistentemente, e o que apuramos é um desastre, uma coisa realmente melancólica. De forma absolutamente, digamos assim, consistente, são denúncias seriíssimas, gravíssimas, de toda sorte de mecanismos corruptores, inclusive da sucessão de criação de empresas fantasmás a fazerem licitações entre elas mesmas, e nenhuma delas realizarem, afinal, a obra que seria realizada por um terceiro. Enviamos tudo isso já para o Ministério Público Federal, para o Ministério Público Estadual, para a Advocacia-Geral da União, para o Tribunal de Contas, e o Poder Judiciário vai, portanto, dizer à população.

E assim temos feito, Presidente. A propósito, o último dos sorteios, que ainda está se processando, que está se concluindo agora, já à base, digamos, de um quadro representativo, segundo a população: os Estados que têm maior número de municípios têm uma maior presença nos sorteios; os Estados que têm menos número, menos presença. E fizemos isso

com um quadro de preocupação muito grande dos estatísticos e matemáticos da Caixa Econômica Federal para manter o nível da probabilidade, para que não se desse a possibilidade de que municípios de Estados com número menor fossem mais atingidos do que municípios com Estados de número maior. De modo que esse esboço que foi realizado pelo pessoal técnico da Caixa Econômica Federal obedece a um cálculo de probabilidade de quem ganha ou não ganha tendo entrado naquela operação de sorteio.

Mas temos também as fiscalizações em municípios a partir de denúncias que a lei impõe; fizemos outras: algumas delas já concluídas, outras ainda não. Mas, por exemplo, o **Jornal Nacional** lançou, no Rio Grande do Norte, o Município de Guaporé e, na Bahia, o Município de Cansanção. Foi uma denúncia extremamente consistente; e os resultados são extremamente consistentes, são graves, e outros. Quando há a suspeição absoluta de improbidade de um gestor e que está também administrando recursos federais, entendo que é nosso dever examinar preventivamente, o que é também nossa tarefa na Controladoria. E, na Bahia, houve um município onde mandamos fazer, que é administrado por uma pessoa de graduação muito alta no sistema financeiro da Universidade Católica da Bahia, e que foi amplamente divulgado pelo jornal mais lido da terra e mais importante e mais tradicional. Este gestor financeiro da Universidade Católica se confessou, no processo criminal da Universidade Católica, responsável por um desvio de R\$30 milhões da Universidade Católica – e mandamos uma força-tarefa para apurar. Mas o volume de solicitações, hoje, é gigantesco. São centenas por mês. E consistentes. Do País inteiro, de todos os Estados.

Claro que eu tenho segurado, porque não tenho gente. Mas é evidente que é meu dever, que na linha, digamos assim, da consistência, tenhamos que fazer, também, as apurações por via de denúncias, que a lei estabelece.

Com esse procedimento, tivemos ocorrência no Município de Maragogipe, na Bahia; em Guamaré, no Rio Grande do Norte; em Porto Seguro, na Bahia; em Eldorado dos Carajás, no Pará; em Cansanção, na Bahia; em Barra do Corda, no Maranhão; em Mucuri e em Satuba, em Alagoas.

Para se ter idéia da relevância do trabalho executado, diria simplesmente que em Porto Seguro temos consistentemente apurado desvios da ordem de 48 milhões e meio, afóra os que estão sob suspeitas, número gigantesco para um município.

Sr. Presidente, estamos criando, consolidando o que está na Lei votada pelo Congresso quanto à criação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, nessa idéia de somar a sociedade a essa ação, ou seja, de que ninguém combate com êxito a corrupção senão com a sociedade. A população já começa a identificar essa idéia básica e a sua importância estratégica.

A preocupação com a transparência e com o controle dos recursos públicos para o combate à corrupção e à impunidade encontra-se, digamos assim, no núcleo essencial da proposta política do Presidente Lula.

Esse Conselho de Transparência, criado por lei em maio de 2003, será integrado pela sociedade civil e instituições públicas e pelo Governo, de forma paritária: OAB, ABI, CNBB, Transparência Brasil, outras confissões religiosas e culturais, entidades representativas de trabalhadores e empresários, e tem a tarefa, o objetivo de sugerir debates e estratégias de combate à corrupção com personalidades indicadas pela sociedade civil e com representantes do Governo, para uma participação direta da sociedade juntamente com os organismos públicos a isso destinados constitucional e legalmente, e é condição basilar de eficácia do pretendido controle e pressuposto de efetividade do combate à corrupção e à impunidade.

A criação do Conselho se deu com promulgação da Lei nº 10.683, de 20 de maio de 2003, por proposta nossa.

No conjunto das nossas tarefas estão também as sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

A Controladoria-Geral, considerando os casos de irregularidades cometidas por servidores e as dificuldades dos órgãos para executar os procedimentos apuratórios, constituiu grupo de trabalho para apresentar propostas de solução para as questões relativas à instauração, composição de comissões, acompanhamento, normatização e correição dos processos administrativos e disciplinares. Verificou-se a necessidade de investi na capacitação de servidores.

A CGU contactou também a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e a Escola Nacional de Administração Pública a fim de estudar a possibilidade da realização de um amplo projeto de treinamento de servidores.

Comparamos ao III Fórum Mundial da Luta Contra a Corrupção que se deu em Seul. O I Fórum se deu em Washington; o segundo, em Haia, no continente europeu; III fizeram, em Seul, no continente

asiático. Neste último, propuseram que o IV fosse realizado no Brasil, na América do Sul. Recebemos essa informação com enorme alegria. O Presidente da República aceitou a proposta, e vamos realizar aqui, em 2005, o IV Fórum Mundial. Virei aqui muitas vezes para conversar com a Comissão e com os senhores.

A nossa preocupação também é com relação à lavagem de dinheiro. Tudo que significa lesão do patrimônio está dentro da Controladoria, que não trabalhará isolada, mas atuará sempre em conjunto com o Ministério Público. Queremos a colaboração de toda as áreas. Dentro desse enfoque, vale registrar os esforços promovidos no sentido da integração de ações com os Ministérios da Justiça e da Fazenda, com a Advocacia-Geral da União, com o Ministério Público Federal com vistas a entendimentos sobre lavagem de dinheiro, sobretudo no que diz respeito a rastreamento, inclusive dos cerca de US\$30 bilhões que teriam sido enviados irregularmente para o exterior, por meio das contas CC-5, por agências bancárias localizadas em Foz do Iguaçu.

Hoje, com satisfação, tenho uma informação a dar-lhes: pela primeira vez, a Justiça acaba de dar à Controladoria-Geral da União a liberação do sigilo de pesquisa – nós não a tínhamos – sobre os problemas das contas CC-5 e do Banestado. De modo que recebemos ontem a comunicação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Ministro Waldir Pires, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. WALDIR PIRES – O Presidente é quem sabe.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, há uma lista com vários Srs. Senadores inscritos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Apenas saudar esta concessão à Corregedoria. Nós, que estamos trabalhando na CPI do Banestado, ficamos mais felizes, agora, porque vamos ter essa parceria, essa ajuda inestimável da Controladoria-Geral da União, na figura do Dr. Waldir Pires, para bem conduzir as investigações.

O SR. WALDIR PIRES – Sem dúvida. Somos otimistas, e este é um País admirável. Nós vamos ganhar esta batalha.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Ministro para dar continuidade à exposição.

O SR. WALDIR PIRES – De modo que, Sr. Presidente, juntamente com a Advocacia-Geral da União, estamos baixamos portaria ministerial e cria-

mos uma comissão conjunta de apuração, cujo objetivo é integrar as ações que visam à apuração de irregularidades ocorridas no DNER, que escandalizaram o País. Também comissão instalada encontra-se para deliberações dos diversos casos de tomadas de contas especiais enviadas ao TCU; o exame dos processos administrativos disciplinares instaurados pela AGU e inventariança; bem assim os Padis a serem instaurados e pendentes de julgamento. Tudo com o fito de ultimar as incumbências determinadas pela aludida Portaria Interministerial, que conjuntamente estamos realizando.

A pedido da Secretaria do Patrimônio da União, estamos fazendo um grande trabalho no setor das terras da União e do Distrito Federal. No âmbito interno da Controlaria, foi constituído um grupo de trabalho para analisar irregularidades constatadas em processo de desapropriações realizadas pela companhia imobiliária de Brasília, Terracap, estamos avançando; irregularidades no Denoc^s: após minuciosa auditoria, recomendamos a anulação de quatro licitações relativas a obras de infra-estrutura nos projetos de irrigação, Baixo Acaraú e tabuleiros de russa, no Ceará, e Platôs de Guadalupe e tabuleiros litorâneos de Parnaíba, no Piauí, recursos envolvendo somas da ordem de R\$478 milhões; na Previdência Social também temos trabalhado e ajudado na batalha, envolvendo vários exercícios cujas regularizações poderão significar economia de sentenças de milhões de reais; também na Dataprev, provavelmente para resultado, há um cancelamento de contrato altamente nocivo aos interesses públicos, existente com a Unisys, eivado de irregularidade e objeto, portanto, anteriormente, de um julgamento do TCU, que irá às últimas conseqüências; credenciamento de cursos superiores, realizamos um grande trabalho nesse sentido; autorização de cursos que não tinham condições de serem autorizados; credenciamentos de instituições sem condições; problemas também na Anvisa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, uma certa ordem de despesas injustificadas. Tudo isso está já com todas as providências adotadas e envolvendo dispêndios de vários milhões. Há o problema da Funasa, para o Fundo Nacional de Saúde em valores altos, também, de milhões.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permita-me interromper, Ministro, só para um esclarecimento, quando V. Ex^a se refere a, por exemplo, Anvisa, Funasa, parte dos problemas era ainda do Governo anterior ou eventualmente também já da presente gestão e cuidados que estão sendo tomados de pronto?

O SR. WALDIR PIRES – Não, dentro da nossa competência, tudo isso é alusivo à execução do Orçamento de 2002, ou de 2001 porque, pelo mecanismo de ação da Controladoria, recebemos a tarefa constitucional de instrumentalizar a prestação de contas do Presidente da República, que se dá nos sessenta dias posteriores ao início da legislatura, portanto vai de 15 de fevereiro a 15 de abril. O Presidente da República presta contas do exercício anterior e apresenta o Balanço Geral da União. Então, nesses trabalhos, nessas auditorias de gestão fazemos as constatações; agora estamos querendo acompanhar mais em cima dos acontecimentos. De forma que, provavelmente, isso resultará numa capacidade de gestão de controle muito mais próxima da própria efetivação da despesa. Mas tudo isso ainda é em relação às prestações de contas, que fomos nós que fizemos, cumprindo nossa tarefa, mas, a partir da execução orçamentária de 2002.

A mesma coisa com o Fundef, muitos desvios de recurso do Fundef. É claro que, hoje, apenas quatro Estados estão recebendo a complementação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sr. Ministro, gostaria de pedir desculpas, mas está havendo reunião na minha Bancada e são assuntos muito problemáticos do PMDB, então pediria ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares que assumisse a Presidência.

Peço desculpas ao Ministro.

O SR. WALDIR PIRES – Muito obrigado a V. Ex^a.

Igualmente, há problemas no Sistema Único de Saúde, evidentemente, nas prestações de contas.

Houve um processo grave neste País: a terceirização, que desarrumou o aparelho de Estado de forma que o controle ficou extremamente ineficiente, a partir do próprio Governo, do Executivo. Há uma regra elementar a qual diz que, toda vez em que se descentraliza e em que se age por descentralização, é preciso ter controles. Não pode ser o controle interno global que fará a verificação completa e total, mas o controle do próprio administrador, do próprio gestor. Por isso, estamos nessa articulação direta com o Ministro ordenador da despesa de cada Ministério.

Estou avançando no tempo porque já recebi advertências.

Tivemos problemas nas auditorias em projetos financiados pelas carteiras do Finor e do Finam. Foram 41 projetos de investimentos apoiados pela extinta Sudene com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste, Finor, nos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Detectaram-se irregularidades em 36 daqueles projetos,

num montante, ao menos, de R\$114 milhões. Irregularidades preocupantes na área do meio ambiente até de natureza nacional, significando, assim, preocupações nossas em relação às patentes. Uma espécie de fraude que vai pretendendo espoliar algumas das nossas riquezas básicas na Amazônia, sobretudo.

Contratos entre a Getec Brasil e a Caixa Econômica Federal, que foram também objeto de apreciação e estão em processo de apuração. As atividades tradicionais da CGU, que são as do balanço geral e das prestações de contas, avaliações dos gestores federais e dos grandes programas de investimento. Tudo isso é feito sob formas realmente de gestão de auditorias específicas dos grandes problemas. Para os grandes investimentos, não podemos adotar o método do sorteio, que se destina a investimentos menores que se dirigem aos municípios ou a um conjunto de municípios vizinhos, investimentos, portanto, regionais e pequenos. Os grandes investimentos dos grandes programas de Governo serão objeto de uma auditoria de programa de Governo, que estamos executando e que se realiza...

Estamos querendo muito essas informações diretamente postas para a capilaridade da ação de controle. Estamos, por exemplo, em negociações com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os Correios, para que tenhamos possibilidade de situar, em cada uma das agências da Caixa Econômica, dos Correios e do Banco do Brasil, a informação de todos os recursos que são transferidos para a população daquele município, para que ela, quando for buscar uma carta ou levar uma carta, ou quando for ao banco ou à Caixa, veja um painel indicativo de todos os recursos federais de todos os Ministérios que foram encaminhados para serem aplicados naquele município por via de acordos com município, com Estados, por via de acordos que não são com um ou com outro, mas que sejam eventualmente de delegação e de responsabilidade direta da União, portanto, do gestor federal por meio de licitações diretamente. Que a população saiba de seus recursos, brigue por seus recursos e acompanhe o destino deles. Enfim, V. Ex^a está me dando cartilha da corrupção. Temos pouco dinheiro, quase nenhum, mas estamos estudando.

Na cartilha de corrupção, devemos ter a capacidade pedagógica de nos dirigir tanto às áreas mais desprotegidas da população, o chamado povão, como a *militantes da sociedade civil, integrantes de ONGs, representantes de trabalhadores, de comerciantes e de empresários*, com cartilhas mais elaboradas, contendo os temas essenciais, que viabilizem a sua capacidade de ajudar a controlar, a defender.

Estamos fazendo um intercâmbio internacional no plano da lavagem de dinheiro e do acompanhamento da evasão de divisas, algo necessário, uma vez que o Brasil desenvolveu muito pouco essa questão e ainda estamos submetidos a mecanismos muito arcaicos e ineficientes de rogatórias que não são respondidas. Quando são expedidas e respondidas, o dinheiro que emigrou já se encontra a milhares de quilômetros de distância, em contas absolutamente não identificáveis.

Recentemente, estive na Europa, em contato com alguns centros que hoje já fazem coligações diretas com organismos de luta contra a lavagem e de identificação das origens dos recursos. Temos muitas limitações, estamos preocupados e, hoje, contentes, com a nossa possibilidade de ter uma participação mais ativa no caso do Banestado, que é tipicamente um assunto de lesão do patrimônio público mediante a utilização das contas CC-5. Felizmente, ontem, pela primeira vez, a Controladoria-Geral da União obteve a autorização judicial de liberação do sigilo, porque, realmente, ali ocorreu algo inexplicável. Em determinado instante, milhões e milhões saíram por uma via que precisa ser devidamente identificada. Saíram de forma inexplicável, com mecanismos que, tudo indica, tenham sido fraudulentos, e com facilidades que é preciso também identificar, até como lição para o País. Estou acompanhando, e agora vou acompanhar devidamente instrumentalizado, por uma competência de somar, de intercalar e de comparar informações nos diversos níveis, pelo acesso à liberação do sigilo, mas que precisamos identificar. Acompanho, com muita atenção, o trabalho do Congresso Nacional na sua Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em linhas gerais, portanto, cancelando uma série de outras informações, é nisso, Sr. Presidente, que se constituíram as nossas iniciativas, a nossa preocupação e a expectativa de que possamos ter um controle que não seja puramente formal nem puramente documental, mas efetivo, de proteção dos recursos públicos, para a consolidação das aspirações do povo brasileiro de ter uma democracia efetiva, real, que resulta de impostos e tributos, e que seja efetivamente aplicada em benefício da população.

Coloco-me inteiramente à disposição de V. Ex^a e dos nobres Senadores, para as indagações, as perguntas e os esclarecimentos que considerarem convenientes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Ministro, com os agradecimentos desta Comissão, vamos passar à lista de inscritos. Cada Senador, vamos combinar assim, terá três minutos para se

pronunciar, com a tolerância de mais dois minutos. Na verdade, cinco.

Como primeiro orador inscrito, concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, do Estado da Bahia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, permita-me apenas cumprimentar o Ministro Waldir Pires. Tenho uma audiência com o Ministro (**inaudível**). Deixo, por escrito, uma manifestação de ofício; já enviei o original. Agradeço a atenção com que tão rapidamente enviou uma equipe-tarefa a (**inaudível**) e tomou todas as providências necessárias.

Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, lamento a situação, pois há treze Comissões reunindo-se ao mesmo tempo. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está discutindo o Código de Organização Judiciária, e também estou participando da CPI que realiza uma reunião na sala ao lado. Vim trazer o meu abraço ao prezado amigo Ministro, mas não posso ficar porque estou voltando para lá. Lamento que, numa reunião de tanta importância, com a novidade que representa o Ministro, estejamos agindo dessa forma.

Sr. Ministro, deixo o meu abraço muito fraterno e manifesto a minha alegria por vê-lo no lugar onde se encontra.

O SR. WALDIR PIRES – Muito grato, Senador Pedro Simon. Meu querido amigo de tantas lutas e de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, peço a V. Ex^a um pouco de tolerância. O Ministro realmente se estendeu, mas foi bastante informativo na sua explanação. Talvez, o prazo de cinco minutos seja pouco, mas tentarei acelerar, o máximo possível, a minha manifestação.

Inicialmente, relembro que a Controladoria-Geral da União foi criada como Corregedoria no Governo passado, como foi explicado pelo Ministro, por meio de uma medida provisória. À época, parece-me que ficou bastante claro que havia uma preocupação do Governo Federal de fiscalizar os seus diversos organismos internos, ou seja, no próprio Governo.

A fiscalização de Estados e Municípios hoje é feita ou pelo Tribunal de Contas do Estado ou pelo Tribunal de Contas dos Municípios naqueles Estados onde há o Tribunal de Contas do Município. E recursos aplicados pelo Governo Federal são controlados pelo Tribunal de Contas de União, que faz um trabalho efetivo de acompanhamento dos gastos de recursos federais junto a esses entes federativos – Estado e Município. Alguns Governadores de Estados e Prefeitos sabem exatamente o que isso significa.

Essa é uma grande preocupação no conflito. Percebo que a Controladoria-Geral da União tratou muito mais da fiscalização dos recursos aplicados nas prefeituras municipais, deixando um tanto de lado ou, pelo menos, considerando **en passant** o seu intuito primordial que era o acompanhamento das instituições federais e os seus gastos.

O Ministro Waldir Pires citou rapidamente alguns casos sobre acompanhamentos no Governo Federal e ateu-se muito mais às questões dos Municípios. Talvez haja um desvirtuamento, uma deliberação de levar a Controladoria a exercer um papel de fiscalização dos Municípios brasileiros, com o argumento de que ali estão aplicados recursos federais, que, na verdade – volto a repetir –, são acompanhados pelo Tribunal de Contas da União. Assim, ficaremos com dois pareceres: um do Tribunal de Contas da União e outro da Controladoria. Portanto, solicito ao Ministro Waldir Pires que esclareça esse ponto.

Há ainda outras questões efetivamente públicas e de grande notoriedade nacional que não são acompanhadas no âmbito do Governo Federal. Citarei dois exemplos: o primeiro, uma denúncia que foi publicada nos principais jornais do Brasil, com relação ao Ministério dos Transportes, em que o ex-Diretor do Dnit, Sérgio Pimentel, fez acusações ao Ministro dos Transportes, Anderson Adalto, de que haveria um Ministério privilegiado o recebimento de recursos para pagamento a uma determinada empresa de construção pública.

Efetivamente, não ouvi o Ministro tecer nenhum comentário sobre essa questão, nem se a Controladoria estaria realmente procurando investigar esta denúncia, pública e notória, veiculada nos principais jornais do País, na principal mídia nacional, ou seja, a denúncia do Sr. Sérgio Pimentel acusando o Ministro dos Transportes de privilegiar certa empresa. Inclusive há documentos, um bilhete no qual o Ministro solicita rapidez no pagamento de um programa de manutenção de estrada que viria a beneficiar efetivamente o pagamento de uma empresa. Há relato até mesmo do Sr. José Alberto Pereira Ribeiro, Presidente da

Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias.

Então, é necessário averiguação, porque a função primordial da Controladoria, que à época era Corregedoria, foi apurar, já que fenece ao Presidente da República e até aos próprios Ministros um controle de toda a máquina do Governo Federal, que é extremamente complexa e ampla. Observo que agora se volta para os Municípios.

O segundo exemplo é também com relação ao Ministério do Trabalho do atual Governo. A Secretária Executiva, que inclusive foi demitida, ex-Deputada Sandra Starling, alegou que era contra a prestação de serviços e a contratação de mão-de-obra terceirizada que existia dentro do Ministério – até o Dr. Valdir Pires se posicionou contrariamente, pois desvirtua a administração pública -, algo que tem que ser averiguado efetivamente, porque distorce até a própria Constituição não fazer concurso e contratar mediante o processo da terceirização. São dois exemplos na área do Governo Federal para os quais não tenho notícia de qualquer providência da Controladoria.

No tocante aos Municípios, se efetivamente deseja o Sr. Ministro – segundo o qual “se fiscaliza o adversário, não se fiscaliza o amigo, praxe que deve deixar de existir” – que haja credibilidade, o que é fundamental no trabalho, é preciso considerar o seguinte: no momento em que se fazem sorteios em Municípios, como o Partido dos Trabalhadores tem apenas 200 Prefeituras no País, ao passo que o País possui 5 mil Prefeituras, efetivamente não se fiscalizará o amigo, porque essas Prefeituras, em sua grande maioria, são de Partidos como o PFL, o PSDB, o PMDB e outros. Logo, a probabilidade de uma Prefeitura do PT ser fiscalizada é de 4%, considerando-se que apenas 4% das Prefeituras brasileiras são administradas pelo PT.

E se o critério é o do sorteio, parece-me que esse não é o critério fixo, inelástico, na medida em que há uma denúncia que pode ser apurada. Então, já não prevalece o critério do sorteio. Em não prevalecendo esse critério, que critério prevalece? A denúncia. A partir de que órgão? Foi citado aqui um caso específico de Porto Seguro. Aliás, não sei por que o Ministro citou sempre Prefeituras baianas. Embora seja baiano, ficou-se principalmente em Prefeituras baianas.

Houve denúncia do **Fantástico** sobre Porto Seguro. Será que é o **Fantástico** que estará agora autorizado a fazer a denúncia? Depois se disse que o **Jornal Nacional** falou em outro Município, Cansanção, também na Bahia. Então, será o **Jornal Nacional** que vai apontar os Municípios? Depois, o Ministro disse que um jornal de grande circulação na Bahia, que é o

mais lido, **A Tarde**, porque o Ministro o citou. Será que é o jornal **A Tarde** que, na Bahia, vai indicar que Municípios poderão sofrer, mediante denúncias que, muitas vezes, têm motivação política?

Sr. Ministro, se a Bahia foi contemplada com Porto Seguro, como disse V. Ex^a, com Maragogipe, V. Ex^a falou em Cansanção, também em Mucuri, que, pelo que sei, é também um Município baiano. Entre os vários Municípios, V. Ex^a realmente focou muito a Bahia. E, na Bahia, V. Ex^a faz política; foi, inclusive, meu adversário na disputa do Senado Federal, e V. Ex^a sabe que a grande maioria das prefeituras baianas são do PFL.

Portanto, em qualquer sorteio na Bahia, vamos recair numa prefeitura do PFL, sendo que, quando a mídia local, por meio também de jornais importantes baianos, faz denúncia com relação às prefeituras do PT, como foi o caso de Itabuna e de Alagoinhas... Inclusive, fiz um pronunciamento aqui, na Casa, dizendo que o Ministério Público acaba de entrar com ação civil pública por improbidade administrativa e uma ação penal de crime de responsabilidade por danos causados ao Erário contra o Prefeito Geraldo Simões, eleito pelo PT. Os promotores acusam o desvio de R\$7 milhões em recursos públicos destinados à saúde da população, no período de fevereiro de 2002 a abril de 2003, em favor de uma associação ligada ao PT. Os recursos são de origem federal e deveriam servir para o Programa Saúde da Família (PSF) e agentes comunitários de saúde.

De acordo com os promotores, houve, inclusive, falsidade nas informações prestadas ao Tribunal de Contas do Município sobre o caráter dessa associação. A situação da Prefeitura de Itabuna se agravou...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador César Borges, resuma, então, as informações, porque os demais Senadores também querem se manifestar, e temos que obedecer ao Regimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sei que V. Ex^a está dando informações importantíssimas para esta Comissão, o que é o nosso dever, mas resuma o tanto quanto possível.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Prefeito do PT, Geraldo Simões, foi um dos coordenadores da campanha presidencial na Bahia, inclusive tem a honra de ser compadre do Presidente da República, pois batizou um dos seus filhos. Mas nenhuma dessas denúncias a Controladoria se dignou a apurar, se

interessou por isso. A mesma coisa com relação ao Prefeito de Alagoinhas, Joseildo Ramos, sobretudo quanto à aplicação de recursos da saúde, recebidos tanto do Estado da Bahia quanto da União. Somente do Governo Federal, nos quatro primeiros meses do ano, a Prefeitura de Alagoinhas recebeu 7 milhões destinados exclusivamente para a saúde. Entretanto, faltam luvas, medicamentos e até ambulância nos postos de saúde.

O Hospital de Câncer Arlinda Robato, lá na cidade, uma instituição filantrópica que atende sem cobrar pacientes de toda a região, está ameaçado de fechar as portas, porque não recebe do Município repasses de convênio há três meses.

Esse mesmo Prefeito de Alagoinhas já foi denunciado pelo Ministério Público e condenado pelo Tribunal de Contas do Município, por contratar empresa de comunicação de funcionários vinculados ao seu gabinete para intermediar os gastos com festejos juninos, além de prestar outros serviços.

A Câmara de Alagoinhas instalou ontem – foi quando fiz o discurso, em 22/05 – uma Comissão Especial de Inquérito, equivalente à nossa CPI, para apurar outras irregularidades relacionadas à contratação de reformas e ampliações de escolas. O requerimento de instalação da Comissão foi assinado por vereadores da própria Bancada do Partido do Sr. Prefeito do PT.

Estou vendo, Sr. Ministro, que, infelizmente, são dois pesos e duas medidas. Quando essa denúncia vem de jornais que fazem oposição, por exemplo, ao Governo do Estado, como o jornal **A Tarde**, nesse caso é que eu queria que V. Ex^a precisasse a que tipo de órgão, efetivamente, será dada atenção pela Controladoria, para sabermos qual o órgão da mídia que fuge do sorteio e que vamos escolher para fazer a fiscalização.

Concordando plenamente com a fiscalização, com o controle régio permanente do uso dos recursos públicos, que não podem ser malversados e que não devem ter cores partidárias, seja por parte de quem for. Se partir de Santo André, em São Paulo, uma denúncia, que a Controladoria possa ir a Santo André.

Não faço aqui a defesa de nenhum Município baiano. Não estou autorizado a isso, nem o farei. As coisas acontecerão como devem acontecer. Agora, não posso aceitar também, nem nós podemos aceitar, os Partidos de minoria dessa Casa e as Prefeituras municipais, em sua grande maioria, estão controladas por Partidos que não estão na base do Governo, que seja feito sorteio – claro que esse sorteio já

está, por origem, viciado. Isso há que se convir, Sr. Ministro.

Então, são essas posições que coloco, até para que o órgão que V. Ex^a hoje comanda tenha, efetivamente, credibilidade e que sua frase de que se fiscaliza o adversário, e não se fiscaliza o amigo possa ser uma verdade. Na prática, não no discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O próximo orador inscrito é o Senador Tião Viana, líder do Bloco do Governo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Boa tarde a todos. Desejo externar meu contentamento em participar desse momento importante e bonito da Comissão de Fiscalização e Controle, quando o nosso Ministro Valdir Pires, que representa para nós, do PT, uma fonte de dignidade e um escudo moral da República, hoje, traz uma exposição tão clara, tão lúcida, sobre as suas responsabilidades e as suas ações dentro da Controladoria da União. E traz com clareza de responsabilidades de homem público, de estadista, a visão dos limites dos poderes da União, onde coloca claramente que cada Poder tem, no seu princípio de separação, suas atribuições, suas responsabilidades. S. Ex^a age, no campo do Poder Executivo, com muita propriedade e muito sabedor exatamente dos seus limites e das suas responsabilidades.

Gostaria de externar, na verdade, a minha compreensão e o meu estímulo a essa prática. Eu, diferentemente do Senador César Borges, a quem respeito tanto no seu procedimento de Senador da República, na Casa, entendo que não caberia ao Ministro Valdir Pires e à Controladoria da União sortear Partidos.

S. Ex^a está observando e acompanhando ações dos Municípios brasileiros. Quando se faz um sorteio, se faz por Município, não se faz por Partido. Se o critério fosse partidário, já estaríamos com direcionamento político perigoso, o que acho que não seria saudável.

Penso que nada impediria, por exemplo, na evolução dessa ação de investigação, que, daqui a pouco, de cem prefeituras do PFL avaliadas, noventa fossem inocentadas e reconhecidas como idôneas pelo Governo, pela Controladoria, e de que duas do PT tivessem problemas. Isso é a mesma coisa para a sociedade, quando trabalhamos aos olhos do que é investigar o Município e não o Partido. Penso que esse é um caminho saudável, mas podemos considerar a sugestão que V. Ex^a dá de que sejam sorteados Partidos. Penso que esse é o seu entendimento, não Municípios, que é o entendimento da Controladoria.

Creio que nada impede. Eu, por exemplo, não vejo qualquer dificuldade, como líder do PT no Senado, de que a Controladoria investigue a Prefeitura de Itabuna. Isso não tem absolutamente nenhuma dificuldade para nós. Aliás, nosso Partido sempre trabalhou com acompanhamento interno permanente e rígido de suas administrações, como instância partidária, e não tem nenhum receio de que nenhuma instância fiscalizadora faça a mesma coisa, gostaria de deixar isso bem claro.

Quanto à crise de esparadrapo e gazes por que determinada Prefeitura do PT possa estar passando, as televisões mostraram, recentemente, uma crise gravíssima num hospital de Salvador, onde as pessoas eram escolhidas para morrer ou viver. Não entendemos isso como uma ação do Governo, uma crise de Governo, mas uma crise estrutural do modelo de saúde que se edificou neste País por intermédio de um financiamento e de um sentimento de prioridade precários. Então, acho que não um é parâmetro para nossas Prefeituras, de fato, serem condenadas como aquelas que desviam recursos.

Gostaria, Ministro, de fazer uma ponderação muito objetiva. Acho que o Sistema Nacional de Auditoria, instaurado e funcionando no Sistema Único de Saúde, encontrou um enfraquecimento progressivo que o fragilizou muito nos Governos anteriores. Penso, de conversas com auditores federais, que eles têm um gasto médio, pela manutenção da estrutura, de 27 milhões, e têm geração de retorno de, no mínimo, 70 milhões da União, porque eles levam a fiscalização, eles fazem o dinheiro retornar.

Então o Sistema Nacional como um todo, não só o SUS, deveria ser fortalecido e reconstituído no nosso Governo. É uma sugestão que lhe deixo. Creio que é um sistema viável, do ponto de vista custo-benefício, que acompanha as teses moralizadoras do nosso Governo e que traria um retorno extraordinário. Mantê-lo marginalizado como carreira de Estado, que não é ainda reconhecido, e manter um sistema atrofiado por ações de governo que preferiu terceirizá-lo é um equívoco, e penso que o Governo poderia valorizar.

Com relação às experiências, que estão nas diretrizes do Sistema Único de Saúde, de criar os Conselhos Locais de Saúde, no Acre nós os transformamos em Conselhos Populares de Saúde. A comunidade se organiza em representação, que fiscaliza a unidade administrativa, tanto valorizando as boas ações, como acompanhando desvios de gastos como a falta de prioridade. Creio que é algo que poderia contaminar a Pasta de V. Ex^a e fazer deste um outro

País no sentido do controle social. É a sugestão que gostaria de deixar.

No mais, entendo que a presença de V. Ex^a no Governo nos confere muita credibilidade e tranqüilidade, do ponto de vista da moralidade, que segue a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estamos cientes de que a corrupção não parou no dia 1^o de janeiro. Seguramente, muitas pessoas com vícios de gestão e práticas suspeitas estão inseridas na Administração Pública, seja nos Governos estadual ou municipal. Portanto, o papel de V. Ex^a é exatamente esse. Espero que a sua Pasta consiga tratar não apenas da consequência da gestão administrativa equivocada, mas monitorar, o quanto antes, a definição das prioridades e para onde vai o dinheiro público, o acompanhamento do dinheiro público e o depois. Dessa forma, estaria coroada a sua gestão no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É muito triste para nós, Senadores, que acompanhamos a Comissão de Orçamento, o testemunho de histórias sombrias que ali se dão, a exemplo das "rachadinhas" e "rachadonas" de que V. Ex^a é sabedor. Isso nos entristece muito.

Espero, sinceramente, que o atual Governo trace suas diretrizes à altura de seu tempo e de suas responsabilidades, o que o Presidente da República tem deixado claro que vai fazer, custe o que custar.

No mais, desejo-lhe sorte. É uma honra tê-lo como Ministro em nosso Governo e à frente de uma Pasta tão fundamental para a República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Indago se há algum Senador que deseja se manifestar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador, com muito prazer.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, sendo autor do requerimento, gostaria, em primeiro lugar, de dizer da importância do que estamos realizando, ou seja, a participação de todos os Ministros no sentido de prestarem esclarecimentos ou informações, pois o objeto de análise das questões é a divulgação para a sociedade da nossa intervenção no processo de consolidar o que almejamos: uma nova sociedade sendo construída diariamente.

Gostaria de dizer, Sr. Ministro, que a vida política de V. Ex^a, tanto no Poder Legislativo como no Executivo, o credencia para estar à frente desta Pasta, que conta com tantas complicações e injunções do dia-a-dia do cidadão. Portanto, é de fundamental importância para dar credibilidade e visibilidade nas ações públicas do País. V. Ex^a tem, ao longo de sua

trajetória, autoridade pública, política e moral para estar à frente deste Ministério, que possui todas as implicações.

Venho, da parte invisível da sociedade, aquela excluída, de fato, do processo. É a minha origem. As ações colocadas na utilização dos recursos públicos se refletem em nossas dificuldades. Parece-me que alguém paga as contribuições que nos chega, de favor. E não é essa a questão. Na verdade, todo cidadão contribui com a riqueza do País, apesar de seu empenho e de sua função na sociedade. Na verdade, a contribuição é de todos os brasileiros. No entanto, a diferenciação dos recursos, quando chega lá na ponta, é diferenciada. Precisamos estabelecer que o Estado é o responsável por fazer essa ponte entre as desigualdades, sendo o interlocutor desse processo, para minorar as condições sociais.

Uma das preocupações que temos – que esta Casa está colocando e eu queria saber qual a posição do Ministro – é em relação aos tribunais de contas. É uma discussão que está pautada nesta semana, por meio do Senador Maguito Vilela, que traz duplicidade de tribunais em quatro Estados das 27 Unidades da Federação. Essa duplicidade de tribunais é benéfica, melhora a fiscalização, ou não tem essa contribuição, é desnecessária?

Outra questão sobre a melhor forma de controle e fiscalização, a meu ver, é conhecermos o Orçamento, o orçamento participativo como mecanismo de que o sujeito pertence, como sujeito histórico do processo, da riqueza que este País tem, sua arrecadação e sua distribuição em benefício. Quem paga é o cidadão e o cidadão no controle seria um mecanismo. Quero saber o que o senhor pensa sobre essa questão. Sei da dificuldade que tem o Orçamento da União ser um orçamento participativo, transformar isso numa discussão.

A outra é a questão da opinião pública. Culturalmente, vejo com muita alegria e esperança que essa nova forma de discussão que está se travando, o uso dos recursos públicos, tira-nos de uma visão até cultural de que a esperteza é que está certa. Então, quem não conseguia amearhar o outro era bobo, e a outra pessoa que conseguia era esperta. "Porque você não teve acesso, do contrário você faria a mesma coisa", justificando a ação, como se fosse defensável: quem faz isso é que é esperto. E precisamos reverter esse quadro. E essa forma da certeza da fiscalização, da certeza de que vai ser punido, é que faz as pessoas refletirem. Não é só punir fisicamente a pessoa, mas o dinheiro, o objeto, não é devolvido. Então, qual o procedimento que

está sendo feito no sentido de esse dinheiro retornar aos cofres públicos?

São essas as minhas considerações, e eu gostaria de ouvir V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Encontra-se inscrito também o nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Estado do Acre, do PSB, que deseja também fazer um pronunciamento e elaborar algumas perguntas. Assim também, a nossa Comissão abrirá uma exceção e ouvirá o Deputado Colbert Martins, que deseja também se pronunciar, e será, portanto, o último orador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – O Senador Tião Viana expressou talvez o sentimento de todos nós aqui, quando disse que efetivamente é uma honra para quem está na base de sustentação do Governo ter a pessoa de V. Ex^a num cargo tão importante da Administração Federal num país que tem a tradição e a cultura tão vivas e tão entranhadas não só na burocracia estatal, mas também espalhadas por toda a sociedade brasileira, do vício, do mal, da corrupção. Ter uma pessoa como V. Ex^a à frente da Controladoria evidentemente é algo que não só nos dá uma razão maior de acreditarmos na certeza de que estamos no rumo certo, mas é algo imensamente prazeroso. Pessoas como V. Ex^a me lembram pessoas como meu pai, por exemplo, que, acredito, tenha aproximadamente a sua idade; por um lado, têm um ativo tão grande de contribuição à causa brasileira, ao serviço público brasileiro, e, por outro, chegaram a essa idade, digamos, avançada, sem que ninguém possa colocar uma vírgula sequer no que diz respeito a sua idoneidade, a sua maneira íntegra de se portar e de conduzir os assuntos públicos que sempre lhe foram cometidos. Ministro, além de honra, é algo muito prazeroso para todos contarmos com a presença de V. Ex^a na equipe do Presidente Lula.

Ouvi atentamente a sua exposição e senti a sua angústia no que diz respeito a ter ainda uma equipe pequena, se bem que valente, briosa, mas pequena, que não consegue ainda responder à demanda que é enorme e intensa por correções e auditorias em todo nosso País.

Ofereço a sugestão de assim que as denúncias chegarem – e acredito que em grande quantidade – às suas mãos, e na medida em que a sua equipe não consiga de imediato ser desviada para apuração daquelas denúncias, que elas sejam, incontinenti, encaminhadas ao Ministério Público e, tão logo as condições se ofereçam, elas possam ser objeto de apreciação da própria Controladoria. Mas, para que não per-

camos tempo e para que não fiquem sem a necessária investigação e averiguação, que possam ser encaminhadas de imediato ao Ministério Público, que se encarregará, nas suas instâncias, da apuração que deve ser feita sobre toda e qualquer denúncia. Seria essa a minha sugestão.

Parabenizo V. Ex^a pelo equilíbrio, pela sensatez e pela condução dos assuntos que lhe chegam às mãos e que são de sua responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pois não, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com toda a consideração que tenho pelo Deputado Colbert Martins, aqui presente, honrando o Senado, não me parece que, regimentalmente, em reuniões oficiais de comissões desta Casa, seja possível a palavra de membros da outra Casa. Isso me parece que existe também lá, na Câmara dos Deputados.

Recentemente, quando discutíamos porte de armas, o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, a quem queríamos conceder a palavra, para que se pronunciasse, já que o relatório era conjunto, recusou-se a falar porque poderia até ser declarada nula a reunião caso se pronunciasse.

Quero alertar V. Ex^a desse fato, porque, para mim, seria um precedente aberto que não vi ainda neste meu período de Casa. V. Ex^a está aqui há mais tempo do que eu e pode atestar em sentido contrário, mas apenas gostaria de alertá-lo sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Já tive oportunidade de assistir a exceções, mas V. Ex^a levantou essa questão de ordem, lamentando muito não podermos ouvir o Deputado Colbert Martins, que desejava fazer uma manifestação. Como Parlamentar, acredito brilhante, seria da maior importância e também uma honra para esta Comissão ouvi-lo. Entretanto, V. Ex^a apresentou a questão de ordem. Se não tivesse apresentado a questão de ordem, naturalmente ele iria falar.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Gostaria apenas de fazer uma observação, sem querer contraditar o Senador César Borges – S. Ex^a está apegado à tradição e às atitudes de gestão funcional do Congresso que têm ocorrido na Câmara e no Senado. Como temos uma reforma do Regimento em curso no Senado Federal, tenho interesse de tornar clara essa matéria no Regimento, permitindo, por de-

cição do presidente da sessão ou da comissão, a delegação para decidir a favor ou contra a fala de algum senador. Espero que a Câmara faça o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esclarecido esse assunto, retornamos a palavra o Sr. Ministro para responder todas as perguntas formuladas pelos nobres Senadores.

O SR. WALDIR PIRES – Sr. Presidente, começaremos pela primeira questão que foi articulada pelo Senador César Borges.

Senador, pela lei, toda denúncia deve ser elementarmente fundamentada. Eu teria ficado muito contente se V. Ex^a, alguém do seu partido ou uma instituição qualquer vinculada à linha política que V. Ex^a acompanha pudesse ter encaminhado à Controladoria-Geral uma denúncia fundamentada, porque não posso aceitar todas as denúncias. As denúncias podem ser absolutamente inconsistentes e levianas.

Não, não aceitei nenhuma. Todas as que vieram a nós foram absolutamente fundamentadas, consistentes e apoiadas pela imprensa, em razão dos apoios que já possuía dos órgãos da sociedade e do Ministério Público.

A denúncia, por exemplo, do **Fantástico**, ocorreu com uma presença gigantesca do Ministério Público – do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual. A margem de documentação e de presença física na televisão era tão grande que seria absolutamente impossível não acatar a denúncia, mesmo que houvesse alguém com uma absoluta indisposição de fazer a verificação da verdade naquele caso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o caso de Cansanção?

O SR. WALDIR PIRES – O **Jornal Nacional** expôs esse caso para a Nação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – (fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador César Borges, V. Ex^a pode anotar e depois contradizer.

O SR. WALDIR PIRES – Eu cumpro o que a Mesa da Comissão estabelecer, sem nenhuma dúvida.

Quero dizer simplesmente que a fundamentação é de uma importância absoluta, porque são milhares e milhares de denúncias. Devo dizer a V. Ex^a que, infelizmente, lamento, mas temos hoje, da Bahia, 226 representações fundamentadas e consistentes.

A lei diz o seguinte: a Controladoria-Geral da União tem a responsabilidade da defesa do patrimônio público, do controle interno mediante auditorias, atividades de ouvidorias e verificação e fiscalizações.

À Controladoria-Geral da União, no exercício de sua competência, cabe dar o devido andamento a representações ou denúncias fundamentadas que receber relativas a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, velando por seu integral deslinde.

Veja bem, não seria interessante que essas alusões ao Município de Itabuna feitas por V. Ex^a... Tenho um amigo prefeito por lá, mas é uma pessoa que está fazendo uma administração, no campo inclusive que V. Ex^a menciona, extraordinária. Mas por que não fazer essa representação? Por que não fazer a representação. Por que não fazer a representação? Sabe V. Ex^a o que eu fiz? Indeferi o pedido dele. Tenho um pedido, Sr. Presidente, do Prefeito de Itabuna e do Prefeito de Alagoinhas pedindo a auto-fiscalização e investigação de sua administração. Eu disse que não tenho competência para isso, mas, sim, para investigar todas as denúncias que estejam fundamentadas.

Pois, então, faça isso, Senador. Cumpra a lei. Eu vou cumprir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a não cumpriu nos outros casos.

O SR. WALDIR PIRES – Cumpri em todos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu tenho de cumprir e cumprirei. Vou encaminhar a V. Ex^a as denúncias fundamentadas. Agora, V. Ex^a não o fez nos outros casos.

O SR. WALDIR PIRES – Não. Fiz em todos. Não há nenhuma não consistente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Não pode haver discussão paralela.

O SR. WALDIR PIRES – Quando V. Ex^a, por exemplo, menciona o caso do Município de Maragogipe, na Bahia, esse senhor, o atual prefeito, é réu confesso em um processo criminal de desvio de R\$30 milhões da Universidade Católica da Bahia. Ele é réu confesso no processo, não se trata de acusação. Isso foi noticiado como escândalo no Estado. Eu tinha o dever de precaver os municípios e de mandar fazer a verificação.

Saiba V. Ex^a que, neste particular, terei enorme satisfação de dizer que a sua representação, fundamentada, será recebida, atuada e examinada em profundidade e darei a V. Ex^a todas as oportunidades de todas as intervenções na Controladoria-Geral da União. Isso é fundamental para mim.

Claro que, do meu Partido, já surgiram Municípios. Ribeirão do Amparo é um Município de São Paulo que foi sorteado, assim como Dourado. Na Bahia, foi sorteado o Município de Pintadas, que é do PT. Estou

ansioso, inclusive, para fazer uma boa confrontação de como se administra um Município.

Mas, sem qualquer dúvida, V. Ex^a esteja convencido de que qualquer representação encaminhada como a lei manda qualifica... Denúncias, recebemos aos milhares. Agora, consistentes, depois do programa de sorteio, recebemos centenas por mês. Não recebi nenhuma de Itabuna ou de Alagoinhas. Não recebi. Pois me envie, Senador. Faça enviar-me, que será examinada profundamente, não tenha dúvida.

Eu creio, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Ministro, sem querer interrompê-lo, mas em breve teremos uma sessão plenária. Gostaria que V. Ex^a procurasse abreviar as respostas solicitadas pelos Srs. Senadores.

O SR. WALDIR PIRES – Sem dúvida. Neste particular, considero devidamente posta. O conceito do sorteio, no meu entender, não pode ser partidário. O conceito, a meu ver, deve ser o povo, o interesse da população. Deve ser a neutralidade da humanidade brasileira, que paga impostos e que tem o direito de saber que o dinheiro pago de seus impostos terá a aplicação correta. Só isso pode legitimar. Não pode ser uma distribuição de natureza partidária.

Mas gostaria de agradecer ao Senador Tião Viana a gentileza das suas palavras que me animam e incentivam. Cada vez mais teremos que aperfeiçoar o controle social. Penso que isso é fundamental. E garantir que a condução dos gastos públicos possa ter uma orientação que seja compatível com a prioridade das nossas necessidades.

Aos Senadores Geraldo Mesquita e Eurípedes Camargo, o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas do Município. Sabe, Senador, temos poucos Estados que escolheram o caminho dos tribunais de Municípios. A rigor, é o Tribunal de Contas que se incumbe de fazer a avaliação das contas dos Governos municipais. Há Municípios, inclusive no meu Estado, que são fiscalizados por tribunais do Município. Não há qualquer conflito. Aparentemente, o Senador César Borges não se deu conta do que a Constituição estabelece. Esta estabelece de forma muito clara, didática mesmo, o controle externo, que é de incumbência do Congresso Nacional; o controle interno, que é da incumbência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esta Casa, mesmo, tem seu controle interno. De modo que acompanha a idoneidade dos gastos aqui realizados.

No Governo, o controle interno é objeto de um desdobramento, institucional e legal muito grande.

Estamos trabalhando em perfeita cooperação com o Tribunal de Contas da União. Antes de ontem, tivemos uma reunião solene de lançamento de um programa de um seminário de estudos e metodologias. O controle interno é o controle por meio do qual o Governo estabelece seus mecanismos para o interior dos seus gastos públicos. Nesse sistema de sorteio, estamos fazendo a fiscalização do gestor federal, do gestor estadual e do gestor municipal. Onde estiver o dinheiro público, o dinheiro do povo brasileiro, estará a competência da Controladoria Geral da União.

Os tribunais de contas não se superpõem. Se V. Ex^a indagar-me sobre o que eu entendo ser mais conveniente diria que seria um tribunal simplesmente. Mas é um problema do Legislador, dos Constituintes. Está estabelecido. Que cada um cumpra o seu dever.

Senador, quanto ao orçamento participativo, tenho a impressão de que teremos que caminhar ainda mais. O Presidente Lula deu, agora, os primeiros passos, os primeiros da história do País. Para definir o plano plurianual de prioridades, a aplicação de recursos, nunca se ouviu tanto a sociedade civil brasileira. Eu mesmo fui, como membro do Governo, a Sergipe, terra do nosso Presidente, fazer a explanação da posição política do Governo. É preciso que se ouça em cada Estado, em cada sociedade civil, as diversas forças, todas vinculadas a uma idéia e à esperança de que se apliquem bem os recursos públicos.

Portanto, esses são os primeiros passos do orçamento participativo a que estamos assistindo. São devidos a essa vocação do Partido de V. Ex^a e do meu. Faremos a participação social ou a democracia não se consolidará. A democracia representativa, como foi organizada e aplicada neste País, sem participação, faliu. Ela não tem a confiança da população, ela construiu oligarquias e permitiu que houvesse mecanismos patrimonialistas e clientelistas que deformam a democracia.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – E há 170 bilhões de devedores da Previdência que não pagam.

O SR. WALDIR PIRES – Creio que há um outro aspecto que foi mencionado por V. Ex^a. É preciso que tenhamos métodos, mecanismos de punição, de repressão e de ressarcimento. Nossa preocupação essencial é, em primeiro lugar, com o controle participativo para que sejamos educadores. Estamos trabalhando com o Ministério da Educação para levar o conjunto dessas idéias básicas, dessas noções, desses conceitos, às crianças na escola. A ética pública precisa ser vinculada ao processo educativo da criança. É preciso que a criança aprenda a ter ética pública, que saiba que o dinheiro público é sagrado, que

não pode existir segredo com relação ao dinheiro público. Por isso, deve existir transparência absoluta, que é indispensável à consolidação do processo democrático.

O ressarcimento – e também fiz uma menção **en passant**, rapidamente – não chega, no Brasil, talvez, a 1% na realidade contemporânea. Por isso, estamos, automaticamente, na primeira conclusão das apreciações de auditoria dessas gestões. Estamos enviando imediatamente à Advocacia Geral da União, porque esta é a autoridade competente para a responsabilidade civil, com conseqüente ressarcimento e também acautelamento dos dinheiros, por via da indisponibilidade de bens do gestor suspeito.

Senador Geraldo Mesquita, sou muito grato também por sua gentileza, com a qual fico muito honrado, creio que vamos cumprir as sugestões de V. Ex^a, vamos buscar fazê-las. É claro que, para encaminhar ao Ministério Público, temos que ter um mínimo já de indicação de provas, não para completá-las, porque vamos ter a conclusão das provas no contraditório do processo, com o Judiciário, que é o único poder que pode julgar em definitivo e dizer quem praticou ou não o crime. Mas vamos fazer, cada vez mais, essa integração com o Ministério Público e com a Advocacia Geral da União, para que tenhamos a preservação do dinheiro público, o retorno, o ressarcimento e, ao mesmo tempo, tanto quanto possível, a lúcida administração dos interesses de nosso povo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Antes de encerrar a reunião desta Comissão...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Estava esperando que V. Ex^a pedisse! Caso contrário, iria encerrar. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Três minutos! Perfeitamente!

Falei em duas questões, no âmbito federal, que o Ministro não contemplou, que foram denúncias feitas em relação ao Ministério dos Transportes e o Ministério do Trabalho, com as quais penso que a Controladoria também se poderia interessar. Infelizmente, o Ministro não teceu comentários; se puder fazê-lo, agradeceria.

Finalizando com a questão dos prefeitos, o nosso Ministro teve a franqueza de se colocar como amigo do Prefeito de Itabuna. E aí a sua frase se encaixa muito bem: amigo não se fiscaliza. Porque, se o próprio Prefeito pediu a fiscalização, é mais do que natu-

ral fundamentar tudo o que foi feito, além do Ministério Público. Foi noticiado, na imprensa baiana, da mesma forma, do mesmo critério, que a Controladoria se interessou por fiscalizar Mucuri e outros municípios. Então, a Controladoria poderia, até para se colocar acima da questão partidária e local, já que V. Ex^a faz política na Bahia, dar credibilidade ao seu organismo. Porque, hoje, o sentimento que existe aqui nesta Casa é o de que a Controladoria está, conforme se prega, de hoje para amanhã, com um viés talvez de baixa de juro, com um viés político na aplicação desses critérios. Ou seja, o sorteio, quando este interessa, é extremamente desvantajoso para alguns e extremamente vantajoso para o PT, pela estatística, pela probabilidade.

Por outro lado, quando há notícias de denúncias, mesmo que não fundamentadas, mas simplesmente pelos órgãos de imprensa, de que a Controladoria faz o seu julgamento de que órgão que é devedor de mérito para que possa ser autor de uma denúncia, será feita, então, a investigação. Se é o órgão de imprensa que ele julga que não merece, aí não faz a denúncia, porque existe denúncia, com certeza, em Alagoinhas, e posso mostrar a V. Ex^a farto material de imprensa.

Portanto, Sr. Presidente, era isso o que eu gostaria de colocar e também uma outra colocação do Ministro que me preocupou: que S. Ex^a vai investigar, agora, uma prefeitura do PT, uma prefeitura muito pequeninha mesmo, talvez um dos menores municípios da Bahia, Pintadas, para fazer confrontos entre formas de administração, ou seja, uso político do resultado que virá daí.

Então, isso realmente me causa espécie e receio, Sr. Ministro! Sou obrigado, permita-me, V. Ex^a, enfatizar esses receios!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. WALDIR PIRES – Vamos começar por Pintadas, que foi sorteada. Ela será uma confrontação, pelo que se tem observado na Bahia, com as outras. Será para a população. Será pelo fato de que nós estamos, hoje, na Bahia, como mencionei há pouco, na Controladoria? Enquanto V. Ex^a não consegue fazer uma representação dirigida – não conseguiu até hoje –, não chegou à Controladoria nenhuma representação. Nós temos 226 representações, e não posso fazê-las, na Bahia exclusivamente, e há outras centenas nos Estados.

De modo que “pintadas” digo como cidadão. Nós noticiamos todos os resultados, para verificar o que é a exação de uma Prefeitura a serviço da popu-

lação, de uma Prefeita admirável, dirigente de uma comunidade. O pessoal vai lá e faz a investigação completa, e é uma realização esplêndida, uma coisa que mudou inteiramente a fisionomia de uma cidadezinha pobre, submetida, antigamente, a todos os tipos de manipulações e que se transformou – é evidente – em uma cidade com um grau de cidadania, de bem-estar, que é um exemplo. De qualquer jeito, estão incluídas as Prefeituras.

Eu mencionei o DNER, disse que estamos examinando e que há, hoje, uma comissão interministerial para os casos daquele órgão. E V. Ex^a mencionou, também, outro caso, que foi o do Ministério do Trabalho. Pois bem, nós fizemos um exame. Tudo isso que houve na imprensa em relação ao Ministério do Trabalho são acontecimentos do período de 2002. Foi a terceirização gigantesca que se fez no País, de forma absolutamente irresponsável. Nós fizemos as identificações lá, que são graves.

Quanto ao conflito pessoal que surja entre auxiliares que saíam e entram, é evidente que, desde que se realize a denúncia, vamos ter que fazer algo; do contrário, não vamos ficar com tanto trabalho em face de promoções que são absolutamente consistentes e responsáveis. Não podemos nos encaminhar para qualquer outra solução que seja a de aventar notícias pequenas nos jornais. Mais uma vez, insisto com V. Ex^a: encaminhe-me e verá que terei a mais absoluta atenção a uma representação sobre Itabuna, sobre Alagoinhas ou qualquer Município, desde que chegue como estão me chegando os outros. O que não podemos é ficar na boataria, tantas vezes irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Vamos encerrar esta reunião, que considero bastante produtiva e construtiva para os Anais do Senado Federal, notadamente os da Comissão de Fiscalização e Controle.

Como Presidente interino, gostaria de agradecer, em nome de todos os que dirigem este órgão, a participação do Ministro, que trouxe aqui a importância do seu órgão para o controle de toda a Administração, não só a Administração Federal, mas também para o controle das administrações que recebem recursos oriundos da União. É bom que, em vez de estarmos preocupados com a amplitude das investigações, das auditorias que possam ser feitas pelo Sr. Ministro, ou seja, pelo órgão que S. Ex^a dirige, lutemos para conceder à Controladoria maiores recursos, uma estrutura melhor e mais bem aparelhada, no intuito de servir ao nosso País e evitar os desvios, tão prejudiciais ao desenvolvimento do Brasil. Cada real que se tira do Orçamento da República é um dinheiro

desviado da Saúde, da Educação, do Transporte, da Segurança Pública e de tantos outros setores imprescindíveis à felicidade e ao bem-estar do povo brasileiro.

Aproveito o ensejo para parabenizar o Senador Eurípedes Camargo pela grande iniciativa de trazer aqui o Sr. Ministro e proporcionar a todos nós a possibilidade de ouvir o que queríamos. Foi um debate intenso, como eu disse, mas esclarecedor, respeitoso, produtivo para os Anais do Senado Federal.

Meus parabéns ao Sr. Ministro.

(Levanta-se a reunião às 14h06min)

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e dezessete minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, LUIZ OTÁVIO, HELOÍSA HELENA, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, JOÃO RIBEIRO, OSMAR DIAS, JOÃO BATISTA MOTTA, DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, e ROMERO JUCÁ. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente passa, então, à deliberação da pauta, que constam dos seguintes Requerimentos: Item 1) REQUERIMENTO nº /2003-CFC, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, que requer “seja convocado o senhor Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome para prestar esclarecimentos sobre Acordo de Cooperação Técnica BRA/REP/03.1268, firmado com a UNESCO, no valor total de R\$ 26.670.000,00 do Orçamento Geral da União, para o desenvolvimento do projeto ‘Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza’”. Resultado: ADIADO; Item 2) REQUERIMENTO nº 29/2003-CFC, de autoria do Senador LUIZ OTÁVIO, que requer “sejam solicitadas ao senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. CIRO GOMES, informações relacionadas aos fundos de incentivos da Amazônia e do Nordeste – FINAM e FINOR”. Resultado: APROVADO; Item 3) REQUERIMENTO nº

30/2003-CFC, de autoria do Senador LUIZ OTÁVIO, que requer “seja solicitado à Petrobrás, que encaminhe a esta Comissão de Fiscalização e Controle informações a respeito da licitação, realizada na modalidade de convite, das plataformas P-51 e P-52 (CONVITE 899.8.005-02-1)”. Resultado: APROVADO. Item 4) REQUERIMENTO nº /2003-CFC, de autoria do Senador DELCÍDIO AMARAL, que requer “seja solicitado ao Sr. NELSON SAMPAIO BASTOS, presidente da Brasil Ferrovias, que compareça a esta Comissão com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a situação de abandono e aparente descalabro administrativo do setor ferroviário, diagnosticado pelo Sindicato de Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.” Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Aírton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 20ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Esclareço que hoje apenas vamos votar alguns requerimentos para agilizar o nosso funcionamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Queria solicitar alteração de pauta – não seria inversão – no sentido de que começássemos pelo item 2. Tenho razões para solicitar a V. Exª essa aquiescência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O item 2 da pauta requer que sejam solicitados ao Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes, informações relacionadas aos Fundos de Incentivo da Amazônia, do Nordeste, Finam e Finor.

O autor é o Senador Luiz Otávio.

Em discussão.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Em se tratando de uma proposição do meu querido amigo Senador Luiz Otávio, não tenho a menor dúvida e de minha parte tem a total aquiescência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador solicita em seu requerimento, com relação aos Fundos de Incentivo da Amazônia e do Nordeste, Finam e Finor, “quantos projetos existem em carteira, qual o comprometimento financeiro de cada um em relação às modalidades previstas nos arts. 5º e 9º, da Lei nº 8.167, o que já foi liberado por Estado e o que representa em termos de investimento total nas Regiões da Amazônia e do Nordeste.”

A preocupação do Senador, provavelmente, é com o fato de, no futuro, termos acionados, a União será acionada, por contratos feitos e não cumpridos. Por isso, o Senador quer saber a extensão do risco da União.

Prossigo a leitura do requerimento:

“Desse universo, quais projetos do Finam e do Finor são considerados regulares?”

Quais os critérios para a concepção de condição da regularidade?

Quais as liberações de recursos ocorridas nos anos 2001, 2002, 2003 até a presente data?

Quais os repasses efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional para os agentes operadores no período 2001, 2002 e 2003?

Considerando a proposta de reestruturação da Sudene, elaborada por esse Ministério, solicito informações sobre o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e o montante dos recursos financeiros disponibilizados para a região.

Considerando a proposta da reestruturação da Sudam, elaborada por esse Ministério, solicito informações sobre o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e o montante de recursos financeiros disponibilizados para a região.”

Assina o nobre Senador Luiz Otávio.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados.

Aprovado.

O item 3 da pauta também é do nobre Senador Luiz Otávio, que subscreve um requerimento de informações do Deputado João Caldas à Petrobrás sobre as plataformas P-51 e P-52.

Em discussão. (Pausa)

nao naverido quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, só um detalhe. O convite foi feito em função do resultado da última licitação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não colocarei o **Item 1** em votação porque o requerente não está presente. É norma nossa chamarmos o item só com a presença do requerente.

Não havendo nada mais a tratar, encerramos a reunião agradecendo a presença dos Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 12h22min.)

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, OSMAR DIAS, JOÃO BATISTA MOTTA, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL e ROMERO JUCÁ. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente passa, então, à deliberação da pauta, que consta dos seguintes Requerimentos: Item 1) REQUERIMENTO nº 31 /2003-CFC, de autoria do Senador DELCÍDIO AMARAL, que requer “seja solicitado ao Sr. ELIAS NEGRI, Presidente da Brasil Ferrovias, que compareça a esta Comissão com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a situação de abandono e aparente descalabro administrativo do setor ferroviário, diagnosticado pelo Sindicato de Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.” Resultado: Aprovado; Item 2) REQUERIMENTO nº 32/2003-CFC, de autoria do Senador OSMAR DIAS, que requer “requer inspeção do Tribunal de Contas da União nos atos da ANATEL, referentes à adaptação dos contratos de concessão em contratos de autorização com as em-

presas CTRM, MAXITEL, TELASA, TELECEARÁ, TELEPAR, TELEPISA, TELERN, TELESC, TELPA, TELPE, CRT, TELERJ, TELEST, TELEBAHIA, TELSERGIPE, GLOBAL TELECOM E TELESCELULAR”. Resultado: Aprovado; São apresentadas, ainda, as seguintes matérias: REQUERIMENTO Nº 33/2003-CFC, de autoria do senador NEY SUASSUNA, convidando o Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano e Governo, Dr. ASER CORTINES PEIXOTO FILHO, a fim de prestar esclarecimentos sobre a atuação da Caixa Econômica Federal no setor habitacional. Resultado: Aprovado; REQUERIMENTO Nº 34/2003-CFC, de autoria do Senador GERSON CAMATA, convidando os Senhores Ministro da Defesa, DR. JOSÉ VIEGAS, Ministro da Ciência e Tecnologia, DR. ROBERTO AMARAL e Dr. LUIZ BEVILACQUA Presidente da Agência Espacial Brasileira, para prestar esclarecimentos sobre o Programa Espacial Brasileira. Resultado: Aprovado e REQUERIMENTO de Retirada de Requerimento nº /2003-CFC, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, que requer a retirada de requerimento de sua autoria, para que “seja convocado o senhor Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome para prestar esclarecimentos sobre Acordo de Cooperação Técnica BRA/REP/03.1268, firmado com a UNESCO, no valor total de R\$ 26.670.000,00 do Orçamento Geral da União, para o desenvolvimento do projeto ‘Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza’. O Senhor Presidente anuncia o deferimento do Requerimento e comunica o encaminhamento da matéria ao Arquivo. Item 3) AVISO Nº 219 DE 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 876, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada com o intuito de subsidiar a Comissão Mista de planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização referente às obras no Aeroporto Internacional Guararapes, em Recife – PE (TC – 007.582/2000-5). Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador EFRAIM MORAIS, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Adiado. Item 4) AVISO Nº 43 DE 2002, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 257, de 2002 – TCU (2ª câmara), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na obra de implantação do sistema de transmissão de energia elétrica – trecho BATEIAS/PR – IBIÚNA/SP (TC – Nº 003.549/2002-9).” Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador OSMAR DIAS, que em seu

Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 5) AVISO Nº 112 DE 2001, que "encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão nº 163, de 2001 e da decisão nº 423, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatórios e votos que os fundamentam, sobre Tomada de Contas Especial constituída em decorrência de desdobramentos resultantes de solicitação formulada pela Procuradora-chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, com vistas à instrução de inquérito civil público objeto de investigação de irregularidades nas obras do fórum trabalhista de primeira instância da cidade de São Paulo (tc nº 001.025/98-8). Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador CÉSAR BORGES, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Adiado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores OSMAR DIAS, EFRAIM MORAIS e GERSON CAMATA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada.

Na pauta, há vários requerimentos que vamos votar rapidamente, uma vez que hoje há mais outras duas Comissões em funcionamento.

O primeiro requerimento, do Senador Delcídio Amaral, requer que seja solicitado ao Sr. Elias Nigri, Presidente da Brasil Ferrovias, que compareça a esta Comissão com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a situação de abandono e aparente descalabro administrativo do setor ferroviário, diagnosticado pelo Sindicato de Trabalhadores de Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Trata-se de um convite para que se façam esclarecimentos.

Em discussão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, nobre Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Apenas um esclarecimento. O requerimento se refere a todas as ferrovias que foram privatizadas ou apenas a esses trechos aqui apresentados, que seriam Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Temo que tenhamos que convidar outras pessoas. Senador, pode ser geral porque o Sr. Elias é da Brasil Ferrovias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pergunto isso porque, no Paraná, há uma ferrovia privatizada e também muitas reclamações a respeito de seu funcionamento. Ela também poderia servir de objeto de debate na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aprovamos este requerimento e, caso haja necessidade de convidarmos outros, por serem direções diversas, faremos a complementação do requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 2, do Senador Osmar Dias, que requer inspeção do Tribunal de Contas da União nos atos da Anatel referentes à adaptação dos contratos de concessão em contratos de autorização com várias empresas que especifica.

Em discussão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, apresentei esse requerimento porque, no site da Anatel, foi noticiada uma adaptação dos contratos de concessão para prestação de serviços móvel celular, que foram transformados em autorização para prestação de serviço móvel pessoal. Entendo que isso é uma adulteração dos objetivos do contrato original, que era de concessão e passou a ser de autorização, o que é muito diferente, Sr. Presidente. Concessão é uma coisa, autorização é outra. Estamos falando de serviços essenciais e, portanto, de um assunto que interessa à sociedade e ao País. A Anatel tem que esclarecer porque fez a alteração de concessão para autorização ao autorizar a prestação de ser-

viço móvel celular para serviço móvel pessoal. Gostaria de entender porque a Anatel promoveu essa alteração, que, para mim, é uma adulteração.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Há um requerimento nosso que reza o seguinte: requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano e Governo, Dr. Aser Cortines Peixoto Filho, para que compareça ao plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a atuação da Caixa Econômica Federal no setor habitacional.

Hoje, esse setor tem uma dívida de 70 bilhões e está buscando caminhos. O Dr. Aser pode nos dar informações muito importantes para que possamos acompanhar o setor habitacional, sabendo que ainda há cerca de 6 milhões de brasileiros precisando de residências e, ao mesmo tempo, 5 milhões de moradias não utilizadas no País.

Esse foi o objetivo de tomarmos conhecimento de como anda o setor habitacional, controlado pela Caixa Econômica Federal.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Senador Arthur Virgílio requer, nos termos regimentais, a retirada em definitivo de requerimento de sua autoria que dispõe sobre a convocação do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome para prestar esclarecimentos sobre o acordo de cooperação técnica firmado com a Unesco.

É uma prerrogativa do Presidente decidir: somos pelo arquivamento, acatando o pedido do nobre Senador.

Teríamos mais alguns processos que estão em tramitação, mas como tivemos inicialmente uma reunião da Subcomissão de Endividamento dos Estados e estou vendo, pelo rictó facial dos vários Senadores, a ânsia de participar das demais reuniões, agradecemos a presença...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Osmar Dias e, em seguida, o nobre Senador Gerson Camata.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É que sou Relator do item 4 e, em um minuto, posso relatá-lo, quando poderíamos retirá-lo de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Confiando na rapidez do relato de V. Ex^a, por gentileza, V. Ex^a tem a palavra para relatar o **item 4**.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Olhando no relógio, Sr. Presidente, um minuto.

Esse processo foi encaminhado pelo Tribunal de Contas. Não houve solicitação desta Comissão, não há também irregularidades na obra citada, para implantação do sistema de transmissão de energia elétrica no trecho Bateias(PR)–Ibiúna(SP) e não há por que esta Comissão apreciar esse processo. Estamos relatando, portanto, dando o parecer pelo arquivamento do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Com a palavra o nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, serei bem rápido. Acho que esta Comissão terá de, durante os próximos meses, tomar uma posição diante do grave acidente do Programa Aeroespacial Brasileiro.

Estão dizendo que as verbas não foram liberadas a contento, que a apuração dos fatos será feita de maneira secreta, não-terceirizada, sem a presença de quem não é militar ou não é da equipe, o que acredito não está correto. Fala-se ainda na continuidade do programa. Esta Comissão precisa saber os recursos que serão liberados e os objetivos que esse programa pretende, daqui para a frente, com essa perda irreparável que houve. Comenta-se também que, só em 10 anos, conseguiremos formar uma nova equipe no estádio daqueles heróicos brasileiros que pereceram ali.

Acredito que a melhor ajuda que podemos dar ao programa é fazermos uma lista de pessoas para serem ouvidas, a começar pelo Brigadeiro Piva, que começou esse programa, para ver as distorções...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Dr. Luiz Bevilacqua, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – ... os problemas que estão ocorrendo, bem como o Presidente da Agência Espacial Brasileira, e, depois, o Ministro da Ciência e Tecnologia ou o Ministro da Defesa, para vermos os recursos que serão liberados, quais os objetivos do programa e se ele tem de continuar, se não estamos querendo inventar a roda quando há um foguete cuja venda sai muito mais barata no mundo, até em liquidação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Exulto com a clarividência do nobre Senador Gerson Camata.

Estou acompanhando esse problema dos foguetes há tempos. Fui à Ucrânia junto com o Ministro da Ciência e Tecnologia, com a qual já fizemos um convênio, uma **jointventure** entre uma empresa ucraniana e a nossa Agência Espacial Brasileira, com a intervenção da Infraero, que na verdade entrou com o dinheiro este ano.

Há necessidade de se investirem cerca de US\$102 milhões para se colocar o Ciclone IV no ar. O Brasil economizará enormemente, porque nos pediram US\$500 milhões para colocar o satélite que substituirá o que estamos usando hoje. Podemos fazer isso por US\$102 milhões; portanto, por um quinto, mas aprendendo a tecnologia.

Por essa razão, considero que o assunto cabe a esta Comissão, sim, porque acompanhamos não só o dinheiro mal empregado, mas também o acompanhamento dos projetos em curso.

V. Ex^a, por gentileza, faça o requerimento e o submeteremos. Até poderíamos pedir à Comissão que seja diferenciado: já o aprovamos e V. Ex^a apresenta o requerimento à Mesa, já colocando em votação o requerimento do Senador.

Em discussão o requerimento, convidando o Ministro da Defesa, da Ciência e da Tecnologia, e o Dr. Luiz Bevilacqua, que é o Presidente da Agência. Dessa forma, teremos, com toda a certeza, um auxílio, pois, se o Brasil perder essa oportunidade da Ucrânia, com a perda que tivemos, perderemos mais do que vinte anos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, somente para acrescentar as preocupações do Senador Gerson Camata, parece-me que este não foi o primeiro problema e insucesso que se tem. Infelizmente, temos de lamentar as vidas perdidas. Mas, nos outros, bens materiais e patrimoniais foram perdidos,

porque os foguetes foram destruídos. Então, é algum problema, pois este acidente foi o terceiro

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – No. Senador, essa é uma verdade e V. Ex^a está coberto de razão. Mas, mesmo países experientes, quando resolvem colocar um foguete, eles colocam três. Por exemplo, nós faremos o Ciclone 4, virão três foguetes para o Brasil, porque, às vezes, ocorrem acidentes. Para nós, V. Ex^a está suscitando um assunto que é a terceira vez que acontece. Então, devemos estar com algum defeito técnico.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foram três insucessos consecutivos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Essa foi a primeira vez em que tivemos tantas mortes. Mas, nós ainda estamos trabalhando com um produto menos perigoso, pois estamos trabalhando com combustível sólido; quando colocarmos, na ponta de tecnologia, o combustível líquido, será mais perigoso.

Continua em discussão o requerimento, por ora, oral, mas que V. Ex^a, Senador Gerson Camata, por favor, formalize para a Mesa. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Informo que, na última reunião, convocamos a Petrobrás para explicar o caso das plataformas P-51 e P-52 e que já estamos em gestão de convidá-los, para que venham nos explicar por que uma plataforma de um bilhão foi feita por convite e não por concorrência.

Obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h53min.)

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, E 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia quatro de setembro de dois mil e três, na Sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador EDUARDO SUPLICY, reúne-se a Co-

missões de Fiscalização e Controle, conjuntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Educação, presentes os Senadores, ANTONIO CARLOS VALADARES, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, JOÃO ALBERTO SOUZA, ARTHUR VIRGÍLIO, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, LEONEL PAVAN e ALMEIDA LIMA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA RESERVADA sobre as circunstâncias que levaram à explosão ocorrida na Base de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, em 22 de agosto de 2003, conforme o Requerimento de nº 34/CFC aprovado em 27/08/2003, de autoria do Senador GERSON CAMATA, o Requerimento nº 28/CRE, aprovado em 28/08/2003, de autoria do Senador HÉLIO COSTA, e Requerimentos nº 21/CE, aprovado em 01/09/2003, igualmente de autoria do Senador HÉLIO COSTA, com a presença do Senhor Ministro da Defesa, Embaixador JOSÉ VIEGAS FILHO, do Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, ROBERTO AMARAL, do Brigadeiro-do-Ar MARCO ANTONIO COUTO DO NASCIMENTO Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial e Responsável pela investigação do acidente de Alcântara, e do Senhor LUIZ BEVILÁQUA, presidente da Agência Espacial Brasileira. O Senhor Presidente passa a palavra às autoridades convidadas. Após as considerações individuais, fazem uso da palavra os Senhores Senadores HÉLIO COSTA, GERSON CAMATA, ROSEANA SARNEY, JOÃO CAPIBERIBE e PEDRO SIMON. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 22ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle e 31ª reunião extraordinária da Comissão de Educação.

O Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, precisou realizar uma viagem, por missão; não pôde estar presente. O Presidente Osmar Dias, da Comissão de Educação, está por chegar em instantes e o Senador Hélio Costa é o Vice-Presidente da Comissão e está aqui à mesa.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa)

Dispensada a leitura da ata.

Passamos agora à audiência com o objetivo de expor e debater as circunstâncias que levaram à explosão ocorrida na base de lançamento de Alcântara, no Maranhão, em 22 de agosto de 2003, de acordo com o Requerimento nº 28, da CRE, aprovado em 28 de agosto, de autoria do Senador Hélio Costa, Requerimento de nº 34, da Comissão de Fiscalização e Controle, aprovado em 27 de agosto, de autoria do Senador Gerson Camata, e Requerimento nº 21, da Comissão de Educação, aprovado em 1º de setembro, de autoria do Senador Hélio Costa.

Em qualquer momento, se os Ministros ou os Senadores avaliarem que há perguntas ou esclarecimentos que preferirem sejam reservados, assim o faremos, mas, em princípio, faremos a exposição inicialmente aberta, com todas as informações. Então, os Srs. Ministros e os Srs. Senadores terão, digamos, o critério e o bom senso; se avaliarem importante que uma parte seja reservada, isso será assegurado.

Então queremos dar as boas-vindas ao Sr. Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho, ao Sr. Ministro das Ciências e Tecnologia, Roberto Amaral, ao Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, responsável pela investigação do acidente de Alcântara, Brigadeiro-do-Ar Marco Antônio Couto do Nascimento, ao Presidente da Agência Espacial Brasileira, Sr. Luiz Beviláqua. Também contamos com a presença do Comandante da Aeronáutica, o Tenente Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, e também do Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, CTA, Major Brigadeiro-do-Ar Thiago da Silva Ribeiro, além de outras pessoas do Centro Técnico Aeroespacial que acompanham os Srs. Ministros e Comandantes. Queremos agradecer a disposição dos Ministros e dos Comandantes responsáveis por atender a essa solicitação do Senado Federal.

Queremos, de início, nos solidarizar com toda a equipe do CTA e do Programa Aeroespacial Brasileiro, sobretudo com as famílias dos 21 engenheiros e colaboradores do programa que, infelizmente, falece-

ram nesse grave acidente, mas constitui dever e responsabilidade do Congresso Nacional acompanhar a apuração dos fatos. É por essa razão que hoje vamos ouvi-los.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, ao fazer o requerimento para esta audiência, solicitei que ela fosse realizada em caráter reservado, em razão de informações que eu tinha a passar para os Ministros e autoridades que vão participar dessa audiência. É importantíssimo que, a critério de V. Ex^a, a reunião seja aberta. E eu me comprometeria em passar as informações em caráter privado para os Ministros e autoridades, para que possamos ter um debate aberto, para que a opinião pública possa, acompanhando pela **TV Senado**, e acompanhando pela imprensa, ter a luz definitiva sobre o que aconteceu em Alcântara e que foi tão importante para nosso programa espacial.

Então, pediria à V. Ex^a que considerasse que a solicitação para o caráter privado foi para as minhas declarações e não necessariamente para as declarações dos convidados. Eu me comprometo a passá-las em caráter reservado, o que praticamente torna a audiência aberta, a critério de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos iniciar os esclarecimentos, primeiro dando a palavra ao Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador Suplicy, bom dia a todos os Srs. Senadores.

Permitam-me que as minhas primeiras palavras sejam uma referência direta ao acidente do dia 22. Não há programa espacial em nenhum país do mundo que se tenha desenvolvido sem acidentes. Infelizmente, essa é a verdade. E chegou a nossa vez de amargar a morte injusta de 21 brasileiros, nobres trabalhadores que lutavam pelo progresso do País.

Todos os países que desenvolvem programas espaciais amargaram momentos como esse. Temos que ser fortes, anunciar o nosso respaldo às famílias das vítimas, prestar a homenagem que lhes é devida e perseverar mantendo o rumo do futuro da conquista do desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País. Essa é a melhor homenagem que podemos prestar aos mortos de Alcântara.

Como é do conhecimento de V. Ex^{as}, o programa espacial brasileiro é conduzido pela agência es-

pacial brasileira e as atividades espaciais são organizadas sob forma sistêmica pelo Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, tendo a Agência Espacial Brasileira como órgão central; e o Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento do Comando da Aeronáutica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, do Ministério da Ciência e Tecnologia, como órgãos setoriais executores diretos dos programas.

Os objetivos e diretrizes que norteiam as ações do Governo brasileiro voltados à promoção do desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional constam da política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais, aprovada pelo Decreto nº 1332, de 8 de dezembro de 1984. Na medida que eu falo os senhores assistirão a projeções de **power-point** e que correspondem ao texto que estou lendo.

O Programa Nacional de atividades Espaciais estabelece grandes programas para a consecução da política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais, que visam a contemplar as necessidades da sociedade, principalmente nas áreas de sensoriamento remoto, meteorologia, oceanografia, telecomunicações, geodésia e navegação.

São prioridades do programa no período do próximo PPA o desenvolvimento e consolidação da capacitação tecnológica e industrial brasileira em sistemas espaciais, com destaque para o desenvolvimento dos satélites de recursos terrestres Ciber 3 e 4, em parceria entre o Brasil e a China:

- a conclusão do satélite de sensoriamento remoto com imageamento ótico SSR-1 e o desenvolvimento do satélite com imageamento radar SSR-2;

- a conclusão do desenvolvimento do primeiro veículo lançador de satélite nacional, o VLS-1, e o início do desenvolvimento de um segundo veículo, o VLS-2 bem como o desenvolvimento dos foguetes de sondagem VSB-30, Sonda 3A, VS-40A, VS-43;

A capacitação e o sistema de controle de atitude de órbita e guiagem são também prioritárias às ações voltadas à viabilização do Centro de Lançamento de Alcântara, o que passa, necessariamente, por sua qualificação perante o mercado internacional para a prestação de serviços de lançamentos de satélites em bases comerciais.

Vejam V. Ex^{as}, portanto, que estamos diante de uma realidade muito mais complexa e diversificada,

que tem no VLS o seu ponto mais flagrante, mais visível e que merecerá a concentração das nossas atenções. Mas o programa espacial brasileiro é multidimensional e extremamente amplo.

No período do PPA 2004/2007, buscar-se-á ainda em caráter prioritário uma maior aproximação com a indústria aeroespacial bem como com as instituições nacionais de ensino e pesquisa, que serão estimuladas a desenvolver projetos de pesquisa e desenvolvimento na área espacial.

A cooperação internacional estará presente em muitas ações, constituindo alternativa essencial para a viabilização de algumas iniciativas de maior complexidade. Novas parcerias deverão ser consolidadas ao longo do próximo quadriênio, a exemplo do que são os recentes entendimentos mantidos, sobretudo, na área de atuação do Ministro da Ciência e Tecnologia com o governo ucraniano, que deverá implicar aportes tecnológicos importantes para o nosso programa.

As atividades espaciais a cargo do Comando da Aeronáutica são executadas pelas organizações subordinadas ao Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento e elo do Sinda e na condução dos programas dos veículos lançadores e foguetes de sondagem implementados pelo Centro Técnico Aeroespacial, CTA, e pela implantação de infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento de lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara e do Centro de Lançamento Barreira do Inferno.

Na área de desenvolvimento de foguetes de sondagem, destacam-se os foguetes da família Sonda. Esses já desenvolvidos e em desenvolvimento alcançaram um grau de desempenho e qualidade, tendo sido objeto de inúmeros lançamentos, em cooperação com instituições de pesquisas brasileiras e universidades e também com entidades estrangeiras, principalmente com a participação da Agência Espacial Alemã, DLR, que já adquiriu e lançou três foguetes brasileiros e já contratou mais dois, inclusive custeando o desenvolvimento de um reforçador propulsivo para aumentar o tempo dos experimentos em ambiente de microgravidade.

Há também documentos de intenção daquela instituição para a aquisição de mais nove foguetes para atender o programa de microgravidade da Agência Espacial Européia. Até a presente data, já foram lançados mais de 300 foguetes de sondagem, com diferentes cargas úteis experimentais, nacionais e estrangeiras.

O grande projeto de veículos lançadores é o VLS-1, nacionalmente conhecido, de pequeno porte,

constituído de quatro estágios de propulsão sólida. O desempenho esperado do VLS-1 permitirá a inserção de satélites com massas de 100 a 350 quilogramas em órbitas circulares de 250 a 1000 quilômetros de altitude.

O perfil de lançamento e colocação de satélite em órbita mostra a complexidade de um projeto dessa magnitude, em que são incorporados conhecimentos e tecnologias de ponta no seu desenvolvimento, como na área de estrutura, aerodinâmica, mecânica fina, materiais especiais, ligas metálicas, materiais compostos a base de fibras de kevlar, carbono/carbono, entre outros.

Estão presentes também as áreas de eletrônica, pirotecnia, telemetria para aquisição de dados e radar para recepção da trajetória do veículo em tempo real, e **software** embarcado.

Deve-se destacar que, durante o desenvolvimento do veículo, foram implantados no País vários laboratórios e instalações de ensaio para a sua qualificação. O destaque deve ser dado ao desenvolvimento de laminados de aço especiais, que alavancaram a capacitação nacional, permitindo inclusive a sua exportação. Outros benefícios também foram auferidos pelas indústrias do setor eletrônico e de software especializado, permitindo ganhar os mercados internacionais.

Merece ainda particular menção a implantação da única usina de fabricação e de carregamento de propulsores de grande porte existente no Hemisfério Sul. Essa instalação, denominada Usina Coronel Abner, é um complexo industrial pertencente ao CTA (Centro Técnico Aeroespacial). É uma unidade estratégica para o País, onde se processa o combustível dos foguetes de sondagem e do Veículo Lançador de Satélites.

Todos os foguetes são testados no CTA e depois transportados para os centros de lançamento pelas aeronaves de transporte da Força Aérea Brasileira. Tanto no Centro de Lançamento de Alcântara quanto no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno eles são integrados e lançados.

O Centro de Lançamento de Alcântara está operacional para o lançamento de foguetes de sondagem suborbital e para veículos lançadores para órbitas baixas.

Aliás, é nossa intenção fazer o lançamento do VS-40 ainda este ano para mostrar que o nosso projeto, a nossa intenção de dar seguimento ao Programa Espacial Brasileiro permanece firme.

Nas três campanhas do VLS-1 puderam ser comprovadas as instalações e equipamentos do Cen-

tro, que, apesar das dificuldades de pessoal, puderam desempenhar seu papel com pronta resposta.

O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno tem como missão o lançamento de foguetes de sondagem e atua como estação de rastreamento das trajetórias dos veículos nacionais e estrangeiros do programa francês Ariane.

Além dos benefícios para a indústria nacional e para a exportação, deve-se salientar o potencial dual das tecnologias, que tem beneficiado o emprego nas Forças Armadas brasileiras.

Apresento agora a situação atual das análises realizadas sobre as possíveis causas do acidente ocorrido com o terceiro protótipo do VLS-1.

Os trabalhos que estavam sendo realizados no momento do acidente eram de natureza não perigosa. Especialistas estavam realizando a integração e a montagem final de calhas do quarto estágio, ajustes de câmeras de vídeo na torre de umbilicais, pressurização de nitrogênio e óleos, ainda em baixa pressão, para os sistemas de tuberia móvel e separação de estágios e ajustes de desplugamento de conectores elétricos na parte superior do veículo.

Das imagens gravadas e da inspeção dos destroços do acidente, verificou-se que houve a ignição intempestiva de um dos motores do primeiro estágio do veículo, provavelmente ocasionado por uma corrente elétrica com amperagem suficiente para a ignição dos iniciadores de ignição dos propulsores.

As investigações estão sendo realizadas com um prazo de 30 dias e deverão ser, inclusive, realizados ensaios para simular as causas prováveis que terão levado ao acidente, uma vez que, até o momento, nenhum erro maior de operação das equipes foi detectado.

Deve-se acrescentar que, ao longo das várias décadas de atividades espaciais, o CTA sempre realizou centenas de ensaios de queima em banco de provas e também o lançamento de centenas de foguetes de sondagem e dos dois primeiros protótipos do VLS-1 sem nenhum acidente envolvendo pessoas.

O acidente ficou confinado a um raio de no máximo 40 metros, não trazendo danos às instalações e ao pessoal que estavam próximos à Torre Móvel de Integração. Deve-se ressaltar que esse acidente pode ser considerado como o pior dano que poderia ser esperado na falha de um veículo do porte do VLS-1 e que, nessas circunstâncias, os destroços ficaram confinados à área da plataforma de lançamento do CLA (Centro de Lançamento de Alcântara).

Após as análises que estão sendo efetuadas para se identificar as causas do acidente, provavelmente mudanças no sistema de segurança serão implementadas, além de outras ações de melhoria na operação da torre móvel de integração.

Espera-se que, no prazo máximo de três anos, o País esteja pronto para o lançamento do quarto protótipo de VLS. Ações para a consecução desse objetivo estão sendo realizadas em vários escalões do Governo, principalmente na reposição dos quadros de pessoal do CTA e do Centro de Lançamento de Alcântara, que, até hoje, não dispõe de quadro próprio de pessoal, e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno.

Além dos esforços na reposição e recomplementação dos quadros de pessoal para o Programa Espacial, estão sendo realizadas iniciativas, visando a inclusão de aporte financeiro no Plano Plurianual de Ação do Governo para a continuação dos programas constantes do Programa Nacional de Atividades Espaciais.

Além das ações mencionadas, deve-se refletir sobre o futuro do Programa Espacial, em que metas já definidas estão aguardando a aprovação de amplitude nacional para a realização dos próximos programas voltados para o desenvolvimento de novos satélites e veículos de maior porte, em que haverá uma maior participação do segmento industrial, das instituições de pesquisa, das universidades brasileiras e de cooperação internacional.

Reitero a decisão do Governo brasileiro de perseverar na condução do nosso Programa Espacial, cujo objetivo é fomentar e assegurar a autonomia do Brasil nessa área de desenvolvimento científico e tecnológico, de inegável importância estratégica e de considerável importância comercial no futuro. Isso nós faremos, sempre conjugando esforços com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com os nossos órgãos dependentes, sob orientação segura e absolutamente clara do Presidente da República, no sentido de perseverar, de manter o Programa nos seus eixos e de aprender com a análise das causas dos acidentes.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Gostaria de assinalar que estão presentes o Diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Pedro Bandini, o Brigadeiro-do-Ar Marco Antonio Couto do Nascimento – que já se encontra aqui, o Vice-Diretor do Centro-Técnico Aeroespacial, o Coronel Antonio

Carlos Cerri, Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara e, também, os Engenheiros do Centro Técnico Aeroespacial, o Dr. Mauro Melo Dolinsky, o Dr. Adriano Gonçalves e o Dr. Luís Roberto Del Mónico.

Passamos a palavra, agora, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, o Dr. Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Ilustre Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão e desta reunião, Srs. Senadores, colega Ministro José Viegas, minhas senhoras e meus senhores, início como encerrou o Embaixador e Ministro José Viegas.

Logo após ter sido informado do acidente, o Presidente da República anunciou a decisão de Governo e de Estado de prosseguir no Programa, e de forma diferenciada em seu Governo. Como testemunho de sua decisão, o anúncio público, reiterado aqui pelo Ministro da Defesa, de lançamento do quarto protótipo do VLS ainda no seu mandato.

A partir dessa decisão nós nos conduzimos, trabalhamos, articulamo-nos.

O programa espacial brasileiro é desenvolvido de mãos dadas pelo Ministério da Defesa e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio da Agência Espacial Brasileira e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que dá a grande contribuição na fabricação de satélites.

Se pudéssemos fazer uma divisão, o CTA opera o Centro de Lançamentos e o Programa Veículo Lançador; nós trabalhamos na estratégia de recursos; e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, no planejamento, no projeto e na execução dos satélites. Estou ressaltando essa composição para manifestar aos Srs. Senadores a importância do nosso programa e a sua abrangência, que vai além do esforço, já assim justificado, de termos um veículo lançador.

Hoje, o controle espacial é um privilégio de um clube quase fechado, que impõe dificuldades para permitir o ingresso de novos sócios. Esse clube é constituído pelos Estados Unidos, pela Rússia, pela França, por Israel, pela Índia e pela China. Índia e China, que começaram seu esforço mais ou menos **pari passu** com o Brasil, hoje estão bastante distanciados de nós.

O nosso programa tem uma particularidade que, por exemplo, não tem a Ucrânia, que está inumeráveis vezes à nossa frente relativamente aos veículos lançadores. Nós podemos ter – se houver empenho, porque arte já temos – o ciclo fechado. Temos o centro de lançamento, sabidamente o de melhor localização, que significa a entrada de órbita imediata, do que resulta uma economia de combustível ou au-

mento de carga em torno de 30%. Em termos de localização, não há como competir com a nossa base. Além disso, temos o programa de satélites, em que estamos avançando, e estamos concluindo o que eu chamaria de sua segunda fase, com o acordo que reputamos muito frutuoso com a China – um programa de Cibers. E estamos, progressivamente, aumentando a nossa autonomia tecnológica. Por fim, mas não menos importante, temos o foco das atenções de hoje: o veículo lançador.

Para que V. Ex^a tenha uma idéia da importância desse programa para a tecnologia brasileira, para a ciência brasileira, para a indústria brasileira, citarei, mais tarde, um dado desta semana.

Uma das funções dos satélites que lançamos é a de rastreamento e monitoramento terrestre. Esses são os chamados satélites imagiadores, os quais nos permitem, entre outras coisas, acompanhar o que se passa no meio ambiente, fazer pesquisas meteorológicas, fazer o acompanhamento e a vigilância das fronteiras e do nosso litoral, favorecer o sistema de comunicações, a segurança da aviação brasileira e o uso do solo e, inclusive, vigiar o desmatamento da Amazônia.

O desmatamento é acompanhado pelo INPE, mediante fotografias diárias e permanentes, que são computadas e analisadas anualmente. Isso permite ao Governo brasileiro e à sociedade acompanhar o que lá acontece. Além de antecipar e passar informações sobre queimadas, pode haver o acompanhamento rigoroso, científico, do andamento de qualquer agressão à Amazônia, ao meio ambiente, e do avanço do desmatamento.

Isso é feito por meio de dois satélites, o Landsat, americano, e o Cibers, que é um satélite sinobrasileiro. O Landsat pifou, e a vigência do Cibers esgotou. Ele já não tem condições de emitir imagens, o que significa que, hoje, não temos imagens da Amazônia.

Qual é a alternativa? A alternativa – já tomamos a iniciativa – é negociar com o satélite francês. Estamos negociando, neste momento, na França, o aluguel de imagens desse satélite, até que, com o lançamento do Cibers 2, voltemos a ter a nossa própria imagem. Até lá, teremos de usar as imagens do satélite francês, o que significa para o nosso País, além da dependência, o dispêndio de algo como R\$3 milhões por dois meses.

Para V. Ex^{as} terem idéia da importância da nossa plataforma e do nosso veículo, o lançamento de um satélite com o peso de um dos nossos satélites pequenos, como o SCD 1 e o SCD 2, custa, hoje, cerca de US\$20 milhões, o que significa o preço de dois

VLS. Além da importância estratégica, ele tem uma indeclinável importância econômica. Não é despesa; é investimento.

Falei sobre Cibers, sobre o Programa de Cooperação Brasil-China. As duas equipes já concluíram o Cibers 2, que deverá ser lançado entre final de setembro e início de outubro. Será lançado no interior da China, a partir de uma base chinesa, e confiamos no sucesso do lançamento. O satélite já passou por todos os testes e já está montado. Esperamos partir para o Cibers 2.

Na área da cooperação internacional, já temos acordos com a Argentina, a China, os Estados Unidos, a França, a Rússia, a Agência Espacial Europeia, e estamos em negociações preliminares com Israel e África do Sul.

Destaco o nosso acordo com a Ucrânia, cujo Protocolo de Salvaguardas se encontra no Senado da República, já foi aprovado pela Câmara e vai nos assegurar, além de recursos com o aluguel de um sítio da nossa base para o lançamento dos foguetes ucranianos, a transferência de tecnologia. Essa é uma informação que não chega a ser reservada, mas cuja divulgação não nos interessa; não interessa ao nosso País excesso de divulgação em torno disso. Por que nos assegurará isso? Porque o foguete a ser lançado no Brasil, o Ciclone, tem três estágios. Vamos alterar, em comum, o quarto estágio. Será feita uma alteração da qual participarão técnicos brasileiros, o que significará transferência de tecnologia.

A conveniência disso é uma questão para discutirmos, mais à frente, com o Ministério da Defesa. Isso já começa a responder a uma das nossas grandes inquietações: como suprir o insuprível, que foi a perda dos recursos humanos. Uma das alternativas que podemos utilizar em curto prazo é a vinda de técnicos ucranianos, por causa da desativação de parte do seu programa, para colaborar conosco.

Eu gostaria de fazer uma rápida referência a um aspecto do programa que é muito caro ao Ministério da Ciência e Tecnologia: seu efeito multiplicador sobre a indústria, a ciência, a tecnologia e a inovação brasileiras e, se quiserem, sobre a geração de empregos, seja na formulação do programa, seja nos estudos, seja na pesquisa, seja nas encomendas que são feitas ao parque industrial brasileiro, num nível que, no que depender do Governo brasileiro, deverá crescer progressivamente, sem falar dos benefícios que já foram incorporados pelas pesquisas que se fizeram necessárias para a produção dos três protótipos, dos benefícios que já foram incorporados pela indústria e pelo conhecimento brasileiro.

Os benefícios econômicos diretos dessas atividades decorrem da exploração comercial de produtos e serviços de alto valor agregado. Essa característica faz com que a exportação e a substituição de importações possam vir a contribuir de forma importante para o equilíbrio da balança comercial.

Cálculos da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil indicam, por exemplo, que o valor agregado, em reais, por quilograma do produto final, seria, para o setor agrícola, de R\$0,30; para a indústria automobilística, R\$10,00; para a indústria eletrônica, R\$100,00; para a produção de aviões, R\$1 mil; para satélites, R\$50 mil. Vai-se de R\$0,30 para R\$50 mil.

Há uma crescente demanda pelas aplicações espaciais provenientes de vários setores públicos e privados na área de telecomunicações, da agricultura, da energia, de recursos minerais, de meio ambiente, de meteorologia e de segurança.

Apesar de todas as nossas dificuldades, que têm raiz em questões estruturais e de recursos, ainda dispomos de um contingente expressivo de pessoal extremamente qualificado nas instituições do sistema.

As universidades são uma reserva de potencial de pesquisa e de desenvolvimento, o que ainda é muito pouco explorado para o avanço do programa. A universidade pode contribuir, e podemos contribuir com a universidade, aportando recursos para pesquisas dirigidas.

Várias tecnologias sensíveis e não disponíveis para transferência – e quase todas não são transferíveis – estão hoje dominadas no Brasil em institutos de pesquisa, universidades, indústrias, provando que é possível solucionar problemas complexos.

Já me referi a boas perspectivas de cooperação internacional, como a bem-sucedida colaboração com a China no projeto de construção da série de satélites Cibers e o promissor acordo com a Ucrânia no uso do Centro de Lançamento.

Há uma grande disposição do setor industrial brasileiro no sentido de se envolver ainda mais com o programa espacial. Estamos iniciando um novo Governo, que é capaz de inverter prioridades e de decidir apoiar definitivamente o desenvolvimento industrial.

Farei referência a alguns dos frutos que já podemos colher do programa espacial brasileiro. Refiro-me a tecnologias e a produtos de alto valor agregado: aços ultra-resistentes que são empregados, por exemplo, em trens de pouso dos aviões da Boeing, além de aplicações pelas indústrias Vilarés, Acesita e Usiminas; tubos de costura sem ligas de alumínio de alta resistência usados em guias de válvula de moto-

res de automóveis; laminados de aço de alta resistência usados pela indústria Acesita em várias aplicações; perclorato de amônio e perclorato de sódio de larga aplicação na indústria química; polibutadieno líquido reativo usado na fabricação de adesivos e borrachas; proteções térmicas elásticas de larga aplicação industrial; sistemas de instrumentação e controle; processos modernos de soldagem usados na indústria Confab; tratamento térmico de peças de grandes dimensões; estruturas de fios de bobina em uso pela Petrobras na fabricação de itens para extração de petróleo em águas profundas; pinos e bastões ortopédicos utilizados na Medicina e que são derivados das estruturas de carbono-carbono; técnicas para a produção de cascas finas e estruturais calculadas por elementos finos, o que permitiu a nacionalização total de ventiladores industriais, que, até 1985, eram totalmente importados; capacidade de pessoal absorvido pela indústria nacional e desenvolvimento de materiais cerâmicos e de titânio.

Falemos da parte mais difícil: custos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E o acidente de que V. Ex^a falou.

O SR. ROBERTO AMARAL – O acidente, não tenho como resolvê-lo. Mas, se eu tiver os custos, evitarei outros.

O novo VLS, um projeto de dois anos, custará 56 milhões, e uma nova plataforma, 30 milhões em dois anos. Para levarmos avante o acordo com a Ucrânia, precisaremos de 50 milhões em quatro anos. Isso significará encomendas à indústria nacional, acumulação tecnológica, geração de empregos.

Para tornar a retomada do programa espacial com o mínimo de risco e máximo de oportunidade e sucesso, são necessárias as seguintes ações:

- 1) atender a demanda de recursos, no valor de 188 milhões;
- 2) abrir concurso imediatamente para recompor os quadros das instituições do sistema;
- 3) dar continuidade aos programas de cooperação internacional com a China na produção do satélite Cibers;
- 4) implementar o acordo com a Ucrânia para exploração comercial de Alcântara e o desenvolvimento cooperativo de veículos lançadores;
- 5) estimular a cooperação com as universidades, aumentando a capacidade de produção científica e tecnológica do programa;
- 6) ampliar o volume e o leque de encomendas ao setor industrial, inclusive a maior participação na construção do VLS 1;

7) iniciar imediatamente revisão detalhada do Programa de Desenvolvimento de Veículos Espaciais, com uma reavaliação cuidadosa dos vários sistemas que compõem os veículos, bem como das possíveis arquiteturas;

8) terminar, o mais rapidamente possível, a infra-estrutura geral do centro de lançamento de Alcântara, que permite a implantação de outros sítios para outros lançadores;

9) providenciar a conclusão do assentamento das famílias deslocadas para outros sítios de Alcântara e a solução, a mais rápida possível, das questões fundiárias;

10) proceder à revisão da estrutura organizacional do sistema de atividades espaciais, de modo que sejam evitadas situações de dupla inserção institucional;

11) implementar projetos de implantação de uma nova carreira para a área espacial, com salários mais competitivos e critérios de seleção e promoção mais adequados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Ministro Roberto Amaral.

Assinalo a presença do Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento da Agência Espacial Brasileira, o Brigadeiro Daniel Borges; do Diretor de Política Espacial e Investimento da Agência Espacial Brasileira, Dr. Lauro Fortes; do Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração da Agência Espacial Brasileira, Dr. Antônio MacDowell; e do Assessor de Cooperação Internacional da AEB, Embaixador Carlos Campelo.

Estão inscritos os autores dos requerimentos, os Senadores Gerson Camata, Hélio Costa, João Capiberibe e Pedro Simon e a Senadora Roseana Sarney, que, inclusive, é autora do parecer sobre o acordo do Brasil com a Ucrânia, ao qual se referiram os Ministros. O Major-Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro, Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, ainda fará, antes das arguições, breve exposição sobre as causas do acidente.

Concedo a palavra ao Major-Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – Bom-dia a todos!

No Centro Técnico Aeroespacial (CTA), existem atividades aeronáuticas de defesa espacial. Todo armamento da Aeronáutica, usado pela Força Aérea Brasileira, é desenvolvido num setor específico, em que se lida com explosivos, propelentes, pirotécnicos.

Há, inclusive, fábrica de explosivos dentro do CTA. Esses conhecimentos foram adquiridos no mesmo tempo, não só na área de defesa, como na área espacial, em que especialistas trabalham em conjunto, diuturnamente lidando com esses itens sensíveis.

O Veículo Lançador de Satélites (VLS), como os senhores conhecem – apresentamos algumas figuras, algumas gravuras – , possui quatro estágios. Está funcionando não só toda a parte de engenharia mecânica, aerodinâmica e propulsão, mas também uma parte importantíssima, em que teremos mais foco, que são as redes elétricas de funcionamento, redes elétricas de controle, redes de serviços e redes pirotécnicas.

Em nossa rede de pirotecnia, há cerca de 240 pirotécnicos que atuam durante o voo. Eles são exaustivamente testados antes do voo, justamente para que não haja uma falha, porque uma falha de um pirotécnico faz com que o veículo seja perdido. Então, na preparação do VLS, como demonstramos, nós o transportamos por uma aeronave, normalmente C-130. São mais de dez voos, que chamamos “pernas de transporte”, levando para Alcântara todo esse equipamento e também os especialistas – técnicos e engenheiros que lá trabalham.

Uma operação como essa do VLS, normalmente, dura 60 dias. Havíamos embarcado com as pessoas no dia 1º de julho. O acidente ocorreu no dia 22 de agosto.

Então, esse veículo é totalmente integrado em Alcântara, como já estava, e é totalmente ensaiado antes do voo. Houve duas contagens de treinamento, que chamamos de “cronologia de lançamento”, em que guarnecemos – este é o termo técnico – às dez horas da noite, e o lançamento era previsto para uma janela que começava às 9 horas e 56 minutos e terminava às 13 horas. Esse foi o período que as equipes do satélite nos deram, para que o satélite realmente entrasse em órbita com o posicionamento do sol, para que as baterias pudessem já entrar funcionando.

É bom salientar que, quando esse veículo está pronto, seus sistemas já estão todos integrados. A malha pirotécnica da parte superior do quarto estágio, do terceiro e do segundo já estava montada havia mais de um mês. Esse é um procedimento normal, utilizado no mundo, nas escolas francesa e americana. Então, são concepções de engenharia conhecidas e utilizadas.

Fizemos esses treinamentos. Permanecemos praticamente doze horas preparando o veículo, e é bom frisar que energizamos o veículo durante todo esse treinamento. Podemos depois colocar à disposi-

ção dados de cronologia, em que vemos testes. Inclusive, é testada, logicamente fora da posição, o acendimento dos iniciadores. Colocamos dispositivos em que vemos que a corrente elétrica chegou àquela posição onde estariam os iniciadores. Fizemos isso durante duas simulações e consideramos que estávamos devidamente treinados no procedimento.

Em uma operação desse tipo, estão presentes todas as equipes de segurança, como aeronaves que fazem o esclarecimento marítimo. Fomos até perguntados sobre o porquê da existência de tantas aeronaves na área. Temos que fazer o esclarecimento da parte marítima com a Marinha. Temos aeronaves de patrulha, que fazem o esclarecimento dos pontos de impacto do primeiro, do segundo e do terceiro estágios. Tínhamos aeronaves em São Luís, Fortaleza e Natal, para que, durante esse treinamento e o lançamento, decolassem para ver quais os alvos estavam na região: se um ou dois navios. Dependendo do número de alvos, entramos em um cálculo probabilístico e liberamos ou não o lançamento.

Fazemos também todo o monitoramento da meteorologia, lançamos balões, fazemos todas as checagens. Há também os perfis de vento em altitude, para verificar se tudo está seguro e pronto.

Há um setor de segurança de voo, que é isolado e a que, durante o lançamento, ninguém tem acesso. São dois engenheiros de segurança de voo que ficam com acionamentos independentes, e o veículo é destruído, caso haja uma manobra irregular, se ele vai para uma outra trajetória. Há computadores e dispositivos gráficos duplicados, para que, recebendo os dados do radar, possa-se visualizar onde está o veículo naquele momento do voo. Se ele estiver com comportamento irregular, saindo da faixa de segurança, esses dois engenheiros decidem pela destruição. Não há só um engenheiro encarregado da destruição, mas, sim, dois, que deverão apertar o botão.

Tudo isso foi treinado, tudo isso foi devidamente checado. E chegamos à conclusão, em um **debriefing**, na véspera do acidente, que estávamos prontos para o lançamento. Todas as equipes estavam treinadas e haviam feito as operações de preparação do veículo.

Decidimos ir para o voo. Temos três dias de preparação do veículo. É lógico que, na simulada, não fazemos ligação direta, não pressurizamos ao máximo os sistemas de fluido hidráulico que irão fazer os movimentos das tuberias para a guiagem do veículo até colocar o satélite em órbita. Nesses três dias, faríamos a preparação final do veículo e estaríamos entrando em uma cronologia de lançamento no domingo

à noite. Teríamos de dez da noite até dez da manhã do dia seguinte, que seria o primeiro H0, às 9h56min.

Na primeira atividade desses primeiros três dias, no primeiro dia, pela parte da manhã, o pessoal da pirotecnia – que já havia instalado, há um mês, os pirotécnicos e a linha de comandamento da parte superior – foi à plataforma e instalou os iniciadores de dois motores.

Assim, ficaram dois motores preparados e dois ainda a preparar. Eles foram almoçar. Na volta do almoço, as equipes que estavam programadas para fazer operações não perigosas foram autorizadas a entrar na plataforma, e a equipe de pirotecnia ficou retida na casa de apoio, que é uma casa – é possível ver pelas fotos – que fica a cinquenta metros atrás da plataforma.

Eles, que são os que fazem as operações perigosas, não tiveram permissão para entrar. Estavam fazendo operações de fixação de calhas e manutenção em conectores, pressurizando com pressão baixa os sistemas de fluidos para as tuberias móveis. A equipe de vídeo e foto, que tem três operadores, estava na torre de umbilicais ajustando uma câmera, em que vemos a saída do veículo em alta velocidade, para ver como é o comportamento do desplugamento. São vários fios, inclusive o do sistema de refrigeração, que se devem desplugar antes de o veículo sair, para não modificar sua trajetória. Estavam ali também os três, fazendo a operação simplesmente de ajuste.

Naquele momento, realmente, os 21 operadores estavam na plataforma, e havia dois operadores na parte de baixo da plataforma, onde estão os sistemas de pressurização. O veículo estava preparando, com corrente elétrica, somente o sistema de pressurização que essas equipes realizavam no momento, ou seja, essa operação de baixa pressão. Nesse momento, houve a ignição intempestiva de um motor do primeiro estágio, um dos que já estava com o ignitor.

Como o sistema é ligado? Ele vem do sistema dos quatro motores – no caso, só havia dois –, eletricamente conectados, para a torre de umbilicais, que possui uma proteção eletrônica semelhante a um aterramento, a fim de que não haja a iniciação. E, de lá, também há a linha de fogo, que vai para a casamata, que também possui uma proteção de aterramento, para evitar os acendimentos.

Em todos os lançamentos de sonda, nos próprios dois VLS, os procedimentos eram corriqueiros.

Surgiu uma corrente elétrica, que iniciou um motor. Assim, nasce a nossa investigação. Por que não iniciaram os dois simultaneamente? Por que iniciou

somente um? De onde surgiu a corrente, se o sistema não estava energizado para a linha de umbilicais? Onde havia energia? A torre possui energia, porque possui compartimentos que se abrem e se fecham para trabalhos; ela se afasta com um sistema de motor. Há uma torre de 270 toneladas e 32 metros de altura, mas há um sistema elétrico que afasta a torre na hora do lançamento, para que o veículo esteja livre de obstáculos. Então, surgiu essa corrente.

Faz parte da nossa comissão o Brigadeiro Marco Antônio Couto, Vice-Diretor do CTA. Ele é formado em Engenharia pelo ITA, tem doutorado também pelo ITA e, apesar de não ter pertencido à área espacial, tem todos os conhecimentos para conduzir a investigação. Há também especialistas diretamente do IAE, aqueles que estavam no momento. Inclusive, estão aqui o Engenheiro Mauro, o Engenheiro Del Monaco e o Engenheiro Adriano. O Engenheiro Adriano, inclusive, era o responsável pelas integrações do veículo, o responsável pelas operações de serviços de preparação. A equipe de pirotecnia também faz parte da comissão.

Portanto, a comissão é composta de especialistas que realmente conhecem o programa espacial.

Deixamos na Portaria uma abertura, para que o Presidente da Comissão, o Brigadeiro Couto, possa chamar para esta Comissão tantos especialistas quanto forem necessários. É lógico que a nossa preocupação é a de que haja especialistas e acompanhantes com a responsabilidade do conhecimento dos sistemas, para que possamos ter ajuda no sentido de que a investigação seja concluída, para que não haja outros derivativos que não a análise do acidente.

A comissão tem um prazo de 30 dias. Estou preocupado, porque já decorreram 15 dias do acidente. Os especialistas estão aqui. Devemos ter tempo disponível também para prestar esses depoimentos, para mostrar como era a situação naquele momento, mas a minha preocupação é a de que essas pessoas possam continuar fazendo a investigação.

Já liberei o Brigadeiro Couto, que é o meu Vice-Diretor, das atividades administrativas. Assumi parte da situação, pois há outras responsabilidades, como a homologação de aeronaves do CTA. O Embraer 170 deve ser homologado até novembro. Essa é uma atribuição do CTA. Deve haver esse acompanhamento. Ou seja, os mísseis deverão ser lançados agora, como o Piranha, que está saindo da indústria.

Disse isso apenas para mostrar que temos várias atividades e não estamos desprezando a importância dessa investigação. Inclusive, no momento do

acidente, o Diretor-Geral do Deped, Brigadeiro Bambini, estava conosco. Então, delineamos uma Comissão de Investigação e, primeiramente, colocamos o Coronel Cerri, que é o Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço, para realizar as primeiras diligências. O Coronel Cerri fez um excelente trabalho, acompanhando os representantes do IML e os bombeiros na localização dos corpos. Foram dois dias nessa tarefa. Ele se deslocou para o IML e lá permaneceu o tempo todo, pois a nossa preocupação era com os familiares, que estavam angustiados, querendo receber os corpos. Levamos médicos de São José para auxiliar, além de todo o material disponível para fazer a avaliação e a identificação. No início da investigação, ele foi o responsável, inclusive na primeira fase de levantamento e observação do ocorrido. Foram 14 especialistas que lá estavam, e mandamos outros pesquisadores, pois havia 110 civis no CTA na operação.

Foi criado também um Inquérito Policial Militar, que está sendo conduzido pelo Brigadeiro Monteiro, que conta com a participação da Polícia Federal. Inclusive, a Polícia Federal já esteve no local e fez as devidas análises, com todas as especificações e especialidades a que este órgão está acostumado a realizar, para que possa haver um acompanhamento o mais amplo e claro possível acerca do acidente.

Portanto, o Brigadeiro Couto está à frente desta Comissão de Investigação. Amanhã, estaremos recebendo seis especialistas russos, que já vivenciaram outros acidentes em seu país. Inclusive, um deles relata, no seu currículo, que já participou de mais ou menos 200 investigações de acidentes na Rússia. Entendemos que teremos uma grande ajuda desses especialistas. E, como falamos, o Brigadeiro Couto poderá receber tantos especialistas quantos forem necessários para acompanhar os trabalhos.

Hoje, há esse Inquérito Policial Militar, que vai acompanhar procedimentos administrativos com a Polícia Federal, até como algo independente, e a nossa Comissão de Investigação, com o Brigadeiro Couto. Essa é a nossa preocupação.

Utilizando-me das palavras do Engenheiro Adriano, ontem, ao fazer uma gravação para a **TV Senado**, devo dizer que quem está mais interessado em saber o que aconteceu são eles, os civis que estão no Programa e que estão vivos, porque eles terão que lançar os próximos veículos. Eles estão querendo saber o que aconteceu, para que esse erro não se repita, para que possamos realmente integrar o novo veículo. Eles, novamente, vão apertar parafusos, colocar ignitor, fazer a ligação elétrica. Portanto, eles não querem, não podem e não devem querer ir para um novo lançamen-

to sem saber o que aconteceu. Então, os mais interessados, realmente, são esses especialistas que estão lá. No futuro, serão eles que lá estarão, de novo, na torre, colocando suas vidas em perigo.

Creio que completei a informação. Estou à disposição para prestar outros esclarecimentos. Lamento que tenha havido esse trágico acidente num programa em que tínhamos muitas esperanças. Nossas equipes estavam muito confiantes. Tínhamos plena certeza de sucesso, mas, lamentavelmente, houve essa infelicidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Major Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro. Passamos agora à fase de arguição.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. membros do Programa Espacial Brasileiro, gostaria de dizer que, quando elaborei o requerimento, eu observava, pela imprensa, que parecia que a investigação seria secreta, que as pessoas não teriam conhecimento, que haveria muito sigilo em volta. O objetivo do meu requerimento praticamente se esvaiu hoje pelas informações que recebemos, revelando o interesse da maior abertura possível, para que todos tenham conhecimento do que ocorreu.

Em segundo lugar, perfilo-me entre os brasileiros que acreditam que o Programa Espacial Brasileiro é essencial. Um país do tamanho do Brasil não pode deixar de ter um programa espacial. Basta dizer que a China e a Índia, países que estão no nosso nível, “fizeram das tripas coração” – usando uma expressão popular – para entrar nesse clube tão fechado. E o Brasil não vai adiante.

Os Ministro Roberto Amaral e José Viegas disseram muito bem da enorme utilidade desses satélites, na comunicação, no sensoriamento, tanto que estamos alugando um satélite francês para o essencial monitoramento ecológico da região amazônica, o que não pode deixar de ocorrer, com comunicações, inclusive. O Ministro Roberto Amaral falou também do desenvolvimento alcançado em outras áreas advindo do programa espacial, no que diz respeito à qualidade de metais, à melhoria da qualidade de produtos para a agricultura, para a tecnologia, para a área automobilística.

Às vezes, as pessoas criticam o gasto do programa espacial. Recordo-me sempre de uma frase do Presidente Kennedy, que disse que os americanos seriam capazes, em dez anos, de colocar um homem

na lua e trazê-lo em segurança. Naquela ocasião, houve críticas violentas nos Estados Unidos. E o Presidente Kennedy disse que não jogaria US\$10 bilhões – que era o custo do programa na época – na lua, mas que gastariam US\$10 bilhões criando emprego e tecnologia, desenvolvendo e progredindo.

Da mesma forma, o Programa Espacial Brasileiro não jogará os pouco mais de R\$100 milhões no espaço em notas de reais. Investiremos aqui e criaremos tecnologia e empregos aqui.

Tenho certeza de que doeu muito mais em V. S^{as} a perda do que em nós. Todos nós perdemos. Se hoje tivéssemos o nosso satélite, estaríamos orgulhosos. Perdemos o satélite e as vidas.

Esvaiu-se o objetivo do meu requerimento, mas pergunto ao Ministro Roberto Amaral: um novo lançamento em dois anos reabilita o programa?

Pergunto ao ilustre Ministro José Viegas Filho: hoje, quantos satélites o Brasil tem em órbita, incluindo os lançados por outros países e os alugados? Quais os objetivos desses satélites?

Pergunto ao Brigadeiro Tiago Ribeiro: os russos vêm aqui porque a Rússia já tinha fornecido combustível ou algum equipamento ou só pela experiência deles? O projeto produziu integralmente as plantas e os desenhos industriais de toda a base de lançamento, de forma a permitir a sua reconstrução, sem que se tenha que começar do zero? Isso permaneceu ou foi destruído junto?

Há outro assunto que me interessa sempre e que agora foi esclarecido: o objetivo comercial do projeto. Não estamos lançando satélite apenas para dizer que o Brasil está no clube dos países que lançam satélites. O Ministro da Defesa disse bem: o Brasil está vendendo satélites e tecnologia. E isso é bom. Como Senador, eu não sabia disso. E acredito que a maioria dos brasileiros também não tinha conhecimento disso.

Tenho uma sugestão quanto a um assunto que interessa muito à agricultura. Os plantadores de maçã do sul do Brasil estão comprando foguetes russos para lançar nitrato para evitar geadas nas plantações de maçã. Esses foguetes russos são muito bons também para provocar chuva em períodos de seca. A nossa tecnologia espacial já poderia, comercialmente, começar a produzir esses foguetes, que são muito importantes no desenvolvimento de uma agricultura mais refinada em várias regiões do País, talvez com o barateamento da produção desses foguetes de nitrato.

Por fim, tenho uma sugestão: tirar esse nome de Barreira do Inferno. Esse nome não é próprio para

algo tão avançado. Deveria ter o nome de Barreira do Céu, pois Barreira do Inferno não combina com esse programa.

Muito obrigado.

Meus cumprimentos e meus sentimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos ver se conseguimos transformar o lugar chamado de Barreira do Inferno... No Rio Grande do Norte, é que tem esse nome? (Pausa.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Então, desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – São dois lugares diferentes.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – São diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em Alcântara, não é chamado de Barreira do Inferno? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Hoje, temos cinco satélites e estamos para lançar o sexto. Temos dois coletores de dados, que colecionam dados de cerca de seiscentas plataformas terrestres espalhadas no País. Temos um Cibers de imagens – e vamos lançar o segundo – e dois de telecomunicações. A nossa avaliação é a de que precisamos, no mínimo, de dois anos e, no máximo, de três anos. Portanto, é prudencial afirmar que ele pode ser lançado no Governo do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador Gerson Camata. Fico muito feliz em ouvir as palavras de estímulo e de convicção com que V. Ex^a se refere ao prosseguimento do nosso programa espacial, reconhecendo a transparência com que temos procurado trabalhar na averiguação de acidentes.

V. Ex^a me dirigiu uma pergunta referente ao número de satélites, que acaba de ser respondida – graças a Deus, porque eu não sabia – pelo Ministro Roberto Amaral. Estou às suas ordens, mas tenho a impressão de que talvez deveríamos perguntar ao Brigadeiro Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Major-Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – Qual a pergunta que tenho de responder?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sobre os russos. A Rússia fornecia algum tipo de combustível? Ou os técnicos russos foram chamados apenas pela sua experiência com acidentes?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador Gerson Camata, vou responder porque quem vivenciou isso e quem tomou essas primeiras providências fui eu. Eu estava fazendo uma visita à Rússia. Eu tinha acabado de chegar a Moscou – eram 20h30min, com uma defasagem de sete horas em relação ao Brasil –, e soubemos do acidente ocorrido no Brasil imediatamente.

Nessa oportunidade, conversei com nosso Ministro José Viegas e informei a S. Ex^a que, no dia seguinte, eu estaria com o Comandante da Força Aérea Russa e que talvez fosse interessante abordarmos a possibilidade de a Agência Espacial nos atender, visto que, como já sabíamos, aquela Agência já fez uma série de investigações a respeito de acidentes.

Para mim, na Rússia, eram 21h e, para o Ministro, eram 14h, no Brasil. S. Ex^a falou que ia pensar; passou a noite toda pensando. No outro dia, tivemos o contato com o Comandante da Força Aérea, e a aprovação dele nos levou a fazer essa consulta. Estávamos com o Embaixador do Brasil na Rússia e estimamos que, para essa consulta, a resposta viria em três ou quatro dias. A resposta foi imediata. Em vinte minutos, eu já estava em contato, pessoalmente, com o diretor da Agência Espacial Russa.

A Agência Espacial Russa tem colaborado conosco, tem-nos ajudado bastante em várias dificuldades, auxiliando-nos em queima de etapas. Talvez não fosse interessante dizer em que etapas nos tem ajudado.

Dessa maneira, houve uma resposta mais imediata ainda, porque isso somente dependia de um documento que o nosso Embaixador na Rússia – isso ocorreu em um sábado – emitiu no domingo e que foi entregue na segunda-feira. Na terça-feira, já havia a aprovação do pessoal que viria aqui; na quarta-feira, já havia os nomes.

Isso facilitou muito. Havia o interesse. Nesse relacionamento, soubemos, por exemplo, que, na década de 70, houve um acidente na Rússia de que até não tínhamos conhecimento. Foi um acidente semelhante a esse. Houve a perda de cem vidas nesse acidente, que foi a explosão de um segundo estágio de um foguete deles, infelizmente. Mas a competência acumulada pode nos ajudar muito nesse setor.

Outra coisa que, talvez, seja importante frisar é que, desde o primeiro momento, na hora em que soubemos do acidente, não houve qualquer intenção de fechar a investigação. O único problema era que – já fui da área da Comunicação Social e sei que a imprensa busca informação, que é a sua matéria-prima, o seu meio de sobrevivência, o seu meio de trabalho

e a sua ferramenta – nós, que não conseguíamos nem chegar perto, porque a temperatura estava muito elevada, não podíamos abrir a área, para que todos os companheiros da imprensa pudessem ter conhecimento do ocorrido e tirar fotografias. Estávamos estarecidos. Foi uma surpresa para todos nós.

Então, naquele momento, vedou-se a aproximação da imprensa justamente para preservar, em primeiro lugar, as pistas. Faz parte da investigação a manutenção do **status quo**, do ambiente em que ocorreu o fato. Mas, imediatamente, fizemos uma nota no Comando da Aeronáutica, informando do acidente e das possibilidades de morte. Ainda não sabíamos se havia algum ferido. Infelizmente, não houve feridos. Todos os atingidos o foram de maneira fatal.

Assim, desde o primeiro momento, o Ministro José Viegas disse que iríamos abrir a investigação – e veja V. Ex^a a intenção –, convidando um estrangeiro que tivesse experiência para tomar conhecimento do acontecido e nos ajudar. O Ministro disse que iríamos chamar pessoas de alto gabarito e conhecimento que pudessem nos ajudar. Aceitamos qualquer auxílio, desde que este venha a elucidar esse problema.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Desculpe-me. Já pensaram em sabotagem?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Essa, dentro da nossa verificação no momento, é a última hipótese. Isso não está colocado de lado, mas essa é a última hipótese, porque tudo indica que foi realmente um acidente. Seria um incidente, mas foi um acidente, infelizmente.

Quanto ao problema dos foguetes, que são aqueles detectores de destruição de núcleos, que impedem as colheitas de serem... Falo, principalmente, das colheitas de maçã, que estamos importando da Rússia. Essa é uma questão de economia de escala. Temos vendido, mas não podemos anunciar isso, porque essa área é de uma competição tremenda. Quando abrimos algumas informações, imediatamente somos suplantados, porque, muitas vezes, fazendo um preço na forma de **dumping**, perdemos o mercado.

V. Ex^a tem visto a luta na área da aviação que a Embraer tem tido. Os segredos são comerciais. Temos vendido foguetes e mini-foguetes. Porém, não devemos divulgar, a não ser aos setores interessados, que nos procuram. E isso deve ser feito muito sigilosamente. Normalmente, temos um trato de zelo pelo conhecimento e pela informação. Assim, ninguém divulga ninguém, porque quando vendemos mais barato, não o fazemos na forma de **dumping**, o Estado não está pagando para fornecer, mas sim há o custo real, o BDI

com lucro real. O que queremos é que não haja concorrentes que procurem nos suplantar.

V. Ex^a sabe que o sucesso desse veículo, por exemplo, causará uma nova concorrência. Seremos mais um concorrente no mercado, de modo que ficamos às vezes preocupados com essas ingerências externas.

Mas uma coisa posso garantir a V. Ex^a: procuramos, desde o começo, quando o Ministro José Viegas assumiu, cercar esse projeto da maior segurança. E o Brigadeiro Ribeiro, que acompanha isso há muitos anos, pode ser testemunha de que nunca houve apoio tão grande a um lançamento quanto a esse não só quanto à parte de segurança, mas também quanto à parte de sigilo e de contra-informação. Positivo?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Lá é o Centro de Lançamento de Alcântara, Barreira do Inferno.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – S. Ex^a fez uma pergunta sobre o prazo de uma construção de um novo VLS. Quero dizer que temos uma expectativa de, nos próximos três anos, já estarmos preparados para um novo lançamento. A torre que foi destruída é um projeto totalmente nosso, brasileiro. Fizemos aquela torre num consórcio com três empresas: a Andrade Gutierrez fez a parte civil; uma empresa de São José fez a parte estrutural, com os cálculos estruturais, e uma empresa de São Paulo, que já não existe mais, fez a parte metálica. Mas entendemos que esse projeto seja facilmente executável em curto prazo.

Provavelmente, haverá as equipes que já operaram três vezes essa torre. Temos várias melhorias para introduzir na torre, justamente para a facilidade de trabalho, de acesso. Então, esse será um período para um projeto básico e para uma licitação para a fabricação. Podemos, tranqüilamente, reconstruir essa torre, pois o projeto é todo nosso. Todo o conhecimento é nosso.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Estão inscritos ainda e por ordem de autoria do requerimento os Senadores Hélio Costa, João Capiberibe, Pedro Simon, Roseana Sarney e Almeida Lima. A Senadora Roseana Sarney tem uma emergência, mas gostaria muito de participar do debate, até por ter sido Governadora do Maranhão. Gostaria de saber se os demais Senadores, por gentileza, po-

deriam dar uma prioridade a S. Ex^a, na lista de inscrição. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Roseana Sarney.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Tenho apenas uma pergunta a fazer. Serei muito breve, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Por uma questão de atenção dos Srs. Senadores, em especial a do Senador Pedro Simon, a Senadora Roseana Sarney tem a palavra.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Componentes da Mesa, temos consciência de que o tempo ainda é muito curto, desde a data do acidente, e muitas informações ainda estão sendo analisadas. Com certeza, o Governo saberá tirar proveito do que aconteceu em Alcântara e melhorará as condições de funcionamento daquela base de lançamento.

Não obstante, consideramos que seja papel do Congresso estar a postos para acompanhar, fiscalizar e auxiliar nessas sensíveis tarefas de interesse nacional. Nesse sentido, queremos formular as seguintes questões aos Ministros de Estado aqui presentes. Algumas já foram respondidas.

Gostaria de saber do prazo de recuperação física da base. E aí entra uma questão que eu gostaria de saber também: quais os recursos destinados para a recuperação, já que os Ministérios estão lidando com as reduções orçamentárias? Parece-me que existe um gasto extra de mais de R\$100 milhões. Tenho a informação de que, em 2003, o investimento será de R\$33 milhões, e, para o projeto de lançamento de satélite, há uma dotação em torno de R\$4 milhões. Vamos precisar de mais de R\$100 milhões, e há uma redução real do orçamento para o próximo exercício. Essa é uma questão que gostaria de abordar.

A segunda questão diz respeito justamente ao acordo do Brasil-Ucrânia: quais as repercussões do acidente na política de acordos do Governo brasileiro para a utilização da Base de Alcântara? Como ficam, para o Governo, os acordos em negociação e, particularmente, o Tratado com a Ucrânia?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Senadora Roseana Sarney, para nós, a questão crucial para a retomada volta a ser os recursos. Nós temos a previsão, para o ano fiscal de 2004, de R\$47 milhões. A nossa avaliação, num primeiro momento, é a de que, para o comple-

xo – temos que pensar nos três níveis: nos **cibers**, nos veículos lançadores e na consolidação da Base de Alcântara –, precisamos de mais R\$30 milhões.

Não há nenhuma repercussão negativa, até porque não há a menor relação entre o acidente e os objetivos do acordo com a Ucrânia. O acordo com a Ucrânia, basicamente, é para ceder sítio para instalação de uma plataforma para o lançamento do ciclone. O acidente foi no nosso lançador, mas fica claro que qualquer outro foguete não seria lançado da nossa plataforma. A reação é de fortalecer e apressar os entendimentos com a Ucrânia, e estamos certos que, com o seu parecer, o Senado vai brevemente consolidar o acordo e a salvaguardas.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Muito obrigada, Ministro. Fique certo de que colocaremos em pauta o relatório na próxima semana.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Apenas desejo cumprimentar as muito boas informações do Ministro Roberto Amaral. É evidente que serão necessários recursos adicionais, pois, nos recursos previstos para 2004 no projeto plurianual, não se levou em conta, evidentemente, o acidente ocorrido.

Então, vamos precisar, sim, de recursos adicionais de R\$30 milhões, para a reconstrução da torre e para a recuperação de material, de equipamentos que foram perdidos no acidente, sem contar a formação de novos recursos humanos, que também será necessária. Portanto, o apoio do Senado, do Congresso brasileiro, nessa empreitada será absolutamente crucial, porque serão necessários recursos adicionais, sobretudo para que possamos honrar o compromisso, tomado diante dos familiares dos mortos de Alcântara, de manter o programa e lançar um satélite até o ano de 2006.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO AMARAL – Sr. Presidente, desejo apenas fazer uma breve observação em homenagem à Senadora. O Governo da República que mais investiu no programa espacial brasileiro foi o de José Sarney. Nos seus cinco anos de mandato, a média de investimento foi de US\$100 milhões anuais, tendo chegado, em 1995, a US\$129 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Informo que, na próxima semana, haverá a audiência de dois Embaixadores: João Carlos de Souza-Gomes, que vai para a Venezuela, e Marco César Meira Naslausky, que vai para a Bélgica. Mas, dada a importância do acordo Brasil-Ucrânia, vamos iniciar a reunião – a Senadora Roseana Sarney concluirá seu parecer – com o acordo Brasil-Ucrânia.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Ministros Jorge Viegas e Roberto Amaral, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais componentes da Mesa, sou autor do requerimento – em parte, porque também faz um requerimento da mesma natureza o Senador Gerson Camata –, mas tenho inúmeras preocupações e vou até pedir a paciência de V. Ex^a e dos Srs. Convidados, porque há uma série de perguntas, não apenas curiosidade, mas inúmeras pessoas, sensibilizadas com o que aconteceu em Alcântara, têm me escrito, telefonado, enviado e-mails, por uma identificação que tenho com a questão de Alcântara, porque, quando Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, participamos ativamente da discussão e, na realidade, conduzimos a discussão do acordo Brasil/Estados Unidos para a utilização da base. Recebo essas contribuições porque, durante anos seguidos, estive envolvido com esse assunto.

Fico, novamente, preocupado, Sr. Presidente, porque, logo depois do primeiro acidente dos últimos anos, em 1997, do VLS, eu recebia informações na Presidência da comissão na Câmara, e posso até, eventualmente, revelar para os Srs. Convidados de onde veio a informação, mas foi de uma alta patente das Forças Armadas, dizendo que o Governo tinha constatado a presença, na Bahia de São Marcos, que fica imediatamente defronte à barreira, à plataforma de lançamentos e à base de Alcântara, de várias embarcações de nacionalidade estrangeira. Havia embarcações americanas, francesas, russas, de vários países. Uma dessas embarcações, inclusive, é conhecida no mundo inteiro, é o navio Puebla que é um navio de rastreamento eletrônico, que pode fazer o acompanhamento de um lançamento de um míssil.

Fiquei ainda mais preocupado porque não se fez nenhuma menção a esse fato de que embarcações estrangeiras tinham feito o acompanhamento detalhado do lançamento de um foguete brasileiro que acabou explodindo.

Em seguida, eu relatei aqui a declaração de uma alta patente de uma poderosíssima Nação, na verdade um Chefe do Estado Maior das Forças Armadas que diz o seguinte: **O Center for Defense Information**, ou seja, o centro para informação sobre a defesa, tem condições de realizar intervenções decisivas para evitar guerras. Ele diz, especificamente, é um general de alta patente: Quando maximizadas, essas operações podem permitir que os conflitos mili-

tares tradicionais sequer precisem acontecer. Esta Nação pode penetrar em computadores do inimigo, através de **hackers**, para impedir o lançamento de mísseis. Isso é uma declaração de um General de cinco estrelas, nos Estados Unidos, o que me deixa extremamente preocupado.

Então, realmente, existe essa possibilidade de, eletronicamente, se fazer uma interferência na hora de um lançamento de um foguete brasileiro, como aconteceu no passado e se evitar, e se produzir esse acidente lamentável que custou a vida de 21 técnicos e a preocupação de todos nós? É a primeira pergunta.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, qualquer pessoa que tenha o mínimo **minimorum** de informação sobre informática sabe que a coisa mais simples que existe hoje é inocular um computador, ou sistema de computadores, com vírus destinado a produzir qualquer comando que leve inclusive a ser acionado um sistema todo de um complexo como o de Alcântara.

A segunda pergunta: Isso está sendo investigado? A possibilidade de o comando do disparo dos foguetes, esse comando pode ter sido acionado indiretamente ou através de um vírus implantado no computador?

É fundamental saber isso, estabelecendo-se o princípio de que tudo é possível. Devemos analisar todas as possibilidades, todas as opções, Sr. Presidente.

Fico, ao mesmo tempo, intrigado com duas declarações que ouvi aqui. A primeira foi feita pelo Ministro José Viegas Filho, que disse: "Nenhum erro maior das equipes foi detectado". E, depois, houve uma declaração do Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro, que disse: "Uma corrente elétrica pode ter causado o acidente". E de onde veio essa corrente? Então, teremos que equacionar estas duas declarações: a do Ministro e a do Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro.

Quero, na seqüência, fazer algumas perguntas rápidas. A primeira delas é sobre a segurança da torre. Considerando-se que a torre de lançamento de Alcântara tem aproximadamente dez andares – é como se fosse um edifício de dez andares –, é razoável supor que ela seja dotada de um sistema de evacuação rápida dos técnicos que lá se encontravam. Quais eram esses sistemas de evacuação rápida? Como eles funcionam em caso de emergência? Faço essa pergunta para o Ministro José Viegas Filho e também para o Major-Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro.

A segunda pergunta é sobre a segurança na casamata, que é localizada a cerca de 200 metros da torre de lançamento. Entre seus objetivos, está o con-

trole de monitoramento do VLS. Quando do acidente, vários funcionários estavam no seu interior. Em função da sua proximidade com a torre de lançamento, a casamata possui uma estrutura altamente resistente ao impacto de objetos – e isso foi citado aqui. Por ocasião do acidente, grande quantidade de gases tóxicos, resultantes da queima de 40 toneladas de combustível, foi liberada. Felizmente, em função da direção do vento no momento do acidente, essa nuvem de gases não se propagou na direção da casamata, pois, de acordo com relatos obtidos juntos ao CTA/IAE, o sistema de condicionamento de ar da casamata é desprovido de filtragem de gases tóxicos. Esse acidente poderia ter sido muito maior, se o vento estivesse soprando para o outro lado.

Além disso, afirmam os técnicos que consultei que não havia máscaras de gases disponíveis no local. Essa informação procede? Pergunto isso ao Ministro José Viegas e ao Comandante encarregado das investigações, Marco Antônio Couto do Nascimento.

Minha terceira pergunta, eu a faço para o Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro: em função do alto risco envolvido, quantas vezes na Operação São Luís – Operação São Luís é a de lançamento desse instrumento, que lamentavelmente acabou não sendo lançado devido à explosão – foram feitas simulações de emergência, envolvendo evacuação da torre de lançamento, emprego de máscara contra gases tóxicos, primeiros-socorros e transporte de feridos? Isso foi feito? Quantas vezes se fez?

Agora, dirijo-me ao Comandante Tiago da Silva Ribeiro: na sua concepção original, o sistema de ignição dos motores VLS dispunha de um sistema mecânico, denominado Dispositivo Mecânico de Segurança (DMS), cuja função era impedir, sob quaisquer circunstâncias, a ignição dos motores. Informações obtidas pelo Sindicato dos Servidores de Ciência e Tecnologia de São José dos Campos dão conta de que foi um desses dispositivos que causou a falha da primeira tentativa de lançamento do VLS-1 V01 em 1997. Naquela ocasião, um dos quatro propulsores do primeiro estágio não acendeu. A comissão de análise da falha, instaurada na época pelo Ministério da Aeronáutica, recomendou que esse sistema fosse aperfeiçoado para os próximos veículos.

Especialistas na área de propulsão consultados pelo Sindicato nos informam que dispositivos mecânicos são utilizados tanto nos propulsores sólidos do Space Shuttle, ou do ônibus espacial americano, quanto naqueles do Ariane 5, francês. Informam ainda essas fontes que tais sistemas somente são meca-

nicamente desativados nos minutos que antecedem ao lançamento – e aí é que está um detalhe que precisa ser considerado nas suas respostas. Como funciona esse sistema? Se foi disparado, ele não pode mais ser desligado? Foi o que aconteceu em Alcântara? Já estava num procedimento em que não havia mais como voltar atrás, e, de repente, isso acontece? O acionamento foi feito manualmente ou foi feito eletronicamente, a distância?

Informaram-me os Srs. Comandantes que o **squib**, que é o instrumento que produz o disparo do foguete, na realidade, pode ser acionado mecanicamente, com a mão, ou eletronicamente. Como se faz esse acionamento?

Tenho uma pergunta a fazer para o Ministro José Viegas sobre a comissão de investigação. Após o acidente, estabeleceu-se um grande debate nacional a respeito do caráter e da abrangência das investigações do acidente em Alcântara. O Comando da Aeronáutica, em função de sua atribuição legal, instaurou uma comissão de investigação do acidente. Importantes setores da sociedade civil defendem que uma comissão de investigação totalmente independente dos atores diretamente envolvidos no programa não somente apure os motivos técnicos que levaram à falha, mas também efetue uma ampla avaliação do programa espacial, com o fim de observar falhas na sua estrutura, tais como gerenciamento, objetivos, financiamento e interlocução com a sociedade civil. Qual a posição de V. Ex^a a esse respeito?

Gostaria de ouvir o Ministro Roberto Amaral falar especificamente sobre o assunto. Foram investidos 56 milhões na construção do VLS e 32 milhões somente na construção da plataforma. E serão investidos 50 milhões no acordo que será feito com a Ucrânia. Imaginem! Se precisamos de 50 milhões para fazer um acordo, como estávamos assinando um acordo com os Estados Unidos em que seriam pagos US\$12 milhões por ano, o que daria R\$40 milhões por ano?

O programa espacial é importantíssimo para a Nação; dele não podemos abrir mão. Trata-se de uma área de investimento importante para o País. Trata-se de um nicho de mercado internacional de US\$32 bilhões, em que se encontram os cinco países mencionados por V. Ex^a, Ministro Roberto Amaral. E o Brasil se propõe a entrar nesse pequeno grupo, como disse V. Ex^a. Será que não há alguém tentando impedir a nossa entrada nesse grupo? Estamos falando de um valor que significa uma fortuna em qualquer lugar: US\$32 bilhões. E o Brasil está em condições de participar do programa. Já fizemos trezentos lançamentos

de sondas, inúmeros com sucesso. Aqui há pessoal altamente qualificado.

Sr. Ministro, o montante de 100 milhões não dá para nada. O Governo liberou 100 milhões agora, para que façam um estudo sobre a TV digital. Na verdade, nem sei se é a hora de fazer esse grande estudo sobre a TV digital. Mas, para Alcântara, para esse programa espacial com tantos subsídios, conforme disse V. Ex^a, esse valor é pequeno. Toda a indústria eletrônica no Brasil está contemplada por esse programa espacial, como também estão contempladas a indústria metalúrgica e a indústria civil. V. Ex^a fez esse relato. O País inteiro pode ser beneficiado com investimentos no programa espacial. Mas, repito, recursos da ordem de 100 milhões não dão para nada. Podem-se comprar apenas dois aviões de carreira com esse montante.

Ministro José Viegas, V. Ex^a sabe da importância do programa espacial. Espero que sensibilize o Presidente e toda a sua equipe para que invistam mais no programa espacial, sobretudo fazendo uma investigação que realmente apure as causas do acidente. Ouvei V. Ex^a dizer que programas espaciais sempre trazem acidentes, o que é verdade. Recentemente, houve o acidente com o Shuttle, o ônibus espacial americano. Mas lembro que temos de estar sempre preparados para evitar qualquer tipo de acidente, por menor que seja.

Ainda quero fazer uma pergunta a V. Ex^a sobre a comissão de investigação. A comissão de investigação do acidente, instaurada pelo Comando da Aeronáutica, tem como Presidente o Brigadeiro-do-Ar Marco Antônio Couto do Nascimento, que é Vice-Diretor do CTA, Centro Técnico Aeroespacial. Ao CTA está subordinado o Instituto de Aeronáutica e Espaço, órgão responsável pelo desenvolvimento do VLS. Considerando que a operação de lançamento do VLS-1 V03, Operação São Luís, era comandada pelo Diretor do CTA, Major-Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro, oficial hierarquicamente superior ao Brigadeiro Couto, não lhes parece incoerente que um subordinado investigue as decisões do superior?

Faço essas indagações porque precisamos ser muito claros, muito objetivos. Esta audiência pública propõe-se a ajudar e não a atrapalhar. Ninguém tem interesse em prejudicar o programa espacial, pelo contrário. Não há nenhum Senador da República nesta Comissão ou em qualquer das três Comissões que seja contra o programa. Ao contrário, todos somos entusiastas do programa espacial. Mas me lembro, ainda recentemente, quando do acidente do Shuttle nos Estados Unidos, de que foi criada uma comissão

independente e capaz de apresentar um relatório crítico da Nasa, dizendo que a Nasa estava errada, que a Nasa procedeu erradamente. Por que foi feito isso? Porque aqueles participantes da comissão eram independentes, capazes de colocar o dedo na ferida. É isso que, talvez, tenhamos que fazer aqui.

Então, Sr. Presidente, fico com essas perguntas. Pergunto ao Comandante da Aeronáutica se prejudica o nosso programa espacial saber que, nos últimos anos, trocamos dez vezes o comando do Centro? Como é de praxe no sistema militar, a cada dois anos, troca-se o comandante. Então, o nosso programa trocou de comandante dez vezes. Isso prejudica ou acrescenta? De que maneira podemos caminhar, para realmente trabalhar pelo programa espacial brasileiro?

Quero que entendam que as minhas preocupações são no sentido de ajudar. Vejo que o Senado pode ajudar muitíssimo na alocação de recursos, para sensibilizar o Governo, o próprio Presidente da República, pela importância que damos, aqui no Senado da República, ao programa espacial brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy. Obrigado, Senador Hélio Costa. Entre as múltiplas perguntas formuladas pelo Senador, vou me dedicar, sobretudo, a dois ou três aspectos. O primeiro diz respeito à possibilidade de ter ocorrido sabotagem no acidente do dia 22.

Justamente porque houve informes, mais insinuações do que afirmações, a respeito do ocorrido nos lançamentos anteriores, justamente por isso, Senador, tomamos o cuidado, praticamente desde que esta administração se iniciou, de cercar esse lançamento de medidas de proteção. E um programa específico de segurança do lançamento foi feito e estava em vigor quando o acidente ocorreu de forma surpreendente.

Um ponto a respeito do qual posso lhe dizer é o de que estávamos, sim, preparados para detectar as possibilidades de interferência eletromagnéticas sobre o lançamento. E, segundo a informação que me foi dada, quando eu próprio naturalmente fiz a pergunta que V. Ex^a repete agora, é possível afirmar que não houve emissão de impulsos eletromagnéticos que possam ter causado o incêndio. A causa terá sido outra, não essa.

Embora tenhamos a obrigação de investigar também a possibilidade de sabotagem e o tenhamos

feito, não há indícios que nos permitam apontar a probabilidade dessa causa. As investigações têm uma continuidade. As medidas de proteção e segurança também têm uma continuidade. Por mais forte razão, tendo em vista a ocorrência do acidente, estaremos sempre alerta com relação a isso. Mas não há indícios de que tenha ocorrido atos de sabotagem.

Os esforços serão redobrados. V. Ex^a creia que, no que depender de mim – e muita coisa depende de mim –, estaremos muito alertas quanto a isso, como já estamos.

Quanto à conciliação entre uma frase minha e a do Brigadeiro Ribeiro, tendo eu dito que nenhum erro maior das equipes envolvidas no lançamento foi detectado, a conciliação está na palavra “detectado”. Não posso, e ninguém pode, excluir, de maneira total, a possibilidade de erro humano, mas o que digo a V. Ex^a é que, até aqui, não foi detectado nenhum erro humano maior que possa facilitar a identificação da causa. Novamente, as investigações permanecerão.

Quanto às perguntas de V. Ex^a sobre a filtragem de gases tóxicos, o uso de máscaras contra gases e a simulação de emergência, passá-las-ei para o Comando da Aeronáutica, especificamente para o Brigadeiro Ribeiro, que acompanhou esses procedimentos técnicos de maneira muito mais próxima.

Quanto à composição da comissão de investigações, gostaria de fazer três comentários. O primeiro é que considero obrigação do Governo fazer essa investigação. Não penso que a possibilidade de haver uma comissão inteiramente independente de investigação permita uma atitude de omissão por parte do Governo nesse caso. Faz parte dos nossos deveres procurar contribuir, da maneira mais categórica e firme, para o esclarecimento das causas do acidente. Evidentemente, isso deve ser feito com transparência, com a participação da comunidade científica. É o que estamos fazendo.

Tomamos a iniciativa de convidar integrantes da SBPC, da Associação Brasileira de Física e da Academia Brasileira de Ciências para que participem das explorações investigatórias. Isso é muito necessário, porque não só dá à sociedade a satisfação que deve ter de que a intenção firme do Governo – que não é menor do que a de ninguém, como V. Ex^a mesmo assinalou – de explorar as causas está sendo bem executada, mas também nos permite contar com a participação de cérebros importantes, com idéias e linhas de raciocínio que possam escapar a nós.

Estamos muito próximos ao acidente, para podermos ter um descortino global do que aconteceu. E ainda não sabemos qual é a causa. A meu ver, a in-

investigação imediata que se faz com relação às causas do acidente também não impede, mas, muito ao contrário, requer uma outra investigação, de longo prazo, quanto à análise dos procedimentos que foram empregados.

É essencial que qualquer órgão encarregado de programa espacial tenha análise semelhante a que foi feita na Nasa e que chegou à conclusões críticas a respeito dos procedimentos de segurança que a Nasa adotava. A análise da cultura de segurança, que não é uma análise imediata, que não se esgota em 30 ou 40 dias e que, certamente, deve ser feita com a contribuição da comunidade científica e da sociedade civil, é essencial.

Quanto ao fato de o Brigadeiro Couto presidir a comissão de investigações, sendo o Vice-Diretor de um órgão cujo Diretor é o Brigadeiro Ribeiro, essa situação – que pode prestar-se ao tipo de comentário ou de indagação que V. Ex^a fez – é, certamente, do ponto de vista lógico, e não do pessoal, superior àquela de designar o próprio Brigadeiro Ribeiro como chefe das operações de investigação, não evidentemente pelas qualificações técnicas do Brigadeiro Ribeiro, que são as melhores, mas pelo seu envolvimento pessoal com o projeto. A investigação, naturalmente, requer a participação de uma pessoa não tão diretamente envolvida com o processo, para que tenha o necessário distanciamento para fazer as observações críticas que uma investigação sempre requer. Esse é o caso do Brigadeiro Couto, que não tinha envolvimento direto com o projeto.

Quanto à relação de subordinação pessoal, certamente creio que ela não é relevante nesse caso. As carreiras dos militares se deslocam ao longo do tempo. Essa relação de subordinação é apenas tópica e não interfere – estou seguro e lhe asseguro – na correção das investigações. A correção das investigações é de interesse da Nação brasileira e não deixa de ser também de interesse do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica e do Centro Técnico Aeroespacial.

A contribuição da sociedade civil e da comunidade científica é essencial para assegurar o nível de transparência e o aporte de idéias que fazem parte de qualquer investigação que deva ser feita. O nosso desejo, Senador, é o de aprimorar sempre os mecanismos de ação do Governo, os mecanismos de transparência. Dessa maneira, estamos, sim, abertos às sugestões bem-intencionadas e tecnicamente corretas que sejam feitas.

Agradeço a V. Ex^a as perguntas formuladas.

Respondo também à sua pergunta sobre a necessidade de recursos. V. Ex^a diz que 100 milhões é muito pouco. Como seria bom que tivéssemos mais de 100 milhões! O meu empenho – o Presidente e os Ministros do Governo brasileiro sabem disso – é no sentido de buscar mais dotações para o bom funcionamento das Forças Armadas em suas múltiplas ações, e, certamente, essa é uma das mais importantes delas.

Esse é o meu empenho. Espero contar com o mesmo empenho por parte dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Brigadeiro Ribeiro poderia complementar, então, as informações.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – Inicialmente, vamos comentar a participação de **hackers** e a possibilidade de atuarem no sistema.

O nosso sistema operacional é independente de qualquer contato com redes de informática, principalmente pela Internet, na qual a maioria dos **hackers** atuam. Poderíamos também pensar que algum **hacker** pudesse ter acionado no CTA, antes de ir para Alcântara.

Afirmo que esse é um equipamento, um sistema operacional desenvolvido pelas empresas brasileiras TEC e Compsis, o qual não tem nenhuma ligação com a Internet. Portanto, um **hacker** não teria acesso via computador. Outro conhecedor de informática poderia até colocar algum sistema de vírus ou algum sistema de processamento que acionasse a linha de fogo. Mas, como frisei aqui, a linha de fogo estava aterrada na casamata e na torre de umbilicais. Mesmo que houvesse acionamento de algum software dedicado a essa atividade, ela não estaria, nesse momento, ligada ao veículo. Havia uma proteção física, um aterramento físico.

Nossa equipe de investigação poderá, deverá e verá esse sistema, esse banco de controle. São vários computadores interligados. Certamente, as planilhas estarão disponíveis, assim como todo software desenvolvido por nós brasileiros, pois não há nenhum software fechado. Será motivo também de ver... Essa é uma pergunta que deverá ser investigada. Pelo nosso conhecimento de informática, é remota essa possibilidade, tendo em vista que havia aterramento na seqüência de emissão de ordens. Essa era a análise que eu faria nesse ponto.

O Ministro já falou sobre o erro maior das equipes, a corrente elétrica. Realmente, precisamos dar

continuidade à investigação. Mencionei que houve o acionamento. O acionamento de um iniciador pode ser feito por corrente elétrica, pode ser feito por corrente elétrica, pode ser feito por choque mecânico. Dou um exemplo de choque mecânico: em um revólver, um projétil, o iniciador é acionado por um choque mecânico, quando o gatilho é apertado.

Eles estavam totalmente protegidos. As câmeras mostram que não houve nenhum envolvimento de nenhum choque que pudesse acionar aquilo. Então, partimos para a árvore de falha de que seria mais provável a corrente elétrica.

Quanto à segurança na torre, tínhamos, naquela manhã, realizado, com os bombeiros e toda a área de saúde, um treinamento de evacuação aeromédica. Inclusive, ela contou com o transporte de feridos simulados, de helicóptero, para o hospital em São Luís. Naquela manhã, tínhamos feito uma simulação, como já havíamos feito várias outras ao longo dos 60 dias em que estávamos ali em operação. Então, era uma preocupação nossa que houvesse esse acionamento, essa evacuação rápida.

Do jeito que a torre está lá, ainda temos a visão de todas as saídas de emergência, por escadas. O Engenheiro Adriano, que está presente aqui, estava na casa de apoio, olhando para a torre no momento do acidente. Foi tão rápido, que nenhum companheiro conseguiu sair da torre para a escada. Não houve tempo para se chegar à escada. Inclusive, havia dois companheiros: um que chegava à torre, a uns cinco metros, e outro que saía, próximo à torre. Eles também foram carbonizados.

Um acidente dessa magnitude, de um acendimento de motor, é fatal. Nenhum deles teve chance. Por isso, falamos que não houve nenhum ferido; todos, infelizmente, tiveram suas vidas perdidas.

Então, vamos estudar essa segurança nesse novo projeto de torre. Mas, nesse acidente, não houve nenhum companheiro nosso que chegasse ao escape. Eles não tiveram essa chance. O acidente ocorreu em segundos. V. Ex^{as} podem ver as imagens, que começam às 13h26min04seg; logo às 13h26min10seg, tudo já estava praticamente em chamas. Então, eles não tiveram chance.

Quanto ao treinamento com máscaras, nós o fizemos. O pessoal da casamata é protegido. Realmente, é uma casa protegida. Esses gases se dissolvem na natureza. Naquela distância, eles não causam perigo para o homem. Fazemos essas queimas continuamente em São José dos Campos, na usina do Varadouro. Há o afastamento adequado para que não os respiremos. Mas não são nocivos à saúde esses gases do propelente,

as quarenta toneladas. É lógico que o técnico que maneja esse material fica afastado. Esperamos que eles diluam na atmosfera, e não há nenhum dano ao ambiente, muito menos ao operador.

Havia ali, no quarto estágio, pequenas quantidades de propelente líquido. Esses, sim, trabalham, no enchimento, com roupas especiais. Inclusive, parte da equipe faleceu. Mas esses, sim, necessitam de um cuidado especial. Mas, depois que as garrafas são enchidas, eles são também de operação normal, não provocam nenhum risco à saúde. E, no incêndio, na hora eles evaporaram e se perderam. Não havia nenhum risco à saúde.

Então, já falei da evacuação, sobre o que V. Ex^a perguntou.

Sobre a ignição do primeiro VLS, tínhamos um sistema chamado DMS – Dispositivo Mecânico de Segurança. Esse dispositivo era duplo para cada motor. Ou seja, havia oito sistemas que eram acionados ao mesmo tempo. Eles recebiam um choque elétrico, uma corrente elétrica, que iniciava um reforçador, que ia duplamente por um cordel detonante acionar um dispositivo de ignição, um ignitor propriamente dito. Era um trem explosivo – trem ignitor, como chamamos. No primeiro, ele falhou duplamente. Então, as nossas equipes de engenharia reavaliaram esse sistema e colocaram o sistema que se usa normalmente nos foguetes de sondagem e nos bancos de prova, que é a corrente elétrica com protetores de segurança eletrônica. Então, isso era correntemente usado no nosso programa espacial. Tínhamos essa outra alternativa, que foi utilizada por equipes da engenharia. Infelizmente, ela se mostrou vulnerável. A comissão vai ter que ver o porquê de essa dupla proteção eletrônica também ter falhado, como isso aconteceu.

Agora, são dispositivos, tanto mecânicos como eletrônicos, usados no mundo inteiro. Nós usamos o nosso veículo de sondagem há mais de 300 lançamentos e, nos bancos de prova, existem outras centenas com o mesmo sistema.

Quanto às emissões, não só nesse como no segundo, temos equipes dentro da Base de Alcântara monitorando o espectro eletromagnético, e gravamos. Já no segundo gravamos, porque existiu o rumor de que poderia haver uma interferência ilícita. Nós medimos um sinal de telecomando, que foi o nosso que destruiu o segundo veículo.

A eficiência do sistema era tão grande que detectamos o sinal que destruiu. Esse sinal de telecomando é um sinal codificado. Então, para destruir o veículo, a pessoa tem que ter a codificação, e nós colocamos essa codificação. É lógico que um especia-

lista pode até conhecer o sistema e ver quais são as combinações de seguro, de sigilo, e colocar, não temos dúvida. Mas é uma proteção a mais do telecomando. Medimos a nossa emissão e, nesse lançamento, até o momento, inclusive no momento do acidente, tínhamos todo o monitoramento do espectro eletromagnético. Não temos ainda notícia de nenhum sinal aparecendo naquele momento, um sinal muito forte que pudesse criar um campo magnético. Esse campo magnético criaria uma corrente que poderia iniciar um dispositivo desses, não tem nem dúvida.

Mas, até o momento, a comissão está também vendo esses sinais, há uma equipe que está dando esse relatório, todos os gráficos, e os Senhores poderão ter conhecimento deles, inclusive, podem ver o gráfico do anterior, qual foi o momento em que nós teledestruímos o veículo.

Agora, já foi falado sobre o Brigadeiro Couto, e eu só gostaria de fazer um comentário. O Brigadeiro Couto realmente era o vice-Diretor do CTA. Ele tem formação de engenharia Aeronáutica, no ITA; tem doutorado em Aeronáutica. Apesar de ele ser o subordinado da operação, também é o responsável por todos os projetos de engenharia do CTA. Então, ele tem o conhecimento da engenharia. Eu era o coordenador da operação, e o coordenador vê todo o envolvimento da operação. O meu adjunto era o engenheiro Mauro, que está aqui, era o coordenador de todo esse envolvimento logístico. Temos que prever as aeronaves de transporte de pessoal, quem sobe, quem desce; temos que ver a segurança, os treinamentos, os procedimentos, os equipamentos. Estava lá com empresas que fizeram todo o sistema de aquisição de dados radar, em prontidão, para que fossem utilizados.

Então, formamos uma coordenação de operação logística, porque a técnica, os nossos engenheiros têm uma estrutura de projeto e as equipes são estruturadas para o apoio do desenvolvimento e do lançamento. Um exemplo: temos as equipes de pirotecnia, e elas têm um procedimento bem específico, tudo escrito. Os senhores podem ter acesso a todos os procedimentos que estavam sendo feitos. Todos são escritos em detalhes: quais são, em que momento é o teste, como foi o teste, o relatório diário, a equipe de pirotecnia, a de propulsão, a de eletrônica, a de segurança de plataforma, a de segurança de voo. É importante mencionar que é uma preocupação nossa que esse veículo vá para o espaço e que não haja perigo de dano não só na área de Alcântara, no nosso centro, como nas cidades vizinhas. Então, cada um tem a sua equipe. Há um gerente, e eles se reportam a um gerente maior técnico. Então, a figura de um coordenador geral deve

ser vista como o maestro de todas essas operações. Se se colocar o Brigadeiro Couto como investigador, ele estará vendo imparcialmente todo esse envolvimento, e não haverá nenhuma preocupação hierárquica dele em relação ao Diretor do CTA.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para complementar, fico satisfeito com a informação de V. Ex^a. A minha preocupação foi exatamente para que nesta oportunidade, publicamente, numa audiência como essa, o assunto fosse tratado e evidentemente colocado da forma como V. Ex^a colocou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Ministro Roberto Amaral quer complementar.

O SR. ROBERTO AMARAL – Sobre os recursos. Temos falado em reforço, já considerando a proposta do PPA e a proposta para o Orçamento de 2004. Não consideramos nesse reforço o que já temos no Inpe e que precisa evidentemente ser reforçado. Quero registrar a presença do professor Luiz Carlos Miranda, Presidente do Inpe, e agradecer a V. Ex^a pela exposição de apoiar desta forma o Programa Espacial Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/ PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros e senhores dirigentes do Programa Aeroespacial Brasileiro, a minha primeira questão é perguntar o porquê de investir no desenvolvimento de um programa aeroespacial no Brasil, e eu poderia também responder: para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, em função dos produtos que vão surgir desses investimentos, e que evidentemente sabemos têm influência definitiva no cotidiano das pessoas. Se for fundamental para a sociedade brasileira o desenvolvimento tecnológico no Programa Aeroespacial, portanto trata-se de uma prioridade absoluta. Aproveito para perguntar quais foram os investimentos realizados nos últimos cinco ou seis anos para que possamos realmente medir o grau de prioridade política dado ao Programa.

Estive em Alcântara no início deste ano e senti um divórcio entre o Centro Aeroespacial de Alcântara e a comunidade local. Ora, se nós investimos em ciência e tecnologia para melhorar a vida do povo, a presença da base ali teve efeito contrário pelo que percebi, pelo divórcio, até de certo ponto litigioso, entre a presença da base e as comunidades que se viram prejudicadas. Elas inclusive perderam suas poses, mudaram, foram evacuadas, as suas relações locais foram interrompidas, as suas relações sociais e

culturais também. Portanto, o objetivo fundamental de melhoria de qualidade de vida não se produziu para o Município de Alcântara.

Se tivermos o cuidado de investigar o grau de exclusão social no Município de Alcântara, vamos localizá-lo entre os 800 Municípios com maior grau de exclusão do País. Ora, o índice de exclusão social de Alcântara é da ordem de 0,327. Quanto mais próximo de 1, menos excluída é a comunidade ou o Município. Só para comparar, o Município com menor grau de exclusão social no País é São Caetano do Sul, com 0,864. Portanto, entre Alcântara, que abriga o Centro Aeroespacial Brasileiro, e o Município de São Caetano do Sul há uma distância de qualidade de vida importante. A presença da base, em tese, deveria imediatamente reproduzir melhoria na vida do povo de Alcântara, o que não ocorreu.

A minha questão é simples. Não pode haver divórcio entre programas de tamanha importância e as comunidades locais, até para que essas comunidades sintam-se na obrigação de proteger esse empreendimento. Não podemos aprofundar o divórcio entre as populações e as ações públicas de governo. Portanto, insisto, vi que o Ministro Roberto Amaral citou a possibilidade de resolver o problema fundiário dos pequenos produtores rurais, agricultores, camponeses que foram deslocados de suas áreas e pescadores que perderam suas atividades. Ora, a perda nossa foi imensa com o acidente. Perdemos vidas e competências construídas ao longo de muitos anos. Precisamos corrigir as nossas falhas, entre elas as injustiças sociais praticadas naquela comunidade. Devemos tratar de incluir a comunidade de Alcântara no projeto de desenvolvimento tecnológico e também destinar a ela o resultado dos nossos esforços, da nossa imensa capacidade.

Confesso que temos, sim, capacidade de desenvolver os lançadores, os satélites, mas não podemos distanciar-nos dos problemas sociais que estão no entorno. É fundamental que tenhamos políticas.

Alcântara pode ser um encontro do passado, porque se trata de uma cidade colonial, com a sua arquitetura ainda bastante preservada, com o futuro que estamos construindo com o desenvolvimento tecnológico. Então, temos que juntar os dois aspectos. A sociedade brasileira não pode ser só do futuro, tem que ser desde a sua origem até o presente, para que possamos construir um futuro promissor para todos nós.

Gostaria de ouvir um pouco sobre a necessidade de corrigir essas injustiças sociais praticadas contra humildes pescadores e a falta de retorno dos investimentos já realizados para a comunidade de Alcântara.

Gostaria também de convocar outras áreas do Governo para desenvolver programas de agricultura familiar, de pesca, de turismo, para que saíamos dessa situação vexatória de ter um grande empreendimento num dos Municípios mais pobres do País.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – As perguntas do Senador Capiberibe se encerram em dois pontos: a questão do histórico dos recursos e outra das ações junto à comunidade.

Vou começar pelos recursos. O programa tem o seu primeiro recurso em 1980, em dólares, com o valor médio de 2002, começa com US\$23,908 milhões e termina em 2002 com US\$14 milhões. O investimento total foi de US\$1,264 bilhão. Começamos com 23, subimos para 41, 33, 32, 61 e no Governo José Sarney salta para 91, 99, 97, 129 e 102. Aí temos uma queda que não para mais de 57, 72, 45, 37, 51 e, em 1982, houve a criação da Agência Espacial Brasileira e passa para 82, 52, 42, 36, 9, 21, 26 e 14.

A partir do relatório da Deputada Luísa Erundina iniciamos ações que são longas e que vou resumir. A primeira questão é a discriminação e titulação das terras devolutas, que está condicionada à conclusão de ações discriminatórias que estão em curso na Justiça Federal. Nem a distribuição nós podemos fazer porque estão **sub judice**.

A segunda questão fundamental é a identificação, demarcação e titulação das áreas remanescentes de quilombos, sendo o encargo dessa demarcação da Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Estamos trabalhando junto a Fundação Palmares.

Indenização e titulação de imóveis: a indenização de direitos dos proprietários de imóveis em áreas apropriadas pelo Centro de Lançamento estão depositadas e à disposição da justiça. Cada um tem que se habilitar no processo, pois os recursos já estão depositados na justiça.

Quanto à titulação das glebas rurais, foi instituído um processo para elaboração de convênio envolvendo a Agência Espacial Brasileira, Comando da Aeronáutica, o Interma e o Incra, de forma que a concessão dos títulos de propriedade seja concedida por intermédio do Incra.

Finalmente, estamos trabalhando na implantação de um plano de desenvolvimento econômico e social sustentável para a região de Alcântara, mediante contrato de cooperação técnica, firmado entre a Agên-

cia Espacial Brasileira, o PNUD, Ministério das Relações Exteriores, Agência brasileira e está sendo implantado desde abril de 2002 um projeto de desenvolvimento local, integrado e sustentável do Município de Alcântara. Além disso, estamos trabalhando com o Ministério das Cidades para visitar – já deveríamos ter feito isso, os acidentes atrasaram nossa viagem – para ver que intervenção nós poderemos fazer.

Quero dizer, Senador, que temos consciência dos problemas, não vamos colocar a peneira para tapar o sol. Temos consciência dos problemas, mas temos a disposição de enfrentá-los e resolvê-los.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Há quantos anos foi instalada a Base?

Há quantos anos foi instalada a base? O programa começa em 80, e estamos em 2003. Sr. Ministro, estamos em 2003, o que significa que os aspectos sociais começam a partir de abril de 2002.

O SR. ROBERTO AMARAL – Lamentavelmente, o nosso Governo só começou em janeiro de 2003, e eu gostaria que ele tivesse começado em 90.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Mas agora temos uma urgência, a mesma urgência que temos para chegar às causas do acidente; a mesma urgência nós temos para corrigir as injustiças praticadas.

O SR. ROBERTO AMARAL – Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Desejo salientar que o boato que circula, o debate que circula, as informações em torno de um acidente dessa natureza são os mais variados.

Do Rio Grande, eles me mandam esta informação:

Os oficiais da Aeronáutica que investigam o acidente da Base de Alcântara cogitam a possibilidade de ter ocorrido sabotagem na tragédia. Uma das hipóteses levantadas seria a de que o desenvolvimento da Base de Alcântara traria autonomia no lançamento de foguetes no Brasil. Conseqüentemente, havia um forte reflexo internacional, seja do ponto de vista econômico, seja por razões bélicas. Isso porque o mercado de lançamento de satélites movimenta cerca de U\$10 bilhões ao ano.

O Brasil promoveria um estrago considerável entrando nesse mercado. Há muita demanda e pouca oferta, já que somente oito países têm condições técnicas para isso: Estados Unidos, Israel, Japão, Rússia, França, China e Ucrânia. A fila de espera chega ao ano de 2009, pois muitos dos satélites em órbita estão obsoletos e precisam ser substituídos.

Outro fator que não pode ser esquecido é a localização da Base de Alcântara, praticamente na linha do Equador. O consumo do caríssimo combustível espacial se reduz em pelo menos um terço, devido à latitude onde se encontra a base.

Em caso de sabotagem, a hipótese mais plausível é a de que ela tenha partido de um agente externo ao foguete, como um meio de microondas, de ondas eletromagnéticas, por exemplo, e não de um defeito de fabricação nas peças. Uma onda eletromagnética poderia ser disparada de um pequeno aparelho ou mesmo no espaço de algum satélite, afirma o cientista Edison Bittencourt, Professor do CTA, Centro Técnico Espacial.

Militares vasculharam os hotéis de São Luís, capital maranhense, e ficaram surpresos com o elevado número de estrangeiros, hospedados na cidade na semana da catástrofe. Oito deles estão sendo investigados, muitos são americanos.

Quer dizer, quando o Senador levanta essa tese, é porque, realmente, ela está no sentimento popular.

É claro que os senhores dizem, em primeiro lugar, que é muito cedo para se aprofundar nessa matéria. Em segundo lugar, embora V. Ex^a diga que não encontrou nada, isso não quer dizer que não possa ter acontecido. Em nenhum momento, V. Ex^a diz que não aconteceu. V. Ex^a disse que, até agora, não encontramos elementos. E, ao mesmo tempo, V. Ex^a também diz que é muito cedo. Por enquanto, estamos investigando.

Creio, com toda sinceridade, que deveríamos deixar claro algumas questões. Primeiramente, os senhores devem conter conosco – o ilustre Ministro, na luta e no esforço para conseguir as verbas necessárias. Consideramos essa uma questão de honra. Creio que temos que ter algumas prioridades, e essa, realmente, é uma prioridade fundamental.

Os Srs. Ministros podem contar conosco aqui, no Senado. Não tenho nenhuma dúvida de que haverá unanimidade na cobrança das verbas necessárias, afinal, prioridades são prioridades.

O nosso Presidente Lula, outro dia, deu um auxílio de 1 bilhão para a Venezuela, o que é justo, para a integração do Mercosul, mas também é justo destinar os 100 milhões, ou coisa que o valha, para um projeto dessa natureza.

Fico satisfeito, reparem V. Ex^{as}, porque não houve nem na Câmara e nem no Senado um debate mais negativo, no sentido de cobra aqui, cobra lá, nem com relação ao Governo anterior – foi ele que fez isso –, nem com relação ao Governo atual – foi ele

que deixou de fazer aquilo. Temos conseguido manter a discussão num nível de preocupação igual ao do senhor.

Eu só gostaria de dizer isto: estamos realmente com essa preocupação. Acho que se a Rússia e a Índia, que começaram junto conosco, chegaram lá adiante e nós não chegamos, algumas coisas aconteceram. Acho que não é hora de dizer por que aconteceu, mas é hora de mudar para recuperarmos o tempo perdido. Nesse sentido, é muito importante que haja esse entendimento. Estamos inteiramente integrados no sentido de que isso é viável e necessário. Essa questão de sabotagem, Deus me perdoe, mas desconfio que possa acontecer uma coisa dessa. O mundo está experimentando tanta coisa nova, tem acontecido tanta coisa diferente...No momento em que se fazem guerras só para experimentar os apetrechos, guerras que não têm nenhum motivo, nenhuma causa, nenhum significado, no momento em que os altos representantes militares dizem com todas as letras: temos que experimentar esses aparelhos que criamos, essas coisas novas, esses avanços, temos que ver se têm utilidade ou não, então, com toda a sinceridade, eu não fujo desta perspectiva da sabotagem. E penso que é algo digno de ser utilizado.

Apenas isso, Srs. Ministros e ilustres representantes, gostaríamos de ajudar e de tomar conhecimento e, dentro do possível, sermos chamados para colaborar, porque essa é uma questão dos senhores. Com toda a sinceridade, eu diria, principalmente para os membros da Comissão, esta é uma questão nossa também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon, sobretudo, no que diz respeito a sua profissão de fé e confiança na nossa capacidade tecnológica e de apoio ao desenvolvimento ulterior do programa.

Senador, é nossa obrigação desconfiar junto com V. Ex^a, porque é assim que se constroem as verdadeiras relações de confiança. Quero que V. Ex^a saiba que estamos fazendo tudo o que está ao nosso alcance. Talvez o Governo brasileiro não disponha de um aparato técnico tão poderoso, tão abrangente quanto o de outros países, mas, dentro dos recursos de que dispomos, estamos prestando toda a atenção, pois é nossa obrigação dar ao Programa Espacial Brasileiro as condições de segurança que lhe permitam progredir. Ao mesmo tempo, temos que tomar as cautelas, que também fazem parte das nossas obrigações, de não nos deixarmos influenciar por certos

aspectos menores – e eu respeito muito – como a sabedoria popular. O povo é sábio, mas isso não quer dizer que o povo sempre indique, no momento correto, as soluções corretas. Então, temos que ter uma certa distância com relação à tentação que certos órgãos de imprensa possam ter de buscar explicações externas e fáceis para problemas que ocorreram e que, segundo todas as informações de que dispomos, se devem muito mais provavelmente a causas ainda desconhecidas, mas geradas, ali, no próprio ambiente de trabalho.

A única coisa que posso lhe dizer é que, sim, estamos atentos a isso, faz parte das nossas obrigações. Continuaremos atentos a isso, e confio que tenhamos a capacitação técnica suficiente para nos tranquilizar no presente e no futuro quanto a isso. O Brigadeiro Bueno certamente terá condições de elaborar um pouco mais, com maior profundidade, nesta questão.

Com sua permissão, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Brigadeiro Bueno.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, muito obrigado pela pergunta. Como o nosso Ministro José Viegas falou, estamos juntos com V. Ex^a nos pensamentos.

E, como V. Ex^a também falou, não descartamos a hipótese. Ela existe, ela vai ser estudada. E, para mostrar a V. Ex^a essa nossa preocupação, manifesto que tínhamos navios da Marinha patrulhando, tínhamos aviões sobrevoando o local o tempo todo, fazendo levantamento do espectro eletromagnético. Cercamo-nos, assim, de todas as salvaguardas. Acompanhamos, com o nosso conhecimento, uma fragata americana que estava em Natal; e nós a acompanhamos o tempo todo enquanto ela estava em território brasileiro, mostrando abertamente que estávamos ali fiscalizando. Tínhamos dois navios que estavam ancorados próximos aos dos franceses, que mantinham convênio com a Petrobrás, fazendo levantamentos sísmológicos. E estávamos lá sobrevoando até que se sentiram incomodados e se afastaram da região.

Tínhamos um R-99, que é um desses aviões nossos da Embraer, que fazem análise eletromagnética de frequência de radares de todas as coisas, sobrevoando ininterruptamente o nosso sítio. Isso é para que V. Ex^a veja a nossa preocupação com a possibilidade de sabotagem. Tínhamos unidades do exército, patrulhando toda a parte terrestre, quase que fazendo um cinturão de escuta e de observação ininterrupta do VLS.

Gostaria de afirmar a V. Ex^a que não foi divulgado o dia do lançamento do VLS. Não tínhamos afirmado em momento algum a data do nosso lançamento. É para que V. Ex^a veja como desconfiávamos de alguma coisa, de alguma possibilidade. Já há muitos meses estamos fazendo um acompanhamento, por recomendação do Ministro da Defesa, como eu falei na minha declaração inicial, quase que homem a homem de tudo aquilo que se estava realizando na área do CTA envolvido com o VLS. Daí a razão pela qual V. Ex^a deve sentir – e todos sentem – a preocupação nossa com uma possibilidade de uma ação estranha. Porque, como V. Ex^a falou, assim como o Senador Hélio Costa, as cifras são muito altas, bem como os interesses.

Outro detalhe que gostaria de chamar a atenção de V. Ex^a é o seguinte: não era somente o americano que estava presente naquela área. Havia vários estrangeiros. Mas eu gostaria de afirmar que não eram americanos que estavam mais presentes na área. Só isso já é alguma coisa. Fala-se muito no americano. Mas, fazendo justiça, não era presença exclusiva, havia muitos estrangeiros, Nós os acompanhávamos todos. Mas podemos quase que – olhem a ressalva, não estou dizendo que não, que absolutamente não poderia – mas quase que afirmar que não houve no local nenhuma interferência externa que pudesse ter causado aquele acidente tão grave.

De modo que gastamos bastante dinheiro nesta área de segurança. Gastamos bastante dinheiro nessa área de segurança. Gastamos muito trabalho dos nossos homens. Senador, eu queria dizer que o interesse em descobrir o que está acontecendo, o que aconteceu, não é só nosso, mas também de todo o povo brasileiro. Isso é importante, para que possamos evitar acidentes e trabalhar completamente despreocupados, mas tendo presente a necessidade de vigilância e de segurança nos futuros projetos.

V. Ex^a pode ficar certo de que estamos buscando isso para a tranquilidade de toda a Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros, dirigentes de programas e instituições da área aeroespacial, entendo que muito aqui já foi dito, observado. Estou atento aqui, desde o início desta reunião, ouvindo todos. Cheguei a uma conclusão que vem não apenas do que ouvi nesta reunião, de que o programa aeroespacial brasileiro deve ser visto como um programa de Estado, por ser vital à Nação brasileira. Não deve ser

visto apenas como um programa de Governo. Daí o interesse e o direito do Senado Federal, enquanto integrante de um dos três Poderes do Estado, de tomar conhecimento em profundidade sobre o acidente ou o incidente ocorrido em Alcântara.

Dito isso, deixo a primeira indagação aos senhores: essa é também a compreensão dos senhores acerca desse programa?

Segundo, todos nós sabemos – isso é primário – que não há Estado sem soberania, e não há soberania sem que o Estado possa exercer o direito de perseguir os seus objetivos. Ou somos o Estado ou não somos. Se temos soberania, temos de exercê-la.

Os senhores identificam algum interesse externo em dificultar o Brasil a dar continuidade ao programa aeroespacial e, em especial, ao Acordo Brasil/Ucrânia?

É elementar, e eu não sou investigador. No entanto, quando se tem conhecimento de um crime – falo em tese, não me referindo especificamente ao fato –, quando há interesse em investigar as causas e os autores, é elementar, primeiro, saber a quem interessa. Os senhores detêm as informações.

Eu imaginava que a reunião fosse secreta, embora tivesse sido usada aqui a expressão “reservada”. Como disse anteriormente, o Senado tem o interesse e o direito de tomar conhecimento. Trata-se de uma questão de Estado.

S. Ex^a, o Ministro da Defesa, Dr. José Viegas, disse que acidentes são comuns nos programas aeroespaciais. Também entendo serem comuns quando decorrentes da falta de conhecimento técnico-científico, uma imperícia, sobretudo em uma área ainda não completamente dominada, como essa, a aeroespacial. E S. Ex^a ainda acrescentou que se realizavam, naquele instante, trabalhos de natureza não perigosa, o que foi bem detalhado, posteriormente, pelo Major Brigadeiro Thiago da Silva, que disse que inúmeros outros testes foram feitos em todos os componentes, estágios, etc. Mas sem que nem mais, houve ignição intempestiva de um dos motores, por corrente elétrica, e não se sabe de onde veio.

O Comandante Tenente Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno falou em acidente e não em incidente, salvo engano. Se até o presente não há indícios de sabotagem, isso foi afirmado, embora o Senador Pedro Simon tenha dito, já se tenha reportado a esse assunto, isso é definitivo? Já é conclusivo? E em relação à sabotagem, as investigações paralisaram? Essa foi uma anotação que fiz, talvez esteja já respondida, mas gostaria de vê-la de forma mais clara.

Ou não é conclusiva? E não sendo, as investigações nessa área prosseguem?

Concluo fazendo apenas um comentário breve acerca do que disse o Senador João Capiberibe, pois quando esses empreendimentos são feitos, nas mais diversas áreas do País, entendo que primeiro devam ser conquistadas e buscadas, como aliados, as populações locais e, não raras as vezes, com baixíssimos índices de desenvolvimento humano. Há exemplo: Alcântara. O Ministro Roberto Amaral, em uma justificativa – e vejo também como de defesa o atual Governo – disse que, lamentavelmente, o Governo começou agora.

Embora o Ministro tenha dito anteriormente, prestando inclusive uma homenagem à Senadora Roseana Sarney, que aqui se encontrava, uma homenagem a seu pai, que o Governo Sarney foi o que mais investiu e investiu lá atrás, sendo o programa do início da década de 80. Os programas plurianuais não são para apenas um governo. A questão é de Estado. O governo é provisório, ocupa um espaço no tempo, mas aqui vejo o Brigadeiro do Ar, o Ministro da Defesa, o Tenente Brigadeiro, o Major Brigadeiro, enfim, as Forças Armadas que não são instituições provisórias, são permanentes e são instituições do Estado.

Essa questão não deve ser vista dessa forma, e se estamos defasados no tempo, por que não acelerar nesse sentido, diante da magnitude, da importância vital desse projeto. Por fim, embora esteja aqui atento, não vi de forma direta e expressa a afirmativa, embora tivesse havido por último uma informação de algumas embarcações.

Mas, em relação à pergunta formulada pelo Senador Hélio Costa, acerca das embarcações, e uma de forma específica que S. Ex^a citou, na Baía de São Marcos, é esta? Eu gostaria de ter essa informação de forma clara e expressa. É só.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador.

Pergunto ao Senador Augusto Botelho se está inscrito. Gostaria de falar? (Pausa)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Cheguei atrasado. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Faço uma observação, Sr. Ministro. Fiquei muito mais satisfeito com a última resposta do Brigadeiro Tiego agora no final do que, na realidade, quando fiz a minha pergunta sobre a existência ou não de barcos estrangeiros na Baía de São Marcos, porque ele foi mais específico agora, dando a entender, evidentemente, que várias embarcações, de vários países, estavam por perto. E

fico mais feliz ainda de saber da preocupação do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica e do Governo brasileiro nesse sentido, que foi a razão, inclusive, do nosso requerimento.

Ao mesmo tempo, fico feliz também – o Sr. Presidente vai-me permitir terminar minha fala; imediatamente passarei à Presidência a S. Ex^a –, porque também sinto que há preocupação permanente com a questão da possível interveniência de alguém, ou eletrônica, ou sabotagem ou o que for. Também vejo que existe uma preocupação nesse sentido. Até porque o Presidente sabe que no meu requerimento uso uma frase que diz tudo o que penso com relação a essa questão, e a frase é extraída dos livros do Conan Doyle, que escreveu e foi o autor do nosso conhecido investigador britânico inglês Sherlock Holmes, que dizia o seguinte: “quando eliminamos o impossível, o que resta mesmo, mesmo sendo improvável, tem de ser a verdade”. O impossível é pegar fogo sozinho; eliminado o impossível, o que resta, mesmo sendo improvável, tem que ser a verdade. Vamos chegar lá.

Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Sr. Presidente, Senador Almeida, Srs. Senadores, entendo que esta é a última arguição. Vou aproveitar também para me despedir e, em nome do meu Ministério, dos colaboradores, agradecer ao Senado esta reunião. Já estive aqui em outra oportunidade. Temos, nas Comissões do Senado e no Senado um colaborador, sabemos que estamos juntos. É uma honra para nós podermos sentir aqui, em todas as oportunidades, e na visita que fizemos hoje, o Ministro Viegas e eu, ao Presidente do Congresso Nacional, que contamos com o Congresso Nacional, ou seja, contamos com o apoio da República.

Senador, meu caro amigo Almeida, as Forças Armadas são instituições permanentes, tanto quanto o Senado. O que não é permanente é o Governo, que felizmente, neste País, graças muito inclusive ao seu concurso político, se renova. Esse programa começa a ser instalado em 1980, os acertos das relações com a sociedade e com a comunidade e os erros tem de ser atribuídos aos que comandaram essa operação naquele momento.

Não quero, com isso, dizer que não temos responsabilidade, mas me permita lembrar o óbvio. Este Governo começou em 2003, anos depois dos problemas criados com a instalação.

Não estou discutindo a metodologia da instalação. Reconheço a existência de problemas, mas não pode o atual Governo assumir nenhuma responsabilidade por erro, como também não assume nenhum mérito pelos acertos, do que ocorreu a partir de 1980 e antes de 2003.

Pensei que, ao darmos uma resposta ao Senador João Capiberibe, tivéssemos já demonstrado, primeiro, que temos consciência dos problemas, que recebemos o relatório – foi iniciativa da Câmara uma visita local – da Deputada Luiza Erundina e passamos a tomar todas as providências no nosso âmbito.

Resolvemos o problema? Não. Estamos próximos de resolver? Não. Estamos mais perto do que estávamos anteriormente. Temos consciência de que precisamos resolver a questão fundiária, mas temos limites judiciais. O difícil era ter os recursos, que já estão depositados.

Agora, há problemas jurídicos na definição das propriedades. Há problemas de herança que complicam o pagamento das indenizações. E já conversávamos, inclusive quando estive em Alcântara, com os dirigentes da base e estamos fazendo um trabalho que precisa ser profundo, de integração com a comunidade.

Esses problemas existem. Os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Defesa têm consciência desses problemas, que – repito – encontramos e vamos resolver. Não posso garantir que podemos resolver de imediato, porque, na estrutura governamental brasileira, há a intervenção de muitos órgãos. Dependemos de outro Poder, que é a Justiça Federal, do Incra, da Fundação Palmares, da Caixa Econômica Federal. Essa dependência significa órgãos do Governo que já estão sendo mobilizados.

Asseguro a V. Ex^a que, em outra oportunidade que tenhamos de voltar aqui, já terei condições de dar informações mais concretas de ações que visam tanto a resguardar os direitos dos antigos e atuais moradores, como a estabelecer uma relação de integração entre a base e a comunidade.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se fui esclarecedor, mas quero reiterar nosso profundo agradecimento ao Senado Federal, ao Congresso Nacional. Recolho, em nome dos meus colaboradores, a alegria de ver o Senado da República com a preocupação pública, com a preocupação com o Estado brasileiro, com a sociedade brasileira, com o interesse nacional acima de divisões partidárias, de filiações ideológicas, mas pensando, pura e exclusivamente, no interesse da Nação e do povo brasileiro.

Muito obrigado. Foi uma honra para mim estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

O Senador Augusto Botelho gostaria de fazer alguma indagação? Faria duas pequenas perguntas, em acréscimo às suas, se me permite, para que já possam concluir.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não é uma indagação. Vou apenas usar a palavra um minuto, para dizer que, como precisamos de dinheiro para combater a fome, para fomentar a agricultura familiar. Temos que colocar dinheiro no programa aeroespacial, programar a defesa deste País. Sou de amazônida, sou de Roraima, sou de outro hemisfério da terra, as coisas custam a chegar lá, mas fiquei decepcionado com o capital investido no programa aeroespacial ao longo da sua vida. Sei que ele vive pelo esforço e pela dedicação das pessoas que trabalham lá. Sei que ele cresce pelo intelecto dos nossos brasileiros que são moldados em sua maioria no Ita e em outras escolas. Tenho oito anos para trabalhar nesta Casa e posso afirmar aos senhores do Centro Espacial que podem contar com o meu apoio para aumentar as verbas, porque acredito na ciência e no conhecimento humano. Sei que, por meio dos senhores, poderemos achar soluções para os problemas mais simples que nos afetam na ponta da fome, na ponta da miséria.

Aproveito a oportunidade para dizer que o Senador de Roraima Augusto Botelho está à disposição, vai trabalhar para que melhore a performance do nosso Centro Espacial, da nossa ciência na nossa pátria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passo a palavra ao Ministro Viegas. Tenho três perguntas objetivas para serem feitas ao final ainda.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador. Obrigado, Senador Botelho pelas suas expressões. Quero agradecer a todos os Senadores, em particular a todos os Senadores que estiveram aqui durante todo o transcurso da audiência, mais de três horas. É uma atitude da parte de V. Ex^{as} que nos honra. Nós do Executivo procuramos corresponder às expectativas de V. Ex^{as} especificamente no desenvolvimento do programa espacial brasileiro. Continuamos firme. O apoio de V. Ex^{as} é fundamental para que possamos nos aproximar dos objetivos que o Senador Botelho em nosso nome, expressa.

Respondendo ao Senador Almeida Lima, por princípio, enquanto as causas do acidente não estiverem esclarecidas, não se pode, descartar causas. E a

resposta que lhe dou, muito clara, é no sentido de que as investigações também nessa área de proteção à segurança do programa persistem e persistirão. Não é esta uma área que possamos descartar, embora também tenha a obrigação de lhe dizer que não recolhemos indícios que nos orientem nesse sentido, mas não podemos descartá-los.

A soberania do Brasil, a busca da preservação, da consolidação e do fortalecimento da soberania do Brasil é parte integrante do esforço do desenvolvimento do programa espacial brasileiro, é indissociável. A defesa da soberania é um dos objetivos cruciais que orientou a geração anterior de técnicos militares e políticos brasileiros que conceberam o programa. Somos portadores dessa idéia. Temos que cuidar dela com todo afincio.

Existe oposição internacional ao nosso programa espacial? Claro que existe, pelas razões aqui apontadas, de natureza comercial, sobretudo, razões de preservações de virtuais oligopólios, clubes fechados. Como essa oposição se revela? Nas restrições fortíssimas à transferência de tecnologias. O nosso programa foi desenvolvido essencialmente com tecnologia própria, com geração própria de tecnologia. Não temos vida fácil para conseguir aportes tecnológicos, nem mesmo para a compra de peças. Aí se manifesta a oposição ao programa brasileiro. Evidente, não podemos desconhecer que não há interesse entre os países e as empresas, não só países que operam o mercado internacional de satélites; pode haver interesse do surgimento de um novo competidor, sobretudo quando esse competidor dispõe de vantagens naturais como uma base situada a dois graus do Equador, o que simplifica o Programa de Lançamento e implica significativas economias no mesmo.

Então, sim, nós sabemos que existe essa posição; há restrição à incorporação de tecnologia por parte do nosso programa. O paralelo que se faz é com relação a outras áreas de comércio. Há polêmicas em todos os cantos em que algum país se lança no comércio em geral. Para isso, há uma organização, que é a OMS, que busca resolver esses problemas. Por vezes, os problemas tomam uma face aguda, como é o caso da controvérsia entre a Embraer e a Bombardier – do Canadá. Quando isso acontece, a coisa é pública. Haveria, então, mecanismos – no caso dos programas espaciais, mas existe um órgão que se chama MTSR, do qual o Brasil é membro.

Há dez anos, trabalhei ativamente no processo de aproximação do Brasil com os países membros do MTCR, que é mais um clube do que um organismo in-

ternacional, e, naquela época, eu os convenci de que o Brasil tinha o direito de entrar para esse clube como um país que possui um programa espacial de natureza própria. Nessa mesma ocasião, notei, com clareza, que certos países não faziam absolutamente nada para nos estimular e procurariam restringir – mas da maneira como falei a V. Ex^a – o recebimento de tecnologia, restringir o nosso progresso.

Não temos nenhuma indicação de que a oposição internacional ao nosso programa tenha tomado formas ilegais, proibidas pelo Direito Internacional, hostis e merecedoras da mais viva reação e do mais vivo repúdio se viessem a acontecer e caracterizar-se. Não temos indícios de que isso tenha ocorrido, mas não somos ingênuos e continuaremos muito atentos, para termos a certeza de que isso não ocorreu no passado e que não ocorrerá no futuro.

Não sei se os meus amigos do Comando da Aeronáutica teriam algo a acrescentar.

Sr. Senador, agradeço muito pela atenção de V. Ex^a e conto sempre com o seu apoio. Estaremos sempre dispostos a prestar os esclarecimentos adicionais que os senhores desejarem.

Ouçõ, com atenção, as perguntas de V. Ex^{as}.

O SR. ALMEIRA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não. Concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, é apenas uma observação conclusiva. Eu diria que é preciso ter consciência, Sr. Ministro Roberto Amaral, dos problemas extremamente importantes, embora não seja suficiente. É preciso ter a vontade política e V. Ex^a disse que – pelo menos na área do Ministério de Ciência e Tecnologia – providências são tomadas neste sentido, mas é preciso que se diga que a questão não é apenas fundiária e não decorrem daí os índices de desenvolvimento humano daquela comunidade.

Apenas para concluir, como falei antes, o Senado não tem somente interesse em aprofundar a questão. E tinha dito que tem o direito, mas vou além: tem a obrigação, o dever e a responsabilidade pelo mandato que exercemos, pelo contato e pelo que a população nos cobra permanentemente. Devemos ter o cuidado, antes de qualquer ação que pudesse até parecer intempestiva e inoportuna, de se cercar de algum conhecimento e de informações – e me parece ter sido essa a conveniência do requerimento do Senador Hélio Costa, pois ululam, aqui, ali e acolá, dúvi-

das, questionamentos e até a possibilidade – que entendendo, neste momento, ser prematura e inoportuna – de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas isso significa a preocupação que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm de cumprir seu papel, sua obrigação, sua responsabilidade, seu dever.

Quero, no entanto, agradecer pelas presenças e dizer, embora sendo repetitivo, da importância do programa e que ele deve receber deste Governo e dos Governos seguintes a atenção necessária. E esta não se fará por palavras, mas, sobretudo, por recursos, orçamentários e financeiros. Vem aí o plano plurianual, e é preciso ver, de fato, o que o Governo pretende destinar para essa área. Recebi informações de que o plano deve estar chegando ao Congresso Nacional por esses dias.

Obrigado e parabéns a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Almeida Lima. Tenho algumas breves perguntas.

Quando do acidente de Alcântara, houve inúmeras reportagens em que moradores de Alcântara se mostraram bastante apreensivos a respeito de um eventual risco para a população. Que providências foram tomadas com respeito a isso?

Esse tema está bastante relacionado às perguntas, às preocupações do Senador João Capiberibe, do Senador Almeida Lima e de todos, sobre em que medida a Base de Alcântara estará interagindo com a população daquele município, até para que possam perceber que o progresso vai se estender aos moradores.

Segunda: os Ministros falaram da colaboração dos russos em investigar o acidente. O Comandante da Aeronáutica mencionou que houve grande disposição deles de logo responder a essa colaboração. Também falaram do acordo com a Ucrânia. E o Governo dos Estados Unidos, país que tinha um convênio em andamento com o Brasil, também se dispôs a colaborar para apurar a causa do acidente?

E finalmente terceira pergunta: que dia será apresentado o relatório da comissão responsável pela investigação do acidente? E, onde isso for realizado – em Alcântara, em São José dos Campos, aqui em Brasília –, poderão os Senadores ser convidados, assim como os Deputados, para divulgação tão importante? E, obviamente, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu gostaria de obter cópia para todos os Senadores desse relatório tão importante.

Quero também dizer que há um sentimento unânime da Presidência e de todos os Senadores das três comissões que os estiveram ouvindo de apoiar a continuidade do programa aeroespacial brasileiro.

Essas são as minhas indagações finais.

Ministro Roberto Amaral poderá pronunciar-se, primeiramente, sobre as minhas perguntas.

O SR. ROBERTO AMARAL – A única pergunta que me diz respeito, Senador, é sobre as negociações com a Ucrânia, às quais já me referi. Nós do Ministério da Ciência e Tecnologia, e também o Ministério da Defesa, apostamos muito nesse acordo, que foi bem negociado. As cláusulas que eram adversas, providas do texto do acordo de salvaguarda com os Estados Unidos. Foram anuladas na Câmara. V. Ex^a já anunciou que ele será apreciado aqui na próxima semana. Para nós, ele é fundamental. A grande colaboração do Congresso Nacional para o nosso programa é a aprovação dessa salvaguarda.

Ele é importante em si e é importante politicamente, porque indica a nossa disposição de ir avante, sejam quais forem as dificuldades. Tem nele embutido um programa de cooperação tecnológica, que vai para além do programa aeroespacial, o que é novo nesse tipo de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Que dia será divulgado o relatório, Ministro José Viegas?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Eu ainda não me pronunciei sobre as relações com a comunidade de Alcântara. Quero apoiar o Ministro Roberto Amaral pelas observações feitas e os Senadores pelas preocupações expressadas.

É de todo o nosso interesse, do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica, desenvolver com a população de Alcântara as melhores relações. Não é a primeira vez que estou dizendo isso. Estou dizendo agora pela primeira vez a V. Ex^{as}, mas não internamente. Temos todo o interesse em melhorar na medida do possível e dependemos também de uma ação conjugada do Governo para isso com relação ao nível de vida da população, para estabelecer com ela uma relação de solidariedade em torno da base. É preciso que as populações reconheçam, vejam na base um fator de progresso e não de intrusão e de exclusão.

Estamos conscientes disso, e espero poder contribuir para melhorar a situação que é aqui apresentada. Naturalmente, a situação, como qualquer outra situação comparável a essa, como a construção de obras públicas que implicam remoção de moradores, no caso de hidrelétricas e outros, sempre gera al-

guma tensão. Isso é inevitável, mas não devemos negar essa tensão e, sim, responder a elas de uma maneira positiva, e esse é o meu propósito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria de saber, inclusive, sobre a preocupação da população acerca de não saber exatamente em que riscos estavam envolvidos, porque viram a explosão, viram o incêndio e alguns disseram: “Puxa, não sabemos que aqui estamos correndo riscos”.

Lembro-me de ter visto inúmeras reportagens que mostravam a população apreensiva. Trata-se da população que mora mais perto da base de Alcântara. Então, que providências foram tomadas com respeito à comunicação, à interação com a população?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador.

Sem prejuízo de informações adicionais que o Brigadeiro Bueno ou o Brigadeiro Ribeiro possam dar a esse respeito, quero lhes dizer que talvez não tenhamos tomado as medidas necessárias para divulgar possibilidades de risco. Por outro lado, enfim, ironicamente, as conseqüências reais do acidente – insisto em dizer que foi o pior acidente possível – mostram que esses elementos de risco não eram maiores do que aqueles que já tínhamos previsto e não puseam em risco a vida das populações locais. Isso não significa que devamos diminuir a importância desse fator, a importância da segurança subjetiva e objetiva das populações envolvidas. E, certamente, temos de nos aperfeiçoar nessa área.

Com relação ao apoio internacional às investigações, também devo dizer, por honestidade, que nenhum país nos ofereceu apoio. Nenhum país nos ofereceu apoio. Não foi o caso apenas dos Estados Unidos, que não nos ofereceram apoio. Nós é que tomamos a iniciativa, facilitada pela circunstância de o Brigadeiro Bueno se encontrar na Rússia, de pedir – e obtivemos de imediato – a cooperação russa nesse sentido. Estou seguro de que, se tivéssemos feito o mesmo pedido a outros países, teríamos obtido resposta positiva.

Com relação aos Estados Unidos da América, em particular, é notório que os governos norte-americanos nunca viram com simpatia o desenvolvimento do nosso programa espacial. No entanto, isso não significa que estejamos condenados a não manter relações positivas de cooperação no desenvolvimento futuro do nosso programa com aquele país. Confio e tenho esperanças de que a negociação do nosso acordo de salvaguardas com a Ucrânia seja exitosa e suas recuperações, favoráveis, pois há semelhança com de assunto no âmbito das relações entre Brasil e

Estados Unidos. Portanto, poderá trazer conseqüências positivas.

Quanto ao relatório das investigações, Senador Eduardo Suplicy, ainda não temos o formato da entrega das conclusões. Evidentemente, faremos, na medida do possível, como V. Ex^a prevê. Não sei se uma cerimônia pública, mas, certamente, uma entrega formal, com conhecimento imediato ao Congresso Nacional e ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Como a investigação terá participação de elementos da comunidade científica – e ela é transparente –, é bem possível que, antes da apresentação do relatório formal, tenhamos uma noção pública, mais correta e mais aproximada, das causas do acidente. Tenho até esperança de que isso ocorra. Mas é lógico, Sr. Senador, que V. Ex^a tem o nosso compromisso de que o relatório, assim que estiver pronto, será colocado à disposição do Congresso Nacional.

Creio que o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno tenha informações adicionais para responder a sua pergunta, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador Eduardo Suplicy, muito obrigado pelas perguntas.

Risco à população: como foi relatado pelo Brigadeiro Ribeiro, tínhamos aviões e helicópteros. No dia, poucos instantes antes, aliás, até durante o acidente, havia helicópteros voando e fotografaram – inclusive algumas das fotografias apresentadas foram feitas por esses helicópteros. Que objetivo tinham esses helicópteros? O primeiro deles, antes de tudo, era prestar socorro, em caso de acidente local, transportando as vítimas, evacuando o local; caso algum fragmento ou algo atingisse não só a população, mas também transeuntes.

Apesar de tomarmos todos os cuidados, disponibilizando aviões, navios; de quando em quando, durante nossos lançamentos, um jangadeiro, desconhecendo, às vezes se aventura. Normalmente, cancelamos o lançamento; mas, caso alguém ultrapasse a zona e seja atingido, estamos prontos a prestar o socorro. Nossa preocupação é muito grande.

Lá, existe uma Casa da Cultura montada para a população local, com videoteipes contando a história de Alcântara, à disposição da população.

Uma outra faceta dessa nossa preocupação refere-se ao atendimento da população. Assim, interditi-amos os espaços com possibilidade de ser atingido.

O foguete é lançado da nossa região costeira, pois, dentro do mar, praticamente não há população. Ele sai com direção e inclinação que, depois, são cor-

rigidas, mas com uma inclinação, de modo a se afastar o mais rápido possível da terra, justamente com uma correção: após esse lançamento, para evitar qualquer problema e sem causar qualquer dano.

Quanto ao acidente, o Brigadeiro Ribeiro já abordou este assunto. Primeiramente, explicarei o que ocorreu, para V. Ex^a entender como funcionam os elementos de segurança. O foguete não explodiu; ele se abriu. Se houvesse uma explosão, poderia atingir alguma coisa. Ele é montado. Se V. Ex^a verificar, há faixas laterais no foguete que são comandadas pelo computador de bordo, pela tripulação em terra ou pelo próprio foguete que, após determinado instante, dá um comando e se destrói para não atingir uma área muitíssimo grande. Tudo é calculado.

Sr. Ministro, farei uma ressalva que considero muito interessante. O Brigadeiro Ribeiro informou-me, há pouco, que ele recebeu uma carta do adido americano depois do acidente prontificando-se a colaborar conosco na investigação. Porém, já havíamos convidado os russos. É muito compreensível que eles não se ofereçam para analisar o ocorrido, assim como também é muito compreensível que não aceitemos essa colaboração. Também não nos interessa mostrar tais situações ou desenvolvimentos a países concorrentes. Daí essa ressalva; essa atitude reservada de outros países em relação ao nosso trabalho e vice-versa. Se pudéssemos, gostaríamos de ir até lá verificar. E por que propusemos e aceitamos a colaboração dos russos? Porque eles têm participado conosco do processo, têm nos auxiliado e ajudado a queimar etapas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Espero que nunca mais haja acidentes em Cabo Canaveral, mas, agora, o Brasil poderá colocar-se à disposição para apurar a eventual causa de um acidente, que porventura ocorrer, e assim ficar conhecendo os fatos.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu estava conversando há pouco, antes da reunião. Estive anteontem no CTA e fiquei muito agradecido. Apesar do ambiente triste, há ainda uma vontade muito grande do nosso pessoal de prosseguir, o que nos alegria. Entretanto, talvez não sejam suficientes os 30 dias para a realização da investigação. O Ministro José Viegas recomendou que não poderemos começar tudo de novo sem que saibamos o que ocorreu, sem que descubramos a causa do acidente. Portanto, é perfeitamente compreensível que esse prazo de 30 dias seja prorrogado para 35, 40 ou 50 dias, até que sejam apuradas as causas do acidente. Essa é a recomendação do meu Ministro e também dos nossos

técnicos aqui presentes, além de ser o entendimento de todos os componentes do CTA envolvidos no projeto. Tenho certeza de que ninguém quer – nem nós nem o povo brasileiro – que repitamos algo diferente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço a presença do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luís Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica; do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Pedro Bambini, Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento; do Major-Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro, Diretor do Centro Técnico Aeroespacial; do Brigadeiro-do-Ar Marco Antônio Couto do Nascimento, Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial e responsável pela investigação do episódio; do Coronel Antônio Carlos Cerri, Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara; do Presidente da Agência Espacial Brasileira Luiz Bevilacqua; dos engenheiros Mauro Tolinky, Adriano Gonçalves e Luiz Roberto Del Monaco; e dos Ministros Roberto Amaral e José Viegas.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h03min)

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e seis minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, ANTONIO CARLOS VALADARES, HELOÍSA HELENA, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, CÉSAR BORGES, JOÃO RIBEIRO, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, PAULO OTÁVIO e LEONEL PAVAN. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa, então, à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) REQUERIMENTO nº 35 /2003-CFC, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, e alterado pelo plenário da Comissão, que “requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro da Saúde para, em Audiência Pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Fiscali-

zação e Controle, prestar esclarecimentos sobre os recentes procedimentos administrativos no Instituto Nacional do Câncer – INCA.” Resultado: Aprovado; Item 2) REQUERIMENTO nº 36 /2003-CFC, de autoria dos Senadores RENAN CALHEIROS E ROMERO JUCÁ, e alterado pelo plenário da Comissão, que “requerem nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado o comparecimento do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, do Diretor-Presidente da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN, Sr. JORGE LUÍS DE MELLO, do Diretor-Presidente da Ferrovia Centro Atlântica, dentre outras concessionárias das ferrovias brasileiras, para que em Audiência Conjunta com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, prestem informações sobre os volumes de investimentos privados e públicos efetuados na malha ferroviária do Nordeste e outras Regiões brasileiras, a qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias, a conservação do patrimônio ferroviário, o cumprimento das metas e demais cláusulas estabelecidas no contrato de concessão e as ações adotadas pelo poder executivo na prevenção e correção de irregularidades já apontadas em Auditorias do Tribunal de Contas da União”. Resultado: Aprovado; São apresentados, ainda, os: REQUERIMENTO Nº 37 /2003-CFC, de autoria do senador CÉSAR BORGES, que “requer, com base no inciso VII do artigo 71 da Constituição Federal, combinado com o artigo 102A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações sobre as fiscalizações do Tribunal de Contas da União realizada nos municípios em relação aos repasses de recursos da União mediante convênio e acordos, ajuste ou outros instrumentos congêneres. Resultado: Aprovado; REQUERIMENTO Nº 38 /2003-CFC, de autoria do senador NEY SUASSUNA, que solicita ao Ministro da Fazenda “ . Resultado: Aprovado e REQUERIMENTO Nº /2003-CFC, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO convidando os Senhor Ministro da. Resultado: ADIADO e REQUERIMENTO de Retirada de Requerimento nº /2003-CFC, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, que requer a retirada de requerimento de sua autoria, para que “seja convocado o senhor Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome para prestar esclarecimentos sobre Acordo de Cooperação Técnica BRA/REP/03.1268, firmado com a UNESCO, no valor total de R\$ 26.670.000,00 do Orçamento Geral

da União, para o desenvolvimento do projeto ‘Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza’. O Senhor Presidente anuncia o deferimento do Requerimento e com o encaminhamento da matéria ao Arquivo. Item 3) AVISO Nº 219 DE 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 876, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada com o intuito de subsidiar a Comissão Mista de planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização referente às obras no Aeroporto Internacional Guararapes, em Recife – PE (TC – 007.582/2000-5). Autor: Tribunal de Contas da União. Relator “ad hoc”: Senador LUIS OTÁVIO, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Adiado. Item 4) AVISO Nº 112 DE 2001, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 163, de 2001 e da Decisão nº 423, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre Tomada de Contas Especial constituída em decorrência de desdobramentos resultantes de solicitação formulada pela Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, com vistas à instrução de Inquérito Civil Público objeto de investigação de irregularidades nas obras do Fórum Trabalhista de Primeira Instância da Cidade de São Paulo (TC nº 001.025/98-8).” Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador CÉSAR BORGES, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Sobrestada a matéria a pedido do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES para solicitar e aguardar informações do Tribunal de Contas da União bem como do Ministério Público Federal. Item 5) AVISO Nº 4 DE 1999, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 512, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à destinação dos recursos provenientes da aplicação das disponibilidades do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.” Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador LUIZ OTÁVIO, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores ANTONIO CARLOS VALADARES, CÉSAR BORGES e ANA JÚLIA CAREPA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Se-

nhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como estão.

Aprovada.

Item nº 1 da pauta:

Requer, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro da Saúde para, em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Fiscalização e Controle, prestar esclarecimentos sobre recentes procedimentos administrativos no Instituto Nacional do Câncer (INCA). Autor: Senador Arthur Virgílio.

Já houve um entendimento com o Ministro, já está marcada para a próxima semana, e precisamos fazer a formalização do convite, que já foi aceito.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 2 da pauta:

O Senador Renan Calheiros e o Senador Romero Jucá requerem, nos termos do art. 58, § 2º, item V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, item V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado o comparecimento do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Diretor-Presidente da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), Sr. Jorge Luís de Mello, para que prestem informações sobre os volumes de investimentos privados e públicos efetuados na malha ferroviária do Nordeste, a qualidade dos serviços prestados pela referida concessionária, a conservação do patrimônio ferroviário, o cumprimento das metas e demais cláusulas estabelecidas no contrato de concessão e as ações adotadas pelo Poder Executivo na prevenção e na correção de irregularidades já apontadas em auditorias do Tribunal de Contas da União. Subscrevem os dois Senadores.

Em discussão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador tem a palavra para discutir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de enriquecer esse requerimento, fazendo a sugestão de incorporar também a Ferrovia Centro Atlântica, que serve ao Estado da Bahia. Antes da área responsável da Companhia Ferroviária do Nordeste, a partir do Estado de Pernambuco, há a Ferrovia Centro Atlântica, que faz ligação do Centro-Sul com o Nordeste.

Gostaria, inclusive, de lhe dar a informação, Sr. Presidente, de que há requerimento de minha autoria, à Comissão de Infra-estrutura desta Casa, solicitando a presença, também, da Diretoria da Ferrovia Centro Atlântica.

Então, a minha proposta, Sr. Presidente, seria no sentido de que se pudesse agregar a presença da Diretoria da Ferrovia Centro Atlântica, e V. Ex^a, em contato com o Senador José Jorge, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, pudesse coordenar uma reunião conjunta das duas comissões para ouvirmos todos os diretores das concessionárias das ferrovias brasileiras que efetivamente não estão atendendo às necessidades do nosso País com relação a essa logística importante do transporte ferroviário.

Era essa a nossa observação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se nenhum Senador se opuser a essa idéia, a Presidência acha mais do que correta, justa, porque assim teremos um cenário de toda essa situação.

Em discussão, o requerimento dos nobres Senadores Renan Calheiros e Romero Jucá, agora acrescido desse posicionamento do nobre Senador César Borges.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovado.

Em relação à convocação do Ministro da Saúde, em vez de convocação estamos fazendo um convite. Em relação a esse assunto, já foi acertado com o Ministro, é de acordo com as duas comissões, e ele já concordou de vir na próxima semana. O próprio Ministro tem interesse de vir. Penso que é importante: tomarmos conhecimento. Estou informando isso porque o Senador Antonio Carlos Valadares está chegando e não participou da votação. Queria que ele tomasse conhecimento de que foi acertado dessa forma.

Próximo item da pauta:

Requerimento do Senador César Borges. Requer, de acordo com o inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, combinado com o art. 102-a, inciso III, do Regimento Interno, que sejam solicitados ao Tribunal de Contas da União as seguintes informações:

1. Estatística dos últimos dois anos, regionalizada por Estado, da fiscalização do Tribunal de Contas realizada nos Municípios em relação aos repasses de recursos da União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, como prevê o inciso VII do art. 71 da Constituição, número de prefeituras fiscalizadas, quantidade de contas julgadas regulares, com ressalva e irregulares, danos causados ao Erário e multas aplicadas.

2. Relação das tomadas de contas instauradas em 2003, relativas à fiscalização dos recursos repassados pela União aos Municípios, com base no inciso VI do art. 71 da Constituição Federal.

A justificação do nobre Senador é a seguinte:

Além da produção de normas geradoras de direitos e obrigações, desempenha o Poder Legislativo outra importante função: de efetuar a fiscalização de atos do Poder Executivo.

De acordo com o art. 49, inciso X, da Constituição Federal, compete ao Poder Legislativo fiscalizar e controlar, direta ou indiretamente, por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, excluídos os da administração indireta.

O Legislativo possui ainda duas competências fiscalizadoras: uma ampla e geral, que permite indagar e questionar a respeito de todos os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, e a outra, representada pela competência prevista pelo art. 70 da Constituição brasileira, que cuida da fiscalização financeira e orçamentária, sendo ainda o Congresso Nacional auxiliado pelo Tribunal de Contas da União.

É dever do Congresso Nacional fiscalizar, quanto a legalidade, legitimidade e economicidade, a aplicação dos recursos da União, zelando pela correta utilização do dinheiro público.

O requerimento ora proposto tem o objetivo de realizar o acompanhamento da aplicação dos recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo o exercício da função fiscalizadora desta Casa.

Assina o nobre Senador César Borges.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Próximo item:

Também há um requerimento em que se requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 206 do Regimento Interno do Senado Federal e com os arts. 8º, 9º e 10º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci, pedido de informações com o seguinte teor: evolução do contrato da operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Rondônia e a Corporação Andina de Fomento, objeto da Mensagem nº 164, de 2002, autorizado pelo Senado Federal nos termos da Resolução nº 30, de 2002; cronograma físico e financeiro e atual estágio do referido contrato; informações sobre a regularidade, e, caso tenham ocorrido eventuais irregularidades durante o seu cumprimento, com indicações detalhadas de sua apuração.

Essa nossa dívida externa, estimada em US\$228 bilhões em dezembro de 2002, permanece sendo a maior fonte de vulnerabilidade da economia brasileira. Foi em razão do peso da nossa dívida que o Brasil permaneceu sob a tutela do Fundo Monetário Internacional durante todo o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e continua sob as fortes rédeas dos credores internacionais nesse início de gestão do Presidente Lula.

Para esta Comissão, é importante acompanhar a evolução do estoque da dívida, especialmente a externa, assim como a execução dos contratos, como esse firmado pelo Estado de Rondônia com a Corporação Andina de Fomento, cujo estado atual é desconhecido, inclusive pela população da unidade federativa beneficiada pelo programa de gerenciamento da malha rodoviária, decorrente da operação de crédito externo.

Com o pleno atendimento do presente requerimento, cumpriremos, além do preceito constitucional desta Comissão, o dever de proporcionar à população o acesso transparente às informações sobre o financiamento externo, no valor equivalente a US\$35 milhões.

Isso foi pedido pelos nobres Senadores do Estado de Rondônia, e subscrevi para que possamos dar a S. Ex^{as} essa informação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 3 da pauta:

Autoria: nobre Senador Efraim Morais. Eu pediria ao nobre Senador Luiz Otávio que, por gentileza, lesse o voto. Como é algo de rotina, basta que leiamos o voto.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – A origem é o Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão do TCU nº 876, de 2000, do Plenário, referente à auditoria realizada nas obras de modernização do Aeroporto Internacional de Guararapes, em Recife, Pernambuco, para subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional no exame da proposta orçamentária para o exercício de 2001.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Voto.

Diante do exposto, propomos que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio do processado ao arquivo.

Esse é o voto do Senador Efraim Morais, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4:

Nobre Senador César Borges, por favor, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 112, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 163, de 2001, relativo à tomada de conta especial constituída em razão de requerimento do Ministério Público Federal, em São Paulo, sobre as obras do Tribunal Regional do Trabalho da 2^a Região.

A referida tomada de contas especial foi requerida com vistas à instrução de inquérito civil público aberto em razão das irregularidades observadas nas

obras do Fórum Trabalhista da 1^a Instância do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

O processo chegou ao Senado em 06 de agosto de 2001 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 13 daquele mesmo mês. Em 26 de outubro de 2001, foi designada Relatora a Senadora Heloísa Helena, que o devolveu à Comissão em 20 de dezembro de 2002, sem relatório. Em 26 de fevereiro de 2003, foi designado o Senador como Relator do processo.

Segue-se análise da matéria, Sr. Presidente, em que o Tribunal de Contas da União decide, em sessão de 11 de julho de 2001, uma série de atos e considerandos. Pouparei V. Ex^{as} da leitura, pois está totalmente discriminado o posicionamento do Tribunal de Contas, e passarei para a parte final, em que se observa que o Tribunal de Contas enviou essas decisões ao Senado Federal, fundamentalmente, para cumprir praxe de devolução ao Congresso, de forma a mostrar o resultado deste processo e desses processos que lá se originam, ainda que sem qualquer maior interesse que pudesse haver por esta Comissão.

Ela fixa, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha agora de tomar providência, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal já compreendem as medidas cabíveis às espécies.

Esse caso já foi amplamente investigado pela CPI do Poder Judiciário, que exauriu a matéria no âmbito das competências do Poder Legislativo. Ficou evidenciado, pelo trabalho do Tribunal de Contas da União, o superfaturamento da obra em R\$160 milhões, pelo que o Tribunal ordenou a devolução, nos termos da decisão acima, caso esse que foi acompanhado por todos. Foi ainda aplicada uma multa significativa de mais de R\$ 31 milhões, consoante com a Lei nº 8.443, de 1993, com o porte da afronta aos cofres públicos realizado pelos agentes envolvidos, em especial a Construtora Incal, o Grupo OK e o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, cada um condenado ao pagamento de R\$ 10 milhões.

Diante do exposto, nos termos regimentais, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao arquivo do presente processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, a matéria. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares, para discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, apesar de reconhecer e de proclamar a seriedade do Senador César Borges em todas as suas propostas e em todos os seus encaminhamentos, eu gostaria de fazer, sobre essa matéria, uma ponderação.

Sabemos que se trata de um caso que obteve ampla repercussão nacional, inclusive ocasionando uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal. Pelo relatório, que foi, aqui, da lavra do Senador César Borges, chega-se à conclusão de que o Tribunal de Contas da União ordenou a devolução nos termos da decisão, e que ainda foi aplicada uma multa de mais de R\$31 milhões com o porte da afronta aos cofres públicos, realizados pelos agentes envolvidos, em especial a construtora Incal, o Grupo OK e o ex-Juiz Nicolau dos Santos, cada um condenado ao pagamento de R\$10 milhões.

Eu gostaria de sobrestar essa matéria para que, de iniciativa da Mesa, um requerimento fosse apresentado ao Ministério Público Federal, que é o verdadeiro “dono” da ação, que acompanhou desde o início o seu desenrolar, para que o Ministério Público Federal informe a esta Comissão – e mais de perto ao Senado Federal – como estão sendo tomadas as providências no âmbito dessas cobranças e o andamento dos processos de ressarcimento aos cofres públicos daquilo que foi apurado pelo Tribunal de Contas da União, que, com a ajuda da CPI do Senado, com muita lisura e competência, conseguiu desvendar esse verdadeiro atentado feito contra os cofres públicos do Brasil e mais de perto do Poder Judiciário.

Essa era a ponderação que eu gostaria de fazer a V. Ex^a para, ao invés de arquivar – porque isso poderá causar um comentário desfavorável à Comissão, já que a intenção não é proteger ninguém, nós sabemos da correção do Senador César Borges e do Presidente desta Casa –, que a matéria fique sobrestada até que o requerimento seja respondido por quem de direito, que eu acho que é o Ministério Público. Essa é a sugestão que eu dou a V. Ex^a, Sr. Presidente, e ao nobre relator.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre relator tem a palavra, mas a Mesa queria fazer uma ponderação. Não faz mal que se peçam essas informações, em absoluto, mas eu pediria não somente à

Procuradoria, mas também ao Tribunal de Contas, perguntando se já foram feitos os ressarcimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ao Tribunal de Contas, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E isso, inclusive, não impede a nossa votação aqui, porque pode ser desarquivado a hora em que se queira, quando chegarem as informações.

Com a palavra o nobre relator, para ver se acata.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A discussão é exatamente nesse sentido, Sr. Presidente, reconhecendo as razões do nobre Senador Antonio Carlos Valadares e suas preocupações.

Na verdade, esse processo veio para cá em agosto de 2001. Nós estamos em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É saber se foram cumpridas já todas as formalidades.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O processo chegou ao Senado em 6 de agosto de 2001 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 13 daquele mesmo mês, em 13 de agosto de 2001. Na verdade, o Tribunal de Contas da União encaminha para dizer quais providências foram tomadas, dando satisfação ao Senado Federal, não cabendo aqui, a nós, investigarmos as ações do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas nós podemos pedir, nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Claro que podemos pedir informações complementares. Mas, nesse caso, é um pouco extemporâneo pelo fato de que são dois anos. Há mais de dois anos esse processo está dentro do Senado, e esta Casa não se pronunciou a respeito.

Eu acho que é de bom alvitre fazer todo tipo de inquirição, de informações – esse foi um caso nacionalmente comentado –, mas o deslinde do caso foi dado na prisão do Juiz Nicolau dos Santos e no desdobramento da cassação do mandato do Senador Luiz Estevão, feito por esta Casa em cima dessa mesma questão. Houve um processo judicial. Quer dizer, saiu da instância política do Senado para o Judiciário; e do Tribunal de Contas, que também tomou as suas providências.

Eu somente quero, com isso, justificar que o nosso relato não protege absolutamente ninguém. Apenas está aqui há dois anos. É uma praxe...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Em hipótese nenhuma eu disse nada a respeito. V. Ex^a merece a confiança do Brasil, não somente do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu não estou afirmando isso, Senador, eu estou apenas – permitam-me – reafirmando que eu sei do seu posicionamento, para que fique bastante claro. Então, tem todo o meu apoio o pedido que é feito, nesse momento, pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Acho que a Comissão deve pedir tudo o que achar necessário ao Tribunal de Contas e, também, ao Ministério Público, ou até o acompanhamento no Judiciário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador César Borges, V. Ex^a me concede um aparte, para chegarmos a um denominador comum?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concedo, mas gostaria de concluir. Então, dou inteiramente o meu apoio a essa proposição do Senador Antonio Carlos Valadares e acho que, apenas, a Presidência ou os próprios Srs. Senadores poderão decidir se o processo vai ao arquivo – pode desarquivar a qualquer momento –, ou se fica o pedido de vista, por exemplo, do nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Acho, nobre Senador, que o relatório poderia ser o seguinte: para o arquivamento, **ad referendum** das informações que solicitamos, no momento, ao Tribunal de Contas, porque dois anos parece muito na nossa vida, mas para a Justiça é muito pouco tempo – provavelmente ainda existem coisas tramitando, e precisaríamos saber. É uma oportunidade de sabermos como anda.

Então, se os Srs. Senadores concordarem, poderia ser esta redação: “Ao arquivamento, **ad referendum** das informações...”

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o nobre Senador César Borges está sugerindo que eu peça vista. Posso pedir vista, sem dúvida alguma. De quantos senadores eu preciso para pedir vista?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nenhum, só o Senhor mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exato. Então, peço vista enquanto aguardamos as informações do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa lhe concederá vista imediatamente, lembrando, no entanto, que só vale por 5 dias. Por isso, o prazo é exíguo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É, não resolve esse problema, porque o prazo é muito exíguo. Senador César Borges, sabe-

mos que levar essa proposta para o arquivo é de praxe nesta Casa. Quando alguém comunica alguma coisa, e as providências foram tomadas, a praxe adotada por esta Casa é no sentido de arquivar. Recebi a comunicação, tomei conhecimento e arquivou-se.

Mas, a minha preocupação não é essa questão da praxe que vem sendo seguida pela Casa; é alguém pensar que estamos arquivando um caso. Na verdade, o caso não está arquivado coisa nenhuma, uma vez que ele prossegue, nos órgãos competentes, através de cobrança judiciária daquilo que foi subtraído.

De forma que, ao invés disso, poderíamos sobrestar essa matéria, não decidindo nada a respeito, já que há dois anos ela está aqui – e não fará mal nenhum que ela continue assim, desse jeito –, enquanto chegam as informações. É esta a minha idéia, a minha sugestão ao nobre Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Relator concorda?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, a Mesa determina que seja sobrestado o processo e que seja feito o pedido de informações ao Tribunal de Contas e à Procuradoria para saber como andam as cobranças e as providências em relação a esse fato.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quero agradecer ao nobre Senador César Borges e ao nobre Presidente a aceitação dessa nossa sugestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – **Item 5:**

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – À Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 4, de 1999, também, do Tribunal de Contas da União, na origem, que encaminha cópia da Decisão 512, de 1999, referente à auditoria realizada no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Diante do exposto, Sr. Presidente, tendo em vista que a matéria em análise não exige nenhuma providência do Congresso Nacional, opinamos para que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e, também, delibere pela remessa do processo ao arquivo.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Temos um último item.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, só queria fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à nobre Senadora...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já aprovamos, obviamente, mas acho que, de qualquer jeito, não teria nenhum problema... Não é questão de pedido de vista, até porque já foi pedido, não poderia. Mas que fizéssemos um ofício à Caixa Econômica, para que pudéssemos exatamente saber dessa situação. Essa é a minha solicitação. Disponho-me a fazer isso, se todos concordarem, e aí ficaria...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a está imbuída de fazer esse pedido de informações. Precisa sair pela Mesa da Casa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu enviarei aqui para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sr^{as} e Srs. Senadores, existe um último requerimento enviado à Mesa, que solicita que seja convocado – temos costume de sempre pedir para que seja convidado – o Ministro dos Transportes para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre recentes denúncias publicadas na revista **IstoÉ** sobre os procedimentos administrativos adotados pelo DNIT e no próprio Ministério.

O pedido é do nobre Senador Arthur Virgílio, e coloca ele os dados da própria **IstoÉ**, pedindo que seja feita essa convocação, que transformaríamos em convite.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria que fosse transformado isso não em convocação, mas em convite.

Gostaria de colocar o seguinte: temos vários requerimentos aprovando a vinda, aqui, de Ministro. Então, que esse ficasse na ordem de aprovação, a fim de que os anteriores pudessem seguir uma ordem cronológica.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ainda mais porque o autor não está presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não está, mas pode ser subscrito por qualquer um.

Entretanto, apenas para a Comissão não deixar de fazê-lo, faria dentro das regras propostas pela Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Como seriam as regras?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não é convocação – é convite – e entra na ordem cronológica dos demais convites já feitos. Na próxima semana, teremos o Ministro da Saúde.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, concordo, **in totum**, que o Ministro seja convidado, mas o autor do requerimento deveria estar presente. Insisto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa não insistirá com V. Ex^a. A Mesa concorda com V. Ex^a porque tem sido a praxe. Por essa razão, retira e aguarda a próxima reunião.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para dar uma informação aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Hoje, para logo após a Ordem do Dia, marcamos uma reunião da Subcomissão da Fiscalização das Agências Reguladoras, para que possamos decidir sobre o cronograma de trabalho. Não seria uma reunião longa; sei que todos estão interessados na reunião da CCJ – também é importante –, mas faria um apelo para que pudéssemos vir aqui e discutir, votar o nosso cronograma de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, a Mesa exulta em que V. Ex^a faça essa reunião, até porque essa Subcomissão já foi instalada e ainda não teve reuniões, e informa que a outra subcomissão já teve duas reuniões. Então, é preciso que as subcomissões andem, e cabe à Presidência instar – a Presidência é V. Ex^a – seus companheiros de subcomissão a estarem presentes e darem andamento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já fizemos a convocação para todos os Srs. Senadores, mas estou aqui reforçando a convocação a todos os Srs. Senadores da Subcomissão; inclusive foi marcada em comum acordo com o Vice-Presidente da Subcomissão também.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, estamos todos de acordo.

Não havendo mais o que tratar, agradeço a presente de todos e declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h34min.)

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, ANTONIO CARLOS VALADARES, HELOÍSA HELENA, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, LEOMAR QUINTALILHA, ARTHUR VIRGÍLIO, OSMAR DIAS, ANA JÚLIA CAREPA e DELCÍDIO AMARAL. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa, então, à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) REQUERIMENTO nº /2003-CFC, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, que “seja convocado o Ministro dos Transportes para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre as recentes denúncias publicadas na revista ISTOÉ sobre procedimentos administrativos adotados no DNIT e no próprio Ministério”. Resultado: Adiado; Item 2) AVISO Nº 54 DE 2002, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 787/2002-TCU (plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de implantação de Sistema de Transmissão de ITAIPU a Foz do Iguaçu – trecho IVAIPORÁ (TC – 003.547/2002-4).” Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador OSMAR DIAS, que em seu Parecer opina pela remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 3) AVISO Nº 63 DE 2000, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 170, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura de Teresópolis/RJ, referente a avaliação da aplicação de recursos federais, repassados mediante convênios, do sistema SUS e dos royalties do petróleo – (TC nº 575.421/98-3).” Autor: Tribunal de Contas da União. Relator “ad hoc”: Senador LUIZ OTÁVIO, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do

processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 4) AVISO Nº 42 DE 1999, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 861, de 1999, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Banco do Brasil.” Autor: Tribunal de Contas da União. Relator “ad hoc”: Senadora ANA JÚLIA CAREPA, que em seu Parecer opina pela solicitação de informações Tribunal de Contas da União. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores OSMAR DIAS, LUIZ OTÁVIO e ANA JÚLIA CAREPA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental.

Damos início a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos, para dar parecer, quatro itens.

O primeiro é o requerimento do Senador Arthur Virgílio, que solicita a convocação do Ministro dos Transportes, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre a recente denúncia publicada na revista **IstoÉ**.

Comunico ao Senador Arthur Virgílio, que, sem a presença de S. Ex^a, não colocaremos o item em votação.

O item 2, cujo Relator é o nobre Senador Osmar Dias, é o Aviso nº 54, de 2002.

Passo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, para relatar o **Item 2** da pauta.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 54, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 787, de 2002, relativa à auditoria realizada nas obras de implantação do sistema de transmissão de Itaipu a São Paulo.

O processo chegou ao Senado em 31 de julho de 2002, e foi encaminhado a esta Comissão no dia 7 de

agosto de 2002. Em 26 de fevereiro de 2003, fomos designados para a relatoria do presente processo.

Análise da matéria.

Em resumo, a decisão do TCU, datada de 3 de março de 2002, apenas comunica que as obras do sistema de transmissão de Itaipu a São Paulo estão sendo alocadas em outro programa de trabalho distinto do original e que estão sob exame. No relatório da equipe técnica, é feita menção apenas aos fatos acima com a proposta da retirada daquela obra do Plano de Auditoria do TCU.

Voto.

Diante do exposto, propomos pelo envio ao Arquivo do presente processo, sem conhecimento.

Estes são o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3 da pauta.

Peço ao nobre Senador Luiz Otávio que, por gentileza, substitua o Senador Efraim Morais.

Aviso nº 63, de 2000.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PFL – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 63, de 2000 (Aviso nº 1.773, do Tribunal de Contas da União, de 12/04/00, na origem), também do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópias do Acórdão 170, de 2000, do TCU, primeiro à Câmara, bem como dos respectivos relatórios e voto que o fundamentam, relativos à auditoria na Prefeitura de Teresópolis, no Rio de Janeiro, acerca da avaliação da aplicação de recursos federais repassados mediante convênios pelo sistema SUS e **royalties** do petróleo. Tribunal de Contas, nº 575.421/98 – 3. Relator, Senador Efraim Morais.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

Voto.

Diante do exposto, considerando que não há registro de danos ao Erário, bem como por se tratar de matéria situada inteiramente no âmbito da competência do Tribunal de Contas da União, não exigindo nenhuma providência adicional do Congresso, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo Arquivamento do presente processo.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4.

Aviso nº 42, de 1999, cujo Relator é o Senador Romero Jucá.

Peço à Senadora Ana Júlia Carepa que, por gentileza, faça o relato.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do Aviso nº 42, de 1999, do Tribunal de Contas da União que encaminha cópia da Decisão nº 861, de 1999, relativa à auditoria realizada na Fundação Banco do Brasil. Está na mão dos Senadores o relatório, que faz um histórico e onde não existe nenhuma situação mais séria.

Passo a ler o voto do Relator.

Apesar da remessa ao Senado para, nos termos da decisão, a adoção das providências cabíveis, verifica-se que o TCU – Tribunal de Conta da União, esgotou as ações aplicáveis ao caso, pelo que não cabe ao Senado promover qualquer medida.

Recomendável, porém, solicitar ao Tribunal de Contas da União informações sobre cumprimento ou não da determinação de remessa de projeto de lei para a autorização de criação da Fundação Banco do Brasil.

Proponho aprovar, juntamente com esse pedido de informações ao Tribunal de Contas da União, que penso poderíamos subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. Os Senadores que quiserem discutir podem fazê-lo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Senadores que aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, terminou o número de processo de hoje.

Faço uma consulta aos Senadores. Esta Comissão recebeu uma denúncia de não cumprimento de uma série de instituições que fiscalizam o meio ambiente e a sanidade animal numa região em que se es-

tão minerando metais pesados, perto de Minas Gerais. Eu não queria, de maneira nenhuma, divulgar antes de avaliarmos. Inclusive, comuniquei também à Comissão de Assuntos Sociais para que possamos ver em conjunto. Como pode haver ou não contaminação, seria melhor primeiramente estudarmos as implicações, conversarmos com os órgãos cabíveis, mas não deixarmos de tomar as medidas cabíveis, e não divulgaríamos, por hora, antes de termos a profundidade das informações. Depois farei uma reunião de trabalho, não televisada, para que discutamos esse assunto.

Informo também que a Subcomissão de Obras Inacabadas já fez seu cronograma e agora começará uma série de visitas, além de ter expedido uma série de solicitações aos demais órgãos correlatos para que tivéssemos um panorama de como andam as obras inacabadas em nosso País.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, eu só queria dizer que, como estávamos com dificuldades, resolvemos marcar uma reunião da Subcomissão logo após esta reunião. Solicito aos Senadores que fazem parte da Subcomissão de Fiscalização das Agências Reguladoras que fiquem para que possamos proceder à realização da nossa reunião. Já temos uma proposta que foi discutida, inclusive, com o Vice-Presidente, Senador Valmir Amaral, de início dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador Leomar Quintanilha acabou de me telefonar, dizendo que está vindo exatamente para esse fim. Estamos pedindo que a Secretaria ligue para o Senador Valmir Amaral para que V. Ex^a faça a reunião. S. Ex^a já se está deslocando de seu gabinete para cá.

Agradeço. Num dia de extrema dificuldade, quero louvar os Srs. Senadores por conseguirem este espaço para fazermos nossa reunião. Inclusive, fizemos uma pauta mais leve, porque hoje a Casa inteira está preocupada com o problema da Previdência, o que está mobilizando todos os Partidos. Mesmo assim, nossos Senadores estão aqui. Por essa razão, louvo a todos.

Encerro a presente reunião e convido a nobre Senadora Ana Júlia Carepa para que assuma a Presidência da Subcomissão.

(Levanta-se a reunião às 12h55min)

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia dois de outubro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, DUCIOMAR COSTA, HELOÍSA HELENA, LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL e LEONEL PAVAN. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa, então, à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) REQUERIMENTO nº 39 /2003-CFC, de autoria dos Senadores ARTHUR VIRGÍLIO e CÉSAR BORGES, que requer “seja convidado o Ministro dos Transportes para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre as recentes denúncias publicadas na revista ISTOÉ sobre procedimentos administrativos adotados no DNIT e no próprio Ministério”. Resultado: Aprovado; Item 2) REQUERIMENTO nº 40 /2003-CFC, de autoria do Senador EFRAIM MORAIS, que “seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. LUIZ FERNANDO FURLAN, diversos pedidos de informações”. Resultado: Aprovado. É lido e discutido, ainda, o REQUERIMENTO nº 41 /2003-CFC, de autoria do Senador DUCIOMAR COSTA, que requer “seja convidado o Dr. JOSÉ ANTONIO DA SILVA COUTINHO, Diretor Geral do DNIT, Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre, para prestar esclarecimentos sobre a duplicação da BR 316, no trecho Belém/Castanhal, no Estado do Pará, cuja obra foi concluída a aproximadamente 02 (dois) anos e encontra-se totalmente intransitável; Resultado: Aprovado. Item 3) AVISO Nº 33 DE 2000, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 122, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU (TC-008.479/99-2)” Autor: Tribunal de Contas da

União. Relator "ad hoc": Senador DUCIOMAR COSTA, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 4) AVISO Nº 220 DE 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 875, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada com o intuito de subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização referente às obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de TUCURUÍ (TC – 008.621/2000-0." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador CÉSAR BORGES, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores DUCIOMAR COSTA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS e ANA JÚLIA CAREPA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Declaro aberta a 25ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Dr. José Antônio da Silva Coutinho, Diretor-Geral do DNIT, Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre, para prestar esclarecimentos nesta Comissão sobre a duplicação da BR-316, no trecho Belém-Castanhal, no Estado do Pará, cuja obra foi concluída em aproximadamente dois anos e já se encontra totalmente intransitável. Quem assina é o nobre Senador Duciomar Costa.

Apenas pediria ao Senador que permitisse que a Mesa, em vez de fazer a convocação, num primeiro momento, fizesse o convite. Se não vier, então faremos a convocação, ou se não houver um acordo. Está bem?

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – O.k., Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº1 da pauta, cujo autor não está presente. Era a convocação do Ministro dos Transportes. Se chegar até o fim da reunião, colocaremos em pauta novamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Uma questão de ordem. Poderia, no caso, pela ausência do Senador Arthur Virgílio, endossar esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se V. Ex^a o fizer, podemos colocar em votação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, faça-o, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, agora, havendo a assinatura do nobre Senador César Borges, vamos colocar em votação o requerimento, para que seja convocado o Ministro dos Transportes para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre as recentes denúncias publicadas na Revista **IstoÉ**, sobre os procedimentos administrativos adotados no DNIT e no próprio Ministério. Subscrito, agora, pelo Senador Arthur Virgílio e pelo Senador César Borges.

Só pediria que, da mesma forma, em vez de fazermos convocação, no primeiro momento, fizéssemos um convite.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Perfeitamente, Sr. Presidente!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pode falar. V. Ex^a chega num bom momento e pode falar!

Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – É sobre o requerimento do Ministro dos Transportes, é isso!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isso. Que não seria convocação, seria um convite.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Gostaria de me posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não! V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC)
– Gostaria de propor que retirássemos da pauta. O autor não está há três reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ele subscreveu ao Senador César Borges.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC)
– Quero dizer que esses convites não têm ajudado, temos percebido isso. Então, iria propor que, antes de fazermos um convite, pudéssemos fazer primeiro um requerimento de informações que fosse assinado pela própria Comissão. E, se achássemos importante, faríamos o convite, e não a convocação, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, creio que, diante de qualquer denúncia, principalmente das que saem na mídia nacional, a presença dos denunciados é fundamental, como no caso do Ministro. Esta Comissão e o Senado Federal dão até uma oportunidade para que esses fatos fiquem devidamente esclarecidos para a opinião pública e que não pese qualquer dúvida sobre o procedimento do Exm^a Sr. Ministro, por quem, por exemplo, tenho a maior consideração. O que não pode ficar é a dúvida. Penso que o Senado e em especial esta Comissão de Fiscalização e Controle cumprem o seu dever, neste momento, quando fazem um convite ao Ministro, para que possa, aqui, colocar a sua visão dos fatos, não deixando perdurar dúvida alguma sobre o comportamento e a lisura dos atos de um Ministério tão importante para o País, como o Ministério dos Transportes. Além do fato de que a presença do Ministro aqui enseja que esta Comissão possa até dialogar questões como agora levantadas pelo Senador Duciomar, que são inerentes à própria pasta do Ministério. Quer dizer, é um momento que enriquece o trabalho da Comissão.

Por isso, insisto, para que a Comissão possa aprovar esse convite ao Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Gostaria de informar aos senhores que, ontem, a Assessoria do Ministro nos procurou e pediu que, se fosse colocada em votação, e não a tinha retirado da pauta, quando V. Ex^a subscreveu, já ia retirar, quando V. Ex^a subscreveu, que só não fosse a convocação, fosse um convite, que o Ministro viria de bom grado. Essa foi a colocação que fez a assessoria do próprio Ministro. Então, por isso eu acho que nós faríamos o convite e se todos forem de acordo o faremos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC)
– Sr. Presidente, eu defendi uma proposta. A minha

preocupação é a questão das rodovias. Estamos sempre fazendo sempre intervenções para daqui há pouco. Essa Comissão tem sido absolutamente atuante em relação à fiscalização em todos os aspectos, e por isso eu fiz a proposta. Então, proponho fazer o requerimento de informações. Não é ser contra entendeu, Senador César Borges, mas primeiro fazer o requerimento de informações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador Duciomar Costa, como se posiciona?

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, eu entendo que se há disposição do Ministro de atender o convite, já que nós estamos nem convocando, estamos apenas convidando se há disposição do Ministro de prestar os esclarecimentos, eu acredito que não tem porque não aprovarmos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, Senador, nós vamos fazer o convite. Vamos marcar a data e informaremos a Comissão e tendo em vista que é uma posição tranqüila, não só do próprio Ministério como da maioria do Senador.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC)
– Agora eu mantenho de qualquer jeito o requerimento. Eu acho que uma coisa, Senador César Borges, não impede a outra. A gente também pode fazer o requerimento de informações e o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nós podemos fazer o requerimento e, ao mesmo tempo, convidar, redundando um pouco, mas é bom. Excesso de gentileza não prejudica.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – É bom, até porque, veja bem, se fazemos um requerimento solicitando informações o próprio Ministro já fica sabendo exatamente quais são as nossas dúvidas e o que o Ministro precisa se preparar para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, tendo sido aprovado o relatório passamos para o item 02, cujo Senador não está presente por isso retiramos de pauta.

E entramos no item nº 3, que peço o Senador Duciomar Costa para ser o Relator **ad hoc**.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, o relatório refere-se à auditoria destinada a acompanhar as obras de implantação do metro e Belo Horizonte, trecho Calafate e Barreiros, correspondente ao programa de trabalho 16.091.05.72, 1212004. A Auditoria teve a sua realização determinada pela Decisão Plenária nº 261/99, de 19 de maio de 1999, que autorizou o plano especial de auditoria e

contemplou obras cuja dotação foram consignadas no orçamento geral da União, referente ao exercício de 1999.

Com relação à decisão plenária, o Tribunal pleno decidiu acatar o voto do Ministro Relator.

As determinações do CBTU foram proferidas pelo Tribunal na sessão anterior de 28 de abril de 1999, decorrente da decisão 175/99, que considerou também que a auditoria realizada foi válida para fins de acompanhamento semestral da execução fiscofinanceira do trecho Calafate-Barreiras, da obra de construção do metrô de Belo Horizonte, relativo ao primeiro semestre de 1999, registrando no período a ausência de irregularidade.

Em face do exposto, o voto é para que esta Comissão tome conhecimento do AVS nº 33, de 2000, e determine o seu arquivamento, e que, em relação às obras de implantação do trem metropolitano de Belo Horizonte, o trecho Calafate-Barreiro, relativo ao contrato de nº 09, de 1985, e correspondente ao programa de trabalho 16.091.05.72.12.12.004, o Tribunal de Contas da União não identifica indícios de irregularidades que possam ensejar uma paralisação cautelar.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4.

Peço ao nobre Senador César Borges que, por gentileza, seja o Relator **ad hoc**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Sr. Presidente.

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 220, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 875, de 2000, relativa a auditoria realizada nas obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em atenção a requerimento formulado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O processo chegou ao Senado Federal em 25 de outubro de 2000 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 27 daquele mesmo mês. Em 26 de outubro de 2000 foi nomeado Relator o Senador Wellington Roberto que o devolve à Comissão em 20 de dezembro de 2002 sem relatório. Como última novi-

mentação, foi designado Relator o Senador Romero Jucá, que tenho a satisfação de substituir **ad hoc** neste momento e que faz a seguinte análise da matéria.

O presente processo trata de auditoria realizada nas obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em cumprimento ao plano especial para levantamentos de auditoria em obras públicas, elaborado com o objetivo de subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Segundo a auditoria realizada, a ampliação estava prevista desde a concepção da Usina, em 1974, e consiste na instalação de onze usinas hidrogeradoras, que elevarão a capacidade da unidade hidroelétrica dos atuais 4.000MW para 8.125MW, transformando-a na maior usina hidroelétrica genuinamente nacional e na quarta maior do mundo.

A ampliação visa a operação integrada do sistema brasileiro interligado, incrementando a disponibilidade energética para os mercados já supridos atualmente nas Regiões Norte e Nordeste e possibilitando o atendimento a mercados potenciais da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, através do sistema de transmissão atual e daquele previsto.

A auditoria, a cargo da Secex (Secretaria de Controle Externo) do Pará não detectou irregularidades nos contratos examinados.

Voto do Relator.

Em consequência da auditoria realizada, a unidade técnica propôs:

- 1) Manter-se a obra sob acompanhamento do TCU incluída no próximo plano de auditoria.
- 2) Determinar-se a avaliação da concorrência relativa à aquisição de equipamentos hidromecânicos, cujo processo licitatório se encontra arquivado na sede da Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A.) em Brasília.
- 3) Sugerir à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que compatibilize com a ampliação da unidade hidroelétrica a liberação de recursos no programa de trabalho relativo à construção das eclusas de Tucuruí.

4) Determinar a realização de nova inspeção nas obras com o objetivo de verificar a procedência das irregularidades apontadas em parecer da Secretaria Federal de Controle Interno.

Em sessão de 18 de outubro de 2000, decidiu o TCU, à luz dos fatos apontados pela auditoria, as seguintes providências:

- 1) Manter o acompanhamento sobre as obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de

Tucuruí, incluindo-as no plano de auditorias para o primeiro semestre do ano de 2001.

2) Determinar à 1ª Secex que inclua também no plano de auditorias para o primeiro semestre do ano de 2001 a realização de trabalho objetivando avaliar a concorrência relativa à aquisição de equipamentos hidromecânicos das obras de ampliação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

3) Juntar oportunamente os presentes autos às contas da Eletronorte relativas ao exercício de 2000.

Observa-se que foram tomadas as medidas cabíveis à espécie, pelo que não há necessidade de que esta Comissão tome qualquer medida necessária.

Cumpra salientar que na Subcomissão de Obras Inacabadas deve ser verificada a continuidade ou não da construção das obras complementares do complexo de Tucuruí, em especial as obras de produção de energia, uma vez que atrasos nesses projetos podem contribuir para a ocorrência de apagões e racionamento, como se verificou no passado.

No mais, opinamos pelo conhecimento e arquivamento do presente processo.

Assina o Senador Romero Jucá, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que quiserem discutir poderão fazê-lo.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Efraim Morais está presente, por isso, podemos votar o Item nº 2, que é um requerimento da lavra de S. Ex^a.

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, na próxima quarta-feira, às 11h30min, o Presidente do Tribunal de Contas da União, o nobre Ministro Valmir Campelo, comparecerá a esta Comissão e nos dará uma série de informações relativas principalmente às construções, às obras apontadas como tendo graves problemas administrativos ou de outra ordem.

Informo também às Sras e aos Srs. Senadores que recebi ofício do nobre Ministro Valmir Campelo afirmando que deu conhecimento ao Plenário do Tribunal de Contas da União da nossa solicitação de que houvesse uma pré-seleção de processos a serem enviados à nossa Comissão.

O Senador Efraim Morais é o autor do requerimento do Item nº 2 da pauta. Concedo a palavra ao Senador para, em seguida, pôr em votação a matéria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Sr^{as} e Srs. Senadores, nosso requerimento baseia-se nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os artigos 216 e 102, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal.

Solicitamos ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Luiz Fernando Furlan, as seguintes informações: I – listagem de todas as aplicações de recursos do Bndes realizados nos últimos cinco anos, por Estado da Federação, com valores totais superiores a R\$1 milhão, incluindo empréstimos, investimentos e aquisições; II – estoque de ativos financeiros com saldos superiores a R\$1 milhão em 31 de julho de 2003, apresentando, para cada contrário, seu número, mutuário, valor contratado, parcelas desembolsadas, parcelas a desembolsar, cronograma de retorno, valor e data das parcelas já amortizadas e das vencidas e vincendas, linha de crédito, taxa de juros e forma de atualização monetária e situação em ser(?), em liquidação e etc.; III – listagem das diversas linhas de crédito, apontando a origem dos recursos e as características financeiras gerais de cada linha.

Justifico, Sr. Presidente, dizendo que cabe ao Congresso Nacional realizar o controle dos gastos públicos da União. Para tanto, o Governo Federal disponibilizou, no Sistema Integrado de Administração Financeira, Siafi, toda a contabilidade dos órgãos de administração direta, autárquica e fundacional. Está, porém, excluída do Siafi a maioria das empresas estatais, entre estas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Queremos que o Congresso Nacional tenha conhecimento disso por intermédio da nossa Comissão, pois é esta a finalidade da nossa Comissão: fiscalizar os entes do Governo Federal.

É esse o requerimento para o qual peço o apoio de todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o requerimento do nobre Senador Efraim Morais solicitando informações ao BNDES.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem V. Ex^a a palavra, nobre Senadora. Trata-se de requerimento de pedido de informações.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, quanto a esse requerimento de pedido de informações, voto favoravelmente, mas quero fazer um alerta. Sou bancária, funcionária do Banco do Brasil. Penso primeiramente que esse requerimento, estamos provando, tem que ser submetido à mesa do Senado, que assim reza o requerimento. Exponho a minha preocupação sobre alguns itens que não esclarece se acabam quebrando o sigilo, algumas informações. Quero dizer que estou votando favoravelmente ao encaminhamento à Mesa Diretora do Senado, que é o procedimento de um requerimento de informações. Estou preocupada com isso, porque sabemos que, para quebrar sigilos nessa situação, CPI, não poderemos, mas é importante que seja aprovada para que esta Comissão encaminhe à Mesa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Este o Regimento, nobre Senadora, e assim será feito.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Srs. Senadores, quero agradecer mais uma vez a gentileza de V. Ex^{as} e lembrá-los de que o relatório do Tribunal de Contas da União sobre obras irregulares está disponível na Internet, mesmo assim, o Presidente do Tribunal de Contas da União estará na próxima semana aqui para prestar maiores esclarecimentos. Desta forma, buscando maior proximidade entre o Tribunal de Contas e a nossa Comissão.

Informo a V. Ex^{as} que a nossa Subcomissão de Obras Inacabadas que, nesse fim de semana, um primeiro contato está sendo feito com os Estados. Já foi distribuído o calendário, que já deve se encontrar nas mãos de todos os Senadores, providência tomada por esta Presidência.

Espero que cada Senador dos diferentes Estados acompanhe a nossa missão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tentamos corrigir. Ontem foi um dia muito difícil. Avísamos à Secretaria da Comissão que entraríamos em contato com vários Senadores, que não poderiam agora pela manhã. Foi complicado, conseguimos marcar, mas não sei se vamos conseguir hoje à tarde por conta do espírito da sessão de hoje. É uma sessão no horário do expediente para homenagear a Petrópolis, mas vamos tentar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Para a tranquilidade de V. Ex^a, quero informar que a Subco-

missão de Endividamento dos Estados teve suas atividades passadas para a próxima semana, tendo em vista que conseguiu (?)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Presidente, agora, acertamos nossa primeira audiência pública, já foi aprovada, acontecerá daqui a duas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa parabeniza V. Ex^a.

Não havendo nada mais a tratar, encerro a sessão. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h30min.)

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e quatro minutos do dia dois de outubro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, ANTONIO CARLOS VALADARES, HELOÍSA HELENA, LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, LEOMAR QUINTANILHA, MOZARILDO CAVALCANTI, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL e PAULO OCTÁVIO. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa, então, que a presente reunião se destina a realização de Audiência Pública com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro VALMIR CAMPELO. A seguir o Senhor Presidente passa a palavra ao Presidente do Tribunal, que faz exposição acerca da atuação daquela Corte de Contas. Após a explanação, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos presentes. Fazem uso da palavra os Senadores PAULO OCTÁVIO, MOZARILDO CAVALCANTI, CÉSAR BORGES, ANTONIO CARLOS VALADARES, LUIZ OTÁVIO, DELCÍDIO AMARAL, LEOMAR QUINTANILHA e ANA JÚLIA CAREPA. A pedido do Senhor Presidente NEY SUASSUNA, assume a Presidência o Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata,

que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Peço ao nobre Senador Luiz Otávio e ao nobre Senador Leomar Quintanilha que, por gentileza, conduzam até aqui o Ministro-Presidente do Tribunal de Contas, Valmir Campelo. S. Ex^a fará uma exposição a respeito da sistemática e das obras inacabadas, sobre as quais o Tribunal acaba de manifestar-se, fazendo uma análise profunda.

Antes de conceder a palavra ao nobre Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União, que proferirá palestra, comunico aos Srs. Senadores que foram encaminhadas a esta Comissão algumas informações.

Da Controladoria-Geral da União: relatório de auditoria especial, força-tarefa, Cansanção, Bahia, e os resultados da quarta etapa do programa de fiscalização a partir dos sorteios públicos. Encontram-se ali dos documentos.

Do Tribunal de Contas da União: relatório das auditorias realizadas no Fiscobras/2003, envolvendo a consolidação e a fiscalização de obras públicas custeadas com recursos federais.

Também informações referentes à terceirização, no âmbito da administração federal, solicitadas por esta Comissão por meio do Requerimento nº 024/2003, de autoria do nobre Senador Valmir Amaral.

Do Tribunal de Contas da União também: informações sobre a auditoria nas obras de construção do edifício sede do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília, solicitadas por esta Comissão por meio do requerimento de autoria do Senador Wellington Roberto.

Do Ministério das Relações Exteriores: informações sobre a situação atual das despesas gerais das embaixadas e consulados brasileiros, dos países com os quais mantemos relações diplomáticas, solicitadas por esta Comissão por meio do Requerimento nº 25/2003, de autoria do Senador Ney Suassuna.

Esclareço que toda essa documentação está à disposição dos Srs. Senadores.

Nobre Ministro, é com muita alegria que recebemos um antigo companheiro Senador. Hoje, como Presidente do Tribunal de Contas da União, V. Ex^a vem ilustrar a nossa Comissão com as informações que, com certeza, nos serão transmitidas.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. VALMIR CAMPELO – Agradeço ao eminente Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Ney Suassuna, e aos Srs. Senadores.

Inicialmente, Sr. Presidente, desejo manifestar a satisfação de comparecer ao Congresso Nacional, onde tive a honra de exercer os mandatos de Deputado Federal Constituinte e de Senador da República.

Atendo hoje ao convite da Presidência da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da qual tive a honra de ser membro efetivo, para expor considerações sobre o controle externo das obras públicas executadas com recursos federais. Aos ilustres membros desta Comissão permanente, meus cumprimentos de elevado apreço e respeito.

Recebo essa deferência não só como uma homenagem à instituição cuja Presidência tenho a honra de exercer, mas também como uma demonstração da boa e construtiva convivência que há muito vem norteando a política de relacionamento do Tribunal com o Congresso Nacional.

Com essa iniciativa, estamos contribuindo para a adequada divulgação e correta compreensão das atividades do controle a cargo do TCU. A afinidade existente entre as atribuições desta Comissão e as do TCU impõe aos dois órgãos uma constante troca de experiências no ramo de fiscalização e controle dos gastos públicos, daí a importância de reuniões como esta, cujos resultados revertem-se sempre em benefício da boa e regular gestão das finanças do Erário.

Aliás, Sr. Presidente, o entrosamento do TCU com o Congresso Nacional está definido com precisão na Carta Magna em diversos de seus dispositivos, comprovando as afinidades de ação de um e de outro como partícipes que são na missão do controle externo.

O trabalho de fiscalização das obras públicas é um claro exemplo da efetividade dessa boa convivência, conforme será demonstrado. Consolida-se, dessa forma, o pleno inter-relacionamento das duas instituições que perseguem os mesmos ideais.

A propósito, devo lembrar que essa linha de conduta encontra-se perfeitamente exemplificada na

atenção especial que o tribunal dá aos pedidos do Parlamento. A título de ilustração, ressalto que, apenas em 2002, foram realizadas 494 fiscalizações de interesse do Congresso Nacional, bem como apreciados 139 processos referentes a outras demandas do Parlamento, sempre em caráter de urgência, envolvendo consulta, representações e solicitações de auditoria e de informações.

Histórico da Fiscalização de Obras Públicas.

Constitui pressuposto básico para o correto entendimento da matéria, objeto deste pronunciamento, um retrospecto, ainda que breve, sobre a fiscalização de obras públicas pelo TCU em conjunto com o Congresso Nacional. As obras públicas, financiadas com verba do Orçamento da União, representam expressivo volume de recursos. Por isso, há muito, o tribunal vem direcionando os seus esforços na fiscalização desse importante setor.

Ainda em 1995, por meio da Decisão nº 6.695, tendo o presente relatório de auditoria operacional, o TCU já alertava os Srs. Presidentes da Câmara e do Senado Federal para os efeitos maléficis oriundos da aprovação de emendas ao orçamento, sem o necessário amparo em prévio projeto básico de viabilidade técnica e análise de custo-benefício, bem assim para os prejuízos causados aos cofres públicos em face da liberação de recursos orçamentários para novas obras em detrimento da conclusão de obras iniciadas e posteriormente paralisadas.

Pela sua gravidade e repercussão, o problema da falta de conclusão de obras públicas passou a merecer também iniciativas de acompanhamento e fiscalização pelo próprio Parlamento. Nesse sentido, destaque-se a criação, em 1995, pelo Senado Federal, da Comissão Temporária das Obras Inacabadas, cujos trabalhos identificaram, naquela época, 2.214 obras paralisadas, com o gasto total de mais de 15 bilhões, significando inaceitável desperdício de escassos recursos públicos.

A partir de 1997, foram inseridos dispositivos na LDO e na Lei Orçamentária Anual com o intuito de, mediante trabalho conjunto entre o Congresso Nacional e o TCU, haver acompanhamento mais efetivo dos gastos em obras públicas. Desde então, o tribunal passou a elaborar, paralelamente ao seu plano geral de fiscalizações, um plano específico de auditorias de obras para a verificação de possíveis irregularidades nesses empreendimentos, com vistas também a subsidiar o Congresso Nacional na alocação de recursos orçamentários. Seguiram-se outras iniciativas do Parlamento, as quais alcançaram igualmente a questão das obras públicas federais, destacan-

do-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, no âmbito do Senado Federal, em 1999, e a Comissão Parlamentar de Inquérito das Obras Inacabadas da Câmara, em 2001.

Uma vez incorporada a fiscalização de obras às rotinas de funcionamento do tribunal, passou-se a atribuir importância cada vez maior às auditorias de tal setor de modo a garantir a boa e regular aplicação dos recursos a ele destinados. O trabalho sistêmico que se iniciou em 1997 com a realização de 96 fiscalizações em obras, cujas dotações importava em 2,2 bilhões, teve incremento qualitativo e quantitativo substancial. Em 2000, foram realizadas aproximadamente 200 fiscalizações em obras, com o total de 4,3 bilhões. No corrente exercício, o TCU realizou mais de 400 fiscalizações em obras, cuja dotação prevista em lei orçamentária equivale a mais R\$14 bilhões. Ou seja, entre 1997 e 2003, as verificações da espécie pelo tribunal saltaram de 96 para 400, representando um incremento acima de 300% no período. Em termos de dotação orçamentária anual, a evolução foi de 2,2 bilhões para 14,4 bilhões, equivalente a um acréscimo superior a 600%.

Metodologia de Trabalho Conjunto do TCU e do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Apenas para informar aos nobres Pares que chega para uma reunião que se sucederá a esta, da Subcomissão, o Dr. Silas Cavalcante, Diretor-Presidente da Eletronorte. Eu peço ao Secretário que o convide, se S. S^a quiser participar da reunião; se não, pode aguardar ali. A minha intervenção foi somente para informar a V. Ex^{as} sobre a chegada do Dr. Silas. Obrigado e desculpe.

O SR. VALMIR CAMPELO – Sou eu que agradeço a V. Ex^a.

A ocasião enseja a explicação da metodologia usada pelo Tribunal de Contas da União e pelo Congresso Nacional nas fiscalizações de obras, o que faremos a seguir. Um dos enfoques necessários sobre a fiscalização das obras públicas diz respeito à distinção entre os papéis desempenhados no processo pelo Tribunal de Contas da União e pelo Congresso Nacional. Evidentemente, a atuação do Tribunal situa-se na esfera técnica, auditando as obras e apontando a existência de indícios de irregularidade graves. Ao Congresso Nacional, na esfera política, corresponde a decisão de alocar e de liberar, ou não, recursos orçamentários para as obras indicadas pelo Tribunal.

Nesse sentido, cabe destacar trecho do relatório do Comitê de Avaliação das informações enviadas

pelo Tribunal para a elaboração da LOA de 2003, que dispõe:

“Por isso mesmo, como legítimo representante do conjunto da sociedade, o Congresso Nacional tem o poder-dever de decidir se os interesses do conjunto da sociedade estarão melhor protegidos com a continuidade da alocação de recursos, ou com a paralisação provisória ou definitiva da obra, independentemente das providências corretivas das irregularidades identificadas”.

Nos critérios adotados para a seleção das obras a serem fiscalizadas, o TCU considera os seguintes aspectos: materialidade, valores consignados nas dotações orçamentárias anuais, regionalização do gasto histórico de irregularidades pendentes, obtidos a partir das fiscalizações anteriores do Tribunal. Além disso, para cada ciclo de fiscalização anual, sempre são auditadas as obras constantes do quadro de irregularidades graves da LOA do respectivo exercício.

Os trabalhos de fiscalização de obras são planejados e desenvolvidos, no âmbito do Tribunal de Contas da União, no período de fevereiro a setembro de cada ano, compreendendo essas etapas: aprovação da relação das obras a serem auditadas no início do ano; trabalho de auditoria pela Secretaria de Controle Externo, de março a agosto; deliberação do Plenário e encaminhamento das informações, ao Congresso Nacional, até o final de setembro, como subsídio à aprovação da Lei Orçamentária Anual.

Concluídas as fiscalizações, o Tribunal encaminha ao Congresso Nacional as seguintes informações, entre outras, sobre obras indicadas. A classificação institucional, funcional e programática atualizada, conforme constante da Lei Orçamentária; localização e especificação, com as etapas, dos subtrechos ou as parcelas e seus respectivos contratos, conforme o caso, nos quais foram verificadas possíveis irregularidades; a classificação dos eventuais indícios de irregularidades identificados, de acordo com a sua gravidade, bem como o pronunciamento expresso acerca da paralisação cautelar; as providências já adotadas pelo Tribunal quanto às irregularidades; o percentual de execução físico-financeira e a estimativa do valor necessário para a conclusão.

Inúmeras são as vantagens do uso da metodologia conjunta do TCU e do Congresso Nacional na fiscalização de obras públicas. Destaco as seguintes:

1 O Congresso Nacional passou a ter informações tempestivas a respeito do andamento das obras federais, podendo utilizá-las no processo de apreciação da LOA.

2 Os responsáveis pelo gerenciamento das obras com indício de irregularidades na maioria das vezes procuram o devido saneamento, com a maior urgência, evitando atitudes protelatórias, como prorrogações de prazo, recursos e etc.

3 A expectativa de controle, como atitudes tempestivas do Congresso Nacional e do TCU resultou em um melhor gerenciamento do processo de contratação de obras públicas, de maneira a evitar irregularidades.

Eu devo ressaltar que os trabalhos técnicos desenvolvidos pelo TCU nessa área têm se aprimorado ano a ano. A experiência advinda de um grande número de fiscalizações tem permitido o desenvolvimento de novos procedimentos e modernos sistemas informatizados, bem como um excelente preparo das equipes envolvidas.

De fundamental importância para o bom desempenho da nossa fiscalização tem sido o efetivo intercâmbio entre a assessoria da Comissão Mista e o corpo técnico do TCU. Isso tem possibilitado considerável ganho de produtividade e qualidade na execução de tão difícil tarefa. Aliás, foi exatamente pensando no aprimoramento da qualidade das auditorias do setor, que a Corte de Contas criou, em 2001, uma unidade técnica especializada da matéria que é a Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, que coordena os trabalhos, em nível nacional, define prioridades, metodologias e procedimentos técnicos.

Com idêntico propósito, temos dispensado especial atenção à capacitação e ao aperfeiçoamento das equipes responsáveis, inclusive com a recente conclusão do 1º Curso de Pós-Graduação em Auditoria de Obras Públicas, realizada pela Universidade de Brasília. Não obstante à especialização conseguida, por vezes, em face da elevada complexidade técnica de determinada situação, o Tribunal vê-se obrigado a solicitar o apoio do serviço técnico de outras organizações públicas, como a Caixa Econômica Federal, a coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, do Rio de Janeiro, o Exército Brasileiro, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade de Brasília, tendo em vista a prerrogativa que lhe confere o art. 101 da Lei Orgânica. Tal opção tem garantido ao TCU elevada credibilidade quanto aos resultados das verificações por ele efetivadas.

Importa destacar que as impropriedades constatadas em obras públicas costumam ser recorrentes. Por um lado, isso permite ao Tribunal tabular as irregularidades mais freqüentes, ensejando a uniformização de conceitos em âmbito nacional, visto que possuímos unidades executando auditorias em todos os

Estados. Por outro lado, isso facilita a realização de indispensável atividade educativa junto aos responsáveis dos órgãos jurisdicionados.

Com efeito, cada vez mais se confirma no Tribunal a necessidade das ações de caráter pedagógico, orientando os administradores e contribuindo para o bom e regular emprego dos recursos públicos.

Nesse sentido, demos início, no dia 18 do mês passado, à execução do Projeto Diálogo Público, o Tribunal de Contas em contato com a administração e a sociedade. Ele é parte integrante de acordo de empréstimo BID/TCU, com a cooperação técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e se propõe a estabelecer canais de comunicação com gestores públicos, o Congresso Nacional e a sociedade civil.

Estamos também intensificando a realização de palestras em órgãos e entidades, inclusive prefeituras, com vistas à disseminação de boas práticas de gestão e providenciando a distribuição de cartilhas orientadoras aos governadores, prefeitos e aos responsáveis pela execução de despesas.

Além disso, as publicações orientadoras estão sendo encaminhadas aos Srs. Parlamentares para ciência. A nossa publicação denominada "Obras Públicas – Recomendações Básicas para Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas" apresenta importantes subsídios para a gerência desse tipo de empreendimentos, como: cuidados na licitação, na contratação e execução e nas principais irregularidades constatadas. Já o livrete "Sumário Executivo – Auditoria em Obras Públicas" descreve a sistemática de fiscalização do TCU e do Congresso Nacional, bem como os principais dispositivos legais que regulamentam o tema: Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais.

A partir de 1997, as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais vem norteando os trabalhos de fiscalização de obras, no âmbito do controle externo. São definidas regras claras para a ação do TCU, bem como para a atuação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na análise dos pareceres, com vistas à decretação do bloqueio ou desbloqueio da execução de contratos e convênios relativos a obras com indícios de irregularidades.

Tais atribuições vêm sendo aprimoradas ao longo do tempo. As últimas LDOs estabelecem, além da responsabilidade do Tribunal de Contas da União e do Congresso Nacional, regras de fundamental importância para facilitar a atuação do controle, como a necessidade de prévio cadastramento, em sistema

específico, de informações relativas a contratos e convênios, trazendo ainda referência objetiva para a aceitabilidade de preços relativos a obras públicas.

A partir de 1997, a Lei Orçamentária Anual passou a determinar condições para a execução de obras e serviços, sobre os quais existiam irregularidades indicadas em processos já apreciados pelo Tribunal. Para tanto, trazia quadro específico no qual constava a relação dessas obras ou serviços.

Em 2000, o bloqueio passou a recair sobre as obras e serviços nos quais fossem observados indícios de irregularidades graves. O principal motivo da alteração para indícios foi a constatação da CPI do Judiciário, levando em conta que a confirmação de irregularidades em fase do trânsito em julgado do processo, ampla defesa, pedido de prorrogação de prazo, recurso, etc, pode demorar mais do que o período de conclusão da obra.

Em 2001, houve aprimoramento importante: o bloqueio passou a se dar em contratos e convênios específicos, e não mais sobre todo o programa de trabalho. Tal inovação decorreu do fato de que, em obras de maior porte, existem diversos contratos e convênios cujos objetos são menores do que o referente ao subtítulo aprovado no Orçamento.

Em 2002, tivemos nova diretriz: a conceituação de indícios de irregularidades graves de forma objetiva. A LDO definiu esses indícios como aqueles que tornam recomendável a paralisação cautelar da obra ou serviço e que, sendo materialmente irrelevantes, enquadrem-se em alguma das seguintes situações: tenham potencialidade de ocasionar prejuízo significativo ao Erário ou a terceiros ou possam ensejar nulidade do procedimento licitatório ou do contrato.

Outra inovação corrigida a partir de 2002 foi a inserção de dispositivo na LOA exigindo que o Tribunal de Contas da União remeta ao Congresso Nacional, em até quinze dias após a sua constatação, informações quanto aos indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios ou ao saneamento de indícios anteriormente apontados referente a obras e serviços constantes da lei orçamentária, acompanhado de subsídios que permitam a análise da conveniência e da oportunidade de continuação ou paralisação da obra ou serviço.

Objetivando o atendimento desse comando, o Tribunal adotou as seguintes medidas: determinou fosse disponibilizado para a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional o acesso, via **internet**, aos relatórios em que constam os indícios de irregularidades graves, definiu prazo para a manifestação de todas as áreas

do Tribunal e fixou orientação tendente à imediata comunicação ao respectivo Ministro de Estado.

Resultado das fiscalizações de obras públicas realizadas pelo TCU em 2003.

Para bem situar o assunto que nos trouxe aqui, cabe tecer algumas considerações a respeito dos resultados das fiscalizações realizadas pelo Tribunal em obras públicas no corrente exercício.

Antecipo que, em face do elevado número de fiscalizações aliado ao fato de que cada um dos processos tem sua instrução presidida por um relator específico, não há como me posicionar aqui sobre todas as particularidades dessa ou daquela obra que, porventura, V. Ex^{as} desejem conhecer. Havendo necessidade, Sr. Presidente, quando das perguntas, caso alguma não possa ser respondida imediatamente, anotarei a solicitação para que eu possa, posteriormente, encaminhar, imediatamente, a resposta adequada a cada Sr. Senador.

O Tribunal concluiu no mês passado mais de 400 fiscalizações em obras públicas, alcançando todos os Estados da Federação, tendo encaminhado ao Congresso Nacional o resultado consolidado dessas verificações de 2003. Destaquem-se aí 103 programas de trabalho relacionados à sub-função "transporte terrestre", cuja dotação total implica aproximadamente 2 bilhões, 46 programas para energia elétrica, com 3 bilhões, seis programas para petróleo, com 3 bilhões, e nove programas para a produção industrial, com 3 bilhões.

Em relação às unidades orçamentárias, a Petrobras conta com 15 programas de trabalho, com dotação aproximada de 5,5 bilhões; o Denit, com 2,2 bilhões; a Eletronorte, Furnas, Refinaria Alberto Pasqualini, com aproximadamente 1 bilhão cada.

Em 1988, das 400 obras auditadas, ou seja, em mais de 20% do total, foram identificados indícios de irregularidades graves que recomendavam a paralisação do aporte de recursos para sua execução, compreendendo 90 contratos, cujos custos somam aproximadamente em 3 bilhões. Informo que dessas 88 obras oito já mereceram a adoção de medidas corretivas pelos gestores ou tiveram a justificativa dos responsáveis acolhidas pelo Tribunal, recebendo parecer da Corte de contas pela desnecessidade da paralisação cautelar do fluxo de recursos. A Comissão Mista de Orçamento vem sendo imediatamente informada de todos esses casos para fins de desbloqueio, como foi o caso que ontem fizemos dessas oito ao Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

As principais irregularidades constatadas apresentam a seguinte distribuição no processo licitatório: 30% sobre preço, 20% alteração indevida de projetos, e assim por diante. Destaca-se pelo percentual de participação na quantidade de indício de irregularidades graves o Dnocs, com 46%; o Dnit, com 33%; o Fundo Penitenciário Nacional, com 29%.

Por oportuno, esclareço que o TCU prioriza a instrução dos processos onde constam tais indícios de irregularidade, analisando com urgência a justificativa dos responsáveis. Em face disso, em relação ao total das obras identificadas, já pode ter acontecido uma das seguintes situações:

a) o Tribunal determinou a anulação do procedimento viciado ou adoção das medidas corretivas, tendo em vista a confirmação dos indícios;

b) os responsáveis adotaram, de ofício, as medidas corretivas ensejando o parecer do TCU pela liberação das obras, foi o caso de ontem de oito;

c) o Tribunal acolheu as justificativas oferecidas aos responsáveis dando por liberada a obra.

Para todos os casos, o Tribunal encaminha imediatamente, após sua deliberação, os respectivos relatórios e acórdãos à Comissão Mista de Planos e Orçamento.

Mencione-se que na remessa ao Congresso Nacional, em setembro último, das informações consolidadas dos trabalhos realizados em 2003, foram encaminhadas, nos termos do art. 94, parágrafo primeiro, da Lei nº 10.707, de 2003, LDB para 2004, todas as informações relevantes apontadas pelas equipes técnicas quando da auditoria, bem como todas as deliberações proferidas a partir da conclusão de cada fiscalização, com o objetivo principal de propiciar uma visão sistêmica da situação da obra, além de dar transparência às ações da Corte de contas.

Principais irregularidades:

Alguns comentários sobre a natureza das principais irregularidades encontradas nas fiscalizações de obras públicas se fazem imprescindíveis, daí uma breve abordagem sobre cada uma delas.

1. Falha na elaboração de projeto básico. O projeto básico é peça essencial no processo de contratação de obra pública. É ele quem define o que deve ser executado. As estimativas de quanto deve ser pago, de forma a estabelecer as linhas gerais para que as empresas ou sob regime de competição forneça os seus preços e conseqüentemente a administração contrate pela proposta mais vantajosa.

A lei de licitações define com propriedade que o projeto básico é o conjunto de elementos necessários

com o nível de precisão adequado para caracterizar a obra ou o serviço que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e prazos da execução.

Sem essa peça adequadamente elaborada, a obra poderá sofrer alterações e, em face disso, acréscimo de custos tão elevados que poderão inviabilizar a própria execução, ou porque os benefícios deixam de ser compatíveis com os custos ou porque a administração não terá recursos suficientes para a sua finalização com base nos novos preços. Em outras palavras, o projeto básico mal elaborado é a porta de entrada para a obra inacabada.

2. Ausência de licença ambiental. Essa questão é extremamente relevante. Diversas são as obras licitadas ou contratadas sem a devida licença ambiental.

Tal fato ocasiona a impossibilidade da definição precisa do custo do empreendimento, visto que não estão definidas as medidas mitigadoras. Pode inclusive o empreendimento ser inviável sob o aspecto ambiental, o que inviabilizaria todo o processo e os gastos já realizados.

3. Restrição ao caráter competitivo da licitação. Por meio de definição restritiva em cláusulas editalícias como atestados técnicos, contábeis ou financeiros, ocorre a eliminação de possíveis concorrentes, o que dificulta a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.

4. Pagamentos efetuados a maior.

Diversos são os achados em relação a esse quesito. O primeiro é o descompasso entre o cronograma físico e financeiro da obra ou seja, o valor pago é maior do que os serviços executados.

Outros casos encontrados são o superfaturamento, como pagamento de valores superiores ao de mercado ou, então, a contratação de serviços específicos por preço extremamente elevado, que no decorrer da obra são aditivados de forma expressiva; ocasionando prejuízo para a administração.

Outras considerações:

Praticamente todas as falhas antes apontadas têm como conseqüência a realização de aditivos que aumentam os custos das obras. Tais aditivos em regra envolvem serviços novos, caso em que a empreiteira tem absoluta liberdade de negociar valores sem a devida concorrência, visto que é a única que está na obra. Podem também envolver serviços cujos quantitativos a empreiteira detectou que deveriam ser majorados e por esse motivo aumentou, significativamente o seu preço unitário, com a redução dos demais, de

forma a manter a competitividade do preço global, mas visando ao superfaturamento dos fatores, quando dos aditivos configurados, o chamado jogo de preços. Daí ser indispensável que o TCU aponte as falhas graves em obras públicas e o Congresso Nacional determine ou não a suspensão da execução orçamentária até a correção das irregularidades da espécie.

Outros aspectos verificados pelo TCU:

É importante mencionar que o TCU não se preocupa apenas com o aspecto da legalidade das obras públicas. Procura também, por meio das auditorias operacionais, verificar outros pontos como as qualidades das obras e colaborar com sugestões de administração.

Nesse sentido, destaco o trabalho feito recentemente, com o objetivo de verificar as qualidades das obras das rodovias brasileiras. Refiro-me ao Acórdão nº 938, do TCU, cujo sumário expressa bem a situação encontrada pelos nossos auditores. Vejamos:

“Verificação da situação precária na qual se encontram as rodovias brasileiras; insuficiência de recursos para o setor, em parte injustificada; aplicação de recursos da contribuição de intervenção no domínio econômico em áreas não permitidas, em detrimento da infra-estrutura de transportes; estagnação dos investimentos do setor a despeito da situação da Cide; falta de obras de restauração e conservação; uso de operações de tapa buraco como solução paliativas pelas estradas deterioradas, ausência de definição de padrões de qualidade a serem cumpridos na execução das obras rodoviárias; falta de responsabilização das empresas projetistas, supervisoras e executoras por serviços mal feitos; baixa qualidade dos projetos básicos e dos materiais betuminosos; deficiência do sistema de controle de peso e de cargas transportadas; falta de balanças e de pessoas para operá-las; fragmentação excessiva na aplicação dos recursos disponíveis para o setor de transporte rodoviário; necessidade de priorizar investimentos para racionalizar o uso de recursos e garantir a conclusão das obras no prazo esperado; débil estrutura administrativa incapaz de assegurar o cumprimento das funções institucionais do Denit, sobretudo em áreas estratégicas como a pesquisa, auditoria interna e a fiscalização de obras”.

Principais obstáculos enfrentados pelo TCU:

A ocasião é propícia para uma reflexão sobre os obstáculos enfrentados pelo Tribunal no exercício de suas competências, que são amplas e complexas.

Como é do conhecimento dos Srs. Parlamentares, a Constituição de 1988 ampliou significativamente

a ação fiscalizadora do TCU. Além disso, desde então, várias outras tarefas foram conferidas ao Tribunal por meio de mais de uma dezena de leis específicas.

Levar a bom termo todo esse conjunto de atribuições tem sido um grande desafio para o Tribunal, exigindo de todos nós muito esforço e dedicação.

Para que os senhores Senadores tenham uma idéia do que isso representa concretamente, basta mencionar os seguintes números de 2002, relativamente ao exercício do controle externo, sobre mais de nove mil órgãos, entidades jurisdicionadas ao TCU; 8.400 processos apreciados de forma conclusiva; 102 mil atos de pessoal apreciados; 1.142 recursos apreciados contra deliberações; 1.204 fiscalizações realizadas; 435 obras fiscalizadas de construção civil.

É fundamental que o Parlamento conheça as dificuldades que enfrentamos em face do reduzido número de servidores do quadro técnico do TCU. Contando apenas com mil analistas, inclusive junto com a área meio, é cada vez mais urgente a necessidade de que o Congresso aprove o Projeto de Lei nº 2.770, tramitando atualmente na Câmara dos Deputados, que cria 600 cargos de Analista de Controle Externo, mediante concurso público, pelo TCU.

Aproveito a oportunidade para encarecer a V. Ex^{as} o apoio nesse sentido. Falando ainda de obstáculos à brevidade que deve ser imprimida, a tramitação processual no âmbito do TCU, aqueles que são saudáveis ao sistema democrático, como é o caso do devido processo legal, permitindo aos responsáveis e ao contraditório a ampla defesa, princípios consagrados pela Constituição.

A propósito disso, o STF já se posicionou a respeito da matéria, entendendo que, nos casos de contrato em que exista a possibilidade de determinação de sua sustação ou anulação, também deve ser ouvida a empreiteira contratada, além dos demais interessados para que tenham a oportunidade de formular alegações e apresentar documentos se assim desejarem, que é o Mandado de Segurança nº 23.550.

Contudo, saliente-se que, em alguns casos, as empresas envolvidas se valem de todos os remédios processuais, o que retarda o posicionamento definitivo por parte do Tribunal. Ainda no campo dos obstáculos, merece destaque o fato de que os responsáveis, ao apresentarem razões de justificativa, devem providenciar comumente a anexação dos autos de pareceres de perito, demandando análise cuidadosa de nossos analistas. Às vezes se torna imprescindível a requisição de serviços especializados junto a outros

órgãos ou entidades cujo atendimento nem sempre ocorre com a rapidez desejada.

Outro ponto a considerar nas dificuldades de nossas apurações é que o TCU não tem competência para quebrar o sigilo bancário dos responsáveis. Esse poderoso instrumento facilitaria em muito as investigações do Tribunal. Por isso, as CPIs, dispendo de tal recurso, por vezes consegue melhor do que o Tribunal a identificação de irregularidades.

Conclusão, Sr. Presidente Ney Suassuna, Sr^{as} e Srs. Senadores, eram esses os esclarecimentos que tínhamos a oferecer à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, em nome do Tribunal de Contas da União. É inegável a importância do trabalho conjunto realizado pelo Congresso Nacional e pelo TCU na fiscalização de obras públicas. O Tribunal, com atuação na esfera técnica, auditando as obras e indicando, quando for o caso, a existência de indícios de irregularidades graves. O Congresso Nacional no âmbito político, avaliando a conveniência e oportunidade da locação e liberação de recursos orçamentários para as obras questionadas.

O apoio do Parlamento para o sucesso das novas práticas de controle tem sido efetivo quando da aprovação das leis que regulamentam a matéria orçamentária. Não temos dúvidas de que a paralisação temporária determinada pelo controle externo é a maior garantia à sociedade de que, após a adoção das medidas corretivas, a obra terá todas as condições para a sua conclusão.

Plenamente convicto de que esta Comissão terá êxito em seu propósito de bem servir e defender a coisa pública, registro o meu agradecimento pela oportunidade de poder expor aqui considerações sobre o controle externo das obras públicas executadas com recursos federais, colocando em debate tema da maior relevância para gestores, controladores, membros do Parlamento e sociedade em geral.

Estou à disposição de V. Ex^{as} para eventuais esclarecimentos. Conforme já informei, em face do elevado número de fiscalizações, aliado ao fato de cada processo ter sua instrução presidida por um relator específico, provavelmente não poderei me posicionar sobre todos os detalhes desta ou daquela obra que os eminentes Congressistas desejem conhecer. Caso se faça necessário, providenciarei para que as solicitações de V. Ex^{as} sejam atendidas o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço ao nobre Ministro Valmir Campelo.

De acordo com a lista de inscritos, o primeiro orador é o Senador Paulo Octávio, do Distrito Federal, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente Ney Suassuna, Ministro Valmir Campelo, quero cumprimentá-lo pela brilhante exposição e também, em nome de Brasília, por ter representado o povo candango com tanta competência no Senado Federal e por dirigir hoje o Tribunal de Contas da União.

Tenho acompanhado suas viagens por todo o Brasil, mostrando o trabalho desenvolvido pelo Tribunal, de transparência e lisura no acompanhamento das obras públicas, tão importante para que os escassos recursos públicos brasileiros possam ser bem administrados em todo o território nacional.

Quero dar o meu testemunho do seu esforço e do seu trabalho em fazer com que o Brasil todo tenha bons olhos para o TCU e que os Tribunais Estaduais também possam acompanhá-lo em seu trabalho.

No caso de Brasília, só queria deixar registrada a minha solicitação. Na sua visita ao Presidente José Sarney, foi detectado que a obra de implantação do metrô, principalmente no trecho final, entre Taguatinga e Ceilândia, está com irregularidades.

O que falta fazer nessa obra é muito pouco pelo valor que já foi investido em 12 ou 13 anos de trabalho. Nós da bancada de Brasília corremos um risco muito sério, se por acaso continuar a irregularidade nas próximas duas semanas, de não podermos apresentar esta emenda de Orçamento, prejudicando um setor importante, uma obra que já consumiu muitos recursos da União e do Estado.

Eu gostaria de entender se essas irregularidades são expostas para o Estado antes de serem apresentadas ao Congresso ou se o Estado fica sabendo apenas depois que são apresentadas ao Congresso – só para entender o funcionamento. Teremos um suspense de alguns dias para saber se colocaremos ou não emendas para terminar o metrô, que é essencial, principalmente no trecho mais importante, que V. Ex^a conhece tão bem. Fica a minha indagação para saber o procedimento que a bancada deve tomar em relação a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Sr. Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – Agradeço as palavras bondosas do caro amigo Senador Paulo Octávio. Quero dizer da minha satisfação em vê-lo nesta Casa, dando prosseguimento a esse trabalho que Brasília tanto espera. V. Ex^a vem correspondendo piamente aos anseios da população como Deputado,

por várias vezes, e hoje como Senador. V. Ex^a é um grande líder e motivo de orgulho para Brasília no Senado Federal.

Em primeiro lugar, devo dizer a V. Ex^a que, realmente, no decorrer de toda auditoria, o TCU dá ao gestor oportunidade para se pronunciar. Ele tem a oportunidade de ir informando ao Tribunal aquelas possíveis irregularidades. O nosso prazo é dia 30. Às vezes as informações chegam à Comissão Técnica e não chegam a tempo ao plenário, porque passam por todo um crivo de atendimento. Diante da complexidade de cada obra, nós a encaminhamos num primeiro momento e, de acordo com a LDO, atualizamos quinzenalmente ou mensalmente. À medida que chegam, o Tribunal imediatamente as examina e dá ciência à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Ontem encaminhamos à Comissão Mista oito obras já atendidas pelos próprios gestores. Como foram satisfatórios os entendimentos, foram votadas e imediatamente encaminhadas à Comissão Mista.

Independentemente, como tive a oportunidade de falar, de acordo com a própria LDO, a emenda pode ser feita, sim. O recurso pode ser alocado. Porém, condiciona-se a liberação dos recursos se até o final de novembro ou início de dezembro, quando da aprovação do Orçamento, não houver justificativa. Isso já tem sido feito em anos anteriores: até aprova-se, mas condiciona-se a liberação. Só se libera depois de a Comissão ter a certeza de que a possível irregularidade foi sanada. A Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê exatamente isso.

Dessa forma, no caso específico de Brasília, as informações entregues sobre essa última parte ainda não chegaram ao Pleno. O que ocorre é que o gestor às vezes se acomoda um pouco – não é o caso específico de Brasília, porque, diante da complexidade da obra, não foi possível, já que isso demanda algum prazo. Mas o que ocorre é que às vezes fica retida a informação, e quando encaminhamos é que todos passam a agir para consertar a possível irregularidade.

Por outro lado, é como eu disse: é até importante porque evita um desmando ou um desvio, seja qual for a obra, se, por acaso, o tribunal não alertar o Congresso Nacional dessa possível irregularidade. Mas podem ter certeza de que, tão logo chegue essa informação lá... Nosso prazo é até o final de novembro, porque o Orçamento só é votado em dezembro; mas, independentemente disso, pode ser feita, sim, a alocação, sem nenhum problema; mas a liberação é uma parte política.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Presidente.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, depois da brilhante exposição do Ministro Valmir Campelo, quero apenas parabenizá-lo e dizer da importância do tribunal, que, a cada ano, vem se modernizando e trabalhando com mais transparência – como é a palavra da moda. Para mim, isso não é surpresa diante do comando do Ministro Valmir Campelo. Conheci-o como Deputado Constituinte e depois como Senador e sei de sua experiência brilhante. Como exemplo, o Ministro foi administrador de todas as cidades satélites de Brasília. Quero parabenizá-lo e dizer de minha honra por estar aqui neste momento.

O SR. VALMIR CAMPELO – Com a permissão do eminente Presidente, quero apenas agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti por suas palavras e, mais uma vez, colocar-me à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado. Tem a palavra o nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saúdo o Ministro Valmir Campelo e, inicialmente, quero agradecer a atenção que S. Ex^a teve comigo ao responder, com muita brevidade – cinco dias –, a uma carta que lhe enviei sobre duas importantes obras. Trata-se de um complexo de obras para melhorar o transporte urbano na capital do Estado da Bahia, Salvador. A obra é esperada por décadas para servir à população mais pobre daquela cidade, e realmente é fundamental que seja acelerada a sua conclusão o quanto antes. Infelizmente, em determinado momento, foi levantada suspeição sobre tais obras.

Na correspondência encaminhada a mim pelo Sr. Ministro Valmir Campelo, S. Ex^a deixou muito claro que não resta indício de irregularidades graves, tanto na implantação do metrô de Salvador quanto na modernização dos trens do subúrbio. O único processo pendente é o relativo à contratação que seria feita – o que constitui até uma coisa inovadora, apoiada pelo Banco Mundial – para uma concessão da operação. Seria um processo BOT, ou seja, de construção, operação e posterior transferência. O Banco Mundial desejava muito essa contratação, mas, em razão das condições macroeconômicas do País, esse contrato foi rescindido, e não pesa nenhum tipo de comprometimento com relação a essas obras.

Contudo, eu gostaria de trazer essa experiência aqui, Sr. Presidente, porque temos que encontrar uma maneira de separar essas obras efetivamente irregulares – que merecem ser investigadas, até parali-

sadas, se for o caso, se houver indícios – das que apenas têm problemas. O termo “graves irregularidades” – não sei se é conceituação efetivamente – prende... E muitas vezes são apenas problemas burocráticos, de informação, e que são classificados como de irregularidade grave.

Então, deveríamos separar efetivamente o que seriam obras que mereçam um acompanhamento ou até uma paralisação por parte do Tribunal de Contas da União daquelas que não o sejam.

Penso que essa mistura, Sr. Presidente, gera graves prejuízos, inclusive à imagem dos administradores da própria obra, que passam a galvanizar uma suspeita infundada, e ficamos associados inclusive a escândalos outros existentes no País.

Essa falsa associação entre as obras da lista, que, muitas vezes, é encaminhada para cá, permite também todo tipo de manipulação política. As pessoas que estão interessadas em paralisar essa obra, por um motivo político, porque não querem ver um ganho político, porque o ganho da população pode ser um ganho político, mas não se faz obra para esse ganho político, faz-se obra para servir ao povo, muitas vezes faz disso um escândalo.

Nesse caso da Bahia, um jornal local, fez uma publicação de um escândalo, como se houvesse uma grave irregularidade efetivamente nessa obra, o que não existia.

Então, esse problema do metrô deixa claro, para mim, creio que também para o Sr. Presidente, que há uma incompatibilidade nessa classificação de obra com indícios graves de irregularidade, o que não é a situação real, por exemplo, do caso de Salvador.

As obras do metrô de Salvador foram, infelizmente, punidas e tiveram um cronograma de repasse atrasado por conta desses embaraços, que é a inclusão da obra na lista. Infelizmente, essa é uma realidade. E, quando se analisa melhor, observa-se que as irregularidades não são graves. Posteriormente, o próprio Tribunal de Contas julga que não há irregularidade, mas já houve, efetivamente, um prejuízo sobre essas obras. É como o caso recente, em que o tribunal já comunicou que foram julgadas oito obras. Entre essas, um trecho não do metrô propriamente dito, mas da recuperação do trecho Paripe/Calçada, que foi encaminhado como sendo regular.

Creio que um dos motivos, Sr. Presidente, que fizeram com que essas obras fossem consideradas com irregularidades graves se deve a ausência de um convênio no sistema eletrônico do Governo ou a uma assinatura com o Banco Mundial, que estava em in-

glês, e o inglês não seria aceito. Quer dizer, na verdade, não são motivos que possam incluir uma obra dessa importância nesse tipo de classificação.

Quero, neste momento, dizer que a inclusão na lista parece-me que é feita de forma preliminar. Muitas vezes nem sequer com o contraditório, quando deveria ser feito após manifestação de Ministro do Tribunal.

Não poderíamos, o Congresso e o Tribunal de Contas da União, estabelecer critérios mais firmes para a elaboração da lista de obras com irregularidades graves? Essa é uma primeira pergunta que eu gostaria de deixar com o Sr. Ministro.

Também com relação ainda a essas obras, quero dizer ao Sr. Ministro que hoje o que se verifica é que a existência de um contrato que foi firmado entre a União, Banco Mundial e o Governo da Bahia previa uma conclusão da obra para o ano de 2004. Entretanto, o Governo Federal hoje faz um cronograma que coloca a conclusão para 2007. Uma coisa totalmente inaceitável. Divide o total de recursos que faltam para concluir a obra, 15% a cada ano. Quando chega o ano de 2007, colocam-se 46% no ano de 2007.

É claro que há uma desmoralização, houve uma paralisação, perda de empregos e perda de recursos públicos.

Quem vai pagar isso? Quer dizer, quem vai pagar termina sendo aqueles que estão envolvidos: a própria União, o Governo do Estado e a Prefeitura.

Então, eu gostaria de saber de V. Ex^a se o Tribunal de Contas da União prevê punição por responsabilidade pela paralisação da obra, porque traz efeitos prejuízos ao Erário. Não são apenas desvios, mas uma paralisação ou uma construção demorada em excesso vai incrementar custos de mobilização, desmobilização e manutenção do tempo de paralisação muito grande com relação a essas obras, que são dezenas, se não centenas, no País que estão paralisadas.

Esta é outra pergunta que faço: o Tribunal de Contas da União não teria também esse tipo de preocupação?

Por fim, Sr. Ministro, para não me exceder muito, também fico perplexo diante do trabalho feito pela Ouvidoria, que hoje é Controladoria – foi Corregedoria da União –, em que a prioridade hoje é acompanhar convênios junto com prefeituras municipais, quando, na verdade, ela foi criada para fazer quase que a auditoria interna do próprio Governo Federal.

Acredito que haja um conflito de competência entre o que é feito pela Controladoria-Geral da União

e pelo Tribunal de Contas. Fico a imaginar um resultado: por exemplo, quando o Tribunal dizer que não há irregularidades e a Controladoria dizer que há irregularidades, como ficaria nesse caso? Gostaria que V. Ex^a pudesse comentar isso aqui, rapidamente, para nos esclarecer.

Quero também parabenizar V. Ex^a pelo trabalho que faz à frente do Tribunal de Contas da União. Esse é um trabalho extremamente complexo. V. Ex^a está aí com um grande desafio. O Tribunal vem-se aperfeiçoando e creio que vai continuar fazendo isso. O Brasil todo espera que possamos coibir a corrupção que existe, que provoca atrasos e traz tanta tristeza à população brasileira. Tenho certeza de que o Tribunal, comandado por V. Ex^a e pelos Ministros que o compõem, saberá cumprir o seu dever e vai trabalhar em parceria com esta Casa, a fim de que cheguemos ao nosso objetivo: fazer um País mais justo, com menos corrupção, para que possamos atender melhor aos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sr. Ministro, Srs. Senadores, todos vivemos sob a ditadura da imprensa. Tenho que comparecer a um programa de televisão que há semanas foi acertado. Assim, vou pedir ao Senador João Alberto Souza, por gentileza, que assuma a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Concedo a palavra ao Ministro Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – Obrigado, Sr. Presidente.

Com relação às indagações do eminente Senador César Borges, devo, em primeiro lugar, agradecer as referências à instituição que presido neste momento. Devo dizer que concordo com muitas coisas que V. Ex^a colocou. Devo esclarecer em relação ao primeiro ponto, que se refere ao termo “irregularidade grave”. O processo de fiscalização de obras é muito dinâmico. Em determinado momento, o TCU informa que a obra está regular, mas o desempenho, a execução da obra vai-se realizando e em determinado momento pode aparecer uma possível irregularidade. Eu concordo com V. Ex^a quando diz que traz um prejuízo muito grande para o gestor, do ponto de vista político, do ponto de vista administrativo, o termo “grave irregularidade”. Infelizmente, nós nos valem da Lei de Diretrizes que, em seu art. 94, é bem clara com relação a esse termo. Penso que poderíamos aperfeiçoá-la. Por isso é que firmamos o conceito de sempre dizer, nas entrevistas, no esclarecimento à imprensa, que não se trata, sob hipótese alguma, de irregularidade grave e, sim, de indícios de irregularidade. Não

existe nenhuma condenação. Mas como fomos político também, sabemos o carnaval que é feito por parte dos adversários – isso é comum –, que aproveitam exatamente o termo “indícios de irregularidade”, às vezes, para tirar proveito político. Não existe ainda uma decisão final do Tribunal. Ainda não há trânsito em julgado. Cumprimos apenas aquilo que a lei determina que seja cumprido.

O art. 94 da Lei de Diretrizes realmente usa o termo “irregularidade grave”, “indícios de irregularidade grave”, e relacionam-se quais são esses indícios. Quando o analista faz a auditoria, há uma série de quesitos, e a própria Lei de Diretrizes determina quais são os pontos que fazem com que a obra seja considerada com indícios de irregularidade grave, ou que a obra seja paralisada, ou orientada a paralisação, ou aquela que está com indícios de irregularidade, mas pode ter continuidade, ou quando são erros pontuais, e a obra pode ser liberada.

Concordo com V. Ex^a, pois sei o prejuízo que isso representa. Como ex-político, estou sempre conversando com os técnicos e dizendo o prejuízo que causa para os administradores, que, na maioria das vezes, são pessoas honestas, corretas e que desempenham corretamente suas atividades. Mas é a lei que determina e podemos aprimorá-la.

Com relação ao problema da paralisação da obra, o TCU dá apenas a informação técnica. A parte política é feita pelo Congresso Nacional. A paralisação, a alocação do recurso ou o desbloqueio da verba compete ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, como já tive oportunidade de dizer. Tive oportunidade de esclarecer ao Senador Paulo Octávio que isso não invalida, sob hipótese alguma, a alocação. Pode-se alocar até mesmo quando se considera que a obra tem indício de irregularidade, porque, no decorrer e até mesmo no início do outro exercício, o gestor poderá provar ao TCU que a irregularidade foi sanada. Assim, o TCU, imediatamente, encaminha o processo para a Comissão Mista de Orçamento e esta, por meio de um decreto, faz o desbloqueio. Só não o faz quando 10% dos membros da Comissão Mista requerem que o desbloqueio seja decidido pelo Plenário. Aí, sim. Antes era competência do Plenário o desbloqueio, mas hoje compete à própria Comissão, a não ser quando há recurso assinado por mais de 10% dos seus membros, quando a matéria é enviada ao plenário.

Com relação ao trabalho da Controladoria, informo o seguinte: a Controladoria, de acordo com preceito constitucional, tem a obrigação de comunicar imediatamente ao Tribunal de Contas da União qualquer possível irregularidade que constate como órgão de

controle interno. O TCU, conforme preceito constitucional, é o órgão julgante. Só ele pode julgar, depois de uma ampla defesa. Em momento algum o TCU se antecipa. Depois de ampla defesa e de esgotados todos os recursos, o Tribunal encaminha o assunto ou à AGU, quando se trata de ação civil, ou ao Ministério Público Federal, no caso de ação penal.

Em boa hora, no Senado Federal, o Senador Jefferson Péres apresentou uma PEC propondo a criação, não só junto ao Tribunal de Contas da União, mas junto ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, de uma Procuradoria-Geral. Com isso, agilizaremos um maior retorno dos recursos, porque executaremos. Nossos advogados entrariam com recursos junto ao Supremo, com as ações de devolução de recursos e nós teríamos essa competência. Hoje, a demora é muito grande e o retorno, como em todos os órgãos, muito pequeno, diante da infinidade de processos que a AGU executa, pois além de não possuir advogados suficientes, nem sempre estes estão familiarizados com os problemas do TCU. Criando-se a Procuradoria-Geral junto ao TCU, poderemos, inclusive, fazer a sustentação oral – que hoje não fazemos – junto ao Supremo Tribunal Federal. Esse é mais um meio de colaborar conosco no sentido da transparência.

O controle interno, no caso do Poder Executivo, é feito pela Controladoria. No caso do Legislativo, o controle interno é feito aqui, e do Judiciário também existe controle interno. Diante de qualquer irregularidade constatada, são obrigados, de acordo com dispositivo constitucional, a encaminhar ao Tribunal de Contas da União. Mas não fazem julgamento, a não ser disciplinar, quando se trata de problema ético de servidor, de aplicar punição administrativa.

Quanto à devolução de recursos, quanto à execução de prefeitos, a competência é do Tribunal de Contas da União. Só o Tribunal pode punir, em termos de suspender, de multar o prefeito no sentido de fazer com que devolva os recursos. Só o TCU pode realmente propor a execução à AGU, à Advocacia-Geral da União, que vai entrar com uma ação de execução. A não ser isso, a competência é nossa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, não poderia perder a oportunidade de tecer comentários sobre o caso, por exemplo, da falta de continuidade das obras, da falta de recursos, de contingenciamento no Orçamento. Há uma responsabilidade da União com a continuidade de uma obra. Se ela não aloca recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano, essa obra fica paralisada, com prejuízos seriíssimos para a retomada – são custos adicionais. Acho que V. Ex^a não comentou esse assunto. Gosta-

ria que V. Ex^a comentasse. Há como o TCU penalizar ou exigir a continuidade das obras, porque às vezes uma política macroeconômica faz com que as obras sejam todas paralisadas?

Agradeço.

O SR. VALMIR CAMPELO – Pois é. Veja V. Ex^a o seguinte. O TCU tem recomendado. Inclusive citamos o caso das estradas. Um dos motivos do estrago, do prejuízo causado... Até li um estudo de autoria do Senador Alberto Silva, do Piauí, que mostrou que a União está tendo um prejuízo de mais de R\$13 bilhões. É muito importante esse trabalho. Veja bem V. Ex^a que, segundo uma decisão do TCU, de lemos inclusive aqui um trecho, quando fazemos determinadas recomendações ao Poder Executivo no sentido de ter uma preocupação mais voltada para determinada obra, estamos sempre mostrando às entidades a necessidade que se tem de alocar esses recursos para dar continuidade. O prejuízo é bem maior com a obra parada.

Podemos até fazer como foi feito em São Paulo. Veja bem V. Ex^a. Para facilitar, fizemos isso em Pernambuco, não sei se no Estado da Bahia de V. Ex^a, mas fizemos em Pernambuco, em São Paulo.

O problema do TRT, por exemplo, muita gente indaga se o TRT está continuando a obra. O TCU esgotou todas as providências administrativas e judiciais no próprio TCU. Hoje existe uma ação na União de bloqueio de bens, até hoje os responsáveis estão com os bens indisponíveis. Houve devolução, pagamento de multa, esgotamos tudo. O que fizemos? Para que aquele prédio não ficasse parado, se desmanchasse, criamos um novo gerenciamento. Hoje, a juíza Presidente do TRT, Juíza Pellegrina, é uma pessoa transparente, ela vem todos os meses ao TCU prestar contas, mostrar como a obra está sendo feita e como a obra está sendo concluída. É um outro processo. Estamos acompanhando a decisão do Congresso, que, em boa hora, achou por bem alocar recursos para a conclusão daquela obra, e estamos acompanhando essa nova fase, independentemente daquilo.

Se há uma obra parada por falta de recursos, por haver irregularidades e superfaturamentos ou por falta regularidade, podemos iniciar um novo processo. Aloca-se recurso, e continua um processo à parte, apurando a responsabilidade de quem fez aquela obra parar e punindo os que desviaram os recursos daquela obra, e damos prosseguimento, com acompanhamento de uma nova fase, como temos feito em várias obras mostradas neste País.

É muito boa a sugestão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Satisfeito, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Gostaria de informar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estão inscritos ainda os Senadores Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe; Delcídio Amaral, do PT de Mato Grosso do Sul; Leomar Quintanilha, do PMDB do Tocantins; Ana Júlia Carepa, do PT do Pará.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, pela ordem. Inscrevi-me bem antes. Aguardo todos, mas tenho uma inscrição feita. Creio que boicotaram...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Não, em absoluto. Luiz Otávio é o segundo, PMDB, do Pará. Desculpe-me, V. Ex^a, Senador Luiz Otávio, que também será o futuro Ministro do Tribunal de Contas.

Presto um esclarecimento. A presença do Dr. Silas Cavalcante é apenas uma visita. Ele fazia uma visita à Comissão quando o Senador Ney Suassuna o convidou a participar da Mesa. Apenas vamos dirigir as nossas perguntas ao nosso convidado, o nosso ex-Senador, meu amigo, Valmir Campelo.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, do PSDB, Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, João Alberto Souza; Dr. Silas Cavalcante; eminente Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Valmir Campelo, nosso Colega cuja presença no Senado Federal deixou não só saudades a todos nós como também uma folha enorme de serviços prestados a este País. No Tribunal de Contas, S. Ex^a vem mostrando a sua capacidade e a sua competência para desenvolver um trabalho edificante de valorização da vida administrativa do nosso País, porque a fiscalização é antes de tudo um ato de responsabilidade política que é conferido pela nossa Constituição a essa Corte de Contas que trabalha em conjunto no Congresso Nacional.

Quero destacar, Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, o trabalho primoroso, extraordinário realizado pelo Tribunal de Contas da União, o que nos dá tranquilidade de que todas as decisões emanadas desta Corte de Contas são baseadas, são fundamentadas em pareceres técnicos e construídas por meio de auditorias consistentes, de técnicos realmente capazes que assessoram os Ministros na tomada de decisões importantes no controle externo realizado por V. Ex^a e por seus colegas. Portanto, os meus

parabéns a V. Ex^{as} por tudo quanto têm realizado em favor do País no Tribunal de Contas da União.

Gostaria apenas de perguntar a V. Ex^a não sobre obras, mas sobre uma controvérsia que existe e que começou no governo passado entre o próprio Ministério da Saúde e a Advocacia-Geral da União. É sobre a Emenda Constitucional nº 29, que foi promulgada no ano de 2000 e que, pela primeira vez, fixou recursos para o financiamento no setor de saúde. Fui relator desta PEC, tive a honra de ser escolhido pela Comissão de Justiça para relatar essa matéria. Ficou estabelecido no art. 7º desta PEC que o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 77 – aí é onde está a controvérsia, a interpretação dada pelo governo passado e que ainda vigora.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Permita-me, Senador. V. Ex^a pode ler a emenda?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – É isso que vou fazer. O art. 77 diz, em resumo, que, no ano de 2000, em relação à União, as transferências da União para a Saúde.

No ano 2000, o montante empenhado em ações de serviços públicos de saúde, no exercício financeiro de 1999, acrescido de no mínimo 5%. Quer dizer, é o montante empenhado em ações de saúde no ano de 1999, acrescido de, no mínimo, 5%.

Agora, do ano de 2001 até o ano de 2004, será o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação do Produto Interno Bruto.

O que fez o Governo? Interpretou como se fosse o valor apurado no ano de 1999. E, a partir daí, será corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto.

Então, gostaria de saber se o Tribunal de Contas da União já se deteve nessa matéria, isto é, nessa controvérsia. Bom, é ou não é? Quer dizer, se for a interpretação correta da Advocacia Geral da União, então, tudo bem, mas se não for correta, no mínimo estaremos perdendo, até 2004, quase R\$5 bilhões para a saúde.

Perguntaria, então, a V. Ex^a, reativando os aplausos ao Tribunal de Contas da União pelo trabalho realizado, se o Tribunal já se deteve nessa matéria tão importante e que tem dado, vamos dizer assim, muito prejuízo à saúde, se for, vamos dizer, equivocada a interpretação do Governo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Ministro Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, meu particular amigo, Governador

que muito fez pelo Estado de Sergipe e que continua fazendo já em seus dois mandatos de Senador da República, muito obrigado pelas suas gentis palavras, que partem muito mais de um amigo. Fico muito feliz com as suas palavras.

Devo dizer que estou sendo informado, Senador, de que também é nossa essa preocupação. Tanto que já temos um estudo sendo discutido no Tribunal de Contas da União e acreditamos que, nos próximos dias, aqui estaremos dando ciência a V. Ex^a da conclusão, da decisão do TCU. Já temos em tramitação uma exposição sobre isso. A unidade técnica me informa que já existe essa preocupação. E vamos agilizar, porque, se for de acordo com essa interpretação do art. 77, há realmente um prejuízo de mais de cinco bilhões, como V. Ex^a cita, de transferência para a saúde, e isso não pode ocorrer.

De forma que fica aqui o compromisso nosso no sentido de agilizarmos imediatamente essa preocupação de V. Ex^a, tão bem lembrada nesta oportunidade.

Agradeço a participação de V. Ex^a e também aproveito para agradecer o empenho de V. Ex^a num assunto de muito importância aqui enfocado, para o Tribunal de Contas da União, quanto à quebra do sigilo bancário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – É, creio que V. Ex^a tem razão.

Sobre o sigilo bancário, enquanto permanecer essa proibição, ou seja, a não permissão da abertura do sigilo bancário de gestores da administração pública que estejam sob suspeita ou sendo investigados pelo Tribunal de Contas, muito dinheiro está sendo perdido por, este País.

Já temos projeto não só com relação à lavagem de dinheiro, quer dizer, estamos facilitando, criando perspectivas para a brevidade das investigações com abertura do sigilo bancário, mas também com relação ao Tribunal de Contas da União, que lida diariamente com problemas com irregularidades que precisam ser constatadas de imediato, e isso só pode ser feito não apenas com a quebra do sigilo bancário, mas até com a quebra do sigilo telefônico.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Senador Luiz Otávio, do PMDB do Pará.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União; Sr. Presidente da Eletronorte, Dr. Silas Cavalcante, a minha intervenção, Sr. Ministro, é rápida.

Primeiro, quero dizer a V. Ex^a que temos uma ligação muito grande com o Tribunal de Contas da União. O Congresso, o Senado Federal em especial, tem dado a sua colaboração ao longo da História e tem tido uma retribuição, um reconhecimento do Tribunal de Contas da União nos mesmos níveis, inclusive dos técnicos, como é o caso dos auditores e procuradores.

Eu fui o Relator do projeto que cria os novos cargos de auditores e que se encontra na Câmara Federal. Fui procurado pelo Ministro Humberto Souto, Presidente do Tribunal de Contas da União à época, para agilizarmos não só a discussão, mas a aprovação do projeto que fizemos, com o melhor resultado, que foi a aprovação no Senado Federal. Da mesma forma o faremos, também encaminhando e votando favoravelmente à criação da Procuradoria do Tribunal de Contas da União, no projeto que está em tramitação no Senado, de autoria do Senador Ney Suassuna, Presidente desta Comissão.

Quero saudar a sua presença hoje na Comissão de Fiscalização e Controle, dizendo da nossa satisfação, da nossa honra, como Senadores da República pertencentes a esta importante Comissão do Senado Federal, em recebê-lo e tê-lo aqui conosco para, novamente, nos ajudarmos mutuamente na condução dos trabalhos do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União.

Aproveito a presença do Presidente da Eletronorte, Dr. Silas Cavalcante, para fazer um registro: das oitenta e oito obras, houve a liberação de recursos orçamentários pela Comissão Mista de Orçamento para oito obras. É a Eletronorte quem gerencia e coordena a construção das eclusas de Tucuruí na barragem da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, meu Estado. É uma obra muito importante, que vem, ao longo de praticamente vinte anos, fechar o rio. Conseguimos, realmente, energizar grande parte do Brasil, dando uma contribuição muito importante para o País no que se refere à capacidade de geração de energia hídrica; em compensação, não conseguimos, até hoje, a conclusão das eclusas de Tucuruí.

Essa obra, Sr. Ministro, tem inclusive uma proposta do atual Governador do Estado, Dr. Simão Jatene, de antecipação dos **royalties** a que o Estado do Pará tem direito todos os anos – em torno de 20 a 30 milhões anuais –, para que a obra seja concluída. Na verdade, para tudo isso acontecer, além de colocar recursos no Orçamento, como a Bancada federal do Pará tem alocado todos os anos, nós precisamos liberá-la. Segundo a imprensa tem divulgado nos últimos tempos, essa obra está suspensa também por pare-

cer do Tribunal de Contas da União junto ao Senado Federal, à Comissão Mista de Orçamento.

Então, se puder – se não agora, mas futuramente – peça a V. Ex^a para encaminhar a esta Casa e aos Senadores do Pará, em especial a Senadora Ana Júlia Carepa e ao Senador Duciomar Costa, para que possamos transmitir isso não só à população do Pará e aos governantes, mas principalmente à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, da qual somos titulares.

O SR. VALMIR CAMPELO – Agradeço ao eminente Senador Luiz Otávio, dizendo que sabemos da importância dessa obra para o nosso País. Inclusive, recentemente, no ano passado, um grupo de ministros esteve **in loco** verificando em Tucuruí o andamento das obras e fazendo uma fiscalização. Vários ministros estiveram lá.

Devo dizer a V. Ex^a, que essa obra já está praticamente solucionada. Ainda ontem, assinamos uma certidão da finalidade, como se encontrava a obra, e, no momento, apenas um contrato e um convênio estão pendentes. Acredito que quando o gestor esclarecer isso será bem mais fácil. De um modo geral, trata-se apenas de um contrato e de um convênio; o restante já está bem solucionado e bem encaminhado. Isso foi uma decisão tomada ainda ontem e foi emitida essa certidão pelo próprio TCU.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Satisfeito, Senador Luiz Otávio?

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Primeiramente, quero cumprimentar o Sr. Presidente do TCU Valmir Campelo; nosso Presidente João Aberto; o Presidente da Eletronorte, Dr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, meu companheiro de setor elétrico; Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr. Ministro, meu comentário está atrelado aos comentários que o Senador César Borges apresentou aqui sobre essa questão de obras irregulares. Essa conceituação infelizmente tem sido, por motivações políticas, em muitas situações, explorada de maneira depreciativa. V. Ex^a foi muito claro em toda a exposição, em todas as explicações, assim como o Senador César Borges.

Quero registrar também que quanto ao relatório que V. Ex^a encaminhou na última visita que fiz ao Tribunal de Contas da União sobre Mato Grosso do Sul, estamos tomando as devidas providências, especialmente com relação às obras dos presídios de Naviraí de Três Lagoas e da Escola Agrotécnica Federal, em

Nova Andradina, que são muito importantes para nosso Estado.

Também registro a importância de mais esse trabalho competente que o TCU tem feito. O tribunal é orientador e nos ajuda bem a administrar o dinheiro público, especialmente numa subcomissão criada aqui na Comissão de Fiscalização e Controle relativa a obras inacabadas. Isso deu origem a uma CPI em 1995, e agora retomamos os trabalhos para verificar o que foi resolvido de 1995 até aqui; e novas obras foram paralisadas. E contamos principalmente com o trabalho minucioso que solicitei como Relator desta Subcomissão ao Tribunal de Contas da União. É muito importante esse trabalho para dar continuidade ao que foi feito em 1995, principalmente contando com a competência dos ministros do Tribunal de Contas da União e das equipes técnicas. Com a conclusão dos trabalhos da Subcomissão de Obras Inacabadas teremos um retrato muito claro, inclusive, à luz do que o Tribunal de Contas da União também levantou para o Senado Federal. Mais importante: será possível compatibilizar tudo o que foi verificado e as soluções apontadas, inclusive com o Orçamento da União, para definitivamente resolvermos essas questões as irregularidades e para que se mostre o que efetivamente se deu em cada obra, para que elas venham a ser retomadas, não onerem mais a população, que possa contar com muitas dessas obras que são fundamentais para o seu dia-a-dia e para o desenvolvimento do País.

Parabenizo o Tribunal de Contas da União. Precisaremos muito dessa instituição nesse trabalho de elaboração do relatório da Subcomissão de Obras Inacabadas da Comissão de Fiscalização e Controle.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. VALMIR CAMPELO – Senador Delcídio Amaral, agradeço suas palavras. V. Ex^a pode ter certeza de que o TCU se colocará à disposição da Subcomissão. Aliás, já nos antecipamos. No dia em que tomamos conhecimento de que foi criada a Subcomissão de Obras Inacabadas desta brilhante e importante Comissão permanente, entramos em contato com o Senador Efraim Morais e nos colocamos à disposição da Subcomissão. Até mesmo em cada Estado temos uma secretaria executiva nossa.

Tão logo a Subcomissão chegue para visitar um desses Estados, encontrará uma estrutura da nossa Secretaria de Controle Externo do TCU que poderá dar todas as informações a V. Ex^{as}, acompanhando, inclusive, a Comissão em determinadas obras, por-

que eles têm realmente uma síntese do relatório completo e minucioso de todas essas obras que serão, naturalmente, desde que haja recursos da área federal, visitadas por V. Ex^{as}. Disponibilizaremos também o tribunal como um todo para facilitar o trabalho da Subcomissão, que reputo como de suma importância porque, neste caso, sim, exercerá também o papel político que o Congresso Nacional tem. V. Ex^{as} irão **in loco** constatar a viabilidade da obra e a conveniência da liberação ou não, do desbloqueio ou não do recurso. V. Ex^{as} estarão prestando um grande serviço e estarão nos ajudando muito. Por isso o TCU se coloca à disposição da Subcomissão e da Comissão Permanente.

Aproveito também para concordar com V. Ex^a. O termo é muito pesado: indício de irregularidades graves, mas é o nome que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Estou pronto a colaborar para encontrarmos uma nova nomenclatura, um novo nome para que possamos encaixar isso para os anos vindouros. Concordo com V. Ex^a. O estrago político realmente é lamentável, é grande para quem, muitas vezes, ainda não está condenado, mas temos sempre o cuidado, a cautela de dizer que a pessoa ainda não está condenada; é um indício de irregularidade que a pessoa pode esclarecer ao Tribunal de Contas da União.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra, o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (MN/PFL-TO) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, Dr. Silas Cavalcante, eminente Diretor-Presidente da Eletronorte, Ministro Valmir Campelo, Presidente do TCU, Srs. Senadores. O seu retorno a esta Casa, Ministro Campelo, é sempre motivo de muita alegria para todos, notadamente para aqueles que tiveram, como eu, o privilégio de um convívio fraterno, amigo, extremamente fértil com V. Ex^a aqui no Senado Federal. Aqui V. Ex^a rapidamente conquistou a admiração, o respeito e a amizade de todos aqueles que tiveram a oportunidade de, com V. Ex^a, discutir os problemas do País que nos foram submetidos. Vemos, na consequência, esse desempenho extraordinário à frente do Tribunal de Contas da União, o que só nos enche o peito de orgulho, de satisfação, pelo brilho e pela competência com que está se havendo à frente desse importante órgão.

nao teria nenhum questionamento a fazer em razão da esclarecedora exposição que V. Exª fez aqui sobre o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas, ressaltando a precariedade da estrutura do tribunal em decorrência de uma demanda tão acentuada e altamente técnica na apreciação do desenvolvimento das obras públicas que envolve desde questões de natureza ambiental a uma engenharia mais complexa. O tribunal, com seu corpo altamente qualificado, vem emprestando à sociedade brasileira a correspondência que tanto precisamos.

Verificamos até com certa tranqüilidade que o índice de obras com irregularidades é alto, mas não é exacerbado – chega a 30%, mas revela também o desempenho expressivo do tribunal em realizar, no ano de 2003, mais de 400 fiscalizações externas, revelando assim um empenho e uma dedicação desse extraordinário órgão.

Por último, gostaria de fazer coro à observação feita pelo eminente Senador Luiz Otávio, do Pará: a obra da eclusa de Tucuruí, que está sob análise do Tribunal de Contas da União, interessa muito ao Estado do Pará, ao Estado do Tocantins, mas interessa muito ao Brasil porque vem contribuir para mudar a matriz de transporte deste País de dimensões continentais e que privilegiou, ao longo da sua história, a modal rodoviária, sabidamente a mais cara do mundo, e que aumenta a dificuldade principalmente dos Estados mediterrâneos, como o Estado do Tocantins, que busca seus insumos em regiões distantes, mais desenvolvidas, e os recebe a um custo mais elevado. Depois, na hora de escoar sua produção, também se submete a um custo elevado da modal rodoviária.

Portanto, quanto à eclusa de Tucuruí, encareço a V. Exª o empenho em procurar juntamente com o gestor da obra, que é o Governo do Pará, sua agilização. Em Tocantins, há também uma eclusa que por si só viabilizará a navegação economicamente viável de 730 quilômetros do rio Tocantins, mesmo rio onde está sendo construída a eclusa de Tucuruí. Elas se complementam. Permitirá a interação com os mercados internacionais via porto de Belém.

Estou seguro de que o TCU está cumprindo com seus objetivos. Aguardamos que a questão de Tucuruí seja prontamente resolvida.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Sr. Ministro, ouviremos a Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará e, depois, V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Silas Cavalcante, Presidente da Eletronorte. Aproveito para

parabenizar o trabalho importante que a Eletronorte tem feito em toda região, particularmente ouvindo a sociedade, tornando-a democrática e tendo hoje um relacionamento, Senador Delcídio Amaral, de que sou testemunha, diferenciado do que existia antes. A população do Estado do Pará, apesar dos benefícios, acabava tendo uma relação conflituosa com a Eletronorte e, hoje, passa a ter uma relação diferenciada pelo respeito e pela mudança de postura da Eletronorte, que passou a ouvir mais também a sociedade.

Na verdade, eu não queria fazer questionamentos, mas colocações que já foram bem colocadas pelo Senador Delcídio Amaral, que faz parte da Subcomissão de Obras Inacabadas, que estará no Pará. Uma das questões já foi colocada tanto pelo Senador Luiz Otávio, como pelo Senador Leomar Quintanilha, em relação às eclusas. Já foi respondida. Eu já sabia que os fatos estavam mais bem encaminhados e fiquei feliz em saber que já há parecer. Se possível, eu gostaria de receber o acórdão que já foi assinado para que possamos avisar ao povo do Pará, que tanto espera. Como diz o Senador Leomar Quintanilha, essa é uma obra que não interessa só ao Pará, mas ao País.

O País, durante um período, fez uma escolha pela qual, hoje, estamos pagando um preço. Ainda temos tempo de alterar esta realidade principalmente na região amazônica, entrecortada por rios. Modal fluvial é o mais barato. A possibilidade de termos o transporte intermodal torna possível não só o escoamento de produtos da região Norte e Centro-Oeste, que terão a possibilidade de utilizá-lo, mas de outras regiões do País. Estamos localizados mais próximos de outros mercados internacionais que são importantes. Com certeza, isso possibilita uma economia e torna os produtos mais competitivos internacionalmente. Portanto, coloca-nos em outro patamar.

Há, também, um trecho que está numa situação como essa, é uma obra da Transamazônica. O TCU já está tomando as providências, mas, como já tive oportunidade de falar, isso não impede que o próprio Governo possa fazer investimentos em outras partes da rodovia e mesmo naquela parte que está sendo investigada, porque temos uma característica na região, que é o fato de ser uma região de muita chuva. Temos, por exemplo, um trecho da BR-163 em que foi feito um trabalho de asfaltamento em que faltam 25 quilômetros, onde está feita a terraplanagem. A terraplanagem, quando passar esse período de chuva, vai ter que ser refeita. Não tem jeito. Uma obra de terraplanagem não resiste ao volume pluviométrico da região amazônica, não resiste a um ano de chuva. Quem conhece, quem é da área – como engenheiros

e arquitetos, como eu – sabe disso. Mas nem precisa ser engenheiro ou arquiteto para saber dessa situação. E o que acaba acontecendo é que tudo tem que ser refeito, o que leva, às vezes, àquela desconfiança natural de que existe um superfaturamento naquela obra, ou seja, se não houver a continuidade, estaremos jogando dinheiro fora. A corrupção não se dá só pelo mau uso do dinheiro, mas também pela utilização incorreta dos recursos públicos, porque, quando se pára uma obra, também se está utilizando de forma incorreta os recursos públicos.

Parabenizo o Tribunal de Contas pelo trabalho que foi entregue aqui sobre o controle das agências reguladoras, que são uma proposta nova no nosso País. Vários serviços já foram privatizados no Brasil, e o Congresso Nacional os está acompanhando, na perspectiva de ter o melhor desses serviços para a sociedade, porque que o objetivo principal é ter o melhor serviço para a sociedade.

O TCU é importantíssimo para o Congresso Nacional: é nosso órgão colaborador e auxiliar, independente do Congresso Nacional e tem um papel importantíssimo para que o País não fique mais em 54º lugar no **ranking** da corrupção, com uma nota de 3,5.

Espero que viremos essa página da história e que nesse novo século possamos construir uma história melhor para deixar para os filhos ou para os netos – quem sabe, daqui a pouco, terei um também. Mas espero podermos dizer que deixamos um País melhor, mais justo, mais solidário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – Obrigado Sr. Presidente.

Senadora Ana Júlia Carepa, aproveito o ensejo para agradecer V. Exª e dizer que V. Exª tem razão. Comungo com a mesma tese de que prestamos um auxílio ao Congresso Nacional de muita importância. Quanto mais forte for o TCU, mais forte será o Congresso; quanto mais forte for o Congresso Nacional, também seremos mais fortes, principalmente no combate à corrupção, ao desmando do dinheiro público, ao superfaturamento, ao enriquecimento ilícito. Este é o papel do TCU. É um trabalho estafante, de muita responsabilidade.

Aproveito a oportunidade para deixar um elogio e um reconhecimento público a nossa equipe, que é altamente capacitada e inteligente. Todos os nossos servidores são concursados, são homens e mulheres que são obrigados a conhecer, Senadora – V. Exª é

arquiteta e sabe disso –, de energia solar à energia nuclear, o refinamento do petróleo, a venda, a implantação de plataformas, as grandes operações do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, enfim, todas as particularidades deste País, toda a sua complexidade. São homens e mulheres que levam muito avante, que têm aquela Casa como a sua própria casa.

Ficamos muito honrados, porque, graças a Deus, nunca se levantou absolutamente nada contra a honra de um servidor ou de uma servidora do Tribunal de Contas da União, uma entidade centenária. O nosso maior patrimônio é exatamente a idoneidade dos servidores do Tribunal de Contas da União.

Fico muito grato pelas palavras de V. Exª. Temos realmente essa preocupação. Ficamos doentes quando, às vezes, precisamos sugerir que o Congresso bloqueie o um recurso ou uma obra, mas, muitas das vezes, essa atitude compete ao gestor, que não tem o cuidado ou mesmo não pode mostrar ao Tribunal que está ocorrendo irregularidades. Às vezes, é difícil passarmos por cima da irregularidade e subsidiarmos o Congresso Nacional com a informação de que devem constar recursos naquela rubrica e, amanhã ou depois, o TCU ser questionado a respeito disso. Saiba V. Exª que estamos fazendo um trabalho educativo, pedagógico, que está sendo levado pelo Brasil afora, pois entendemos que, antes de punir, precisamos educar. É um trabalho a médio e longo prazo. Realmente estamos atentos àqueles que erram propositalmente. Seremos muito rigorosos, como estamos sendo, mas também fazemos um trabalho educativo, pedagógico, para não macular a vida de quem quer que seja, às vezes por erros pontuais.

V. Exª tem contribuído conosco. Recentemente, o Tribunal convidou V. Exª para proferir, no próximo mês, uma palestra no TCU sobre as agências reguladoras. É um mundo novo, como disse V. Exª, tanto para o Congresso Nacional como para nós e para os nossos técnicos que estão fiscalizando essas agências reguladoras. Além disso, Senadora, há inúmeras outras auditorias, que, segundo o prisma de educação social, são operacionais: na área da saúde, da assistência social, do meio ambiente e do saneamento básico. Temos um convênio com o Reino Unido e estamos subsidiando principalmente o Executivo com uma série de auditorias operacionais acerca dos programas e dos projetos do Governo, para mostrar onde há o desvio e o que é possível melhorar naquele programa, naquele projeto que o Governo está executando. Esse é um trabalho de suma importância, que está sendo elogiado por Tribunais de Contas do

mundo inteiro nos congressos, principalmente da Olacefs e da Intosai. O TCU está realizando um trabalho de fôlego.

Agradeço a V. Ex^a e coloco-me à disposição de todos, principalmente do gestor responsável pela obra de Tucuruí. O conflito já está praticamente solucionado, e V. Ex^a receberá as informações devidas. Há apenas um problema na área de convênio, de contrato, mas espero que o gestor possa imediatamente esclarecer essas dúvidas conosco, para que possamos dar um retorno imediato ao Congresso Nacional.

Para finalizar, meu querido Presidente, Senador João Alberto Souza, do Maranhão, aproveito a oportunidade para agradecer à Comissão o convite, mas, antes de fazê-lo, agradeço ao meu prezado amigo Senador Leomar Quintanilha, de Tocantins, as palavras de S. Ex^a que me calam muito, haja vista que foram proferidas por um amigo, um companheiro com quem convivi como Deputado Federal e como Senador da República. Fomos Constituintes e Senadores até o momento em que renunciei, com muita tristeza, ao meu mandato de um ano e quatro meses no Senado Federal ao ser indicado, unanimemente, por toda a Casa, para esta vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União, o que me honra. Sinto-me muito feliz exercendo essa atividade. Senador Leomar Quintanilha, as palavras de V. Ex^a serão guardadas na minha memória e no meu coração, como homem público. Tal manifestação aumenta nossa responsabilidade. Espero que possamos diminuir mais a corrupção e os desmandos e realmente combater esse mal que assola o nosso País. Tenham certeza de que sempre estaremos de pé e às ordens, ao lado do Congresso Nacional e desta Comissão, que desempenha um papel tão importante no combate à corrupção, buscando a transparência acima de tudo, a fim de que possa sobrar um pouco mais de recursos que deverão ser empregados em benefício da sociedade brasileira.

Deixo aqui, Senador João Alberto, os meus agradecimentos e a certeza de que o TCU estará sempre à disposição do Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto) – Esta Presidência agradece a presença do Dr. Silas Cavalcante, Diretor-Presidente da Eletronorte, técnico conceituado, que se tem dedicado ao setor energético deste País e que não perde a oportunidade de nos visitar. S. Ex^a é sempre muito bem-vindo. Convidado para compor esta Mesa, não se negou a comparecer aqui e ficou conosco até quase 14h.

Agradecemos a presença do Dr. Valmir Campelo, Ministro do Tribunal de Contas da União, que nesta audiência pública deu uma aula a todos nós. Ministro Valmir Campelo, V. Ex^a, que foi um colega da Casa, é competente, trabalhador e, no TCU, tem-se portado de maneira muito brilhante.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h42min.)

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta e dois minutos do dia quinze de outubro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, ANTONIO CARLOS VALADARES, HELOÍSA HELENA, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, ANA JÚLIA CAREPA e DELCÍDIO AMARAL. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) AVISO Nº 3 DE 1999, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 516, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à impossibilidade jurídica da manutenção da cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre o pedágio, arrecadado, no percentual de 5% (cinco por cento), nos trechos rodoviários objeto de concessão”. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator “ad hoc”: Senador LUIZ OTÁVIO, que em seu Parecer requer diversas informações ao Tribunal de Contas da União. Resultado: Aprovado. Item 2) AVISO Nº 48 DE 2000, que “encaminha ao Senado Federal cópia do relatório das atividades daquele Órgão, referente ao exercício de 1999”. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator “ad hoc”: Senador DUCIOMAR COSTA, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 3)

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2 DE 2003, que “propõe, nos termos dos artigos 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a fiscalização da aplicação dos recursos federais, inclusive FUNDEF e SUS, feita pela Prefeitura Municipal de Bacabal, Estado do Maranhão, durante os últimos 6 (seis) anos”. Autor: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Relator: Senador LUIZ OTÁVIO, que em seu RELATÓRIO PRÉVIO opina pela admissibilidade da proposta e pela aprovação de ROTEIRO DE TRABALHO que apresenta. Resultado: Aprovado, com voto contrário da Senadora ANA JÚLIA CAREPA. São apresentados e aprovados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 42, de 2003-CFC, de autoria da senadora HELOÍSA HELENA, que requer a realização de uma Audiência Pública para que sejam discutidas as denúncias de corrupção na Receita Federal, amplamente divulgadas pela grande imprensa, inclusive corroboradas por autorização de escuta telefônica à polícia federal, com os seguintes convidados: sr. JORGE RACHID, Secretário da Receita Federal; sr. MOACIR LEÃO, Corregedor-Geral da Receita Federal e sr. ANTÔNIO PALOCCI, Ministro da Fazenda. Resultado: Aprovado. Requerimento nº 43, de 2003-CFC, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, que requer a Audiência Pública, a se realizar conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, para prestarem esclarecimentos acerca de denúncias de corrupção e procedimentos administrativos, incluindo interceptação de comunicações telefônicas, os quais comprometem a credibilidade do órgão, com os seguintes convidados: sr. ANTONIO PALOCCI, Ministro de Estado da Fazenda; sr. JORGE RACHID, Secretário da Receita Federal; sr. MOACIR LEÃO, Corregedor-Geral da Receita Federal; e dos srs. SANDRO MARTINS e PAULO BALTAZAR CARNEIRO, Auditores da Receita Federal. Resultado: Aprovado. Requerimento nº 44, de 2003-CFC, de autoria dos Senadores NEY SUASSUNA e IDELI SALVATTI, que requerem Audiência Pública conjunta com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura, para expor os termos sobre possível renovação de acordo do Governo Brasileiro com o FMI e fornecer esclarecimentos sobre a situação administrativa atual da Receita Federal, com o sr. ANTÔNIO PALLOCI FILHO, Ministro de Estado da Fazenda. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores ANTONIO CARLOS VALADARES, HELOÍSA HELENA, LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, EFRAIM

MORAIS, ANA JÚLIA CAREPA e DELCÍO AMARAL. Nada mais havendo a tratar, encerra-se reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declara aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da Primeira Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O item nº 01 encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 516, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam referentes à impossibilidade jurídica da manutenção da cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre o pedágio arrecadado no percentual de 5% nos trechos rodoviários objeto de concessão. O autor é o Tribunal de Contas da União, e o Relator é o nobre Senador Romero Jucá. Peço ao Sr. Luiz Otávio que seja Relator **ad hoc**.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, até a data de 25 de agosto de 2003, não havia no **site** do TCU qualquer outra decisão acerca desse processo de 1999. Até aquele ano, o TCU agiu em conformidade com o art. 71, § 1º, da Constituição Federal, que reza que: “No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional que solicitará de imediato ao Poder Executivo as medidas cabíveis”.

Indiscutivelmente, o texto constitucional revela-se absolutamente impraticável, pois, por natureza, é longa a tramitação das matérias nas duas Casas, e, enquanto ela ocorre, permanecem surtindo efeitos os contratos que devem ser sustados.

Agiu bem o TCU ao decidir mandar que fosse paralisada a cobrança e, conseqüentemente, a aplicação do ISSQN. O texto constitucional, porém, exige que, passados noventa dias de prazo para manifestação do Congresso, o TCU decida a respeito.

O histórico processual incluso no **site** daquela Corte, no entanto, não aponta qualquer decisão a respeito. Em face disso e dada a gravidade da matéria, opino no sentido de que seja requerido ao TCU que in-

forme se tomou ou não as medidas previstas no § 2º do art. 71 da Constituição Federal e quais as medidas; e que fiscalize o cumprimento das determinações, informando a esta Comissão o resultado das inspeções. Sala da Comissão de Fiscalização e Controle. Senador Romero Jucá, Relator". Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o relatório original do Senador Romero Jucá, lido pelo Senador Luiz Otávio como Relator *ad hoc*. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2. Solicito ao nobre Senador Duciomar Costa que seja o Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso de nº 048, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha relatório de atividades daquela Corte relativo ao ano de 1999.

O processo chegou ao Senado em 11 de abril de 2000 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 12 daquele mesmo mês. Em 1º de setembro de 2000, foi designado o Relator do processo.

A apreciação do documento pela Comissão de Fiscalização e Controle cumpre a praxe estabelecida por dispositivo legal, contido no § 4º do art. 71 da Constituição Federal.

O relatório informa que o Tribunal de Contas da União apreciou 9.779 processos no ano de 1999 em 193 sessões plenárias; das câmaras, as tomadas de prestação de contas e as tomadas de contas especiais somam 3.858 processos, dos quais 808 foram julgados irregulares, o que gerou a condenação de 845 responsáveis ao pagamento de multa e ao ressarcimento de débito no valor de R\$36,4 milhões em 66 processos.

Houve a condenação de responsáveis por práticas de ato de irregularidade ou não cumprimento da decisão do tribunal ao recolhimento de R\$641,1 mil reais. O documento não se constitui matéria que demande decisão por parte desta Comissão.

Inexistindo normalização sobre a apreciação do relatório de atividades do Tribunal de Contas da União, cabe a esta Comissão conhecer da matéria e remetê-la ao Arquivo. Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados.

Aprovado.

O Item nº 3 da pauta é um relatório do próprio Senador Luiz Otávio. Por essa razão, peço a S. Ex^a que profira o relatório, já que é o autor.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2003, relativa a objeto da Ação Civil Pública nº 2.003 77 89/9, em tramitação na Justiça Federal de 1ª Instância do Estado do Maranhão, referente a alegação de irregularidades na condução de despesa relativa à área de saúde.

Apresento o relatório prévio, a análise da matéria, os requisitos de conteúdo, a indicação específica do ato, a fundamentação da providência objetivada, os requisitos de admissibilidade, exame de oportunidade, exame de conveniência, alcance da medida e a metodologia de avaliação e plano de trabalho, que prevê o art. 102, b, II, que o Relator apresente inicialmente, junto com o parecer pela admissibilidade, um plano de trabalho e metodologia de avaliação. Nessa metodologia de avaliação, como se trata de matéria de efeito eminentemente jurídico e de natureza fática, a metodologia de avaliação a ser aplicada será a verificação da veracidade das informações contidas no processo para a ampliação do sustentáculo probatório, desejada a correta prestação jurisdicional.

O plano de trabalho deve constituir: a solicitação de serviços de auditoria ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS, do Ministério da Saúde, de cópia de inteiro teor do processo PA nº 1 19 000 0011 45/2002-71; a solicitação aos Ministérios da documentação de convênios firmados com o Município de Bacabal e respectiva prestação de contas; a designação, pelo Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, de servidor do Senado para dirigir o grupo de trabalho de auditoria e perícia; solicitação ao Tribunal de Contas da União de designação de uma equipe de trabalho para realizar auditoria sob a coordenação do Senado; a solicitação à Superintendência da Polícia Federal do Estado no Maranhão para designar um agente e um perito contador para participar desse grupo e o trabalho *in loco*, destinado à auditoria e tomada de depoimentos, em especial dos Vereadores Manoel Serafim e Mônica Coelho Dias; realização de outras diligências que se fizerem ne-

cessárias; e a manutenção de contatos com o grupo e equipe de auditoria do SUS e do Ministério Público Federal no Maranhão.

Esse é o plano de trabalho.

Voto.

Visto que se afiguram cumpridos todos os requisitos exigidos, provadas a conveniência e a oportunidade, é pelo sentido de que seja admitida a proposta de fiscalização e controle requerida e que seja aprovado o plano de trabalho acima exposto.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Antes de colocar em votação, a Presidência informa que, durante esta legislatura, esta é a primeira vez em que adotamos tal procedimento. Um procedimento admissível pela Comissão, pois esta tem o poder de fazê-lo, e, com isso, abrimos um processo de fiscalização, que é um grau muito mais profundo de análise do assunto.

Em discussão.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço desculpas, pois estava resolvendo um problema fora da Comissão. Gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem o direito de pedir vista. Será concedida por cinco dias, voltando à pauta na próxima semana.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Temos três requerimentos. Um de autoria da nobre Senadora Heloisa Helena, que solicita seja promovida a realização de audiência pública nesta Comissão com a presença do Sr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal, o Sr. Moacir Leão, Corregedor-Geral da Receita Federal, e o Sr. Antônio Palocci, Ministro da Fazenda.

A justificação: de acordo com a notícia publicada na Revista **Época** do último dia 12 de outubro de 2003, na reportagem intitulada “Vamos poupar o Rachid”, à pág. 34, “as desavenças entre altos funcionários da Receita Federal podem transcender a uma simples disputa de poder interno na instituição”. Segundo a revista, há suspeitas de que o objetivo seria “um jogo mais concreto, o interesse de figurões do Fisco em desmoralizar investigações que remontam às águas turvas do Governo Collor e do escândalo de PC Farias.” Independentemente das motivações dos problemas e divergências internas, publicamente veiculadas pela grande imprensa e investigadas pela Polícia Federal é fundamental realizar essa audiência

para ouvir os servidores diretamente envolvidos no caso em apreço.

As denúncias de corrupção envolvendo servidores públicos da Receita Federal devem ser devidamente investigadas, esclarecendo tanto os fatos, inclusive permitindo o amplo direito de defesa das pessoas envolvidas e responsabilizando criminalmente os responsáveis.

O objetivo dessa audiência pública é, conseqüentemente, possibilitar às Senadoras e aos Senadores avaliar os fatos, cumprindo seu mandato constitucional de fiscalizar os atos do Executivo, inclusive contribuindo para resgatar a credibilidade desse órgão tão importante para o País, que é a Receita Federal.

No mesmo sentido tem um segundo requerimento, assinado pelo Líder Arthur Virgílio, que solicita que, nos termos do art. 90, III, do Regimento Interno, seja convocado o Senhor Ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, e convidados os Secretários da Receita Federal, Jorge Rachid, o corregedor da Receita Federal, Moacir Leão, os auditores da Receita Federal, Sandro Martins e Paulo Baltazar Carneiro, para participar de audiência pública conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle e da Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de prestar esclarecimentos sobre as recentes denúncias fartamente publicadas pela imprensa nacional, envolvendo suspeitas de corrupção e procedimentos administrativos que comprometem a credibilidade do órgão e do Governo relativamente à investigação contra servidores da Receita Federal. Está subscrito pelo nobre Senador Arthur Virgílio.

E ainda tem um terceiro requerimento, que reza o seguinte: requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Antônio Palocci – muda de convocação para convite, como temos feito –, Ministro da Fazenda, para audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura, já aprovadas pelas mencionadas comissões – o primeiro pede só na Comissão, o segundo pede na Comissão de Assuntos Econômicos, que é o do Senador Arthur Virgílio, e na Comissão de Fiscalização e Controle, e como havia uma terceira Comissão pedindo também que houvesse a reunião, incluímos a terceira, que é a de Infra-Estrutura – para expor os termos sobre possível renovação do acordo do Governo brasileiro com o FMI e fornecer os esclarecimentos sobre a situação administrativa da atual Receita Federal.

Então, sobre o mesmo assunto, temos os três requerimentos, dois deles pedindo reunião conjunta e um pedindo reunião isoladamente.

Em discussão os três requerimentos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Só para prestar alguns esclarecimentos. Se os três requerimentos dizem respeito a mesmo tema, não há contradição. O Senador Aelton até me falava aqui que seria importante trocar o termo convocação por convite. Por mim, não há nenhum problema. O problema é que na Constituição não fala em convite, e sou muito arredia a essa mania que muitas vezes temos de não causar **frisson** em determinadas autoridades com o termo convocação. Mas é só por uma questão constitucional. Para mim, não há nenhum problema que seja convite, do mesmo jeito que não há nenhum problema até porque parece-me que o Ministro gostaria de vir numa audiência à parte. Também não há nenhum problema. O importante é que as três autoridades venham prestar esclarecimentos à Comissão. E se quiser ser conjunta, também não há problema. Não pude apresentar na Comissão de Assuntos Econômicos porque, embora mexa com questões relacionadas à arrecadação, a comissão que tem o papel de fato é a Comissão de Fiscalização e Controle. Mas, se quiser ser conjunta, também não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Veja bem, nobre Senadora: nosso ritual aqui tem sido o convite, mas, se não marcar em 30 dias, convocação. Então, faremos o convite, um convite em conjunto, e, se o assunto não ficar devidamente esclarecido, reafirmamos e fazemos a reunião isoladamente, separadamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Claro, pode abrir um procedimento investigatório depois.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Exatamente, pode ser feito. Aliás, hoje aqui inauguramos o processo fiscalizatório nesta reunião, a solicitação. Com certeza, quando V. Ex^a devolver na próxima semana, ele terá continuidade, será o primeiro dessa Legislatura.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro com relação ao meu parecer, referente à Proposta de Fiscalização nº 2, de 2003, apenas para deixar registrado que meu

parecer foi produzido pela Consultoria Técnica do Senado. Então, está cumprido religiosamente o que a Consultoria encaminhou para o parecer de acordo com o Regimento Interno do Senado e com a autonomia que a Comissão tem, apenas para que não fique nenhuma dúvida com relação à forma e à formatação do relatório prévio e da própria definição da metodologia de trabalho.

Com relação à matéria do requerimento das Senadoras Heloísa Helena e Ideli Salvatti e dos Senadores Arthur Virgílio e Ney Suassuna, gostaria de registrar que o acordado é que serão distintas as reuniões, o Ministro virá a uma e o Secretário da Receita Federal e os demais convidados em outra oportunidade.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, quando for vencido esse ponto, gostaria de prestar um esclarecimento sobre o Item 3 que pedi vista.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sim, Senadora Heloísa.

Em discussão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem a palavra, nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Gostaria apenas de fazer um esclarecimento, estou de pleno acordo com os requerimentos que aí estão. Acredito que é obrigação desta Comissão e nossa ouvir o Sr. Ministro, o chefe da Receita, Federal o Sr. Raschid e também o Corregedor, porque é um assunto que está na agenda nacional, não surgiu por acaso, veio à tona porque houve um escândalo no Rio de Janeiro.

Esse assunto não está devidamente esclarecido, há gravações de conversas, e todas elas apresentam envolvimento que precisam ser esclarecidos. Não quero prejulgar absolutamente ninguém, mas precisam ser esclarecidos, e o assunto já chegou à instância do próprio Presidente da República que pediu ao Ministro da Fazenda que desse uma solução para a controvérsia criada entre a Corregedoria da Receita Federal e o seu Secretário. Portanto, acredito que esta Comissão tem que se pronunciar.

A melhor forma, efetivamente, seria uma convocação, para que isso ocorresse rapidamente, porque um prazo de 30 dias, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já está acertado para a próxima semana.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, porque via como um prazo bastante alongado, e se agora já está marcado para a próxima semana melhor.

Também quero ponderar que deverá ser feito junto com a Comissão de Assuntos Econômicos, porque muitos dos membros desta Comissão o são daquela Comissão, no dia que fosse possível, as duas comissões facilitariam a presença dos membros no mesmo momento.

Apenas são essas ponderações que queria fazer, trazendo o meu apoio aos requerimentos dos diversos Srs Senadores que estão em apreciação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Qual dos requerimentos está em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os três, será...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então queria pedir vista do terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, os três requerimentos, que têm acordo inclusive da Liderança do Governo. Queria informar a senhora...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Só os requerimentos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo. Aquele requerimento de convite?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vai ser convite e também conjuntamente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tudo bem, Sr. Presidente, em relação a esse assunto não tenho nada a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Estamos fazendo o convite e a vinda já está acertada, estamos pedindo em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura.

Em votação.

As Sr^{as} e o Srs Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passamos a palavra, pela ordem, à nobre Senadora Heloísa Helena, sobre o Item 3 da pauta, sobre o qual S. Ex^a pediu vista.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, tive oportunidade de me esclarecer melhor sobre o fato.

Tenho como posição nesta Comissão sempre apoiar todos os procedimentos para a abertura de um processo de investigação. Aliás, apanhei muito nesses quatro anos aqui, porque infelizmente as maiorias instaladas na Casa sempre impediam a abertura de procedimento investigatório. Era um verdadeiro inferno. Mesmo quando havia ações civis públicas, procedimentos sendo investigados na Justiça, mesmo assim exigia que a Comissão abrisse um procedimento investigatório, porque se a Justiça tudo fizesse era necessário fechar a Comissão de Fiscalização e Controle e o Conselho de Ética da Casa. Nada poderíamos alterar.

Nesse sentido, é lógico que se um outro parlamentar quiser manter o pedido de vista, isso poderá ser feito. Mas, no meu caso específico, não mantenho o pedido de vista em relação à abertura do procedimento investigatório, porque é muito importante que esta Comissão abra esse procedimento.

Depois do resultado, é evidente que nos posicionaremos em relação a isso.

Houve um equívoco da minha parte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tendo em vista que a nobre Senadora retira o pedido de vista, passaremos à votação do item 3 da pauta, de autoria do nobre Senador João Alberto. Relator: nobre Senador Luiz Otávio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Informo a V. Ex^{as} que abrimos o primeiro processo fiscalizatório, ou seja, a criação de uma minicomissão parlamentar de inquérito.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Meu voto é contrário, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com o voto contrário da Senadora Ana Júlia Carepa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, está facultada a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Desejo falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a hoje está falando bastante, Senadora. Por favor, a palavra é sua.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – V. Ex^a me conhece. Quero explicar por que votei favoravelmente. Sou muito organizada, disciplinada e também sei que às vezes sou chata e intolerante.

As pessoas nos assistem, mas não têm obrigação de saber o que estamos debatendo. Prova disso é que eu – que já não tenho nenhuma obrigação de ser inexperiente – aqui cheguei e pedi vista de um processo, quando, efetivamente, não me sentiria à vontade, porque pensei que fosse o resultado de um procedimento investigatório. Mas, como retirei meu pedido de vista, falarei o motivo que me levou a votar favoravelmente.

Trata-se de uma solicitação de abertura, nesta Comissão – até porque é função inerente e competência desta Casa e desta Comissão –, de um procedimento investigatório.

Não sei se o Senador João Alberto tem ou não razão, como também todos os outros Senadores não saberiam se tenho ou não razão. Em várias oportunidades briguei nesta Casa, e quase enfartei, pela abertura de procedimento investigatório.

O Senador apresenta documentos buscando verificar eventuais irregularidades e atos de improbidade administrativa em determinado Município do Maranhão. Houve o exame de admissibilidade ou não, apresentou-se ao Relator uma metodologia de avaliação e um plano de trabalho para a fiscalização pretendida.

É evidente que quem não deve não teme. Se as denúncias apresentadas pelo Senador, por mim ou por qualquer outra pessoa, forem irresponsáveis, quando os documentos aqui chegarem, teremos condições objetivas de avaliar.

Eu não me sentiria à vontade para impedir, porque por tantas vezes fui vítima nesta Casa que não me sentiria à vontade para impedir um procedimento próprio desta Comissão – não estamos inventando nada –, obrigação desta Comissão e dos Senadores, qual seja, investigar.

Por isso, eu não me sentiria à vontade para não aprovar a abertura de um procedimento investigatório.

É só, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passarei a palavra aos nobres Senadores que me pediram a palavra, mas, antes, gostaria de ler, para conhecimento de V. Ex^{as}, o que votamos.

“A proposta de fiscalização e controle poderá ser apresentada por qualquer membro ou Senador à Comissão com a específica indicação do ato e a fundamentação da providência objetivada.” Foi feito.

“A proposta será relatada previamente, quanto à oportunidade e à conveniência da medida e o alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social e orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia da avaliação.” Foi feito.

“Aprovado o relatório prévio pela Comissão, o Relator poderá solicitar os recursos e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo a Mesa e a administração da Casa do atendimento preferencial das providências requeridas.” Portanto, vai para a Mesa para ser providenciado. Rejeitado o relatório, a matéria será encaminhada ao arquivo.

Essa é uma mini CPI, em que vamos levantar os dados, verificar a profundidade dos fatos, e isso poderá ter consequência sérias, mas é da natureza da Comissão; para isso, ela foi criada. Estamos cumprindo a nossa obrigação.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, não falei no início quando estava sendo votada a matéria, mas, instado pela Senadora Heloisa Helena, gostaria de dizer que todo o procedimento foi feito pela Justiça Federal, e eu fiz anexar aqui esse documento. Não são documentos produzidos pelo Senador; são documentos produzidos pela Justiça Federal. Assim sendo, cabe a nós, realmente, de acordo com o Relator, Senador Luiz Otávio, a formação dessa comissão que vai até lá.

Eu tinha conversado antes com o Sr. Presidente. É um caso inusitado nesta Comissão esse proceder, é a primeira vez que o fazemos, e vamos ver se realmente cumprimos nossos objetivos com relação a uma prefeitura de mais de 10 mil habitantes, a cidade de Bacabal – já fui prefeito desta cidade e trago o clamor da população local em função de um procedimento da Justiça Federal.

Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Vou até justificar, não só para esta Comissão, mas, na verdade, para o público que nos assiste também, como falou a Senadora Heloísa Helena. Às vezes, as pessoas não sabem exatamente o que estamos votando.

Costumo brincar aqui com os Senadores e Senadoras que sou a suplente mais titular dessa Comissão, porque sempre estou presente. Então, abertura de investigação, sempre votando favorável, convite a Ministros, etc. Quer dizer, eu mesma já solicitei esses processos. Nós sempre somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a é a Presidente de uma Subcomissão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Exatamente, que fiscaliza as agências reguladoras dos serviços, no caso, privatizados no nosso País.

Por que minha posição contrária? No próprio relatório, ainda há pouco, o Senador esclareceu que já existe e apresentou documento da Justiça. O próprio Relator faz referência a um processo que já existe, uma ação civil pública em tramitação na Justiça Federal. Foi por esse motivo.

Veja bem. Não estamos tratando de um caso em que existe suspeita e não existe investigação. Não; já existe. Então, a minha idéia era que esperaríamos concluir. Não é contra. Pelo contrário, até porque isso está sendo investigado pela própria Justiça.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Posso pedir aparte, Sr. Presidente?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – E tem que investigar mesmo. Penso que a Justiça tem de investigar, e nos cabe – é lógico – apoiar as investigações. Agora, o trabalho da Justiça independe, é claro, da nossa posição. Por isso, pela informação do próprio Relator, de que já existe nesse caso uma ação civil pública tramitando na Justiça Federal. Acredito que poderíamos esperar. Por isso, o meu voto. Não é contra a investigação, não, Senador. Acredito que se tem de investigar tudo, até porque o recurso público não é do prefeito, do governador, nem do presidente; é público, é do povo.

Então, temos que cuidar para que esses recursos sejam bem gastos, mas a Justiça, com certeza, chegará a essa conclusão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – V. Ex^a disse que não havia tomado conhecimento do processo. Realmente, para um esclarecimento a V. Ex^a, a Justiça não está investigando o que estamos

pedindo. Pedimos os seis anos do prefeito, e a Justiça, no seu desejo de afastá-lo, está arrolando apenas um ano. Nós aprofundamos mais. O processo é um pouco diferente do que a Justiça Federal fez. E a Justiça Federal pediu apenas o SUS; nós fomos além, queremos SUS, Fundef e receitas – verbas federais. Não podemos aqui examinar nem o fundo de participação, nem a verba própria, nem as receitas estaduais. Estamos além do que é preconizado. Apenas fizemos anexar um documento da Justiça Federal, referente a um ano de SUS, a fim de mostrar que já existe um caminho aberto para as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, votei favoravelmente à matéria.

O que está acontecendo no País hoje é interessante: fazem sorteios para fiscalizar Municípios no País sem denúncias. Acho que a Corregedoria, a Ouvidoria ou qualquer órgão deveria aproveitar casos como esse de Bacabal e fazer a devida fiscalização. Não deveria pesar criança no interior dos Estados como vem fazendo.

Vou dizer o que ocorreu na Paraíba. Essa Ouvidoria ou Corregedoria – não sei o que é – foi à Paraíba e determinou que, das 82 crianças do Município que se encontravam no Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), 67 fossem excluídas, porque passaram acima do peso. Uns estavam com 200g a mais, outros com mais um quilo, outro com mais de um quilo. É uma verdadeira humilhação às administrações municipais.

Entendo que o Ministro Waldir Pires deveria estar fazendo esse tipo de trabalho: a fiscalização onde existem denúncias graves. Entretanto, a prioridade tem sido para o sorteio. Desse modo, é claro que a probabilidade de se ter um Município governado pelo PT é muito pequena. Das aproximadamente 6.000 prefeituras do País, o PT tem somente um pouco mais de cem.

Eu não sou contra à fiscalização, não, pois penso que ela deve ser feita. O que não se deve ser feito é o tipo de humilhação que está sendo feita pelos auditores. O que fazem? Pegam uma nota fiscal, saem com a Oposição atrás, gritando no Município, vão ao dono da mercearia ou do supermercado e perguntam se aquela nota foi feita lá. Confirmado, o cidadão sai com a nota – só muda a nota de mão – e vai até a mercearia para saber se ela recebeu o produto. Meus amigos, temos muito o que fazer. Enquanto o caso da Ministra Benedita da Silva comete um pecado venial,

estamos vendo humilhações impostas aos Prefeitos brasileiros.

Não sei nem qual é o Partido do Prefeito de Bacabal. Pouco me interessa saber quem é. Se existe denúncia, penso que tem de ser apurada.

Não entendo a tentativa de fazer um verdadeiro terrorismo contra os Prefeitos brasileiros. O que está acontecendo é terrorismo: é saber que o Prefeito comprou cinco bolas de futebol e que estava gastando dinheiro demais em bola, porque se compraram cinco bolas em noventa dias; é saber que as crianças estavam comendo açúcar demais e, agora, vão ter de fazer regime, lá no sertão da Paraíba ou no Cariri ou no Curumataú, para que não passem 200g na pesagem para o Peti. Esses mesmos cidadãos não sabem que, lá, aquela criança que se encontrava no Peti não tem feira em casa, não tem como ser alimentada, mas porque passou de 200g ou um quilo ou dois quilos...Estou dizendo isso, porque tenho como provar. Tenho o relatório em mão.

O que ocorre é um verdadeiro absurdo. É, sem dúvida, uma humilhação aos Prefeitos brasileiros.

Estou citando um fato isolado. No caso, o que pede o Senador Alberto Silva é referente ao SUS. Lá, fiscalizam-se SUS, Fundef, Peti, todo tipo de repasse feito para a Prefeitura.

Então, repito que sou favorável. Parabenizo V. Ex^a, Senador, por essa atitude, por entender que se houver realmente denúncias graves, como as que agora ocorrem, elas devem ser apuradas.

Quero deixar bem claro que não sou contra a continuidade das fiscalizações. Entretanto, também se deve fiscalizar as grandes cidades e, acima de tudo, que não se deixe o Governo sem fiscalização, porque a obrigação desse mesmo órgão é fiscalizar internamente o Governo, mas, ao invés de fiscalizar os prefeitos brasileiros, por sorteio. É bom que se lembrem de que devem fiscalizar o excesso de diárias neste Governo, o excesso de passagens. Entendemos que os companheiros que assumiram o Governo não estão tendo nenhuma fiscalização. Esta foi desviada para as pequenas e médias cidades do Brasil. Lamentavelmente, o Governo do PT está humilhando os prefeitos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio. Em seguida, concederei a palavra à Senadora Heloísa Helena. Depois, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, serei rápido.

No plano de trabalho, está bem claro, “solicitar o serviço de auditoria do Departamento Nacional de Auditoria no SUS”, no Ministério da Saúde. “Solicitar aos Ministérios documentação de convênios firmados com o Município”. “Designação, pelo Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle”.

O Presidente da Comissão vai designar um servidor do Senador para dirigir o grupo de trabalho. Quer dizer, um servidor do Senado será designado pelo Presidente para dirigir os trabalhos de auditoria e perícia. Nunca vimos aqui um servidor do Senador tomar partido. Da mesma forma...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte? Gostaria de continuar o raciocínio da indicação.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Pois não.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – A Comissão vai fazer um trabalho técnico, entendo. Alguma irregularidade, se for encontrada, será encaminhada ao Tribunal de Contas. Quem tem competência para isso é o Tribunal de Contas, não é o Senador, a Comissão ou a Procuradoria. Fazemos a parte de fiscalização. Estamos cumprindo o que determina a Constituição e o Regimento da nossa Casa.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – O próximo item já é esse: solicitação, para o Tribunal de Contas da União, de designação de um equipe de trabalho para realizar auditoria sob a coordenação do Senado. Da mesma forma, os outros itens. São para ouvir as pessoas que estão aqui no plano de trabalho. Está bem apresentado o plano de trabalho pela forma como a Consultoria Técnica do Senado já tem a forma de indicar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a pode falar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, vou falar de novo. Talvez já esteja até cansativo para os que aqui estão e para os que estão nos assistindo.

É evidente que me sinto na obrigação de fazer uma consideração sobre o Ministro Valdir Pires. Senador Efraim Moraes, não tenha dúvida de que S. Ex^a é uma das pessoas mais honestas. Aliás, “mais” não porque ou é honesto ou não. Trata-se de uma pessoa honesta, séria, que está tentando fazer tudo direito. Está fazendo tramitar, além dos procedimentos de investigação que estão sendo encaminhados no sorteio, documentos. Para os documentos que para lá são encaminhados também estão abrindo procedimentos de investigação. Espero, inclusive, que o Governo possibilite a abertura de novas vagas porque há ne-

cessidade de mais de 2 mil novas pessoas. Justamente para que um órgão tão importante possa estabelecer os mecanismos investigativos que são necessários. É dinheiro público, como todos nós sabemos. Portanto, independente de ser senador ou senadora, governador ou governadora, presidente ou prefeito, é obrigação do Executivo do mesmo jeito que é obrigação desta Comissão.

Inscrevi-me novamente para falar com o objetivo de deixar algo mais claro. Até porque, às vezes, há mais fuxico pelos corredores do que as coisas que, de fato, acontecem. Tive oportunidade de conversar com os Senadores sobre o caso. Vou ter que repetir, Sr. Presidente. Passei quatro anos tentando abrir procedimento investigativo. O Senador João Alberto é de um Partido que, hoje, sem dúvida, é considerado o Partido mais importante da base do Governo, o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É o mais importante.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – O Senador Ney Suassuna está dizendo que é o mais importante. Não gostaria que fosse, mas é o PMDB. É da base do Governo e é ligado ao Presidente José Sarney, que é considerado o homem mais importante, o de mais influência. V. Ex^{as} assim o entendem. Não gostaria que fosse. É o tal negócio, o Senador João Alberto também entende que o é. Sabe por que estou fazendo essas considerações? É porque daqui a pouco vai ser comentado que eu estou pedindo para abrir um procedimento de investigação e que isso pode prejudicar o Governo. Então, é só para deixar absolutamente claro que passei quatro anos aqui nadando contra a correnteza, tentando abrir procedimento investigatório contra Fernando Henrique, contra muitos outros, e era um inferno. Claro que, ave, Maria, sofri muito com os que vinham aqui para me bater!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Romero Jucá!

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Também! V. Ex^a também! Outros também! Estavam doidos para bater em nós e nos impedir de conseguir a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas, hoje, V. Ex^a conseguiu, Senadora. Hoje, V. Ex^a pediu vista e, depois, voltou atrás da vista. Então, V. Ex^a hoje é conivente!

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Reconheci humildemente!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senadora, permita-me um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pois não, Senador Efraim!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Primeiro, Senadora, gostaria de colocar que, em momento algum, disse que o meu ex-colega da Câmara dos Deputados é desonesto. Não citei, inclusive, o nome dele.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – É verdade, é verdade! Tem razão!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Estou dizendo que, no meu entender, o critério que está sendo utilizado e a forma como está sendo feito são de humilhação aos prefeitos. Digo que tenho um relatório em mão de vários municípios e de vários estados, e tem sido da mesma forma.

Lamentavelmente, tem que ser corrigido. Não é esse o caminho! Entendo que a mesma rigidez e exigência que estão sendo feitas aos Prefeitos deveriam ser feitas à Ministra, cuja questão do uso indevido dos recursos públicos para fazer viagem de interesse pessoal é pública. Queremos deixar claro que não sentimos essa rigidez, como não sinto outro tipo algum de apuração entre os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quando V. Ex^a fala companheiros, V. Ex^a quer dizer o quê?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Os companheiros que estão no governo, assumindo cargos no governo. Era assim como eram tratados os antigos companheiros da Senadora Heloísa Helena. Alguns outros, não!

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Não me machuque mais do que já estou machucada!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, quero dizer que, quanto à questão da nossa...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador, V. Ex^a está brincando, porque ela não está?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ela sabe que temos, graças a Deus, um bom relacionamento, até de oposição neste momento.

Então, devo dizer que nós da oposição estamos sempre à sua disposição, Senadora, para aprovarmos matéria dessa natureza. Sinta que teremos uma oposição diferenciada nesse governo. E claro que nos sentimos vaidosos de contarmos com o seu apoio neste momento. Para se ter uma idéia, dentro deste recinto, só não é da base do Governo eu e V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sinto-me da base de sustentação. Não sou da base de bajulação, graças a Deus! Sou do partido que é da base

de sustentação. Não sou da base de bajulação, porque bajular, bajulo poucos. Até bajulo alguns, poucos!

Sr. Presidente, é isso! Apenas para manter esclarecimento. É um procedimento investigatório. É fundamental que vivencemos esta experiência, calamidade absurda que nunca conseguimos vivenciar! Nunca conseguimos vivenciar um procedimento investigatório que é da natureza dessa Comissão. Então, até para analisarmos, se, diante de um município, se tem efeito, se não tem, se seria mais fácil ou melhor. Pode até ser feito conjuntamente. Até sugiro que já se encaminhem os documentos para a Ouvidoria, para o Ministro Valdir Pires, porque, talvez, eles até tenham elementos ou outras denúncias que possam mais rapidamente viabilizar as investigações. É nesse sentido!

Senador Efraim, deixe de ser ruim, deixe de ficar pisando no coração alheio, porque já estou sofrendo demais, para você ficar me lembrando todo dia de que estou sendo ameaçada de expulsão!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, conheço há anos, e sei que estava falando com toda a sinceridade! Sei que considera realmente V. Ex^a como uma irmã da oposição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, vou ter que falar de novo. Depende! Na verdade, seria incapaz de fazer qualquer bravata ou demagogia eleitoralista. O que estou defendendo, hoje, é o que defendi aqui, não durante toda a minha vida apenas, mas aqui durante quatro anos. Sei que as pessoas podem mudar de idéia, podem ser convencidas por novos argumentos. Não há problema algum! Não me sentiria à vontade era de ter passado quatro anos aqui, batendo no Governo Fernando Henrique quase que de manhã, à tarde e à noite, quando apresentava determinadas propostas. Por quê? Não tenho problema pessoal algum com absolutamente ninguém, nem com alguns do seu partido. O Lula é do seu partido? Filiou-se agora? Sei que vocês estão juntos. E isso me causa uma dor na alma. (Risos)

Portanto, Sr. Presidente, não tenho nenhum prazer em fazer críticas em relação ao nosso Governo. Dediquei a minha vida para ajudar a construir o PT, dediquei a minha vida enfrentando a oligarquia patrimonialista, o crime organizado, apanhando para ajudar a construir o PT e ajudar na eleição de Lula. Então, não sinto nenhum prazer. No entanto, não posso ser favorável àquilo que não se coaduna com as minhas convicções ideológicas, com a minha concepção programática, com a minha visão de mundo.

Sinto-me na obrigação de continuar defendendo aquilo que acredito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, já tive até posições antagônicas com V. Ex^a muitas vezes, mas dou o testemunho de que V. Ex^a continua defendendo as mesmas posições. Sei que V. Ex^a gosta de lutar, mas como agora está restando também, o que gasta um pouco de energia, com certeza vai bater um pouco menos do que batia no Governo anterior.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, antes de ser considerado um Senador da base de sustentação ou da base de bajulação, em relação a este projeto, a esta matéria, que já foi matéria vencida, gostaria de ser o Senador de uma proposta exequível, visando melhorar a funcionalidade desta Comissão.

Temos aquilo que os advogados chamam de **animus operandi** para fazer a investigação, temos vontade política, temos o desejo de que as coisas andem certo por este Brasil afora. Isso é inegável. Entretanto, Sr. Presidente, nesta proposta existe uma incongruência, e me perdoe o nobre Relator a quem muito respeito, que é o Senador Luiz Otávio. Ao mesmo tempo em que a Comissão propõe a designação de um servidor para dirigir o grupo de trabalho de auditoria e perícia, que solicita à Superintendência da Polícia Federal também designar um agente e um perito contador para participar deste grupo, a Comissão propõe ao Tribunal de Contas da União a designação de uma equipe de trabalho para realizar a auditoria.

Vejam que está havendo aí um choque para o mesmo objetivo, ou seja, são duas ações para o mesmo objetivo. Teremos uma fiscalização paralela do Tribunal de Contas. Penso que estamos colocando o Tribunal de contas da União em uma situação secundária, quando, na realidade, a situação do Tribunal de Contas perante o Senado Federal é de um órgão auxiliar do Poder Legislativo como está na Constituição.

Ora, ou designamos o Tribunal de Contas da União ou não o designamos para fazer essa fiscalização, mesmo porque pode até estar acontecendo, neste momento, uma auditoria, uma fiscalização nas contas do Prefeito de Bacabal, no Maranhão, do Tribunal de Contas da União.

Então, o que é viável, o mais exequível seria, Sr. Relator, tirar os itens “c”, “e”, “f” e “g”, e remeter o processo para o Tribunal de Contas da União, que é o nosso órgão de confiança. Até hoje o Tribunal de

Contas nunca se eximiu da sua responsabilidade de fiscalizar os órgãos públicos por determinação do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. Assim, está havendo um paralelismo desnecessário, um esforço redundante da nossa Comissão. Quer dizer, fazemos a fiscalização e o Tribunal de Contas faz a mesma coisa, quando o Tribunal de Contas é quem está aparelhado para fazer isso.

Então, Sr. Presidente, gostaria que reavivássemos esta matéria no sentido de reverter esse quadro, ou seja, fazer a fiscalização devida e ir a fundo na questão por meio daquele órgão que nos auxilia e que tem a nossa confiança, que é o Tribunal de Contas da União.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Senador Antonio Carlos Valadares, vejo que é da maior importância a observação e o alerta que V. Ex^a faz, até porque, como foi dito pelo próprio Presidente da Comissão e pela Senadora Heloísa Helena, é a primeira vez que a Comissão fará um trabalho para o qual ela tem competência constitucional.

Ocorre que meu parecer, como eu disse desde o início, foi orientado e preparado pela consultoria técnica do Senado Federal, que normalmente enquadra dentro do Regimento Interno e de todas as normas legais – poderá, portanto, até haver um excesso, mas não haverá nunca omissão. Pelo menos nos pareceres que acompanhamos na Casa, a consultoria sempre dá até a mais. Então, retirar um item ou outro da metodologia do trabalho, da minha parte, não vejo nenhum problema. Fica a cargo do Presidente da Comissão, na minha opinião, adequar ao que precisa ser feito. Da minha parte, como Relator, deixo claro que meu parecer foi baseado na técnica legislativa, como são feitos todos os pareceres emanados da consultoria técnica do Senado Federal.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, volto a dizer, sem ser repetitivo...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ainda com a palavra, porque foi um aparte, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Temos um objetivo, que é fiscalizar e detectar as irregularidades cometidas na Prefeitura de Bacabal. Estou propondo que essa fiscalização seja feita pelo órgão técnico, que foi fundado para isso e que existe para essa finalidade. A nossa Comissão, sim, acompanhará, por meio das informa-

ções que serão fornecidas pelo Tribunal de Contas da União, o desenvolvimento desse trabalho de fiscalização. Acompanharemos par-e-passo, o que o Tribunal de Contas da União fizer estaremos sabendo, porque o Presidente do Tribunal nos comunicará de forma assídua e freqüente.

Concedo um aparte ao Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a traz à luz um lado da questão, mas nosso pedido é uma fiscalização e um controle acompanhados pela Polícia Federal, que se pede. O Tribunal faz uma auditoria. Vamos um pouco mais à frente, inclusive a Polícia Federal está conosco, o que não faz o Tribunal de Contas da União.

Estamos dentro das nossas prerrogativas do Senado Federal, da nossa Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Além de o Tribunal de Contas fazer a auditoria, ele tem um aparelhamento que conta inclusive com a participação do Ministério Público. Além disso, o fato de a Corregedoria Geral da União estar atuando através de sorteio não impede que, o Senado Federal mandando esse processo, o Ministro não determine a fiscalização *in loco* por meio da Corregedoria. Por que não? Não é proibido, faz parte das atribuições da Corregedoria fazer a fiscalização de Prefeituras que estejam cometendo ilícitos, retirando dinheiro da União.

Então, além do Tribunal de Contas da União, temos a Corregedoria, que age em várias frentes, inclusive com a participação da Polícia...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – A Senadora Heloísa Helena já sugeriu que fosse encaminhado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Já sugeri isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não tinha ouvido, porque no momento em que V. Ex^a falou eu não estava presente ainda na Comissão, eu estava na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – S. Ex^a já fez essa sugestão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, Sr. Presidente, pondero, para não haver um esforço dúplice em torno de uma mes-

ma matéria, que essas sugestões sejam aceitas. A Comissão de Fiscalização e Controle atuará de qualquer maneira, mas por intermédio do órgão específico – Tribunal de Contas da União – e também atendendo à sugestão da Senadora Heloísa Helena no sentido de que a Corregedoria seja cientificada do problema.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Antes de a Mesa se manifestar, passo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, porque pode ser que seja o mesmo assunto. Em seguida nos manifestaremos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador, quero esclarecer, em função dos comentários do Senador Efraim Morais, que infelizmente teve que se retirar, que o Governo é permanentemente monitorado pelo Tribunal de Contas da União. Ao que me consta, nada mudou no Tribunal de Contas da União, que continua executando a sua atividade, diga-se de passagem, com muita competência, fiscalizando os vários órgãos do Governo.

É importante registrar também o papel da Corregedoria, porque, ordinariamente, os convênios do Governo Federal com os Municípios não são acompanhados pelo Tribunal de Contas da União – isso é importante dizer –, a não ser que se trate de uma tomada de contas especial ou algo parecido.

Com relação ao sorteio, devo dizer do caráter de impessoalidade. É importante fazer esse registro, porque o comentário foi feito com certa parcialidade nas ações, o que não tem sentido e, efetivamente, não corresponde à realidade.

Sr. Presidente, faço outro registro a respeito do parecer do caro e ilustre Senador Luiz Otávio. A Consultoria do Senado Federal faz seu trabalho, encaminha aos Senadores, que fazem uma avaliação natural, política. Não precisam, necessariamente, concordar com os pontos de vista apresentados –ressalvando, evidentemente, que a Consultoria encaminha os processos sempre com rigor.

Faço coro com o Senador Antonio Carlos Valadares, pois os comentários de S. Ex^a são pertinentes. Falando sobre uma questão prática, da forma como está, copiando a frase do caro Senador Luiz Otávio, penso que houve excesso. Ninguém está dizendo que está errado. Muito pelo contrário, houve excesso nos itens listados pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Penso que estamos entrando numa seara para a qual já temos os mecanismos necessários à execução da atividade, e, mais do que nunca, com muita competência, especialmente do Tribunal de Contas da União. Considero a proposta excessiva. Até atendendo o mérito, mas considero excessivo o que está sendo

do proposto. Não poderia deixar de fazer esse comentário e comungar, em gênero, número e grau, com o que disse o Senador Antonio Carlos Valadares, porque foram absolutamente procedentes os argumentos apresentados por S. Ex^a nesta reunião da Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobres Senadores, V. Ex^{as} sabem que há vários órgãos de controle no arcabouço federal. O mais importante é o Tribunal de Contas da União, que analisa as contas vencidas. Não adianta querer tornar imediato um assunto de que ainda não prestaram contas, porque o Tribunal de Contas não interfere, no caso específico. Por isso, não adiantou a pressão feita sobre o Tribunal a respeito do caso da Ministra Benedita da Silva, pois o Ministério ainda não prestou contas. O Tribunal não tem como investigar. Para assuntos imediatos, o Tribunal não tem mecanismos; é impossível.

Durante o ano, o TCU teve mais de 6.480 itens para analisar, como disse seu Presidente na reunião da semana passada. O Tribunal tem a certeza, mas não a velocidade.

Saibam V. Ex^{as} que eu fui indicado Ministro do Tribunal de Contas e agradei o convite exatamente porque, ao perguntar se eu poderia provocar uma investigação, disseram-me que eu não poderia. E isso é um problema.

Para assuntos imediatos, existe a Controladoria, ocupada pelo Ministro Valdir Pires, que pode ser acionada para investigar imediatamente. Mas S. Ex^a também está com uma lista, com uma demanda gigantesca.

Quando o legislador elaborou o Regimento, ele o fez sabendo o que fazia. Nós temos velocidade para o caso, que ainda não chegou ao Tribunal de Contas, mas ainda não existia a Controladoria quando o Regimento foi elaborado.

Há também a Secretaria de Controle que, como V. Ex^{as} sabem, tem parâmetros para investigação: ela sabe, por exemplo, quanto custa o metro cúbico de cimento em cada região. Eles fazem o controle, inclusive comparando.

Há também, em cada Ministério, uma divisão, uma pessoa, um encarregado, uma ramificação do Controle que faz a análise. Eu, por exemplo, quando fui Ministro da Integração, trabalhava com uma pessoa da Secretaria de Controle que me explicava tudo. Então, o sistema é um sistema inteiro. As auditorias fiscais, que havia em cada Ministério, foram modificadas, mas ficou o sistema. Quando estamos aqui pedindo um sistema fiscalizatório, estamos pedindo

pela primeira vez. E estou até curioso em relação a isso, declaro aqui a minha curiosidade. É preciso que pratiquemos para saber quais são as incoerências. É verdade, apesar do **animus** de fiscalizar citado pelo nobre Senador Antonio Carlos Valadares, quando é praticado, quando queremos praticar, é verdade que serão duas correntes paralelas, e é demais. Mas penso que a Mesa pode solucionar isso da seguinte forma: vamos ouvir a Consultoria, vamos também chamar a pessoa do Tribunal de Contas, vamos ver como podemos unir, para não serem duas setas correndo paralelamente, para que se unam e atinjam o mais rapidamente o objetivo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, posso apartear o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pode. Claro, estamos aqui em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, em relação ao Tribunal de Contas, ele pode agir de modo próprio, por iniciativa própria desde que seja provocado por uma das Casas do Congresso Nacional, ou pela Câmara ou pelo Senado, está aqui na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – No que se refere a obras, orçamento, etc, etc, mas não pode, por exemplo...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O art. 71, veja, inciso IV :

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já pedimos aqui milhares de vezes...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: realizar por iniciativa própria da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, etc, nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso II.

Veja V. Ex^a que não é proibitivo ao Tribunal de Contas realizar auditorias, desde que esta Comissão se pronuncie. Ora, se ela se pronuncia, o Tribunal de Contas vai lá, mesmo que as contas não tenham sido prestadas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, veja o que disse. Perguntei lá, quando fui indicado: eu posso, Ministro? Não pode. Ministro não pode.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas se esta Comissão se pronunciar, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se for pedido, pode ser feito um pedido de tomada de conta especial. Só que temos 1.700 técnicos para uma infinidade, seis mil e tantas demandas. É aqui, quando o legislador criou esse processo de fiscalização, na velocidade, isso é uma mini CPI, e precisa estar aprovada preliminarmente. Nobre Senador, quando está aprovada aqui, não quer dizer que esteja aprovada na Mesa. Aqui vai sair para a Mesa, porque os recursos necessários para pagar as passagens, as diárias, tudo isso tem que ser aprovado pela Mesa do Senado. O que estamos fazendo aqui é aprovar preliminarmente para serem encaminhadas agora as despesas, as necessidades à Mesa da Casa. Lá provado, fazemos igual fazemos na CPI, onde há concomitantemente as duas avaliações. Vamos procurar ver como unimos as forças para não serem duas setas correndo paralelamente. Vamos ver, a Mesa vai fazer, até confesso a minha ignorância no assunto porque nunca fizemos antes um processo semelhante a esse. É a primeira vez, estamos começando. V. Ex^a expôs bem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, esta Casa é uma Casa política. Se essa moda pega, vamos ter daqui a pouco cinco mil processos aqui dentro de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a tem toda a razão, mas essa é uma matéria vencida, já foi aprovada e vamos ter que dar continuidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Respeito a decisão da Comissão, mas manifesto a minha divergência. É uma pena que não estivesse aqui no momento, estava em outra comissão. Eu teria votado contra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h55min.)

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a

Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, OSMAR DIAS, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, VALMIR AMARAL, PAULO OCTÁVIO e LEONEL PAVAN. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) AVISOS NºS 108, DE 2001, 24 e 27 DE 2002, que encaminham ao Senado Federal relatórios das atividades do Tribunal de Contas da União relativas a 2000 e 2001. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador CÉSAR BORGES, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 2) AVISO Nº 69 DE 2001, que "encaminha ao Senado Federal, relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2000." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador AELTON FREITAS, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Faz uso da palavra o Senhor Senador CÉSAR BORGES. Às doze horas e quatro minutos o Senhor Presidente suspende a reunião para torná-la secreta para a deliberação do Item 3 da pauta que é o AVISO Nº 17, DE 2002, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão número 1.106/2001, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária-Reservada do plenário de 12/12/2001, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (TC Nº 575.288/1993-0). Relator: Senador OSMAR DIAS. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 28ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos na pauta apenas três itens. Hoje, com a leitura da reforma tributária, estamos com a pauta pouco extensa, até para não criar problemas.

Item nº 1:

Avisos nºs 108, de 2001, e 24 e 27, de 2002, que encaminham ao Senado Federal relatórios das atividades do Tribunal de Contas da União relativos a 2001 e 2002.

Passo a palavra ao nobre Senador César Borges, que fará o relato no lugar do Senador Delcídio Amaral.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vêm a esta Comissão de Fiscalização e Controle os Avisos nºs 108, de 2001, 24 e 26, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminham os relatórios das atividades do TCU relativas a 2000 e 2001.

Os processos chegaram ao Senado, respectivamente, no dia 1º de agosto de 2001, 8 de abril de 2002 e 30 de abril de 2002, tendo sido logo em seguida encaminhados a esta Comissão.

Desde aquelas datas foram nomeados alguns relatores, que os devolveram à Comissão em 20 de dezembro de 2002, sem relatório. Em 25 de fevereiro de 2003, foi designado o Senador Delcídio Amaral como relator do processo, a quem estou, neste momento, substituindo.

Análise da matéria.

Os relatórios cumprem apenas a determinação legal de o TCU prestar ao Congresso Nacional informações sobre suas atividades. Em si mesmo, os relatórios não apresentam novidades, mas demonstram um número cada vez maior de auditorias e inspeções realizadas, bem como de valores de condenação por improbidade administrativa e desvios praticados pelos agentes públicos.

Exemplo dessa realidade são os números verificados entre os três trimestres em apreço. Os julgamentos foram, no terceiro trimestre do ano 2000, 2.983; no quarto trimestre de 2000, 3.119; e no quarto trimestre de 2001, 3.603.

Os responsáveis condenados: no terceiro trimestre de 2000, 294; no quarto trimestre de 2000, 373; e no quarto trimestre de 2001, 310.

O valor das condenações nos respectivos trimestres foi de 15 milhões, 20 milhões e 704 mil e 20 milhões e 43 mil.

As auditorias realizadas foram 188, 153 e 149.

Merece destaque ainda o crescente esforço do TCU no atendimento às solicitações oriundas do Congresso Nacional, que foram em número de dez no terceiro trimestre de 2000, e 149 só no quarto trimestre de 2001.

Destacam-se ainda as medidas adotadas visando à racionalização processual, à celeridade da tramitação e ao incremento na política de desenvolvimento de recursos humanos, à revisão do planejamento estratégico e ao estreitamento das relações com o Congresso Nacional – aliás, fato que foi aqui confirmado pelo Presidente do TCU, o nosso Presidente que aqui esteve conosco na semana passada.

Voto do relator.

Cabe ao Congresso, de posse desses relatórios, simplesmente dar conhecimento de sua chegada a seus membros, posto nada haver a se decidir a respeito da matéria.

Diante do exposto, o voto do Relator é no sentido da remessa da matéria ao arquivo, para eventual consulta quando necessária.

Esse é o relatório do Senador Delcídio Amaral, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Alguns senadores têm levantado o problema de que relatórios como esse não deviam vir ao plenário. Eu discordo, porque, muitas vezes, pode o Plenário discordar ou querer maiores informações. E isso é como a análise quadrimestral em relação ao planejamento do Banco Central. É para tomar conhecimento, é para apenas registrar, mas, se tiver interesse de aprofundar em algum assunto, devem fazê-lo.

Item nº 2:

Aviso nº 69, de 2001. O relator é o nobre Senador Aelton Freitas, a quem passo a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Sr^s e Srs. Senadores, sobre o Aviso nº 69, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o relatório das atividades do TCU relativas ao exercício de 2002, o processo chegou no dia 11 de abril de 2001, foi encaminhado a esta Comissão no dia 16 daquele mês, em 3

de outubro foi nomeado o Senador Wellington Roberto, que devolveu à Comissão em 20 de dezembro de 2002 sem o relatório, e em 2003 foi designado este Senador como relator do processo.

O nosso voto, Senador, a rigor, é que o relatório poderia ser mais circunstanciado, apresentando o resumo de todas as contas julgadas regulares e irregulares, a listagem dos processos dos devedores e responsáveis e daqueles que tiveram os seus direitos limitados por decisão daquela Corte do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a quer que seja enviada uma correspondência pedindo esses dados ou se dá por satisfeito e podemos mandar para o arquivo? Podemos mandar para o arquivo.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Pode mandar para o arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, o parecer do nobre Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Quanto ao **Item nº 3**, o Senador Osmar Dias, Relator, pede que seja feito em sessão secreta. Como S. Ex^a não está presente, transferimos para a próxima semana. Trata-se de um relatório do Tribunal de Contas.

O nobre Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convida os membros da Comissão para, terça-feira próxima, dia 28 de outubro do corrente, às 15 horas, a palestra do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços no primeiro semestre de 2003.

Feitos esses avisos, queria dar um último aviso:

Na semana que vem, faremos uma parte da reunião secreta e também colocaremos um caso ambiental que está criando um problema muito sério e que devemos, com prudência, discutir na Comissão. Pedi também que a Comissão de Assuntos Sociais estivesse reunida conosco, ou pelo menos representantes seus, nesse caso, porque não podemos, antes de saber a profundidade, fazer a divulgação, criando celeuma. Temos que tomar as providências cabíveis.

Por último, queria informar que ontem o Prefeito de Bacabal procurou a Presidência desta Comissão e lhe expliquei que o fato é vencido, já foi encaminhado à

Mesa, e agora temos apenas que aguardar a votação dos recursos autorizando o processo de fiscalização.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, o nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, apenas para melhor esclarecimento, qual o assunto dessa sessão secreta que o Senador Osmar Dias solicita para próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O assunto é a Decisão nº 1.106, de 2001, do Tribunal de Contas de União, prolatada numa sessão secreta, cujo relatório nos foi enviado por aquela Corte. Por isso, aqui também a reunião tem que ser secreta, de acordo com o Regimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Só queria dar um aviso rápido a esta Comissão.

É que fiz o relato de um processo enviado pelo Tribunal de Contas da União com relação àquele antigo caso do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, e o Senador Antonio Carlos Valadares, à época, pediu para não ser arquivado e que se solicitasse ao Tribunal de Contas e à Procuradoria-Geral da República as providências.

Já recebi essas informações do Tribunal de Contas e da Procuradoria-Geral da República, dizendo que tudo o que poderia ser feito nos casos foi efetivamente executado por esses órgãos, e que hoje os casos estão na Justiça.

De qualquer forma, vou manter aberto esse relato e vou trazer a esta Comissão essas informações, já dadas pelo Tribunal de Contas e pela Procuradoria-Geral da República, para conhecimento dos Srs. Senadores e posterior deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço a informação.

Queria dizer aos senhores que achei muito inteligente o que foi feito em relação ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Segmentou-se, o que está para trás está-se apurando e daí para adiante se começou um processo novo para concluir o prédio.

Nobre Senador, já quer entrar na sessão secreta?

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Estou pronto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, pediria que fosse suspensa a televisão. Agradecemos aos senhores.

Pedimos também aos senhores assistentes que, por favor, queriam se retirar.

A SR^a (oradora não identificada) – Mas está garantida, depois, a Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sem problema. A Subcomissão, que não precisa ser secreta, continuará depois. Pediria a todos os que não forem Senadores que se retirem, à exceção da Assessoria, que deve permanecer.

Vamos providenciar para fechar as portas também.

Nobre Senador Osmar Dias, logo que as pessoas se retirem, V. Ex^a terá a palavra para relatar o problema.

(A reunião se torna secreta às 12h04min e encerra às 12h31min.)

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 12:00 HORAS.

Às doze horas e quarenta e três minutos do dia treze de agosto de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores CÉSAR BORGES, LEOMAR QUINTANILHA, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, VALMIR AMARAL. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente anuncia como item único a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senadores EFRAIM MORAIS, DELCÍDIO AMARAL, CESAR BORGES, JOÃO RIBEIRO, LEOMAR QUINTANILHA e ANA JÚLIA CAREPA. Procedida a eleição foram escolhidos, por unanimidade, a Senadora ANA JÚLIA CAREPA e VALMIR AMARAL, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Srs. Senadores, encerramos a reunião e iniciamos a primeira reunião das duas Subcomissões que estão sendo criadas.

Em 19 de março de 2003, esta Comissão aprovou, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, o Requerimento nº 7, de 2003, de autoria da nobre Senadora Ana Júlia Carepa, que criou a Subcomissão permanente com a finalidade de concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras.

Foram nomeados para essa Subcomissão:

Titulares: Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Valmir Amaral, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan.

Suplentes: Aelton de Freitas, Duciomar Costa, Romero Jucá, César Borges e Antero Paes de Barros.

Esses titulares, portanto, têm agora à disposição cédula de votação para que elejam o Presidente, Vice-Presidente e Relator da Subcomissão.

Recebemos indicações dos Partidos. No entanto, V. Ex^{as} podem votar à vontade.

Os Partidos indicaram Leomar Quintanilha e o nobre Senador Valmir Amaral para Presidentes.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu gostaria de dizer aos Senadores que não houve indicações partidárias para outras Subcomissões, mas para essa Subcomissão, o meu Partido fez a indicação, vez que foi discutido com a liderança do Partido dos Trabalhadores e do próprio Bloco de apoio, o meu nome, até porque sou autora do requerimento que solicitou a criação dessa Subcomissão e é praxe desta Casa permitir aos autores de requerimentos – até hoje tem sido assim – a escolha.

O Partido dos Trabalhadores me indicou para ocupar a Presidência e ao Senador Valmir Amaral, Vice-Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu queria saber se o PT pode indicar de outro partido?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Apóia. O partido apóia, Senador Efraim Morais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu queria fazer uma sugestão no sentido de buscar um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Cabe aos Membros da Subcomissão. A Presidência não pode interferir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se possível, que a Presidência fique com a Senadora Ana Júlia, a Vice-Presidente, com o Senador Valmir Amaral e a Relatoria, com o nobre Senador Leomar Quintanilha. É a proposta que faço para que se chegue a um consenso.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia repetir, por gentileza, quais são os membros dessa Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – São os seguintes os membros da Subcomissão: titulares –

Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Valmir Amaral, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan; suplentes – Aelton de Freitas, Duciomar Costa, Romero Jucá, César Borges e Antero Paes de Barros.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se, não sendo membro da Subcomissão, posso dar alguma sugestão ou opinião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pode dar opinião, mas não pode votar, porque apenas podem votar os membros.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Então, eu gostaria de falar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – A Senadora Ana Júlia Carepa pode até pensar que estou contra S. Ex^a, mas não é nada disso. Pelo contrário. O respeito e a admiração continuam como sempre.

Entretanto, apenas faço uma argumentação por uma questão de justiça. A Senadora Ana Júlia Carepa já é presidente de uma Subcomissão, da qual, inclusive, faço parte. Então, poderia se fazer o contrário: o Senador Leomar Quintanilha seria o presidente e a Senadora Ana Júlia Carepa, a relatora, até para haver um equilíbrio das forças dentro da Casa, sobretudo dentro da nossa Comissão. A Senadora não é presidente de Subcomissão nesta Comissão, mas, em outra Comissão, S. Ex^a é presidente da Subcomissão de Mineração. Portanto, seria uma questão de justiça e de equilíbrio que o Senador Leomar Quintanilha assumisse a presidência desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se V. Ex^{as} preferirem, suspendo a reunião por algum tempo, para que possam conversar entre si.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Acho bom.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Essa questão já foi abordada. O Senador já tinha falado isso e eu falei que não é essa a questão. Aqui, os Senadores fazem parte de diversas Comissões e Subcomissões. Aliás, faço parte de uma subcomissão temporária, a Subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos e que é diferente desta Comissão.

Não abro mão da praxe. E não foi só uma indicação do PT, mas da própria Liderança do Governo para presidir esta Subcomissão. Foi uma indicação do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os membros podem continuar a conversar entre si, à vontade, mas a Presidência colocará, daqui a pouco, em votação.

Estou considerando isso interessantíssimo. É a primeira vez que vejo uma disputa tão acirrada pela pre-

sidência de uma subcomissão. É claro que esta é uma subcomissão muito importante. **(falha na gravação.)**

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Quais são os membros da outra Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É a Subcomissão que cuida de obras inacabadas. Como V. Ex^{as} sabem, o último relatório foi em 1996. Estamos muito preocupados, porque é muito fácil criar novas obras, mas o dinheiro do povo devia ser respeitado e, antes, devia-se terminar as obras. Há obras que datam do Império e há obras que datam da época do Presidente Epitácio Pessoa, como é o caso, por exemplo, da grande Barragem Castanhão, no Ceará. Em Tocantins, há obras que datam do Império e que não estão concluídas.

Desta Subcomissão, os titulares são os Senadores Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Gerson Camata, Efraim Morais e Leonel Pavan. Os suplentes são os Senadores Ana Júlia Carepa, Luiz Otávio, César Borges e Arthur Virgílio.

Os Srs. Senadores que são os eleitores e que estão presentes também já podem se entender para votar. Já está lá a urna. Vamos fazer a primeira votação e, depois, a segunda votação.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, de fato, essas duas Subcomissões, depois de criadas, estão demorando um certo tempo para serem instaladas.

Declaro-me honrado com a indicação que o Partido me faz para presidir a Subcomissão, que julgo do maior relevo e da maior importância, uma vez que fiscalizará um sistema novo de gestão que o Brasil resolveu implementar: as agências reguladoras. É realmente um desafio que gostaria de aceitar. Naturalmente, a decisão não compete a mim. Serão os membros da Comissão que tomarão essa decisão. Mantenho a minha candidatura.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vejam que interessante: o PFL tem dois membros, o Bloco tem dois membros, o PMDB tem um membro e V. Ex^a é do PFL. Então, o PFL tem três membros. (Pausa)

V. Ex^a tem razão, o Senador Efraim Morais não está colocado aí.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Há duas Subcomissões. O PFL quer presidir uma das duas. Eu quero presidir a Comissão das Obras Inacabadas, o Senador Leomar Quintanilha irá presidir a outra. Os presidentes não podem ser do mesmo Partido. Nem o PT vai presidir as duas, até porque é menor do que o PFL nesta

Casa, nem o PFL quer presidir as duas, por questão de coerência.

Então, se abrirem mão para o Senador Leomar Quintanilha presidir a primeira, eu abro mão da presidência da segunda. Não serei candidato a presidente na CPI das Obras Inacabadas. Sei que o Senador Delcídio Amaral tem interesse em presidir essa Comissão. Eu abro mão, desde que se abra mão para o companheiro Leomar Quintanilha. Aí, faremos um acordo entre os Partidos, caso contrário, quebraremos o **quorum**, deixando o debate do assunto para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isso depende dos Srs. eleitores. A Presidência está aguardando a solução a ser dada pelos eleitores. Mais uma vez, há impasse. Podemos marcar um prazo e, em seguida, chamar os Senadores para colocarem os votos na urna?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Falta só o PT. O PFL já acordou.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência se sente muito à vontade, porque informou aos senhores membros da Comissão que a reunião seria para isso. Quem não veio votar não veio porque não quis.

A Presidência está muito tranqüila para fazer a chamada nominal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, faço uma proposta de acordo: o PFL presidiria a Comissão das Obras Inacabadas e nós indicaríamos o Senador Delcídio Amaral para ser o Relator, assim como indicaríamos o Senador Leomar Quintanilha para relator da primeira Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua a discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O Senador Efraim Morais fez uma proposta. Eu estou concordando com a proposta de S. Ex^a, colocando o Senador Delcídio Amaral como Relator, assim como nós estamos propondo que, na primeira Subcomissão...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Há uma discussão a ser feita: quem escolhe primeiro é o Partido majoritário. Entre o PT e o PFL, o Partido majoritário é o PFL. Assim, acho que a escolha cabe ao PFL, que é maior que o PT na Casa.

O Senador Leomar Quintanilha tem interesse...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Efraim me permita...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senadora, eu não sou o problema. Quero apenas dizer a V.

Ex^a que o companheiro tem interesse de ser presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu entendo e quero o Senador Leomar Quintanilha, que é meu colega do Banco do Brasil, ao meu lado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a seria uma grande relatora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu gostaria de dizer o seguinte: se eu não fosse a autora do requerimento... Lembro que sou a autora do requerimento.

O que estamos discutindo aqui, na verdade, é uma questão de praxe nesta Casa, que V. Ex^a conhece. As praxes normativas no Parlamento, não costumamos quebrá-las, porque a partir do momento em que se quebra uma, elas deixam de existir.

Isso não é bom para o Senado da República. Estaremos abrindo um precedente aqui. Se eu quisesse abrir mão, seria diferente. Eu sou autora do requerimento, mas abriria mão. Nesse caso, seria diferente. Mas se não estou abrindo mão, é uma praxe da Casa que o Senador que propõe por requerimento a criação da Subcomissão pode escolher o cargo de presidente ou o de relator.

É a prioridade que estamos discutindo. É uma norma existente na Casa, que, devido ao respeito e ao companheirismo, devemos seguir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos proceder, em cinco minutos, à chamada dos eleitores para a apuração de votos. Isso significa, pela Lei de Parkson, que V. Ex^{as} têm poucos minutos para se entenderem. Não precisa ser ao microfone. Conversem particularmente. Em cinco minutos, faremos a chamada dos votos. (Pausa)

Informa-me o secretário que a votação tem de ser nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Gostaria que V. Ex^a indicasse Senadores de outro Partido para a contagem dos votos, porque somos ambos do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não há necessidade. Os demais partidos confiam em V. Ex^{as}.

Informo aos Senadores que o assessor do Tribunal de Contas já está levando o assunto ao Tribunal. S. S^a disse-nos que, à tarde, haverá, com toda a certeza, um posicionamento dos Srs. Ministros a respeito do que foi debatido nesta Comissão.

Informo também que estamos programando uma visita ao nobre Presidente Valmir Campelo, nosso ex-colega.

Vou proclamar o resultado.

Para Presidente, venceu a Senadora Ana Júlia, com quatro votos; para Vice-Presidente, o Senador Valmir Amaral, da mesma forma. Creio que há um Relator eleito. No entanto, foi escrito para Relator o Senador Leomar Quintanilha.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já está devidamente nomeado, porque é a Presidência que indica. Como respeitamos acordos, indico o Senador Leomar Quintanilha como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Está, então, constituída a Subcomissão. Sucesso! Disponham da Comissão para que tenhamos resultados diante de um problema que é atualmente grandioso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sugiro, de acordo com os companheiros do PT...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não entendi bem. V. Ex^a, que é do PFL, está chamando os membros do PT de companheiros?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Estamos nos acostumando, até porque a Oposição tem um novo destino neste País. Quero dizer a V. Ex^a que sugeriria o nome do Senador Leonel Pavan como vice da próxima, até para que possamos fazer um rodízio entre os partidos. S. Ex^a está ausente, mas o consultei antes de vir para cá. S. Ex^a concorda com essa idéia. Seria, então, o nosso nome para a Presidência, o do Senador Leonel Pavan para vice e o do Senador Delcídio para Relator. É a proposta que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. Estão de acordo as Sr^{as} e os Srs. Senadores? Vamos votar só porque é de praxe, porque temos de fazê-lo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero registrar, Sr. Presidente, que sou mesmo companheiro. E o Senador Leomar Quintanilha deu um exemplo do que é companheirismo. Se S. Ex^a foi Relator na outra Subcomissão, apresento minha candidatura para ser Relator nessa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem. Parabéns! Quero informar a V. Ex^{as} que o papel do Relator é importantíssimo. É o Relator quem verbaliza todas as ações. É realmente um cargo importante.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

Para Presidente, são quatro votos para o Senador Efraim Morais e, para Vice-Presidente, quatro votos para o Senador Leonel Pavan. Houve também indicação para Relator, que não se vota, mas houve para o Senador Delcídio Amaral.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer aos companheiros pela votação unânime e aproveitar a oportunidade para indicar, como Relator, o nobre Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Que já recebe a herança do processo das últimas obras inacabadas, que é aquele metro e meio de processos. E vejam que não está completo, porque deveríamos considerar muitas obras, como, por exemplo, a não-duplicação da BR-101, a não-duplicação da BR-230, a pavimentação de 32 mil quilômetros de estrada, a estrada do Mercosul. Todas essas devem ser incluídas como obras inacabadas e prioritárias, com toda certeza, por esta Comissão.

Então, proclamo Presidente o Senador Efraim Morais, já tendo sido colocado o Relator. Chamo os eleitos para, se quiserem, fazer uso da palavra e encerrarmos a reunião.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Efraim, gostaria de fazer apenas um registro. Requisitei ao TCU informações sobre as obras inacabadas. Já recebi essa documentação toda. Portanto, Sr. Presidente, a Comissão de Fiscalização e Controle já está absolutamente preparada para começar a analisar esse material, que é fundamental. V. Ex^a falou muito bem: falam muito em fazer coisas novas, mas temos que acabar o que ainda não se encerrou. E penso que essa iniciativa é fundamental, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu gostaria de informar a V. Ex^a que uma fonte muito importante para a Subcomissão de V. Ex^{as} é exatamente a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, que, com toda certeza, poderá prestar muitas informações.

Concedo, inicialmente, a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, e, posteriormente, ao Senador Efraim Morais.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de, primeiramente, agradecer aos colegas Senadores pela eleição e porque conseguimos fazer um acordo que vai-nos permitir trabalhar em conjunto, o que considero importantíssimo, no tema do nosso requerimento, para que pudéssemos fiscalizar e acompanhar todos os atos de gestão das agências para que o produto final disso seja o consumidor e, é

lógico, também as nossas empresas, o nosso sistema, tanto o elétrico como o de comunicações, para que funcionem da melhor forma possível. Isso é importante para a sociedade!

Então, as agências reguladoras, sem dúvida alguma, têm um papel fundamental hoje, e queremos que elas possam cumprir com o seu papel, mas com o nosso acompanhamento, pois é uma das prerrogativas da nossa função no Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar os atos. É isso que vamos

Da nossa função no Congresso Nacional, de acompanhar e fiscalizar os atos. É isso que vamos fazer. Tenho certeza que, tanto eu, na Presidência, como o Senador Valmir Amaral, o Senador Delcídio Amaral e o nosso relator, vamos conseguir trabalhar em conjunto para fazermos o melhor para a nossa sociedade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem. Parabéns e sucesso.

Quero elogiar o trabalho do relator que já inicia captando toda a documentação possível – estou falando do Senador, ele já pediu também informações. Como Presidente era o que ele iria fazer, mas agora, como relator, ele já está recebendo informações. Idem para a outra subcomissão, de que V. Ex^a é o Subpresidente e para quem eu passo a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Ney Suassuna, quero parabenizar a V. Ex^a. pela criação dessas duas Subcomissões na Comissão de Fiscalização e Controle. Tenho certeza que com um relator do quilate do Senador Delcídio Amaral, que já começa a trabalhar antecipadamente, teremos sucesso nessa missão e não tenho a menor dúvida de que a Subcomissão que será dirigida pela Senadora Ana Júlia Carepa terá na pessoa do Senador Leomar Quintanilha também um grande colaborador nessas decisões.

Quero registrar também a presença do nosso vice, Senador Valmir Amaral, que está aqui conosco. Vamos trabalhar. Penso que temos muito a fazer e será muito importante para a nossa Comissão de Fiscalização e Controle uma conclusão rápida daquilo que for possível dessas duas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Senador Efraim Morais.

Nós convocamos todos os nossos companheiros Senadores, aqui presentes, para as 2:30 estarmos abrindo a Frente Parlamentar Pró-Município que, com toda certeza, prestará muitos bons serviços à União, uma vez que um dos entes, e o mais numeroso deles, são as Prefeituras que estão passando por uma crise e sem fazer oposição ao Governo porque a crise não iniciou neste Governo, a crise nos Municípi-

os iniciou-se em 1988 e, lamentavelmente, nós Parlamentares temos convivência na feitura, na arrumação, dessa crise porque fomos deixando crescer as contribuições em detrimento dos impostos, sem contar que passamos inúmeras atribuições aos Municípios.

Por essa razão, estão todos convidados para comparecer às 2:30 no Auditório Petrônio Portela.

Agradeço a presença de todos e encerro esta sessão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, quero justificar a minha impossibilidade de comparecer às 2:30 porque sou a primeira inscrita hoje e não posso abrir mão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E está difícil falar.

E tenho visto que V. Ex^a, nobre Senadora, tem tido um espinho, sempre que está falando o pessoal do PFL tem feito oposição. Presenciei a última vez e fiquei perplexo. O líder da minoria quase não a deixava V. Ex^a falar.

Acho que temos inclusive de sentar, depois, para ver se ele deixa V. Ex^a falar.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h15min)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA TRÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia três de julho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores DUCIOMAR COSTA, JEFFERSON PÉRES, MARCELO CRIVELLA, JUVÊNCIO DA FONSECA, MOZARILDO CAVALCANTI, TIÃO VIANA, PEDRO SIMON, JOÃO CAPIBERIBE, GILBERTO MESTRINHO, HÉLIO COSTA, RODOLPHO TOURINHO, JOÃO ALBERTO SOUZA, ARTHUR VIRGÍLIO e as Senhoras Senadoras PATRÍCIA SABOYA GOMES e FÁTIMA CLEIDE. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Ha-

vendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente faz a leitura de Ofício destinado à Senhora Senadora ÍRIS DE ARAÚJO encaminhada pelo Senhor Jorge Assunção Pinto clamando pela libertação de seu filho que se encontra preso nos Estados Unidos Americanos. Sendo assim, o Senhor Presidente propõem à Comissão o encaminhamento de uma carta à Embaixadora dos Estados Unidos no Brasil e ao Embaixador brasileiro do Brasil nos Estados Unidos, Rubens Barbosa, solicitando o retorno do jovem George Geraldo de Assunção Pinto ao Brasil que é aprovada pela Comissão. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores HÉLIO COSTA, JOÃO CAPIBERIBE e a Senhora Senadora ÍRIS DE ARAÚJO. Em seguida, passa-se a análise das matérias de pauta, de acordo com a Mensagem nº288, de 2003, de Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, do período de 1º a 31 de julho de 2003. Item 01 – Mensagem (SF) nº 111, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora CELINA MARIA ASSUMPTÃO DO VALLE PEREIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein. O Presidente designa Relator “Ad Hoc” o Senhor Senador TIÃO VIANA que procede à leitura do relatório. Em seguida, passa-se ao próximo item de pauta. Item 02 – Mensagem (SF) nº 117, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAÚJO CASTRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Belize. O Senhor Senador JUVÊNCIO DA FONSECA procede a leitura do seu relatório. Passa-se ao próximo item de pauta. Item 03 – Mensagem (SF) nº 125, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MÁRIO DA GRAÇA ROITER, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador

do Brasil junto ao Estado do Kuwait, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Bahréine. O Senhor Senador MOZARILDO CAVALCANTI faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores MOZARILDO CAVALCANTI, GILBERTO MESTRINHO e JUVÊNCIO DA FONSECA que escrutinem os votos após a votação. Faz uso da palavra o Senhor Senador HÉLIO COSTA registrando voto de louvor ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, Chanceler CELSO AMORIM, pela posição adotada pelo Governo brasileiro em não assinar o acordo bilateral proposto pelos americanos para livrar seus cidadãos do Tribunal Penal Internacional. O Senhor Senador GILBERTO MESTRINHO faz uso da palavra sugerindo que o pronunciamento do Senador Hélio Costa seja uma decisão coletiva da Comissão e que seja encaminhado Ofício ao Ministro Celso Amorim. O Presidente coloca em votação a proposta do Senhor Senador Gilberto Mestrinho que é aprovada. Em seguida é feita a apuração dos votos e o Senhor Presidente anuncia a aprovação dos indicados por dez votos cada. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO CAPIBERIBE, HÉLIO COSTA e RODOLPHO TOURINHO para discutir sobre a Subcomissão da Amazônia, a ALCA e o MERCOSUL. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL REALIZADA NO DIA TRÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias de pauta, de acordo com a Mensagem nº288, de 2003, de Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, do período de 1º a 31 de julho de 2003.

Temos apreciações de embaixadores em cargos cumulativos, Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro e Srª Maria da Graça Roiter, que são três embaixadores que não precisarão aqui ser ouvidos, porque se referem a cargos cumulativos.

Há um assunto de emergência que a Senadora Iris de Araújo nos trouxe. Trata-se de um caso semelhante ao que vem preocupando esta Comissão e inúmeros Senadores: os brasileiros no exterior.

Recebemos, ontem, a visita do Sr. Jorge Assunção Pinto, que encaminhou à Senadora Iris de Araújo um ofício, que todos os senhores têm em mão. Diz o ofício:

“Estou requerendo a V. Exª para que possa auxiliar-me em um problema que está afligindo toda a minha família.

Trata-se de meu filho George Geraldo de Assunção Pinto, de 23 anos, que, induzido por uma agência de viagens de São Paulo, assim como tantos outros jovens dessa faixa-etária, foi tentar a vida nos Estados Unidos.

A tentativa teve início no México, por meio de agenciadores mexicanos denominados **coyotes**. Durante os preparativos para a travessia da fronteira, ele e outros desafortunados sofreram todo o tipo de maus-tratos e privações desses pseudo-agenciadores, ficando sem alimentação e água por cinco dias.

Após ameaças de morte feitas por esses **coyotes**, conseguiram fugir e entraram ilegalmente nos Estados Unidos no dia 8 de maio do corrente ano. Já bastante debilitado, procurou a polícia de imigração daquele país e entregou-se, sendo conduzido, então, para um presídio só de imigrantes, denominado CSC – Frio Detention Center, em Pearsall, Texas.

Com esses esclarecimentos, Srª Senadora, venho apelar para seu alto espírito humanitário, no sentido de que, por meio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, possa me ajudar a retirar o meu querido filho daquele presídio e trazê-lo de volta ao nosso País e ao convívio com a sua família.”

Conforme V. Exªs poderão examinar, está transcrita a carta do próprio filho escrita no Frio Detention Center, Texas, em 11 de maio passado, na qual relata em maiores detalhes todas as agruras por que tem passado, havendo inclusive a informação de

que já teria perdido algo em torno de dezessete quilos e que está em grave situação de saúde.

Em virtude do exposto, proponho à Comissão que, se for aprovada, assinássemos a seguinte carta endereçada à Embaixadora dos Estados Unidos no Brasil e ao Embaixador brasileiro, Rubens Barbosa, do Brasil nos Estados Unidos:

“Vimos pela presente, altamente sensibilizados pelo drama humano vivido pelo cidadão brasileiro George Geraldo de Assunção, detido por tentativa de imigração ilegal no Estado do Texas, USA, no CSC Detention Center 410 S Cedan-Street, na cidade de Persall, solicitar os seus elevados préstimos, no sentido de viabilizar a volta do jovem e inofensivo imigrante, ao convívio dos seus familiares no Brasil.

Trata-se de dever humanitário que a todos nos obriga, na relevância das funções públicas que exercemos, abreviando uma aflição penal que a ninguém interessa, agravada pela desproporção entre a eventual violação imigratória perpetrada e a rigor e crueldade da medida carcerária adotada, em descompasso com os valores mínimos do direito penal humanitário.

Contando com sua alta sensibilidade para compreender a natureza de nosso pleito, e sabedores de sua solicitude no trato de questões como a que aqui suscitamos, colocamo-nos a inteira disposição de V. Ex^a para maiores esclarecimentos, renovando votos de elevada estima e distinta consideração.”

Submeto à consideração dos Srs. Senadores, este ofício, que inclusive é também uma iniciativa da Senadora Iris de Araújo. Esta Comissão já tem manifestado preocupação com tais casos. O Senador Hélio Costa conhece esse problema em profundidade.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Vou assinar as cartas e solicito que todos também as assinem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é importante ressaltar que o jovem está sendo penalizado até por ter tido a melhor decisão e a melhor opção.

Pela leitura da carta do pai, o jovem já havia entrado em território americano e, em vez de simplesmente se misturar aos milhares e milhares imigrantes ilegais, foi até a delegacia de polícia e se entregou às autoridades da imigração. Esse cidadão, que já havia entrado ilegalmente no País, ao procurar as autoridades, deveria ter sido protegido, encaminhado às autoridades brasileiras e deportado, e não deixado todo esse tempo à espera de um processo.

V. Ex^a está corretíssimo em adotar essas providências, devemos, conforme V. Ex^a sugeriu, encaminhar esse documento ao Embaixador, ao nosso Embaixador nos Estados Unidos, pois pelo menos neste caso em particular a decisão foi correta: procurar a autoridade e se entregar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Gostaria de dar algumas informações, até porque muitas vezes se discute a possibilidade de privatizar as penitenciárias do Brasil, tal qual foi feito nos Estados Unidos.

Uma das razões por que um migrante é preso e mantido encarcerado deve-se ao fato de que as prisões naquele país são privadas, e há todo um **lobby** de captação de presos. Há uma concorrência, uma disputa, tal qual é feito, infelizmente, no Brasil pelas funerárias nas portas dos hospitais. Nos Estados Unidos, são as penitenciárias privadas que disputam os presos, porque, num caso desses, para a sociedade americana, é muito mais fácil repatriar esse cidadão do que o manter preso indefinidamente.

Já que estamos discutindo a questão das penitenciárias brasileiras, é necessário considerar essa distorção que está ocorrendo nos Estados Unidos, que hoje são detentores do maior número de cidadãos presos, percentualmente. É um absurdo a quantidade de pessoas americanas presas nos Estados Unidos.

Temos de considerar esse fato quando da discussão sobre a eventual possibilidade de privatização das nossas penitenciárias para evitar a disputa e a manutenção das pessoas presas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Informo à Senadora Iris de Araújo que foi lida, por iniciativa de S. Ex^a, a carta do Sr. Jorge Assunção Pinto, pai de George Geraldo de Assunção Pinto. Tendo sido lida a carta, todos os membros resolveram unanimemente aprovar e assinar uma sugestão aos embaixadores Donna Hrinak, dos Estados Unidos no Brasil, e Rubens Barbosa, do Brasil nos Estados Unidos.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo para tecer considerações.

A SR^a IRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, Presidente desta Comissão, primeiramente, agradeço a V. Ex^a pela maneira rápida e pela ação que V. Ex^a promoveu para termos uma resposta imediata a uma família que está aflita.

Certamente, as considerações feitas e as cartas lidas já mostraram a realidade em que vivemos. Jovens, cotidianamente, estão sendo enganados pelo idealismo, pela vontade de crescer e de colocar-se numa posição melhor, e essas empresas estão encaminhando esses jovens com promessas de emprego, mas, ao chegarem lá, sofrem horrores. Chegou ao meu gabinete uma carta relatando essa situação que considere extremamente dolorosa, porque, falando com o pai e, depois, pelo telefone, com a mãe do jovem, pude sentir a aflição de cada um.

Agradeço a todos os Senadores que votaram e ao Sr. Presidente pelas providências adotadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria ainda, em nome da Comissão, de pedir à Secretaria da Comissão que acompanhe a Senadora Iris de Araujo para entregar essa carta à embaixadora Donna Hrinak.

Depois desta reunião, telefonaremos para o Embaixador Rubens Barbosa para relatar o fato oralmente e para encaminhar por fax, de pronto, o que acaba de ser aprovado.

Encerrado esse assunto, esclareço que os requerimentos encaminhados a esta Comissão que não forem objeto da convocação extraordinária, só poderão ser examinados em agosto.

Item 01. Mensagem nº 111, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.

Concedo ao palavra ao Senador Tião Viana para, como Relator *ad hoc*, ler o parecer do Senador Flávio Arns.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz da Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora junto ao Principado de Liechtenstein. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para a referida matéria.

A ilustre Diplomata indicada tem um currículo oriundo da carreira diplomática: Terceira Secretária, em 1969; Conselheira, em 1981; Ministra de Segunda Classe, em 1989; e Ministra de Primeira Classe em 1997. Das funções desempenhadas na Chancelaria,

destacam-se a de Assessora do Ministro de Estado, de 1977 a 1979; Chefe Substituta da Secretaria de Assuntos Legislativos do Gabinete do Ministro de Estado, de 1981 a 1982; Chefe da Divisão de Atos Internacionais, de 1982 a 1983; Chefe da Divisão da Europa, de 1989 a 1990; Chefe do Departamento de Serviços Exteriores, de 1990 a 1991; Chefe de Gabinete do Subsecretário de Serviços Exteriores, de 1996 a 1997; e Diretora-Geral do Departamento de Organismos Internacionais, de 1997 a 2000.

Larga experiência desenvolvida no exterior, portadora de condecorações da Ordem do Rio Branco, Ordem do Mérito Aeronáutico, Mérito Naval, Mérito Militar, Medalha Mérito Santos Dumont. Em outros países obteve medalhas também de reconhecimento de atividade diplomática.

A Formação curricular inquestionável.

Portanto, o parecer é plenamente favorável à cumulatividade da função de Embaixadora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como não há arguição neste caso, leremos os três itens da pauta para, em seguida, os Senadores votarem. O procedimento será de cédula e cada um dirá “sim” ou “não” ou “abstenção” a cada um dos nomes indicados.

Item 02. Mensagem nº 117, que submete o nome do Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize. É autor o Presidente da República.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca para ler o seu relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

A Constituição Federal, em seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente e por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno desta Casa, elaborou o **curriculum vitae** do candidato. De acordo com esse documento, o Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro nasceu na cidade de

Nova York, Estados Unidos, em 20 de agosto de 1946, sendo brasileiro nato, nos termos do art. 129, inciso II, da Constituição de 1946. É diplomata de carreira desde fevereiro de 1968, tendo sido promovido a Segundo-Secretário, em 1971; por merecimento, a Primeiro-Secretário, em 1976; a Conselheiro, em 1979; a Ministro de Segunda Classe, em 1982; e a Ministro de Primeira Classe, em 1988.

Na Secretaria de Estado, exerceu várias funções, entre as quais podem ser destacadas: Coordenador de Planejamento Político da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, de 1979 a 1983; Chefe de Departamento de Organismos Internacionais, de 1987 a 1990; Diretor-Geral do Departamento de Organismos Internacionais, de 2000 a 2001; Subsecretário-Geral Adjunto, em 2001; e Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, de 2001 a 2003.

Em representações diplomáticas do Brasil no exterior, o Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo e Castro serviu em Genebra como Terceiro-Secretário e como Segundo-Secretário, de 1971 e 1973; em Los Angeles, como Cônsul Adjunto, de 1973 a 1976; em Nova Iorque, perante as Nações Unidas, como Segundo-Secretário, em 1976, e como Primeiro-Secretário, de 1976 a 1978; em Washington, como Primeiro-Conselheiro, de 1984 a 1987; em Nova Iorque, perante as Nações Unidas, como Embaixador de 1990 a 1994; em Washington, perante a Organização dos Estados Americanos, como Embaixador de 1994 a 1996; em Montevideu, como Embaixador, de 1996 a 2000.

Atualmente, conforme mencionado, exerce o cargo de Embaixador do Brasil perante os Estados Unidos do México.

Entre suas várias missões como agente diplomático, destacam-se suas participações como membro do Comitê dos Fundos Marinhos e Oceânicos das Nações Unidas e do Comitê Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, experiência que culminou em sua obra intitulada **O Brasil e o Novo Direito do Mar – Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva**.

Cabe, ainda, frisar sua participação como membro do Conselho Permanente da OEA, de 1984 a 1985 e de 1994 a 1996; representante adjunto do Brasil no Conselho de Segurança; Presidente da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas e Presidente da Comissão de Segurança Hemisférica da OEA, de 1995 a 1996.

Além do **curriculum vitae** relatado, trago documento informativo sobre Belize, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, no qual foram destaca-

dos aspectos gerais do País e sua política interna e externa, bem como das relações bilaterais com o Brasil. Entre tais dados, destaca-se o fato de Belize ser uma monarquia parlamentarista, tendo a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado. Como Chefe de Governo, desde 1998, reeleito em 2003, ocupa o cargo de Primeiro-Ministro Said Musa.

O Governo Said Musa encontra dificuldades em manter a estabilidade econômica, principalmente após o agravamento do déficit da balança comercial do país, em razão da queda dos preços internacionais da banana e do açúcar, que são os principais produtos de exportação de Belize. Como superação, aposta no incremento do turismo e do setor de construção.

Quanto às relações bilaterais com o Brasil, destaca-se o documento do Ministério das Relações Exteriores que informa ser pequeno o volume comercial entre os dois países. São comercializados basicamente produtos primários. No entanto, como está inserido na política regional caribenha e pretende estreitar relações com o México e com a região centro-americana, Belize entraria nos contextos de política externa regional planejados pelo Brasil. De modo mais pontual, há interesse recíproco em que a Braspetro realize pesquisa no mar territorial belizense, com perspectiva futura de prospecções.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações nesse relatório, mesmo porque o voto do Relator é secreto.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 3. Apreciação, pelo Senado Federal, da indicação do Sr. Mário da Graça Roiter para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuwait, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Barein.

Peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator da mensagem, que leia o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República deseja fazer do Sr. Mário da Graça Roiter, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuwait, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Barein. No cumprimento das missões para as quais foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado de-

semprenhou funções de relevância, tendo participado de delegações brasileiras em reuniões internacionais. Tem experiência em negociações marítimas e em temas relacionados com a lavagem de dinheiro.

O diplomata em apreço foi agraciado com as seguintes condecorações: Ordem Royal Victoria, Grã-Bretanha; Ordem Infante Dom Henrique, Grande Oficial, de Portugal.

Consta do processado, além do **curriculum vitae**, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores com dados básicos a cerca das relações entre o Brasil e o Barein.

Segundo o relatório do Itamaraty, o Estado do Barein tornou-se independente em 1971. Trata-se de um pequeno arquipélago localizado no golfo pérsico, com capital em Manama, e uma população de 656 mil habitantes.

No que concerne às relações bilaterais, o documento informa que o Brasil e o Barein estabeleceram relações diplomáticas em 1980 e, desde 1985, a representação brasileira naquele país é exercida pela Embaixada no Kuwait. O Barein é representado em Brasília por seu Embaixador residente em Washington.

Ainda de acordo com o relatório, as relações econômicas bilaterais se concentram na área financeira, uma vez que os Bancos do Barein chegaram a constituir-se num dos maiores credores árabes do Brasil. E o Banco do Brasil já manteve, inclusive, escritório de representação em Manama, a capital.

Outro aspecto que merece destaque do relatório do Itamaraty é que, na perspectiva do declínio das duas receitas de venda do petróleo, o Barein tem procurado diversificar sua economia, investindo nos setores de mineração, finanças, transporte, indústria naval e química, comunicações, turismo e pesca. Nesse contexto, existiriam possibilidades de parcerias com o Brasil.

Finalmente, convém ressaltar que as relações comerciais entre o Brasil e o Barein ainda são limitadas, mas com perspectivas de aumento. O Barein importa anualmente cerca de US\$3 bilhões, e a participação das exportações brasileiras atingiu, em 2002, cerca de US\$72 milhões. Os principais produtos brasileiros exportados para aquele mercado são carne de frango e minério de ferro, e a maioria de nossas importações é de petróleo.

Tendo em vista, portanto, a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, temos os três itens relatados.

Convido os Srs. Senadores para exercerem o direito de voto, depositando a cédula na urna para os três itens. Peço aos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Gilberto Mestrinho e Juvêncio da Fonseca que, logo após a votação, façam a gentileza de apurar os votos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador, primeiramente é necessário que todos votem. Peço aos Senadores que assinaram que, de pronto, venham cumprir o seu direito de voto.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero registrar um voto de louvor. Na verdade, quero cumprimentar o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pela posição firme adotada pelo Governo brasileiro, certamente por sua indicação, no caso específico da decisão do governo americano de penalizar o Brasil e vários outros países que assinaram, inclusive no ano passado, que foi o que aconteceu no Brasil, o Protocolo do Tribunal Penal Internacional.

Sr. Presidente, posiciono-me favoravelmente à nota divulgada na última terça-feira pelo Ministro das Relações Exteriores, que comunicou a posição do Brasil em não assinar o acordo bilateral proposto pelos americanos para livrar seus cidadãos do Tribunal Penal Internacional. Mesmo conhecendo a posição americana de suspender a assistência militar ao Brasil e a outros países que não aderirem ao acordo americano, o País mantém sua posição contrária a esse acordo bilateral. O curioso é que o Brasil, no ano passado, recebeu rigorosamente nada de ajuda militar dos Estados Unidos, mas há alguns acordos que permitem um intercâmbio entre as Forças Armadas brasileiras e as americanas. Ainda assim, por menor que fosse esse acordo, ele seria importante para o Brasil, mas o governo americano decidiu cancelar esses acordos como se fosse uma forma de penalizar o Brasil porque assinou o acordo sobre o Tribunal Penal Internacional. Esse acordo daria imunidade de jurisdição aos cidadãos dos Estados Unidos em território brasileiro.

Segundo o comunicado, o tratado é contrário à letra e ao espírito do Estatuto de Roma, que criou o TPI, e atenta contra a igualdade jurídica dos Estados. Essa igualdade, em vigor desde 1º de julho de 2002, por meio do Tribunal Penal Internacional, analisa casos contra indivíduos e sua jurisdição não é restrita a

uma situação específica. E o apoio ao Tribunal deve ser o mais amplo possível, pois a legislação desse Tribunal representa um grande avanço do Estado de direito ao combater a impunidade, contribuindo, dessa forma, para reduzir a incidência desses crimes no século XXI.

O Tribunal Penal Internacional é permanente, capaz de julgar indivíduos acusados das mais graves violações do direito internacional humano, os chamados crimes de guerra contra a humanidade ou de genocídio. Ele é diferente da Corte Internacional de Justiça, cuja jurisdição é restrita ao Estado. Até a criação do TPI, não havia muitos mecanismos jurídicos para resolver as grandes violações aos direitos humanos. Por isso, foram criados os tribunais como os de Nuremberg, da ex-Iugoslávia e de Ruanda. O problema é que são tribunais dos vencedores, que atuam sem parcialidade e vinculados ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Portanto, esses tribunais são sempre influenciados pelo poder político dos membros permanentes do Conselho Internacional de Justiça de Haia.

O Tribunal Penal Internacional tem muitas vantagens. A primeira é que ele é autônomo, não é vinculado ao Conselho de Segurança e tem o mesmo **status** da Corte Internacional de Justiça de Haia. A segunda é que se trata de um tribunal de caráter permanente e não de um órgão criado pelos vencedores de qualquer conflito para um revide contra os países derrotados.

Diante dessa visão, entendo que a atitude do Governo americano em propor garantias e imunidades aos soldados americanos não se coaduna com a ordem jurídica internacional vigente. Os países que assinassem o acordo assegurariam que os militares dos Estados Unidos, atuando em seus territórios, não seriam submetidos ao julgamento no TPI. Além de o acordo proposto pelos americanos ser totalmente contrário à idéia do TPI, o Brasil já assinou o trato que cria o Tribunal. Isso aconteceu no Governo anterior. O assunto foi submetido à Comissão de Relações Exteriores e foi aprovada a participação do Brasil. Por isso, sob o prisma estritamente jurídico, não poderia o Brasil assinar um acordo bilateral que é contrário ao compromisso assumido previamente.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero que a posição do Governo brasileiro, além de corajosa, reafirma o propósito da diplomacia brasileira em posicionar-se na defesa dos direitos humanos e na manutenção de uma ordem mundial em que a paz e a ordem sejam as mais amplas possíveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Acredito que a manifestação do Senador Hélio Costa, além de expressar o sentimento de S. Ex^a, também expressa o sentimento desta Comissão.

Eu consultaria os Srs. Senadores se essa manifestação de apoio à posição do Ministro Celso Amorim, relativamente a esse tratado, merece o respaldo da Comissão, a fim de comunicarmos ao Ministro Celso Amorim a manifestação lida por S. Ex^a. Se todos estiverem de acordo, poderíamos dizer que é também uma manifestação da Comissão.

Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, as observações feitas pelo Senador Hélio Costa podem se transformar numa decisão coletiva da Comissão e serem encaminhadas ao Ministro Celso Amorim, dizendo do nosso apoio à posição tomada.

Essa é a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Fica, portanto, o pronunciamento do Senador Hélio Costa considerado também uma manifestação da Comissão. Solicito à Secretaria da Comissão que providencie ofício ao Ministro Celso Amorim, relatando o episódio, com a manifestação encaminhada a S. Ex^a, nos termos propostos pelos Senadores Hélio Costa e Gilberto Mestrinho.

Por favor, todos os Srs. Senadores queiram exercer o seu direito de voto. (Pausa)

(Procede-se à apuração)

Para a Sr^a Celina Maria Assumpção do Valle Pereira exercer o cargo, cumulativamente, de Embaixadora junto à Confederação Helvética e junto ao Principado de Liechtenstein, foram contabilizados dez votos a favor, dos dez Srs. Senadores que compareceram.

Para o Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, Embaixador do Brasil no México, também exercer a função de Embaixador junto a Belize, foram contabilizados dez votos a favor, dos dez Srs. Senadores que compareceram.

Para o Sr. Mário da Graça Roiter, Embaixador no Estado do Kuwait, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Barein, também foram contabilizados dez votos a favor, dos dez Srs. Senadores que compareceram.

Agradeço aos Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Gilberto Mestrinho e João Capiberibe, que nos ajudaram no escrutínio dos votos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Eu gostaria de fazer um pedido à Mesa. Foi aprovado o requerimento de criação da Subcomissão da Amazônia, embora estejamos em um período de convocação extraordinária. Como ela foi criada no período anterior à convocação extraordinária e dados os inúmeros problemas que temos na Amazônia, proponho que a Subcomissão seja composta e comece a funcionar em agosto, com os trabalhos preliminares. Estamos todos presentes e não vejo qual seria a incompatibilidade com o fato de estarmos em uma convocação extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Primeiramente, eu gostaria de dar uma informação. O Senador João Capiberibe fez um requerimento acerca da Amazônia. Por favor, Sr. Senador, mostre-me o requerimento, para dar conhecimento a todos os Srs. Senadores.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Trata-se de um requerimento para criar uma Subcomissão para discutir a Alca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas também sobre as autoridades que debaterão a Amazônia.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Este é um outro requerimento, no qual convidamos os Ministros Ciro Gomes e Marina Silva; o Presidente da Ada ou da Sudam, que agora está a meio caminho, e os Presidentes da Suframa e do Banco da Amazônia, para que tomemos conhecimento sobre a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, lançado no dia 9 de maio, em Rio Branco, pelo Presidente Lula. Queremos exatamente acompanhar **pari passo** essa diretriz e a sua transformação em programa para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Era o que eu gostaria que fosse mencionado, pois, por estarmos tratando de assuntos relacionados, quem sabe poderíamos pensar nas duas ações em conjunto: na audiência dos Ministros e na Subcomissão da Amazônia.

Em sendo assim, apelo aos Srs. Senadores que desejem participar da Subcomissão da Amazônia que encaminhem os seus respectivos nomes à Secretaria, para, na próxima reunião, já anunciarmos quem manifestou interesse em participar. E, ainda que regi-

mentalmente não possamos aprovar, mas já sabendo que há certamente consenso sobre essa audiência com os Ministros, poderíamos organizá-la para agosto, na primeira quinzena. Na primeira reunião, aprovaremos o requerimento, confirmando o que acredito seja consenso, mas, já se poderia verificar com as autoridades se podem vir na segunda ou terceira semana de agosto e isso faria parte tanto dos nossos trabalhos, como dos trabalhos da Subcomissão, porque certamente envolveria, também, o interesse da Subcomissão da Amazônia.

Está bem assim? (Pausa)

Com relação à Subcomissão da Alca, havíamos proposto que o requerimento do Senador João Capiberibe fosse examinado quando tivéssemos, aqui, um **quorum** maior. Pedi a todos para pensarem a respeito. Sugiro, no entanto, que, de agosto a novembro, realizemos pelo menos uma reunião na semana sobre Mercosul/Alca para a oitiva de autoridades do Itamaraty. Convidaremos o Ministro de Relações Exteriores, o Embaixador, o Secretário Executivo, Samuel Pinheiro Guimarães, e especialistas no assunto, como o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, que acaba de publicar na revista **Estudos Avancados da USP** um longo estudo sobre a Alca. Eu e o Senador Capiberibe nos disporíamos a organizar um possível roteiro para encaminharmos todos que tiverem idéias a esse respeito.

Gostaria de informar que os Senadores João Capiberibe e Eduardo Azeredo representarão, amanhã, em El Salvador, esta Comissão numa reunião sobre os assuntos do Mercosul, da integração da América Latina e da Alca. O Itamaraty convidou esta Comissão e fez um encaminhamento aos Srs. Senadores. O Senador Tourinhó, primeiro, tinha manifestado interesse, mas disse que não poderia ir. Serão duas reuniões seguidas e peço a ambos que tragam o relatório das atividades a nossa Comissão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é importante lembrarmos que não só partindo da proposta de V. Ex^a, como também da sugestão do Senador João Capiberibe, esta é a oportunidade que tem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de nesse segundo semestre de 2003 se envolver mais diretamente nas questões relacionadas com a Alca, porque o tempo urge e temos decisões importantíssimas a serem tomadas pelo Governo brasileiro. Essas decisões certamente influenciarão todo o comportamento da economia brasileira, tendo em vista as relações comerciais do Brasil com o resto do hemisfério e com o hemisfério norte. Por essa razão, penso que V. Ex^a está corretíssimo em estabelecer

que, pelo menos uma vez por semana, tenhamos reuniões sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Poderíamos – e estou pensando alto – fazer uma seqüência, digamos, de dois ou três dias para tratarmos apenas de assuntos relacionado à Alca e ao Mercosul. Outra alternativa seria agendarmos quatro reuniões, às quintas-feiras, no nosso horário regular sobre esse tema. Estou pensando alto, repito. Estamos abertos a sugestões.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, a importância dessa discussão está no fato de o tema Alca ser popular. Esse assunto já chegou às mesas dos bares. As pessoas e os empresários discutem esse tema. Depois dessa longa experiência de doze anos de ajuste estrutural do mercado brasileiro, com repercussões no desemprego, na desnacionalização da indústria, teríamos vários atores dispostos a discutir, debater e colocar as suas dúvidas ou incertezas, ou a sua convicção na integração do Brasil a um mercado dessa proporção.

Uma subcomissão teria mais tempo para debater com os sindicatos – já que há uma grande implicação no trabalho –, com os empresários e com os especialistas. Em sendo assim, semanalmente, teríamos a oportunidade de debater, discutir e retransmitir pela **TV Senado**, além de ampliar uma rede de discussão sobre a Alca de forma mais sistemática.

O mesmo sugeri lá na Câmara, porque aquela Casa queria instalar uma comissão mista. Embasei a minha sugestão no fato de que quanto mais grupos debaterem o tema melhor. Portanto, se a Câmara criar a sua comissão para também promover o debate, teremos a oportunidade de esclarecer cada vez mais à sociedade brasileira, além de adquirirmos convicção. Por isso, acredito que uma subcomissão nos ajudaria, e muito, não só a nós, Senadores, na tomada de decisão. Imagino que um acordo como esse tem que passar pelo crivo do Senado, tem que ser discutido, debatido e votado aqui. E, para que façamos isso, é necessário que tenhamos convicção.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é fundamental essa discussão levantada por V. Ex^a e pelo Senador João Capiberibe, porque temos que mudar o conceito de que o Congresso é apenas um referendo das decisões do Itamaraty e do Governo, nas questões dos acordos internacionais. Tivemos experiências, no passado, malsucedidas. O caso de Alcântara, por exemplo, no Governo passado, é típico. O Governo tomou a decisão do jeito que quis; assinou um documento que, somente depois, foi submetido ao Congresso. Quer dizer, quando chegou ao

Congresso o Acordo de Alcântara, não havia mais nada a fazer. Na verdade o Congresso não podia sequer modificar o texto já elaborado, a quatro mãos, entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o governo americano. Na expressão mais simples e popular, o Congresso, por assim dizer, a Câmara dos Deputados na época, especificamente, ficou sem ter o que fazer. “Vendida no lance, bola nas costas”, como se diz no futebol.

A preocupação que temos, que V. Ex^a e o Senador João Capiberibe demonstram, é a de que estamos aqui discutindo antecipadamente o que será a Alca, para que amanhã não sejamos colhidos de surpresa num acordo, já todo fechado, todo elaborado em que nós, mais uma vez, vamos ter que referendar posições previamente assumidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Também relacionado a este assunto, queria registrar que há tramitando uma Proposta de Emenda à Constituição, do Senador Aloizio Mercadante, no sentido de que o Congresso Nacional examine e vote os acordos antes de serem assinados.

Também um projeto de lei de minha autoria, instituindo um mandato negociador, com mais detalhes, está na Comissão Mista do Mercosul, onde os Senadores Rodolpho Tourinho, Pedro Simon e o Deputado Júlio Redecker pediram vistas. O projeto será examinado, em princípio, na próxima reunião, para depois vir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Ainda ontem, dialogando com o Ministro Celso Amorim, S. Ex^a disse que se disporia a comparecer a esta Comissão para opinar a respeito.

Juntando essas considerações e prevendo que este acordo venha para esta Comissão, talvez fosse bom ouvirmos o Ministro Celso Amorim e outros especialistas na área. Sugiro já prevermos na segunda quinzena, além dessa reunião sobre a Amazônia, pelo menos uma reunião sobre o Mercosul, a Alca e este projeto com pessoas como o Ministro Celso Amorim, Paulo Nogueira Batista, Samuel Guimarães e outros. Nessa reunião decidiríamos, quem sabe, o início da Subcomissão proposta por V. Ex^a, uma reunião em que a Comissão inteira participasse para depois haver um desdobramento. Continuo pensando alto com V. Ex^{as}.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – São importantes as ponderações de V. Ex^a, sobretudo porque hoje esse problema do Mercosul e da Alca não é apenas econômico, é antes de tudo político. Essa é a visão que temos hoje na Comissão do Mercosul, é o nosso novo posicionamento, que inclusive estaria mui-

to bem representado não se pela emenda constituinte final do Senador Mercadante, mas também pelo projeto de V. Ex^a do mandato negociador. Essa é uma fase nova em que temos que colocar todo o esforço, até para mudar essa mentalidade dentro do próprio Congresso Nacional, para que essa Casa ocupe o seu lugar e não seja surpreendido – como colocou o Senador Hélio Costa, na questão de Alcântara – com o fato já consumado, como, aliás, ocorre com os acordos internacionais. Viemos para cá para dizer “sim” – não sei se alguém disse “não”. A preocupação do Senador João Capiberibe é muito importante nessa discussão da Alca. Esse é um problema político.

No primeiro momento, até para se tomar uma posição maior, deveríamos trazer aqui o Ministro Celso Amorim. Há posições conflitantes sobre o Mercosul dentro do próprio Itamaraty. Devemos ouvir toda a sociedade, dentro dessa concepção de um problema político, e colocar o Congresso dentro das negociações, e não fora delas. O Congresso tem de participar enquanto as negociações ocorrem – esse é o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não precisaríamos de um requerimento formal de convocação do Ministro para uma iniciativa como essa, e S. Ex^a até me disse que gostaria de vir aqui.

Se todos estiverem de acordo, a reunião prossegue – temos **quorum** –, mas podemos tomar a iniciativa de convidar o Ministro Celso Amorim para, numa das nossas primeiras reuniões de agosto, comparecer. S. Ex^a poderá nos trazer a informação mais completa possível sobre todos os procedimentos de acordos – ofertas feitas por outros países, como Estados Unidos, e as nossas, nos diversos encontros havidos ao longo dos primeiros oito meses de Governo.

Discutiremos também como o Congresso, que já está acompanhando esta reunião – já estive na reunião no Paraguai –, poderá efetivamente acompanhar de perto todas as negociações. Está bem assim? (Pausa)

Consultarei, desde já, o Ministro Celso Amorim, pedindo-lhe que escolha uma das quintas-feiras de agosto para estar aqui, pois S. Ex^a viaja muito com o Presidente para cumprir compromissos. Então, poderíamos estabelecer isso. Se todos estiverem de acordo, fica combinado assim. Está bem? (Pausa)

Então, por hoje, encerramos nossos trabalhos. Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 11h e 30min.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZ DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia dez de julho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores JEFFERSON PÉRES, AELTON FREITAS, MARCO MACIEL, JUVÊNCIO DA FONSECA, DUCIOMAR COSTA, PEDRO SIMON, JOSÉ AGRIPINO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, RODOLPHO TOURINHO, HÉLIO COSTA, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO ALBERTO SOUZA, LUIZ OTÁVIO e as Senhoras Senadoras HELOÍSA HELENA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, FÁTIMA CLEIDE e LÚCIA VÂNIA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Senador MARCO MACIEL pede inversão de pauta. Item 02 – Mensagem (SF) nº 138, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO DYRCEU PINHEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe. O Senhor Senador MARCO MACIEL faz a leitura do relatório. Em seguida, retorna-se ao item um de pauta. Item 01 – Mensagem (SF) nº 128, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FRANCISCO SOARES ALVIM NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica. O Presidente designa Relator “Ad Hoc” o Senhor Senador JOSÉ AGRIPINO que faz a leitura do relatório. Passa-se a palavra ao Senhor Embaixador PAULO DYRCEU PINHEIRO que faz sua exposição de motivos. Após breves informes, o Senhor Presi-

dente passa a palavra ao Senhor Embaixador FRANCISCO SOARES ALVIM NETO que faz sua exposição de motivos. A reunião torna-se secreta para sabatina dos embaixadores. Reaberta a sessão em caráter público, o Presidente comunica que os embaixadores foram aprovados por unanimidade conforme escrutínio dos Senhores Senadores LÚCIA VÂNIA e RODOLPHO TOURINHO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Mata-razzo Suplicy**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZ DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro a aberta a 2ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a dispensa.

Passemos à apreciação de matérias da pauta, de acordo com a Mensagem nº 288, de 2003, da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, neste período de julho.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a inversão da pauta, enquanto aguardamos a Senadora Lúcia Vânia. Aliás, já conversei a esse respeito com os Embaixadores Francisco Soares Alvim Neto e Paulo Dyrceu Pinheiro, tendo em vista as razões já apresentadas a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, faremos a leitura de ambos os pareceres.

Item 2. Mensagem nº 138, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Paulo Dyrceu Pinheiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o car-

go de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, Relator da mensagem.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação feita pelo Senhor Presidente da República do nome do Sr. Paulo Dyrceu Pinheiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Como é sabido, a Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente, nos termos do art. 52 da Constituição.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a um preceito regimental desta Casa, encaminhou o **curriculum vitae** do indicado, do qual extraímos, de forma muito breve, alguns pontos essenciais.

S. Ex^a ingressou no Instituto Rio Branco, em 1962, como 3º Secretário e, sucessivamente, recebeu promoções por antiguidade e, sobretudo, por merecimento, ascendendo à função de Ministro de Primeira Classe, em janeiro de 1995. S. Ex^a também exerceu muitas e diferenciadas funções no Brasil e no exterior, sempre ligadas à política externa e ao comércio internacional. Agora, é indicado para a função de Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe.

Sr. Presidente, é bom lembrar que antes de exercer o cargo de Embaixador em São Tomé e Príncipe, S. Ex^a já havia respondido cumulativamente pela Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe. Além do mais, essa embaixada está sendo criada agora, por decisão do atual Governo. Também não podemos deixar de destacar o fato de São Tomé e Príncipe ser um país que integra a CPLP, e que tem, para nós, muita importância pelo fato de se situar em uma área estratégica, em pleno Golfo da Guiné, além de ser uma região reconhecidamente rica em reservas de petróleo. Por outro lado, é bom lembrar que as relações do Brasil com países africanos, integrantes da CPLP, têm crescido muito, sobretudo a partir da criação da própria CPLP. No Governo anterior, chefiado por Fernando Henrique Cardoso, e no atual Governo essa relação tem sido cada vez mais intensificada quer no campo bilateral quer no campo multilateral, sobretudo dentro do quadro da CPLP.

Devo também dizer que lá estive recentemente o chanceler Celso Amorim, em maio deste ano, criando condições para ampliar o diálogo Brasil, São Tomé e Príncipe, e porque não dizer Brasil, São Tomé e Príncipe via CPLP.

O indicado tem todas as condições, posto que já exerceu relevantes funções no ramo da sua especialização em vários países do mundo. Daí por que, Sr. Presidente, sem mais delongas, eu gostaria de dizer que o meu parecer é favorável restando, todavia, ouvi-lo para que possamos debater as questões que dizem respeito às relações diplomáticas, políticas, econômicas, sociais e culturais entre São Tomé e Príncipe e também discutirmos um pouco sobre CPLP.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Marco Maciel. Eu pediria ao Senador José Agripino Maia que leia o parecer da Senadora Lúcia Vânia referente ao item nº 1, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Francisco Soares Alvim Neto, Ministro de Segunda Classe de Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador junto à República da Costa Rica.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, faço-o com o maior prazer, até pela relação pessoal de amizade que tenho com o indicado, o que não significa muita coisa, mas significa o apreço pessoal com que faço como Relator **ad hoc** a leitura do parecer da Senadora Lúcia Vânia.

A Comissão é chamada a se manifestar sobre a indicação do Sr. Francisco Soares Alvim Neto feita pelo Senhor Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica. Anexo o **curriculum vitae** de S. Ex^a, que leio de forma sucinta.

Após a conclusão do curso de preparação à Carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco, o Diplomata Alvim foi nomeado Terceiro Secretário, por merecimento, em 1965, tendo sido subseqüentemente promovido a Segundo Secretário, também por merecimento, em setembro de 1967. Foi promovido a Primeiro Secretário, também por merecimento, em fevereiro de 1977, a Conselheiro, também por merecimento, em novembro de 1980 e a Ministro de Segunda Classe, também por merecimento, em junho de 1991.

Dentre os cargos importantes que S. Ex^a exerceu cumpre destacar o cargo de assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, de 1965 a

1968, em Paris. Na Unesco, foi Segundo Secretário, de 1968 a 1971; Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, de 1975 a 1976; Assessor do Chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, de 1976 a 1983; Chefe Substituto da Divisão de Cooperação Intelectual, em 1983; Chefe Substituto do Departamento Cultural, em 1989; Assessor do Secretário-Geral, de 1989 a 1992; Coordenador de Ensino, de 1990 a 1992; Diretor Substituto, de 1991 a 1992; Chefe de Gabinete do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos em 1992. Em Barcelona, foi Cônsul-Geral, de 1995 a 1999. Em Roterdam, Cônsul-Geral, de 1999 a 2003.

Realizou ainda as missões oficiais do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, do Ministério da Agricultura em 1965; Reunião da Comissão Mista Brasil e Argentina, em 1966, como membro; participou da XIV Sessão da Conferência-Geral da Unesco em Paris, em 1966, como membro; Reunião de Peritos sobre os Arranjos Internacionais no Campo da Comunicações Especiais, em Paris, em 1969, também como membro, e na reunião **ad hoc** da Convenção de Berna, Genebra, em 1970.

Como se pode depreender, o diplomata é homem muito ligado – isso é um fato reconhecido – à literatura. Além de bom diplomata, é um homem de muito bom preparo intelectual.

Na véspera, antes de iniciar “Cuba, Brasil, América Central”, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso efetuou visita bilateral à Costa Rica, quando foram passadas em revista as relações entre os dois países, assim como os temas de interesse regional e multilateral.

S. Ex^a está sendo indicado agora para exercer as elevadas funções de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica. Destaco a iniciativa do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o primeiro Presidente do Brasil a dedicar especial atenção, com visitas pessoais, a países da América Central, um pedaço do mundo ao qual o Brasil nunca deu a devida atenção e que precisa ser fortalecida. Tenho certeza de que a presença do Embaixador Francisco Alvim vai facilitar o trabalho do País nesse rumo.

No campo da aproximação política, cumpre destacar que a Costa Rica, assim como El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, foi plenamente incorporada ao mecanismo de diálogo e concertação política do Grupo do Rio, a partir da 14^a Cúpula que se realizou em junho de 2000, na Colômbia.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito do presente relatório.

Creio que S. Ex^a guarda qualificações suficientes para a indicação de que é objeto, cuja sabatina se fará no sentido de confirmar ou não – pelo meu voto, confirmará – sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Vamos passar, agora, à exposição do Embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro e, em seguida, à do Embaixador Francisco Alvim, para depois passarmos à fase de arguição, em reunião reservada.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Dyrceu Pinheiro, indicado para Embaixador na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

O SR. PAULO DYRCEU PINHEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Digníssimos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, creio que, antes de tudo, eu deva registrar o reconhecimento profundo pelo agendamento desta reunião em plena Convocação Extraordinária, de crucial importância para o futuro da Nação. Interpreto esse ato como o reconhecimento do esforço, imediatamente anunciado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de retomar a prioridade antes conferida pelo Governo e pelo Estado brasileiro às nossas relações com a África como um todo e, especialmente, agora, com a África de idioma português.

Como assinalou o Relator, Senador Marco Maciel, essa não é a minha primeira experiência na África. Fui Embaixador em Luanda, de 1986 a 1988, e, cumulativamente, junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Honra-me imensamente o Senhor Presidente da República indicar meu nome para, de novo, ser partícipe do esforço de revalorização das nossas relações com o continente, e com uma parte desse continente, com o qual o Brasil mantém vínculos históricos e culturais imediatamente reconhecíveis. Por alguns anos, na nossa década perdida e na década perdida deles, que se estenderam especialmente pelos anos 90, esses laços estiveram lamentavelmente negligenciados por várias razões, não só nossas, mas por razões da própria marginalização da África e de outras regiões do mundo após o fim da guerra fria.

É uma grande satisfação poder ter a oportunidade de voltar ao continente africano, e agora, se naturalmente merecer a aprovação dos Srs. Senadores, nesta oportunidade, poder retomar programas de co-

operação que eram incipientes à minha época, como Chefe de Missão junto à República de Angola. E que, no momento, são projetos felizmente complementados pela participação ativa e seminal do Brasil na comunidade de países de língua portuguesa, criada em 1996, um tanto paradoxalmente em meio a esse processo de marginalização que a África sofreu durante a década de 90.

Creio que a CPLP foi um dos investimentos mais sábios que o Governo brasileiro poderia realizar justamente em um momento de vazio no relacionamento da África e de negligência por parte do mundo desenvolvido com relação a muitos ou à maioria dos países africanos.

Eu, se aprovado por V. Ex^{as}, teria naturalmente de chegar a São Tomé no prazo mais rápido possível em função da preparação da visita programada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a seis países africanos no início de agosto próximo. Não se trata de um elemento de pressão, ou é para mim, pois como servidor público, poderia ir em qualquer cargo e contribuir para a preparação não só da visita do Presidente da República, mas para essa retomada de uma cooperação mais estreita com o menor país da África, deve-se assinalar.

São Tomé impressiona porque tudo é diminuto. É o menor País da África em termos de superfície, em termos de população, mas com indicadores bastante positivos se comparado à maioria dos países da região a que pertence, o Golfo da Guiné e a periferia do Golfo da Guiné. É um país com educação altamente disseminada, com uma taxa de alfabetização de mais de 80% da população; expectativa de vida de 67 anos, o que é aproximadamente a mesma do Brasil; a mortalidade infantil é também comparável à brasileira. Portanto, é um país naturalmente pobre, um dos mais pobres da África em termos de renda **per capita**, mas que goza de relativa estabilidade, cuja saúde é relativamente bem cuidada. Isto é, escapou de certa forma ao círculo de ferro de guerra, miséria, fome e de instabilidade política que assola muitos países africanos que eram, à época de ouro de envolvimento do Brasil com a África, países promissores, como a própria Costa do Marfim.

Felizmente, São Tomé e Príncipe é um país que oferece condições para que o Brasil, realmente, demonstre que tem um projeto de cooperação sul/sul. Estaremos engajados, de novo, em ampliar e fortalecer as relações com os países da nossa antiga família: os países em desenvolvimento, os países mais pobres. São países aos quais podemos dar mais do que receber, por ora. Esperamos que melhores con-

dições de trocas comerciais, investimentos recíprocos, circulação de pessoas, relações culturais, intelectuais e desenvolvimento humano, em geral, possam surgir desse trabalho de retomada das relações com os países da África, especialmente os da CPLP.

A economia de São Tomé e Príncipe, naturalmente, também é diminuta. É um produto nacional que seria equivalente ao de uma pequena cidade brasileira, talvez, em termos absolutos, um pouco mais alta em termos de paridade, de poder de compra, que é o critério mais freqüentemente adotado pelas Nações Unidas. Já se denota um certo poder aquisitivo, um certo nível de conforto da população de São Tomé e Príncipe. Ainda pobre e pequeno, São Tomé terá ampliada a sua superfície graças à obra extraordinária da conversão do Direito do Mar. A sua zona de exploração econômica passará a ser quase 80 vezes maior do que sua superfície territorial física. Como zona de exploração econômica, São Tomé tem direito à exploração de 80 mil km² no Golfo da Guiné e fora deste. As águas, dentro do Golfo da Guiné, são compartilhadas a uma superposição de zonas de exploração econômica pertencentes a outros países do Golfo, especialmente Nigéria, Guiné, Guiné Equatorial e Gabão. Isso gerou algumas dificuldades de delimitação de fronteiras marítimas com uma conclusão de êxito. Ao menos até agora, estão muito bem encaminhadas as negociações para que esses países compartilhem, em termos de exploração dos recursos do mar, as águas que lhe são comuns. Especialmente com a Nigéria, São Tomé e Príncipe praticamente concluiu as negociações que coincidem com a criação de uma autoridade de exploração conjunta ou compartilhada dos hidrocarbonetos, dos recursos petrolíferos e de gás dessa zona compartilhada, o que equivaleria a 28 mil km².

Foram feitas muitas críticas em relação aos acordos que São Tomé e Príncipe concluiu entre 1997 e 2001, especialmente com a Nigéria e com empresas de outros países: a **Excel Mobile**, dos Estados Unidos, e uma empresa norueguesa de serviços de petróleo que fez o levantamento sísmico da região. A região é extremamente promissora. O Golfo da Guiné, depois do Golfo do México, é dado como o futuro da exploração de petróleo em águas de grande profundidade. Falamos de 700 metros de lâmina d'água até 2 mil, 3 mil metros. Naturalmente, a Petrobras está habilitada a fornecer, a transferir tecnologia e a participar desse esforço, que deve começar muito brevemente, de exploração da riqueza do fundo do mar, compartilhado por São Tomé e Príncipe, Nigéria e Guiné Equatorial, que é outro país bastante promiss-

or. A Petrobras já está envolvida em uma **joint venture** com a empresa nacional de petróleo da Nigéria. Creio que não se poderá estender muito em recursos humanos para um esforço de participação na exploração direta de petróleo, pelo menos por ora.

Com isso, a Petrobras indicou a Agência Nacional de Petróleo, nessa fase de montagem e de regulamentação do setor petrolífero de São Tomé e Príncipe, como a agência brasileira mais apropriada para transmitir ao Governo de São Tomé e Príncipe e às autoridades especializadas do setor todas as técnicas de regulamentação de gestão do setor que tivemos a ventura de desenvolver no Brasil.

Não é apenas o petróleo que nos atrai tendo em vista os interesses amplos, nacionais, mas também a dimensão cultural, a dimensão humana e a idéia de que há uma dívida a pagar não de forma romântica, mas de forma concreta.

O Senador Marco Maciel, no seu relatório, assinala que São Tomé e Príncipe experimentou as mudas de cana que vieram para o Brasil e que deram origem ao grande ciclo da cana-de-açúcar, que tanto beneficiou o Nordeste. Não foi apenas um teste de mudas. São Tomé e Príncipe foi, durante quase um século, o principal produtor de açúcar em virtude da imigração portuguesa para as ilhas. O Brasil praticamente dizimou a economia açucareira de São Tomé e Príncipe tal como nossa borracha teve a sua economia dizimada pela migração, digamos, da seringueira da Amazônia para a Malásia.

Portanto, a nossa dívida não é apenas de sangue, de descendência, de cultura; é uma dívida material. Se merecer a aprovação de V. Ex.^{as}, procurarei enfatizar esse dever de, pela cooperação técnica, resgatar o que, de certa forma, tiramos de São Tomé e Príncipe. Eles desenvolveram a cultura do cacau alternativamente, durante o séc. XIX, do café também, e houve também uma migração de espécies de mudas de cacau. São Tomé e Príncipe produziu o cacau mais fino do mundo durante um certo período e conseguiu o maior preço. Portanto, repito, é uma dívida prática, uma dívida tangível que temos. E temos, agora, a oportunidade de resgatar, seja por meio da cooperação bilateral, seja por meio dos programas e projetos da CPLP.

Não deveria estender-me. Há muitos aspectos a considerar com a criação da CPLP. Também creio que é importante assinalar que o Brasil retorna ao continente africano, no momento em que o clima de marginalização começa a ser superado. Europa e Estados Unidos voltam à África. A diplomacia presidencial está voltando. Neste momento, o Presidente

Bush está em Botsuana. Naturalmente, as prioridades americanas não são exatamente ou necessariamente as brasileiras, mas, muitas vezes, coincidem, ainda que em períodos diferentes. O Brasil, quando reconheceu Angola, de certa forma, confrontou os Estados Unidos, porque reconhecemos um governo de Angola que os Estados Unidos, por intermédio da África do Sul, procuravam derrubar. Aquilo é um teatro de guerra fria. Eu passei dois e oito meses lá e pude constatar o interesse americano negativo naquele momento. Hoje, Angola pode representar 15% do suprimento de petróleo ao mercado americano. Por isso, os americanos despertaram para a região, terão uma presença importante em São Tomé e Príncipe, fala-se até – ainda é um rumor – em uma base americana militar ou naval possível, mas, de qualquer maneira, as empresas americanas estão presentes, a Exxon Mobil é uma delas, já com acordo firmado com São Tomé e Príncipe. Por sua vez, a União Européia busca fortalecer os laços de cooperação para o desenvolvimento, que já estão estabelecidos por meio do Fundo europeu de desenvolvimento e da participação de países europeus na nova parceria para o desenvolvimento da África.

Creio que o Brasil, além da CPLP, deve ter presente as oportunidades de cooperação via ou em triangulação com a Europa e com os próprios Estados Unidos. Creio que o Governo brasileiro e a sociedade brasileira devem ter presente que não podemos aspirar a ter um relacionamento exclusivo com a África, seria ilusório. Parece-me que o trabalho a desenvolver, desde a escala bastante reduzida de São Tomé e Príncipe até os países mais ricos e com maior potencial, como Angola, da comunidade de língua portuguesa, é procurarmos trabalhar conjuntamente e oferecermos a nossa experiência aos organismos europeus e americanos que estarão envolvidos nesse mesmo esforço de soerguimento ou de reerguimento da África como um continente viável.

Creio que devo interromper por aqui, agradecendo a V. Ex^{as} a paciência e a atenção que tiveram para esta breve exposição, na esperança de poder continuar a servir ao Governo brasileiro neste retorno à África.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro, a propósito do relacionamento do Brasil com a África, eu gostaria de informar que aprovamos aqui, no final de junho, a realização de um simpósio sobre as relações do Brasil com a África, com a presença do Embaixador da República do Camerun, que é o técnico dos Embaixado-

res africanos no Brasil e todos os demais embaixadores, inclusive o Sr. Martin Mbarga Nguete.

Senador Antonio Carlos, preciso dar uma informação importante para V. Ex^a e também aos Srs. Rogério Fernando Lot e Albuíno Cunha de Azeredo e outros convidados. E a Senadora Ideli Salvatti nos informa que esta reunião ia ser realizada como preparatório da viagem, ainda na próxima semana, dia 17, quinta-feira. O que eu gostaria de informar é que, como eu estarei viajando em missão a Israel, não poderei estar presente. Caso o Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente da Comissão, porventura não volte da sua viagem à Europa, pois está acompanhando o Presidente a Portugal e outros países, caberia ao Senador mais jovem de espírito estar presidindo.

Por isso, pedi a atenção de V. Ex^a para que esteja a postos na eventualidade de precisar presidir esse simpósio. Passarei às mãos de V. Ex^a só para conhecer o requerimento já aprovado. Então, em princípio, dia 17, quinta-feira, às 10h, haverá esse simpósio. Peço ao Senador Antonio Carlos Magalhães a gentileza de presidir a reunião, caso necessário.

Passamos agora a palavra ao Embaixador Francisco Soares Alvim Neto.

O SR. FRANCISCO SOARES ALVIM NETO –

Agradeço ao Sr. Presidente e a todos os presentes nesta sala por me receberem aqui com essa acolhida tão generosa. Neste momento da minha carreira, vivo esta circunstância realmente gratificante de reunir-me aqui com V. Ex^{as} para a consideração do meu nome para a alta função de Embaixador do Brasil perante a República da Costa Rica, indicação e circunstância que muito me honram e pelas quais estou profundamente grato. Manifesto também meu particular agradecimento à Senadora Lúcia Vânia pelo seu trabalho como Relatora e ao meu amigo Senador José Agripino Maia por suas palavras que ouvi aqui.

Aliás, ouvindo as palavras do Senador, detive-me na observação feita por ele de que o Brasil e a Costa Rica realmente vivem um momento particularmente significativo de suas relações. A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso abriu, sem dúvida nenhuma, perspectivas de cooperação bastante amplas entre os dois países. Essa visita já tinha sido antecipada também pela visita do Presidente da Costa Rica ao Brasil, com o mesmo propósito.

Nesta circunstância também, que me reuniu com meu caro colega Paulo Dyrceu Pinheiro, prestes a embarcar para São Tomé e Príncipe, considerei uma feliz coincidência a exposição do meu colega em torno de uma parte do mundo tão diferente daquela para a qual eu sigo e em relação à qual nós temos

vínculos tão profundos – o que, de certo modo, eu não poderia dizer da América Central, sobretudo da Costa Rica, cuja formação social e étnica é tão distinta da nossa.

Pela Costa Rica, não passaram as grandes civilizações pré-colombianas. Ela também não sofreu a escravidão, o estatuto da escravidão na dimensão em que nós, brasileiros, sofremos. Isso fez da Costa Rica um país muito distinto do nosso, primeiro pela sua formação territorial, pela distribuição das suas terras. Lá não houve aristocracia rural como no Brasil. O latifúndio não vingou ali. Havia pequenas propriedades. Desde o início, predominou o elemento branco: cerca de 95% da população é branca ou mestiça. O elemento indígena sempre foi muito raro na região.

A Costa Rica, de certo modo, entra na história – vamos dizer assim –, na história moderna, na história contemporânea com a exploração do café, em um sistema de mão-de-obra constituído por imigrantes. Isso dá à Costa Rica uma certa homogeneidade, uma tendência para maior igualdade social. Ela não padece dos graves problemas que temos de recuperação no tempo de uma situação que forma legião de excluídos de nossos irmãos.

Na perspectiva do que seria propriamente um trabalho a desenvolver na Costa Rica neste momento privilegiado de nossas relações, eu diria que o principal elemento é – pelo menos naquilo que posso agora enxergar – o elemento político. Estamos, em relação à Costa Rica, numa posição peculiar, porque, do nosso lado, temos uma referência de prioridade que não contempla diretamente a América Central. Estamos voltados para a América do Sul. Por outro lado, a Costa Rica tem uma prioridade voltada para os países do Norte – os Estados Unidos em primeiro lugar, que são o grande parceiro da Costa Rica e com o qual ela nutre um tipo de relacionamento bastante especial, e o México.

Meu esforço, caso receba a alta aprovação de V. Ex^{as} para ocupar a função, será no sentido de quebrar essa barreira, de fazer o possível para ir contra essa barreira. E aí volto ao elemento político: acho que é interesse de ambos os países uma meta superior, uma meta que transcende a realidade de ambos, os interesses de ambos, que é o fortalecimento das instituições democráticas no Continente. Acho que isso é um patrimônio. É um patrimônio que o Brasil pode levar e que nos coloca numa posição com a Costa Rica, que tem larga tradição democrática no subcontinente, de interlocutores credenciados a uma aproximação cada vez mais forte.

A Costa Rica terá interesse em um parceiro como o Brasil, fortalecido em suas instituições, vivendo um momento pleno de democracia e de preocupações sociais relevantes e que recuperam um passado histórico. Na Costa Rica, no seu próprio processo, caracterizado pela defesa dos valores democráticos e por uma busca de uma sociedade igualitária, o **welfare state** teve seu início praticamente com a Revolução de 46, depois não propriamente de uma revolução, mas de uma guerra civil da qual resultou a Constituição de 49, um dos documentos mais interessantes do processo democrático e político das Américas.

Destacaria ainda, entre essas linhas de força que, de certo modo, aproximam os dois países, a tradição pacifista da Costa Rica, que também tem uma resposta e um ponto de encontro, uma convergência na nossa tradição pacifista, no respeito às normas do Direito Internacional como instrumento fundamental e único de regulamentação das relações internacionais.

Nesse contexto, a experiência altamente traumática dos anos da década de 80 na região da América Central é bastante ilustrativa do desempenho da Costa Rica, no sentido de trazer a paz àquela região. Essa foi uma experiência que realmente enalteceu a Costa Rica, porque se deu num quadro em que a política americana em relação àquela parte do nosso subcontinente estava bastante agressiva – estamos falando dos anos Reagan.

Voltando à questão da atualidade das relações entre os dois países, diria que os resultados da viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso foram extremamente positivos no plano das relações econômico-comerciais. A viagem contou com o preparo cuidadoso e extremamente inspirado do colega Embaixador Sousa Gomes, que me dá a honra de estar presente, presença tão amigável, tão amistosa. O Embaixador Sousa Gomes emprestou-me o relatório que fez de sua gestão, no qual pude verificar a quantidade de contatos que foram feitos durante a visita presidencial. Hoje vejo, por meio de uma estatística de capitais brasileiros no exterior emitida pelo Banco Central, que há um considerável avanço nas relações comerciais entre os dois países, sendo que o montante de empréstimo já feito no curso desse movimento comercial entre os dois países já ascende a quase US\$4,5 milhões. Os investimentos diretos nossos na Costa Rica já estão próximos de US\$27,100 milhões. Os financiamentos estão na ordem de US\$2,100 milhões. Não é muito, mas para o quadro anterior já é um início bastante auspicioso e, para mim ou para quem evidentemente ocupe a função, extremamente útil, visto que, por trás desses investimentos e em-

préstimos, existem empresas brasileiras e toda uma presença do nosso País já em comércio com a Costa Rica.

Voltando à década de oitenta, quando realmente a região passou por dificuldades tremendas, a verdade é que a Costa Rica beneficiou-se, sem sombra de dúvida, de uma interlocução privilegiada que tem com os Estados Unidos. Mas, por outro lado, pela interdependência com que manifestou-se e que valeu ao Presidente Aria o Prêmio Nobel da Paz, evidentemente houve o caráter agressivo – pode-se dizer – da política americana no período, que foi, em boa medida, contido pelos esforços do grupo de contadora e particularmente da Costa Rica, por meio de seu Presidente Oscar Aria. Essa tradição pacifista foi duramente criticada. Os Estados Unidos opunham-se formalmente a essa neutralidade da Costa Rica no período. Foi com base nela que a diplomacia costa-riquense conseguiu o acordo de paz firmado entre os cinco países da região no período e que pôs fim – e não digo inteiramente, porque as poções revolucionárias da região são recorrentes – ou de certo modo superou aquela dura circunstância da década de oitenta.

Teria apenas de aduzir do ponto de vista das relações entre o Brasil e a Costa Rica que, no plano educacional, temos um trabalho já realizado, bastante considerável, por meio de um programa de estudante que faculta bolsas a estudantes costarriquenses, que vêm aqui e se formam. Cerca de 300 bolsistas se beneficiaram desse programa, dentre os quais, figura o atual chanceler da Costa Rica, que se formou aqui.

A assistência técnica também é bastante desenvolvida. Algumas das nossas instituições, como a Embrapa e a Embraer, já têm programas bastante interessantes com aquele País. Do ponto de vista cultural, existe lá um centro de estudos brasileiros, que, ao que estou informado, presta muito bons serviços.

Se o Sr. Presidente concordar, darei por terminada a minha exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Francisco Soares Alvim Neto.

Vamos passar à reunião reservada de arguição. A Senadora Lúcia Vânia já está inscrita.

Peço que permaneçam na sala apenas as Sr^{as} e Srs. Senadores para que possamos ter a arguição reservada.

O Senador Hélio Costa também se inscreve. (Pausa)

Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia. (Pausa)

(A reunião torna-se secreta.)

Conforme os Senadores Lúcia Vânia e Rodolpho Tourinho apuraram, tanto o Embaixador Francisco Soares Alvim Neto, para representar o Brasil na Costa Rica, quanto o Embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro, para representar o Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe, foram aprovados, por unanimidade, com doze votos “sim”. Meus cumprimentos a ambos. Boa sorte nas suas respectivas missões.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h30min.)

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZESSEIS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZESSETE HORAS.

Às dezessete horas do dia dezesseis de julho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores JEFFERSON PÉRES, JOÃO ALBERTO SOUZA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, MARCO MACIEL, GILBERTO MESTRINHO, RODOLPHO TOURINHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, PEDRO SIMON, LUIZ OTÁVIO, ALOIZIO MERCADANTE, TIÃO VIANA, LÚCIA VÂNIA E SÉRGIO GUERRA. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e requer inversão dos itens de pauta pela ausência do relator que é aprovada pela Comissão. Item dois: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 364, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que Aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2001. O Senhor Senador Valdir Raupp procede à leitura do seu parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. Item três: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 365, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto

do Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente, assinado em Assunção, no âmbito do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, em 22 de junho de 2001. O Senhor Presidente designa relatora “ad hoc”, Senador Gilberto Mestrinho que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir o parecer foi aprovado. Item quatro: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 366, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Protocolo de Montevidéu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL, concluído em Montevidéu, em 15 de dezembro de 1997, acompanhado de seus quatro anexos Setoriais, adotados pela Decisão 9/98, do Conselho Mercado Comum, em 23 de julho de 1998. O Senhor Presidente designa novamente o Senador Gilberto Mestrinho, relator “ad hoc”, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. Item cinco: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 378, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação Técnica, celebrado na cidade do Cabo, em 1º de março de 2000. O Senhor Presidente designa a Senadora Patrícia Saboya Gomes, relatora “ad hoc”, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. Item seis: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 379, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Lima, em 6 de dezembro de 1999. O Senhor Presidente procede à leitura do seu parecer favorável. Fez uso da palavra o Senhor Senador Marco Maciel. O projeto é aprovado. Retorna-se ao primeiro item de pauta. Item um: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 11, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao Imposto sobre a Renda, celebrada em Santiago, em 3 de abril de 2001. O Senhor Presidente designa a Senadora Patrícia Saboya Gomes, relatora “ad hoc”, que faz a leitura do parecer

favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 17 horas e 40 minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZESSEIS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZESSETE HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Declaro abertos os trabalhos da 1ª reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura.

Peço à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa)

Aprovada.

Passamos à apreciação das matérias em pauta, de acordo com a mensagem da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

O item 2 passa a ser o nº 1, tendo em vista a demora da chegada à Mesa do nº 1.

Item 2. Esse item aprova o texto da sede entre o Governo da República Federal do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura, celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2001.

O Relator é o nobre Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo de nº 364, de 2003, e nº 2.317, de 2002, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto de acordo de sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2002.

Vou direto à análise para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Basta a conclusão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Brasil, tendo permanecido fora da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, por dezoito anos, concluiu o presente acordo sede com aquela entidade, cujos objetivos revestem-se de inegável importância.

Cumpra ressaltar o relevante papel desempenhado pela reunião de ministros da educação do Mercosul, no tocante à reintegração do Brasil no referido órgão, que tem como um dos objetivos a colaboração permanente no intercâmbio de experiências de integração econômica, política e cultural.

Como é de praxe na convivência internacional, o acordo em tela estabelece uma série de imunidades e privilégios para a sede da Organização dos Estados Ibero-americanos, todos eles em conformidade com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, 1961, e com a Convenção sobre a Representação dos Estados em suas Relações com as Organizações Internacionais de Caráter Universal, de 1975, ambas ratificadas pelo Brasil.

A presença de uma sede da OEI em Brasília muito contribuirá para o estreitamento dos laços entre o Brasil e os países ibero-americanos, bem como para a intensificação das atividades de cooperação entre o Brasil e aquela organização.

Voto

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2003.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O nobre Senador Valdir Raupp, com a sua competência, conclui favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2003.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Item 3. Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do acordo sobre meio ambiente, assinado em Assunção, no âmbito do Mercado Comum do Mercosul, em 22 de junho de 2001.

O Relator é o Senador Sérgio Guerra, que não está presente e ofereceu parecer favorável.

Solicito ao Senador Gilberto Mestrinho que relate o projeto.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, incumbiu-me o Sr. Presidente do papel de Relator *ad hoc* do projeto que aprova o texto do acordo sobre meio ambiente, assinado em Assunção, no âmbito do Mercado Comum do Mercosul.

Trata-se de um documento que estabelece as normas ambientais entre os vários países integrantes do Mercosul, de modo que se trate com cuidado a questão ambiental, visando proteger as populações e o meio ambiente desses países. O voto do relator é favorável ao acordo. Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O relator vota favoravelmente ao acordo depois de analisá-lo.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 4. Esse item também aprova texto do Protocolo de Montevideu sobre o comércio de serviços do Mercosul, concluído em Montevideu em 15 de dezembro de 1997, acompanhado de seus quatro anexos setoriais. O parecer é também do Senador Sérgio Guerra. V. Ex^a, que nos honra sempre substituindo o Senador Sérgio Guerra, por obséquio, relata-o para nós.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, novamente como Senador *ad hoc*, fui incumbido de relatar o documento que aprova o texto do Protocolo de Montevideu sobre o comércio de serviços do Mercosul, concluído em Montevideu em 15 de dezembro de 1997, com quadro de anexos setoriais adotados pelo Decreto 998, Decisão 998 do Conselho de Mercado Comum. Esse é um Protocolo que objetiva o cumprimento do disposto no Tratado de Assunção e regulamenta atividades comerciais entre os países integrantes do Mercosul. A exposição de motivos do Ministro é muito clara e o voto do Sr. Relator é favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Após a análise e o voto, conclui-se favoravelmente.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 5 da pauta, que diz respeito ao Decreto Legislativo 378, que aprova o acordo entre o governo da República do Brasil e da África do Sul sobre cooperação técnica, celebrado na cidade do Cabo em 1º de março de 2000. Solicito à Senadora Patrícia Gomes que substitua o Senador Jefferson Peres. V. Ex^a pode relatar só a conclusão.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Cuida-se aqui de um acordo-quadro entre o Brasil e a República da África do Sul, que visa basicamente a fortalecer as relações entre os aparatos de ciência e tecnologia dos dois países por meio da cooperação entre programas e políticas correlatas dos dois países e da criação de mecanismos institucionais necessários a essa cooperação. O acordo estabelece os princípios gerais pelos quais os organismos competentes das duas Repúblicas adotarão medidas conjuntas de fomento e estímulo ao setor, assim como regras relativas à propriedade intelectual, remoção de barreiras à entrada e saída de pessoas, equipamentos e materiais necessários à implementação do Tratado. Cuida-se, em suma, de um típico acordo-quadro, que só se materializará quando se desdobrar em programas e iniciativas concretas, negociadas caso a caso, obedecendo ao espírito da cooperação bilateral consagrado nesse acordo. O voto. Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país a ratificação do acordo e a análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2003, que aprova o texto do acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da África do Sul sobre cooperação técnica, celebrado na cidade do Cabo em 1º de março de 2000. É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O voto, depois de sua análise, é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 6. O relator sou eu próprio, que relato favoravelmente ao Acordo constante do Decreto Legislativo nº 379 entre o Brasil e a República do Peru no sentido de combater o tráfico de aeronaves envolvidas

em atividades ilícitas transacionais, celebrado em Lima em 6 de dezembro.

Em discussão.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, parece que esse Acordo foi celebrado num momento não somente importante, mas oportuno pois, como se sabe, está cada vez mais necessária uma boa cooperação entre o Brasil e o Peru. Aliás, do Brasil com os seus vizinhos setentrionais, haja vista inclusive o noticiário nos jornais de hoje, que, eventualmente, tem produzido efeitos não desejáveis nas relações entre os nossos vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 1. É o Projeto de Decreto Legislativo do próprio Senado, que aprova o texto da Convenção da República do Brasil com a República do Chile, destinado a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto de renda. Esse acordo foi celebrado em Santiago em 3 de abril de 2001. O Senador Aloizio Mercadante é o relator. Gostaria que a Senadora Patrícia Gomes fosse relatora *ad hoc* tendo em vistas as suas afinidades correligionárias.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Segundo a exposição de motivos encaminhada pelo Poder Executivo, a Convenção em apreço tem como objetivo principal criar um quadro jurídico-fiscal que, ao proporcionar previsibilidade e segurança aos investidores de ambos os países ao estabelecer regras mais precisas para a tributação dos rendimentos das pessoas físicas e jurídicas, residentes de um ou de ambos os países, e ao evitar a dupla tributação favoreçam um crescente fluxo de pessoas, capitais e serviços especializados entre Brasil e Chile, além de beneficiar a atividade comercial em geral. As regras e procedimentos essenciais são definidos nos capítulos 3 e 4. Sr. Presidente, vou tentar resumir, porque é muito grande o projeto. A Convenção visa criar um quadro jurídico-fiscal que, ao proporcionar previsibilidade e segurança aos investidores de ambos os países ao estabelecer regras mais precisas para a tributação dos rendimentos das pessoas físicas e jurídicas, residentes de um ou de ambos os países e, ao evitar a dupla tributação favoreça um crescente fluxo de pessoas, capitais, serviços especializados entre Brasil e Chile, além de

beneficiar a atividade comercial em geral. O PDS passou na Câmara pelas Comissões de Relações Exteriores e Finanças e Tributação, tendo sido aprovado em ambas. Por sua vez, o relator no Senado, em sua análise, diz que a Convenção se insere em seus aspectos gerais dentro da norma internacional costumeira, oferecendo o voto favorável ao projeto. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº11, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Após a exaustiva análise da relatora, ela opina favoravelmente à aprovação do Decreto Legislativo.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h40min.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia dezessete de julho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador MARCELO CRIVELLA, em exercício, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores PEDRO SIMON, JEFFERSON PÉRES, EDUARDO AZEREDO, HELOÍSA HELENA, JOÃO CAPIBERIBE, RODOLPHO TOURINHO, LUIZ OTÁVIO e JOÃO ALBERTO SOUZA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com o Senhor Embaixador da República do Cameroun no Brasil, Decano do Grupo dos Embaixadores Africanos no Brasil e Vice-Decano do Corpo Diplomático, Senhor Martin

Mbarga Nguete; o Diretor Geral da África e Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho e o Presidente da Central– Engenharia e Logística do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Doutor Albuíno Cunha de Azeredo para discutirem sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) de acordo com Requerimento N° 18, de 2003/CRE aprovado na reunião de vinte e seis de junho do corrente. O Senhor Presidente concede a palavra à Senadora IDELI SALVATTI, co-autora do requerimento e pede para que conduza ao plenário os convidados para iniciar a reunião. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Martin Mbarga Nguete; Cesar Coly, Embaixador do Senegal; Pedro Motta Pinto Coelho e Albuíno Cunha de Azeredo para que façam suas explicações. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores JOÃO CAPIBERIBE e JEFFERSON PÉRES. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra aos outros representantes dos países africanos presentes na reunião para uma breve saudação. Fazem uso da palavra o Senhor Lahcène Moussaoui, Embaixador da Argélia, Senhor Luís Antônio Valadares, Embaixador de Cabo Verde, a Senhora Colette Gallie Lambin Dupret, da Embaixada da Costa do Marfim, o Senhor Hassine Bouzid, da Embaixada da Tunísia, o Senhor Marcel Odongui-Bonnard, da Embaixada do Gabão, o Embaixador da Líbia, Senhor Mohamed Heimeda Saad Matri, o Senhor Daniel Muanda Lendo, da República Democrática do Congo, o Senhor Ramses Joseph Cleland, representante de Gana, o Senhor Shadia Hussein Fahmy Farrag, representante do Egito e o Senhor Josef Sookore Egbuson, representante da Nigéria. O Senhor Presidente passa a palavra aos Senhores Senadores para continuidade do debate. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores JOÃO CAPIBERIBE, JEFFERSON PÉRES, RODOLPHO TOURINHO, IDELI SALVATTI, EURÍPEDES CAMARGO, JOÃO ALBERTO SOUZA e EDUARDO AZEREDO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 13 horas, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA TERCEIRA
REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA
DEZESSETE DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E
TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura a realizar-se hoje, 17 de julho, no plenário desta Comissão de Relações Exteriores.

Solicito à Senadora Ideli Salvatti que traga ao plenário desta Comissão o Sr. Embaixador, Vice-Decano do Corpo Diplomático, Martin Mbarga Nguele, Diretor-Geral da África e Oriente Próximo do Ministério. O Sr. Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, Gerente Executivo da Diretoria de Governo do Banco do Brasil, não está presente. A Senador Ideli Salvatti pode trazer também ao plenário o Sr. Albuino Cunha de Azeredo, Presidente da Central de Engenharia e Logística do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Martin Mbarga Nguele é Embaixador da República dos Camarões no Brasil e é Decano do Grupo dos Embaixadores Africanos no Brasil. Também é Diretor-Geral do Grupo da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, Nepad.

Solicito à Senadora Ideli Salvatti que permita a entrada ao plenário da nossa Comissão dos demais embaixadores presentes, para começarmos a nossa audiência pública. S. S^{as} podem sentar-se nas cadeiras do plenário da nossa Comissão.

Submeto os membros da Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias da pauta, de acordo com a Mensagem de nº 288, de 2003, que trata da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, no período de 1º a 31 de julho de 2003.

Eu gostaria de dizer que é um imenso prazer para esta Comissão e de relevante importância para o Senado Federal ter a presença de tão ilustres Embaixadores e Diretores do Itamaraty que tratam de assuntos relacionados com o desenvolvimento do continente africano.

Eu morei na África, no continente africano, por quase dez anos e conheço muito bem as aflições da-

quele continente. O Presidente Lula, a quem acompanhei em viagem a Portugal, a Inglaterra e a Espanha – chegamos hoje de madrugada dessa viagem ao exterior -, repetiu reiteradas vezes em seus pronunciamentos que a África é uma prioridade nas relações exteriores do Brasil. Nosso Presidente visitará cinco países no continente africano, no próximo mês de agosto.

Portanto, eu gostaria de, em nome do Governo brasileiro, do Senado Federal, dar as mais calorosas boas-vindas aos representantes dos países africanos.

Passamos, agora, à nossa audiência pública, realizada em atendimento a requerimento da nossa Senadora Ideli Salvatti, a quem concedo a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, de forma muito especial, Srs. Embaixadores, a Embaixatriz e todos aqueles que representam os países africanos no Brasil, a solicitação para propor a realização desta audiência pública aconteceu num almoço muito gentilmente oferecido pelo Embaixador da República de Camarões, Sr. Martin, Decano dos Embaixadores africanos no Brasil.

Nesse almoço, foi-nos repassada a grande expectativa quando à iminente viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a cinco países africanos. Essa expectativa vinha casada com o movimento que o continente africano vem realizando desde a criação, em 2001, do Nepad, que tem como principal objetivo o desenvolvimento do continente, a busca de justiça para a maioria da população daquele continente.

Então, entendemos que era urgente e relevante a realização da audiência para que todos pudéssemos ter o entendimento do que é o Nepad, do que se propõem, como está organizado, quais são as suas perspectivas e o que esta viagem do Presidente Lula aos cinco países do Continente africano poderia contribuir para os interesses tanto do Brasil quanto dos países africanos.

O Brasil e África têm ligações umbilicais. Nos une cultura, composição da população e interesses comum e é esse o objetivo da audiência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senadora Ideli Salvatti.

Neste primeiro momento, conceder a palavra ao Sr. Martin Mbarga Nguele, que vai discorrer sobre os objetivos do Nepad.

O SR. MARTIN MBARGA NGUELE – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, permitam-me agradecer, antes de tudo, em nome dos

Embaixadores africanos, a oportunidade de nos expressarmos aqui. Isso é uma prova do interesse que suscita o povo e o continente africano no Senado do Brasil. É desnecessário apontar que a realização da presente audiência em plena sessão extraordinária do Senado Federal é mais uma prova da nova perspectiva pela qual o Brasil vê o desenvolvimento africano.

Esta reunião vem em boa hora, no momento em que o Presidente da República vai realizar sua primeira viagem oficial ao continente africano. Nesse contexto, é da maior importância que o Congresso brasileiro possa acompanhar e envolver-se ativamente nessa renovação das relações entre o Brasil e a África.

No mundo atual, os Parlamentos devem empregar um papel importante da aproximação entre os povos e das relações entre os Estados. Por isso, do nosso lado, celebramos esta audiência pública e a consideramos exatamente como uma manifestação de uma busca mais renovada dos laços estabelecidos pela história e pela natureza.

Não será preciso lembrarmos aqui mais uma vez os laços seculares que unem o Brasil à África ou ainda as similitudes geográficas, climáticas, culturais, sociais e históricas. Esse não é nosso objetivo hoje, já que isso são evidências. Trata-se, hoje, partindo da leitura dos últimos elementos das nossas relações, de dizer que chegou o momento de renovar e repensar o nosso relacionamento. Usando nossos laços históricos humanos e culturais, chegou a hora de as duas entidades desenvolverem uma parceria vencedora, à luz dos novos dados de gestação da situação internacional, que padece, que sofre o efeito do fator de globalização; uma parceria objetiva, o oposto de um paternalismo esterilizante, uma parceria desejosa de usar os trunfos de ambos os lados, em favor de uma cooperação que possa constituir uma alternativa à via única que está tentando se impor no cenário internacional. E a nossa convicção é que se trata aqui – como já dissemos – de uma união natural, histórica e objetiva.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não se trata de teoria, mas de levar em conta a evolução ocorrida aqui e acolá.

Não é inútil lembrarmos que nossos povos estão ficando isolados nessa grande competição que se tornou a economia internacional. Não devemos esquecer, no entanto, que a maioria dos encontros regionais atualmente existem em bases históricas, culturais e objetivas. Da mesma forma que os países do Norte estão se articulando, fica evidente que devemos procurar saídas para articularmos um contrapeso. Temos que reunir uma solidariedade que nos per-

mita dialogar com os povos do Norte, ciosos das suas vantagens e dos seus privilégios. Essa cooperação deve repousar, deve ser assentada numa análise realista das fraquezas e das forças de todos os atores envolvidos sobre o que podem trazer na realização dos objetivos comuns ou do caminhar para interesses comuns.

Felizmente, constatamos que, hoje, tanto de um lado quanto do outro, o momento é propício à instalação dessa parceria.

Do lado do Governo brasileiro, observamos e registramos com felicidade uma vontade e uma atenção totais no sentido de recolocar o continente africano como uma prioridade das suas relações exteriores. Há fatos notáveis que provam essa nova orientação. Podemos citar, por exemplo, que, em junho deste ano, houve, em Fortaleza, um grande fórum Brasil/África, que se dedicou a identificar elementos capazes de orientar a nova parceria entre o Brasil e a África.

A África é um continente que conta com 780 milhões de habitantes. E, desde exatamente o dia 21 de junho de 2003, por iniciativa do Presidente Lula, o organograma do Ministério das Relações Exteriores brasileiro conta com um departamento inteiramente dedicado ao continente africano. Essa é uma das concretizações efetivas e uma das medidas apropriadas ao novo interesse pela África, acordada e anunciada pessoalmente pelo Presidente Lula durante uma audiência especial que ele aceitou dar aos representantes africanos no Palácio do Planalto em janeiro deste ano.

Finalmente, outro sinal evidente dessa vontade política é a próxima viagem do Presidente Lula ao continente africano.

No âmbito dessa renovação em que consiste o Nepad, o fórum de Fortaleza também indicou a importância desse órgão para o reforço do conhecimento recíproco entre brasileiros e africanos.

Do lado africano, constata-se, diariamente, uma conscientização maior. Dentro do cenário de crescente marginalização da África no cenário internacional, os africanos perceberam que em vez de ficarem lamentando a herança colonial era melhor assumirem seu futuro e trabalharem por seu desenvolvimento. Isso é amplamente demonstrado pela realização da última reunião de cúpula africana, em Maputo, no Moçambique, que acabou sábado passado.

Paralelamente à sua integração política, os responsáveis pela África também têm ampliado um programa de desenvolvimento comum em curto, médio e

longo prazo. Esse programa, que recebeu o nome de Nova Parceria pelo Desenvolvimento da África e já obteve a adesão de todos os Estados africanos, dos países do G-8 e da União Européia, tem no seu centro os próprios recursos da África e dá um papel central à parceria em oposição ao paternalismo e ao assistencialismo. Dessa maneira o Unepad está em vias de tornar-se hoje uma estrutura integrada da união africana.

É uma obra gigantesca que envolve toda África.

No Brasil, o grupo de Embaixadores e chefes de missões diplomáticas africanas têm prazer em assumir toda a sua responsabilidade nesse particular, uma vez que o Nepad não conta com outros representantes aqui, além dos Embaixadores africanos. Nessa nova estratégia de desenvolvimento da África está claro que o Brasil ocupa papel de destaque como aliado natural da África. Numa parceria que seria uma alternativa bem-sucedida, uma alternativa de desenvolvimento no interesse de todos os envolvidos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, depois dessa introdução, passo a palavra ao meu colega o Sr. Embaixador do Senegal, que dará todos os esclarecimentos relativos ao Nepad. Imagino que, brevemente, o Sr. Presidente desta reunião lhe dará a palavra para tal. Evidentemente, todos os membros do grupo africano presentes estão à inteira disposição para responder a quaisquer perguntas que V. Ex^{as} queiram fazer posteriormente.

Mais uma vez, quero agradecer ao Senado Federal, especificamente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, por esta oportunidade dada aos representantes africanos de se expressarem sobre os esforços envidados por nosso Continente em prol do desenvolvimento. Quero agradecer especialmente à Senadora Ideli Salvatti, que se envolveu profundamente na realização desta reunião. Agradeço muito a V. Ex^a a amável atenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Embaixador Martin Mbarga Nguele, pela sua explanação sobre o Nepad.

Conforme seu pedido, gostaria de conceder a palavra ao Embaixador do Senegal, Cesar Coly. Pediria apenas ao Embaixador do Senegal que, tendo em vista o horário da nossa reunião e o grande número de Senadores inscritos para falar, seja breve no pronunciamento, a fim de que todos possam-se expressar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Permite-me V. Ex^a fazer uma sugestão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – São poucas as pessoas que exigem a tradução em inglês. A tradutora poderia sentar-se ao lado delas e poderíamos ganhar um tempo precioso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – A maioria das pessoas que nos estão assistindo são brasileiras. Nunca tivemos reuniões traduzidas em inglês. A tradução é em inglês. Só para eles, em inglês. Muito obrigado.

Ouçamos o Embaixador do Senegal.

O SR. CESAR COLY – Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de começar minha explanação, confesso que estou constrangido. Em face da hora, vi rapidamente o documento preparado pelo meu colega, o Embaixador Pedro Mota, e, comparando com o que eu mesmo preparei, posso dizer que é mais ou menos como se o Embaixador Pedro Mota e eu tivéssemos-nos encontrado para falar da mesma coisa.

Solicito sua indulgência para ganhar tempo e tentarei falar em português. Será um português quebrado, mas vou tentar expressar-me em português, com a permissão do Itamaraty.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Está permitido.

O SR. CESAR COLY – Na realidade, pensamos que a apresentação do Nepad talvez não seja necessária, porque há quase três anos temos falado dele e, lendo a apresentação do Embaixador Pedro Motta, é possível notar que os brasileiros já conhecem mais ou menos o Nepad.

É por isso que eu tentei apresentar o Nepad na área filosófica, em especial os projetos, porque o que interessa hoje à África são os projetos a serem realizados para o desenvolvimento do continente africano. É nesse sentido que procurei tratar o assunto. Não sei se posso continuar assim ou então me expressar de outra maneira. É nesse sentido que também lhes entreguei dois mapas da África: um com os grandes projetos na área de infra-estrutura e outro com as divisões, em termos de regiões, para execução da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África – Nepad.

Como disse há pouco, o Nepad não necessita mais de apresentações, mas o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho vai fazer isso por todo mundo, em português melhor.

O objetivo do Nepad, como todo mundo sabe, é um grito do coração do povo africano, de gente africana que quer acabar com antigos planos e ver, dentro da África, povos africanos unidos e, entre os africanos, como desenvolver o continente, quer dizer, os africanos tomaram a decisão de enfrentar o touro pelos chifres. Vai ser difícil. Contamos com o apoio dos países desenvolvidos, claro, mas, primeiro, com nossas forças próprias.

Então, dez prioridades foram selecionadas.

A primeira delas é a boa governança. Por quê? Porque sabemos também que, hoje em dia, sem a democracia, sem a proteção dos investidores, ninguém vai querer chegar à África para se instalar, para participar do desenvolvimento do continente. O que aconteceu na noite de anteontem para ontem, em São Tomé e Príncipe, o que já aconteceu nas repúblicas centro-africanas e também na Mauritânia, temos que falar a verdade, foi uma vergonha para nós, africanos, porque golpes de Estado, pensamos hoje em dia, falando a verdade, é coisa de outro século. Mas, infelizmente, continuam acontecendo. Os dirigentes africanos estão se unindo para combater o que não é conforme com a democracia. No momento em que estamos falando, Presidentes africanos, inclusive o Presidente da Nigéria, estão se dirigindo para um encontro com o objetivo de saber se é necessário uma intervenção militar para reposicionar o Presidente de São Tomé e Príncipe.

Então, isso quer dizer que nós, africanos, estamos com vergonha de ver o que está acontecendo. É difícil. Sabemos também que o que está acontecendo não está apoiando o nosso trabalho. Pelo contrário, está enfraquecendo. É difícil para nós convencer o menor investidor brasileiro a ir para a África, porque tem que se dizer a verdade.

A segunda prioridade é a boa governança na área econômica, lutar contra a corrupção. Acho que sabemos que não basta dizer que corrupção existe em todo o mundo. Não é uma desculpa, não! Cada um deve se esforçar para limpar a sua casa para poder convidar, esperar receber os amigos, os investidores em potencial.

A terceira prioridade são as infra-estruturas. Nesse sentido, você pode, para ganhar tempo, se olhar o mapa da África, só aqui na área de infra-estruturas – estradas, portos e rododiferroviárias. São algumas das mais importantes que a África escolheu. Os senhores podem ver que dentro desse programa tem um projeto de uma estrada que ligará Trípoli até Lagos. E, de Trípoli, essa estrada com projeto, vai che-

gar ao Cairo. Haverá também outra estrada que vai atravessar o deserto inteiro até a Nigéria.

A leitura desse mapa pode dar uma idéia e talvez convencer os brasileiros que queiram participar dos projetos de se aproximar da Secretaria Permanente do NEPAD, que está na África do Sul.

A educação é outra prioridade. Sabemos também que, hoje em dia, um País que tem uma taxa de analfabetismo muito elevada não tem como se desenvolver. Temos o exemplo do Japão, que se desenvolveu a partir da alfabetização do povo.

A saúde. Não é agradável para nós, africanos, ouvirmos, sempre, que o maior índice de aidéticos, atualmente, se encontra na África; o paludismo, se encontra na África, assim como outras doenças também. Portanto, podemos afirmar, hoje em dia, afirmar a nossa boa vontade de nos aproximar do Brasil que nessa área, por exemplo, semana passada, ontem foi fechada a conferência em Paris sobre a Aids. O Brasil foi muito elogiado e, nós, dos países africanos, estamos nos aproximando do Brasil para ver como copiar e lutar contra essa epidemia.

A nova tecnologia de informação é uma outra área que é considerada como prioridade para o desenvolvimento da África.

A agricultura. A Embrapa é, para nós, uma referência permanente. Esperamos nos apoiar com o que ela conseguiu dominar. A participação da Embrapa em vários países, sobretudo nos de Língua Portuguesa, é muito bem recebida, tanto é que vários países da África estão também se aproximando do Brasil para ver como, juntos, podemos trabalhar para acabar com a pobreza e chegar à auto-suficiência alimentária.

O meio ambiente é outra área também considerada como prioridade.

A energia. Vários projetos de barragens estão sendo estudados. Um dos maiores, que será uma prioridade da África, é a barragem do Inga, na República Democrática do Congo. No tempo de Mobutu Sese Seko, considerado um ditador, o Zaire, conhecia a paz. Ele foi muito criticado. Morreu. Mas o que ocorre atualmente é pior do que o que conhecemos durante o governo de Mobutu. Mas esse é outro assunto. A barragem do Inga, que foi uma das ilhas importantes de Mobutu, pode abastecer de energia quase toda a África. A barragem pode levar energia do centro da República do Congo até o Cairo. Ou seja, apenas com o apoio e a boa vontade dos amigos da África dá para sair do subdesenvolvimento.

Acesso ao mercado internacional, outro assunto. Nessa área, temos o dever de cooperar. É o **work trade**, a troca no trabalho. O Brasil quer exportar. Mas importar é outra coisa. O comércio é um fluxo de intercâmbio. Creio que nesse sentido também o Brasil, assim como a América Latina, podem auxiliar a África a sair do monopólio dos países desenvolvidos, da Europa sobretudo. Pois o Brasil, na área industrial e agropecuária, por exemplo, alcançou um ponto muito interessante para todos os países africanos. Mas para os africanos poderem aproveitar esse intercâmbio, o Brasil deverá abrir um pouco o mercado. Não estou criticando o Embaixador Pedro Motta, estou apenas expondo meu ponto de vista, uma simples constatação. Quando conversamos com as exportadoras, dizem que querem importar, que vão importar, mas no momento da importação, proíbem. Vamos conversar a fim de chegar a um intercâmbio.

Penso que a viagem que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará à África será muito boa, pois Sua Excelência provavelmente viajará com os operadores econômicos, que descobrirão o mercado africano e nos auxiliarão no trabalho de reforço da nossa cooperação.

Em termos de projeto, há mais ou menos noventa que o Nepad pretende desenvolver. Convido V. Ex^{as} a visitar o **site** do Nepad a fim de obter informações mais completas e de saber com quem poderão conversar.

Ao concluir, gostaria de dizer que hoje, após a reunião da África, em Maputo, a idéia que surgiu é a de que os africanos devem, em primeiro lugar, tentar arrecadar capital privado para começar a trabalhar. Ou seja, não basta dizer que vocês podem vir. Cabe aos africanos começarem a trabalhar. Esse foi o recado que os chefes de Estado africanos enviaram sábado passado ao mundo inteiro. Em primeiro lugar, aos africanos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Queremos agradecer-lo pelo seu esforço em falar nossa língua. V. Ex^a falou muito bem, nós o entendemos. V. Ex^a pode ter certeza que o esforço do Presidente Lula é exatamente no sentido de que o comércio com a África seja bilateral.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, os outros convidados não vão expor?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Estou seguindo a ordem. V. Ex^a quer ouvir o Embaixador brasileiro?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não estou requerendo nada, estou apenas perguntando. Senão, uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Segui a ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – A exposição do Embaixador Motta nos foi distribuída previamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Sim. Se V. Ex^a prefere ouvi-lo, passaremos a palavra a S. Ex^a primeiro.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não sei, que se resolva.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Então, vamos resolver.

Concedo a palavra ao Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, para que faça as explanações finais e, depois, ao nosso ilustre Governador Albuino Cunha de Azeredo, que está aqui conosco.

O SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO – Sr. Presidente, agradeço muito.

Minha primeira afirmação é que serei muito breve, porque já distribuí o texto e gostaria de fazer alguns comentários a respeito do Nepad e de como o Brasil poderia participar do Nepad. Creio que é esse o fulcro central de nossa preocupação.

Penso que o Nepad, no presente momento, já começa a ter uma boa divulgação no Brasil; começam a ser publicados artigos. Eu mesmo gostaria de acentuar que, num colóquio que promovemos em dezembro passado – há volumes ali à disposição –, o Nepad foi objeto de um debate aberto, controverso, com posições a favor, contra, como deve ser. Quero acentuar os seguintes pontos a respeito do Nepad, além de todas as informações que já foram transmitidas aqui sobre sua composição e estrutura.

O Nepad é um programa africano, um esforço africano; tem sua origem na África. Ele é uma evolução a partir de uma série de programas também africanos, por diversos líderes africanos. E as próprias Nações Unidas, com a comunidade internacional, também desenvolveram ao longo das últimas décadas uma série de programas voltados para o desenvolvimento africano.

Portanto, o Nepad, como programa, não é um remédio para tudo; é um programa de ação, uma coisa meioabstrata, um programa de ação com uma estrutura governamental que tenta reforçar, embasar esse programa e suas atividades. Não é nada mais do que isso. Não é um remédio milagroso para os problemas africanos, mas vem em boa hora. Por quê? Porque os

africanos estão fazendo um esforço extraordinário para desenvolver aspectos fundamentais que estão no Nepad. Por exemplo: consolidação da democracia em vários países; esforço em torno da consolidação política, estabilidade política; luta contra a corrupção; luta contra a pobreza; combate às endemias; combate ao analfabetismo. São coisas que não são particulares da África. É preciso que se diga que são coisas muito próximas de nós. Estamos falando de uma atividade que nós diz respeito muito de perto. Por isso, é preciso dizer que o Presidente Lula, ao estabelecer uma prioridade para a África na nossa política externa, no fundo está estabelecendo uma prioridade para o Brasil também. Porque todos somos, Brasil e África, mais ou menos iguais – estamos na mesma condição, na mesma luta econômica, na mesma luta social -, além dos laços históricos e culturais.

Mais do que isso: o Presidente propôs, e estamos tentando cumprir seu desejo, a ampliação da nossa agenda para África com o objetivo de incorporar todas as atividades no âmbito social. Social quer dizer luta contra a pobreza, pela educação, pelo desenvolvimento de aspectos de saúde e pela proteção contra a discriminação racial, a favor da igualdade de gênero etc. Esses são os pontos priorizados, dentro dos limites de nossos parcos e limitados recursos, em nossa participação no Nepad.

Nesse contexto, espera-se dos países desenvolvidos capital, fluxo financeiro, investimentos – também do Brasil eventualmente. Precisamos difundir o Nepad no País, pois há empresários brasileiros, grupos brasileiros interessados em investir na África. É importante, como disse o embaixador Cesar Coly, conhecermos quais são esses projetos e, para isso, os embaixadores africanos poderiam contribuir muito. Falta ao Brasil ter maior conhecimento dos projetos para que eles possam ser difundidos junto aos empresários brasileiros, à comunidade acadêmica e econômica brasileira, para ver de que forma esses empresários estão dispostos a se envolver.

Estamos num ambiente do Congresso Nacional, em um debate público, e isso pode fazer uma grande diferença. O próprio Embaixador César Coly disse que temos que desenvolver um esforço para fazer com que o comércio bilateral aconteça nos dois sentidos. O Brasil ainda é muito fechado. Temos perfeitas condições de abrir o mercado brasileiro para produtos africanos, perfeitas condições, basta citar como exemplo o câmbio flutuante, que é proteção mais do que suficiente para a nossa economia.

Muitos produtos africanos poderiam ser trazidos para o Brasil, mas isso não acontece porque as tarifas

são altas, desnecessariamente altas. E cito o caso de produtos nos quais somos concorrentes: não há por que aplicarmos uma tarifa alta, por exemplo, sobre a importação do açúcar ou de uma série de minérios ou sobre a importação do camarão produzido em Moçambique. São vários os produtos que poderiam chegar em grandes ou pequenas quantidades – normalmente a capacidade exportadora é pequena, mas, simbolicamente, seria muito bom se pudéssemos ter isso.

O Congresso Nacional pode atuar ativamente junto às autoridades – e até mesmo junto ao Itamaraty – na tentativa de sensibilizá-las e fazer com que nós do Itamaraty e de outros setores econômicos do governo possamos desenvolver esse trabalho, que tem que ser negociado também com o Mercosul, porque hoje somos um conjunto. Isso é possível e é exatamente o que estamos fazendo agora na preparação da visita do Presidente Lula à África. É o trabalho que estamos desenvolvendo, mas é importante que recebamos o apoio do Congresso Nacional.

Isso é para mencionar apenas um exemplo. Há outros, poderíamos nos alongar falando sobre eles, mas prometi que seria breve.

Gostaria apenas de dizer que a nossa participação no contexto do Nepad, hoje, se dará por meio de iniciativas novas, como a que acabo de mencionar, ou por meio de projetos de cooperação que temos desenvolvido graças ao apoio recebido do Congresso Nacional, sobretudo por meio da rubrica de cooperação com os países de língua portuguesa. É importante que possamos ampliar isso e obter mais recursos para permitir um trabalho com a África de uma forma holística, completa. A África não é só os países de língua portuguesa, por mais que eles sejam importantes para nós. A África é um conjunto de países e acredito que devemos trabalhar tendo isso em mente, foi assim que fizemos o Fórum Brasil-África e assim continuaremos a trabalhar.

Talvez no processo de perguntas e respostas possamos continuar falando sobre o assunto.

Agradeço muito. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Vamos concluir as manifestações dos membros da Mesa ouvindo o nosso Governador Albuino Cunha de Azeredo, que é presidente da Central de Engenharia e Logística do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ALBUINO CUNHA DE AZEREDO – Saúdo a todos, em particular ao Presidente, Senador Crivella, aos demais Senadores aqui presentes e Embaixadores.

É uma satisfação estarmos aqui participando desta audiência, particularmente porque temos uma trajetória de vida de busca permanente de uma relação mais duradoura e racional com o continente africano e temos tido oportunidade de participar em vários momentos. Fico feliz em ver alguns sinais dados ao longo dos últimos meses. O Brasil estaria voltando para uma política externa, no sentido de que essa relação seja duradoura e profícua.

Tive oportunidade de viver momentos, no passado, por incrível que pareça, até na época do regime autoritário, de uma relação mais duradoura. O Brasil teve uma política externa de exportação de serviços que contribuiu para investimentos de infra-estrutura na África. Tive oportunidade de participar de muitos deles, na Mauritânia, na Argélia, em Moçambique, em Angola e, de repente, houve uma interrupção, uma mudança brusca nesses rumos.

Estamos vendo sinais – e esperamos que não sejam só sinais – de que o Congresso, a quem reconhecemos que cabe o papel, está persuadindo o Governo brasileiro a seguir rumo a um caminho natural de uma aliança com a África, que é um parceiro não apenas histórico, como fica no papel, não apenas cultural, mas é o parceiro de que o Brasil precisa e de que a África precisa.

Estamos, aqui, hoje, ouvindo os Embaixadores, na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, e o papel de V. Ex^{as} é extremamente importante para que essa contra-marcha sejam interrompida e, assim, volte a haver uma relação duradoura. Vimos, aqui, algumas parcerias comerciais. Recordo-me de projetos que foram desenvolvidos no passado, de interesse mútuo, como a exportação de carvão mineral de Moçambique para o Brasil. O Brasil tem essa parceria com outros países industrializados do Primeiro Mundo, que, evidentemente, poderiam dar a vez a uma parceria maior com a África. E poderíamos numerar aqui vários outros projetos.

É claro que há dificuldade de toda natureza. A própria África impediu algumas dessas articulações e ações. Tenho certeza de que estamos vivendo um novo momento, que começou, evidentemente, com a ascensão do Mandela e que hoje ganha força na África, apesar de todo esse retrocesso institucional que alguns países infelizmente estão convivendo na África. E não poderemos eliminar isso da noite para o dia, ainda conviveremos com isso na América Latina durante muito tempo. Mas, felizmente, estamos vivendo um novo momento aqui na América Latina e esperamos que a África também viva. Isso não deve ser empecilho a que nossa relação com a África seja racio-

nal, fundamentada na história e na cultura dos povos, em uma parceria que será boa para o mundo, para o País e para a África.

Acredito que há necessidade de uma determinação e de uma política externa muito clara do Brasil com relação à África. Precisamos disso e cabe realmente à Comissão de Relações Exteriores esse papel. Não acredito que possamos conseguir uma relação mais duradoura sem que ela passe por V. Ex^{as}. Fico feliz de estar aqui. Não me alongarei, pois gostaria muito mais de poder ouvir do que falar, não viemos aqui para falar, mas para ouvir.

Neste momento, é uma alegria ver que existem sinais de que estamos pensando diferentemente. Essa visita do Presidente à África é mais um sinal forte. Que seja marcada por uma agenda positiva e de continuidade e de regularidade. Sabemos muito bem que, muitas vezes, esses movimentos são passageiros. Esperamos, portanto, que esses movimentos sejam firmes, porque o Brasil precisa disso. Para a África já é tarde, mas antes tarde do que nunca. Essa é minha saudação a V. Ex^{as}.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Não temos muito tempo, mas gostaria que os outros representantes dos países africanos que estão conosco fizessem uma breve saudação. Já ouvimos o Embaixador do Senegal e do Camarão. Gostaríamos de ouvir a saudação do Sr. Lahcène Moussaoui, da Argélia.

O SR. LAHCÈNE MOUSSAOUI – Agradeço muito, Sr. Presidente, não tenho nada a acrescentar. Se houver perguntas, poderei responder com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado.

Temos também o Sr. Luís Antônio Valadares Dupret, que é de Cabo Verde, a quem concedo a palavra para uma breve saudação.

O SR. LUÍS ANTÔNIO VALADARES DUPRET – Muito obrigado, Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para referir um pequeno detalhe que não foi mencionado aqui. É o caso dos países africanos, ilhas, Cabo Verde, que é um arquipélago. Há vários outros países-ilhas no continente africano. E eu queria informar que há um movimento desses países no sentido de se considerar esses países no quadro do Nepad. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado.

Eu também gostaria de ouvir a Sr^a Colette Gallie Lambin, da Embaixada de Costa do Marfim.

A SRA. COLETTE GALLIE LAMBIN – Sr. Presidente, agradeço muito a V. Ex^a e ao Senado a oportunidade de estarmos aqui falando e, é claro, se houver perguntas, terei muito prazer em respondê-las também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado.

Eu gostaria de conceder a palavra ao Sr. Hassine Bouzid, da Tunísia.

O SR. HASSINE BOUZID – Quero agradecer especialmente a atenção dedicada pelo Senado e pelo Governo à atualidade africana. Poderei responder a quaisquer perguntas que se façam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Também agradecemos.

Concedo a palavra ao Sr. Marcel Odongui-Bonnard, do Gabão.

O SR. MARCEL ODONGUI-BONNARD – Sr. Presidente, quero agradecer a iniciativa desta reunião e regozijar-me pelo interesse do Governo em relação ao continente africano. Quero acrescentar alguns detalhes sobre as relações comerciais entre o subcontinente latino-americano e o continente africano.

Há uma quase impossibilidade de comércio entre a América Latina, especificamente o Brasil, e a África, porque não temos meios de comunicação. Há muitas poucas linhas marítimas, bem como linhas aéreas. Isso praticamente impossibilita o nosso relacionamento comercial.

Mantenho-me à disposição dos Srs. Senadores. Se houver qualquer pergunta, eu responderei com muito prazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

É muito importante ressaltar suas palavras, porque, atualmente, o Brasil não tem um vôo para a África, seja para a África do Sul, seja para Angola, seja para a Costa do Marfim. No passado, tivemos. Isso é algo que precisa ser mudado imediatamente.

Concedo a palavra ao Sr. Mohamed Heimeda Saad Matri, Embaixador da Líbia.

O SR. MOHAMED HEIMEDA SAAD MATRI – Eu gostaria de agradecer ao Sr. Presidente e ao Senado Federal brasileiro por esta audiência.

Pretendemos, com a Nepad, conseguir, como o Presidente Lula enfatizou, uma integração física não só entre os países africanos como também entre os países africanos e o Brasil.

Foi publicado, nos jornais do mês passado, que os representantes da América Latina se uniram e que

houve conversações sobre projetos concretos, no sentido de se construírem estradas, rodovias e ferrovias. Acredito que também nós, dos países africanos, poderíamos conjugar os nossos esforços com o Brasil no sentido de trocarmos experiências e conhecimentos. Muitas empresas brasileiras vão estar envolvidas nesses grandes projetos de construção, o que será extremamente interessante e importante para que nós, países africanos, possamos contar com o conhecimento e a perícia dos brasileiros nesses campos.

Agradeço a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Sr. Daniel Muanda Lendo, da República Democrática do Congo.

O SR. DANIEL MUANDA LENDO – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço muito a atenção dedicada ao continente pelas autoridades brasileiras. Quero dizer que desejo o maior envolvimento possível do Brasil nesse programa de desenvolvimento e fico à disposição dos Srs. Senadores para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Sr. Ramses Joseph Cleland, representante de Gana.

O SR. RAMSES JOSEPH CLELAND – Agradeço, Sr. Presidente, o convite para estarmos aqui e peço desculpas pela ausência do nosso representante, mas estou falando em nome dele. Gostaria de enfatizar que este é o momento certo, em que há fortalecimento das democracias parlamentares africanas. Portanto, frente ao Parlamento brasileiro, haveria, efetivamente, a possibilidade de uma discussão e de um relacionamento mais íntimo entre nós.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer. Estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Sr. Shadia Hussein Fahmy Farrag, representante do Egito, por favor.

O SR. SHADIA HUSSEIN FAHMY FARRAG – Estou aqui em nome do meu Embaixador e representando-o. Quero apenas agradecer a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Josef Sookore Egbuson, representante da Nigéria.

O SR. JOSEF SOOKORE EGBUSON – Gostaria de agradecer o convite, em nome do meu Embaixador, que represento aqui.

Ouvi tudo o que foi falado a respeito do desenvolvimento dessa parceria pelos Embaixadores de Senegal e de Camarões. Concordo perfeitamente

com tudo o que foi dito. No entanto, gostaria de enfatizar de forma muito especial a importância vital dos transportes, que são, praticamente, inexistentes entre o Continente Africano e a América Latina. Hoje há apenas um voo entre a África do Sul e a América Latina e, para haver uma cooperação efetiva entre o Brasil e os países africanos, é necessário que haja, realmente, comunicação. Falo tanto em termos de linhas aéreas quanto marítimas e de informação. Hoje, para viajar da África para América Latina, temos que passar necessariamente pela Europa. E isso é algo que tem que ser modificado.

Gostaria de enfatizar também a necessidade dessa comunicação, pelo fato de ver, neste mapa, que os grandes projetos serão desenvolvidos nesse sentido praticamente, e quase que exclusivamente, na África Ocidental.

Gostaria de enfatizar também os três grandes projetos do Nepad que nos tocam profundamente, que seriam efetivamente a Democracia, a Resolução de Conflitos e o Estabelecimento da Paz, com os quais o nosso Presidente está profundamente envolvido.

Gostaria também de enfatizar a importância do Projeto do **Pipeline 156** entre a Argélia e a Nigéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Não sei se estão aqui hoje os representantes de Moçambique e Angola. Temos algum representante de Moçambique ou Angola conosco? (Pausa)

Por estarem com conflitos lá, não devem estar presentes.

Ouvidos todos os representantes da África e as explicações sobre o Nepad, gostaria de conceder a palavra aos Srs. Senadores, para desenvolvermos o nosso debate, lembrando que já passam dez minutos do meio-dia.

Começamos com o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pois não, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Embaixadores, em primeiro lugar, a minha alegria por esta reunião, este encontro, que já tarda – o Senado brasileiro já deveria ter dado sinais mais fortes de solidariedade com o drama africano –; em segundo lugar, meus cumprimentos aos governos dos países africanos pela iniciativa do Nepad, que é um passo gigantesco para toda a África.

O Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse há dois meses que já era tempo de os brasileiros pararem de culpar os outros pelos seus problemas e tratarem de resolvê-los nós mesmos. O colonialismo foi mal, deixou uma herança pesada, mas os povos afri-

canos afinal compreenderam que já é tempo de olhar o futuro e tentar resolver os problemas deles, claro que com o apoio da comunidade internacional. Os tigrés asiáticos deram uma lição ao mundo. A Coreia do sul, há 40 anos, era um país mais pobre que o Brasil e tão pobre quantos muitos países africanos. Hoje é um País plenamente desenvolvido.

Mas vou agora ao que interessa, que é objeto a minha pergunta. A África só vai superar os seus problemas, como nós do Brasil também – e os problemas deles são muito parecidos com os nossos, talvez apenas em escala maior –, quando iniciar um processo contínuo de desenvolvimento. Para isso, precisa superar uma pré-condição. Existe uma pré-condição, ao meu ver, que é a estabilidade institucional sem a qual não haverá investimentos indispensáveis. Nós na América Latina tivemos essa instabilidade até dez anos atrás. De dez anos para cá, tivemos uma estabilidade relativa e não temos nenhum regime de exceção, pelo menos entre os países membros da Organização dos Estados Americanos. Coincidência ou não, essa estabilidade ocorreu a partir da inclusão num dos documentos básico da OEA da chamada cláusula democrática por intermédio de que os países membros da OEA romperão relação diplomáticas com os países que instituírem regimes de exceção, ou seja, ditaduras.

Pergunto aos dois Embaixadores se, em sua opinião, não seria válido que a União Africana, a Antiga Organização da Unidade Africana, instituisse uma cláusula semelhante?

O SR. LAHCÈNE NGUELE – Sr. Presidente, agradeço.

Escutei com muita atenção a comunicação do nosso amigo, Senador Jefferson Péres, com quem concordo em 100%. A reunião de hoje foi dedicada essencialmente ao Nepad, por isso não foram desenvolvidos os aspectos políticos desse movimento de renovação africana. Entendo que o que se faz no plano político não tem importância menor que tudo que possamos fazer no plano econômico.

Paralelamente ao Nepad, foi criada uma nova organização política, a União Africana, que veio substituir a Organização da Unidade Africana. A União Africana é uma visão nova da África. A principal missão da OUA era o acabamento, arrematar o movimento de independência dos países africanos.

Simultâneo ao lançamento do Nepad, lançamos a União Africana. Os princípios, os fundamentos da União Africana provêm exatamente da mesma veia do Nepad. Consistem na libertação de energias africanas mediante o respeito aos direitos humanos, o

bom governo, o respeito e a promoção dos direitos do homem, o papel da sociedade civil. Todos critérios modernos.

Precisaríamos de muito tempo para discutir todos esses aspectos. Talvez possamos ter outra oportunidade para dar continuidade à discussão, mas quero dizer ao nosso amigo Senador Jefferson Péres que, quanto ao que perguntou, já estamos executando. Começamos na Cúpula da Argélia, em 1999, com uma decisão de que a Cúpula não aceitará um chefe de Estado que não seja eleito democraticamente. Esse princípio consta da nova Carta da União Africana, art. 31, que determina claramente que ninguém poderá participar da Cúpula da União Africana se teve acesso ao poder fora dos meios democráticos.

Das reuniões da Cúpula ocorridas em anos passados, alguns países não participaram em respeito a esse princípio.

Em grande parte das Constituições dos países africanos, os mandatos são limitados. Estamos ainda em processo. Não estou dizendo que não há problemas, mas estamos no processo de superação de todos os problemas que a pergunta pôde sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O debate começa a se acalorar.

Infelizmente não poderemos conceder a palavra, porque já passamos de 12:30 e ainda há vários Senadores inscritos. Portanto, gostaria de seguir a ordem, para que todos os Srs. Senadores tivessem oportunidade de se manifestar.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente Marcelo Crivella, Srs. Embaixadores, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho um enorme interesse em participar desta reunião, mesmo porque represento um Estado que tem a maior influência africana – meu Estado é a Bahia – nos seus aspectos sociais, culturais, religiosos, influência muito viva até hoje.

Olhando os grandes projetos do Nepad (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), verificamos que boa parte deles se refere a auto-estradas, ou área de energia, ou linha de transmissão ou gasodutos. E aí é mais uma observação do que uma pergunta: entendo que, a exemplo do Brasil, que não tem ainda suas regras claras, definidas nessa área, é muito importante que isso venha a ocorrer nos países africanos.

Nessas áreas – e falo por experiência própria – tínhamos um contencioso muito grande da Petrobras em relação a projetos de petróleo na Nigéria e em Angola, que se arrastavam há alguns anos. Estive in-

clusive com o Ministro de Minas e Energia, com o Presidente Agostinho Neto e com o Presidente Olusegun Obasanjo no sentido de resolver esse problema, que era claramente de falta de regras estáveis nessa área.

Entendo que, sem que se tenha esse marco regulatório, dificilmente esses projetos contarão com a participação de empresários brasileiros ou de quaisquer outros empresários no mundo – mesmo a Petrobras.

Evidentemente, a primeira estabilidade que se quer é aquela apontada pelo Senador Jefferson Péres, que é a estabilidade institucional, mas as regras para a iniciativa privada são absolutamente necessárias. Vejo que há um grande campo de desenvolvimento na área de petróleo, mas isso seria condição fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra agora ao Senador João Capiberibe, que vem de um Estado que faz divisa com a França.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Aproveito a oportunidade para saudar os Srs. Embaixadores dos diversos países africanos e também cumprimentá-los pela iniciativa de elaborar um programa comum para o continente africano. Quero saudá-los pela iniciativa de elaborar um projeto para o conjunto dos países africanos.

Vivi em Moçambique durante três anos, depois da independência do país. O Senador Marcelo Crivella foi meu vizinho na África do Sul. Durante dois anos, eu e minha esposa colaboramos com o processo de desenvolvimento de Moçambique, país mergulhado em extremas dificuldades provocadas pelo longo período de dominação colonial.

Busquei um levantamento sobre o crescimento econômico dos nossos países e percebi que os Srs. Embaixadores agiram com muito cuidado para que esse programa fosse de fato conduzido pelos povos africanos, até porque a desconfiança procede. Ela é verdadeira em relação aos países do norte. Em todos os momentos em que nos relacionamos com os países do norte, sempre levamos desvantagens. No consenso de Washington e no ajuste estrutural que se seguiu após essa decisão de globalizar nossos mercados, tivemos sistematicamente uma queda no produto interno bruto. O mesmo ocorre quando há uma integração entre países desiguais, como é o caso do Nafta, do qual participam os Estados Unidos, o Canadá e o México. O crescimento do México não atingiu 1% nos últimos nove anos.

Portanto, há sempre uma preocupação, principalmente na África, que sofreu superexploração pe-

las potências ocidentais. Sabemos que se deve ao povo africano, nas suas diversas formas de exploração brutal, a revolução industrial realizada principalmente pela Inglaterra. Ela foi fundamentada na acumulação capitalista baseada no tráfico de africanos para a América. Então, na mesa de negociação, deve estar presente essa relação histórica com a África. E é exatamente isso que pretende o nosso País, como muito bem interpretou o Presidente Lula e a política externa brasileira, ou seja, buscar reatar relações, considerando a relação histórica que temos com a África, estabelecendo mecanismos e acordos bilaterais no seu conjunto, resguardada essa diferença histórica. Penso que temos o direito de estabelecer o consenso dos países do Sul, considerando as desigualdades e a exploração a que foram submetidos os povos africanos ao longo da História.

É necessário estabelecermos relações comerciais e concordo plenamente que é só olharmos nossa relação de troca comercial para vermos que podemos estabelecer preferência para comprar dos países africanos e o que vamos vender a eles. Temos o direito de estabelecer nosso próprio consenso.

Outra observação é quanto a um grande programa de infra-estrutura na África, que gira em torno de US\$37 bilhões. O mesmo destaque dado a um programa de infra-estrutura tem de ser dado a um programa social fundamental para a educação. Nessa área, gostaria que tivéssemos tido tempo de desenvolver um pouco mais esse grande programa de educação que, até 2015, deve colocar todas as crianças na escola.

Qual seria a estratégia de mobilização internacional para obtenção desses fundos? A África ficou fora desse processo de integração de mercados, do ajuste estrutural promovido pelos agentes da governância global, pois a relação que se privilegiou ao longo desses anos foi a norte-norte, quando os investimentos proliferaram enormemente entre a Europa comunitária, dos quinze, e os Estados Unidos. Os ricos sempre se entenderam muito bem, e os pobres sempre se entenderam historicamente.

Essa iniciativa de mudança na política externa brasileira é fundamental para nos garantir como nação autônoma, soberana, com direito a opções, com direito à tomada de decisões diante desse processo avassalador. Imagine a agenda que temos hoje em relação ao processo de integração de mercados. Teremos, até o final do ano, pelo menos duas ou três reuniões da Área de Livre Comércio das Américas e da OMC. Então, há uma agenda intensa que pressiona em busca da abertura de nossos mercados. Deve-

mos ter a preocupação de estabelecer relações bilaterais, discutir e garantir que essas relações sejam diferenciadas, seja por nossa ligação histórica, seja pelo estágio de desenvolvimento dos países com os quais estamos discutindo e estabelecendo acordo.

Portanto, fico muito satisfeito. Penso que temos de fazer novos debates, porque ficamos sem comunicação com a África. O Brasil tinha vôo para Dacar, lembro-me muito bem, vôo direto de Recife para Dacar, tinha vôo para Luanda e para Joanesburgo. Temos que restabelecer essas ligações.

Para mostrar o quanto ficamos distantes da África durante muitos anos, vou lembrar um fato: convidei um grupo musical que trabalha com tambores, com instrumentos de percussão, para um jantar em minha casa e coloquei o disco do Bonga. Eles, ouvindo-o, perguntaram de quem era, e eu lhes disse que um compositor, um cantor africano. Então disseram que parecia música brasileira. Eu disse que não, que a música brasileira é que parece com a africana, porque está na origem de nossa música. Essa é a música originária que influenciou enormemente toda a música brasileira como a da América como um todo. A música foi muito influenciada pelo aporte cultural dos povos africanos. Esse fato demonstra com clareza que perdemos a memória histórica da relação entre o nosso povo e o povo africano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero apresentar algumas questões. Primeiramente, ressalto que a vinda de um número tão expressivo, tão representativo de embaixadores de países africanos no Brasil é uma clara demonstração da importância deste novo momento político para as relações Brasil-África. Há uma inequívoca demonstração, por parte do Governo e, de forma muito clara, do Itamaraty, de que é um momento novo, especial e para o qual teremos que, obrigatoriamente, dedicar atenção, empenho e esforço.

Não faço parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas acho de fundamental importância que a audiência de hoje tenha continuidade e que, após a visita do Presidente Lula e de sua comitiva aos cinco países, possamos fazer uma avaliação para dar continuidade.

Pelo que já foi dito aqui, listei pelo menos três questões que merecem uma continuidade de debate, às quais a Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional poderia se dedicar, articulada com o Itamaraty e com o conjunto dos embaixadores africanos, para podermos ter debates para encaminhamentos: a questão das comunicações – atualmente, há essa ausência absoluta de comunicações aéreas e marítimas –, as questões empresariais – podermos identificar em quais setores do empresariado haveria necessidade de o Nepad apresentar os projetos e também convidar setores do empresariado brasileiro para que, nesta Comissão, possam se aprofundar relacionamentos, parcerias e perspectivas – e as áreas de ciência, tecnologia, educação e saúde. Entendo que são três espaços em que temos muitas condições de aprofundar as relações e parcerias entre o Brasil e os países africanos como um todo, naquela linha de intercâmbio.

O Embaixador César Coly foi muito claro porque, da mesma forma que não estamos admitindo imposições, como os Estados Unidos pretendem fazer em relação à Alca, o Brasil não pode, em momento algum, ter com os países com os quais vem buscando aprofundar qualquer tipo de comportamento de apenas pensar em si e somente em si, como o Presidente disse que determinado país faz. Acho que, na linha do intercâmbio, poderemos trabalhar, e muito, nessas questões.

Embaixador Pedro Motta Pinto, fiquei um pouco impressionada quando o senhor fez uma espécie de apelo para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pressionasse o Itamaraty para as questões relacionadas à África. Inclusive, fui perguntar ao Embaixador Cesar Coly se havia algum problema. S. Ex^a está muito satisfeito com o trabalho do Itamaraty, mas, como parece que o Itamaraty não está, acho importante a Comissão continuar pressionando-o para que se efetive essa perspectiva de aprofundamento, de estreitamento das relações com os países africanos.

Quero terminar com uma provocação. Todas as embaixadas de países africanos no Brasil têm correspondentes de embaixadas brasileiras em seus países? Sei que a República de Camarões não tem mais. Já teve e deixou de ter. Acho que é fundamental, até num gesto de clara boa-vontade do Governo brasileiro, que todo país que mantém embaixada no Brasil tenham embaixada brasileira em seu país. Sei que, no caso da República de Camarões, não há essa correspondência, não sei se isso também ocorre em outras. Mas aproveito aqui, já que ele pediu a presença, para começar a fazer pressão no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senadora Ideli Salvatti, muito obrigado pela brilhante intervenção.

Com a palavra o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um momento muito importante que estamos vivendo no Senado e no Brasil. Essas relações precisam ser trabalhadas, estreitadas. Eu queria agradecer também essa ponte que o Continente africano, por meio de suas estruturas, de suas embaixadas, propicia-nos. Que possamos construir essa ponte sólida entre o Brasil e o Continente africano, numa proposta duradoura dessa consolidação, a partir daquilo que temos, uma unidade cultural muito forte.

Sabemos que a cultura também tem a questão comercial da troca, do mercado como um de seus pilares. Precisamos unir a questão material para que possamos sobreviver, fortificar os laços culturais; senão, haverá um desligamento por falta do alicerce que precisa mover a possibilidade de financiar todo esse processo. Esse processo é financiado por intermédio da troca do comércio. É preciso, então, intensificar isso, como necessidade para que essa contribuição cultural seja desenvolvida.

Naquilo que nos une ao longo da construção do nosso País, desde a colonização até os dias de hoje, a África teve um papel relevante, influenciando toda a nossa vida cultural, científica – eu diria influência científica na questão da alimentação, dos costumes trazidos, processo de estudo desenvolvido como contribuição dada pela nossa origem africana.

Eu gostaria também de dizer que o Brasil se solidariza e faz esforço com a questão São Tomé e Príncipe, e o Senado, com certeza, irá se desdobrar a fim de que possamos resolvê-la, contribuindo para que as questões se restabeleçam ali, em São Tomé e Príncipe. Certamente nos desdobraremos em ações nesse sentido. Acredito que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fará isso e se somará a todo esforço dos membros do Senado brasileiro.

Esse é o nosso desejo, pela importância deste encontro. Com certeza, isso se desdobrará em várias outras ações.

Muito obrigado. Agradeço a oportunidade de estar aqui, neste momento, neste processo de discussão, que espero estar ajudando a construir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Sr. Presidente, eu não poderia deixar de nesta reunião expressar a minha palavra e saudar, de início, a Senadora Ideli Salvatti, por ter a feliz idéia de programar, por meio de um requerimento, esta reunião.

Sou do Maranhão, acho que o segundo Estado brasileiro mais africano. A nossa cultura, o que diz de perto até mais presente na nossa alimentação, na nossa culinária, é quase que totalmente africana.

Nós, brasileiros, temos uma simpatia muito grande pela África, talvez porque nos sentimos devedores da África. Nós, brasileiros, americanos, franceses, ingleses, que exploramos, de uma maneira ou de outra, o povo africano, talvez, sejamos culpados pelo seu atraso e pelos seus problemas. Quando eles mais precisaram de nós, éramos nós que íamos buscar o seu ouro – não o Brasil – o seu diamante, o seu petróleo e a sua gente, para servir de mão-de-obra escrava.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu me solidarizo com o povo africano neste momento de dificuldade. Eu vi aqui o Senador João Capiberibe dizer uma frase muito importante: Os ricos se entendem, mas nós não chegamos a equacionar as nossas dificuldades. Eu teria uma pergunta a fazer ao Embaixador Pedro Mota Pinto Coelho. Eu não estava presente no início da reunião. É justamente por essa falta de entendimento. Eu tenho a impressão de que quando o Senador José Sarney foi Presidente da República, S. Ex^a reuniu, e eles até hoje se reúnem, os países africanos de língua portuguesa, em que se busca o equacionamento da nossa língua e, também, falar sobre os problemas atinentes aos países de língua portuguesa.

Eu gostaria de perguntar ao Embaixador o que S. Ex^a diz acerca das guerras permanentes na África. Trata-se somente de um processo cultural, Embaixador? Eu gostaria, Sr. Presidente, que S. Ex^a, o Embaixador, me respondesse essa pergunta, ou seja, sobre as permanentes guerras da África.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Sr. Embaixador, por favor, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO – Sr. Senador João Alberto, a pergunta que V. Ex^a faz é de difícil resposta, evidentemente. Acredito que todos os Embaixadores africanos que estão aqui, cada um deles teria uma lista enorme de motivos para indicar a razão desses conflitos na África. Mas, muito sinteticamente, eu poderia dizer que eles são de natureza diversa. Dependendo das circunstâncias, os motivos econômicos, normalmente, estão por trás desses conflitos, ou seja, há a luta pelos recursos. Há mesmo um dito que se pratica na África e que vale, acredito,

também para outras regiões: o pior que pode acontecer com um país pobre é ele descobrir petróleo ou diamante, porque, em seguida, vêm os conflitos, as disputas e etc. Mas há também disputas de natureza étnica que, muitas vezes, se acumulam. Por que existem essas disputas de natureza étnica? Porque a herança colonial foi nefasta, na medida em que estabeleceu fronteiras artificiais e essas fronteiras artificiais separaram povos, muitas vezes, unidos. Nós vemos isso em toda a África, na África austral, na região de Botsuana, na região da África do Sul. São os mesmos povos separados por uma fronteira, e não podem passar para o outro lado, a não ser com passaporte, com visto. Então, isso gera ressentimentos e dificuldades. Há problemas de natureza política também, a luta pelo poder.

Então, há que se verificar a formação do Estado africano, que é recente, ela data dos anos 50 e 60, se compararmos com a Europa, onde a formação do Estado africano, também, gerou conflitos enormes ao longo de séculos. Agora, mesmo com a Europa já mais ou menos consolidada, ainda notamos uma série de conflitos. Muitas vezes, ocorrem conflitos na Europa, com os quais estamos convivendo.

Então, porque somente se distinguem os conflitos na África? Mais ainda, eu acredito que no momento, os africanos estão desenvolvendo um esforço enorme para resolverem os conflitos, para mitigá-los, na medida do possível e eliminá-los. Um caso muito marcante é o de Angola, onde o conflito terminou depois de 42 anos de luta. Angola, hoje, é um país pacificado. Ela dá um exemplo ao mundo, porque as forças políticas em Angola, da Oposição, da Unita, estão sendo incorporadas ao diálogo político, como se estivessemos no Brasil. Mesmo as forças militares, o braço armado da Unita, hoje, está sendo incorporado ao exército, ou seja, inimigos de armas estão sentando juntos na caserna, para comer, no quartel, ou seja, trabalhando juntos.

Moçambique é um outro exemplo onde houve pacificação. Há dez anos nós temos uma pacificação. Ainda existem conflitos, mas os esforços são grandes. Cito o caso do Sudão, onde os conflitos estão sendo resolvidos. Mesmo na África Ocidental há o caso da República Democrática do Congo, onde os conflitos são muito sérios e diversificados, mas há um esforço grande para serem solucionados.

Há uma tendência na África, hoje, à solução dos conflitos, não à irrupção. Claro que muitas vezes acontece, como vemos na Europa e em outras regiões do mundo, o surgimento de conflitos até mesmo muito mais sangrentos e violentos do que aqueles

que nós verificamos na África, mas ali eles têm uma conotação específica, ligada a lutas étnicas e fratricidas. Entretanto não creio que seja uma particularidade africana.

De qualquer forma, a tendência hoje, segundo a opinião generalizada, é a solução dos conflitos. Se houver algum embaixador que discorde, por favor levante-se e se manifeste, mas eu creio que não.

Eu aproveito o ensejo apenas para dizer que o meu pedido de pressão no Itamaraty é sobre a abertura comercial, porque envolve negociação do Itamaraty com outras áreas governamentais. É importante que o Congresso se envolva nessa questão. Eu sou o primeiro a defender o Itamaraty, porque sou Diretor do Departamento da África, mas é importante que nós aliemos os esforços nesse processo de abertura comercial com a África.

Obrigado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senador João Alberto, eu peço a V. Ex^a compreensão, porque já é quase uma hora da tarde. Solicito que V. Ex^a seja breve, por gentileza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Dentro do que falou o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, eu gostaria de perguntar se ele credita o conflito apenas aos problemas internos dos países e se não há influência externa.

O SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO – Evidentemente há influências externas também. Nós estamos falando apenas de uma situação. Há pressões internas extraordinárias que advêm de diversas partes. O conflito relativo a muitos países, por exemplo, vem da disputa sobre diamantes. Há pressões externas também na área de energia, petróleo. Há uma série de conflitos, sem dúvida, que têm uma boa parte de razões externas.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Sr. Presidente, eu fico com a proposta da requerente, Senadora Ideli Salvatti, de que nós devemos continuar essa discussão. Eu acho que o Brasil precisa ficar muito presente quanto a esses problemas africanos, principalmente nós que somos devedores da África.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Senador João Alberto.

Para finalizar nossa reunião, vamos ouvir o Senador pelo Estado de Minas Gerais, Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) –

Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, eu quero apenas justificar a minha ausência do plenário por um bom tempo. Nós estávamos discutindo, na sala ao lado, a questão do porte de armas no Brasil, o desarmamento, que é um assunto da maior importância e uma das alternativas para se enfrentar a violência crescente no País.

Ao me desculpar, eu quero, entretanto, reiterar a importância que dou às relações do Brasil com a África, não somente pelo fato de que aquele continente fez parte da formação da Nação brasileira, uma vez que nós temos no Brasil a presença muito forte da etnia africana na nossa população, mas até mesmo por questões climáticas, porque o continente africano tem, em uma grande parte de seu território, condições climáticas semelhantes às do Brasil. Nós temos proximidade geográfica; há apenas um oceano nos separando. Há também a questão de que somos países emergentes da mesma maneira. Portanto, a proximidade comercial deve ser perseguida. O Brasil pode ter, seguramente, as nações africanas como aliadas importantes para as discussões internacionais que temos não somente no setor comercial, mas na política e em outras questões que interessam ao País.

Portanto, a minha palavra é para ressaltar o acerto da iniciativa tomada nesta Casa e das iniciativas que o Governo Federal vem tomando, com a presença do Presidente Lula nos próximos dias no Continente Africano.

Os meus cumprimentos também ao Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um encaminhamento para que a Comissão votasse neste momento um voto de repúdio ao golpe de estado em São Tomé e Príncipe, a ser encaminhado a nossa chancelaria e ao Presidente da República, para que possamos nos manifestar contra exatamente essa quebra das instituições democráticas, seja africana, seja como fizemos aqui, com nossos vizinhos da Venezuela. E aqui, caro Senador João Alberto, temos um exemplo clássico das intervenções externas negativas e positivas. O caso da Venezuela, se não fosse uma intervenção positiva de vários países, entre outros, do nosso País,

a Venezuela mergulharia numa guerra civil, brutal como são todas as guerras civis.

Então, as interferências externas negativas estão por trás das guerras na África, a cobiça pelos recursos naturais da África e da América. Temos que repudiar e entendo que é louvável a atitude da organização da União Africana de não aceitar nenhum governo que não seja eleito, que não seja constituído pela decisão do povo.

Era esse voto de protesto contra o golpe que gostaríamos de encaminhar.

O SR PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senador João Capiberibe, já havia feito uma consulta à Secretaria da nossa Comissão, pois, como estamos em recesso e convocados extraordinariamente, nós, regimentalmente, não podemos fazer esse requerimento. Mas gostaria de me solidarizar com V. Ex^a, e acredito que é a expressão da alma de cada um dos Senadores para que, tão logo possamos fazer isso, regimentalmente falando, venhamos a apresentar essa moção de apoio e solidariedade ao povo de São Tomé e Príncipe, manifestando o nosso desejo de que seja encontrado, no mais breve tempo possível, o caminho da paz naquela nação amiga.

Ao encerrar a nossa reunião, quero parabenizar nossa Senadora Ideli Salvatti, que, aliás, foi a responsável mais importante por essa Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o dinheiro extraditado deste País. V. Ex^a tem tido, realmente, momentos brilhantes na sua vida parlamentar, quando nos traz assuntos tão importantes como esse que discutimos aqui, hoje, sobre a África, concomitantemente com o que fez em respeito à defesa dos nossos interesses desse envio de dólares para o exterior.

Agradeço a presença de todos os nossos Embaixadores, já são quase 13h.

Gostaria, se me permitirem, de me despedir, dizendo que nós, na Comissão de Relações Exteriores, vamos fazer um requerimento, assim que pudermos, regimentalmente, a fim de que as companhias aéreas brasileiras restabeleçam, no mais curto período de tempo, linhas aéreas que liguem o Brasil, as capitais brasileiras às capitais africanas. Como vivi 10 anos na África, gostaria de me despedir dos senhores numa língua que acho que os senhores não conhecem, mas é uma língua muito linda, que é o Idioma Zulu. E eles diriam: “Meus amigos da África, que Deus abençoe a todos!” (Palmas)

Está encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO MATARAZZO SUPPLY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores JOSÉ AGRIPINO, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO, MARCELO CRIVELLA, EDISON LOBÃO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, RODOLPHO TOURINHO, HELOÍSA HELENA, MARCO MACIEL, LUIZ OTÁVIO, AELTON FREITAS, HÉLIO COSTA, JOÃO ALBERTO SOUZA, PEDRO SIMON, FÁTIMA CLEIDE, ANTERO PAES DE BARROS, JOÃO CAPIBERIBE, JOÃO RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI E ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Após breves avisos à Comissão, passa-se à apreciação dos itens de pauta. Item um – Mensagem (SF) nº 10, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre. O Presidente designa Relator “Ad Hoc” o Senhor Senador Eduardo Azeredo que procede à leitura do relatório. O Presidente designa Relator “Ad Hoc”, novamente, o Senhor Senador Eduardo Azeredo que prossegue com a leitura do próximo relatório. Item dois – Mensagem (SF) nº 11, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embai-

xador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin. O Senhor Senador Marcelo Crivella faz uso da palavra para relatar sobre a viagem que, recentemente, fez a convite da Assembléia Nacional de Portugal. O Presidente agradece as presenças do Embaixador de Portugal, Antonio Manoel Franco, e do Senhor Joaquim do Rosário, Conselheiro Social da Embaixada de Portugal. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Hélio Costa, Rodolpho Tourinho, Embaixador Antonio Manoel Franco. O Presidente designa membros que comporão a Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior. Prosegue-se com a votação da extra-pauta – Item um – Requerimento nº 15, de 2003/CRE de autoria da Senadora Heloísa Helena que “requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Ministro da Fazenda, Antônio Palocci; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega; dos representantes do Governo Brasileiro no Banco Mundial (BIRD), Amaury Bier e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Martus Tavares; do Diretor do BIRD no Brasil, Vinot Thomas e do Representante do BID no Brasil, Waldemar Wirsig, a fim de discutir as relações do Brasil com esses Organismos Multilaterais, tendo em vista o processo de discussão e elaboração em curso dos Planos de Desenvolvimento Plurianuais e das estratégias de assistência dessas instituições ao País.” A Senadora Heloísa Helena faz a leitura do requerimento. Faz uso da palavra o Senador Hélio Costa. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Pedro Simon e Heloísa Helena para servirem como escrutinadores. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação dos indicados por treze votos. O Senhor Presidente distribui e faz leitura de carta enviada ao Senhor Sérgio Vieira de Mello, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Representante Especial da ONU para o Iraque na qual parabeniza-o pela confirmação para missão no Iraque e reintera convite desta Comissão para explanar sobre tal missão. O Senhor Presidente informa que o Item três – Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002 de autoria do Senador Moreira Mendes será adiado pois requer votação nominal e não há quórum no momento. Item cinco – Requerimento nº 259, de 2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa é retirado por iniciativa do Senador João Ribeiro, relator da matéria. Os Itens seis e sete – Requerimentos

nºs 02 e 03, de 2003/CRE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, são adiados, pois o Senador não se encontra presente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações de Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

(Pausa.)

Dispensada.

Passamos à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que recebemos o relatório do Senador Marcelo Crivella a respeito da viagem que fez a Portugal representando a nossa Comissão, juntamente com o Senador Duciomar Costa, do PTB do Pará.

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, para que faça uma breve exposição. Depois, distribuiremos o seu relatório.

(Pausa.)

O Senador Marcelo Crivella pede para ler o seu relatório daqui a alguns instantes. Sendo assim, vamos dar prosseguimento aos avisos.

Srs. Senadores, chegou a resposta ao Requerimento nº 540, que solicitava ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chanceler Celso Lafer, informação a respeito de duas notícias veiculadas na imprensa nacional dando conta sobre o veto dos Estados Unidos da América à venda de aviões Super Tucano, produzidos pela Embraer, e também à venda de frango brasileiro ao Canadá. Esse requerimento, assinado pelo Senador Roberto Saturnino e por outros diversos Senadores, teve sua resposta enviada a todos os Srs. Senadores.

Srs. Senadores, gostaria de informar que Dom Luiz Soares Vieira, arcebispo de Manaus, foi comunicado sobre o Requerimento nº 1.313, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio, para prestar esclarecimentos a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia, ameaçada de internacionalização. Tínhamos proposto uma audiência no dia 5, mas ele não poderá comparecer e agora estamos aguardando uma nova data.

Gostaria também de informar que estão sendo tomadas todas as providências para a realização do I Encontro de Mulheres Parlamentares de Países de Língua Portuguesa e do II Encontro Nacional de Deputados Estaduais. O encontro de mulheres parlamentares será realizado no Auditório Petrônio Portella nos dias 9 a 11 de junho do corrente ano. Estão sendo convidadas especialmente todas as Senadoras. Aviso em especial às Senadoras Heloísa Helena, Fátima Cleidê, Lúcia Vânia, Patrícia Saboya Gomes, Roseana Sarney. Os Srs. Senadores também estão convidados. Eu estarei na abertura, no dia 9, às 9h30.

Item 1: submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima para exercer cumulativamente o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel e junto à República de Chipre. O Relator é o Senador Arthur Virgílio. Solicito ao Senador Eduardo Azeredo, Relator *ad hoc*, para ler o parecer.

Temos relativamente poucos itens na pauta e podemos fazer a reunião a tempo de participarmos da audiência do Ministro Jaques Wagner.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o relatório do Senador Arthur Virgílio leva em consideração que o Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima serviu em Washington como Segundo-Secretário e como Primeiro-Secretário em Lisboa; foi Encarregado de Negócios também em Lisboa, assim como em Lagos e Nova Iorque, em missão junto à Organização das Nações Unidas, como Conselheiro; em Londres, serviu como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios.

A respeito do Chipre, as informações do Ministério das Relações Exteriores ressaltam a delicada questão política entre as comunidades de origem grega e de origem turca. Constituída como Estado em 1960, a República do Chipre mantém relações diplomáticas com o Brasil desde 1966, mediante embaixadas cumulativas. A Embaixada do Brasil em Tel Aviv responde também perante Chipre e a Embaixada de Chipre em Washington responde perante o Brasil. Mesmo após a invasão turca da ilha, em 1974, e a posterior proclamação da república turca do norte de

Chipre, em 1984, o Brasil segue reconhecendo somente a República de Chipre, em apoio às determinações da Organização das Nações Unidas.

O documento destaca as disputas geradas pela intenção da República do Chipre, com apoio da Grécia, de ingressar na União Européia. Como a Turquia também é candidata, desde a Declaração da Cúpula de Helsink, a disputa de Chipre entre Grécia e Turquia torna-se central na pretensão dos novos ingressantes.

Do ponto de vista econômico, poucas são as relações brasileiras com a República de Chipre, destacando-se o interesse cipriota na área de telecomunicações. Em contrapartida, Chipre tem tentado desenvolver o turismo brasileiro em seu território, por intermédio da Embratur.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, concordando plenamente com a indicação do Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel e na República de Chipre.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Peço também ao Senador Eduardo Azeredo, que leia o parecer relativo à indicação do Sr. Carlos Alberto Ferreira Guimarães para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria e cumulativamente junto à República do Benin.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação, pelo Presidente da República, do Sr. Carlos Alberto Ferreira Guimarães, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

Temos aqui o **currículum vitae** do interessado, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, atendendo aos preceitos regimentais.

Entre os cargos e missões de relevância para o País desempenhados pelo Diplomata em questão, cabe destacar: Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, Assessor do Chefe de Departamento de Organismos Internacionais, Assessor do Chefe de Departamento de Temas Internacionais Especiais, Chefe-substituto da Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Chefe da Divisão de Organismos Internacionais Especializados. Em Moscou, foi Primeiro-Secretário; em Ankara, Encarregado de Ne-

gócios; em San Salvador, Encarregado de Negócios; no Vaticano, Conselheiro; em Paramaribu, Ministro-Conselheiro; em Lagos, de 2002 até o presente momento, Embaixador do Brasil junto à Nigéria.

O Sr. Carlos Alberto Ferreira Guimarães recebeu Condecoração do Mérito Cavalheiro na Itália.

Resta informar que a República do Benin é um pequeno País da África Ocidental, com seis milhões e duzentos mil habitantes, enfrentando diversos problemas de desenvolvimento, como de resto todos os demais países da região.

As relações diplomáticas do Brasil com Benin foram restabelecidas em 1961, e se dá cumulativamente com a Embaixada do Brasil na Nigéria. Com contatos políticos e econômicos pouco expressivos, entretanto, conforme informação do Itamaraty, o Benin vem procurando promover as relações bilaterais com Brasil. No presente momento, o Governo mostra, inclusive, interesse muito grande nas relações com os países da África, e, apesar de ser um país pequeno, em início de desenvolvimento, são seis milhões de habitantes. Não há dúvida de que o Brasil deve se interessar por suas relações com o Benin.

Pelo exposto, verifica-se que o Sr. Carlos Alberto Ferreira Guimarães preenche as condições necessárias para exercer cumulativamente a representação do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em ambas as indicações, haverá votação nominal e secreta, com utilização de urna. É necessária a presença de todos os Srs. Senadores. Já há **quorum** registrado no livro, mas será necessário também depositar os votos na urna.

Vou, porque não há nesse caso argüição, permitir, desde já, que os Srs. Senadores possam depositar o seu voto, mas só vamos realizar a apuração, quando houver, pelo menos, dez votos registrados.

Agradeço as presenças do Embaixador de Portugal, Antonio Manoel Franco, e do Sr. Joaquim do Rosário, Conselheiro Social da Embaixada do Portugal. Ambos estão justamente convidados, e são muito bem-vindos, a estar presentes por ocasião do relato que o Senador Marcelo Crivella fará brevemente sobre a viagem que, recentemente, fez a convite da Assembléia Nacional de Portugal.

Tem a palavra o Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, na semana passada, uma comitiva do Congresso Nacional, a convite do Governo português, esteve em Lisboa.

Esse relatório, que será distribuído posteriormente aos senhores, com cópia, foi entregue ao Sr. Presidente nos seguintes termos:

“Sr. Presidente, tenho a grata satisfação de me dirigir a V. Ex^a para encaminhar um breve relatório das atividades desenvolvidas durante a nossa estada em Portugal, quando tive a súbita honra de representar o nosso País.

Ao ensejo, levo ao conhecimento de V. Ex^a que, durante a minha permanência naquele País, juntamente com a comitiva, tive a oportunidade de confirmar as preocupações a respeito do problema que hoje aflige os concidadãos emigrantes, ante a vigência da recém aprovada lei de estrangeiros e a sua legislação complementar.

Com efeito, dentre as medidas que o Governo português adotou em relação aos estrangeiros em situação irregular figura a punição de seus empregadores, o que já está causando uma onda de demissões e que agrava a situação dos emigrantes. Outra, é a exigência da obtenção do visto de trabalho junto à representação portuguesa no país de origem, para que, somente após ser confirmada a existência de vagas pré-selecionadas, permita-lhes o ingresso em território português”.

Eu gostaria de comunicar a V. Ex^{as} que, hoje, em Portugal vivem cerca de 80 mil brasileiros – não certeza quanto ao número, que alguns dizem maior; outros, menor que 80 mil. A maioria deles, graças a Deus, está muito feliz, desenvolvendo um próspero trabalho e perfeitamente integrados à comunidade. Há, porém, uma minoria expressiva – que alguns estimam entre cinco e dez mil brasileiros – que não está regularizada no País.

Portugal, hoje, faz um esforço muito grande para se integrar à Comunidade Econômica Européia. É muito importante para Portugal, para o seu futuro e para a sua economia. Tenho muitos amigos portugueses e, por isso, afirmo com um certo conhecimento de causa. Os portugueses mais antigos, das províncias, costumavam dizer, quando iam à França, que iam à Europa. Mas hoje Portugal é Europa. Sempre o foi, mas hoje o é sob a ótica do comércio, das relações exteriores.

Outra informação importante: a fronteira, hoje, tem a supervisão de uma guarda internacional porque já não é mais só fronteira de Portugal, mas da Europa. Quem entra em Portugal entra na Espanha, na França. Os guardas do aeroporto são treinados em uma escola européia. No ano passado, mais de 1.800 brasileiros que foram para Portugal não conseguiram entrar porque o guarda da fronteira perguntou-lhes:

“Quanto você traz no bolso?” Se respondessem US\$200,00 ficava patente que não iriam fazer turismo, mas buscar emprego. “Você tem outro sapato na mala?” Se a resposta fosse não, diziam: “Seu sapato está muito velho para um turista, você veio para buscar emprego”. Assim, 1.800 brasileiros tiveram o prazer de serem devolvidos do aeroporto. No momento em que não entram, são levados para um quarto no último andar do aeroporto, passam a noite e voltam no vôo do dia seguinte. Isso é constrangedor e motivado por falta de informação. Não podemos responsabilizar o governo europeu por isso. Portugal tem que seguir as regras da Comunidade Comum Européia.

Hoje, a Europa sofre um forte processo de migração. Só em Portugal, cujo desemprego está crescendo, há 200 mil ucranianos, muitos angolanos e moçambicanos. Portugal é um país pequeno com uma economia que precisa estar integrada à Europa. Temos uma equação com variáveis que não se harmonizam. De um lado, precisamos manter os melhores laços com Portugal. O comércio Brasil – Portugal tem, historicamente, uma balança muito favorável a nós. Portugal é um bom cliente do Brasil, compra-nos US\$500 bilhões; vendemos a eles pouco mais de US\$200 milhões. Temos um bom parceiro. Além disso, o Brasil é o destino dos maiores investimentos de Portugal. Os executivos portugueses que estão no País também encontram dificuldades para ter um visto de trabalho. Há muitos profissionais portugueses que, de 3 em 3 meses, têm que ir à Bolívia ou ao Paraguai para renovar o visto.

Com esse cenário, chegamos à Assembléia da República, em Lisboa, e fomos falar com o Senador Suplicy de Portugal, com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. S. Ex^a nos recebeu, ouviu nossas ponderações e nossa preocupação com os brasileiros. Havia outros Deputados de Portugal que se juntaram a nós. Gostaria de citar alguns nomes: Manoela Alencar e Eduardo Neves Moreira, brasileiro, eleito pelos portugueses do Brasil. Só no meu Estado, Rio de Janeiro, ele recebeu dezessete mil votos, que significam uma defesa grande dos brasileiros que lá estão. Mas não conseguimos sensibilizar o governo para que, na regulamentação da Lei dos Imigrantes, de 24 de março, favorecesse os imigrantes que já estão lá, os brasileiros em situação ilegal.

Sr. Presidente, pedimos duas coisas, basicamente: que os brasileiros que já estão trabalhando em Portugal, que já estavam lá antes da Lei, que pagam os seus impostos, ainda que não tenham recebido visto de trabalho por questões de burocracia, pos-

sam aplicar esse visto, aqui na Embaixada de Portugal no Brasil, mas por procuração, sem que tenham que vir aqui. Assim, iríamos poupar as finanças desses exauridos conterrâneos, que teriam que pagar os R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), que é o preço de uma passagem da Varig para vir de Portugal para cá. Além do mais, teriam que esperar aqui a concessão do visto, pelo menos, seis meses, segundo informação que obtivemos na reunião com o Secretário de Estado de Assuntos Externos.

Não sou pessimista quanto à situação dos brasileiros em Portugal, mas ressalto que todos que fizemos parte da comitiva voltamos com o firme propósito de atuar perante as máfias, principalmente no Rio de Janeiro, que têm agenciado moças inocentes, que saem do Brasil com passagem comprada para Portugal para trabalhar como balconista. Têm um visto de turismo de quinze dias, durante os quais são bem assistidas, com a promessa de que na próxima semana vai ter o visto e o emprego. Na outra semana, vence o visto, vence a passagem de retorno, os quinze dias se esgotam, e elas lá são obrigadas a serem dançarinas de restaurante, ou a trabalharem em casas de massagem, que é, infelizmente, um primeiro passo e uma grande armadilha para o caminho da prostituição e da exploração sexual.

Isso é de uma gravidade tremenda e precisa ocupar a nossa atenção e a do Ministro da Justiça! Não podemos permitir que brasileiros incautos sejam levados a Portugal, com a esperança irreal, irrealizável, fictícia, de que vão encontrar, naquele País, fartos empregos. Já não é mais essa situação que os sessenta mil brasileiros que hoje vivem bem em Portugal – médicos, dentistas, engenheiros, donos de empresas – encontraram há três, quatro anos. Essa já não é a realidade!

Sr. Presidente, esse relatório será encaminhado também aos Srs. Senadores. Dei uma visão muito realística. Pedi até ao nosso Embaixador em Portugal que estivesse aqui comigo, para que se sensibilizasse com essa situação e que também fosse um fiador da nossa proposta a respeito dos brasileiros que lá estão.

Compactuo com a idéia de que já não se deve dar vistos de trabalho em Portugal. Essa época já passou. É preciso que o brasileiro saia daqui sabendo onde vai trabalhar, quanto vai ganhar, se terá condições de viver lá e se é interessante ou não, para acabar com essa idéia de um eldorado, que não existe e que causa muita angústia e muito sofrimento.

Hoje, há na Embaixada do Brasil quinze brasileiros, pedindo para voltar para o Brasil, e não temos

como pagar suas passagens. Aliás, gostaria de ressaltar que a Embaixada nos recebeu muito bem. O cônsul brasileiro tem feito um esforço tremendo para atender aos brasileiros, que estão andando na rua, fazendo serviços numa obra aqui, num restaurante ali, ganhando cinco, dez euros por dia, numa situação deprimente. E fizemos um apelo ao Presidente para que libere uma verba para que esses brasileiros tenham o direito de voltar. Já não querem ficar lá. Querem voltar.

Mais uma vez, reitero aquela proposta, Sr. Presidente, que não gostaria que fosse considerada minha, mas de todos nós, para que o Governo brasileiro adote uma taxa dentro desses cinco bilhões de dólares que a nossa comunidade que está no exterior envia para o Brasil todos os anos. Sr. Presidente, nem o nosso café, nem o nosso minério, nem o nosso cacau, nem os aviões que vendemos para o exterior têm uma receita como essa que os brasileiros enviam para o Brasil, de US\$ 5 bilhões por ano. É preciso que parte deste dinheiro seja enviada as nossas representações no exterior para atender situações urgentes como essa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Pois não, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu gostaria apenas de fazer um aparte ao Senador Marcelo Crivella, aproveitando a presença do Embaixador de Portugal, para também reiterar toda a admiração que temos por Portugal.

Sr. Embaixador, sabemos muito bem que Portugal, por ser a porta de entrada da Europa, não permite que haja uma liberalidade de vistos de entrada e pouca vigilância na alfândega em si. Entretanto, preocupamos muito, sim, o que tem acontecido com brasileiros que vão a Portugal e que são tratados incorretamente. Sabemos que muitos têm conhecimento da situação que vão encontrar, mas, ainda assim, tentam entrar, tentam trabalhar ilegalmente. Mas existe um número muito grande de pessoas que vão para lá inadvertidamente, não sabendo das dificuldades.

O apelo que nós faríamos, somando-nos à preocupação do Senador Marcelo Crivella, era para que o governo português estabelecesse tratamento especial para os brasileiros que chegam e que não têm a documentação correta, para que não haja uma situação, às vezes, humilhante. Há relatos de que nos aeroportos acontecem situações que não estão sequer de acordo com os direitos humanos.

É o apelo que faríamos, entendendo as razões de Portugal, entendendo que não se pode haver uma flexibilidade excessiva nos portos, mas reconhecendo que os brasileiros têm recebido um tratamento, às vezes, muito rígido da parte do governo português. Seria importante que pudéssemos ter, considerando a relação entre Brasil e Portugal, considerando tudo que a História nos mostrou, um tratamento diferenciado para brasileiros que, inadvertidamente, vão a Portugal sem as devidas regras estabelecidas.

Ao mesmo tempo, Senador Marcelo Crivella, seria interessante que as companhias transportadoras fossem mais rígidas no embarque de passageiros aqui no Brasil e verificassem – acho que essa é a questão básica –, que tanto a companhia portuguesa, a TAP, quanto as companhias brasileiras ou as demais companhias que fazem escala em Portugal que verificassem a documentação aqui no Brasil, para evitar o problema de chegar lá e ter que voltar, ficando em situação vergonhosa no aeroporto.

Era o que queria colocar.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Marcelo Crivella?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Rodolpho Tourinho também havia pedido. Acho que seria bom ouvirmos todos os que desejarem falar. Depois o Senador Marcelo Crivella conclui.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu não teria muito a acrescentar àquilo que o Senador Eduardo Azeredo muito propriamente colocou. Mas dentro daquilo que foi dito pelo Senador Marcelo Crivella, eu gostaria de ser um pouco mais incisivo e cobraria mais do governo português na questão do tratamento dado aos brasileiros, não só para aqueles que chegam e são levados para um quarto no primeiro ou no terceiro andar, não sei, mas também para aqueles que estão lá, aqueles 80 ou 100 mil – alguma coisa em torno de 80 mil.

Chama minha atenção a menção feita pelo Senador Marcelo Crivella aos 200 mil ucranianos. Entendo perfeitamente o governo português, mas o Brasil não é a Ucrânia para Portugal. Acho que esse é o grande problema. As relações não são só afetivas, mas são relações privilegiadas. E eu digo isso com muita tranquilidade, tenho uma relação afetiva muito grande com Portugal, minha mulher é portuguesa, e vejo claramente a diferença de tratamento entre quem vem para cá e quem vai para lá. Eu acho que essa responsabilidade é, efetivamente, do governo português, porque ele pertence à União Européia, mas não perdeu a sua identidade.

... e deve respeitar, inclusive, laços que são muito mais antigos e que foram muito mais importantes para a própria formação da nação portuguesa, Sr. Embaixador, do que esse laço recente da União Européia. Reconheço a grande vantagem, a grande importância, o enorme valor da União Européia para Portugal. Acho que é certíssimo, é perfeito, mas isso não se compara a laços de quinhentos anos. Acho que o Governo português não tem dado efetivamente o valor que devia dar a essas relações comerciais, afetivas e políticas.

Era essa a complementação que queria fazer. Já disse ao nosso Presidente aqui, Senador Eduardo Suplicy, que gostaria de me somar aos esforços desta Comissão, participando dela, para trabalhar dentro desse tema, porque há muitos pontos a serem acertados. Penso que o Governo português precisa ter outra visão deste País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de passar a palavra ao Senador Hélio Costa, informo que o relatório do Senador Marcelo Crivella conclui com a proposta de que instalemos imediatamente a comissão sobre brasileiros no exterior. O requerimento de sua iniciativa foi aprovado na reunião passada e hoje já podemos designar a comissão.

Estávamos dialogando, Senador Marcelo Crivella e eu, sobre se o número de sete Senadores seria razoável para isso. Se V. Ex^{as} estiverem de acordo, dada a iniciativa, eu proporia que o Senador Marcelo Crivella presidisse essa subcomissão. Faço essa sugestão a S. Ex^a, dado que a iniciativa foi dele, repito. Quando a palavra retornar a S. Ex^a, sugerirei que aponte sete nomes. Obviamente os que queiram, como o Senador Rodolpho Tourinho, ser voluntários serão considerados.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, candidato-me para ser um dos membros dessa Comissão, até pelo fato de que vivi dezoito anos no exterior, entre Estados Unidos e Europa, e conheço um pouco, como o Senador Marcelo Crivella, que passou dez anos na África, a situação dos brasileiros no exterior, situação que é realmente preocupante.

Quero me somar às preocupações dos Senadores Eduardo Azeredo e Rodolpho Tourinho, com relação ao tratamento de brasileiros, principalmente na chegada ao Aeroporto de Lisboa, em Portugal. É uma situação que precisa ser revista.

Lembraria o que aconteceu, recentemente, nas relações entre Estados Unidos e Argentina, há cerca

de cinco anos, quando foi liberada a emissão de vistos para argentinos irem aos Estados Unidos. Depois que a crise econômica se instalou na Argentina, o Governo americano voltou atrás e retirou a liberalidade. Os argentinos precisam de vistos novamente. Precisavam anteriormente, entraram num período em que não precisavam mais, podiam simplesmente chegar ao aeroporto e embarcar para os Estados Unidos e, agora, precisam novamente de vistos.

Então, temos que reavaliar essa possibilidade, porque as nossas relações com Portugal, economicamente, são muito boas, são excepcionais, principalmente no que diz respeito aos investimentos portugueses no Brasil. Não preciso lembrar da história das relações entre Brasil e Portugal, quando nós, sempre de braços abertos, recebemos os portugueses, que vieram para cá exatamente à procura de uma oportunidade para dar uma melhor condição de vida a sua família. Milhões e milhões de portugueses vieram para o novo mundo que era o Brasil. Ora, neste momento, num instante em que o Brasil olha para a Europa e vê Portugal como a sua porta de entrada, na medida em que ele chega lá e é recebido dessa forma, esse não é o jeito português. Pode até ser o jeito desse governo português que está lá, mas não é a tradição do povo português e muito menos da diplomacia portuguesa.

Então a minha sugestão, é que primeiro se faça – e me proponho a fazer – um requerimento para a revisão do procedimento de vistos entre Brasil/Portugal.

A melhor solução seria a seguinte: estabelecer novamente o critério da necessidade de vistos para ambos os lados: para o português vir ao Brasil e o brasileiro ir a Portugal. Assim não teremos problemas. A partir de então, quando a embaixada portuguesa emitir visto para brasileiro visitar Portugal, ele terá de ser recebido no país dignamente. Se, por acaso, algo acontecer com ele lá, como é o caso desses dez brasileiros que neste momento aguardam uma solução, compete ao governo português colocá-los num avião e mandá-los de volta ao Brasil, assim como se faz nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França. Quando alguém é indesejável, quando não pode permanecer ou quando não vai continuar no país, o próprio país se encarrega de repatriá-lo. É disso que precisamos.

Proponho-me a apresentar essa sugestão e convidaria os demais Senadores presentes a esta reunião a subscrever a proposta, a fim de que façamos uma revisão no procedimento de vistos Brasil/Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Sr. Embaixador Antonio Manoel Franco pediu para falar. Concederei a palavra antes da conclusão de V. Ex^a.

Sugiro à Comissão que examine o assunto, pois ontem à noite, a **Rádio CBN** informou que suspenderam um voo com 240 brasileiros que estariam sendo devolvidos ao Brasil vindos dos Estados Unidos, em função de condições extremamente inadequadas no que diz respeito a procedimentos. Penso que seria importante que a comissão de brasileiros no exterior estivesse atenta a esse episódio que se está desenvolvendo. Devemos nos preocupar com esse assunto que, acredito, deveria ser um dos itens primeiros desta Comissão.

Concedo a palavra ao Embaixador Antonio Manoel Franco.

O SR. ANTONIO MANOEL FRANCO – Sr. Presidente, agradeço pela oportunidade. É um enorme prazer dirigir-me pela primeira vez a esta Comissão. Cumprimento o Senador Marcelo Crivella pelos fluentes comentários e os demais Senadores pelas observações, sobretudo pelas críticas, porque são contribuições muito mais efetivas do que seriam apenas os cumprimentos ao Estado português por sua atuação.

Devo-lhes dizer que, quando cheguei ao Brasil, há dois anos, percebendo qual ia ser a evolução econômica próxima de Portugal como País da Europa, falei com alguns governantes brasileiros sobre começarmos a conversar seriamente sobre a situação de pessoas em Portugal e no Brasil. Percebi que deveríamos disciplinar a situação para evitar os problemas que hoje estamos a enfrentar. Entretanto, não obtive grandes resultados.

Portugal hoje – como disse o Sr. Senador – se defronta com seriíssimos problemas econômicos, orçamentários, de desemprego e, neste assunto específico, de excesso de estrangeiros no país. Tais problemas não teriam essa dimensão se a situação econômica e social do país fosse boa, mas, numa situação de crise, ganham contornos diferentes.

Nos últimos dois ou três anos, houve um excesso brutal e incontrolado de imigrantes do oeste da Europa em Portugal, o que aumentou os problemas sociais, sobretudo o desemprego. A primeira preocupação portuguesa, Sr. Senador, é que esse tipo de imigração não crie em Portugal argumentos xenófobos, porque não há nada pior do que uma situação de desemprego nacional com uma grande ocorrência de imigrantes ilegais para fazer a xenofobia crescer. Não queremos xenofobia em Portugal, muito menos xenofobia com brasileiros.

Estamos sujeitos e obrigados, como o Senador apontou, às regras da União Européia. Mas, como o Sr. Senador também disse, para nós, Europa não é o amálgama. Nunca nos esquecemos, quando nos relacionamos com a Europa, das relações com o Brasil. E é por isso, Srs. Senadores, que devo dizer que há alguma estranheza no fato de que as propostas que apresentamos ao Brasil em maio de 2002, no âmbito da Subcomissão de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas, prevista no Tratado da Amizade, não tenham tido resposta. Refiro-me sobretudo a dois textos: um acordo para facilitação e circulação de pessoas entre os nossos dois países e um acordo para contratação recíproca binacional.

Insistimos, o Ministro insistiu e eu próprio, com as autoridades competentes, no sentido da urgência da reunião da subcomissão para não só obtermos respostas em relação aos textos que propusemos em 2002, mas para, em face da situação que estamos a viver, manifestar a nossa disponibilidade para evitar e prever situações desse tipo.

Se esta Comissão pode ter um efeito útil em sua reunião, quero recomendar às autoridades brasileiras competentes que dêem resposta a Portugal, porque estamos disponíveis. Não se trata de criar exceção na lei, o que seria impossível nos termos do direito europeu, mas de considerar mecanismos que evitem esse tipo de problema. A última coisa que Portugal quer ter é problemas com cidadãos brasileiros. Estimamos mais para que essa seja a nossa política.

Srs. Senadores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado. Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Em face da exposição do Embaixador de Portugal, gostaria de apresentar um requerimento ao Ministro das Relações Exteriores para que nos informe sobre o que está acontecendo com as duas propostas apresentadas por Portugal para que pudéssemos ter uma solução objetiva da questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Senador Eduardo Azeredo, facilitaria o procedimento se pudesse redigir o requerimento o mais breve possível.

Creio que, consensualmente, podemos aprovar o requerimento do Senador Eduardo Azeredo como parte deste diálogo no sentido de solicitar ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, as informações sobre o entendimento com as autoridades do Governo português sobre o tratamento de brasileiros e de portugueses aqui.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – E também em relação às duas propostas apresentadas pelo Governo português como relata o Embaixador de Portugal aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Peço a V. Ex^a que redija requerimento brevemente.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Peço apenas a atenção de formalizar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com todo o respeito à posição do meu colega, Senador Hélio Costa, não podemos retroceder nessa questão de pensarmos em exigir visto entre Brasil e Portugal. Não podemos pensar nessa hipótese. Temos de vencer os obstáculos atuais para não termos de retroceder nessa questão, que seria desagradável para os dois países.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa, V. Ex^a está de acordo em que possamos procurar avançar no bom relacionamento?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sem dúvida alguma. Penso que devemos, evidentemente, tentar tudo para evitar o retrocesso. Mas, se necessário, até chegar ao retrocesso.

Gostaria de acrescentar, até para informação do Senador Eduardo Azeredo, que, conversando com o Embaixador, ele me informou que é no âmbito do Tratado da Amizade Brasil/Portugal que existe essa Subcomissão de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas, exatamente sobre a qual V. Ex^a está fazendo requerimento ao Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a tem a palavra para concluir.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Da nossa visita a Portugal, encontramos esses problemas concretos. Os brasileiros, hoje, são 80 mil – 65 mil vivem muito bem, são prósperos, mas há problemas. Os engenheiros ainda não podem assinar um projeto porque o Crea daqui não se entendeu com o de Portugal. Com os dentistas, ocorre a mesma coisa. Com os advogados, não: a OAB do Brasil e a OAB de Portugal se sintonizaram perfeitamente, e advogados assinam com seus diplomas reconhecidos, embora isso não tenha impedido que eles exerçam sua profissão. Aliás, os dentistas brasileiros têm até um

certo prestígio com os portugueses, que têm dado preferência a eles. Isso é notório.

Senti, entre as autoridades portuguesas, exatamente o que o nosso Senador nos expôs: de que consideram as relações de cinco séculos com o Brasil e os laços de amizade, língua etc., mas, hoje, estão fazendo parte de uma comunidade européia a cujas regras precisam obedecer. Isso é um consenso do Primeiro-Ministro, Manuel Durão, até os Deputados do Partido de Oposição, da Minoria, na Assembléia da República de Portugal. Portanto, precisamos ser realistas no que diz respeito às nossas relações.

Sr. Presidente, para concluir, quero crer que podemos, sim, ainda que a nossa equação tenha variáveis díspares, fazer uma curva, ou melhor, uma figura, harmonizada nessa nossa alma, nesses milhões de portugueses que estão no Brasil. Lá, os Deputados disseram para mim: “Sr. Senador, V. Ex^a está enganado; os portugueses que estão no Brasil são poucos e muito idosos. Daqui a 30 anos, já não haverá mais uma colônia tão expressiva de portugueses no Brasil”. Eu lhe disse que esta não era a realidade, que eles estavam completamente enganados. Existem, sim, milhões de portugueses no Brasil. A colônia é muito maior. São clubes, restaurantes, negócios, padarias...

Creio que, neste ponto, a nossa subcomissão deve estabelecer um ponto de honra. Esses cinco, dez mil brasileiros que estão vivendo em Portugal, que já estão trabalhando, sob a lei de 24 de março, deveriam, sem abrir exceção à regra, ter – não sei – uma espécie de anistia ou, talvez – o que propus –, pudessem apresentar a sua documentação aqui no Brasil para visto de trabalho por meio de uma procuração. Pedi até que cópia desses documentos fosse encaminhada à nossa Subcomissão para que pudessemos acompanhar esse procedimento burocrático.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Fomos muito bem recebidos. Trago de Portugal o abraço do povo português, das autoridades portuguesas.

A novela brasileira ainda é o maior sucesso em Portugal, assim como nossos cantores. Tive oportunidade de andar ali na Baixa e ir ao Coliseu, onde há **shows** marcados de Gal Costa e Martinho da Vila com ingressos esgotados. Não sei se Gal Costa poderá ir, pois teve recentemente um problema de saúde.

Temos a relatar o caso dos 1.800 brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Ex^a também cantou lá?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sim. Tive oportunidade de cantar. Cantei na nossa

Igreja, que é o Cine, o principal cinema de Lisboa, na quarta-feira, à noite. Aliás, achei que estaria vazia, porque era a final da Copa Uefa, e Portugal estava mobilizado para torcer pelo Porto, que ganhou o jogo com um gol de um brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Certamente com as preces feitas na Igreja! Senador, V. Ex^a me permite acrescentar mais um detalhe à sua explanação?

Sr. Presidente, aproveitando a presença do Embaixador de Portugal, eu gostaria de lembrar, conforme ele me faz aqui chegar uma nota, que qualquer profissional brasileiro, desde que o seu título acadêmico e profissional esteja reconhecido pela respectiva Ordem, em Portugal, conforme disse o Senador Marcelo Crivella, pode exercer livremente a profissão.

Na verdade, apenas os advogados têm este reconhecimento de Ordem para Ordem, mas S. Ex^a está me dizendo que, por força do Tratado de Amizade, qualquer profissional que tenha o título reconhecido pode trabalhar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – V. Ex^a tem toda razão. No entanto, os engenheiros têm empresas e fazem projetos, mas, na hora de assinarem o projeto e darem entrada no órgão público...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Têm de ser portugueses.

Sr. Presidente, gostaria de fazer mais uma sugestão. Refiro-me aos recursos para a repatriação de brasileiros.

No ano passado, aprovamos, na Câmara dos Deputados, um recurso da ordem de R\$12 milhões, valor enviado para o Ministério das Relações Exteriores com o objetivo de atuar no relacionamento de brasileiros com todos os outros povos de língua portuguesa, principalmente os países que compõem a chamada CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Conversei com a assessoria do Itamaraty, e, realmente, esses recursos estão sendo utilizados para o intercâmbio cultural, científico. Assim, Sr. Presidente, sugiro que, embutido no valor de R\$12 milhões, já seja computado o suficiente para fazer a repatriação, quando necessária. O que não podemos permitir é que brasileiros, no exterior, fiquem à mercê do tempo, aguardando o momento em que conseguiremos recursos para comprarem uma passagem de volta para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Por sugestão de Parlamentares presentes à Comissão,

designarei os nomes dos membros que comporã Subcomissão para estudar os episódios de brasileiros no exterior. Inclusive, voluntários dela poderão tomar parte. O Senador Marcelo Crivella será o Presidente, e a Senadora Heloísa Helena e os Senadores João Capiberibe, Luiz Otávio, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Marco Maciel, Hélio Costa...

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Primeiramente, eu pediria desculpa ao Bispo Crivella pela brincadeira. Às vezes, diante de muita dor, temos de buscar a algazarra da infância para agüentá-la.

Sr. Presidente, como sou muito disciplinada, não gosto de assumir tarefas que efetivamente não tenha condição de cumprir. Na Liderança do PT, a assessora Maia é uma especialista nesse tema – defendeu tese tanto no Mestrado como no Doutorado – e, com certeza, juntamente com o Arthur, estará auxiliando a Comissão. Mas, Senador Eduardo Suplicy, não posso fazer parte desta Subcomissão. Ajudarei de todas as formas possíveis, mas não vou assumir um compromisso que, antecipadamente, não tenho condições de cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os demais citados estão de acordo?

(Pausa.)

Além de S. Ex^{as}, também comporão a Subcomissão os Senadores Pedro Simon e Marco Maciel.

A Senadora Heloísa Helena, então, declina, tendo em vista seus compromissos, que são muitos.

Sugeriria o nome da Senadora Fátima Cleide para também compor a Subcomissão, para que o PT ali esteja representado.

Senadora Fátima Cleide, V. Ex^a concorda? (Pausa.)

S. Ex^a está de acordo.

Portanto, ficam assinalados os nomes de S. Ex^{as}. Fica assim constituída a Subcomissão.

Há, sobre a mesa, um requerimento da Senadora Heloísa Helena, nos seguintes termos: “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão, com a presença dos Srs. Ministros Antônio Palocci, da Fazenda, e Guido Mantega, do Planejamento; dos representantes do Governo brasileiro no Banco Mundial, Amaury Bier, e, no BID, Martus Tavares; do Diretor do Bird no Brasil, Vinod Thomas; e do representante do BID no Brasil, Walde-

mar Wirsig, a fim de discutir as relações do Brasil com esses organismos multilaterais, tendo em vista o processo de discussão e de elaboração em curso dos planos de desenvolvimento plurianuais e das estratégias de assistência dessas instituições no País”.

Esclareço que esse é um requerimento já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Se for aqui aprovado, faremos a reunião conjunta com a CAE.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde 1999, com a participação do Senador Eduardo Suplicy, tínhamos na Comissão de Assuntos Econômicos debater os chamados documentos de estratégia de assistência dessas instituições de financiamentos multilaterais para o Brasil, embora seja o Senado da República a única instituição que tenha a prerrogativa de autorizar as operações de crédito externo.

O Poder Executivo se reúne com esses representantes, e ao Senado da República cabe apenas a chancela das autorizações de operações de crédito externo. Isso é de fundamental importância, e desde 1999 nós tentamos isso. Nessa época aprovamos os requerimentos.

Os representantes das instituições de financiamentos multilaterais, mesmo os representantes do Brasil, não vinham. Esperamos que, agora, o Senado da República possa efetivamente participar. Não são atos simples, mas, extremamente importantes. Todas as autorizações de operações de crédito que estamos aprovando no plenário dizem respeito a uma determinada programação, para a qual não somos chamados a discutir.

É de fundamental importância, tanto em relação ao Banco Interamericano como ao Banco Mundial, que possamos fazer parte desse debate junto ao Poder Executivo e às Instituições de Financiamentos Multilaterais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Eu gostaria de agradecer a visita, à nossa Comissão, do Embaixador de Portugal Antônio Manuel Franco e do Sr. Joaquim do Rosário, Conselheiro Social.

Agradeço a presença de V. Ex^{as}. Muito obrigado.

Peço ao Senador Marcelo Crivella, nosso vice-Presidente, que os acompanhe.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, concordo plenamente com a Senadora Heloísa Helena. Acredito até que possamos entender um pouco a idéia de se fazer a verificação da

quilo que está sendo acertado em tratados também, e não somente nas operações de crédito.

Vejam V. Ex^{as}: os tratados internacionais, quando chegam ao Congresso, já chegam prontos. O Congresso não pode sequer mexer nesses tratados. Há um ano e meio isso ocorreu na Câmara dos Deputados, quando recebemos o Tratado de Cooperação Técnica Brasil-Estados Unidos, com relação à Base Aérea de Alcântara. Ou seja, não pudemos fazer absolutamente nada, a não ser apreciar, ver o que estava errado, apresentar a nossa posição, insistir para que o Tratado fosse reformulado; e lamentavelmente, ele chegou na Comissão de Ciência e Tecnologia, foi aprovado como estava e seguiu para ser votado no Plenário. Se não fosse feito um pedido para a retirada da proposta, ele teria ido a Plenário, e, certamente, teria sido aprovado, porque, no governo passado, ele teria aprovação no Plenário.

Penso que este é o momento em que devemos, aproveitando esta oportunidade em que a Senadora Heloísa Helena fala sobre a necessidade de se reverem aqui as operações de crédito, analisar todo e qualquer documento internacional que seja levado ao Governo Brasileiro para a sua chancela. Que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados ou o Congresso possa fazer esse tipo de revisão. Afinal, essa é a função do Senado, ou seja, a revisão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Faremos reunião conjunta com a CAE, quando houver necessidade.

Considero concluído o processo de votação.

Todos os Srs. Senadores já votaram? Sim.

Se a Senadora Heloísa Helena e ao Senador Pedro Simon puderem fazer a gentileza de computar os votos dos dois Embaixadores.

Informo aos Srs. Senadores que na última reunião aprovamos, consensualmente, um convite ao Sr. Sérgio Vieira de Melo, para expor dados sobre a missão tão importante que realizará no Iraque, como representante da ONU.

As informações dão conta de que o Sr. Sérgio Vieira de Melo, alto comissário da ONU para os direitos humanos, foi confirmado para esta missão tão significativa, e, possivelmente, virá ao Brasil nos próximos dias. Tentarei contatá-lo para que ele possa estar aqui, atendendo ao nosso convite, uma vez que

ele não é funcionário do Governo brasileiro. Então, seria um convite – quase uma homenagem a ele – mas de grande relevância para nós.

Eu gostaria de distribuir aos membros desta Comissão uma carta aberta que encaminhei ao Sr. Sérgio Vieira de Mello no sentido de ser considerado por ele, até porque isso foi objeto de debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Vamos primeiro anunciar o resultado para ambas as votações.

Para o Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, quantos votos houve?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Por delegação do Senador Pedro Simon, votaram “sim” 13 Senadores, para o Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, e “sim” 13 Senadores, para o Embaixador Carlos Alberto Ferreira Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ambos foram aprovados por unanimidade.

Então, encaminho a V. Ex^{as} cópia da carta aberta enviada ao Sr. Sérgio Vieira de Mello. Esse é o nosso último item de pauta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Essa carta é em nome da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Perdão?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a está assinando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Encaminhei essa carta como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas, se houver anuência da Comissão, melhor ainda. Então, posso ler alto para verificar se há a aprovação de todos. Se me permitem, farei a leitura.

“Caro Sr. Sérgio Vieira de Mello, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Representante Especial da ONU para o Iraque, congratulações pela sua nomeação como Representante Especial da ONU para o Iraque. Tenho certeza de que, após várias missões bem-sucedidas, cumpridas por V. Ex^a, como na Bósnia Herzegovina e em Timor Leste, V. Ex^a terá também um papel relevante, na reconstrução do Iraque, na ajuda ao desenvolvimento das instituições democráticas que possam significar novas esperanças para a população daquela Nação.

É sobre o desenvolvimento das formas de compartilhar as riquezas do Iraque entre a sua população que eu gostaria de pedir a sua atenção, levando em consideração uma proposta que tem fundamentos nas antigas Escrituras do Velho Testamento e do Novo Testamento da Bíblia Sagrada; nos ensinamentos do Alcorão e no Livro dos Hades e dos Budistas;

nos ensinamentos de Thomas Moore e de Thomas Paine; e nos estudos recentes bem elaborados pelos brilhantes economistas como James Edward Meadle, James Tobin e Philippe Van Parÿs.

Num artigo publicado em 9 de abril de 2003, no jornal **The New York Times, Sharing Alaska's Time**, Steven Clemons propôs que os Estados Unidos e, é claro, a ONU, considerem a possibilidade de trabalhar com o petróleo do Iraque não só para reconstrução do que foi destruído pela guerra recente, mas também como uma forma de ajudar a produzir uma democracia estável, expandindo o número de participantes econômicos na economia daquela Nação.

Acredito que seria um exemplo promissor para o mundo que V. Ex^a proponha ao Iraque, que ele siga o exemplo muito bem sucedido do Alasca, especialmente porque eles têm um abundante recurso natural sob a forma de petróleo, apesar de ser possível seguir esse procedimento com base em qualquer riqueza criada pela Nação.

Permita-me lembrar como aquela idéia surgiu no Alasca. No início dos anos 60, o prefeito de uma pequena vila de pescadores, Bristol Bay, no Alasca, notou a grande riqueza gerada pela pesca, mas que muitos de seus moradores continuavam pobres. Propôs, então, a criação de um imposto de 3% sobre o valor da pesca, para criar um fundo que pertenceria a todos. Ele enfrentou muita resistência ao tentar convencer a população a aceitar a idéia. O trabalho de persuasão levou cinco anos. A idéia deu tão certo que, dez anos depois, Jay Raymond tornou-se governador do Estado do Alasca. Em 1976, o Governador Raymond disse aos trezentos mil residentes do Alasca: “Devemos pensar não só na nossa geração, mas também nas futuras gerações. Uma vez que o petróleo e outros recursos naturais não são renováveis, vamos separar 50% dos **royalties** gerados pela exploração desses recursos para um fundo que será acumulado e pertencerá a todos. A proposta foi aprovada não só pela assembleia estadual mas também por referendo popular: 76 mil votos “sim” e 38 mil votos “não”.

Hoje, é considerado um suicídio político para qualquer liderança se colocar contra o sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca. Tem sido um grande sucesso, aqueles royalties têm sido aplicados em títulos de renda fixa dos Estados Unidos, ações de empresas do Alasca e dos Estados Unidos, empresas internacionais e investimentos imobiliários. Desde 1980, o patrimônio líquido do fundo aumentou de um bilhão de dólares para 25 bilhões de dólares hoje. Cada residente no Alasca há um ano ou mais tem o direito de receber um dividendo anual que aumentou

de aproximadamente trezentos dólares no início dos anos 80 para 1.550 dólares no ano passado.

O Fundo Permanente do Alasca fez daquele estado o que conta com mais igualitária distribuição de renda nos Estados Unidos. Durante o período de 1989 a 1999, o Alasca distribuiu 6% do seu PIB, igualmente, para todos os cidadãos, hoje em torno de 626 mil. Como resultado, durante a última década, enquanto a renda média das famílias 20% mais pobres nos Estados Unidos cresceu 12%, e das famílias 20% mais ricas cresceu 26%, no Alasca, a renda média das famílias 20% mais pobres cresceu 28%, enquanto das famílias 20% mais ricas cresceu 7%. Portanto, as famílias mais pobres, nos últimos dez anos, tiveram crescimento quatro vezes maior do que o das famílias mais ricas, que também cresceram.

Esse é um exemplo para todas as nações do mundo e é especialmente válido para países como o Brasil e a África do Sul, que têm grande necessidade de erradicar a pobreza e melhorar a sua distribuição de renda em direção a uma melhor justiça social. Os economistas e cientistas sociais da Rede Européia da Renda Básica, fundada em 1986, e da Rede dos Estados Unidos da Renda Básica Garantida têm demonstrado mais e mais a sua racionalidade.

No dia 29 de abril de 2003, perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado Federal, o Secretário de Estado Collin Powell respondeu uma pergunta do Senador George Allen sobre a proposta que sugere ao povo iraquiano organizar um tipo de referendo ou plebiscito para seguir o exemplo do Fundo Permanente do Alasca. A resposta do Secretário de Estado Collin Powell foi: "I think I would bet on it", ou seja, acho que vou apostar nisso.

Gostaria de confirmar o convite da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal do Brasil para V. S^a explicar a futura missão no Iraque".

É esse o ofício.

O SR HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Parabéns, Sr. Presidente. É uma beleza de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se todos estiverem de acordo, o Senador Pedro Simon, que fez a sugestão...

Eu faria uma sugestão: vou assinar uma das cartas e pedir aos presentes, membros da comissão, que a assinem também. Depois de assim fazermos, mando outra comunicação a ele dizendo que foi aprovada a idéia na Comissão e com assinatura dos senhores senadores.

Gostaria de informar que será adiado o Item nº 3, o Projeto de Lei do Senado nº 3, pois o mesmo re-

quer votação nominal. Adiaremos a apreciação desse item dado que, neste instante, não teríamos quórum. Também foi retirado o Item nº 5 por iniciativa do Senador João Ribeiro. Não serão votados os itens nºs 6 e 7, do Senador Arthur Virgílio, porque ele não está presente hoje.

Fica convocada a próxima reunião ordinária para o dia 5, quinta-feira próxima.

Agradeço a todos pela atenção.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h46min.)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA CINCO DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia cinco de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO MATARAZZO SUPlicy, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: LÚCIA VÂNIA, DUCIOMAR COSTA, PEDRO SIMON, PATRÍCIA SABOYA GOMES, JOÃO CAPIBERIBE, MARCO MACIEL, HÉLIO COSTA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, HELOÍSA HELENA, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO ALBERTO SOUZA, FLÁVIO ARNS, ARTHUR VIRGÍLIO, JOSÉ AGRIPINO, LUIZ OTÁVIO e EDISON LOBÃO. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente requer, junto ao Ministro das Relações Exteriores, Senhor Celso Amorim, a cópia das propostas apresentadas pelo Governo brasileiro e pelo Governo dos Estados Unidos no âmbito do processo de negociação da Alca. Faz uso da palavra o Senhor Senador Hélio Costa. O Senhor Presidente inverte a pauta. Extra-pauta – Item um – Requerimento N° 43, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino que "requer que seja apresentado voto de solidariedade para com a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento, pelo

Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento". O Senhor Presidente designa relatora "ad hoc", Senadora HELOÍSA HELENA, para a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o requerimento é aprovado. Retoma-se a apreciação dos itens de pauta. Item um – Mensagem N° 14, de 2003, de autoria da Presidência da República que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor OSMAR VLADIMIR CHOHI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra". O Senhor Presidente designa relator "ad hoc", Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, que faz a leitura do relatório. Passa-se à apreciação do próximo item para que, ao final, seja feita a votação. Item dois – Mensagem N° 71, de 2003 de autoria da Presidência da República que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia". A Senhora Senadora HELOÍSA HELENA faz a leitura do relatório. Não havendo quem peça a palavra, a discussão é encerrada. Os dois próximos itens: Itens três e quatro – Projeto de Lei do Senado N° 556, de 1999 e o Projeto de Lei do Senado N° 03, de 2002, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Moreira Mendes, respectivamente, estão sobrestados devido a não deliberação pelo Plenário do Senado Federal, do Projeto de Lei de Conversão n° 17, de 2003, provenientes da Medida Provisória n° 114, de 2003 que se encontra sobrestando a Pauta (Art. 62, § 6º da Constituição Federal). Item cinco – Projeto de Decreto Legislativo (SF), N° 241, de 2000, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outro(s) Senhor(es) Senador(es), que "regulamenta o controle externo da atividade de inteligência previsto no artigo 6º da Lei 9883, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências". O Presidente designa relator "ad hoc", Senador HÉLIO COSTA, que faz a leitura do parecer pelo sobrestamento da matéria. Faz uso da palavra a Senadora HELOÍSA HELENA. Não haven-

do mais quem queira discutir, o parecer é aprovado. O Senador HÉLIO COSTA faz uso da palavra para leitura de ofício de apelo pelo "assassinato da cidadã brasileira Elisabel Aparecida Ferreira Vitalino, ocorrido em Miami, no último dia 1º de junho, solicitando que sejam envidados urgentes esforços no sentido de resolver os trâmites burocráticos e o necessário suporte assistencial e financeiro para o traslado do seu corpo dos Estados Unidos para o Brasil, dadas as notórias carências de sua família". O ofício aprovado pela Comissão será encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores. Após a votação, o Senhor Presidente convida a Senhora Senadora LÚCIA VÂNIA e o Senhor Senador ANTERO PAES DE BARROS para servirem como escrutinadores. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação dos indicados por onze votos. Sendo assim, encerra-se a reunião às 11 horas e 55 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA CINCO DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias.

Em primeiro lugar, informo aos Srs. Membros da Comissão que, como Presidente, avaliei ser importante obtermos, junto ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a cópia da íntegra das propostas apresentadas pelo Governo brasileiro e pelo Governo dos Estados Unidos no âmbito do processo de negociação da Alca. É preciso que se considerem as negociações envolvendo a criação da Alca, o disposto no inciso I do art. 49 da Constituição, segundo o

qual é da competência exclusiva do Congresso resolver definitivamente sobre acordos, tratados ou atos internacionais, e também as atribuições da Comissão de Relações Exteriores, conforme reza o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Creio que é importante, se os Srs. Senadores estiverem de acordo com o requerimento, que este seja aprovado pela Comissão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, tive oportunidade, em uma de nossas últimas reuniões, de fazer uma sugestão para que o Itamaraty encontrasse recursos – talvez até de fontes colocadas no Orçamento no ano passado – para promover um intercâmbio entre os países de Língua Portuguesa. É preciso que, em momentos de crise de brasileiros no exterior, o Itamaraty possa atuar. Citei que minha grande preocupação não é com os vivos que têm problemas no exterior, mas com as pessoas que morrem no exterior.

Na semana passada, V. Ex^a criou uma Comissão que vai cuidar dos brasileiros que estão no exterior, da qual sou membro, com muita honra. Fui indicado por V. Ex^a.

Relato, rapidamente, o que hoje encontrei no jornal **O Globo** sobre o assassinato de Elisabel Aparecida Ferreira Vitalino, de 39 anos, em Miami Beach no domingo passado. Vou ler o texto:

A família de Elisabel Aparecida Ferreira Vitalino, 39 anos, a brasileira assassinada domingo em uma festa em Miami Beach, na Flórida, juntamente com dois argentinos, deverá decidir hoje se assina a procuração para que o corpo seja liberado. Os parentes da vítima foram localizados ontem em Valença, no sul fluminense. O documento foi pedido pelo Consulado Brasileiro de Miami, que reafirmou ontem que a despesa de US\$4,4 mil, cerca de R\$13 mil, para o traslado do corpo de Elisabel, terá que ser paga pela família.

O vice-cônsul em Miami, Bernardo Filler, falou pela manhã com a Defensora Pública de Valença, Daniela Lima, explicando que a procuração permitirá que o corpo seja embalsamado, enquanto se aguarda uma solução para o traslado. A irmã da vítima, Elisa-

beth Ferreira Vitalino, de 30 anos, foi aconselhada a não assinar o documento. Também sem recursos, a Prefeitura de Valença se prontificou apenas a fazer o traslado do corpo entre o Aeroporto do Rio de Janeiro Tom Jobim e a cidade de Valença e a custear o enterro. 'Vou esperar até amanhã, porque somos pobres. E, talvez, o caso chegando ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele se sensibilize e determine que o Consulado cubra as despesas', disse ela.

Elisabel, agora não é nem Elisabete, é Elisabel Aparecida, Bebel, como era conhecida em casa. Ela estava, há quatro anos, trabalhando como babá dos filhos de uma uruguaia, cuja família afirma se chamar Margarita.

Bebel deixou Valença, há quinze anos, para trabalhar como doméstica no Rio de Janeiro, São Paulo e Uruguai, onde conheceu Margarita.

Moraram nos Estados Unidos – era o sonho dela. Ela telefonava sempre e mandava dinheiro todos os meses. "A princípio, não acreditei que a minha filha estava morta", contou a mãe.

É mais um dos casos sobre os quais estamos, repetidas vezes, informando aqui nesta Comissão. Morre um brasileiro no exterior, e ninguém assume a responsabilidade pelo corpo dessa pessoa. O consulado brasileiro diz que não é ele que paga. A família, pobre, não tem condições.

Essa pessoa está, certamente, numa câmara mortuária em Miami Beach. Aguarda-se desde domingo, a decisão sobre quem vai ficar com o corpo: se vamos trazê-lo para o Brasil ou se vamos deixá-lo por lá.

Isso é um absurdo, Sr. Presidente! São raros os casos, não são muitos. Há cerca de dois meses, uma brasileira morreu ao tentar cruzar a fronteira do México com os Estados Unidos; dois meses depois, temos esse. Possivelmente, teremos dez casos por ano, casos extremos que precisam da intervenção do governo. Quando acontece uma coisa como essa, o consulado não pode dizer "Não é comigo! Não é minha responsabilidade!". O consulado representa o governo brasileiro, a quem cabe a proteção do cidadão brasileiro em qualquer lugar do mundo onde esteja.

Estou falando isso, Sr. Presidente, porque vivi intensamente viajando pelo mundo inteiro, e foram inúmeras as oportunidades em que precisei da autoridade constituída. E vou dizer ao senhor com a maior sinceridade: foram raras as vezes em que realmente fui atendido. Em uma delas, uma situação extremamente perigosa, fazia uma cobertura da guerra civil em El Salvador, e, para dizer a verdade, quem me tirou de El Salvador, onde estava ameaçado de morte,

foi um conjunto de diplomatas europeus, que, tentando proteger um outro repórter que também estava na mesma situação, acabou me levando para o aeroporto e colocando-me em segurança dentro de um avião.

Essas coisas precisam ser imediatamente vistas pelo governo, e casos como este aqui têm que ser solucionados com a maior brevidade. Só não podemos deixar uma família, no interior do Estado do Rio de Janeiro, sem saber o que vai acontecer com o corpo de seu ente querido, neste caso, de uma moça.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Diante das ponderações do Senador Hélio Costa, farei uma sugestão, pois acredito que haja um sentimento comum de apoio à solicitação de S. Ex^a.

Independentemente de providências que possam significar até mesmo a formulação de projeto de lei nesse sentido, dada urgência do caso, sugiro que aproveemos uma comunicação ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que, neste caso, assim como em outros, possa a autoridade consular brasileira dar o suporte que o Itamaraty considere necessário como um meio de atender essa brasileira e a sua família.

Então, se o Senador Hélio Costa achar adequado, pediria que a assessoria da Comissão, de pronto, tendo em vista a manifestação de V. Ex^a e com base nela, redija agora, com o seu auxílio, um breve ofício ao Ministro das Relações Exteriores.

Se isso for feito rapidamente, ao final desta reunião, a Comissão aprovará o ofício. Está bem assim?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pediria ao Sr. Jorge que fizesse os contatos necessários e obtivesse os dados imediatamente, porque, assim, providenciariamos e aprovaríamos o ofício ainda nesta reunião.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ótimo!

Insisto com essas proposições, Sr. Presidente, porque tive a oportunidade de, em uma de nossas reuniões aqui na Comissão de Relações Exteriores, relatar um fato que aconteceu comigo. Relatei-o em detalhes. Os telespectadores da **TV Senado** me escreveram, telefonaram e passaram inúmeros e-mails com relação ao caso que relatei aqui sobre uma pessoa que foi me procurar em Nova York e morreu. Aconteceu a mesma coisa, ficamos uma semana para decidir quem era o dono do corpo da pessoa que tinha falecido em Nova York.

Então, penso que a posição de V. Ex^a é uma resposta rápida e certa neste momento de crise em que certamente vamos atender a uma família que precisa, neste instante, do apoio do Governo e notadamente da nossa Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Na semana passada, esta Comissão aprovou, por unanimidade, o ofício encaminhado ao Sr. Sérgio Vieira de Melo, cumprimentando-o pela designação para representante da ONU no Iraque, onde já se encontra. Como formulamos uma proposta a S. Ex^a, gostaria de informar aos membros da Comissão, já o fiz no Plenário, que S. Ex^a encaminhou uma carta no dia 30 de maio último, agradecendo as palavras de apoio à sua designação e informando que se empenhará para que a presença das Nações Unidas possa mitigar o sofrimento da população iraquiana, contribuir para o desenvolvimento de instituições democráticas e para a promoção e o respeito dos direitos humanos, sem os quais não haverá paz e segurança naquele País.

“Tomei boa nota da sugestão de transpor para o Iraque o exemplo da experiência do Alasca, a qual levarei à consideração das instâncias decisórias que presentemente administram o Iraque (...)”

Diz ainda:

“Fico honrado com o convite formulado por esta Comissão para dialogar com ela, o qual aceitarei com muito gosto assim que os compromissos mais urgentes me permitirem.”

Então, quando o Sr. Sérgio Vieira de Melo puder, nós teremos a sua presença nesta Comissão.

Vamos passar ao primeiro item extrapauta, que requer a apresentação de voto de solidariedade para a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento. Trata-se de requerimento do Senador Roberto Saturnino.

Concedo a palavra Senadora Heloísa Helena para fazer a leitura do relatório.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo a ler o relatório.

Com fundamento nos artigos 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Roberto Saturnino requer voto de solidariedade para com a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, à morte por apedrejamento em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento.

Na justificação do requerimento, o Senador Roberto Saturnino narra parte da biografia de Amina Lawal de 31 anos, muçulmana e analfabeta. Criada para trabalhar em afazeres domésticos, casou-se aos 14 anos, como a grande maioria de jovens do interior da Nigéria. Desse primeiro casamento teve três filhos. Depois de ter-se divorciado, Amina manteve relações com o sobrinho de segundo grau do seu ex-marido. A sharia, ou lei islâmica, condena à morte as pessoas separadas e divorciadas que mantenham relações sexuais. O cumprimento da pena de Amina não deve ocorrer antes de janeiro de 2004 quando termina o período da amamentação.

O caso de Amina tornou-se mundialmente conhecido. Muitas pessoas, organizações não-governamentais e até alguns governos têm apelado ao governo da Nigéria para intervir na decisão do tribunal muçulmano.

Entende o Senador Roberto Saturnino que o Governo brasileiro e o Senado da República não podem ficar indiferentes a uma violação tão cabal de princípios basilares de direitos humanos.

Análise.

Vigente no Código Penal de 12 dos 18 Estados do norte da Nigéria, desde 1999, a sharia, ou lei islâmica, cujo livro referencial é o Corão...

Sr. Presidente, quero que isso seja retirado. Desculpem-me, mas eu não tinha visto. Muitas referências são feitas ao Corão, que não é um livro que prega essa violência que se espalha pelo senso comum. Nesse sentido, apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para que reescrevam assim: "A lei islâmica tem dividido o País." Retirem essa parte do texto que diz: "cujo livro referencial é o Corão."

A Lei islâmica tem dividido o país. Com uma população aproximada de 115 milhões de habitantes, que conta ainda com 250 etnias entre os grupos hauçá, ioruba, ibo e fulani, a Nigéria se vê confrontada com a polarização de sua sociedade, dividida entre islâmicos, com 47% da população, e cristãos, com 35%. Essa polarização já provocou quase cinco mil mortes nos últimos anos.

Embora a constituição federal proíba a introdução de uma religião oficial, os fortes estados nortistas de Zamfara, Sokoto e Níger têm realizado inúmeras tentativas para a aplicação da Sharia como lei fundamental.

No ano passado, a opinião pública mundial conseguiu uma grande vitória. O tribunal de apelações islâmico-nigeriano de Sokoto absolveu Safiya Hussaini Tungar-Tudu, condenada pela Sharia à ser apedreja-

da até a morte após ter sido acusada de adultério. A absolvição, porém, não impediu outro tribunal islâmico nigeriano do Estado de Katsina de condenar à morte Amina Lawal pelo mesmo crime. Amina foi denunciada e levada ao tribunal da pequena aldeia onde mora, tendo sido condenada, em março de 2002, sem o apoio de advogados.

Seu pedido de interposição de recurso foi rejeitado, em 19 de agosto do mesmo ano, pelo Tribunal Superior da Lei Islâmica. O coletivo de juízes declarou que o julgamento inicial foi conduzido corretamente e que o veredicto proferido é justo, nos termos da lei e do código penal. Os juízes decidiram ainda que, em conformidade com anterior decisão do tribunal de instância inferior, Amina Lawal não será executada até o desmame da pequena Wasiia, hoje com um ano e cinco meses, período que deve terminar em janeiro de 2004.

No dia 03 de junho de 2003, haverá – já houve – uma nova audiência ante o tribunal de apelação no estado. Se a condenação for confirmada, o caso chegará à Justiça comum. Apesar de não existirem antecedentes, tudo parece indicar que, nesse caso, ela poderia ser absolvida.

O Presidente nigeriano, que chegou ao poder há três anos, poderia, em último caso, lançar mão de uma lei que o permite perdoar um condenado à morte. O Presidente nigeriano Olusegun Obasanjo é cristão e atuou de forma ativa para a absolvição de Safiya Hussaini.

A porta-voz do Ministério de Assuntos Sociais da Mulher na Nigéria, Clara Obazele, criticou duramente a sentença proferida em agosto de 2002. Todos na Nigéria, segundo ela, esperavam que Amina fosse liberada da condenação anterior, denunciando que os tribunais islâmicos estão julgando unicamente Amina. Partindo do princípio de que uma mulher não pode ficar grávida sozinha, o porta-voz do Ministério da Mulher lançou, então, a pergunta: onde está o pai da criança?

Amina manteve relações sexuais com o sobrinho de segundo grau do ex-marido depois de ter-se divorciado. Durante o primeiro julgamento, ela reconheceu o que estava sendo utilizado como principal argumento da acusação. Por sua vez, jurou perante o Corão o contrário, o bastante para que se livrasse de qualquer culpa. Amina Lawal não conseguiu provar o contrário.

Em dezembro do ano passado, a posição de algumas candidatas à 52ª edição do Miss World de transformar o concurso numa campanha a favor de Amina Lawal levou a uma série de protestos de lide-

ranças islâmicas, resultando em graves confrontos e na inviabilidade da realização do evento.

A Anistia Internacional vem acompanhando de perto o caso, inclusive com a divulgação de um abaixo-assinado na Rede Mundial de Computadores. O Parlamento Europeu já aprovou a resolução sobre a violação dos direitos da pessoa humana na Nigéria e, em particular, dos direitos da mulher, tendo em vista o caso de Amina Lawal.

A sentença contra Amina foi proferida como uma lapidação, substantivo feminino que significa ato ou efeito de lapidar ou a oficina em que se lapidam pedras preciosas e, ainda, como sabemos, de acordo com o dicionário, um suplício que consistia em apedrejar o criminoso e, em sentido figurativo, educação e aperfeiçoamento.

É simplesmente inadmissível que essa seja a situação de mulheres que vivem na Nigéria, mulheres cujo crime foi fazer valer o direito humano à felicidade. Amina e sua filha Wasila merecem um futuro. Nada mais justo do que fazermos nossa parte.

Sr. Presidente, sei que esse não é o único caso no mundo. Sabemos que existem mulheres no nosso País que estão submetidas não à condição de serem julgadas institucionalmente por apedrejamento em um tribunal, mas a situações igualmente angustiantes, por outros tipos de apedrejamento, em função do moralismo farisaico estabelecido na sociedade. Milhares de mulheres passam por situação de dor e sofrimento tanto no Brasil como em outros países, mas é extremamente importante que aprovemos o requerimento do Senador Roberto Saturnino, para que possa ser enviado ao Presidente da Nigéria e ao tribunal islâmico de Futua, na Nigéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa)

Gostaria de cumprimentar a Senadora Heloísa Helena pela extrema sensibilidade com que relatou o requerimento do Senador Roberto Saturnino, que merece o apoio unânime desta Comissão.

Item 1: Mensagem 14/2003, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Osmar Vladimir Chohfi, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino de Espanha, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Príncipe de Andorra. A relatora é a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Peço ao Senador Antonio Carlos Magalhães a gentileza de ler o parecer da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Faço um apelo aos Senadores membros desta Comissão que compareçam ao plenário para que possamos ter **quorum** suficiente para a votação desta mensagem. Peço a gentileza da assessoria para chamar os Senadores, que, inclusive, já assinaram o livro, para estarem presentes.

Senador Antonio Carlos Magalhães, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A Senadora Patrícia Saboya Gomes relata o processo de indicação do Sr. Osmar Chohfi, que é um diplomata extremamente conhecido e de grande valor, Ministro de Primeira Classe, Embaixador na Espanha para, cumulativamente, exercer o cargo em Andorra.

A vida do diplomata é aqui relatada em minúcias e já foi, por esta Comissão, aprovado em outra oportunidade. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

A votação é nominal.

Vamos fazer a leitura do próximo, para que possamos votar em ambos.

Item 2: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. George Ney de Souza Fernandes para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República de Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena para ler o seu parecer.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nome do Sr. George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, já é do conhecimento desta Comissão, onde foi sabatinado para Embaixador da República do Zimbábue. Vem agora a sua indicação para, cumulativamente com este, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia.

Com uma carreira diplomática exemplar, tendo alcançado o posto de 3º Secretário em concurso em dezembro de 1978, 2º Secretário, em 1980 e, por merecimento, os cargos de 1º Secretário em dezembro de 1988, Conselheiro em 1996 e Ministro de Segunda Classe em dezembro de 2001.

Chamo a atenção aos serviços prestados pelo indicado no exterior. Na Guatemala, entre 1979 a

1982, 3º Secretário, 2º Secretário, encarregado dos serviços consulares, chefe do setor de promoção comercial e encarregado de negócios. Em Montevidéu, de 1982 a 1985; em Bucarest, de 1986 a 1988. No Vaticano, como 1º Secretário e chefe do setor de administração. Em Kinshasa, encarregado de negócios. Em Santiago: 1º Secretário; conselheiro; encarregado de negócios; chefe do setor de administração e chefe do setor de promoção comercial. Em Havana, conselheiro e chefe do setor econômico.

O indicado, já em 1979, participou, como delegado, da 6ª Assembléia Anual de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento, na Costa do Marfim. Em praticamente todos os postos diplomáticos, teve a oportunidade de atuar na área de promoção comercial ou como encarregado de negócios e, mais recentemente, na chefia de um setor econômico da Embaixada.

A pressão popular contribuiu para a constituição de uma democracia multipartidária, rompendo o ciclo unipartidário e representado pela UNIP – União pela Independência Nacional, que esteve no poder na Zâmbia entre 1964 e 1991. É desta data, agosto de 1991, que se renova a Constituição do País, tendo sido emendada em 1996. As relações bilaterais são pouco expressivas. Todavia, a reaproximação do Brasil com os países da África voltou a ser uma prioridade do novo Governo.

Sendo a recriação da divisão da África uma demonstração desse fato, julgamos que o indicado possui todas as condições de exercer cumulativamente os cargos supramencionados, Sr. Presidente. É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem comparecer à urna.

Os itens terminativos 3 e 4 não podem ser votados porque a pauta está trancada.

Relativamente ao projeto de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a prestação de serviços alternativos ao serviço militar obrigatório, houve entendimento, em uma das reuniões anteriores, segundo o qual o projeto do Senador Antonio Carlos poderia ser apreciado conjuntamente. Foi entendimento entre ambos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A PEC, sendo mais ampla, abrigaria o projeto

do Senador Pedro Simon. Isso ficou resolvido há quinze dias nesta Comissão, e o Senador Luiz Otávio daria parecer nesse sentido. É o que ficou, mais ou menos, resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem. É o entendimento do Senador Pedro Simon. Quando voltar à pauta, esse entendimento poderá ser levado em consideração.

Item 5: Projeto de decreto legislativo que regula o controle externo da atividade de inteligência, prevista no art. 6º, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência – Abin, de minha autoria. O Relator é o Senador Marcelo Crivella. Designo o Senador Hélio Costa como Relator **ad hoc**.

Lembro que há um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados relativamente a esse assunto. Quem sabe, como Relator **ad hoc**, o Senador Hélio Costa possa sugerir o sobrestamento da matéria já que...

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Caso contrário, vou pedir vista. Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Eu já ia pedir vista da matéria, até porque tanto V. Ex^a como eu, na condição de Líderes da Minoria, já acompanhamos esse debate. Penso que a sugestão de V. Ex^a é até melhor do que fazer o pedido de vista agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Certo. Então, tem a palavra o Senador Hélio Costa como Relator **ad hoc**.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a quer que eu leia o relatório ou peça o sobrestamento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se V. Ex^a achar adequado, pode pedir o sobrestamento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sem dúvida. Pedimos, então, o sobrestamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O parecer de V. Ex^a conclui pelo sobrestamento. Peço, então, que leia a conclusão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, considerando que a matéria sob apreciação foi *exaustivamente examinada nos órgãos competentes de ambas as Casas do Congresso Nacional – inclusive pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência* –, que concluíram pela procedência do seu disciplinamento por projeto de resolução, em vez do presente projeto de decreto legislativo e recomen-

dando a economia processual que não se dê tramitação paralela a ambas as proposições, opino pelo sobrestamento deste projeto de decreto legislativo, até que o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 8, de 2001, seja votado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Portanto, fica indicado o sobrestamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Peço a V. Ex^{as} que compareçam à urna de votação. Em instantes, leremos a carta proposta pelo Senador Hélio Costa, relativamente à brasileira que faleceu no exterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa, já está pronta a carta? (Pausa)

Enquanto aguardamos a conclusão da votação, peço ao Senador Hélio Costa que faça a leitura da carta, dirigida ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Reitero o apelo aos Srs. Senadores, inclusive àqueles que já assinaram sua presença hoje, para que aqui compareçam imediatamente, a fim de exercerem o seu direito de voto no que diz respeito aos dois Embaixadores indicados.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, diz o texto da carta ao Exm^o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim:

“Sr. Ministro,

Tendo em vista o assassinato da cidadã brasileira Elisabel Aparecida Ferreira Vitalino, ocorrido em Miami, no último dia 1º de junho, vimos solicitar que sejam envidados urgentes esforços no sentido de resolver os trâmites burocráticos e o necessário suporte assistencial e financeiro para o traslado do seu corpo dos Estados Unidos para o Brasil, dadas as notórias carências de sua família.

Trata-se de dever humanitário do qual o Estado brasileiro não pode eximir-se, agravado pela urgência e pela excepcionalidade do lamentável fato.

Na certeza de contar com a atenção de V. Ex^a, subscrevemo-nos atenciosamente,

Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.”

É esse o texto.

Informo também que esse é o desejo da família, Sr. Presidente, se me permite dizer, expresso em diversas publicações nos jornais de anteontem e hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo a que todos nós, membros desta Comissão, assinemos este ofício ao Ministro das Relações Exteriores permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado unanimemente pela Comissão.

Eu peço a todos os Srs. Senadores que assinem a carta também, juntamente com o Senador Hélio Costa.

Eu reitero o apelo aos Srs. Senadores para que compareçam à reunião. Os Srs. Senadores que já votaram podem se ausentar para outras atividades.

A Comissão de Relações Exteriores permanece em aberto até o comparecimento de, pelo menos, quatro Srs. Senadores, que inclusive já assinaram. Só falta votarem. Apelo a V. Ex^{as} para que compareçam. (Pausa)

Tendo completado o **quorum**, convido a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Antero Paes de Barros para procederem à apuração dos votos. Há dois indicados para, cumulativamente, exercerem a função de Embaixador.

(Procede-se à apuração.)

O Sr. Osmar Wladimir Chohfi, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino de Espanha e ao Principado de Andorra, e o Sr. George Ney de Souza Fernandes, indicado para exercer, cumulativamente, o cargo de Embaixador em Zâmbia e na República do Zimbábue, receberam ambos 11 votos favoráveis. Aprovadas, pois, as indicações.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h55min.)

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA
LEGISLATURA DA COMISSÃO DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL, REALIZADA NO DIA DOZE DE
JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS
DEZ HORAS.

Às dez horas do dia doze de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador MARCELO CRIVELLA, em exercício, reúne-se a Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores JOÃO CAPIBERIBE, FERNANDO BEZERRA, TIÃO VIANNA, DUCIOMAR COSTA, AELTON FREITAS, GILBERTO MESTRINHO, JOÃO ALBERTO SOUZA, LUIZ OTÁVIO, HÉLIO COSTA, PEDRO SIMON, VALDIR RAUPP, JUVÊNCIO DA FONSECA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, JOSÉ AGRIPINO, MARCO MACIEL, EDISON LOBÃO, RODOLPHO TOURINHO, ARTHUR VIRGÍLIO, EDUARDO AZEREDO, ANTERO PAES DE BARROS, TASSO JEREISSATI, JEFFERSON PERES e as Senhoras Senadoras FÁTIMA CLEIDE, LÚCIA VÂNIA E PATRÍCIA SABOYA GOMES. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão, justificando ausência o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e comunica a realização de reunião extraordinária na próxima terça-feira, dia dezessete de junho, às dezessete horas. A seguir, concede a palavra ao Embaixador JOSÉ AUGUSTO DE MÉDICIS, Secretário Executivo dos Países da Língua Portuguesa – CPLP, que tece cumprimentos à Comissão. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente coloca em discussão e votação, extra-pauta, o Requerimento nº 16 – 2003/CRE, de autoria do Senhor Senador JEFFERSON PÉRES, solicitando a realização de audiência pública com a presença da Embaixadora dos Estados Unidos Mexicanos, Senhora CECÍLIA SOTO GONZALEZ, para prestar esclarecimentos à Comissão acerca dos impactos econômicos e sociais da adesão de seu País ao acordo de livre comércio da América do Norte (NAFTA). Não havendo quem queira discutir, o Requerimento foi aprovado. Item quatro: Requerimento nº 06 – 2003/CRE, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, que requer a criação no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de subcomissão permanente com a denominação de SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, com a incumbência de opinar e promover estudos concernentes ao desenvolvimento estratégico da Região Amazônica, as implicações decorrentes da localização da Amazônia na área de fronteiras, comércio externo relacionados à Zona Franca de Manaus, reservas indígenas e áreas de segurança, incluindo vigilância aérea, terrestre e fluvial, a delimitação da prospecção mineral, bem como questões relacionadas à fauna, à piscicultura e à aquicultura. Discutiram a matéria os Senhores

JEFFERSON PERES e PEDRO SIMON. O requerimento foi aprovado. Item um da Pauta-Extra: Requerimento nº 358 – 2003, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado, voto de louvor pela canonização, pelo Papa João Paulo II, da irmã amazonense Madre Maria de Mattias, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo. O Senador MARCO MACIEL procede à leitura do seu parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o requerimento foi aprovado. Item um: Mensagem (SF) nº 120, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor ANTÔNIO PAES DE ANDRADE para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa. O Senhor Senador ARTHUR VIRGÍLIO procede à leitura do seu relatório. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores PEDRO SIMON, TASSO JEREISSATI, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, JOSÉ AGRIPINO, EDISON LOBÃO, JOÃO ALBERTO SOUZA, RENAN CALHEIROS e a Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES. Após a votação, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador JOÃO ALBERTO SOUZA para servir como escrutinador. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação do indicado por dezessete votos. Os demais itens da Pauta e os constantes da Pauta-Extra são adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 12 horas e 8 minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Marcelo Crivella**, Presidente em Exercício.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA DOZE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Cumpre-me avisar que o Presidente da Comissão está em missão no exterior. Portanto, hoje a nossa reunião será presidida por mim, o Vice-Presidente.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa)

Passemos agora à apreciação da nossa pauta.

Eu gostaria de dar conhecimento a nossa Comissão de que recebemos um convite da Deputada Zulaiê Cobra para participar da assembléia geral que se realizará no próximo dia 24, às 11h, no plenário da Câmara dos Deputados, que tem por finalidade promover, dentro da Semana Nacional Antidrogas, a assinatura de um protocolo entre o Congresso Nacional, o Ministério da Defesa e a Secretaria Nacional Antidrogas para a formação, no âmbito da Marinha, Exército e Aeronáutica, de agentes multiplicadores em prevenção ao uso indevido das drogas.

Eu gostaria também de dar conhecimento a nossa Comissão de que faremos, na semana que vem, terça-feira, às 17h e 30min, uma reunião extraordinária, para sabatinar o Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe, que está sendo indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.

Eu gostaria, também, de dar conhecimento a nossa Comissão de um relatório da Primeira Missão Empresarial Brasil-Rússia. Se algum dos membros desta Comissão desejar, temos cópias para serem distribuídas.

Veio para a nossa Comissão, por ordem do Sr. Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, um resumo das negociações com a Alca.

Eu gostaria, também, de fazer um convite a meu nobre amigo Embaixador João Carlos de Sousa Gomes, que é Chefe da Secretaria de Relações com o Congresso Nacional, com o Senado Federal, para que fizesse parte da Mesa.

Tenho uma grande gratidão por V. Ex^a, Embaixador, por todo o apoio que tem dado a esta Comissão, nos inúmeros trabalhos e solicitações que temos feito a V. Ex^a.

Convido o Embaixador Secretário Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que hoje se encontra conosco, em nossa Comissão, para que venha e faça uma brevíssima apresentação desse importantíssimo trabalho que tem realizado em Lisboa – tive oportunidade de visitá-lo –, lutando com poucos recursos, para fortalecer essa comunidade dos países que falam a língua portuguesa.

Concedo a palavra agora ao nosso nobre Embaixador.

O SR. JOÃO AUGUSTO DE MÉDICIS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Como combinamos, serei extremamente breve.

Tenho uma certa familiaridade com esta Comissão, porque por ela fui argüido quatro vezes, quando indicado Embaixador no Quênia, na Polônia, na China e no Chile, e também por ter exercido a função que hoje é tão bem exercida pelo Embaixador Sousa Gomes, nas relações entre o Itamaraty e o Congresso Nacional, por um período de quase quatro anos. De modo que me sinto em casa nesta Comissão, se me permitem os Srs. Senadores que assim me sintam.

Venho aqui muito rapidamente. Eu não poderia passar por Brasília sem visitar o Senado da República e sem visitar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para exprimir e expressar o respeito que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa tem pelos órgãos legislativos e a expectativa de uma colaboração sempre crescente entre a nossa comunidade e os órgãos legislativos dos países que a compõem.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa reúne os oito países de língua portuguesa espalhados pelos quatro continentes – o Brasil, nas Américas, Portugal, na Europa, os cinco países africanos, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau, e, agora, o mais jovem membro da nossa comunidade, o Timor, na Ásia. Atualmente somos um grupo que representa 220 milhões de falantes de português pelo mundo afora e temos a importante missão de lembrar que o português é hoje a terceira língua ocidental mais falada no mundo, logo depois do inglês e do espanhol, o que confere ao nosso idioma uma importância singular. Fala-se, hoje em dia, mais português que francês no mundo.

A Comunidade tem três funções básicas: a difusão e a consolidação da língua portuguesa; a coordenação e política entre os estados-membros; um programa de cooperação técnica entre os países.

Esperamos contar com o apoio do Parlamento brasileiro, como, aliás, temos sempre contado, para poder levar adiante a nossa missão.

Em nome da nossa Comunidade, apresento homenagem de respeito ao Parlamento do Brasil nesta breve passagem pela Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Agradecemos ao Embaixador João Augusto de Médicis a participação. S. Ex^a tem feito um trabalho realmente extraordinário em Lisboa, Portugal. Repito que tive oportunidade de visitá-lo, quando fui a Portugal com a

Comissão tratar do problema dos brasileiros que estão em dificuldades por causa da nova Lei de Imigração de Portugal.

O Sr. Embaixador nos fornece alguns documentos. Entre eles, encontra-se a 4ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada nos dias 31 de julho a 1º de agosto de 2002. Se os senhores membros da Comissão desejarem, poderemos passá-los às mãos de S. Ex^{as}.

Mais uma vez, agradeço ao Sr. Embaixador.

Informo à Comissão que o Senador Duciomar Costa entregou-nos um relatório muito minucioso da visita que fizemos a Portugal para tratar do problema dos brasileiros naquele país. Se os senhores membros desta Comissão desejarem cópia, a Presidência poderá fornecer.

Enquanto aguardamos a chegada do relator do item principal da pauta – a nomeação do Embaixador em Portugal –, passo à votação de requerimento de autoria do Senador Jefferson Péres visando à realização de audiência pública com a Sr^a Embaixadora dos Estados Unidos Mexicanos, com a finalidade de prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca dos impactos econômicos e sociais da adesão do seu país ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte – Nafta.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece-me de grande importância ouvirmos a representante do México em nosso País. Retifico o requerimento feito pela minha assessoria, pois dele consta que estamos a convidá-la para “prestar esclarecimentos”, mas penso que seria mais próprio dizer “fazer um relato” a esta Comissão sobre os dez anos de experiência do México, desde sua adesão à Nafta, associação de livre comércio com dois países ricos – Estados Unidos e Canadá. Pretendemos saber os efeitos negativos e positivos dessa adesão, o que nos será muito útil, pois nos servirá de subsídio neste momento em que se debate o ingresso ou não do Brasil na Alca.

Tive o cuidado de saber antes se a Embaixadora Cecília Soto poderia comparecer, e notei que S. Ex^a demonstrou entusiasmo e virá tão logo o convite seja formalizado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Esta Comissão considera oportuno e de extrema importância para o nosso País o convite proposto por V. Ex^a.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O requerimento do Senador Jefferson Peres será encaminhado à Mesa Diretora desta Casa.

Passemos à apreciação do item nº 1 da pauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, apesar de haver chegado atrasado e, em decorrência disso, ter o mínimo de autoridade para solicitar isso a V. Ex^a, e apesar de ter pelo Embaixador Antônio Paes de Andrade um afeto pessoal muito profundo, até familiar, gostaria, ainda assim, de solicitar a inversão da pauta em razão de dois requerimentos muito simples que, acredito, serão aprovados unanimemente. O primeiro deles cria a Subcomissão Permanente da Amazônia, e o outro trata de uma conterrânea minha e do Senador Jefferson Péres canonizada recentemente pelo Papa João Paulo II. Creio que, em dois minutos, aprovaremos os requerimentos, pois não são matérias polêmicas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – A Presidência acata o pedido. Faremos da maneira como V. Ex^a solicitou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – **Item nº 4.** Requerimento nº 6, de 2003, que passo a ler:

“Nos termos do art. 73 do Regimento Interno, requer a criação, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de subcomissão permanente com a denominação de Subcomissão da Amazônia, com a incumbência de opinar e promover estudos concernentes ao desenvolvimento estratégico da Região Amazônica, às implicações decorrentes da localização da Amazônia na área de fronteira, ao comércio externo relacionado à Zona Franca de Manaus, às reservas indígenas e áreas de segurança, incluindo vigilância aérea, terrestre e fluvial, à delimitação da prospecção mineral, bem como questões relacionadas à fauna, à piscicultura e à aquicultura.”

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, qualquer brasileiro que não tenha uma posição muito clara acerca da importância da Região Amazônica padece, a meu ver, de grave processo de alienação política. Ao integrá-la, ao desenvolvê-la, ao montar um poderoso esquema militar defensivo na

região, nossa última fronteira de desenvolvimento econômico, sem a qual o Brasil não terá futuro brilhante, estaremos concedendo à Amazônia a mesma importância que lhe concedem os estrangeiros que a admiram e, sobretudo, os que a cobiçam. Esse é o espírito que me leva à idéia da criação da Subcomissão Permanente da Amazônia.

Possuímos algo que será tão relevante no século XXI quanto o petróleo no século XX: a água. Possuímos a biodiversidade, a cobertura florestal, os recursos minerais, enfim, toda uma perspectiva que propiciará desenvolvimento econômico de norte a sul do País ou, então, dissabores, levando-nos a situações de conflito que podem ser evitadas por meio de políticas públicas elaboradas a partir de agora. Vejo como fundamental a participação do Senado Federal nesse processo.

Entendo que campanha eleitoral se faz de maneira simbólica. Ou se começa pelo Sul, como muitos já fizeram, ou se começa pelo extremo Norte, como Getúlio Vargas fez certa vez, pelo Acre. E para mim é muito emblemático, forte e expressivo que o Senador Pedro Simon seja tão solidário à minha região, sendo ele do outro extremo. Isso mostra que a tese que defendo é, quem sabe, aquela que o Brasil precisa assimilar: a idéia de que a importância é nacional. Não sou paroquial, não sou provinciano quando falo da Amazônia. Ao contrário, sou um homem do mundo, sou brasileiro quando falo da Amazônia.

Queria o mesmo ardor de outros parlamentares, a exemplo do Senador Pedro Simon, ardor comparável ao dos Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho, ardor comparável ao meu, na hora em que propomos algo de interesse do Brasil. E, claro, é de interesse da minha região, do meu Estado, do meu povo, mas é também de interesse do Brasil. Por isso, a proposta para a criação da Subcomissão Permanente da Amazônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, só tenho que louvar a iniciativa do Senador Arthur Virgílio – e já disse isso há pouco à **TV Amazonas**. E vou repetir o que eu disse anteontem ao Presidente do BNDES em debate na Comissão de Assuntos Econômicos: seja qual for o destino do Brasil, creio que, no futuro, a medida do êxito ou do fracasso da civilização brasileira será o que tivermos feito da Amazônia – e eu incluiria aí também o Nordeste.

Além das razões já expostas pelo Senador Arthur Virgílio para justificar a criação dessa Subcomissão, eu incluiria mais uma, já que esta Comissão é de Defesa e de Relações Exteriores: a Subcomissão terá de acompanhar de perto a execução do Tratado de Cooperação Amazônica, que tem 25 anos e só em dezembro do ano passado teve instalada a sua Secretaria Executiva aqui em Brasília.

De forma que só me resta congratular-me com V. Ex^a pela iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Será encaminhada a proposta.

Lembramos que a Subcomissão e a Presidência desta Comissão terão o cuidado de fazer com que ela seja composta proporcionalmente, como disse o Senador Arthur Virgílio, do Rio Grande do Sul ao extremo Norte do nosso País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas eu estava ali felicitando o Senador e dizendo-lhe que, nos tempos em que S. Ex^a era Senador, nunca o vi tão alegre como o tenho visto ultimamente. Eu até estranho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Uma alegria aliviada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Uma alegria impressionante, maior do que quando S. Ex^a estava aqui, na labuta no Senado.

Quero felicitar o Senador Arthur Virgílio. Essa é uma das medidas mais importantes que vamos adotar, como diz o nobre Senador Jefferson Péres. Ela já devia ter sido tomada há mais tempo.

Será uma Subcomissão que, ao lado do Senado e de todos nós, terá a obrigação de olhar essa questão. Até estranho que a imprensa, que o Parlamento, que os Governos, o atual e o passado, não dêem importância a essa questão. Ela está sendo apresentada aí. Há escolas nos Estados Unidos que mostram o mapa da América – já mostrei aqui na Comissão – com o Brasil sem a Amazônia. A Amazônia é tida como uma espécie de Antártida, território e patrimônio da humanidade.

E isso, como diz o Senador Arthur Virgílio, é mais grave do que o problema do Iraque. A guerra do Iraque foi um problema absurdo, violento. Mas tinha a oposição da humanidade. Tinha a oposição do povo da Inglaterra, dos governos francês, alemão, russo e chinês. A imensa maioria era contra. Mas, hoje, quan-

do se analisa a questão da internacionalização da Amazônia, a imensa maioria é a favor. Estamos praticamente isolados nessa posição. É claro que isso é uma meta, está em um dos itens dos interesses internacionais. Hoje é o petróleo, mas todos sabem que a água é um dos dramáticos problemas iminentes. O petróleo ainda tem sucedâneo. A água, ao que se sabia, não.

Então, temos que nos preparar. O mínimo que devemos fazer é pedir que parem. Eles fizeram alguma coisa, eles lutaram.

Por isso, acredito que não só devemos ser solidários, aprovando o projeto, mas deveríamos, nós, Senado, V. Ex^a, como Presidente, o Presidente José Sarney, a instituição, como um todo, dar força total a ele.

Sou totalmente solidário à aprovação dessa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon.

Vamos colocar em discussão e votação o Requerimento nº 358. Um voto de louvor pela canonização, pelo Papa João Paulo II, da irmã amazonense Madre Maria de Mattias, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo.

O autor é o Senador Arthur Virgílio; o Relator, o Senador Marco Maciel, que está chegando ao plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, para relatar o presente requerimento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve.

A proposição que tenho a honra de relatar é oriunda de requerimento do nobre Líder, Senador Arthur Virgílio, e sugere que esta Casa do Congresso Nacional, de acordo com o art. 222 do Regimento Interno, aprove voto de louvor pela canonização, pelo Papa João Paulo II, da Madre Maria de Mattias, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo.

O requerimento solicita ainda que o voto de louvor seja comunicado à Ordem, em Manaus, Estado do Amazonas, e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB. Eu até acrescentaria que fosse levado ao conhecimento do Núncio Apostólico do Vaticano no Brasil.

Acredito, Sr. Presidente, dispensável produzir muitos argumentos a respeito da oportunidade desta proposição, visto ser uma santa que tinha sido já beatificada por Pio IX, em 1866, o que foi respaldado pelo posterior reconhecimento da santificação pelo Papa João Paulo II. Daí por que, sem delongas, acredito que o requerimento, tendo atendido os pressupostos

de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, deva merecer a aprovação deste colegiado.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 1.

Eu gostaria de pedir ao nobre Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, que conduzisse ao nosso plenário o Sr. Antônio Paes de Andrade, para que possa ser ouvido e sabatinado na nossa Comissão. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, para relatar a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Senadores, Dr. Paes de Andrade, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Antônio Paes de Andrade para exercer o cargo de Embaixador junto à República Portuguesa.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do indicado.

Segundo o referido documento, o Sr. Antônio Paes de Andrade, filho de José Alves de Castro e Raimunda Paes de Andrade, nasceu em 18 de maio de 1927, em Mombaça, Ceará. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro e professor da Universidade Estadual do Ceará.

Com intensa atuação parlamentar desde 1951, por ocasião do seu primeiro mandato como Deputado Estadual no Ceará, Antônio Paes de Andrade exerceu funções de relevância em sua vida pública.

A partir daquela primeira atuação no Parlamento, e nos sucessivos mandatos, ocupou posições de destaque, entre as quais a Presidência Nacional do PMDB e a Liderança do Partido Social Democrata, o extinto PSD.

Chegou a Presidente da Câmara dos Deputados, condição em virtude da qual substituiu o Excelentíssimo Senhor Presidente da República nas diversas ocasiões em que o Chefe do Governo se ausentou do País.

Além de Deputado Federal e Estadual, desempenhou cargos no primeiro escalão do Poder Executivo cearense.

O Deputado Paes de Andrade atuou também em missões parlamentares no exterior, participando de viagens de estudo sobre o voto distrital, a anistia internacional e os direitos humanos, a convite dos governos dos Estados Unidos e da Alemanha. Foi representante do Governo do Ceará no Congresso Pan-Luso-Filipino de Municípios, realizado em Lisboa, em 1959. Representou, ainda, a Câmara dos Deputados junto a conferências internacionais, entre as quais a da União Interparlamentar, que reúne treze países e tem suas deliberações incluídas na pauta dos trabalhos da ONU.

O indicado foi agraciado com as seguintes condecorações, todas muito justas: Ordem do Congresso Nacional – Grande Oficial; Ordem do Congresso Nacional – Chanceler; Ordem Mexicana da Águia Asteca; Ordem do Mérito do Trabalhador, do Tribunal Superior do Trabalho; Medalha da Inconfidência; Ordem do Mérito de Brasília – Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco; Ordem do Mérito das Forças Armadas – Grã-Cruz; Medalha do Imperador D. Pedro II; Ordem do Mérito Aeronáutico; Medalha do Mérito Mauá; Medalha do Mérito Tamandaré; Ordem do Mérito Judiciário Militar, do Superior Tribunal Militar, e Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais.

Consta, além do **curriculum vitae** que acabamos de relatar, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, referente às relações entre o Brasil e Portugal. Segundo o relatório do Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1995, as relações entre Brasil e Portugal experimentaram extraordinária intensificação do diálogo político e do intercâmbio econômico, alcançando um dos momentos mais positivos de sua história. O relacionamento bilateral caracteriza-se, hoje, por uma agenda densa, diversificada e moderna, que vai muito além de seus fundamentos tradicionais, como a amizade e os vínculos históricos, étnicos, culturais e lingüísticos.

Entre os temas da nova agenda, o documento do Ministério indica: temas políticos, como a realização periódica das Cimeiras; coordenação em temas internacionais de interesse comum; assinatura do Tratado de Amizade, Consulta e Cooperação; temas econômicos, como o aumento expressivo dos investimentos portugueses no País, o desenvolvimento de importantes projetos conjuntos em áreas como telecomunicações, concessões de rodovias e implantação de **shopping centers** e hipermercados; temas regionais, negociações do Mercosul e da União Euro-

péia, e temas culturais, forte participação do Governo português nas comemorações do V Centenário do descobrimento do Brasil e estratégias comuns de difusão da língua portuguesa.

O texto ressalta ainda a importância do projeto de implantação e aprofundamento da comunidade dos países de Língua Portuguesa, operação diplomática, com objetivo de longo prazo, que vem sendo conduzida por Brasil e Portugal.

Convém destacar, ademais, a consciência do lado português da importância estratégica crescente, que representa o estabelecimento de uma sólida parceria com o Brasil. Essa dimensão, afirma o relatório, constitui elemento dinamizador da vertente transatlântica da política externa portuguesa, que define a relação com o Brasil como prioridade política econômica. Nesse sentido, o Brasil constitui destino preferencial da maior parte dos investimentos portugueses no exterior, com potencial projeção sobre o espaço econômico do Mercosul, onde a presença ibérica tem se tornado cada vez mais intensa.

No que concerne aos problemas de residentes brasileiros em Portugal, em especial no caso de profissionais liberais brasileiros que atuam naquele País, a maioria das questões foi solucionada com a assinatura, em 2000, do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal. O referido Tratado prevê, expressamente em seu art. 12, que os brasileiros em Portugal e os portugueses no Brasil, beneficiários do Estatuto da Igualdade, gozarão dos mesmos direitos e estarão sujeitos aos mesmos deveres dos nacionais desses Estados. O art 46, por sua vez, dispõe que os nacionais de uma das partes contratantes poderão aceder a uma profissão e exercê-la no território da outra parte contratante em condições idênticas às exigidas aos nacionais dessa última. O Tratado prevê inclusive a equiparação, para efeito de exercício profissional, de nacionais brasileiros portadores de diploma de curso superior a nacionais dos demais países da União Européia. Esse benefício estende-se no Brasil a nacionais portugueses, aos quais se conferem as prerrogativas outorgadas a profissionais oriundos dos outros países do Mercosul.

Finalmente, importante chamar a atenção para a situação dos nacionais brasileiros que se encontram em situação irregular em Portugal, situação essa que se vem deteriorando, informa o relatório, desde a entrada em vigor, em 12 de março último, da nova lei de migração portuguesa. Hoje, há 7 mil brasileiros irregulares naquele país. Em 2002, dos 3.637 estrangeiros que tiveram sua entrada em Portugal denegada, 1.827 eram brasileiros.

Buscando impedir uma possível deterioração do quadro que ora se esboça de dificuldades para permanência de nacionais brasileiros não legalizados em Portugal, e o acesso de brasileiros àquele país, nosso Governo vem transmitindo ao Governo português sua preocupação ante o indesejável estado das coisas, tendo alertado para o perigoso potencial de dano para o bom relacionamento entre os dois países que essa situação representa.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Quero, no entanto, destacar que a participação de Paes de Andrade na vida política brasileira representa uma expressiva contribuição para o aperfeiçoamento das instituições, S. Ex^a que, desde a primeira hora em que o País viveu sob regime discricionário, soube com veemência altear a voz em pregação firme pelo restabelecimento da ordem democrática. Seu livro, **O Itinerário da Violência**, editado em 1978, é um documento expressivo sobre esse episódio, com relato e a condenação dos desvios que então foram praticados na terra brasileira.

Aliás, como escritor de bom texto, Paes de Andrade legou aos estudiosos uma alentada obra intitulada **História Constitucional do Brasil** escrita em parceria com o Professor Paulo Bonavides, também do Ceará, livro já em 4^a edição e adotado por diversas universidades do País. Parece paradoxal, mas não é.

Amigos de Paes de Andrade e eu, inicialmente por herança de meu pai, Senador Arthur Virgílio Filho, testemunhamos sua bravura nas lutas por liberdade. Depois fui seu colega de Câmara e de Congresso. Enfrentamos juntos o arbítrio, convivemos fraternalmente, consolidamos e renovamos a amizade por mim herdada. Por essa forte relação com o indicado, poderia de alguns sobrevir a idéia de suspeição, de falta de isenção. Nada mais equivocado. Justamente por conhecer o político, o homem, o constitucionalista ilustre, sou levado a opinar, com segurança, sobre o seu futuro desempenho à frente da Embaixada do Brasil em Lisboa. Tendo sido seu adversário político no Brasil e no seu Estado de tão longa militância, o Ceará, esse conjunto de divergências não me impediria jamais de manter a ligação pessoal e familiar. Cada um de nós dois procurou o tempo inteiro cumprir os seus deveres políticos preservando o velho sentimento que as vicissitudes do autoritarismo fizeram brotar.

Discursava meu pai às vésperas da decretação do Ato Institucional nº 5, e Paes solicita-lhe um aparte. “Não lhe concedo a vós, Deputado, e lhe peço

para sair do meu requerimento” – sentenciou o Líder da Oposição à ditadura que as ruas questionavam e punham em cheque. Terminado o discurso, Paes pergunta a Virgílio: “Arthur, o que houve? Por que não me concedeu o aparte? Que história de requerimento é essa?” Resposta de meu pai: “É que o meu discurso foi um requerimento de cassação e não tinha por que você entrar nele”.

Assim era Arthur e assim é Paes de Andrade. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Esta Casa vive um momento muito importante hoje, que emociona ao relator e a todos.

Ainda que um neófito na vida política, eu me permiti fazer uma brincadeira com o nosso indicado. Eu disse: “Depois da leitura do relator, V. Ex^a terá três minutos para expor suas considerações”. S. Ex^a disse-me: “De jeito nenhum”.

Concedo a palavra a V. Ex^a, pedindo desculpas pela brincadeira. V. Ex^a tem todo o tempo para expor a sua alma diante desta Comissão.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Sr^s e Srs. Senadores, antes de mais nada, digo que, com Arthur Virgílio, tivemos encontros e desencontros. Bravo Senador Arthur Virgílio, o que eu poderia dizer é que V. Ex^a faz tudo aquilo que lhe parece certo, com a chama inapagável de entusiasmo. O seu relato sobre o seu pai, grande tribuno desta Casa, que deixou o exemplo de bravura cívica inexcusável, porque contestou, aberta e ostensivamente, o regime discricionário, foi claro – e foi assim mesmo. É bom lembrar o episódio, pois faz bem ao meu coração.

Eu entrava numa reunião do Congresso Nacional. Silêncio. Arthur Virgílio estava na tribuna. Nenhum aparte. Eu fui me encaminhando ao microfone. Quando cheguei ao pé do microfone, S. Ex^a só fazia gesto. Não me concedeu o aparte. Como o Senador Arthur Virgílio disse, fui para o pé da tribuna e, quando S. Ex^a descia, disse: “Pensamos numa mesma linha de sintonia. Você contesta o regime discricionário e eu não faço outra coisa. Estamos na mesma prática política. Temos o mesmo destino. Por que você não me concedeu um aparte, Arthur?” Ele disse: “Eu não estava fazendo um discurso. Eu estava requerendo a minha cassação e você queria entrar no meu requerimento. Não.” Abraçou-me – e senti que estava realmente tomado por uma violenta emoção – e me disse: “Eu não deixaria nunca você entrar no meu requerimento e requerer também a sua cassação. Aliás, você vive requerendo, diariamente, na tribuna da Câ-

mara dos Deputados, a sua cassação. O Afonso Arinos já não está entre nós. Companheiros importantes estão exilados. Você precisa ficar aqui para desdobrar e continuar essa luta contra o regime que degrada as instituições livres e oprime o povo". Naquele instante, lembrei-me de um verso primoroso que expressava o meu sentimento: "Estamos sempre a nos despedir, não partindo nunca". Só que o Arthur Virgílio estava se despedindo e partindo. Em 27 de fevereiro, foi alcançado pelo AI-5, arrancado da vida pública pela brutalidade da força. Deixou, sim, o exemplo vivo da resistência e da coragem cívica para as gerações atuais e para as porvindouras, Arthur.

Não se agradece um parecer. Contudo, V. Ex^a toca o recesso da minha alma. E há algo importante que quero dizer. Antes de fazer a minha exposição – e não posso declinar desse dever –, rendo uma homenagem ao meu professor de Direito Civil, Dr. Santiago Dantas, e a outro professor, Dr. Afonso Arinos de Melo Franco. Recebi lições de civismo, fortaleci a minha alma para os grandes embates. Santiago Dantas e Afonso Arinos de Melo Franco, os dois se encontraram comigo porque o destino abreviou o tempo para esse encontro. Saí dos bancos da universidade para, em curto espaço de tempo, chegar a esta Casa e encontrar-me com meus professores.

Chanceler Santiago Dantas foi indiscutivelmente o grande Ministro das Relações Exteriores. Na Conferência de Punta del Este, lá estava, e aprovou por unanimidade a sua proposta de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, proposta de repúdio à corrida armamentista, de repúdio à guerra, de consagração à paz.

Essa colocação é importante para mim. Afonso Arinos e Santiago Dantas lutaram, lado a lado, na defesa dos direitos humanos; na defesa da paz, da guerra interna, porque tanto Afonso Arinos como Santiago Dantas sabiam que a guerra estava – e até hoje está – proibida em nossa Constituição. Somos pacifistas. E o Parlamento brasileiro tem um compromisso permanente com a paz.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma homenagem do coração. Deixo aqui o meu sentimento, que nasce e renasce do recesso da minha alma. Essa é a homenagem do estudante de ontem e do colega dos dois grandes mestres. É, sim, uma homenagem da alma, do coração, a Santiago Dantas e Afonso Arinos de Melo Franco.

No entanto, Santiago Dantas tinha divergências e discórdias profundas com Afonso Arinos na política interna, mas, quando se tratava da política externa, a voz de Santiago e a voz de Afonso Arinos de Melo

Franco, nas universidades, nas duas Casas do Parlamento nacional, eram uma só voz: a voz de defesa da autodeterminação, da não-intervenção. Santiago dizia sempre, e exclamou na ONU, que a soberania, quando intocada, guarda o sacrário da honra cívica das nações.

Srs. Senadores, quero passar à exposição. Não poderia abrir mão de fazê-lo. Perdoe-me o Presidente Marcelo Crivella, mas quero deixar o meu pensamento por inteiro.

O instituto constitucional que prevê a audiência dos chefes de missão diplomática permanente no exterior, antes de sua aprovação pelo Senado, é uma saudável tradição, tão cara ao Itamaraty quanto ao Congresso Nacional. Ainda agora, em seu discurso de posse, o Ministro Celso Amorim lembrava que a política externa do País não é apenas da responsabilidade do Itamaraty, mas de todos os órgãos do Governo. Entre eles, não cabe dúvida, está o Senado da República, ao qual se reservam prerrogativas especiais no campo da atividade diplomática.

O Brasil, afirma o Ministro Celso Amorim, terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz e que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito e a igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional; uma política externa que seja um elemento essencial do esforço de todos para melhorar as condições de vida do nosso povo e que esteja embasada nos mesmos princípios éticos, humanistas e de justiça social que estarão presentes em todas as ações do Governo.

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral das Relações Exteriores, na mesma linha de pensamento, confirma que a paz e o progresso econômico e social de todos os povos dependem do cumprimento dos princípios da Carta das Nações Unidas: igualdade soberana dos Estados, autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica para as controvérsias.

A política externa deve refletir sempre as palavras do Barão do Rio Branco: "Sou, antes, brasileiro e tenho o dever de colocar, acima de tudo, de todas as considerações pessoais e de meus sentimentos particulares, a dignidade e a honra do Brasil."

Em uma síntese precisa, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com clareza e descortino, nesta Casa do Congresso Nacional, em seu discurso de posse, colocou os compromissos do seu Governo com a política externa. "Esta Nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus

filhos se vêem engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudanças. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanística e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional”.

A presença do Senado, do Congresso Nacional, importante em todos os espaços de nosso convívio entre as nações, assume caráter especial e peculiar nas relações entre o Brasil e Portugal, até porque envolve aspectos culturais e históricos que vieram das nossas origens e que, hoje, projetam-se no campo dos interesses sociais e econômicos.

Se o Brasil é hoje para Portugal e Portugal é para o Brasil tudo o que sabemos em termos de afinidade histórica e cultural, disso resulta a pujança atual das relações econômicas, das relações migratórias e das relações no espaço lingüístico multinacional que acrescentam nova dimensão ao relacionamento bilateral.

O Brasil é, hoje, o principal destino dos investimentos portugueses no exterior. Portugal é um dos maiores investidores do Brasil. A comunidade de imigrantes brasileiros, que se estima em cerca de 70 mil pessoas, é, hoje, a primeira ou a segunda mais numerosa do País. E a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, deu ao Brasil e a Portugal projeção política de maior responsabilidade internacional.

Dentro desse quadro, entretanto, é notável a preocupação relativa que se amplia entre os dois países. É possível afirmar que o Brasil está muito mais presente em Portugal do que Portugal no Brasil. Qualquer amostragem semanal da imprensa portuguesa indicará constante presença brasileira no noticiário, seja ele político, cultural, econômico, esportivo. Mas, no Brasil, são escassas as informações sobre Portugal. O Brasil é, hoje, um ponto de referência em Portugal, sobretudo de referência cultural, na mais ampla aceitação do termo. E, recentemente, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil tornou-se também um ponto de referência na política internacional.

Acentua-se, no caso da referência política, a projeção de Portugal no mundo, intrinsecamente ligada à expansão da língua portuguesa em que as responsabilidades atribuídas ao Brasil são cada vez mais importantes, diante da variada comunidade de países lusófonos.

São oito países que falamos a língua portuguesa. Cerca de 210 milhões de pessoas no mundo se comunicam em português. Somos a segunda língua latina do mundo. Além disso, o reconhecimento e o

questionamento das responsabilidades internacionais brasileiras determina, em muito, o grau de simpatia e de interesse com que o Brasil é visto pelas diversas lideranças e correntes de opinião em Portugal. A lusofonia não determina, mas influi de maneira expressiva na avaliação que ali se faz do relacionamento com o Brasil. A lusofonia pesa, sobretudo, na avaliação que Portugal faz sobre sua própria identidade no cenário internacional.

De fato, a opção definitiva e irrevogável que o país fez, a fim de participar do destino comum europeu, não deverá permitir a Portugal esquecer o peso político decorrente da opção, feita por ponderável área do continente africano, pela manutenção da língua portuguesa, depois de obtida a independência.

Nesses países, a língua é considerada como patrimônio nacional, ao lado de sua própria história. A presença do Brasil na Comunidade, com o peso de sua importância geográfica e humana, amplia a dimensão política de permanência dos sentimentos e razões do povo português, no mundo moderno. Segundo alguns homens públicos portugueses, a opção europeia trazia o risco de que Portugal fosse desaparecer na Europa, ser absorvido por ela e, mais ainda, pela Europa que avança para o leste.

Tornou-se, assim, ponto pacífico para as correntes políticas portuguesas que apenas a lusofonia pode assegurar a Portugal uma personalidade que o destaque, mesmo dentro de uma imensa Europa.

O Brasil contribui com sua geografia humana para conferir a essa conquista histórica uma dimensão internacional consistente. Bilateralmente, o equilíbrio pode vir a ser maior, pelo menos em curto prazo, mas é um equilíbrio que se dá em campos diferentes do relacionamento.

Esses trabalhadores brasileiros, sobretudo os especializados, têm participado de forma marcante na modernização da economia portuguesa, decorrente de sua integração na União Europeia.

Talvez, valha, ainda, a pena salientar que a adesão de Portugal ao Bloco da União Europeia não traz qualquer problema ao Bloco da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Os 210 milhões de usuários de nossa língua representam hoje sete votos no plenário da ONU e geralmente são inclinados a uma solidariedade cada vez mais consolidada pela força do idioma comum.

Como lembrava, em sua recente visita a Lisboa, o Professor Hélio Jaguaribe, Portugal, sobretudo para os nossos padrões latino-americanos, é um país rico. Com 10,4 milhões de habitantes, tem uma renda per

capita de mais de US\$15 mil, com um PIB atual de 129 milhões de euros.

O Brasil e o mundo.

Os próximos anos irão desenhar um mapa do poder mundial. A ascensão da China significará uma situação nova no espaço do Pacífico, tornando-o tão ou mais importante do que o Atlântico dentro de alguns decênios. A população asiática é bem maior do que a da Europa e a da América juntas e a sua industrialização, com a transformação de seus habitantes em consumidores, desequilibrará o sistema global.

Por outro lado, tudo indica que a Europa, a partir da recente declaração de autonomia da França e da Alemanha no quadro da política internacional, exigirá uma participação maior nos negócios do mundo, escapando da tutela norte-americana a que se submeteu em consequência das duas grandes guerras mundiais.

Nesse contexto, o Brasil deverá buscar espaço de autonomia que lhe permita, como principal País do hemisfério sul, manter o desenvolvimento de sua economia, absorvendo os processos tecnológicos dos outros países, ao mesmo tempo criando seus próprios sistemas e buscando mercados nos quais possa competir de forma mutuamente vantajosa.

Nesse movimento, a projeção inicial e natural do Brasil se dá sobre os países com os quais mantém fronteiras terrestres. Já o caminho para a África, aberto ainda no tempo da colonização lusitana comum, é hoje facilitado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criada por iniciativa do Governador e Presidente Itamar Franco e negociada pelo Embaixador José Aparecido.

É hora de consolidar e ampliar a instituição mediante intenso trabalho diplomático, a partir mesmo de Lisboa. O acordo, como se sabe, teve dois grandes pontos de apoio – o Governo português e o Governo brasileiro – e Lisboa se tornou a sede privilegiada das negociações.

A Embaixada do Brasil em Lisboa deverá ter como uma de suas prioridades o fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, plataforma da política africana no Brasil. Por outro lado, Portugal é o país que dispõe, no Ocidente, de melhor memória sobre os países asiáticos. Os portugueses foram os primeiros a percorrer e a negociar com aquelas regiões. A Embaixada do Brasil em Portugal poderá, nesse particular, servir de apoio à nossa presença em Timor Leste, que passa a ser excelente ponto de observação entre a Austrália e a Indonésia.

O Brasil e a Europa.

A tendência histórica atual é a recuperação da Europa como centro da civilização ocidental. Quaisquer que venham a ser as conseqüências do conflito no Oriente Médio, a Europa buscará nos próximos anos espaço maior no cenário mundial e poder militar que o possa garantir.

O Brasil e Portugal.

As relações entre o Brasil e Portugal foram perturbadas no passado pelo romantismo de alguns, pelo ressentimento histórico do colonizador contra o colonizado e pela falta de pragmatismo. Passados 181 anos da Independência e 195 anos da chegada da Família Real portuguesa, que havia elevado o Brasil à igualdade simbólica com Portugal, no Reino Unido, a situação está pedindo outro tipo de relacionamento.

Sem se perder o sentimento de afeto que os laços culturais naturalmente mantêm, é preciso explorar, com espírito prático, todas as possibilidades reais de colaboração recíproca, sem se descuidar, em nenhum momento, dos interesses nacionais.

A presença de capitais portugueses nos setores de serviços, como os da telefonia no Brasil, sem se falar nos imigrantes portugueses que vivem no País, e a presença de uma ponderável população brasileira em Portugal, além de empresas brasileiras naquele país, reclamam vigorosa atuação diplomática brasileira em Lisboa.

É preciso defender, Sr^{as} e Srs. Senadores, os interesses brasileiros naquele país com a mesma disposição com que os portugueses defendem os seus interesses no Brasil, com absoluto respeito, mas da mesma forma exigindo absoluta reciprocidade, que é a garantia da amizade internacional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, grato pela atenção. Estou ao dispor de V. Ex^{as} para as questões atinentes a nossas relações com um povo que fala tanto aos nossos afetos históricos e culturais, até mesmo aos afetos familiares da grande maioria de brasileiros de origem portuguesa e de origem levantina, pois nunca será demais lembrar que floresceu em Lisboa, desde o primeiro milênio, uma presença cultural árabe e de outros povos orientais em geral e que esse amálgama espiritual ajudou-nos a construir, no Brasil, o convívio fraterno com todos os povos do mundo, com todas as suas etnias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Passamos às perguntas das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, segundo a ordem de inscrição.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não pude comparecer às outras reuniões desta Comissão e não sei se o procedimento mudou, mas a Constituição exige que a reunião seja secreta. Nos últimos tempos, fui Presidente desta Comissão e a exposição era em reunião aberta, mas a sabatina não.

Creio que, no mérito, até contestaria a necessidade de a reunião ser secreta, mas não é do Regimento, mas da Constituição. Daí a minha estranheza que se tenha mudado em violação a um imperativo Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – O Sr. Senador tem toda a razão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, tenho participado rigorosamente de todas as reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, muito embora o Senador Jefferson Péres esteja rigorosamente correto com relação ao Regimento, também tem sido praxe, nas últimas audiências em que ouvimos os candidatos ao cargo de Embaixador, com raríssimas exceções, a reunião ser pública. Então, sugerimos a V. Ex^a que proceda dessa mesma forma com o ilustre futuro Embaixador Paes de Andrade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, não vou insistir. A maioria decidiu, mas quero deixar registrado em ata que isso é violação de dispositivo da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, apenas para aduzir que, embora seja dispositivo da Constituição Federal, tem sido praxe não só nesta reunião, mas desde que presidi esta Comissão, em 1995, a exposição e a sabatina serem públicas, salvo quando o embaixador tem assunto grave e que não pode ser tornado público. Isso ficou resolvido há muitos anos, nesta Comissão. Entretanto, o dispositivo constitucional diz isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ou o contrário: quando um Senador tem uma pergunta cuja resposta julga que não pode ser tornada pública.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim, uma pergunta cuja resposta não pode ser pública.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, apenas uma intervenção final.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, não vou insistir, até porque fazer isso hoje seria uma descortesia com o prezado amigo, ex-Deputado e figura ilustríssima, que terá meu voto com toda a satisfação, mas, a partir de agora, temos que discutir. Durante os dois anos em que tive a honra de presidir esta Comissão, as sabinas foram em reunião secreta. Se, realmente, o entendimento é o de que não há por que ser secreta, vamos mudar a Constituição. Minha intervenção é essa.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Gostaria de sugerir a V. Ex^a que fosse liberada a votação secreta dos Senadores que se acham informados o suficiente para votarem. Também lembro a V. Ex^a que hoje temos uma reunião extraordinária ao meio-dia e que há outras reuniões que se processam aqui. Essa é a razão do meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, como bem disse o Senador Jefferson Péres, do PDT do Amazonas, na sabatina do próximo embaixador, poderíamos cumprir a determinação constitucional, mas, nesta, até por uma homenagem especial ao nosso colega Parlamentar e ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade, façamos dessa forma. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Está consolidado o entendimento do Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Apenas quero aditar o seguinte: façam a reunião secreta, não deixem o público assistir, mas depois divulguem o que se realizou aqui, que é o hábito desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Dando prosseguimento a tão importante reunião, concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon para a sua pergunta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, quero dizer da imensa satisfação em poder votar no ilustre companheiro Antônio Paes de Andrade

para Embaixador em Portugal. O Brasil é um dos países que talvez tenha o melhor serviço diplomático em todo o mundo. Pode haver países iguais ao nosso, mas dificilmente melhor. Sou um admirador permanente e constante do Itamaraty. Tenho dito que o Itamaraty teve uma atuação magnífica na época do regime militar. Em todos os momentos da história brasileira, não houve crise no Itamaraty, mas isso não significa que não possamos indicar, aqui e acolá, um ilustre representante da vida pública brasileira, para representar o Brasil no exterior. Isso fortalece o Itamaraty. Não há aquela história de que só um embaixador do quadro vai fortalecê-lo. Fortalece o Itamaraty o reconhecimento unânime de sua capacidade e, eventualmente, aqui e acolá, um nome ilustre que honra os quadros do Brasil ser indicado para uma representação no estrangeiro.

É o caso do nosso ilustre companheiro Antônio Paes de Andrade. S. Ex^a tem uma biografia, uma história, uma caminhada de lutas dedicada à busca do bem comum. S. Ex^a participou, conforme contou, de várias etapas da nossa história, desde a época das reformas de base, quando se imaginava que o Brasil atravessaria com facilidade as dificuldades que enfrentou, até a derrocada do regime militar. S. Ex^a tem essa dedicação, essa capacidade, essa liderança e algo que considero muito importante: chegar a este momento da carreira e poder ter a unanimidade do aplauso, do respeito, do sentimento, da simpatia da sociedade brasileira, para representar o Brasil em Portugal.

Aliás, uma das representações mais importantes do Brasil no exterior é exatamente Portugal, não só pelas nossas origens, pelo que somos, mas, como foi analisado pelo Embaixador, com muita perfeição, por Portugal representar a porta de entrada do Brasil para o Mercado Comum Europeu. Teremos uma facilidade imensa para dialogar: o Brasil representando o Mercosul; e Portugal, o Mercado Comum Europeu.

V. Ex^a merece o cargo, que inclusive, nos últimos tempos, tem sido ocupado por homens públicos que representam a política brasileira e que têm honrado – e muito – o Brasil, têm dignificado muito o Brasil lá em Portugal. E, dos que foram, nenhum tem mais capacidade e mais representatividade, mais vontade de representar, de desempenhar esta missão do que V. Ex^a. Tenho certeza de que muitos homens públicos gostariam de, em uma etapa de vida, ter a oportunidade de desempenhar o papel de Embaixador. V. Ex^a merece!

Particpei da Assembléia Nacional Constituinte. Com muita competência, inseriram na Constituição

que, para ser embaixador, não se pode ser parlamentar. Parlamentar tem que renunciar ao mandato. Do contrário, grande número de parlamentares gostaria de ser embaixador. Justamente isso é impossível, porque um cargo como esse deve ser ocupado por alguém dedicado a ele, que não vá lá na falta, nem na dúvida de nada, que ocupe o cargo para desempenhar uma missão nova. E V. Ex^a vai desempenhar uma missão que seria novidade, mas, na verdade, não é isso que ocorre. V. Ex^a percorreu o mundo, fez tantas missões diplomáticas, de estudos, de debates, de análise de problemas sociais, econômicos e internacionais, anistia, liberdade e tudo o mais, que ser Embaixador em Portugal será uma missão tranqüila, com a qual haverá de nos honrar.

Não tenho perguntas a formular a V. Ex^a, a não ser desejar-lhe, em nosso nome, muitas felicidades em Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – V. Ex^a tem a palavra, Sr. Antônio Paes de Andrade.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Meu dileto amigo, companheiro de longas jornadas cívicas no MDB, no PMDB, tenho um compromisso que está no interior do meu coração, no recesso da minha alma, dito pelo Barão do Rio Branco e que aqui ressaltei: “Sou, antes de tudo, brasileiro. Diante de todas as vicissitudes, de todas as contrariedades pessoais, tenho o dever indeclinável de colocar, acima de tudo, a dignidade e a honra do Brasil”. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Solicito aos membros da Comissão que, em face do adiantado da hora, sejam concisos nos pronunciamentos.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputado Paes de Andrade, meu conterrâneo, gostaria de trazer minha palavra, representando os cearenses, da nossa alegria e da nossa honra em vê-lo, neste momento, sendo indicado como Embaixador brasileiro às terras mães de Portugal. Poucos políticos têm uma trajetória tão importante na história do Estado do Ceará e na história brasileira como V. Ex^a. E, portanto, poucos políticos estão tão à altura de receber essa incumbência quanto V. Ex^a.

Eventuais discordâncias políticas que tivemos durante esses últimos anos não me levariam de maneira alguma a deixar de reconhecer os méritos de V. Ex^a, nesse momento tão importante da sua carreira. Gostaria de deixar isso aqui bastante pontificado e apenas faço uma pequena ressalva, não se assuste: é que ao falar do saudoso Senador Arthur Virgílio e ao

V. Ex^a falar dos seus mestres, com certeza por causa das emoções, não se homenageou – e me parece que fez falta – um dos homens mais ilustres da história política do Estado do Ceará, um dos políticos mais ilustres que conheci e que teve uma responsabilidade tão grande na sua carreira política: seu sogro Sr. José Martins Rodrigues. Eu estou fazendo isso porque tenho certeza de que no recesso do seu coração esse nome está e, com certeza, em função de toda emoção do momento, não veio à tona. Certamente, isso faz parte desse momento. Gostaria de colocar, nessas homenagens, a figura inesquecível desta Casa, do Congresso Nacional: Martins Rodrigues. E fica aqui declarada a nossa posição, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra o Sr. Antônio Paes de Andrade.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Senador Tasso Jereissati, tivemos encontros e desencontros na vida pública. Talvez, se examinássemos bem, mais encontros do que desencontros. A sua palavra tocou fundo o meu coração, é um gesto de grandeza.

Martins Rodrigues, como V. Ex^a coloca, foi indiscutivelmente um padrão de homem público do Ceará e do Brasil. Alcançado pelo AI-5, arrancado da vida pública pela brutalidade da força daquele instrumento do AI-5, um instrumento medieval de opressão, terminou seus dias – isso eu falo com muita emoção – com uma pasta debaixo do braço – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a que foi amigo do Sr. Martins – andando nos tribunais, fazendo a sua advocacia em todas as instâncias, para ganhar o pão de cada dia. Pobre, honrado, Martins Rodrigues merece todas as homenagens.

Temos também laços familiares e a sua colocação me emocionou. É também em nome da minha família, da minha mulher, prima legítima, e do Dr. Álvaro Augusto, seu primo legítimo, que agradeço, com muita emoção, a colocação de V. Ex^a feita nesta hora, neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, não vou fazer nenhuma argüição, apenas vou dizer que voto pelos méritos do nosso futuro Embaixador Antônio Paes de Andrade. O Senador Tasso Jereissati já citou uma das maiores razões do meu discurso e da homenagem que desejava prestar a V. Ex^a e ao seu partido. É exatamente a figura de José Martins Rodrigues, com quem convivi aqui por muito tempo numa afetuosa estima. Sei o quanto S. Ex^a foi importante na sua vida política e profissional.

Quereria prestar-lhe essa homenagem por Martins Rodrigues, mas pelos seus méritos. Sei que V. Ex^a vai honrar o Brasil na Embaixada de Portugal. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma escolha muito boa. Receba também, como Tasso Jereissati, minha homenagem a este homem extraordinário, que foi Martins Rodrigues, que deixou, nesta Casa e no Brasil, um nome glorioso de combatente e, sobretudo, de jurista.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Carlos Martins tinha consideração, afeto mesmo, por V. Ex^a. O seu aparte toca também o recesso da minha alma. Muito obrigado, Senador Antônio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, querido amigo – posso assim dizer – Sr. Paes de Andrade, também não tenho uma pergunta a fazer. Congratulo-me com V. Ex^a na certeza de que, como sempre fez na sua vida, irá representar a todos os brasileiros em Portugal com muita dignidade e seriedade.

Como tantos outros que aqui estão, tenho grande admiração por V. Ex^a. Ainda muito jovem, iniciando no movimento estudantil, inúmeras vezes fui à procura de V. Ex^a, para discutir, para debater, para lhe apoiar, para lhe acompanhar em suas lutas, pelo exemplo que servia a todos nós na juventude. Mais do que isso, tenho um carinho por V. Ex^a pela amizade que tinha com meu avô, Plínio Pompeu, ex-Senador. Sei do carinho que meu avô também tinha por V. Ex^a. Nunca Paes de Andrade foi à Sobral sem fazer uma visita aos meus avós, com toda cortesia, carinho e atenção.

Sei da importância deste momento para V. Ex^a, que deve estar muito emocionado. Sinto-me também emocionada por ver um conterrâneo, uma pessoa amiga, alguém que considero um pouco da minha família, pelos laços que tinha com meu avô e com toda a minha família, ocupar um cargo tão importante para o Brasil. Tenho muito orgulho de hoje estar neste lugar que ocupou meu avô, Plínio Pompeu, e de presenciar a sua ida para Portugal representar o Brasil.

Desejo-lhe toda sorte. Tenho certeza de que V. Ex^a vai brilhar muito, vai dar orgulho a todo nosso País e vai nos representar muito bem. Boa sorte e que Deus o acompanhe.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Este é um dia de emoções, evidentemente.

Senadora Patrícia Saboya Gomes, em poucas palavras, narrei um quadro que toca muito seu coração. Estava em praça pública, com todos os militantes do PCdoB em um comício que reuniu cerca de 3 mil pessoas. De repente, olhei e vi uma menina. Era Patrícia, com 16 anos, que panfletava. E, ao seu lado, estava o grande Senador do Ceará, Plínio Pompeu, com mais de 90 anos, ouvindo os comunistas – ele morreu com 104 anos. Terminado o comício, ele subiu, com dificuldade, ao palanque e trazia a neta ao lado, segurando os meus panfletos, e o grande Senador disse: “Paes de Andrade, estou em pé aqui, há quatro horas, para ouvir os desatinos desses comunistas. Mas estava aqui para ouvi-lo. Eu gosto de você, acompanho os seus passos e tenho votado com Paes de Andrade. Você conhece a minha neta?” Era Patrícia, com 16 anos, com as mãos cheias. Eu disse: “Ela é militante, tem muita coragem e está nos prestigiando. Em quase todos os comícios do PCdoB, Patrícia estava lá, desenvolta, bonita, brava, extraordinária”.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Embaixador Paes de Andrade, normalmente uma sabatina na Comissão, seja qual for a indicação, para Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar ou Diretoria do Banco Central, deixa o indicado, no mínimo, tenso. Cumprimento V. Ex^a por conseguir uma proeza singular: transformar um dia de tensão num dia de boas emoções, movido a sorrisos, descontração e excelente frequência.

Quando cheguei a esta Comissão, após uma reunião executiva do meu Partido, encontrei o plenário lotado. Isso é prestígio de Antônio Paes de Andrade, um ícone do PMDB, Partido a que não pertencço, mas que admiro pela história, pelas posições e pela luta, que V. Ex^a interpreta com muita substância. V. Ex^a foi Presidente do Partido, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente da República interino e um Deputado muito atuante. V. Ex^a é um homem jeitoso, mas firme. E é isso que se vai exigir de V. Ex^a como titular da Embaixada do Brasil em Portugal.

Portugal faz parte da Comunidade Econômica Européia, da União Européia. É um país diferente do que era há dez anos e muito diferente do que foi há aproximadamente 25 anos, quando estive lá pela primeira vez. É um país com grandes identidades com o Brasil e, falando o jargão comum, é a nossa porta de entrada na União Européia. Evidentemente, temos muito bom diálogo com a França e com a Espanha, mas é por Portugal que, por afinidade, entramos.

Para isso, precisamos de um embaixador hábil. Não é preciso ser um craque em relações internacionais, mas deve ser uma pessoa hábil e jeitosa como V. Ex^a.

Creio que o Presidente Lula, quando escolheu o nome de V. Ex^a, agiu bem, porque satisfaz a classe política e um Partido político. Dou o depoimento em nome do PFL, que, apesar de não ser o seu Partido, tem apreço por V. Ex^a e votará a favor da sua indicação. Fundamentalmente, Sua Excelência indicou uma pessoa que prestará serviços ao Brasil pelas suas características pessoais, pela sua história, pela sua formação e pela estima que temos à figura do sempre Deputado e sempre Presidente Paes de Andrade, a quem quero desejar todo o sucesso na nova missão.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Senador, também V. Ex^a traz uma dose de emoção para carregar o meu coração. Há quatro dias, nós nos encontramos e eu lhe disse: “José Agripino, eu quero lhe fazer uma visita.” E V. Ex^a me respondeu: “Não precisa da visita. Vá gastar o seu tempo em outros acampamentos. O PFL está com você.” A mesma postura, correta, limpa e digna é a dos Senadores Marco Maciel e do meu querido Edison Lobão, que aqui está esperando o momento de votar. Muito obrigado, Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Embaixador Paes de Andrade, esta é uma reunião de sabatina. Todavia, V. Ex^a não foi sabatinado aqui; não recebeu nenhuma pergunta. Sabe por que V. Ex^a não foi sabatinado? Porque esta reunião tem a duração de três horas, mas V. Ex^a já foi sabatinado por 52 anos, que é o tempo da sua vida pública! Foi sabatina rigorosa por parte do povo e da imprensa; enfim, por toda a Nação brasileira. V. Ex^a atravessou esses 52 anos sendo o mesmo homem: reto, digno, honrado, correto, inteligente, competente, solidário e fiel aos princípios democráticos deste País.

Por muitos anos, fui jornalista político aqui em Brasília e V. Ex^a, Deputado Federal. Convivemos intimamente: eu com V. Ex^a e com Martins Rodrigues. A minha sabatina era rigorosa em relação a V. Ex^a, sobretudo aos sábados, quando nos reuníamos para o meu artigo publicado no domingo.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – No Diário de Notícias.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – No Diário de Notícias e em vinte outros jornais deste País. Eu poucas vezes admirei uma figura pública tanto quanto

admira V. Ex^a. Oxalá, possuíssemos dezenas de Paes de Andrade para ocupar Embaixadas brasileiras no exterior.

V. Ex^a foi Chefe de um Poder da República; ocupou, interinamente, outro Poder da República e nos representará, em Portugal, como o nosso Embaixador. A honra é para o Itamaraty, para as relações diplomáticas brasileiras. É uma honra para o Brasil tê-lo como o nosso Embaixador em Portugal.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Ao agradecer o excesso de generosidade do grande Senador Edison Lobão, quero relatar aqui uma passagem comum a minha e à vida de Lobão.

Fui eleito Presidente da União Interparlamentar, órgão importante, até porque as propostas aprovadas na União Interparlamentar são incluídas na pauta da ONU. Edison Lobão foi eleito o meu primeiro vice. Candidato à Presidência da Câmara, chamei o Lobão e disse: “Vou passar o comando da União Interparlamentar para você.” Lobão disse “E você não vai se arrender?” (Risos)

Tínhamos desencontros na política. S. Ex^a era um apaixonado pelo Governo e a paixão dele não era menor do que a minha no exercício da luta partidária. Havia discórdias e divergências internas.

Senador Edison Lobão, V. Ex^a não sabe, mas eu revelarei: no dia seguinte, o grupo autêntico ao qual eu pertencia se reuniu e me fez uma censura. Pois bem, senhores. Edison Lobão à frente da União Interparlamentar. S. Ex^a ficou em uma linha de defesa da paz, da autodeterminação contra a guerra e votou, invariavelmente, nesta linha, posição de grandeza, de correção, de alta dignidade.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, seria possível um minuto? Sei que encerraremos ao meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Gostaria também de me pronunciar a respeito de Paes de Andrade. A minha presença aqui não é pela votação. Já votei, mas não é nem pelo voto, já votei várias vezes em S. Ex^a. A minha presença aqui é para homenageá-lo e ouvi-lo. S. Ex^a foi chefe de um Poder e também Presidente do PMDB. Passei a admirá-lo pela sua correção à frente de nosso Partido.

Sou maranhense de Bacabal, gostaria de ser cearense para poder também, lá no Estado, ter essa primazia de votar em Antônio Paes de Andrade, pelo seu trabalho, por seu amor à causa pública, e, sobre-

tudo, por algo que S. Ex^a tem de muito especial, que é gostar do seu semelhante e procurar sempre ser útil às pessoas que o procuram. Fui Deputado Federal com Paes de Andrade, hoje estou aqui no Senado, e S. Ex^a vai para esta missão em Portugal. Não tenho a menor dúvida de que será um excelente Embaixador em Portugal. O Brasil terá a oportunidade de conhecer de perto um Embaixador que lutará pelas causas brasileiras.

Quero parabenizá-lo, Paes de Andrade, e dizer-lhe que a Embaixada de Portugal é muito grande, é um local em que todos gostariam de estar. Mas V. Ex^a está bem acima da Embaixada de Portugal.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Querido Senador, V. Ex^a é do meu Partido, o PMDB. Como Deputado Federal, foi extraordinário, exemplar, no cumprimento de sua missão partidária. As suas palavras tocam fundo o recesso de minha alma. Ficou para me “ternurar”. V. Ex^a dignifica o PMDB, honra e enaltece a representação do Maranhão nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Finalmente, ouviremos a palavra do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella, Presidente desta Comissão, Embaixador Paes de Andrade, Senadoras e Senadores, o que estamos vendo aqui, muitos já disseram, é algo inédito, extraordinário mesmo. Desde a emoção do Relator, Senador Arthur Virgílio, até as indiscutíveis intervenções da Senadora Patrícia Saboya Gomes, do Senador Tasso Jereissati, todos que aqui falaram demonstram, sem dúvida, o respeito enorme que este País tem por V. Ex^a.

Também sou amigo do Deputado Paes de Andrade. Tenho muito orgulho dessa amizade, mas sou mesmo é seu admirador, pelo papel que V. Ex^a exerceu, pela retidão, pela correção, pela competência, pelas lutas, pela bravura, tudo isso posto à disposição do Brasil e do seu povo. Não tenho nenhuma dúvida, tenho plena convicção de que V. Ex^a honrará a já honrada diplomacia brasileira e terá um desempenho fantástico à frente da Embaixada do Brasil em Portugal. É uma embaixada importante, estratégica, não só pelas raízes, mas também pela opção preferencial de investimentos aqui em nosso País e pelos nacionais brasileiros que lá moram. Essa é uma situação difícil, e V. Ex^a exercerá papel fundamental para resolvê-la. Pelas intervenções vistas aqui, V. Ex^a conta com o apoio incondicional de todos os partidos integrantes desta Casa.

Este é um grande momento desta Comissão, pois V. Ex^a reescreve a história das sabatinas nesta Comissão específica. Parabéns! Conte com o nosso incondicional apoio, com o nosso voto e com o nosso esforço para que a tramitação seja rápida.

Aproveito o ensejo para fazer um apelo a todos os Líderes com assento no Senado Federal: que dispense algum interstício porventura existente para votarmos ainda hoje, no Plenário do Senado Federal, a sua designação para ser, com muita honra para todos nós, o novo Embaixador do Brasil em Portugal.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Meu querido Líder, Senador Renan Calheiros, nós todos acompanhamos, com muito orgulho, seus passos na vida pública, sua postura vertical, correta, brava. Fica aqui o meu abraço afetuoso e os agradecimentos do admirador do Líder Renan Calheiros, correto e digno.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Sr^s Senadoras e Srs. Senadores, procedamos à apuração.

Senador João Alberto, por favor, peça a V. Ex^a que seja o nosso escrutinador.

(Procede-se à apuração dos votos)

Vou proclamar o resultado: dezessete votos a favor; não houve voto contrário. Foi aprovado por unanimidade. (Palmas)

Como Presidente desta reunião, quero comunicar que a atmosfera do nosso Plenário foi tomada pelo perfume de uma vida pública impecável, por um amigo reconhecido e elogiado por todos. É assim que as coisas acontecem. A gratidão é a memória do coração, e hoje V. Ex^a recebeu a gratidão, a memória de seus companheiros desta Comissão. Senti-me até inibido diante desse vulto que tomou a nossa Comissão de assalto.

Tendo em vista que V. Ex^a é oriundo do Estado do Ceará, gostaria de lembrar uma das frases do nosso Senhor Jesus Cristo dita em um de seus discursos mais bonitos: “Os trabalhadores são poucos, mas o Ceará é grande”. Alguns lêem seara, mas o certo é o Ceará. (Risos)

Parabéns a V. Ex^a!

(Palmas)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Essa é mais do que uma frase de Jesus, é uma sentença.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – A unanimidade engrandece a minha responsabilidade, fortalece as minhas energias cívicas, mas me preocupa muito. Quero apenas dizer aos companheiros que procurei e procurarei, por todos os meios, honrar e dignificar a nossa representação em Portugal. Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Os itens da pauta que não puderam ser vistos serão adi-

ados para a próxima sessão extraordinária, a ser realizada na terça-feira, às 17h30min.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h10min.)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZESSETE HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dezessete de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores AELTON FREITAS, JOSÉ AGRIPINO, GILBERTO MESTRINHO, JOÃO CAPIBERIBE, JEFFERSON PÉRES, PEDRO SIMON, JOÃO ALBERTO SOUZA, MARCO MACIEL, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, TIÃO VIANA, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO AZEREDO, JUVÊNCIO DA FONSECA, FERNANDO BEZERRA, ARTHUR VIRGÍLIO, EDISON LOBÃO e as Senhoras Senadoras HELOÍSA HELENA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, FÁTIMA CLEIDE e LÚCIA VÂNIA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise das seguintes matérias de pauta: Item 01– Mensagem (SF) nº 110, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação Russa exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão. O Presidente designa Relator “Ad Hoc” a Senhora Senadora HELOÍSA HELENA que procede à leitura do relatório. Em seguida, passa-se ao próximo item de pauta. Item 02– Mensagem (SF) nº 118, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Se-

nhor AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca. O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senhor Senador MARCO MACIEL que faz a leitura do relatório. Em virtude de manifestações dos Senhores Senadores JEFFERSON PÉRES, TIÃO VIANA, MARCO MACIEL, FERNANDO BEZERRA e da Senhora Senadora HELOÍSA HELENA, a reunião torna-se secreta para arguição do embaixador. Em seguida é feita a apuração e o Senhor Presidente anuncia a aprovação dos indicados por dezoito votos cada. O Senhor Presidente adia os próximos itens de pauta e passa então à extra-pauta. Item 01 – Extra-Pauta: Exposição do Senhor Alberto Arroyo, estudioso e doutorado em Ciências Sociais, investigador da Universidade Autônoma Metropolitana do México, especialista nos tratados da Alca, da Nafta e em problemas da globalização recente. Fizeram uso da palavra a Senhora Senadora HELOÍSA HELENA e os Senhores Senadores JOÃO CAPIBERIBE e MARCELO CRIVELLA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e um minuto, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZESSETE HORAS E TRINTA MINUTOS.

O SR PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passaremos, agora, à apreciação das matérias de pauta.

Solicito que a Senadora Heloísa Helena faça a gentileza de ler, como Relatora **ad hoc**, o relatório da Senadora Fátima Cleide, referente à escolha do Sr. Carlos Augusto Rego dos Santos Neves, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata, do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação Russa, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo a ler o relatório da Senadora Fátima Cleide:

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Carlos Augusto Rego dos Santos Neves, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata, do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação Russa, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (Art. 52, inciso IV).

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do interessado. Segundo o referido documento, o Sr. Carlos Augusto Rego dos Santos Neves, filho de Miguel Santos Neves e Beatriz Rego dos Santos Neves, nasceu no Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1944, tendo-se formado em Engenharia pela Escola Nacional de Engenharia; tem curso de pós-graduação em Mercado de Capitais e Financeiro pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e em Ciências Políticas pela Universidade de Columbia, concluiu o curso de preparação na carreira diplomática do Instituto Rio Branco, tendo sido nomeado 3º Secretário em 1966, foi promovido a 2º Secretário em 1968, a 1º Secretário por merecimento em 1974, a Conselheiro também por merecimento em 1978, a Ministro de Segunda Classe por merecimento em 1983 e a Ministro de Primeira Classe em 1987, também por merecimento.

No âmbito da *Secretaria de Estado*, *exerceu* funções de relevância, como *Chefe de Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado*, de 1983 a 1985; *Chefe de Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas*, de 1984 a 1985; *Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores*, de 1985 a

1988; e Secretário de Planejamento Diplomático em 1999.

Entre as funções desempenhadas no exterior, destacam-se as de Cônsul-Geral em Nova Iorque, de 1988 a 1992; Embaixador na Cidade do México, de 1992 a 1996; Embaixador em Ottawa, de 1996 a 1999; e de Cônsul-Geral em Houston, em 2001.

No cumprimento das missões para as quais foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores, desempenhou função de relevância, tendo chefiado as delegações brasileiras em Nova Delhi, em 1980 e 1981, e a delegação brasileira à reunião de renegociação do acordo internacional relativo ao comércio internacional de têxteis, em 1982. Integrou o grupo diretivo do Programa de Estudos sobre Políticas Industriais e de Comércio Exterior, Convênio Ipea/Bird, entre 1984 e 1987; foi examinador do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, de 1985 a 1988; participou das reuniões ministeriais dos grupos de contador e de apoio para a paz na América Central, no Rio de Janeiro, em 1986; e também da primeira reunião ministerial do Mecanismo de Consulta e Concertação Política Latino-Americana – Grupo dos Oito, também no Rio de Janeiro, em 1986; tendo ainda participado de outras reuniões desse importante mecanismo de consultas latino-americanas em Bariloche e em Campos do Jordão.

O Diplomata foi agraciado com inúmeras condecorações tanto nacionais como estrangeiras, dentre as quais cabe destacar o Prêmio Rio Branco; Medalha de Prata do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco; a Ordem do Rio Branco; Grã-Cruz Brasil; Ordem do Mérito Aeronáutico; Ordem do Mérito Naval; Ordem do Mérito Militar, todos do Brasil; Medalha do Mérito Santos Dumont; Medalha do Mérito Tamandaré; Legião da Honra, França; Ordem do Mérito do Chile e da República Federal da Alemanha; Ordem da Nigéria, entre outros.

Consta do processado, além do currículo que acabamos de relatar, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, que, além de chamar a atenção para o fato de que entre as ex-Repúblicas Soviéticas da Ásia Central, o Cazaquistão é a que parece ter o maior potencial de cooperação com o Brasil.

Resalta o documento a estabilidade política reinante no país, a ausência de conflitos étnicos, a legislação favorável a investimentos e as suas imensas riquezas naturais que colocam o Cazaquistão em situação privilegiada. Lembra ainda que, como elemento de especial interesse econômico para o Brasil, encontra-se a possibilidade de participação da Bras-

petro na exploração das reservas petrolíferas e de gás natural do Cazaquistão.

A Braspetro, segundo informa o documento, apresentou proposta para participar no consórcio formado pela Interprise inglesa e a Repisol espanhola para exploração petrolífera no Mar Cáspio. Por outro lado, as prioridades de política externa no Cazaquistão são a definição do status jurídico do Mar Cáspio, onde conta com ricas jazidas de petróleo e a contenção do fundamentalismo islâmico na Ásia Central.

O decreto que cria a Embaixada do Brasil em Astana, capital do Cazaquistão, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Moscou, foi assinado em 15 de julho de 1988.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito do relatório, que é assinado pela Senadora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Heloisa Helena, pela leitura do relatório.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Como teremos duas votações, sugiro a todos os Senadores a depositarem seus votos quando tivermos os dois Embaixadores indicados.

Podemos, portanto, passar para o **Item 2**, referente à Mensagem nº 118, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Afonso Emílio Alencastro, que convido para sentar à mesa, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, que está sendo indicado para a República Tcheca.

Peço ao Senador Marco Maciel que faça a gentileza de ler, como Relator *ad hoc*, o relatório do seu companheiro de Partido, Senador Rodolfo Tourinho.

Quero fazer uma consulta a V. Ex^{as}. Está presente o Embaixador Gilberto Saboya, que está sendo indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para ir para os Países Baixos, Holanda, justamente onde está atualmente o Embaixador Afonso Massot.

Essa indicação do Presidente Lula foi lida na reunião de hoje. Então, eu estarei designando o Relator hoje. Para que haja possibilidade efetiva de a mensagem ser apreciada não apenas pela nossa Comissão, mas também pelo Plenário em tempo hábil, antes do dia 30, pergunto aos Srs. Senadores se a reunião de arguição pode ser realizada excepcionalmente, como hoje, na terça-feira próxima, pois, assim, a mensa-

tem poder de veto para o Plenário quinta-feira ou quinta-feira. (Pausa.)

Estando todos de acordo, convoco a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para terça-feira próxima, após a Ordem do Dia – aproximadamente às 17h30 ou no horário em que terminar a Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, para os nordestinos, é uma data um pouco complicada, por causa do dia de São João.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Terça-feira é dia de São João?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A semana toda? É impossível?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estou falando pelos meus colegas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E se fizermos na quinta-feira?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Na quinta-feira é mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Na outra semana.

Senador Antonio Carlos Magalhães, como V. Ex^a já foi Presidente, deixe-me fazer uma consulta regimental. Se fizermos a arguição e votação da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na quinta-feira pela manhã, poderíamos pedir urgência para votá-la na quinta-feira à tarde, em Plenário?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há casos em que isso aconteceu, mas não é a norma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ainda teríamos até o dia 30.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Tem a publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A reunião seria no dia 26. Dia 30 é segunda-feira.

Se, porventura, a sessão do dia 30 não for deliberativa, então pediríamos, na circunstância do final do semestre, que a matéria pudesse ser votada na quinta-feira à tarde.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, a convocação vai permitir também que se vote tudo, inclusive as indicações dos Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – De qualquer maneira, vamos fazer um esforço em atenção

à designação do Embaixador Gilberto Sabóia. Então vamos marcar para quinta-feira de manhã a arguição, em atenção aos que são devotos de São João.

Fica marcada a reunião para quinta-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex^a para que se dirija ao Ministério das Relações Exterior – fiz isso com êxito quando presidi esta Comissão –, a fim de solicitar que, quando houver a indicação de embaixadores, já informe onde eles vão acumular outras funções. Com isso, não teríamos votações repetidas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Abreviaríamos muito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Faríamos a votação de uma vez só.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A sugestão de V. Ex^a está plenamente acatada. Ela é muito pertinente. Portanto, solicitaremos ao Itamaraty que siga essa recomendação.

Informo também que ficou marcada para o dia 26 a exposição de Dom Luiz Soares Vieira a respeito das ameaças à Amazônia brasileira. Então teremos o Embaixador Gilberto Sabóia primeiramente e, em seguida, a exposição de Dom Luiz Soares Vieira, ambas na quinta-feira da próxima semana, pela manhã.

O Senador Marco Maciel tem a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Embaixador Affonso Emílio de Alecastro Massot, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.

A Constituição Federal, como é sabido, atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos Chefes de missão diplomática em caráter permanente.

O Ministro das Relações Exteriores encaminhou, ao lado da indicação do Presidente, o **currículo vitae** do Diplomata indicado. Por se tratar do Embaixador Massot, que é Ministro de Primeira Classe, tendo exercido altas e relevantes funções, quer no Ministério das Relações Exteriores, quer em embaixadas, como atualmente exerce acreditado junto ao Governo de Espanha, eu gostaria de me dispensar de ler dados curriculares sobre sua pessoa. Diria tam-

bém que o indicado possui condecorações de governos de vários países e tem uma longa vida em diferentes funções no Itamaraty, ao longo de suas atividades como diplomata.

Devo também mencionar que a República Tcheca tem para nós, hoje, uma imensa significação, porque é um país que tem demonstrado muita estabilidade política e invejável estabilidade econômica. E tem sido crescente o intercâmbio da República Tcheca com o nosso País. É, naturalmente, dentre os países da Europa Oriental, merecedora de cuidados e atenções especiais não só por parte da nossa Chancelaria, mas também, por que não dizer, do próprio Congresso Nacional.

Por fim, gostaria de dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos Sr^{as} e Srs. Senadores que, em face do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Este, Sr. Presidente, é o meu voto.

Passemos agora a ouvir a sabatina do Embaixador Massot, se V. Ex^a assim julgar procedente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passo a palavra agora ao Embaixador Affonso Alencastro Massot.

O SR. AFFONSO ALENCASTRO MASSOT – Obrigado, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, boa tarde. Eu me sinto muito honrado. Com grande satisfação, retomo este contado com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Estive aqui antes de minha designação para os Países Baixos e considero a presença perante esta Comissão e esta Casa como a legitimação da designação para o exercício da função. Os senhores são os representantes da cidadania, do povo brasileiro. Assim, para o Diplomata, para o Embaixador, é um momento especialmente importante.

Os senhores têm reuniões todas as semanas nesta Comissão, em contato com os Embaixadores, mas, para nós, é um momento de singular importância, porque revitaliza a nossa representatividade lá fora. Esse é o meu sentimento neste momento.

Antes de ir para os Países Baixos, fiz aqui uma apresentação dos meus planos e projetos para a minha função lá. Se V. Ex^{as} estiverem de acordo, de forma muito breve, gostaria de fazer uma síntese do estado atual da relação Brasil/Países Baixos que pude testemunhar.

No setor de comércio e investimentos, foi possível realizar, nos últimos quatro anos – a Embaixada

pôde realizar -, quatro importantes seminários: um seminário em Rotterdam sobre as oportunidades de investimentos no Brasil; dois em Amsterdam – um deles por ocasião da visita do Senhor Presidente da República – e outro, de natureza acadêmica, no Instituto Kiling, que é uma das instituições mais respeitadas da Europa e do mundo, sobre a realidade brasileira, sobre o Brasil e o momento brasileiro.

Os Países Baixos, nos últimos anos, fizeram crescer o volume de trocas com o Brasil. Os Países Baixos eram o quarto maior comprador de produtos brasileiros, e passaram a ser o segundo maior (de US\$2,6 bilhões para US\$3,1 bilhões). Alguns mercados foram abertos. O mercado de flores brasileiras, sobretudo do Nordeste, do Ceará. Era um mercado que não existia ainda por dificuldades de natureza sanitária e de direitos autorais sobre flores. Foi possível contornar. Atualmente, já se inicia um volume de exportações considerável também nesse setor.

Foi possível para a Embaixada também exercer uma atuação particularmente importante no que se refere à compra de carne brasileira pelos Países Baixos. V. Ex^{as} recordam-se de que há dois anos tivemos um problema com o Canadá. Houve dificuldades de importação. O canadense impediu a entrada da carne brasileira com base na idéia de que tínhamos a doença da vaca louca. Os holandeses também impuseram a mesma restrição e enviaram uma comunicação à Bruxelas, na Bélgica, sede da Comunidade Européia. Com isso, unilateralmente, antes da decisão comunitária, decidiram também proibir. Foi possível que a Embaixada recebesse, da parte de grandes importadores de carne holandesa, com quem a Embaixada convive por meio da função de representação, um alerta sobre o assunto. Foram feitas gestões junto ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Agricultura e ao Ministério das Relações Exteriores no sentido até de desvincular a situação da questão canadense, que era extremamente mais complexa. No caso, o Canadá importava US\$5 milhões em carne do Brasil; os Países Baixos importavam US\$110 milhões. De modo que se os Países Baixos tivessem imposto essa proibição a consequência teria sido desastrosa para o comércio de exportação de carne para a Europa, pois seria a União Européia que estaria impedindo. Foi possível à Embaixada contornar e as importações de carne aumentaram substancialmente.

No setor de investimentos, de quinto investidor no Brasil, em 1999, os Países Baixos passaram a ser os primeiros investidores no ano passado. O volume de investimentos, no ano passado, foi de US\$3,3 bi-

lhões, superando os tradicionais investimentos dos Estados Unidos e de outros países europeus.

No plano cultural foi possível manter o que já estava sendo feito pela minha antecessora brilhantemente: a projeção da cultura brasileira na cátedra de Lady, que, entretanto, necessitava ser viabilizada financeiramente. Foi possível à Embaixada sensibilizar empresas holandesas que operam no Brasil, e vice-versa, para que contribuíssem. Assim, foi possível viabilizar financeiramente a cátedra que, hoje, continua plenamente ativa.

Também há um projeto de resgate da memória brasileira nos arquivos holandeses, sobretudo do Século XVII, com Maurício de Nassau. Foi possível iniciar e está em pleno andamento.

Houve também uma interação entre museus holandeses e brasileiros. A Maurice Hauss, que é um principal museu holandês, e a Fundação Brenan de Recife. A Maurice Hauss não tem acordos com qualquer museu, exceto, com aquele.

Sob o ponto de vista político, adensaram-se os laços. Foi possível receber visitas de autoridades brasileiras, no âmbito de governadores. O Senhor Vice-Presidente da República honrou com duas visitas e o Presidente da República também lá esteve. A Rainha da Holanda, há dois meses, esteve aqui, em visita de Estado, com toda a família real, fato sem precedentes na história das relações bilaterais.

Essa é uma situação que me deixa extremamente feliz, por verificar que as relações se colocam num patamar e que, evidentemente, deverão crescer ainda mais, sobretudo com a indicação que se avizinha, do meu sucessor, o Embaixador Gilberto Sabóia, que terá muito mais métodos do que eu para dar curso e impulsionar ainda mais essa atividade bilateral.

Honra-me, agora, o Senhor Presidente da República com a indicação para Embaixador junto à República Tcheca. Felizmente, são duas situações distintas. Qualificaria a relação Brasil/República Tcheca como uma relação de extraordinária potencialidade. Há muito potencial nessa relação!

A República Tcheca é um País de dimensões relativamente médias, em termos europeus, mas pequenas em termos sul-americanos e brasileiros. É um País que tem 79 mil quilômetros quadrados, o dobro da Holanda e da Suíça. Economicamente, situa-se mais pujante do que a Hungria, por exemplo. É uma República Parlamentarista, com um Presidente recém-eleito, em março de 2003, Vaclav Klaus, do espectro da direita parlamentar, com um Primeiro-Ministro social-democrata.

A história recente da República Tcheca inicia-se como Tchechoslováquia, após a 1ª Guerra Mundial, 1918. Durante o período de Entre Guerras, 1919 a 1938, a República da Tchechoslováquia foi uma das doze principais economias do mundo, o que é pouco conhecido, com uma pujança extraordinária em termos de indústria mecânica e química básicas e uma indústria manufatureira muito diversificada.

Após 1948, com o processo de socialização, evidentemente o ritmo de crescimento da economia se derivou para outras prioridades. A República Tcheca é dividida em três partes: a parte da Bohemia, a parte da Silésia, a parte da Moravia. A antiga parte da Eslováquia era a República Tchechoslováquia. A parte da Eslováquia era mais agrícola, enquanto que é, hoje, a República Tcheca sempre foi extremamente industrializado, como acabei de falar.

O convívio dessas duas regiões nem sempre foi o melhor possível, porque uma era mais vocacionada para a agricultura e outra, para a indústria. E, durante o período de um regime de feição totalitária, houve intenção de se realizar uma certa reversão desse aspecto, tentando-se fazer com que a parte eslovaca se desenvolvesse mais industrialmente, dotando a parte tcheca também de algum desenvolvimento agrícola.

Essa coexistência, evidentemente, manteve-se durante o período do sistema comunista, não havendo outra possibilidade. Em 1989, com a modificação do quadro político europeu, sobretudo e principalmente no leste europeu, o Governo fez o que se qualificou de Revolução de Veludo, quer dizer, não chegou a ser uma revolução violenta, e a Tchechoslováquia ingressou em uma fase de plena democracia, conduzida pelo ex-Presidente Václav Havel, um nome extraordinariamente respeitado mundialmente, um homem da academia que soube, como ninguém, conduzir o país à democratização. Conduziu tão bem, acima de querelas político-partidárias – evidentemente, ele terá as suas afinidades políticas, mas procurou estar acima dessas facções -, que foi eleito Presidente da República imediatamente após 1989, em um governo de transição, até que se produziu o que se qualifica como “o divórcio de veludo” – já havia a Revolução de Veludo; agora o “divórcio de veludo” -, também tranqüilo, entre a parte correspondente à hoje República Tcheca e República Eslovênia.

Então a hoje República Tcheca é composta da Bohemia, da Moravia e de Silésia, e a outra parte, a República Eslovaca.

Entre os dois, o convívio não foi possível por razões históricas, até mesmo de língua, que são parecidas, mas não a mesma. A República Tcheca mergu-

lha suas raízes, em uma história profunda, antiga, que vem desde o Século IX, com uma presença importante no coração da Europa, porque, geograficamente, a República Tcheca ocupa o centro geométrico do continente europeu.

Já no Século IX, ali se estabeleceram dinastias muito atuantes. Não vou cansar os senhores com esses detalhes históricos, mas é importante mencionar a antiguidade dessas raízes históricas, porque elas virão, depois, como consequência do “divórcio de veludo”, mas também da auto-afirmação do povo tcheco, desde 1968, quando houve a famosa Primavera de Praga.

Os tchecos constituem um povo extraordinariamente orgulhoso da sua autenticidade, extraordinariamente conscientes da sua antiguidade, da sua cultura e da sua originalidade. Praga é uma cidade que começou no Século IX, talvez até um pouco antes. A primeira universidade foi criada no Século XIV, em 1350, a Universidade Carolina de Praga, um dos grandes centros de roteiro acadêmicos no mundo. Quando se fala da Sorbonne, fala-se também da Universidade Carolina de Praga, ela é um dos centros. Isso também será importante depois – o que estou mencionando agora –, como uma intenção que terei em um projeto de atuação naquele país.

O Século XIV, com uma presença cultural já consolidada e uma presença política muito autêntica – no que se chama região da Bohemia, onde está Praga –, fez com que, inclusive, a República Tcheca de hoje, a região de Praga, passasse a ser a sede do Império do Ocidente, que dizer, o Sacro Império Romano-Germânico.

Os tchecos se orgulham muito de terem dado dois imperadores, no Século XIV, do que era o centro do mundo e, com isso, construíram uma base cultural extraordinária. A cidade de Praga – não sei se alguns dos senhores conhecem, mas já conhecerão – guarda vestígios dessa magnificência cultural e desse prestígio político que aquele país teve. De certa maneira, hoje um país tão pequeno – em comparação com um País como o nosso –, mas tão grande no imaginário e no sentimento do povo tcheco. É a base, o alicerce, aquilo que é sólido e que faz com que eles sejam confiantes e enfrentem agora um direcionamento para a União Européia com muito entusiasmo e convicção.

A economia do país é de nível médio, em termos universais – se comparada ao Brasil, podemos considerá-la pequena –, o Produto Interno Bruto é de US\$57 bilhões, mas, no critério de **purchasing power parity**, por ser considerado de US\$150 bilhões –

essa, evidentemente, é uma discussão para economistas.

A composição do PIB é interessante, porque a República Tcheca repousa em 43% no setor industrial, 53% no setor terciário, de serviços e financeiro, e apenas 4% no setor agrícola, o que demonstra a vocação do país, que entra agora na União Européia.

A inflação está estabilizada em 4,7%, mas o turismo, por todas essas razões, pelo fato de ter sido a sede de uma monarquia importantíssima, que depois foi substituída pelos Absburgos, que os tchecos consideram muito mais antiga, porque, depois dela, os Absburgos dominaram a Europa e o mundo, faz com que o país receba US\$4 bilhões anuais, mas, sobretudo, uma corrente muito grande de turismo. São milhões de turistas por ano e turismo de alto nível. É um turismo que será interessante também para a função, se os senhores me honrarem com a aprovação, que pretendo exercer, na medida em que faz da cidade de Praga, fundamentalmente, um palco para a promoção em alto nível de uma realidade cultural, política e econômica brasileira, não só para o cidadão tcheco, mas para o que há de melhor na Europa e no mundo que visita aquela cidade.

Venho de um país extraordinário, os Países Baixos, também notáveis por uma série de realizações, mas a cidade de Haia não se presta muito para isso. Fazer uma exposição ou divulgar a cultura brasileira em Haia não tem tanto impacto quanto numa cidade como Paris, Roma ou Praga, que recebem uma corrente de turismo extraordinária. Então isso suscita também algum projeto sobre o qual poderei discorrer depois um pouco mais.

Ainda falando de economia, depois do processo de abertura econômica e de privatizações, que foi acelerada e continua, já foram privatizados 90% dos meios de produção do país, os três bancos foram privatizados há poucos anos, de modo que o país atende hoje aos requisitos estabelecidos pela União Européia para um associado.

Sábado e domingo passados, houve a votação em que 77,5% votou maciçamente pela adesão e acesso à União Européia, o que representa um divisor de águas, até no relacionamento com o Brasil. O relacionamento, no tempo, tem sido do totalitarismo; o relacionamento econômico, composto de trocas volumosas de lado a lado, mas evidentemente não trocas de mercado. Hoje são trocas de mercado. Então é necessário agora retomar, reconquistar, digamos assim, espaço, de maneira bilateral, para o crescimento em termos de mercado das trocas comerciais entre ambos os países.

O país tem se beneficiado de ingressos ininterruptos de capitais estrangeiros. Até o ano 2000, desde a abertura, US\$28 bilhões, o que, para a escala da economia é muito, corresponde à metade do PIB só em investimentos estrangeiros; em 2001, US\$5 bilhões, em decorrência dessa estabilidade econômica e da boa classificação do país. Atualmente já há 1.200 empresas estrangeiras que operam de alguma maneira no mercado.

Em relação ao comércio exterior da República Tcheca, são US\$33,4 bilhões de exportações, sobretudo maquinário e equipamentos. O país tem essa indústria química de base, indústria mecânica, equipamento ferroviário, transportes, manufaturas, enfim, produtos químicos. As importações também são dessa ordem, quer dizer, o País, ao mesmo tempo em que vende equipamentos pesados, também importa esses equipamentos.

O tcheco se assemelha muito ao alemão, ele não se vincula tanto a características de outros países da região, do húngaro ou mesmo do polonês. Não, ele é realmente um homem de negócios, um homem disposto a conquistar espaços econômicos.

O lema de toda essa revolução, de 1989 e 1993, é voltar à Europa, em função daquilo que já pude lhes dizer, porque eles sempre se consideraram europeus ocidentais. Se V. Ex^{as} olharem o mapa, verão que Praga está mais a oeste do que Viena, que está muito mais para a Europa Oriental do que Praga. Então eles sempre se consideraram ocidentais. Foram inseridos num contexto europeu oriental à revelia e manifestaram sempre essa indisposição com a inserção nesse contexto, de modo que o regresso à Europa é o que está ocorrendo. Neste plebiscito – talvez algum de V. Ex^{as} tenha lido o resultado ou os comentários da imprensa –, houve quem dissesse que “a queda do Muro de Berlim para nós ocorreu este fim de semana”, quer dizer, quando cederam aquelas dúvidas e algum tipo de hesitação que estava havendo com relação à entrada na União Européia.

A política externa nos últimos anos tem se concentrado, portanto, neste objetivo principal de regresso à Europa e de vincular-se à União Européia. Essa tem sido a prioridade absoluta dos governos que se sucedem, que são social-democratas. O Presidente foi, até recentemente, Vaclav Havel, que estava acima dessas questões – digamos assim – e continua sendo um homem respeitadíssimo, e o atual Presidente eleito pertence ao espectro da direita, mas o Primeiro-Ministro é social-democrata, com uma composição democrata-cristã subsidiária para o apoio do processo legislativo. O Partido Comunista ainda detém cerca de 18%

da participação no espectro político do país, mas há um consenso agora de que é irreversível essa participação na União Européia e tudo o mais.

No que refere às relações bilaterais, há muito que se construir e que se fazer, as trocas ainda estão em níveis pequenos. Depois do grande comércio de **barter**, do comércio de trocas governamentais, evidentemente as coisas terão que ser reorganizadas.

Quanto às exportações brasileiras para a República Tcheca no ano passado, há estatísticas que divergem. De acordo com as estatísticas brasileiras, elas se situaram em torno de US\$45 milhões a US\$50 milhões, o que não é muito. Mas, no que se refere às estatísticas tchecas, situa-se em torno de US\$100 milhões, porque provavelmente será uma intermediação de produtos originados no Brasil, mas que são computados talvez como exportações alemãs, embora, na verdade, originariamente, venham do Brasil e, para efeito das estatísticas tchecas, esses produtos seriam provenientes do Brasil e não de terceiros países.

A República Tcheca. Nos primeiros quatro meses deste ano, as exportações brasileiras cresceram 80% e novos produtos começam a surgir, produtos manufaturados, como sapatos, produtos alimentícios. Enfim, o que se sente é que eles estão ansiosos para romper, entrar, comprar, fazer negócios, ampliar o comércio. O momento é de nervosismo, de energia comercial. E é importante o Brasil aproveitá-lo.

As exportações de produtos agrícolas cresceram recentemente, em função da nossa participação na Feira de Brno, que é uma espécie de Anhembi na cidade de Brno, uma grande feira setorial de produtos alimentícios, como a Feira de Salima. Depois da nossa segunda participação nessa feira, o volume de produtos alimentícios exportados cresceu 80%. Então precisamos verificar se há recursos para participarmos de outras mostras setoriais da grande Feira de Brno, mas talvez em setores manufaturados diversificados como, por exemplo, calçados, o que causaria um grande aumento na exportação.

A qualidade da manufatura tem aumentado nas nossas exportações para aquele país. Portanto, temos um grande potencial. Há um bem-querer muito grande com relação ao Brasil, sobretudo por causa do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Como todos sabem, a mãe do Presidente era de origem tcheca. Isso faz com que o nome do Brasil, até hoje, seja muito admirado naquele país. Há uma afinidade, uma sintonia, de modo que há tudo para se explorar nesse campo.

O país tem um dos maiores PIBs do centro da Europa. É uma nação de 10 milhões de habitantes, si-

tuada na Europa Central, que tem 100 milhões de habitantes. Com a Hungria, a Polônia e a Eslováquia construíram o Acordo de Visegrado, o que deu grande fluidez à troca de mercadorias e circulação de pessoas entre eles. Evidentemente, entra para um mercado de 400 milhões de habitantes.

Finalizo dizendo que, assim como quando fui aos Países Baixos tive um projeto de atuação visando estimular os investimentos, o comércio exterior e a presença cultural, penso que devemos seguir a mesma receita, mas, evidentemente, com características muito próprias. E quais seriam? Estamos diante de um país que se insere na União Européia com 10 milhões de habitantes, com um processo de crescimento pela frente, com uma das indústrias básicas mais importantes da Europa.

Quando estive em Lisboa, presenciei situação semelhante. Fui Ministro-Conselheiro da Embaixada, em Lisboa, em 1986, ano em que Portugal aderiu à Comunidade Econômica Européia, hoje União Européia. A partir do ano de 1986, Portugal literalmente saiu do Século XIX para o Século XX. A revolução industrial portuguesa se fez – estou descrevendo uma imagem que, evidentemente, não corresponde à realidade. Podemos dizer que a grande evolução, a grande mudança industrial fez-se em Portugal a partir da adesão à União Européia. Ora, Portugal não tinha, àquela época, uma fração da indústria básica que tem a República Tcheca.

A República Tcheca entrou com garra e com uma base industrial poderosa. Era o 12º PIB do mundo e competia com a Alemanha na época compreendida entre as duas guerras.

Do ponto de vista comercial, penso que devemos participar das feiras e aumentar o leque de setores exibidos. Há um potencial muito grande de intermediação. Eles compram e também podem revender. De modo que, não só para vendermos, mas para investir, a perspectiva é outra.

Não estamos diante de caso semelhante ao dos Países Baixos, país altamente capitalizado e que investe maciçamente no Brasil – foram os principais investidores no País ano passado. Vejo a questão por outro lado. Como fizeram em Portugal, devemos estimular os empresários brasileiros a, em boa quantidade e com grande capacidade, aproveitar este momento para entrar, pelas portas da República Tcheca, na União Européia e na Europa Central, estabelecendo-se ali, como aconteceu em Portugal, onde grupos financeiros e grandes empresas de construção se estabeleceram e, com isso, facilitaram nossa presença na Europa Ocidental em alguns setores.

Vejo que uma associação dessas empresas, uma **joint venture** – permitam-me usar essa expressão inglesa –, com empresas locais traria um gancho muito importante para a expansão da nossa presença na Europa comunitária.

Consolidação dos laços políticos. Isso é fundamental. Penso ser muito importante nessa hora em que eles estão florescidos para a democracia parlamentar. É cada vez mais importante que haja um diálogo intenso entre o Parlamento brasileiro e o Parlamento da República Tcheca. Seria interessante – quem sabe? – promovermos a vinda de parlamentares tchecos ao Brasil e a ida de parlamentares brasileiros à República Tcheca. Só assim se entrelaça, tece-se essa teia de afinidades que se consolidam depois e dão impulso a outras percepções de natureza econômica e comercial.

Divulgação cultural. Pelo simples fato de a República Checa, por meio de Praga, ser um pólo de cultura, um pólo de academia, um pólo de turismo, transformou-se num palco, como já lhes disse, para a divulgação permanente, crescente e profunda da realidade cultural brasileira. Podemos fazer exposições de artistas do Nordeste, artistas do Brasil inteiro em uma galeria de Praga. Milhões de turistas vão às óperas, aos concertos, fazem várias coisas e, em algum momento, entrarão ali e verão a exposição. São turistas de alto nível que, por esse meio, não só conhecerão a realidade cultural brasileira como também ficarão com vontade de vir ao Brasil. Isso não serve para a divulgação apenas da cultura, como também do turismo do Brasil. Não são cidades como Paris, que não se compara em termos de dimensões, mas que atraem um potencial de turismo que depois poderá reverter em benefício do turismo no Brasil. Um alemão que visita Praga, porque quer ver a extraordinária beleza daquela cidade, pode ver uma exposição de artistas brasileiros, uma divulgação de turismo na Bahia, no Nordeste, no Sul do Brasil e sentir vontade de ver aquilo também.

Por último, penso que suscita uma interação acadêmica entre a Universidade Caroline, do ano de 1350, um dos grandes pólos da cultura universal, e os setores universitários brasileiros.

Vejo essa missão como um desafio. Há muito o que fazer, há muito o que criar. São situações diferentes, mas vejo essa indicação do Presidente da República como um estímulo e um grande desafio.

Espero que esses projetos, em alguma medida, mesmo que seja um percentual pequeno, tenham resultados tão positivos quanto aqueles a que me propus desenvolver nos Países Baixos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Massot, antes de iniciar a argüição, gostaria de fazer uma consulta aos Srs. Senadores: a Câmara dos Deputados, para o lançamento da Frente Parlamentar para a Discussão da Alca, convidou o Professor Alberto Arroyo, que é Professor Investigador da Universidade Autônoma Metropolitana, da Cidade do México, especializado na análise dos tratados da Nafta e da Alça, e tem procurado elaborar alternativas para uma globalização diferente.

Tive a oportunidade de ouvir o debate dele com o Professor Paulo Nogueira Batista, hoje, na Câmara dos Deputados. Considerei que ele tem uma contribuição muito significativa. Convidei-o para, se possível, estar presente aqui, uma vez que estará voltando amanhã para o México. Não houve requerimento antecipado. Ele, inclusive, está presente. É claro que se trata de uma opção dos Srs. Senadores, mas ele se disporia, após essa argüição, a fazer uma breve explicação. Tenho a convicção de que quem puder ouvi-lo irá gostar muito. O Senador Jefferson Péres, interessando-se por esse tema, sugeriu que ouvíssemos a Embaixadora do México, o que foi aprovado.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – A Comissão já aprovou o convite à Embaixadora do México para vir fazer uma explanação sobre os dez anos de experiência do México na integração econômica com os Estados Unidos e Canadá. Assim, vamos ouvir sua versão. Nenhuma objeção a que ouçamos também o professor, certamente mais crítico que a Embaixadora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim. Temos o tempo, ainda mais porque não era uma atividade previamente anunciada.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Apenas tenho receio, porque ainda vamos argüir o Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim. Sem prejuízo da argüição...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Certamente, em reunião secreta, como determina a Constituição. Apenas para concluir, estou de pleno acordo com que ouçamos o professor, mas receio o esvaziamento da reunião. Até que termine a argüição do Sr. Embaixador, a votação e apuração...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sabemos fazer muito rapidamente a votação e sem prejuízo da argüição.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Tenho compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Vamos respeitar o compromisso de cada um, portanto, sem prejuízo da argüição e da votação. Os que puderem permanecer, convidarei o Professor Alberto Arroyo para fazer uma breve exposição que acredito ser interessante.

Temos feito o seguinte procedimento: caso o Embaixador ou algum Sr. Senador considere importante que haja alguma argüição reservada, suspenderemos a gravação e passaremos à reunião reservada. Se o Embaixador Massot avaliar que os termos poderão ser tratados abertamente, prosseguiremos a reunião em aberto.

O SR. AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT – Da minha parte, até o momento, creio que não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os Srs. Senadores que quiserem se inscrever, está aberta a lista.

Tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, é sempre desagradável...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se o Senador Jefferson Péres preferir fazer...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não. A maioria decidiu, será assim. V. Ex^a não estava na reunião anterior, quando houve a sabatina do Embaixador Paes de Andrade. Na ocasião, para não ser descortês com S. Ex^a, eu disse que aceitaria, como aceitarei agora. O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, informou que a Comissão decidira o seguinte: quando não houvesse objeção por parte do Embaixador indicado, a reunião seria aberta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ou dos Senadores.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, ocorre que a Constituição Federal diz que a reunião é secreta. Sinto-me extremamente desconfortável quando decidimos descumprir abertamente a Constituição Federal. Não se trata do Regimento da Casa, mas da Constituição. Dir-se-á que é inútil a reunião secreta. Concordo. Então mudemos a Constituição. Agora, descumpra-la, Sr. Presidente, parece-me que não fica bem nem para esta Casa nem para esta Comissão. Eu concordo; não brigarei. Somente desejo deixar registrada em ata a minha inconformação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Jefferson Peres, isso foi objeto de diálogo entre nós.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas nós podemos mudar a Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O propósito foi, sobretudo, Senador Jefferson Péres, que a Constituição estabelece isso como forma de preservar a possibilidade de haver algum assunto que seja de interesse nacional e reservado. Por outro lado, o próprio Senado havia considerado há alguns anos, inclusive durante o tempo em que V. Ex^a presidiu esta Comissão, que a exposição dos indicados a embaixadores poderia ser feita abertamente, pois há um enorme proveito por parte da população. Todos que acompanham a reunião e o depoimento do embaixador sobre a República Tcheca têm um enorme aprendizado. Por isso já havíamos decidido que, quando houver alguma questão de interesse reservado, procederemos de maneira reservada, caso contrário – por isso fazemos a consulta -, ela pode permanecer aberta. Em proveito de quem? Dos brasileiros, que assim aprendem mais sobre, por exemplo, as relações e a história da República Tcheca e também das relações com a Holanda, que o Embaixador Affonso Emílio de Alencastro Massot nos transmite.

Então o nosso propósito é entender muito bem o que foi explicitado pelos Constituintes: preservar o interesse maior, nacional. Mas, no momento em que algum assunto de caráter tão especial precisar ser tratado reservadamente, nós o faremos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. Ex^a me permite apenas uma pequena retificação?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois, não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Durante os dois anos em que presidi esta Comissão, decidimos e seguimos este procedimento: a exposição do embaixador seria aberta, mas a sabatina seria secreta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Os Constituintes não fizeram isso por descuido; foi propositalmente, Sr. Presidente. Quando o embaixador faz a exposição, ele sabe o que vai dizer, ou seja, se ele quer falar abertamente. Se ele não quisesse, pediria reunião secreta. Isso ocorre porque ele vai fazer uma exposição na qual não se compromete. Mas, durante a sabatina, podem ser suscitadas pelos Srs. Senadores questões delicadas. Como ele está exposto, falando perante as câmeras de televisão, ou dá uma resposta hipócrita, diplomática, para não atingir o país no qual vai servir, ou diz o que pensa e cria um atrito com o governo daquele país. É isso.

Sr. Presidente, repito, não vou criar problemas, mas apresentarei uma Emenda à Constituição, tornando as ações abertas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Talvez possamos aprimorar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não gosto de inutilidades na Constituição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Eu também não. Às vezes, tenho até vontade de que se acabe o Senado, mas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quem sabe possamos até aprimorar, dizendo que será em aberto, mas com a possibilidade de haver momentos de sessão reservada.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Para isso, não é preciso estar escrito na Constituição. A reunião pode ser secreta se a maioria decidir.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois, não, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Não sei se é questão de formalismo, em decorrência da minha formação profissional, mas considero relevante a questão suscitada pelo Senador Jefferson Péres, porque se trata de norma inscrita de forma expressa no Texto Constitucional. Como somos legisladores, discutimos e votamos a Constituição, não sei se ficaria bem não observarmos um preceito constitucional.

Não quero ser excessivamente formalista, mas fico com receio de que seja inquinada uma decisão da Comissão sob a arguição de que não foi observado estritamente o disposto nos preceitos constitucionais.

Gostaria que o Presidente entendesse a minha posição. Não quero ficar com questiúnculas, com enfoques outros. Talvez até por deformação profissional, por ter uma formação nessa área, tenho alguma dificuldade de conviver com esse tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Diante das observações feitas, claro que o meu propósito é de sempre cumprir a Constituição. Então, se há dúvida, vamos cumpri-la, sem problema algum. Diante das manifestações dos Senadores Jefferson Péres, Heloisa Helena, Marco Maciel e Tião Viana, não há problema algum.

Então vamos fazer com que todos se sintam mais confortáveis, apenas lembrando que o nosso propósito era o de permitir à população brasileira aprender mais conosco, com a Comissão de Relações Exteriores e, sobretudo, com os depoimentos dos Embaixadores que têm sido aqui de um extraordi-

nário aprendizado para todos nós; não apenas Senadores, mas para os que podem acompanhar as nossas reuniões pela **TV Senado**. Esse era o propósito maior, mas quem sabe possa o Senador Jefferson Peres até, e endossarei, propor a possibilidade de mantermos, daqui para a frente, se aprovada a emenda, as reuniões em caráter aberto, até para que possamos dar a possibilidade de o povo brasileiro aprender bastante com esta Comissão, que tem sido um local de extraordinário aprendizado para todos nós.

Assim, peço a gentileza de os presentes se ausentarem por alguns instantes. Convido o Professor Alberto Arroyo a aguardar na sala do lado, porque, logo que encerrarmos essa argüição e votação, passaremos à exposição de S. S^a, que muito nos honra com sua visita.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Entendi que o Senador Jefferson Péres só apresentaria essa emenda constitucional se todos decidíssemos que não respeitaríamos mais. Se passamos a respeitar, não tem sentido. Creio que é isso que está sendo dito aqui.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Também quero dizer a V. Ex^a que a minha intervenção também foi no mesmo sentido da questão citada pelo Senador Jefferson Péres, com o apoio da Senadora Heloisa Helena e também do Senador Tião Viana e, pelo que percebo agora, também do Senador Fernando Bezerra, não constitui nenhum reparo à conduta de V. Ex^a vem adotando, absolutamente, pelo contrário.

Em segundo lugar, ocorreu-me uma idéia agora que talvez ajude a atender um dos seus objetivos. V. Ex^a disse que esta Comissão tem sido muito importante para a informação do País, para que a sociedade acompanhe adequadamente as suas deliberações, etc. Então talvez pudesse a Presidência da Comissão, após a reunião, oferecer talvez um **release** para a **Rádio Senado** ou a **TV Senado** sobre o depoimento, e aquelas partes não reputadas, reservadas, pudessem ser tornadas públicas: “Compareceu o embaixador indicado para tal lugar, falou em tais assuntos etc.” Talvez isso suprisse esse déficit informacional. Não sei. É mera sugestão. Podia ser feito a **posteriori**, escoimada a parte chamada de reservado, ou que pudesse comprometer a boa relação entre os países ou quaisquer questões com isso correlatas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Apurados os votos, os Senadores Arthur Virgílio e Juvêncio da Fonseca informam que houve 18 votos a favor, para aprovação do nome do Embaixador Carlos Augusto Rei dos Santos Neves para, cumulativamente, ser Embaixador do Brasil junto à Federação Russa e exercer o cargo junto à República do Cazaquistão.

E, no caso do Embaixador Affonso Emílio Alencastro Massot, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca, foram consignados 18 votos, todos a favor.

Portanto queremos cumprimentar o Embaixador Massot.

O SR. AFFONSO EMÍLIO ALENCASTRO MASSOT – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Temos, ainda, requerimentos a examinar, brevemente, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal.

Requer a criação, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de subcomissão destinada ao exame de questões relativas à Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em caráter permanente.

Trata-se de um assunto tão importante que gostaria de ponderar ao Senador João Capiberibe se esse não seria prudente que a comissão sempre o examinasse, inclusive no que diz respeito à promoção de debates e de atividades.

Faria uma sugestão ao Senador Capiberibe: poderíamos convidar todos os Srs. Senadores a refletir sobre a sua proposição para votarmos o requerimento na próxima reunião, com o quorum pleno.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Não tenho a menor dúvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dada a importância do tema.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Exatamente. É um tema que estará na nossa agenda, daqui pra frente, de forma muito sistemática. Seria prudente aprovarmos o requerimento com um quorum mais qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então fica adiado o **Item 4** para a próxima reunião.

Quanto ao **Item 3**, do Senador Hélio Costa, como S. Ex^a está ausente, também fica adiado. Ficam adiados, também, o item do Senador Tião Viana e os demais itens da pauta.

Gostaria de informar aos Srs. Senadores que, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, tendo tomado conhecimento, através da CBN, no

programa do Juca Kfourri, que a Confederação Brasileira de Futebol havia considerado não participar mais dos Jogos Pan-americanos de Santo Domingo, resolvi conversar com o Presidente da CBF em exercício, Nabi Abi Chedid. Tomei conhecimento de que o próprio Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, fez um apelo à CBF para que o Brasil participe, sim, dos Jogos Panamericanos, e a decisão foi reconsiderada. Portanto, o próprio Nabi Abi Chedid me disse que foi considerada a importância de o Brasil estar solidário aos Jogos Olímpicos de Santo Domingo e enviar a seleção, que, normalmente, é dos jogadores de futebol de até vinte anos, para ali estar prestigiando. Seria uma maneira de o Brasil, que vai sediar os Jogos Panamericanos de 2007, ter a reciprocidade de atenção dos demais, inclusive mandando o time, já que somos os melhores no futebol, para os Jogos Panamericanos de Santo Domingo.

Encaminhei uma carta reiterando esses argumentos e pediria à Secretaria que a distribuisse aos Srs. Senadores.

Quero agradecer ao Embaixador Affonso Emílio de Alencastro Massot.

Vamos convidar o Professor Alberto Arroyo, estudioso e doutorado em Ciências Sociais, investigador da Universidade Autônoma Metropolitana do México, especialista nos tratados da Alca, da Nafta e em problemas da globalização recente, para estar presente. (Pausa)

Professor Alberto Arroyo, como V. S^a estará voltando para o México amanhã, sem dúvida poderíamos ter a possibilidade de registrar e de conhecer uma síntese de seu grande conhecimento a respeito do que aconteceu com o México a partir do tratado assinado com os Estados Unidos e com o Canadá, da Nafta.

V. S^a tem a palavra.

O SR. ALBERTO ARROYO – (Pronunciamento em Espanhol.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Professor Alberto Arroyo, por sua colaboração extraordinária. Ainda que combinada no dia de hoje mesmo, portanto imprevista, considero que pôde nos brindar com um conhecimento muito importante.

Está inscrito o Senador João Capiberibe e, em seguida, a Senadora Heloisa Helena.

O SR. MARCELO CRIVELLA – (PL – RJ) – Por tradição, aqui na Comissão, primeiro falam as mulheres.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Até porque, do jeito que as mulheres estão bravas ultimamente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então tem prioridade a Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – De fato, não há nenhum questionamento, apenas uma saudação. Muito importante o quadro apresentado por V. S^a, até porque, independentemente de ainda não estarmos anexados aos Estados Unidos através da Alca, muitas das condicionalidades que hoje já são impostas ao Brasil, quer seja nos programas de país, assistência ao país, as condicionalidades nas operações de crédito externo, nos programas de ajuste fiscal do Fundo Monetário Internacional e do parasitismo das instituições de financiamento multilaterais, ao Governo brasileiro, subordinam-nos a uma inserção à globalização, aos interesses comerciais das grandes nações ou dessas instituições de financiamento multilaterais. Muito já houve no Brasil, em termos de desestruturação de parques produtivos inteiros, destruição de milhões de postos de trabalho, miserabilidade crescente, além das políticas de imposição de privatização das nossas empresas, desestruturação do setor público também. Enfim, uma situação muito grave. Imaginamos que se nos predispussemos a assinar qualquer possibilidade de negociação para de fato conceder a liberdade ao outro seremos escravizados, porque, por mais que o debate seja supostamente interessante do ponto de vista da liberdade comercial, do fim das barreiras alfandegárias, não promove nada de liberdade.

Não há liberdade de mercadorias, em razão das barreiras comerciais e protecionistas para proteger o setor produtivo e os postos de trabalhos deles; não há liberdade de força de trabalho – basta ver o gigantesco muro de concreto que mata inclusive brasileiros, como disse o Bispo Crivella há alguns dias, na travessia México/Estados Unidos –; não há livre mobilidade de capitais para eles, até porque existe livre mobilidade de capitais para que eles ganhem muito às custas da livre mobilidade de capitais contra nós. Basta ver a política de juros que nos é imposta, a imposição dessas instituições para que não haja nenhum mecanismo contra a livre circulação de capitais. Então é uma situação muito difícil.

A exposição de V. S^a é muito importante para esta Comissão. Ela desmonta a farsa intelectual do chamado pensamento único, tão cantado em verso e prosa ao mundo, como se exemplo de liberdade fosse, e também desmonta muito da fraude política de uma suposta solidariedade do imperialismo americano contra as nações, inclusive o Brasil, a América Latina, a África, a Ásia e a América Central.

Soubemos da magnífica exposição de V. S^a hoje, na composição da Frente Parlamentar. Eu gostaria apenas de abraçar, em nome do povo brasileiro, os nossos irmãos do México. Espero que possamos unir forças para impedir essa tão dolorosa escravização a que muitos dos países acabam tendo que se submeter, em razão da imposição do imperialismo americano. Então gostaria apenas de saudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ouviremos os três Senadores e, em seguida, passarei a palavra ao Professor Alberto Arroyo Picardi.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, tive algumas dificuldades, digamos, na compreensão de algumas informações. Qual foi o crescimento do México nos dez anos que antecedem o Tratado? De 1994 a 2003, o crescimento é de 0,95, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim, ao ano.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – E nos dez anos anteriores? Imagino que nós tenhamos cumprido essa fase do ajuste estrutural capitaneado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário. Vivemos experiências similares às vividas pelo México nos dez anos que antecedem esse crescimento. O Brasil, sem a Alca, tem um crescimento maior do que o do México. Nós supúnhamos o contrário: com a adesão do México ao Nafta, o crescimento da sua economia seria superior ao de todos os países da América. No entanto, pelo que vemos, o crescimento é pífio: 0,95%. O Brasil, com todas as dificuldades, ajustando-se às orientações de mercado, cresce acima de 2%, o que significa dizer que, se nós aderirmos à Alca, teremos um crescimento reduzido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos ouvir as três perguntas ou prefere...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Dessa pergunta quero ouvir a resposta depois.

Uma outra questão é que entramos nesse processo de ajuste estrutural sem nenhum conhecimento. A sociedade brasileira se envolveu no momento hegemônico da expansão dos mercados financeiros, e não tivemos, infelizmente, ao longo desse período, um debate mais intenso para tomar conhecimento do que nos esperava.

Isso aconteceu no México? Houve debate, houve discussão?

E a terceira pergunta é se essa mesma liberdade de investimento e de negócios inclui os setores

culturais: a educação, a produção de cultura, música, cinema. Tudo isso tem a mesma liberdade?

Eram essas as questões que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nosso convidado traz ao nosso plenário a tradução em palavra de uma preocupação que todos nós temos. Hoje mesmo li um artigo do nosso Ministro sobre a política do chutar a escada – **kick the ladder** –, em que o Japão, a própria Suíça, quando não tinham indústria farmacêutica desenvolvida, nunca aceitaram política de patentes para remédios. Depois que desenvolveram os seus laboratórios, passaram a ser ferrenhos defensores da política de patentes para remédios, exatamente com o que se transformou numa tradição. Os países são subdesenvolvidos num setor; no momento em que se desenvolvem, chutam a escada para que ninguém mais tenha acesso àquele nível de negociação.

Desde o tempo do Brasil-colônia temos sido explorados, fazemos maus negócios. A globalização aqui no Brasil também tem reflexos parecidos com os sintomas provocados no México. Tivemos também uma grande incursão, não sei se chegou a 158 bilhões, mil milhões de dólares, como o senhor diz, mas tivemos uma grande incursão de capitais que não se traduziu verdadeiramente em estabilidade da economia, em maior nível de emprego ou qualquer benefício direto para a população na área social.

Mas o que gostaria de saber do senhor – e essas perguntas são muito rápidas – é como estava a situação da moeda mexicana antes e depois do advento do Nafta.

Gostaria de saber do senhor também qual foi a migração, quantos mexicanos foram morar nos Estados Unidos e no Canadá depois desse acordo.

Finalmente, senti – e queria que o senhor confirmasse – que sendo um estudioso da matéria, o senhor diz assim: “Recebemos muitos capitais, um grande volume de capital estrangeiro, passamos a vender mais, mas a nossa economia não cresceu.” A pergunta é: a economia pode não ter crescido em termos de receita de moeda, mas isso pode ter sido também fruto de uma grande importação mexicana, quer dizer, o México exportou, mas importou muito e criou um grande parque industrial. O México, hoje, salvo engano, é um dos maiores produtores industriais; em crescimento industrial rivaliza com a China. Não estaria aí, talvez, um grande benefício do acordo com Canadá e Estados Unidos, no Nafta, embora em núme-

ros absolutos a balança tenha sido pequena, mais ou menos 0,5? O México pode ter experimentado um grande desenvolvimento no seu parque tecnológico industrial.

Finalizando, quero agradecer o discurso tão sincero, tão profundo sobre a realidade mexicana depois do acordo com os Estados Unidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu queria fazer algumas breves perguntas: em que medida a construção do muro, ao sul da fronteira com os Estados Unidos, foi uma decisão unilateral do Governo dos Estados Unidos? Ou foi acordada com o Governo mexicano? O muro está apenas no território dos Estados Unidos ou em alguns lugares também no território mexicano? A eventual eliminação desse muro está sendo objeto de debate na sociedade mexicana? Considera importante que nós, brasileiros, e outros povos da América também ponderemos e digamos ao Governo dos Estados Unidos que esse muro é algo que conflita com os interesses dos seres humanos? Esta é uma causa do povo mexicano e merece a nossa solidariedade mais fortemente expressa? Porque isso pode ser um dos temas a serem tratados pela Comissão de Relações Exteriores do Senado.

O SR. ALBERTO ARROYO – (Pronunciamento em espanhol)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Como estamos com a transmissão pela **TV Senado**, vou dizer o nome do livro: “Resultados Del Tratado de Livre Comercio de América Del Norte e México, Lecciones para la Negociación Del Acuerdo de Livre Comercio de las Américas”, do Maestro Professor Alberto Arroyo Picardi.

O SR. ALBERTO ARROYO – (Pronunciamento em espanhol)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – O Brasil recebe por ano cerca de US\$5 milhões dos imigrantes brasileiros que estão no exterior. Os mexicanos...

O SR. ALBERTO ARROYO – (Pronunciamento em espanhol)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – O dobro.

O SR. ALBERTO ARROYO – (Pronunciamento em espanhol)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – A moeda mexicana se valorizou nesse período do acordo?

O SR. ALBERTO ARROYO – (Pronunciamento em espanhol)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – O painel tem maioria americana?

O SR. ALBERTO ARROYO – (Pronunciamento em espanhol.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Uma última pergunta: a qualquer momento, o México, o Canadá e os Estados Unidos podem deixar de ser signatários de acordo e, em uma medida unilateral, abandonar o acordo?

O SR. ALBERTO ARROYO – (Pronunciamento em espanhol.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Professor Alberto Arroyo. Foi muito significativo o que aprendemos com a sua palestra. Espero que possamos continuar contando com os seus conhecimentos do México. E muito obrigado pelo livro.

Obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h01min)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, APÓS A ORDEM DO DIA.

Às treze horas e quinze minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO MATARAZO SUPPLICY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores MARCO MACIEL, EDISON LOBÃO, PEDRO SIMON, JOSÉ AGRIPINO, ANTERO PAES DE BARROS, AELTON FREITAS, ALOÍSIO MERCADANTE, EDUARDO AZEREDO, TIÃO VIANA, ARTHUR VIRGÍLIO e as Senhoras Senadoras FÁTIMA CLEIDE E HELOÍSA HELENA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se

a análise da Mensagem (SF) nº 129, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GILBERTO VERGNE SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Dos Países Baixos. O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senhor Senador MARCO MACIEL que procede à leitura do relatório. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores PEDRO SIMON e JOSÉ AGRIPINO, Relator da Mensagem, que justifica a sua ausência por ocasião da leitura do relatório, agradecendo ao Senador Marco Maciel por tê-la feito em seu nome. Após a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores EDUARDO AZEREDO e PEDRO SIMON para servirem como escrutinadores. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação do indicado por doze votos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dez minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, APÓS A ORDEM DO DIA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos à apreciação das matérias da pauta.

Item nº 1:

Mensagem do Senado Federal nº 129, de 2003. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Gilberto Vergne Sabóia, Ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos. Autoria: Presidente da República.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, para que possa ler o parecer do Senador José Agripino.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente desta Comissão, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação, por parte do Senhor Presidente da República, do Embaixador Gilberto Vergne Sabóia para exercer o cargo de Embaixador junto ao Reino dos Países Baixos.

Desnecessário lembrar que a Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou oportuna e competentemente o **currículo** do indicado, cuja leitura me dispense de fazer, visto que, ao longo de sua vida diplomática, exerceu relevantes funções não somente no exterior mas também no Brasil, inclusive sendo, durante um período da administração passada, no Governo Fernando Henrique Cardoso, Secretário de Estado para os assuntos de Direitos Humanos.

Além disso, foi acreditado em agências multilaterais e também – é bom lembrar – possui honrosas condecorações de governos de países como México, Chile, Equador, Senegal, França, Venezuela e Alemanha.

Está sendo indicado, como sabemos, para ser o nosso Embaixador junto aos Países Baixos. Trata-se de um país com o qual temos tido um crescente relacionamento. A Holanda, mercê do Porto de Rotterdam, cumpre um papel muito importante nas exportações brasileiras para a União Européia, de modo geral; ao mesmo tempo, também contribui muito para as importações que fazemos da União Européia e também da Holanda.

Por outro lado, a cooperação tem sido muito boa no campo da cooperação técnico-cultural, que tem sido muito ativa, e também por que não dizer que a interlocução no campo político tem sido algo muito positivo.

Recebemos, há poucos anos, a visita do então Primeiro-Ministro. Neste ano, pela primeira vez na nossa história, recebemos a visita da Rainha Beatriz ao Brasil, e devo destacar que, além disso, tem sido muito grande o intercâmbio no campo não somente parâmetros, mas também entre **Ministros de Estado**. Vários Ministros de Estado holandeses estiveram no Brasil nesses últimos anos, assim como autoridades

brasileiras têm exercido missões junto ao Governo holandês.

Essa é a minha concisa fala sobre a indicação do Embaixador Gilberto Vergne Sabóia.

Sr. Presidente, se V. Ex^a achar de bom alvitre, poderíamos ouvir o Embaixador, para que possamos, assim, dar seqüência à análise da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Embaixador Gilberto Vergne Sabóia.

O SR. GILBERTO VEGNER SABÓIA – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Suplicy, e Srs. Membros da Comissão, eu quero, em primeiro lugar, acentuar que, distinguido com a escolha do Presidente da República para exercer a função de Embaixador junto aos Países Baixos, tenho grande honra e satisfação de estar aqui hoje perante a Comissão para cumprir uma etapa do processo de indicação dos Chefes de Missão, que, além do significado constitucional, é um importante elemento do diálogo e da mútua colaboração entre o Legislativo e o Executivo na formulação e execução da política externa.

Quero, pois, render tributo a esta Casa e aos Membros da Comissão pela contribuição que têm dado à análise das questões internacionais do ponto de vista dos interesses do Brasil. Quero também expressar a minha disposição e empenho, caso venha a merecer a confiança de V. Ex^{as}, em trabalhar em prol do aprofundamento das relações interparlamentares entre o Brasil e os Países Baixos.

Agradeço ao Senador Marco Maciel pela apresentação do relatório e pelas generosas palavras e também ao Senador José Agripino Maia por sua contribuição a esse relatório.

Creio que ontem, por ocasião da apresentação do Embaixador Massot, que atualmente é o ocupante do cargo, falou-se bastante dos Países Baixos, o que me permite abreviar um pouco a minha apresentação, ciente que estou do tempo limitado de que dispõem os Membros da Comissão.

Eu queria, no entanto, fazer uma breve referência ao passado histórico dos Países Baixos, ao fato de que essa nação, que hoje é uma monarquia constitucional que se constituiu no século XIX, depois das guerras napoleônicas, na realidade teve o seu apogeu no século XVI, depois de conquistar a independência com lutas políticas e religiosas para se livrar da dominação espanhola e assegurar a sua indepen-

dência política e a sua liberdade de escolha em matéria religiosa, transformou-se num grande centro de irradiação de comércio e de irradiação de cultura. Isso fez com que, no século XVII, esse país fosse a principal potência de navegação marítima e de comércio internacional. Esse período não durou muito tempo, porque depois foram destronados desse papel pela Grã-Bretanha e pela rivalidade francesa, mas que os levou a ter uma função no processo colonial e no processo de expansão do comércio naquele período e o que os trouxe até o Brasil, num episódio que é muito conhecido e também é motivo de vínculo entre os dois países.

Como centro de cultura, também quero recordar o papel dessa região e desse país tão intimamente central à Europa como um foco de liberdade de pensamento – quer dizer, vêm à mente Erasmo e Espinosa – e também de formação do Direito Internacional, uma vez que a obra de Hugo Grotius foi produzida e, até hoje, os Países Baixos são um país onde a cultura jurídica e o desenvolvimento do Direito Internacional têm uma posição muito central.

Modernamente, eu queria dizer que os Países Baixos, após a Segunda Guerra Mundial, acentuaram a sua prosperidade nacional, investindo no desenvolvimento de sua capacidade como centro comercial, financeiro e industrial e construíram uma sociedade de bem-estar, como outros países europeus, baseados na proteção social. Engajaram-se, desde cedo, na formação da Comunidade Européia e são propulsores do aprofundamento e da ampliação da atual União Européia, participando igualmente da união monetária.

Para a Holanda, a integração européia deve se aprofundar através do fortalecimento de três pilares: política externa e de defesa, a política monetária e a cooperação em matéria de justiça e assuntos policiais.

Dentre os temas europeus de interesse específico para o Brasil, valeria destacar a posição holandesa favorável à reforma da política agrícola comum e a gradual redução dos subsídios dados aos agricultores, tema que os Países Baixos associam à questão da expansão da União Européia e aos elevados custos que a ampliação dos subsídios traria para os contribuintes neerlandeses.

Essa, portanto, é uma convergência, é uma interface que temos com a Holanda, porque também nos beneficiaria a redução gradual desses subsídios e a modificação da política agrícola comum. A Holanda, que até a Segunda Guerra Mundial tinha buscado manter neutralidade – e foi vítima durante a invasão

alemã –, no pós-guerra integrou-se à Otan, com a qual coopera muito ativamente e busca também dar importância às relações entre a Otan e a Rússia e a questão da estabilidade e a integração progressiva dos países da antiga área socialista nos mecanismos de segurança e, futuramente, nos mecanismos europeus de integração.

Na ONU, a Holanda é um grande contribuinte do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento e também para a área de refugiados. Atualmente, inclusive, o escritório de refugiados da ONU é chefiado por um holandês e a Holanda participa ativamente de algumas operações de paz, como no Kosovo, no Afeganistão e em Serra Leoa, e, como eu disse também, tem interesse e apóia as atividades na área jurídica, sendo sede de várias organizações de natureza jurídica.

Em termos de política interna, valeria acentuar que a predominância que os democratas cristãos, do centro, os trabalhistas de tendência social democrata e os liberais de tendência conservadora tiveram durante a segunda metade do século XX viu-se um pouco abalada nas eleições realizadas em 2002, devido a uma crise relacionada com a divulgação de relatórios sobre a participação neerlandesa nas tropas de paz na Bósnia, o que gerou uma certa polêmica e levou à necessidade de eleições, onde partidos menores, de tendências mais extremas, lograram obter um peso e uma participação mais importante no governo.

Mas a tendência já está sendo revertida. Nas últimas eleições, os cristãos democratas voltaram ao poder, e o atual Primeiro-Ministro Peter Balkenende viu reforçada a posição do seu partido e continua governando com o Partido Democrata Cristão e dois outros partidos de centro-direita.

A Holanda é um país de população muito densa, 16 milhões, em um território pequeno e com alto índice de desenvolvimento econômico e social, com um Produto Nacional Bruto de quase 500 bilhões de euros e uma renda **per capita** superior a 28 mil euros. O crescimento tem sido baixo nesses últimos dois anos e há uma taxa de desemprego de 4,3%.

Dentro desse panorama, as relações com o Brasil destacam-se por seu dinamismo, pela intensidade dos contatos políticos, econômicos e culturais, como salientou, aliás, o Senador Marco Maciel, e as visitas mais recentes do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000, e da Rainha Beatriz, nos últimos meses. Essas relações estão solidamente ancoradas no intercâmbio comercial e no fluxo de investimentos holandeses, que têm estado entre os quatro mais importantes nos últimos cinco anos, calculando-se em

2002, tenha havido um fluxo superior a US\$3 bilhões, equivalente a cerca de 17% do volume de investimentos naquele ano.

Cerca de 50 empresas importantes dos Países Baixos mantêm investimentos no Brasil em diversas áreas financeiras de comércio, alimentos, petróleo, indústrias química e metalúrgica. Portanto, o acompanhamento e o apoio dos processos dos principais empreendedores será uma prioridade para a Embaixada e também a intenção de favorecer a inclusão das pequenas e médias empresas nesses negócios para que se possa pensar numa maior criação de empregos.

Em 2002, as exportações brasileiras somaram mais de US\$3 bilhões, o que faz da Holanda o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Europa e o terceiro maior mercado de exportação. Essas relações também estão aumentando no âmbito do turismo e na divulgação de uma imagem positiva do Brasil. Essa é uma área a que darei grande prioridade, procurando, com o auxílio dos órgãos federais e estaduais, a oportunidade para novos produtos, como é o caso atualmente das exportações de flores do Ceará.

No plano cultural, existem relações importantes, uma vez que há uma história comum. Conversei com o Senador Marco Maciel sobre o aniversário de 400 anos de Maurício de Nassau, que ocorrerá no próximo ano, e que será uma oportunidade para acentuarmos a colaboração entre instituições holandesas e brasileiras nas áreas de história, restauração, cultura e arte. Essa é uma questão importante.

Existe uma importante cátedra brasileira na Universidade de Laiden, que dá margem a uma troca de estudantes e professores, e uma cooperação entre o Instituto Ricardo Brenand e a Fundação Maurit Ruz (??). Pretendo, se merecer a confiança de V. Ex^{as}, trabalhar no aprofundamento dessas relações e no intercâmbio acadêmico, além de explorar as oportunidades de aproximação entre os órgãos da sociedade civil que possam cooperar em áreas relacionadas com projetos sociais de direitos humanos e meio ambiente.

Queria brevemente aludir que a Embaixada é responsável também pelas atividades junto aos organismos internacionais. Lá estão sediados a Corte Internacional de Justiça, a que já me referi, e o Tribunal Penal Internacional, dois órgãos onde estão presentes personalidades brasileiras, como o Ministro Francisco Rezek e a Dr^a Sílvia Stein. O Embaixador, na Haia, é também representante na Organização para a Proibição de Armas Químicas e, por esse motivo, estará atento para que as atividades da Organiza-

ção mantenham coerência e fidelidade aos propósitos da convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produção, estocagem e uso de armas químicas e sua destruição e levem à realização dos propósitos dessa convenção de maneira eqüitativa, não discriminatória e universal. Deve respeitar a prioridade atribuída na Convenção ao controle das instalações declaradas nas categorias 01 e 02, que abrangem as substâncias de maior periculosidade.

Também constitui foco de atenção para a Embaixada as atividades da Conferência da AE sobre Direito Internacional Privado, uma vez que o Brasil é parte de algumas de suas convenções, como a Convenção sobre a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional e a Convenção sobre Aspectos Cíveis do Seqüestro Internacional de Crianças.

Agradeço a V. Ex^a e aos Srs. Membros pela atenção a essa minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, deveríamos, conforme ocorreu ontem, transformar em reunião reservada, a não ser que os Srs. Senadores e o Sr. Embaixador preferiram que a reunião permaneça...

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Como não há nenhum interpelante, talvez possamos passar já ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Primeiro, preciso de perguntar se algum dos Senadores gostaria de tecer alguma consideração.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gostaria eu gostaria...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, uma palavra rápida. Como Relator, não tive oportunidade de apresentar o relatório, mas fiquei muito honrado com a Relatoria *ad hoc* do Senador Marco Maciel.

Mas eu gostaria de dirigir uma palavra, não é nenhuma pergunta, é uma palavra de consideração sobre o Embaixador Sabóia, que é um brilhante diplomata, uma das melhores cabeças da Casa, um homem com muita tradição, já desempenhou papéis ou postos da maior importância na hierarquia do Itamaraty, é um **expert** em assuntos diversos e está indicado para um país que, muito embora tenha uma dimensão física restrita, tem uma importância política e econômica muito grande para o Brasil. É a sede da Philips, da Shell, tem um mundo de investimentos no Brasil e é a sede do Porto de Roterdã, por onde entram as exportações do Brasil para a Europa toda; a

carga pesada no Brasil entra por Roterdã. Tanto é que, nas relações do Brasil com a Holanda, a carga de importações e exportações está concentrada porque o ingresso de tudo se faz pelo Porto de Roterdã. Portanto, é um país de muita importância para as relações políticas e econômicas do Brasil.

Tenho certeza de que o Presidente da República fez uma indicação correta, acho que estaremos muito bem servidos com o Embaixador na Holanda. Além de cumprimentar V. Ex^a, desejo-lhe muito boa sorte no novo posto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Senador Pedro Simon com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estranhei no relatório o fato deles não terem muito conhecimento do Brasil e dizerem que, principalmente, não têm conhecimento da passagem deles pelo Nordeste e de que ele não gostam de recordar o fato de que foram colonizadores. É isso mesmo?

O SR. GILBERTO VERGNE SABÓIA – Isso está realmente escrito no relatório, que é um documento que o Itamaraty fornece. É possível que exista esse sentimento, digamos, entre os holandeses, de uma maneira geral, de esquecer um pouco o passado colonial, em particular, o seu passado colonial mais recente. Penso que essas atividades de natureza histórica e cultural que se destinam a lembrar a história da presença holandesa no Brasil servirão para o melhor conhecimento da verdade histórica. Não que o fato da colonização ou do colonialismo seja, em algum momento, um fator positivo. Entendemos sempre que o caminho da independência e da autonomia é o melhor caminho. Mas o fato histórico deles terem ocupado uma parte do território brasileiro, há alguns séculos, cria esse vínculo. Creio que é um fator cultural a ser explorado e que permitirá, talvez, dar melhor conhecimento aos holandeses da nossa atual realidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, eu gostaria apenas de cumprimentá-lo pela sua exposição, por todo o seu currículo, a sua vida diplomática e registrar que me chama muito atenção o fato de a Holanda ser um dos maiores investidores do Brasil. Os dados aqui apresentados colocam que, em 2002, esse país foi o primeiro investidor do Brasil e que ocuparam o quarto lugar, em 2001 e em 2000, portanto, isso mostra a importância, a relevância da representação brasileira junto aos Países Baixos, junto à Holanda. Essa questão precisa ser ainda mais aprimorada para que pos-

samos manter esse interesse econômico da Holanda no Brasil.

Algumas empresas de grande relevância já estão aqui citadas, entretanto, citaria ainda uma delas, a Philips, que tem uma fábrica em Minas Gerais, em Varginha. Foi na época em que eu era Governador que tivemos essas tratativas. Essa empresa é muito importante, sendo, atualmente, a maior empregadora, a maior pagadora de impostos na cidade de Varginha. É o investimento holandês no nosso País, no nosso Estado.

A minha posição, portanto, é mais nesse sentido de reforçar a importância e a responsabilidade que V. Ex^a tem quando se trata hoje do principal investidor estrangeiro no Brasil, segundo dados de 2002, desejando que tenha muito sucesso a nossa representação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

V. S^a pode tecer comentários, obviamente. Quero apenas registrar um fato que me parece muito interessante em toda essa discussão sobre a necessidade ou não do Brasil participar da Alca. É interessante observar que, com respeito à Holanda, o Brasil tem conseguido um aumento considerável do comércio exterior. No último ano, houve um crescimento de 12% das exportações brasileiras.

Quem sabe, V. Ex^a possa, em suas considerações finais, explicar um pouco que razões levaram a esse resultado tão positivo e se é possível considerarmos que este progresso vai continuar.

O SR. GILBERTO VEGNER SABÓIA – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e também ao Senador Eduardo Azeredo pelos comentários.

Creio que essa capacidade da economia brasileira de atrair investimentos tem sido um fator importante que atesta a vitalidade da nossa economia, do nosso mercado; a capacidade que temos de projetar, possivelmente também, um perfil de exportação para a área de integração Mercosul. Creio que essa vitalidade também se mantém mesmo num período em que o crescimento econômico dos países europeus, sobretudo, tem sido baixo. Isso mostra também que a nossa competitividade vai atraindo setores investidores de outros países que sentem, talvez, que o futuro está no Brasil. De modo que o testemunho de V. Ex^a sobre o investimento da Philips, em Minas, é importante, é uma fonte de geração de empregos. Vamos continuar trabalhando nesse sentido. No que for possível, pretendo, pessoalmente, se merecer a confiança de V. Ex^{as}, me engajar nisso e conhecer os investidores. Creio que seria útil também desenvolver as oportunidades de associação entre empresas brasileiras e empresas dos Países Baixos, porque não podemos esquecer a importância da expansão da in-

dústria e do capital investido no Brasil, autonomamente. As médias e pequenas empresas também começam a entrar, bem como alguns novos setores comerciais não tradicionais que têm capacidade de expansão e o turismo, que também é uma fonte importante de renda para o nosso País.

Essas são as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Tendo já todos os Senadores votado, faltando apenas eu, peço aos Senadores Eduardo Azeredo e Pedro Simon a gentileza de fazer a apuração dos votos. (Pausa.)

Votaram SIM 12 Srs. Senadores, informam os Senadores Pedro Simon e Eduardo Azeredo.

Está aprovado o nome do Sr. Gilberto Vegner Sabóia.

Meus cumprimentos e muito obrigado pela atenção, Embaixador Gilberto Vegner Sabóia, que tenha sucesso em sua missão na Holanda.

Aproveito a oportunidade para informar, no encerramento desta reunião, que recebi ofício, ontem, do Presidente em exercício da Confederação Brasileira de Futebol, informando que, em atendimento aos inúmeros apelos, inclusive desta Presidência, a CBF resolveu participar, sim, dos Jogos Pan-Americanos Sub-20, a serem realizados em Santo Domingo.

Peço a gentileza de encaminhar a cópia e registrar, na íntegra, a correspondência para os Srs. Membros.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h14min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA SEXTA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA
LEGISLATURA DA COMISSÃO DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZOITO
DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E
TRÊS, APÓS A ORDEM DO DIA.

Às treze horas e quinze minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO MATARAZO SUP LICY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

com a presença dos Senhores Senadores MARCO MACIEL, EDISON LOBÃO, PEDRO SIMON, JOSÉ AGRIPINO, ANTERO PAES DE BARROS, AELTON FREITAS, ALOÍSIO MERCADANTE, EDUARDO AZEREDO, TIÃO VIANA, ARTHUR VIRGÍLIO e as Senhoras Senadoras FÁTIMA CLEIDE E HELOÍSA HELENA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da Mensagem (SF) nº 129, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GILBERTO VERGNE SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Dos Países Baixos. O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senhor Senador MARCO MACIEL que procede à leitura do relatório. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores PEDRO SIMON e JOSÉ AGRIPINO, Relator da Mensagem, que justifica a sua ausência por ocasião da leitura do relatório, agradecendo ao Senador Marco Maciel por tê-la feito em seu nome. Após a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores EDUARDO AZEREDO e PEDRO SIMON para servirem como escrutinadores. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação do indicado por doze votos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dez minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SEXTA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA
SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE
JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, APÓS A
ORDEM DO DIA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos à apreciação das matérias da pauta.

Item nº 1:

Mensagem do Senado Federal nº 129, de 2003. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Gilberto Vergne Sabóia, Ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos. Autoria: Presidente da República.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, para que possa ler o parecer do Senador José Agripino.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente desta Comissão, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação, por parte do Senhor Presidente da República, do Embaixador Gilberto Vergne Sabóia para exercer o cargo de Embaixador junto ao Reino dos Países Baixos.

Desnecessário lembrar que a Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou oportuna e competentemente o **currículo** do indicado, cuja leitura me dispense de fazer, visto que, ao longo de sua vida diplomática, exerceu relevantes funções não somente no exterior mas também no Brasil, inclusive sendo, durante um período da administração passada, no Governo Fernando Henrique Cardoso, Secretário de Estado para os assuntos de Direitos Humanos.

Além disso, foi acreditado em agências multilaterais e também – é bom lembrar – possui honrosas condecorações de governos de países como México, Chile, Equador, Senegal, França, Venezuela e Alemanha.

Está sendo indicado, como sabemos, para ser o nosso Embaixador junto aos Países Baixos. Trata-se de um país com o qual temos tido um crescente relacionamento. A Holanda, mercê do Porto de Rotterdam, cumpre um papel muito importante nas exportações brasileiras para a União Européia, de modo geral; ao mesmo tempo, também contribui muito para as importações que fazemos da União Européia e também da Holanda.

Por outro lado, a cooperação tem sido muito boa no campo da cooperação técnico-cultural, que tem sido muito ativa, e também por que não dizer que a interlocução no campo político tem sido algo muito positivo.

Recebemos, há poucos anos, a visita do então Primeiro-Ministro. Neste ano, pela primeira vez na nossa história, recebemos a visita da Rainha Beatriz ao Brasil, e devo destacar que, além disso, tem sido muito grande o intercâmbio no campo não somente parlamentar, mas também entre Ministros de Estado. Vários Ministros de Estado holandeses estiveram no Brasil nesses últimos anos, assim como autoridades brasileiras têm exercido missões junto ao Governo holandês.

Essa é a minha concisa fala sobre a indicação do Embaixador Gilberto Vergne Sabóia.

Sr. Presidente, se V. Ex^a achar de bom alvitre, poderíamos ouvir o Embaixador, para que possamos, assim, dar seqüência à análise da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Embaixador Gilberto Vergne Sabóia.

O SR. GILBERTO VEGNER SABÓIA – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Suplicy, e Srs. Membros da Comissão, eu quero, em primeiro lugar, acentuar que, distinguido com a escolha do Presidente da República para exercer a função de Embaixador junto aos Países Baixos, tenho grande honra e satisfação de estar aqui hoje perante a Comissão para cumprir uma etapa do processo de indicação dos Chefes de Missão, que, além do significado constitucional, é um importante elemento do diálogo e da mútua colaboração entre o Legislativo e o Executivo na formulação e execução da política externa.

Quero, pois, render tributo a esta Casa e aos Membros da Comissão pela contribuição que têm dado à análise das questões internacionais do ponto de vista dos interesses do Brasil. Quero também expressar a minha disposição e empenho, caso venha a merecer a confiança de V. Ex^{as}, em trabalhar em prol do aprofundamento das relações interparlamentares entre o Brasil e os Países Baixos.

Agradeço ao Senador Marco Maciel pela apresentação do relatório e pelas generosas palavras e também ao Senador José Agripino Maia por sua contribuição a esse relatório.

Creio que ontem, por ocasião da apresentação do Embaixador Massot, que atualmente é o ocupante do cargo, falou-se bastante dos Países Baixos, o que me permite abreviar um pouco a minha apresentação, ciente que estou do tempo limitado de que dispõem os Membros da Comissão.

Eu queria, no entanto, fazer uma breve referência ao passado histórico dos Países Baixos, ao fato de que essa nação, que hoje é uma monarquia constitucional que se constituiu no século XIX, depois das guerras napoleônicas, na realidade teve o seu apogeu no século XVI, depois de conquistar a independência com lutas políticas e religiosas para se livrar da dominação espanhola e assegurar a sua independência política e a sua liberdade de escolha em matéria religiosa, transformou-se num grande centro de irradiação de comércio e de irradiação de cultura. Isso fez com que, no século XVII, esse país fosse a principal potência de navegação marítima e de comércio internacional. Esse período não durou muito tempo, porque depois foram destronados desse papel pela Grã-Bretanha e pela rivalidade francesa, mas que os levou a ter uma função no processo colonial e no processo de expansão do comércio naquele período e o que os trouxe até o Brasil, num episódio que é muito conhecido e também é motivo de vínculo entre os dois países.

Como centro de cultura, também quero recordar o papel dessa região e desse país tão intimamente central à Europa como um foco de liberdade de pensamento – quer dizer, vêm à mente Erasmo e Espinosa – e também de formação do Direito Internacional, uma vez que a obra de Hugo Grotius foi produzida e, até hoje, os Países Baixos são um país onde a cultura jurídica e o desenvolvimento do Direito Internacional têm uma posição muito central.

Modernamente, eu queria dizer que os Países Baixos, após a Segunda Guerra Mundial, acentuaram a sua prosperidade nacional, investindo no desenvolvimento de sua capacidade como centro comercial, financeiro e industrial e construíram uma sociedade de bem-estar, como outros países europeus, baseados na proteção social. Engajaram-se, desde cedo, na formação da Comunidade Européia e são propulsores do aprofundamento e da ampliação da atual União Européia, participando igualmente da união monetária.

Para a Holanda, a integração européia deve se aprofundar através do fortalecimento de três pilares: política externa e de defesa, a política monetária e a cooperação em matéria de justiça e assuntos policiais.

Dentre os temas europeus de interesse específico para o Brasil, valeria destacar a posição holandesa favorável à reforma da política agrícola comum e a gradual redução dos subsídios dados aos agricultores, tema que os Países Baixos associam à questão da expansão da União Européia e aos elevados custos que a ampliação dos subsídios traria para os contribuintes neerlandeses.

Essa, portanto, é uma convergência, é uma interface que temos com a Holanda, porque também nos beneficiaria a redução gradual desses subsídios e a modificação da política agrícola comum. A Holanda, que até a Segunda Guerra Mundial tinha buscado manter neutralidade – e foi vítima durante a invasão alemã –, no pós-guerra integrou-se à Otan, com a qual coopera muito ativamente e busca também dar importância às relações entre a Otan e a Rússia e a questão da estabilidade e a integração progressiva dos países da antiga área socialista nos mecanismos de segurança e, futuramente, nos mecanismos europeus de integração.

Na ONU, a Holanda é um grande contribuinte do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento e também para a área de refugiados. Atualmente, inclusive, o escritório de refugiados da ONU é chefiado por um holandês e a Holanda participa ativamente de algumas operações de paz, como no Kosovo, no Afeganistão e em Serra Leoa, e, como eu disse também, tem interesse e apóia as atividades na área jurídica, sendo sede de várias organizações de natureza jurídica.

Em termos de política interna, valeria acentuar que a predominância que os democratas cristãos, do centro, os trabalhistas de tendência social democrata e os liberais de tendência conservadora tiveram durante a segunda metade do século XX viu-se um pouco abalada nas eleições realizadas em 2002, devido a uma crise relacionada com a divulgação de relatórios sobre a participação neerlandesa nas tropas de paz na Bósnia, o que gerou uma certa polêmica e levou à necessidade de eleições, onde partidos menores, de tendências mais extremas, lograram obter um peso e uma participação mais importante no governo.

Mas a tendência já está sendo revertida. Nas últimas eleições, os cristãos democratas voltaram ao poder, e o atual Primeiro-Ministro Peter Balkenende viu reforçada a posição do seu partido e continua governando com o Partido Democrata Cristão e dois outros partidos de centro-direita.

A Holanda é um país de população muito densa, 16 milhões, em um território pequeno e com alto índice de desenvolvimento econômico e social, com um

Produto Nacional Bruto de quase 500 bilhões de euros e uma renda **per capita** superior a 28 mil euros. O crescimento tem sido baixo nesses últimos dois anos e há uma taxa de desemprego de 4,3%.

Dentro desse panorama, as relações com o Brasil destacam-se por seu dinamismo, pela intensidade dos contatos políticos, econômicos e culturais, como salientou, aliás, o Senador Marco Maciel, e as visitas mais recentes do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000, e da Rainha Beatriz, nos últimos meses. Essas relações estão solidamente ancoradas no intercâmbio comercial e no fluxo de investimentos holandeses, que têm estado entre os quatro mais importantes nos últimos cinco anos, calculando-se que, em 2002, tenha havido um fluxo superior a US\$3 bilhões, equivalente a cerca de 17% do volume de investimentos naquele ano.

Cerca de 50 empresas importantes dos Países Baixos mantêm investimentos no Brasil em diversas áreas financeiras de comércio, alimentos, petróleo, indústrias química e metalúrgica. Portanto, o acompanhamento e o apoio dos processos dos principais empreendedores será uma prioridade para a Embaixada e também a intenção de favorecer a inclusão das pequenas e médias empresas nesses negócios para que se possa pensar numa maior criação de empregos.

Em 2002, as exportações brasileiras somaram mais de US\$3 bilhões, o que faz da Holanda o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Europa e o terceiro maior mercado de exportação. Essas relações também estão aumentando no âmbito do turismo e na divulgação de uma imagem positiva do Brasil. Essa é uma área a que darei grande prioridade, procurando, com o auxílio dos órgãos federais e estaduais, a oportunidade para novos produtos, como é o caso atualmente das exportações de flores do Ceará.

No plano cultural, existem relações importantes, uma vez que há uma história comum. Conversei com o Senador Marco Maciel sobre o aniversário de 400 anos de Maurício de Nassau, que ocorrerá no próximo ano, e que será uma oportunidade para acentuarmos a colaboração entre instituições holandesas e brasileiras nas áreas de história, restauração, cultura e arte. Essa é uma questão importante.

Existe uma importante cátedra brasileira na Universidade de Laiden, que dá margem a uma troca de estudantes e professores, e uma cooperação entre o Instituto Ricardo Brenand e a Fundação Mauritz Ruz (?). Pretendo, se merecer a confiança de V. Ex^{as}, trabalhar no aprofundamento dessas relações e no intercâmbio acadêmico, além de explorar as oportuni-

dades de aproximação entre os órgãos da sociedade civil que possam cooperar em áreas relacionadas com projetos sociais de direitos humanos e meio ambiente.

Queria brevemente aludir que a Embaixada é responsável também pelas atividades junto aos organismos internacionais. Lá estão sediados a Corte Internacional de Justiça, a que já me referi, e o Tribunal Penal Internacional, dois órgãos onde estão presentes personalidades brasileiras, como o Ministro Francisco Rezek e a Dr^a Sílvia Stein. O Embaixador, na Haia, é também representante na Organização para a Proibição de Armas Químicas e, por esse motivo, estará atento para que as atividades da Organização mantenham coerência e fidelidade aos propósitos da convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produção, estocagem e uso de armas químicas e sua destruição e levem à realização dos propósitos dessa convenção de maneira equitativa, não discriminatória e universal. Deve respeitar a prioridade atribuída na Convenção ao controle das instalações declaradas nas categorias 01 e 02, que abrangem as substâncias de maior periculosidade.

Também constitui foco de atenção para a Embaixada as atividades da Conferência da AE sobre Direito Internacional Privado, uma vez que o Brasil é parte de algumas de suas convenções, como a Convenção sobre a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional e a Convenção sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.

Agradeço a V. Ex^a e aos Srs. Membros pela atenção a essa minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, deveríamos, conforme ocorreu ontem, transformar em reunião reservada, a não ser que os Srs. Senadores e o Sr. Embaixador prefiram que a reunião permaneça...

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Como não há nenhum interpelante, talvez possamos passar já ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Primeiro, preciso de perguntar se algum dos Senadores gostaria de tecer alguma consideração.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gostar eu gostaria...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, uma palavra rápida. Como Relator, não tive oportunidade de apresentar o relatório, mas fiquei

muito honrado com a Relatoria **ad hoc** do Senador Marco Maciel.

Mas eu gostaria de dirigir uma palavra, não é nenhuma pergunta, é uma palavra de consideração sobre o Embaixador Sabóia, que é um brilhante diplomata, uma das melhores cabeças da Casa, um homem com muita tradição, já desempenhou papéis ou postos da maior importância na hierarquia do Itamaraty, é um **expert** em assuntos diversos e está indicado para um país que, muito embora tenha uma dimensão física restrita, tem uma importância política e econômica muito grande para o Brasil. É a sede da Philips, da Shell, tem um mundo de investimentos no Brasil e é a sede do Porto de Roterdã, por onde entram as exportações do Brasil para a Europa toda; a carga pesada no Brasil entra por Roterdã. Tanto é que, nas relações do Brasil com a Holanda, a carga de importações e exportações está concentrada porque o ingresso de tudo se faz pelo Porto de Roterdã. Portanto, é um país de muita importância para as relações políticas e econômicas do Brasil.

Tenho certeza de que o Presidente da República fez uma indicação correta, acho que estaremos muito bem servidos com o Embaixador na Holanda. Além de cumprimentar V. Ex^a, desejo-lhe muito boa sorte no novo posto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Senador Pedro Simon com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estranhei no relatório o fato deles não terem muito conhecimento do Brasil e dizerem que, principalmente, não têm conhecimento da passagem deles pelo Nordeste e de que ele não gostam de recordar o fato de que foram colonizadores. É isso mesmo?

O SR. GILBERTO VERGNE SABÓIA – Isso está realmente escrito no relatório, que é um documento que o Itamaraty fornece. É possível que exista esse sentimento, digamos, entre os holandeses, de uma maneira geral, de esquecer um pouco o passado colonial, em particular, o seu passado colonial mais recente. Penso que essas atividades de natureza histórica e cultural que se destinam a lembrar a história da presença holandesa no Brasil servirão para o melhor conhecimento da verdade histórica. Não que o fato da colonização ou do colonialismo seja, em algum momento, um fator positivo. Entendemos sempre que o caminho da independência e da autonomia é o melhor caminho. Mas o fato histórico deles terem ocupado uma parte do território brasileiro, há alguns séculos, cria esse vínculo. Creio que é um fator cultural a ser explorado e que permitirá, talvez, dar melhor

conhecimento aos holandeses da nossa atual realidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, eu gostaria apenas de cumprimentá-lo pela sua exposição, por todo o seu currículo, a sua vida diplomática e registrar que me chama muito atenção o fato de a Holanda ser um dos maiores investidores do Brasil. Os dados aqui apresentados colocam que, em 2002, esse país foi o primeiro investidor do Brasil e que ocuparam o quarto lugar, em 2001 e em 2000, portanto, isso mostra a importância, a relevância da representação brasileira junto aos Países Baixos, junto à Holanda. Essa questão precisa ser ainda mais aprimorada para que possamos manter esse interesse econômico da Holanda no Brasil.

Algumas empresas de grande relevância já estão aqui citadas, entretanto, citaria ainda uma delas, a Philips, que tem uma fábrica em Minas Gerais, em Varginha. Foi na época em que eu era Governador que tivemos essas tratativas. Essa empresa é muito importante, sendo, atualmente, a maior empregadora, a maior pagadora de impostos na cidade de Varginha. É o investimento holandês no nosso País, no nosso Estado.

A minha posição, portanto, é mais nesse sentido de reforçar a importância e a responsabilidade que V. Ex^a tem quando se trata hoje do principal investidor estrangeiro no Brasil, segundo dados de 2002, desejando que tenha muito sucesso a nossa representação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

V. S^a pode tecer comentários, obviamente. Quero apenas registrar um fato que me parece muito interessante em toda essa discussão sobre a necessidade ou não do Brasil participar da Alca. É interessante observar que, com respeito à Holanda, o Brasil tem conseguido um aumento considerável do comércio exterior. No último ano, houve um crescimento de 12% das exportações brasileiras.

Quem sabe, V. Ex^a possa, em suas considerações finais, explicar um pouco que razões levaram a esse resultado tão positivo e se é possível considerar-mos que este progresso vai continuar.

O SR. GILBERTO VEGNER SABÓIA – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e também ao Senador Eduardo Azeredo pelos comentários.

Creio que essa capacidade da economia brasileira de atrair investimentos tem sido um fator impor-

tante que atesta a vitalidade da nossa economia, do nosso mercado; a capacidade que temos de projetar, possivelmente também, um perfil de exportação para a área de integração Mercosul. Creio que essa vitalidade também se mantém mesmo num período em que o crescimento econômico dos países europeus, sobretudo, tem sido baixo. Isso mostra também que a nossa competitividade vai atraindo setores investidores de outros países que sentem, talvez, que o futuro está no Brasil. De modo que o testemunho de V. Ex^a sobre o investimento da Philips, em Minas, é importante, é uma fonte de geração de empregos. Vamos continuar trabalhando nesse sentido. No que for possível, pretendo, pessoalmente, se merecer a confiança de V. Ex^{as}, me engajar nisso e conhecer os investidores. Creio que seria útil também desenvolver as oportunidades de associação entre empresas brasileiras e empresas dos Países Baixos, porque não podemos esquecer a importância da expansão da indústria e do capital investido no Brasil, autonomamente. As médias e pequenas empresas também começam a entrar, bem como alguns novos setores comerciais não tradicionais que têm capacidade de expansão e o turismo, que também é uma fonte importante de renda para o nosso País.

Essas são as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Tendo já todos os Senadores votado, faltando apenas eu, peço aos Senadores Eduardo Azeredo e Pedro Simon a gentileza de fazer a apuração dos votos. (Pausa.)

Votaram SIM 12 Srs. Senadores, informam os Senadores Pedro Simon e Eduardo Azeredo.

Está aprovado o nome do Sr. Gilberto Vegner Sabóia.

Meus cumprimentos e muito obrigado pela atenção, Embaixador Gilberto Vegner Sabóia, que tenha sucesso em sua missão na Holanda.

Aproveito a oportunidade para informar, no encerramento desta reunião, que recebi ofício, ontem, do Presidente em exercício da Confederação Brasileira de Futebol, informando que, em atendimento aos inúmeros apelos, inclusive desta Presidência, a CBF resolveu participar, sim, dos Jogos Pan-Americanos Sub-20, a serem realizados em Santo Domingo.

Peço a gentileza de encaminhar a cópia e registrar, na íntegra, a correspondência para os Srs. Membros.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h14min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO MATARAZZO SUPPLY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores MARCELO CRIVELLA, JOÃO CAPIBERIBE, VALDIR RAUPP, JEFFERSON PÉRES, ARTHUR VIRGÍLIO, MARCO MACIEL, HÉLIO COSTA, TIÃO VIANA, EDISON LOBÃO, PEDRO SIMON, EDUARDO AZEREDO, JUVÊNCIO DA FONSECA, GILBERTO MESTRINHO, SÉRGIO GUERRA, JOSÉ AGRIPINO, LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA e a Senhora Senadora LÚCIA VÂNIA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a audiência pública com a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Manaus, Dom LUIZ SOARES VIEIRA para prestar depoimento a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia. Após a abertura da reunião, o Senhor Presidente inverte a pauta. Extra-pauta – Item 01 –Requerimento nº 18, de 2003/CRE, de autoria do Senador TIÃO VIANA e da Senadora IDELI SALVATTI solicitando a realização de audiência pública com a presença do Embaixador da República do Cameroun no Brasil, Decano do Grupo dos Embaixadores Africanos no Brasil e Vice- Decano do Corpo Diplomático, Senhor MARTIN MBARGA NGUELE; do Diretor Geral da África e Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador PEDRO MOTTA PINTO COELHO; do Gerente Executivo da Diretoria de Governo do Banco do Brasil, Doutor ROGÉRIO FERNANDO LOT e do Presidente da Central- Engenharia e Logística do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Doutor ALBUÍNO CUNHA DE AZEREDO para prestarem esclarecimentos sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). Discutiram a matéria os Senadores JEFFERSON

PERES e ARTHUR VIRGÍLIO. O requerimento foi aprovado. Após alguns informes, o Senhor Presidente passa a palavra a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Manaus, Dom LUIZ SOARES VIEIRA que faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: PEDRO SIMON, GILBERTO MESTRINHO, ARTHUR VIRGÍLIO, MARCELO CRIVELLA, JEFFERSON PÉRES, JOÃO CAPIBERIBE e AUGUSTO BOTELHO. O Senhor Presidente presta cumprimentos e agradecimentos a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Manaus. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS DEZ HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo quorum regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para, hoje, especialmente, ouvirmos a Sua Excelência Reverendíssima Dom Luiz Soares Vieira, Arcebispo de Manaus, que prestará depoimento a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia, conforme requerimento aprovado, unanimemente, por esta Comissão, de autoria dos Srs. Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio.

Em primeiro lugar, agradeço a presença de Sua Excelência Reverendíssima Dom Luiz Soares Vieira e aproveito a oportunidade para agradecer também aos Srs. Senadores que, inclusive, já assinaram e completaram o quorum, por estarem presentes nesta reunião, pois estivemos, há poucos instantes, juntamente com o Senador Pedro Simon, participando de uma reunião do Mercosul para examinar itens importantes da pauta daquela Comissão.

Esta Presidência informa às **Sr^{as}** e aos **Srs. Senadores**, em primeiro lugar, que o convite do Sr. Ministro da Defesa, José Viegas, que encaminhei a todos os Membros desta Comissão, para comparecerem, hoje e amanhã, ao Timbó, no Estado do Amazo-

nas, em Itabatinga, para examinarem a Operação Timbó, somente chegou às minhas mãos no início desta semana.

Indago se algum Senador pôde comparecer a essa missão. (Pausa)

Infelizmente, como o convite chegou muito em cima da hora, quase todos os Senadores tinham compromissos, inclusive este com o Arcebispo, Dom Luiz Soares Vieira.

Então, esperamos, em uma próxima oportunidade, fazer essa visita.

Algumas pessoas perguntaram-me em que medida o Brasil prestou solidariedade à Argélia diante do trágico terremoto que lá ocorreu. Soube de uma iniciativa importante da parte de um brasileiro que, avalio, é importante registrarmos.

Falarei do senhor Silas Souza Silveira, de São Gerônimo, no Rio Grande do Sul. Soube do que S. S^a tinha feito e pedi que nos informassem. Desde 1985, tem prestado auxílio em salvamentos e levado, como ferramentas, máquinas de cortar concreto que são utilizadas para liberar pessoas presas em desmoronamentos. Quando houve um grande terremoto no México, em 1985, S. S^a foi ao México voluntariamente e recebeu uma condecoração. Um general mexicano, em seu discurso, afirmou que o gesto do brasileiro deve ser considerado como um elo na união dos povos latino-americanos. S. S^a esteve, com a mesma finalidade, no Iran, na Colômbia, no Equador e, agora, na Argélia. Tomou a iniciativa de ir à Argélia. Ficou lá duas semanas ajudando a retirar pessoas, algumas ainda com vida, dos escombros. S. S^a tem esse conhecimento e afirmou que não conseguiria manter sua consciência tranqüila sabendo que, em algum lugar, há pessoas precisando de auxílio. Afirmou: Senti-me extremamente gratificado em Argel onde, no palácio governamental, o ministro disse que o Brasil não os deixaria sozinhos.

Essa foi iniciativa de um cidadão do Rio Grande do Sul. Passo o relato às mãos do Senador Pedro Simon. Creio que S. S^a merece um cumprimento e o nosso louvor por essa ação tão importante. S. S^a trabalhou duas semanas e nem tínhamos conhecimento. Creio que é um exemplo que deve ser aqui registrado.

Há um requerimento da Senadora Ideli Salvatti que precisa de exame urgente, tendo em vista a viagem que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará no início de agosto para a África. S. Ex^a propõe que façamos o seguinte:

Requeiro, nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado, c/c o inciso V do art. 58 da Constituição que sejam convidados o Embaixador da República de Cameroun no Brasil, decano do grupo diplomático de embaixadores africanos no Brasil e vice-decano do corpo diplomático, Martin Mbarga Nguete, o Diretor-Geral da África e do Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Pedro Mota Pinto Coelho, o Gerente Executivo da Diretoria do Governo do Banco do Brasil, o Sr. Rogério Fernando Lot, o Presidente da Central de Engenharia e Logística do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Albuino Cunha de Azeredo, para participarem de audiência pública junto a esta Comissão sobre a nova parceria para o desenvolvimento da África, Nepad.

A Senadora, juntamente com o Senador Tião Viçosa, membro desta Comissão, assinam o requerimento.

V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

A Nepad é uma organização que reúne todos os países africanos e que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento do continente. É um continente que, todos sabemos, tem um sofrimento acumulado, ao longo dos séculos, pela colonização e por toda a dificuldade de superar a realidade econômica e social pós-colonizadora. Estão-se articulando no sentido de buscar parcerias, inclusive internacionais, para encontrar a superação das condições de miséria e de dificuldades que o continente, como um todo, atravessa.

Fomos procurados pelo Embaixador da República de Camarões, exatamente a pessoa que coordena todos os embaixadores africanos em Brasília. O decano, bastante animado com o fato de o Governo brasileiro ter, em inúmeras oportunidades, ressaltado o interesse de aprofundar as relações do Brasil, do Mercosul, com o Continente Africano, está propondo que possamos fazer esse debate aqui na Comissão de Relações Exteriores, trazendo a representação dos embaixadores, juntamente com o corpo diplomático brasileiro, o Itamaraty, que cuida das relações com a África, assim como o representante do Banco do Brasil e da Petrobras, que já têm uma iniciativa em desenvolvimento de parcerias com o Continente Africano.

É importante também ressaltar que o Brasil é a segunda maior população afro-descendente do Planeta. Nosso País tem esse viés de ligação muito profunda, não apenas pela separação geológica ocorri-

da, mas por toda a questão cultural com a população afro-descendente trazida ao Brasil durante todo o período da escravatura.

Temos um entendimento de que, se pudermos realizar essa audiência pública, antes da viagem do Presidente da República, que deverá acontecer nos primeiros dias de agosto, nós contaremos com a parceria do Congresso Nacional, o que nos trará muitos benefícios.

Nessa última terça-feira, tive a oportunidade de participar de um almoço na residência do Embaixador da República dos Camarões, o Sr. Martin Mbarga Nguete, e pude perceber o interesse em se fazer uma discussão numa perspectiva de Mercosul, não apenas dos países do Cone Sul da América Latina, mas num sentido amplo de articulação dos países do Hemisfério Sul. Então, essa perspectiva está colocada, e há uma expectativa muito grande quanto à viagem do Presidente Lula, porque toda a articulação internacional que vem ocorrendo, dos países do "G-Outros", como está sendo designado, é algo que potencialmente pode vir a ocorrer.

Então, mesmo não sendo membro da Comissão de Relações Exteriores, estamos fazendo essa proposição, pois fui solicitada nesse sentido. Entendi o assunto como relevante, como pertinente, e até diria urgente, tendo em vista a viagem internacional do nosso Presidente.

Gostaria, então, de solicitar a aprovação do requerimento e que, apesar da questão da convocação extraordinária em julho, pudéssemos encontrar uma brecha, alguma possibilidade de realizar realmente a audiência durante o mês de julho.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, é excelente a sugestão da Senadora Ideli Salvatti. O Brasil tem dado pouca atenção à África e precisa dar essa atenção não apenas pela necessidade de estabelecermos intercâmbio com a África num interesse recíproco. Vai muito mais do que isso. É por solidariedade. A África Subsaariana vive uma tragédia inenarrável, Sr. Presidente, marcada por conflitos étnicos e tribais, guerras civis, corrupção das elites, ditaduras, violência e uma verdadeira pandemia de Aids. É uma tragédia mesmo, e o Brasil precisa voltar-se para isso e fazer parte do esforço internacional de solidariedade e ajuda àquele povo, ainda que não

tivesse uma população de origem africana. É um problema mesmo de solidariedade humana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é meritória a manifestação da Senadora Ideli Salvatti, e, além das razões muito bem expendidas pelo Senador Jefferson Péres e com as quais me ponho de acordo, vejo o fato objetivo e pragmático de o Brasil expandir uma imagem, expandir uma liderança. A propósito, passo às mãos de V. Ex^a, no ensejo dessa oportuníssima reunião da qual participará o Brasil, mediante o seu Governo, o Ministério das Relações Exteriores, o chamado G-3, Brasil, África do Sul e Índia, os dados das relações comerciais do Brasil com esses dois países e do Brasil com a China e Rússia, porque para mim o G-3 precisa evoluir para o G-5: Índia, África do Sul, Brasil, China e Rússia. São países que têm semelhanças com o nosso, todos eles grandes nichos de desenvolvimento tecnológico e que têm, ao mesmo tempo, problemas sociais graves, uns com mais avanço militar, outros com mais recuo social. Enfim, são países que têm problemas diferentes que encontrarão juntos um destino. É muito oportuno e entendo que o Governo do Brasil deve inserir até uma sugestão que faria a nossa Comissão, insistindo para que a diplomacia brasileira envide todos os esforços para transformar o G-3 em G-5. Seria um fórum extremamente importante para discutirmos o futuro das nossas transações comerciais.

Então, o Brasil evolui no comércio internacional, evolui no comércio internacional com todos esses países, mas eu vejo que os números são irrisórios. Com a Rússia, em 2002, importamos US\$427 milhões de dólares, exportamos US\$824 milhões. Com a Índia, importamos US\$573 milhões e exportamos US\$80 milhões. Isso é terrível, chega a ser irrisório. A Índia e China, Senador Ideli Salvatti, quando se desenvolverem plenamente, terão a classe média acima da população total, ou seja, consumidores em potencial em cima dos quais devemos colocar toda a nossa atenção. Com a África do Sul, importamos US\$181 milhões e exportamos US\$296 milhões apenas; China, importamos, em 2002, US\$1.554 bilhão, é muito pouco, e exportamos – estávamos deficitários – US\$966 milhões. Este ano, demos a virada, felizmente os números são promissores, até maio nós importamos US\$736 milhões e exportamos US\$1.037 bilhão. Vivamos, mas ainda são números muito pouco expressivos em função do que temos que fazer. Ou seja, eu vejo que o Brasil precisa se relacionar com esses países, manter as suas relações com os Estados Unidos

e procurar se afirmar pelo lado ocidental, namorar bastante as oportunidades com a União Européia, consolidar com o Mercosul, integrar ao Mercosul os países da banda norte da América do Sul e, sem dúvida alguma, não desprezar uma liderança que é quase natural junto aos países da África portuguesa e da África de um modo geral, sem disputar espaços, sem brigar por hegemonias. Mas, por meio da solidariedade proposta pela Senadora Ideli Salvatti – muito bem colocada aqui a proposição de S. Ex^a – e de uma ação pragmática da diplomacia, visando ampliar as nossas raízes comerciais, intercambiando cada vez mais neste mundo que exige que intercambiemos para não sucumbirmos.

Eu passo as mãos de V. Ex^a, Sr. Presidente, esses dados e com a recomendação de que o G-3 vire G-5 a bem do País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradecemos as informações do Senador Arthur Virgílio e pediria à Secretaria para distribuir os dados a todos os Srs. Senadores.

Concedo a palavra a nobre Senadora

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu penso que eles estão reagindo com preocupação. Mas, Sr. Presidente, aproveite a oportunidade para entregar a todos os Srs. Senadores que estão participando da reunião no dia de hoje, a revista *África-Brasil*, que é o órgão de divulgação do Nepad no Brasil, em que constam todas as informações, as questões que estão colocadas para esta nova parceria para o desenvolvimento da África está bastante ilustrada e desenvolvida na revista, que, aliás, é muito bonita e também traz um caderno especial sobre Moçambique. Então, quero aproveitar para distribuir o órgão de divulgação do Nepad aqui no nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem!

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo com o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Quero sugerir que essa audiência seja realizada na terceira semana de julho, Senador Ideli Salvatti, na quinta-feira, na reunião regular, uma vez que este assunto fará parte da negociação sobre África, que inclui os acordos internacionais.

Informo que, nos dias 8 e 9 de julho, uma delegação de parlamentares da África do Sul estará visitando o Senado Federal. Na ocasião, chamarei a atenção novamente para o fato, para que os senado-

res interessados possam conversar com esses parlamentares da África do Sul.

Último aviso: o coordenador-geral das negociações da Alca, o Conselheiro Tovar da Silva Nunes, informa que será realizada a 14^a Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca em San Salvador, El Salvador, no período de 8 a 11 de julho, a qual será precedida, nos dias 5 a 7 de julho, de reunião inter-Mercosul, encontros bilaterais e reunião do Subcomitê de Administração e Orçamento. Consulto os membros da Comissão de Relação Exteriores para saber se algum de S. Ex^{as} gostaria de ir como observador a essa reunião. Encaminharei esse ofício a todos os Srs. Senadores para que possam se manifestar.

Passamos agora à audiência do Sr. Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, que falará sobre a soberania brasileira sobre a Amazônia. V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que considerar necessário, mas dando um espaço também para ouvirmos os Srs. Senadores que quiserem fazer-lhe perguntas e manifestar observações.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou muito feliz por me encontrar nesta comissão para conversar um pouco sobre a Amazônia. Agradeço o requerimento feito pelos Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio, o que realmente me envaideceu, foi um gesto de carinho e de amizade. Vamos, então, conversar um pouco sobre a Amazônia.

Recentemente, fiz uma viagem à Europa com outros bispos e outros amigos e todos eles ouviram, aqui e ali, como ouvi também, referências à Amazônia que nos deixaram muito preocupados. Fala-se que o Brasil não está cuidando da Amazônia, que ela está sendo devastada, que o nosso País não está mostrando competência para administrá-la. Naturalmente, isso tudo nos deixa muito preocupados, porque é a opinião não de uma ou de duas pessoas, mas uma opinião que se ouve com muita frequência na Europa.

Depois, voltando ao Brasil, participamos da assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaici, no final de abril e em maio. Nós, os bispos da Amazônia, estamos numa campanha muito grande para chamar a atenção da Igreja do Brasil sobre a Amazônia, porque a Igreja Católica do Brasil não deu a devida atenção à Igreja que se encontra na Amazônia. Nessa reunião, depois de quatro ou cinco anos em que batemos na mesma tecla, felizmente conseguimos a criação de uma comissão episcopal dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para cuidar dos problemas da Amazônia.

Há uma coisa que realmente nos entristece muito: o Brasil não conhece a Amazônia. Fielito: o Brasil não conhece a Amazônia. Para muita gente, a Amazônia é a floresta, é a água; esquecem-se que a Amazônia é a terra, mas também é o povo que mora lá. A Amazônia não se define somente geograficamente por seu território: define-se por seu território e pelo povo que mora lá, que é um povo muito rico por sinal. Temos lá muitos povos -- não um povo só -- com línguas diferentes, temos os povos indígenas de várias raças, de várias nações, temos os ribeirinhos, os imigrantes, os habitantes da cidade, temos uma população muito variada. O Brasil precisa conhecer a Amazônia porque a Amazônia corre risco sim.

Como não? Não digo um risco imediato de intervenção estrangeira, neste momento, no Brasil, porque não há condições para isso. Mas se não cuidarmos, deixaremos que se criem condições para uma futura intervenção internacional nessa parte do Brasil.

Chamo a atenção de todos para algumas questões que devem nos preocupar. Primeiramente, a questão da guerrilha, do Plano Colômbia, que está muito próxima do território brasileiro. Na Vila Bittencourt, território nacional, já houve incursões da guerrilha, não sei com que intenção, se com ou sem propósito. Temos notícias de que tentaram levar jovens e até crianças de tribos indígenas para a guerrilha na Colômbia. Essa questão é séria. Se a guerrilha for acuada, como, parece, vem começando a ocorrer, procurará uma saída; e a mais próxima, naturalmente, é o território brasileiro. Poderão adentrar o território brasileiro e, naturalmente, haverá intervenção estrangeira. Um Plano Colômbia poderá se estender para um Plano Brasil-Colômbia ou algo semelhante. Essa questão precisa ser levada a sério.

O Exército brasileiro já está presente na área, é muito bom, muito bem preparado, mas é formado por recrutas. Como deixaremos recrutas enfrentarem soldados que estão na guerrilha há mais de 20 anos? É preciso pensar seriamente no problema. É uma pulga atrás da orelha que pode crescer e se transformar em um elefante.

Ouvi notícias, por uns missionários que trabalham em Japurá, um rio que praticamente ficou sem habitantes, de que, por quilômetros e quilômetros, não se pode ver um habitante, uma casa. No entanto, à noite, o barulho de voadeiras, que é como se chama o motor de popa, é impressionante. O que está ocorrendo no rio Japurá? O que as voadeiras fazem durante toda a noite se não há tantos habitantes que justifiquem esse volume de trânsito? É preciso pensar no assunto.

O segundo ponto que nos deixa muito penatativos é o narcotráfico, que é muito maior do que pensamos. Falei sobre as voadeiras no rio Japurá. Naturalmente não se trata de questão ligada à guerrilha, embora narcotráfico e guerrilha estejam muito unidos, como sabemos. Deduzo que se trate realmente de narcotráfico, que é impressionante não só nessa área do Japurá, mas também em outras áreas do alto rio Negro -- como sabemos, desce pelo rio Negro e o Amazonas.

O Amazonas é um rio intrincado, com uns meandros de braços, muito fácil de ser usado como meio de escoamento de cocaína, heroína e outras drogas. Célebres regiões no Amazonas são realmente um grande entreposto de drogas. Isso é notório.

Recentemente a Polícia Federal realizou uma operação e a descreveu na nossa reunião. Unidos com a Secretaria de Segurança do Estado, desmantelaram uma grande quadrilha que envolvia três delegados, 18 policiais civis, um oficial da Polícia Militar e outras pessoas. Não era tão especializada assim, mas um dos pontos era o narcotráfico. Algo muito sério em que precisamos pensar. Sabemos que o narcotráfico não tem nação.

Para contar um caso: encontrei, numa região no centro do Amazonas, alguns habitantes que estão plantando maconha, porque é fácil vender e a comercialização é muito simples. Eles eram agricultores, mas não conseguiam vender seus produtos. Então, para não morrerem de fome, estão plantando maconha.

Outro problema que é muito sério e que nos preocupa é a biopirataria. Isso é muito sério também. Temos algumas organizações não-governamentais muito sérias. A maioria das organizações é séria, mas algumas estão realmente se aproveitando de situações para fazerem a biopirataria. Lembro-me de uma organização não-governamental espanhola que estava fazendo isso. Ficamos sabendo. O presidente dessa organização, além disso, vinha a Manaus para explorar sexualmente menores, meninas de dez, doze anos. Então, vejam o que está acontecendo na nossa região, que é algo muito sério.

Vemos que a biopirataria está sendo combatida, mas o que está saindo do Brasil é algo inimaginável. E o pior é que estão patenteando coisas nossas. Temos, por exemplo, o caso de uma pequena empresa que produz bombons de cupuaçu, e tão bem feitos que mereceriam ser aprovados por todos. Eram tão bons que uma empresa da Holanda quis importar. Quando se fizeram os papéis para a exportação, esta não pode ser feita porque um japonês, no próprio Ja-

pão, patenteou a palavra cupuaçu. Está patenteada essa palavra, que é um fruto brasileiro, de nossa região e de outras também. Até o chá do Santo Daime foi patenteado, parece-me, nos Estados Unidos. Então, precisamos estar muito atentos a esse problema de biopirataria.

Outra coisa que nos preocupa é que temos de encontrar meios de fortalecer a sociedade amazônica. A nossa sociedade está realmente enfraquecida. Temos várias coisas que nos deixam pensativos. Primeiramente, o interior está se esvaziando. Nos rios em que passamos, as antigas comunidades estão se esvaziando. Manaus, hoje, é a cabeça de um corpo pequeno. Portanto, é uma coisa monstruosa.

Vejam o que acontece com outras regiões. Se virmos as estatísticas, ficamos muito preocupados. O que está acontecendo é que está se concentrando toda a população na cidade e o interior está se esvaziando. Isso torna a região frágil.

É necessário uma política que reverta essa situação, diminuindo a concentração populacional nas grandes cidades e fortalecendo as cidades menores. Dessa forma, teremos pontos fortes dentro da nossa região.

Ao meu lado, em uma reunião do Conselho Permanente da CNBB, estava sentado o Bispo de Tefé. Disse a ele: "Amanhã, vou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional falar um pouco sobre como estamos vendo o problema da internacionalização da Amazônia". Ele me pediu que citasse alguns pontos: ausência do Estado em muitas e muitas partes da Amazônia – por exemplo, a ineficiência do Poder Judiciário nas cidades menores, onde os juízes ficam dois dias por semana e, nos outros dias, ficam em Manaus. A ausência do Estado também traz outra problemática: sistema de saúde ineficaz. Inclusive, em alguns lugares, os médicos são peruanos e, muitos deles, sem registro no Conselho de Medicina. A ausência do Estado é preocupante.

Em segundo lugar, o problema do poder exagerado e corrupto dos prefeitos. Realmente, com a ausência do Estado, as Prefeituras são as maiores empregadoras. Assim, o prefeito fica, realmente, com um enorme poder nas mãos. Perguntam: mas, e os conselhos que deveriam funcionar? Nunca funcionarão, porque se, em um conselho, fizerem oposição ao prefeito, ele manda embora do cargo ou desemprega os parentes. Trata-se de uma situação que precisa ser pensada. Temos casos graves. O Bispo de Tefé fala claramente sobre sua cidade: ela parou no tempo devido a brigas políticas entre o Prefeito e outras alas e também acusações muito sérias que acontecem.

Ele também citou o Calha Norte, que fez muitas construções, hospitais etc., mas ou não foram inauguradas ou não estão sendo utilizadas. Ele fala do Japurá, de modo especial, onde está acontecendo isso. Com relação às reservas extrativistas, elas foram criadas, mas não, efetivamente, instaladas. É o caso de Juruá, Jutai, Auatí-Paraná, Baixo Juruá e também nas reservas de desenvolvimento sustentável como, por exemplo, Mamirauá. É preciso garantir a participação da população local e não apenas de técnicos reunidos de fora da região, como está acontecendo lá. Também há a necessidade de se criarem outras reservas extrativistas.

A Amazônia corre perigo? Imediatamente, não, mas pode correr, porque já estão colocadas aí algumas premissas que poderão levar, realmente, a uma internacionalização da Amazônia.

Lembro algo que também nos deixa preocupados: a política externa do Governo Bush, a teoria de que o governo americano pode intervir unilateralmente quando entender que seus interesses estão em perigo. O que aconteceu no Iraque é um precedente. Não toco na questão do Iraque porque se trata de outra questão, que não me afeta, mas é um precedente que se abriu. Lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a Amazônia tem o futuro da humanidade. Temos a água doce, a Floresta Amazônica e a possibilidade de alimentar o mundo, não digo com a agricultura, mas com a piscicultura desenvolvida nos rios e não em tanques cu semelhantes. Temos, realmente, que pensar no futuro da humanidade. Daqui a 30 anos, quem sabe, a humanidade sentirá, mais fortemente em algumas regiões, o problema da água potável e também um problema que vai se acentuando: a falta de água e de alimentos. Há na nossa floresta a possibilidade de matérias primas. Há, nos nossos rios e lagos, a possibilidade de peixes – de alimento, portanto – e a possibilidade de resolver o problema de falta de água no mundo.

Na Assembléia de Itaipu, levantei um problema que considero importante: a linguagem. Dizemos certas coisas sem pensar e aquilo que dizemos vai se tornando propriedade nossa. Por exemplo, diz-se que a Amazônia é patrimônio da humanidade. Diz-se também que Ouro Preto é patrimônio da humanidade que Olinda é patrimônio da humanidade. Mas Olinda e Ouro Preto são patrimônios da humanidade conferidos pela Unesco, com o sentido de preservação. A linguagem "a Amazônia é patrimônio da humanidade" é feita em outro sentido. Não é a Unesco que está dizendo, mas uma voz comum que está sendo espalhada. E, se não tomarmos cuidado, isso vai penetrando

penetrando e, daqui a pouco, perderemos a Amazônia. É necessário que modifiquemos a linguagem. Eu diria que a Amazônia brasileira é nossa, a serviço da humanidade. Ao dizer que a Amazônia é nossa, reafirmamos a soberania nacional. Ao dizer que a Amazônia é nossa a serviço da humanidade, podemos nos abrir para prestar um serviço para todo o mundo, já que o mundo precisa.

Teríamos outras coisas para dizer, mas acho que seria interessante abrir um debate e conversar um pouco mais. É importante que o tema seja debatido, porque o Brasil não conhece a Amazônia. Desculpe-me pelo que disse: acho que, até hoje, o Brasil não disse o que quer da Amazônia e para a Amazônia. É preciso que se encontre uma resposta para isso, a fim de que o Brasil, juntamente com a Amazônia, produza um plano de desenvolvimento global da Amazônia e iniciemos, então, uma caminhada. Não precisamos mais fazer o que tem sido agora: uma ação, outra ação, coisas bonitas, ótimas, mas que não vêm ao encontro de todo o desenvolvimento na Amazônia. Por exemplo, a Zona Franca de Manaus foi resposta a uma situação; está consolidada e acho que é bom que se consolide. Precisamos hoje da Zona Franca de Manaus, mas ela ficou muito restrita. O Brasil precisa pensar e conhecer a Amazônia, e precisamos debater a Amazônia e nos unir – o povo da Amazônia e o povo brasileiro, que são um povo só – e encontrar a resposta à questão do que o Brasil quer da Amazônia e para a Amazônia, para então fazer um plano de desenvolvimento global de toda a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, D. Luiz Soares Vieira. O depoimento de V. S^a é de extraordinária importância e está nos enriquecendo muito, provocando grande interesse.

Já estão inscritos alguns Senadores. Daremos, primeiramente, a palavra aos Senadores requerentes: Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio. Também inscreveram-se os Senadores Marcelo Crivella, Jefferson Péres, João Capiberibe, Gilberto Mestrinho e outros.

Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Inicialmente, registro o nosso agradecimento pela sua presença. Acredite, a sua manifestação na conferência da CNBB ou após a conferência – não sei – teve uma repercussão nacional muito importante. E fez V. Ex^a muito bem, exatamente porque trouxe, mais uma vez, o assunto à baila.

Não é possível deixar de reconhecer que a Amazônia é um assunto permanentemente debatido

no Brasil. V. Revma. disse que pouco se sabe da Amazônia, com o que concordo, mas todos falam da Amazônia. Agora, conhecer, conhecer, poucos conhecem – concordo com V. Ex^a.

Foram tantas as discussões, os debates travados sobre a matéria que os pontos positivos e concretos ficaram realmente muito aquém do que se poderia imaginar.

Quando da criação da Zona Franca de Manaus, todos acreditávamos que seria uma revolução, que se criaria ali uma zona industrial com inúmeras indústrias, que terminaram ficando em Manaus e não no interior. Para o interior, foi a indústria de montagem de autopeças e fábricas, saídas de outros lugares do Brasil, que foram para lá atraídas pelo incentivo.

O caso típico é o de uma fábrica de cartas de baralho, que estava na cidade de Caxias do Sul. Quando a Coopagro saiu de São Paulo e foi para Manaus, todas as outras tiveram de ir para lá, porque, se não fossem, não teriam como sobreviver.

Temos o caso do Presidente José Sarney – vamos fazer justiça –, do Projeto Calha Norte, do qual V. Ex^a dá um quadro tão triste da realidade de hoje. Visitei por três vezes a Amazônia e o Projeto – a última vez há uns oito anos – e o quadro não era tão negativo como esse que V. Ex^a está relatando. A cidade de São Gabriel da Cachoeira, que participa do Projeto, onde a parte geral estava muito bem feita. Os Ministérios se queixavam de que eles, na construção, destinaram uma parte ao Ministério da Agricultura e a outra, para o Ministério da Saúde. Os militares – infelizmente, diziam eles – iam porque a disciplina mandava; os outros realmente não apareciam.

Lá conheci um hospital, se não me engano, da marinha, que atendia a Deus e a todo mundo. Quando ocorreu uma invasão do Brasil pelas forças colombianas, visitei o lugar e vi praticamente a destruição de uma região indígena brasileira.

Mas, lamentavelmente, o Projeto Calha Norte ficou parado no tempo. Um Projeto, na minha opinião, altamente positivo, que tinha de estar avançando e avançando, e parou. Houve o desinteresse.

No Rio Grande do Sul, em certo período, espalharam a notícia de que havia a obrigatoriedade de uma guerra entre a Argentina e o Brasil, mais dia, menos dia, mais ano, menos ano. E, durante muito tempo, metade do Exército brasileiro ficou na fronteira com a Argentina. No Sul, Acrete, na fronteira, existem cinco unidades do Exército; Santiago tem seis unidades do Exército. E, hoje, muitas daquelas unidades poderiam ser transferidas para a Amazônia.

Uma ou outra foram transferidas para a Amazônia. Uma unidade do Exército, quando está num lugar, não há nada mais importante. Onde está uma unidade do Exército, ali se forma uma cidade, que é a sua família, e essa é a melhor maneira, em primeiro lugar, de colonizar, de garantir o território e, em segundo lugar, de protegê-lo.

Depois, veio a confusão dos radares, que foi, infelizmente, algo trágico: deveria ser francês ou americano? Eu era membro da comissão e votei pelo francês – nem sei se o francês era melhor ou pior, eu achava até que era igual, embora dissessem que era melhor. Mas, como falavam que os dados recebidos iam para lá e depois vinham para cá, eu preferia que a França os usasse, porque eu tinha menos medo da França do que dos Estados Unidos. A França está lá do outro lado e os Estados Unidos estão do lado de cá.

Mas tudo isso aconteceu e o que estamos vendo? O mundo está olhando, cada vez mais, para a Amazônia, com um apetite cada vez mais exagerado. Há um comentário generalizado de que o problema do petróleo termina logo ali e de que o grande problema deste século é a água doce. E as reservas estão ali. Reservas de água doce, reservas de mata que, de certa forma, trazem a cobiça.

É interessante notar, por exemplo, que quanto ao petróleo do Iraque, a maioria do mundo ficou contra os Estados Unidos: França, Alemanha, Rússia, China, Índia, todos ficaram a favor do Iraque. Mas, no caso do Brasil, da internacionalização da Amazônia, o americano pensa assim, a Margaret Thatcher pensava assim, o Tony Blair pensa assim, o François Mitterrand pensava assim, o atual primeiro-ministro pensa assim, a Itália pensa assim, a Rússia pensa assim, o mundo, de certa forma, pensa assim. Acham que é bom, que, assim como a Antártida foi internacionalizada e é patrimônio da humanidade, que se faça o mesmo com o Brasil. E isso está crescendo.

O americano já distribuiu um mapa. É um mapa que circula e, embora eles digam que não, já recebi de várias fontes um mapa da América do Sul, da América Latina, com a Amazônia constituindo patrimônio da humanidade. E o Brasil fica com 40% do que ele era. Isso está acontecendo.

E digo a V. Ex^a, com toda sinceridade, que é claro que o problema número um do Brasil, hoje, é a fome. São milhões de brasileiros que passam fome. Não há o que discutir. Se eu pudesse fazer algo, como político, hoje, qual seria minha primeira ação? Se dependesse de mim, eu pegaria um pão e daria a uma criança que está morrendo de fome.

Mas entendo que a Amazônia é a questão mais importante que temos, a mais fundamental, a que nos atinge mais diretamente. A fome podemos resolver mais dias, menos dias; o problema do desenvolvimento, do progresso, poderemos levar mais ou menos dias para resolver. Mas, com relação à Amazônia, não podemos levar mais ou menos dias, porque pode haver uma intervenção.

E, ao lado disso, existem várias questões a serem analisadas. Nunca discuti que dessem aos ianomâmis as terras que queriam dar. Mas colocá-los na fronteira, do lado de cá e do lado de lá? Não entendi isso. Creio que podiam ter dado mais terras, mas no centro do Brasil, no centro da Amazônia. Porque já se fala da nação ianomâmi. E falar na nação ianomâmi no meio do Brasil é uma coisa, mas uma nação ianomâmi onde há um pedaço do Brasil, um pedaço da Colômbia e um pedaço da Venezuela.

A questão da Colômbia é uma tragédia, não sabemos o que vai acontecer. O americano já quis e ainda quer – isso acontecerá mais dias menos dias – tropas das Américas ou dele sozinho para intervir na Colômbia, para tratar da questão da Venezuela. É aquela questão que está implodindo.

É claro que o problema da droga é cruel. Hoje o problema da droga é muito mais grave, diferentemente do que ocorria anteriormente, quando a movimentação da droga se restringia à região produtora. Hoje, a droga vem, passa por ali, vai para São Paulo e para o Rio de Janeiro para, depois, ir para os Estados Unidos ou para a Europa. Há o problema da droga, que o americano considera uma questão de maior importância, o problema do contrabando de armas, o problema da guerrilha do lado de lá – de repente, começam a se meter para o lado de cá. A situação conturbada na Colômbia e a questão da Venezuela fazem daquela uma região de areia movediça. Além disso, não se sabe se estão guerreando na Venezuela, no Brasil, na Colômbia ou na Guiana: é tudo Amazônia.

Tudo isso nos leva à seguinte conclusão: temos que tomar algumas atitudes preventivas. O Lula criou muitos ministérios. Será que não era hora de criar um ministério da Amazônia? Não sei se resolveria o problema, mas talvez a situação da Amazônia melhorasse se tivéssemos um setor com autoridade, com poder, com força para concentrar e coordenar esforços naquela região.

Acho que é importante a presença de V. Ex^a. O nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, entrou com um pedido – já aprovado – de criarmos uma subcomissão permanente para debater permanentemente essa matéria. Acho, porém, que tínhamos que fa-

zer alguma coisa além disso. O senhor mesmo se queixou de que os bispos da Amazônia se reuniram e a CNBB não ligou muito, não deu a importância que o senhor achou que deveria ter dado.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Agora deu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agora deu. Vamos ver se agora nós aqui conseguimos a mesma coisa. Acho isso muito importante.

Lembro-me de que, quando estive lá pela primeira vez, havia um general carioca, um general sensacional, talvez seja Santa Cruz o seu nome, que nos mostrou a nossa escola de guerrilha, escola de guerrilha de defesa. O objetivo da escola é preparar a nossa gente para entrar na Amazônia e conhecê-la, andar ali. Dizia ele que dois ou três americanos pediram para conhecer a escola, algo que ele permitiu. De repente, veio a notícia de que os americanos queriam fazer um escola igual a essa lá nas Guianas. Ele protestou junto ao governo brasileiro, veio aqui, fez discurso, esteve no Congresso, fez um carnaval. Dizia: “Mas por que eles querem isso?” E criaram a escola na Guiana, à revelia do general e da luta que se fez. Essa escola de guerrilha americana, muito maior do que a nossa, com muito maior poderio do que a nossa, tem um objetivo: se for necessário ela intervém. Por isso acho que a presença de V. Ex^a aqui é da maior importância.

Penso, Presidente – e eu e outros senadores já dissemos isso outras vezes –, que não podemos nos omitir. Somos da Comissão de Relações Exteriores e de Segurança, devíamos dar maior prioridade a esse assunto. Devemos conversar com o Presidente Lula, chamar a sua atenção para detalhes. Penso que coisas fundamentais deveríamos fazer nesse sentido.

Com todo o respeito, quero dizer que, nesses primeiros seis meses, não vi notícia alguma sobre ações do governo na região, notícia alguma demonstrando “estamos interessados nisso”. Honestamente não vi. Nenhum Ministro da Amazônia no Ministério que eu saiba... Por isso, com as bênçãos do nosso arcebispo e com o carinho do nosso Bispo Marcelo, ecumenicamente, podemos aqui tratar da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – D. Luiz Soares Vieira, gostaria de fazer ponderações? O Senador Pedro Simon não chegou a formular nenhuma pergunta, mas fez inúmeras considerações. Concedo a palavra a V. S^a.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – O Senador Pedro Simon sente o problema, que é sério, por isso não podemos minimizá-lo. Realmente se torna uma questão de soberania nacional. Além daqueles casos so-

bre o qual falei, hoje temos, por exemplo, a entrada de pesqueiros da Colômbia pelos nossos rios, levando grandes quantidades de peixes. Naturalmente são águas internacionais, mas percebemos uma coisa muito séria. Por exemplo, o Rio Japurá, sobre ao qual eu estava falando, hoje está vazio de gente, mas também está se tornando um rio estéril. O mesmo está acontecendo na região de Tabatinga e outras. É um problema sério. Isso precisa ser levado em consideração.

Em relação aos ianomâmis, quem os conhece sabe muito bem quem são. Eles não representam perigo, como também não há perigo na Serra da Raposa, do Sol. O grande perigo do Brasil é não resolvermos situações que necessitam de solução. Às vezes, as questões ficam pendentes, vamos deixando, deixando... É preciso solucionar certos problemas de segurança nacional.

Por exemplo, a questão da Serra do Sol precisa ser resolvida. Protela-se, deixam índio, fazendeiro morrer. É preciso uma decisão política. Vamos resolver os nossos problemas na Amazônia. O problema de gasoduto não é questão de segurança nacional, mas fica: é gasoduto, é balsa; é gasoduto, é balsa... Então há muitas questões a serem resolvidas. A mais séria, no entanto, é a da ocupação, pois o interior vai se esvaziando.

Aquilo que V. Ex^a falou da Zona Franca é verdade. A Zona Franca com distrito industrial, não deveria ficar centralizada em Manaus. Isso foi mal pensado porque o custo social é muito grande. Em 1967, Manaus tinha 250 mil habitantes – vemos nos livros de estatística –; hoje é uma cidade de dois milhões de habitantes. O que aconteceu? Há emprego para todas essas pessoas na Zona Franca? Não há. Nossas fábricas têm 45 mil funcionários empregados. A cidade está cheia de comércios informais. Vemos as periferias crescerem e ainda é denominada o “Eldorado”. E ainda estamos recebendo muita gente do Maranhão.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Justamente aí gostaria de apartear V. Ex^a. Esse crescimento populacional de Manaus, no primeiro momento, foi conseqüente de migração do interior, mas, posteriormente e hoje, o grande crescimento é oriundo da migração do Pará, do Maranhão, de Goiás. Temos em Manaus ~~ruas inteiras de paraenses~~, ruas inteiras de maranhenses, nas invasões, naqueles bairros pobres da periferia. Isso proporcionou o crescimento da população de Manaus porque a população do interior não diminuiu; a população do interior cresceu. Se fizermos o gráfico, ela não cresceu na

proporção de Manaus por causa da migração. Mas o interior, que tinha o dobro da população de Manaus quando da instalação da Zona Franca, hoje tem a mesma população. O que há no interior é a ausência da possibilidade de atividade econômica. O Governo Federal engessou a Amazônia, o que acabou com os projetos de desenvolvimento na região. Nos entendimentos internacionais feitos, como houve o engessamento, o homem do interior não pode produzir, retirar uma árvore, caçar, pescar.

Há uma política expulsória na Amazônia. O acordo internacional por debaixo do pano era no sentido do esvaziamento total da Amazônia sobre o qual Dom Luiz chamou a atenção. Efetivamente isso dói, mas é real. O próprio Governo brasileiro é o responsável por essa situação porque, até final do último governo, havia um programa total de internacionalização da Amazônia.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Em termos de ação governamental, ficamos sabendo pelos jornais de duas grandes áreas que foram devastadas. Uma delas foi salva. Sempre li nos jornais e revistas que a Amazônia está sendo monitorada por satélites. Agora, será que leva tanto tempo para o satélite dar a informação de que uma região está sendo devastada? Por que não acodem logo para evitar isso? É preciso uma atenção maior também para a nossa região.

Temos institutos de pesquisa como o INPA, a Universidade Federal, a Universidade Estadual, mas por que não temos pesquisas que ajudem os ribeirinhos, os homens da floresta a viverem dela sem destruí-la? Sabemos que há laboratórios internacionais jogando gente no Amazonas. Temos realmente possibilidade de fazer o nosso povo viver bem, com dignidade, mas necessitamos proporcionar conhecimento, o fruto da pesquisa para essa gente, não para grupos que vão explorar depois, mas, sim, para o povo que mora lá para que tenha condições de viver da floresta.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – O problema maior é que o poder público, especialmente o Ministério do Meio Ambiente, em vez de proporcionar esse ensinamento, manda polícia, metralhadoras e ameaças. É assim que querem fazer com que o caboclo viva nos rios da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dom Luiz, é um prazer muito grande para todos nós, da Comissão, e para a Bancada do Amazonas especialmente recebê-lo em nosso seio. É despidendo de por a seu respeito, por se tratar de figura conhecida, pelo preparo intelectual, pelo didatismo com que fala da

nossa região, pela seriedade, por tudo, enfim, que o faz uma figura de enorme peso simbólico no nosso Estado.

Tenho a dizer que nossa discordância não existe e, portanto, sequer perguntas farei. Apenas falarei um pouco sobre uma certa visão minha de Amazonas, ressaltando que a preocupação maior que tenho tido neste mandato, quando ele se refere à minha região, à nossa região, é precisamente insistir na tecla de que a Amazônia é um tema nacional, não um tema parauaial.

Certa vez, Deputado há muito tempo, ainda no período do regime militar, vou à tribuna, e um companheiro do centro-sul me disse: “você hoje vai sair do tema nacional e vai falar da paróquia?” Digo: não é paróquia, eu poderia até falar da minha paróquia, pois ela tem necessidade, mas não é paróquia, a Amazônia é uma região nacional. Eu não tinha, àquela altura, a convicção que tenho hoje de que, se o interesse planetário existe e é legítimo – ele é ilegítimo quando há cobiça; e é legítimo quando há o interesse científico, o interesse empresarial, o interesse da convivência –, parece-me completamente despropositado que nós brasileiros não tenhamos a consciência clara de que isso deve ser proporcional ao Brasil. Então, digo aos catarinenses, aos gaúchos, aos capixabas, a todos do Brasil que nada pode ser mais alienado politicamente hoje em dia do que não se ter a consciência clara de que a Amazônia interessa mais do que aos amazônidas, interessa aos brasileiros. E essa é a melhor forma de começarmos a protegê-la, pensando em desenvolvê-la de maneira sustentável.

Louvo as pessoas que demonstram crescentemente esse interesse na figura do Senador Pedro Simon, que, por força simbólica também, é do extremo sul e se porta como se fosse da Amazônia; S. Ex^a que cumpre com seus deveres de maneira muito pertinente, muito adequada para o povo do Rio Grande do Sul, S. Ex^a o faz da mesma maneira, e esse é um grande reforço para nós em relação a Amazônia, pelo seu interesse, pela competência com que aborda os temas da região e pelo seu interesse patriótico, enfim.

Patriotas todos são nesta Casa, e quero louvar ao Senador Pedro Simon pela lucidez, pois, mesmo sendo do extremo sul, sabe do peso da Amazônia para o Rio Grande do Sul, sabe que não há futuro brilhante possível para o Brasil sem futuro brilhante para a Amazônia, sem a exploração adequada, sustentável da região amazônica. Se eu fosse usar uma linguagem de coluna social, diria “é a coisa mais brega do mundo um brasileiro não se preocupar com a Amazônia, é brega, é **out. In** na coluna social seria

... para saber que o futuro do Brasil está ligado ao desenvolvimento da região.

Vejo que a resposta para a questão da cobra está no desenvolvimento econômico e social e no máximo de investimentos que se possa fazer, está na visão estratégica dos governos; e ressalto, por exemplo, projetos como o Sivam, que estão aí para ajudar no econômico, no social, no militar.

Senador Eduardo Suplicy, digo a V. Ex.^a – até não é uma condenação ao Governo de que fui Líder – uma observação que faço com a maior honestidade intelectual que possa me ocorrer. Houve a luta pela estabilidade, cobertor curto, pouco dinheiro para se investir, mas se tem algo que lamento que não tenha sido feito com muito mais ênfase – e essa é uma auto-crítica que faço – é o investimento maciço no aparelhamento e reaparelhamento de nossas Forças Armadas, de modo a consolidarmos o Brasil como uma força militar defensiva, jamais ofensiva. Mas que seja defensiva, sim, uma força de forte capacidade de dissuasão e uma força, portanto, com o **know how** que se tem a partir daquele excelente centro de guerra na selva, para, a partir daí, se consolidar a idéia de que a Amazônia é nossa em qualquer circunstância. Nossa porque é nossa e nossa porque saberemos defendê-la, se necessário, imaginando que nunca será necessário fazê-lo.

Vejo o pólo industrial de Manaus como algo vital para a própria garantia da soberania nacional porque financia o interior do Estado, consolida a perspectiva da proteção ecológica, inclusive menos de 2% da floresta Amazônica foi devastado. Inclusive, têm muito mérito nisso os sucessivos governos do Governador Gilberto Mestrinho, que trabalhou nesse sentido da convivência harmônica com a natureza. Mas menos de 2% de nossa cobertura florestal no Amazônia foi devastado. Ou seja, isso tem relação com o pólo industrial de Manaus, com o financiamento das atividades econômicas do interior. O que faz hoje a Suframa – e o faz com bastante competência – é procurar expandir projetos de infra-estrutura para toda a Amazônia ocidental e para o Amapá, levando projetos infra-estruturantes para o interior também. Quanto mais, melhor, e o mais que se faça será pouco em relação à importância do tema., mas somos a pátria da água, do petróleo, do gás natural, dos outros minérios, da cobertura florestal, que pode ser explorada de maneira sustentável, da agricultura, nas áreas possíveis – no nosso vale do rio Juruá, há terras fértilíssimas e terras poucas, que devem ser aproveitadas ao que se destinam pela natureza – da pecuária, onde é

possível. Estou falando do meu Estado, em Parintins é possível, em Boca do Acre é possível; onde não é possível, seria um desastre. Onde é possível, pode-se fazer com naturalidade, com todo o cuidado técnico. É preciso trabalhar o extrativismo não com a perspectiva de grande desenvolvimento econômico, mas o extrativismo que se cobre, inclusive, de bom aspecto ecológico; é possível até mesmo se fazendo renascer, Senador Suplicy, a borracha natural.

A Embrapa, essa grande empresa brasileira, descobriu uma enxertia de copa que simplesmente acaba com a capacidade de propagação do mal-das-folhas, o chamado **microcyclus ulei**. Antigamente, se fizessemos o plantio – por isso, Ford Foundation e Belterra faliram – colocava-se em série a **hevea**, a seringueira, e o **microcyclus ulei** passava de uma árvore para a outra. Deu-se mal na Malásia porque, lá, ficava numa árvore só; não tinha capacidade de se propagar. A Embrapa resolveu esse problema, ou seja, dá para trabalhar com unidades familiares e com o objetivo de justiça social até o extrativismo.

Falaria o dia inteiro em turismo e ecoturismo, que é a vocação natural de uma região belíssima que deixa todos nós da região, Senadores Mestrinho, Jefferson Péres, Capiberibe, Tião Viana, Augusto Botelho, embaixacados todos os dias. Imagine um japonês, que sai de um país todo construído, com exceção do Monte Fuji, e encontra aquela dádiva que Deus a todos nos ofertou!

Deve-se explorar a biotecnologia para valer. Está nascendo o centro de biotecnologia da Suframa. E quanto ao peixe, há de se ter todo cuidado também até com a reposição dos estoques. Há o peixe nos altos rios e nos lagos, bem como o criatório, para que possamos trabalhar o peixe, o quelônio nos criatórios, visando a geração, a partir daí, de empregos e as unidades familiares de maneira a se ter também a perspectiva da renda equilibrada.

Tenho muita preocupação com a biopirataria. É preciso jogo duro da Polícia Federal, dos Governos de Estado, porque está sendo patenteada muita coisa, Bispo Crivella, que foi retirada de lá pela via da biopirataria. Está sendo patenteada nos Estados Unidos, por exemplo.

E quanto à guerrilha e ao narcotráfico, assuntos que foram muito bem abordados por Dom Luiz, eu dizia ao Senador Pedro Simon que aquilo ali é um problema muito grave de segurança nacional, e não podemos ter contemplação com aquilo, nem imaginar que aquilo significa uma tentativa de luta de libertação de um povo, porque não é. Aquilo é um movimen-

to completamente antiquado em relação ao que o mundo hoje preconiza, é um movimento que resvalou para o banditismo mesmo. Eles seqüestram pessoas, eu dizia ao Senador Pedro Simon, e têm uma técnica para isso. Seqüestram as pessoas, o bombardeio começa sobre eles, e as pessoas têm de fugir. Eles mal retiram as vendas das pessoas e elas têm de acostumar-se à luz do dia outra vez e vão algemadas, fugindo algemadas, desarmadas, portanto, com muito mais possibilidade de os seqüestrados morrerem do que os guerrilheiros. Aprendi que não se deve denunciar porque denunciei uma vez. Alguém foi seqüestrado, um trabalhador da Andrade Gutierrez, fui à tribuna e denunciei, imediatamente fui procurado por autoridades muito credenciadas do Brasil que me disseram: não prossiga na denúncia e dissuada o hoje Ministro Nilmário Miranda de fazer essa coisa meritória também. Falei com o Nilmário, que aceitou logo, porque, quanto mais falamos mais eles aumentam o tempo de reclusão dos seqüestrados e mais aumentam o preço. Então, a técnica é não se falar, e há toda uma negociação subterrânea. Ou seja, trata-se de algo que nos preocupa, porque não interessa à democracia da América do Sul, não interessa à Colômbia, não interessa ao Brasil. A Colômbia tem de saber resolver esses problemas internos sem ajuda de fora, mas com todo apoio político e moral nosso, para que faça as suas reformas e remova as estruturas arcaicas, que são, na verdade, extremamente velhas, em relação ao que a Colômbia precisa. Mas temos expectativa de que a Colômbia encontre pelo voto, pelas urnas, pela liberdade, pela democracia, o seu melhor destino. E concordo que haja ONG séria e não séria, vigilância sobre as ONGs não sérias, cooperação com as ONGs sérias, com elas cooperando conosco, sobretudo.

Hoje foi um passo. Parece que a reunião está meio esvaziada, mas ela é muito expressiva para os líderes da região e de fora da dela – volto a citar o Senador Pedro Simon e o Líder José Agripino, que estão aqui. É um passo que se dá na direção da consolidação desse conceito da Amazônia nacional. A Amazônia não será suficientemente desenvolvida nem suficientemente defendida só pelos amazônidas. Ela precisa fazer parte da preocupação empresarial, da preocupação dos trabalhadores, da preocupação dos governos com a estratégia, da preocupação individual de cada brasileiro. E isso me comove e me deixa mais seguro a lucidez dos brasileiros, muito mais quando constato que essa preocupação se dá de fora da Amazônia para dentro dela, ou seja, do Rio Grande

do Sul, com o Senador Pedro Simon e, por aí afora, para dentro da Amazônia. A Amazônia é nacional.

Por isso, o seu brado, o seu alerta, em Itaici, a sua fala lúcida tocou a todos. Tocou-nos pela oportunidade que teremos de, a partir dela, aqui, na Comissão de Relações Exteriores, podermos, em conjunto, dar mais um passo numa luta antiga, de termos a Amazônia para os brasileiros, mas com a responsabilidade de não fazermos mal, de não explorarmos predatoriamente uma região que interessa a humanidade. Não daremos jamais o pretexto de haver quaisquer minhocas em cabeças estrangeiras quanto à nossa capacidade de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável.

Recebi de um assessor, figura muito preparada, uma frase que é quase que uma proposta publicitária com os seguintes termos: “A serviço da humanidade, sim, mas terra Brasil”. A serviço da humanidade, sim, porque claramente interessa a humanidade, do ponto de vista climático, do ponto de vista, enfim, geopolítico. Imagino que qualquer país tem o direito de se preocupar com a Amazônia, e até agradeço essa preocupação legítima; mas terra Brasil. Isso não se discute, e falas, como a de Dom Luiz, fazem consolidar dentro de nós a idéia de que temos lucidez e força moral para travar o bom combate, o combate mais justo a favor do Brasil, repito, quando se luta pela Amazônia.

Muito obrigado.

É uma honra muito grande ter estado com Vossa Reverendíssima aqui no Congresso Nacional.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Falou a voz de uma pessoa que conhece a região e que sente realmente essa problemática.

O que V.Ex^a diz é verdade, precisamos realmente despertar o Brasil. A Amazônia brasileira é nossa. Ela é nossa mesmo, mas a serviço da humanidade. É evidente que o que pudermos fazer para que humanidade seja melhor, seja mais feliz, disponibilizaremos os nossos préstimos. Mas creio que é necessário mudar realmente a linguagem, porque, se não tomarmos cuidado, ela vai tomando conta e, sem perceber, dali a pouco, poderemos estar aceitando o que muitos falam em termos internacionais. A Amazônia é nossa; A Amazônia brasileira é nossa, a serviço da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nosso Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, que é do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ex^o Sr. Luiz Soares Vieira, que hoje traz a nossa consideração um assunto tão importante e relevante que é a nossa Amazônia:

Conheci a Amazônia há 15 anos, em uma viagem ao Oiapoque. Fiquei encantado e maravilhado em ver a glória de Deus naquele tapete verde. É inacreditável como pequenas populações indígenas conseguem alcançar o coração daquela selva e ali sobreviverem. Mas, sabendo que Vossa Reverendíssima viria aqui hoje e o quanto a Amazônia lhe é cara e sabendo da nossa missão de alertar o Brasil e os Senadores sobre esse interesse estratégico, que deve ser de todos nós, pedi ao SIAFI, o nosso sistema de computação que rege as finanças do nosso Governo, que me enviasse as transferências voluntárias feitas até essa data com relação à Região Norte, especificamente à Amazônia. E realmente levei um susto. É muito pouco! Vou passar a V. Ex^{as} o que recebi.

Para os Srs. Senadores terem uma noção, o Amapá do nosso Senador João Capiberibe, em 2002, recebeu apenas R\$6 bilhões em transferências voluntárias do Governo Federal para todos os seus Municípios; o Amazonas, esse gigante verde, maior patrimônio do povo brasileiro e, seguramente, da humanidade, recebeu R\$30 milhões. Isso é muito pouco! Mas o que mais me assusta é que, em 2003, chegamos apenas a R\$10 milhões. Se continuarmos nesse ritmo, abaixaremos R\$20 milhões em relação ao ano anterior. Estou apavorado! Rondônia, no mês de maio, recebeu R\$2 milhões para todo o Estado. Somos os guardiões do equilíbrio federativo do Brasil, mas continuamos desequilibrados em termos de Federação. Com perdão do Senador e Presidente dessa Comissão, paulistano e paulista, São Paulo ainda é o grande campeão. São Paulo recebeu R\$220 milhões, São Paulo, que já pela Constituição recebe o ICMS cobrado na energia elétrica e no petróleo, que tanta falta faz aos Estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e até Rio de Janeiro.

V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, realmente precisa ser a voz do povo da Amazônia, com a alma, a indignação de alguém que dedica uma vida missionária extraordinária àquele povo e que não pode se conformar com essa situação, porque vemos crianças se prostituindo! Guerrilha no meio da selva para narcotráfico! Falta de empregos! Tudo isso nos entristece.

Gostaria de saudar V. Ex^a e dizer que é uma honra tê-lo aqui. Fiquei muito feliz ao constatar que V. Ex^a conhece tudo sobre a Amazônia e que é um valeroso soldado dessa parte do Brasil.

Se V. Ex^a me permitisse, teria apenas uma pergunta a fazer. Como disse-lhe, estive na Amazônia há quinze anos. Estive no Oiapoque, terra de Capiberibe. Os brasileiros que moravam na fronteira com a Guiana Francesa iam conseguir a nacionalidade francesa, porque tinham seguridade social. Eu observei, Sr. Bispo, que havia uma proteção extraordinária à Guiana Francesa. Isso porque o governo francês loteava sua zona de fronteira e estabelecia os seus cidadãos ali, já naquela época, com bons sítios, boas casas, antenas parabólicas, de tal maneira que cada um tivesse uma propriedade de 10 hectares e as vigiava. Essa era uma verdadeira guarda de fronteira, bem-assentada. Fui até lá de barquinho. Havia um mercado com champanhe da França, maçã da França. As crianças eram as mesmas, caboclos, da mesma cor, o mesmo rosto, o mesmo cabelo, só que lá falavam “*mon chapeau*”, “*monsieur*”, mudava só o idioma. Mas que padrão de vida, que qualidade!

Fico sonhando com a possibilidade de nós no Brasil termos também um assentamento tão bom como esse na zona de nossa fronteira, para cumprir o objetivo de nos guardar e também para darmos uma condição de vida melhor ao nosso povo.

Mais uma vez quero saudar V. Ex^a e dizer-lhe que é um honra tê-lo em nossa Comissão. E deixo-lhe esta pergunta: o que V. Ex^a acha de termos um desenvolvimento parecido com a Guiana Francesa, do lado do Oiapoque, onde encontrei um busto do Presidente Sarney, bem no centro do Oiapoque, com uma frase: “O único Presidente do Brasil que visitou o Oiapoque.” Alguns anos depois, S. Ex^a se elegeu Senador pelo Amapá.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Senador Crivella, agradeço a V. Ex^{as} pelas suas colocações, inclusive por apresentar esses números, que realmente assustam. Se há uma região que precisa ser reforçada é a de fronteiras.

O melhor reforço é justamente dar condições à população de viver bem. Quando vivemos bem em um lugar, nós o defendemos. Na região de São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, que vai até a fronteira com a Colômbia e a Venezuela, se dermos condições àqueles indígenas de viverem com dignidade, é evidente que eles querem ser brasileiros. Atualmente ninguém quer ser colombiano na região, porque todos sabem da situação da Colômbia. Com a Venezuela ocorre o mesmo.

No Amapá, o Senador Capiberibe pode dizer melhor, realmente impressionava atravessar o rio e constatar que, do outro lado, o pessoal tinha salários

da metrópole, da França, salários altos. Assim, todo mundo queria pelo menos ter a nacionalidade. E os índios, por lei francesa, têm dupla nacionalidade, brasileira e francesa. Era assim pelo menos. Daí o grande número de brasileiros do Amapá e do Pará que imigram para a Guiana Francesa de maneira ilegal. Eu mesmo estive umas três ou quatro vezes visitando brasileiros em Caiena, em Kuru, e fiquei impressionado ao ver que aqueles que tinham conseguido a legalização de sua vida nem pensavam em voltar para o Brasil ou juntar dinheiro para fazer a vida no Brasil depois. Entretanto, os ilegais eram uma lástima. Ficavam na mão de exploradores e viviam de maneira muito trágica, mas, mesmo assim, viviam melhor do que no Brasil.

Por que eles vão para a Guiana Francesa? Porque lá se vive melhor. É lógico, é inteligente, é sábio que ajudemos essas populações que estão nas fronteiras, dando-lhes escola, atendimento à saúde, conforto, possibilidade de comercializar os seus produtos. Dar-lhes um nível de vida bom é a melhor defesa. Isso é sábio. Valeu a pena essa sua experiência no Oiapoque porque dá-nos uma idéia do que precisamos fazer, que não é ficar jogando migalhas para a Amazônia. O Governo Federal e o Estadual têm de investir muito seriamente em nossa Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, D. Luiz, vou ser muito breve. Em primeiro lugar, meus parabéns aos Senadores Arthur Virgílio e Pedro Simon pelo requerimento. Eu e o Senador Gilberto Mestrinho não o assinamos porque não estávamos aqui, obviamente. Tenho todas as razões do mundo para saudar a presença de V. Ex^a aqui, dadas as nossas afinidades: sou católico, somos colegas na Academia Amazonense de Letras e somos amigos. Quero dar-lhe parabéns também por sua exposição muito lúcida. Concordo com quase tudo que V. Ex^a disse, D. Luiz. Em primeiro lugar, como disse o Senador Arthur Virgílio, cuidar da Amazônia não é um problema paroquial, é um problema nacional, talvez até mundial, por todas as razões. A Amazônia está com um problema muito sério, como V. Ex^a disse, um empobrecimento enorme no interior.

O Amazonas, meu Estado, nosso Estado, em termos econômicos e demográficos, é um anão macrocéfalo, como V. Ex^a observou, com uma cabeça enorme, que é Manaus, com um corpo raquítico, que é o interior, esvaziado economicamente, extremamente empobrecido, quase miserabilizado, sem fontes de emprego e renda, a girar em torno de prefeituras,

porque não tem meios de sobrevivência, os de muitos de muitos municípios são corruptos – não todos, evidentemente –, que utilizam muito mal os recursos públicos.

A biopirataria campeia. Não há como evitar isso totalmente, porque biopirataria se faz levando até um galho de erva no bolso. Todos fazem pirataria. Nós fizemos também quando trouxemos o café, cuja saída era proibida, da Guiana Francesa para Belém, e, depois, para São Paulo. Fizemos biopirataria quando trouxemos a juta da Índia. Quando os ingleses levaram a nossa seringueira foi biopirataria também, mas eles a utilizaram de forma competente, fazendo heveicultura, o que nunca fizemos porque fomos incompetentes.

Outro dia ouvi um discurso do Presidente Lula, de quem divirjo freqüentemente, que aplaudi. Sua Excelência disse: “Vamos parar de culpar os outros pelos nossos problemas”. A solução dos problemas brasileiros está em nossas mãos, depende de nós. Não são os americanos, os europeus, os japoneses que vão nos impedir. Depende exclusivamente de nós. Por isso, a única parte em que discordo um pouco da sua visão é quanto a essa suposta internacionalização. A meu ver, é inteiramente improcedente isso, porque haverá uma intervenção militar amanhã, se os americanos entenderem que o narcotráfico está se avolumando, está ameaçando a população americana, eu não duvido, eu não descarto. Na defesa dos interesses americanos, eles intervêm em qualquer lugar hoje. A guerra do Iraque nos mostrou isso. Refiro-me à figura da internacionalização. Dom Luiz, isso não tem sustentação jurídica nem política. Não está prevista na Carta da ONU a figura da internacionalização. A ONU não tem poderes para tirar um território de um país e declará-la área internacional. Isso não existe.

A Antártica é um caso diferente e especialíssimo. Essa região não tem população autóctone nem permanente. Ninguém, nenhum povo existe na Antártica para defender a autodeterminação. A Antártica é um deserto. Os países todos convencionaram que a Antártica seria uma área, portanto, sem soberania, de ninguém, aberta à pesquisa científica e proibida à exploração econômica. É proibido explorar qualquer coisa na Antártica. É proibido retirar uma pedra de lá sequer.

Agora, aponte-me um precedente de alguma área ou outra que tenha sido internacionalizada, sequer arrancada de um país. Isso não existe. O Direito Internacional não contempla isso. Quem o faria? No âmbito da ONU, não é possível. Os Estados Unidos

fariam isso? Mas como? O congresso americano conchamará que a Amazônia brasileira é área internacional, isso não seria uma proclamação, eles teriam de vir aqui com o exército americano e ocupar a região. Isso me parece uma hipótese tão absurda, Dom Luiz, que eu nem considero. Apegam-se a quê? A um texto fora de contexto de um ex-vice-presidente, da ex-primeira Ministra Margaret Thatcher, do ex-Presidente François Mitterrand, do ex-Ministro Michael Gorbachev, que nunca defenderam a internacionalização da Amazônia. São referências pontuais passageiras. Eles nunca se ocuparam desse assunto. Com isso se cria a idéia de uma conspiração internacional para internacionalizar a Amazônia. Isso não tem sustentação jurídica nem política.

Os americanos tiveram a maior dificuldade de intervir no Iraque, dada a rejeição da comunidade internacional, o Iraque do Saddam Hussein, um tirano, um déspota corrupto sanguinário, que agrediu dois países, que massacrou os xiitas e os curdos em seu país. Apesar de tudo, a comunidade internacional toda reagiu contra isso, porque era um ato unilateral, lesivo ao direito internacional. Imagine uma pretenção americana no Brasil democrático, líder da América do Sul, de intervir aqui para proclamar a Amazônia uma área internacional? Isso pode passar na cabeça de alguém? Apegam-se a quê? A ficções, a um suposto mapa de que haveria nas escolas americanas destacando a Amazônia do território brasileiro.

Senador Pedro Simon, o Dr. Goebels tinha razão ao dizer que "uma mentira repetida mil vezes acaba por tornar-se verdade". Isso foi tão repetido que o Itamaraty, há dois anos, na gestão do Chanceler Celso Laffer, mandou examinar, mandou investigar. Embaixada Brasileira, consulados, todos uma balela inventada aqui. Nunca houve em nenhuma escola americana tal mapa. Mas, veja bem, apesar do desmentido, houve ampla matéria no **O Estado de S.Paulo**.

Outro dia, em Manaus, um cantor popular, num **show** para milhares de pessoas, fez uma exortação contra o tal mapa e foi aplaudidíssimo. O ilustre Senador Pedro Simon, ainda há pouco, referiu-se ao tal mapa. Tudo é balela, uma invencionice. Não existe e nunca existiu isso em escola alguma dos Estados Unidos. Tudo saiu na Internet.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A balela de que não está distribuída nas universidades eu também acredito, mas que esse mapa circula, circula.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Daqui do Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, mas foi daqui e chegou lá.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Um bando de malucos, talvez, ou gaiatos. Mas há quem acredite piamente em que não existe perigo de internacionalização da Amazônia. Existe cobiça internacional? Existe. Mas tenho muito medo também da cupidez nacional. Tenho muito medo de que nós destruamos a Amazônia pela nossa cupidez, de madeireiros, de pecuaristas, de garimpeiros. Tenho medo de que se faça uma ocupação predatória da Amazônia, pois, aí sim, se destruirmos a floresta, se envenenarmos os rios, perderemos a Amazônia. Assim, ela não será internacionalizada, mas nós a perderemos. Teremos dilapidado um patrimônio natural de valor incomensurável; e nós teríamos sido os responsáveis por isso.

Não temos de temer nada. O futuro da Amazônia depende de nós brasileiros. Se cuidarmos da Amazônia, não temos de temer internacionalização nenhuma. E, aí, concordo inteiramente com o V. Ex^a Rev^{ma}: o Brasil não tem um projeto para a Amazônia, não tem. O Brasil não definiu o que quer fazer da Amazônia; que tipo, que modelo de desenvolvimento, que não pode ser o convencional, predatório. Não podemos deixar a Amazônia abandonada, com 20 milhões de pessoas se miserabilizando, pelo menos no interior. Temos de fazer um projeto que contemple preservação ambiental e inclusão social. Se fizermos isso, Dom Luiz, não temos de temer ninguém. Ninguém nos ameaçará.

Fiz a minha parte, Dom Luiz. Aqui vou puxar a brasa para a minha sardinha. V. Ex^a Rev^{ma} falou, com muita razão, que a Zona Franca gera riqueza em Manaus, que não se espalha para o interior. Fiz a coisa – modéstia parte – mais racional do mundo. Como o pólo industrial de Manaus gera RS2,6 bilhões de receita federal por ano, apresentei uma emenda à Constituição criando um fundo sócioambiental da Amazônia, destinando uma parte disso a todo o interior, não somente do Amazonas mas da região Norte, menos as capitais. Ou seja, trata-se exatamente de pegar o dinheiro gerado na Zona Franca e espalhá-lo no interior, em ações sociais, em educação, em saúde etc. O Senado aprovou o projeto por unanimidade. Por que por unanimidade? Quando alguém me pergunta por que um fundo para a Amazônia, inverto a pergunta: como é concebível que o Brasil não tenha um fundo para a Amazônia e um projeto de desenvolvimento para a Amazônia? Isso é que é de espantar e não a criação de um fundo para a região. O projeto está na Câmara dos Deputados, pronto para ir a plenário e ser votado, e não há uma mobilização da re-

gião para que isso seja aprovado. Não há. Não sei por quê. Não posso carregar isso sozinho nas costas, compete às bancadas do Norte fazerem isso lá. Mas o projeto pretende dar os instrumentos para que se elabore um projeto nacional para a Amazônia.

Era isso. Parabéns pela sua exposição, e concordamos praticamente em tudo.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Concordamos no principal. O importante, quando se levanta esse problema da internacionalização da Amazônia, é frisar que temos capacidade de firmar a região realmente e de integrá-la, de desenvolvê-la e dar a ela a devida atenção. Isso passa naturalmente pelo bem estar do povo ligado à ecologia, pelo problema do meio ambiente. Quando eu falava da internacionalização da Amazônia, queria dizer não que a ONU faça isso, pois ela não tem instrumento para fazê-lo. Mas há possibilidades no futuro, no momento não há, passando por instrumentos legais todos. Hoje a lei existe para os outros; é uma questão muito séria esse problema da lei. No Iraque, ocorreu algo em que foi contra todo o direito internacional, e a coisa ocorreu.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Permita-me, mas uma intervenção americana aqui não seria uma internacionalização, mas uma ocupação americana, uma anexação.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Quando se fala em internacionalização, talvez a palavra melhor seja ocupação da região, mas ocupação é uma palavra bastante feia; contudo, na realidade, é isso que se quer dizer e, vindo de vários lugares, não só de um país. A nossa percepção é de que isso pode vir de vários lugares. Pode vir, não digo que vá acontecer, pois estamos lutando para fortificar a Amazônia. Isso não vai acontecer.

Agora, isso que V. Ex^a colocou, Senador, é muito interessante. Realmente talvez o perigo maior seja o perigo que vem de dentro. Todos nós sabemos o que aconteceu com Rondônia, com o sul do Pará e o que já começa a acontecer em Apuí. Ouvimos essa notícia da região de Lábria. E sabemos muito bem que a Amazônia precisa ser estudada porque, se derubarmos a floresta para criar bois, não vai dar certo, pois há regiões em que há criação de gado e não suportam mais. Vi, no Amapá, do Senador Capiberibe, uma área irrecuperável por causa da criação de búfalos. Isso acaba realmente com a região. Então, precisamos tomar uma atitude e o Senado poderia, quem sabe, aproveitar essa idéia da criação do Ministério da Amazônia. Seria muito interessante que levássemos à frente essa discussão. A Amazônia precisa ser conhecida. E nós, o Governo Federal, estadual e mu-

nicipal precisam ter um plano de desenvolvimento global da região, a fim de zonearmos e conhecer a vocação de cada região, pois é preciso respeitar a vocação da terra e do povo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, querido amigo Dom Luiz Soares Vieira, que morou e foi bispo da diocese de Macapá, antes de abordar a questão específica de segurança da Amazônia, como foi muito bem relatada pelo Sr. Bispo, queria agradecer a iniciativa do Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, uma área também que nos preocupa muito, principalmente porque seguia um modelo de desenvolvimento inspirado nos eurodescendentes. Queria contar um caso, que, aliás, é um fato, que reflete muito bem o sentimento dos povos indígenas da fronteira do Amapá e do Pará: Uma antropóloga me contou que entre os povos palicus, que dividem a fronteira da guiana com o Amapá, que os jovens palicus da guiana vieram jogar futebol com os jovens palicus que habitam o Brasil na fronteira do Amapá. E, no final da partida, ela encontrou com os palicus do Brasil, que vinham cansados e suados do jogo, e ela perguntou quem ganhou, e eles responderam: ganhou o Brasil, numa demonstração clara de que os povos indígenas daquela fronteira, os palicus, os caripunas, os galibi, os galibi-maruorno, os tiriós, os uaianas se sentem brasileiros. Por que eles se sentem brasileiros? Porque a legislação indígenista brasileira é mais favorável, é melhor de que a francesa. Do lado brasileiro, eles vivem e têm o domínio dos seus territórios.

E, no caso específico do Amapá, ao longo dos oito anos em que governamos, respeitamos os direitos originários dos povos indígenas. E, sobretudo, sua autonomia, no que diz respeito aos seus territórios.

Quando falamos em autonomia, não colocamos de maneira nenhuma em risco a soberania do nosso País. Ao contrário, ela garante a soberania do nosso País, porque aquelas populações se sentem seguras sendo brasileiras. E nós então garantimos a essas populações o direito à educação básica, ao segundo grau nas suas aldeias. E agora, a nossa expectativa é levar a energia elétrica até a fronteira, em todas as aldeias. Já que elas têm o segundo grau, algumas já contam com água tratada, no Governo do Presidente Lula a nossa expectativa é levar a energia elétrica, ou seja, é completar um programa de atendimento a essas populações.

Mas, Dom Luiz, V. Revma. enumerou alguns problemas dramáticos da nossa região, como é a guerrilha – que não está nas nossas fronteiras, mas está muito próxima –, a biopirataria, o narcotráfico, a concentração urbana e o esvaziamento do interior, a ausência do Estado. E a somatória disso chama-se: falta de política, ausência de política para a Amazônia. E eu acrescentaria mais um item nesse rosário de graves problemas da Amazônia e do nosso País, que é negligência dos tomadores de decisão, negligência dos que planejam o desenvolvimento deste País e a negligência histórica para com a Amazônia, muito bem retratada pelo Senador Marcelo Crivella, quando deu uma demonstração das transferências voluntárias. Enfatizo que nessas transferências voluntárias eu fui particularmente castigado no Amapá. Se nós levantarmos as transferências voluntárias de 1995 até 1998, verificaremos que houve uma retenção dos recursos para o meu Estado em função da política que nós desenvolvíamos ali. Nós estabelecemos uma resistência a essa avassaladora e hegemônica política fundamentada no consenso de Washington e aplicada no nosso País sem nenhuma consulta prévia e que resultou num desemprego nunca visto em nossa história, na ampliação da exclusão social e na desnacionalização do País. Resistimos de 1995 até o último dia do meu mandato às pressões do Banco Mundial, que nos obrigava a consumir produtos feitos por licitações internacionais. Nós resistimos, não obedecemos e definimos uma política em harmonia com a natureza. Uma política de inclusão.

Em função de tantas coisas negativas que levantamos, de tantos problemas que abordamos, eu gostaria de lembrar as palavras do Presidente Lula, no dia 10 de maio, em Rio Branco. Pela primeira vez, um Presidente da República do Brasil declarou que a riqueza da Amazônia está na floresta. E isso é de um significado profundo para o nosso desenvolvimento e para o nosso País. Demonstra com clareza que temos um Presidente da República com cultura brasileira e isso é fundamental. E não só declarou que a floresta é a riqueza da Amazônia, mas lançou um programa: o programa de uso sustentável da floresta. Eu diria que apenas o uso dos produtos madeireiros da floresta é suficiente para atender a toda demanda de emprego da região Amazônica. Só a utilização racional, o manejo florestal e o adensamento da cadeia produtiva de produtos madeireiros da Amazônia é suficiente para empregar todos os desempregados da região – não só empregar todos, mas empregá-los na sua comunidade de origem, garantindo-lhes o direito de permanecer onde nasceram, porque esse é um di-

reito negado à maioria do povo brasileiro, principalmente aos nordestinos.

Falou-se aqui da questão dos maranhenses que migram para a Amazônia. O mesmo ocorre no Amapá, onde existe o maior contingente de emigrantes e o maior crescimento demográfico dos últimos anos na Amazônia. Estamos atingindo quase 6% de crescimento anual, quando a média do crescimento nacional é de 1.3%. Isto só acontece em áreas de recuos, de catástrofes ou de guerra, para onde vão os refugiados. O Amapá, nosso Estado, já recebeu refugiados econômicos – os excluídos de vários Estados brasileiros. Enfim, esta negligência é que pode, sim, permitir uma ação internacional ordenada não para intervir, mas para limitar a soberania do nosso País na região amazônica, até porque o desmatamento continua a crescer na região. De 2001 para 2002, nós atingimos o total de 25 mil quilômetros quadrados de desmatamento. Então, conforme detectou o Presidente Lula, “continuam matando a galinha dos ovos de ouro”, que é a nossa floresta.

O Presidente Lula lançou um programa para a Amazônia, que nós temos que debater, aprofundar e desdobrar em políticas públicas e em projetos. Eu tenho convicção de que, se implantarmos o Programa que o Presidente Lula lançou em Rio Branco, nós estaremos preenchendo esse campo da ausência de políticas nacionais para a Amazônia.

Sua Excelência fundamenta essa política em cinco pilares. O primeiro é o investimento com tecnologia avançada na Amazônia, que é fundamental. Mas o desenvolvimento tem que ser a partir da biodiversidade que a floresta nos oferta. Nós temos que investir em tecnologia de ponta, para que possamos desdobrar a cadeia produtiva de milhares de espécies vegetais e animais. O segundo ponto é um novo padrão de financiamento, para que nunca mais voltemos a lamentar a falta de dinheiro na Amazônia. O problema não é apenas a falta de recursos, mas a má aplicação desses recursos, como é o caso do desvio de US\$1,4 bilhão da Sudam, do Fundo Nacional da Amazônia e do FNO. Os recursos são resultado de renúncia fiscal do centro-sul e do sul do Brasil. Eles deveriam ser aplicados na Amazônia, mas voltam para o Sul. Esse é o segundo ponto: o novo padrão de financiamento, o monitoramento ambiental e a gestão territorial.

Sr. Bispo, o senhor tem inteira razão. Nós temos que palmilhar essa região e definir como iremos utilizá-la, onde faremos agricultura, pecuária e manejo florestal. Este estudo está pronto no meu Estado, numa aproximação de 1 para 200 mil, e nós estamos

reduzindo de 1 para 50 mil não só em relação ao levantamento econômico e ecológico, mas também em relação ao social, para sabermos quem vive ali e como podem construir riquezas em suas comunidades de origem.

O terceiro ponto é a inclusão e a cidadania, exatamente para impedir que o rio Japurá se esvazie de brasileiros. Essa inclusão tem que chegar aonde o povo vive. Eu tive a felicidade de levar o Presidente Lula – que ainda não era presidente –, em novembro de 2001, para visitar um projeto encravado no meio da floresta, em um afluente do rio Jari, que, por sua vez, já é um afluente da calha norte do rio Amazonas. Fomos a uma fábrica no meio da floresta, que produz até hoje biscoitos de castanha dentro dessa linha que a Amazônia necessita, de adensar a cadeia produtiva de um só produto: a castanha. A seringa marcou a história da Amazônia. Devemos aproveitar, como V. Ex.^a acabou de dizer, e investir no conhecimento em nossas universidades, para que esse conhecimento se transforme em tecnologia, a fim de que não continuarmos a fazer as coisas como antigamente. Por exemplo: o açaí, uma das maiores riquezas que temos e que faz parte da cultura alimentar do povo da Amazônia, ainda hoje é coletado como há duzentos anos, o que demonstra com clareza a negligência e a reprodução de políticas coloniais em nosso País e na Amazônia.

E ainda um quinto ponto: investimento em infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável e não a infra-estrutura para o avanço da fronteira agrícola. Ora, querem plantar soja em toda a Amazônia. Temos de escolher as áreas que já estão antropizadas. A floresta do sul do Pará desapareceu e no lugar dela sabem o que há? Nada. Em 24% do território não se planta nada; está abandonado. Em 29% do território do Maranhão não se planta um pé de mandioca; está abandonado. E querem seguir destruindo a floresta? Isso é um crime de lesa-pátria. Isso, sim, é nos submeter ao julgamento internacional à medida que avançamos com a fronteira agrícola e destruimos a floresta.

Eu queria fazer uma pergunta. Penso que V. Ex.^a tem inteira razão e eu gostaria, além disso, de sugerir que seja incluído nos temas transversais, desde o pré-escolar até a universidade, estudo da Amazônia em nossos currículos. Vou fazer essa sugestão e encaminhá-la ao Ministro Cristovam porque não podemos duvidar do que poderá acontecer no futuro a uma região tão rica como a nossa. Sabemos dos conflitos por causa de recursos naturais. Sabemos que a intervenção dos Estados Unidos no Iraque não ocor-

reu em defesa da democracia. Tudo isso que os americanos inventaram é uma grande farsa. Não existiam armas químicas, não existiam armas de destruição em massa. Eles estavam de olho no recurso natural chamado petróleo. Agora invadiram o Iraque, amanhã poderão fazer o mesmo aqui.

Portanto, temos de estudar para defender o que é nosso. O Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, preocupa-se com essa rica região que pertence a todos os brasileiros. Temos de fazer com que nossas crianças cresçam sabendo que temos um patrimônio tão rico.

Por último, gostaria de saber por que o rio Japurá está se tornando estéril, um rio tão maravilhoso quanto aquele.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – O problema do rio Japurá...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dom Luiz, permita-me dizer, diante das observações do Senador João Capiberibe, já que S. Ex.^a falou tanto da preocupação com a diminuição da floresta, que **O Estado de S.Paulo** divulga na edição de hoje que a Amazônia tem a maior perda da mata desde 1995. A medição do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelou que em 2002 houve o maior desmatamento da Amazônia Legal desde 1995; a floresta perdeu 25,5 mil quilômetros quadrados, área superior à do Estado de Sergipe, de 21.910 quilômetros quadrados. Esse é o segundo maior desmatamento da história do monitoramento realizado pelo Inpe nos últimos quinze anos, a partir das imagens captadas pelos satélites entre julho de um ano e junho do ano seguinte. Talvez V. Ex.^a possa tecer considerações sobre isso na resposta ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, penso que estaria na hora de abriremos aqui o debate sobre o programa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia proposto pelo Presidente Lula. Penso que é uma oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Seria interessante.

Com a palavra Dom Luiz.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Penso que essas considerações do Senador João Capiberibe são realmente fruto de sua experiência de trabalho no Amapá. Sabemos que aconteceram mesmo esses fatos. Todavia, penso que temos que estar atentos a essas coisas. Isso aqui chama a atenção. Vejam que, no Congresso Nacional, há um projeto de lei de privatização de três áreas de floresta. Creio que é preciso prestar atenção a isso. Por que, em vez de privatizar

essas áreas e dá-las para um grupo, por exemplo, não se empregam essas terras em benefício do povo que mora lá, para dar condições para que eles possam explorar a floresta, naturalmente com toda a assessoria, com todo o apoio?

Dando para grupos econômicos, essas áreas serão devastadas porque esses grupos estão interessados no lucro, querem ganhar dinheiro com a floresta, ao passo que o habitante da floresta, o ribeirinho já vive naquela área. Se dermos condições, ajudando esse pessoal a viver bem da floresta, sem estragá-la, não aconteceriam essas coisas, porque quem está fazendo isso são grupos ou pessoas incentivadas a isso. Temos visto alguns assentamentos que foram feitos, em Apuí, por exemplo, que são uma lástima. Abre-se um ramal ou se coloca uma pessoa a 150 quilômetros para viver lá, derruba-se um pedaço da mata, constrói-se uma cabana de lona, e essa pessoa vai viver nesse local, com casos de malária, de leishmaniose e de outras doenças a que, inclusive, não estão nem acostumadas. E a comercialização dos produtos? São pessoas jogadas assim que devastam a floresta, vendendo toda a madeira, porque precisam sobreviver.

Creio que é preciso também dar atenção a essa questão de assentamentos na Amazônia, localizados em áreas não são agricultáveis. Acredito que precisamos, realmente, de um estudo. O que percebemos é que, realmente, isso acontece porque não temos, repito, um plano de desenvolvimento global. Não conhecemos a Amazônia. Quais são as áreas de terra boa para a agricultura? Quais são as áreas boas para a pecuária? Quais são as áreas de mineração? Há, por exemplo, os nossos rios. Os lagos em que os peixes procriam são devastados, também, por geleiras, por pessoas que sabem ser mais fácil pescar nessas áreas.

O Senado poderia levar adiante essa discussão. Precisamos pensar realmente no conhecimento da Amazônia, em fazer a região ser conhecida, para chegarmos a esse plano de desenvolvimento global da Amazônia. Senão, ficaremos com vários programas e nunca daremos a atenção devida, e a região continuará sempre a ser a mesma coisa.

Não sei se respondi à sua pergunta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – O que aconteceu com o Japurá?

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Com o Japurá aconteceu o seguinte: ele foi se despovoando, naturalmente pela vinda do pessoal para Manaus, para Tefé, para as cidades, porque não havia condições para o povo morar lá. Depois, o Japurá tem sido o rio

mais batido pelos pescadores da Colômbia. Então, eles compram os peixes dos ribeirinhos a um preço muito mais favorável do que o dos pescadores brasileiros e compram peixes que o amazonense não come, os peixes lisos. O amazonense gosta muito de peixe de escama. Não é, Senador?

E chegaram a retirar – isso foi um missionário que me contou – galhos que estavam no fundo do rio para realmente fazer o arrastão. Estão fazendo um arrastão muito grande, e isso está fazendo sumir o peixe. Além disso, tenho em mãos o que o bispo de Tefé me escreveu sobre o contrabando de peixes ornamentais no Japurá. Peixes dali estão sendo contrabandeados pela Colômbia, o que é muito sério. O rio ficará, realmente, sem peixe. Se não tomarmos algumas medidas, teremos um rio estéril.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dom Luiz, foi muito gratificante para todos nós a sua presença. Demonstra que a Igreja Católica também está agora preocupada com os problemas da Amazônia. A criação de uma comissão na CNBB para cuidar dos assuntos específicos da Amazônia demonstra essa intenção e, sobretudo, essa forma nova de encarar a nacionalidade como um todo e desviar a ação dos que, baseados em teorias estranhas, defendem a internacionalização.

Foi elucidativa a sua observação. Nós, amazonenses, conhecemos os problemas, mas os outros Senadores, tenho certeza, tiveram uma impressão muito boa do que foi abordado.

Dom Luiz, foi dito aqui que não existe uma política para a Amazônia. Lamentavelmente, pelo menos até o último Governo, havia, sim, uma política de esvaziamento. Criavam condições para que o homem não pudesse viver na Amazônia; cerceavam a atividade econômica; expulsavam o homem do interior para as vilas, as cidades e para Manaus, porque o interior que ficou vazio é o interior do interior. As cidades do interior têm problemas sérios com a sua população, porque os que não podem chegar a Manaus ficam nas sedes municipais, mas a atividade do homem que vivia no beiradão foi totalmente proibida.

Eu, certa vez, assisti a um depoimento de uma freira de Ourari, que falava da forma como o Ibama tratava o pescador do interior, com o uso até de metralhadora. Davam tiros nos utensílios de cozinha, porque tinha lá peixe fora de época.

Então, houve intenção. Dizem que o esvaziamento da Amazônia foi negociado com a Casa de Windsor. Daí vieram várias medidas: um código ambiental altamente fora da realidade brasileira; uma medida provisória sobre cultivares totalmente asfixiante da produção; uma ação constante de esvaziamento da atividade madeireira. Não defendo a atividade madeireira por devastação, por derrubada, mas a floresta pode ser manejada conscientemente, racionalmente, em benefício do homem. Defendo isso há quarenta anos. E é possível fazê-lo.

Houve na Malásia, no passado. Visitei Sarawak, a floresta da Malásia e me explicaram que, no início, houve devastação, mas hoje não fazem mais isso. Sarawak é um Estado da Malásia, na Ilha de Borneo.

O rapaz que andava comigo lá, numa propriedade de produção, mostrava, na floresta: “Esta árvore é minha” – e tinha lá o nome dele. “Aquele ali é minha e do meu irmão”. Então, eles cultivavam a floresta e hoje fazem a silvicultura. E a melhor região para a silvicultura é a Amazônia, por uma razão simples: temos aquela floresta porque a maior concentração de gás carbônico sobre a Terra está sobre a Amazônia. Esse gás carbônico é absorvido e transformado em madeira, durante o crescimento das árvores. Isso é um processo constante e indefinido.

Falam em desmatamento e, com certeza, daqui a uns dias, vão dizer que o Banco Mundial tem um programa de apoio às florestas, de um modo geral. Vão pegar esse jornal, as autoridades brasileiras, e dizer: “Não, no Brasil está assim. Tem que se fazer a defesa”. Já fizeram isso muitas vezes aqui. Reportagens de primeira página em revistas, páginas inteiras em revistas falando em devastação da Amazônia e não existia nada disso.

Certa vez, eu fiz um protesto contra a Nasa, que fotografou os campos naturais do Puciari, na região de Humaitá, e mostrou aquilo como resultante do desflorestamento da Floresta Amazônica, como derrubada. Ali nunca houve árvores, é um campo natural, como os pampas gaúchos.

O Ministro Lutzemberger pegou o Presidente Collor – isso me foi contado pelo próprio ex-Presidente – e, lá em Roraima, da janela do avião, mostrou: “Presidente, olha o resultado da devastação”. Ocorre que os campos gerais de Roraima nunca tiveram árvores, são campos naturais, mas essa mentira oficial, divulgada por brasileiros, é que cria esse clima em relação à Amazônia – brasileiros que estão a serviço de outros, a serviço de interesses de terceiros.

Portanto, temos que mudar, efetivamente, essa forma de atuação do Governo brasileiro e adotar políticas racionais em relação à Amazônia.

O Presidente Lula, lá em Rio Branco, deu uma conotação nova, inclusive dizendo que alguma coisa não poderia fazer porque as ONGs são poderosas e estão a serviço do interesse internacional. E nós nos preocupamos muito com os americanos. Os americanos são perigosos, todos sabemos. Mas, em relação à Amazônia, a maior pressão é dos europeus. É a Comunidade Européia que faz a maior pressão contra a Amazônia.

Se o senhor imaginar o mapa do Brasil todo, o que vai ver: na fronteira do Brasil com a Venezuela e parte da Colômbia são 9.200.000 hectares de área demarcada à reserva Yanomami, com 6.000 índios. Terminando a reserva Yanomami, começa a reserva Tucano, que vai até abaixo da região chamada Cabeça do Cachorro, quase Japurá, e termina ali. Começa aqui embaixo, com o Peru. A reserva Tucano possui 8 milhões de hectares. Adiante, existe a reserva do Javari, também com 8 milhões de hectares, onde vivem 600 índios Marúbo do lado brasileiro. Do lado peruano, há uma colônia dos Filhos de Israel. Agora, pegaram a última parte da fronteira que faltava para cercar na Bolívia.

Depois dessas reservas indígenas que cercaram o Brasil, começaram a surgir reservas ambientais e ecológicas de movimento. Eu estive numa dessas reservas, acompanhando o Presidente da República. Enquanto Sua Excelência participava das solenidades, fui conversar com os moradores e perguntei como estava a vida de todos. Eles responderam: “Fulano e sicrano conseguiram emprego de guarda-barqueiro – barcos com pequenos motores de popa – para fiscalizar a reserva. As outras pessoas continuam na mesma situação. O que estranhamos é que, semanalmente, saem daqui caixas e caixas (que são levadas por esses gringos, mas não sabemos para quê”. Essa é a dolorosa realidade. Acentuou-se, assim, a biopirataria.

Ninguém pensa em combater a biopirataria com polícia, com repressão. Existe apenas uma forma de combater a biopirataria, que é pequena na fraude. No caso de fósfil, este contém milhões de células, de bactérias ou de fungos. É impossível controlar a situação. Como eu disse anteriormente, a biopirataria apenas pode ser controlada por meio de formação educacional, de formação de pesquisadores e de professores nas universidades para desenvolver o conhecimento na região. Além disso, é preciso aproveitar esse conhecimento, na prática, para fazer a utilização

econômica daquilo que foi descoberto. Dessa forma, é possível combater a biopirataria, e não de outra maneira.

A **Asahi Foods** registrou o cupuaçu. O americano registrou a ayahuasca, mas os índios do Equador entraram com uma ação e ganharam. Atualmente, a ayahuasca do Daimé do Acre é propriedade dos índios equatorianos. (Risos.) E vários produtos típicos existentes apenas na Amazônia, como a copaíba e a andiroba, estão patenteados internacionalmente. Essa é a realidade. No Brasil, assistimos a essa situação praticamente de braços cruzados.

Portanto, precisamos investir nas instituições de pesquisas, voltadas para o interesse nacional, a fim de que estudem a potencialidade dos nossos produtos na região, com o sentido prático de verificar o que representam, para que servem e como comercializá-los. Se isso não ocorrer, não adianta nada. Por exemplo, há um instituto na região que passou dez anos estudando o desvio genético no cromossomo da preguiça. Parece incrível, mas havia esse projeto lá. Levaram muito tempo para provar que o elefante era parente do peixe-boi. E levaram o elefante para visitar o peixe-boi num tanque. Esse instituto tem 40 anos de atividade e, até hoje, não se sabe para que serve. Quando vamos lá, mostram-nos a mesma coisa sempre; eles servem um bolinho de carne de peixe, como se fosse uma grande novidade, algo que o caboclo já faz há centenas de anos. Esse é o resultado das pesquisas.

Então, a maioria dos institutos está fechada, porque serviram muito aos técnicos estrangeiros. Por exemplo, encontrei pesquisadores e cientistas no Instituto de Ciência de Moscou, na Real Sociedade Britânica, em várias academias francesas e americanas, no Instituto de Pesquisa de Milão, e todos são pesquisadores formados no Inpa, no Amazonas. Quanto ao resultado do trabalho que fizeram no Inpa, para nós, não houve nenhum. O que eles aprenderam nas pesquisas, colocaram na mala e foram embora. E o pior: essas pesquisas são financiadas por empréstimos que o Governo brasileiro tem de pagar depois. O diretor do **Kew Garden**, em Londres, passou pelo Inpa também; na Escócia, fui fazer uma palestra na Universidade da Escócia, em Glasgow, e também encontrei um cientista que tinha passado pelo Inpa. Entretanto, para nós, não houve nenhum benefício. Essa é a dura realidade.

Então, a ponderação que V. S^a fez é importante, porque desperta a atenção para o problema. Não se importam muito com a nossa presença aqui, mas a nossa reunião será mostrada pela TV para o Brasil

todo, e isso é importante. Também a Igreja está empenhada na luta para que o Brasil tome conhecimento da Amazônia, da sua realidade e da necessidade de uma política efetivamente sadia, real, não entreguista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Gilberto Mestrinho afirmou que, muitas vezes, as reportagens sobre a perda de mata nem sempre são precisas. Já houve ocasião em que, conforme S. Ex^a disse, informações não muito precisas sobre os campos gerais de Roraima foram dadas por alguns, como até pelo Ministro do Meio Ambiente do Governo Collor, José Lutzenberger. Essas estatísticas, na verdade, são dados que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais informou. Dom Luiz, na sua exposição inicial, observou que, se o Inpe é capaz de detectar de pronto quando está havendo o desmatamento, por que não se toma uma medida.

Diante da sua formulação, vou perguntar à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em que medida pode haver essa resposta mais imediata? Ressalto que, ontem, o Ministério do Meio Ambiente disse que haverá uma reunião, segunda-feira próxima, da Casa Civil com outros Ministérios, como Ciência e Tecnologia e Agricultura, para tratar essa questão – apenas em complemento à informação.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – O Inpe é um instituto sério, efetivamente, mas já se enganou algumas vezes nos cálculos. A história mostra isso.

Em segundo lugar, ela diz que isso é em Mato Grosso. O que se está utilizando em Mato Grosso é o cerrado e não a floresta. Então, tem-se avançado no cerrado, o que não traz nenhum malefício ao meio ambiente, porque a soja plantada absorve tanto gás carbônico da atmosfera quanto uma floresta, por incrível que pareça. Pela velocidade de crescimento que tem, ela absorve uma quantidade fantástica de gás carbônico. Então, fiquei com uma pulga atrás da orelha, como diz D. Luiz Soares Vieira, com essa notícia. Mas ele citou uma coisa importante, a política de assentamento.

Os assentamentos do Inca são verdadeiramente criminosos com a pessoa humana, porque colocam um homem despreparado para a agricultura em lugares muito distantes e não dão qualquer assistência. E o infeliz não tem outro caminho. E o Brasil é um País interessante: segundo a legislação, depois que o agricultor tiver o título efetivo de posse da terra, ele precisa desmatar 50% do terreno. Mas vem uma medida provisória e estabelece que só é permitido desmatar

20%. Então, há essas situações surrealistas, que só o Brasil sabe criar, por falta de atenção efetiva à Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Está muito bem. Foi interessante. O Senador conhece bem o Amazonas, foi Governador várias vezes e sabe realmente da problemática. Mas insisto muito sobre uma coisa: é preciso que tenhamos um plano de desenvolvimento global da Amazônia. Sem isso, vamos acabar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O último inscrito é o Senador Augusto Botelho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador Pedro Simon. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gostaria de salientar um projeto de minha autoria que transforma o ano que vem no ano da defesa da Amazônia e propõe uma série de medidas com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. É uma boa idéia, que nasce também dessa reflexão. E a reunião de hoje vai contribuir para dar mais elementos à justificativa do projeto do Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O projeto já está pronto, podemos apenas emendá-lo e aperfeiçoá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exm^o Sr. Presidente, meu prezado D. Luiz Soares Vieira, gostaria, antes que o Senador Pedro Simon saísse, de elogiá-lo e dizer-lhe que S. Ex^a também é considerado por nós, Senadores da Amazônia, como um membro da nossa equipe. Ainda mais com essa idéia de fazer com que o ano que vem seja o ano da Amazônia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Lamento que D. Luiz Soares Vieira não conheça o meu Estado tão bem como conhece o Amapá, o Amazonas.

Vou fazer uma explanação bem rápida para que ele entenda bem. O que se deve saber da geografia: meu Estado se divide em três partes: – um terço de florestas; um terço de campos gerais, que chamamos

de lavrados, que equivalem a nosso cerrado aqui, que não têm árvores grandes, mas têm caimbé e miri-xi, árvores de pequeno porte, retorcidas, e em escassez; e as montanhas, as serras.

Então, em Roraima há o povo do lavrado, o povo da serra, o povo da floresta e o povo ribeirinho, como em toda a Amazônia. Roraima tem uma característica especial, porque já foram demarcadas áreas indígenas lá e agora há essa que está em discussão – Raposa/Serra do Sol –, cuja forma deverá ser definida segundo a vontade do Presidente Lula, que mandou o Ministro da Justiça lá. S. Ex^a fez algo que ninguém havia feito até então: foi às áreas onde só Rondon havia chegado como autoridade federal, ou seja, à Raposa, à Maloca da Raposa, que nunca tinha sido visitada nem pelo Presidente da Funai, porque o Conselho Indígena de Roraima, o Cir – uma ONG que domina nossa região –, sempre levava para a aldeia deles. E não eram todos os brasileiros. Nós, de Roraima, somos favoráveis à demarcação de todas as áreas indígenas, mas também queremos respeitar a individualidade de cada etnia, de cada grupo.

Essa união da Raposa Serra do Sol assim emendada vai criar conflitos no futuro, porque são cinco etnias misturadas: Makuxi, Wapixana, Ingariko, Taurepang e Temonas, que são bem poucos. Mesmo sendo em área única, o senhor, que pode influenciar na parte eclesial, deveria ter definido qual é a área dos Ingariko, dos Makuxi e dos Temonas, porque haverá conflito no futuro.

O povo de Roraima e o povo tradicional dessas regiões têm sofrido muito. Esta é a primeira vez em que somos ouvidos. Há trinta anos, as pessoas têm sido colocadas para fora de suas terras – estão na quarta geração de nascimento –, às vezes, pela Polícia Federal com metralhadoras.

No começo, eles até recorriam à Justiça. Entravam na Justiça Federal local, ganhavam a causa e permaneciam em suas terras. Então, a Funai recorria aos tribunais superiores e eles perdiam. Perdiam por quê? Porque são chamados de fazendeiros, mas são pequenos proprietários que viviam em uma casa igual à dos índios, de adobe e chão batido, e não tinham dinheiro para pagar um advogado para vir aqui defendê-los.

Essa é uma falha que o Governo Federal tem contra o meu povo de Roraima, e creio que o Presidente Lula irá corrigi-la. Falo e afirmo que nunca foi reassentado um cidadão removido de qualquer área declarada como indígena, no meu Estado.

Quando começaram a definir as áreas indígenas, até fiquei feliz quando definiram a São Marcos,

que é muito perto da área dos lanomâmis. Agora, a Raposa Serra do Sol vai incluir a fronteira com a Venezuela e a Guiana, que dá quase três mil quilômetros de fronteira. Será criado um problema social muito grande no meu Estado, se for mantida a política das ONGs, que têm mais voz politicamente – porque existem ONGs que não têm voz, somente agora foram ouvidas pelo Ministro –, como o CIR, que quer demarcar e retirar vilas onde pouco mais de mil casas serão desalojadas – se bem que quase um terço é ocupado por pessoas de origem indígena que permanecerão lá.

Fico feliz ao ouvir a sua voz em defesa da Amazônia, porque sou católico, sou cristão e vou à missa todas as semanas – os colegas do hospital me chamam até de padre por eu conversar bastante e ter convicção religiosa. Nós, em Roraima, nunca fomos ouvidos, mas, agora, no Governo do Lula, isso está acontecendo com os outros povos indígenas também, porque o pessoal do Raposa, do Contão, do Napoleão nunca foi ouvido porque havia um domínio sobre a palavra.

Houve a morte de um índio, recentemente, e três outras mortes relacionadas à essa causa, nos últimos trinta anos. Duas pessoas morreram quando queimaram uma ponte em uma estrada e um pequeno produtor caiu com a sua picape, morrendo seu amigo na hora e o filho dele depois, em consequência das queimaduras. E o Aldo Mota morreu agora em um conflito bem nítido, de uma forma estranha.

Pedi a palavra para falar disso, porque há a ocupação do Senador Gilberto Mestrinho de que toda a fronteira seja ocupada, falta somente emendar. Se a Raposa Serra do Sol sair excluindo todo mundo, tirando todas as populações das estradas do jeito que querem, só falta emendar São Marcos com lanomâmi e ficará toda a fronteira emendada com área indígena.

Em relação aos assentamentos do Incra, que são feitos de forma não muito humana, existem pessoas que estão há quinze ou vinte anos, e nessa ampliação na área dos Waiwai, no Pará, que dista 170 Km da fronteira de Roraima com o Pará, entra em Roraima e emenda com a área dos Waimiri-Atroari. Não sei por que querem fazer toda essa área se só existem 700 Waiwai que têm quase 400 mil hectares de área que já foi reconhecida pelo Presidente Lula. Vão desalojar mais outros colonos que foram alojados há dez ou quinze anos passados pelo Incra, que passarão à condição de sem-terra. Ou seja, as coisas são feitas em Brasília sem ouvir as pessoas. Nós, Parlamentares, nunca tivemos acesso a um laudo antropo-

lógico. Gostaria de ver o laudo antropológico que autorizou a duplicação da área waiwai. Sabe-se que as áreas indígenas coincidem com as áreas de províncias minerais – D. Luiz Soares Vieira também sabe disso – e com as áreas de petróleo. A única área com petróleo confirmado em Roraima é a de Raposa/Serra do Sol, local em que se encontram também as províncias de diamante e diamantíferas.

Portanto, os índios, o povo de Roraima, meus irmãos indígenas, querem o desenvolvimento. Não querem andar mais de tanga, não querem andar flechando nem carregando jamachi nas costas. Vislumbro uma possibilidade, mas com as demarcações que acabam de ser feitas. Na semana em que foi aprovada a demarcação, já começo a ter dúvidas se o caminho será levado a sério ou se continuará a mesma balela das ONGs européias que para lá enviam dinheiro. Os antropólogos que fazem os laudos geralmente são pagos por ONGs estrangeiras.

Assim sendo, também acredito que existe risco de internacionalização da Amazônia. O Líder do meu Partido, Senador Jefferson Péres, diz que não. Mas vejo assim também. Pois o guardião da fronteira barata, que seria o pequeno proprietário, é expulso de sua terra.

Há um grande movimento de índios em Roraima, já que nossa seguridade é melhor do que a da Venezuela e a da Guiana. Assim, eles migram para cá a fim de se aposentarem pelo nosso sistema. E vivem também em Roraima. Mas são todos bem vindos, pois há espaço para todos. Gostaria que os países vizinhos dessem mais atenção a eles.

Na fronteira com a Guiana, próximo a Uiramutã, onde houve o problema recente com a construção do quartel, é cultivada a maconha normalmente. O Governo da Guiana Inglesa não reprime o cultivo de maconha. Ou seja, se tirarmos todos de lá, pior será para os próprios índios, que terão acesso à maconha sem repressão.

Gostaria de pedir a V. Ex^a que não se cale, que continue defendendo o cidadão. E fiquei muito feliz ao ouvi-lo falar no amazônida, pois aqui no sul do País só se fala na floresta e no rio. Esquecem das pessoas que lá vivem, esquecem do ribeirinho que pega o peixe para comer e é preso e processado pelo Ibama porque pescou fora de época. Se fosse pescar para vender, tudo bem, mas pescar para comer e sobreviver... Ele já vive lá há cem anos. Já é a quarta, quinta geração na beira do rio, e sempre pescou. Inventamos uma lei no sul do País que prende o homem, fura suas panelas e dá tiro nele. Não é mentira não, fazem como o Senador Gilberto falou. Pelo menos faziam.

Espero que no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva as coisas se modifiquem e o homem seja respeitado.

Mas acredito que modificaram sim, pois até o senhor teve coragem de tomar uma posição dessas e defender o homem.

D. Luiz Soares Vieira defende o cidadão da Amazônia, não defende a floresta, nem a água, nem a terra. Como cristão, ele defende o cidadão. E estou aqui também a fim de defender a pessoa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de D. Luiz Soares Vieira responder ao Senador Augusto Botelho, gostaria de dar as boas-vindas aos Senadores do Uruguai, da Frente Ampla, que nos visitam: Senadores Rafael Michelini e Reinaldo Gargalho, e também ao Presidente da Frente Ampla, candidato à Presidência da República no Uruguai, Tabaré Vázquez. Sejam bem-vindos.

Estamos concluindo a audiência com D. Luiz Soares Vieira, Arcebispo de Manaus, que nos fala hoje a respeito da soberania e dos problemas da Amazônia. Estamos concluindo o nosso debate. Antes da resposta final, permita-me, prezado D. Luiz Soares Vieira, oferecer-lhe um exemplar de meu livro **Renda de Cidadania: A Saída é pela Porta**.

O projeto já foi aprovado pelo Senado Federal. Falta ainda a aprovação na Câmara dos Deputados. Tenho a convicção de que, uma vez instituída uma renda básica de cidadania, será facilitada a possibilidade de sobrevivência de todos aqueles que vivem inclusive no interior da Amazônia, que foi uma das preocupações colocadas na exposição. V. Ex^a tem oportunidade agora para tecer as suas considerações finais e responder ao Senador Augusto Botelho.

Quero dizer que para nós foi excepcional a oportunidade de ouvirmos seu depoimento, suas preocupações e conhecimento tão aprofundado da Região Amazônica, depoimento enriquecido pelas considerações dos Senadores da Região Amazônica aqui presentes.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Senador Augusto, concordo plenamente com a idéia de que precisamos olhar prioritariamente o homem amazônico, homem e mulher, bem entendido, o ser humano. Não podem acontecer injustiças. Se uma área indígena foi definida, os cidadãos que foram retirados de lá não podem ficar desamparados. Eles têm direitos. É um direito do cidadão que, possuindo uma propriedade aqui e aqui não podendo permanecer por várias ra-

ções, o Estado tenha a obrigação de colocá-lo em uma propriedade igual, pelo menos igual.

Esse tipo de acontecimento é lamentável. É um atentado à dignidade humana, aos direitos humanos, o que não podemos aceitar. Acredito que a luta a favor da Amazônia é uma luta, antes de tudo, em defesa do homem amazônico. Precisamos lembrar disso muito seriamente. Quando se fala na Amazônia, se fala de água, de floresta e de outros assuntos, mas geralmente não se fala do homem amazônico. Então, precisamos lembrar que a Amazônia é a terra, sim, mas é a terra com o seu habitante, e este vale muito mais do que a terra.

Queria agradecer a oportunidade que realmente foi muito preciosa para mim. Uma experiência interessante esse debate e vou torcer para que a Subcomissão da Amazônia funcione e, quem sabe, tenhamos o Ministério da Amazônia – é um sonho, mas tomara que aconteça. E repetamos sempre: a Amazônia brasileira é nossa, a serviço da humanidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado Dom Luiz Soares Vieira. Foi com muita alegria que nós recebemos sua visita.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h30min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 6a. REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA 5ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª
LEGISLATURA REALIZADA EM 24 DE
ABRIL DE 2003 ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas do dia vinte e quatro de abril de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) João Batista Motta, Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Geraldo Mesquita Junior, Gérson Camata, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Valmir Amaral, João Ribeiro, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, Marcelo Crivella, Mão Santa, Jonas Pinheiro, leomar Quintanilha, Romero Jucá, Reginaldo Duarte, Mozarildo Cavalcanti, Luiz Otávio, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Roseana Sarney, Teotônio Villela Fi-

lho e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Ideli Salvatti, Serys Shessarenko, José Maranhão, Sibá Machado, Paulo Octávio e Amir Lando. Reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Item nº -01-Mensagem nº 79, de 2003. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Antônio Mota Filho para exercer o cargo de Diretor da Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes— DNIT. Autor: Presidência da República. Relator: Senador João Batista Motta. Relatório: Pela aprovação da indicação. Resultado: Aprovado com 20 votos favoráveis, 0 contrário e 01 abstenção. Item nº 02— Mensagem nº 80, de 2003. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Antônio Silva Coutinho para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes— DNIT. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Gerson Camata. Relatório: Pela aprovação da indicação. Resultado: Aprovado com 20 votos favoráveis, 0 contrário e 01 abstenção. Item nº 03-Mensagem nº 81, de 2003. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo José Santa Cecília Corrêa para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes— DNIT. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Relatório: Pela aprovação da indicação. Resultado: Aprovado com 20 votos favoráveis, 0 contrário e 01 abstenção. Item nº 04— Mensagem nº 82, de 2003. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio de Souza Pimentel para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes— DNIT. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Duciomar Costa. Relatório: Pela aprovação da indicação. Resultado: Aprovado com 20 votos favoráveis, 0 contrário e 01 abstenção. Item nº -05-Mensagem nº 83, de 2003. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Washington Lima de Carvalho para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes— DNIT. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Renan Calheiros. Relatório: Pela aprovação da indicação. Resultado: Aprovado com 20 votos favoráveis, 0 contrário e 01 abstenção. Os senhores indicados fizeram suas exposições sobre suas respectivas áreas de atuação. Por ocasião da sabatina dos senhores indicados, fizeram uso da palavra para tecerem conside-

rações sobre os assuntos abordados, os senhores Senadores João Batista Motta, Gerson Camata, Leonel Pavan, Jonas Pinheiro, Valdir Raupp, Duciomar Costa, Delcídio Amaral, Leomar Quintanilha, Sérgio Guerra, Mão Santa e João Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) — Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Inicialmente, convido o Senador Aloizio Mercadante e o Senador Gerson Camata para introduzirem, neste recinto, os Srs. Antônio Mota Filho, José Antônio Silva Coutinho, Ricardo José Santa Cecília Corrêa, Sérgio de Sousa Pimentel e Washington Lima Carvalho.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Esclareço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que na pauta de hoje constam cinco itens:

Mensagem do Sr. Presidente da República, submetendo ao Senado Federal a indicação do Diretor e de outros quatro Diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes — DNIT.

Os senhores interpelados terão 15 minutos para as suas exposições. Abrir-se-á a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e pelas Sr^{as} Senadoras inscritas dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de 5 minutos, assegurado igual prazo para as respostas dos interpelados, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de 2 minutos, concedendo-se aos senhores indicados o mesmo tempo para a tréplica.

Será concedida a palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Submeto ao Plenário a troca do Item nº 1, deixando para posterior, uma vez que sou Relator. Posteriormente, **estará presente aqui o Presidente da Comissão**, Senador José Jorge, oportunidade em que eu faria o meu relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passa-se à apreciação do Item nº 2:

Mensagem nº 80, de 2003. Ementa. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Antônio Silva Coutinho para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Autor: Presidência da República. Relator: Gerson Camata.

Com a palavra o Sr. Gerson Camata.

O SR. RELATOR (Gerson Camata) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres indicados pelo Sr. Presidente da República, Dr. José Antônio Silva Coutinho, o Sr. Presidente da República, por meio da Mensagem nº 80, de 2003 (nº 127, de 08 de abril de 2003, na origem), submete ao Senado Federal o nome do Sr. José Antônio Silva Coutinho para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, do Ministério dos Transportes.

O Sr. José Antônio Silva Coutinho, nascido em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é engenheiro civil, formado pela escola de engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1962.

Em 2000, passou a ocupar o cargo de Diretor de Transportes Terrestres da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, de Minas Gerais, responsável, dentre outros, pelo projeto de reintegração da malha ferroviária do Estado, no âmbito do plano multimodal de transportes.

Sua vida profissional teve início como engenheiro efetivo do serviço público, no Estado de Minas Gerais, lotado na Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. Desenvolveu atividades profissionais tanto na iniciativa privada, quanto na administração pública, mas esteve sempre voltado para área de projetos e obras de construção civil.

Na iniciativa privada, o seu extenso currículo inclui a participação, como técnico responsável por projetos e administração de obras em empresas ou instituições tais como: Sociedade Pestalozzi – de 1963 a 1965; Campolar Minas Materiais e Habitações S/A – 1968 a 1970; Serviço Social da Indústria, Sesi/Minas – 1988 a 1995; ainda Construtora Asteca Ltda, da qual foi sócio-diretor, entre 1969 e 1978. Inclui também a execução de inúmeros projetos de construção e administração, técnico de inúmeras obras, como profissional liberal autônomo.

No setor público, entre muitos outros trabalhos, destaca-se na sua atuação como: Vice-Presidente Executivo da Comissão Administrativa do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – Premen, convê-

nio MEC/Usaid, representando o Governo Federal em Minas entre 1970 a 1977; assessor especial da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – Codevale, em 1973; assessor-chefe da Assessoria Técnica da Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado – Carpe/Minas, de 1978 a 1987; assessor técnico da Procuradoria-Geral da Justiça, Ministério Público de Minas Gerais – 1999 a 2001; membro da Equipe de Transição da Diretoria do DNIT, no Ministério dos Transportes, por indicação do Ministro, respondendo pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa, em 2003.

Voto.

A análise do **currículum vitae** do candidato demonstra que ele atende plenamente às disposições do art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, que define os tributos requeridos para os diretores do DNIT.

Com efeito, o Sr. José Antônio Silva Coutinho é cidadão brasileiro, goza de idoneidade moral e reputação ilibada e conta com formação acadêmica apropriada, associada à inequívoca experiência profissional.

Destaque-se que tal experiência se revela, sobretudo, no campo da construção civil, de especial importância no âmbito da atuação do DNIT.

O candidato reúne, pois, atributos que o credenciam ao pleno desempenho do cargo para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Isso posto, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão a indicação favorável do Sr. José Antônio Silva Coutinho, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento às exigências constitucionais, contidas no art. 52, § 3º, combinado com os artigos 85 e 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória 2.217/3, de 4 de setembro de 2001.

É o relatório, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) – Muito obrigado, Senador.

Passamos então ao Item nº 3:

Mensagem nº 81/2003, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Ricardo José Santa Cecília Corrêa, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Autor: Presidente da República.

Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. RELATOR (Jonas Pinheiro) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. sabatinados, eminente Deputado Nelson Marquezelli, que nos honra com sua presença, eu gostaria de falar de improviso sobre Ricardo Corrêa, dado o nosso conhecimento de 30 anos. Entretanto, como é praxe nesta Casa fazer este relatório por escrito, vou começar a lê-lo.

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 81, de 2003, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Ricardo José Santa Cecília Corrêa, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional Infra-Estrutura de Transporte – DNIT.

A criação do DNIT, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Política de Transporte, a Agência Nacional de Transporte Terrestre, a Agência Nacional de Transporte Aquaviário e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

A mencionada lei, ao instituir um novo modelo para a política nacional de transportes, determinou a extinção de empresas e órgãos, dentre os quais o antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, cujas atribuições foram absorvidas pelo DNIT.

Em decorrência da Medida Provisória nº 2.217/3, de 4 de setembro de 2001, que alterou a Lei nº 10.233, de 2001, as nomeações do diretor do DNIT passaram a depender de aprovação do Senado Federal.

A indicação em apreço obedece, assim, aos termos do art. 52, III, letra f, da Constituição Federal, que atribui competência privativa a esta Casa Legislativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na Constituição e de outros que a lei determinar.

Apensado aos autos, o currículo do Sr. Ricardo José Santa Cecília Corrêa, que acompanha a mensagem presidencial, demonstra a satisfação dos requisitos inscritos no art. 88, da Lei nº 10.233, de 2001, para os ocupantes de cargo de diretor do DNIT, quais sejam: ser brasileiro, ter idoneidade moral, reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competência do departamento e elevado conceito no campo de sua especialidade.

Ricardo Corrêa nasceu em Uberlândia – MG, no dia 7 de agosto de 1942. É bacharel em Direito, além de sua profícua experiência empresarial nos ramos imobiliário, comercial e agropecuário, tendo desempenhado destacadas funções públicas, sobretudo no Estado de Mato Grosso. De 1979 a 1986, exerceu por dois mandatos consecutivos o cargo de Deputado Estadual na Assembléia Legislativa do meu Estado. Ao longo do segundo mandato, afastou-se para desempenhar sucessivamente os cargos de Secretário de Indústria, Comércio e Turismo e de Secretário de Obras e Serviços Públicos.

De 1987 a 1988, foi Diretor Administrativo e Financeiro da Telemat – Telecomunicações do Mato Grosso S/A. De 1988 a 1990, prestou consultoria a diversos órgãos de empresas públicas, tendo sido eleito Deputado Federal pelo Partido Liberal. Nos dois anos seguintes, chefiou o escritório de representação do Mato Grosso, na cidade de São Paulo, cargo do qual se desligou em 1993 para assumir o mandato de Deputado Federal, que exerceu até o fim daquela legislatura.

Em 1995, retornou às atividades empresariais, condições que manteve até o ano de 2002. Pela terceira vez, foi chamado a exercer o cargo de secretário de Estado, agora na Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Governo do Estado do Mato Grosso.

O Dr. Ricardo Corrêa é pessoa de muitos amigos e fácil relacionamento. Por isso, durante o seu longo período em Mato Grosso, já por mais de 30 anos, conseguiu atravessar quase todos os governos exercendo cargos importantes, mesmo nos governos adversários, em virtude da sua competência, honestidade e fidalguia nos vários cargos públicos que ocupou.

Por sua destacada atuação, tanto na iniciativa privada quanto na vida pública, recebeu inúmeras homenagens, ao lado de dezenas de títulos de Cidadão Honorário, outorgados pelas Câmaras de Vereadores de Municípios do interior e da capital de Mato Grosso. Foi condecorado com a Comenda Felinto Müller e com o título de Cidadão Mato-grossense pela Assembléia Legislativa e com a Ordem do Mérito de Mato Grosso pelo Governo de Estado.

Como se nota, o currículo do Sr. Ricardo José Santa Cecília Corrêa não apenas preenche como ultrapassa os requisitos legais para a sua nomeação.

Dessa forma, consideramos-o plenamente credenciado para o exercício do cargo para o qual foi indicado pelo ilustríssimo Senhor Presidente da República, submetemos sua escolha, constante na Mensa-

gem Presidencial nº 81, de 2003, à apreciação desta Comissão.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) – Obrigado, Senador Jonas Pinheiro.

Vamos passar para o Item nº 4, Mensagem nº 82, de 2003.

Ementa. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sérgio de Sousa Pimentel para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Autor: Presidência da República. Relator: Senador Duciomar Costa.

Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa, para relatar.

O SR. RELATOR (Duciomar Costa) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 82, de 2003, nº 129, de 2003, na origem, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Sérgio de Sousa Pimentel para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT.

O DNIT, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criado pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestrutura dos transportes aquaviário e terrestre; cria o Conselho Nacional de Integração de Política de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Em virtude da alteração introduzida na referida lei pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 04 de setembro de 2001, as nomeações dos diretores de órgãos passarão a depender da aprovação do Senado Federal.

O indicado é cidadão brasileiro, nascido na Cidade de Recife, em 1954. Graduou-se em Engenharia Operacional Civil pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, em 1977. No ano seguinte, concluiu o curso de Análise de Sistema, oferecido pela Empresa de Processamento de Dados do Amazonas, Prodam.

A administração portuária é o destaque da experiência profissional do indicado. Suas atividades na Empresa de Portos do Brasil S/A, a Portobras, estenderam-se de 1979, quando ingressou na empresa como engenheiro, até o ano de 1991. Nesse período, atuou nas administrações do porto de Manaus e do porto de Maceió, incluindo experiências diversas à

frente de setores tais como: o desempenho operacional de programação e controle de informática, e de obras e melhoramentos. Na administração de hidrovias da Amazônia ocidental, exerceu o cargo de superintendente.

A partir de 1991, com a interrupção do seu vínculo funcional com a Portobras, passou a atuar como consultor autônomo, até ser reintegrado aos quadros do Ministério dos Transportes, em 1998. Desde 2001, é Superintendente da Administração da Hidrovia do Paraná.

Uma grande quantidade de estudos e projetos, somados à participação em diversas comissões, todas de grande interesse para o desenvolvimento do sistema portuário nacional, evidencia a estreita ligação profissional que, há mais de 20 anos – quando, ainda jovem engenheiro, ingressou nos quadros da Portobras –, o Sr. Sérgio de Sousa Pimentel mantém com o setor de transportes.

Voto.

Capacidade técnica e experiência administrativa, atributos claramente manifestos no currículo, encaminhado anexo à Mensagem de nº 129, de 2003, vale ao indicado o credenciamento para o exercício das atividades inerentes ao cargo para o qual foi escolhido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Consideram-se, de fato, plenamente atendidos os requisitos estabelecidos no art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, segundo o qual o ocupante do cargo de Diretor do DNIT deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com o objetivo, atribuição e competência do Departamento, e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Diante disso, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão o nosso parecer favorável à indicação do Sr. Sérgio de Sousa Pimentel, constante da Mensagem Presidencial nº 82, de 2003, e de nº 129, de 2003, na origem, em cumprimento do disposto no art. 52, inciso III, f, da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) – Muito obrigado, Senador.

Vamos passar, então, para o Item nº 5.

Mensagem nº 83, de 2003.

Ementa. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Washington Lima de Carvalho, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura

Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes, DNIT. Autor: Presidente da República; Relator: Senador Renan Calheiros.

Como o Senador Renan Calheiros não pôde comparecer à reunião, vamos solicitar ao Senador Valdir Raupp que faça a leitura do relatório.

O SR. RELADOR AD HOC (Valdir Raupp) – Sr. Presidente, é com muita honra que farei neste momento o relato em nome do nosso Líder, Renan Calheiros.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou a Mensagem nº 130, de 09/04/03, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Washington Lima de Carvalho para o exercício do cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes, DNIT.

Constam da referida Mensagem informações curriculares do Sr. Washington Lima de Carvalho. Além da formação superior em Engenharia Elétrica pela Universidade Gama Filho, registramos a sua experiência profissional no campo portuário em diversos cargos de gestão e assessoramento superior da Companhia Doca do Estado do Rio de Janeiro. Complementando a sua formação técnica, são apresentadas informações sobre cursos técnicos em órgãos internacionais – **World Bank Institute, Agency Power, Promotion Internationale des Technologies y Enterprises Française** e a Organização dos Estados Americanos, OEA.

Levando-se em conta as informações prestadas pelo Roder Executivo, quanto ao perfil técnico e profissional do nome submetido à apreciação, e não tendo chegado ao nosso conhecimento, até o presente instante, dados desabonadores sobre a sua pessoa, manifestamo-nos favoravelmente sobre a indicação do Sr. Washington Lima de Carvalho para o exercício do cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, DNIT.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) – Agradeço o relato do Senador Valdir Raupp.

Eu gostaria de convidar o Senador Roberto Saturnino para assumir a Presidência desta Comissão, a fim de que, como Relator, possa proferir parecer sobre um dos indicados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Tem a palavra o Senador João Batista Motta para relatar a indicação do Sr. Antonio Mota Filho para exer-

cer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Terrestre do DNIT.

Com a palavra o Senador João Batista Motta.

O SR. RELATOR (João Batista Motta) – O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 79, de 2003 (nº126, de 8 de abril de 2003, na origem), submete ao exame do Senado Federal o nome do Sr. Antonio Mota Filho, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

O Sr. Antonio Mota Filho ocupa atualmente o cargo de Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Fortaleza e é membro efetivo do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Fortaleza, Ceará.

Nascido em Tamboril, Estado do Ceará, o candidato graduou-se pela Faculdade de Engenharia da Universidade de Fortaleza, em 1978. Fez cursos de especialização em Engenharia Sanitária, na Universidade Federal do Ceará; de Planejamento em Gestão Ambiental, na Universidade Estadual do Ceará; e de Formação de Governantes, na Escola de Formação de Governantes, também no Estado do Ceará. Seu currículo conta, ainda, com diversos cursos de aperfeiçoamento na área de Gestão e Controle Ambiental de Engenharia Sanitária.

Suas atividades profissionais desenvolveram-se, sobretudo, no âmbito da administração pública. Atuou especialmente no seu Estado natal, onde exerceu, entre outras, as funções de Secretário de Obras junto à Prefeitura Municipal de Icapuí e de Diretor de Serviço Especial de Controle de Instalações Hidrosanitárias da Prefeitura Municipal de Fortaleza, destacando-se por trabalhos nas áreas de saneamento, meio ambiente e obras civis. Atuou, também, no Estado de Rondônia, como Secretário de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno e como engenheiro da Comissão de Estradas de Rodagens junto ao Governo de Rondônia.

O art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de julho de 2001, com a redação que lhe deu a Medida Provisória nº 2.217-3, de 04 de setembro de 2001, impõe os seguintes requisitos de habilitação para o Cargo de Diretor do DNIT:

“Art. 88 – Os diretores deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades e serão indicados pelo Ministro de Estado dos Transportes e nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo Único – As nomeações dos diretores do DNIT serão precedidas individualmente de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição.”

A análise do **curriculum vitae** que acompanha a mensagem presidencial indica que o candidato atende plenamente às condições exigidas para os ocupantes de cargo de Diretor de Infra-Estrutura Terrestre do DNIT, para o qual foi indicado pelo Senhor Presidente da República, tanto em termos de sua formação acadêmica quanto no que tange à experiência profissional e à ocupação de cargos no serviço público, o que demonstra ainda que possui elevado conceito no campo de sua especialidade.

Isso posto, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão a indicação do Sr. Antonio Mota Filho, constante da referida Mensagem Presidencial, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, combinado com o parágrafo único do art. 88 da Lei nº 10.233, de junho de 2001, considerando que o candidato atende aos requisitos formais para a assunção do cargo de Diretor da Infra-Estrutura Terrestre do DNIT.

Sala das Comissões.

Assinado, o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Lido o parecer, solicito ao Senador João Batista Motta que reassuma o seu lugar devido na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) – Neste momento, então, passamos a conceder a palavra aos senhores nomeados.

Inicialmente, por 15 minutos, usará da palavra o Sr. José Antônio Silva Coutinho, que exercerá o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SILVA COUTINHO – Sr. Presidente, a minha saudação aos ilustres Senadores, Parlamentares e dignas presenças que aqui marcam a reunião. Permitam-me apresentar um agradecimento especial ao Senador Gerson Camata, pelo relatório que apresentou, aprovando e propondo a aprovação do meu nome.

Quando em janeiro, Sr. Presidente, fomos, com muita honra, convocados pelo Vice-Presidente da República para colaborar com a equipe do Ministro Anderson Adauto, aqui chegamos com o firme propósito de, nesta colaboração, realmente identificarmos situações em que pudéssemos aplainar uma postura que estivesse condizente com este momento histórico.

Levados a um trabalho de uma equipe de transição, equipe de transição que soube, de forma eficaz, desenvolver num processo de sinergia um trabalho com resultados promissores, tivemos a oportunidade de verificar que o DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes era um órgão carente de uma série de necessidades. O DNIT estava recebendo, já há um ano, a herança de um departamento nacional dedicado exclusivamente às rodovias e passou, por força da Lei nº 10.233, a assumir os encargos e responsabilidades das multimodalidades previstas na matriz de transportes, sem que, à soma desses encargos e responsabilidades, lhe fossem destinados recursos humanos, estrutura adequada e, naturalmente, recursos operacionais, que pudessem dar um significado em termos de resultados práticos.

Nesse período de transição, Sr. Presidente, a oportunidade que tivemos, que foi ímpar, deu-nos a conhecer uma série de necessidades. Na realidade, não se tratava, naquele momento, de identificar situações que estariam condizentes com aquelas que seriam merecedoras de conceitos negativos, ou não. A nossa preocupação e o nosso propósito eram buscar soluções para os problemas existentes. Esses problemas se identificavam desde o início das atividades até os resultados finais. Qual o significado disso? Em síntese, o DNIT, com os seus projetos, não proporcionava a segurança necessária nas obras a serem executadas. Não se conseguia configurar, em todo o seu processo operacional, um sistema de acompanhamento de fiscalização de obras que pudesse dar a segurança necessária nos seus resultados.

Identificadas essas premissas básicas dentro de pressupostos de trabalho, procuramos, então, com a equipe, levar avante alguns propósitos. O primeiro deles foi o de reimplantar, dentro de uma nova formatação, uma estrutura de fiscalização apurada que envolvesse diferentes segmentos e parcerias. Da mesma forma, foi determinado que o DNIT só executaria obras a partir de projetos executivos, projetos que configurassem detalhes que pudessem servir realmente de elementos informativos, com toda a segurança, para que os empreiteiros, os nossos parceiros empreiteiros, pudessem apresentar suas propostas com toda a segurança e, depois, pudessem realizar bem as obras. Da mesma forma, para que os nossos responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização pudessem conhecer bem a obra antes de ela se iniciar.

Esse é o aspecto de segurança nos resultados e envolve uma série de outros pressupostos de trabalho, Sr. Presidente: o sistema de custos referenciais,

planilhas adequadas, envolvimento de parcerias que tenham um significado efetivo no processo gerencial. Todas essas ações estavam centradas num tripé básico do processo de operação do DNIT, que seria: planejamento, recursos e gestão.

Fez-se, de início, o que se poderia denominar um primeiro planejamento participativo do órgão. Esse planejamento participativo envolveu diferentes segmentos interessados no uso da infra-estrutura. O DNIT ouviu as Secretarias de Estado de Transporte, ouviu as suas unidades regionais, ouviu os agentes que têm interesse na distribuição da nossa economia: o turismo, a Confederação Nacional do Transporte e assim por diante. Configurou-se, pela primeira vez, um planejamento participativo que permitiu, quando da aprovação do Orçamento de 2003, fazer com que se adequasse o planejamento ideal, participativo inicial, a uma estrutura exequível dentro desse orçamento aprovado.

Naturalmente que, em seguida ao contingenciamento ocorrido de recursos, o DNIT teve que adequar o que seria o seu planejamento em função da lei orçamentária ao contingenciamento de recursos, estabelecendo em cima de um propósito inicial, para atender a uma demanda maior de obras e necessidades de serviços, prioridades consideradas absolutas pelo Governo – conservação, restauração e outros programas específicos que têm por objetivo resgatar a trafegabilidade das nossas estradas. É nesse sentido que se trabalha neste momento.

Com relação a recursos, sem dúvida, sem eles, pouco poderá ser feito. O contingenciamento restringiu em muito a ação do DNIT neste ano, mas, mesmo assim, busca-se, com ações de um processo de gestão, consolidar situações que podem, com criatividade, com simplificação, mantida a qualidade dos resultados, chegar a uma multiplicação de esforços.

O processo de gestão, Sr. Presidente, é fundamental neste momento, quando assumimos o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – se realmente formos aprovados. Há que se reestruturar o órgão, que se estabelecer um processo de gestão ética em que a dignidade do órgão e a dignidade dos profissionais que ali trabalham possam ser resgatadas, para que, efetivamente, os resultados sejam conquistados dentro de uma nova política de transportes que revigore uma nova matriz de transportes com eficaz redução do chamado custo Brasil.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) – Muito obrigado, Dr. Coutinho.

O próximo expositor é o Dr. Sérgio de Sousa Pimentel. Antes, porém, eu gostaria de passar a Presidência dos trabalhos ao Titular, Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Eu gostaria de agradecer ao nosso Vice-Presidente pela colaboração no primeiro momento da reunião

Peço desculpas às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, e às pessoas aqui presentes, mas o meu atraso era previsto, inclusive avisei que haveria uma reunião do meu Partido que, embora Vice-Presidente, teria de presidir.

Terminada a reunião, estou aqui e passo a palavra ao próximo orador, Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO DE SOUSA PIMENTEL – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia Sr^{as} e Srs. Senadores. É com muita satisfação que estou aqui.

Antes, um breve agradecimento ao Senador Duciomar Costa, do Estado do Pará, de quem gosto muito. Tivemos boas conversas a respeito das hidrovias do Pará, e o DNTI, órgão voltado unicamente para as rodovias, ganhou uma nova pujança com o ingresso das ferrovias e do setor aquaviário, não só as hidrovias como os portos.

A diretoria a que fui indicado está em uma situação de quase inoperância, devido à quantidade de recursos a ela destinados. Mas creio que, com um pouco de criatividade, boa vontade de toda a diretoria e principalmente com a colaboração dos Srs. Senadores e Deputados, nós poderemos tentar, já no segundo semestre, se possível, um maior descontingenciamento, para que seja desenvolvido um trabalho mais profícuo, principalmente nas estradas, a área mais carente atualmente.

O Ministro dos Transportes já iniciou um plano de recuperação e a famosa operação tapa-buracos, que todo ano, depois das chuvas, é necessária, pois as estradas ficam deterioradas em todo o País. Esse plano já começou a dar bons resultados. Mas a quantidade de recursos realmente é muito pequena para a renovação das estradas. A malha brasileira é enorme, e a parte concessionada ainda é muito pequena. Temos que fazer mais parcerias com os Estados. Não sabemos aonde vamos chegar, este ano, com os recursos que temos disponíveis.

Basicamente, a nossa posição é mostrar o que existe na parte financeira do DNIT hoje e deixar V. Ex^{as} à vontade para perguntarem sobre outros aspectos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Dr. Sérgio de Sousa Pimentel e passamos a

palavra ao Sr. Washington Lima de Carvalho, que vai exercer o cargo de Diretor de Infra-estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-estrutura do DNIT.

V. S^a tem a palavra.

O SR. WASHINGTON LIMA DE CARVALHO –

Bom dia a todos.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de ler o texto que preparei.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Fique à vontade.

O SR. WASHINGTON LIMA DE CARVALHO –

Em princípio, eu gostaria de agradecer o voto do Exm^o Senador Renan Calheiros, em particular ao Exm^o Senador Valdir Raupp, pela leitura que fez nesta Casa.

A Lei nº 10.233, de 05 de julho de 2001, promoveu uma profunda reestruturação no setor de transportes nacional ao criar o Conselho de Integração de Políticas de Transportes, as Agências de Transportes Terrestres e de Transportes Aquaviários e o DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte.

Nesse recém-delineado cenário institucional, cabe ao DNIT, enquanto principal órgão executor do Ministério dos Transportes, implementar a política formulada para a administração da infra-estrutura de transportes, cabendo-lhe desempenhar as funções relativas à construção, manutenção, operação da infra-estrutura do segmento de sistema federal de viação sob a administração direta da União.

À diretoria para qual estamos sendo indicados caberá tratar da infra-estrutura de transportes aquaviários, abrangendo a administração, o gerenciamento e a execução de programas e projetos de construção, operação, manutenção e restauração da infra-estrutura aquaviária.

Importa salientar que ao modal aquaviário cumpre, indiscutivelmente, um papel dos mais complexos e importantes do desenvolvimento do nosso País, influenciando diretamente o chamado “custo Brasil” e contribuindo, de forma incisiva, para o desenvolvimento e integração regional. Temos uma percepção muito clara dessa importância e estamos irrestritamente comprometidos com a realização desses objetivos.

Somos uma Nação que possui à disposição para o aproveitamento socioeconômico mais de 40km mil de vias navegáveis interiores; possuímos, pela ação da natureza, 39 portos abrigados de forma quase natural.

No modal aquaviário, o volume transportado vem crescendo continuamente, tanto na navegação de longo curso e de cabotagem quanto nas águas interiores, já superando a marca de 500 milhões de toneladas. Há sinais da valorização da navegação de cabotagem, possibilitada pela redução das tarifas em todos os itens que se encontram sob a tutela estatal, resultado da modernização do sistema portuário nacional.

É a esse contexto que as ações da Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária devem se pautar, a fim de que possam contribuir efetivamente para a consolidação das matrizes que compõem os corredores estratégicos de desenvolvimento do País. Assim, a atual Diretoria Aquaviária deverá priorizar as ações ligadas a programas de ampliação e modernização da capacidade instalada dos portos e hidrovias. São obras de acostagem, obras de abrigo, serviços de dragagem e de auxílio à navegação, executados sempre com objetivo de conferir maior eficiência ao transporte aquaviário.

Somente desse modo será possível fazer frente ao acelerado processo de globalização da economia mundial, que impõe uma contínua readequação do sistema de transporte com vistas à redução dos custos.

Dentre as obras a priorizar, citamos as hidrovias do Madeira, do Tapajós, do Tocantins–Araguaia, do Capim, do São Francisco, do Tietê–Paraná, do Paraguai, do Mercosul, e as eclusas de Tucuruí e de Lajeado.

Hoje, um total de 27km mil de hidrovias interiores estão sendo utilizadas no País com um volume de movimentação da ordem de 30 milhões de toneladas.

Com relação aos portos marítimos, faz-se necessário o desenvolvimento da infra-estrutura portuária, possibilitando aos navios de última geração, de grande porte, operação contínua na costa brasileira em sua extensão de cerca de 8.500km, por meio de portos de serviços de acesso a aquaviários profundos, grande retroárea e equipamentos de última geração possibilitando atendimento rápido, seguro e de baixo custo operacional, proporcionando para o produto nacional custo logístico capaz de enfrentar a competição internacional.

Quero fazer uma citação especial com respeito ao controle de tráfego de embarcações nos portos e hidrovias brasileiras. Nesse aspecto temos muito que avançar. Nenhuma administração portuária dispõe de sistema de controle de tráfego marítimo a exemplo dos portos internacionais, cujos benefícios não ficam restritos ao controle e à segurança da navegação. É

possível se utilizar dessa infra-estrutura para planejamento das operações nos portos, para o controle da arrecadação fiscal, segurança marítima e preservação ambiental.

Finalmente, Sr^s e Srs. Senadores, desejo manifestar a disposição que tenho de utilizar o período que me couber na administração da Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária, caso sejamos honrados com a confirmação de vossa indicação, para consolidar os objetivos do DNIT, segundo os princípios da Lei nº 10.233.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Com a palavra o Dr. Ricardo José Santa Cecília Corrêa.

O SR. RICARDO JOSÉ SANTA CECÍLIA CORRÊA – Sr. Presidente desta Comissão, Senador José Jorge; Exm^o Srs. Senadores, em especial o Exm^o Sr. Senador Jonas Pinheiro, que nos deu o parecer favorável sobre essa indicação e muito nos honrou com suas palavras, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, uma nação está sempre em construção, mas há momentos em que o ritmo das obras caem ou é interrompido.

Estamos vivendo, há mais de 10 anos, um desses momentos de diminuição de intensidade na edificação do País. E se há um setor em que essa desaceleração traz resultados mais visíveis é exatamente o de transportes. Revela-se, neste momento, uma contradição penosa. Estamos com a produção primária em plena expansão, aumento das fronteiras agrícolas e safras recordes de grãos, o aumento da produção mineral e a migração sempre maior de indústrias pesadas para o interior do País, mas não temos uma infra-estrutura de transportes capaz de oferecer o escoamento dessa produção rumo aos grandes centros nacionais de consumo e rumo aos portos. Com isso, com a repressão da demanda, reprime-se de alguma forma a expansão da economia.

É objetivo da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, com a extinção do DNER e, conseqüentemente, com a criação do DNIT, a ANTT e Antac, caberá à diretoria de planejamento a responsabilidade de evoluir nos procedimentos ligados ao sistema viário dentro de uma visão moderna, mais abrangente, tendo como foco a intermodalidade “rodoferrohidroviárias”, principalmente em função da extinção do Geipot, órgão anteriormente responsável pelo planejamento de infra-estrutura de transporte.

O Brasil tem hoje 55km mil de rodovias federais pavimentadas, 14km mil de estradas federais não-pavimentadas, 26km mil de ferrovias, 30 grandes portos

marítimos, 10 grandes portos interiores e cerca de 40km mil de vias interiores navegáveis.

Embora toda a infra-estrutura nacional de transportes sofra os efeitos perversos da deterioração e da falta de investimentos na última década, a situação é particularmente grave nas rodovias, responsáveis por cerca de 64% dos transportes no Brasil. Em menor escala, mas também preocupante, é a situação do setor ferroviário que suporta 24% dos transportes. Essa situação se deve, entre outros aspectos, a uma política de concessões que segmentou as ferrovias existentes em trechos aleatórios, correspondentes às linhas regionais da antiga Rede Ferroviária Federal, sem levar em consideração o papel de cada eixo ferroviário nos corredores nacionais de transportes. Torna-se necessário adequar as ferrovias para a sua integração às rodovias e hidrovias, tendo como diretriz o melhor aproveitamento dos grandes eixos entre as regiões produtoras, os portos e as ligações terrestres internacionais, sobretudo as do Mercosul.

Estudos do Banco Mundial consideram desejáveis, nos países em desenvolvimento como o Brasil, investimentos correspondentes a 3,5% do PIB na infra-estrutura de transportes. Essa taxa, se aplicada em nosso País, corresponderia a R\$35 bilhões, se considerarmos que o nosso Produto Interno Bruto já ultrapassou a marca de R\$1 trilhão. No entanto, avaliamos que já seria uma vitória o orçamento de R\$5 bilhões, sete vezes menos do que a quantia considerada ideal pelo organismo internacional. Alguns números são importantes para entender o que está ocorrendo. Em 1975, 1976 e 1977, o Governo investia o equivalente a 1,8 do PIB no transporte rodoviário. Estávamos na vigência do Fundo Rodoviário Nacional, instituído em 1945. A Constituição de 1988 extinguiu o Fundo, com a concepção de que todos os recursos deveriam afluir para o Caixa Único do Tesouro. Foi um corte abrupto.

No início do Governo Collor, os investimentos que haviam sido de cerca de 0,5% do PIB, no último ano do Governo Sarney, caíram para 0,1%. Em 2001, foram de 0,02% – cerca de um décimo dos aplicados em 1975. A previsão para este ano, se não contarmos com os recursos previstos na Cide, não chega a 0,02%, ou seja, um centésimo do total de 28 anos antes.

Mais de 50% das rodovias federais necessitam urgentemente de investimentos para a sua recuperação. É preciso aumentar a capacidade de tráfego nas vias mais próximas das grandes regiões metropolitanas. O custo operacional, para o deslocamento de carga e passageiros, aumenta em função disso em

quase 40% o número de acidentes, em mais de 50% o consumo de combustíveis e em até 100% o tempo de viagem. Da mesma forma, não é possível planejar uma operação de logística sem contar com os recursos necessários. Não é possível planejar, recuperar e ampliar a infra-estrutura de transporte de um País com as dimensões continentais do Brasil sem contar para isso com recursos programados e garantidos que permitam a adoção do programa e projetos a médio e longo prazo.

A nossa diretoria conta com a ajuda do nosso Congresso, das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e do nosso Governo, para que possamos não só apagar os incêndios necessários nessas operações de tapa-buraco, conservação e restauração, mas planejarmos efetivamente uma política rododiferrohidroviária para o nosso País.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a V. S^a e passamos a palavra ao último dos indicados, que é o Sr. Antônio Mota Filho para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

V. S^a tem a palavra.

O SR. ANTÔNIO MOTA FILHO – Bom dia. Exm^o Sr. Senador José Jorge, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu agradecimento especial ao Senador João Batista Motta, que foi incumbido de fazer o relato sobre a minha indicação.

Sinto muita satisfação em estar aqui hoje, a partir de uma indicação feita pelo meu Partido no Estado do Ceará, o PT, para ocupar um cargo de extrema relevância, principalmente pelo momento em que vivemos, que é o de Diretor de Intra-estrutura de Transporte Terrestre do DNIT.

A disposição com que nos encontramos para enfrentar esse desafio é muito grande. Apesar da situação em que se encontra a malha rodoviária brasileira hoje, assim mesmo temos muita fé. Acredito plenamente que é possível fazermos um trabalho sério, honesto, com dedicação e revertermos o quadro atual.

Apenas para que se tenha uma idéia da situação das rodovias brasileiras, 80% delas tiveram a última restauração feita há 10 anos, 15% tiveram sua última restauração feita entre 05 e 10 anos e apenas 5% tiveram sua restauração feita há menos de 05 anos. Isso leva a um quadro em que 40% dessas rodovias hoje estão numa situação ruim, 30% regular e

poderíamos dizer que 30% delas se encontram numa situação boa.

Apesar dessa situação, acredito na reversão desse quadro. Por quê? Porque eu sempre trouxe comigo alguns princípios que gosto de pôr em prática, à frente do serviço público. Vivo no serviço público há bastante tempo por opção mesmo. Defendo que o serviço público deve ser sério, respeitado, porque ele tem uma função primordial diante da sociedade. E que princípios são esses que procuro sempre pôr em prática nas minhas administrações? Primeiro, primar por uma ação planejada. É um princípio que acredito indispensável para qualquer gestão à frente do serviço público. Segundo, transparência nas ações administrativas que imprimimos. E, por último, o zelo pela coisa pública. E é com esses princípios que vimos já, há dois meses, tentando implementar uma nova dinâmica à frente da direção do DNIT. E, a partir daí, tomamos algumas iniciativas, a grande maioria em conjunto com a equipe que está sendo indicada. Citaria aqui, por exemplo, o reestudo da forma de se licitar obras no DNIT. Foi feito todo um trabalho de revisão dos editais, está sendo feita uma orientação a todas as Units estaduais para que esse processo se dê de forma completamente transparente. É uma questão intransigente de nossa parte que esse processo se dê com a transparência necessária.

Estamos fazendo um trabalho de planejamento com relação à questão dos projetos, porque acreditamos que somente investindo na qualidade dos projetos já vamos ter uma economia significativa quando da execução das obras. Queremos evitar o que acontece comumente, que os projetos licitados, as obras licitadas, que são feitas em cima de projetos às vezes realizados com dois, três anos de antecedência, na realidade, quando da execução da obra, é uma outra, completamente diferente. Isso acarreta pedido de revisão de projeto, pedido de revisão dos custos, o que acaba elevando o custo final da obra.

E outra iniciativa que estamos tomando é a elaboração de um programa de acompanhamento e fiscalização das obras rodoviárias. Estamos finalizando aí um programa, contando com parcerias importantes, como é o Confia – Sistema Confia/Cres, a Caixa Econômica Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a reestruturação das nossas unidades estaduais, para que tenhamos a certeza de que o serviço realizado será exatamente o que será medido, o que será pago e terá a qualidade exigida.

É com essa disposição que aceitamos a indicação e submetemo-nos aqui à apreciação do Senado, para que possamos constatar com segurança, deter-

minação e certeza que o momento em que vivemos nacionalmente nos propicia a possibilidade de uma administração séria, que possa efetivamente responder aos anseios e às necessidades atuais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Dr. Antônio Mota Filho. Com isso, a Comissão já ouviu todos os indicados. Agora, passaremos para a próxima etapa desta reunião, que é exatamente a hora em que os Srs. Senadores farão suas perguntas.

Há uma lista de inscrição. O primeiro inscrito é o nosso Vice-Presidente, Senador João Batista Motta, a quem concedemos a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS-ES) – Srs. Diretores, sabemos da importância dos nossos transportes fluviais e da nossa riqueza em termos desse tipo de transporte. Também temos uma esperança muito grande de que possamos ter amanhã uma rede de ferrovias que possa ser utilizada no transporte de cargas, substituindo grande parte do transporte rodoviário feito por veículos de cargas com contêineres. A utilização de ferrovias seria interessante porque nossos caminhões vivem nas rodovias gastando pneumáticos, com borracha importada e combustível muitas vezes também importado, que custa tão caro hoje. Com isso, haveria melhoria do tráfego, como também seriam poupadas milhares e milhares de vidas quando esse transporte pesado fosse tirado de nossas rodovias, tão úteis nas décadas passadas.

No entanto, Srs. Diretores, nossa preocupação maior é com o discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Em todos os seus pronunciamentos, inclusive no meu Estado, nesta semana, Sua Excelência sempre se mostra indignado com o fato de que, num País como o nosso, ainda iniciamos novas obras, construímos obras às vezes faraônicas, sem olharmos o patrimônio já construído, que regularmente é deteriorado, abandonado e que nem pago está nos bancos financiadores dessas obras. E sabemos que essas rodovias são as principais artérias hoje em nosso País, escoando todos os nossos produtos. Contudo, vivem permanentemente abandonadas, completamente esburacadas, sem a menor condição de tráfego. E o pior, Srs. Diretores, é que muitas vezes são recuperadas, as faixas continuam intactas, não completam seis meses de recuperadas e já se encontram inteiramente esburacadas. Isso é uma vergonha e espero que, neste Governo, nesta Diretoria, por meio de uma fiscalização mais rígida, possamos ter obras mais perenes.

Não é possível que se construa ou que se recupere uma rodovia e que, seis meses depois, ela se encontre inteiramente esburacada, sem que a empresa responsável ou sem que o Estado que, às vezes, executou a obra por delegação, não seja punido, não seja penalizado por essa situação.

Outro fato deprimente neste País é a questão dos quebra-molas. Observe-se que numa rodovia federal como a BR-101 ou como a Belém-Brasília, numa cidadezinha pequena, como João Monlevade, do Estado do ex-Ministro dos Transportes do Governo passado, podemos contar 40 quebra-molas para atravessar a cidade. São quebra-molas altos, colocados ali irresponsavelmente. No caso de um “treminhão”, que agora está sendo muito utilizado nas estradas brasileiras – com 36 rodas, o motorista leva minutos para atravessar um quebra-molas. Não consegue colocar uma segunda marcha e já há outro quebra-mola. Isso é uma penúria, uma falta de responsabilidade, uma falta de consideração com a categoria de caminhoneiros deste País, que são os responsáveis pelo escoamento de quase todos os nossos produtos, principalmente os alimentícios, que são canalizados pelas nossas rodovias.

Sr. Presidente, espero que essa Diretoria aprovada aqui hoje pelo Senado honre a palavra empenhada pelo Presidente Lula, que tenha a responsabilidade de facilitar àqueles que andam em nossas rodovias. Nós, Parlamentares, viajamos de avião. E faço aqui um apelo aos Srs. Senadores e Deputados Federais para que procurem utilizar uma Belém-Brasília, uma BR-101 ou façam o contorno de Vitória, a capital do Espírito Santo, onde não é possível trafegar, ou em região urbana com milhões de quebra-molas, numa pista única, com obra paralisada e gente desempregada, onde uma ponte, numa cidade do meu Estado, como Colatina, está sendo construída há 20 anos e está completamente pronta. É uma obra caríssima e não se usa a ponte, porque são necessários R\$600 mil para fazer um aterro nas duas cabeceiras.

Espero, Srs. Diretores, que fatos iguais a este sejam abolidos do nosso País. Não podemos conviver com esse estado de coisas em relação às nossas estradas. Confio perfeitamente nos senhores que estão aqui. Estou satisfeito e contente porque vejo no semblante de cada um dos senhores a disposição de honrarem a palavra do Presidente, que anda de carro, que já andou de carro e conhece as dificuldades, principalmente do nosso caminhoneiro, principalmente daquele que ganha o pão de cada dia em cima de uma carreta, transportando os alimentos dos nossos filhos.

Em razão disso, faço a pergunta a quem dos senhores estiver em melhores condições para responder e que nos dê essa esperança nesta manhã de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao nobre Senador e passamos a palavra ao Dr. José Antonio Silva Coutinho para que S. S^a responda.

O SR. JOSÉ ANTONIO SILVA COUTINHO – Obrigado, Sr. Presidente. É muito bom ouvir uma palavra de apoio no momento em que as dificuldades estão presentes para todos, sem exceção.

Esta é a verdade com que estamos nos deparando. Esses são os problemas que estamos procurando enfrentar, dentro de um pressuposto básico, e fundamental, de trabalho no órgão: o da qualidade total. Não se pode falar num processo de gestão – como dizia – sem uma preocupação plena, começando com projetos, passando por fiscalização, por custos adequados, pela participação transparente e total de empresas habilitadas para o processo, pela sustentação de garantias, como bem o disse, Senador, em todo esse processo de responsabilidades.

É preciso que se tenha a co-responsabilidade muito bem definida, do projetista até a empresa que executa a obra. É o que se pretende com esse trabalho, que demandará uma luta naturalmente insana, em que será preciso o apoio de todos, para que possamos conquistar recursos financeiros que nos permitam realizar a contento esse trabalho.

Pode ter certeza de que a diretoria que está aqui, merecendo a consideração dos ilustres Senadores, está plenamente dedicada e envolvida nesse trabalho, para que se colham esses resultados de uma nova matriz de transporte, com redução do custo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pergunto ao Senador Magno Malta se gostaria de acrescentar mais algum comentário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL-ES) – Em minha réplica, gostaria apenas de parabenizar toda a diretoria, o nosso Ministro, e de dizer que estamos confiantes, pedindo a Deus sucesso para os senhores nessa tarefa tão espinhosa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao próximo inscrito. Espero que seja o Senador Gerson Camata. A Secretária me tirou a relação, mas imagino que seja V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A memória funcionou, Presidente! Obrigado.

Sr. Presidente, fui o relator da indicação do Dr. José Antonio Silva Coutinho e o **currículo** dele tem, embora não tenha acentuado no relatório, dois pontos muito importantes para um Governo novo, que começa a se instalar agora: ele foi o encarregado da elaboração de normas, instruções e dados de licitações de obras públicas e serviços. Portanto, tem experiência que cai como uma luva. Depois, foi coordenador e supervisor da área de reajustamento de contratos de obras públicas.

Esses foram os calcanhares-de-aquiles que fizeram com que fosse extinto o antigo DNER.

A primeira pergunta é se V. S^a, com a experiência que tem, com esse **currículo** tão perfeito, já começa a elaborar normas importantes na licitação e, dentro da sua especialidade, nos reajustes do DNER.

A segunda pergunta dirigirei ao Dr. Antonio Mota Filho, cujo **currículo** me encanta por ser municipalista e conhecer os problemas do interior. Os diretores do DNER geralmente são do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, mas V. S^a foi Secretário de Planejamento da Prefeitura, trabalhou na Câmara Municipal e conhece os problemas focalizados pelo Senador João Batista Motta como, por exemplo, o excesso de quebra-molas.

Pergunto a V. S^a, que está na área de terrestre: o antigo DNER gastou uma fortuna com balanças, aquelas das estações de pesagem, porém o excesso de peso dos veículos está destruindo as estradas brasileiras. Não há fiscalização, não há balança. Um veículo sai do Espírito Santo e acontece uma tragédia. Há alguns dias, em dois acidentes num fim de semana, morreram mais de vinte pessoas, porque os caminhões que carregam principalmente granito e mármore têm capacidade para 30 toneladas e carregam 70. E até hoje não existe estrada que suporte um tráfego de veículos com esse volume de carga. Há municípios interioranos, Dr. Antonio, em que o prefeito está proibindo o trânsito de caminhões que transportem dentro da cidade, porque eles destroem, quebram canos de esgoto e o calçamento da cidade.

Portanto, pergunto a V. S^a se há uma forma de reabilitar.

Li há poucos dias na revista **Scientif American** que os Estados Unidos estão produzindo um caminhão com balança – um **chip**. Esse dispositivo traz segurança, pois esse caminhão não vai frear com o dobro do peso, o que acarretaria acidente. O **chip** permite que, se a capacidade do caminhão for de 30

toneladas, colocado um peso superior a isso, o caminhão não anda, trava, e se o **chip** for alterado, ele não anda mais.

Precisamos avançar, dispor de uma tecnologia dessas para que possamos salvar as estradas brasileiras desses predadores.

O Dr. Ricardo Corrêa também tem um **currículo** muito bom. Foi Deputado Estadual por dois mandatos, Deputado Federal e, portanto, conhece a demanda/pressão que o político recebe/sufre para recuperar estrada e fazer estrada nova.

Está na hora de o DNER – e V. Ex^a vai certinho ao ponto, Dr. Ricardo – planejar estradas vocacionadas para determinado lugar. Observamos que o DNER tem um padrão de estrada, que há 50 anos é o mesmo: tanto o leito como o piso mantêm a mesma metragem. Às vezes, passamos por estradas que foram feitas em virtude de força política e ficamos até uma hora sem ver um carro ali. Essa estrada poderia ser – não digo mais pobre –, um pouco mais barata. Ela podia ter um leito um pouco mais estreito, com toda a segurança. Viajamos e vemos o que acontece em outros países. Na Itália, país muito parecido com o Brasil em matéria de transporte rodoviário, há aquelas super-rodovias, as **freeways**, mas há também estradas rurais vocacionadas para o pequeno transporte na área rural.

Então, poder-se-ia, no planejamento, partir para a padronização, estabelecendo dois ou três tipos de rodovia para o País inteiro. O DNER atuaria observando esse padrão.

Dirijo-me, agora, ao Dr. Washington, que vai para uma área muito importante para o meu Estado, Espírito Santo, e também para o Brasil, principalmente tendo em vista a ênfase que o Presidente da República pretende dar à área de exportação. Ocorreu a privatização dos portos, o que foi muito bom para baixar o “custo Brasil”. Está-se formando, agora, um oligopólio; o que era monopólio estatal, agora, é um oligopólio. Algumas empresas vão dominando os cais, os berços e estabelecem o preço que querem para o uso daqueles berços.

Eu pergunto a V. Ex^a se haveria jeito de fazer um regulamento no seguinte sentido: “tantos por cento” do porto não podem pertencer mais a uma única empresa, para que ela não substitua o monopólio por um oligopólio, o que acaba prejudicando quem necessita do transporte e elevando o “custo Brasil”. Como donas do oligopólio, essas empresas podem impor os preços que desejam.

A outra pergunta que faço é sobre a possibilidade de estudar uma forma de vocacionar os portos brasileiros – V. Ex^a tem muita experiência, porque trabalhou no Porto de Sepetiba –, fazer os tais **hub ports** e começar a fazer algo no sentido de vocacionar os portos. Então, o navio de contêiner vai para lá, e o **hub port** vai distribuir, o navio de minério para outro lado, de modo que baratearia muito o custo de operação dos portos brasileiros, em vez de tornar tudo generalizado, com portos muito genéricos – ao contrário do Ministério da Saúde, no nosso caso, temos que fazer algo não muito genérico.

Ao Dr. Sérgio, se possível, quero fazer uma sugestão. No Congresso Nacional – o Dr. Ricardo tem experiência disso –, criamos a CPMF, acreditando que iria resolver o problema da saúde, e nunca foi um centavo da CPMF para a saúde. Depois, recentemente, para resolver o problema das estradas, criamos a Cide, no Governo passado, que vetou o Cide e o jogou para dentro do caixa único do Governo, que é um “triângulo das bermudas” – bateu ali, não volta mais.

Se possível, o Dr. Sérgio elaboraria um plano para começarmos uma negociação do Congresso com o Executivo. Como? Não vamos puxar a CPMF toda de volta, porque entendemos os problemas do Governo, mas, em um ano, poderia ser 20%, em outro ano, 40%, até chegar a 50%. Isso já resolveria. Depois, daqui a cinco ou dez anos, poderia ser feita uma escala.

Então, o DNER traria para a Comissão de Infra-estrutura algo como: “tantos por cento” no primeiro ano; no segundo ano, “tantos”, para começarmos uma negociação. Poderíamos fazer isso tanto na área da saúde, para voltarem esses recursos para a saúde, que são muito na área social, mas também muito na área das estradas. Lembro-me de que, durante a crise do petróleo, o Presidente Geisel disse que mandou para o Congresso o orçamento ferroviário, e voltou para ele um orçamento rodoviário. As emendas dos Deputados e dos Senadores tiraram todo o dinheiro das ferrovias e destinaram os recursos às rodovias. Na época, fiz até um pronunciamento dizendo o seguinte: nunca um eleitor me pediu uma ferrovia, mas há muitos pedidos relacionados a rodovias. Não conseguimos passar pelo eleitor sem que nos peçam recursos para melhorar as rodovias e até para asfaltá-las. O eleitor quer rodovia. Então, se possível, deveria ser feita uma escala de recursos. O Dr. Sérgio e o Congresso começariam a negociar os percentuais com o Executivo, até que fossem recuperadas as estradas.

O Senador João Batista Motta colocou corretamente. O Presidente da República disse lá em Vitória: como é que se vai fazer uma estrada nova se outra está se perdendo, sendo que se gastou uma fortuna para construí-la? Mas começa na balança e, depois, vai terminar lá no processo de melhoria da infra-estrutura das estradas.

Eram as perguntas que gostaria de fazer, cumprimentando-os porque estão à frente de um trabalho muito grande que conta com a esperança dos transportadores, dos motoristas, dos proprietários de automóveis, daqueles que, se as estradas não melhorarem, talvez não estarão daqui a quatro anos porque terão perecido nessas estradas. Que Deus os ilumine e ajude para que a experiência dos senhores conduza a melhorar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Agradecemos ao Senador Gerson Camata pela sua participação. Darei a palavra a cada um dos indicados de acordo com a ordem em que foram citados pelo Senador. Em primeiro lugar, Dr. Coutinho.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SILVA COUTINHO – Senador Gerson Camata, grato pelas referências que fez ao meu currículo. Na realidade, são experiências válidas sem dúvida alguma, e esse é o momento oportuno para que elas sejam bem aplicadas.

Em primeiro lugar, e especificamente, eu trataria do assunto “reajustamento de preços”. Na realidade, há legislação própria, como bem se conhece, que define os conceitos de reajustamento de preços em contratos de obras públicas ou de prestação de serviços por órgãos públicos. Essa legislação condiciona a matéria, limita ações e estabelece parâmetros e regras bem definidas para que todo o processo seja legalmente amparado, vamos dizer assim. Às vezes, ela traz até dificuldades, como no momento estamos vivendo, com o assunto “asfalto”, porque nossos contratos têm um período de vigência de um ano, e, nesse período de um ano, conforme as circunstâncias da obra, o peso do asfalto é muito grande e a variação supera os índices estabelecidos para o reajustamento previsto em lei. Então, há um sacrifício do programa, vamos dizer assim. De qualquer forma, trata-se de uma legislação bem definida, clara; e enquanto não for adequada às novas circunstâncias e ao momento em que vivemos, terá que ser observada rigorosamente.

Com relação a licitações, posso assegurar a V. Ex^a e a todos que já está no DNIT, com a formatação completa e definida, um novo visual dos procedimentos ligados à licitação. Começamos com o referencial de cadastro, que significa, naturalmente, dar condi-

ções a que as empresas interessadas no processo possam se habilitar nas condições previstas.

Editais padronizados: uma sistemática própria com transparência total no procedimento, de tal forma que todos, sem exceção, que tenham interesse em participar possam fazê-lo e se habilitar, naturalmente, dentro do que for estabelecido nos editais padronizados. É importante destacar que, na realidade, essa proposta aprovada significa uma nova formatação com uma expectativa muito favorável de resultados completamente diferentes do que antes se tinha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Passo a palavra agora ao Dr. Mota.

O SR. ANTÔNIO MOTA FILHO – Senador Gerson Camata, gerir qualidade de pavimentos nas estradas é um processo que requer muito esforço e uma compreensão muito ampla. Primeiro, para se manter a qualidade do pavimento da estrada inicialmente construída é necessário se estar muito bem articulado com os problemas que poderão ocorrer, porque uma estrada se deteriora em função de muitos fatores. Ela pode se deteriorar em função do mau uso dela, da ausência de manutenção, do excesso de peso. E a sua deterioração tem que ser corrigida também de forma correta. Às vezes, a qualidade do pavimento deixa a desejar – e me reporto um pouco à pergunta do Senador João Batista Motta –, porque as doenças – vamos dizer assim – dos pavimentos em estradas são de várias montas, e os remédios a serem dados para a correção dessas anomalias também variam. Não se pode optar por uma única solução, por um único remédio. Assim, um pavimento apresentar determinada anomalia, determinada doença, digamos assim, e o remédio usado não ser o mais indicado. Assim, pouco tempo depois, a doença volta, e o problema se acentua cada vez mais.

A questão do excesso de peso é muito séria. Temos informação de que praticamente não existe esse controle no Brasil, porque são poucas as estações. Contudo, já encomendamos um levantamento da situação e a elaboração de um plano diretor que nos oriente sobre os locais que deverão sofrer intervenção e o nível da intervenção necessária na área.

É verdade que existem vários modelos de balança e formas distintas de fazer o controle, os quais são adotados em função da demanda. Por exemplo, uma balança móvel tem uma indicação específica, assim como a balança fixa e as novas tecnologias a que V. Ex^a se referiu. Daremos atenção a essa questão porque temos conhecimento da importância que

tem para a garantia da qualidade do pavimento nas estradas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao indicado, Dr. Ricardo Corrêa.

O SR. RICARDO JOSÉ SANTA CECÍLIA CORRÊA – Senador Gerson Camata, realmente V. Ex^a tem toda razão quando diz que temos de avaliar a relação custo/benefício da obra. Acabou-se a fase de país rico, a época de dinheiro farto. Temos consciência de que é necessária a realização do planejamento do órgão visando a atender à demanda sem custos altíssimos, que antigamente existiam. Sabemos que as estradas vicinais, como disse V. Ex^a, normalmente são municipais ou estaduais. Entretanto, mesmo para as estradas pertencentes ao Governo Federal em que tivermos condições de fazer ajuste para que seu custo seja menor, não tenham dúvidas de que esse será o procedimento adotado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Com a palavra o Dr. Washington Lima.

O SR. WASHINGTON LIMA DE CARVALHO – Senador Gerson Camata, a princípio, eu gostaria de agradecer a V. Ex^a o voto de confiança dado à Diretoria do DNIT. Tentarei responder às perguntas formuladas por V. Ex^a, porque entendo que são pertinentes do ponto de vista do Governo e do zelo pela concorrência e pela efetiva redução do custo Brasil.

A regulação e a fiscalização dos serviços portuários são muito importantes para o País, para o segmento exportador nacional, assim como para toda a sociedade. A Lei 10.233, que criou o DNIT, também criou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) à qual, segundo a mesma lei, compete a regulação e a fiscalização. Entendo que a pergunta de V. Ex^a é pertinente, porque temos de zelar para que haja efetiva concorrência entre os terminais instalados em nossos portos, evitando-se a cartelização do setor, como V. Ex^a muito bem disse. É sabido que várias empresas estão ganhando terminais em portos distintos e cabe ao Governo fazer seu papel de regulação e de fiscalização, por meio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Com relação ao conceito de logística de transportes, há alguns grandes portos se consolidando na costa brasileira. Esse é o caso de Suape, Sepetiba, Santos – que continuará sendo, por muito tempo, o maior porto do Brasil –, Rio Grande e Paranaguá. V. Ex^a abordou muito bem a questão da necessidade de termos o conceito de cabotagem, do **fide service**, porque as nossas rodovias estão em estado precário, mas nossas aquavias estão subutilizadas. Praticamente não existe armador nacional. Nossa conta fre-

te é da ordem de US\$6 a US\$7 bilhões ao ano, ou seja, todo o serviço de transporte marítimo é basicamente feito em nosso País por armadores internacionais.

Portanto, é muito importante que retomemos a cabotagem no País, e isso vai se dar na medida que tenhamos portos eficientes – este é o papel do DNIT, do Governo – e que tenhamos também, como o senhor disse, a regulação para que o custo portuário, o custo logístico, seja efetivamente adequado. Também precisamos ter uma matriz logística mais próxima da dos países de Primeiro Mundo, precisamos ter as nossas ferrovias melhor exploradas, precisamos ter material rodante adequado e que possa atender à demanda existente. Não podemos mais conviver com filas de caminhões, em Paranaguá, de 500km. Temos que, sem dúvida nenhuma, ter outro modal, ferroviário ou hidroviário, fazendo uma logística eficiente, para que o porto tenha o seu custo logístico competitivo, e o exportador, a sua oportunidade melhor no negócio internacional.

Com relação ao Conselho Portuário Nacional, penso que a grande palavra-chave é a cabotagem, uma vez que esses grandes portos já se consolidam como **hub ports** – termo que o senhor usou –, ou seja, recebem navios de última geração, de grande capacidade, e essa carga, sem dúvida nenhuma, será distribuída ao longo da costa brasileira por meio dos serviços de **feeder** ou de cabotagem, preferencialmente por armadores nacionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Dr. Washington e passamos a palavra ao Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO DE SOUSA PIMENTEL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Gerson Camata, V. Ex^a foi muito eloquente conosco, como também o Senador João Batista Motta, dando-nos um voto de confiança. Portanto, creio que a Diretoria do DNIT tem que olhar com cuidado para o Espírito Santo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO DE SOUSA PIMENTEL – Estou lembrando isso, Senador, porque a época áurea do extinto DNER foi justamente quando existia um fundo vinculado a ele, o Fundo Rodoviário Nacional, quando se deu o grande desenvolvimento das rodovias no País. Obviamente, como o Fundo era rodoviário e tinha muito dinheiro, construíam-se e mantinham-se estradas na época.

O Dr. Ricardo, em sua explanação inicial, colocou justamente isso: a partir de um determinado ponto, os recursos para o DNER passaram a ser desvinculados ou reduzidos, e foi a partir desse ponto que começou a haver a deterioração do órgão. O que ocorre? Foram diminuindo os recursos, e ficou a seguinte situação: "farinha pouca, meu pirão primeiro". O bolo começou a ser dividido de forma inadequada. O DNIT veio justamente para corrigir essas anomalias, e a idéia era a vinculação à Cide. Para surpresa nossa, no final do Governo passado, houve um veto, e a Cide ficou fora da vinculação.

Nossos recursos foram extremamente contingenciados, e hoje temos 700 milhões para recuperar a malha rodoviária e fazer os outros investimentos, em ferrovias, hidrovias e portos. Obviamente, não tem o menor sentido esse valor para o tamanho do País.

O Ministro dos Transportes vem tentando sensibilizar os Parlamentares. Já estive na Câmara e está fazendo um trabalho muito importante em relação a essa vinculação. Creio que vai continuar no Senado. Parece que existe uma proposta do próprio Ministério que, no futuro, o Ministro, que está conduzindo essa negociação, trará para a Comissão de Infra-estrutura. Com certeza, será levada a S. Ex^a a preocupação de V. Ex^a, para que ele traga à Comissão de Infra-estrutura essa negociação.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Na minha réplica, apenas sugeri ao Dr. Antônio que esses regulamentos de licitação de fiscalização fossem enviados também ao Tribunal de Contas da União. Explico por quê. Essa obra a que o Senador Motta se referiu, no Espírito Santo, ficou paralisada numa época de chuvas e perderam-se mais de R\$2 milhões. Segundo o regulamento do DNER, quando a obra é urbana, admite-se grama em placa; no outro caso, grama em tufo. O fiscal do Tribunal de Contas achou que a área não era urbana e, em vez de perguntar ao prefeito, parou a obra durante dois anos. A obra deteriorou-se e perdeu-se tudo. Para salvar cem mil réis, perderam-se R\$2 milhões, porque quando a obra está paralisada, chove e há degradação. Então, é preciso mandar o regulamento para o Tribunal de Contas, para que o fiscal tenha noção do que ele está fiscalizando.

Outra coisa que vou dizer ao Sr. Antônio Mota Filho é que, na hora em que ele colocar as balanças para funcionar, deve mandar a polícia rodoviária vigi-

ar as variantes. No Espírito Santo, houve um quadro impressionante: uma balança passou a funcionar, uma pessoa fez um desvio com um trator e cobrava pedágio para o caminhão passar por ali, por fora da balança. E isso não acontece só lá não.

E para o Dr. Washington quero citar, por exemplo, o problema do oligopólio, dos cartéis que estão nos portos. Setenta por cento do granito e do mármore brasileiros saem pelo Porto de Vitória. Não há um cais no Porto de Vitória, um berço, especializado em granito. Por quê? Seria necessário vocacionar o porto, se for um porto de granito, para que tivesse equipamento para baratear o embarque de granito, e preferência de docagem de navio para granito. Então, especializa-se aquela área e barateia-se o custo.

O estudo vai pela agência, mas o DNIT, por fora, pode ficar fustigando – como aliás muitas agências estão sendo fustigadas – a agência para que ela comece a atuar naquilo que é atribuição dela.

No mais, cumprimentos. Boa sorte. Que Deus dê força e entusiasmo a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Quero cumprimentar o Presidente e os demais Senadores, bem como os novos Diretores do DNIT.

Talvez hoje seja um dos dias mais importantes para esta Comissão, no início desta nova legislatura, e para o futuro de nossas rodovias, pois os nomes que aqui estão sendo colocados para nossa apreciação e que, certamente, iremos aprovar, terão uma grande responsabilidade e muito trabalho pela frente. Tanto o Sr. Washington Lima de Carvalho, como os Drs. Antônio Mota Filho, Sérgio de Sousa Pimentel, José Antônio Silva Coutinho e Ricardo Corrêa, pela experiência, capacidade, pela lisura no trato da coisa pública, merecem a nossa aprovação e o nosso apoio.

Recebi de Santa Catarina e do meu Partido, o PSDB, pedido para que aprovássemos os nomes que hoje estão sendo analisados pelos Senadores. Eles terão muito trabalho, em função das dificuldades e do perigo por que estamos passando todos os dias devido à precariedade das rodovias do nosso Brasil.

Com certeza, cada Senador aqui teria que ter alguns minutos a mais para falar sobre as rodovias federais que cortam os seus Estados. Quero me referir ao meu Estado, Santa Catarina, a algo que certamente é do conhecimento dos senhores. As rodovias 282 e 470 são extremamente importantes e fazem ligação principalmente com a Argentina. A BR-101 é o princi-

pal corredor do Mercosul e liga a Argentina, o Uruguai, o Chile e o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina.

A BR-101 é, com certeza, conhecida por todos. Ela foi duplicada, em parte, no Governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, mas falta duplicá-la, hoje, na região Sul do Estado, até o Rio Grande do Sul – em torno de 300km mais ou menos. Ela tem recursos garantidos pelo BID e por um banco japonês – parece-me agora que, em razão da demora da abertura das cartas, acabaram cortando o financiamento. Ela foi licitada no ano passado, e houve uma denúncia de que haveria superfaturamento.

O TCU analisou e aprovou o processo, garantindo a sua lisura. Ele liberou a abertura das cartas. Num ato de cortesia, não sei por que, Fernando Henrique Cardoso, que poderia ter liberado a abertura das cartas, a pedido da Comissão de Transição, no final, acabou deixando para o atual Governo.

O Ministro Adauto esteve em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, foi muito bem recebido, houve diversas manifestações no trecho que ele percorreu, pacíficas, porém lembrando a perda das vidas de parentes, de amigos. Pediu-se um prazo de 60 a 90 dias, que foi agora prorrogado, e me parece que teremos que ter um novo edital.

A rodovia, cujas cartas seriam abertas no ano passado, para que se pudesse começar a obra, vai ter que ter um novo edital. Mais um ano, mais dois anos, mais três anos, sei lá quanto tempo vai passar, e já se fala na recuperação daquele trecho.

Quero dizer aos novos diretores, amigos – a vocês que terão um trabalho fenomenal pela frente –, quero ler aqui para vocês o jornal **A Notícia** de hoje, um dos principais jornais de Santa Catarina, que faz um balanço da Operação Tiradentes, ocorrida no feriado. De acordo com os dados fornecidos pela Polícia Rodoviária Federal, houve 75 acidentes, envolvendo 222 veículos, sendo 175 veículos de passeio, 18, de carga, sete, ônibus e 22 outros tipos de transportes, com oito mortes. Isso em apenas três dias.

Vejam a importância dessa rodovia para o Brasil inteiro e para a economia do nosso País. Hoje à tarde, inclusive, haverá uma reunião em Santa Catarina, no Palácio do Governo, com inúmeras comissões, com Parlamentares, com representantes de entidades, manifestando o seu repúdio por não estar sendo cumprido um compromisso assumido pelo atual Governo com o Sul do País.

Depositamos confiança no Governo Lula, no Ministro Adauto, como estaremos depositando total

confiança nos nomes hoje aqui aprovados. Queríamos, para não ter mais que usar a tribuna e lamentar mais vidas perdidas, pedir que haja empenho. Pelas palavras que aqui acabamos de ouvir, sentimos a responsabilidade e o compromisso de cada um, e esperamos que realmente isso ocorra.

Além das rodovias – e quero aqui me referir ao Dr. Washington –, temos três portos em Santa Catarina. Um que é municipalizado, que é o de Itajaí; um porto privatizado, em que há parceria com o Governo Federal, em Imbituba; e um estadualizado, em São Francisco do Sul.

Há recursos aprovados para a construção de novos berços em dois portos, sendo que em Imbituba haveria reestruturação. Não quero, depois da explanação de V. S^{as}, ouvi-los novamente. Até pelo adiantado da hora, não há necessidade, a não ser que queiram comentar o que estou falando. Apenas estou apresentando a minha preocupação.

Peço, a todos, empenho na execução da duplicação da BR 101, de investimento em infra-estrutura, de recapeamento da Rodovia 282, de duplicação da 470, bem como na construção desses berços. Mas, principalmente, a fiscalização da execução da obra, porque no trecho que foi duplicado pelo Governo anterior, do Partido a que pertencço, não houve fiscalização.

As obras são precárias, estão se deteriorando, cada acesso às cidades é uma verdadeira roleta russa. O cidadão não sabe se vai conseguir passar o seu veículo, tamanha é a falha nos projetos. Parecem verdadeiros tobogãs os trechos, tantos os desníveis existentes. Não há sinalização, não há conservação, e o mato já tomou conta.

Uma empresa ganha a concorrência e passa para a segunda, que passa para a terceira e, assim, sucessivamente. Não há mais como fiscalizar. As que realizam a obra o fazem sem capacidade e sem qualidade. Peço que procedam à fiscalização, para que possamos construir rodovias de qualidade por todo o Brasil.

Deixo o meu voto de aprovação e de sucesso a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Senador Leonel Pavan. Creio que não há nenhuma pergunta específica.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, próximo orador inscrito.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar os Srs. Diretores, sobretudo pela coragem de ter aceito

essas funções, extremamente preocupantes. O relatório do Diretor de Planejamento, Ricardo Corrêa, analisa muito bem a dificuldade que haverá na administração da infra-estrutura de transportes no Brasil. O relatório parece até terrorista, mas, na verdade, ele é realista. São 55.000km de estradas, quase todas deterioradas, e, se olharmos para o meu Estado, Mato Grosso, vamos verificar que as estradas acabaram. A não ser a BR-174, o resto não existe.

Hoje, Mato Grosso é um dos maiores produtores agrícolas do País. Já é o maior produtor de soja, com 13 milhões de toneladas; o maior produtor de algodão, com 400 mil toneladas de pluma; o segundo maior produtor de milho, de arroz e de carne de boi. É um Estado que tem muita madeira sendo levada em péssimas estradas. Os caminhoneiros usam hoje muito mais os acostamentos, quando existem, mas, principalmente, estradas laterais, não para fugir das balanças, mas porque não há mais o leito da estrada asfaltada. Além disso, Mato Grosso, hoje, não é fim de linha, mas passagem para os Estados de Rondônia, do Acre, para parte do Amazonas, do Pará.

É absolutamente impraticável usar as estradas federais no Estado de Mato Grosso, que estão congestionadas por imensos caminhões com produtos oriundos do Estado, ou que passam por ele.

Em função de tudo isso, Dr. Coutinho, o Governador de Mato Grosso ainda não havia tomado posse e já se reunia com a Bancada Federal e solicitava a inclusão, no Orçamento da União, de emendas com recursos para as estradas federais. Ele não queria recursos para as estradas estaduais, porque nelas ele vai dar um jeito, por meio de parcerias, que estão sendo muito bem-sucedidas, com produtores, prefeituras etc.

E sob o comando do eminente colega Deputado Welinton Fagundes – que se encontra conosco –, Coordenador da nossa Bancada na área orçamentária, incluímos recursos, a pedido do Governador, para essas estradas. Há em torno de R\$60 milhões, que já são orçamentários, via emendas, a pedido do Governador, para as estradas federais.

A minha pergunta é uma só, Dr. Coutinho: podemos ter confiança nas emendas que apresentamos, uma vez que, como o próprio Dr. Sérgio disse, é no Congresso Nacional que virão buscar recursos para essas estradas? Qual é a esperança que o senhor nos dá?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Senador Jonas Pinheiro e passamos a palavra ao Dr. Coutinho, para que responda à questão.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SILVA COUTINHO –

Senador, o que posso lhe assegurar é que, na Diretoria do DNIT, essas emendas merecerão sempre o tratamento que devem merecer. Os conceitos de crédito, de confiabilidade no trabalho prevalecem no momento em que existe dificuldade para liberação de recursos de dotações orçamentárias, devido ao contingenciamento que foi feito. Portanto, é preciso que haja descontingenciamento, e, principalmente, que a parte financeira, que é a segunda questão, seja considerada no seu devido valor pelos Ministérios que atuam na área.

Posso lhe assegurar que o Sr. Ministro Anderson Adauto, nos últimos 30 dias, tem diligenciado muito nas áreas fazendária e de planejamento e até mesmo com o Presidente da República, com quem estive ontem, para abordagens nesse sentido, pela liberação de novos recursos, de emendas e conclusão dos corredores de obras inacabadas, e assim por diante.

Na realidade, uma mudança de postura naquilo que diz respeito ao atual contingenciamento de recursos e alimentação financeira que existe ainda.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, e já que está dentro do tema, eu gostaria de anunciar a todos os Senadores da Comissão e também a todas as pessoas presentes que teremos uma audiência pública com o Ministro de Estado dos Transportes, Dr. Anderson Adauto, no dia 29 de abril, na próxima terça-feira, às 10 horas. Estão todos convidados, pois também poderão ser discutidos os temas.

Passo a palavra ao próximo orador, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Srs. Diretores, vejo que a solução da questão do transporte depende de recursos. Há desperdício, há obras superfaturadas, que precisam ser contidas, mas o grande problema são os recursos e o sistema de transporte.

O Senador Gerson Camata disse que os eleitores não pedem ferrovias e, sim, rodovias. Mas eles não têm informação de que os transportes mais baratos para quem vai fazer uma viagem são o hidroviário e o ferroviário. O Brasil ainda não se atentou para isso, ou, se atentou, não tem investimentos nessas áreas, e trabalha num único sistema de transportes, praticamente, que são as rodovias. Ou quase único.

Quem está ganhando dinheiro com isso são as multinacionais que fabricam caminhões e até mesmo

as empresas que trabalham na recuperação das rodovias.

A questão das balanças é um caso sério.

O meu Estado, Rondônia, que tem uma única rodovia asfaltada que o corta de ponta a ponta, da divisa de Mato Grosso até o Acre, transformou-se, há três ou quatro anos, num corredor de exportação de soja. Grande parte da soja de Mato Grosso está passando por dentro do Estado.

Primeiramente, foi construído, ainda no meu Governo, em parceria com o Governo Federal e o Grupo Maggi, um porto graneleiro, por onde estão passando milhares e milhares de toneladas de soja, acabando com a rodovia. A verdade é esta: a rodovia está totalmente danificada. Agora, a Cargill construiu mais um terminal graneleiro, em Porto Velho, na costa do Madeira, para exportar soja. Assim, é mais uma empresa que entra com 200 a 300 carretas, diariamente – já temos isso hoje –, transportando soja pelo porto de Porto Velho, e a rodovia não agüenta.

É bitrem, é treminhão – são tantos nomes de caminhões novos agora que nem sabemos – com 50, 60 ou 70 toneladas de soja. Não há estrada que agüente, principalmente na Amazônia, onde a precipitação das chuvas é muito intensa durante o período do inverno, e o lençol freático fica à flor da terra. Não há rodovia que agüente.

Para que V. S^{as} tenham uma idéia, a estrada ainda é, na Amazônia, o item de infra-estrutura mais solicitado. Há cinco anos, quando era Governador, a minha esposa fez uma reunião com as 52 primeiras-damas dos Municípios, e o item mais solicitado foi a estrada, porque elas não agüentavam mais ver os seus maridos serem cobrados dia e noite pela população.

Temos rodovias federais, em Rondônia, que passam semanas e semanas sem transporte de gás e combustível para as populações de Costa Marques, São Miguel, Seringueiras e São Francisco. São seis ou sete cidades de onde não sai a produção local, e onde não entram os produtos para abastecimento da população.

E vejo que o problema se complica por causa de dinheiro. Vejo o Ministro Anderson Adauto pedindo R\$2,4 bilhões para as estradas, e só há R\$700 milhões. É muito pouco. Muito pouco.

Não tenho em mãos – não deu tempo de pegar – o orçamento do sistema elétrico brasileiro, mas tenho certeza de que é dezena de vezes maior do que o do Ministério dos Transportes. No entanto, o trans-

porte é um serviço de infra-estrutura tão importante quanto a energia elétrica, que avança.

Nos últimos anos não foi investido muito no setor elétrico, mas numa hidrelétrica gastam-se de R\$4 bilhões a R\$5 bilhões, enquanto o Ministério dos Transportes não tem, para um ano, essa quantia.

Então, que se coloquem recursos da Cide, pelo menos 50% – que não sejam os 100%, porque serão arrecadados, neste ano, aproximadamente, R\$11 ou R\$12 bilhões –, ou seja, R\$5 bilhões ou R\$6 bilhões, anualmente. Tenho certeza de que, com esse dinheiro, dentro de três a quatro anos, seriam resolvidos praticamente todos os problemas de rodovias, tanto de restauração e recuperação das existentes, como de pavimentação de algumas novas. No meu Estado, há três rodovias federais que ainda não estão asfaltadas: a 421, a 429 e a 174.

O Brasil está cheio – em Minas Gerais, em Mato Grosso – de rodovias federais, e não podemos, no Terceiro Milênio, sendo o Brasil um País que cresce, não ter as nossas rodovias federais asfaltadas – pelo menos as federais, já que os Estados e os Municípios não conseguem asfaltar as suas.

Creio que a luta para colocar dinheiro no Ministério dos Transportes e no DNIT tem que ser de todos nós do Congresso Nacional.

O questionamento que faço para o Dr. Coutinho, para ser mais rápido, é: quanto seria necessário, e por quanto tempo, para resolver o problema das estradas brasileiras?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Bom, agradeço o Senador Valdir Raupp.

Passo a palavra ao Dr. Coutinho, para dar a resposta.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SILVA COUTINHO – Senador, realmente, o fator preponderante no êxito desse trabalho é o recurso financeiro. E a Cide é fundamental, como V. Ex^a bem o disse.

Há propostas, que estão sendo devidamente analisadas, que trazem o significado de um investimento da ordem de R\$22 bilhões, durante quatro anos, dentro, aproximadamente, do que V. Ex^a falou. Na realidade, nos primeiros dois anos não haveria necessidade de 50% da Cide. Um pouco menos já seria suficiente para que os projetos pudessem vir aos poucos se adequando a uma nova realidade e, à medida que as rodovias viessem sendo recuperadas, para que pudesse haver a complementação da infra-estrutura, com investimentos representativos na área ferroviária, com investimentos representativos no sistema aquaviário – em navegação de cabotagem, na

melhoria dos portos, na dragagem. Faltam recursos, às vezes, até para a dragagem dos portos, o que é um problema tão sério nos portos quanto os buracos nas rodovias.

São situações que estão aí, e sabemos que, se houver compartilhamento das intenções e dos propósitos de todos, vai haver êxito, e vamos chegar a bom termo nesse trabalho com a mudança da matriz de transporte, dentro de uma nova política de transportes.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos passar agora ao próximo inscrito. Agradeço ao Dr. Coutinho.

Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB-PA) – Sr. Presidente, há pouco os Senadores Gerson Camata e Leonel Pavan fizeram suas explanações sobre a qualidade das rodovias e a dificuldade de fiscalização por parte dos órgãos.

Quero aqui também fazer um registro, dirigido ao Dr. Antônio Mota Filho. No Pará, recentemente, foi feita a duplicação da BR-316. Isto ocorreu há pouco mais de um ano. No entanto, a rodovia está repleta de buracos, causando uma série de acidentes. Fica muito difícil assistir ao mau emprego do dinheiro público e não dar uma resposta à população, que considero os nossos patrões.

Gostaria de fazer este registro, para que a nova diretoria do DNIT possa realmente encontrar formas para que os contratos celebrados com tais empresas possam ser cumpridos na íntegra. O cumprimento do contrato e a qualidade do trabalho das empresas – acredito – é o que acontece de mais grave hoje nas rodovias brasileiras.

Acredito que esse seja o ponto nº 1, o fundamental. Outras questões, como as balanças e a parte da fiscalização, por exemplo, também são importantes, mas o principal é a fiscalização do uso do dinheiro público nessas obras.

Com relação às hidrovias, direciono minhas perguntas ao Dr. Washington.

Ano após ano fala-se muito nas hidrovias. No entanto, na hora da execução, os recursos são contingenciados. É nítida a intenção do Governo de não dar prioridade às hidrovias no nosso País. Como foi falado aqui anteriormente, principalmente na Amazônia, ela se faz muito necessária para o desenvolvimento.

O Pará, meu Estado, especificamente, tem uma condição privilegiada de localização geográfica. Esta-

mos mais próximos dos grandes mercados consumidores da Europa e dos Estados Unidos. Certamente, se fosse dada atenção necessária à questão das hidrovias e dos portos, tenho certeza de que mudaria muito a geografia da exportação deste País. Isso daria uma resposta àquilo que V. Ex^{as} antes falaram aqui com muita propriedade, ou seja, a questão dos custos para melhor competitividade no mercado internacional dos produtos brasileiros.

Lamentavelmente, isso sempre fica no discurso. Na realidade, essas questões são deixadas sempre para planos futuros, e as hidrovias não passam do papel. Essa é a grande realidade. Espero que a nova diretoria do DNIT, que está sendo indicada aqui e que com certeza vai ser aprovada por todos os Senadores, possa alimentar a esperança de que V. Ex^{as} ajudarão no sentido de que essas hidrovias sejam realmente concluídas. Elas não são boas apenas para o Pará ou para a Amazônia. Elas são boas para o Brasil como um todo. É importante que essas obras sejam concluídas.

Outra questão que eu queria abordar, também relacionada ao meu Estado, refere-se a uma situação que ocorreu recentemente. Gostaria de fazer um apelo para que V. Ex^{as}, na medida das suas possibilidades, pudessem ajudar, não ao Estado do Pará especificamente, mas a todo o Brasil. Como é sabido, boa parte dos portos brasileiros foi estadualizada. Os portos do Pará, especificamente de Belém, não têm o calado necessário para receber navios de grande porte. O governo do Estado fez um investimento muito grande, dentro das suas possibilidades, criando uma nova planta de desenvolvimento do Estado, direcionada justamente para a questão dos portos, do escoamento da produção do Estado. Com isso, criamos, no Governo passado, o novo porto de Barcarena, Vila do Conde, com um calado muito bom para exportação. Foi criada toda uma infra-estrutura de estrada no sentido de dar a esse porto viabilidade para uma exportação mais adequada, mais barata, vindo assim ao encontro dos interesses de todos os que querem baratar o custo das exportações.

Por uma questão de picuinhas políticas, o decreto do Governo Federal anterior, de Fernando Henrique, foi simplesmente adiado, e não se deu continuidade à questão da estadualização.

Para que V. Ex^{as} vejam com clareza o que acontece, em 10 anos, o Governo Federal investiu nos portos do Pará R\$5 milhões, deixando os portos totalmente sucateados e impossibilitados de operar. O governo do Estado, além de toda a infra-estrutura que foi criada para o novo porto, já no orçamento des-

te ano, está com R\$25 milhões para a modernização do porto. Isso não é o suficiente, mas representa um grande passo.

Apesar de todos esses feitos, infelizmente, o Pará esbarrou em políticas que estão travando o progresso do Estado. Minha fala aqui é mais um apelo para V. Ex^{as}, a fim de que entendam que essa situação não é específica do Pará e não pode ficar parada por causa de questões menores, de questões político-partidárias. Esse assunto é de interesse nacional, e não só do Pará.

Portanto, quero registrar nesta oportunidade o meu apelo, porque sei que a nova diretoria do DNIT está sendo indicada. Trata-se de pessoas competentes, de vários partidos e que com certeza vão se sensibilizar com esta questão de interesse nacional: a questão da estadualização dos portos do Pará.

Por último, eu queria abordar a questão da Transamazônica e da Santarém-Cuiabá, eixos de desenvolvimento não só do Pará, mas de todo o Brasil. Com essa nova diretoria do DNIT e a nova política do Governo – fazemos parte do Bloco de apoio do Governo –, estamos depositando toda a esperança de que possamos concluir essas obras tão importantes para a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço ao Senador Duciomar Costa.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Pois não, Sr. Presidente. Cumprimento, inicialmente, o Dr. José Antônio Silva Coutinho e o Dr. Antônio Mota Filho e, especialmente, o Washington, o Ricardo Corrêa e o Sérgio, pessoas que conheço bem, experientes, com uma folha de serviços prestados ao País e que, não tenho dúvida nenhuma, vão efetivamente nos ajudar muito a vencer esse grande desafio, principalmente no que se refere à logística de transporte no País.

Repetindo as palavras do Senador Jonas Pinheiro, elogio muito o fato de assumirem esse grande desafio. Hoje, todos conhecem, pois foi repetida por vários Senadores, a situação das nossas malhas rodoviária e ferroviária, assim como, especificamente, as hidrovias, como o Senador Duciomar Costa acabou de dizer. Fala-se muito, mas, na realidade, exceção alguns casos específicos, as hidrovias pouco caminham.

Sou Senador pelo Estado do Mato Grosso do Sul, um dos piores exemplos de ferrovia no Brasil, se

não for o pior, como o da nossa antiga Noroeste, o nosso trem lá do Pantanal, Sr. Presidente.

Então, primeiro, desejo-lhes muito sucesso. Que Deus os ilumine e os abençoe nessa grande caminhada.

Faço rapidamente algumas considerações. Primeiro, a situação é tão difícil que, se recuperarmos o que está aí, já será um grande passo. Recuperar o que existe e terminar aquilo que não se acabou. Se este Governo conseguir fazer isso, já estaremos dando um salto de qualidade na questão dos transportes.

Farei duas perguntas. Antes, lembro que o meu Estado é mesopotâmico, cercado por dois grandes rios, o Paraguai e o Paraná; portanto, Washington, as hidrovias são de fundamental importância para o nosso Estado, cruzado de norte a sul e de leste a oeste pelas BRs 163 e 262. A BR-262, principalmente do trecho de Miranda a Corumbá, é um verdadeiro desastre. Para dar uma idéia, no aeroporto de Corumbá não desce mais avião; ninguém mais transita na ponte que fizeram sobre o rio Paraguai, porque a estrada não passa; e a ferrovia é uma sucata, a antiga Noroeste. Então, esse é, mais ou menos, o quadro do meu Estado. Por isso, a nossa expectativa com relação ao DNIT.

Serei breve nas perguntas, até em função do horário. Primeiro, felicito-o por falar que precisamos mexer na matriz de transportes do nosso País. O velho Nelson Rodrigues dizia que o mais difícil é explicar o óbvio. Realmente, fiquei contente em ouvir isso. Minha pergunta refere-se especificamente ao nosso Estado. A Noroeste virou Novoeste e, depois, foi incorporada pela Ferroban, que pega a Ferronorte e as ferrovias paulistas.

Como o Ministério dos Transportes está vendo essa questão da Novoeste? Estamos hoje com essa ferrovia praticamente paralisada! Pasmem: no último acidente, uma composição descarrilou parada! Ao fazer esse registro e essa pergunta, aproveito a presença do Senador Aelton, para dizer que o Ministro Anderson Adauto tem sido um grande companheiro do nosso Estado e que vamos trabalhar muito juntos. Contem com a nossa bancada, porque vamos ser parceiros não só do Ministro, mas também do DNIT nessa grande caminhada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou passar a palavra ao Dr. Coutinho para que responda a questão levantada.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SILVA COUTINHO – Obrigado pelas palavras.

O que posso lhe assegurar é o seguinte. Na realidade, quando se fala em mudança na matriz de transportes, não podemos mais pensar em política de transporte para um Brasil continental – como acontece atualmente – se não restabelecermos uma nomenclatura ideal em termos de “custo Brasil” numa nova matriz de transporte. Uma nova matriz de transporte significa claramente uma mudança de rumos, com investimentos que ainda não foram feitos tanto num projeto ferroviário de alto nível, quanto em tudo o que diz respeito à sustentação de nossas hidrovias naturais, à navegação de cabotagem, enfim, a tudo aquilo que o Diretor Washington mencionou aqui com justas razões de conhecimento.

O que podemos dizer com relação à Novoeste é que ela e as demais empresas que receberam concessões estão sendo objeto de um trabalho de normalização, de revitalização de contratos. Já se passaram cinco anos, chegou a hora de as agências reguladoras restabelecerem novas ações nesses contratos de concessão. Toda essa sistemática que diz respeito ao revigoramento de concessões feitas procurará mudar rumos, não apenas mudando critérios como também resgatando algumas ferrovias em termos de leitos, de vias permanentes que, quando entregues às concessionárias, já estavam sucateadas por problemas que se conhecem bem, referentes à Rede Ferroviária Federal.

Na realidade, a Novoeste e outras concessionárias não dizem respeito, neste momento especificamente, a um trabalho do DNIT. Elas têm um envolvimento mais de perto com a NTT. Na medida em que o assunto “concessão” venha a evoluir quanto a normas e critérios de convivência, na medida em que se desenvolvam ações no sentido de preservar um patrimônio que ainda é da União, certamente que o DNIT será chamado a conviver com isso, buscando soluções adequadas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou passar a palavra ao próximo inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL-TO) – Sr. Presidente, ilustres Srs. Candidatos à diretoria do DNIT, Srs. Parlamentares, tenho observado que a linha preferida pela grande maioria dos eminentes senadores que fizeram uso da palavra foi menos a de fazer uma aferição sobre a competência e experiência de cada um dos candidatos para o exercício da função a que se propõem, derivando mais para o relato, nas respectivas áreas, principalmente dos seus Estados, das dificuldades que enfrentarão os eminentes futuros Diretores do DNIT.

Creio que isso decorre da confiança, com a qual concordo, demonstrada por cada um dos Srs. Senadores, no rico currículo de formação técnica e experiência profissional que cada um dos eminentes candidatos apresentam, qualificando-se para o desempenho a contento das missões que se propõem a desempenhar nesse novo órgão, que reputo um verdadeiro desafio, notadamente em razão da herança pesada que encontram e das condições estruturais de que o órgão dispõe, cuja alteração dependerá do próprio órgão e do Senado, como, por exemplo, as questões referentes aos pressupostos da Cide, que levam à vinculação de recursos – que não são os melhores pressupostos para a administração.

Nenhum administrador vê com bons olhos a vinculação de recursos, mas no Brasil estamos verificando que essa experiência deu certo. A vinculação de recursos permitiu um aprimoramento no ensino fundamental principalmente, permitiu o melhoramento do atendimento universalizado às demandas de saúde da população, notadamente aquela que não pode pagar. E, seguramente, o que inspirou a implantação da Cide foi justamente vincular um recurso e prover à época o DNER e agora o DNIT dos recursos mínimos que permitissem manter a infra-estrutura de transportes de um País com dimensões continentais como o Brasil, que optou, de forma equivocada, por manter, com privilégio na sua matriz de transportes, a modal rodoviária.

O Senador Delcídio tem razão de manifestar a sua euforia em ouvir alguém falar que é preciso mudar a matriz de transporte do Brasil, sob pena de, não o fazendo, continuarmos enfrentando essa dificuldade enorme na competitividade dos nossos produtos, principalmente com os diversos mercados externos.

Um Estado interiorano como o meu sofre com essas desigualdades regionais uma punição enorme justamente por não ter uma forma de transportar a carga pesada por uma longa distância a custo mais barato. Só temos a alternativa rodoviária. E a principal via que pode permitir a integração nacional, ligando o Tocantins com as demais regiões do Brasil, é a BR-153, que não está diferente das rodovias citadas pelos eminentes Senadores dos outros Estados, que se referiram com tristeza à situação caótica, de quase abandono, em que se encontram as nossas rodovias federais, dificultando, sobretudo, aos seus usuários a transposição de verdadeiros obstáculos que são constituídos nos multiplicados buracos que existem nas rodovias federais brasileiras.

Entendo que essa herança é terrível. Espero que possamos contribuir, já que foram vetados os dis-

positivos da Cide que tratavam exatamente da alocação de recursos que permitiam a recuperação e a restauração da infra-estrutura de transporte deste País. Espero que possamos rever essa questão da Cide ou aguardar que o próprio Governo o faça – aí sim, por se tratar de um assunto relevante e inadiável – via medida provisória e tome uma atitude com relação ao provimento dos meios necessários ao DNIT para o enfrentamento dessas dificuldades que vários Srs. Senadores expuseram, que implicam desemprego, mitigação da nossa produção, retardamento do desenvolvimento dos diversos Estados e de uma verdadeira integração nacional.

Espero que possamos agora, enfrentar desafios, com os novos diretores, a quem cumprimento pela performance, pelo perfil e pelo currículo que apresentaram. Cumprimento ao nosso Diretor-Geral, Dr. Coutinho, e todos os Srs. Diretores, desejando que tenham uma gestão profícua à frente desse órgão tão importante para o desenvolvimento do nosso País.

Faço, apenas, um questionamento sobre uma medida que julgo relevante. Recentemente, uma decisão do Governo Federal – e já ocorria de outras formas, por delegação – transferiu a responsabilidade da restauração de trechos de rodovias federais aos Estados. Isso é uma medida importante, interessante, gosto da idéia, desde que, transferida a responsabilidade, também repasse-se os recursos necessários para que essa tarefa seja feita. Essa descentralização vai facilitar muito o trabalho do DNIT, porque é o órgão encarregado da implementação das políticas públicas na área do transporte. E também pode ser feito, e deve, pelo DNIT, porque tem as melhores condições, por conhecer, de implementar essas políticas, de oferecer os subsídios necessários a quem tem a tarefa de formular as políticas públicas de transporte deste País. Precisamos, imediatamente, pensar na mudança da nossa matriz de transporte e estimular o uso das nossas hidrovias.

Temos visto o enorme potencial de produção do Mato Grosso, e, diga-se de passagem, do setor primário, notadamente a agropecuária e o agronegócio, que têm dado sustentação ao desenvolvimento desse Estado, permitindo ao País diminuir as suas dificuldades na balança comercial. Portanto, têm contribuído não só para a produção de bens e serviços internos, mas para a mitigação do desemprego, que cresce ainda de forma preocupante no nosso País.

Tenho certeza que o DNIT poderá oferecer subsídios importantíssimos e vitais para o órgão formulador das políticas públicas, no que diz respeito à mudança da matriz de transporte.

Então, perguntaria ao nosso futuro Diretor-Geral do DNIT como ele vê, como ele encara essa possibilidade de fazer parceria com os Estados, notadamente na questão das rodovias?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Dr. Coutinho, V. S^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SILVA COUTINHO – O ilustre Senador tem toda a razão, tanto assim que esse mecanismo operacional, na busca de resultados mais eficazes e rápidos tem sido utilizado pelo DNIT atual. Convênios com os Estados e convênios com as Prefeituras estão sendo negociados com esse objetivo. Quer dizer, na realidade, feita a proposta pelo Estado ou pelo Município que atenda às reais necessidades daquela operacionalização de um projeto para a região, resgate de trafegabilidade de rodovias, correção de emergência e assim situações definidas, o DNIT, por autorização do Sr. Ministro do Transporte, busca ajustar convênios, repassando recursos, definindo a forma de convivência, com fiscalização adequada. Naturalmente, dando as orientações técnicas para que os resultados sejam os melhores, tanto referente ao prazo, quanto à qualidade.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Dr. Coutinho.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Gostaria de formular mais uma última questão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL-TO) – Agradeço ao Dr. Coutinho as colocações que fez a respeito da possibilidade de transferência da responsabilidade de recuperação das rodovias para os Estados. Tem-se transformado na prioridade número um para o Estado do Tocantins, que tem feito dos seus Parlamentares um instrumento de luta pela implantação da Ferrovia Norte-Sul, porque sabemos da importância dessa ferrovia para os destinos do Brasil. Primeiro, por não se tratar apenas de uma mera aspiração regional. Trata-se de uma necessidade nacional a implantação da Ferrovia Norte-Sul, que corta o Brasil, como o seu próprio nome diz, de Norte a Sul, integrando diversas regiões importantíssimas neste País.

Mas vimos a Ferrovia Norte-Sul se arrastando, sendo construídos parques e minguações 30 a 40km por ano. O Estado do Tocantins, consciente de sua importância para o País, mas principalmente para o desenvolvimento do Estado, tem colocado emendas de Bancada nos recursos da União para a construção da ferrovia. Consulto se não seria importante a convocação do setor privado para participar. Como ocorreu

com o Estado do Tocantins, que, com êxito, participou da geração de energia elétrica, na construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, uma obra que custou R\$2 bilhões, que foi construída no tempo apurado, com o orçamento sem sofrer alterações, demonstrando de forma inquestionável que a participação do setor privado é muito importante. Vimos aí outros exemplos de hidrelétricas construídas pelo setor público que demoram dez, doze anos, e lá foi construída com pouco mais de três anos. Entendo que o setor de transporte exerce também um atrativo ao setor privado.

Indago se não seria importante a participação do setor privado na construção da Ferrovia Norte-Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. S^a tem a palavra, Dr. Coutinho.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SILVA COUTINHO – Senador, sem dúvida alguma, a participação do setor privado é uma parceria definida, já acertada e consolidada. Sem ela, não haveria êxito em nenhuma das atividades do nosso setor – V. Ex^a bem o conhece.

No que diz respeito à Ferrovia Norte-Sul, especificamente, há critérios próprios de concessão que, naturalmente, devem estar sendo tratados pelo setor próprio, a NTT, no projeto global da Ferrovia Norte-Sul, visando a sua conclusão, programa de investimentos.

Quanto aos investimentos, posso até assegurar que a conclusão da Ferrovia Norte-Sul é programa estratégico já definido e consolidado pelo Ministério dos Transportes com a participação do DNIT. E, nesse sentido, já foi levado ao conhecimento do Senhor Presidente da República, visando naturalmente ao apoio na busca de recursos próprios para a sua conclusão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Passemos ao próximo inscrito, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, primeiro para saudá-los pela investidura na função, que é uma função relevante para o País. Depois um comentário e duas considerações.

O sistema de transporte no Brasil – e a história do antigo DNER é muito representativa disso – perdeu qualidade. Perdeu qualidade ao mesmo tempo em que perdeu no tempo o financiamento.

Eu diria que, entre as muitas causas dessa perda de qualidade, situa-se como uma das mais relevantes a falta de um financiamento permanente, con-

tínuo e seguro ao projeto de infra-estrutura no Brasil, de maneira geral, em especial ao projeto rodoviário.

A privatização cumpriu limitadamente o seu papel, como era de se esperar, e o financiamento público foi se descontinuando, cada vez mais insuficiente para enfrentar as demandas brasileiras crescentes, seja pelo aumento da população, seja pela incorporação de novas fronteiras agrícolas, seja pelo desenvolvimento de maneira geral.

Penso que a primeira tarefa seria a reconstrução do antigo DNER – atual DNIT –, que conheci anos atrás, que perdeu quadros, perdeu qualidade técnica, como qualidade técnica perdeu também a engenharia brasileira na construção de estradas, especialmente por conta desse fator relevante que é o não-cumprimento dos contratos sob o ponto de vista público. Na medida em que o setor público não honra os contratos assinados, é impossível conceber que parceiros privados tenham como honrá-los também. Essa falta de relacionamento contínuo e seguro produziu desvios notórios que afetaram o conceito do órgão, a qualidade das estradas e prejudicaram o País.

Nós, então, temos uma tarefa enorme a cumprir. Mesmo sendo de um Partido de oposição ao Governo – que foi eleito para promover mudanças –, tenho toda a expectativa de que essas mudanças se façam, e desejo aos novos titulares do DNIT que promovam essas mudanças que todos aguardamos que sejam efetivadas.

A primeira consideração diz respeito à questão de financiamento, desdobrada sob o ponto de vista prático. As aprovações de Orçamento são ridículas e são contingenciadas dramaticamente. O Ministério dos Transportes sofreu contingenciamento drástico. Os recursos postos à disposição de V. Ex^{as}, pelo que sei, são absolutamente insuficientes. Não sei o número, mas algo em torno de 500 ou 700 milhões de faturas que estão atrasadas. Creio que o pagamento dessas faturas é compulsório, na medida em que os contratos sejam auditados e reconhecidos. Mas, de fato, é difícil fazer projeções e iniciar programas se não se cumpre o que já está feito e o que não foi honrado. Tem que se restabelecer esse padrão de confiança mútua e o conceito do sistema na sociedade brasileira, de maneira geral.

Por um certo tempo, nos últimos anos, o DNER ficou caracterizado como exemplo de malversação de recursos públicos. É preciso, então, uma ampla recuperação, o cumprimento da lei, para que esse sistema, na minha opinião, volte a ter uma nova qualidade.

Uma segunda ponderação diz respeito a um caso nosso, regional, de interesse de Pernambuco,

de interesse do Ceará, de interesse do Nordeste. A Rede Ferroviária do Nordeste foi privatizada naquele momento da privatização em que, de maneira muito clara, alguém ganhava a concorrência para ficar com os melhores produtos da privatização e, de outro lado, assumia o "osso". Esse foi o conceito da privatização do sistema ferroviário no geral. Quem comprava a Vale do Rio Doce ficava com as ferrovias do Nordeste. É um bom exemplo e é o exemplo.

Três acionistas compraram juntos – eram quatro, inicialmente – e assumiram a Rede Ferroviária do Nordeste com compromissos que não foram honrados de maneira nenhuma. Esses compromissos contratuais – não é privilégio deles; isto aconteceu em quase todo o sistema ferroviário –, não cumpridos, resultaram numa degradação progressiva da já degradada Rede Ferroviária do Nordeste: perda de confiabilidade do sistema, perda de carga e produção de enormes prejuízos, de tal forma que, até um ano atrás – essa questão, em grande parte, estava monitorada pelo BNDES no Governo anterior –, a Companhia Ferroviária do Nordeste tinha um patrimônio líquido negativo de alguns milhões de reais, e havia necessidade de ajustar interesses de acionistas que se tinham descruzado entre Companhia Siderúrgica Nacional e Vale do Rio Doce e que teriam, necessariamente, também de se entender com aquela empresa ferroviária do Nordeste.

Somente agora – salvo engano, há dez dias –, concretizou-se a primeira etapa desse descruzamento. E a falta de entendimento entre o conjunto dos acionistas paralisou, de maneira contundente, o sistema ferroviário do Nordeste, que já é muito precário – todo sinuoso, em grande parte litorâneo –, o que o torna comprometedor para a competitividade da economia regional do Nordeste, já afetada por outros problemas, como, por exemplo, a falta de chuvas e outras dificuldades notórias.

De fato, o que percebemos claramente é que não há capacidade privada nem desejo privado de investir em ferrovias e, em grande parte, em rodovias do Nordeste. O setor público tem que assumir esse papel e resolver a questão. Há um projeto em andamento que nós, pernambucanos, desejamos que se complete, que de fato aconteça: o da ferrovia Transnordestina, que dá consistência a dois investimentos nordestinos relevantes, quais sejam o porto de Suape e o porto do Pecém. Essa seria a forma adequada de conduzir o efeito do investimento portuário para a interiorização do desenvolvimento, como também de criar uma nova base de logística para a economia regional do Nordeste.

Eu desejaria perguntar ao Presidente da nova diretoria do DNIT se ele já tem alguma idéia a respeito, porque essa atuação implica um conjunto de órgãos federais. O BNDES tem um papel nisso, uma vez que é financiador do sistema ferroviário e também investidor no projeto da Transnordestina, por meio de incentivos fiscais, agora descontinuados. O Ministério da Integração necessariamente tem um papel nisso. O Ministério dos Transportes seguramente deverá ter um papel relevante, por intermédio do DNIT.

Nós, do Nordeste, desejamos que os Governadores da região, em especial dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Ceará, tenham interesse concreto em que esse projeto avance de forma imediata. Há recursos alocados pelo BNDES, na forma de incentivos fiscais, que já somam mais de 100 milhões; há um financiamento aprovado pelo BNDES à empresa para modernização da rede atual, também da ordem de 100 milhões; há interesse dos Governos estaduais – o de Pernambuco, com certeza – de participar do esforço de construção da nova ferrovia.

Já fizemos projetos técnicos. Até há bem pouco tempo, a Transnordestina não era mais do que um discurso; hoje, está definida na forma de projeto básico. Tivemos delegação da instituição para isso. Os projetos foram realizados por esforço e financiamento do Governo de Pernambuco. Há alguns dias, o Governador de Pernambuco, o Secretário de Infra-Estrutura do Estado, e eu, Senador Sérgio Guerra, estivemos com o Ministro Ciro Gomes, e, na nossa opinião, é urgente um encaminhamento conjunto dessa questão, vital para nós.

Portanto, as duas perguntas são: qual o ponto de vista do Sr. Presidente sobre isso? Como V. S^a imagina que vai honrar responsabilidades já assumidas e começar programas, sem que essas responsabilidades estejam resolvidas?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao Dr. José Antônio Silva Coutinho, para responder as questões.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SILVA COUTINHO – Senador, na realidade, como programa estratégico naturalmente relevante não apenas para a Região, mas também para os corredores de transporte em que está inserido, o projeto situa-se no âmbito de desenvolvimento do Ministério dos Transportes. E, nisso tudo, há um relacionamento muito próximo com todo um sistema de concessões e de busca de financiamentos que envolvem situações que extrapolam a atuação do DNIT. Mas posso lhe assegurar que, uma vez definidos os encaminhamentos e transformado o programa estratégico em um projeto executivo, uma

vez definido seu plano de ataque, cabendo a responsabilidade de sua execução ao DNIT, este órgão estará envolvido plenamente nesse trabalho, por fazer parte das suas obrigações, dentro dos propósitos superiores de mudança da matriz de transporte.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para falar sobre os pagamentos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Os projetos básicos da primeira fase da ferrovia já estão concluídos, como eu disse. Cabe uma coordenação do Governo Federal com os Governos estaduais, de uma maneira geral, e com o Governo de Pernambuco, em particular, para dar início a esse programa.

Foram aprovados recursos, por meio de uma emenda apresentada pela Bancada do Nordeste, no Orçamento de 2003. São recursos iniciais, que evidentemente não são suficientes. Penso que seria interessante uma articulação em torno disso.

Gostaria de fazer uma segunda pergunta: nessa condição em que V. S^a se encontra – a dívida é de 600 milhões ou mais do que isso –, com um programa para gastar não sei quantos milhões a mais, quais são absolutamente indispensáveis, qual será seu procedimento? Como e quando V. S^a atuará nisso?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. S^a tem a palavra, Dr. José Antônio Coutinho. Tenho que dar a palavra a V. S^a, porque senão, depois, não saberão quem está falando.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SILVA COUTINHO – Senador Sérgio Guerra, o problema “restos a pagar” não diz respeito especificamente a essa ou àquela situação, mas a um todo com que o DNIT está se deparando infelizmente. Na realidade, o montante é dessa ordem que V. Ex^a citou, em torno de 600 milhões, e se busca um equacionamento adequado. A falta de recursos está evidente, e o Ministro tem se empenhado nesse sentido. O propósito é, naturalmente, o de se honrarem os compromissos devidos, e S. Ex^a tem discutido aberta e claramente esse assunto com o Presidente da República. Hoje mesmo devem ter tratado desse assunto em viagem que estariam fazendo juntos.

Acreditamos que, muito em breve, possamos encontrar uma solução definitiva. Ainda que não haja um pagamento integral à vista, pode-se chegar a um equacionamento de todo esse problema, atenuando a situação de empresas envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo e último inscrito é o Senador Mão Santa, a quem concedo a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Os últimos serão os primeiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Sem dúvida.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, ilustres empossados e eleitos, a crença é tão grande, que a primeira coisa que fiz foi votar. Então, é crer para ver; não é ver para crer. Acreditei nas informações dos Colegas e votei. Mas essa discussão sobre estradas é muito complicada.

O primeiro que quis imaginar uma estrada para libertar seu povo e levá-lo à terra prometida foi Moisés, que levou 40 anos para fazer isso. Ele se viu aperreado, porque a estrada era ruim, e não se chegava a essa terra prometida. Ele quis desistir, e o povo, desesperado e decepcionado, quis tomar outro rumo, porque a estrada que os levava à Terra de Canaã era muito ruim. Moisés conversava com Deus, que lhe deu a mensagem: “Busque os 70 mais experientes, mais velhos de sua tribo, e eles lhe ajudarão a carregar o fardo”.

E dessa idéia nasceu o Senado.

Olhei aqui e observei que, dos presentes, só um é mais velho do que eu; os outros todos são mais novos. E essa patente é importante. Vejo que se trata de uma equipe de jovens. Somente o Dr. José Antônio Silva Coutinho, engenheiro civil, nasceu em 1939. Eu nasci em 1942. Há outro aqui que é de 1942. Vamos ver qual é o premiado: de Uberlândia, o nosso mineiro.

Sou como Juscelino: médico, cirurgião, otimista, alegre, mas quero dizer-lhe que não se ficou apenas nessa história de Moisés. Pedro II, quando fez sua primeira viagem ao exterior, escreveu uma carta em que se lia: “Isabel, minha filha, lembre-se, eu esqueci, o maior presente que se pode dar a um povo é uma estrada”.

Aí vem um tal de Washington Luís, que fazia estrada, e o nosso Juscelino advertiu que seriam dois os grandes problemas: energia e transporte.

O nosso Presidente, Senador José Jorge, enfrentou a maior adversidade quando eu era Governador: o problema energético. Uma adversidade é bênção disfarçada, e S. Ex^a está aí como Presidente.

V. Ex^{as} estão diante dessa adversidade.

Agora, eu queria dizer da minha crença. Inicialmente, permitam-me um conselho, pela idade. Eu fui um daqueles 70... estamos aqui representando os 70

mais experientes, como na Bíblia. E observo que o jogo é muito rápido.

Eleito Prefeito de minha cidade – eu era cirurgião e fui me meter nisso! o meu templo é a sala de cirurgia –, fui visitar o Prefeito de uma Cidade amiga, também médico, Campo Maior, que me disse: “Mão Santa, o negócio é rápido, passa ligeiro”. E o Governo dele foi de seis anos, algo que não mais ocorre.

Como Governador, tive o maior ensinamento. Parece que o espírito de Juscelino baixou em mim, e estou aqui. Governei o Piauí por seis anos, dez meses e seis dias com esse pensamento.

Muito me preocupa, porque votei no Lula, defendi o Lula, e ganhei as eleições para o PT no Piauí, mas o PT não fez um prefeito nas 224 cidades que Deus me permitiu criar.

Quando ouvi o Lula, o nosso Presidente, afável, generoso, honrado – Sua Excelência não foi prefeitiño como eu, também não governou o seu Estado – dizer que apressado como cru, pensei: mas o jogo tem que ser apressado, passa ligeiro.

Um terço do primeiro ano já passou, um doze avos! Então, faço esse alerta para que os senhores saibam dessa disposição. O quadro aí está, os senhores o conhecem melhor do que nós. Cada um conhece o seu.

Mas, senhores, o meu maior prazer seria poder ir daqui ao Piauí por uma estrada. Encontrei, no feriado, um antigo funcionário da Casa, que foi trazido por Petrônio Portella, em uma cidade próxima a minha. Eu lhe contei essa minha vontade, e ele me disse: “Não, não vá! Não vá, porque levei três dias para chegar ao Piauí” – Parnaíba, a cidade dele, é bem próxima de Teresina. Ele foi pelo Maranhão, Tocantins...

O Piauí é um Estado geograficamente grande. Lá cabem 12 Sergipes, dez Alagoas. Tem alguém de Sergipe aqui?

O SR. – Pernambuco, quantos?

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Dois e meio. Poderíamos governar Sergipe até com uma lambreta. O Piauí é muito grande. Meu Estado não é problema, é a solução deste País, lá há a melhor gente. Desculpem-me, dizem que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais importante é o ser humano. A água também, Piauí é o Estado do grande Nordeste que tem mais água. A substância mais importante do que o petróleo que Bush foi atrás.

Mas gostaria de lhes dizer que com pouco dinheiro não se resolve isso, não. Vim entusiasmado. O nome até esqueci, porque quem não faz obra é esquecido. Ao Cristo seguimos porque discursou bem o

Pai Nosso, discurso bonito. Mas Ele também realizou obras. Se não tivesse operado milagres, como o do cego enxergar, do aleijado andar, do mudo falar, do surdo ouvir, tirou o demônio –, ninguém O teria seguido. Tem que haver obra. Mas com esse pouco dinheiro, os senhores não vão fazer.

Com esse entusiasmo – já tinha até esquecido –, o Odacir Klein, quando Governador, foi à minha cidade. Fiz um esforço extraordinário para que um trem velho saísse da capital e fosse ao litoral. O Senador Alberto Silva é engenheiro de estrada de ferro e, para satisfazê-lo, quis colocar esse trem em funcionamento. Entretanto, foi-me dito que só Deus poderia fazer o trem funcionar, porque não havia mais nada.

Esse valor é muito pouco, e os senhores precisam de 6 bilhões. Mesmo não sendo técnico, sei disso. Esse montante corresponde a apenas 10%, e tinham de ser Cristo para multiplicar os pães e os peixes. Vocês têm de ir ao Lula, e vamos comer apressado. E o dinheiro é o que está aí, não tem outro rumo. Esse dinheiro não é relativo? E satisfaz todo mundo.

Agora, quero dizer que ficará pior. Quando governei o Piauí, tomei as seguintes decisões. Primeiramente, vendo o espírito de Juscelino para energia e transporte, investi dinheiro fora para chegar aqui, senão não chegaria. Não tem conversa, não! Muitos são chamados, mas poucos são os escolhidos. Os escolhidos somos nós. Então, atentai bem: essa ladainha não resolve, mas o dinheiro. Peguei os recursos do Prodetur do Piauí e construí estradas, inspirado em Pedro II, na carta de Washington Luís e em Juscelino. Do PCPR, fiz muito, deu muita confusão, mandaram impedir, mas eu considerava necessário. E do Detran, uma repartição que ainda tem recurso nos Governos estaduais, eu retirava 30%, porque o Piauí é grande, seu tamanho corresponde a 12 vezes o Estado de Sergipe. Então, para chegar até aqui, fiz isso porque os recursos são limitados.

Quero chamar a atenção dos senhores porque há muita corrupção. Não é pouca, é muita. É muita falta de vergonha. Está tudo errado. Recebi a primeira verba federal e nunca mais a recebi porque fui prefeitiño, tinha construído estrada e avaliei que aqueles recursos eram muito elevados para se consertar estrada. Eram R\$160 mil para tapar buraco, por quilômetro. No início de 1995, telefonei para o Estado vizinho, cujo Governador era o Senador Tasso Jereissati, e falei com um diretor, a quem perguntei sobre os recursos para conserto de estrada. Ele me respondeu que no Ceará, para se fazer estrada, mesmo nas dunas, onde não há nada, o custo era de R\$120 mil e que para tapar buraco era de R\$55 mil. Peguei o di-

neiro correspondente a 26 quilômetros, o que já deu quase 70. Mas eu queria frear para quando eu tivesse dinheiro. E quem tem compromisso é Prefeito, é Governador. Eles não são, como dizem aí, falcatuas. São todos idealistas, sonhadores, doidos como eu. Peguei aquele dinheiro e o fiz multiplicar. Depois disso, nunca mais foram enviados recursos para o meu dinheiro. Arrumaram até a Sudene porque as empresas... Se um Governador não pode fazer o que é certo e honesto, ou seja, multiplicar... O fato é que mandei tapar os buracos por R\$55 mil o quilômetro.

Outro erro dos senhores. Os senhores já foram ao dentista, não? Sou médico. Quando vamos ao dentista, faz-se um mapa das cáries. Então, tem-se que se ver o sistema e não apenas consertar. Os empresários estão na deles, já que empresa é para ter lucro. Entendo isso porque meu pai e meu avô eram empresários. Sou médico e senador e vesti a camisa dos organismos públicos. Se é necessária a recuperação de 20km, e desses, 18 estão em bom estado e dois em estado crítico, os empresários recuperam logo todo o trecho. E daí? É preciso resolver o problema de maneira diferente. Fazendo um paralelo com os dentistas, cada obturação poderá ser um buraco.

Quero dizer que fazia isso porque sabia que teria um pouco de dinheiro para fazer estrada. Se R\$160 mil eram para recuperar estradas, quanto seria para fazer? Eu jogava, peguei o dinheiro do Prodetur todo e fiz estrada, e convidei os senhores, a R\$70 mil o quilômetro. Como disse o Camata, homem experiente também, que foi Governador. Setenta mil reais o quilômetro, no litoral do Piauí. Há uma paralela que vai de Teresina a minha cidade, e o povo circula é por ela, e não pela federal que está acabada. Portanto, isso é para ajudá-los e para eu não esquecer o nome dos senhores, como esqueci o do Odacir Klein, porque ficou só naquela viagem.

Em agosto de 1950, muitos não tinham nascido, mas eu tinha. Vi Getúlio Vargas na praça Nossa Senhora das Graças, na minha cidade, Parnaíba. Foi de lá que saiu o movimento que expulsou os portugueses do Norte que queriam fazer daquela Região o país Maranhão. Quando vi Getúlio Vargas, eu tinha oito anos e, às dez horas da manhã, na praça, ele dizia: "Se eleito for, farei o Porto de Amarração". É hoje Luiz Correa, nome do meu tio. De lá para cá, Ministro João Paulo Reis Veloso, sei que se gastaram US\$100 milhões e faltam US\$10 milhões. Sei que hoje a situação é complicada, porque o transporte marítimo seria um transporte para longa distância e cargas pesadas. O tempo passou, e hoje estamos no meio de dois grandes portos, mas não pode um investimento de

100 milhões já empregados ficar parado, quando faltam 10 milhões. Foi esse um dos motivos pelo qual combati o último governo, mostrando que o dinheiro chegava em cartas marcadas, muitas vezes para o desnecessário, fazendo dos governantes verdadeiras rainhas da Inglaterra. Os governadores e os prefeitos são gente boa, têm compromissos iguais aos nossos com o povo, são os frutos daquilo que é importante, o voto.

Essas são as minhas palavras. Vejam o Porto de Luiz Correa e estaremos dando uma grande contribuição para o Brasil, já que, dos 70 milhões de cerrado do País, o Piauí tem 11 milhões, 3 milhões do lado do rio Parnaíba, que, quando eu era infante, criança, vi ser navegado. Há um grande romance laureado **Beira Rio, Beira Vida**, do escritor Assis Brasil. Isso tudo foi acabado. Estas são as palavras, e quero dizer e quero crer que o tempo passa rápido. Lá se foi um doze avos, e tem que ter obra. Vão lá falar com o Presidente da República, ele é gente boa, votei nele, é afável, e digam que o Mão Santa diz que vamos ter que comer é cru mesmo, porque o povo está é morrendo com as estradas destruídas do Piauí e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, o conselho foi muito importante, sem dúvida. Passo a palavra ao próximo inscrito, Senador João Ribeiro, que agora é o último.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, quero agradecer V. Ex^a pela deferência porque realmente cheguei atrasado. Infelizmente, aqui na Casa temos muitas comissões funcionando simultaneamente.

Quero cumprimentar V. Ex^a e também os novos diretores do DNIT, sobretudo o nosso Presidente, Dr. José Antônio Silva Coutinho e, em nome dele, cumprimentar os demais diretores e dizer que nós, do Tocantins – o Senador Leomar já usou da palavra –, estamos prontos para ajudar.

Vim para o Senado recentemente, assumi o mandato dia primeiro de fevereiro, já era Deputado Federal por dois mandatos e já vou começar fazendo cobrança porque diz o ditado popular que "quem casa com a viúva tem que assumir os filhos".

Portanto, os problemas que vieram de governos passados, infelizmente os novos diretores terão que herdar e procurar resolvê-los. O problema maior que temos é a nossa espinha dorsal que é a rodovia Belém-Brasília. Já estivemos com Ministro, toda a Bancada compareceu. Já fizemos pronunciamento cobrando isso. De segunda-feira para terça-feira ou de terça-feira para quarta-feira – não tenho certeza –,

houve uma paralisação na rodovia Belém-Brasília, no trecho entre Guaraí e a cidade de Araguaína. Os caminhoneiros, os proprietários de veículos e a população paralisaram a rodovia por um período de quase 12 horas. Já é a segunda ou terceira vez que isso acontece. Infelizmente, isso não é bom.

Cumprimentando V. S^{as}, gostaria de dizer que os problemas serão imensos. Não vamos prolongar muito, devido ao adiantado da hora. O problema da rodovia Belém-Brasília já está sendo resolvido – parece-me que está sendo feito um convênio com o Governo do Estado –, e, ainda nesta semana, de forma emergencial, serão repassados alguns recursos para fazer o tapa-buracos, até que se resolva o problema do Crema, porque uma parte da rodovia já está licitada, e a outra já está em fase de licitação. Então, um paliativo será feito por enquanto, o que ajudará, e muito, porque os problemas são graves.

Isso está ocorrendo não apenas em Tocantins; o Brasil inteiro está assim. Sabemos disso. Além da rodovia Belém-Brasília, há a questão da Ferrovia Norte-Sul, a que o Ministro é simpático. S. Ex^a já nos disse que é prioritária a obra.

Portanto, há o problema da ferrovia. Todo ano, eu, o Senador Leomar Quintanilha e toda a nossa Bancada temos apresentado emendas ao Orçamento da União, para que essa obra tenha continuidade, devido à sua importância. É uma obra de interesse nacional, não apenas de interesse da população tocantinense.

Minha fala é no sentido de cumprimentar V. S^{as}. Sei que terão uma missão árdua pela frente, mas podem contar com a Bancada do Tocantins no Senado e na Câmara. Nosso Estado é privilegiado, porque os três Senadores são da mesma corrente política, como também o são os oito Deputados federais. São somente oito vagas, por isso só oito pertencem à Bancada do Governador. Graças a Deus, o nosso grupo político tem um prestígio muito grande porque trabalhou; se não tivesse trabalhado, não teria elegido toda a sua Bancada.

O Governador Marcelo Miranda sempre nos diz que devemos ajudar o Presidente Lula. Estamos prontos para votar as reformas. Não votamos no Presidente Lula, mas isso não nos impede de ajudar a aprovar as reformas, porque sempre apoiaremos o que for bom para o Brasil.

Tenho certeza de que o Presidente procurou escolher os melhores nomes para comandar o DNIT. Por isso, indicou V. S^{as}. Sabemos que o DNIT, antigo DNER, como disse o Senador Mão Santa, homem de larga experiência na vida pública, tem arrecadação

própria. Portanto, esperamos que as coisas aconteçam mais rapidamente. O Presidente diz que não está com pressa, mas o povo que passa pelas estradas esburacadas está com pressa. O Presidente Lula diz que “a pressa é inimiga da perfeição”, que “o apressado come cru”, mas queremos ver os buracos das rodovias brasileiras tapados e as estradas recuperadas.

Parabéns pela indicação de V. S^{as}! Contem com nosso apoio! O voto já está lá. Esperamos que V. S^{as} possam desempenhar um grande papel para o Brasil e para o nosso querido Estado do Tocantins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a participação do Senador João Ribeiro.

Não há mais oradores inscritos.

Convidaria os Senadores Duciomar Costa e Delcídio Amaral para ajudarem na apuração dos votos. Vamos interromper a reunião por dois ou três minutos, para que os Senadores contem os votos. Depois, voltaremos para oferecer os resultados. (Pausa)
(Suspende-se a reunião e procede-se à apuração dos votos)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos reiniciar a reunião.

Peço aos Srs. Senadores e aos demais presentes, inclusive os indicados, que tomem seus lugares.

Foram apurados os votos. Agradeço aos dois Senadores pelo auxílio prestado.

Vamos anunciar o resultado: o Dr. José Antônio Silva Coutinho obteve 20 votos SIM e uma abstenção; o Dr. Antônio Mota Filho obteve 20 votos SIM e uma abstenção; o Dr. Washington Lima de Carvalho obteve 20 votos SIM e uma abstenção; o Dr. Ricardo Corrêa obteve 20 votos SIM e uma abstenção; e o Dr. Sérgio de Sousa Pimentel obteve 20 votos SIM e uma abstenção.

Portanto, verificamos que houve um resultado bastante importante. É uma responsabilidade muito grande que, de agora em diante, essas pessoas passam a ter, para dirigir um setor tão importante para o País.

Todos nós, Senadores, que demos a V. S^{as} esse voto de confiança, estaremos aqui também para cobrar resultados positivos para a população do nosso País. Nós, que formamos a Bancada da Oposição, em sua grande maioria, votamos favoravelmente, para dar um voto de confiança ao Governo, escolhido pelo povo.

Portanto, declaro aprovados os nomes dos cinco indicados.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, em função da urgência para aprovar os nomes dos eminentes Diretores no Plenário do Senado, há necessidade de pedir urgência nesse processo?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Se V. Ex^a o pedir, podemos aprovar. (Pausa)

Senador, recebo a informação de que já foi pedida a dispensa de interstício.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Estão aprovados os nomes dos indicados. Desejo boa sorte a todos. Esperamos, aqui na Comissão de Infra-Estrutura, junto com os demais companheiros, dar a colaboração necessária.

Convoco a próxima reunião para terça-feira, às 10 horas, com a presença do Ministro dos Transportes.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h32min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 7a. REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA 5ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª
LEGISLATURA REALIZADA EM 29 DE
ABRIL DE 2003 ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas do dia vinte e nove de abril de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) João Batista Motta, Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Geraldo Mesquita Junior, Ideli Salvatti, Serys Shhessarenko, José Maranhão, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Valmir Amaral, Amir Lando, João Ribeiro, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Ana Júlia Carepa, Fernando Bezerra, Luiz Otávio, César Borges, Romero Jucá, Mozarildo Cavalcanti, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Teotônio Vilela Filho e Augusto Bc telho. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta,

Gérson Camata, Sibá Machado e Paulo Octávio. Reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Item nº -01 Audiência Pública com o Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Deputado Anderson Aduato. Assunto: Esclarecimentos e informações sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério dos Transportes. Após a exposição do Senhor Ministro sobre a situação das rodovias federais e outros assuntos relativos a sua pasta, fizeram uso da palavra para tecerem considerações sobre os temas abordados, os senhores Senadores e Senadoras Ideli Salvatti, João Batista Motta, Leonel Pavan, Ramez Tebet, Ana Júlia Carepa, Valmir Amaral, Luiz Otávio, Duciomar Costa, Roberto Saturnino, César Borges, Sérgio Guerra, Valdir Raupp, José Maranhão, Lúcia Vânia e Amir Lando. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Temos aqui a presença do Ministro e temos **quorum**. Creio que podemos iniciar a reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Encaminhamento de audiência pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Esclareço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a pauta desta reunião consta de um único item.

Assunto: Audiência pública com o Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Dr. Anderson Aduato, que abordará assuntos concernentes à sua Pasta, objeto de requerimento aprovado por esta Comissão, de autoria da Sr^a Senadora Ideli Salvatti.

A lista de inscrições para o questionamento ao Sr. Ministro encontra-se sobre a mesa.

O Sr. Ministro terá meia hora para sua exposição e, depois, será aberta a fase de interpelação pelas Sr^{as} e Srs. Senadores, inseridos dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá esse ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao interpelado o mesmo tempo para a tréplica.

A palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido.

Portanto, estamos numa reunião bastante importante da nossa Comissão e a Pasta dos Transportes é uma das mais importantes e, diga-se de passagem, como eu estava dizendo ao Ministro, uma das mais difíceis. Dos setores de infra-estrutura, num País no qual não estão resolvidas as questões de Orçamento, em regra geral, o setor de transporte tem um orçamento bastante inferior às suas necessidades. Portanto, considero muito importante que o Ministro possa expor aqui as suas idéias, para que possamos discutir como iremos conseguir melhorar esse setor tão importante para o aumento da produtividade da economia brasileira.

Passo a palavra ao Ministro, para que possa iniciar seu depoimento.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Eu gostaria de dizer da satisfação de estar no Senado, nesta Comissão. Gostaria de saudar todos os Srs. Senadores, na pessoa do Presidente, Senador José Jorge, e na pessoa da Senadora Ideli Salvatti, que foi autora do requerimento solicitando a minha presença nesta Comissão.

Julguei por bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentar a V. Ex^{as} o mesmo trabalho e a mesma argumentação que apresentei ao Senhor Presidente da República. Nos primeiros dias, ainda no primeiro mês, no final de janeiro ou início de fevereiro, apresentei ao Senhor Presidente da República não apenas a proposta de investimento em transportes, mas considero a situação do Senhor Presidente como a mesma dos Srs. Senadores. São pessoas que conhecem efetivamente o Brasil, mas considere importante que algumas informações complementares, em termos gerais, fossem colocadas. Procurei mostrar, portanto, qual é a infra-estrutura do País, hoje, nos seus diversos modais.

Temos, hoje, de rodovias federais pavimentadas 55 mil quilômetros; e de rodovias federais não pavimentadas, 14 mil quilômetros, que estão espalhados por todo o Brasil.

Temos 26 mil quilômetros de ferrovias; toda a nossa malha ferroviária já passou por um processo de concessões, mas o leito dessas ferrovias continua, ainda, nas mãos da União. Estaremos iniciando, ainda até o dia dez deste mês de maio, um programa de readequação das concessões ferroviárias, exatamente porque elas foram desenvolvidas, primeiramente, pela avaliação dos técnicos do Ministério dos Transportes, com uma certa pressa. Em segundo lu-

gar, levou-se em conta não a tese dos corredores, mas a situação administrativa da Rede Ferroviária Federal. Então, achamos que é fundamental instituir os princípios de corredores.

Portanto, a partir do dia 10 deste mês, maio, iniciaremos um longo programa de readequação dessas concessões. Inclusive o Ministério dos Transportes está à disposição desta Comissão, caso V. Ex^{as} queiram conhecer detalhadamente o que será o programa de readequação das concessões.

Sr. Presidente, contamos com 30 portos marítimos ao longo da costa e 10 portos no interior do País. Temos 27 mil e 500 quilômetros de vias navegáveis, nem todas em perfeitas condições de serem aproveitadas ainda, mas, com investimentos, poderemos perfeitamente colocar toda essa extensão em perfeitas condições de navegabilidade.

Apresentamos, aqui, alguns investimentos absolutamente necessários. O primeiro deles é a construção de eclusas. O que são eclusas? Trata-se de um elevador para fazer com que a barcaça possa transpor os obstáculos.

Há também o balizamento das hidrovias. Os custos, Sr. Presidente, para a construção de eclusas e o balizamento é razoável, bastante substancial, eu diria. A dragagem é absolutamente necessária e também não é tão cara; e o derrocamento também tem um custo pequeno.

Hoje, a matriz de transporte está dividida em: 63% modal rodoviário; 24% modal ferroviário, e em crescimento, e uma absoluta necessidade de ampliarmos esse percentual no setor aquaviário.

Portanto, Sr. Presidente, os problemas existentes são por demais conhecidos. O primeiro deles é a questão da infra-estrutura com padrões deficientes de gestão. Ou seja, temos, no próprio Ministério, uma estrutura organizacional ainda incompatível com os desafios do setor. Por exemplo, nem todas as obras que são contratadas, hoje, têm projeto executivo. Existe apenas o projeto básico. Não tenho dúvidas de que isso que levou, inclusive, a deteriorar a imagem do Ministério dos Transportes, porque temos estrada em Santa Catarina, por exemplo, que era para ser executada com um custo de R\$14 milhões e, no entanto, foram gastos R\$48 milhões. Tanto que o Tribunal de Contas mandou parar ao fazer uma averiguação, porque se constatou que não havia sido concluída sequer a metade da obra. É claro que isso também tem muito a ver com o fato de o Ministério começar uma determinada obra sem o projeto executivo.

Então, essa é uma das mudanças fundamentais sugeridas dentro do Ministério, ou seja, que uma obra só será iniciada após a conclusão do projeto executivo, já que exatamente a falta do projeto leva, naturalmente, a um aumento substancial nos custos e prazos de execução.

Sr. Presidente, eu abordaria uma outra questão, também tão importante quanto essa última, qual seja, a falta de fiscalização. Sabem V. Ex^{as} que após a extinção do DNER, surgiu o DNIT, e eles não conseguiram sequer criar uma estrutura razoável para que a fiscalização de obras. Aliás, solicitamos ao Senhor Presidente da República – e já estamos detalhando nesse programa – a abertura de concurso público para aumentarmos efetivamente essa fiscalização. Enquanto isso, usamos a nossa pouca estrutura. Tanto é que solicitamos o apoio do Exército, além de um convênio com a Caixa Econômica Federal, pelo qual acredito que poderemos ser atendidos pelos fiscais deste órgão, pelo menos neste momento, até conseguirmos – o que seria o ideal – a contratação dos fiscais aprovados em concurso público, com a devida estabilidade. A Caixa Econômica Federal tem um número próximo a 530 fiscais espalhados pelo Brasil que são preparados para fiscalizar obras, embora não sejam especializados exatamente em obras rodoviárias. Acreditamos que, a partir do momento em que o órgão proporcione as devidas condições, rapidamente esses profissionais poderão estar à disposição do Ministério.

Esse convênio será assinado no mês de maio, quando estaremos iniciando nosso principal programa, que será o de recuperação da malha viária do País.

O segundo ponto é a infra-estrutura degradada que eleva o índice de acidentes, o aumento do tempo de viagem e dos custos de operação e transporte. Não temos dúvidas de que o custo Brasil está exatamente na deficiência e na insuficiência da infra-estrutura do País para atender à demanda existente.

Nas regiões desenvolvidas, ocorre a deterioração das condições operacionais. Ou seja, há estradas que deveriam estar duplicadas, mas ainda não conseguimos concluir o processo de modernização da malha viária, e há estagnação das regiões com potencial de desenvolvimento. Podemos citar como exemplo o Brasil central, parte do Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, parte do Tocantins, regiões que têm contribuído muito com o desenvolvimento do País, mas que não têm condições mínimas de escoar sua produção. Há também uma limitação à circulação interna de bens e pessoas porque, em várias regiões

do País, precisávamos ter outras rodovias devidamente asfaltadas.

Citamos vários problemas que apresentamos ao Senhor Presidente. O Senado tem conhecimento da situação de o Ministério dos Transportes ser cobrado por todos com relação à qualidade do sistema de infra-estrutura. É até interessante, mas hoje todos têm consciência de que é impossível o Governo atingir suas metas e seus objetivos, cumprindo, pelo menos, seu principal compromisso de fazer o País crescer sem uma infra-estrutura capaz de sustentar esse crescimento e esse desenvolvimento.

Disse ao Senhor Presidente – e aproveito para falar aos Srs. Senadores – que não resolveremos uma questão tão séria e grave como a demanda reprimida no setor de infra-estrutura do País de uma só vez, no curto prazo. Temos de conduzir nossas ações com medidas de médio prazo, o que representaria um delineamento de diretrizes e medidas a serem implementadas no período compreendido entre 2003 e 2006 – e que tentaremos expressar no PPA – e com medidas de curto prazo, que passariam pela definição de objetivos e metas a serem atingidas no exercício de 2003, visando a assegurar, principalmente, a percepção pela população do início do processo de melhoria das condições das rodovias. É fundamental que, ao final do ano, a sociedade perceba que o Governo, pelo menos, começou a trabalhar no sentido de melhorar a situação viária do País.

Mostramos algumas fotos que demonstram a realidade da maioria absoluta das rodovias do Brasil em todos os Estados.

E óbvio que se os Governos passados não deram o devido valor a uma área tão importante para o País, como o é a área de infra-estrutura. É claro que isso aconteceu em função de dificuldades que os governos anteriores enfrentaram. Vejamos como exemplo o próprio Banco Mundial, uma instituição internacional, para mostrar que o País tinha de estar investindo bem mais do que se investe em infra-estrutura. O próprio Banco Mundial recomenda que países com a dimensão e os problemas do Brasil deveriam aplicar até 3,5%, o que seria perfeitamente aceitável. No entanto, esse quadro mostra que o máximo que o País aplicou, em termos de infra-estrutura, foi da década de setenta até o ano de 1986. De 1945 a 1988, tivemos o Fundo Rodoviário Nacional, mas o ápice dos investimentos foi exatamente aqui, quando o País chegou a aplicar 1,8%. Hoje, estamos com os ridículos 0,2% do PIB sendo aplicados em infra-estrutura. Portanto, esse gráfico demonstra claramente que a falta ou a diminuição dos investimentos causou, natu-

ralmente, a demanda reprimida que temos hoje e que é por demais conhecida, em que a situação das estradas é apenas a parte mais visível do problema.

Sr. Presidente, hoje, no Brasil, temos portos em que os navios só entram quando a maré está alta; em maré baixa não é possível operar.

A partir do momento em que detectamos os problemas, naturalmente tivemos de começar a trazer soluções também. Qual seria o cenário desejado? Seria o País ter uma infra-estrutura capaz de atender com eficiência a demanda decorrente do crescimento interno e do comércio exterior; permitir a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração econômico-social de toda a América do Sul; e a redução do custo Brasil. Isso seria extremamente importante para economia do País e iria estimular a participação dos modais hidroviário e ferroviário, proporcionando maior utilização da intermodalidade e, em bom português, retirar o máximo de caminhões das rodovias; utilizar os sistemas mais baratos de transporte; e apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo, em que a existência de infra-estrutura é também fundamental.

As diretrizes para materializar esse cenário seriam desenvolver e implantar métodos, procedimentos, critérios e rotinas para uma eficiente gestão. Aqui, apresentamos a questão dos projetos, que consideramos fundamental, e a questão da fiscalização, também fundamental, entre outras ações que, no decorrer do caminho, iremos colocar também. Assegurar a execução de um programa permanente de recuperação e manutenção das rodovias federais é essencial.

Vamos falar, um pouco mais à frente, a respeito do nosso programa, que é absolutamente correto e necessário para o País, mas que não tem fim. Tem início, mas todos os anos o País tem de trabalhar no sentido de recuperar e manter as suas rodovias.

É preciso adequar e duplicar segmentos rodoviários em áreas críticas, com alta densidade de tráfego; construir trechos rodoviários em áreas com potencial de expansão econômica – citamos aqui a situação do chamado Brasil Central, dos Estados federados que fazem parte do Brasil Central; implementar as vias de ligação com os países vizinhos, construir ferrovias em áreas com grande concentração de carga; melhorar as condições operacionais das hidrovias interiores; e, por fim, fazer a alteração da matriz de transportes.

Colocamos como meta para esses quatro anos a restrição, ou seja, mexer na base e na superfície – pegar os trechos onde não há mais condições de se

fazer operação tapa-buracos, em que a malha já foi degradada na sua base, na sua sub-base.

O Ministério está desenvolvendo uma recuperação mais simples e um programa bom, com a manutenção terceirizada. Tira-se a construtora da condição de sócia do buraco para torná-la sócia da solução: no momento em que ela recupera as estradas, é obrigada a fazer a manutenção em um prazo determinado. A construtora é a primeira a se preocupar em fazer bem feito, porque é ela a responsável, sob todos os aspectos, pela manutenção durante certo tempo.

Nos programas financiados pelo banco e pelos órgãos internacionais, esse prazo é de cinco anos. Estamos desenvolvendo um programa próprio, com recursos do Tesouro, em que a construtora seria responsável pela obra durante, pelo menos, três anos. A conservação deve ser algo permanente, todos os anos precisamos fazer um serviço de conservação, que é mais simples.

Atingindo aquelas metas, teríamos condições de sair da situação existente hoje, em que 40% das rodovias são ruins, 30% são regulares e apenas 30% estão em boas condições. Em 2006, conseguiríamos colocar 70% das nossas rodovias em bom estado de conservação, 25% em situação regular e apenas 5% estariam em condições ruins. Seria uma mudança fantástica. Estaríamos modificando, e muito, a situação das rodovias construídas.

Sugerimos ao Senhor Presidente da República uma ampliação da infra-estrutura. Mostramos a Sua Excelência a absoluta necessidade de mantermos o que já existe – isso é o óbvio: primeiramente devemos cuidar do que já está pronto. No entanto, não podemos apenas pensar em reformar, nesses quatro anos de governo, o que está estragado. É fundamental haver um mínimo de ampliação.

Pelos dados analisados, fica claro que não se trata de um programa ambicioso: é um programa absolutamente necessário. Isso seria o mínimo do mínimo que o governo poderia fazer nos próximos três anos e meio. A ampliação mínima visa aumentar em apenas 1.250 quilômetros as ferrovias; implementar em torno de 1.120 quilômetros de hidrovias – com a construção de duas eclusas atingiríamos essas metas –; ampliar e recuperar sete portos, ou seja, dos trinta portos existentes, escolheríamos os sete mais estratégicos para o País e realizaríamos tudo aquilo que precisa ser feito tanto em termos de ampliação como de recuperação de portos. Assumiríamos claramente que o País não teria condições de fazer tudo que é necessário nos seus trinta portos, mas faríamos um trabalho muito bom nos sete portos destacados,

dando todas as condições para que o País possa utilizá-los plenamente. Construiríamos apenas 4.260 quilômetros de rodovias – essa é também uma meta extremamente modesta –, e a duplicação seria de aproximadamente 2.110 quilômetros.

Como mostramos, em muitas estradas do norte do País, há ainda pontes de madeira. É necessário construir novas pontes, pelo menos, de cimento – a nossa programação prevê cerca de 4.000 metros de pontes.

Apresentamos ao Presidente da República o trabalho que deveria ser feito na elaboração de projetos. Informamos que não começaremos obra nova sem projeto. A implantação de trens turísticos estaria prevista naquela quilometragem estabelecida. Enfim, essas seriam as ações para se atingirem as metas.

Denominamos obras emblemáticas tanto aquelas a serem construídas como aquelas a serem duplicadas. O próprio nome já as simboliza. Portanto, trata-se de obras absolutamente necessárias para o País que estamos buscando. Refiro-me à ampliação da Norte-Sul; à construção da perimetral do Porto de Santos; à ampliação do cais do Porto de Paranaguá – aliás, o noticiário tem mostrado quilômetros e quilômetros de fila de caminhões carregados de soja e sem condições de entrarem no porto, demonstrando urgência na ampliação do cais do Porto de Paranaguá e de outros, inclusive –; à construção do ferroanel em São Paulo, porque, se em cinco anos não houver uma solução nesse sentido, teremos problemas de transposição de cargas, oriundas de vários Estados rumo ao Porto de Santos; à construção de duas eclusas, a de Tucuruí e a de Lajeado, no Tocantins, que também fazem parte desse processo.

Temos, aqui, outra relação de obras emblemáticas: a BR-101/Nordeste, que vai de Natal a Feira de Santana, fundamental para o incremento do turismo; a 101 Sul, de Florianópolis até Osório; e a da Avenida Brasil, além de duas outras obras muito importantes no Rio de Janeiro – esta é uma, mas temos outra também –: o Porto de Sepetiba, extremamente importante em termos futuros para o País. É fundamental avançarmos nessas duas obras no Rio de Janeiro também.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Ministro, creio que é importante esclarecer que se as eclusas estão incluídas nessa questão emblemática.

O SR. ANDERSON ADAUTO – São as duas eclusas. Só as duas eclusas, Excelência.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Para mim, não havia ficado claro, Sr. Ministro.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Inserimos, aqui, outras obras também importantes, diria que talvez as mais importantes em curto prazo. Refiro-me exatamente à de Santa Helena até Santarém, a 158, de Ribeirão/Cascalheira até Vila Rica e Sapezal/Comodoro.

Estive no Mato Grosso. Sou do Triângulo Mineiro. No início da década de 80, fui Secretário de Indústria e Comércio na minha cidade, Uberaba. Naquela época, começou a substituição do gado zebu pelos grãos. Ousamos fazer algumas projeções e fomos vencidos em todas. A agricultura respondeu muito mais do que esperávamos. Portanto, a meta de Mato Grosso é, dentro de dez anos, produzir o que o Brasil todo produz hoje em termos de grãos. E não tenho dúvida de que vão conseguir atingir seus objetivos. Mas é fundamental que o Governo os auxilie a ajudar o Brasil. É absolutamente necessário que algumas obras de infra-estrutura sejam feitas naquela região.

Por fim, há outras obras também – e citamos estas duas como exemplo –, de integração continental.

O Senado e todo o Brasil acompanharam o processo. O Presidente Lula intensificou este mês o contato com os Presidentes da América, exatamente para que conheçamos o projeto de cada um e possamos estabelecer as nossas prioridades no sentido de promover efetivamente uma integração do Brasil junto aos países da América do Sul. Nós consideramos essas duas obras muito interessantes.

Então, falamos dos problemas e das soluções, com os pés-no-chão, de obras absolutamente necessárias. Fechamos esse conjunto de obras com algo em torno de R\$22 bilhões, dos quais R\$5,4 bilhões seriam destinados à recuperação e manutenção da malha rodoviária e o restante para fazermos todas essas ações, no sentido de mudar a feição da infra-estrutura do País.

Dissemos também que, obviamente, o Governo Federal não tem como avançar sozinho sem trabalhar em conjunto com os Governadores, os Senadores e Deputados. Então, os Governos estaduais e o Congresso Nacional têm suas prioridades. Da mesma forma que apresentamos obras que são emblemáticas para o País, dentro de cada Estado existem obras que são emblemáticas e absolutamente necessárias naquelas Unidades da Federação. Há, também, a questão regional. Existem obras muito importantes que o Parlamentar, por meio de sua ação, de sua representatividade natural, sabe da necessidade. Então, as obras de interesse de Governadores e dos

Srs. Parlamentares chegariam a um total de R\$35 bilhões.

Não podemos fazer como no PPA passado, onde constataríamos esses valores e colocamos que algo em torno de R\$14 bilhões viriam da iniciativa privada. Não temos condições de pensar nisso.

A solução que apontamos, que já foi votada e articulada dentro do próprio Congresso Nacional, por unanimidade – acredito que pela sensibilidade natural dos Srs. Parlamentares que conhecem por demais essa realidade –, foi a de aumentar um pouco mais a carga tributária no País e conceber a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Na nossa avaliação, a Cide é a nossa alternativa, e tenho colocado isso de forma muito clara para o Governo, com toda a oposição, naturalmente, da área econômica. Nenhum Secretário de Estado, nenhum secretário municipal de fazenda e muito menos os Ministros são favoráveis à vinculação de recursos.

A situação da malha viária do País precisa, em primeiro lugar, de planejamento de médio prazo ou não teremos condições de avançar sobre essa triste realidade da infra-estrutura do País. Por exemplo, na BR-101 sul precisa ser feita uma obra extremamente necessária. Como vamos autorizar o início dessa obra este ano, se não conheço os recursos que teremos no segundo semestre, efetivamente? E todo ano é assim.

Então, é absolutamente necessário que haja recursos vinculados e contínuos. O País tem que saber quanto tem, nos próximos cinco anos, para a infra-estrutura. Não tenho dúvida em dizer aos Srs. Senadores o que disse ao Senhor Presidente da República: se não agirmos com a seriedade devida, que o setor exige, não teremos um horizonte daqui a quatro anos. O Governo não consegue ampliar, nem modernizar e muito menos cuidar do que já está pronto. Prova disso é a realidade em que se encontram as estradas brasileiras.

Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar cinco pontos antes de concluir meu pronunciamento. O primeiro deles é o programa de recuperação das rodovias brasileiras. É um plano realmente ambicioso e absolutamente correto para a necessidade atual do País. Temos dificuldade de toda ordem, mas temos que começar fazendo algo: cuidando daquilo que já está pronto. A nossa primeira obrigação é cuidar do que está pronto.

Estamos conversando sobre o programa com o Presidente, que está sensibilizado. Percebo uma vontade pessoal de Sua Excelência em fazer com que o seu Governo avance sobre essa necessidade pre-

mente que o País tem de recuperar a sua malha viária.

Temos como meta, dependendo ainda de alguns acertos com a área econômica, perfeitamente possível de ser atingida, recuperar, em 2003, algo em torno de dez mil quilômetros, ou seja, iríamos pegar os piores trechos do Brasil, aqueles trechos mais importantes, onde há o maior fluxo de veículos, e resolver o problema. Quer dizer, faríamos tudo aquilo que precisa ser feito em dez mil quilômetros de malha viária este ano. Então, a sociedade brasileira iria perceber que o Governo estaria efetivamente começando a cuidar desse grande patrimônio. No ano que vem, teríamos condições de cuidar de dezoito mil quilômetros e, no ano de 2005, de mais dez. Assim, teríamos condições, em três anos, de cuidarmos de trinta e oito mil quilômetros, de fazer aquilo que nunca se fez, que é um trabalho extremamente bem-feito, mexer na base, na sub-base e não fazer uma maquiagem. Enfim, fazer o que realmente precisa ser feito.

O mais importante – eu gostaria de deixar esses dados com os Srs. Senadores – é que o nosso patrimônio de infra-estrutura, principalmente na malha viária, está orçado em torno de R\$ 645 bilhões. Se tivéssemos que fazer de novo o que está pronto, começando do zero, precisaríamos de aproximadamente R\$ 645 bilhões. O nosso programa de recuperação, que se aproxima de R\$ 6 bilhões, é algo em torno de 0,84%, portanto, é extremamente razoável. Estamos pedindo menos de 1% para salvar o grande patrimônio nacional que são as nossas estradas. É muito pouco.

Segundo ponto, o nosso esforço real para dotar o órgão de condições razoáveis de fiscalização. Entendemos isso como algo absolutamente necessário. Sou também Parlamentar e entendo a situação de um Ministério extremamente complicado. Temos a obrigação de cuidar dos recursos públicos. Se definirmos uma obra que vai se realizar em um Estado longínquo, por dever de consciência, de moral, e de segurança, é preciso fiscalizar como aquele recurso está sendo aplicado na ponta.

Disse a V. Ex^{as} que reconheço a fragilidade atual e é exatamente por isso que estamos buscando o apoio do Exército e da Caixa Econômica Federal. Outra coisa fundamental é que não adianta recuperar as estradas e não colocar balanças. Temos que ter um programa de balanças. O Presidente da República nos autorizou a desenvolver um programa de balanças dentro do ideal, que seria um sistema digital que tivesse um mínimo de participação da mão humana, para se poder diminuir ao máximo o processo de cor-

rupção do qual somos conscientes que existe nas estradas brasileiras.

O quarto ponto, o nosso segundo programa de prioridade: concluir as obras inacabadas. Essa ilustração que está aí serve para demonstrar a absoluta necessidade de termos esse programa como uma prioridade. Essa ponte foi concluída, aquela outra parte, no vão central, está 97% pronta, mas não adianta nada, pois as pessoas estão utilizando barcas para atravessar o rio. Essa ponte está na divisa entre Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, em Porto Alencastro, e foram gastos nela R\$ 100 milhões, faltam ainda aproximadamente R\$ 4,5 milhões. A conclusão de obras inacabadas é também outra prioridade, e deve ser feita, naturalmente, com critérios. Dessa forma, nosso primeiro critério seria concluir obras 70% já executadas. Devemos trabalhar no sentido de concluir todas as obras públicas inacabadas que incomodam as pessoas em rodovias e regiões metropolitanas (viadutos, pontes, etc.). Essa deve ser a segunda prioridade do Ministério.

Os dois últimos pontos. Em primeiro lugar, restos a pagar. Confesso a V. Ex^{as} que ainda não conseguimos chegar a um acordo com relação aos restos a pagar. Recebemos uma herança de 650 milhões executados. Não há o que discutir. São obras já iniciadas. Fizemos uma primeira proposta aos empresários do setor, que não a aceitaram. Uma decisão deve ser tomada em, no máximo, uma semana, pois, apesar das ordens de serviço dadas para a recuperação de rodovias, muitas das empresas não se mobilizaram exatamente em função dos restos a pagar.

Cientes da situação, nossos limites autorizados são de aproximadamente R\$744 milhões. Devemos R\$650 milhões. Se pagarmos o que devemos, não realizaremos nada de novo. Portanto, estamos naquela situação em que eles querem receber e nós queremos fazer novas obras. E temos necessidade de avançar. Apesar das dificuldades, buscamos uma opção interessante, que vai nos permitir fazer, em primeiro lugar, uma economia muito grande, e, em segundo lugar, proporcionará condições de trazer novas tecnologias para as rodovias, por intermédio de um contrato com a Petrobras. Vamos retirar o material betuminoso do contrato com as empreiteiras, e vamos fornecer esse material.

Ao concluir, Sr. Presidente, creio que não é lógico uma estatal, que é do povo brasileiro, produzir um insumo básico que não passa da casa de 1,5% dos negócios. Ou seja, o asfalto representa, no máximo, 1,5% dos negócios da Petrobras. Essa é a realidade, por um lado. Por outro lado, há a situação das estra-

das no Brasil, que todos conhecemos. Acredito muito nas coisas razoáveis. O que tem princípios de razoabilidade tem efetivas condições de avançar. Portanto, entrei em contato com a Diretoria da Petrobras. Comuniquei o fato ao Senhor Presidente, que deu a determinação de avançar, e conseguimos avançar tecnicamente. Na próxima semana, com a participação direta do Senhor Presidente da República e da Diretoria da Petrobras, estaremos fechando o contrato.

Por que é econômico? Primeiro, porque a Petrobras vende para a distribuidora. A distribuidora vende para o empreiteiro, que, naturalmente, desconhecendo o que pode acontecer em termos econômicos, já que o custo é formatado em dólar, trabalha com uma margem de segurança. Acima da margem de segurança, no material betuminoso que vende para o Ministério dos Transportes, que está incluído no custo total da obra, acrescenta um BDI de 35%. A partir do momento em que compramos diretamente, temos condições de comprar com descontos. Portanto, compraremos com desconto. Ainda não posso informar o percentual de desconto. Mas será uma compra com desconto, porque seremos um grande comprador. Segundo, a partir do momento em que retiramos o material betuminoso, retiramos a intermediação e retiramos também o BDI de 35%, que é algo concreto. No programa de recuperação das rodovias, o material betuminoso significa 40% do todo. Só com a retirada do BDI, temos uma economia real de 11%. Se o nosso programa é de quase R\$6 bilhões, temos, apenas nesse ponto, uma economia de aproximadamente R\$1 bilhão. A partir do momento em que temos os descontos, podemos chegar a um número bastante razoável. Não vou adiantá-lo agora, exatamente, porque ainda não temos as bases todas acertadas, mas acredito na possibilidade de elaborar esse programa com uma economia bastante razoável.

O principal é que a Petrobras desenvolveu algumas tecnologias que não foram assimiladas ainda pelo DNIT, mas que já o foram pelas empresas que receberam as rodovias em processo de concessão. Todas as rodovias cuja responsabilidade de manutenção cabe àquelas empresas empreiteiras já estão utilizando essas novas tecnologias, desenvolvidas pela BR Distribuidora. Então, esse programa nos permitirá uma economia. Além disso, a Petrobras, entendendo as dificuldades de caixa do Governo, está disposta a dar um prazo de pagamento de aproximadamente 300 dias.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, para atingirmos as metas deste ano, o custo desse material betuminoso seria algo em torno de R\$480 milhões. Nós pode-

mos ampliar aqueles limites autorizados pelo Decreto nº 4.591, de 2003, que nos limitou em apenas R\$744 milhões. Nós já teríamos outros R\$480 milhões agregados, que nos permitiriam atingir a meta, anteriormente definida, de 10 mil quilômetros de estradas recuperadas no ano de 2003. O ideal seria que pudéssemos consertar todas as estradas já no primeiro ano, mas 10 mil quilômetros já seria uma meta bastante razoável.

Sr. Presidente, são essas as minhas observações iniciais. Estou disposto, agora, a responder a qualquer questionamento.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Sr. Ministro. Agradecemos a importante exposição que V. Exª fez, que permitirá uma discussão muito produtiva nesta Comissão.

Para não perdermos mais tempo, concederei a palavra à primeira Senadora inscrita. Antes, porém, pediria a todos os Senadores que, sempre que possível, cumprissem o Regimento quanto à utilização dos cinco minutos, porque há 14 Senadores inscritos. Como sabemos que outros sempre se inscrevem durante o debate, penso que, se cada um cumprir o Regimento, a reunião correrá mais rapidamente, todos poderão falar, e os primeiros não serão privilegiados.

Concedo a palavra à primeira oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento.

V. Exª tem a palavra por cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Sr. Presidente.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Ministro Anderson Adauto pela gentileza do comparecimento, mas também pela maneira como expôs todas as metas e dificuldades e a maneira como o Ministério está organizando-se, para implementar, na sua área, o Programa do Governo Lula. Gostaria também de dizer que fui autora dos requerimentos, nesta Comissão, para a vinda da Ministra Dilma Rousseff e de V. Exª, porque estou convencida – os números que V. Exª apresenta, de forma inequívoca, deixam-nos ainda mais convictos – de que não é possível que este País volte a crescer na perspectiva que temos colocado, ou seja, voltar a crescer para poder distribuir renda, gerar empregos –, se não for investido em infra-estrutura. Ou seja, são as duas condições **sine qua non**. Ninguém faz investimento, ninguém investe se não tiver garantia de energia e de escoamento de sua produção.

Por isso, tivemos a preocupação de que tanto a Ministra Dilma Rousseff como V. Exª pudessem comparecer à Comissão de Infra-Estrutura do Senado,

exatamente para podermos abrir o debate, saber das dificuldades, entender os propósitos, as metas delineadas e o que está sendo realizado.

Quando digo que não há possibilidade de haver crescimento sem investimento em infra-estrutura, o gráfico apresentado por V. Exª sobre os maiores índices de investimento em infra-estrutura de transporte no Brasil coincide com a época em que o Brasil teve os maiores índices de crescimento do PIB. Depois, começamos a entrar nas décadas perdidas, de 80, de 90, quando o investimento foi praticamente reduzido a patamares ridículos, como ocorreu agora no último período, inclusive no último ano.

Então, Sr. Ministro, eu gostaria de fazer alguns questionamentos, até para V. Exª poder detalhar melhor.

No Governo anterior, como V. Exª mesmo disse, trabalhava-se com uma perspectiva de parceria com a iniciativa privada da ordem de 14 bilhões. Isso estava ligado às concessões. Então, gostaria que V. Exª detalhasse como o Governo está encaminhando o tema, porque há concessões já feitas, em execução, sendo cobrado o pedágio, há processos em andamento, em discussão sobre se serão implementados ou não, e precisaríamos de uma posição mais clara de como é que o Governo pretende encaminhar isso.

A segunda questão é sobre financiamento internacional. Como estão as negociações com as instituições internacionais que trabalham com financiamentos de obras públicas no Brasil, especialmente o BID? E aí V. Exª não precisa deixar de... V. Exª sabe muito bem que temos todo o interesse na questão da BR-101, trecho sul, que depende desse financiamento pelo BID, até porque o edital de licitação foi feito pressupondo-se financiamento internacional, e o contrato acabou não sendo assinado. Desde o início do Governo, estamos trabalhando com essa retomada das negociações para assinar o contrato de financiamento. Portanto, eu queria ter um panorama sobre as negociações com as instituições internacionais de financiamento, especialmente com o BID.

A terceira pergunta é com relação à Cide. Quais são as perspectivas sobre essa contribuição? Sabemos que há divergências sobre o tema. A equipe econômica resiste em fazer a vinculação. Sei também que V. Exª conversou com o Presidente da República, e o seu relatório aqui trazido é exatamente sobre essa exposição. Então, eu queria entender melhor o assunto, porque, nas conversações do Presidente com os Governadores e até mesmo na proposta da reforma tributária a ser encaminhada amanhã ao Congresso Nacional, há uma reivindicação dos Governadores

dores para que uma parcela da Cide seja repassada aos Estados. Isso estará vinculado ou não à transferência para manutenção das estradas, por meio da votação daquela medida provisória? Gostaria de saber se há alguma discussão em relação a isso.

Por último, sabemos que o Ministério de Transportes, por envolver recursos vultosos, sempre teve muitas questões ligadas à corrupção. O Tribunal de Contas da União apontou que o Ministério era uma das áreas nevrálgicas de Governo em termos de corrupção. Sabemos também que as empreiteiras, muitas vezes, agem formando verdadeiros cartéis, um acertando o preço com o outro. Gostaria de, se possível, ter um esclarecimento sobre como o Ministério está enfrentando o combate à corrupção, ou seja, como poderemos ter garantia de que os contratos estarão sendo cumpridos nos preços estabelecidos, sem desvios ou superfaturamentos – as coisas usuais que temos acompanhado.

Essas seriam as quatro questões que gostaria de ver esclarecidas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos à Senadora Ideli Salvatti. Passamos a palavra ao Ministro, que também dispõe de cinco minutos para responder as quatro questões.

Gostaria de chamar, a pedido do Ministro, para fazer parte da Mesa conosco, o Dr. Antonio Mota, diretor do DNIT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, sei que depois da fala do Ministro terei direito a mais dois minutos para a réplica, mas não vou mais falar. Então, gostaria de dar também todo esse tempo para que S. Ex^a possa responder as quatro questões que fiz.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Sr^a Senadora Ideli Salvatti, quanto à primeira questão sobre as concessões, o processo já está estudado. Estamos tornando públicas as modificações no sistema de concessões ferroviárias, como disse anteriormente; iniciamos também o programa de concessões rodoviárias e de transporte intermunicipal de passageiros – este ainda no mês de maio e, em junho, estaremos iniciando a discussão do modelo de concessões.

Devemos essas definições aos órgãos internacionais. Uma das dívidas que temos para com esses órgãos é a definição do processo de manutenção daquelas rodovias já duplicadas. O Governo anterior disse no momento em que fez os contratos que concederia a exploração à iniciativa privada.

Entendemos que o processo de concessões precisa de um modelo por parte do programa de Governo. Estamos, então, no início de junho, apresentando esse modelo do Governo, com uma preocupação muito grande com relação às tarifas. No Paraná, apenas para se ter uma idéia, o mote do processo eleitoral foi exatamente com base nas concessões da tarifa de pedágio. No Estado de São Paulo, há algumas reclamações também sobre o custo do pedágio – então, essa é uma preocupação nossa.

A situação da malha viária, que hoje é ruim, é um componente importante no chamado custo Brasil. Dessa forma, se o processo de concessões não for feito com os devidos cuidados, para termos valores razoáveis de pedágio, poderemos ter boas rodovias, mas o custo do pedágio é um componente expressivo no custo Brasil.

Estamos iniciando a discussão sobre as concessões muito nessa lógica, lembrando que não é apenas aquele eixo rodoviário que está sendo concedido. Podemos, tranqüilamente, dar uma dimensão maior ao processo. A discussão será iniciada ainda no mês de junho e será tornada pública. E, obviamente, por uma concepção natural de todas as ações mais importantes do Governo Lula, que se propõe democrático, naturalmente passaremos por uma longa discussão com a sociedade civil trazendo todos os diretamente interessados, ou seja, aqueles que de fato utilizam as rodovias do Brasil.

O segundo questionamento foi sobre as negociações com as instituições internacionais. Para negociarmos bem, temos que resolver alguns problemas pendentes. Um deles está no trecho que vai de Belo Horizonte a São Paulo, a BR-381, e também na BR-116, que vai de São Paulo a Curitiba. Temos grandes problemas pendentes nessas duas rodovias.

Quanto à segunda prioridade do Governo Lula, a conclusão de obras inacabadas, sob todos os aspectos, essas duas obras, esses dois corredores – que considero os mais importantes do Brasil – entram com total prioridade. O Presidente Lula já solicitou que ultimássemos os entendimentos com os DERs estaduais, que foram obras delegadas, tanto com o DER de São Paulo quanto com o DER de Minas, numa negociação com as empresas, para que possamos concluir essas obras. Ficaria fora dessas negociações apenas a Serra do Cafezal, entre São Paulo e Curitiba. Com relação a todas as obras complementares e os compromissos que temos com os órgãos internacionais, o Presidente Lula quer, talvez neste ano, cumprir se não tudo, pelo menos grande parte.

A partir do momento em que abrimos as definições dos processos de concessões e que cumprimos com os compromissos atrasados – para se ter uma idéia, a BR-381 já está 10 anos em construção e de repente, um novo Governo chega e a prioriza de fato, alocando recursos para concluir esses corredores –, trata-se de provas concretas do desejo do Governo em ter uma boa negociação com os órgãos internacionais e continuar a tê-los como parceiros em obras futuras, como é o caso da BR-101 Sul.

As negociações estão indo muito bem com os órgãos internacionais. Estamos cuidando da solução de uma série de pendências: tanto com relação à construção de novos trechos, quanto a esses importantes contratos de recuperação de rodovias. Temos programas que também são financiados por esses órgãos.

Com relação à Cide – faço uma defesa pública dela porque estou defendendo uma questão legal – ela está na Constituição da República, que prevê que os recursos para infra-estrutura deverão ser vinculados. Estamos falando em respeitar a Constituição.

No final do ano passado, ocorreu uma grande negociação que possibilitou a votação de uma série de projetos ao mesmo tempo, no final de dezembro. A Cide foi também objeto dessa negociação. Antes de trabalhar no sentido de defender publicamente essa contribuição, como tenho feito, cuidei de buscar a memória dessas negociações. Busquei a memória junto ao atual Presidente da Câmara dos Deputados, que era o então Líder do Partido dos Trabalhadores naquela fase em que o Presidente Lula já havia ganhado as eleições, mas não tinha tomado posse ainda.

A Cide é absolutamente necessária. Não tenho dúvidas de que, da mesma forma que grandes problemas no ensino básico foram solucionados, exatamente em função da vinculação de recursos, e que também avançamos na área da saúde, em função dos problemas que todos constatamos, não tenho dúvida de que, pela situação da infra-estrutura do País, temos de ter recursos contínuos, permanentes.

A partir do momento em que se definem os valores, não temos condições de ter esses recursos em quatro ou oito anos. Nossa proposta é a de que o Governo, num primeiro momento, comece a investir mais do que os outros Governos anteriores investiram. A partir daí, ele estaria com toda autoridade para propor ao Congresso e à sociedade um plano nacional de infra-estrutura, e teríamos, pelo menos, oito a dez anos para executá-lo. Acreditamos que seja fundamental ter um recurso vinculado, que seria a Cide, e que o Governo proponha um plano nacional de in-

fra-estrutura. Estaria fazendo parte desse plano não as chamadas obras emblemáticas, as metas do Governo Federal, mas que ele deveria obviamente compartilhar com os Srs. Governadores também, fazendo um somatório das obras que são emblemáticas para o Governo Federal e aquelas que são prioritárias em cada um dos Estados, definidas pelos Governadores e pelas respectivas Bancadas.

Feito isso, não há dúvida que iríamos mudar a feição do País. Em bom português, Senadora, seria o Governo levar a sério a situação de infra-estrutura. Confessaria que o problema é grave e que não há condições de resolvê-lo em curto prazo, mas sim em médio prazo. O primeiro passo seria ter os recursos vinculados. Com um valor próximo a R\$5 bilhões por ano, creio que teríamos, num prazo de oito anos condições, de mudar essa feição.

Com relação à corrupção, Senadora, não se pode garantir nada. É pública e notória a situação hoje, os graves problemas que já atingiram o Ministério. Acredito que seja talvez o Ministério da República mais visado quanto à corrupção.

Mas digo que tudo o que um ministro de Estado pode fazer para mudar essa feição, estamos fazendo. Primeiramente todas as licitações estarão na Internet, com todos os editais, de forma clara. É a maneira mais transparente de dizermos ao País o que estamos querendo adquirir e as características de cada aquisição.

Nossa preocupação permanente com um esquema de fiscalização até exagerado nesse primeiro momento, para que o mercado perceba que estamos procurando agir com outros critérios, ou seja, que estamos realmente preocupados com os recursos são aplicados em obras.

Penso que o tempo é quem vai dizer, com as demonstrações diárias, com as demonstrações que continuaremos dar, se vamos conseguir convencer o mercado de que existe um novo momento, uma nova concepção no Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Ministro. Concedemos a palavra ao próximo orador, Senador Leonel Pavan.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Por que não adotamos o critério de ouvir três senadores falar, para, depois, o Ministro responder? Penso que agilizaria...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Se o Plenário considerar que assim fica melhor, não tenho nada a opor.

Então, vamos fazer assim. Vamos ouvir agora três Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan por cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Primeiramente, cumprimento a nobre Senadora Ideli Salvatti, que teve a feliz idéia de convidar o Ministro, para que S. Ex^a pudesse nos esclarecer sobre a situação das rodovias do nosso País.

Cumprimento o Ministro pela transparência de idéias, pela brilhante palestra que nos fez hoje, esclarecendo-nos inúmeras dúvidas. Mas também permita-me, Ministro, cumprimentar a sua equipe, o seu Ministério, o seu Gabinete, que tem nos dado uma atenção muito grande. Por sermos de um partido de Oposição, sempre ficamos um pouco receosos de que poderia haver por parte de algum Ministério alguma retaliação ou atenção indevida aos partidos que apóiam o Governo.

Sou do PSDB, pertencia ao PDT quando Fernando Henrique fez a primeira etapa da duplicação da BR-101, em Santa Catarina, e fazia as mesmas cobranças que faço hoje ao Governo Lula.

Entretanto, os seus funcionários, os seus diretores têm dado uma atenção enorme a todos os nossos pedidos, até por telefone. Cumprimento-o pela sua equipe e pela transparência com que V. Ex^a e o seu Ministério tratam da coisa pública. Por isso, faço aqui justiça ao seu trabalho.

Ministro, seguidamente usamos os microfones do Senado Federal para cobrar. Essa é uma das funções do Parlamentar. V. Ex^a também foi e é Parlamentar – fomos Deputados na mesma legislatura – e sabe que os Municípios e os Estados nos fazem exigências. A situação dos Estados é levada a nós, seus representantes, que temos de cobrar dos Governos constituídos. Não evitamos, em hipótese alguma, usar os microfones, sempre de uma forma respeitável, para exigir a execução dos projetos, com cada Senador reivindicando para seus Estados. Temos feito isso com muita freqüência no plenário, sempre com muito respeito a seu Ministério e a toda sua equipe.

Em visita recente, no início deste ano, em Santa Catarina, percorremos, em um ônibus, de Florianópolis a Criciúma. V. Ex^a presenciou as manifestações ordeiras daquele povo que passou por inúmeros momentos de tristeza com a perda de familiares e de amigos e com prejuízos comerciais. As pessoas fazi-

am manifestações ordeiras e receberam-no com muito carinho, pedindo para que a duplicação da BR-101 tivesse continuidade em função de o edital já ter sido feito. Houve a estipulação de um prazo por V. Ex^a e, depois, de um novo prazo, cujo final, aliás, estamos esperando, para que nós, catarinenses, recebamos uma notícia que nos venha trazer conforto e alegria.

Com toda certeza, é do conhecimento do Ministro que hoje um dos grandes problemas do Brasil está na fiscalização das obras. Quando o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso fez a duplicação do primeiro trecho, do Paraná até Palhoça, essa obra realmente trouxe conforto e alegria imensos aos catarinenses, aos paranaenses e aos gaúchos. Porém, a obra foi mal projetada, mal sinalizada e construída com um desrespeito total ao dinheiro público e, principalmente, aos transeuntes. Ela não tem sinalização. Os acessos são uma verdadeira roleta russa. Faltam viadutos e passarelas. Em determinados pontos, ela parece verdadeiros tobogãs, com água parada. A própria Senadora Ideli Salvatti foi vítima de um acidente, por causa de um dos trechos da rodovia em que havia água parada. A rodovia não tem conservação. Não sei se existe, no contrato com as empresas que executaram as obras, algum compromisso que possa incriminá-las ou obrigá-las a recuperar o trecho norte da BR-101.

Há uma balança em Barra Velha que está paralisada hoje. Por falta de pagamento, não há mais controle das cargas dos caminhões que passam ali, em número de milhares, mensalmente, pela empresa responsável. Agora, a balança está paralisada. Um dos grandes problemas que trazem deterioração e prejuízo às rodovias, criando buracos, é o transporte pelos caminhões de carga acima do peso exigido por lei. Nós que levantamos esse problema inúmeras vezes queremos hoje alertar o Ministro sobre o seguinte: queremos a duplicação da BR-101 no trecho sul. Queremos que se inicie essa obra, porém, também queremos que seja um projeto realizado com competência, com qualidade, com fiscalização. Que tenhamos realmente uma fiscalização do início ao final da obra, e não que sejam colocadas para fiscalizar a obra empresas que tenham ligações diretas com as empreendedoras. É preciso haver fiscalização por parte do Governo, responsabilizando a empresa fiscalizadora, caso a obra venha a ter problemas no futuro. Vi que será terceirizada a manutenção. V. Ex^a disse que seria terceirizado não só o buraco, mas também a fiscalização da obra. Parece-me ter visto isso na transparência.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Não. É manutenção terceirizada, e não fiscalização.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É manutenção terceirizada. Isso vai certamente ampliar o prazo de responsabilidade das empresas. Seria muito importante que isso viesse a ocorrer.

Ministro, eu gostaria de dizer que recentemente inúmeros representantes de entidades e Parlamentares estiveram reunidos no Gabinete do Governador Luiz Henrique da Silveira, que deverá estar hoje aqui. Eles estavam comunicando ao Governador – e eu estava presente – que iriam paralisar a BR-101 definitivamente. Chegou-se a comentar que alguns pescadores queriam dinamitar uma ponte. Isso traria um prejuízo enorme para o corredor do Mercosul, para o corredor principal do nosso turismo, para o corredor principal das nossas safras, da produção das nossas indústrias, já que a BR-101 transporta o carvão e a cerâmica, produto cujo maior exportador é o Brasil. Isso significaria um prejuízo enorme. O Governador pediu para que não procedessem à paralisação porque estaria em Brasília hoje para conversar com o Presidente Lula sobre a BR-101.

Sr. Ministro, sobre as suas declarações quanto ao futuro daquela rodovia, eu pediria que V. Ex^a nos dissesse – já que eles estão nos assistindo pela **TV Senado** ou o farão nas próximas horas em Santa Catarina – quanto tempo teremos de esperar pelo começo da duplicação da BR-101 e o que está impossibilitando o começo da obra.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Eu gostaria de fazer um apelo aos Srs. Senadores para que sejam mais objetivos nas perguntas e que nos atenhamos ao tema estipulado, porque há quase 20 oradores inscritos.

A palavra está agora com o Senador Ramez Tebet, do PMDB.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Sr. Ministros, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou salientar, em primeiro lugar, que não farei as considerações só em meu nome. Estava inscrito o meu colega o Senador Delcídio Amaral, representante do meu Estado, em cujo nome falo também por representação de S. Ex^a.

Sr. Ministro, de maneira geral sabemos que sem receita nada resolvemos. Todavia, há obras que são tão prioritárias, até pelo estado em que se encontram, que se não atacarmos o problema agora, o investimento que se vai fazer no futuro será muito maior do que o que vamos fazer agora.

Eu tenho a minha opinião – e creio que é elemtar – de que deveríamos ter recursos para, em cada Unidade da Federação, ver o que é prioritário e atacar o problema, sob pena de paralisação total, sob pena de um prejuízo muito maior. Refiro-me, por exemplo, à restauração e à conservação de estradas.

Quero aproveitar para dizer que a visita do Presidente da República, durante a Exposição Agropecuária de Campo Grande, e a de V. Ex^a, lá em Paranaíba, na Ponte do Alencastro, que vai unir Mato Grosso do Sul a Minas Gerais, foram de transcendental importância e entusiasmaram a sociedade do meu Estado.

Peço, primeiramente, a atenção de V. Ex^a, em meu nome e no do meu Estado, em nome do Governador, para a Ponte do Alencastro. V. Ex^a esteve lá e viu. Não conheço uma obra de engenharia tão bonita quanto aquela. É uma obra de arte. Importantes há muitas e essa, certamente, também o é. O Mato Grosso do Sul deve aos paulistas e aos mineiros o seu desbravamento. Nossos Estados, Sr. Ministro, precisam unir-se. Trabalhamos nessa obra desde que chegamos ao Senado da República. Ela está quase pronta, faltam 2% para a conclusão. Falta o aterro. O Governo viu, por meio dos olhos de V. Ex^a, que basta fazer o aterro. Os recursos para a conclusão da obra não ultrapassam R\$10 milhões.

O primeiro pedido que a Bancada do Mato Grosso do Sul faz a V. Ex^a é no sentido do apressamento da obra. É incrível, ninguém acredita que venham a concluir essa obra.

Lá perto há a BR-158, rodovia que beneficia uma região enorme. Apenas 68 quilômetros estavam sem pavimentação asfáltica, pois bem, três firmas estão cuidando de sessenta quilômetros da estrada. Uma parte está feita. O que estamos notando? Que as chuvas estão acabando com as estradas, pois não há mais máquinas lá. É um prejuízo enorme. O trecho de Três Lagoas a Selvíria, na BR-158, tem dezoito ou vinte quilômetros pavimentados. A terraplanagem está pronta, mas a estrada está acabando em razão das chuvas e da paralisação do trabalho das firmas.

O Presidente Lula garantiu, na Exposição Agropecuária, o trecho da BR-262, ligando Miranda a Corumbá. Li nos jornais que, inclusive, o Ministério vai fazer uma experiência com relação a essa obra, em vez de usar asfalto vai cimentar. Esse trecho está intransitável também. A BR-262 liga Corumbá à Vitória, no Espírito Santo. O trecho de Mato Grosso do Sul é o mais prejudicado da BR-262, entre Miranda e Corumbá. Depois, há um trecho entre Campo Grande e

Água Clara. De Água Clara a Três Lagoas, minha cidade natal, o trecho está transitável. E há recursos internacionais. Portanto, não compreendo por que esses pontos da BR-262 não são atacados.

Vou agora, Sr. Ministro, abordar como último ponto uma matéria que, sinceramente, mexe com a história do meu Estado: a desastrosa privatização da Noroeste do Brasil, que compunha a Rede Ferroviária Federal no trecho de Bauru, no Estado de São Paulo, a Corumbá. Pois bem, privatizou-se essa estrada. Venceu uma firma denominada Novoeste. Sabe o que aconteceu, Ministro? Acabaram com a estrada. O trem de passageiros, que já não estava funcionando, acabou-se. Ela cortu a BR-262 em um trecho asfaltado. E vou contar uma coisa para V. Ex^a e para a Nação brasileira, porque isso é revoltante! Não estou acusando o Ministério dos Transportes, estou falando de uma privatização mal executada, para a qual não há cobrança das agências, que precisavam olhar isso e esclarecer à Nação brasileira.

Ali, quando passam os trens da Noroeste do Brasil, temos que parar na estrada. Outro dia, alguém me disse: "Nossa Senhora, há quanto tempo eu não via um trem passar pela ferrovia!" Ouvi isso de quem me acompanhava numa viagem. A Novo Oeste, por outro lado, parece que já passou essa concessão para outra empresa. O que há com isso? Os dormentes estão sendo roubados! Roubados! Roubam-se os dormentes. Os trilhos estão sendo deslocados! Onde está a fiscalização de quem de direito? O sonho do Governo de Mato Grosso do Sul, o sonho dos sul-matogrossenses, interpretado pelo Governo, é o retorno a essa rodovia do chamado "trem do Pantanal". O Presidente da República disse que ia determinar ao Ministério dos Transportes um estudo de viabilidade. Jogou com sinceridade, porque, talvez, não tenha condições, do jeito que está, nem se quisesse, de implantar o famoso "trem do Pantanal" agora.

Então, Sr. Ministro, são essas as considerações que lhe faço, em nome do Mato Grosso do Sul, em nome da Bancada, em nome do Senador Delcídio Amaral, que estava inscrito em terceiro lugar e foi gentil comigo, do Senador Juvêncio Cesar da Fonseca. Não tenho procuração do Governador, mas tenho certeza de que clama no mesmo sentido, porque este é o clamor da sociedade do Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Passo a palavra, antes de o Ministro responder, à Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, vou tentar seguir os cinco minutos regimentais.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar a Senadora pela brilhante proposição de trazer o Ministro. Eu gostaria também de dizer ao Ministro, mais uma vez, agora registrando aqui no Senado, na Comissão de Infra-Estrutura, da atenção que o Ministério dos Transportes tem dado aos Senadores e Parlamentares, inclusive da nossa região. V. Ex^a tem demonstrado que o Governo realmente fez uma escolha bastante acertada quando o colocou no Ministério dos Transportes. Isso nos deixa tranquilos.

Eu gostaria de colocar algumas questões.

A primeira é uma confirmação. A rodovia Belém-Brasília, como todos sabem, é uma rodovia fundamental, que liga a região Norte, sua principal cidade, que é Belém, a capital do Estado do Pará, ao centro do País. Na verdade, é uma ligação com todo o País.

Tivemos uma informação de que já seria licitada a recuperação dessa rodovia, a Belém-Brasília. Inclusive, faço uma referência à importância de o Ministro mostrar isso aqui a todos nós, para esta Casa saber exatamente em que condições o Ministro assume um Ministério que tem a responsabilidade de integrar este País pelos diversos modais de transporte e em que condições se encontravam as estradas e rodovias brasileiras quando este Governo assumiu essa imensa responsabilidade. Na verdade, são condições de calamidade pública. O programa **Fantástico**, da **Rede Globo**, mostrou, no domingo, essa situação. É lógico que sabemos que não é possível fazer tudo de uma vez. Então, eu gostaria dessa confirmação.

Sei que essa não é uma situação que não é específica do Ministério dos Transportes, mas, por ser o Ministério dos Transportes um Ministério que trata, basicamente, em boa parte, de obras – essa é uma questão fundamental que já tivemos a oportunidade até de colocar para o próprio Presidente da República –, eu gostaria de dizer que não é possível que se veja este Brasil como uma coisa só. O Brasil não é único. Temos, na região Amazônica, a característica de termos seis meses de chuva e seis de pouca chuva. O pessoal até brinca: são seis meses que chove todo dia e seis meses que chove o dia todo. Então, é impossível fazer obras rodoviárias, terraplenagem, em um período chuvoso porque se está jogando fora dinheiro que não é nosso, é público. Sabemos como é muito mais caro, muito mais complicado fazer obras durante as chuvas. Acho que o Governo deve ter cui-

dado com a liberação dos recursos, porque eles acabam chegando no final do ano, quando já vai começar o período chuvoso.

V. Ex^a nos atendeu muito bem, a todos os prefeitos da região da BR-163, que é a Santarém/Cuiabá e também a Transamazônica. Essa rodovia tem 30 anos e está intransitável. Sei que o Ministério já liberou os recursos em caráter emergencial para que ela se torne transitável, mas eu não vi aqui registrada – inclusive folheei novamente – a Rodovia Transamazônica, pelo menos para que ela se torne transitável.

Vi o Senador Leonel Pavan falar e fiquei feliz. V. Ex^a disse que era do PDT – fomos colegas na Câmara Federal –, passou para o PSDB, e tenho certeza de que, com várias obras, nós ainda temos chance de tê-lo no PT um dia. Estamos brigando pela duplicação na nossa região. Sabe V. Ex^a que o Pará é o Estado que tem menos rodovias pavimentadas do Brasil. Muitas precisam de recuperação para se tornar transitáveis.

Outra situação com a qual eu não me conformo como amazônida diz respeito ao transporte aquaviário, que é muito mais barato. Temos um porto recentemente inaugurado, o Porto de Santarém, no qual a escoação de grãos é muito mais barata para o País do que levar para o porto no Sul do País, essa que é verdade.

Precisamos da BR-163, precisamos também fazer as eclusas. Não é possível que a Hidroelétrica de Tucuruí sirva ao Brasil e o povo do Pará tenha passado 17 anos lutando para ter acesso à energia de Tucuruí. Ela serve ao País, mas as eclusas interromperam a navegação dos rios. As obras começaram. Então, é necessário continuar, é urgente, inclusive para que não percamos mais dinheiro, porque o material está lá. Eu sei que o Ministro já falou sobre isso, já demonstrou inclusive a vontade de construí-las, já as colocou aqui como uma das obras emblemáticas e fundamentais, sabemos disso.

Quero fazer este registro para que todos os Senhores Senadores entendam que se nós vamos, neste Governo, inverter prioridades, ou seja, levar recursos públicos para onde sejam mais necessários, vamos nos lembrar de que a região amazônica é muito mais carente nesta área do que qualquer outra região deste País. Então, está na hora de o Brasil entender que ali, naquela região, não há só o interesse da região; ali tem muitas soluções para este País.

Eram estas as questões que eu tinha a formular, quais sejam, a confirmação da Belém-Brasília e a questão da Transamazônica, e fazer o registro de que o Ministério dos Transportes já liberou os recursos.

Falta apenas as prefeituras se viabilizarem para receber esses recursos e verem o quanto o transporte de aquaviário nós podemos fazer para fazer esse transporte intermodal no País. Isso vai tornar mais baratos e mais competitivos os nossos produtos – é isso que nós queremos –, gerando mais emprego e distribuição de renda neste País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agora passamos a palavra ao Ministro para que S. Ex^a possa responder as questões levantadas pelos Senadores Leonel Pavan, Ramez Tebet e Ana Júlia.

Peço que V. Ex^a seja bastante sucinto.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Tentarei, Presidente.

Senador Leonel Pavan, diria que é a região que tem a maior mobilização de vontade de ver uma rodovia ser construída, ou seja, a duplicação e a modernização da Rodovia 101 Sul. Se me perguntarem por que a obra não começou, diria que não há atrasos deste Governo.

Vejo duas coisas: primeira, o Governo passado talvez devesse ter iniciado e não foi possível, e deixou montado um processo em que os fatos não batiam com as versões que eram levadas até a região. Pode perceber que muitos dos catarinenses e dos gaúchos que talvez não trafegassem na rodovia, pelas informações que tinham, acreditavam que os tratores já estavam lá. Talvez pelo próprio processo eleitoral, adiantaram muito mais as versões do que, efetivamente, os fatos, as ações.

Estive lá e participei daquela audiência pública em função de um telefonema do Presidente Lula e motivado por uma visita do Governador de Santa Catarina. O Presidente disse que, efetivamente, tinha o compromisso, estabelecido no período eleitoral, de fazer a duplicação da rodovia; estava, ali, recebendo a visita do Governador e queria que avançasse. Foi nos primeiros dez dias de Governo.

Fomos, então, tomar conhecimento: primeiro, é uma obra de US\$ 1 bilhão e um dos organismos internacionais cuja participação já estava praticamente certa, o JBIC, se retirou do processo de financiamento, então precisamos iniciar um novo momento de negociações com outro órgão internacional, o mesmo que iria compartilhar com o JBIC o financiamento da obra, que é o BID. Nós fizemos isso.

Como expliquei para a Senadora, estamos trabalhando no sentido de diminuir as pendências junto a esses órgãos internacionais, para que possamos

trazer o BID para o financiamento dessa tão importante obra.

Essa obra, efetivamente, é prioridade no Governo de Lula. Das obras novas, a 101, sob todos os aspectos, apresenta definição de prioridade estabelecida pelo próprio Presidente da República. Ela não começou exatamente por causa dos argumentos utilizados por V. Ex^a. Queremos ter garantias no processo de fiscalização da obra e com relação à segurança dos projetos. Ahamos que isso é muito importante.

Estamos a cem dias de Governo. Um Governo que tem esse tempo de duração e já libera o processo licitatório está dentro de um princípio de razoabilidade. Acredito que, nesse novo prazo solicitado pelo Ministério, vamos conseguir fazer a liberação do processo licitatório da obra. Acho que estaríamos dentro de prazos e da própria expectativa da população, tanto de Santa de Catarina quanto do Rio Grande, com relação ao início das obras.

A questão de obras vem numa seqüência natural, igual às nossas vidas.

Primeiro, o processo licitatório é como: se não tem namorada, por que não a tem? Arruma uma namorada, não vai ficar noivo? Se ficar noivo, não vai casar? Se casar, não vai ter filhos? Então, a partir do momento em que iniciamos um processo licitatório, virá, naturalmente, a cobrança pelo início de obras, que é o que interessa, realmente, aos catarinenses e gaúchos. Precisamos ter segurança, primeiro do financiamento e, segundo, do que teremos, efetivamente, no ano que vem, para ver se teríamos condições de ter contrapartida e não acontecer com a 101 Sul o que acontece com a 116, entre São Paulo e Curitiba, que está iniciada há mais de 20 anos e ainda não foi concluída, e com a 381, que é a duplicação de Belo Horizonte para São Paulo, que já fez aniversário de 10 anos.

Com relação ao Senador Ramez Tebet, a ponte de Porto Alencastro já foi definida pelo Senhor Presidente como uma obra acabada e está sendo dada a ela, dentro do Ministério dos Transportes, todo o direcionamento para que ela se conclua. O Governador Zeca do PT solicitou, inclusive, que, se possível, a inauguração fosse no dia quatro de julho, que é uma data importante para o Estado e para a cidade que está mais próxima. Faremos todo o possível para concluí-la até dia quatro de julho.

Com relação ao trecho Miranda-Corumbá – é uma pena que o Senador não possa estar presente agora; S. Ex^a se desculpou –, esse foi, realmente, outro compromisso que o Ilustríssimo Presidente da República firmou com a população daquele Estado. Já

estamos desenvolvendo um projeto para a recuperação dessa importante rodovia, a BR-262, inclusive com a construção de mirantes, o que é muito importante porque ela está rigorosamente dentro do Pantanal.

Quanto à Ferrovia Noroeste do Brasil, o Senador Ramez Tebet tem toda razão: no nosso programa, que estamos iniciando agora, faremos com que as concessionárias das ferrovias tenham responsabilidades. É imperativo que as coisas se sucedam como o Senador expôs. Acreditamos que até o meio do ano teremos uma resposta concreta para a referência do Senador sobre essa ferrovia.

Senadora Ana Júlia Carepa, a Belém-Brasília está no nosso programa de prioridades. Para se ter uma idéia, para ganharmos tempo, nem aguardamos a vinda da missão técnica do banco ao Brasil. Nesta semana, dois técnicos que estavam em perfeitas condições de defender o projeto e as nossas prioridades foram à França fazer sua defesa. Acreditamos que, até o mês de junho, tenhamos uma solução para a Belém-Brasília. Isso é realmente emblemático; desde que a Belém-Brasília foi construída e até hoje nunca se olhou por ela, a não ser em operações esporádicas de "tapa-buracos", em ações emergenciais. Ela precisa, efetivamente, ser recuperada e está entre as prioridades do Ministério.

Quanto à Transamazônica, concordamos com tudo que V. Ex^a mencionou sobre a necessidade de o Governo, no campo da infra-estrutura, liderar obras, diferente do que se pratica com o resto do Brasil, pelas características da região. Estamos nos preparando para isso. No Brasil, todas as respostas chegam realmente no segundo semestre, mas, com relação à Amazônia Legal, temos que fazer com que elas venham no primeiro semestre. Estamos nos preparando para isso.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pelo menos, que se inicie a partir de junho.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Exato. Estamos nos preparando para isso e a Transamazônica será objeto também de uma ação especial. Ahamos que temos que recuperar parte da infra-estrutura já feita ali. Não estamos falando de asfaltamento, mas do sistema de terraplanagem.

Uma outra consideração que muitas Lideranças fazem é a de que foi feita a terraplanagem e não foi feito o asfalto; houve a paralisação da obra e o serviço que realizado está deteriorando-se.

Não temos como dar solução para isso, porque se trata de uma técnica, e as empreiteiras sabem o

que estão fazendo. Elas poderiam fazer 20km ou 25km de terraplanagem e 20km de asfalto – faltariam apenas 5km. Mas elas preferem fazer um quantitativo muito maior de terraplanagem e um volume menor de asfalto, exatamente para ter a classe política da região reivindicando. Isso ocorre no Brasil todo. Então, o que faremos? A partir do momento que tivermos os recursos definidos, poderemos concluir obras, especificando o recurso disponível. Não adiantará fazer pressão; não adiantará querer conduzir a obra a fim de pressionar o Governo, pois o recurso será somente aquele definido inicialmente. Então, diante desse recurso, haverá condições de planejar o que dará para ser feito, quantos quilômetros de terraplanagem e a conclusão desse trecho. No ano que vem, vamos alocar recursos novamente e teremos a definição de quanto mais terraplanagem poderá ser feita, de quanto mais de asfalto se poderá colocar em cima.

Não temos como resolver essa questão exatamente porque todas as obras no Brasil foram feitas com esta lógica: mais terraplanagem e menos asfalto, para deixar a classe política toda pressionando a conclusão da obra. No entanto, não temos recursos para atender a todas as necessidades apresentadas pelo Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Senador Leonel Pavan, que tem direito a fazer mais uma observação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ministro, ouvimos as explicações sobre os diferentes motivos do não-início da obra, mas todos sabemos, toda Santa Catarina sabe e o Brasil sabe que a obra foi licitada e era para ser iniciada no ano passado. Só não se iniciou a obra da BR-121 da Região Sul porque houve uma denúncia no Tribunal de Contas da União de que havia algumas irregularidades no edital da obra. No entanto, o TCU liberou, por 6 votos a 2, praticamente garantindo a lisura do processo, e as cartas não foram abertas em dezembro porque Fernando Henrique Cardoso certamente não determinou. Elas poderiam ter sido abertas ainda em dezembro.

Sabemos também que existem recursos no Orçamento garantidos e os convênios, os financiamentos com o Bird; um banco japonês cancelou parte dos recursos, mas o Bird está garantindo, parece-me, a outra parte.

Na verdade, Ministro, o povo está ansioso por uma data, que se diga quando iniciar, seja 2004, 2005 ou 2006, agora em julho ou no fim do ano, porque é fácil estabelecer uma data se existe apenas uma questão burocrática, como a fiscalização ou a quali-

dade da obra. Então é fácil dar uma resposta ao povo catarinense. Porque, daqui a pouco, será tomada uma outra providência que será ruim para o País.

Uma outra pergunta que farei brevemente, em uma outra oportunidade, é sobre a rodovia 470, que também está no orçamento, e a recuperação da rodovia 282. São duas obras de grande importância.

No mais, agradeço ao Ministro pela atenção a nós dispensada. Quando eu estiver no seu Ministério, espero que não me considere apenas como um opositor – afinal, até agora não foi feito isso –, porque temos que trabalhar em parceria para o bem de nossos Estados e do nosso País. Tem sido assim até agora e espero continue dessa forma, porque somos um Partido de oposição, mas uma oposição ordeira e respeitosa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Valmir Amaral.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Exm^o Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, não poderia furtar-me de, neste momento, apresentar ao ilustre Ministro as minhas congratulações em reconhecimento pelo trabalho que vem desenvolvendo, nesse curto prazo de tempo, à frente desse importante Ministério.

Entretanto, quero ressaltar o esforço que V. Ex^a tem feito, principalmente no sul de Minas, aonde tive a honra de acompanhá-lo juntamente com os Senadores Aelton Freitas e Hélio Costa. Vi, naquele momento, o seu esforço, também das Lideranças, dos Prefeitos, do pessoal do sindicato rural – estavam todos presentes –, e o seu interesse em recuperar as estradas daquela região, que estavam destruídas. Acompanhei o seu esforço e a sua vontade de, realmente, melhorar as estradas do nosso País.

Neste momento, parablenzo-o pelo seu trabalho. Tenho certeza de que V. Ex^a deixará, no Ministério dos Transportes, sua marca de dinamismo, eficiência e, sobretudo, de lisura no trato da coisa pública.

Faço questão de registrar aqui meus mais sinceros cumprimentos, desejando-lhe que seja feliz em seu trabalho, pois, do sucesso do seu comando no Ministério dos Transportes depende a vida de milhares de profissionais e motoristas particulares que trafegam pela malha rodoviária brasileira, em fase de recuperação.

Parabéns, Ministro Anderson Adauto Pereira.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador, muito obrigado, inclusive pela sua colaboração com relação ao tempo.

Passo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Ministro Anderson Adauto Pereira, inicio pedindo que Deus abençoe V. Ex^a nesta sua nova missão, porque entendo que sua Pasta, realmente, é uma das mais complicadas de todo o Governo.

Sem dúvida alguma, seu maior desafio à frente do Ministério será o combate à corrupção, que não é fácil, pois tivemos a oportunidade de vivenciar isso em outros tempos.

V. Ex^a conhece bem a Transamazônica e esteve lá recentemente. Esta semana estive em Altamira, onde houve uma reunião com todos os Prefeitos do Consórcio de Belo Monte, as cidades que compreendem a região da Transamazônica. O grande apelo daqueles Prefeitos e de toda a população – V. Ex^a bem conhece – é justamente uma resposta em relação à Transamazônica. V. Ex^a conhece perfeitamente a situação e disse, inclusive, que já repassou alguns recursos para que fossem iniciadas as obras de recuperação.

V. Ex^a sabe – e também já foi dito aqui – que a Região Norte, notadamente o Estado do Pará, tem suas peculiaridades em relação a questões regionais: clima, precipitação de chuvas e uma série de fatores que já foram mencionados. Realmente, esses recursos, na sua grande maioria, são desperdiçados e mal usados, porque acabam não tendo a eficácia necessária. A chuva leva tudo e, quando os recursos são liberados, eles já não têm mais a devida importância.

Eu disse que V. Ex^a estaria aqui hoje, e toda aquela população está ligada na **TV Senado**, cuja programação acompanham diariamente. Tenho certeza de que neste momento estamos tendo uma grande audiência.

Aquela população gostaria de uma resposta. V. Ex^a hoje está à frente de uma Pasta que, sem dúvida alguma, para nós, paraenses, e para toda a região amazônica, é a mais importante.

Eu acompanhava, há pouco, o mapa dos portos no Brasil. V. Ex^a falou sobre a diminuição dos custos no transporte e sobre uma série de fatores que também compreendem o seu Ministério. V. Ex^a sabe que os portos de Santarém e Vila do Conde, no Pará, ficam bem mais próximos dos grandes mercados consumidores. Estamos há cerca de cinco mil milhas a menos da grande maioria dos portos brasileiros, que

se concentram nas Regiões Sul e Sudeste do País. V. Ex^a hoje está à frente de uma Pasta que pode mudar a geografia de exportação do Brasil se forem feitas as obras que se fazem necessárias para a Região Norte do País: obras estruturais como a Transamazônica, como as eclusas que V. Ex^a apresentou aqui, como Santarém–Cuiabá, a modernização dos portos. Tenho absoluta certeza de que, se fosse dada a devida importância a isso, o Brasil teria uma competitividade de mercado externo muito maior, porque baratearíamos os nossos custos para exportação. Sem dúvida alguma, isso não seria bom apenas para o Estado do Pará, nem só para a Região Norte, mas para o Brasil como um todo, porque teríamos uma maior competitividade nos grandes mercados. V. Ex^a, tenho certeza, há de concordar comigo a respeito do quanto é necessária a Pasta à frente da qual V. Ex^a está, hoje, para toda a Região Norte do País, notadamente para o Estado do Pará.

Fico muito preocupado – e sei da boa intenção de V. Ex^a e do grande desafio que tem pela frente –, porque, pelos gráficos que apresentou, num passado recente, já houve um investimento de cerca de 1,8 e, hoje, parece-me que é de 0,2. Fico preocupado, Ministro, porque já percebi a boa intenção de V. Ex^a, até mesmo por ter visitado a nossa Região, por ter ido até lá, pessoalmente, verificar a nossa situação. Será que continuaremos com a mesmice? Será que realizaremos apenas obras paliativas naquela Região, desperdiçando recursos do povo brasileiro em obras que não dão o resultado necessário? Será que não caminharemos, agora, para que possamos, de fato, fazer bom uso do dinheiro público, em obras que venham a beneficiar a produção no Brasil e permitir que o povo da Região Norte tenha oportunidade de crescer por seus próprios esforços?

A boa vontade de V. Ex^a é importante, mas ela só pode ser completada no momento em que dispuser de recursos para realizar essas obras.

Portanto, Ministro, a minha pergunta é: V. Ex^a terá os recursos necessários para fazer as obras que mencionou?

Sempre se inclui no Orçamento, no planejamento, que as eclusas serão construídas, mas está provado que nunca foi prioridade para o Governo Federal a sua conclusão. Eu gostaria de saber de V. Ex^a: será que, agora, realmente é prioridade e faremos a eclusa? Avançaremos em obras definitivas na Transamazônica? Avançaremos em obras definitivas na rodovia Santarém–Cuiabá? Permitiremos que os nossos portos realmente tenham a capacidade de se desenvolver?

V. Ex^a viu, no nosso Estado, o esforço feito pelo Governo do Pará no sentido de criar obras estruturais para permitir que a planta de desenvolvimento do Estado acontecesse e, principalmente, não olhando apenas o aspecto rodoviário, mas também a questão dos nossos portos. Em dez anos, o Governo Federal investiu cerca de R\$5 milhões e agora, só para o exercício do ano que vem, o Governo estadual já incluiu, em seu plano de trabalho, R\$25 milhões para a modernização dos nossos portos.

Portanto, Sr. Ministro, essas são as perguntas que eu gostaria de fazer e espero que V. Ex^a fale não só para este Senador do Pará, mas também para toda aquela população que hoje, neste momento, tenho certeza, está a assistir a V. Ex^a pela **TV Senado**.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo orador inscrito é o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, não farei, para economizar o nosso tempo, nenhuma pergunta a respeito do Porto de Sepetiba, porque percebi, na sua exposição, a alta prioridade que o Ministério de V. Ex^a está dando a esse porto em termos de futuro para o Brasil. Entretanto, gostaria de ouvir uma palavra de V. Ex^a a respeito de um projeto do Governo enviado ao Congresso – está na Câmara dos Deputados –, separando docas de Sepetiba de docas do Rio, separação essa que acho extremamente importante. Eu queria ouvir, enfim, uma palavra de V. Ex^a a esse respeito.

O segundo ponto, Ministro, refere-se à questão da Marinha Mercante. O Brasil está fazendo esse esforço enorme para aumentar as exportações e equilibrar o seu balanço de pagamento. Entretanto, quanto mais crescerem as exportações, mais crescerá também o rombo nas contas de fretes no Brasil, porque, o nosso País, que já teve uma Marinha Mercante pujante e importante – ela transportava quase 40% do nosso comércio internacional –, hoje, não tem nada.

Então, é preciso fazer algo. Não acredito que, espontaneamente, o mercado vá gerar uma empresa de navegação brasileira nesse sentido. Na minha opinião, isso somente terá solução no dia em que o Governo se esquecer dos preconceitos e chamar algumas pequenas empresas que sobraram para constituir uma empresa mista, pelo menos, para o transporte de longo curso e dar auxílios e estímulos à cabotagem.

Há quem defenda a aplicação de um percentual tradicional de fretes na cobertura dos custos previdenciários das tripulações, no caso da cabotagem.

Eu também, enfim, gostaria de ouvir uma opinião de V. Ex^a a esse respeito.

O terceiro e mais importante ponto é o seguinte. Há uma correlação, basta estudar e observar a evolução da economia brasileira para perceber a correlação estreita entre investimentos públicos em infra-estrutura e taxa de crescimento do PIB. É realmente impressionante. O chamado “milagre brasileiro” foi nada mais, nada menos, do que um esforço de investimento na infra-estrutura de rodovia, de ferrovia e de energia elétrica que alavancou a economia para cima; e nós perdemos isso.

Aquele gráfico ali é realmente impressionante! Ou seja, hoje, estamos gastando, em rodovias, cem vezes menos do que há 30 anos. Assim, não vamos recuperar o dinamismo da economia brasileira. Pode baixar a taxa de juros para um terço ou um quarto do que está agora. Tudo bem, haverá um respiradouro na economia, que poderá crescer 2,5%, 3% ou 3,5%. Mas, o Brasil precisa crescer 5%, 6%. E isso só iremos conseguir quando tivermos a alavanca do investimento em infra-estrutura.

Eu penso que o programa que V. Ex^a expôs de gastar R\$23 bilhões em quatro anos, é pouco, Ministro. Reconheçamos que é pouco. Eu não estou, aqui, me dirigindo somente a V. Ex^a, mas, sim, aos Srs. Senadores e Deputados, em geral, que votarão a reforma tributária.

Vincular à Cide é muito importante; mas, ainda assim, é pouco. Se vincular à Cide significar retirar das dotações orçamentárias, também somente a Cide é pouco. Este País precisa de um fundo. É preciso criar um fundo de investimento em infra-estrutura, compreendendo também a parte da energia, mas, que seja algo como R\$25 bilhões por ano de investimento para dar à economia brasileira o que ela pode crescer; o dinamismo que ela pode ter, somente nas suas condições próprias.

Então, é preciso encarar esse assunto no momento da reforma tributária. É claro que o Ministério dos Transportes tem uma responsabilidade muito grande de apresentar perante o Governo, de um modo geral, a importância do crescimento expressivo e notável em matéria de investimento em infra-estrutura que, sinceramente – cumprimentando o esforço de V. Ex^a – vai muito além do que V. Ex^a hoje aqui nos apresentou.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Passo a palavra ao Ministro, para que S. Ex^a possa responder aos três Senadores anteriores.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Senador Valmir Amaral, quero apenas agradecer as gentis palavras ao Senador Duciomar Costa.

A pergunta é se teremos o recurso.

Senador, eu sou um crente. Eu acredito que o terei; porque senão eu não dou conta de ficar driblando Deputados, Senadores, Governadores, amanhã, depois, o ano que vem. O meu projeto de vir para Brasília ser Deputado Federal, eu acho, falaria mais forte.

Agora, ter recurso vinculado é uma guerra com todas as letras. Já passamos por algumas batalhas; ganhamos umas, perdemos outras; mas eu estou convicto, porque a CIDE é algo novo. Há muitos parlamentares, talvez, que ainda não conhecem efetivamente todo o mecanismo com que foi elaborada a CIDE. Ela é uma ação constitucional, está na Constituição do Estado. Então, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico foi instituída na própria Constituição. Se há algo na Constituição do meu País, eu tenho que nele acreditar e lutar para que se torne realidade.

Esse processo de conscientização passa e passará, no decorrer deste ano, primeiro pela compreensão. Estamos no primeiro ano de Governo, o qual tem as suas dificuldades. É natural. Nós precisamos reconhecer isso; e eu reconheço as dificuldades que o Governo está tendo no seu primeiro ano.

Mas, ao mesmo tempo, eu percebo, também, que o próprio Presidente da República tem dado demonstrações claras de que tem essa consciência, que foi colocada para todos os Srs. Senadores, em especial pela colocação do Senador Roberto Saturnino da necessidade de se aplicar. E, principalmente, a correlação que existe entre aplicação de recurso e infra-estrutura, e o crescimento do País. Uma coisa está intrinsecamente ligada à outra. Estou acreditando que teremos os recursos.

Comecei o mês de março extremamente desiludido sobre a possibilidade de ter a Cide. Mas terminei aquele mês muito confiante de que será possível tê-la. Pode o Governo até apresentar outra sugestão, mas a Cide é o que está aí, amplamente discutida pelo Congresso; passou por unanimidade, baseada inclusive naquela correlação da necessidade de termos o recurso vinculado. A vinculação é o que possibilita fazer-se um planejamento de médio e longo prazo.

O Senador Roberto Saturnino coloca o ideal. Precisamos ter 20 bilhões de investimento/ano. Sabemos que o País precisa, mas não tem essa capacidade. Como vamos sair? O último ano, o que se gastou mais, foram três bilhões e 200, Senadores. No ano de 2001, o Ministério dos Transportes gastou três bilhões e 200, o máximo que se gastou nessa década.

Então, não temos como imaginar que se nós gastamos, no ano que mais se gastou, 3 bilhões e 200, nós passaremos para 20? Não vamos. O País não tem essa capacidade. Se nós já gastamos três bilhões e 200, já houve esse investimento, passar para 5 ou cinco e meio é perfeitamente possível. Então, eu prefiro acreditar que nós temos de assumir que o horizonte será um pouco maior. O mais importante é que começaremos a caminhada de reconstrução da infra-estrutura do País investindo mais em cada ano. Não nos 20, 25, como seria o ideal, mas naquilo que é possível, e alongar o horizonte.

Então, Senador Duciomar Costa, acredito que terei o recurso este ano; no primeiro ano, com dificuldades. Não terei os recursos da CIDE; o País não terá. Mas nós também não ficaremos com os recursos que foram estabelecidos em um primeiro momento, com aquele decreto que contingenciou o Orçamento. Nós teremos mais recursos. A prova disso é que, agora, o Governo já começa a falar em descontinuar e, tenho certeza de que o Ministério dos Transportes é um dos que terão os seus limites ampliados.

Com relação às colocações do Senador Roberto Saturnino, a separação da administração é fundamental – prontos a fazer.

Sobre o Fundo da Marinha Mercante, faço uma proposta aos Parlamentares do Rio. Sou de um Estado que não tem mar; então, a minha familiaridade com o setor é pequena. Mas, por analogia, há um setor no nosso Estado que está crescendo muito, e conseguimos fazer com que vencesse todos os preconceitos que V. Ex^a mencionou existirem com relação ao setor de construção naval. É o setor sucroalcooleiro. Acho que os dois fizeram as mesmas coisas, no mesmo momento. Pegaram dinheiro subsidiado e aplicaram mal, gastaram mal. O setor sucroalcooleiro pegava dinheiro para a usina e comprava avião. O estaleiro recebia metade para construir um navio e, óbvio, nunca construiu um navio. O lucro seria de cerca de 50%; então, ele preferia ficar com os 50% que já havia recebido, dava um **bye-bye** para o governo e não construía a embarcação. Não é isso? Muito bem.

Em Minas Gerais, vimos que o setor sucroalcooleiro, com todos os erros e equívocos praticados, gera muito emprego, inclusive no campo, é importante para a economia e produz uma energia pura, que é o álcool. Então, tínhamos que tentar vencer aqueles preconceitos, aquelas resistências. Conversamos com o setor para mostrar isso e perguntar se reconheciam os erros. Eles reconheceram que houve abuso de toda ordem, mas que hoje não há clima para isso, até porque, não se fala em subsídio. Então, sem subsídio, mas numa linha de vencer preconceitos, como V. Ex^a muito bem colocou, conseguimos criar um novo momento no setor sucroalcooleiro e, na minha região, é o setor que mais cresce.

É o que eu gostaria de fazer. Valeria a pena fazermos uma grande discussão. Então, acho que o caminho é este: primeiro, vencer os preconceitos, e o pessoal entender que temos de recomeçar com a Marinha Mercante Brasileira. Para V. Ex^a ter uma idéia, temos acumulados quase R\$2 bilhões. O Fundo da Marinha Mercante proporciona ao País algo em torno de R\$800 milhões/ano. Então, temos as bases para a reconstrução da indústria mercante no País, e não podemos assistir impassíveis à realidade. Qual é a realidade, hoje? Nós gastamos, alugando navios estrangeiros, algo em torno de US\$6 bilhões/ano. Então, com a costa que tem o Brasil, óbvio que isso é estratégico também.

Não quero devolver a V. Ex^a a responsabilidade, mas, numa linha conjunta, não tenho dúvidas de que o futuro da indústria naval do Brasil está no Rio de Janeiro. Penso que devíamos fazer um trabalho conjunto, área empresarial e classe política do Estado do Rio, para ver se conseguimos vencer os preconceitos, porque existe uma concepção formada dentro do Governo da necessidade de apoiar o setor naval – isso eu posso garantir que existe.

O segundo ponto que V. Ex^a coloca é a questão da Cide. A Cide foi concebida rigorosamente dentro do que V. Ex^a colocou. Então, há a contribuição, que sai do Tesouro, mas entra em um fundo, administrado por um conselho. Então, isso é perfeitamente possível. Há um processo democratizado para poder administrar esse fundo. Não tenho dúvida. Por isso, coloco que a Cide é o caminho. Pode haver outro, às vezes melhor do que a Cide, mas, o que surgiu, até hoje, é exatamente a contribuição que vai para um fundo, existindo um conselho para geri-lo. Eu diria que a Cide é o suficiente, pois seu rendimento líquido no ano passado foi de R\$8,8 bilhões. Neste ano, vai render algo em torno de onze a doze bilhões. Então estamos falando de quê? Estamos falando de seis bilhões

de investimentos, porque a Cide foi concebida para investimentos – ela não foi concebida para custeio, para pagar funcionários, ela foi concebida para fazer investimentos. Então, para um país que conseguiu investir nos últimos anos, no máximo, 3,2 bilhões, aplicar de 5,5 a seis bilhões seria um excelente investimento, alongaríamos o horizonte em oito anos, com critérios definindo prioridades; teríamos todas as condições de construir toda a infra-estrutura necessária. É claro que depois vão surgir outras necessidades, mas as de momento teríamos condições de atender.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Obrigado.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador – estou aqui ouvindo há tanto tempo –, gostaria de dar a minha opinião sobre a Cide.

Quando a Cide foi criada, por coincidência, eu era o Ministro de Minas e Energia. Pretendia-se atender às demandas de investimentos na área de transportes, de subsídios na área energética e na área de meio ambiente como está dito ali. Na realidade, nada impede que, neste ano, possam ser usados recursos da Cide para o setor de transporte, já está previsto na lei. Independentemente daquele veto que foi feito, já está no Orçamento, já está previsto na lei. Quer dizer, se você quiser utilizar este ano um, dois ou três bilhões, pode, porque o dinheiro e as autorizações orçamentária e legal existem. E as necessidades não precisam nem ser vistas, basta olharmos o gráfico.

Vamos passar a palavra ao próximo orador, que é o nosso Vice-Presidente, Senador João Batista Motta, do Espírito Santo. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – Ministro, em primeiro lugar, gostaria de também lhe desejar muitas felicidades, já que estou convencido de que a sua missão à frente do seu ministério será a mais árdua, a mais difícil. Essa convicção decorre das condições em que V. Ex^a está encontrando o ministério e da necessidade que temos de desenvolver os transportes aquaviário, terrestre e ferroviário. Espero que Deus lhe ajude e ilumine para que possamos ser felizes.

Antes de fazer a minha pergunta, Ministro, gostaria de fazer duas observações. A primeira delas é que, na fala de V. Ex^a, foi dito, por exemplo, que a Belém-Brasília foi construída e foi abandonada.

Sou usuário dessa rodovia há uns vinte anos e posso lhe assegurar que não é assim. Se for feita uma pesquisa cuidadosa, provavelmente serão encontrados financiamentos em bancos internacionais feitos duas ou três vezes para cobrir o mesmo trecho. Já passei e vi trechos daquela BR sendo recupera-

dos, e antes que acabassem de recuperar o final, o começo já havia esburacado outra vez. Há trechos que estão pintados, onde a sinalização está feita, novinha; em outros, não há mais estrada.

E isso não acontece apenas nas rodovias federais. Já usei trechos de estradas como, por exemplo, a PA-150, que foi feita com financiamento do BIRD no Governo Jader Barbalho. Agora, recentemente, no Governo Almir Gabriel, do PSDB, foi feito novo financiamento no exterior, e a estrada foi toda recuperada, mas já acabou de novo, não existe mais. Então, não é privilégio só da rodovia federal.

No meu Estado, por exemplo, o que foi feito está lá até hoje. As estradas são boas, a manutenção foi boa, não temos o que reclamar quase em matéria de manutenção no Espírito Santo. Graças a Deus, nossos administradores zelaram pelo patrimônio público.

A outra observação, Ministro, diz respeito às balanças citadas por V. Ex^a. A balança pode até ser introduzida, como já foi tentado em outras oportunidades no país. Agora, há um pouco de maldade naquilo que diz respeito a balanças. Não é um organismo perfeito para fiscalização. Temos no Brasil balanças imensas, enormes, grandes, que, logo que implantadas, surge uma estradinha que faz o contorno, tirando o caminhoneiro daquele problema.

Outra coisa: a multa sempre é destinada ao caminhoneiro. O caminhoneiro não tem culpa do peso da balança. A culpa é de quem coloca o peso sobre o caminhão dele. Essa multa deveria ser destinada ao remetente da mercadoria e não ao caminhoneiro.

Não custava nada, Ministro, que o Ministério da Indústria e Comércio negociasse com os fabricantes de carroceria de caminhões – não precisa ser com o fabricante de caminhão. Quem fabrica carreta e carroceria, pode adaptar quatro pés hidráulicos e um relógio na cabine do caminhão, e vamos ter o peso. Aí, sim, o caminhoneiro poderia ser multado, porque estaria vendo o peso que está carregando. Há mercadorias, por exemplo, rochas ornamentais, como no caso do granito, em que ele vai para uma pedreira carregar sem ter noção do peso. Então, se houvesse um acordo, já existe em outros países do mundo a balança no próprio caminhão. V. Ex^a deve conhecer a balança de pesar gado, uma peça pequena, que recebe a energia para funcionar da bateria de um automóvel. Então, a Random, por exemplo, fabricante de carrocerias e carretas, poderia ter quatro pés em cada carroceria. Assim, poderia baixar o hidráulico, levantar a carroceria, e o peso apareceria no velocímetro do caminhão. Isso é muito mais fácil do que o Governo gastar grandes somas de dinheiro para colocar balanças,

e o cidadão ficar dando a volta e escapar da balança. Acho que é jogar dinheiro fora.

Com relação à duplicação de Osório à Santa Catarina, que é muito importante. Creio que não há duplicação mais importante a ser feita neste País. A outra também é a que diz respeito ao trecho de Feira de Santana a Natal, muito importante para o turismo também.

Eu fico abismado e temeroso em relação ao trecho entre Salvador e Rio de Janeiro, que corta o meu Estado do Espírito Santo, pois de Santa Catarina a São Paulo e de São Paulo até o Rio de Janeiro, Presidente Dutra, os trechos já estão duplicados. Fico preocupado, porque, no Espírito Santo, por exemplo, temos a maior empresa produtora de aço do mundo, que está escoando hoje suas bobinas através da BR-101. Está no Espírito Santo a maior fábrica de papel e celulose do mundo. As carretas da Aracruz Celulose e da Bahia Sul utilizam a BR-101. Então, temos aí o maior fluxo de cargas transportadas com destino ao exterior, o que traz divisas para este País. A CST, hoje, é a quarta empresa que mais produz divisas para o nosso País e, no entanto, não estou vendo no programa do Governo para esses quatro anos a duplicação daquele trecho.

Agora, também não quero que o Governo arranje dinheiro para duplicar de Natal ao Rio de Janeiro – acho que é muito difícil.

Queria que houvesse um compromisso do Ministério de, pelo menos, privatizarmos esse trecho. Vamos privatizar esse trecho, que é de turismo pesado. Poderíamos construir uma **freeway** entre Salvador e Rio de Janeiro, passando por Vitória, pela serra e por Guarapari, construída com capital privado. Queria que o Governo se comprometesse com isso, porque é importante para nós. Não estamos preocupados nem que seja construída uma rodovia para que o cidadão não pague nada para utilizá-la. Acho que precisamos também desenvolver esta parte, usar o capital privado para que possamos ter esse tipo de rodovia.

Finalmente, há o porto de Vitória, como falei anteriormente, o segundo maior deste País, o porto de Tubarão, o porto de Sepetiba, os vários portos do Espírito Santo, de Barra do Riacho. O porto de Vitória, por exemplo, está assoreado, não tem condição de receber navios de porte maior. E necessitamos de construir um pequeno trecho de estrada que liga as BR-101 e BR-262 ao porto, que não vi contemplado em seu documento. A minha pergunta é esta: vamos fazer a **free way** entre Salvador e Rio de Janeiro?

O SR. ANDERSON ADAUTO – BR-101?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – É das BR-101 e 262 até o porto, porque há um entroncamento. É um trecho pequeno de mais ou menos seis quilômetros. Hoje, estamos duplicando o contorno de Vitória, que é a BR-101 – V. S^a conhece bem o nosso problema –, mas as obras estão paralisadas.

Sr. Ministro, muito obrigado.

No resto, que Deus lhe ajude.

Dispensar o meu tempo de réplica, para que V. S^a possa dar a resposta.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, segundo inscrito nesta terceira etapa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente parabeno o Sr. Ministro por sua garra, coragem e determinação. V. S^a vem ganhando notoriedade nesse curto espaço de tempo no Ministério, pela sua luta em busca de condições e de recursos para tocar as obras de infra-estrutura do Ministério dos Transportes.

Analisei aquele gráfico do passado, de 1975 até 1989, e verifiquei que foram feitos maiores investimentos na área de transporte, porque havia um fundo vinculado, o Fundo Rodoviário Nacional.

Como V. Ex^a bem falou, a arrecadação da Cide no ano passado foi de R\$8,8 bilhões, e este ano há a possibilidade de se arrecadar algo em torno de R\$11 bilhões.

Não acredito que 40% ou 50% da Cide vão parar nas contas do Ministério dos Transportes, porque ela não tem vinculação. Já fui Governador e Prefeito e sei que qualquer fundo sem vinculação, quando cai no caixa único do Tesouro, não volta mais. É muito difícil. Será preciso que se trave uma batalha, uma briga intensa, que pode desgastar o Ministro e os Parlamentares, que, como V. S^a disse, estão sempre cobrando melhorias nas rodovias dos seus Estados. E, muitas vezes, é uma luta inglória, sem sucesso.

Vejo apenas uma saída, a vinculação de 40% ou 50% da arrecadação de ir diretamente para os cofres do Ministério dos Transportes. Somente assim a Cide irá cumprir o seu real objetivo de resolver os problemas do Ministério dos Transportes.

Há poucos dias, a Ministra das Minas e Energia Dilma Rousseff disse nesta Comissão que pode usar dinheiro da Cide para subsidiar o gás de cozinha. É muito bom, mas que vá apenas uma pequena parte, pois precisamos desses recursos no Ministério dos Transportes para as nossas rodovias.

No programa de investimentos de meu Estado, de 2003 a 2006, só foram contempladas a BR-364, que realmente está necessitando de restauração em alguns pontos e recuperação em outros trechos e uma ponte em Ji-Paraná, na BR-364, única passagem para os Estados do Acre, Amazonas, Amapá e Roraima. Mas não está constando a BR-429, que vai de Presidente Médici a Costa Marques, num trecho de 360 quilômetros – não sei se V. Ex^a recebeu uma fita...

O SR. ANDERSON ADAUTO – Claro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – ...onde havia umas imagens que acredito serem daquela rodovia. Lá não tem asfalto, as pontes todas estão caindo, há atoleiros. Neste período de inverno não chega gás, combustível, alimentos para as cidades de Alvorada, São Miguel, Seringueiro, São Francisco e Costa Marques, que fica na divisa da Bolívia. Aquele povo sofre, todos os anos, o abandono por falta de pavimentação na rodovia.

Gostaria de propor, não só para a BR-429 mas também para a BR-421, que vai de Ariquemes até Montenegro, Campo Novo, Burity, dando acesso a Guajará-Mirim, que fossem destinados, anualmente, no Orçamento do Ministério dos Transportes, recursos suficientes para executar pelo menos um trecho a cada ano. Quem sabe se, nos quatro anos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, na gestão de V. Ex^a no Ministério dos Transportes, não pavimentaremos essas duas rodovias tão importantes para o Estado de Rondônia e para o Brasil. São essas as minhas observações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, quero, inicialmente, registrar a admiração que sempre nutro por V. Ex^a desde que o conheço como homem público, sobretudo como Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, onde sempre procurou pensar este País, levando para dentro da Assembléia um fórum de discussão de alto nível, quando o Brasil foi passado a limpo em diversas oportunidades.

Temos afinidades eletivas. Já estivemos em trincheiras lutando por este País, sobretudo no processo de privatização. A maneira que foi realizado, contrário aos interesses nacionais e aquilo que era previsão de 10 ou 12 anos atrás, hoje é uma triste realidade. Infelizmente, não era preciso cair para se levantar. Era melhor manter-se de pé, e o Brasil precisava ter se mantido de pé. Infelizmente, chegamos aonde chegamos.

Hoje V. Ex^a tem diante de seu Ministério um dos maiores desafios: vícios e omissões acumuladas, falta de recursos, como os gráficos demonstram, etc. Poderíamos fazer uma vasta reflexão sobre o sistema viário nacional, que precisa ser repensado, reformulado, pois isso tudo foi construído a partir da interiorização do País, mas faltou racionalidade, porque tinha que ser seguido o fluxo da ocupação, da colonização. Até o pé do boi que fez Minas Gerais, que avançou por aquelas regiões criou um sistema viário próprio, e assim por diante. Não vamos entrar nessa visão macro, pois ela realmente demandaria uma discussão muito mais ampla.

Devo citar dois ou três pontos que para mim são importantes: essa relação espúria entre empreiteiros e Poder Público. V. Ex^a citou alguns pontos realmente preocupantes, porque há, em primeiro lugar, diante disso, os já consagrados usos e costumes que levaram aos vícios, desde o superfaturamento à qualidade das obras, sobretudo a eternização das obras. Quer dizer, há uma cultura de se eternizarem as obras, ou seja, nunca se conclui porque o importante é sempre ter uma fonte de receita que implica superfaturamento, desvios, desperdícios. É difícil quebrar esse ciclo já consagrado e estabelecer uma relação diferente, mais rígida, mais correta, de se pagar no momento devido a obra realizada, obedecendo os padrões de qualidade constantes no contrato. Isso é difícil, mas temos que meter a mão nisso. V. Ex^a colocou muito bem que os investimentos se reduziram a um nível que não se pode exigir mais nada. Estamos sempre diante de uma situação emergencial, uma espécie de UTI do sistema rodoviário nacional, sobretudo o viário. Vou-me ater às rodovias porque, realmente, é onde está o problema. O Brasil não é um país de ferrovias e o transporte fluvial ainda é incipiente. Quer dizer, construímos este País em cima de uma visão rodoviária. É evidente que foi um equívoco, mas não adianta voltarmos atrás. Talvez esse tenha sido o preço para que fossem instaladas no Brasil as montadoras, etc. Não importa. O que importa é que somos um país rodoviário, um país continental rodoviário. E é exatamente essa malha viária extremamente prejudicada, em situação de calamidade pública, que nos preocupa, e V. Ex^a tem esse desafio.

A Cide é pouco. Temos que lutar com unhas e dentes. Participei da construção desse tributo, que, infelizmente, não chega aonde deveria chegar: aos investimentos, sobretudo no sistema dos transportes em geral. Claro que estão previstas outras pequenas alocações, mas o grosso iria exatamente para o sistema de transportes.

Enfim, os problemas estão aqui colocados. V. Ex^a mostra um retrato visível, claro e realista de tudo isso e tem consciência, o que é importante. Conheço profundamente V. Ex^a, sei da sua boa vontade, sei do seu amor a este País, sei da sua devoção à causa da Pátria, sobretudo agora que está delegado na Pasta dos Transportes.

Queria exatamente reforçar alguns pontos do meu Estado. O Senador Valdir Raupp, que foi Governador, já questionou: onde estão a BR-421, a BR-429? E eu acrescentaria: a BR-425 e a BR-174. Por quê? Porque são rodovias. Há, em Rondônia, neste mapa que é muito bem claro, uma coluna dorsal montada na ocupação, situada ao longo da BR-364, que vai mais ou menos, evidentemente, no sentido norte-sul. Mas, temos, no sentido leste-oeste, a BR-429, que está próxima de Presidente Médici, e a BR-421, que sai de Ariquemes. Queremos exatamente que essas duas rodovias federais cheguem ao Mato Grosso, porque aí vamos fazer essa grande ligação com Mato Grosso, que é uma região extremamente produtiva e que vai nos trazer uma integração muito grande. Essas regiões de Mato Grosso e do Amazonas também, que vão pegar mais em cima, são isoladas, absolutamente isoladas. A BR-174, que sai de Vilhena e vai até Juína, tem um pequeno trecho por Rondônia, mas é importante a integração dessas regiões.

Afora isso, teremos que dar a Rondônia mais uma rodovia federal, saindo mais ou menos de Vilhena e indo até a divisa com a Bolívia, a região de Colorado do Oeste e de Cerejeiras até Pimenteiras. É uma região turística muito importante e de integração com a Bolívia. Parece-me que isso daria em torno de 200 quilômetros, não mais do que isso. Não é nada para um Estado como o de Rondônia, que até hoje tem sua BR-364. Essa rodovia, com todos os problemas, que V. Ex^a conhece, abrange 11 cidades, as principais cidades que foram construídas em Rondônia a partir dessa coluna dorsal. Há grandes problemas locais, que são os pontos críticos, ou seja, acidentes com mortes, etc.

As nossas rodovias estão intransitáveis em vários trechos. Refiro-me, principalmente, à BR-364, nem tanto à BR-429, à BR-421. Ainda poderíamos discutir aqui que se tratava de obras delegadas, que recursos foram desviados. E está aqui o Governador em cujo governo foram construídos 20 quilômetros dos 40 disponíveis. São 15 anos de subvenções. Se essa rodovia tivesse sido folheada a ouro, talvez com uma capa não muito grossa, teria custado muito mais

barato para o País. Realmente, essa é uma cultura que temos que eliminar, e V. Ex^a vai fazer isso.

Rogo por Rondônia. V. Ex^a tem que rever um pouco os investimentos, nesse quadriênio, que Rondônia precisa, postula mais e tem o direito a mais, pois somos hoje um Estado com mais de 9 milhões de cabeças de gado, cultura de grãos e, além disso, hoje é o grande corredor de exportação de todo o norte de Mato Grosso.

Vamos olhar por Rondônia, é o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Ministro, para responder aos três últimos Senadores.

O SR. ANDERSON ADAUTO – O Senador João Batista Motta apresenta a questão das balanças. Realmente, a idéia da balança no caminhão é nova. Fiz a devida anotação, e vamos ver se é possível concretizá-la. Todos os caminhões produzidos até agora não têm balança. Quanto à balança nas estradas, não há como não pensar. Temos que resolver esse problema.

A tese de S. Ex^a coincide com a nossa: a de que não só o caminhoneiro seja penalizado no caso de excesso de cargas, mas também o dono da carga. É absolutamente necessário que haja o compartilhamento, porque sabemos que esse campo é muito competitivo. Muitas vezes, um motorista é correto, não aceita a carga, mas outro tranqüilamente a aceita; o mercado impõe isso à classe dos caminhoneiros.

Com relação ao porto de Vitória, a necessidade de dragagem é absolutamente real. Quanto aos seis quilômetros mencionados, vamos fazer um estudo mais apurado. É perfeitamente possível desenvolver essa ligação da 101 com a 262, de seis quilômetros, até chegar ao porto.

O Senador Valdir Raupp, ex-Governador, refere-se à necessidade de asfalto nas duas rodovias. Posso dizer, Governador, que essas duas estradas estão priorizadas no sentido de concluirmos projetos executivos, para, efetivamente, num segundo momento, trabalharmos a tese do asfaltamento.

Sobre a questão citada pelo Senador Amir Lando, todas as medidas que procuramos tomar é no sentido de demonstrar à sociedade e ao próprio Governo que existe outra lógica dentro do Ministério, ou seja, de que as estradas pertencem aos que dela se utilizam, o que nos leva ao enfrentamento com as empreiteiras de forma soberana, tranqüila. Estamos tomando as medidas. Disse, antes de V. Ex^a estar presente, ao primeiro Senador que me interpelou, que o tempo é que vai dizer. Acredito que o tempo vai ser

importante, para que nossas ações sejam vistas conforme a intenção com que nos estamos conduzindo. Temos ciência das dificuldades do Estado de V. Ex^a.

Agora, gostaria de fazer um apelo não apenas a V. Ex^a, que apresentou, com veemência, a questão da Cide, mas a todo o Senado, ao Congresso: sem recurso, não temos como trabalhar. Os recursos da Cide são poucos. O que importa, como um primeiro gesto, é falar que o País tem consciência das dificuldades da infra-estrutura, dos malefícios que estas causam. E vamos trabalhar no sentido de aplicar mais; há certas coisas que não se consertam da noite para o dia.

Estou convicto de que, no decorrer de oito anos, com a aplicação da metade dos recursos da Cide, pelo Ministério dos Transportes, naquilo que motivou a sua criação – posso garantir não apenas a V. Ex^a, mas a todo o Senado, a toda a República –, teremos condições de modificar a feição da infra-estrutura no País.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, rigorosamente, o assunto que é objeto desta reunião, entre todos que deveriam ser levantados, seguramente é um dos prioritários e nos permite voltar ao passado, no sentido de termos, sobretudo, clareza do que não devemos fazer. Não há erro relevante em administração pública, no Brasil, que não tenha sido promovido na área de infra-estrutura.

O primeiro grande desvio é claramente o modelo de sistema de transporte desenvolvido pelo Brasil, quase todo rodoviário, o que já é notório, criticado e aceito. O segundo grande desvio, seguramente, foi a imensa incapacidade de manter, nessa questão, uma noção de médio e longo prazos. Na falta de um planejamento rigorosamente plausível, o que se deu foi uma administração conjuntural, com recursos declinantes e com grave repercussão para o sistema no geral. Um terceiro erro relevante, associado a este, é que os fundos para o financiamento do sistema rodoviário são precários e submetidos a regras não compatíveis com a boa administração de projetos de infra-estrutura, que são, por natureza, projetos de médio e longo prazos. A administração conjuntural, nesse caso, só faz aumentar o esforço público, o dispêndio público, e produz, seguramente, mais custos e desvios, que comprometeram as instituições no geral, nesse campo. Não seria imprudente reconhecer que até a qualidade da engenharia brasileira – que ainda é reconhecida – caiu nesse campo, nesse período de

falta de administração. De uma ou de outra maneira, ela perdeu nesse período.

O Brasil não tem como suportar um projeto de desenvolvimento consistente sem investimentos seguros, permanentes, responsáveis no setor rodoviário, de maneira particular, e no setor de transportes, de maneira geral. O caso da privatização das ferrovias é um exemplo disso. Ela é claramente malsucedida. O modelo de privatização do setor rodoviário, por sua vez, terá acertos, mas é claramente incompetente para enfrentar a questão rodoviária nacional. O próprio conceito de distribuição das responsabilidades públicas nessa área é também, no mínimo, imprudente. Recentes medidas de financiamentos ferroviários a Estados são altamente polêmicas, apesar de aprovadas por todos nós. O fato é que ou olhamos para frente e nos debruçamos numa estratégia planejada, ou não sairemos do lugar.

Um olhar rápido sobre o Ministério de V. Ex^a dá uma demonstração disso. E, neste instante, quero dizer que não cabe fazer oposição ao Governo e, de maneira especial, à Pasta administrada por V. Ex^a, porque me parece que, dos vários temas brasileiros, este é um que, por sua natureza, deveria unificar a todos nós. Todos devemos nos envolver num esforço para dar real prioridade às ações do Ministério dos Transportes.

Na minha cabeça, não há prioridade sem financiamento. V. Ex^a fala, com razão, em projetos emblemáticos defendidos por todos nós. Mas, em rigor, seus pés não estão calçados numa estrada firme. Tenho visto aqui alguns dados. Somente de "restos a pagar", V. Ex^a tem R\$685 milhões de recursos atrasados. É um número relevante. É claro que não se pode ter administração de obra razoável com pagamentos atrasados, que produzem desvios múltiplos, conhecidos por todos nós. Ao final de anos sucessivos, muita fatura, pouca engenharia e pouca obra, conforme citou, com muita clareza, o Senador Amir Lando.

Vejo também que, em relação ao Orçamento de 2003, a situação não está fácil, porque o seu orçamento é de R\$3,049 bilhões. Os dados até agora demonstram que apenas R\$139 milhões estão empenhados, ou seja, 4,5% do total. Não vai nenhuma crítica ao Ministro nem uma crítica ao Governo atual, porque esses desvios são recorrentes. Eu diria que são quase históricos. Se não mudarmos nossa atitude sobre esse plano da infra-estrutura, não sairemos do lugar, não construiremos um programa racional, limpo, seguro, transparente, que possa dar suporte, no plano da infra-estrutura, ao desenvolvimento econômico que todos desejamos para o Brasil.

Uma outra área que vejo estar num absoluto impasse é o sistema ferroviário. Não há possibilidade de investimento privado relevante nessa área e não há visibilidade sobre investimento público relevante nessa área. E há uma indispensável necessidade desses investimentos, por exemplo, na área do Nordeste, como em outras áreas.

Há uma linha férrea em grande parte litorânea, sinuosa, como é o litoral do Nordeste, absolutamente alógica, e não temos nenhuma ação prudente e responsável nessa área. O transporte ferroviário só tem perdido confiabilidade. Efetivamente, imaginar um modal de transporte seguro, articulado, racional, sem ferrovia é pensar em um projeto que não terá, não tem e jamais teve consequência lógica, sensata e que defendesse rigorosamente o interesse público e projetasse um futuro mais lógico para o sistema de transportes no Brasil.

Gostaria de dizer antes de mais nada que seria fundamental que o Ministério dos Transportes reunisse um conjunto de informações e que definisse um planejamento de médio e longo prazo; que esse planejamento se desse com um mínimo de articulação com os Estados, Estados que, no Brasil, estão vivendo uma crise federativa. Pelo menos 70% dos Estados brasileiros têm capacidade de investimentos definida.

Então, o papel do Governo Federal, nesse caso, terá de ser o de alavancador. Não pode esperar que Estados, a não ser alguns poucos, tenham capacidade de investimento significativo nessa área.

Como todos sabem, o sistema rodoviário é, por natureza, interligado. Para que o País dê certo, é preciso que haja uma interligação, e essa interligação pressupõe que Estados tenham o mesmo padrão de qualidade de investimentos, o que normalmente não acontece.

Nesse conjunto, tenho certeza de que V. Ex^a precisa ser apoiado, porque é preciso criar uma condição de reflexão para o médio e longo prazo. Não faz sentido que o Brasil não desenvolva isso agora. A inflação está sob controle, os padrões macroeconômicos estão relativamente seguros. Do ponto de vista objetivo, as políticas sociais sendo pensadas, experimentadas: umas são bem sucedidas, outras não. Mas do ponto de vista concreto, nessa área, a marca é a falta de definição – e, seguramente, não é a falta de vontade de V. Ex^a –, de priorização concreta, porque não há priorização real quando esses números são lidos. Não há possibilidade de um Ministro cumprir o seu papel, se começa a administrar com um buraco de seiscentos milhões, em obras que já foram fe-

itas, e projetando obras, que são indispensáveis, emergentes, conjunturalmente indispensáveis, muitas vezes sob pressão, o que não conduz à solução. Não será a pressão de um Estado ou de outro para resolver o pedaço de uma rodovia que vai devolver racionalidade a esse sistema.

Penso que é preciso um novo modelo, que tenha fonte de recurso garantida e permanente, para num planejamento, ao longo de dez anos, recompor a competitividade brasileira nesse cenário. É preciso uma infra-estrutura que tenha viabilidade concreta para suportar o desenvolvimento brasileiro, como suportou no passado e agora não suporta mais.

O fato é que, ao invés de ser, como foi em algum tempo, fator de alavancar o desenvolvimento econômico, o sistema de transportes hoje é um impedimento ao desenvolvimento econômico, é um bloqueio em várias cenas brasileiras da possibilidade de desenvolvimento.

A minha palavra, portanto, é para apenas constatar isso tudo e dizer que, mesmo sendo Senador de um Partido de Oposição, tenho certeza de que esse tema será conduzido com firmeza e com naturalidade aqui na Comissão de Infra-Estrutura do Senado – um bom plenário para isso. E, com a participação do senhor e de muitas pessoas que no Brasil valorizam a capacidade brasileira nesse campo e entendem a gravidade dessa situação e sabem que ela é emergente, não apenas nas pontas, mas principalmente no conjunto, daremos grande prioridade a isso e essa ação será no sentido de fortalecer o Ministério de V. Ex^a e de dotar o DNIT de uma estrutura qualificada, como já foi no passado, para recompor a capacidade brasileira nessa área.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador e ex-Governador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^s e Srs. Senadores, dado o adiantado da hora, tentarei ser bem breve e até mesmo pontual, já que o meu Estado não me perdoaria se eu não falasse um pouco dos seus problemas.

Antes de mais nada, registro a avaliação que o Senador Sérgio Guerra acabou de fazer sobre a questão vista de um ângulo bem amplo, bem geral. Sem dúvida nenhuma, como S. Ex^a mesmo reconheceu, essa questão remonta a muitos anos. O Brasil deu um passo à frente e dois atrás quando optou por um modelo rodoviário exatamente no governo de um líder, Juscelino Kubitschek de Oliveira, indiscutivel-

mente um governo progressista e desenvolvimentista. Parece até um paradoxo que, sendo desenvolvimentista, aquele Governo tenha marcado um passo à frente e dois atrás no que diz respeito ao modelo de transportes no Brasil, permitindo que o setor rodoviário dominasse a cena econômica do Brasil, jogando-nos nessa situação.

Fui empresário exportador, muito jovem ainda, e sou testemunha do tempo em que o Brasil transportava, embora de forma incipiente, sobre trens, sobre rodas de ferros e sobre hidrovias. A Rede Ferroviária Nacional foi consequência dessa nova política. Inclusive no Brasil, quando se quer tirar a posição de defesa de alguém, inventa-se um estigma pessimista: extinção de ramal ferroviário antieconômico. Considero antieconômico para o País não ter nenhum sistema ferroviário eficiente e que realmente possa transportar a custos baixos e compatíveis com a própria economia do País a sua produção e os seus passageiros.

O Senador Sérgio Guerra, nesse ponto, tem inteira razão. Como S. Ex^a se classificou – aproveito enquanto S. Ex^a está no plenário – como membro da Oposição, lembro que o Governo Fernando Henrique Cardoso, que até apoiei, não foi exceção a essa regra. A questão rodoviária durante o Governo Fernando Henrique Cardoso foi tratada como uma questão de terceira classe, como uma questão de terceiro nível. Tenho exemplo disso nas nossas relações administrativas, nas nossas parcerias. Fizemos um convênio para a duplicação da Transamazônica, que se inicia, para que todos saibam, no Estado da Paraíba, na cidade de Cabedelo, nosso único porto. Decidi bancar quase sozinho a construção da estrada. Pelo convênio, devíamos gastar 10% mais os custos administrativos, terminamos gastando 67% para a obra não ficar no meio do caminho, como muitas outras obras rodoviárias neste País. A duplicação da BR-230, entre a cidade de Cabedelo, passando por João Pessoa, e a cidade de Campina Grande, hoje é uma realidade.

Mas eu estava, Sr. Ministro, olhando esse resumo de sua exposição ao Presidente da República sobre a problemática rodoviária e de transportes de um modo geral no nosso País. Essa exposição foi feita, segundo está escrito aqui, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vi alguns tópicos, mas quero destacar apenas um, pelo adiantado da hora. Espero ter outra oportunidade – não sei se V. Ex^a está gostando desta e se está disposto a repeti-la, mas nós aqui estamos gostando muito, porque essa discussão está se tornando informal e objetiva.

Tomei conhecimento da chamada duplicação da BR-101 entre Natal e a Bahia, Feira de Santana, e dizia a minha colega de Santa Catarina que, exatamente no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu integrava uma comitiva do Mercosul. Na volta de uma das reuniões do Mercosul, em Boinas Aires, fizemos uma escala em Florianópolis, para que o Presidente lançasse a duplicação da BR-101. Consultei a colega e ela me disse que a obra foi realmente concluída naquele trecho prometido pelo Presidente. Mas, coincidentemente, naquele momento, o Presidente anunciou – talvez até numa política da camaradagem, de atenção – a duplicação da BR-101 – o mesmo trecho anunciado agora pelo Governo Lula –, que não foi efetivado, absolutamente nada. Inclusive não sei se o projeto foi concluído.

Pergunto a V. Ex^a se esses recursos para a duplicação da BR-101 já estão projetados para o presente mandato e para a sua gestão?

O SR. ANDERSON ADAUTO – No sentido sul ou norte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Norte, de Natal até Feira de Santana. Porque não preciso me preocupar com o sul, mas sim V. Ex^a, que é de lá. Na nossa visão, Minas Gerais pertence ao centro-sul. Eu me preocupo com a minha aldeia, com a minha Região, o Nordeste brasileiro, que realmente ficou – e o Senador José Jorge sabe disso – esperando por uma outra promessa de Presidente.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando visitou a Sudene e o Nordeste pela primeira vez, fez a promessa solene de investir maciçamente no turismo – aí incluídas rodovias, inclusive essa duplicação –, e não saiu do ar essa palavra. Aliás, ela só durou enquanto zôou – como dizemos na gíria nordestina. Nada foi feito nesse sentido, o Nordeste continua esperando.

Quanto à Ferrovia Norte-Sul, anunciada e iniciada no Governo Sarney, lembro-me de que naquela época houve uma celeuma terrível. Diziam, com um certo humor: Vamos resolver esse problema para acabar com essa celeuma na imprensa centro-sulista. Ao invés de Rodovia Norte-Sul, façamos a Sul-Norte, assim todo mundo vai aceitá-la.

Infelizmente, esse comentário um tanto humorístico do anedotário político brasileiro revela muito bem a má vontade, a forma preconceituosa com que encaram as questões nordestinas no Brasil. Mas não é essa a posição de V. Ex^a, nem acredito que seja a posição do Governo Lula. Não porque o Lula nasceu no Nordeste, porque a questão tem mais importância por ocorrer na região onde nascemos, mas pela cabe-

ça das pessoas. Já tivemos muitos Presidentes nordestinos que não tiveram a compreensão de encarar o Nordeste como uma questão nacional.

Acredito que com o Lula será diferente, até pela doutrina, pelo programa de seu Partido e pela formação democrática de suas lideranças. Não quero aqui me alinhar entre os que, como Paulo Guerra, são adversários do Governo, porque lá, enfrentando inclusive o nosso próprio Partido, decidimos pela candidatura de Lula desde a primeira hora. E por isso mesmo estamos apostando nisso. Mas gostaríamos que V. Ex^a objetivamente nos desse informações para nossa tranquilidade e, muito mais, para a tranquilidade do povo do nosso Estado, Paraíba, e de outros estados nordestinos. Inclusive o Presidente José Jorge, para manter a imparcialidade de juiz que preside uma reunião, disse: Vamos pedir uma estrada para a nossa região. Pelo visto aqui na exposição de motivos de V. Ex^a não precisa pedirmos, mas saber quando isso vai se dar efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Assessores, em primeiro lugar, cumprimento a Senadora Ideli Salvatti pela iniciativa, sem dúvida nenhuma uma iniciativa brilhante, uma vez que todos os estados clamam por uma explicação a respeito de nossas estradas.

Sou Senadora pelo Estado de Goiás. Gostaria, antes de iniciar as perguntas, de cumprimentá-lo pela sua exposição, de dizer do entusiasmo que temos com a forma organizada, com a forma didática com que V. Ex^a apresentou seu projeto por um período, estabelecendo claramente as metas, estabelecendo, enfim, uma diretriz para essa área.

Como Senadora por Goiás, recentemente o Governador juntamente com a Bancada de Goiás esteve no Ministério de Transportes reclamando e pedindo apoio para a recuperação das estradas estratégicas do nosso Estado, estradas essas responsáveis pelo escoamento da produção, uma vez que, este ano, temos uma grande produção, que deverá ser escoada numa situação de quase calamidade nas estradas federais. Gostaria de saber o andamento das ações relativas àquele pleito.

Gostaria de saber ainda a respeito do processo de descentralização das estradas federais não estratégicas, que foram objetos de um convênio entre o Governo brasileiro e o BID, parece-me, e que acabou

sendo aprovado aqui por meio de uma medida provisória, votada aqui no Senado recentemente. Em relação a isso, gostaria de saber se o processo de descentralização continuará, se existe já uma formulação de uma política articulando os três níveis de Governo, estabelecendo as atribuições de cada um. Gostaria de saber também se a Cide seria descentralizada, juntamente com as estradas, uma vez que o Presidente Lula tem repetido várias vezes aos Governadores que o pensamento dele é repartir a Cide com os estados. Quero aqui afirmar a importância desse recurso para a manutenção dessas estradas que, se foram descentralizadas, porque não é possível manter um sistema sem que haja o recurso financeiro correspondente.

Por fim, desejaria de saber se realmente a Cide for descentralizada ou repassada aos estados, acompanhando o projeto de descentralização, quais os critérios de distribuição para os estados.

A outra pergunta diz respeito à arrecadação das multas de trânsito. Sou autora de um projeto de lei que destina uma parte desse recurso para os hospitais de recuperação das vítimas de trânsito. Qual o valor arrecadado em 2002? Qual a sua destinação?

No mais, agradecer V. Ex^a por essa paciência e dizer da minha satisfação em vê-lo aqui explicando um problema que aflige a todos nós, em todos os estados da Federação.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senadora.

Agora passo a palavra ao Ministro para que possa responder aos Senadores Sérgio Guerra, José Maranhão e Lúcia Vânia.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma pena o Senador Sérgio Guerra não estar presente. Mas, Sr. Presidente, teria satisfação em fazer novamente a apresentação feita aos Senadores e à Comissão ao Senador Sérgio Guerra, porque tudo o que S. Ex^a comentou inicialmente bate com tudo que dissemos sobre o programa. Apresentamos, em primeiro lugar, apenas para recapitular, os problemas que o setor tem hoje. Em segundo lugar, apresentamos as soluções, como que avaliamos...

A SRA. LUCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A SRA. LUCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Acabei de dizer para o Senador Sérgio Guerra exatamente o que V. Ex^a disse sobre S. Ex^a.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Em terceiro lugar, apresentamos também as dificuldades de ordem financeira. Em nenhum momento, escondemos as dificuldades de ordem financeira; pelo contrário, todos os momentos em que um Senador da República colocava um apoio à Cide aproveitava para dizer que, realmente, precisamos da Cide para poder dar soluções aos problemas que existem hoje no setor de infra-estrutura. Então, os pés estão bem calçados. Não tenho dúvida disso. Sabemos o que estamos dizendo com relação aos problemas, às soluções e os caminhos que teríamos.

Sr. Presidente, estou à disposição do Senador Sérgio Guerra para, em outro momento, fazer uma apresentação a S. Ex^a sobre tudo o que se abordou aqui.

Segundo, o setor ferroviário tem condições de investir? Tem. Prova disso é que a Vale do Rio Doce está investindo agora já US\$300 milhões, exatamente porque optou em ser uma empresa de logística. Ela, obviamente, está fazendo os investimentos. Diferentemente, por exemplo, da Ferrovia Noroeste, sobre cujo funcionamento o Senador Ramez Tebet se pronunciou.

Não podemos colocar todas as concessionárias ferroviárias do Brasil numa cesta só. Temos algumas que estão indo bem e outras que não estão. E ainda bem que as que não vão bem são minoria. Temos duas que não estão indo bem, e iremos começar um processo exatamente de cobranças, de metas, porque, no momento em que as ferrovias foram concedidas, metas foram estabelecidas e realmente não estão sendo cumpridas. Não por todas, mas temos duas que não estão cumprindo.

Também foi comentado, como o Senador Sérgio Guerra falou, a necessidade de participação dos governadores com as suas respectivas prioridades. Já detectamos as nossas prioridades, temos os valores aproximados, mas não tem como o Governo Federal atingir as suas metas sem levar em conta as necessidades não apenas dos governadores, mas também dos Parlamentares, que têm as suas prioridades regionais. Naturalmente, o Governo tem que ter sensibilidade para isso.

Senador José Maranhão, objetivamente, não tenho nenhuma informação concreta sobre eventual início de obras na BR-101 norte, nem o processo licitatório em curso temos definido. O quadro com relação à BR-101 sul é o que encontrei quando cheguei.

Quero aproveitar para dizer que, realmente, não tenho nenhum preconceito contra o Nordeste; muito pelo contrário. Acredito que nós que nascemos em

Minas passamos a ter, naturalmente, uma visão muito clara dos problemas do Brasil porque fazemos limites com toda a realidade do sul, representada muito bem pelo Estado de São Paulo, e temos fronteira com a Bahia, que são nossos vizinhos ao norte.

Mas estamos afirmando que a BR-101 norte tem no norte a mesma importância que tem no sul e precisa, portanto, ser duplicada.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sem querer apartear-lo, e já apartear, não é essa também a nossa visão, até por que deixei bem claro aqui que a questão de ter espírito não é preconceituoso no nordeste. O que pesa menos é o pessoal e o que pesa mais são as decisões e a estrutura. Não há dúvida alguma de que os ministérios são estruturalmente centro-sulistas, o que pesa muito.

Citei o exemplo concreto do anúncio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em alto e bom som, em Santa Catarina, depois repetido no nordeste, de duplicação desse mesmo trecho, que o seu governo, o nosso governo está anunciando também.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Desculpe, Senador, estou anunciando a necessidade real e concreta de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador, um momento, por favor.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Prefiro que V. Ex^a tenha falado com a sinceridade com que falou a deixar a questão vaga, porque estamos falando para o Brasil inteiro. Assim como o seu Estado está ouvindo o que V. Ex^a diz aqui, o meu também está. É claro que quem cala consente. Se eu ficar silencioso, mais tarde serei, não somente cobrado, mas, sobretudo, responsabilizado pelo que se fez ou pelo que não se fez de tudo o que se disse aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O Senador José Maranhão, teve a palavra concedida **a posteriori**, para efeito da gravação. Se não, infelizmente, não saberão quem falou.

Volto a palavra ao Ministro para que possa responder às perguntas e continuar a sua explicação.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Senadora Lúcia Vânia, após os contatos feitos com a Bancada, percebemos a necessidade de uma ação imediata junto com o Governador do Estado, no sentido de fazer uma operação emergencial e provisória de tapa-buraco, porque estavam em curso, ou para iniciar, os processos licitatórios de grande parte das rodovias para as quais foram solicitadas obras de recuperação.

Então, seria feita essa operação tapa-buraco emergencial, provisória, em convênio com o Governo

estadual, sendo que o Ministério dos Transportes repassaria os recursos e a agência de transportes do Estado executaria os trabalhos. Esse convênio está pronto. Na próxima semana iremos assiná-lo e as obras serão iniciadas imediatamente.

O Programa de Descentralização das Estradas ele permanece, mas a Medida Provisória nº 82, na verdade, não cumpre esse papel, infelizmente, Senadora. O ideal seria se cumprisse. Mas todos os Governadores que hoje, naturalmente, após a votação e aprovação da medida provisória, vão bater nas portas do Ministério, não farão isso exatamente para descentralizar e cuidar das rodovias, mas para fazer a mesma coisa que foi feita no primeiro momento da medida provisória, isto é, resolver outros problemas financeiros do Estado.

A estrada foi utilizada como álibi. Na verdade, Minas, meu Estado de origem, pagou o décimo terceiro salário com esses recursos. Então, o caminho não é a Medida Provisória nº 82.

Estamos tomando as providências necessárias agora, num segundo momento, porque será de responsabilidade do Ministro. Estamos criando todos os mecanismos de defesa para determinar a forma de cumprir o que determina a medida provisória, mas levando em conta a realidade das estradas e o objeto também. O art. 4º, ou 5º, da medida provisória é muito vago e permite essa situação que foi criada.

O processo de descentralização continua. Estamos prontos a receber qualquer solicitação dos Governadores nesse sentido.

Quanto à descentralização da Cide, pelo menos o que me consta até agora, Senadora, existe um pleito, uma vontade, um desejo dos Governadores, manifestado, com todas as letras, na última reunião deles com o Presidente, mas apenas um pleito. A lei não estabelece isso. Mas já é uma avaliação pessoal do Ministro, e não do Governo, que podemos avançar, até porque, quando colocamos a necessidade de o País ter um plano nacional de infra-estrutura, e esse plano tem que levar em conta a necessidade dos Estados, então, naturalmente, teríamos um plano nacional que seria executado com recursos da Cide. A partir do momento em que ele atende ao Governo Federal com as suas prioridades e aos Governos estaduais, naturalmente, a verba da Cide estaria sendo compartilhada com os Estados também. Agora, não existe absolutamente nada de concreto até o presente momento, a não ser o pleito dos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador César Borges, próximo inscrito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, tive um compromisso, tive que sair da reunião, e estou retornando pois não queria perder a oportunidade de estar aqui para dialogar com o Ministro dos Transportes, Dr. Anderson Adauto. Esta é uma oportunidade ímpar, uma vez que, não fazendo parte da base do Governo, é mais difícil a ligação entre Senado e Senadores com os Ministérios.

Ouvi um pouco da sua resposta ao Senador José Maranhão. Mas minha preocupação, Sr. Ministro, diz respeito a essa desigualdade regional que existe no País, que se reflete na malha rodoviária e nas obras do setor de transportes e também na infra-estrutura. Infelizmente, não depende, muitas vezes, da vontade da pessoa. Não tenho dúvida nenhuma, tenho certeza de que V. Ex^a deve ter ligações fortes com o Nordeste brasileiro, como bom mineiro. No entanto, esta é a realidade. Vou lhe dar só um exemplo: a Confederação Nacional dos Transportes fez um **ranking** das estradas brasileiras. Entre os dez piores trechos rodoviários, dos 75 avaliados, nove estavam situados no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, apenas um estava no Sudeste e nenhum no Sul. Com relação às dez melhores ligações rodoviárias do País, somente uma se encontrava fora do Sul e Sudeste. Sabem onde fica? Na Bahia, e é uma rodovia estadual. É a ligação entre Salvador e Aracaju, via Linha Verde, que foi construída pelo Estado. Trata-se de uma concessão, a única concessão – o que é mais uma discriminação, porque concessão rodoviária só deu certo no Sul, porque lá não temos volume suficiente. Então, a única concessão feita está na Bahia, deu certo e a pista está sendo duplicada. Essa ligação foi enquadrada entre as dez melhores.

Então, veja V. Ex^a a discriminação: a Bahia é um Estado do tamanho da França, atravessado por, aproximadamente, 15 estradas federais, das quais 13 estão em péssima situação. E as nossas estradas federais não servem unicamente à Bahia. Elas são vias de ligações importantíssimas entre Nordeste, Sudeste, Norte, Sul, regiões atravessadas por essas rodovias. Mas são importantes, muito importantes para nós.

Temos 8% da malha rodoviária federal. Historicamente, só temos 4% dos recursos aplicados para manutenção e conservação das rodovias no Estado da Bahia, que é a sexta maior economia e o quarto maior Estado do País em extensão territorial e também em população. Infelizmente, essa é a realidade.

V. Ex^a deve ter o mapa. Se olhar a BR-116, que é a famosa Rio-Bahia, verá que há trechos que vão da divisa de Minas até a cidade de Feira de Santana,

principalmente nos trechos de Conquista, Poções, Jequié, em péssima situação. Ainda temos um único pequeno trecho inconcluso ainda na BR-116, em Ibó. Houve a promessa, que não foi cumprida, do Governo passado de concluí-lo. Mas o trecho deve estar nas suas preocupações. O Estado arcou com 35%. Damos uma contrapartida, mas, até hoje, infelizmente, o trecho não foi concluído. Lá está sendo iniciada a ponte sobre o rio São Francisco, para ligar com o vizinho Estado de Pernambuco.

Temos problemas na BR-110, que liga a Paulo Afonso, importantíssima para toda a malha rodoviária do Nordeste brasileiro. A BR-110 está entre as dez piores estradas brasileiras nessa listagem, e ela também não tem tido a atenção do sistema. Quero até fazer a ressalva de que V. Ex^a entrou há três meses, e esta é uma questão histórica, que vem se deteriorando com o tempo. Não é culpa deste Governo nem da sua administração. V. Ex^a herdou uma situação semi-caótica e o Presidente da República e o Ministro da Fazenda têm que ter sensibilidade para ver que é um patrimônio brasileiro, um patrimônio nacional que está sendo dilapidado, destruído pelo tempo, pela cargas excessivas. O transporte básico do Brasil é rodoviário. Então, nós temos que cuidar das estradas. E se não houver sensibilidade, nós vamos entrar no caos.

A Bahia é um Estado que se desenvolve, fez seu ajuste fiscal, mas é terrível, Sr. Ministro, não termos logística de transporte. Essa logística basicamente está na responsabilidade do Governo Federal. Temos feito empréstimos – fui Governador do Estado – com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Estamos no Segundo Corredores Rodoviários – 2. Primeiro, são 250 milhões de dólares e agora, novamente, 250 milhões de dólares. As nossas estradas estaduais estão sendo destruídas porque, estando a malha rodoviária federal em péssimo estado, as cargas se desviam e procuram os caminhos das estradas melhores, das estaduais, que não foram projetadas, não têm estrutura para receber cargas pesadas. Então, temos que colocar policiais nas estradas para impedir isso, mas não podemos fiscalizar vinte e quatro horas por dia. Essa é a situação.

Então, temos a 116, a 110, a 242, que liga Salvador a Brasília. O trecho que vai de Arguim, pouco depois de Feira de Santana, até Ibotirama está em estado precaríssimo. Essa estrada é importantíssima, porque toda a região do oeste de Barreiras, que é uma nova fronteira agrícola, que produz hoje três milhões de toneladas de soja, escoia basicamente para o porto de Ilhéus, usando parte da 242, utilizando as

estradas estaduais, destruindo-as, porque essa malha rodoviária federal está nessa situação.

Assim nós temos também a 407, que faz uma ligação importantíssima hoje, enquanto a BR-116 não está concluída, no trecho de Ibó. Hoje o tráfego vai pela 324, depois entra para a cidade de Tanquinho e depois para o Senhor do Bonfim. A 407 está em péssima situação. Por aí trafega toda a riqueza do Estado de Pernambuco, Paraíba, Ceará, passa por essa estrada, por Juazeiro, e está em péssima situação.

Temos a 135 no Oeste, que liga o Piauí a Barreiras, e aqui também para Brasília, no trecho de Riachão das Neves, junto de Barreiras.

Então, essa é uma situação que está estrangulando a capacidade de desenvolvimento do Estado e trazendo ônus excessivos para o Governo do Estado.

No setor ferroviário, Sr. Ministro, está feita a concessão à Ferrovia Centro-Atlântica, mas precisa haver investimento.

Nós levamos a Ford, que já vai trazer motores de Taubaté por essa rodovia e aço de Minas, mas foi preciso que a Ferrovia Centro-Atlântica desse um desconto por conta do imobilizado do período, porque uma carga demora 30 a 60 dias de São Paulo a Camaçari, na Bahia. Então, para que a Ford pudesse contratar os seus serviços, a empresa deu um desconto por conta do capital imobilizado nesse período.

Temos o problema seriíssimo em Cachoeira São Félix. Não sei se V. Ex^a já sabe. O trem atravessa, a composição precisa se desmembrar e passa três dias fazendo manobras para atravessar o gargalo que é a ponte D. Pedro II, construída por D. Pedro II. Essa é uma situação contra a qual todos nós lutamos, infelizmente.

A situação portuária não é diferente. Há algum tempo o Governo do Estado investiu em estudo – mas claro que tem que ser feito pelo Governo Federal em parceria –, que é a hidrovía do São Francisco, tão importante para a Bahia como para o Estado do nosso Presidente, Pernambuco. O objetivo seria escoar soja de Barreiras pelo porto de Juazeiro, pelo porto de Suape e também pelo porto de Aratu. Essa é uma outra situação.

Sr. Ministro, eu vi também V. Ex^a conseguir um acordo com a Petrobras. A Petrobras tem cobrado preços internacionais em os seus produtos, inclusive cobrando frete e internalizando esses custos. Penso que é algo despropositado. No entanto, imagine V. Ex^a que comprar – e lá nós já fizemos isso, porque os contratos das empresas com o Estado tiveram um desequilíbrio econômico devido a alta dos preços; em

um ano e meio a dois, o valor dos produtos betuminosos subiu 160%. Mas V. Ex^a disse que conseguiu um acordo com a Petrobras. Espero que seja extensivo aos Estados, porque a situação, hoje, é esta: ou compra-se ou até mesmo a empresa não participa da licitação, e também não é vantajoso. Então, que isso pudesse ser estendido aos Estados.

Sr. Ministro, na verdade, desejo colocar essas questões para que V. Ex^a conheça como é, hoje, a situação do Estado da Bahia. Trata-se da sexta maior economia do País e estamos tendo todo o nosso desenvolvimento atrelado à logística de transporte rodoviário, ferroviário, portuário e hidrovíário, porque o aeroviário, felizmente, vai bem e porque o Estado tem construído aeroportos e tem sido parceiro da Infraero – fizemos um novo aeroporto em Salvador, em Ilhéus, em Barreiras e assim por diante.

Quero, então, desejar muita boa sorte porque sei que é uma missão extremamente desafiadora. Penso que o Governo Federal deve olhar essa questão com muito carinho. Sei das dificuldades, mas é vital para o desenvolvimento econômico do nosso País. E, mais uma vez, clamo para que olhe de forma específica para o Nordeste. Eu não sei se, neste momento, a prioridade seja a construção dessa via litorânea duplicada. Seria muito bom, mas acho que recuperar toda a malha e até concluir algumas estradas que estão paradas há muito tempo como, por exemplo, a BR-030 seria o ideal.

Não sei se V. Ex^a sabe, mas projetou-se na década de 60 que o porto de Brasília seria na Baía de Camamu, no Estado da Bahia, e a BR-030 seria a rodovia de ligação.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Conheci Camamu.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É muito bonito. Lá temos uma obra portuária que não serve absolutamente para nada. É dinheiro público jogado fora e a estrada, também, não foi concluída. Nós temos a BR-135 – que, ainda, é no oeste – para desbravar 4 milhões de hectares que poderão ser utilizados para uma agricultura moderna. Nós temos a BR-235 que liga o Porto de Sergipe à cidade de Juazeiro, com obras, também, praticamente paradas – ou o Estado faz ou o Governo Federal não faz.

Essa é a situação do meu Estado e agradeço a atenção de V. Ex^a. Eu queria trazer ao conhecimento de V. Ex^a para que, dentro das muitas dificuldades, V. Ex^a pudesse, também, olhar um pouco para a Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador César Borges.

Uma vez que não temos nenhum Senador inscrito, tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Nobre Senador e Governador César Borges, eu gostaria de dizer da satisfação de concluir a minha reunião aqui, ouvindo.

Penso que diria melhor das ações do Governo Lula se nós pudéssemos, no final do ano, nos encontrar e V. Ex^a fazer um comparativo. Por exemplo: o que nós gastamos na recuperação da malha viária de Minas Gerais – que é o meu Estado – e o que nós gastamos na recuperação da malha viária do Estado da Bahia. Minas Gerais tem o maior número de quilômetros de rodovias federais e a Bahia vem em segundo lugar – não é isso?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É isso. A Bahia tem 4.237 quilômetros de rodovias federais.

O SR. ANDERSON ADAUTO – Nós devemos ter alguma coisa em torno de 50% a mais do que no Estado de V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Uns 7 mil quilômetros...

O SR. ANDERSON ADAUTO – Exato. Então, Sr. Senador, eu gostaria de dizer que sobre o critério de distribuição – porque prioridade, realmente, é quando se coloca dinheiro. Sem dúvida, foi dito aqui e é isto: priorizar precisa de recursos; vem e coloca efetivamente os recursos.

Eu levei ao Presidente a distribuição inicial do Programa de Recuperação, e posso dizer a V. Ex^a que ficou acertado e estabelecido com o Presidente da República que a distribuição dos recursos vai se conduzir, rigorosamente, dentro desta ordem: o Estado onde existe a maior malha, naturalmente, vai receber maiores recursos; o segundo Estado receberá o segundo maior volume de recursos, até porque em todos os Estados só muda a geografia. A realidade das estradas é a mesma. Onde nós temos muitas rodovias, existem muitas rodovias deterioradas. Onde temos um número médio de quilômetros, nós temos também um número médio de quilômetros deteriorados. Onde é pequeno, é menor, mas, em termos proporcionais, dá-se o mesmo, a história é a mesma.

Então, quero garantir ao senhor que as verbas serão distribuídas rigorosamente dentro da necessidade e, pela avaliação inicial que fizemos – não é, Dr. Mota? –, está rigorosamente dentro disso. Primeiro é o Estado de Minas, segundo é a Bahia, terceiro é o Rio Grande, até lá pelo sexto, sétimo Estado em termos de quilometragem, pela avaliação que fizemos

das necessidades, bate. A distribuição do recurso tem que acontecer rigorosamente dentro desse critério. Então, posso afiançar ao senhor que será dessa forma.

O acordo com a Petrobrás – pelo menos a proposta inicial é essa e acredito que ele vai se fechar assim – é um esforço nacional entre a nossa empresa estatal e os entes federados para podermos fazer uma operação de salvamento da malha viária do País.

Vamos começar com o Governo Federal, obviamente, mas a intenção é exatamente repassar para os Estados nas mesmas condições que estaremos fazendo com o Governo Federal. Essa é a linha de raciocínio que foi montada a estruturação desse acordo.

Com relação às obras inacabadas, Senador, disse aqui – talvez num momento em que o senhor estava fora – que a segunda prioridade do Governo é essa. A primeira então seria a recuperação da malha e a segunda, as obras inacabadas.

O senhor se referiu à baía de Camamu. De lá ao Outeiro das Brisas é o caminho da nossa roça, sempre e já há muitos anos. Temos uma grande admiração pelo Estado da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a sabe que as praias dos mineiros todas estão na Bahia, não é? Eu inclusive já disse que Minas pode se utilizar de Alcobaça, Caravelas e há a rodovia 418, que sai de Minas e vem para a Bahia também, que não foi concluída. Falta um trecho de setenta quilômetros para ligar a BR-101 à cidade de Caravelas, para chegar às praias mais facilmente os mineiros, que são bem-vindos e podem tomar conta de todo o extremo sul da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito bem, Senador César Borges.

Ministro, com a resposta de V. Ex^a, nós chegamos ao final desta nossa reunião. Gostaria de agradecer a presença de V. Ex^a e pedir desculpas pelo fato de, no final da reunião, não termos a quantidade de Senadores desejada, mas isso aqui infelizmente é sempre assim.

De qualquer maneira, penso que sua exposição foi muito esclarecedora. Vamos acompanhar o trabalho de V. Ex^a e vamos colaborar. Nós, da Oposição, vamos fiscalizar, mas estaremos sempre juntos no sentido de oferecer o melhor ao nosso País.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h50min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 11a. REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA 5ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª
LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE
MAIO DE 2003 ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas do dia vinte e sete de maio de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Junior, Serys Slhessarenko, Duciomar Costa, Valdir Raupp, Gérson Camata, Gilberto Mestrinho, Rodolpho Tourinho, César Borges, Luiz Otávio, Leonel Pavan, Osmar Dias e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Magno Malta, Ideli Salvatti, José Maranhão, Valmir Amaral, Amir Lando, Paulo Octávio, João Ribeiro, Sérgio Guerra, Marco Maciel, Teotônio Vilela Filho, João Batista Motta e Sibá Machado. Reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002. Terminativo. Ementa: Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262, no Estado do Espírito Santo. Autor: Senador Gérson Camata. Relator: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Adiado. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2001. Não Terminativo. Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Autor: Senador Osmar Dias. Relator: Senador Luiz Otávio. Relatório: Favorável, pela aprovação da matéria. Resultado: Concedido vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias. Devolvido com voto em separado do Senhor Senador Delcídio Amaral. Iniciada a fase de discussão da matéria, fazem uso da palavra os Senhores(as) Senadores(as) Osmar Dias, Augusto Botelho Rodolpho Tourinho, Luiz Otávio e Serys Slhessarenko. Passa-se a fase de votação, oportunidade em que a Senhora Senadora Serys Slhessarenko solicita a Presidência que proceda a verificação de quorum, ocasião em que o

Senhor Presidente defere a questão de ordem e, após a chamada nominal dos membros presentes, verificou a ausência de quorum qualificado para proceder com a votação. Resultado: Adiada por falta de quorum a votação da matéria. Obs: Fica adiado o processo de votação para a próxima reunião, onde deverá constar como o primeiro item da pauta para o prosseguimento da votação da matéria. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2001. Não Terminativo. Ementa: “Altera a redação do artigo 4º da Lei nº 6528, de 11 de maio de 1978, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água residencial unifamiliar. Autor: Senador Paulo Hartung. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Relatório: Favorável a aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Extra-Pauta. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2000. Terminativo. Ementa: “Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de desestatização”. Autor: Senadora Heloísa Helena. Relator: Senadora Serys Slhessarenko. Relatório: Favorável a aprovação do projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatora. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. Senador José Jorge, Presidente.

PRESIDENTE O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Já temos **quorum** para deliberar sobre os projetos não-terminativos. Início propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores favoráveis à dispensa da leitura da ata queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Temos três projetos na pauta. O Item nº 1 é um projeto terminativo. Se todos concordarem, vamos fazer uma inversão da pauta e começar pelo Item nº 2, um projeto não-terminativo.

Item nº 2:

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2001, não terminativo, que “altera dispositivo da Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência

Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.”

Autor: Senador Osmar Dias.

Relator: Senador Luiz Otávio, que não está presente.

O relatório é favorável à aprovação da matéria.

Em 4 de dezembro, o projeto foi relatado e aprovado na CAE, pelo Senador Waldeck Ornélas. Após sua apreciação na Comissão de Infra-Estrutura, irá para a CCJC em caráter terminativo.

Foi devolvido com voto em separado do Senador Delcídio Amaral.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, autor do projeto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tive oportunidade de me manifestar a respeito desse projeto que apresentei por ocasião da crise de energia, quando V. Ex^a era Ministro de Minas e Energia e Vice-Presidente, se não me engano, da comissão coordenada pelo ex-Ministro Pedro Parente que, no auge da crise de energia, propôs uma série de medidas, entre elas a proibição da cobrança da taxa mínima de energia. Qual era o objetivo daquela comissão? Estimular a economia de energia para que o País saísse daquela crise e ultrapassasse aquele período difícil.

Se era bom durante o período de crise, se estimula realmente a economia de energia, porque os consumidores de baixa renda procuram gastar menos para se valerem dos benefícios dessa redução, então, a idéia é boa também para ser colocada em prática por meio de uma lei, já que os consumidores de baixa renda têm na energia elétrica um fator de despesa com influência muito grande no salário. Os consumidores de baixa renda têm de economizar mesmo energia, água, telefone, enfim, esses serviços, porque, se não economizarem, o salário mal dará para fazer frente a essas despesas.

O meu objetivo foi o de apresentar um projeto que, primeiro, oferecesse aos consumidores de baixa renda essa possibilidade de economizando gastar menos com energia elétrica e contribuir com o País. O outro objetivo refere-se ao senso de Justiça. Ninguém pode pagar pelo que não consumiu. Então, a dona de casa que gastou 30 quilowatts/hora naquele mês é obrigada a pagar 100 quilowatts/hora por ser a taxa mínima? Não é justo, pois ela fica desestimulada a economizar.

Podemos imaginar uma casa de dois ou três cômodos, com dois ou três bicos de luz, se a dona de casa não tiver qualquer benefício em economizar, não vai desligar a luz, não vai desligar um aparelho eletrodoméstico para levar essa economia que traz benefícios para ela e sua família. Assim, o Brasil perde, porque perde a oportunidade de economizar energia, e a família de baixa renda perde, porque vai ter de gastar parte do seu salário para pagar o que não consumiu.

O Senador Delcídio apresentou – e até o Senador Augusto Botelho havia levantado naquele dia uma questão, ao discutir o projeto – a seguinte questão: com o objetivo de alcançar os consumidores de baixa renda e beneficiá-los, o projeto – disse S. Ex^a – acaba por também alcançar aqueles consumidores que têm uma casa na praia, que têm um apartamento que está desocupado e que hoje são obrigados a pagar a taxa mínima de energia. Com a lei que estou propondo, eles seriam desobrigados desse pagamento. Mas é isto mesmo: se não consumiram, por que são obrigados a pagar?

O substitutivo do Senador Delcídio Amaral poderia até ser contestado tecnicamente, porque ele muda completamente o projeto, a ementa não tem nada a ver com a ementa do meu projeto. Mas não quero nem levar por esse lado.

Sr. Presidente, entendo as razões do Senador Delcídio para apresentar o substitutivo, propondo a seguinte mudança no meu projeto: “Serão beneficiados apenas os consumidores da subclasse residencial baixa renda”.

A diferença é que, no meu projeto, o valor a ser pago pelo consumidor será aquele efetivamente consumido. Por todos os consumidores! S. Ex^a, em seu substitutivo, exclui uma boa parte dos consumidores, para dizer que os da subclasse residencial baixa renda serão os únicos beneficiados.

Deixo essa questão para que cada Senador reflita segundo sua consciência, mas o meu pensamento é o de que ninguém deve ser obrigado a pagar pelo que não consumiu. Também não se pode – quero avisar que não tenho e não quero ter casa na praia – qualificar os donos de casas de praia de milionários e, portanto, de não precisarem do benefício de uma lei que está propondo apenas Justiça. A casa de praia de muitos cidadãos muitas vezes é fruto da economia de uma vida inteira, resultado de uma poupança feita durante uma vida, e esse cidadão é obrigado a pagar uma luz que não consumiu. Mas por que ele é obrigado a pagar uma luz que não consumiu? Essa é a questão fundamental.

A diferença entre o projeto que apresentei e o substitutivo do Senador Delcídio Amaral é que S. Ex^a entende que todas as famílias que não são classificadas como residencial de baixa renda devem continuar pagando a taxa mínima, beneficiando as distribuidoras. As distribuidoras são as únicas beneficiadas com esse pagamento da taxa mínima. E não se pode alegar que isso é para pagar a taxa de ligação. Não, a taxa de ligação é paga por todos. Quem quiser dispor, em sua residência ou em sua pequena empresa, de energia elétrica terá que pagar a taxa de ligação. O que está se pagando aqui, na verdade, é só o consumo de energia. E se a distribuidora instalou, naquela residência, a energia que foi consumida na base de 40 ou 50 quilowatt/mês, essa pessoa não pode ser obrigada a pagar cem quilowatts, mesmo que não seja classificada como de baixa renda.

Esse é o meu entendimento, Sr. Presidente, que deixo para o julgamento dos Srs. Senadores da Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Peço ao Senador Tourinho que leia o parecer do Senador Delcídio, que não poderá comparecer em virtude de reunião no Ministério de Minas e Energia. (Pausa)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, pela ordem.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu gostaria de fazer uma complementação sobre essa taxa, que é um imposto cobrado daquele que ganha menos. Se o indivíduo ganha um salário mínimo, R\$240, o valor do imposto será de 3%. Se ganhar meio salário mínimo, R\$120 – que é o que a maioria ganha –, será de quase 7%. Como se trata de um imposto estabelecido para o cidadão menos privilegiado, o mais pobre, devemos refletir, porque estamos aqui para melhorar a vida das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos ouvir o parecer do Senador Delcídio, que será lido pelo Senador Rodolpho Tourinho. Depois, passaremos à discussão e, em seguida, à votação.

Senador Tourinho, tem V. Ex^a a palavra para leitura do parecer.

O SR. RELATOR AD HOC (Rodolpho Tourinho) – Passo à análise feita pelo Senador Delcídio Amaral, que diz o seguinte:

O proponente do PLS argumenta que a não-cobrança de uma taxa mínima aos consumidores sinali-

za a importância de se utilizar a energia elétrica de forma mais racional, de modo a valorizar a energia como algo escasso, sendo sempre oportuno e não apenas enquanto vigorou o racionamento de energia elétrica.

Em regra geral, para vários setores, como telefonia, serviços de táxi, energia elétrica, o custo de disponibilidade é associado aos investimentos que foram feitos para que o usuário tenha o serviço à sua disposição. Em particular, a indústria de energia elétrica apresenta peculiaridades e um grau de complexidade muito grande em relação a outros bens e serviços.

O sistema elétrico é projetado de forma a manter uma capacidade disponível, que, na maior parte do tempo, não é utilizada. Se a demanda sofrer variações instantâneas, deve ser imediatamente atendida. Para isso, a concessionária incorre em investimentos e custos operacionais fixos, resultantes da leitura, faturamento, entrega de conta, arrecadação, manutenção do medidor, atendimentos de emergência.

Isso implica que, para manter uma determinada escala de produção, efetiva ou potencial, a concessionária precisa cobrar de cada unidade consumidora uma taxa mínima, para garantir a remuneração da capacidade disponível.

O art. 48 da Resolução Aneel nº 456, de 2000, que trata dos valores mínimos faturáveis, estabelece a cobrança de, no mínimo, 30 quilowatts-horas por mês para as unidades consumidoras atendidas em ramal monofásico; 50 quilowatts-horas por mês se o ramal for bifásico e 100 quilowatts-horas por mês se o ramal for trifásico.

Reconhece-se, do ponto de vista econômico e legal, que tal cobrança é justificável, uma vez que o custo de disponibilidade fica evidenciado principalmente em situações de residência de veraneio, que permanecem fechadas durante boa parte do ano e praticamente sem consumo, voltando a consumir em um determinado período de tempo, exigindo da concessionária local uma estrutura de atendimento adequada.

Os fatores acima mencionados demonstram claramente que, aprovando-se a proposta apresentada no PLS 169, o benefício seria aplicado a todas as unidades consumidoras residenciais, favorecendo consumidores que não necessitariam de tal incentivo.

Tal medida iria ocasionar uma perda considerável por parte das empresas distribuidoras, em cujos contratos de concessão constam cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro.

À vista dessas cláusulas, as perdas teriam de ser repostas por todos os outros consumidores daquela área de concessão. Além disso, o art. 35 da Lei nº 9.074, de 1995, determina que nenhum benefício tarifário pode ser concedido sem a necessária definição da fonte de recursos.

Assim sendo, reconhece-se que, da forma como está previsto, o PLS em apreço pode enfrentar uma série de problemas na efetiva implementação.

Impõe-se, portanto, algumas modificações no texto do projeto de lei. Uma boa solução para esse problema poderia ser a restrição desse benefício a quem realmente precisa, ou seja, o consumidor de baixa renda.

O art. 1º, § 1º, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, delimita a subclasse residencial baixa renda, assim sendo considerada aquelas unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico com consumo inferior a 80 quilowatts-horas por mês ou então aquelas cujo consumo se situa entre 80 e 120 quilowatts-hora por mês, desde que seja respeitado o máximo regional específico por empresa e que não seja excluído da subclasse por outros critérios de enquadramento a serem definidos pela Aneel.

Propõe que a alteração preconizada seja feita não na Lei nº 9.427, mas na Lei nº 10.604, de 2002, que dispõe sobre recursos para subvenção de consumidores de energia elétrica de subclasse baixa renda.

Essa alternativa incluiria um universo menor de consumidores, selecionando aqueles que, de fato, necessitam do benefício. Além disso, já foi feito um estudo bastante profundo em relação a impacto político e econômico para definição do benefício consumidor baixa renda, o que pode trazer segurança jurídica na implementação do benefício de não pagamento do custo de disponibilidade por essa subclasse de consumo.

Voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação de Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2001, na forma do substitutivo a seguir:

Projeto de lei que altera o dispositivo da lei.

“O Congresso Nacional decreta:

O art. 5º da Lei 10.604, de 17 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do §5º.

Art.

5º.....

.....

§5º – Os consumidores da subclasse residencial baixa renda ficam dispensados do pagamento do

valor mínimo faturável, referente ao custo de disponibilidade (NR).

Art. 2º – Esta lei entra em vigor 90 dias após a sua data de publicação.”

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Em discussão, o projeto.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, para discutir.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT-MT) – Sr. Presidente, é um projeto polêmico, importante, e temos o voto em separado do Senador Delcídio Amaral. Acredito que é importante a presença do Senador; porém, como S. Exª não está, pergunto se teríamos alguma forma de não votar este projeto hoje? Se não existir essa forma, peço verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O Senador mandou uma comunicação dizendo que não poderia vir porque tem uma reunião no Ministério das Minas e Energia, e que eu poderia pedir a outro Parlamentar para ler o projeto. O projeto já foi lido e já está em processo de discussão. V. Exª pode pedir a verificação, logo que eu fizer a votação.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT-MT) – Sr. Presidente, vou pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Mas já está em votação?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não. Vamos colocar em votação, depois S. Exª pede verificação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Porque ainda quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra para discutir.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – No projeto do Senador Delcídio Amaral, que foi lido pelo Senador Rodolpho Tourinho, foram colocados dois termos que não correspondem à realidade. Primeiro, ele usa a palavra “incentivo”: que estamos dando um incentivo generalizado àqueles consumidores que não atingirem a taxa mínima. Não é um incentivo: o incentivo, na verdade, está sendo dado hoje para a distribuidora, que está cobrando pelo que não foi consumido. Estamos tirando o incentivo, não estamos dando o incentivo aos consumidores. Portanto, essa palavra está mal empregada.

A outra questão é sobre o benefício tarifário – até gostaria que o Senador Tourinho resgatasse esse ponto, que é importante. S. Exª alega que seria in-

constitucional, que seria preciso indicar a fonte de onde sairia esse benefício tarifário. Mas que benefício tarifário? Estamos tirando o benefício das distribuidoras; estamos corrigindo a injustiça contida na lei, que hoje obriga o cidadão que não consumiu a taxa mínima a pagá-la.

Portanto, não se aplica nem o que S. Ex^a disse, que estamos dando um "incentivo" aos consumidores, o que não é; e não se aplica também o fato de termos que indicar a fonte, de onde vai sair o dinheiro, porque, na verdade, o dinheiro está saindo do bolso. Posso indicar a fonte: está saindo do bolso do cidadão brasileiro. É ele quem está pagando para as distribuidoras ficarem cada vez mais ricas. É claro que o interesse das distribuidoras é continuar cobrando a taxa mínima; é um interesse apenas econômico-financeiro.

Estou falando aqui do interesse social de impedirmos que sejam lesados os consumidores que, não gastando, são obrigados a pagar.

Penso que isso é uma injustiça que, inclusive, ocorre com os consumidores de água, que são obrigados a pagar sem consumir.

Devo entrar com uma proposta para discutir essa tal da assinatura básica da telefonia, porque há muita taxa neste País, e me parece que isso interessa a grandes empresas que, depois, evidentemente, ganham votações por meio de **lobbies**.

Sinceramente, fico muito chateado, porque este meu projeto está aqui há dois anos tramitando. Foi impedido de ser votado pelo Governo anterior. O Governo anterior impediu que fosse votado.

Agora, quero dizer que o Partido dos Trabalhadores está impedindo que se vote este projeto. Estou falando aqui com toda a sinceridade. Está-se impedindo de votar, porque este projeto já veio para a pauta umas 500 vezes, e toda vez que chega aqui há uma desculpa: ou se pede vista ou o Senador não está.

Agora mesmo, recebi um telefonema do Senador Teotônio Vilela Filho. Eu não deveria falar sobre o assunto, mas o farei. Sr. Presidente. Devemos acabar com a elegância exagerada, porque ela se mistura a outras coisas. Serei deselegante ou sincero; prefiro dizer que serei sincero.

O Senador Teotônio Vilela Filho disse: "Como colocaram em votação um projeto do meu interesse se eu não estava presente?" Ora, qual era a obrigação de S. Ex^a? Não era a de estar presente na Comissão? O Senador Delcídio Amaral tinha a obrigação de estar presente aqui. Desculpem-me.

Se S. Ex^a não está presente... A Senadora tem todo o direito de pedir vista do projeto, aliás, verificação de **quorum**, porque não se pode mais pedir vista. Sinceramente, essa atitude, no meu entender, é uma manobra a mais para adiar a votação, porque alguém não quer que as distribuidoras sejam prejudicadas, para que se faça Justiça com o cidadão brasileiro numa questão que está evidente, pois o projeto beneficia a população, mas não as grandes distribuidoras.

Então, é uma decepção para mim, Sr. Presidente, mas é um direito da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao Senador Luiz Otávio, Relator, que acaba de chegar, para discutir o projeto.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Osmar Dias não deixa de ter alguma razão, mas não total. S. Ex^a se excedeu, mas essa irritação, que foi um pouco mais forte, é justificável. Talvez tenha dito algo que considero importante esclarecer.

Primeiramente, fui Relator do projeto de autoria do Senador Osmar Dias, que altera o dispositivo da Lei nº 9.427, de dezembro de 1996, a qual instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e criou um regime para as concessões de serviço.

O meu parecer foi favorável ao projeto de lei do Senador Osmar Dias. E o meu querido amigo, ilustre Senador Delcídio Amaral, apresentou um voto em separado, em que apresenta as suas considerações. O Senador Delcídio Amaral fala claramente a respeito de algumas modificações nesse projeto de lei. S. Ex^a é bem claro ao afirmar que, em vez de restringir, ou aumentar, os benefícios, além dessa alteração, que cria os recursos para a subvenção na subclasse de baixa renda, é necessário haver um estudo para definir o benefício, determinar quem é realmente o consumidor de baixa renda e estimar quanto isso custaria.

O Senador Osmar Dias alega, com muita propriedade, que o fundo já existe. Porém, há de se convir que é realmente difícil, nessa hora, votar um projeto que amanhã poderá se tornar inócuo ou apresentar alguma dificuldade na tramitação.

A base do Governo, hoje, é sólida, e o Partido dos Trabalhadores tem, na figura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a condição e a legitimidade de conduzir tudo que se refere a recursos. Tudo fica bem claro quando temos boas idéias e boas oportunidades. Hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, discutiu-se um assunto muito importante: privilegiar os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social na Região Nordeste e na Região

Norte do País. Esse é realmente um benefício, mas é importante ouvirmos o Presidente do BNDES, como ficou decidido na reunião da Comissão. Como se trata de assunto referente ao maior banco do País, um dos maiores bancos do mundo, sendo os seus acionistas responsáveis pela decisão das diretrizes do banco, é importante ouvir o diretor, o executor da política do banco.

Para resumir o meu ponto de vista – pretendo chegar a esse ponto –, serei bem claro. Senador Osmar Dias, esse projeto – não sei se V. Ex^ª têm conhecimento desse fato – ainda irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e será votado, aí, sim, em decisão terminativa; apenas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Então, temos tempo ainda. Por isso, se pudermos ter um pouco mais de paciência e na próxima reunião ouvirmos o Senador Delcídio Amaral, ficaria de bom tamanho. Este projeto ainda irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E realmente não temos **quorum** – a Senadora Serys Slhessarenko tem toda razão. Se for feita verificação de **quorum**, nós não temos como aprovar ou rejeitar o projeto.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Eu queria um aparte, Senador.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Tem V. Ex^ª. o aparte.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Apenas para dizer ao Senador Osmar Dias que não somos contrários ao projeto de sua autoria, que visa, no seu fundamento básico, a beneficiar as pessoas de baixa renda. Eu sou favorável. Não estou aqui, de jeito nenhum, querendo beneficiar distribuidora de energia. Não aceito esse tipo de colocação.

Acredito que precisamos discutir esta questão e nada melhor do que a presença do Senador Delcídio para aprofundarmos a discussão para beneficiar apenas os de baixa renda, porque o que V. Ex^ª está buscando, Senador Osmar Dias, pelo que eu estou entendendo, é beneficiar as pessoas de baixa renda. Estamos questionando a partir de que ponto estaremos extrapolando o benefício às pessoas de baixa renda.

Devemos chegar a um entendimento para aprovar o projeto, que eu considero importante para beneficiar as pessoas de baixa renda. Nós estamos favoráveis, com certeza. Por isso estou pedindo mais esse tempo.

Eu coloquei a minha posição e gostaria de dizer que acredito que podemos chegar à aprovação do

projeto do Senador Osmar Dias, desde que ele não o amplie para beneficiar pessoas de alta renda.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Ex^ª tem a palavra pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Primeiro, a Senadora, ao explicar que não está defendendo as distribuidoras, perdeu precioso tempo da sua fala, porque não fiz nenhuma acusação à Senadora de estar beneficiando distribuidora. Portanto, S. Ex^ª não deveria ter essa preocupação.

Segundo, peço à Senadora que dê uma lida no projeto, para podermos discuti-lo, porque não estou propondo beneficiar consumidores de alta renda. Estou propondo que as distribuidoras não continuem sendo beneficiadas com uma lei totalmente injusta, porque, se limitarmos, como quer o Senador Delcídio, para consumidores de baixa renda, em instalações monofásicas de até 80 quilowatts, vamos praticamente eliminar a grande maioria dos trabalhadores brasileiros que têm baixa renda, mas que estão com uma instalação trifásica na sua casa.

A Senadora precisa ler o projeto, informar-se, porque não estou propondo beneficiar pessoas de alta renda. O projeto tem o objetivo de tirar um privilégio que as distribuidoras têm há tempos, sobre consumidores de baixa renda e até de consumidores que têm casa de veraneio, os quais, muitas vezes, não são milionários, mas pessoas que pouparam a vida inteira para ter uma casa na praia. Eu não tenho. Não é justo que elas paguem pelo que não consumiram. O que eu estou propondo é simplesmente o seguinte: pagar pelo que consumiu. Onde está o benefício a essas pessoas? É justo que a pessoa pague pelo que não consumiu? Eu não vejo onde há o senso de justiça de querer obrigar alguém a pagar pelo que não consumiu e chamar de benefício se tirar o pagamento do que não foi consumido. A pessoa será obrigada a pagar o que consumiu. Onde está o benefício? Onde está o incentivo? O que eu estou dizendo é que as distribuidoras estão recebendo esse benefício, o incentivo, e não os consumidores de alta ou de baixa renda. É claro que a grande maioria dos consumidores de baixa renda estará eliminada do resultado deste projeto se for aprovado o substitutivo do Senador Delcídio, porque S. Ex^ª limita a instalações monofásicas de até 80 quilowatts. É claro que isso vai pegar uma gama muito pequena de consumidores, talvez somente aqueles que estão localizados na zona rural. Mas aqueles que estão na periferia dos grandes cen-

tros, onde a instalação é trifásica, não vão ser atingidos pelo projeto. Aí então é melhor rejeitar de vez.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu gostaria de frisar que este projeto é para resgatar a cidadania. Nada mais justo do que pagar apenas pelo que usamos. Por que vamos privilegiar as companhias de telefone, as companhias de luz, as companhias de água, pagando taxa mínima? Reafirmo que essas taxas mínimas atingem os que têm renda mínima, as famílias que ganham meio salário mínimo. Dez reais representam 10% do salário de uma pessoa que ganha R\$100 por mês. E isso não é justo. Sou médico há 30 anos, estou aqui como Senador, como político pela primeira vez, e sempre, em meu código de ética e em minha postura de médico, quem está na frente, quem é o principal elemento, é o paciente. Como Senador, tenho firmado minha posição e vou mantê-la durante os anos em que permanecer nesta Casa, ou seja, vou colocar o cidadão mais humilde, mais pobre, sempre na frente de meus interesses, porque venho de um Estado pobre e fui eleito pelos pobres. Não estou fazendo demagogia, estou defendendo um ponto de vista. Acho injusto pagar taxa mínima de luz, taxa mínima de água, taxa mínima de telefone. Estamos entrando numa fase em que os trabalhadores estão comandando este País. Não é possível que agora, quando vislumbramos uma oportunidade de tornar mais justas as coisas, fiquemos batendo, batendo. Há dois anos isso está para acontecer. Ao final de dois anos, isso representa um salário por ano dessa família que ganha cento e poucos reais.

Temos que ser favoráveis, é preciso dar uma solução. Aquela sua intervenção ocorreu porque o Partido não tinha visto o projeto. Conversei com o Líder do Partido para saber que posição era essa, porque eu estranhei os companheiros do PT retirando o projeto. Foi-me esclarecido que o PT não o tinha analisado, mas que já o fez. Para atingir os pequenos, tem que ser na forma original que o companheiro Osmar Dias apresentou. Votarei de acordo com o projeto de S. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu queria assinalar a minha preocupação. Este tema, Senador, é mais abrangente, porque afeta também a questão da água, a questão da telefonia. Não entendo como se está privilegiando quem tem mais, não entendo dessa forma. Esse é um problema maior.

Muita coisa no setor elétrico em relação a essa questão de baixa renda – eu queria dar esse testemunho – deixou de ser feita em função das distribuidoras. Sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, que as classificações de baixa renda são completamente diferentes em todos os lugares. Sempre foi muito difícil fazer algum movimento nesse sentido. De forma que entendo essa colocação do Senador Osmar Dias de forma diferente. O projeto é maior, mais amplo do que se está discutindo. É uma coisa difícil de fazer, porque não existe classificação de baixa renda nas distribuidoras de energia.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Como o Senador acaba de falar, o problema vai além da questão da energia.

Senador Osmar Dias, quando V. Ex^a estava irritado, em sua primeira fala, e dizia: “São aqueles que estão querendo beneficiar...” Depois V. Ex^a até reviu a colocação.

V. Ex^a disse que não disse que eu estaria a favor...

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Não, mas ouvi o que V. Ex^a disse.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Não queira colocar palavras em minha boca.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – É muito simples. É só pedirmos a revisão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – As notas taquigráficas estão aí, e tudo o que eu disse eu gostaria de reafirmar: não aceito que queiram beneficiar distribuidoras, usando os consumidores de baixa renda como escada. O que estou propondo é que não se beneficie nenhum milionário brasileiro. O que quero é tirar o privilégio que as concessionárias, que as distribuidoras têm hoje com a lei atual. Quero mudar isso, sem beneficiar nenhum brasileiro; quero que os brasileiros paguem pelo que consumirem. Foi só isso o que eu disse, e quem quiser mudar o que falei consulte as notas taquigráficas, pois não costumo mudar o que falo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Sr. Presidente, a questão é polêmica, e precisamos ter a presença do Senador Delcídio Ama-

ral, que é da área e entende com profundidade, para aprofundarmos a discussão.

Mantenho o pedido de verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Vou proceder à verificação de **quorum**, de acordo com a solicitação da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Quero apenas fazer uma comparação: talvez isso explique por que o Programa Fome Zero não sai do papel.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, vamos proceder à verificação de **quorum**.

Visivelmente, não há **quorum**, mas tenho a obrigação de chamar todos os Srs. Senadores.

Pelo Bloco de apoio ao Governo:

Senador Delcídio Amaral. Não está presente.

Senadora Ideli Salvatti. Não está presente.

Senadora Serys Slhessarenko. Presente.

Senador Sibá Machado. Não está presente.

Senador Geraldo Mesquita Júnior. Presente.

Senador Duciomar Costa. Não está presente.

Senador Magno Malta. Não está presente.

Pelo PMDB:

Senador Gerson Camata. Não está presente.

Senador Amir Lando. Não está presente.

Senador Valdir Raupp. Presente.

Senador Waldir Amaral. Não está presente.

Senador Gilberto Mestrinho. Não está presente.

Senador José Maranhão. Não está presente.

Pelo PFL:

Senador João Ribeiro. Não está presente.

Senador José Jorge. Presente.

Senador Marco Maciel. Não está presente.

Senador Paulo Octávio. Não está presente.

Senador Rodolpho Tourinho. Estava presente

até agora pouco, mas no momento não está.

Pelo PSDB:

Senador Leonel Pavan. Não está presente.

Senador Sérgio Guerra. Não está presente.

Senador Teotônio Vilela Filho. Não está presen-

te.

Pelo PDT:

Senador Augusto Botelho. Presente.

E ainda há os suplentes, mas o único presente é o Senador Luiz Otávio que, diga-se de passagem, está sempre presente, fazendo Justiça a esse grande Senador.

O nosso **quorum** mínimo para votar o projeto seria de 12 Srs. Senadores, há apenas 6 Senadores presentes. Portanto, não há **quorum** para votação. A pauta fica adiada para a próxima semana, mas faço um apelo para que todos os Srs. Senadores compareçam à votação.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h10min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 12a. REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA 5ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª
LEGISLATURA REALIZADA EM 10 DE
JUNHO DE 2003 ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas do dia dez de junho de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Geraldo Mesquita Junior, Valdir Raupp, Valmir Amaral, Paulo Octávio, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, César Borges, Jonas Pinheiro, Osmar Dias, Pedro Simon, Ney Suassuna, Arthur Virgílio, Luiz Otávio, Leonel Pavan e Sérgio Guerra. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Magno Malta, João Ribeiro, José Maranhão, João Batista Motta, Teotônio Villela Filho, Amir Lando e Gilberto Mestrinho. Deixam de comparecer por motivo justificado os senhores(as) Senadores(as) Gerson Camata, Augusto Botelho, Sibá Machado e Serys Slhessarenko. Reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. A presente reunião destina-se à Audiência Pública com a Exm^o Sr. Presidente da Petrobrás, Dr. José Eduardo Dutra. Assuntos: Esclarecimentos sobre o novo plano estratégico da empresa para os próximos anos; razões do atraso da meta de auto-suficiência de petróleo no Brasil, prevista para o ano de 2005 e, agora, segundo informações

extra-oficiais, adiada para 2006; quais os planos da Petrobrás para a construção de novas plataformas de prospecção de petróleo; razões técnicas e econômicas para a anunciada construção de uma nova refinaria de petróleo no país em parceria com a Venezuela. Passando-se a fase de interpelação, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados os Senhores Senadores(as) José Jorge, Ana Júlia Carepa, Alberto Silva, Rodolpho Tourinho, Valdir Raupp, Fátima Cleide, Valmir Amaral, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Aloísio Mercadante e Arthur Virgílio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos iniciar a 12ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal. Já temos quórum suficiente. Posteriormente, pouco a pouco, mais Senadores estarão aqui presentes.

A pauta de hoje é uma audiência pública, solicitada a partir de um requerimento, com o Dr. José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras. O Dr. José Eduardo Dutra, como todos sabem, foi nosso companheiro nesta Casa durante um período de oito anos. Estamos, então, muito felizes em recebê-lo novamente nesta Casa. S. Exª sempre teve atuação destacada, foi Líder de seu Partido e conviveu conosco, aqui nesta Comissão, durante os quatro anos de seu último mandato, e com todos nós durante esses oito anos. Então, em primeiro lugar, cabe-nos dar-lhe as boas-vindas.

Em segundo lugar, vou ler o requerimento:

Assunto: Informações e esclarecimentos sobre o novo plano estratégico da empresa para os próximos anos [esse plano foi anunciado há cerca de um mês e meio]; razões do atraso de metas de auto-suficiência de petróleo no Brasil, prevista inicialmente para o ano de 2005 e agora, segundo informações extra-oficiais, adiada para 2006; planos da Petrobras para a construção de novas plataformas de prospecção de petróleo; razões técnicas e econômicas para a anunciada construção de uma nova refinaria de petróleo no País, em parceria com a Venezuela.

Foi requerido por mim mesmo, Senador José Jorge, e pelo Senador Arthur Virgílio.

Então, antes de começar a reunião, eu gostaria de solicitar aos que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que permaneçam sentados. (Pauta.)

Aprovado.

O requerimento que acabei de ler é o item 1 da pauta, mas há dois requerimentos extrapauta. Vou lê-los aqui, porque já podemos aprová-los. São requerimentos de audiência pública. O primeiro deles é o seguinte:

Requeiro, nos termos do artigo 90 do Regimento Interno, que sejam convidados para comparecerem em Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal os senhores Dr. José Mário Abdo, Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Embaixador Sebastião do Rêgo Barros, Presidente da Agência Nacional do Petróleo – ANP; Dr. Luiz Guilherme Schymura, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Dr. Jerson Kellman, Presidente da Agência Nacional das Águas – ANA, a fim de prestarem esclarecimentos e informações sobre gestões administrativas, financeiras e de recursos humanos nos respectivos órgãos reguladores.

Esse requerimento é de minha autoria.

O segundo requerimento, que passo a ler, é de autoria do Senador Marcelo Crivella:

1. Considerando que estão em fase adiantada as negociações para a fusão da Varig com a TAM, com provável solução da crise financeira que afeta a operação dessas duas empresas;

2. Considerando que o noticiário da mídia informa estar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) predisposto a liberar recursos da ordem de US\$600 milhões para permitir o desafogo de caixa dessas companhias, o que revela haver um enfoque não apenas econômico, mas também um viés de relevante interesse social;

3. Considerando que o transporte aéreo no Brasil, dadas suas dimensões continentais, além de vital importância, exige, para sua operacionalidade, trabalhadores de elevada especialização, como os aeronautas;

4. Considerando, entretanto, que o noticiário da mídia nada tem referido ao futuro dos milhares de aeronautas e aeroviários empregados nessas empresas, após consumada a pretendida fusão, principalmente quanto a seus reflexos internos, tanto sociais como operacionais, requeiro, com base nos arts. 90-V e 104-II do Regimento Interno, seja convidado o Presidente do Instituto Aerus de Seguridade Social, Odi-

lon Junqueira, para prestar esclarecimentos sobre os futuros reflexos internos e operacionais, no âmbito dos recursos humanos, da fusão das empresas Varig e TAM, inclusive quanto à manutenção dos serviços e benefícios prestados pela referida instituição de previdência social privada aos aeronautas e aviários.

Portanto, são esses dois requerimentos.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Então, agora vamos iniciar a razão principal desta reunião, que é a audiência pública com o Presidente da Petrobras, Dr. José Eduardo Dutra, a quem passo a palavra.

Eu gostaria apenas de prestar o esclarecimento de que, devido a um compromisso de última hora, S. S^a terá que se retirar às 13 horas. Portanto, faremos todo o esforço para que todos façam suas perguntas, mas hoje o apelo de sempre para que cada um cumpra o seu tempo regimental é ainda mais rígido, para que a reunião ocorra com tranqüilidade e o Senador José Eduardo Dutra possa cumprir seu compromisso.

V. Ex^a tem a palavra para fazer a sua exposição inicial pelo prazo de trinta minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, Senador José Jorge, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de externar a minha satisfação por estar de volta a esta Casa, particularmente a esta Comissão, da qual fui membro durante seis dos meus oito anos de mandato nesta Casa.

O requerimento que foi apresentado tratava do planejamento estratégico da companhia e incluía algumas perguntas relacionadas ao nosso plano para auto-suficiência do petróleo e investimentos em plataformas que estão também dentro do planejamento.

Procuraremos fazer uma apresentação sintética, combinando as diversas questões embutidas no requerimento, começando pelo planejamento estratégico e chegando ao nível de detalhe em relação às perguntas que foram apresentadas.

Quero registrar a presença do Diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Dr. Guilherme Estrela, e do Gerente-Geral de Planejamento e Abastecimento, Dr. Paulo Maurício Gonçalves, que poderão contribuir com relação às perguntas que precisamos responder.

Faço primeiramente uma explicação sobre a decisão que foi tomada pela atual direção da Petrobras

em relação ao planejamento estratégico. Normalmente, esse planejamento, que abrange o período de cinco anos, é divulgado e deliberado pelo Conselho de Administração da companhia ao final do ano que antecede o período abrangido pelo planejamento estratégico. Portanto, o planejamento que abrange o período de 2003/2007, em condições normais, teria sido aprovado e divulgado ao mercado e à sociedade no final do ano passado.

Ocorre que a direção anterior da companhia, em outubro do ano passado, em função do resultado das eleições e da possível modificação que seria implementada na companhia, e até para deixar à vontade a nova direção, optou por não concluir o planejamento que havia sido iniciado no ano de 2002 e que deveria ser divulgado no final do ano.

Em função disso, a direção atual da companhia – sendo que sua diretoria completa se compôs no mês de fevereiro – estava diante de duas alternativas: Primeiro, iniciava-se um debate do planejamento estratégico desde o início, a partir do zero, para definir a estratégia da Petrobrás nos próximos cinco anos. Isso, na prática, demandaria quatro ou cinco meses e faria com que viéssemos a divulgar esse planejamento no segundo semestre deste ano. Considerando que o período do planejamento seria 2003/2007 e divulgássemos apenas no segundo semestre, isso, na prática, seria uma alternativa semelhante à de não considerar o planejamento para 2003/2007 e iniciar um processo de discussão do período de 2004/2008, o que em nossa avaliação seria uma sinalização ruim para o mercado e para a sociedade. Nesse sentido, optamos por partir do trabalho que havia sido iniciado pela direção anterior da companhia, naturalmente estabelecendo algumas modificações que no nosso entendimento deveriam ser feitas, mas a partir do trabalho que havia sido iniciado. Isso possibilitaria uma revisão mais expedita do plano estratégico, possibilitando que a divulgação viesse a ser feita ainda no primeiro semestre.

Está aí o resumo do que acabei de falar, ou seja, que a direção da Petrobras resolveu fazer uma revisão expedita do plano estratégico da companhia a partir do trabalho elaborado, porém não concluído, pela administração anterior. Procuramos manter também os grandes direcionadores estratégicos da companhia, em função do tempo, como já disse, e em função de que havíamos partido de um trabalho já iniciado. Aperfeiçoamos a missão, a visão e as políticas corporativas, levamos em consideração as condições de mercado, que estavam deterioradas, portanto, como reflexo nos indicadores financeiros da compa-

nhia, e demos uma ênfase especial na financiabilidade do plano de negócios.

Por essa razão, inclusive, o detalhamento da reavaliação mereceu especial atenção em curto prazo, particularmente em relação aos investimentos para 2003, que sofreu a maior modificação, particularmente a maior redução, em decorrência da situação nacional e da situação mundial. O ajuste do programa buscou um equilíbrio entre a capacidade de financiamento da companhia na atual conjuntura, levando em consideração as condições de mercado nacional e internacional, e a alavancagem financeira da companhia, que, em 2002, chegou a um índice bastante significativo. Concluímos o ano de 2002 com uma alavancagem financeira da ordem de 53%, decorrente principalmente da aquisição da Perez Companc, no ano passado, e também da deterioração do real em relação ao dólar. Essa alavancagem hoje, de acordo com o balancete que publicamos no primeiro trimestre, já foi reduzida para 46%.

Levando em consideração também as metas físicas e de retorno sobre o capital empregado, já que a Petrobras pretende manter uma postura de disciplina de capital, e já que, V. Ex^{as} poderão verificar posteriormente, nosso plano de financiamento depende também de captações externas e, portanto, o conceito de disciplina de capital deverá ser mantido até para que possamos conseguir fazer as captações externas, o ajuste leva também em consideração a manutenção dos projetos prioritários da Petrobras.

O quadro mostra os pilares da companhia e os objetivos estratégicos, considerando que nossa estratégia corporativa é a principal referência para a atuação da Petrobras. Deveremos ser, cada vez mais, uma empresa que tem como pilares a rentabilidade e a responsabilidade social, buscando e consolidando a liderança do mercado brasileiro de petróleo e derivados, a consolidação como empresa de energia e a expansão seletiva da atuação internacional. Temos a intenção de consolidar vantagens competitivas no mercado doméstico de petróleo e derivados, liderar o mercado brasileiro de gás natural, atuar de forma integrada no mercado de energia e expandir também nossa atuação internacional, já que com a modificação das regras relativas à indústria de petróleo no Brasil, com a quebra do monopólio do petróleo, com a possibilidade de vinda para o País de outras empresas de petróleo, a Petrobras, a fim de manter a competitividade, deve buscar expandir sua atuação no mercado internacional, como já vem fazendo. E pretendemos manter a expansão.

O planejamento leva em consideração algumas projeções. A projeção que fazemos em termos de demanda doméstica de derivados é para um crescimento a uma taxa média anual de 2,8%, entre 2002 e 2007, prevendo que vamos chegar a 2,01 milhões de barris por dia, em 2007, passando, portanto, de um consumo de 1,75 milhões de barris por dia, em 2002. No quadro está a distribuição por cada um dos produtos, em 2002: 43% de diesel e querosene de aviação, 17% de gasolina, 12% de nafta, 12% de GLP, 8% de óleo combustível e 8% de outros, incluindo asfalto, lubrificantes, coque, solventes, propeno e outros produtos. E a distribuição prevista para 2007: 42% de diesel e querosene de aviação, 18% de gasolina, 13% de nafta, 11% de LP, 7% de óleo combustível e 9% de outros. Então, essa é a projeção de crescimento da demanda com a qual estamos trabalhando e que, inclusive, norteia nosso plano de investimento nesse período.

Em relação à demanda de gás, que é o próximo quadro, estamos trabalhando com uma taxa de crescimento médio de 11,3% ao ano, o que elevará a nossa demanda de gás natural para 49 milhões de metros cúbicos por dia, em 2007 – passando, portanto, de uma demanda, em 2002, de 28,5 milhões de metros cúbicos por dia para 48,7 milhões de metros cúbicos por dia, em 2007. Com a distribuição de...

(Interferência fora do microfone)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Inclui mercado não suprido pela Petrobras.

Sobre o plano de investimentos, estamos prevendo um investimento total, no período de 2003/2007, de US\$34.3 bilhões, sendo US\$7.2 bilhões para o ano de 2003. Esse quadro mostra a distribuição desse investimento por cada área de negócios da Petrobras – naturalmente a área de negócio exploração de produção é a que demanda mais investimentos, tanto ao longo de todo o período, chegando a US\$18 bilhões, no período de 2003/2007, quanto no período de 2003, onde o EIP deverá chegar a US\$3.8 bilhões.

Down string, que inclui refino, comercialização, abastecimento de um modo geral: US\$7.6 bilhões, no período todo, e US\$1.4 bilhão em 2003; gás, US\$1.2 bilhão no período; energia, US\$0.5 bilhão; área internacional, US\$5.1 bilhões; distribuição, US\$1.1 bilhão; e áreas corporativas, US\$0.8 bilhão.

O financiamento que esperamos para esse investimento previsto de US\$7.2 bilhões no ano 2003, US\$5.8 bilhões serão oriundos de recursos próprios e financiamentos convencionais, US\$0.6 bilhão, quer dizer, seiscentos milhões dólares, de **project finance**

, e US\$0.8 SPCs – SPCs aí, basicamente nesse caso, para 2003, é o Projeto Barracuda-Caratinga, as Plataformas 43 e 48.

Vemos que o nosso financiamento apresenta uma forte dependência de recursos externos, daí inclusive a necessidade de termos bastante atenção com relação à disciplina de capital e analisando o mercado internacional, já que chegamos a 57% de financiamento de geração própria, 27% de financiamentos convencionais, 10% de **project finance**, e 6% emissão de ações. Essa emissão de ações foi aprovada já pelo Conselho de Administração anterior da Petrobras, no ano passado, com uma nova emissão da ordem de US\$2 bilhões. Naturalmente não há definição de quando isso será feito, já que essa emissão deverá levar em consideração a situação do mercado, já que a própria emissão está relacionada à possibilidade de valorização das ações. As ações da Petrobras tiveram uma queda, as nossas ADRs, em Nova Iorque, chegaram a US\$13.00, no final do ano passado; temos visto uma recuperação significativa nos primeiros meses deste ano e estamos hoje em torno de US\$20.00, mas ainda avaliamos que há uma grande possibilidade de crescimento da valorização dessas ações.

Esse quadro mostra os investimentos da Petrobras, inclusive que, embora a Petrobras venha tendo uma expansão internacional, o nosso grande mercado ainda é o Brasil. Desse total de investimentos, de US\$34.3 bilhões, da Petrobras, no período de 2003/2007, 85% dos investimentos estão previstos serem feitos no Brasil. Quer dizer, o nosso grande mercado ainda é o Brasil, e mostra também que, para a Petrobras, é importante que a situação econômica brasileira esteja bem. Nos primeiros meses deste ano, temos visto uma melhora da economia brasileira, a própria melhora da imagem do Brasil perante o mercado internacional e da própria Petrobras, que tem possibilidade inclusive de uma captação significativa. A Petrobras já conseguiu isso neste ano. Mas esse quadro mostra, por si só, a importância do mercado brasileiro para a Petrobras, já que 85% desse total de investimento no período será feito no Brasil.

Este quadro mostra, em percentuais, o que já mostramos naquele outro, ou seja, a distribuição por área de negócio; 65% dos investimentos serão feitos em exploração e produção. Nesse quadro, com a EP de 22,4 bilhões, há diferença em relação ao anterior, em que mostrava a EP com 18 bilhões, porque estão incluídos a área internacional, gás, energia, **downstream** e distribuição.

Este quadro mostra a nossa expectativa em relação a esse total dos 85% de projetos no Brasil, ou seja, a nossa expectativa de colocação desses recursos junto ao mercado fornecedor nacional. Estamos trabalhando com a expectativa de que 65% dos recursos da Petrobras, que serão investidos em projetos no Brasil, deverão ser investidos junto ao mercado fornecedor nacional.

Por área de atividade, condição e montagem, espera-se de um investimento doméstico de US\$15 bilhões uma colocação no mercado nacional de US\$8,8 bilhões, o que mostra um índice de nacionalização de 59%; em aquisições, materiais e equipamentos, um índice de nacionalização de 75%; em impostos, 59%; e outros – aquisições, fretamentos e combustível –, um índice de nacionalização da ordem de 65%.

Isso demandará até 141 mil empregos diretos e indiretos no período de 2003 a 2007. Não significa a geração de 141 mil novos empregos. Isso é uma demanda, uma necessidade, se viermos realmente a colocar no mercado fornecedor nacional esse percentual mencionado e com o qual estamos trabalhando – um índice de nacionalização da ordem de 65%. Esses cálculos foram feitos pela Abdip e pela própria Unip e mostram que há uma demanda de 141 mil empregos diretos e indiretos no período de 2003 a 2007, demonstrando que esse investimento da Petrobras efetivamente tem um peso bastante significativo no mercado de trabalho do País.

A estratégia de negócios da EP, por cada uma dessas áreas – os quadros são auto-explicativos, deixaremos uma cópia dessa apresentação com o Presidente, que poderá reproduzi-la em papel para cada um dos Srs. Senadores –, é: crescer a produção e as reservas; fortalecer o posicionamento em águas profundas e ultraprofundas – onde a Petrobras já é líder no mundo, e pretendemos fortalecer esse posicionamento –; reter posição em águas terrestres e águas rasas que assegure rentabilidade; aprimorar o gerenciamento de reservatórios, para otimizar a recuperação final de óleo e gás – já que o aumento da recuperação desses dois produtos é tão importante quanto a descoberta de novas reservas.

Só para ilustração, o Campo de Guaricema, em Sergipe, é o primeiro campo **offshore** que entrou em produção no País. Quando isso ocorreu, a previsão é que essas reservas se esgotariam em 1992, mas há dez anos que ele continua firme e forte, produzindo, o que demonstra a capacidade da companhia em aprimorar esse gerenciamento de reservatórios, otimizando a recuperação de óleo e gás.

Voltando às estratégias, pretende-se também desenvolver esforço exploratório em novas fronteiras e atuar com excelência operacional e com responsabilidade social.

Quanto à estratégia do negócio, refino, transporte e comercialização, deseja-se privilegiar a excelência operacional como forma de conquistar e manter o mercado, perseguindo custos a padrões internacionais; manter elevada confiabilidade e entrega como diferencial competitivo; fazer da integração do sistema logístico da Petrobras um diferencial na busca de excelência operacional, estendendo-se a seus clientes e fornecedores; manter o parque de refino atualizado, visando a aumentar o processamento; e valorizar o petróleo nacional, adequando o perfil da produção de derivados à demanda e atendendo às exigências de qualidade de mercado.

Sobre esse assunto, há cerca de três semanas vimos algumas manifestações na imprensa, e particularmente num canal de televisão, de que a Petrobras não estaria fazendo investimento em refino, o que poderia até mesmo provocar um apagão de refino nos próximos quatro ou cinco anos. Na verdade, essa informação não encontra eco na realidade. A Petrobras investiu, no ano passado, US\$900 milhões em refino. Estamos prevendo investir, nos próximos cinco anos, US\$5 bilhões em melhoria de qualidade, adequação de atendimento ao mercado e em expansão da capacidade de refino no Brasil. Sem contar um novo refino, que é um assunto que faz parte do final da nossa palestra, sem contar investimento em nova refinaria, estamos trabalhando com uma ampliação do parque de refino no Brasil, até 2008, da ordem de 220 mil barris por dia. O que demonstra que a Petrobras já vem investindo nessa área no Brasil.

Privilegiar a adequação da gasolina e do diesel a padrões internacionais também tem sido outra preocupação da companhia. Hoje, em termos comparativos com a Europa e com os Estados Unidos, a qualidade do nosso produto ainda está abaixo. A melhoria da qualidade tem sido significativa ao longo dos anos e estamos trabalhando com a expectativa de que, ao final desse planejamento estratégico, a qualidade da gasolina e do diesel produzidos e vendidos no Brasil esteja equiparada aos padrões internacionais.

Fortalecer a atuação no **trade** de petróleo e derivados a partir da otimização do fluxo entre Brasil, Argentina e o mercado internacional.

Estratégias no negócio da petroquímica, atuar por meio de parcerias com gestão compartilhada no negócio de refino, associar-se a empresas detentoras de tecnologia para a produção de outros petroquímicos,

promover as sinergias entre os ativos da petroquímica no Cone Sul e otimizar o portfólio petroquímico.

Nessa área, inclusive, já há uma decisão da companhia de que a Petrobras redefinirá sua atuação na área petroquímica, pretende voltar a ter uma atuação mais decisiva nesse setor. Não temos ainda uma definição dos caminhos que vamos tomar, já que essa é uma definição estratégica. Estamos iniciando sua discussão na diretoria e, posteriormente, levaremos ao Conselho de Administração, mas entendemos que, a exemplo das outras grandes empresas do mundo, a Petrobras não pode estar à parte dessa atuação.

No mundo todo, inclusive em função das restrições, o controle, a fiscalização e até o impedimento, em alguns casos, da atuação das empresas de petróleo e da utilização do petróleo como energia, já que há hoje restrição, fiscalização e controle maiores em relação à área de meio ambiente, é natural que as empresas de petróleo busquem e atuem em toda cadeia de petróleo. À petroquímica, área em que a Petrobras teve uma atuação quase monopolista em outros tempos e, depois, em função de um processo de privatização, teve de se afastar, pretendemos voltar, naturalmente levando em consideração a realidade legal brasileira. Hoje, a Petrobras não trabalha para ser monopolista na petroquímica, mas, naturalmente, deverá voltar a atuar nesse setor. Como eu disse, a sintonia fina dessa estratégia está sendo construída.

Quanto ao negócio de gás e energia, essa área sofreu proporcionalmente o maior corte de investimentos no ano de 2003. É público e notório que, a partir do chamado "apagão", houve o PPT, quando a Petrobras foi induzida a investir de forma muito significativa em térmicas. O mercado esperado naquele período acabou não se concretizando e provisionamos R\$1,6 bilhão para cobrir possíveis prejuízos na área. Portanto, houve uma redução significativa de investimentos. Mas acreditamos que, com a retomada do crescimento do Brasil e a nova definição do modelo energético brasileiro, que está sendo trabalhado pelo Ministério de Minas e Energia – com a qual, inclusive, a Petrobras vem contribuindo – a longo prazo, possamos retomar o investimento nas térmicas. Mas, hoje, até em função do mercado, houve uma redução significativa nesse setor.

Estamos, nesse período, prevendo investimento de US\$500 milhões para concluir as térmicas que já haviam sido iniciadas. Também estamos prevendo 1,2 bilhão na expansão de nossa malha de gasodutos.

Pretendemos também atuar em todos os elos da cadeia produtiva, no Brasil e demais países do Cone Sul, de forma integrada com as demais unidades da Companhia; atuar no sentido de energia elétrica, de forma a assegurar o mercado de gás natural e derivados comercializados pela Petrobrás; e promover a conservação de energia e a utilização de fontes renováveis e alternativas como forma de agregar valor aos negócios da Companhia.

Quanto ao negócio internacional, como eu disse, pretendemos continuar com a nossa estratégia de expansão internacional. Há naturalmente algumas áreas foco, que são a América Latina, pela própria proximidade geográfica e pela importância do Brasil, decorrente da aquisição de Perez Companc, que já foi aprovada pelo Conselho de Defesa da Concorrência na Argentina. Já estamos num processo de integração da Perez Companc à Petrobrás, resultando numa nova empresa, chamada Petrobrás Energia. Naturalmente, a Petrobrás passa a ter um papel fundamental na América Latina. Queremos buscar a liderança nesse setor.

Nos Estados Unidos e oeste da África, parcialmente o Golfo do México, temos condições de aplicar a nossa experiência em áreas profundas, com a qual lideramos o mercado internacional do petróleo.

Agregar e integrar mercados contíguos às áreas de influência da Petrobrás, agregar valor aos excedentes de óleo pesado produzido no Brasil e diversificar portfólio para reduzir o custo de capital e conduzir as operações adotando como referência parâmetros de excelência em SMS.

No negócio de distribuição, consolidar lideranças dos mercados automotivo, de conveniências e de gás natural, com ênfase na inovação e na consolidação de uma rede fiel e rentável de postos de serviços, multinegócios. Consolidar a liderança em todos os segmentos do mercado de consumidores diretos com ênfase em inovações e soluções energéticas, agregando o valor da Companhia; ser o referencial de mercado na logística de distribuição e na operação de suas instalações atingindo níveis internacionais de desempenho em SMS; ser líder de mercado nos segmentos em que atuar, fazendo da marca Petrobrás a preferida dos consumidores, constituindo-se referência nacional em atendimento aos clientes.

Essa foi uma visão panorâmica dos problemas estratégicos. Vamos procurar agora especificar algumas questões que foram objeto do requerimento. Uma delas refere-se às razões do atraso da meta de auto-suficiência de petróleo no Brasil, prevista inicial-

mente para o ano de 2005 e, agora, segundo informações extra-oficiais, adiaram para 2006.

Na verdade, não foram informações extra-oficiais. Informamos ao mercado essa mudança de meta de auto-suficiência de 2005 para 2006. Quando isso foi divulgado, algum setor da imprensa procurou atribuir esse adiamento da metade auto-suficiência a um possível nacionalismo da Petrobrás. É público que fizemos modificações em relação às regras da licitação da P-51 e P-52, estabelecendo exigências de conteúdo nacional.

Vamos mostrar para os Srs. Senadores que esse adiamento da meta de auto-suficiência de 2005 para 2006 nada tem a ver com essa modificação introduzida na licitação da P-51 e P-52. A meta de auto-suficiência em 2005 – deve-se registrar – havia sido estabelecida no planejamento elaborado em 2001. De lá para cá, houve alguns atrasos; vamos detalhá-los para os Srs. Senadores, mas nada têm a ver com as modificações introduzidas na P-51 e P-52.

A meta de produção anterior para 2005, que havia sido estabelecida em 2001, era de 1.900.000 barris por dia; e a meta atual de produção para 2005 é de 1.820.000 por dia. Há alguma diminuição em relação a atrasos e há também aumento em relação a projetos não previstos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Quando V. Ex^a fala em auto-suficiência, significa que auto-suficiência, por exemplo, para o diesel, que é o de maior consumo?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, nesse caso é auto-suficiência do volume total de produtos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Mas o diesel continuaria a ser importado?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Uma parte dele, sim. Atualmente, temos uma importação líquida de um pouco mais de cem mil barris por dia. Naturalmente, exportamos gasolina e importamos diesel e GLP, o volume total de derivados de petróleo consumidos no Brasil vis-à-vis a produção de petróleo no Brasil. Por produto, esse balanço é feito dia a dia, porque são levados em consideração o valor de cada produto e a estratégia de exportação e de importação. A importação por produto varia mês a mês.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Em dinheiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Em dinheiro.

Esse quadro mostra a evolução da produção de óleo da Petrobrás em relação à demanda nacional. A nossa meta em 2003 é chegar a 88% da produção no

Brasil, chegando a 95% em 2005 e atingindo a auto-suficiência em 2006.

O próximo quadro mostra, detalhadamente, os motivos pelos quais houve esse atraso. Primeiro, mostra os dados em relação a P43, que é o campo de Barracuda. A previsão anterior de data de início da produção, dentro daquela meta de 1 milhão e 900 mil barris para 2005, era o segundo semestre de 2003. A previsão atual de início da produção nesse campo é segundo semestre de 2004. Esse é o início da produção, ele não entra em operação produzindo o total previsto. Esse projeto é para 150 mil barris por dia. O impacto na produção de 2005 é de menos 45 mil barris por dia. A causa desse atraso é a dificuldade da contratada na construção da plataforma.

A mesma coisa acontece em relação à plataforma P48, no campo de Caratinga Estava previsto também o início da produção para o segundo semestre de 2003. Deverá iniciar a produção no segundo semestre de 2004, com o impacto, na produção de 2005, na ordem de 50 mil barris por dia. A causa principal do atraso é também dificuldades da contratada na construção da plataforma.

Em relação à P50, o campo de Albacora Leste estava previsto entrar em produção no primeiro semestre de 2004. A previsão agora é segundo semestre de 2004. O impacto na produção seria de 65 mil barris. As principais causas do atraso são também dificuldades de algumas contratadas na construção da plataforma.

Em relação à P51 e à P52, ambas estavam previstas inicialmente para o segundo semestre de 2005. Essa previsão havia sido feita em 2001. O próximo quadro mostra que, na verdade, já em 2002, quando se estabeleceram os prazos, data de emissão dos convites e data original para a expedição da entrega das propostas, estava previsto o primeiro óleo para janeiro de 2006. Portanto, já em 2002, quando se estabeleceu o calendário de convites para as empresas da P51 e da P52, já há um atraso em relação à previsão inicial.

Estou mostrando esses detalhes para mostrar que, na verdade, esse atraso da previsão de auto-suficiência em 2006 não é, de forma alguma, decorrente das modificações que introduzimos na licitação da P51 e da P52. Aliás, alguns desses atrasos na P51 e na P52 não têm nada a ver com a modificação e a introdução do conteúdo nacional.

Na P51 e na P52, há três licitações separadas: uma para os módulos de compressão, uma para os módulos de geração e outra para a construção da plataforma. A emissão do convite para a primeira foi em

20 de setembro; para a segunda, 2 de outubro; e, para a terceira, 16 de setembro. A data original para entrega das propostas era 3 de dezembro, 11 de dezembro e 10 de dezembro. O primeiro adiamento foi feito no dia 26 de novembro do ano passado. O motivo desse adiamento foi uma atualização da documentação técnica.

Houve um segundo adiamento em 10 de janeiro deste ano, no caso do módulo de compressão, para 12 de fevereiro; para 20 de fevereiro, no módulo de geração, e para 26 de fevereiro, no caso da construção da plataforma. Esse adiamento foi feito por solicitação dos licitantes, em função dos fornecedores e de questões relativas ao financiamento.

A reavaliação dos editais, nós a fizemos em 11 de fevereiro. A inclusão do critério de conteúdo nacional, esse sim, provocou o terceiro adiamento, em 25 de fevereiro. Em linhas gerais, em comparação com o que se tinha no ano passado, quanto a essas plataformas, vemos que o primeiro óleo estava previsto para janeiro de 2006 e agora, a entrada em operação dessas duas plataformas está prevista para agosto de 2006.

Esse quadro mostra que o adiamento relativo à P – 51 e à P – 52 não foi responsável pelo adiamento da meta de auto-suficiência que, como já disse, em 2001 estava prevista para 2005 e agora passa para 2006.

Voltando ao quadro anterior, vemos que haverá aumento de produção em 2005 em função da entrada de alguns projetos que não estavam previstos anteriormente, como é o caso do campo de Marlim Sul, que é um projeto que já foi inclusive licitado, de antecipação da produção, o que permitirá aumento de produção nesse campo da ordem de 70.000 barris por dia já no primeiro semestre de 2004. Há também o campo de Jubarte, onde haverá a entrada em operação da P – 34, que está sendo convertida para entrar em operação naquele campo. Esse projeto não existia em 2001 e a produção deverá iniciar no primeiro semestre de 2005, o que terá um impacto positivo na produção de 2005 da ordem de 50.000 barris.

Vemos que, no geral, há redução se considera a meta anterior da ordem de 80.000 barris por dia.

O Presidente pergunta sobre a produção de outras empresas. Esses dados são referentes à produção da Petrobras. Ainda neste ano haverá produção da Shell, no campo de Biiupirá-Salema, se não me engano, de 70.000 barris por dias.

Esses dados, portanto, são referentes à Petrobras. A auto-suficiência do Brasil poderá ocorrer an-

tes disso, em função da produção de outras empresas. Isso inclui a Petrobras no Brasil, e não no exterior.

Temos aqui apenas um detalhamento do que já havia dito, o aumento de produção que não era considerado na previsão anterior. Haverá antecipação da produção do campo de Marlim Sul, com maior produtividade e novas descobertas. A produção de Albacora cresceu 15.000 barris por dia de 2002 a 2003. O bloco BC 60, no Espírito Santo, no campo de Jubarte, que atualmente está com a produção de 20.000 barris por dia, com a entrada em operação da plataforma P-34, deverá produzir 50.000 por dia a partir de 2005.

Esses foram os recordes de produção atingidos em 2003. Veremos agora a produção média mensal. Produzimos 1.597 milhão barris em fevereiro de 2003, já batendo um recorde, também estabelecido neste ano, de 1.556 milhão de barris por dia, conseguido em janeiro de 2003. E uma produção diária de 1.641 milhão de barris, no dia 14 de março de 2003, batendo um recorde, que já havia sido estabelecido, de 1 milhão e 638 mil barris, no dia 7 de março deste ano.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB - PI) - (Inaudível. Fora do microfone.) ... em menos de quatro meses.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Em função dos pontos que levantei, da entrada em operação de projetos que não estavam previstos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB - PI) - Está bem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A produção média diária esperada em 2003 é de 1 milhão e 590 mil barris e a produção média diária em 2002 foi de 1 milhão e 500 mil barris. Então, estamos trabalhando com um acréscimo de 6% em relação ao ano passado, sendo que a média de crescimento das empresas de petróleo do porte da Petrobras, nos últimos cinco anos, foi de 1% ao ano. A média de crescimento da produção de petróleo na Petrobras, nos últimos cinco anos, foi de 11% ao ano.

Passarei a uma outra pergunta: quais os planos da Petrobras para a construção de novas plataformas de prospecção de petróleo? Aí está um quadro com a nossa previsão de entrada em operação de novas plataformas. O quadro seguinte mostra mais detalhadamente. A P-43, no campo de Barracuda, que está em construção, como já apresentei, deverá entrar em produção no segundo semestre. A P-48, nos campos de Caratinga, está em construção. A P-50 também está em construção. Peroá e Cangoá, no Espírito

Santo, é uma plataforma de produção de gás e está em construção. A P-51 e a P-52 estão em licitação. Já fiz referência a elas e as propostas estão em análise. A PRA-1 é uma plataforma de rebombeio que deverá rebombear 800 mil barris por dia, na bacia de Campos, e também está em licitação. Estão sendo realizados estudos de viabilidade técnica e econômica de mais cinco plataformas: P-53, P-54, P-55, P-56 e P-34.

Gostaria de aproveitar, já que estou no Senado da República, para fazer um registro sobre um assunto que está em discussão agora no Brasil, a reforma tributária e a discussão de impostos relativos ao petróleo. Estamos com o EVTE básico pronto, já aprovado pela Diretoria, para ir ao mercado com o objetivo de viabilizar a licitação da plataforma P-54, que está prevista para o primeiro semestre de 2003. No entanto, estamos nos deparando com a seguinte realidade, e creio que os Srs. Senadores devem estar acompanhando. Foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro um projeto de lei - sobre cuja constitucionalidade há, inclusive, questionamentos, e a Petrobras obviamente o está analisando - que introduz uma cobrança de 18% de ICMS para o petróleo na origem. Quer dizer, a Petrobras passaria a pagar ao Estado do Rio de Janeiro o equivalente a 18% de ICMS. Se entrar em vigor, terá um impacto em torno de R\$ 5 bilhões por ano para a Petrobras. Não anunciamos publicamente essa nova licitação porque, objetivamente, se o imposto vigorar, o projeto da P-54, nos campos de Roncador, que deverá produzir 180 mil barris por dia, não terá viabilidade econômica.

Estou aproveitando a oportunidade para dizer ao Senado da República que, naturalmente, esse assunto vai ser objeto de discussão na reforma tributária. Essa lei, possivelmente, vai ser objeto de questionamento jurídico. Não quero entrar no mérito da discussão sobre se o petróleo será cobrado na origem ou no destino. O fato é que, se a lei entrar em vigor, a Petrobras vai pagar o ICMS sobre o petróleo na origem e no destino, porque...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB - PI) - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Para os campos do Rio de Janeiro.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB - PI) - Para os novos?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não, para os atuais, para a produção de petróleo.

Estou alertando os Srs. Senadores porque essa é a realidade que foi colocada para a Petrobras.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Quebra a Petrobras.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quebrar não quebra, mas os novos projetos não terão viabilidade. Volto a frisar que se trata de um projeto cuja entrada em operação é fundamental para viabilizar a meta de auto-suficiência em 2006. Então, estou alertando os Srs. Senadores porque não é um assunto que interessa apenas à Petrobras e ao Estado do Rio de Janeiro, mas ao País como um todo, e acredito que talvez o Senado possa tomar uma posição a respeito disso.

O fato é que estamos aguardando a sanção da lei, estamos vendo quais são as alternativas jurídicas para questioná-la. Como Senador, participei do debate da PEC do Senador Geraldo Melo a respeito da cobrança do ICMS do petróleo na origem e no destino, mas a Petrobras não se vai envolver nessa celeuma. Estamos alertando para o fato de que, se entrar em vigor essa lei, se a Petrobras tiver que pagar esse ICMS da forma como a lei estadual está estabelecendo, objetiva e concretamente, preto no branco, esse projeto P-54, que está pronto, não fomos ao mercado ainda em função objetivamente dessa questão, assim como o próprio P-53 e P-55 não terão viabilidades.

O que o setor de petróleo está querendo é que, objetivamente, haja uma estabilidade das regras relativas a tributos. Isso vale para a Petrobras e também para outras empresas que estão trabalhando com a hipótese de virem a atuar no Brasil.

Então, esses são os próximos projetos. Há um valor, inclusive, na próxima transparência, de um total de investimento de cerca de \$4 bilhões de dólares, sendo que esse é apenas um investimento previsto para a construção e conversão das plataformas P-51, P-52, PRA-1, P-53, P-54, P-55, P-56 e P-34. Não estão incluídos os investimentos nos poços, na infraestrutura e nas facilidades submarinas.

Estes investimentos, os últimos, que são a P-55 e P-56, estão em fase de estudo de viabilidade técnico-econômica, e a licitação prevista de ambos é para o primeiro semestre de 2004.

A última pergunta do requerimento é relativa à construção de refinarias de petróleo no Brasil em parceria com a Venezuela. Esse é um assunto que já me deu a oportunidade de receber diversos governadores e senadores que, legitimamente, estão defendendo a instalação das refinarias nos seus estados.

Assinamos um protocolo de intenções com a PDVSA, que, na verdade, não estabelece o local onde vai ser a refinaria. A Petrobras, já há algum tem-

po, tinha em suas metas vir a atuar na Venezuela. Esse protocolo de intenções assinado com a PDVSA inclui a possibilidade de diversos estudos entre as duas empresas. Em resumo, o protocolo prevê o seguinte:

Identifica algumas áreas para o desenvolvimento de negócios e atividades de cooperação, a saber, refinós de óleos pesados, projetos de exploração em produção de petróleo, intercâmbio tecnológico, projetos na área de gás natural, atividades comerciais e projetos na área de petroquímica.

Montamos já um grupo de trabalho formado por representantes das duas empresas, que terá um prazo de 60 dias para apresentar suas conclusões, identificando a possibilidade de intercâmbio entre as duas empresas nessas diversas áreas. Como disse, essa questão de uma possível refinaria é uma das áreas de intercâmbio que está sendo identificada pela Petrobras e pela PDVSA. Naturalmente, esse intercâmbio vai levar em consideração as áreas em que as duas empresas têm condições de estabelecer parcerias.

As áreas identificadas são de refino de óleos pesados, projeto de exploração em produção de petróleo, intercâmbio tecnológico, projetos na área de gás natural, atividades comerciais e projetos na área de petroquímica.

Com relação ao refino, naturalmente a estratégia é a agregação de valor a óleo pesado. Estudos vêm sendo desenvolvidos visando à construção de uma refinaria para processamento e valorização de óleos pesados. Conforme já falei, esse protocolo de intenções entre a Petrobras e a PDVSA não estabelece a localização da refinaria. E, naturalmente, a Petrobras está aberta a estabelecer protocolos semelhantes com outras empresas. Nós temos tido contato e temos sido sondados por outras empresas que têm acenado com a possibilidade de fazer parceria com a Petrobras em relação à questão da refinaria e estamos abertos a estabelecer protocolos semelhantes com outras empresas.

O assunto não era objeto do requerimento, mas como está na ordem do dia, naturalmente pegamos algumas informações para passar aos Srs. Senadores em relação à questão de refino, de como a Petrobras está trabalhando essa questão, e àquilo que consideramos como condições críticas para o investimento, não só que a Petrobras venha a fazer, como possíveis parceiros.

Esta é a realidade hoje do refino no Brasil: a capacidade instalada é a capacidade registrada na ANP. Nós temos autorização da Agência Nacional de Petróleo para refinar até 1.931 mil barris por dia. A de-

manda em 2002 foi, em média, de 1.756 mil barris por dia e a carga processada nas refinarias da Petrobrás foi de 1.619 mil barris por dia.

Todas as vezes que se levanta uma discussão a respeito de uma nova refinaria, é um assunto bastante discutido. Esse assunto está sendo bastante debatido no Congresso Nacional, inclusive já estive em uma Comissão na Câmara dos Deputados, e tenho insistido que a Petrobras deverá levar em consideração questões de natureza técnica, econômica e de viabilidade para a instalação.

Poderá caber ao Governo alguma decisão no sentido de política industrial, que venha a influir em relação à região onde venha a ser instalada. Mas tenho insistido também que, se isso vier a acontecer – e o Governo e o Congresso Nacional têm toda a legitimidade para fazê-lo –, deverá vir acompanhado de medida de natureza fiscal, ou legal, que mantenha a atratividade do negócio, até porque a Petrobras tem dito que pretende participar do negócio, mas estamos trabalhando com a perspectiva de ter parceiros. Naturalmente, os possíveis parceiros para a Petrobrás virão, ou não, a participar de um investimento dessa natureza se ele tiver retorno econômico.

Os fatores críticos para viabilidade de um empreendimento como esse são os listados: acesso ao mercado, acesso à matéria-prima, custo logístico, compartilhamento de infra-estrutura e, naturalmente, a obtenção de licenciamento ambiental.

Passaremos, agora, a detalhar cada um desses fatores críticos para viabilidade.

Com relação ao acesso ao mercado, esse mercado precisa ter um volume que proporcione uma escala econômica de produção e com uma distância da concorrência suficiente para a formação de um preço que remunere os investimentos. Essas são algumas condições dentro do fator crítico “acesso ao mercado” que naturalmente serão levadas em consideração, não só pela Petrobras como por possíveis parceiros que venham a participar desse empreendimento.

Com relação ao fator crítico “acesso à matéria-prima”, não significa, obrigatoriamente, proximidade da matéria-prima, até porque o custo para o transporte de matéria-prima é inferior ao custo para o transporte dos derivados. Então, o que tem que ser levado em consideração nesse aspecto é a disponibilidade de infra-estrutura que proporcione o recebimento de grandes volumes. O acesso à matéria-prima não significa obrigatoriamente proximidade. E isso pode ser demonstrado até pela própria localização das refinarias. O Estado de São Paulo não produz petróleo, mas é o Estado que tem o maior número

de refinarias. São quatro refinarias, o que, naturalmente, está relacionado ao mercado e ao acesso à matéria-prima.

Dentro do fator crítico “custo logístico”, temos que levar em consideração a minimização de custos para viabilizar a competitividade. Como eu havia dito anteriormente, o custo de transporte de derivados é superior ao custo de transporte de petróleo. É preciso levar em consideração o custo da matéria-prima e o preço de realização em função do mercado e da concorrência. Essa é uma outra questão que também será considerada quando da discussão desse investimento para o refino, que é a própria discussão da política de preços que vem a ser praticada no Brasil. Hoje, a regra é a equiparação ao mercado internacional, quer dizer, é o custo competitivo de internalização dos produtos.

É lógico que essa é uma discussão que volta e meia se levanta, principalmente quando o preço aumenta. “A Petrobras produz no Brasil, tem uma parcela em dólar, por que se considera todo o preço em dólar”? Mas isso será levado em consideração quando da definição de investimentos para uma refinaria, até porque, dentro da cadeia de petróleo, o refino é objetivamente o que tem a menor margem. Se forem considerados exploração, produção e refino, por exemplo, o refino tem uma margem bastante menor do que a exploração e a produção, e essa é uma questão que obrigatoriamente será levada em consideração não só pela Petrobras quanto por possíveis investidores que venham a se associar a ela.

Compartilhamento de infra-estrutura é outro ponto que levantamos como fator crítico, além da disponibilidade de água, energia e insumos; acesso ao petróleo – como eu já disse; modal e escoamento de produção – porto, ferrovias; indústria e local de suporte; terreno e outros.

Aquelas questões que levantei são os fatores para a viabilidade. Há outros que são condicionantes para novos investimentos. Um é a estabilidade das regras relativas ao processo de competição no mercado. Esse é um dos condicionantes que naturalmente será levado em consideração pela Petrobras e por possíveis investidores e está relacionado também com aquilo que eu já havia falado sobre a questão dos impostos. Quando se fala em estabilidade de regras, levam-se em consideração regras para definição do preço e regras para a tributação.

Atuação dos órgãos fiscalizadores para coibir práticas irregulares. Esse é um assunto que está na ordem do dia e é objeto, inclusive, de Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados.

Objetivamente, hoje, não há estrutura para se ter uma fiscalização mais eficaz. Existem outras questões que estão sendo objeto de discussão, que são as famosas liminares. Hoje, também, há uma indústria de empresas que consegue liminares e, em função disso, a competição tem sido distorcida de forma muito contundente.

Também há a questão da isonomia tributária na produção própria *versus* o produto importado, e licenciamento ambiental.

O que a Petrobras se dispõe a fazer nessa questão do novo refino, que é também um assunto que vem sendo cobrado? Não quero entrar no mérito de se as mudanças foram corretas ou não. Todo mundo conhece como votei neste Congresso Nacional, mas tenho percebido que a chamada classe política e alguns setores estão raciocinando como se a realidade de hoje ainda fosse a do monopólio estatal do petróleo, em que a Petrobras era o único agente. Então, muitas vezes, tem havido uma cobrança: "Por que a Petrobras não define que a refinaria será no Nordeste ou no Estado A ou B?", quando, na verdade, estamos trabalhando com uma realidade de mercado aberto, em que não há nenhum impedimento de natureza legal para que qualquer empresa venha a investir em qualquer ramo da indústria do petróleo, seja na exploração e produção – como eu disse, algumas empresas já começarão a produzir no ano que vem –, seja na área de refino.

Porém, temos consciência de que a Petrobras é um agente importante dentro dessa indústria. Por isso, inclusive, estamos explicitando qual seria a sua participação na hipótese desse novo refino.

Primeiro, a Petrobras garante que fornece o petróleo e garante preço competitivo. Então, esse novo empreendimento será implantado – se vier a ser implantado – com a garantia de que a Petrobras fornecerá matéria-prima. Portanto, aquela condição de viabilidade que levantamos na transparência anterior, a Petrobras garante que fornece esse petróleo a preços competitivos.

A Petrobras compartilha tecnologia de refino e conhecimento de mercado, participa do investimento – reafirmamos que estamos sempre dispostos a participar do investimento, de forma majoritária ou minoritária, o que, naturalmente, dependerá da forma de modelagem desse investimento –, e compra parte da produção.

Encerro a exposição. Pretendia mostrar outras transparências, mas, como está em discussão a questão do GLP e do preço do combustível, deixarei para responder às perguntas, até porque, como dis-

se, minha apresentação será distribuída para os Senadores.

Como o objetivo global do requerimento foi atendido, mais uma vez agradeço a oportunidade e coloco-me à disposição para responder a possíveis perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Presidente da Petrobras, Sr. José Eduardo Dutra, a exposição, e iniciamos a fase das perguntas.

Avisei, anteriormente, mas como nem todos os Senadores estavam presentes, repetirei que o Presidente José Eduardo Dutra tem um compromisso emergencial e deverá retirar-se às 13h. Por isso, peço a todos que cumpram o tempo regulamentar destinado às perguntas, cinco minutos para cada Senador, e solicito ao próprio Sr. José Eduardo Dutra que cumpra o prazo de resposta, também de cinco minutos. Assim, todos terão a oportunidade de perguntar e S. S^a de responder.

Como autor do requerimento, sou o primeiro inscrito. Então, convido o Senador Alberto Silva a presidir, enquanto pergunto. Trata-se de uma burocracia transmitir a Presidência, mas terei muita honra em passá-la para S. Ex^a, que é ex-Presidente desta Comissão.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Evidentemente, tentarei cumprir o prazo de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Seguindo o protocolo, concedo a palavra ao Senador José Jorge, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Petrobras, Dr. José Eduardo Dutra; Sr^{as} e Srs. Senadores, procurarei ser o mais breve possível.

Em primeiro lugar, gostaria de ouvir V. Ex^a a respeito dos poços antigos, aqueles que, na realidade, já não são viáveis para a Petrobras, mas que podem sê-lo para o setor privado. Nos Estados Unidos, eles correspondem a um percentual muito alto da produção e possibilitam a abertura de muitos pequenos negócios que, no Brasil, seriam considerados médios, mas, até agora, a Petrobras não tem sido muito eficiente na agilização desse processo. No tempo em que eu era Ministro e Presidente do Conselho da Petrobras, tentamos fazer isso, mas havia sempre uma grande resistência por parte, inclusive, dos empregados. Lembro-me de um caso de Santa Catarina. Como os empregados são da Petrobras, se o posto

for desativado, eles terão que ir para outro lugar. Não perderão o emprego, apenas mudarão de residência, mas, de qualquer maneira, há essa resistência.

Em segundo lugar, gostaria que falasse sobre o lucro obtido pela Petrobras no primeiro trimestre. Nos últimos anos, a Petrobras tem lucrado de R\$ 9 a R\$11 bilhões por ano e, no primeiro trimestre deste ano, teve um lucro de R\$ 5 bilhões. Comparando, os bancos e instituições que têm maior lucro no Brasil, juntos, tiveram um lucro de R\$ 3 bilhões. Portanto, o lucro da Petrobras correspondeu a quase o dobro do lucro de todos os bancos, em função, basicamente, do preço do petróleo. Não houve aumento de produtividade, nem fato excepcional. Não sou favorável a que se estime um preço interno. Penso que a Petrobras tem que produzir a preços internacionais, exatamente para permitir que haja novos investimentos no Brasil. E o País, sendo auto-suficiente, rapidamente recuperará a situação financeira, como ocorreu com a Rússia recentemente. Portanto, pagar o preço internacional no Brasil para todos os combustíveis seria uma medida muito própria. Porém, desta vez exagerou. Cinco bilhões de reais em um trimestre significam um sobrepreço que deveríamos tentar corrigir.

Havia sempre uma idéia na Petrobras de compra de uma refinaria no exterior, porque as refinarias no exterior são mais baratas do que construir uma nova – existe oferta, às vezes – e porque, como o nosso consumo é um pouco desequilibrado entre diesel e gasolina, se conseguiria produzir no exterior mandando diesel para cá e já vendendo a gasolina que se produzisse por lá mesmo.

Portanto, do ponto de vista do investimento e da própria operação, haveria vantagem, além de que daria mais um item de internacionalização à Petrobras, que, como todos sabemos, sofre com o risco-Brasil. E quanto mais internacional for, menos correrá esse risco.

Em terceiro lugar, quanto à questão dos investimentos em gás. Na realidade, é muito necessário que se aumente a participação do gás na matriz energética brasileira. E para a própria Petrobras, é importante por duas razões: primeiro, ela estará descobrindo e, quanto mais furar, mais gás descobrirá. Segundo, porque há o contrato de gás com a Bolívia, que é “**take or pay**” e que, portanto, o Brasil terá que usar esse gás.

Portanto, creio que a diminuição dos investimentos, em termos de gás, na parte energética, durante este ano, é compreensível, porque temos hoje uma sobreoferta de energia de cerca de 10 mil megawatts. Mas, de qualquer maneira, é imprescindível

que a Petrobras tenha uma política clara de incentivo ao uso do gás. Qualquer empresa, quando lança um produto, normalmente perde dinheiro naquele produto. Supondo que o **Mc Donald's** lance um sanduíche novo, evidentemente, no começo, perderá dinheiro. O gás é o “sanduíche novo” da Petrobras. Ela tem que perder dinheiro para, depois, ganhar.

Restrinjo-me a essas perguntas, porque os meus cinco minutos acabaram.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Consulto o nosso Presidente se ele tem condições de, em cinco minutos, responder a tantas perguntas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Certamente, o Presidente da Petrobras sabe muito mais do que nós, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Por isso estou admitindo cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Vou tentar ser objetivo.

Primeiro, em relação aos postos maduros. A Petrobras chegou a vender alguns postos. Estávamos inclusive com uma licitação marcada, que teve de ser adiada em função de modificações das normas da ANP. Paralelamente à isso, o Diretor Guilherme Estrela, que está aqui, pediu um tempo para que, por meio de técnicos da Petrobras, do Departamento do Cempes, se fizesse um estudo de reaproveitamento desses postos.

Não sei se V. Ex^a se recorda, mas quando levantei os pontos de estratégia da AIP, havia a questão do desenvolvimento de reservatórios para aumentar a recuperação. Embora, em termos imediatos, possa haver uma avaliação de que seria interessante vender esses campos, eles podem ser, inclusive, utilizados para o desenvolvimento de novas tecnologias de recuperação, possibilitando à Petrobras uma recuperação maior em outros campos.

Na minha exposição inicial, fiz referência ao Campo de Guaricema, em Sergipe, que, pelas regras iniciais, teria sido concluído há dez anos e continua produzindo até hoje.

Não há posição ideológica contra a venda dos campos maduros. Está sendo feita uma reavaliação. Possivelmente, alguns poderão ser vendidos e outros, não.

Em relação aos lucros, até fico satisfeito, pois a crítica ouvida no início do ano foi a seguinte: “O PT vai acabar com a Petrobras”; “A Petrobras estava voltada para a lucratividade, para a eficiência e, agora, o PT vai...”

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, Presidente, esse era o discurso do PT. Não éramos nós que dizíamos que a Petrobras não poderia ser voltada para a lucratividade, que tinha que vender combustível barato, etc.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – De jeito nenhum, Senador. V. Ex^a, nesse período todo, com certeza, nunca ouviu isso da minha boca. Mas se dizia que o PT iria acabar com a lucratividade da Petrobras. Então, somos cobrados agora pelo contrário.

Primeiramente, registro que uma parcela desse aumento do lucro, em comparação com o primeiro trimestre do ano passado, é, sim, decorrente do aumento de produção. Quer dizer, aumentou em 6% a produção, em comparação com o primeiro trimestre do ano passado. Agora, é lógico que tivemos um período em que o preço do petróleo chegou a quase US\$40. No entanto, não houve aumento neste ano aqui. Então, mesmo com o preço alto, é lógico que, como a Petrobras é uma empresa que, inclusive dentro da composição de seu lucro, tem uma parcela importante da produção de petróleo, como nós produzimos uma parcela significativa e o preço do petróleo foi às alturas, mesmo não repassando o valor para o mercado interno, possibilitou-se efetivamente o aumento de lucro, o que não foi exclusividade da Petrobras. Basta verificar o balanço de todas as grandes empresas de petróleo nesse primeiro trimestre para ver que todas tiveram lucros bastante significativos.

Levantou-se a questão dos lucros – e é importante registrar também que foi um lucro bastante significativo –, mas também a participação governamental nesse período teve um incremento significativo. A Petrobras pagou, em **royalties** e participações especiais, R\$3 bilhões nesse período, decorrentes, aí sim, do preço internacional. Questiona-se, muitas vezes, que a Petrobras não pode repassar o preço para o consumidor, só que o pagamento de **royalties** e participações especiais, V. Ex^a sabe disso, leva em consideração o preço do mercado internacional. Quer dizer, mesmo não repassando integralmente o preço para o mercado brasileiro nesse período, a Petrobras pagou **royalties** e participações especiais do petróleo equivalentes ao preço internacional.

Com relação à compra da refinaria no exterior, como eu já disse, a Petrobras deverá continuar com o projeto de ampliação da sua participação internacional, mas, nesse período de 2003/2007, retiramos a hipótese de compra de uma refinaria no exterior. Não descartamos a hipótese de agregar valor ao nosso petróleo, o que incluirá, possivelmente, alternativa de aluguel ou coisa do tipo. Mas, objetivamente, aquilo

que estava previsto, de uma compra de uma refinaria no exterior, nesse período de 2003/2007, está retirado. Como eu disse, também não é por motivos ideológicos. Achemos que, no processo de expansão de refino, não são excludentes a ampliação de refinaria no Brasil, a construção de uma nova e a hipótese de comprar uma no exterior, pois se podem fazer as três coisas, mas, dentro desse planejamento que fizemos até 2007, não está incluída a compra de uma refinaria no exterior.

Com relação ao gás, objetivamente, houve uma redução em especial na área de energia e nas termelétricas, mas estamos prevendo um investimento de US\$1,2 bilhão na ampliação da nossa rede de gasodutos. Não só o Projeto Malhas, que inclui a ampliação de rede de gasodutos na Região Sudeste, como também na Região Nordeste, mas também está nos estudos a construção do chamado Gasoduto do Sol, que liga o Rio de Janeiro à Bahia, fazendo a interligação das Regiões Sudeste e Nordeste.

Concordo com V. Ex^a que o gás passará a ter uma importância crescente na matriz energética brasileira. Inclusive estamos participando de um processo de discussão, hoje em curso, que é a renegociação do contrato com a Bolívia, o qual foi feito dentro de uma expectativa de mercado e de preço que não se confirmou. Hoje, estamos com prejuízo com relação a esse contrato – estamos num processo de negociação –, mas não temos dúvida de que o gás passará a ter uma ação crescente na matriz energética brasileira. A Petrobras está atenta a isso, até porque temos tido novas descobertas, como a recente na Bacia de Santos, da ordem de 80 bilhões de metros cúbicos de gás. Foi dito até que divulgamos essa descoberta para poder pressionar a Bolívia, mas foi coincidência. No período em que estávamos negociando, houve essa descoberta, que mostra também que esse contrato com a Bolívia tem razão de ser se for a preços competitivos, porque o Brasil tem condições, inclusive, de vir a atender a uma parte desse mercado. Mas V. Ex^a pode ter certeza de que, em relação a gasodutos, a redução foi equivalente à das outras áreas. Estamos prevendo US\$1,2 bilhão na ampliação da rede de gasoduto nesse período até 2007.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – V. Ex^a está satisfeito?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu farei somente uma observação. Nós, pernambucanos – e o Senador Marco Maciel está junto a mim –, há anos lutamos para que a Petrobras ou qualquer empresa construa uma refinaria no Posto da Suape, em Pernambuco, como muitas vezes foi dito aqui.

Estávamos muito assustados porque havia algumas declarações de pessoas do Governo, se não me engano, do próprio Presidente, de que a escolha do local da refinaria seria uma decisão política. Ficamos, então, satisfeitos que V. Ex^a diga que a decisão será técnica e privada, baseada em argumentos de natureza financeira e técnica. De maneira que, acredito, nesse caso, nós, de Pernambuco, podemos ficar tranquilos se ganharmos ou se perdermos, porque sabemos que a decisão será técnica. Dessa maneira, sabemos que temos muita chance.

Muito obrigado.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Eu pediria ao Senador José Jorge que reassuma a Presidência.

Muito obrigado pela honra de presidir a reunião.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) (?) – Acredito que, se ouvíssemos em bloco de três Senadores, as respostas poderiam ser também mais rápidas.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Pode ser.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – É uma sugestão que faço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Qual seria a sugestão?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Que ouvíssemos em bloco de três Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Seriam três perguntas ou três Senadores?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não, três Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Estão inscritos a Senadora Ideli Salvatti, que passou a palavra para a Senadora Ana Júlia; eu estou inscrito em segundo lugar, e estou presidindo e, naturalmente, o Senador Rodolpho Tourinho.

Eu passaria a palavra aos dois Srs. Senadores, Ana Júlia e Rodolpho Tourinho, e ficaria aguardando até que o Senador José Jorge retorne.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Senador José Eduardo Dutra, é um prazer tê-lo aqui e ver realmente como está sendo dirigida a Petrobras. Isso, para nós, é motivo de alegria.

Uma das perguntas que eu gostaria de fazer refere-se exatamente ao gás. Está no Plano Estratégico

da Petrobras para 2003 até 2007 desenvolver o mercado, de forma a garantir a colocação do gás natural na empresa. Sabemos que o gás é uma fonte de energia importante e muito menos poluente. Na Região Norte, temos uma grande possibilidade de produzir gás no Amazonas. Mas, a grande dificuldade que temos é exatamente levar esse gás a outras regiões. Por exemplo, no nosso Estado, a necessidade de energia é imensa, e o gás seria muito mais adequado por ser uma energia menos poluente. Gostaríamos de saber exatamente sobre essa questão.

Em relação à refinaria, gostaria de fazer apenas uma pergunta: V. S^a já registrou aqui, diversas vezes, o critério técnico da definição da escolha do local e os diversos pontos importantes para essa decisão. Mas eu gostaria de ponderar um outro ponto e saber se isso também está sendo posto como um fator importante a ser avaliado. Trata-se do desenvolvimento regional. Indago se esse é um dos pontos que também, nessa questão da refinaria, está sendo avaliado como importante.

Continuando com uma questão que tem mais a ver com a nossa região, sabemos que é fundamental para a humanidade a substituição dos combustíveis fósseis por combustíveis de fontes alternativas. Na nossa região, há muitos lugares onde as fontes alternativas são a única forma de levar energia elétrica à população.

Pergunto: como a Petrobras planeja participar de programas de substituição do óleo diesel por óleos vegetais conhecidos como biodiesel? A Petrobras estabeleceu um tempo, a partir do qual pretende ter o consumo do biodiesel em níveis consideráveis na matriz energética? O que seria considerada uma participação adequada do biodiesel na matriz energética? Existe algum estudo no sentido de saber quando atingiríamos esse percentual?

Além de a pesquisa ser importante para essas fontes alternativas, devemos implantar sistemas de consumo de energia baseados nessas fontes. É necessário, ainda, implantar sistemas compatíveis. Temos uma fonte imensa em nossa região e gostaríamos de saber como a Petrobras está lidando com isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra, a seguir, ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente Alberto Silva, Sr. Presidente José Eduardo Dutra, quero, em primeiro lugar, congratular-me com V. Ex^a por ter – aproveitando um ponto que o Se-

nador José Jorge comentou – mantido a equação do preço dos derivados do petróleo, na Petrobrás. Isso assegura a ela a pujança e assegurará o nível de investimento necessário ao seu crescimento daqui para a frente, não tenho dúvida.

Se o Governo tiver de fazer algum tipo de intervenção no preço, não será à custa da Petrobras. Que faça, como no Chile, por meio do próprio imposto. Considero válido realizar isso dessa forma. Quero congratular-me com V. Ex^a por ter, definitivamente, afastado essa hipótese, que esteve em debate durante algum tempo.

Quero também, considerando aquilo que o Senador José Jorge destacou, abordar a questão dos postos maduros. Assim que cheguei à presidência do Conselho da Petrobras, há quatro anos, nós começamos a tratar desse assunto. Eu não acho que há posição ideológica contra, mas uma resistência grande da Petrobras quanto a essa questão dos campos maduros, porque nós conseguimos, no meu tempo, avançar muito pouco. Sempre, durante as discussões, era pedido mais tempo para ver que tipo de reaproveitamento poderia ser dado àqueles campos, às novas tecnologias. Na mão da iniciativa privada, isso pode vir mais rápido. Estaríamos, assim, gerando emprego, gerando renda, abrindo outro tipo de atividade.

Deixo aqui essa posição a respeito disso e, sobretudo, que determinadas questões na Petrobras às vezes são controversas. Lembro-me de que, para bater o superávit fiscal da Petrobras com os dados do Banco Central, tivemos, naquela época, que quebrar o sigilo dela. Dessa forma, acabou-se com a famosa caixa-preta, mas, repito, foi quebrado o sigilo da Petrobras.

Nós temos uma imensa e belíssima empresa em termos de tecnologia, de tudo, mas a aceleração em determinados pontos, como no caso dos campos maduros, seria de extrema importância, sobretudo para alguns Estados da Região Nordeste, como Bahia e Sergipe. É muito interessante isso.

Eu gostaria, agora, de falar sobre o gás. Eu sei que está sendo revisto todo o modelo energético e isso passa necessariamente pela Petrobras. No entanto, eu queria salientar – tem sido mostrado de forma diferente – que o prejuízo da Petrobras hoje com as termoeletricas não advém das termoeletricas, mas do contrato de gás feito com a Bolívia. Foi feito um contrato de **take or pay** – ou seja, usando ou não usando, tem-se que pagar – (de um gás) que estava sendo desenvolvido ainda – as reservas estavam sendo desenvolvidas na Bolívia, pela própria Petrobras e por outras empresas – para um mercado que

não existia aqui. O mercado que passou a existir e que pode dar maior dinamicidade a isso é exatamente o mercado termoeletrico. Tanto o mercado não existia que ainda foi feito um contrato com a distribuidora de Mato Grosso do Sul, de 8,5 milhões de metros cúbicos por dia de gás, para que pudesse financiar esse gasoduto. Só para se ter uma idéia, a distribuidora Bahia Gás, uma das maiores do País, hoje vende de 4 a 5 milhões de metros cúbicos por dia, com petroquímica e tudo. Vejam a que ponto foi uma coisa artificial! Por isso é que acho que não se pode atribuir o prejuízo à usina termoeletrica. Precisamos ter a exata noção do que deve ser feito no mercado de gás.

Outras perdas no mercado de gás não eram nem contabilizadas. Queimavam-se, no meu tempo, 8 milhões de metros cúbicos por dia de gás só na Bacia de Campos. Depois, fizemos um processo de queima zero, que não sei como anda hoje, mas isso não era contabilizado.

Na verdade, o gás nunca teve a prioridade dentro da Petrobras que teve o petróleo. Era sempre algo tido em segundo plano. Entendo, porém, que o papel das térmicas é importantíssimo, por questão de segurança do sistema, por geração de energia no local do consumo, na carga, e mais, para que se consiga efetivamente assegurar e desenvolver o mercado de gás no País, que considero extremamente importante.

Louvo muito a referência feita, de alguma forma, à volta da Petrobras à petroquímica. A privatização da petroquímica parece ter deixado o sistema talvez órfão demais. Vejo que a volta da Petrobras é uma necessidade. E, novamente volto ao assunto do gás, qualquer desenvolvimento na área petroquímica pode assegurar a nafta brasileira necessária, sendo extremamente importante fazermos alguma coisa nova de petroquímica com gás.

Louvo também a construção do gasoduto, que acho que já tem até nome, ligando o Sudeste ao Nordeste. Ter nome já é uma garantia de que está para sair...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Tem um apelido.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Mas apelido pega. Então, acho que é extremamente importante. Considero também de extrema importância o desenvolvimento dos gasodutos, até com recursos da OCDE para o Centro-Oeste. São relevantes ainda a questão do Centro-Oeste e o problema do gás de Rondônia. Se a Petrobras não usar sua força, dificilmente chegaremos à conclusão desses assuntos.

Entendo que a petroquímica e o gasoduto do Nordeste, a respeito do que já me pronunciei, são de extrema importância para o Nordeste.

Coloco um último ponto: a taxa de 18% do ICMS. Penso que todos nós, Senadores, devemos nos somar à Petrobras, porque isso não me parece cabível.

Essa é também aquela questão que está afetando o Repetro, ou aquela do Repetro já é outra?

O SR JOSÉ EDUARDO DUTRA – É outra.

O SR RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, temos dois imensos problemas. Entendo que, sem o Repetro, ficará difícil desenvolver a própria indústria nacional. Aquela taxa feita pelo Rio de Janeiro é um erro em relação a isso. Creio que temos todos, aqui no Senado, de nos somar a V. S^a para evitar que venham a ser feitas essas duas taxações.

Por último, quanto à expectativa que havia da auto-suficiência, os dados que V. S^a colocou são perfeitos, mas havia uma expectativa maior de que se visse a produzir petróleo por terceiros e não pela Petrobras, o que sabemos que não está acontecendo. Acho que a defasagem é da Shell, não da Petrobras. É muito mais por aí.

Eram essas as minhas colocações.

O interesse maior, Sr. Presidente, é saber sobre os planos para o gasoduto do Nordeste, porque hoje, na Bahia, poderíamos já estar vendendo 20% a mais de gás se tivéssemos o gás, mas não o temos.

O Senador José Jorge fez um pronunciamento muito importante outro dia no Senado sobre a questão energética do Nordeste. É impossível imaginarmos que o Nordeste vá ser abastecido por linhas de transmissão vindo de cada vez mais longe. A termelétrica no Nordeste é absolutamente fundamental. Não temos – e o senhor sabe disso – como gerar energia com recursos hídricos. Isso me preocupa, pois já temos hoje uma defasagem. Pelo menos na Bahia, podíamos estar vendendo 20% a mais, e não estamos vendendo – na distribuidora do Estado, que tem como sócia a Petrobras. Então, urge que o Gasoduto do Sol seja feito. Gostaria de saber mais sobre ele, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito bem.

Já se pronunciaram a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Rodolpho Tourinho. Agora vamos ouvir o terceiro, o Senador Alberto Silva, nosso ex-Presidente.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, nobre Presidente da Petrobras, quero apenas fazer uma referência. A exposição de V. Ex^a foi

muito clara. Creio que os números que estão ali foram absolutamente convincentes, e algumas dúvidas já foram respondidas. Eu queria apenas lembrar que o Presidente Lula, durante a sua campanha, mencionou a conveniência para o País de serem gerados dez milhões de empregos. É claro que isso não é tão fácil quanto se possa pensar. Gerar dez milhões de empregos não é coisa muito fácil. Mas há 25 anos, Sr. Presidente da Petrobras, nobre ex-companheiro Eduardo Dutra, quando eu era Presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, gastei US\$ 1 milhão na pesquisa do biogás, e foi aí que ele surgiu. Fizemos até gasolina de aviação partindo de óleo de babaçu, numa equipe técnica que foi reunida na Universidade Federal do Ceará.

De lá para cá, essas coisas ficaram paradas. Mas, há cinco anos, resolvi convocar novamente aquela equipe e fazer uma observação: e se plantássemos mamona no semi-árido, que tem uma capacidade de gerar 50% de óleo, e transformássemos o óleo em biodiesel? Nós já havíamos feito o biodiesel de mamona 25 anos atrás. Então, a partir dos estudos que realizamos, chegamos à conclusão de que um hectare de semi-árido pode produzir uma tonelada de mamona, e essa tonelada de mamona produz meia tonelada de óleo. Então, se fizermos uma comparação, veremos que basta um hectare para cada família – posso comprovar isso, porque fizemos uma experiência no ano passado –, que plantaria a mamona e o feijão, e ainda poderia aproveitar o seu pé para transformá-lo em adubo orgânico, ou seja, fertilizante orgânico, com a adição de aditivos químicos, NPK.

O número é expressivo, Sr. Presidente: um hectare dá dez toneladas de matéria seca, e as dez toneladas de matéria seca, tratadas com bactérias adequadas, produzem biofertilizante orgânico. Dez toneladas por hectare é o preço de 400 toneladas, o que dá R\$4 mil reais de renda para o lavrador em um hectare. Uma tonelada de mamona daria mais R\$600,00; e uma tonelada de feijão, mais R\$1,5 mil. Então, um hectare pode produzir uma renda mensal de R\$500,00. Agora, dez milhões de hectares produziram dez milhões de toneladas de mamona, ou seja, cinco milhões de toneladas de óleo. Eu perguntaria – não estou muito familiarizado – se posso considerar uma tonelada como seis barris de petróleo?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Aproximadamente 6,35.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Digamos seis barris por tonelada. Numa tonelada, seis mil barris; em um milhão de toneladas, seis milhões de barris; em dez milhões, 60 bilhões de barris. Isso po-

deria se transformar em 160 mil barris/dia de biodiesel, empregando 10 milhões de nordestinos. Fizemos testes e é possível plantar no semi-árido, a mamona se adapta bem, é pouco exigente em água. A pergunta seria apenas – a nossa Senadora já perguntou se a Petrobras estaria interessada, eu não diria propriamente assim – se a Petrobras poderia auxiliar em um programa de plantar 10 milhões de hectares de mamona e feijão em um período de cinco anos. É a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos agora passar a palavra ao Presidente José Eduardo Dutra para que S. Sª possa responder. Sugeriria até que respondesse a última, a mais direta, já que o Senador terminou agora, e se os outros não tiverem nenhum óbice.

V. Exª faz questão de que a sua seja respondida primeiro?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É que as duas perguntas, na verdade, estão relacionadas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É que não ouvi a de V. Exª. Fui à Comissão de Educação assinar o livro.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Vou falar por assunto. A primeira questão é a do biodiesel. A Petrobras, dentro do seu planejamento estratégico, está considerando uma adição de 5% de biodiesel a partir de 2006, o que dá mais ou menos 30 mil barris por dia. A Petrobras já está atuando nesse segmento. Temos uma planta piloto, em convênio com a Universidade do Rio Grande do Norte, que produz biodiesel a partir da mamona. O Cemps, que é o nosso centro de pesquisa, está atuando nesse sentido, existem pesquisas. E, como eu disse, estamos trabalhando com uma projeção de demanda, a partir de 2006, da ordem de 30 mil barris por dia.

Para chegar aos 160 mil barris por dia que V. Exª falou, isso, na verdade, não depende apenas da Petrobras, mas de toda uma logística de investimentos. O que garantimos é que a Petrobras está investindo nessa área e considera, dentro do seu plano estratégico, inclusive de demanda de combustível, este número a que me referi: 30 mil barris por dia de biodiesel a partir de 2006.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Estamos inaugurando, daqui a um mês, uma usina de biodiesel de mamona na Universidade Federal do Piauí, para uma produção de três mil litros diários de óleo de mamona ou de qualquer óleo vegetal.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª com a palavra. Falou o Senador Alberto Silva.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não há dúvida de que qualquer empresa de petróleo, e a Petrobras é uma empresa que tem uma tradição de investir em tecnologia, tem que estar aberta a todas essas alternativas. E, como já disse, quando me referi à petroquímica, cada vez mais há restrições à utilização do petróleo como forma de energia. E, no caso do Brasil – V. Exª já deu os números em relação à geração de emprego –, não há dúvida de que essa é uma área que, além da sua importância do ponto de vista energético, tem efetivamente importância do ponto de vista social.

Tanto a Senadora Ana Júlia quanto o Senador Rodolpho Tourinho levantaram a questão do gás. Vou procurar levantar outros pontos que consideramos importantes.

Não há dúvida de que há toda uma tradição da Petrobras, até pelo fato de ser uma empresa originalmente de petróleo, em que o petróleo tem um peso. Mas isso vem mudando. Hoje, a Petrobras tem uma diretoria de gás energia, o que demonstra que ela encara essa questão do gás como uma questão estratégica. V. Exª levantou um ponto a que já havia me referido, ao responder ao Senador José Jorge, que realmente é definidor dessa política: o contrato com a Bolívia. Estamos em um processo de renegociação. E não é uma negociação fácil. V. Exª conhece e sabe que a questão do gás é quase que de segurança nacional para a Bolívia. Bastou a Petrobras mandar uma correspondência, porque o contrato previa que, em 2003, poderia ser solicitada a renegociação por qualquer das partes que se sentisse prejudicada. Então, de acordo com o que estava no contrato, encaminhamos uma correspondência para a IPFB, no sentido de solicitar renegociação. Isso causou já problema na política, na Bolívia.

Esse processo está em negociação, inclusive faz parte de negociação bilateral entre Brasil e Bolívia. Sabemos que não é uma negociação meramente comercial, em função da importância do gás para a Bolívia. Está envolvendo Ministério de Minas e Energia e Ministério das Relações Exteriores. Mas V. Exª abordou um ponto fundamental: esse processo de renegociação é balizador da nova política.

Em relação ao gasoduto do sol, isso faz parte do nosso portfólio de projetos, não temos data ainda. É um investimento da ordem de US\$1 bilhão, mas acreditamos que, equacionada a questão da Bolívia e definindo as novas matrizes energética, colocando-se em produção essa possibilidade do campo, na bacia

de Santos, a tendência natural é fazer essa interligação.

No caso da Bahia, especificamente, deverá entrar em produção o gás da bacia de Camamu, ano que vem. É lógico que não vai atender a todas as necessidades, mas diminuirá um pouco a demanda.

Há uma série de questões que envolvem o gás. Em Urucu, reinjetamos seis milhões de metros cúbicos por dia. Existe um contencioso, já há algum tempo, em relação ao gasoduto. Está no nosso portfólio a construção do gasoduto de Quari até Manaus e de Urucu até Porto Velho. Existem questões ambientais. No caso do Quari/Manaus, o Governo anterior do Amazonas não tinha interesse no gasoduto. Hoje não, especificamente em relação à Amazônia, esse quadro mudou. Tivemos com o Governador e, na posse do gerente da UNB/Sol, em Manaus, o Governador reafirmou sua intenção de contribuir para viabilizar o gasoduto. Tivemos, também, uma reunião no Ibama com o Governador do Amazonas. Acreditamos que chegaremos a bom termo, em relação à construção do gasoduto Quari/Manaus e do gasoduto Urucu/Porto Velho, porque, como falei, estamos reinjetando seis milhões de metros cúbicos de gás em Urucu.

Em relação à queima da bacia de Campos, estamos, hoje com 85% de aproveitamento. Ainda estamos queimando 2,3 milhões de metros cúbicos por dia, mas está em processo de instalação de novos equipamentos. A meta realmente é queima zero.

A Petrobras tem interesse em que esse mercado venha a se expandir e está trabalhando nesse sentido.

Em relação à refinaria, falando sobre uma questão abordada pelo Senador José Jorge, eu estava presente no dia em que o Presidente Lula declarou, no Rio de Janeiro, que essa questão teria uma pitadinha política. Eu entendo que poderá haver. Quando estive na Câmara dos Deputados, disseram que eu estava excessivamente tecnocrata e que eu era político. Tenho que dar minha opinião enquanto Petrobras. E essa empresa estabelecerá sua meta de investimento – não só a Petrobras como possíveis parceiros – levando em conta o retorno sobre o investimento. No entanto, nada impede – e acho que isso poderá acontecer, porque a política industrial não é feita pela Petrobras, mas pelo Governo – que o Governo venha a tomar medidas de natureza fiscal ou legislativa que apontem para a definição de localização, principalmente em termos de região, dessa refinaria. Quando a Ford foi para a Bahia, foi uma decisão de Governo e de Congresso Nacional. Foi uma decisão política que aprovou uma legislação especial que possibilitou a

Ford vir para a Bahia, repondo possíveis perdas que ela teria em outro Estado. E isso poderá acontecer num empreendimento como esse. Mas isso não é a Petrobras que vai fazer nem os possíveis investidores. Inclusive, depois dessa mesma declaração do Presidente no Rio de Janeiro, em uma entrevista sobre elemento estratégico, perguntaram como ia ser essa questão. A imprensa procurou estabelecer uma dicotomia àquilo que eu disse, publicando “Petrobras responde ao Presidente.” Eu disse o óbvio: qualquer decisão de natureza política que venha a ser tomada, seja pelo Executivo, seja pelo Congresso Nacional, apontará no sentido de uma análise meramente econômica. Por exemplo, em relação à instalação de uma refinaria em São Paulo, faz-se um estudo de viabilidade técnica e econômica e chega-se à conclusão de que o valor líquido em São Paulo é “x” e no Nordeste será “x” menos “y”. O Governo, ou o Congresso Nacional, entende que, do ponto de vista de política industrial, a refinaria será instalada no Nordeste. É lógico que as medidas que venham a ser tomadas, do ponto de vista fiscal e legal, terão que ser no sentido de que essa diferença econômica para mais, para que seja em São Paulo, venha a ser compensada por algo que compense ser no Nordeste. Isso vale em termos de regiões, até porque dentro da mesma região, Ceará, Pernambuco, as diferenças são pequenas.

Por isso, é perfeitamente legítima essa pitada política da parte do Governo ou do Congresso Nacional. A Petrobras agirá enquanto empresa junto com seus possíveis parceiros. Além do que, em última instância, quem vai definir esse investimento será o Conselho de Administração da Petrobras, onde a União tem maioria. Mas é lógico que se tem que levar em consideração o interesse dos minoritários. O acionista majoritário da Petrobras não pode tomar uma decisão que venha a provocar prejuízos para a empresa em detrimento dos minoritários. Essa decisão política estará muito mais relacionada a medidas de natureza fiscal ou de legislação que venha a ser tomada no âmbito do Congresso Nacional do que propriamente pela Petrobras.

Com relação aos campos maduros, Senador Rodolpho Tourinho, informo que recebemos da ANP, há 15 dias, uma informação de que estariam sendo discutidas novas regras a respeito dessa licitação de campos maduros. Por isso, estamos trabalhando com isso. Quando se falou em questão de campo maduro no Brasil, criou-se um fetiche, comparando-se logo com os Estados Unidos. Lá tem um milhão de postos, então, se for produzido um barril por dia em cada

campo, terá um milhão de barris por dia. Essa não é a realidade do Brasil.

Em linhas gerais, penso que respondi a todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, faltou uma informação importante para discutirmos em relação ao gás. O preço do gás, no Nordeste, no poço, está maior do que na Bolívia em dólar. Não é o preço do gás na distribuidora, porque aí o transporte é menor, mas o preço no poço, o chamado preço no poço, no Nordeste, está maior do que na Bolívia.

Só para V. Ex^a analisar. No meu tempo, em Urucu, era maior do que da Bolívia. Entendo que é preciso haver uma visão diferente em relação ao gás e ao que ele pode representar para o Nordeste, – aliás não só para o Nordeste, mas para o Brasil inteiro, sobretudo nessa questão de preço. Quando analisamos esse dado, ficamos preocupados.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Naturalmente, V. Ex^a introduz uma outra discussão que, na verdade, vai ao encontro da política geral de preços que estamos estabelecendo para todos os produtos, que é o preço competitivo no local onde vai ser utilizado. Isso vale para o gás, para a gasolina e para o óleo diesel. É lógico que uma alternativa que V. Ex^a chegou a registrar em relação à política de preços é que ela pode ser levada em consideração, mas não especificamente em relação à Petrobras e sim de forma mais geral, uma política de preços que venha a envolver até o Governo, para encontrar alternativas que venham a estabelecer essa compensação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É verdade. A minha preocupação, no caso do gás, refere-se ao fato de que não há competidor, a Petrobras não tem competidor. Criou-se o mito de que o gás é **commodity**. O gás não é **commodity** em lugar nenhum do mundo porque, se o fosse, o gás de Camisea, no Peru, estava sendo vendido. Depois que apareceu a Bolívia, a grande reserva de gás de Camisea desapareceu do Peru, porque não é **commodity**. Acho que essa é a grande questão que temos que focar para o desenvolvimento industrial e energético do Brasil. O PPT já devia ter sido feito antes de 1999. Ele surgiu naquele momento do “apagão”, do **blackout** que houve, mas já devia ter surgido antes, até para desenvolver uma nova mentalidade de um novo produto. E essa questão do preço do gás é absolutamente fundamental para o desenvolvimento industrial e energético futuro, e para a própria Petrobras, que

pode ganhar muito dinheiro com isso. No entanto, a situação ficou sempre muito presa.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Acrescentarei um esclarecimento. Na realidade, o gás não é uma **commodity**, como V. Ex^a falou. Creio que o critério de **commodity** – que vale para diesel, gasolina, nafta e para os demais produtos – tem que ser um pouco diferenciado para o gás.

Passo a palavra ao próximo orador, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente José Jorge, Sr. Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, Sr^s e Srs. Senadores, uma das minhas perguntas já foi, se não cem por cento, pelo menos parcialmente respondida, que é a questão do gasoduto Urucu-Porto Velho.

Temos, naquela área, as térmicas da Eletronorte, queimando óleo **diesel** e, agora, entrou mais uma térmica, que é a da Termonorte, desenvolvida pela El Paso, queimando um milhão de litros de **diesel** por dia. E o nosso gasoduto, Sr. Presidente, era para entrar em operação neste ano de 2003. Pelo cronograma de obras do projeto do gasoduto Urucu-Porto Velho – que é uma parceria da Petrobras com a iniciativa privada –, era para estar funcionando já neste ano, e nem começou. Não temos ainda a licença ambiental. Havia uma promessa do Ibama de expedir essa licença definitiva por volta do dia 15 de abril. Então, ocorreu o embaraço da Justiça Federal do Amazonas – o Ministério Público Federal pediu uma liminar impedindo essa licença, e o Juiz Federal a concedeu.

Portanto, quero saber do Presidente da Petrobras, se a empresa, como parceira, está fazendo alguma gestão para ajudar a desembaraçar judicialmente essa questão do gasoduto.

A segunda pergunta refere-se ao álcool combustível. Sabemos que falta confiança, inclusive das montadoras de automóveis, dos produtores de álcool, em relação à permanência do álcool no combustível, que ora é de 20%, ora de 25%. Não existe uma confiança firme se, daqui a algum tempo, quando a Petrobras se tornar auto-suficiente em petróleo – o petróleo fóssil, mais precisamente –, esse programa do álcool não vai fracassar, ser extinto, ficando, então, os usineiros, as usinas de álcool no prejuízo, e as montadoras, também, que não têm essa confiança.

Há poucos dias, repito, ouvi uma pessoa falar que foi procurar um carro popular a álcool, e a agência informou que não estão fabricando carro popular a álcool, a não ser para o táxi. Ou seja, não existe confi-

ança das montadoras, que gastaram muito dinheiro para desenvolver projetos de motores a álcool, e, no entanto, o álcool não dá essa confiança para o mercado.

Quanto à exportação de álcool, também, ouvi falar que o Japão estaria adicionando álcool no combustível para diminuir a poluição. Quero saber se existe algum projeto da Petrobras no sentido de ampliar a divulgação do benefício do álcool e até da exportação, não só para o Japão, mas para outros países.

Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente José Jorge, Dr. José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, parabeno V. Ex^a pela gestão à frente da Petrobras. Com muito brilhantismo e até mesmo sorte, V. Ex^a tem procurado implementar uma política que vise atingir as metas para auto-suficiência de petróleo em nosso País.

Todos sabemos que V. Ex^a, em sua passagem pelo Senado Federal, esteve presente nos temas mais relevantes do cenário político brasileiro. Por isso, sinto-me honrado em tê-lo aqui nessa posição. Sei que V. Ex^a comparece a esta audiência pública por requerimento dos eminentes Senadores José Jorge e Arthur Virgílio, para prestar as informações necessárias sobre o plano estratégico da Petrobras, como à construção de novas plataformas de petróleo e refinarias. Creio que as medidas aqui apresentadas por V. Ex^a e os investimentos propostos para o setor podem dar certo conforto para o nosso País em relação à produção de petróleo, gerando, com isso, benefício para o mercado interno. E as perguntas que foram aqui apresentadas e respondidas por V. Ex^a desfizeram minhas dúvidas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Passo a palavra à próxima inscrita, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Agradeço ao Senador José Jorge e parabeno o Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, pela condição da empresa. Como o Senador Valdir Raupp já apresentou o tema da minha consulta, que diz respeito ao gasoduto Urucu–Porto Velho e V. S^a também já o havia feito antes, só gostaria de registrar um convite do Fórum de Debates sobre Energia de Rondônia,

que promoverá, nos dias 4 e 5 de julho, um encontro regional para discutir uma matriz energética para a Amazônia. Esse encontro já foi realizado na Amazônia Oriental, em Belo Monte, e gostaríamos muito de contar com a presença de V. S^a, uma vez que o gasoduto para os Estados de Rondônia e do Amazonas é de fundamental importância. Com certeza, V. S^a contribuiria muito, se estivesse presente. Então, fica o convite e, de antemão, nossos agradecimentos, se puder comparecer.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, que vai responder aos três inquiridores.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quanto à questão levantada pelo Senador Valdir Raupp, que eu já havia, inclusive, abordado, dentro do nosso plano de investimento, está prevista a construção desse gasoduto, que, objetivamente não foi iniciada em função de fatores externos da Petrobras. V. Ex^a chegou a citar o licenciamento ambiental. A Petrobras vem fazendo gestões no sentido de contornar isso. Já tivemos, inclusive, uma reunião com o Presidente do Ibama, em que listamos todas as questões relativas ao meio ambiente. Como o gasoduto Coari–Manaus fica apenas no Estado do Amazonas, o licenciamento vai ser concedido pelo órgão estadual, e o Governador já afirmou que sairá possivelmente em agosto. O de Urucu–Porto Velho, como é interestadual, envolve também o Ibama, mas já realizamos os contatos. Há, naturalmente, questionamentos de natureza ambiental, o que é natural, já que tudo aquilo que envolve a Amazônia tem que ser feito com muito cuidado. Urucu é um exemplo da capacidade da Petrobras de fazer um empreendimento como aquele, respeitando o meio ambiente. Objetivamente, um gasoduto, dentro das alternativas energéticas existentes para aquela região – é lógico que qualquer tipo de ação na floresta é agressiva ao meio ambiente –, na minha opinião, é o menos agressivo. E estamos procurando exatamente fazer gestões no sentido de contornar os problemas que existem.

Em relação ao álcool, a mudança de composição não é uma adesão da Petrobras. Todas as projeções que ela faz de consumo levam em consideração o percentual de álcool que hoje é adicionado. Essa é uma decisão muito mais do âmbito do Governo do que da própria Petrobras, e acredito que isso será mantida, até porque as montadoras já estão desenvolvendo um carro flexível que usa dois tipos de combustível.

Eram essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O convite da Senadora Fátima Cleide está feito.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Com relação ao convite da Senadora, já o anotei aqui, 4 e 5 de julho. Vou ver como está a agenda; se eu não puder ir, com certeza, mandarei alguém da Petrobras, porque a empresa deve estar representada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo inscrito é o Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador José Eduardo Dutra, V. S^a desfalca a Casa do seu talento, do seu espírito público e, por outro lado, imagino que esteja tendo a honra imensa de presidir uma grande empresa como a Petrobras.

A primeira intervenção não se destina a fazer uma pergunta, mas, sim, a dizer que tenho convicção absoluta de que o gasoduto é a melhor alternativa, inclusive ambiental, quando se refere ao que possa sair a partir de Quari. O duto que vai de Urucu a Quari – eu já o sobrevoei várias vezes – está completamente regenerado do ponto de vista da natureza. A cobertura florestal já tomou conta e ele está por baixo, praticamente invisível.

A Petrobras faz o belíssimo trabalho de repor as espécies de orquídeas que foram destruídas. Há um orquidário belíssimo. Então, as orquídeas estão sendo repostas na floresta, num trabalho que é extremamente meritório.

Algo que me dá orgulho, quando me imagino como um brasileiro esperançoso, é precisamente o trabalho que a Petrobras vem exercendo neste País.

Eu não pude ficar durante todo o tempo de sua exposição – e sei que com objetivo e correção – sobre o tema e o requerimento do qual eu sou um dos autores. Eu estava em outra reunião, onde estava o Dr. Carlos Lessa e houve um debate muito interessante e inteligente também, mas imagino que V. S^a tenha falado, com a sobriedade que o marca, de coisas que se projetam para o futuro e não da tentativa de se jogarem para trás problemas do futuro, que têm que ser enfrentados, basicamente, pelo Governo atual.

Há uma divisão social do trabalho, Senador, que a mim não agrada. Essas estórias de exportações e saldo de balança comercial recorde graças ao Governo Lula, de inflação graças a Fernando Henrique, enfim, de jazidas descobertas pela Petrobras, dão a impressão de que V. S^a entrou e começou, imediatamente, com as próprias mãos, a escavar, que mergulhou e, em poucos meses, a coisa estava resolvida.

Ou seja, se nós fôssemos por essa linha, não qualificaríamos o debate, porque isso é feito quando olhamos para o Brasil como um todo, como um processo. Aí, aceitamos, sem maiores melindres, críticas cabíveis e as corrigimos, e até reconhecemos méritos que, espero, V. Ex^a tenha ao longo da sua gestão.

Eu ouvi V. S^a falar sobre as plataformas. Eu não tenho nada contra a introdução – tenho a favor – do elemento nacional, desde que respeitados todos os requisitos de legalidade – sei que V. S^a seria, até pela sua atuação no Senado, um guardião implacável disso – e desde que não haja atraso tecnológico na vida da empresa que V. S^a preside. Isso contrasta, por exemplo – aqui vai uma crítica –, com o fato de o Presidente usar avião de concorrente da Embraer.

A Embraer avaliou, no seu raciocínio – e espero que não signifique atraso tecnológico –, que o Presidente deveria usar aviões da Embraer e não contratar concorrentes como a Air Bus e a Boeing. Sua Excelência está aceitando uma cortesia que é muito acima dos R\$100 que os funcionários públicos têm direito de aceitar. Eu vejo uma contradição e espero que a razão assista a V. S^a.

Sei que V. S^a falou muito bem sobre a questão da Pedreira/Pernambuco, em parceria com a Petrobras, e tenho duas perguntas, sendo que a segunda pergunta é mais um apelo: até que ponto os cortes orçamentários impostos pelo Governo, acionista majoritário da Petrobras, podem ser responsabilizados por algum atraso na nossa luta pela auto-suficiência, que estaria projetada, inicialmente, para 2005? Sei que V. S^a passou por isso num vôo de pássaro, mas se pudesse ter um pouco de paciência comigo e voltar a esse tema, eu agradeceria.

A outra questão é que, no Governo de Fernando Henrique, travamos uma luta muito dura por anistia. Eu era favor da anistia, mas havia gente no Governo que não era. Em algum momento, evitamos anistiar o caso Marighella sozinho, porque, senão, nunca mais anistiaríamos **post mortem** o caso Lamarca. Então, era preciso esperar. O Governo teve a coragem de fazer isso. Depois, esbarrou-se naqueles últimos anistiaandos, que alegavam as coisas mais tolas, mas esdrúxulas, mais estúpidas, quase como se estivessem a merecer uma condenação perpétua, enfim.

Lutei muito dentro do Governo também – e lutei ao lado de pessoas como um opositorista que V. Ex^a era, ao lado de opositoristas de enorme valor, como o Jair Meneguelli, por anistia aos petroleiros.

Houve um projeto considerado demasiado por um Governo que julgou aquela greve de 1995 injusta e de desabastecimento – também a considere assim.

Eu era contra a greve, embora não tenha fechado os meus gabinetes para que os grevistas lá se instalassem e dialogassem, porque o diálogo seria a última coisa que eu negaria a alguém. Fiz isso ao lado do falecido Deputado, Governador, Ministro Franco Montoro.

Muito bem, o projeto vetado foi considerado insatisfatório. O de V. Ex^a – o PLS 196/95 – foi considerado um projeto bom, um projeto aceitável.

Eu, que continuo na luta para que concluamos o processo de anistia – sou filho de uma anistianda -, ouvi que V. Ex^a teria não só perdido o interesse no projeto como agora estaria articulando para que não fosse votado. Não dou o menor crédito a isso. Eu queria, ao contrário, ouvir de V. Ex^a agora que temos é que procurar o Relator que está na Câmara e pedir-mos – eu, em nome da minoria, com a pouca força de que possa dispor, e V. Ex^a, como autor do projeto e como homem afinado à anistia – para que S. Ex^a faça justiça, para que possamos agora, quem sabe por unanimidade, aprovar esse projeto que é justo, lembrando também que, a cada ano, vêm menos pessoas pedindo anistia aqui, porque são idosas, doentes, algumas delas até morreram. Chega a ser, de fato, cruel.

Muito bem, em relação especificamente ao seu projeto de 1995, entendo que a greve tenha sido de desabastecimento e injusta. Não a apoiei, recriminei-a da tribuna. Por outro lado, aquele Guilherme de Pádua, que assassinou a atriz da **Globo**, já está solto. Sua esposa já está solta. Aqui neste País, depois de matar, as pessoas não costumam ficar na cadeia mais do que seis anos. Ou seja, é pena demais, é apenas pesadamente demais quem teria cometido delito de menos. É algo que, no fundo, foi político e estaria sendo tratado de maneira muito ditatorial – e aí eu quero estender a crítica, de maneira muito honesta, a setores do Governo passado que me enfrentaram, pois não queriam que tocássemos para a frente o projeto de anistia aos petroleiros. V. Ex^a empurra a nossa vontade para que os anistiássemos.

Tenho a impressão de que, agora, estamos todos com a mão na massa: V. Ex^a é autor do projeto; na Câmara, o projeto está nas mãos do Deputado do PT; continuo aqui, desesperadamente, lutando por anistia, pois ela me satisfaz por dentro e fico muito mais tranquilo com a idéia da cidadania do que ficaria se esse processo não estivesse andando; finalmente, há Nilmário Miranda, campeão dos Direitos Humanos, como titular da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Ou seja, como esse tema é muito importante para mim, gostaria de ouvir V. Ex^a dizer, incisivamente, que não só mantém a posição como quer ter a honra de fazer um daqueles atos bonitos lá no Palácio, tão apreciados pelo Presidente Lula, com os petroleiros. Vamos juntar toda aquela companheirada, vamos fazer com que a Petrobras se irmane, alguns voltando ao trabalho, outros, não, porque talvez já não estejam mais em época de trabalhar, alguns trabalhando nas empresas concorrentes da Petrobras.

Enfim, queria firmar um pacto com V. Ex^a aqui e agora. Nunca tive a honra de ser seu aliado político, talvez só na época das lutas por liberdade contra a ditadura; mas agora queria firmar um pacto com V. Ex^a: vamos sair daqui com o compromisso de que nós dois lutaremos para que se faça a reparação aos petroleiros que pleiteiam anistia por aquela greve injusta, ilegal, mas mesmo assim meramente no campo do equívoco político, jamais algo parecido com o crime, jamais algo que mereça condenação eterna, jamais algo que mereça o fogo eterno do inferno.

No mais, conheço V. Ex^a e tenho tanta confiança que consigo ousar dar-lhe os parabéns pela brilhante palestra que não ouvi, mas felicito-o, ainda assim, por confiar em V. Ex^a o bastante, pelo muito que tem feito pelo País.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy. V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador José Jorge; caro Presidente da Petrobras; nosso colega aqui no Senado, José Eduardo Dutra, quero cumprimentá-lo pela brilhante forma como vem administrando a Petrobras, a maior empresa brasileira. V. Ex^a tem mostrado que sua experiência não apenas como geólogo na Companhia Vale do Rio Doce e em empresas relacionadas a Petrobrás bem como sua experiência como Senador da República fez com que desenvolvesse habilidades no trato das pessoas e da coisa pública.

O Presidente Lula acertou ao escolhê-lo e indicá-lo para a presidência da Petrobras. A exemplo de outros Senadores e como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, precisei estar presente à exposição do Presidente Carlos Lessa, razão pela qual não pude acompanhar inteiramente a sua exposição.

Gostaria de me ater a uma questão. Antes, no entanto, faço referência à última questão do Senador Arthur Virgílio.

Testemunhei a maneira como V. Ex^a apresentou o projeto relativo à anistia dos trabalhadores da Petrobras. V. Ex^a foi uma das pessoas que se empenhou bastante nesse assunto e enfrentou dificuldades no que diz respeito à tramitação. Finalmente, conseguiu que o projeto fosse aprovado no Senado Federal.

Tenho a convicção de que hoje, na Presidência da Petrobras e consciente de todos os problemas que administra, terá critérios de equidade e de justiça para recomendar as soluções para o problema.

O tema principal do convite a V. Ex^a relaciona-se com o local onde será construída a refinaria, em que oportunidade, em qual Estado, uma vez que há dificuldade em decidir não apenas por fatores técnicos, mas também por fatores políticos. É claro que cada uma das regiões, cada um dos Estados sabe que um investimento tão significativo vai representar um fator de dinamismo muito grande para a economia local.

Fico pensando, Senador José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras, se haverá, na hora de se decidir por uma refinaria, por um investimento, alguma forma de democratizar os resultados, os benefícios decorrentes do investimento que será realizado numa região. Essa região pode ser o Piauí, pode ser o Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe, Estado de V. Ex^a, ou nos Estados do Sudeste. Mas que mecanismos haveria para democratizar isso e possibilitar que os benefícios decorrentes desse investimento se espalhem por todo o Brasil?

A propósito, gostaria de perguntar-lhe, porque não conheço bem a legislação a respeito, como os **royalties** decorrentes da exploração de recursos naturais, como petróleo, são hoje destinados, seja para os municípios, seja para os Estados produtores e para o conjunto da Nação. Teria, por acaso, a Petrobras, o Ministério das Relações Exteriores, examinado se o procedimento atualmente realizado é o melhor possível, por exemplo, na hora de se pensar nos efeitos que vão decorrer da instalação de uma nova refinaria ou de novos investimentos da Petrobras, teria V. Ex^a alguma reflexão a respeito?

E, a propósito, prezado Presidente José Eduardo Dutra, vou encaminhar a V. Ex^a a cópia de uma carta que encaminhei ao Sr. Sérgio Vieira de Melo, que vai ser o responsável pela ONU no Iraque, está sendo já nesses próximos quatro meses, na qual formulei a ele – é dado que o Iraque é o segundo país de maior reserva petrolífera no mundo – que seja considerada pelo povo iraquiano a experiência que V. Ex^a conhece, porque já a relatei algumas vezes aqui, no

Senado, do fundo permanente do Alasca, que é uma forma de utilização dos rendimentos decorrentes da exploração do petróleo, que é bastante democratizada naquele estado e que poderia, por exemplo, ser usada num país como o Iraque no momento de renovação, de construção de suas instituições. Então, encaminho a V. Ex^a para que tenha conhecimento inclusive da resposta do Sr. Sérgio Vieira de Melo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra para o último inscrito, já que vamos cumprir o tempo combinado com o Presidente Dutra, que é o Senador Aloizio Mercadante. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pelo adiantado da hora, vou ser muito breve, porque sei dos motivos pessoais, absolutamente sensíveis, que movem o Presidente da Petrobras, Senador José Eduardo Dutra, a viajar imediatamente.

Em primeiro lugar, parablenzo o trabalho que vem sendo feito na Petrobras, a descoberta desses novos campos de petróleo, a redução do preço dos derivados de petróleo, que é uma sinalização muito importante e todos os indicadores de inflação são sensíveis às tarifas de combustível. Foi um benefício muito grande para o país, que vai ajudar a flexibilizar a taxa de juros. Hoje, saem os dados do IPCA, já mostrando uma queda.

Gostaria de saber quais as providências que podem ser tomadas para acelerar o benefício ao consumidor. Como podemos criar uma política eficiente em relação a essa indústria de liminares, a essa questão das distribuidoras, da falsificação de combustíveis? Como podemos ter uma política eficiente de fiscalização, de empenho? Qual seria o papel do Legislativo na construção desse caminho de mudanças fiscais?

Sr. Presidente, às vezes, quando participo dos debates no Senado, sensibilizo-me muito quando percebo que o ser humano pode progredir de forma sensível. Lembro-me de que, durante oito anos, os petroleiros foram considerados, na greve de 1995, como grandes inimigos da sociedade e tínhamos discursos aqui que pareciam carrascos no cadafalso falando no comportamento e hoje sentimos que da sacristia vem um apelo generoso, como se tivesse vindo um sermão para flexibilizar as medidas punitivas.

É positiva essa evolução, esse caminho, e, tenho certeza, o governo será sensível a essa argumentação, evidentemente dentro dos critérios de seriedade, porque, se é justa e importante a anistia, tivemos abusos indevidos e precisamos corrigir isso com

coragem e com firmeza para não permitir injustiças que sejam cometidas ou privilégios indevidos.

Trata-se de um tema sensível, mas o fundamental para o país, e esse era o objetivo desta audiência, é verificar a oportunidade de investimento da nova refinaria, avançar no refino, na exploração e na prospecção de petróleo, e, principalmente, como é uma empresa muito importante e muito estratégica para o país, como assegurar os benefícios na ponta, ao consumidor, porque a empresa deu uma sinalização importante, fez uma concessão relevante, e o consumidor não se apropriou integralmente do benefício. Quais são as medidas emergentes, eficientes e consistentes para poder permitir essa mudança de qualidade?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Gostaria de saudar o espírito religioso do Senador Aloizio Mercadante por seu espírito religioso, que só me enche de alegria por imaginar que esse caráter tão pio nos levará à aprovação do projeto do ex-Senador José Eduardo Dutra a respeito da anistia. Por outro lado, em relação ao mim, S. Ex^a costuma ser direto, mas a última das injustiças que alguém poderia cometer comigo é de dizer que eu não me esforcei em algum momento de minha vida pela anistia. Por exemplo, com relação a essa greve, o Senador reconhece que se cometeram abusos, e que esses abusos foram condenados por mim na tribuna. O meu gabinete era um dos poucos gabinetes abertos, fora os do Partido de S. Ex^a; dois gabinetes estavam abertos na base do Governo para que os grevistas, a meu ver, ilegais e abusivos àquela altura, os usassem e para que pudéssemos, a partir dali, começar a pavimentar o caminho do diálogo. Ou seja, lutei pela anistia a Marighella e a Lamarca, e aquele Governo do passado conseguiu chegar a isso. Lutei por anistia o tempo inteiro, antes, quando eu estava na rua; depois, aqui no Parlamento, para primeiro obter e depois ampliar.

Esse espírito pio, caridoso, generoso, que se reconhece, tudo isso só pode resultar mais que numa música religiosa, naqueles cânticos sacros que animam as manhãs mais bonitas e outonais dos países que conseguem ter um outono muito claro.

Vamo-nos unir para, a partir do projeto do ex-Senador José Eduardo Dutra, aprovarmos o que está faltando de anistia, que é um pouquinho mais só. Nesse caso de anistia aos petroleiros, o abuso foi reconhecido pelo Senador Mercadante e por mim, que

os denunciei. Agora, nem enquanto considerava abusivos os petroleiros – e os considero até hoje –, em nenhum momento, por isso, deixei de lutar pela ampliação da anistia, que iria atingi-los também.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra por dez segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só queria ponderar que, quando falo de abuso, me refiro à concessão da anistia. Temos de ter muito rigor no reconhecimento do direito daqueles que foram punidos pelo autoritarismo no passado, mas fazer sempre com critério de justiça, porque alguns não foram contemplados e outros, eu diria, foram atendidos de forma exagerada. Por exemplo, houve caso de um sujeito que entrou como cabo e foi anistiado como general; e coisas do gênero ocorreram. Por isso, é preciso que tudo seja feito com muito cuidado.

Mas fico sinceramente sensibilizado com essa conversão tão profunda, sincera e, eu diria, irreversível do Senador Arthur Virgílio, que, tenho certeza, servirá para outros temas, principalmente em matérias relevantes do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Ex^a me desculpe, mas isso não é questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, permita-me dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não, não vou dar mais dez segundos a ninguém.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, ouça. Se lá fora S. Ex^a me propusesse fundar uma igreja, eu não fundaria, até porque S. Ex^a não o quer e não é de minha vontade. Mas a conversa está mística, está espiritualizada demais.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Se V. Ex^a e o Senador Mercadante fundarem uma igreja, a maioria de nós vai-se inscrever nessa igreja. Pode ficar certo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Porque essa não cobrará dízimo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Exatamente, será uma igreja gratuita.

Concedo a palavra ao ex-Senador José Eduardo Dutra, que tem cinco minutos. Com isso, encerramos exatamente para permitir que ele faça sua viagem. As inscrições estão encerradas. Ouviremos somente o Presidente da Petrobras, e encerraremos a reunião.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, respondo à questão do Senador Eduardo Suplicy. Com relação à destinação dos **royalties** e à sua distribuição, não é a Petrobras que define isso. Existe uma legislação, a Petrobras informa à ANP a produção, a ANP faz os cálculos e distribui para a União, para os Estados e para os Municípios. A legislação estabelece um limitador para aplicação dos recursos desses **royalties**. Por exemplo, não se pode aplicar em custeio nem pagar folha de pagamento, mas deve-se aplicar em investimentos. Essa é a regra; e, naturalmente, o seu aperfeiçoamento seria tarefa do Congresso Nacional.

Com relação à questão levantada pelo Senador Aloizio Mercadante, trata-se de um debate, inclusive, de que a Petrobrás está participando e está sendo convidada junto com o Governo para encontrar alternativas. Trata-se de um debate que está no âmbito de Congresso Nacional. Existe uma série de questões hoje que envolvem a discussão a respeito de preços. O fato é que o mercado é livre. A Petrobras estabelece os seus preços.

Só para ilustração – era uma das transparências que eu apresentaria, o preço, segundo coleta da ANP entre 11 e 17 de maio – não está muito atualizado porque não leva em consideração a mudança da composição do álcool na gasolina.

Em média, o preço da chamada gasolina c, que é a vendida ao consumidor – tem gasolina e álcool -, na bomba, no Rio de Janeiro, era de R\$2,171 ao consumidor. A realização bruta da Petrobras desse preço é 0,5459. Aí vêm: Cide, PIS, Cofins, 0,4406; ICMS estadual, 0,704; custo do álcool anidro, 0,1888; e margem bruta de distribuição e revenda, 0,2916.

A demora para chegar ao consumidor envolve uma série de questões. Com certeza, quando a Petrobras aumenta preços, a alteração chega muito mais rapidamente ao consumidor. Na época em que não chegou ao consumidor, ouvi declarações de alguns donos de postos que diziam que tinham estoque com o preço antigo. Quando há o aumento, normalmente, essa questão é levada em consideração.

Há, inclusive, a questão do ICMS. Existem 18 Estados no Brasil que praticam o ICMS com base num preço médio ponderado ao consumidor, e essa mudança de valor é feita de 15 em 15 dias. Então, não se expressa imediatamente. Isso, além da própria questão da livre concorrência, porque penso que essa é a forma mais eficaz para se evitar que as distribuidoras e revendedoras tenham margem excessiva.

Quero dizer que, no que diz respeito à Petrobrás, ela tem feito.

Essa questão das liminares é, objetivamente, um assunto de investigação na Câmara dos Deputados. Penso que a forma mais eficaz de resolver a questão relativa à Cide é conseguir logo uma declaração de constitucionalidade, o que vai impedir a proliferação de liminares. E essa iniciativa já vem sendo tomada no âmbito do governo federal.

Em relação ao Senador Arthur Virgílio. Primeiramente, quero agradecer a confiança – mesmo não tendo a oportunidade, em função das questões levantadas por S. Ex^a, de assistir... Quero agradecer pela oportunidade de externar o que realmente está acontecendo em relação à anistia, porque temos ouvido diferentes informações.

A forma mais fácil e mais rápida de o Congresso Nacional resolver essa questão não é nem aprovar o meu projeto. O projeto de anistia aprovado pelo Congresso Nacional, por acordo, que é o projeto do Deputado Jair Menegheli, não envolvia questões financeiras, mas apenas o retorno ao trabalho e o pagamento de previdência. Esse projeto foi vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Se o Congresso Nacional quiser fazer uma sessão específica para derrubar o veto, não tenham dúvida de que terá todo o apoio da Petrobras, até por que as iniciativas que estamos tomando, do ponto de vista administrativo, são melhores para os empregados do que as que adviriam do projeto aprovado e vetado pelo presidente da República.

Eu poderia, Senador, adotar uma posição muito cômoda e cínica e dizer que projeto de minha autoria está no Congresso Nacional, e vamos aguardar que o Congresso delibere sobre isso. Ocorre que sei que essa questão, hoje, não está na pauta do Congresso, nem na do governo e nem na da nação. A Câmara dos Deputados está discutindo as reformas constitucionais. Houve um período em que a pauta estava trancada.

Essa posição, volto a dizer, que seria cômoda e cínica, eu poderia ter adotado, mas não fizemos isso. Estamos estabelecendo um processo de negociação com os petroleiros, em que já revogamos o impedimento que havia em relação à administração anterior, que fez negociação que visou aposentadoria, pagou atrasados, mas vetou o retorno de qualquer dos demitidos da greve de 1995 ao trabalho. Esse empecilho foi revogado pela atual administração. Fizemos uma proposta, aceita pela FUP, que está sendo encaminhada aos diversos sindicatos. Mas, como se trata de proposta de acordo nos autos, já que há uma série

de processos em andamento, demora a sair a suplementação. No entanto, já está sendo encaminhada. A proposta garante condições mais favoráveis que as negociadas pela gestão anterior: pagamento de 80% do atrasado nesse período, e o retorno dos empregados às suas atividades.

Esse processo já está sendo encaminhado, já foi aprovado pela Diretoria da Petrobras, e foi comunicado às gerências e a todos os empregados da empresa que estão nessa situação. Alguns, dois ou três, já voltaram. Na Bahia, já houve o retorno. Mas, como eu disse, se o Congresso Nacional quiser agilizar, basta se reunir e derrubar o veto apostado ao projeto do Deputado Jair Menegheli e teremos sua aprovação, como o apoio da Petrobras. Mas, independente da deliberação do Congresso Nacional, já estamos no processo de negociação.

Eu queria dar mais uma informação, Senador Arthur Virgílio. O problema ocorre pela desinformação e pela mistura de assuntos diferentes.

É perfeitamente legítimo, dentro do movimento sindical – alguns Sindpetros têm autonomia e legitimidade para assim proceder –, mas estão querendo colocar na mesma discussão os demitidos da greve de 95. Isso está encaminhado. A questão da Petromisa e Interbras remonta ao Governo Collor. Inclusive, os empregados foram anistiados com uma Lei aprovada pelo Congresso, no final do Governo Itamar Franco. Essa questão é diferente, e sobre ela também já estamos trabalhando. Inclusive, já aprovamos uma resolução da Diretoria que visa resolver parte desses problemas, porque, no caso da anistia da Petromisa e Interbras – V. Ex^a foi Líder do Governo, deve se lembrar – foram anistiados seiscentos e poucos empregados da Petromisa e mil cento e poucos empregados da Interbras. Anistia publicada no Diário Oficial de dezembro de 1994.

Em 1995, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso nomeou uma comissão para rever aquelas anistias. E aquela comissão anulou todas as anistias concedidas. A partir daí, diversos empregados entraram com mandado de segurança junto ao STJ para restaurar essa anistia.

Qual é o foco da nossa negociação? Somos uma empresa estatal, com acionistas minoritário, mas que é também acompanhado pelo TCU. Só se é admitido na Petrobrás por meio concurso público. Não podemos tomar nenhuma decisão administrativa que fira esse princípio. Então, a possibilidade de retorno desses empregados dar-se-á pela restauração da anistia via mandado de segurança ao STJ, tendo sido a decisão transitada em julgado. A decisão atingirá

pouco mais de cento e cinco empregados da Petromisa.

Senador Arthur Virgílio, faço uma observação como ex-empregado da Petromisa: pode haver quem a conheça tanto quanto eu, mas quem a conheça mais não há.

O que há, objetivamente, é um processo de desgaste – não da Direita mas da Esquerda –, no espectro político brasileiro, do presidente da Petrobras.

Em Sergipe, o que se fez? O Sindipetro sugeriu que todos ex-empregados da Petromisa colocassem o nome na lista porque o José Eduardo iria chamá-los para trabalhar na Petrobrás. Nessa situação, Senador Arthur Virgílio, há pessoas que foram meus colegas de sindicato, meus companheiros de chapa de sindicato. Pessoas que saíram da Petromisa na época da extinção; entraram na Vale do Rio Doce; depois negociaram a sua estabilidade na Vale do Rio Doce; saíram da Vale e agora querem, por via da anistia, ingressar na Petrobras. E digo que, “nem que a vaca tussa”, não vai. Mesmo sendo meu amigo, mesmo com o desgaste que está havendo em Sergipe – lá, há uma aliança inusitada do PSTU com o PFL. Quando se refere ao Presidente da Petrobrás, o PSTU levanta a bandeira e a repercussão no meio de comunicação contra o Presidente da Petrobras é brutal. Mas acho que isso é faz parte do jogo.

Afirmo que, como Presidente da Petrobras, vou cumprir a lei. Pessoas na situação que citei, e são muitas, não vão voltar, porque a lei não lhes dá a garantia de voltar. A Lei da Anistia. Esse processo está sendo encaminhado.

Em relação aos de 1995, são objeto desse outro projeto, como já disse, o processo está sendo encaminhado administrativamente; já foi aceito pela Fup; o acordo está sendo efetuado nos autos, é um acordo em condições mais vantajosas do que o contido no projeto aprovado pelo Congresso no ano passado e vetado pelo Presidente da República. Mas insisto – porque é mais rápido até do que votar o meu projeto – que basta o Congresso se reunir para derrubar o veto do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso sobre o Projeto da Anistia que terá todo o apoio da Petrobras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço direito à réplica, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Espere momento.

Na realidade, com essa palavra do Presidente da Petrobras, encerramos a parte de inscrições, mas os Senadores que estavam inscritos por último têm

direito à réplica. Portanto, V. Ex^a tem direito. Pediria a V. Ex^a que fosse o mais breve possível, como sempre V. Ex^a faz, mas de qualquer maneira é o apelo que eu faria.

E gostaria também de dizer que se em Sergipe há acordo PFL com o PSTU, aqui em Brasília há acordo do PT com o PL, com o PTB e, agora, com o PMDB e coisa mais ou menos parecidas.

Pronto, V. Ex^a tem a apalavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a já começou sincopando o meu tempo. Eu ia dizer ao nosso nobre querido amigo...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas não vai ser... Estou poupando o tempo de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, poupou. Exatamente, sincopou e muito bem. Porque eu ia dizer que S. Ex^a não tem mais o direito de se queixar de alianças porque algumas feitas por seu Partido fazem qualquer monge corar. Até os monges mais impávidos, aqueles budistas, enfim.

E dizer mais ainda, Sr. Presidente José Eduardo Dutra, que neste tempo em que retornei ao Congresso, a partir de 1995, estou completamente virgem de ver derrubada de vetos presidenciais. Eu apostaria, ainda, até para homenagear V. Ex^a, que o caminho melhor seria acertarmos com o Deputado do seu Partido – que está com a mão na massa – a aprovação do seu projeto. Tive a honestidade de dizer que o projeto do Deputado Jair Meneghelli foi considerado demasiado pelo Governo, e S. Ex^a negociou comigo que nós deveríamos concentrar todas as forças na aprovação do projeto de V. Ex^a, sim, porque passaria melhor por todas as Lideranças do Governo e pelo Palácio. Eu não deixei de dizer que travei lutas homéricas dentro do Governo a que eu pertencia e ao qual servi com toda a lealdade. Foram lutas homéricas no campo da anistia porque, para alguns, era um absurdo fazer o que nós fizemos, e aquilo foi muito pouco ressaltado e muito pouco elogiado pela Oposição, que estava seciária àquela altura. Não sei se outro Governo teria tido a coragem, por exemplo, de anistiar, **post mortem**, nada mais, nada menos, que Carlos Lamarca. Ele foi anistiado pelo Governo do qual eu era Líder, que tem sido tão criticado e que foi tão pouco elogiado nesse episódio, com todos os atritos que poderiam ter acontecido na área militar e que, graças ao caráter democrático das nossas Forças Armadas, não aconteceram. Mas quero dizer que eu insistiria mais: em vez de fazermos a luta pela derrubada do veto, vamos homenagear o Presidente da Petrobrás, que merece que o seu projeto seja aprovado. Portanto, nós faremos justiça aos anistiados de 1995.

Quanto à Petromisa, há um outro ponto em comum entre nós. Eu não duvido que V. Ex^a seja a pessoa que mais entende de Petromisa, mas está diante de um amigo e admirador seu que é o que menos entende. Talvez eu tivesse dificuldade para dizer o significado da sigla.

Sr. Presidente, o Presidente Lula, na Argentina, teria pedido uma redução de R\$10,00 no preço do botijão do gás de cozinha, que atualmente está em R\$30,00. V. Ex^a, posteriormente, declarou aos jornalistas que a Petrobrás pode contribuir com até 30% do valor. Eu penso, às vezes, que quanto menos o Presidente Lula falar, mais feliz eu ficarei. Sua Excelência fala em reduzir R\$10,00 – de R\$30,00 para R\$20,00. V. Ex^a disse que poderia reduzir 10% – de R\$30,00 para R\$27,00. Como é que faremos para o desejo de Sua Excelência virar realidade, já que nós não podemos impedi-lo de falar, às vezes, compulsivamente? Como é que faremos para esses R\$7,00 aparecerem?

Por último, V. Ex^a disse: “A minha posição não é cômoda nem é cínica.” Eu não precisaria dizer que tenho respeito por V. Ex^a, porque jamais foi acomodado e jamais foi cínico, logo, é despiendo repetir que não teria uma posição cômoda e cínica. Portanto, eu gostaria de fazer a última observação: as reformas não impedem a votação de projetos normais porque elas, agora, vão para a Comissão Especial, e o Plenário não vai ficar fechado nem vai ficar discutindo condecoração à Rainha da Inglaterra. O Plenário vai votar normalmente as matérias. Eu digo isso porque V. Ex^a é neófito em reformas, e eu sou veterano nelas. Eu lutei por elas o tempo todo. Nós vamos ter que tocar a vida normal da Câmara e arranjar uma forma de tocar a vida normal do Senado enquanto as Reformas tramitam nas Comissões Especiais. Portanto, esse Projeto vai dar um bom debate – acredito até que será aprovado por unanimidade – em favor dos direitos humanos, em favor da constatação de que o nosso País é hoje tão plural que permite que nós não tenhamos mais ninguém sem anistia, desde que em caso de comprovada pertinência entre quem a está solicitando e quem, pela via estatal, estaria concedendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Passo, rapidamente, a palavra ao Sr. Ministro José Eduardo Dutra, que, teoricamente, pelo Regimento, já falou. S. Ex^a dispõe de dois minutos para responder.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu serei muito rápido. Quero apenas discordar da informação que foi prestada pelo nobre Senador Arthur Virgílio, quando S. Ex^a disse que, na ocasião, o projeto do Deputado Jair Meneghelli era considerado demasiado pelo Governo anterior e que o meu projeto seria mais palatável. É o contrário, Senador Arthur Virgílio. O projeto do nobre Deputado Jair Meneghelli, que acabou sendo aprovado pelo Congresso...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pergunte isto ao Deputado, porque eu me louvo em informações de S. Ex^a. Nesse campo, S. Ex^a foi o meu assessor.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Nobre Senador Arthur Virgílio, não é uma questão de quem disse o quê; é só pegar os dois projetos. O projeto do Deputado Jair Meneghelli não envolvia aspectos financeiros, não envolvia o pagamento de retroativo. Ele foi aprovado e tratava apenas da anistia, da volta e da previdência. Fui o relator desse projeto quando ele chegou aqui. Fiz questão de dizer que ele não tinha a mesma amplitude do meu, mas essa novela vinha se prolongando há sete anos e havia um acordo das Lideranças e do Governo no sentido de aprová-lo. Foi aprovado na Câmara por acordo de Lideranças; veio para o Senado, dele fui relator e foi aprovado por acordo de Lideranças. Eu disse que, embora o projeto não tivesse a mesma amplitude do meu, eu estava dando parecer favorável porque confiava que, como houvera acordo na Câmara e no Senado, o projeto acabaria sendo sancionado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas não fique contra o seu projeto. Faça-lhe um apelo: não fique contra o seu próprio projeto.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não estou contra o mesmo projeto; o que estou dizendo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vamos ajudar. Fale com seu colega...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O que estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador Arthur Virgílio, como Presidente da Petrobras, independentemente de o Congresso Nacional votar ou não o projeto, já apresentei uma proposta de renegociação que garante a anistia e, como disse, garante condições superiores as concedidas por aquele projeto aprovado pelo Congresso Nacional. Há alguns casos de empregados, cujo processo já foi julgado e a sentença possivelmente já transitou em julgado, en-

tão não há como fazer acordo nos autos. Esses seriam cobertos por uma possível anistia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Posso procurar o Deputado relator em nome de V. Ex^a?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Claro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seu nome? Estamos juntos nessa...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a não pode interromper...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não precisa V. Ex^a procurá-lo em meu nome. Já demos todas essas informações ao Deputado relator. A Câmara dos Deputados, no caso, tem autonomia para encaminhar. Se a matéria não for votada em função da agenda da Câmara – volto a insistir, não adianta V. Ex^a dizer que basta querer votar, pois sabemos que não funciona assim –, a direção da Petrobras, coerente com o meu projeto, está na prática viabilizando a anistia, ou seja, o retorno dos empregados demitidos da Petrobras com o pagamento de 80% do retroativo. No caso da Petromisa, se V. Ex^a quiser, posso dar mais informações posteriormente. Esse é um longo assunto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um fim de semana – quem sabe? –, faço um curso intensivo sobre a Petromisa. Mas só lhe peço: não fique contra o seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Deixe-me falar sobre o gás, porque é uma oportunidade de esclarecer exatamente o que eu disse. O Presidente da República está fazendo gestões no sentido de viabilizar a redução do preço do gás em até R\$10 para o consumidor. Eu não disse que a Petrobras pode reduzir em até 30%. O que disse é que a realização da Petrobras hoje no preço do botijão de gás está em torno de 30%. Pegando o exemplo da cidade do Rio de Janeiro com o preço médio de R\$29,01, a realização bruta da Petrobras é R\$11,29, o que dá 39,93. Impostos federais e estaduais dão R\$5,425, que dá R\$18,70. Distribuição e revenda: são R\$9,792, o que dá R\$33,75 mais a taxa domiciliar. Então, mesmo que a Petrobras reduza em 30% o preço, se não houver redução dos outros agentes, isso não vai se refletir no preço ao consumidor, porque a realização Petrobras representa cerca de 30% do preço. Talvez haja uma reunião, ainda esta semana, convocada pelo Ministério da Fazenda com a Petrobras e as empresas de distribuição e revenda. Sei que tem havido contato com os Governadores para falar desse assunto por-

que objetivamente há uma parcela significativa de ICMS. O que estamos dizendo é que se há um esforço no sentido de reduzir o preço do gás ao consumidor, esse esforço tem que envolver todos os elos da cadeia do preço. O exemplo que dei refere-se ao Rio de Janeiro. Para Brasília, por exemplo, a realização da Petrobrás chega a 33%, enquanto distribuição e revenda representam 40%. Esses números mostram que se a Petrobras vier a reduzir, e ela tem intenção de trabalhar nesse sentido, todos os outros agentes devem acompanhá-la para viabilizar a redução para o consumidor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h20min)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 13a. REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA 5ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª
LEGISLATURA REALIZADA EM 25 DE
JUNHO DE 2003 ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas do dia vinte e cinco de junho de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Heloísa Helena, Augusto Botelho, Duciomar Costa, João Batista Motta, Valdir Raupp, Valmir Amaral, Paulo Octávio, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, César Borges, Luiz Otávio, Leonel Pavan e Sibá Machado. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Ideli Salvatti, Sérgio Guerra João Ribeiro, José Maranhão, Teotônio Villela Filho, Amir Lando e Gilberto Mestrinho. Deixam de comparecer por motivo justificado os senhores(as) Senadores(as) Gérson Camata e Serys Silhessarenko. Reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. A presente reunião destina-se à Audiência Pública com os Senhores José Mario Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL; Embaixador Sebastião do Rêgo Barros, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo-ANP; Dr. Luiz Guilherme Schymura, Presidente do Conselho da Agência Nacional de Telecomunica-

ções-ANATEL; Dr. Jerson Kelman, Presidente da Agência Nacional das Águas-ANA. Assuntos: Esclarecimentos e informações sobre as gestões administrativas, financeiras, e de recursos humanos nos respectivos órgãos reguladores. Passando-se a fase de interpelação, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados os Senhores Senadores(as) Rodolpho Tourinho, Delcídio Amaral, Heloísa Helena e Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço às Sr^{as} e Srs. Senadores que a pauta de hoje consta de um único item. É uma audiência pública em que foram convidados o Dr. José Mário Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP; Dr. Luiz Guilherme Schymura, Presidente do Conselho da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; e o Dr. Jerson Kelman, Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA.

Fui o autor do requerimento que se refere a esclarecimentos e informações sobre as gestões administrativas, financeiras e de recursos humanos nos respectivos órgãos reguladores.

Esclareço que fiz esse requerimento e convidei esses diretores de agências para estarem aqui presentes, inclusive por solicitação de diversos Senadores que conversaram comigo, como o Presidente desta Comissão de Infra-Estrutura, pelo fato de que essas agências reguladoras foram criadas num prazo relativamente recente e muitas delas ainda estão com bastantes dificuldades na área de pessoal e, agora, também, na área financeira. A maioria delas tem recursos próprios advindos de taxa de fiscalização, basicamente, e outras taxas, no caso da ANP. Mas, de qualquer maneira, esses recursos estão sendo contingenciados. Então, há o recurso, mas este não pode ser gasto porque está contingenciado.

Então, para discutirmos esse assunto no Senado é importante ouvirmos cada um dos Diretores de Agência, que, evidentemente, em outros locais, ficaram inibidos de colocar essas questões, que são internas de cada uma das suas Agências. E estando na Comissão de Infra-Estrutura, com os Senadores, quase em segredo, vamos dizer assim, não há problema de colocarem a situação real que está ocorrendo em cada uma das Agências.

Então, convido para tomar assento à mesa os diversos Presidentes de Agências. Primeiro, Dr. José Mário Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; segundo, o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP; terceiro, o Dr. Luiz Guilherme Schymura, Presidente do Conselho da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; e, por último, o Dr. Jerson Kelman, Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA.

Pela ordem, teria a palavra o Dr. José Mário Abdo, mas como a palestra de S. S^a está gravada num CD e este ainda não chegou – S. S^a chegou primeiro do que a palestra –, vou passar a palavra ao Embaixador Sebastião do Rego Barros e, depois, voltamos para o Dr. José Mário Abdo.

Normalmente, os oradores, nas audiências públicas, têm direito a meia hora, mas hoje vou reduzir para vinte minutos, já que são quatro oradores e há algum temas comuns. Peço para que não haja muitas repetições e cada um fale sobre sua área específica. E, depois, o Dr. José Mário Abdo vai falar sobre a questão comum.

Tem a palavra o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Diretor-Geral da ANP, para falar durante vinte minutos exatamente sobre as questões que estão no requerimento.

O SR. SEBASTIÃO DO REGO BARROS – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus colegas. Tínhamos combinado, até em benefício da Comissão de Infra-Estrutura, que o Dr. José Mário Abdo, na condição de mais antigo de todos nós e, na minha opinião, o mais conhecedor desses temas, faria uma apresentação dos temas gerais que se referem a todas as Agências, justamente para evitar uma repetição por quatro vezes dos mesmos temas.

Portanto, farei uma exposição muito curta, sumária, porque tenho certeza de que a parte estrutural será complementada pelo Dr. José Mário Abdo.

Começo a minha exposição com as transparências.

Vou falar sobre a ANP, basicamente a sua finalidade, a sua atuação, recursos humanos, aspectos orçamentários e preocupações que temos. A missão da ANP é promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, fiscalizar as atividades de distribuição e revenda de seus derivados e proteger os interesses dos consumidores. Essas atribuições estão registradas nos arts. 8º e 9º da Lei nº 9.478, de agosto de 1997.

As diretrizes da ANP são no sentido de regulamentar e contratar, autorizar e fiscalizar estudos geológicos e geofísicos, desenvolvimento e produção das jazidas de petróleo e gás natural, refino de petróleo, processamento de gás natural, importação e exportação por transporte marítimo e por dutos de petróleo, derivados e gás natural, a distribuição e a revenda de combustível.

Quer dizer, a idéia, ao dar esse quadro anterior, é mostrar ao Senado quão vasto é o campo de atuação da ANP, em virtude da Lei nº 9.478.

Esta próxima transparência mostra uma boa notícia. O quadro não é muito claro, mas para mostrar – o que é muito importante – que as descobertas em águas profundas quadruplicaram a reserva de petróleo do Brasil em 18 anos. Em 18 anos, quadruplicamos as nossas reservas. Isso é muito importante para o País – não preciso dizer isso a V. Ex^{as} –, é mais do que provável, é praticamente certo que seremos auto-suficientes em petróleo bruto no ano de 2005, certamente no ano de 2006. Para isso, é muito necessário que se continuem a fazer os estudos geológicos e geofísicos que, a partir da Lei nº 9.478, cabem à ANP. A provisão da própria Lei prevê os recursos que devem vir para a ANP com essa finalidade.

Penso que esse é um tema importante de ser levado em conta.

A transparência seguinte mostra que 42 empresas nacionais e estrangeiras já estão explorando o petróleo no Brasil. Tínhamos, até 1998, apenas uma, a Petrobras, e, a partir daí, com as licitações diárias, temos 42 empresas. Portanto, um número muito maior de empresas investindo num setor, que é, acima de tudo, um setor de risco, um setor de alto investimento. Nesse sentido, estamos dividindo com empresas privadas nacionais e estrangeiras o risco de fazer a exploração e não encontrar nada. Por exemplo, temos hoje em dia um dos blocos que a ANP licitou, que fica na foz do rio Amazonas, trata-se de uma região muito difícil, em razão das correntes, é um bloco em alto-mar, e a Petrobras, que teve a concessão do bloco, pôde fazer uma **joint venture** e fez a **joint ventu-**

re com três empresas enormes: a British Petroleum, a Total FinaEl Francesa e com a Ericsson.

Para V. Ex^{as} terem uma idéia, até hoje, furaram um poço apenas nessa região. Esse poço custou um pouco menos de US\$60 milhões e resultou seco. Portanto, estamos examinando a proporção dos gastos que têm as empresas. Nesse sentido, creio que foi uma sábia decisão ter permitido que houvesse investimentos, além daqueles feitos pela nossa empresa estatal Petrobras, de empresas privadas.

Isso é para dar uma idéia do consumo de derivados de petróleo no Brasil. Nós, acima de tudo, consumimos óleo diesel em grande quantidade. Nesse sentido nosso perfil de consumo é **sui generis**, ou seja, quase em nenhum país do mundo, pelo menos em nenhum país de economia grande, há tal proporção de consumo de óleo diesel. Isso é importante, porque a Petrobras acaba produzindo gasolina demais e tem que vendê-la por preço pouco interessante no mercado internacional.

O nosso objetivo é mostrar os produtos que importamos. Como V. Ex^{as} podem ver, importamos mais que tudo óleo diesel, GLP, seguido de nafta e coque. Isso pode ser, no futuro, corrigido se houver – e acho muito importante haver isso – investimentos em novas refinarias. Eu queria dizer que a ANP insiste na necessidade de que se faça investimentos no Brasil em novas refinarias, sem entrar obviamente, porque não pode fazê-lo, na discussão de onde devem estar, porque essa é outro tipo de discussão.

Só para constar, no parque de refino nacional há 14 unidades de refino. Doze delas pertencem à Petrobras. A participação da Petrobras no refino nacional é próxima de 98%.

Para terminar a parte introdutória, queremos mostrar que é na distribuição e na revenda que está aquilo que a ANP tem que fiscalizar. Essa talvez seja a parte mais visível da ação da ANP, porque é aquela que atinge o público, tanto no bolso quanto nos seus automóveis e caminhões, com a qualidade do combustível. Há um enorme número de agentes, como V. Ex^{as} podem ver. Há 257 distribuidoras, quase 31 mil postos de gasolina ou postos de revendedores – esses dados são de 30 de maio, são recentes -, 75 mil postos de revenda de gás de cozinha, 23 distribuidoras de GLP, 98 importadores (só 17 em operação), 98 agentes do setor de solventes, 45 distribuidoras de asfalto e 564 transportadores, revendedores retalhistas – são TRR. São empresas que levam ao interior, às fazendas, diesel, álcool e óleo combustível.

Isso é para dar uma idéia, Presidente, de quão vasto é o setor que a ANP tem de fiscalizar e da ne-

cessidade de que não nos falem recursos para tanto. Nesse setor de distribuição e revenda é que se dão as operações que mais preocupam o público, principalmente pela sonegação que é feita por muito desses agentes e pela adulteração dos combustíveis.

Na parte de recursos humanos, a ANP foi implantada com um quantitativo de 350 servidores, envolvendo redistribuídos, nomeados, sem vínculo, requisitados, contratos temporários, até que fosse criado o seu quadro de pessoal efetivo, coisa que não foi feita até hoje.

A Lei 9.986, de julho de 2000, teve a sua eficácia suspensa devido a uma ação direta de inconstitucionalidade, que continua no Supremo Tribunal Federal. Não foi julgada; portanto, não foi possível formar os quadros da maior parte das agências reguladoras.

A situação atual nossa é a seguinte: no quadro de pessoal específico, há 89; desses 89, 54 são fiscais. Chamo a atenção para o que foi mostrado antes. Com tudo que tem que ser fiscalizado num país do tamanho do Brasil, de 8.5 milhões de quilômetros quadrados, nós temos 54 fiscais. É claro que será impossível, mesmo que tripliquemos ou quadruplicamos esse número, fazer a fiscalização adequada, sem os convênios que a ANP tem celebrado com governos estaduais, com o Ministério Público, com o Corpo de Bombeiros. De qualquer maneira, 54 fiscais é um número irrisório para a tarefa que tem que ser cumprida e para o tamanho do País. Os requisitados são 75; os procuradores pertencem ao quadro da Advocacia-Geral da União; temos 104 nomeados sem vínculo; e 135 contratados temporariamente até 30 de junho de 2004. Se não houver uma nova legislação, em 30 de junho de 2004 perderemos esse pessoal contratado especificamente.

A conseqüência é que não pôde, devido à ação de inconstitucionalidade, haver o concurso público destinado ao preenchimento das vagas de forma efetiva. Os contratos temporários foram prorrogados; foram efetuadas nomeações sem vínculo e aquisições de servidores de outros órgãos e de outras entidades. O lado negativo disso é que não permite fazer um trabalho de formação de recursos humanos adequados. Pessoas estão ali, ajudam – e muitos são excelentes – mas não há formação de recursos humanos necessária para aumentar a efetividade e a eficiência do órgão. Finalmente, o quantitativo de pessoal ora existente é inadequado para o atual estágio de desenvolvimento da Agência.

Já comentei sobre os problemas decorrentes, que são a expansão da ANP, que tem que haver, porque as atividades são muitas e estão comprometidas

por não se poder expandir; a gestão do conhecimento sobre petróleo está seriamente prejudicada – e isso é algo muito importante para o País. Gostaria que o Senado se desse conta de quão importante para o país é essa falta de conhecimento sobre petróleo e gás e que gera essa situação de poucos funcionários e funcionários temporários. Apesar de todo o esforço, não se consegue fazer uma fiscalização como deveria ser feita.

As linhas de ação seriam a aprovação de lei para prorrogar os contratos temporários, que expiram em junho do ano que vem; a criação de um quadro permanente da ANP, incluindo cargos para as atividades que estão sob a responsabilidade da Agência.

Os aspectos orçamentários são um assunto muito complexo. Trouxe esses dados mais para constatar dos Anais do Senado. Nossos recursos provêm das seguintes fontes: bônus de assinatura; ocupação e retenção de área, pagos pelos concessionários; a participação especial, que é o valor decorrente da receita bruta de produção, deduzidos os **royalties**; os investimentos na exploração; os custos operacionais; a depreciação dos tributos previstos na legislação em vigor. Essa participação especial é paga – hoje em dia, basicamente pela Petrobrás – pelo produtor de petróleo. E finalmente pelos bônus de assinaturas aplicadas com as necessidades da ANP. Trata-se de um recurso a ser aplicado, e até este ano o Tesouro nunca liberou qualquer parcela dessa fonte. E também pagamento pela ocupação, retenção de área que se destina a financiamento das despesas para exercício de suas atividades.

Aqui estão explicitados quais os fins em que são usadas as diversas fontes de recursos. Quanto ao valor arrecadado, alerto apenas para o último ano, 2003, que é a fonte 129, pagamento por retenção e ocupação de área. A previsão de arrecadação é de aproximadamente R\$250 milhões. Para a ANP serão disponibilizados R\$173 e retidos R\$75 milhões.

Aqui, sim, há maior retenção. Os recursos que vêm da participação especial devem atingir R\$3 bilhões e, pelo artigo da lei, R\$1,2 bilhão deveria ir para ANP para estudos geológicos e geofísicos, quer dizer, para algo que tem a ver com o futuro do País. Só foram disponibilizados R\$282 milhões. O total da fonte de recurso, portanto, chega a R\$506 milhões. Como vamos ver adiante, uma parte desse montante foi contingenciado.

Aqui, há o Projeto nº 7.188, que desvincula os recursos dessa fonte 142, que é a participação especial da sua destinação para estudos geofísicos e geológicos previstos em lei. Se isso acontecer, se essa lei

for aprovada – estamos trabalhando junto ao Congresso para que não seja – haverá a desvinculação total desses recursos com os estudos geofísicos e geológicos, não teremos esse estudos, e portanto, estará comprometida a possibilidade de o Brasil encontrar mais petróleo e gás, que é – creio – uma unanimidade, uma necessidade para o País.

As conseqüências disso eu já expus. Além de não fazermos estudos, portanto, de comprometer o futuro, também teremos uma redução da arrecadação da própria União, dos Estados e dos Municípios. Teremos ainda efeitos negativos para a indústria do petróleo, que hoje em dia representa 5,4% do PIB. Para se ter uma idéia de quão importante é a indústria do petróleo no Brasil, tem sido aquela que mais tem crescido no País nos últimos cinco anos.

Voltando ao Orçamento, para se ter uma idéia, foram aprovados R\$506 milhões. Portanto, já houve uma reserva de contingência de R\$909 milhões, e, além disso, dos R\$506 milhões aprovados houve um contingenciamento grande. Portanto, tem-se disponível R\$258 milhões. Quer dizer, de um total de R\$1,415 bilhão, tem-se menos de R\$260 milhões.

Esse é o quadro é só para mostrar o que deveríamos ter, e o vermelho é o que efetivamente temos. V. Ex^{as} podem ver como é grande a diferença.

As conseqüências do contingenciamento são óbvias: a redução dos serviços e estudos – isso já foi mencionado anteriormente –, a redução das atividades de fiscalização e monitoramento da indústria de petróleo e de produtos e agentes ligados à cadeia de distribuição e revenda.

As preocupações são as seguintes: a falta de recursos humanos acarretará interrupção dos serviços em junho do ano que vem, e a falta dos recursos financeiros prejudicará a manutenção do atual nível, que já é insuficiente, causando prejuízos também ao Estado e à sociedade brasileira.

É basicamente isso, Sr. Presidente.

Desculpe se me alonguei muito.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Embaixador Sebastião do Rego Barros.

Passaremos a palavra ao primeiro dos convidados, o Dr. José Mário Abdo, Presidente da Aneel. V. S^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Bom dia a todos.

Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Infra-estrutura, Senador José Jorge, agradecemos a V. Ex^a a oportunidade de, mais uma vez, comparecer nesta importante Casa para debater assuntos de tanta importância para o País.

Também agradeço a oportunidade de estar entre V. Ex^{as}, Senadora Heloísa Helena e Senadores João Batista Motta, Jorge Bornhausen, Leonel Pavan, Augusto Botelho, Rodolpho Tourinho e Luiz Otávio.

Eu e meus companheiros de agência – Dr. Luiz Guilherme Schymura, Presidente da Anatel; Embaixador Sebastião do Rego Barros, Diretor-Geral da ANP; e Dr. Jerson Kelman, Diretor-Presidente da ANA – agradecemos também a oportunidade de compartilhar preocupações, necessidades e aperfeiçoamentos no campo, o que nos foi demandado. Agradecemos, portanto, a oportunidade que nos foi dada pelo Senador José Jorge de debater o problema da gestão – hoje, não estaríamos aqui com outro foco, senão com este da maior importância – no campo de recursos humanos, no campo das finanças, isto é, de debater as questões orçamentária, financeira e administrativa das agências.

Agradeço também ao Embaixador Sebastião do Rego Barros o seu espírito de equipe, pois S. Ex^a complementou aquilo que ficou faltando, visto que não chegou a tempo, já que havíamos concordado em estabelecer um núcleo comum. Muito obrigado, Embaixador.

Assim, no núcleo comum da gestão nas agências – fatos, repercussões e nossas necessidades de superação –, teremos os seguintes tópicos: as questões essenciais, os desafios do regulador e as propostas entendidas como essenciais para a superação. Cabem aperfeiçoamentos. Não temos jamais a pretensão de passar uma visão de que somos perfeitos. Temos, sim, nossas imperfeições. Portanto, é importante buscar o aperfeiçoamento, e é nessa trilha que segue a nossa abordagem.

Em relação às questões essenciais no campo da gestão, uma delas diz respeito às necessidades básicas para o bom funcionamento das agências reguladoras, visando ao cumprimento dos seus objetivos em relação à sociedade, fixados em lei. Um dos pontos básicos dessa visão seria a autonomia. E ela se sustenta em que aspecto? É administrativa, financeira e patrimonial. É assim que está na lei que criou as agências; é assim que isso está sendo abordado. E o que permite ou não que uma agência seja uma autarquia especial vem bem explicitado na lei: ter autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Isso se dá com base em definição de lei.

No que se refere a controles harmônicos e complementares, achamos importante. Longe de pensar que as agências não devam ter controle, muito pelo contrário. Mostrarei adiante que devem ter controle,

sim, dos três Poderes, mas que sejam complementares. É importante. Em vez de não haver controle, em alguns casos há controle redundante, superposto – mostraremos um pouco disso a seguir.

É preciso ter um marco legal consolidado, com políticas estabelecidas. As agências não formulam políticas energéticas ou no campo das águas, no caso da ANA. As agências, via de regra, implementam – está claro na lei que nos criou –, aplicam as políticas. Onde são definidas as políticas energéticas, setoriais, públicas? No Congresso Nacional, precipuamente no Congresso Nacional, e de forma completar no próprio Executivo, por meio do seu órgão próprio, de modo adequado, com decreto, nunca de ofício. Para setor que trata de capital intensivo e que requer estabilidade tanto do ponto de vista do consumidor, da sociedade, como do investidor, que assina contrato de concessão não de dois anos, mas de 35 anos – no caso da hidrelétrica –, há que ter previsibilidade, que começa no marco legal. O marco regulatório principal é de natureza legal, passado em lei no Congresso Nacional. Esse é o extraordinariamente forte sinal para os agentes.

Entendemos que o diálogo permanente também é um requisito básico, uma necessidade básica, e não somos professores, muito pelo contrário. Trata-se de um processo de aprendizado permanente sobre a forma de dialogar com a sociedade nos seus diversos poderes constituídos, na Justiça, no Legislativo, no Executivo, sem dúvida, com os investidores e com os consumidores como um todo. E, nesse campo, há que se permear o desafio extraordinário da assimetria de informações. Como trabalhar melhor para que a sociedade organizada possa ter uma participação igualitária, isonômica, por exemplo, nas audiências públicas, que têm sido uma grata realidade? Mas é inequívoco que ela tem um desequilíbrio importante no que diz respeito ao preparo, às informações. Como trabalhar para isso? Temos um papel sobre isso. Temos como contribuir.

Sobre a clareza dos papéis institucionais, até outro dia vagava uma indefinição extraordinária sobre quem faz o quê nos diversos campos, sobre o que é natural – nós entendemos –, mas é preciso urgência na sua superação. É natural. As agências foram um ente novo na administração pública no Estado, mas definir a quem, por exemplo, compete fazer o planejamento da expansão não é papel de agência; definir a quem compete formular as políticas públicas não é papel das agências. E essa clareza nem sempre é bem divulgada ou claramente disposta. Por exemplo, a quem cabe o abastecimento de energia, responder

pelo abastecimento da energia – falando especificamente do campo da energia? A responsabilidade pelo abastecimento é hoje – e finalmente foi definida, quase cinco anos depois da criação da Aneel, em 2002, por um claro decreto – competência do Ministério de Minas e Energia. Mas era um ponto de falta de clareza, e é importante que seja preenchido e compartilhado com a sociedade. Não adianta que haja clareza entre nós – é importante que haja entre nós –, e que não chegue a toda a sociedade.

Outra questão essencial se refere aos principais requisitos para a autonomia. Se a autonomia é um ponto chave, quais os requisitos da autonomia, para não ser um ente vago, um lugar abstrato? Autonomia deve ser pautada em quê? Em recursos próprios para a gestão, para a execução orçamentária, conforme a Lei Orçamentária Anual, conforme a LOA. É importante que esteja consignada na lei a questão orçamentária e que depois seja mantida, preservada, porque, senão, podemos, como temos tido, ter os contingenciamentos, os decretos de contingenciamentos, que não é uma exclusividade deste Governo. Já o vivemos em anos anteriores não em igual profundidade, agora está muito maior, de forma muito mais grave; agora vem chegando às raias da inviabilidade do cumprimento da nossa missão.

O segundo ponto importante da autonomia é que se trata de uma autarquia que tem autonomia financeira. Está consignada na lei, e isso, na prática, significa que temos recursos próprios, que não dependemos do Tesouro e que os recursos não devem ser contingenciados. Trata-se de pessoal próprio, especializado, com remuneração adequada. Esse é um pressuposto importante para ter autonomia e ser a instância administrativa final, da decisão final da agência, dentro do devido processo legal, do processo administrativo, das várias instâncias de defesa. Não cabe recurso ao Ministro de uma decisão da agência. É isso que significa instância administrativa final. Cabe, sim, recurso ao Judiciário. Esse é um direito constitucional. Recorrer à Justiça sempre caberá.

O mandato fixo dos diretores é um instituto consignado em lei, é um pressuposto importante para a confirmação da autonomia, que passa por esta Casa, porque somos sabatinados pela Comissão de Infra-estrutura – e o fomos cada um de nós. Esse é um ponto importante e fundamental.

Aumenta-se isso tudo, dá-nos deveres, dá-nos responsabilidades para não só com o Congresso Nacional, mas com toda a sociedade.

Na seqüência, há uma outra questão essencial importante: por que as agências não são submetidas a controle externo? Quantas vezes vemos isso. Elas efetivamente não são submetidas a controle externo? Estão acima de tudo? Absolutamente, não. Pelo contrário, somos submetidos sim ao controle dos três Poderes constituídos. Somos submetidos ao controle do Poder Legislativo. Como? Nas Comissões da Câmara e do Senado. Quantas vezes já comparecemos aqui! Se somarmos todos nós, dirigentes de cada uma das agências, da Anatel, da ANA, da ANP, da Aneel, veremos que, seguramente, já superamos a marca de oitenta Comissões do Senado e da Câmara e depoimentos em audiências públicas como esta, em que somos questionados, em que temos que prestar esclarecimento, o que é justo, correto, legítimo.

Hoje, está em definição se passaremos a ser convocados para essa oportunidade, o que não nos causa nenhuma espécie, muito pelo contrário. Se, convidados, comparecemos aqui quase cem vezes, com prazer, com consciência, imaginem se fomos convocados? Estaremos aqui, cumprindo a nossa missão, com toda a disposição e consciência de dever a ser efetivamente cumprido.

Há os requerimentos de informação. Quantas vezes somos realmente demandados! E entendemos que é legítimo.

Puxa! Como nos fiscaliza o Tribunal de Contas da União, o TCU, como parte do Poder Legislativo! Ah! Como nos fiscaliza, sistemática e regularmente! Há até duplicação, como me refiro, porque o Poder Executivo, pela Secretaria Federal do Controle, regularmente nos fiscaliza. Algumas vezes, e não são poucas, essa Secretaria o faz em duplicação, sobre o mesmo tema, durante o mesmo ano, sobre contratos e procedimentos. Longe de estar aqui, com isso, passando um sinal de que, se nos fiscalizarem, se nos controlarem... Isso é indispensável. Pode ser otimizado, não havendo a superposição, que existe em alguns aspectos.

Indo adiante, há o terceiro Poder constituído, o Poder Judiciário. Quantas vezes o Poder Judiciário é acionado! Quantas demandas passam para o âmbito judicial! Quantas liminares são ou não concedidas sobre decisões tomadas pelas agências reguladoras, sobre atos das agências reguladoras! E, depois, há as liminares, as decisões de mérito.

O Ministério Público, um outro poder importante, tem muitas vezes nos questionado. E aí temos buscado construir uma relação não antagônica, porque, como eles defendem o interesse público – refi-

ro-me ao Ministério Público –, nós, agências reguladoras, também o fazemos. A nossa atuação deve ter como plano central a defesa do interesse público. E, nesse campo, estamos tendo até oportunidade de realizar convênios com o Ministério Público, dada a convergência das nossas atuações.

Controle social é um outro poder. Nesse sentido, quantas vezes a sociedade organizada nos demanda? Só para dar um exemplo concreto, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec, recentemente, fez um processo público de avaliação das agências reguladoras, deu nota a cada uma das agências, em vários quesitos entendidos, na ótica deles, como de interesse da sociedade, que realmente são importantes e nos dão sinais de realimentação para a nossa atuação.

Na seqüência, uma outra questão que achamos relevante são as decisões das agências, se elas são ou não monocráticas. Quantas vezes somos questionados? Sim, arbitrariamente são lá tomadas decisões, quem sabe emanando da cabeça de um dos Srs. Presidentes ou Diretores-Gerais. Absolutamente, a lei que nos criou deixa claro que nossas decisões têm que seguir um rito próprio, o da lei de processo administrativo, a lei da administração pública federal. Há passos relevantes a serem seguidos, como, por exemplo, o da transparência. E o nosso processo decisório tem que ser em regime colegiado, e não monocrático – absolutamente não.

Diretoria em regime colegiado; o que significa? Significa que a decisão tem que ser instruída num processo administrativo próprio, em que deverá constar um diretor sorteado, que foi sorteado para ser o relator de cada uma das decisões. Lá, ele tem de apresentar o seu relatório formal dos fatos, do Direito, da análise e do voto. O diretor-relator propõe e defende o voto, que prevalece ou não; depende da aprovação da maioria. Tem que haver uma maioria estabelecida em estatuto.

Obviamente, estamos falando de um país democrático, onde é dado aos interessados o amplo direito de defesa, tudo dentro do devido processo legal.

Então, como disse, a uma decisão da agência, cabe recurso. Em instância final, decidiu o superintendente; recorre e vai para o diretor-relator; e, em última instância, vai para a diretoria, em regime colegiado. Daquela decisão final, não cabe recurso ao Ministério, mas, sim, se ainda inconformado, o consumidor ou o agente, pode recorrer à Justiça, algo de que tem, por várias vezes, sido lançado mão. Não que já tenhamos nos acostumado com isso – porque o volume é de uma densidade tal -, mas torna o processo, hoje,

sem dúvida mais transparente e com maior controle da sociedade.

Passando para o campo das relações com a sociedade, a transparência é um desafio importante. Um dia, entendemos que essa é uma cultura com a qual também estamos aprendendo e crescendo. E dentro da cultura da regulação, um dia, pensamos em dar publicidade aos nossos atos. Nenhuma decisão da Agência é de ofício. Não nos cabe decidir emitir um ofício para quem quer que seja, para qualquer agente regulado, tem que ter publicidade. O que significa que o ato tem que ir para o **Diário Oficial** – ou é uma resolução ou é um despacho, ele é público. Um dia consideramos essa prática muito importante, como realmente é, mas ela está longe de ser suficiente. A transparência prevista na nossa ação vai além disso.

É transparência, por exemplo, ter a participação da sociedade, fazer com que todo o ato de fiscalização – em que as agências fiscalizam os agentes regulados – seja público, seja disponibilizado na Internet. Quantas vezes somos questionados quanto a cópias, quando um agente, um consumidor, uma sociedade ou entidade organizada da sociedade e o próprio Parlamento nos solicitam cópia de tal contrato de concessão. Sem dúvida, não podemos e não devemos negar. Encaminhamos a cópia do contrato, mas sempre lembramos que ele está disponível na Internet, em tal página de nosso **site**. Não é reservado nem pode ser. Tem que haver transparência. Transparência é fazer audiências públicas – que, um dia, nós achamos importante e ela está aí listada –, consideramos que é bom, mas ainda insuficiente. É bom, mas não é cabal; precisa melhorar. Precisamos realizar audiências públicas, mas dar um retorno a cada um dos participantes e deixar público, na página da Internet de cada uma das nossas agências, quais as respostas aos questionamentos, comunicar aos interessados que a sua manifestação está na página em nosso **site**, que foi aceita ou não e por quais motivos. Esses são processos de aprimoramento da transparência.

Ainda há alguns itens importantes necessitando de aperfeiçoamento, porque esse campo não é cabal. A participação da sociedade é relevante e, a cada dia, entendemos mais que necessitam de aperfeiçoamentos, como pesquisas de opinião pública de alguns itens relevantes, consumidores dando nota nas concessionárias, mas precisamos de mais.

Temos dificuldades na gestão das agências, dificuldades concretas, de eixo comum – tanto da ANA, da ANP como da Anatel e da Aneel e de várias outras agências reguladoras coirmãs.

Um ponto básico diz respeito à gestão orçamentária. Como disse, temos tido contingenciamento orçamentário e financeiro, que, neste ano, vai variando um pouco em cada casa, mas ultrapassa a casa dos 50%. Aí o funcionamento das agências e o cumprimento da nossa missão correm risco vital.

Ausência de pessoal próprio é outro item relevante, devido às contratações temporárias. No caso da Aneel, completamos o quinto ano de seu funcionamento, indo para o sexto, compartilhado pela Anatel e pela ANP, um pouco menos e um pouco mais a cada um, e a ANA, mas até hoje vivemos uma situação de transitoriedade de um ponto essencial: pessoas, equipe, recursos humanos. Chegamos ao sexto ano e não temos equipe definitiva. Ninguém tem equipe definitiva. Temos contratação temporária, temos requisitados, como cada um poderá mostrar melhor depois, e perdemos a cada tempo pessoas para o mercado. E as pessoas que lá vivem não têm perspectiva profissional, não têm visão futura, poderão ficar lá e todos têm um dia do fim, o dia do juízo final está marcado. É difícil viver e conviver com a constituição de pessoal dessa maneira. Falta uma política de recursos humanos específica à área. Não temos. Não temos a equipe e não temos o projeto; não temos a carreira; não sabemos aonde podemos chegar.

O marco legal incompleto é importante. Ele se diferencia em alguns setores, no caso de telecomunicações, por exemplo, do Dr. Schymura, num grau de definição muito mais amplo desde o seu início.

No setor elétrico, há leis que vêm sendo construídas ao longo do tempo. Temos leis importantes de 2003 e temos medida provisória ainda em curso. Temos outras a serem apreciadas e há pontos que são chave. A universalização – alguém tem dúvida de que a universalização é essencial no setor de energia elétrica? Pois ela surgiu no quinto ano da agência, por uma lei do ano 2002, e é fundamental. Tentávamos obrigar as empresas a universalizar, a instalar energia para quem não a tem. Quantas quebras-de-braço foram parar em barras de tribunais questionando a ação da agência! Esse é um item importante da formulação da política.

O controle de superpostos – já mencionei – entre o TCU e a Secretaria Federal de Controle é importante e indispensável que exista, mas como conciliá-lo?

A simetria de informações é um ponto importantíssimo e uma dificuldade enfrentada. Como fazer que, numa audiência pública, o grau de conhecimento do agente, do distribuidor não seja tão desnivelado do grau de conhecimento do consumidor em temas

às vezes complexos, é verdade, como audiência pública, como revisão tarifária e assim por diante? Temos tido oportunidade de trazer conselhos de consumidores, representantes de órgãos de defesa dos consumidores, para previamente debaterem com a agência, melhorando o nível de informação. Isso é bom e ajuda, mas também não estamos iludidos: também não é cabal, é insuficiente. Precisa mais. E como promover mais? Há órgãos de defesa do consumidor que sempre nos reclamam dizendo que não têm uma forma de cobrir recursos e participar de algumas audiências públicas, participar de reuniões com a agência, de promover o traslado, o transporte, a viagem das pessoas. Esse é um item que também mereceria uma atenção especial. Temos feito encontros anuais de conselhos de consumidores, o que é bom, mas ainda insuficiente.

Há também a clareza de papéis institucionais, que já abordei anteriormente. Essas são partes importantes das nossas dificuldades de gestão.

Dando um **flash** um pouquinho maior nos recursos humanos, eles são um item das nossas dificuldades importante e o Presidente da Comissão, Senador José Jorge, proporcionou-nos a oportunidade de debater hoje não os regulamentos, para os quais já tivemos boas oportunidades, mas a nossa gestão. Por isso, damos ênfase a recursos humanos e depois ao contingenciamento orçamentário e financeiro.

Nos recursos humanos, a lei de 1996 (cada agência teve a sua, uma em 96, outra em 97 e assim por diante) autorizou a contratação temporária. Até nisso já tivemos questionamento judiciário. Por que essa contratação temporária? Qual a forma como foi feita, ainda que tenha base legal? Temos nos defendido e temos prosperado, mas hoje vivemos disso, de profissionais dedicados que se especializaram. Treinamos. Tivemos essa dúvida: capacitaríamos esses temporários ou não? Foi uma dúvida atroz. Gastaríamos com eles ou não, capacitando-os? Superamos de pronto. Treinamos, sim, pois servirão ao País, hoje na agência e amanhã num outro lugar da sociedade, mas estamos perdendo pessoas chaves.

No Congresso Nacional, aprovou-se uma lei, em 2001, a respeito, aí sim, de uma política de recursos humanos das agências. Realizamos, vários de nós fomos atrás de realizar o concurso. Foi uma primeira grande oportunidade: o concurso para formar a equipe definitiva, mas não prosperou, porque para aqueles começariam em janeiro de 2001, vários concursados, houve uma ação direta de inconstitucionalidade, em 2000, questionando aquele regime estipulado em lei e que na página seguinte mostro. Não fo-

ram então concretizados porque uma liminar no Supremo entendeu que não prosperariam pontos relevantes daquela lei de recursos humanos.

Na seqüência, ainda que o mérito não tenha sido julgado, ações importantes foram empreendidas. No ano passado, nós nos juntamos – sete agências – e fomos atrás de, em discussões com o Executivo, formular uma nova proposta – já que aquela não prosperou, a Lei de Recursos Humanos das Agências estava questionada em uma ação e em uma decisão liminar no Supremo – que superasse aquela questão do regime: em vez de ser um emprego público – isso é que era questionado –, passasse para cargo público.

Rapidamente discutimos – não só essas quatro que aqui estão, mas sete agências – uma nova proposta de lei de recursos humanos, a qual oferecemos ao Executivo, ao final do ano passado. Não prosperou. Não foi apresentada como um assunto em que cabe iniciativa do Executivo, como projeto de lei. Havia uma proposta que estava sendo gerada dentro do Executivo, mas, claramente, não atendia à nossa visão de necessidade, no que diz respeito à carreira, ao ingresso na carreira, à dignidade dos salários. Não podemos ser capturados, não podemos ser presa fácil. Não queremos ter um salário que não seja condizente, que não dê um mínimo de dignidade: R\$1 mil, R\$1,5 mil, R\$2 mil será um valor incompatível, não terá dignidade, e haverá um **turn over**, uma perda de profissional insuportável! Treinam, treinam e vão ganhar quatro vezes mais no mercado! Isso compromete o cumprimento da nossa missão.

Novas contratações temporárias foram autorizadas já neste ano, porque decorreu de uma medida provisória, aprovada neste ano, que foi importante, e prorrogou todas as contratações temporárias até 30 de julho de 2004. Mas assim é que temos vivido: de sobressalto. A cada ano um fôlego novo, mas a data final está marcada, tem fim, há morte anunciada: julho de 2004, quando se encerram os contratos iniciais. E as pessoas? E as famílias que lá vivem, se isso se encerra? E mais: quem é da contratação temporária, conforme um outro comando em lei, diz que por dois anos não pode ser submetido a uma outra contratação temporária. Porque podia alguém de uma agência ser útil. Temos algumas superposições importantes de especialização que poderiam ser úteis em uma outra agência. Ele está impedido, porque, por dois anos, há uma carência, ele também não pode. Então, trata-se de questões relevantes que merecem uma abordagem.

Evoluindo ainda para o tema recursos humanos, já falei que se investe na capacitação. Temos investido três vezes mais do que os agentes reguladores investem, em média, na capacitação, o que é necessário mesmo, para que não sejamos capturados, até pela cultura da regulação, porque, como eu já disse, não somos professores. Há agências americanas e européias conveniadas conosco que têm mais de cem anos de existência. E nós, cinco, quatro, três. Não quero dizer que levaremos cem anos para chegar naquele ponto. Estamos acelerando, mas é um desafio importante capacitar. A perda de pessoal para o mercado é grave, é séria, assim como a carga de trabalho, realmente, e a falta de perspectiva. Já mencionei o quanto isso afeta o clima organizacional e o cumprimento da missão.

Para se ter uma idéia aproximada da situação – os meus companheiros também mostrarão, relativamente às outras agências –, no quadro de pessoal, por categoria, há um total de 381 pessoas na Aneel, do seu quadro próprio, ainda que não definitivo – e aqui não estão incluídos os contratados terceirizados, porque, segundo um decreto, o que não é nível superior, o apoio administrativo é terceirizado, não consta desse número. Dessas 381 pessoas – vejam só a porcentagem – 237 são temporários, como já mencionei; comissionados, 80; 38 requisitados; e 24 distribuídos. É isso que precisamos superar. Precisamos ter o quadro próprio com concursados. Ninguém nunca pensou diferente. É preciso concurso público para ter o pessoal definitivo.

Na seqüência, a data final de contrato, só para se ter uma idéia, isso aqui ilustra bem, como é que vai vencendo, porque nem todos entraram na contratação temporária da agência na mesma data. Portanto, o limite é julho de 2004, mas muitos poderão ter data diferente desta, e aqui se está mostrando um declínio, como é acentuado, já tem maio e abril, para dar uma ilustração de como são as perdas realmente.

Na seqüência, por que as agências não devem ser contingenciadas? Não é porque não gostaríamos; não é porque haja nisso algum personalismo ou alguma vontade própria; é por uma necessidade, que explicitamos de forma mais clara, mostrando dessa maneira. Primeiro, porque há parecer jurídico da Procuradoria-Geral da Aneel deixando clara a sua legalidade. É o nosso entendimento. Não estamos acima de todo o entendimento jurídico desse mundo, mas temos uma confirmação clara de que vem do consumidor. Não vivemos de dinheiro do Tesouro. Os recursos das agências não são oriundos do Tesouro; vêm do consumidor.

Poderá haver ação judicial do Ministério Público ou de consumidores para que não se devolva esse dinheiro, para que não vá para o Tesouro. Ele não vem e não vai.

Hoje, há contingenciamento de mais de 50%. Onde está esse recurso? Para onde foi? Ele não foi. Ele ficou. Onde ficou? Intocável no caixa da agência. Não podemos tocar nesse dinheiro – isso é paradoxal – e não podemos fazer as fiscalizações e outras ações que devemos fazer. Podemos ter ação judicial questionando esse procedimento. É dinheiro do consumidor, é taxa. A taxa de fiscalização, como toda taxa – o conceito jurídico de taxa diz que ela é contraprestação de um serviço –, não pode ser destinada a outro fim. Isso pode ocasionar questionamento de ilegalidade. A Lei de Responsabilidade Fiscal também aborda essa questão.

Na seqüência, como vem ocorrendo o contingenciamento das agências? Nesse caso, o Embaixador Sebastião já abordou parte importante dessa questão. O contingenciamento vem de anos anteriores e agravou-se em 2003, passando de 50%. Além da questão orçamentária, há a questão financeira.

Ele também tem um limite mensal e um novo contingenciamento agora. Ele atinge 60% das diárias e passagens que obtivemos em 2002. Não dá para fiscalizar de Brasília. Ainda bem! Já houve descentralização para treze Estados. As agências estão usando pessoas em cada Estado, mas é necessário deslocar o agente, que tem de verificar *in loco*. O contingenciamento compromete o processo de fiscalização.

Amanhã nos cobrarão isso. É legítimo que sejamos cobrados, porque não ouvimos adequadamente. A ouvidoria, os processos... Suspendemos o 0800. Estou falando sobre a parte de atendimento de telefone celular. Isso dá uma economia de R\$5 milhões. Ligue sim, mas ligue por outro telefone que não seja o celular. Neste caso, não há nenhum conflito com a Anatel, porque seria mais caro, ainda que seja um item de grande disseminação entre a população.

Quais as ações adotadas pela Aneel sobre contingenciamento? E nós, cruzamos os braços? Baixamos a cabeça? Não, temos lutado por isso, primeiro, nos canais competentes, para ficar à vontade, para dizer onde for necessário. Nesta Casa, estamos tendo uma oportunidade de ouro, mas em outros momentos, primeiro formalizamos ao Governo. Escrevemos a quatro Ministérios, deixamos claro, porque seria uma grave omissão ser contingenciado, calar e amanhã não fiscalizar adequadamente. Grave omissão. Diga, formalize.

Houve progresso. Já tivemos um descontingenciamento, no nosso caso, de R\$12 milhões num total de mais de cem. Digo: ele é importante, é bem-vindo, tem havido diálogo importante, mas essa superação não tem sido suficiente. É a tese do não contingenciamento. O autônomo tem de cumprir as suas missões, que estão claras. Para isso se dão os meios, o dinheiro do consumidor, via taxa de fiscalização. Os recursos advindos dela não podem ser contingenciados.

Já informamos isso recentemente. O descontingenciamento foi bem-vindo, mas não foi suficiente. Vou dar um exemplo concreto, para falar em números. Na Lei Orçamentária Anual (LOA), no Congresso Nacional, em 2002, foram mais de R\$174 milhões, quase R\$175 milhões. Para falar de 2003, precisamos da referência de 2002. Em 2002, foram R\$145 milhões. Houve contingenciamento em relação àquela, e nós executamos quanto?

Sempre há uma parábola também. Contingencia-se, contingencia-se, reclama, reclama e, depois, não usa. Absolutamente, não. Foi contingenciado, mas usamos 95% do autorizado. Também não adianta descontingenciar em outubro ou em novembro. Assim, não vamos usar, mesmo porque não há tempo hábil para usar.

Em 2003, eram R\$202 milhões. Houve o contingenciamento econômico e depois financeiro, caindo para R\$70 milhões. Aqui, não inclui a parte de pessoal, que representa um pouco mais de R\$30 milhões, porque, orçamentariamente, todo ano, temos feito a previsão orçamentária nas agências. Não conseguimos realizar o concurso. Ainda não há lei para isso. Não temos a carreira para isso. Quando tinha, foi questionada no STF, mas, no dia em que tiver, não teremos a desculpa para dizer: não teve previsão orçamentária. Todo ano a gente faz. Neste ano, tem de novo cerca de R\$30 milhões, e aí os números que não preciso detalhar, mas que dão realmente um solvimento importante. E concluiria falando, Senador José Jorge, na página seguinte, sobre as conseqüências do contingenciamento que impacta; a fiscalização fica fortemente comprometida; a ouvidoria, com certeza. E a ouvidoria é importante. Temos recebido quase dois milhões de ligações por ano, em média. Quando digo isso, várias pessoas logo pensam: quanta reclamação! Nem tudo é reclamação. Dois terços, em 1998, eram reclamações; hoje, inverteu: menos de um terço é reclamação. Não quer dizer que não há problema. Nesse um terço, há muitas reclamações importantes, justas e que merecem apuração! Mas, hoje, uma parcela maior de cidadania, dos consumidores acessam o 0800 querendo saber dos

tais dos “meus direitos”, esclarecendo, entendendo e cobrando. E é importante que isso não pare.

Além da ouvidoria, há as audiências públicas. Temos dificuldades. Se estão contingenciadas as viagens, como vamos fazê-las? Não queremos ficar encastelados em Brasília. Às vezes, temos feito audiências públicas simultâneas em dez capitais diferentes, diretamente daqui de Brasília; outras vezes, fomos em Caxias, no Rio Grande do Sul; fomos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul; fomos em Fortaleza; fomos em Campinas; e em cidades do interior realizar audiências junto às pessoas. Tudo está comprometido. Isso tem recursos envolvidos, outorgas.

É importante realizar os novos leilões de concessão; o Brasil precisa. Isso significa olhar para frente, movimentar a economia; são movimentados milhões de reais nesses leilões, são investidores do Brasil e do Exterior. Em breve teremos um novo leilão de linha de transmissão importantíssimo, e serão quase R\$2 bilhões de investimento. Mas esses leilões também custam, pois todo o processo envolve recursos.

Na seqüência – estamos finalizando, Sr. Presidente, Senador José Jorge –, ainda dentro das conseqüências, uma visão rápida: depois receberemos as cobranças.

Não honrar contrato. Temos dinheiro em caixa que não pode ir para o Tesouro, e estamos passando, sim, por descumpridores de contratos, inadimplentes. Há contratos que não estamos pagando.

Na seqüência, os desafios do regulador, e temos desafios importantes. Não estamos aí para sermos bons ou bonitos, mas para sermos úteis à sociedade e identificados como instituição que defende o interesse público. E para isso não basta um discurso ou umas poucas palavras; precisamos suar a camisa e ter meios para suá-la um ano após o outro.

Também temos que consolidar o Estado regulador, o nosso papel dentro da autonomia, satisfazer as expectativas dos agentes. A palavra-chave da nossa atuação é equilíbrio. Temos que ver direitos de consumidor. Mas também temos que ver os direitos de investidor, que são consignados em contrato. É importantíssimo reduzir a simetria de informações, tanto de agentes como de consumidores; construir a cultura da regulação, cada vez está mais crescente. É importante criar cada vez mais oportunidades de a sociedade se manifestar, questionar, enfim, ser participante e construir essa cultura. O quadro oficializado é o desafio; as áreas de fronteira, a clareza dos papéis, a ampliação da descentralização, tudo isso são pontos importantes.

Temos que trabalhar em parceria com os Estados. Isso é bom, mas ainda é insuficiente. Há 13 Estados importantes conveniados, mas precisamos mais, pois o Brasil tem 27 Estados. Contribuir para a construção do marco legal. Tem pontos importantes: a reforma do modelo. Modelo não é papel nem competência das agências. No caso do setor elétrico, está em discussão – é importante –, coordenada pelo Ministério, e a Aneel é massa crítica de discussão, é lógico. Não formulamos, mas subsidiamos, discutimos, apresentamos visões e pontos de vista. Isso tudo é importante para o interesse maior. O fato de as agências existirem ou não também está em discussão, pois cada vez mais temos visto que estamos explicitados e expostos à discussão da opinião pública, isto é, o que serve ao interesse da sociedade, tendo alguns reconhecimentos relevantes, sobretudo desta Casa, do Congresso Nacional, da importância da existência das agências. Isso é indiscutível. E devem ser aperfeiçoadas. E onde cabem as melhorias?

Nesse ponto, abordarei rapidamente uma última questão. Quais são as propostas? Com esse diagnóstico, com esse desafio, com essas dificuldades, o que propomos? O que consideramos concretamente? Deve ser feita a consolidação da autonomia financeira, administrativa, patrimonial. O mandato dos dirigentes deve ser fixo e não coincidente. Isso consolida a autonomia. Certamente, existem alguns itens importantes da autonomia – não tenho dúvida disso –, mas é preciso mais.

Não se trata de autonomia sem controle. Esclareci que os três Poderes nos controlam – e é importante que assim seja –, mas o contingenciamento orçamentário e financeiro fere a autonomia. Entendemos ser urgente a suspensão integral do contingenciamento. Não basta não contingenciar esse; do contrário, viveremos, a cada ano, esse sofrimento. Olhando para frente, não se deve contingenciar mais; é dinheiro do consumidor.

Senador José Jorge, outro ponto concreto refere-se à definição urgente do quadro de pessoal. Vamos para o sexto ano e continuamos vivendo de transitoriedade. Logicamente, é necessário um quadro de pessoal, com carreira adequada, com salários dignos. Quanto à prorrogação da contratação temporária, devemos analisar o que é definitivo, mas também a transição. Não adianta manter os funcionários até junho de 2004. Se hoje fosse realizado um concurso, não haveria as 380, as 800 ou as 600 pessoas. Não dá para trocar os trabalhadores de um dia para o outro. Evidentemente, nós, em seis anos, aprendemos algo, e esse conhecimento deve ser repassado para

as pessoas que chegam. Por isso, deve ser prorrogada a contratação temporária. É uma necessidade, uma visão de pleito, uma solicitação. É uma necessidade de interesse da sociedade.

Julgamos o controle direto e sistemático das agências pelo Congresso Nacional um aperfeiçoamento. Quando somos convidados, aqui comparecemos. Se formos convocados, de forma direta e sistemática, com certeza cumprimos o nosso dever e a nossa missão. Entendemos ser esse um ponto de aperfeiçoamento.

A previsão constitucional para as agências reguladoras dá estabilidade. Existe previsão constitucional para algumas das nossas agências coirmãs – Anatel e ANP –, mas não para todas. Seria importante essa previsão constitucional. Isso é estabilidade, é política pública, é permanência, é Estado. Cabem os aperfeiçoamentos.

A mensagem final é: temos dificuldades, e apresentamos algumas importantes. Temos desafios. Temos produtos. E também há direitos de consumidor. Atualmente, não se cai numa vala comum, mas alguém entende de problemas. É verdade! Os problemas existem. Precisamos melhorar a situação. Cabem, portanto, os aperfeiçoamentos quanto à nossa maneira de operar, à nossa forma de constituição, mas é inequívoco que há produtos importantes de interesse da sociedade. Esses pontos básicos da proposta visam à sua sustentação e ao seu aprimoramento. Como eixo comum, oferecemos essas contribuições de forma concreta.

Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço ao Dr. José Mário Abdo a palestra, que foi um pouco mais longa, exatamente porque S. S^a falou sobre os problemas de todas as agências.

Neste momento, passo a palavra ao Dr. Luiz Guilherme Schymura, Presidente da Anatel.

Sr. Luiz Guilherme Schymura, como o Dr. José Mário Abdo ultrapassou o tempo, descontarei cinco minutos do pronunciamento de V. S^a, que dispõe de 15 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. LUIZ GUILHERME SCHYMURA – Obrigado, Sr. Presidente, Senador José Jorge.

Sr^{as} e Srs. Senadores, colegas da Mesa, bom dia a todos! Infelizmente, já perdi cinco minutos na largada da minha apresentação, mas foi por uma boa causa. O Dr. José Mário Abdo, de fato, precisava de um tempo a mais, haja vista que nós, dirigentes das

agências, decidimos que S. S^a faria a apresentação dos temas em comum.

Tentarei evitar superposições ao que foi apresentado pelo Embaixador Sebastião do Rego Barros e pelo Dr. José Mário Abdo, mas é inevitável que, em um ponto ou outro, a superposição ocorra durante a minha apresentação.

Gostaria de começar fazendo uma pequena retrospectiva, recordando como funcionava o setor de telecomunicações. Até agosto de 1995, tínhamos, constitucionalmente, um monopólio estatal. Existiam duas empresas que prestavam serviços de telecomunicações: a Telebrás, responsável pela prestação de serviço de telefonia fixa local, e a Embratel, encarregada da telefonia fixa de longa distância, das ligações interurbanas e das ligações internacionais e também de todo o sistema de dados e da **Internet**.

Por meio da Emenda Constitucional nº 8, de agosto de 1995, definiu-se, constitucionalmente, que esse monopólio estatal seria quebrado e também que seria criada uma agência reguladora. Em 1997, foi promulgada a Lei Geral de Telecomunicações, a LGT, Lei nº 9.472, de julho de 1997, que estabelece as principais definições sobre o setor de telecomunicações brasileiro. Essa lei deixa claro que o papel de organizar o setor compete ao órgão regulador, cabendo aos Poderes Executivo e Legislativo a definição das políticas setoriais.

Eu gostaria de dar um destaque especial ao art. 8º da LGT, segundo o qual “fica criada a Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, entidade integrante da Administração Pública indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações, com sede no Distrito Federal, podendo estabelecer unidades regionais”.

É um órgão regulador, cuja criação já havia sido definida na Emenda Constitucional nº 8, vinculado ao Ministério das Comunicações, não subordinado. Ou seja, existe um vínculo apenas com o Ministério das Comunicações.

Seu § 2º define a natureza de autarquia especial conferida à Agência, que seria caracterizada pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira. Ou seja, esse dispositivo deixa claro o papel da Agência e sua independência no contexto legal.

Com relação, especificamente, aos temas que são objeto desta audiência pública, eu gostaria de abordar os números referentes à Anatel, atinentes às

despesas, aos gastos. Uma dotação foi autorizada pela LOA, Lei nº 10.640, de 2003. Seriam R\$290 milhões as despesas que poderiam ser efetuadas pela Anatel ao longo do ano de 2003. Mediante o Decreto 4.591, houve um empenho limitado a R\$218 milhões. Ou seja, R\$72 milhões foram contingenciados, o que equivale a algo em torno de 25% das despesas definidas para a Agência pela LOA. Existe também um outro contingenciamento, definido recentemente por meio do Decreto nº 4.691, que estabelece o máximo de gastos com passagens e diárias de 60%. Uma outra limitação são os sublimites de empenho. Até abril de 2003, apenas 30% do limite anual poderia ser gasto e empenhado e até setembro de 2003, até 70%.

Com relação ao contingenciamento atinente à redução das despesas que poderiam ser efetuadas pela Agência, é importante esclarecer que, para que a Anatel tivesse a independência financeira definida em lei, criou-se uma taxa chamada Fistel – Fundo de Fiscalização de Telecomunicações. Essa taxa seria totalmente revertida para financiar as despesas da agência, da Anatel, no caso. Então, no momento em que essas taxas são arrecadadas e não são utilizadas pela agência, quer dizer, no momento em que a lei foi promulgada, a idéia que estava por trás era que esses montantes recebidos do recolhimento do Fistel seriam recursos que viabilizariam a operação da agência. Esse imposto foi dimensionado para que a agência pudesse operar de forma a fazer a fiscalização. No momento em que há esse contingenciamento, em que há essa redução, essa impossibilidade da utilização de todos os recursos do Fistel, obviamente compromete-se a fiscalização, compromete-se o efetivo cumprimento das atribuições que foram conferidas à agência, o que pode vir a gerar contestações, como já foi explicado pelo Dr. José Mário Abdo e pelo Embaixador Sebastião do Rêgo Barros.

Quanto a contratações, há a questão do sublimite de empenho. Como falei anteriormente, apenas 30% pode ser empenhado até abril de 2003 e 70% até setembro de 2003. Essa questão traz um problema sério para a agência, porque, no momento em que o contrato é celebrado, há necessidade de que esse empenho do valor integral seja feito. Então, no momento em que se criam esses sublimites de empenho, dificulta-se a operação da agência. Muitos dos contratos que teriam que ser celebrados no início do ano são postergados, muitas vezes, para o terceiro, quarto trimestre do ano, o que dificulta sobremaneira a operação da agência.

O contingenciamento mais recente, que estabelece que só pode ser utilizado até 60% do valor gasto

no ano passado com passagens e diárias, parece-nos uma restrição muito séria da Anatel, uma vez que boa parte desses gastos é efetuada na fiscalização dos serviços. Para os senhores terem uma idéia, ano passado, houve aproximadamente 500 mil ações de fiscalização da agência. Para cumprirmos essa determinação de corte nas despesas com passagens e diárias, teremos que suspender as fiscalizações no final do mês de agosto, ou seja, recursos hoje para cumprir o decreto nos obrigam que em final de agosto suspendamos as fiscalizações.

Existe também, com relação a esse contingenciamento, uma questão de reformulação dos problemas de capacitação de colaboradores. Naturalmente, há necessidade de cortar todos os gastos que são feitos com passagens e diárias, o que requer também corte no programa de capacitação, redução ou eliminação de contratação de pesquisas e estudos, e redução também na participação de eventos internacionais. A agência Anatel sempre foi muito presente nos organismos internacionais, principalmente no que diz respeito à UIT (União Internacional de Telecomunicações), um organismo da ONU, onde a agência tem sido bastante presente. Para os Senhores terem uma idéia, hoje o vice-secretário-geral, que é o segundo cargo mais importante na hierarquia da UIT, é ocupado por um brasileiro, Dr. Roberto Blois, resultado de um esforço feito pela Anatel ao longo desses anos, no sentido de que tenhamos uma participação mais efetiva dentro desse órgão. Para os senhores terem uma idéia, as decisões que são tomadas dentro da UIT são, por exemplo, definições do espectro de frequência que será utilizado no serviço de celulares. Uma definição dessa tem um grande impacto para o interesse público e para o dos usuários de telecomunicações. Se tivermos que sacrificar também essa participação no evento internacional, será ainda mais comprometida a qualidade dos serviços e da atuação do Brasil no que tange às questões relativas à participação do Brasil nas decisões internacionais.

Eu gostaria de falar um pouco, embora o tema já tenha sido exaustivamente abordado pelos expositores anteriores, sobre a questão do quadro de pessoal, assunto que nos preocupa sobremaneira. Este gráfico apresenta o número atual de servidores – hoje temos mil trezentos e trinta e um colaboradores – e a sua distribuição. É bom destacar que os requisitados da Telebrás hoje correspondem, aproximadamente, a 25% do quadro e os contratos temporários representam 50% do quadro.

Esses números são preocupantes uma vez que, no que diz respeito aos colaboradores requisitados

da Telebrás, eles representam hoje, no corpo técnico da agência, os técnicos com maior experiência e que a transmitem aos contratados temporariamente. Eles mantêm a agência, hoje, em um nível de excelência técnica. Os servidores da Telebrás são os responsáveis pelo núcleo forte, o núcleo duro da agência. Os contratados temporariamente são a massa de trabalho, são as pessoas que tocam o dia-a-dia da agência nas decisões rotineiras que precisa tomar.

O que acontece especificamente quanto ao quadro de pessoal é:

1) Imprevisibilidade da decisão do STF sobre a ADIN – hoje o assunto está no Supremo Tribunal Federal sem previsão para julgamento definitivo, como já foi colocado anteriormente;

2) Ausência de autorização legal para a formação do quadro de pessoal – por conta dessa ADIN e por não haver ainda nenhum projeto de lei ou medida provisória que viabilize a execução de um concurso público, estamos parados com relação ao assunto, o que gera, obviamente, muito desconforto dentro da agência pelas incertezas geradas em nosso grupo de pessoal. A única certeza que o nosso grupo de colaboradores tem hoje é que sairão em um curto espaço de tempo – os contratados temporariamente não poderão ficar mais de cinco anos dentro da agência. A incerteza que têm é com relação a seu futuro depois que saírem da agência pois têm a certeza de que terão que sair dela. É um problema muito sério e, por isso, é de fundamental importância que a solução seja obtida com a maior urgência;

3) Proximidade do término de contratos temporários – foi o que acabei de dizer.

4) A necessidade de aproveitamento do quadro de colaboradores oriundos da Telebrás. Também já falei sobre o assunto, mas, para finalizar, é importante reforçar que, mesmo havendo concurso público, é importante que esses servidores oriundos da Telebrás, que são o núcleo duro da agência hoje, tenham tratamento especial para que a transição seja feita de forma tranquila, sem haver muito impacto no mercado do setor de telecomunicações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Dr. Luiz Schymura pela sua palestra, especialmente pelo uso do tempo bastante racional.

Passaremos a palavra ao último convidado da audiência pública, que é o Dr. Jerson Kelman, presidente da ANA, agência que, das quatro, é a mais po-

bre – por isso, talvez, ele foi deixado para falar por último!

Passo a palavra a V. S.^a

O SR. JERSON KELMAN – Senador José Jorge, Srs. Senadores, bom dia.

De fato, a ANA é a prima pobre desta Mesa. Eu gostaria de iniciar com uma breve exposição a respeito da missão da ANA.

A ANA tem como missão regular o uso dos rios e dos lagos. E algumas pessoas, quando digo isso, indagam o motivo, já que a água dos rios é um bem público. A razão para regular o uso da água dos rios e dos lagos é evitar o que os economistas chamam de “tragédia dos comuns”. Ou seja, quando um bem natural é de livre acesso, sem nenhum tipo de regulação, acaba maltratado, deteriorado. É o que ocorre com nossos mananciais.

A relevância do tema fica mais bem entendida se, em vez de apresentar questões muito conceituais, eu puder fornecer dois exemplos. O primeiro, extraído do discurso do Senador José Jorge na semana passada, muito inteligente e muito claro, sobre o problema da alocação de água do rio São Francisco. Na bacia do rio São Francisco (640.000km²), cobrindo sete Unidades da Federação, existem conflitos de natureza local entre irrigantes. No norte de Minas Gerais há locais em que vários fazendeiros instalaram seus equipamentos de irrigação pivôs centrais no pressuposto de que a água que passava em frente à sua casa, à sua fazenda, estaria disponível. Todos fizeram o mesmo. E, ao somar as demandas de todos, não havia água suficiente, e todos saíram prejudicados. Ou seja, se não houver um planejamento, uma regulação do uso dos rios, teremos esse tipo de problema, que se espalha pelo País afora.

Ainda na bacia do rio São Francisco, se observarmos o uso da água para irrigação na montante de Sobradinho, o grande reservatório da região, o uso é conflitante com a produção de energia elétrica pelas usinas da Chesf. E é claro que o assunto merece regulação. Do contrário, se deixássemos sem nenhum tipo de entendimento, para citar números, cada metro cúbico por segundo utilizado para irrigação da montante de Sobradinho, grosso modo, sua ordem de grandeza serve para irrigar mil hectares – apenas para pensarmos em ordem de grandeza. E esse metro cúbico por segundo implica uma redução de produção de energia elétrica pelas usinas da Chesf de cerca de 2,8MW contínuos. A competição pelo uso da água não pode ser ignorada.

Devemos olhar de frente, entender e equacionar. Para isso, para criar regras de regulação do uso das águas, não basta o trabalho da Agência Nacional de Águas. A lei determina que haja todo um sistema de decisão, descentralizado e participativo, que passa pelo Comitê de Bacia. Há um complexo sistema de decisão, que deve ser informado. E, para ser informado, é preciso que haja dois tipos de informação básica. A primeira: qual a disponibilidade hídrica, quanta água existe nos rios e de que qualidade? Para isso, a ANA dá continuidade a uma rede hidrometeorológica, ou seja, uma rede de medição de quantidade e qualidade da água nos rios com mais de cinco mil e quinhentos pontos de medição – na realidade, a rede teve início com o antigo Dnaee, passou pela Aneel, e agora está sob nossa responsabilidade – alguns na Amazônia, utilizando satélites. A operação é complexa.

De um lado, portanto, a oferta, disponibilidade hídrica. De outro, a demanda. Quem utiliza a água e para quê? Os usos da água têm que ser outorgados. O uso da água deve ser autorizado a fim de que não ocorra a “tragédia dos comuns” a que me referi. E para a que essa outorga de uso da água não seja apenas um ato puramente cartorial de fornecer um papel que o banco exige para o financiamento, e sim algo que leve a um melhor uso para a sociedade do recurso natural, é preciso que o sistema de outorga de uso da água seja acompanhado de um sistema de fiscalização, que, no caso da água dos rios e dos lagos, é o mais descentralizado possível, pois há os comitês de bacia que, numa primeira instância, têm a prerrogativa de denunciar maus usos. É um sistema que está sendo montado. Assim que o Comitê encontrar algum problema, e se pela ação do próprio Comitê não for resolvido, aí, sim, como última instância, a ANA, com autoridade de polícia das águas, vai lá e pode, enfim, reprimir o que for reincidente no mau uso das águas. Esse é o primeiro exemplo.

O segundo exemplo é o abastecimento das nossas regiões metropolitanas – cidades em geral, o abastecimento das populações. Em muitos casos, as populações deixam de ser abastecidas não por insuficiência de água e, sim, porque a qualidade da água está tão ruim que não serve para o abastecimento. Ois casos típicos: a região metropolitana de São Paulo, que precisa buscar água longe, na bacia de Piracicaba, a vários quilômetros de distância; e o segundo, da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde, a cada ano que passa, há mais dias de interrupção de tratamento e transformação de água bruta em água potável, porque a água do rio está tão suja, tão suja,

que não é possível tratá-la com viabilidade econômica. E aí temos riscos graves de abastecimento das populações.

Essa é a missão, a grosso modo, da ANA, que tem de fazer funcionar o sistema de gerenciamento do uso dos rios, absolutamente em articulação com os governos estaduais, porque alguns rios são de responsabilidade dos governos estaduais, e em articulação com os organismos de bacia, que, como eu disse, são os comitês de bacia, uma espécie de parlamento existente em cada bacia hidrográfica.

A ANA é uma entidade jovem, com dois anos e meio de existência. Para exercer essa missão, como foi dito pelas demais agências, precisamos de pessoal. Como muito bem disse o Sr. José Mário Abdo, o cerne para executar bem a atividade pública é ter gente capacitada e motivada.

A nossa história – somos a última das Agências nesta Mesa – é um pouquinho diferente das outras, porque a Lei Geral do quadro pessoal das Agências, Lei nº 9.986, a que o Sr. José Mário Abdo fez referência, correu simultaneamente à Lei da Ana, Lei nº 9.984. Então, na Lei Geral das Agências, não houve previsão da criação de um quadro de funcionários para a ANA. Isso foi objeto de uma lei posterior. E, como viemos depois da ADIN que questionava se as agências reguladoras devem conter empregos públicos ou cargos públicos, no nosso caso, aqui do Congresso, já saiu a criação de um quadro de cargos públicos.

Então, o nosso caso foi mais simples. Iniciamos o concurso no final do ano passado, e a sua primeira etapa, prova escrita, foi concluída. Ficamos muito felizes com essa primeira etapa, em que tínhamos 110 cargos para preencher – não é o quadro completo; optamos por não fazer um concurso que completasse todo o quadro, porque não faria sentido, de repente, trazer todo mundo para a ANA. Temos a idéia de preencher o quadro ao longo de oito anos, paulatinamente. No primeiro concurso, 110 cargos, cerca de um terço do quadro total. Desses 110 cargos, na prova escrita, passaram os 110, dos quais 90 têm pelo menos mestrado e alguns, doutorado. Houve mais de 80 candidatos por vaga – portanto, mais de oito mil candidatos – e uma seleção muito satisfatória. Estávamos muito felizes e, na iminência de começar a segunda etapa do concurso, que é um curso – na boa tradição da administração pública brasileira, entendemos que não é suficiente apenas fazer prova escrita, é preciso treinar no escritório mesmo, fazer um curso especializado, quando teríamos a oportunidade de decantar quem são os funcionários que se adéquam

à função. Pouco dias antes de começar a segunda etapa, tivemos uma comunicação do Ministério do Planejamento nos dando conta de que havia dúvidas de natureza jurídica. O concurso foi suspenso, e o assunto foi depois tratado pela Ministra Marina Silva, que se empenhou muito para que o concurso tivesse continuidade, e pelo Ministro Guido Mantega. O assunto está hoje sob exame da Casa Civil, e temos notícias de que, possivelmente, haverá algum tipo de solução. Estamos razoavelmente otimistas de que, em breve, haverá alguma solução.

Com relação à questão orçamentária e financeira, aí sim, eu gostaria de apresentar alguns quadros.

(Exibe transparências)

Isso nos dá o quadro de 2003, dotação da lei, primeira coluna, depois aqueles dois limites – a que já fizeram referência o Schymura e o José Mário. Vemos que esse decreto de contingenciamento nos preocupa em dois pontos: primeiramente, o nível de contingenciamento é de 62%, como está ali colocado, somando projetos e atividades. Também descontamos os custos de pessoal, porque isso é inflexível, não admite compressão. Devo registrar que esse nível de contingenciamento, apesar de ser bastante elevado – talvez seja o mais elevado de todas as agências –, não é desproporcional, como foi mostrado, ao contingenciamento que sofreu o próprio Ministério do Meio Ambiente, ao qual a Ana está vinculada. É da mesma ordem de grandeza do caso do Ministério do Meio Ambiente – 64%.

O que nos preocupa, além do percentual alto de contingenciamento, é a natureza, quer dizer, muito foi contingenciado em projetos e, na realidade, é absolutamente impossível gerir a ANA com um limite, ao longo de 2003, para projetos, de 1,6 milhão. Isso é o mesmo que paralisar tudo.

Então, estamos pleiteando – e acredito que não haja dificuldade nenhuma – de pelo menos transferir parte de atividades para projetos para que se possam tocar algumas coisas.

A ANA tem – no que diz respeito a uma arrecadação vinculada, no qual o jargão seria carimbado para a ANA – uma arrecadação resultante de cobrança pelo uso de recursos hídricos. Essa cobrança tem duas naturezas: uma é compulsória das hidroelétricas que estão ali discriminadas e constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos; a segunda linha é 0,75% do valor da geração. Ao longo dos anos, estamos vendo que o que estaria disponível, vinculado a essa atividade das hidroelétricas, varia de 60 a 72 milhões, e, neste ano, já temos 31 milhões.

Esses recursos provenientes do uso de recursos hídricos pelo setor elétrico têm sido contingenciados todos os anos e vemos que a disponibilidade em 2001 foi de 30 milhões. Portanto, metade de 2002 foi pouco mais de 1/3 e, em 2003, praticamente nada foi disponibilizado ainda.

Eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores para uma cobrança que é de outra natureza. Quando uma hidrelétrica usa água e paga algo por isso, apesar de ser uma cobrança vinculada ao uso de recursos hídricos, não há flexibilidade por parte do dono da hidrelétrica. Ele paga como se fosse um taxímetro, não há flexibilidade. Mas, quanto à cobrança pelo uso do recurso hídrico, a lei determina que haja uma outra cobrança, de outra natureza muito especial, que é pequena mas mais importante, que é a cobrança que chamo de “voluntária”, aquela decidida pelo Comitê de Bacia. Para recuperar as condições daquele rio ou daquela bacia, o Comitê de Bacia tem autoridade – não é o Governo, é o Comitê de Bacia, composto pela sociedade civil, por prefeituras, governos estaduais e usuários, que são as empresas que usam os rios – e prerrogativa de decidir pela implantação de uma cobrança pelo uso dos rios naquela bacia.

Isso só foi feito, em nível federal, na Bacia do Paraíba do Sul, quer dizer, o Comitê da Bacia do Paraíba do Sul (Ceivap) decidiu criar essa cobrança, que se assemelha a um condomínio. Legalmente, é a cobrança pelo uso do bem público, mas, conceitualmente, algo parecido com um condomínio. É uma espécie de arrecadação que visa à utilização, na própria bacia, para melhoramentos na bacia, para despoluição daquela bacia. Isso transita pelo Tesouro porque é cobrança de uso de um bem público, não poderia ser diferente. Para este ano, a previsão de arrecadação é de cerca de R\$10 milhões. Nos dois primeiros meses, foi pago cerca de R\$1,8 milhão e estamos, mais que tudo, preocupados com que esses cerca de R\$10 milhões, mais que os outros, não venham a ser contingenciados, porque isso teria um efeito extremamente devastador na credibilidade de todo o sistema, porque assim, se houver contingenciamento, o que se imagina que irá acontecer é que no próximo ano o comitê, que decidiu esse ano estabelecer a cobrança pelo uso dos rios, pela poluição – quer dizer, quem mais polui mais paga –, no ano que vem, se ficarem no Tesouro os recursos ele decide que não cobra mais nada e nós teríamos destruído uma idéia absolutamente inovadora, que em outros países deu certo. Para dar uma idéia, estamos falando de R\$10 milhões, que é muito pouco para a despoluição do rio Paraíba do Sul, é quase nada, mas é o conceito que

tem de ir crescendo devagar. Quer dizer, o conceito de que se cobra pela poluição, quem mais polui, mais paga, e que esse recurso é utilizado para recuperar a própria bacia. Isso só vai ganhando credibilidade se, de fato, os recursos voltarem para a própria bacia. Na França, por exemplo, há um conceito igual – nossa lei é muito semelhante à lei francesa – essa arrecadação, que começou há mais de 30 anos, hoje, decidida pelos comitês franceses, é de mais de R\$3 bilhões.

Estamos falando aqui de um início de um processo que não tem sentido morrer, parece-me que não é bom morrer, no nascedouro. Tenho a impressão de que essa é a preocupação número um nossa. A nossa preocupação número dois diz respeito não só à limitação de natureza orçamentária, mas também o chamado limite de pagamento, limite financeiro. Estamos tendo tremendas dificuldades na hora de limite financeiro. Até hoje, a quantia disponibilizada é muito pequena, cerca de R\$5 milhões e está criando dificuldades na própria manutenção da rede de medição das vazões dos rios, da qualidade dos rios.

Era o que eu tinha a apresentar aos Srs. Senadores.

Como sou o primo pobre, também utilizo menos tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Aproveito para agradecer a presença e os depoimentos dos quatro Presidentes de agência. Na realidade, a nossa idéia com essa convocação foi exatamente permitir isso que ocorreu hoje, que as agências pudessem colocar os seus problemas em relação ao cumprimento das suas obrigações legais. Verificamos que há dois problemas bastante graves. Há problemas menores, mas basicamente esses dois, a questão do pessoal das agências que até hoje ainda não foi equacionada, apesar de algumas delas já terem mais de cinco anos e que, na verdade, na Comissão de Infra-estrutura, temos de fazer um esforço para ajudar a resolver esses problemas, mesmo estando no Judiciário. Também quero dizer que, na verdade, isso ocorre também com outras agências. Chamamos apenas quatro, porque são as mais ligadas à área de infra-estrutura. Não chamamos mais porque não daria tempo de os Srs. Senadores ouvirem a todas, mas, na realidade, essa é uma questão que poderemos tentar ajudar junto ao Executivo e ao Judiciário no sentido de que essa questão fique equacionada.

Em segundo lugar, a questão do contingenciamento. Esse é um problema que me parece mais simples de resolver. Não está no Judiciário; esta só em nível do Executivo, na verdade, são recursos que,

considerando a receita total do País como um todo em relação ao superávit primário, são pequenos. O superávit primário hoje é previsto da ordem de R\$50 bilhões e esses valores estão na casa dos milhões de reais. Quer dizer, menos de um bilhão se juntar todas as agências. São recursos arrecadados para essa finalidade própria e que, portanto, não seria tão necessário que fosse feita uma diminuição tão grande nos recursos disponíveis por essas agências. É uma realidade preocupante, que temos de procurar ajudar.

Estou me propondo, como Presidente da Comissão, colocando aqui, se os demais Senadores concordarem, criarmos um grupo de Senadores da Comissão de Infra-estrutura para que conversemos com o Líder do Governo, no Senado, Senador Aloizio Mercadante e, por ele, possamos chegar aos Ministros responsáveis para que possamos colaborar no sentido de que essas agências possam ter os recursos integrais para assim cumprir a sua finalidade.

Penso que essa é uma ajuda que a Comissão de Infra-Estrutura, por intermédio dos seus Senadores, poderia dar, exatamente para que possamos, amanhã, cobrar das agências. No momento em que se contingenciam até mesmo diárias – 60% em relação ao ano anterior –, evidentemente, retira-se uma capacidade maior de fiscalização. Na verdade, isso praticamente não colabora com o déficit público, que já está no contingenciamento mais geral.

Então, essa seria uma colaboração que gostaríamos de dar. Não temos Senadores inscritos.

(Intervenções fora do microfone.)

V. Ex^a será a segunda. Eu estava falando porque eu estava inscrito.

(Intervenções fora do microfone.)

Então, todos querem falar.

(Intervenções fora do microfone.)

Então, na realidade, vamos passar para a lista de Senadores inscritos. A primeira Senadora inscrita é a Senadora Heloísa Helena, mas S. Ex^a acabou de abrir mão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Abro mão. Eu me inscreverei depois, no momento certo. Se não tivesse ninguém inscrito, eu o faria.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Nesse caso, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho e, depois, aos demais Senadores.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Estou lhe cedendo a palavra, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) *(Intervenção fora do microfone.)* – Não! Pode falar primeiro.

O SR. ROBERTO TORRES (PTL - BA)

Sr. Presidente, começo, aliás, atacando o Governo passado neste ponto, referente à Lei nº 7.188/02, que me parece um absurdo completo. Quando se fez a Lei do Petróleo, com a abertura desse setor, amplamente debatida e discutida no Congresso Nacional, previam-se diversos recursos, e o próprio Governo que fez a lei a alterou. Trata-se da lei a que se referiu o Embaixador, desvinculando os recursos, a rigor, para estudos geofísicos, o que me parece um atraso tremendo. Esse é um ponto que eu gostaria de enfatizar. Sr. Presidente, se houver essa comissão, eu gostaria de participar dela e também de colocar esse ponto como essencial.

Já defendi em plenário outro aspecto em relação à Lei nº 7.188 por várias vezes, a desvinculação dos recursos do Cetepetro, dos recursos do Fundo Setorial de Petróleo, que são importantes para também colocar a tecnologia em primeiro lugar no País. Tem a mesma natureza da questão dos estudos geofísicos.

Então, aproveito a oportunidade para registrar, nesta Comissão, ser contrário a esse projeto que tramita hoje no Congresso Nacional, vindo do Governo passado – o próprio Governo que conduziu o processo de abertura do setor do petróleo e que trabalhou em cima dessa legislação.

Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto foi abordado pelo Sr. José Mário Abdo, e há dois aspectos que eu gostaria de enfatizar. O primeiro – opinião minha – é a necessidade de deixar todas as regras claras no setor de energia o mais rápido possível. O Sr. José Mário Abdo mesmo disse que, somente em 2002, acabou sendo claramente definida a competência do Ministério de Minas e Energia pelo abastecimento de energia elétrica. Antes disso, o que havia, no fundo, era uma enorme confusão e um desmantelamento completo do Ministério de Minas e Energia. Toda vez que defendo a posição da Aneel, tenho sempre mostrado os aspectos positivos, que são muitos, inclusive aquele que me parece o mais importante, que é relativo às linhas de transmissão. Não só pelo que representaram no passado, mas por fazerem parte do modelo que penso que deve ser preservado, modelo que deu certo. Até hoje, em todas as licitações feitas, quando a iniciativa privada não pôde ou não quis assumir, o governo entrou. Esse tem de ser o modelo misto para o qual estamos caminhando de alguma forma.

Quanto à questão da previsão constitucional para todas as agências: discordo. Entendo que não são todas que precisam disso, algumas precisam, e

outras não. As mais importantes sim. Talvez algumas até tenham de ser modificadas pelo que fazem hoje ou pelo que exercem ou até em função das atividades atuais. Penso que não se deve proteger demais nesse aspecto. Essa foi a intenção inicial em relação a esse ponto.

Quanto ao problema de recursos, e eu terminaria aqui essa colocação, Sr. Presidente: em relação à 7.088, é difícil ter uma agência reguladora sem que ela tenha autonomia financeira. Penso que devemos viabilizar e defender isso de qualquer forma.

Era o que eu tinha a colocar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Delcídio Amaral.

V. Exª tem a palavra por cinco minutos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu gostaria, primeiro, de saudar os diretores das agências aqui presentes. Este é um dia importante. Eu lamento, Sr. Presidente, que, com a presença de autoridades de fundamental importância para o futuro do País, estejamos com um quórum desse tamanho. Lamento por ser o tema de absoluta importância.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Delcídio Amaral, talvez seja necessário um esclarecimento, porque a reunião está sendo transmitida para o Brasil inteiro. Na verdade, no Senado só ontem foi aberta a pauta de votação, e nós hoje temos quatro ou cinco reuniões de comissões, inclusive da Comissão de Orçamento. Os senadores têm de comparecer às reuniões dessas outras comissões, distribuindo-se por essas diversas reuniões. Alguns já estiveram aqui, mas tiveram de se ausentar para comparecerem a outras comissões. Talvez voltem mais tarde. Contudo, certamente, vão acompanhar pela televisão ou pelos registros. Essas informações serão distribuídas a todos.

Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Eu gostaria, primeiro, de dar o meu testemunho da importância que as agências têm nas diversas áreas, como petróleo, telecomunicações, energia, águas – apesar de, nesta última área, ser uma ação incipiente, é de muita importância pelo valor e importância da água.

Hoje nos deparamos com questões não resolvidas até o ano de 2002. É o caso de algumas das questões colocadas, como quadro de pessoal, qualificação do efetivo, contingenciamento. O Kelman mostrou uma tela muito importante sobre o recolhimento das usinas e o contingenciamento que vem aconte-

cendo há três ou quatro anos. Debateremos há vários anos uma mesma questão.

Aprimoramento. Como você disse bem, José, quanto à questão dos salários: como se vai exigir de uma agência do porte da Aneel e de outras se os salários que a sua equipe recebe não são suficientes? Isso é algo lamentável diante da importância que uma agência tem.

Tenho certeza de que o Governo Lula resolverá a questão da contratação, porque, sem efetivo, não temos condição de executar absolutamente nada e as agências, que são fundamentais em um processo competitivo e de fiscalização, ficam absolutamente desprovidas das ferramentas necessárias, que são os recursos humanos, para bem executar as suas atividades.

Então, vemos que esse assunto é uma repetição. Parece que virou uma espécie de mantra falar de recursos humanos, de contingenciamento de recursos e da inação das agências em função de todas essas deficiências. Urge que encontremos uma solução definitiva pela importância que as agências têm.

Não posso deixar de registrar que, talvez em outras áreas, a questão tenha sido mais bem administrada; em determinados segmentos, não. Há falta de regulação. Creio que uma das dificuldades encontradas pelas agências foi a falta de uma regulação clara, estabelecida, para que, efetivamente, essa regulação pudesse ser acompanhada, administrada e exigida por parte dos principais **players** do mercado, sendo estatais ou não.

Acredito ser de fundamental importância que nos debruçemos agora sobre a questão da regulação. É absolutamente fundamental. Muitas pessoas creem que, com a macroeconomia sinalizando para a infra-estrutura, os vários setores voltarão a funcionar normalmente. Não voltam. É preciso que haja uma regulação entendível, com regras claras, mas também é necessário que seja atrativa a quem quer entrar na área de petróleo, de gás, de energia elétrica, de telecomunicações e assim por diante. Penso até que muitos fatos aconteceram em função desse vácuo. E algumas agências foram mais exigidas, tendo que assumir outros compromissos que, eventualmente, fugiram de suas atribuições, mas por serem órgãos que estão na linha de frente, em contato com várias companhias, tiveram que tomar determinadas decisões. Creio, no entanto, que estamos no caminho certo.

A Ministra Dilma Rousseff tem trabalhado competentemente. E agora cito especificamente a área de energia, de petróleo, de gás. Temos sentido uma preocupação com relação ao cumprimento dos con-

tratos. Para tanto, penso que deve haver um debate, uma discussão adicional com absoluta serenidade no sentido de ouvir as companhias, as empresas que querem investir, que estão no mercado e que, efetivamente, acreditaram no País, acreditaram que essa infra-estrutura tende a se expandir criando um mercado compatível com o que se esperava, com o que se aguardava. Creio que em algumas questões existem subjetividades, principalmente em contato com várias empresas. E essa subjetividade gera uma certa ansiedade nas pessoas e nas empresas estatais e privadas, já que, saindo do que foi efetivamente discutido e planejado, pode haver uma quebra das regras do jogo.

Para concluir minha abordagem, vou focar-me especificamente no setor elétrico. É absolutamente importante o retorno do planejamento do setor e a criação de mecanismos de acompanhamento daquilo que foi planejado, sob o risco de encontrarmos dificuldades muito grandes nos próximos anos. Creio que essa questão não nos assustará nos próximos dois ou três anos, mas se o problema não for discutido rapidamente, vamos ter dificuldades daqui a pouco tempo, em função da própria realidade do setor elétrico.

E encerrando a minha participação, gostaria de fazer uma pergunta com relação aos leilões de usinas e das linhas de transmissão. Qual é o sentimento da Aneel em relação aos leilões de linha de transmissão, que são fundamentais para o País? Apesar de não dar um ibope de usina, as linhas são absolutamente importantes.

Segundo, o próprio leilão das hidroelétricas. Hoje, deparamos com projetos que foram abandonados pelos investidores, especificamente o caso de Santa Isabel, que hoje está sendo noticiado nos jornais.

É importante saber como isso está acontecendo? Como é a relação desses investidores, desses grandes projetos com o Ministério do Meio Ambiente? Dentro desses projetos que estão semiparalisados ou paralisados, qual o percentual de responsabilidade da Aneel ou dos próprios grupos ou do Ibama e do MMA?

Aproveito a presença do Embaixador Sebastião Rego Barros, para perguntar: já que a MP vinha ou vem trabalhando incessantemente na questão do gás natural e de sua regulamentação, em que estágio isso se encontra? Houve evolução nas discussões relativas ao gasoduto Bolívia-Brasil? Enfim, uma série de coisas que tomaram, durante muito tempo, as manchetes dos jornais.

Por último, refiro-me à questão das rodadas. Agora estamos diante da quinta rodada. Como V. Ex^a está vendo essa programação, a questão de datas? O mercado de petróleo exige datas bem definidas, até para que não saíamos daquilo que cada companhia programou ao longo de todo o ano em termos de atividades e de investimentos.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que vamos trabalhar juntos empenhados em resolver todas essas questões que, infelizmente, não foram resolvidas anteriormente. Nossa determinação é muito grande no sentido de juntos encontrarmos uma solução que atenda e corresponda efetivamente à importância que as agências reguladoras têm para o País.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradecemos ao Senador Delcídio Amaral e passamos a palavra ao Dr. José Mário Abdo e, posteriormente, ao Embaixador Sebastião Rego Barros.

O DR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Nobre Senador Delcídio, entendemos como é importante esse reconhecimento de V. Ex^a sobre o papel das agências, da sua viabilização e do seu funcionamento, e, nos pontos específicos que V. Ex^a mencionou, no que diz respeito às questões dos leilões de concessão de linhas e de usinas.

Darei uma breve visão histórica, olhando para frente.

Nos leilões de linha, o placar é 27 a 1, ou seja, 27 concessões tiveram sucesso em leilão na Bolsa de Valores, e uma teve insucesso. Então, o placar é 27 a 1. O insucesso significa que foi deserto, não houve candidato interessado. Nesse caso, não significa que seja uma linha que não foi feita, mas sim que acabou sendo autorizada. É a linha Ouro Preto/Vitória, que está em implantação por Furnas. E direi a posição das outras 27.

Em linha, marcha melhor do que em usina a implantação do resultado dos leilões. Das 27 que tiveram vencedores nas concessões, em cerca de metade, algo em torno de oito mil quilômetros – e isso é relevante em qualquer país do mundo, é um número expressivo -, a linha de transmissão estava represada, a sua construção e a expansão. O Senador Rodolpho Tourinho abordou isso um pouco antes.

A partir desses leilões do ano de 1998, houve uma aceleração. Oito mil é um número expressivo. E, desses oito mil, cujas concessões foram leiloadas, cerca de um pouco menos da metade, um pouco menos de quatro mil, da ordem de três mil e quinhentos quilômetros, já estão implantados; frutificaram, já estão concretizados. Refiro-me à linha que vem lá do

norte para o sudeste do Brasil, a Norte-Sul, a um caminho novo para o Nordeste, que ajuda extraordinariamente o abastecimento de todo o Nordeste. Trata-se de mil quilômetros de linha, uma linha enorme, que sai do rio São Tocantins, próximo de Serra da Mesa, de Goiás, e vai direto para Bahia, abastecendo todo o Nordeste. São mil quilômetros novos, implantados. Então, dos 8.000 Km, cerca de 3.500 Km já estão concretizados. E os remanescentes? Estão em marcha. As linhas de transmissão estão efetivamente em obras. Como mencionou o Senador Delcídio, as linhas de transmissão têm funcionado adequadamente, têm apresentado um resultado concreto e, portanto, atraído o investidor. Então, as obras estão concretizadas ou em marcha, com a fiscalização da Aneel. Não há preocupação relevante nesse campo.

Em seguida, eu falarei do futuro, dos novos leilões.

O mesmo já não acontece em usinas. Foi feito o placar parcial das usinas, 54 concessões hidrelétricas foram leiloadas, embora usina não se resume apenas em hidrelétricas. Quando falo em leilão, estou me referindo a hidrelétricas, porque há as eólicas, as pequenas centrais de hidrelétricas, as usinas térmicas, que têm seu ritmo próprio. Mas, referindo-me aos leilões, o faço em relação à hidrelétrica. Cinquenta e quatro tiveram sucesso, ou seja, no leilão na Bolsa de Valores, foram alvo do interesse de investidores de diversos países, como a França, Estados Unidos, Espanha, Portugal, a Bélgica, etc, embora a maioria dos interessados fosse investidores brasileiros. Cinco não tiveram sucesso, não houve interessados.

Nas usinas, diferentemente das linhas, cujo andamento, como mencionei, é bastante positivo, a resposta não tem sido da mesma natureza. Ela tem dado sinais de preocupação maiores e mais recentemente. Dessas 54 que obtiveram vencedores no leilão, 18.000 megawatts, um pouco mais de 2.000 megawatts já estão prontos e concluídos, já entraram em operação. Refiro-me aos leilões depois de 1998, e devemos nos lembrar que usina leva tempo, de 3 a 6 anos, para entrar em funcionamento.

As demais usinas, algumas estão paradas, não prosperaram – todas mediante fiscalização e nenhuma sob passividade da Agência, tem o seu tempo de notificação, o seu processo de cassação da concessão e assim por diante – outras estão em marcha. Então, há os três casos: quem esteja parado, quem esteja em marcha com preocupações, com restrições e outras que estão em marcha normal. Dentro daquele princípio da transparência que mencionei, que é requisito para a Agência reguladora, o acompanhamen-

to de como andam as usinas, tanto as licitadas como aquelas autorizadas diretamente, que a lei permite, está na Internet. Há, pelo menos, um pequeno resumo sobre a situação de cada uma delas, que é atualizada todo dia 15 de cada mês.

Nós fizemos um código de cores para facilitar a compreensão de V. Ex^{as}. Em vez de falar pela fonte de geração – eólica, biomassa e assim por diante – vou citar o número resumo. O somatório de usina térmica PCH (pequena central hidrelétrica de menos de 30 megawatts – pela lei autorizadas diretamente) com as usinas eólicas, é a seguinte, dados de 15 de abril – na Internet já há dados de 15 de junho: no código de cores, verde é a que marcha normalmente, vai entrar em operação na data contratada; o amarelo representa aquelas que estão em sinal de alerta, que têm restrições superáveis; e o vermelho é, como no sinal de trânsito, aquelas que têm restrições graves. Por exemplo, uma ação judicial ou uma questão ambiental, uma suspensão ambiental que resulte na sua inviabilização.

Para 2003, o número previsto de que marcha normal deve entrar em operação é superior a 6.000MW, mais de 6.000MW têm sinal verde: as obras estão em andamento normal e devem entrar em operação em 2003. Da ordem de 2.500MW têm sinal amarelo, é a soma de usinas que dão 2.500MW, significando que há restrições que não são insuperáveis, mas tem que estar alerta, senão podem ser inviabilizadas. E cerca de 6.100MW estão com graves restrições, ou ações judiciais ou ações ambientais que as inviabilizam.

Isso ocorre ano a ano. Para 2004, da ordem de 2.500MW têm sinal verde, quer dizer, a obra marcha em ritmo normal; então, 2.500MW devem entrar em operação em 2004. Obviamente que algumas obras de 2003 que estavam em amarelo e que não se concretizaram podem migrar para 2004, mas não podemos precisar isso. Em 2004, 2.500MW entram; 5.500MW têm sinal de alerta amarelo; e 1.500MW têm sinal vermelho, com graves restrições. E assim por diante, ano a ano.

Como isso é uma numerologia, para dar uma idéia de grandeza e de sensibilidade, o Brasil precisa, por ano, da ordem de 4.000MW novos. Então, volto aos números para dizer que, a despeito de estar com aquela condição de que há energia já disponível sobrando em 2003, estão previstos para entrar em operação em 2003 um pouco mais de 6.000MW novos. Em 2004, é da ordem de 2.500MW. Pode ser que um pouco de um ano migre para o outro e assim por diante. Então, com isso, estou dando satisfação.

E o que entrou em operação nos anos anteriores? Tenho a informação do que entrou em operação em termos de usina nova, megawatt novo – vou pegar anos depois da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica): em 1998, 2.300MW novos – menos do que o País precisava, que era 3.500MW a 4.000MW por ano. É lógico que são ações que frutificam num ano, mas que tiveram que ser plantadas em anos anteriores e – só lembrando – usina, quando leva pouco, leva três anos, às vezes quatro, cinco, seis anos. Em 1999 entraram em operação 2.800MW; em 2000, 4.200 MW novos. Entraram, isso é fato consumado. Em 2001, 2.500MW; e em 2002, 4.600MW novos – estou arredondando, foram 4.638MW. Em 2003, em abril, já tinham entrando em operação no ano – um corte em abril – cerca de 1.000MW novo e com previsão de entrarem outros cerca de 6.000MW.

Então, essa é uma fotografia, disponível e transparente no [site](#) da Aneel na Internet, mas há preocupações importantes. Vejam: o número de usinas que estão em vermelho em 2003, significando graves restrições, iminência de inviabilização, são cerca de 6.000MW. Isso é mais do que o Brasil precisa por ano: é muito, é significativo. Isso requer preocupação.

Esse assunto tem sido tratado junto ao Ministério de Minas e Energia, que, por decreto de 2002, tem hoje a responsabilidade de cuidar da coordenação do abastecimento de energia, ou seja, olhar o encontro da demanda com a oferta e obviamente com o apoio de quem tem as competências intermediárias, com o apoio e o subsídio da Aneel, fazendo a fiscalização e dando esses sinais a tempo e a hora, e até mais do que isso. Por exemplo, um caso concreto foi a Usina Santa Isabel, uma usina importante no rio Araguaia, perto do Bico do Papagaio, cuja concessão foi leiloada no ano passado; houve disputa e teve sucesso e houve lá um vencedor. E foi importante, porque foi um consórcio em que entraram consumidores eletro-intensivos, os autoprodutores. Na medida em que eles venceram essa concessão e vão investir nessa usina cerca de R\$2 bilhões, é importante para todos os consumidores brasileiros, porque libera energia que hoje eles consomem, por exemplo, em Tucuruí, liberando uma usina de uma geração de serviço público, que é Tucuruí, para milhões de brasileiros. Isso é estrategicamente importante, e irão implantar com recursos deles.

Fato novo e preocupante. Eles procuraram a Aneel, visto que assinaram um contrato de concessão, por terem vencido em um leilão, do qual consta a responsabilidade de implantar a usina. E nessa res-

ponsabilidade eles buscaram a superação da questão ambiental, e se depararam com dificuldades. Buscaram superá-las por meio de diálogo com o Ibama, mas não conseguiram. Chegaram a ponto de dizer que iriam entregar a concessão, que não levariam adiante, porque não prosperariam. Mas é lógico que têm responsabilidades. Ao vencer o leilão, tiveram uma garantia de proposta, uma garantia de contrato e poderão perder alguns milhões de reais, o que não interessa nem para eles nem para a sociedade brasileira.

É lógico que também não interessa para a sociedade brasileira, e nem a Aneel patrocinará, a implantação de uma usina hidrelétrica que não respeite as questões ambientais. Isso é indiscutível. Mas tudo isso é conciliável. O Brasil precisa de hidrelétricas. Elas são uma pujança deste País, mas, obviamente, é preciso respeitar a variável ambiental.

Para termos uma idéia, a Usina Santa Isabel, no rio Araguaia, como estudos de inventário hidrelétrico do passado demonstraram, deveria gerar muito mais **megawatts**, mas isso causaria um impacto ambiental muito maior, o que é inviável. Já foi abandonado o projeto. A Santa Isabel do passado não existe mais. Pela proposta, geraria pouco mais de 2.000 mil **megawatts**, mas isso já não existe por causa de uma inviabilidade ambiental.

A usina cuja concessão foi licitada gerará uma energia da ordem de 1.000 **megawatts**. Entendem que essa, sim, teria viabilidade ambiental. A licitação dessa usina já foi compartilhada com o Ministério de Minas e Energia, é relevante e estratégica para o País. Preocupamo-nos também que a instalação de outras usinas hidrelétricas, por questão ambiental, esteja inviabilizada. Que estratégia deve ser adotada? É lógico que não seria superar de qualquer modo a viabilidade ambiental, mas mediante diálogo e estudos, por meio da conciliação.

O Brasil terá as usinas de que precisa, e não só hidrelétricas, que são uma vocação importante deste País, desde que respeitadas as condições ambientais. Esse assunto preocupante tem sido compartilhado com o Ministério. Também tivemos a oportunidade de levar o assunto ao Ibama, pois, como diz respeito à política energética e ambiental, deve ser tratado por todas as partes envolvidas.

Outros leilões ocorrerão ao longo destes anos, como compartilhamos com o Ministério de Minas e Energia. Em breve, haverá um novo leilão de linha de transmissão pela Aneel, cujas obras foram autorizadas pelo Ministério de Minas e Energia. São cerca de quase dois mil quilômetros de linhas importantíssi-

mas que cortam oito Estados do Brasil e resultarão num investimento de quase R\$2 bilhões para sua implantação. Isso faz parte de uma agenda positiva e interessa a todos os brasileiros. É mais um investimento que vai gerar cerca de três mil empregos diretos e oito mil indiretos. Tudo isso é positivo. Nos próximos dias, estará sendo publicado o edital desse novo leilão.

Sobre usinas hidrelétricas, não há previsão de um novo leilão. Precisamos superar, sobretudo, a questão da viabilidade ambiental, para que concessões de usinas sejam leiloadas. Mas, como não poderia deixar de ser, é preciso licença ambiental, enfim, a viabilidade deve ser respeitosa e adequadamente tratada para servir ao interesse de todos os brasileiros. Há dificuldades, mas, ao mesmo tempo, formas importantes de busca de sua superação.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço o Dr. José Mário Abdo.

Concedo a palavra ao Embaixador Sebastião do Rego Barros.

O SR. SEBASTIÃO DO REGO BARROS – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Não tenho o brilho oratório demonstrado pelo Dr. Abdo que me antecedeu, e não tentarei concorrer, porque seria impossível, mas responderei suas duas perguntas.

Em relação à legislação sobre o gás natural, posso dizer que discuti com a Ministra Dilma Rousseff a respeito de como ficaria essa regulação no limite não muito claro entre o que seria fazer política e fazer regulação, e resolvemos submeter as idéias que tem desenvolvido a ANP ao Ministério de Minas e Energia, uma vez que não creio que fosse politicamente recomendável. No momento em que havia justamente a discussão de as agências extrapolarem as suas funções, achamos que, num caso tão importante como o do gás natural, deveríamos submeter ao Ministério de Minas e Energia, o que já fizemos em janeiro. Estamos esperando uma manifestação.

Com relação à nova rodada de licitações, ela se realizará no mês de agosto. Em geral, é realizada em julho, mas, uma vez mais, devido ao novo Governo, tivemos um período de conversa com o Ministério de Minas e Energia. Houve uma modificação importante, porque, até a última licitação, o compromisso com o uso de bens e serviços nacionais era totalmente voluntário. Agora, uma parte do compromisso será obrigatória. As empresas terão que obrigatoriamente ter aquele mínimo. Creio que a questão foi bem recebida

pela indústria; não creio que vá causar dificuldades para o próximo leilão.

Para o leilão, até semana passada, houve manifestação de interesse de quatorze empresas. Esse leilão talvez não tenha grande êxito, por algumas razões que listarei:

Não houve, como se esperava, embora tenha havido várias descobertas ultimamente que reputo muito importantes, uma descoberta que a indústria do petróleo nacional e internacional julgasse tão extraordinária como Roncador. Tenho certeza de que ainda haverá, mas não houve. De certa maneira, isso não incentiva empresas a adquirirem novos blocos.

Outra razão é que, nos anos anteriores, logo depois da abertura para o setor privado, muitas empresas adquiriram muitos blocos; portanto, como a ANP faz com que as empresas, ao receberem a concessão, tenham um programa exploratório mínimo e esse programa tem que ser cumprido sob pena das empresas pagarem severas multas – e as empresas têm já programas de investimentos muito pesados.

Essas são as duas razões principais.

Há uma terceira razão. Em agosto, na primeira rodada de licitações, que chamamos de rodada zero, muitos blocos serão devolvidos para a União. Ao serem devolvidos, a Agência Nacional do Petróleo pode voltar a licitá-los. Obviamente, como eles serão devolvidos em agosto, só poderá ser em uma licitação no ano próximo. Esses blocos provocam muito interesse das empresas, porque já há muitas informações sobre esses blocos. Quando são devolvidos à União, são devolvidos com as informações que as empresas obtiveram sobre eles. Quer dizer, passam essas informações a serem patrimônio adicional da União. Então, é difícil prever o futuro. Espero que haja um grande êxito, e certamente haverá, embora eu não saiba se será um grande êxito. Com isso, respondendo a essas duas perguntas.

Aproveito para dar uma informação: o Projeto de Lei nº 7.188, que foi apresentado no final do ano passado ao Congresso Nacional e que recebeu algumas propostas de emenda da ANP com o Ministério de Minas e Energia e também, creio, o Ministério da Marinha, está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Informo isso porque espero a ajuda de V. Ex^{as}, senão diretamente, mas, pelo menos, indiretamente, no sentido de evitar que haja essa desvinculação desastrosa para o futuro do País.

Como mostrei anteriormente, temos descoberto novas reservas de petróleo e gás. Vamos descobrir muito mais. Quando as empresas fazem exploração

de petróleo, elas aprofundam muito o conhecimento sobre os blocos. Se elas encontram petróleo, podem produzir. Se devolvem, fazem-no com essas informações que se tornam patrimônio da União. Agora, em todo o mundo, a parte inicial das informações sobre os blocos é necessariamente feita pelo Estado – antes era feita pela Petrobras. A Lei do Petróleo, nº 9.478, de agosto de 1997, passou para o Estado a função de fazer estudos geológicos e geofísicos por meio da Agência Nacional do Petróleo. Portanto, esses recursos têm destinação, a qual é o estudo da geologia das bacias sedimentárias brasileiras.

O Brasil tem, mais ou menos, a mesma quilometragem em bacias que os Estados Unidos, e temos uma produção muito menor. Tenho que parar de falar sobre esse assunto porque estou correndo o risco de falar mais que os demais. Desde o início da indústria do petróleo até hoje, o Brasil furou aproximadamente 20 mil postos. Os Estados Unidos furaram 3 milhões e 500 mil postos. Pode ser que o Brasil não tenha tanto petróleo quanto os Estados Unidos, mas vamos ver, vamos testar. Faço esse apelo ao Senado porque se trata de um grande criador de emprego.

Vamos poder licitar proximamente os campos maduros ou marginais. É uma beleza de projeto. Estamos desenvolvendo um projeto chamado Campo-Escola, que é uma associação da Agência Nacional do Petróleo com os três Estados que têm campos de terra: Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Norte. A agência está fazendo associação com o Governo dos Estados e com as Universidades Federais nesses Estados para usar campos que são marginais, ou seja, têm uma produção tão pequena que não merecem ser licitados, para fazer campo-escola para formação de pessoal, desde engenheiros até pessoal técnico. Há uma tremenda demanda por pessoal na área de petróleo.

Para se ter idéia, para a ANP fazer a fiscalização na área de exploração e produção, que é complexa, contratamos dois funcionários aposentados da Petrobras – um, de 71 e, outro, de 72 anos de idade – tal a carência. Fico muito satisfeito, até por não estar tão longe dessa idade, com o fato de que pessoas de 71 e 72 anos de idade sejam aproveitadas. Mas isso decorre da carência que existe. A indústria de petróleo e do gás foi a que mais cresceu nos últimos seis anos no Brasil, e tem chance de crescer muito ainda.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Primeiramente, saúdo o Senador José Jorge e a Comissão pela iniciativa e os nossos convidados pela presença.

A intenção do debate, conforme está no requerimento, é bem específica, ou seja, tratar de duas questões bem importantes, uma delas referente à área de recursos humanos e ao contingenciamento, que não é novo, pois essa política de contingenciamento, infelizmente, já vinha sendo patrocinada pelo governo anterior. Acredito que estamos numa fase do debate das chamadas agências. Lembro a frase “o melhor período é aquele em que não sejamos tão jovens para não termos aprendido, nem tão idosos para já termos esquecido”.

Penso que há exigência da sociedade e espero que essa exigência, identificada pelo nosso Governo, possibilite que tenhamos aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle, podendo ser feita conjuntamente com a Comissão de Infra-Estrutura – mas trata-se de um papel da Comissão de Fiscalização e Controle – uma auditoria das agências, para que possamos, de fato, identificar, para aperfeiçoar ou não, o papel dessas agências reguladoras.

Mesmo que estejamos diante de mercados monopolísticos, há muitas pessoas extremamente bem-intencionadas e comprometidas com o modelo de gestão pública, que entendem a necessidade de maior flexibilidade, havendo, portanto, melhores mecanismos de controle.

Partindo dessa visão, penso que já é chegado o momento – o Congresso Nacional não pode, pois é prerrogativa exclusiva do Governo – de fazer uma Lei geral dessas agências, já que é intenção do Governo permanecer com elas. Por quê? Acabo entrando nesse assunto porque, nas exposições feitas, sempre se buscam conceitos que são caros, importantes e bonitos, como autonomia e independência. Trata-se de conceitos que mexem com mentes e corações, sempre. Mas, como existem diferentes autonomias e independências, concretamente, as agências não tiveram necessariamente um papel de autonomia diante dos Governos também. Não tiveram.

Basta mencionar alguns casos de que me recordo, pois eu estive nesta Comissão durante esses três anos. Lembramo-nos claramente da discussão dos **blackouts** – e todo o Brasil se recorda –, e muitos dos argumentos que tinham sido utilizados pelo Governo acabaram sendo reproduzidos também pela Aneel, como os argumentos do “raio de Bauru” e o do “parafuso solto”, que, depois, ainda bem, os próprios técni-

cos do Ministério demonstraram ser argumentos de fato, do ponto de vista técnico, fraudulentos.

A agência, inclusive, ficou a repeti-los. Todos lembram-se de que, às vésperas do racionamento, representantes da agência estiveram nas duas Casas e tranqüilizaram os Parlamentares, dizendo que racionamento certamente não existiria porque era uma posição de Governo.

Também lembramos o caso, por exemplo, da Eletropaulo, em que a agência deveria ter autonomia, pelo menos na lei, mas silenciou diante da maior distribuidora de energia elétrica da região mais rica do País, comprada por uma empresa criada às vésperas do leilão, sem experiência, sem lastro, que deu como garantia do negócio, Senador Romeu Tuma, as ações da empresa que ela estava comprando.

Então, nem sempre há autonomia. Essa autonomia só é conseguida, de fato, na prática. A Casa Legislativa só concede autonomia a quem é de sua confiança, é evidente. Até em nossa casa, quando vamos dar autonomia ao nosso filho, só concedemos se tivermos confiança de que ele tenha condições objetivas de fazê-lo.

Por isso entendo ser de fundamental importância que esta Casa abra um procedimento investigatório para identificar o papel das agências reguladoras, diante do interesse público, do lado mais fraco.

No caso específico das questões relacionadas à infra-estrutura dessas empresas privatizadas prestadoras de serviços para a sociedade, das tarifas, já existem as perguntas: como as agências reguladoras têm se empenhado? Quais os mecanismos estão sendo propostos? Qual a avaliação que está sendo feita? Alguém poderá dizer: “nos contratos feitos já estão a vinculação, a indexação e outras questões”. Precisamos conhecer o que de fato as agências reguladoras têm feito em relação ao cumprimento de suas metas e em relação ao lado mais fraco. Dar autonomia para que alguém zele pelo interesse do empresário, do investidor, pode ser muito fácil, mas quero saber quanto ao consumidor, que é, de fato, o elo mais fraco dessa relação. Quais os exemplos concretos, as metas a serem cumpridas, e o que as agências estão de fato fazendo em relação a isso?

No caso da ANA, vou fazer uma pergunta muito objetiva, já que estamos no contingenciamento. A ANA tem informação de que terá disponível, esse ano, 11% a mais do valor previsto no Orçamento do Governo Fernando Henrique – temos essa informação do Ministério, e pode até haver erro. Em verdade, jamais, porque a informação parte de uma Ministra por quem coloco a mão no fogo, a Ministra Marina Sil-

va. Temos a informação de que, do que foi executado em 2002, tanto o relativo a “restos a pagar” como o previsto para utilização neste ano pela ANA, o limite de gasto permitido terá um aumento de 11,6%. Gostaria de saber se V. S^a tem essa informação. O valor disponibilizado no Orçamento é justamente este: incluídos nos “restos a pagar”, 19,9 milhões mais o que está previsto, 87 milhões. A informação do Governo é de que a ANA terá 11% a mais para execução, este ano.

Também gostaria de mencionar as tarifas. Sei que está previsto no contrato, mas pode ocorrer a revisão desse contrato. Gostaria de saber se há empenho para que ocorra essa mudança na revisão de contrato. O que está sendo feito pelo lado mais fraco: o consumidor?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra aos representantes da Anatel, porque a ANP, na realidade, não trata de tarifas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Mas voltaremos qualquer dia para o debate do petróleo, que algo é extremamente importante, para que ele não seja queimado nas ruas como combustível; que possa ser apropriado de forma muito mais importante pela química fina, por algo que, sem dúvida, é muito mais importante para os rumos de qualquer país que se queira transformar numa nação civilizada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo primeiro a palavra ao Dr. José Mário e, depois, ao Dr. Guilherme Schymura.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Início cumprimentando V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

Gostaria de abordar alguns pontos apresentados pela Senadora. Sem desejar polemizar, esse não seria nunca o nosso interesse, mas, à guisa de posições e de informações que penso são relevantes, no que diz respeito àqueles desligamentos, os chamados “apagões” ocorridos no Sudeste, posso assegurar a V. Ex^a que em absoluto seguimos caminho do Governo, em absoluto a Aneel tenha reproduzido a versão originada no âmbito de Governo. Digo a V. Ex^a com toda a tranquilidade, foi uma constatação da nossa equipe técnica. Se certa ou se errada, a juízo de quem possa ter um pensamento diferente, mesmo no campo técnico inclusive, mas em absoluto, em ambos os casos, a equipe técnica da Aneel foi lá para a inspeção, identificou sim e responsabilizou a quem de direito. Em nenhum dos casos, os motivos lá alegados originados por um raio, uma descarga atmosférica que desencadeou o desligamento em cascata, em absoluto isso representou motivo para que se escu-

dassem, para que não fossem responsabilizados. Ao contrário, foram aplicadas multas, penalidades; recorreram; pagaram em juízo, mas foi pago, e não foi multa de 100, 200 ou 500 mil reais, mas multa que suplantou a casa de dois milhões de reais.

No outro caso, que diz respeito a um outro desligamento grave que atingiu consumidores, realmente muito preocupante, a equipe técnica da Aneel, no mesmo dia, foi lá, sobrevoou o local de helicóptero, e identificou o problema de uma conexão, de um parafuso, que levou a um desgaste e à ruptura do caso.

Tal desgaste propiciou desculpa para quem? Para ninguém, mas caracterizou um problema de manutenção inadequada, que gerou problema para milhões de consumidores. Houve multa, responsabilização do mesmo tanto. Foi a nossa interpretação. Estamos longe de ser donos da verdade. Fomos contestados, inclusive tecnicamente, pelas empresas responsabilizadas que entenderam diferentemente. Houve processos que se alongaram, pareceres de universidades. E nós também obtivemos a mesma sustentação técnica. Se isso se alegou, se isso podia ser o caminho de fuga da responsabilidade, em hipótese alguma elas conseguiram esse intento, qualquer que tenha sido a empresa responsabilizada; foram multadas, e multadas pesadamente. E não abrimos mão da multa, não houve isenção dela depois.

Recorreu-se à Justiça, há um momento em que tem que recolher em Justiça. São temas sempre delicados. V. Ex^a aborda sempre com muita oportunidade e com muita clareza o tema, por exemplo, do racionamento. Claro, ele fustigou, representou uma adversidade extraordinária para milhões de brasileiros. Quer dizer, as pessoas estão em primeiro lugar, as famílias. E, nesse sentido, vivemos um drama extraordinário. A Aneel estava mal completando três anos de vida. Vimos naquele momento: a Aneel foi responsável pelo racionamento, lembro-me. Quantos tentaram fazer uma colocação dessa natureza, alguns até em âmbito de governo? Quer dizer, nem sempre é uma relação amigável. E nós, em absoluto, concordamos. Diversas vezes nos posicionamos no sentido de que... Como? Se uma usina... fôssemos a melhor maravilha do mundo, coisa que não somos. Empenhamo-nos para fazer o melhor, mas uma usina não teria ficado pronta em três anos. Nos três anos vividos pela agência, dezenas de usinas teriam que estar prontas e linhas de transmissão, que também não estavam. Em tempo hábil da vida da agência isso não teria havido.

Então, com certeza, faltaram investimentos lá. Teve um regime hidrológico muito ruim e faltaram in-

vestimentos. Agora, a partir da realização de leilões em 1998 – efetivamente, é dezembro de 1997, mas começa em 1998 –, começa a haver um aumento importante na quantidade de investimentos. Isso se deu por conta da atuação das agências.

A propósito: é importante que se diga que os ganhos não ocorrem apenas no dia do leilão em praça pública – momento em que a concessão não é mais dada, é licitada, há vencedores, vários agentes disputam, há deságio nas linhas de transmissão. Nos leilões vence quem oferece a menor tarifa, o menor pedágio para o consumidor. O que se obteve nesses 27 casos em que os leilões foram bem sucedidos, Senadora Heloísa Helena, é equivalente a 700 quilômetros de linhas de transmissão. Com o que se cobrou a menos de tarifa, porque venceu a menor tarifa, a soma desses deságios possibilitou a implantação de cerca de 700 quilômetros de linha de 230 Kv da rede básica – essa implantação se deu sem custos adicionais para a sociedade. Isso é uma verdade. É fruto do leilão.

Como isso foi possível? Não foi porque no leilão se teve um dia de sorte ou por qualquer outro motivo: é porque houve um trabalho prévio. Com esse exemplo, estou tentando mostrar para V. Ex^a a utilidade das agências.

Havia e há regulamentos? É lógico, temos também as nossas imperfeições. Mas temos acertos importantes, regulamentos que incentivaram os investidores a vir disputar, dar lances em leilões de modo a permitir essa economia para a sociedade brasileira, a implantação dessas linhas, o que é muito importante.

Outros debates sobre o racionamento tivemos em momentos diversos. Se a agência alertou ou não (interrupção na gravação) quantas vezes? Modo próprio, forma adequada... E o ONS, Operador Nacional do Sistema, também se manifestando em reuniões periódicas, fazendo registros. É lógico, cabiam as informações do que estava em marcha, o que existia ou não. Realmente, foi realmente algo daquela gravidade e, por maior que tenham sido os empenhos, em três anos não se salvava.

É importante lembrar que não se salvaria aquela situação grave – de 1988 a 1995 não se implantou uma nova usina sequer neste país. Isso, porque a Constituição de 1988 diz, no art. 176, que qualquer nova usina deverá ser instalada mediante licitação e na forma da lei. E a lei surgiu em 1995, quando se colocou como se procederia para fazer essas concessões. Foi um período de sete anos sem a implantação de nova usina – isso custaria um dia para a sociedade.

A partir de 1998, com a agência, aumenta o número de leilões, de concessões, enfim, de ações importantes.

No que diz respeito à Eletropaulo, termos silenciado durante a venda. É importante dizer para V. Ex^a que, na privatização ou não de uma distribuidora – no caso, a Eletropaulo -, a Aneel não tem participação. Quem vende o controle acionário é o dono, o controlador. Naquele caso, quem foi o controlador? O acionista controlador era o governo de São Paulo. No outro caso, o acionista era o governo do Ceará e assim por diante. Cada Estado tinha o seu controlador.

(Interrupção na gravação.)

... a venda do controle acionário não cabia à Aneel dizer se o preço mínimo era x ou y e em que termos se procederia a venda, se se aceitariam ações em garantia, se não se aceitaria, isso foge à competência da Aneel. A Aneel não tem competência para isso, competência em lei. Assinar o contrato de concessão, fosse qual fosse o vencedor, isso sim. Teria que ter aquela responsabilidade – responsabilidade que exigimos dele (interrupção na gravação). Responsabilidades que têm sido requisitadas com multas que a Aneel já aplicou nesse período.

Tentando passar para o próximo item sobre tarifas e sobre outras ações que a agência tenha feito: posso dizer para V. Ex^a, com sinceridade e humildade, o seguinte. Temos nossas dificuldades – nossas próprias, sem colocar na conta de terceiros. Temos, sim, nossas limitações; não tenham dúvida, mas temos frutos indiscutíveis do interesse da sociedade. Por exemplo, hoje fiscalizamos 100% das distribuidoras e transmissoras do País. Antes havia menos de 10% de fiscalização a cada ano. Hoje todas são realizadas todo ano.

Essas fiscalizações acabam em coisa nenhuma? Não. Foram mais de 15 mil determinações. Houve verdadeiro mutirão no Brasil inteiro, apesar de não ter sido perfeito. Em 1998, primeiro ano da Aneel, fiscalizamos todas as distribuidoras e todas as transmissoras. Em cada ano fazemos melhor e procuramos melhorar cada vez mais. Surgiram quinze mil determinações, e 90% delas foram cumpridas. Para os 10% das determinações da fiscalização da Agência que não foram cumpridas, foram lavrados autos de infração, dentro do devido processo legal. Houve alguns processos administrativos, e as empresas que não se conformaram com a decisão final da Aneel recorreram à Justiça.

Mais de R\$30 milhões já foram recolhidos pelas diversas empresas para pagamento da multa aplicada. No Nordeste, por exemplo, houve um caso de pri-

vatização e a empresa multada não melhorou; piorou. A Aneel abriu um processo punitivo e aplicou-lhe uma multa de R\$6,9 milhões, que foi paga. Esse é um caso exemplar de pagamento das diversas multas que aplicamos. Lá, cerca de 60 mil consumidores estavam indevidamente classificados fora do programa de baixa renda – aí é o ponto da tarifa. Para a Aneel não importa se a empresa é privada ou não. Trata-se de serviço público essencial, e o consumidor de baixa renda tem direito a desconto que pode chegar a 65%. No Nordeste, repito, cerca de sessenta mil consumidores estavam indevidamente fora da tarifa social de baixa renda.

O que a Aneel fez? Virou as costas? Não. Exigiu que os consumidores fossem ressarcidos pelo período que ficaram fora do enquadramento da tarifa social de baixa renda. Isso dá mais de R\$3 milhões, fora a multa de R\$6,9. Os consumidores foram ressarcidos e devidamente reenquadrados na condição de baixa renda.

É importante a defesa de consumidor. Como mencionei, no primeiro ano da Aneel, dois terços das ligações para as ouvidorias, via de regra, eram devidas a reclamações de toda ordem. Continua havendo reclamações procedentes, mas agora inverteu a quantidade; elas não chegam a um terço das ligações feitas. As demais ligações referem-se a pedidos de esclarecimento sobre cidadania e direitos do consumidor.

O que a Aneel fez?

A Aneel fez uma coisa inédita: um contrato de adesão, resumido em duas páginas, do qual constava o regulamento e o direito dos consumidores, que muitos desconheciam. Determinamos que as distribuidoras o entregassem na residência do consumidor, quer na cidade, quer no campo. A Aneel está fiscalizando, e quem não entregou ao consumidor o resumo dos direitos e deveres dele será responsabilizado. No referido contrato consta cerca de trinta direitos e cerca de dez deveres do consumidor. Há itens que são essenciais, indispensáveis. Quantos consumidores, pela primeira vez, receberam em casa um contrato?

A Aneel fez uma pesquisa de opinião pública, e 90% dos consumidores disseram que gostariam de conhecer seus direitos e gostariam de receber tal informação em casa.

Nós realizamos audiência pública e fizemos o contrato chegar à residência dos consumidores.

Para quê? Isso resolveu a vida deles?

Claro que não resolveu, isso não foi cabal. Todavia está gerando um processo de conscientização

do consumidor em relação a seus direitos e de busca do atendimento deles, e a Aneel não pode fazer vista grossa da situação.

Por exemplo, houve aqueles dois apagões. Lembro-me de que, pela primeira vez, cerca de onze mil consumidores puderam reclamar, porque agora existe um contrato segundo o qual têm direito ao ressarcimento dos prejuízos havidos em virtude dos danos causados aos eletrodomésticos. Desses, cerca de oito mil foram indenizados. Isso nunca havia acontecido antes. Muito deles reclamaram, e as distribuidoras negaram a indenização. Entendiam que não havia relação de causa e efeito.

E eles têm a quem recorrer?

Têm. As agências: pode ser a agência do Estado dele conveniada com a Aneel, ou diretamente a Aneel.

Em quantos casos a Aneel determinou que o distribuidor, tendo negado, deveria reverter? O Índice Aneel de Satisfação do Consumidor – Iasc, numa pesquisa de opinião pública, ouviu os consumidores para dar nota. Segundo essa pesquisa, onde o consumidor deveria atribuir nota de 0 a 100 às concessionárias, a nota média de 63 a 64. A Aneel tem dito a eles que ainda é preciso melhorar. E essa nota tem apenas a função de a Aneel avaliar a sua distribuidora? Não, vale mais do que isso. Além de ser um processo de participação, essa nota faz com que, na revisão tarifária periódica, se possa reduzir em até um ponto percentual o reajuste a ser dado à concessionária. Claro que não podemos tudo no campo das tarifas, mas estamos empenhados em agir dentro da nossa responsabilidade.

É lógico que, como a Senadora Heloísa Helena bem disse, é preciso cumprir os contratos, as fórmulas que foram lá colocadas, mas já havia mais de seis contratos existentes antes de a Aneel ser criada. E se há reajuste anual, revisão periódica e se o indexador é o IGPM, isso já estava definido nos contratos anteriores à Aneel, refletindo a política tarifária – que não é papel da Agência – definida no Conselho Nacional de Desestatização, que aprovou tudo isso, não cabendo à Aneel mudar a política. Os contratos que se seguiram continuaram com o IGPM, mas não quer dizer que não podemos fazer nada.

Algumas distribuidoras já nos levaram à Justiça por quererem alterar o tal do desconto ao consumidor de baixa renda. Não. Negamos administrativamente em todas as instâncias e brigamos na Justiça. Em todos os sistemas isolados da Amazônia Legal, quase 300 mil pessoas foram beneficiadas porque o subsídio ao diesel foi estendido porque os municípios podi-

am ter esse benefício pelas horas em que funcionava o seu grupo térmico. Eram brasileiros de segunda categoria porque não podiam ter energia 24 horas.

Foi estendido o benefício à energia por 24 horas, e muitos reclamaram porque quem mora no Rio Grande do Sul também paga por esse subsídio, mas a intenção era dar dignidade para 300 mil pessoas que moram num sistema isolado.

Repito, por gentileza, temos imperfeições, mas temos frutos importantes. Na época da privatização no Mato Grosso e no Pará, não participamos da venda e nem da aplicação do recurso. Agora, exigimos, naquele contrato de concessão, que quem vencesse, no prazo de um ano, teria que absorver os 35 municípios que não eram atendidos pelo mecanismo estatal, mas, sim, precariamente, pelos prefeitos, que tinham que dar saúde, escola e energia elétrica com o grupo diesel. Todos atenderam a esses municípios no prazo de um ano? Não, e aplicamos um processo de penalidade. Esses municípios hoje foram contemplados com...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Insisto que V. Sª já ultrapassou o tempo permitido.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Só mais um ponto. Na revisão tarifária, estamos revisando empresas que têm 30%, mas há empresas que têm 10% de revisão tarifária, numa expressão de que aquilo que é justo não mereceria uma remuneração diferente, e que isso serve ao interesse público e do consumidor. São alguns exemplos que demonstram fragilidade, mas também pontos importantes para o interesse da sociedade. Nós nos orgulhamos de fazer melhor em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao Dr. Guilherme Schymura para responder sua parte.

O SR. GUILHERME SHYMURA – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de esclarecer o papel da Anatel no que tange à questão das telecomunicações, da regulamentação do setor de telecomunicações. Talvez eu não consiga ser tão abrangente na minha explicação com relação aos impactos para o consumidor como foi o Dr. José Mário Abdo, mas tentarei apresentar os principais pontos.

No momento em que a privatização foi feita, o objetivo era gerar oferta de telefones, porque havia uma carência enorme. Como os senhores se lembram, pagava-se uma fortuna por uma linha. Se o usuário quisesse um telefone fixo pagaria US\$2 mil, no mínimo, para conseguir a habilitação. Esse objetivo foi conseguido com muito êxito.

Esses contratos vencem no final de 2005, sujeitos a prorrogação. Em 31 de dezembro de 2005 acaba a validade desses contratos com as cláusulas hoje em vigor, e, a partir de 1º de janeiro de 2006, haverá novos contratos com novos condicionantes, como estabelece a lei.

No primeiro semestre deste ano, para ser mais preciso, no dia 27 de dezembro do ano passado, a Anatel apresentou os novos contratos de concessão para consulta pública, que teriam validade de 1º de janeiro de 2006 até 31 de dezembro de 2025, também como reza a lei. Essa consulta pública teve duração de aproximadamente dois meses e meio. Houve seis audiências públicas só sobre esses contratos de concessão, porque entendíamos a importância desses documentos. Recebemos mais de 3.300 contribuições; fizemos um trabalho detalhado. Tivemos até que contratar uma consultoria especificamente para analisar todas as contribuições que foram feitas e estudar os impactos de cada uma no equilíbrio econômico e financeiro das empresas, que era a premissa básica do contrato, e nos efeitos nos consumidores em geral.

Dada a importância da definição do que seriam os novos contratos de concessão, fizemos duas sessões públicas: uma para definir as metas de universalização das empresas concessionárias de telefonia fixa, outra para definir o corpo principal dos contratos. Sessão pública é uma reunião onde o Conselho delibera sobre um determinado assunto.

Hoje a nossa preocupação é a seguinte. No objetivo de universalizar os serviços de telecomunicações, observamos que hoje existem muitas linhas de telefone instaladas mas não em operação, porque a população não tem recursos para pagar a conta. Para V. Exª ter idéia, nós temos quase 50 milhões de acessos instalados e, aproximadamente, 40 milhões de telefones em serviço. Por que esse excesso? A explicação é simples: no momento da privatização houve a definição de que existiam metas de universalização, ou seja, as empresas seriam obrigadas a instalar telefones em diversas áreas do país. Hoje, todas as empresas concessionárias de telefonia fixa têm como obrigação da universalização atender em até duas semanas, em qualquer localidade com mais de 600 habitantes, uma pessoa que venha a pedir um telefone. Não estou falando em **Municípios, mas em localidades**. Em qualquer espaço geográfico que exista uma concentração de mais de 600 habitantes, a população tem direito de receber um telefone em até duas semanas. Em localidades com mais de 300 ha-

bitantes, existe pelo menos um orelhão disponível para a população local.

Obviamente, no momento em que essas metas foram criadas, havia uma expectativa de que o País crescesse muito mais do que cresceu. Por essa razão, as empresas, por obrigação contratual, acabaram fazendo investimentos excessivos, o que gerou esse excesso de oferta de telefones hoje.

A Agência, então, nesse momento, buscou, nos meios de sua competência, de suas atribuições, resolver o problema de demanda desses usuários, desses consumidores brasileiros que poderiam ser potenciais usuários das telecomunicações e que não tinham condições de sê-los por não terem recursos para pagar nem a conta de telefone.

A preocupação nossa foi tentar resolver esse problema sem mexer em variáveis-chaves. E, obviamente, uma variável-chave é o crescimento econômico, que, especificamente no setor de telecomunicações, tem um efeito magnífico. Se a economia brasileira começar a crescer em torno de 4% ao ano, acredito que, em quatro anos, haja um crescimento da planta de pessoas atendidas na faixa de uns 30% a 40%.

O que estava na nossa alçada para tentar resolver esse problema da demanda? Primeiro, fomento à competição. Os primeiros contratos tiveram foco na universalização de serviço, no atendimento dessa demanda reprimida, em que se era obrigado a pagar um custo altíssimo por telefone. Então, tivemos que dar incentivo para que houvesse uma ampliação enorme da infra-estrutura de telecomunicações, e se obteve um êxito completo. Agora, nesse novo e importante momento, o objetivo da Agência foi gerar competição no setor de telecomunicações. Estabelecemos mecanismos, sobre os quais não quero entrar em detalhes, porque são diversos. Mas, para dar uma idéia, foi criado um plano geral de metas de competição, justamente para estabelecer metas de competição no setor de telefonia.

Mais duas outras medidas foram tomadas. Como havia necessidade de aumentar a inclusão das pessoas, no ponto de vista da telefonia, criamos mecanismos para que as pessoas tivessem acesso ao telefone por meio de acessos coletivos. Foram criados os chamados Postos de Serviços de Telecomunicações, que serão colocados em todos os Municípios do Brasil, com quatro terminais de telefones fixos, tipo orelhões, e quatro terminais que estamos chamando de terminal de acesso público, que darão acesso à Internet. A Agência se preocupou com que a população brasileira tivesse acesso não só ao telefone fixo,

ao serviço de voz, mas também ao serviço de Internet.

Com relação ao telefone rural, como também o custo de um acesso individual rural é muito alto, desenvolvemos um programa em que todas as cooperativas com mais de 180 afiliados teriam direito a um posto com um terminal de acesso à Internet e um de telefone tipo orelhão. Esses foram os dois mecanismos encontrados para resolver a questão do ponto de vista de criação de acesso coletivo.

Houve também um terceiro movimento, no que diz respeito a um tratamento diferenciado das pessoas que, hoje, não têm telefone. Mas como resolver esse acesso individual para as pessoas que não têm telefone, dado que elas não têm recurso para pagar? Criamos o Acesso Individual de Classe Especial – AICE, que poderá ser utilizado somente pelas pessoas que não têm telefone hoje. E como elas conseguiriam pagar a conta? A forma que encontramos foi a seguinte: quem fizer ligações para esse telefone terá que pagar o valor da ligação originada em qualquer telefone e terminada num telefone desses de classe especial – o valor seria um pouco mais elevado. Ou seja, criaríamos um subsídio das pessoas de maior renda para as pessoas de menor renda.

Não garantimos que isso resolverá o problema, mas essas são formas com que a Agência está trabalhando, para tentar incluir mais a população no que tange à questão da telefonia.

Foram desenvolvidos índices de satisfação do usuário, por uma consultoria contratada por nós. O primeiro estudo foi apresentado há uns quatro meses. Anualmente, será feita a avaliação das empresas no que tange a esses índices. Existem índices de qualidade. Hoje, anexo ao contrato de concessão, existe também o Plano Geral de Metas de Qualidade, onde estão 34 indicadores de qualidade que as operadoras são obrigadas a respeitar. Caso não os respeitem, estão sujeitas a sanções. Infelizmente, temos sido obrigados a aplicar diversas sanções às operadoras quando elas não cumprem as suas obrigações.

E para terminar, entrando na questão específica das tarifas, existe uma determinação contratual – o contrato em vigor refere-se a telefonia fixa – e vem sendo bastante debatido na mídia o reajuste dos serviços de telefonia fixa. O contrato, hoje, reza que o reajuste tem que ser o IGP-DI, que foi 30,05% menos 1%, que é a taxa de produtividade, o que perfaz um total de 28,75%. Então, se há o interesse de respeito ao contrato, tem que se aplicar esse índice, ou seja, os 28,75%. O papel da Agência é aplicar esse reajuste.

Estamos conversando com as operadoras para tentar sensibilizá-las das dificuldades que o consumidor está passando. Estamos tentando fazer escalonamentos nesse reajuste. Esse é o trabalho que estamos tentando fazer hoje junto às operadoras. Mas observem que, contratualmente, tudo está claro e bem definido. Se é o objetivo do Estado brasileiro cumprir os contratos, é isso que eles determinam.

Com relação, especificamente, ao item tarifas nos novos contratos, houve uma modificação. Dado o grande número de contribuições recebidas nas consulta pública, a Agência tomou a decisão de adotar um índice setorial para o reajuste dessas tarifas e menos um indicador de produtividade, que não será fixo, pré-definido, como foi no momento anterior. Agora, esse indicador de produtividade será em função dos resultados obtidos da produtividade observada no setor de telecomunicações.

Acredito que tenha respondido à pergunta de V. Ex^a. Infelizmente, o tempo é curto e não posso me alongar muito mais sobre essas explicações. Mas teria todo o interesse em dar mais visibilidade, tornar mais público, ou diminuir ainda mais essa assimetria de informações que sentimos existir entre o que a Agência efetivamente faz e o que a sociedade sabe. Sinto que há um desconhecimento grande da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Dr. Jerson Kelman, que vai falar especificamente sobre a questão dos recursos.

O SR. JERSON KELMAN – Peço autorização da Senadora Heloísa Helena e do Senador José Jorge para fazer um brevíssimo comentário da resposta do Dr. José Mário Abdo à pergunta do Senador Delcídio Amaral sobre as licenças ambientais. Sendo a ANA vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, seria interessante que eu fizesse um comentário.

No Brasil, na gestão pública, temos um problema com relação ao assunto de impactos ambientais e empreendimentos que geram energia ou que fazem navegação etc. O problema que temos de natureza sistêmica é que cada empreendimento é examinado isoladamente. Uma hidrelétrica XPTO – para não falarmos de nenhuma específica, uma hidrelétrica qualquer – sempre tem um impacto local que, em geral, é negativo. Se tivermos uma metodologia de examinarmos empreendimento por empreendimento, a tendência será dizer não para todos. E aí não há solução. Porque não há uma solução que atenda às necessidades energéticas do País, para me ater à fala

do Dr. José Mário Abdo, que não cause impacto ambiental.

Então, a questão não é como aumentar o fornecimento de energia aos brasileiros sem impacto ambiental algum. Essa equação não existe. A verdadeira questão é como atingir a meta de dar energia para a população brasileira produzir, ter emprego, viver melhor, com um mínimo de impacto ambiental, o que é completamente diferente.

Para poder responder o que é de mínimo impacto ambiental, não pode ser vista uma de cada vez; temos que olhar o conjunto, o leque de alternativas.

Este pensamento que trago ainda está em debate dentro do Ministério do Meio Ambiente e a boa notícia é que a idéia vai ganhando força. A própria Ministra Marina tem ressaltado, em inúmeros eventos públicos, que na sua gestão o Ministério de Meio Ambiente não tem que ser uma entidade que diga “não pode”; tem que ser uma entidade que diga “como pode”. Nessa linha do “como pode” é que temos que atuar, olhando o conjunto.

A Agência Nacional de Águas tem um papel a executar nisso, porque é nossa responsabilidade legal desenvolver planos de bacias hidrográficas para que a divisão de queda – isso é do jargão do setor elétrico –, ou seja, a definição dos locais onde são possíveis as construções de hidrelétricas, para que a Aneel possa licitar, tem que ser vista num conjunto dos vários usos, uma vez que um rio não serve apenas para produzir energia elétrica, mas também para navegação, irrigação, uso industrial. Temos que ter um plano de bacia que veja a solução de mínimo impacto ou de máximo benefício.

Portanto, não quero aumentar as queixas, mas é claro que o contingenciamento atinge esse ponto também, já que estamos fazendo menos planos de bacias hidrográficas do que deveríamos.

Respondendo especificamente à pergunta da Senadora, informo que mostrei uns quadros. Não estava preparado para uma comparação número a número com a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas mostrei quadros – se quiserem, repito – que mostram que o contingenciamento não é uma novidade atual, mas que vem ao longo dos vários anos. Esse é o primeiro item.

O segundo aspecto que queria ressaltar, antes de responder especificamente a sua questão, é que o contingenciamento que atingiu a ANA é da mesma ordem de magnitude que o contingenciamento que atingiu o Ministério do Meio Ambiente como um todo. A ANA é uma agência vinculada ao Ministério do Meio

Ambiente. Não estou aqui achando que há uma postura diferenciada em relação à ANA. Deixei isso bem ressaltado.

O que estamos vivendo mais especificamente, nesse ano de 2003, de dificuldades, não está propriamente no limite orçamentário, apesar de isso ser gravíssimo, mas no limite mesmo de recursos financeiros que foram repassados para a ANA.

Segundo o decreto de limites orçamentários, teríamos disponíveis, entre atividades e projetos, até abril deste ano, cerca de R\$20 milhões, e, efetivamente, foram disponibilizados R\$5 milhões, disponibilidade financeira.

Então, isso está nos criando algumas dificuldades que não vivemos antes, que são do tipo de até dever dentro do próprio Governo. Quer dizer, a principal angústia que vivo, no momento, é a de pagar à CPRM, uma companhia pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia que nos presta serviços na operação da rede hidrometeorológica.

Na realidade, estamos devendo à CPRM mais de R\$5 milhões. A CPRM está fazendo um grande esforço para não paralisar a rede, porque também é uma companhia pública, também vê a necessidade de que uma série histórica de medições não seja interrompida, porque seria equivalente a interromper o senso. Parar a medição de vazões tem efeitos em todas as áreas da economia. Permito-me dizer que seria como se fosse interromper o senso. Não podemos fazer isso. Temos uma série histórica que deve ter continuidade. Estamos fazendo um esforço. A CPRM está fazendo o maior esforço, mas a dificuldade principal está no limite de pagamento, portanto, na disponibilidade financeira que estamos enfrentando.

Agora, em termos específicos, com relação a sua questão, Senadora, não estou aqui com os números definitivos, estou me fiando na informação que me veio por telefone quando consultei o Superintendente de Administração.

Peço a sua compreensão no sentido de que esses números podem sofrer revisão quando eu olhá-los com cautela, mas não tenho números que confirmem o que V. Ex^a me disse. Vou lhe dar os números globais, sem detalhes.

O decreto do ano passado, equivalente a este que estou mostrando, teria colocado como limite para empenho, em 2002, cerca de R\$113 milhões, dos quais, em números redondos, para não ficarmos com minúcias, R\$13 milhões seriam para pagamento de pessoal.

Então, restariam, naquilo que estou focando, atividades e projetos, cerca de R\$100 milhões. No decreto deste ano, só para ficar com números equivalentes, os R\$100 milhões do ano passado, que eram autorização para empenho, neste ano estariam na ordem de R\$71 milhões. Quer dizer, não haveria aumento de 11% e sim um decréscimo de 30%.

Senador, este é o número que tenho aqui, mas estou pedindo sua compreensão, porque vou dar-lhe o número exato assim que tiver chance de obtê-lo.

Só para completar, quero dizer-lhe que dos R\$100 milhões, em números redondos, que tínhamos para limite para empenho em atividades e projetos, nós empenhamos algo em torno de R\$78 milhões.

Essas eram as informações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Consulto a Senadora Heloisa Helena se gostaria de fazer alguma observação, e depois o Senador Tuma.

A SR^a HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Não, Sr. Presidente, desejo apenas agradecer pelas observações que foram feitas. Estou cada vez mais convencida de que o Governo ou esta Casa tem que abrir um procedimento investigatório, uma auditoria no sentido de identificar com clareza qual o papel que as agências têm cumprido. Às vezes sentimos que há quase que um abismo diante da necessidade sentida da população e do mundo visionário em algumas exposições que são feitas. Seria bom compatibilizar isso, porque, caso contrário, quem está assistindo começa a imaginar que não vive no País onde as agências estão fiscalizando, cumprindo seu papel. A gente sabe das pressões inflacionárias gigantescas que as tarifas têm sofrido. Assim, acho que cada vez estou mais consciente de que é extremamente importante que tenhamos uma lei geral para as agências, para que possamos de fato cumprir aquilo que é o mais importante nesta Casa e na sociedade: zelar pelo interesse público e não pelo interesse dos investidores, que acabaram, sem dúvida alguma, ganhando muito dinheiro. Continuam ganhando muito mais em função da privatização de setores essenciais, privatização patrocinada pelo Governo anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, que tem a honra de ser o último orador inscrito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Jogo acabado, tempo encerrado.

Preliminarmente, cumprimento V. Ex^a. A política vive dos homens que têm a visão do futuro e da importância da atividade do Parlamento, e V. Ex^a é um deles.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a, ao convocar e convidar os presidentes, os dirigentes das agências reguladoras das atividades essenciais no atendimento público, traz uma coisa importantíssima. Participei praticamente de todas as sabatinas dos senhores quando foram escolhidos como presidentes das agências. Eu tinha muito entusiasmo em participar dessas reuniões pela importância das privatizações, pelo fato de que não ficaria ao léu, ao desejo de cada empresa privatizada regulamentar sua própria ação, seus próprios preços e a sua atividade. Assim, criou-se o gerenciamento setorial. Pelo menos foi essa a exposição preliminar que ouvi quando o Presidente Fernando Henrique reuniu os integrantes do seu governo e deu o novo projeto de administração pública.

Assim, essas agências vieram com um papel importante e talvez uma representação da sociedade brasileira no que diz respeito à fiscalização, à orientação, para evitar os abusos das empresas privatizadas.

No início deste Governo, ouvi críticas fortes de alguns Ministros sobre as agências. Tínhamos pouca presença de Senadores, mas pessoas da mais alta qualidade, dois ex-Ministros, e a doçura com que a Senadora Heloisa Helena expôs as suas preocupações com a sociedade, sem abrir mão da auditoria, deu oportunidade principalmente para aqueles que estão em casa saberem o que representam as agências, o papel que elas representam hoje na administração pública. É claro que há que se aprofundar as discussões por segmentos. Cada um poderia um dia vir aqui, tendo um espaço maior para um debate mais profundo, como a Senadora pediu, sobre cada segmento. A exposição é curta – 5 ou 10 minutos –, não sendo possível alcançar objetivamente o que acho que era o interesse de V. Ex^a: que a sociedade saiba que existem essas agências, porque normalmente as pessoas nem lêem no jornal, a não ser quem tenha interesse, como empresários, investidores. Agora, a população, em geral, não sabe; sabe que houve aumento de preço, culpando o governo, sem entrar no mérito daquilo que está sendo feito nessa fiscalização. Cumprimento V. Ex^{as} pela preocupação.

Creio que não deveria ser possível contingenciar atividades essenciais em implantação, porque todas as agências, mesmo com 3 ou 4 anos, estão em implantação, não podendo prescindir daquilo que a dotação orçamentária entende ser o correto pelo que

haja realmente a atividade-fim a que se propõe cada uma das agências.

O processo da ADIN precisaria de um trabalho mais rápido junto ao Supremo Tribunal Federal para uma decisão urgente, porque ela implica, às vezes, na paralisação da própria atividade. Se não puder criar o quadro especial, o quadro técnico, para dar prosseguimento a cada um dos segmentos importantes, acho que vamos ficar daqui a pouco de bengalas, sem saber para onde andar, e a situação vai piorar a cada dia.

Talvez o próprio Congresso pudesse intervir com V. S^{as} junto ao Supremo, para que se dê celeridade maior a essa ADIN, obtendo-se uma solução mais rápida. Eu aqui vim para aprender, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – E nós para aprender com V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a me convidou e vim para aprender, porque são assuntos de interesse público. Vivemos no meio da sociedade, da população – a Senadora Marina sabe que vou à feira, vou às reuniões, gosto de participar, de conversar – e, às vezes, nos fazem perguntas. Não podemos desconhecer o assunto porque se trata de interesse público, e o Parlamento é obrigado a acompanhar de perto toda a evolução para que haja uma boa administração pública. Tenho visto o nosso grande expositor, Dr. José Mário Abdo, sobre usinas de biomassa – não sei se hoje é uma matriz energética ou não –, que vem crescendo rapidamente, principalmente na produção de álcool. Em algumas usinas que tenho visitado, vejo o aumento, e algumas delas inclusive têm condições de distribuir energia para a população local; já há sobra de energia.

Estive em Portugal com o Presidente Fernando Henrique e acompanhei o Governador Geraldo Alckmin numa reunião com empresários portugueses que investem em vários segmentos brasileiros, e havia no setor energético. Um deles, não sei se o valor é muito alto ou não, mas, pelo que me lembro, já passou um pouco de tempo, seriam 400 milhões para a termoelétrica; eles estavam com medo, assustados, porque não havia uma política correta, definida, sobre o gás. Sem a definição dessa política, eles não tinham coragem de investir. Na termoelétrica de São Paulo houve a transformação de uma que era feita com energia elétrica e gás e que está tendo sucesso.

Vamos aprendendo essas coisas ao longo dos dias, principalmente pelo contato principalmente com V. S^{as}. Hoje, o Senador Delcídio Amaral fez referência à necessidade de um estatuto que permita ao investidor saber onde aplicar seu dinheiro; que a política não mude no dia seguinte por qualquer razão.

Atendendo sempre à doçura da Senadora Heloísa Helena, quando se preocupa...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – S. Ex^a hoje está mais doce. S. Ex^a sempre é doce.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – No plenário, às vezes, fico quietinho, assustado, mas aqui está sempre tão doce, que dá o prazer de permanecer mais algum tempo com S. Ex^a aqui.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Já vou ficar amarga, porque esse negócio não está na minha natureza.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – E nós tivemos o prazer, inclusive, de contar com ela desde o início até o final da reunião...

O SR. ROMEU TUMA – A minha tristeza foi esta: não poder acompanhar por inteiro as discussões, mas eu quero agradecer e cumprimentar V. Ex^a e todos os que aqui compareceram.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço a V. Ex^a também.

O documento que mandei distribuir, por coincidência, ficou pronto ontem – elaborei-o dentro da cota de impressão a que temos direito. Trata-se de um discurso que fiz sobre a questão das agências aqui no plenário do Senado ao qual anexei a lei de criação de cada uma das agências. Não considero que o meu discurso seja útil, mas a lei de criação das agências, certamente, é útil. Mandei distribuir, mas, aparentemente, não deve ter dado para todos. Os que não o receberam e o quiserem é só mandar um **e-mail** ao meu gabinete, que enviaremos um documento para cada um.

Agradeço aos diretores, aos senadores e às pessoas aqui presentes pela colaboração.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h43min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 14a. REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA 5ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª
LEGISLATURA REALIZADA EM 05 DE
AGOSTO DE 2003 ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas do dia cinco de agosto de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes

os Senhores(as) Senadores(as) Eurípedes Camargo, Serys Silhessarenko, Fátima Cleide, Valdir Raupp, Gérson Camata, Gilberto Mestrinho, Rodolpho Tourinho, Teotônio Villela Filho, João Batista Motta, Sibá Machado, Jonas Pinheiro, Luiz Otávio, Leonel Pavan, Osmar Dias e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Magno Malta, José Maranhão, Valmir Amaral, Amir Lando, Paulo Octávio, João Ribeiro, Sérgio Guerra e Marco Maciel. Reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2001. Não Terminativo. Ementa: “Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Autor: Senador Osmar Dias. Relator: Senador Luiz Otávio. Relatório: Favorável, pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado o parecer do relator favorável ao projeto, ficando prejudicado o voto em separado apresentado pelo Senador Delcídio Amaral. Obs: Concedido vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias. Devolvido com voto em separado do Senhor Senador Delcídio Amaral. Iniciada a fase de discussão da matéria na reunião anterior, ocasião em que fizeram uso da palavra os Senhores(as) Senadores(as) Osmar Dias, Augusto Botelho, Rodolpho Tourinho, Luiz Otávio e Serys Silhessarenko. Passa-se a fase de votação na presente reunião, oportunidade em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: “Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado.” Autor: Senador Ricardo Santos Relator: Senador João Batista Motta. Relatório: Favorável a aprovação de projeto na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame da matéria. Obs: Na reunião do dia 06/05/2003, foi concedido vista coletiva da matéria e devolvido sem voto em separado. Item nº 03-Projeto de Lei do Senado Federal nº 239, de 2002. Terminativo. Ementa: “Altera a redação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre rodovias BR-482 e Br- 262, no Estado do Espírito Santo. Autor: Senador Gérson Camata. Relator: José Mara-

não. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame da matéria. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2003. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na redação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR”. Autor: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Valmir Amaral. Relatório: Favorável a aprovação com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor para reexame da matéria. Item nº 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 026, de 2003. Não Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a alteração da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Cameté – Limoeiro (PA-156) à BR-422 (Novo Repartimento) à BR-230 (Transamazônica) na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal.” Autor: Deputado Gerson Peres. Relator: Senador Duciomar Costa. Relatório: Favorável a aprovação com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame da matéria. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 039, de 2002. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos no Serviço telefônico Fixo Comutado e do Serviços Móvel Celular” Autor: Senador Arlindo Porto. Relator: Senador Paulo Otávio. Relatório: Favorável a aprovação com uma emenda que apresenta. Resultado: Concedido de vista da matéria para o Senador Siba Machado. Item nº 07 – Requerimento nº 13 de 2003. Assunto: “Requerimento nos termos do artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, convite para a realização de Audiência Pública na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, com o Exmº Sr. Ministro de Estado das Cidades, Dr. Olívio Dutra, com o objetivo de prestar esclarecimentos e informações sobre as políticas nacionais de investimentos em saneamento básico e de abastecimento de água. Autor: Senador José Jorge. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria não houve oradores que se pronunciarem, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. Senador José Jorge, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Hoje constavam da pauta sete itens, mas os autores ou relatores de alguns itens solicitaram formalmente a sua retirada: o Item 2, que é o projeto que acrescenta parágrafo ao art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que, nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá haver apenas a modalidade de serviço local no serviço telefônico fixo comutado.

Esse projeto é de autoria do Senador Ricardo Santos e é Relator o Senador João Batista Motta, que deu parecer favorável, mas pediu para fazer algumas mudanças. Não é isso, Senador? V. Exª quer explicar?

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES.) – Sr. Presidente, a intenção é fazer um reexame, então eu necessitaria ficar com o projeto por mais trinta dias.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

Se a Comissão concordar, concederemos mais trinta dias ao Relator.

Aprovado.

O Item 3 altera a relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovada pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para a inclusão de rodovia de ligação entre as Rodovias BR-482 e BR-262, do Espírito Santo. O autor é o Senador Camata e o Relator o Senador José Maranhão, que também pediu prazo para dar seu parecer.

Com relação aos Itens 3 e 4, aparentemente, o Ministro dos Transportes informou aos Relatores, antes de aprovarmos esse projeto, que está concluindo estudo para que possamos decidir com melhores condições.

Também foi pedida a retirada de pauta do Item 4, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação de modo a incluir na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal a rodovia que especifica sob a designação de BR.

O autor é o Senador Aelton Freitas, que falou comigo, e o Relator é o Senador Valmir Amaral. Também fica para a próxima reunião.

O Item 5 refere-se também à alteração da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Cametá/Limoeiro, novo repartimento, à BR-230, Transamazônica, na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal.

Autor: o ex-Deputado Gerson Peres e Relator, o Senador Duciomar Costa. Também fica para a próxima reunião.

Peço inversão de pauta para apreciar, primeiramente, o Requerimento nº 7, de minha autoria, nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, convite para a realização de audiência pública, na Comissão de Serviço de Infra-estrutura do Senado Federal, do Exmº Sr. Ministro de Estado das Cidades, Dr. Olívio Dutra, com o objetivo de prestar esclarecimentos e informações sobre as políticas nacionais de investimentos em saneamento básico e abastecimento d'água.

A justificativa desse requerimento é que, logo no início da Legislatura, convidamos três Ministros que tratam de pasta de infra-estrutura: primeiro, a Ministra de Minas e Energia, depois, o Ministro das Comunicações, com quem realizamos uma reunião em conjunto com a Comissão de Educação, e o Ministro dos Transportes. Mas não tínhamos convidado ainda o Ministro das Cidades, que cuida, além da questão urbana, de um elemento importantíssimo na infra-estrutura do País, que é o saneamento básico e o abastecimento d'água. Essa é uma questão, do ponto de vista do Congresso, mais importante até do que a de energia e de transporte, porque algumas questões legais que estão impedindo, inclusive, um crescimento maior do atendimento à nossa população.

Então, se todos concordarem, fica aprovado o requerimento para convocar o Ministro nas próximas semanas.

Voltemos ao Item 1 da pauta. Trata-se de um projeto de lei do Senador Osmar Dias, aqui presente, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio, que opinou favoravelmente à aprovação do projeto. Posteriormente, o Senador Delcídio Amaral pediu vista desse projeto.

No dia 27 de maio, S. Exª deu um voto em separado. A matéria foi discutida e, por solicitação da Senadora Serys Silhessarenko e de outros Senadores aqui presentes, fizemos a votação nominal. Não havia **quorum**, então a reunião caiu. Nesse caso, tudo que diz respeito a discussão, encaminhamento, enfim, todo o processamento já foi feito e temos apenas que fazer a votação não-nominal.

Indago se o Senador Osmar Dias quer fazer alguma observação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não, Sr. Presidente. Estamos aguardando há muito tempo a votação do projeto e entendemos que seria conveniente votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos votar em primeiro lugar o relatório. Se for rejeitado, votaremos o voto em separado do Senador Delcídio Amaral, mesmo estando ausente, porque S. Exª já leu seu relatório e deu todas as suas explicações.

Em votação o relatório do Senador Luiz Otávio, favorável ao projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, contra o voto de V. Exª, Senador Sibá Machado.

Passamos ao Item 6, último item da pauta.

Dispõe sobre a instalação de aparelho para medição de pulso telefônico no serviço de telefone fixo comutado e no serviço móvel celular.

É autor o Senador Arlindo Porto e relator o Senador Paulo Octávio, favorável à aprovação de uma emenda que apresenta.

Tendo em vista a ausência do Senador Paulo Octávio, pediria ao Senador Rodolpho Tourinho para proceder à leitura do relatório.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2002, que dispõe sobre a instalação de aparelho para medição de pulsos telefônicos no serviço de telefone fixo comutado e no sistema móvel celular.

O projeto é de autoria do eminente Senador Arlindo Porto e estabelece no art. 1º que o referido sistema deverá permitir o efetivo controle pelos assinantes dos serviços de suas chamadas locais e interurbanas independentemente dos documentos de cobrança usualmente apresentados pelas prestadoras, que continuarão obrigadas a apresentá-los mesmo no caso de o assinante optar pelo uso do sistema, sendo vedada a cobrança de quaisquer tarifas adicionais.

O objetivo é proteger os usuários e assinantes dos serviços telefônicos fixo e móvel de cobranças abusivas feitas pelas empresas prestadoras desse serviço, fato esse grandemente facilitado por não existirem na atualidade meios práticos para se controlarem os gastos com ligações telefônicas, diferentemente do que ocorre com outros serviços públicos, como os de energia elétrica, água encanada e gás canalizado.

A inexistência de leituras que possam ser efetuadas diretamente junto às unidades consumidoras e passíveis, portanto, de serem monitoradas pelos usuários, como é o caso de outros serviços citados, torna os consumidores reféns das informações prestadas pelas empresas prestadoras de serviços de telefonia. E isso tem gerado, como bem ressalta o autor em sua justificção, uma torrente de queixas e reclamações dos assinantes referentes às contas telefônicas amplamente relatadas pela imprensa.

A situação do usuário tornou-se propriamente kafkiana na medida em que, mesmo as delegacias do sistema de defesa do consumidor – Procon, se viram obrigadas a adotar medidas restritivas em seu atendimento, passando a não mais aceitar processos contra empresas telefônicas, pela simples impossibilidade de gerir o volume avassalador de solicitações que vinham recebendo.

Os consumidores, no cúmulo da humilhação, passaram a ser aconselhados pelas próprias delegacias do consumidor a procurar dirimir suas pendências diretamente com as empresas prestadoras.

Ora, na ausência de postos locais de atendimento – que, até recentemente, recebiam pessoalmente os assinantes –, a solução recomendada pelo Procon é, na prática, inexecutável, mormente quando se sabe que o serviço do atendimento 0800 das empresas prestadoras está sempre ocupado, seja por falta de atendentes suficientes, seja precisamente pelo grande volume de reclamações.

Por conseguinte, não vemos como não aplaudir a iniciativa do nosso eminente colega, ao propor que as empresas prestadoras de serviços de telefonia sejam obrigadas a tornar disponível a seus assinantes a instalação, junto aos seus aparelhos telefônicos, de um sistema que registre, em tempo real, os gastos efetivos realizados com ligações telefônicas, quanto mais porque existem no mercado várias facilidades tecnológicas, como identificação instantânea da chamada, transferência temporária, chamada em espera, teleconferência, além de outras tantas, de modo que o atendimento pelas empresas que estatui esse projeto de lei não deverá implicar grandes dificuldades.

A proposição está contemplada nos parâmetros de que trata o art. 90, inciso I, do Regimento Interno, relativamente aos requisitos constitucionais, para que seja decidida em caráter terminativo por esta Comissão.

Temos apenas um pequeno reparo a fazer na redação do § 1º do art. 1º. Propomos substituir a ex-

pressão “chamadas locais e interurbanas”, por “ligações locais e de longa distância nacionais e internacionais”, por se tratar dos termos técnicos apropriados para denotar chamadas telefônicas que se destinam à mesma localidade e a localidades diferentes daquelas de sua origem, já consagradas nos textos legislativos das normas técnicas do setor de telecomunicações no Brasil.

Dessa forma, estaremos incluindo no dispositivo tanto as chamadas de longa distância nacionais quanto as internacionais, enquanto “interurbano” é usualmente interpretado como abrangendo apenas as ligações de longa distância nacionais, o que não cremos haver sido a intenção do ilustre autor da proposição.

O voto é que, em face do exposto e em se tratando de proposição que não merece reparo dos pontos de vista constitucional e jurídico, além de vazada em boa técnica legislativa, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2002, com a adoção da seguinte emenda de redação:

Emenda nº 1: substitua-se, no § 1º do art. 1º, a expressão “chamadas locais e interurbanas” por “ligações locais e de longa distância nacionais e internacionais”.

Esse é o parecer do Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Senador Rodolpho Tourinho pela leitura do parecer.

O projeto está em discussão.

Senador Sibá Machado, V. Exª tem a palavra para discutir.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, na verdade, fui procurado por algumas pessoas que me pediram para fazer uma leitura mais acurada do projeto.

Nesse sentido, eu queria pedir vista do projeto a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

Há mais alguém que queira pedir vista?

Concedida vista ao Senador Sibá Machado.

Com isso, encerramos a nossa pauta de hoje.

Se ninguém tiver mais alguma observação, encerrarei a reunião e convocarei outra para a próxima semana.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 14h51min)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 15a. REUNIÃO ORDINÁRIA
DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19
DE AGOSTO DE 2003 ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas do dia dezanove de agosto de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Eurípedes Camargo, Serys Silhessarenko, Fátima Cleide, Valdir Raupp, Gérson Camata, Gilberto Mestrinho, Rodolpho Tourinho, Teotônio Villela Filho, João Batista Motta, Sibá Machado, Jonas Pinheiro, Luiz Otávio, Leonel Pavan, Osmar Dias e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Magno Malta, José Maranhão, Valmir Amaral, Amir Lando, Paulo Octávio, João Ribeiro, Sérgio Guerra e Marco Maciel. Reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº nº239, de 2002. Terminativo. Ementa: “Altera a redação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre rodovias BR-482 e Br- 262, no Estado do Espírito Santo. Autor: Senador Gérson Camata. Relator: José Maranhão. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Adiado. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2003. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na redação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR”. Autor: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Valmir Amaral. Relatório: Favorável a aprovação com duas emendas que apresenta. Resultado: Iniciada a discussão da matéria, ficando a votação adiada por falta de quorum. Item nº 03- Projeto de Lei do Senado Federal nº 39, de 2002. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos no Serviço telefônico Fixo Comutado e do Serviços Móvel Celular” Autor: Senador Arlindo Porto. Relator: Senador Paulo Otávio. Relatório: Favorável a aprovação com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 04– Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2000. Termi-

nativo. Ementa: “Altera dispositivos da Lei nº 9491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao programa nacional de desestatização.” Autora: Senadora Heloísa Helena. Relator: Senadora Serys Silhessarenko. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Adiado. Extra-pauta. Item nº 01– Projeto de Lei do Senado nº236, de 2003. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973 (acesso ao Cais de Capuaba – Porto de Vitória à BR 262/ ES). Autor: Senador Magno Malta. Relator: Senador Siba Machado. Relatório: Favorável à aprovação do projeto com três emendas. Resultado: Iniciada a discussão da matéria, ficando a votação adiada por falta de quorum. Item nº 02– Requerimento nº 14 de 2003. Ementa: “Requeiro nos termos do artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal convite para realização de Audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura no senado Federal, com o Exmº Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, com o objetivo de prestar esclarecimentos e informações sobre os investimentos públicos e privados em projetos de infra-estrutura entre os anos de 2004 a 2007, período abrangido pelo plano plurianual. Autores: Senador José Jorge e Senador Valdir Raupp. Resultado: Aprovado. Item nº 03– Projeto de Lei da Câmara nº 16 de 2003. Não terminativo. Ementa: “Acréscenta parágrafo ao artigo 7º da Lei nº 8631, de 4 de março de 1993 (limita a aplicação de redutor sobre os saldos dos credores dos concessionárias de energia elétrica na Conta Resultados a Compensar – CRC). Autor: Deputado Airton Dipp. Relator: Senador Rodolpho Tourinho. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas.

SENADOR JOSÉ JORGE O SR. PRESIDENTE
(José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta de hoje consta de quatro itens e dois ou três itens extra-pauta.

Nós vamos iniciar, então, a pauta pelos itens que não são terminativos.

Nós temos aqui não terminativos, nós temos um requerimento. Nós temos um requerimento que é o seguinte. Primeiro nós vamos tentar votar esse requerimento, posteriormente temos outro projeto não terminativo. O requerimento é o seguinte:

“Requeiro nos termos do art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal convite para realização de audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal com o Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, com o objetivo de prestar esclarecimentos e informações sobre investimentos públicos e privados em projetos de infra-estrutura entre os anos de 2004 e 2007, período abrangido pelo Plano Plurianual. Senadores José Jorge e Valdir Raupp”.

Na realidade, a idéia desse requerimento era para que o Ministro Guido Mantega venha aqui discutir o PPA que está sendo encaminhado ao Congresso. Na realidade, quando ele vier, nós vamos dar um prazo para vir, quando o projeto for enviado, que deve ser, se não me engano, na semana que vem, daqui a 15 dias, então nós vamos discutir especificamente esses sistemas aqui na Comissão.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa)

Em votação.

As Sr^{as}. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Vamos agora a outro item não terminativo da pauta que é o Projeto que acrescenta os parágrafos ao art. 7º da Lei nº 88.631, de 4 de março de 1993, que limita a aplicação de redutor sobre saldo credor dos concessionários de energia elétrica da conta de resultados a compensar CRC.

O Relator desse Projeto é o Senador Rodolpho Tourinho, o autor é o Senador Pedro Simon...Desculpem, o autor é o Deputado Airton Dipp. Mas nós temos aqui a honra de ter a presença do Senador Pedro Simon que para nós é muito importante, tendo em vista ser um dos mais importantes Senadores desta Casa.

Então, passo a palavra para o Senador Rodolpho Tourinho para que ele possa dar o seu Parecer.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente,, Senador José Jorge, Sr^{as}. e Srs. Senadores, após a aprovação pela Câmara dos Deputa-

dos e pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado vem para apreciação o Projeto de Lei nº 16, de 2003, de autoria do Deputado Airton Dipp, que acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

Na Câmara dos Deputados o Projeto foi aprovado por unanimidade em todas as Comissão, a saber: nas Comissões de Minas e Energia, na de Finanças e Tributação e na Comissão de Justiça e Redação.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o Relator, o Senador Efraim Moraes, apresentou parecer favorável, argumentando inclusive que a aprovação do Projeto implica o resgate histórico do texto aprovado, por unanimidade, pelo Congresso Nacional e depois vetado, quando da sanção da Lei. Seu parecer foi aprovado pela Comissão em 27 de maio de 2003.

O objetivo do Projeto é o de determinar que o redutor de 25% sobre o saldo da Conta de Resultado a Compensa CRC só seja aplicado após as quitações e compensações autorizadas pela própria Lei nº 8.631.

Essa Lei dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida. E em consequência a Conta de Resultados a Compensar também foi extinta.

Até o advento dessa Lei as tarifas de energia elétrica eram equalizadas em todo País e o Estado garantia às concessionárias uma remuneração mínima legal entre 10% e 12%.

A diferença entre essa remuneração mínima e a efetivamente verificada em cada empresa ao praticar as mesmas tarifas no Brasil inteiro era registrada como saldo ou débito na conta de resultados a compensar. As empresas com maior crédito na CRC eram aquelas cuja remuneração tinham sido mais que insuficientes.

No intuito de auxiliar o saneamento econômico e financeiro das concessionárias, a lei prevê que os saldos de CRC acumulados podem ser recompensados mediante encontro de contas com dívidas junto à União e o Sistema Eletrobrás. Para a grande maioria dos concessionários – é importante que se frise isto – o saldo credor da CRC foi inferior ao montante dos seus débitos, passíveis de liquidação no encontro de contas estabelecido pela lei mas no caso de algumas concessionárias como a C3E do Rio Grande do Sul, a Cesp de São Paulo, a Ceig de Goiás e a Ceai de Alagoas, se elevado o endividamento, lhes assegurava a utilização integral dos seus créditos da CRC. Para evitar que essas empresas viessem a serem prejudicadas no futuro, foi introduzido na lei, enquanto ainda

tramitava no Congresso, um dispositivo, visando a garantir que as referidas concessionárias não sofressem perdas. A lei foi aprovada no Congresso como resultado de ampla negociação entre o Governo Federal, os Estados e as concessionárias de energia elétrica e os representantes da sociedade. No entanto, quando da sanção da mesma, foi vetado o §7º, do art. 7º, que garantia às concessionárias essa proteção.

Em 28 de outubro do mesmo ano, foi aprovada a Lei nº 8.724, que deu nova redação ao art. 7º e introduziu a noção de um redutor de 25% sobre o total dos créditos do CRC. A aplicação desse redutor estaria limitada ao saldo credor remanescente das quitações de compensações autorizadas. Como resultado dessa modificação, os saldos da CRC passaram a sofrer uma redução de 25%.

Para a maioria das concessionárias, cujas dívidas eram iguais ou menores que o saldo do CRC, após a aplicação do redutor de 25%, essa novidade, efetivamente, não tinha impacto tão grande. No entanto, aquelas poucas concessionárias, cujas dívidas superavam os saldos do CRC com redutor, foram duplamente prejudicadas. Em primeiro lugar, porque o alto saldo de CRC significava uma remuneração especialmente deficiente no passado e, em segundo lugar, porque esse saldo não poderia ser utilizado em compensação, posto que sofria a redução de 25%. O objetivo desse Projeto de Lei é, justamente, o de corrigir esse tratamento desigual.

O autor do Projeto, na sua Justificação, afirma que o Projeto visa exclusivamente recuperar, parcialmente, o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias de energia elétrica, sob o controle direto ou indireto da União, dos Estados e Municípios que tiveram reduzidos os seus saldos credores na CRC, em razão das alterações já mostradas, aqui, anteriormente.

O autor do Projeto afirma que as quatro concessionárias que citamos, sofreram prejuízos de grande monta como o resultado da aplicação do redutor de 25% dos saldos da CRC; antes de precedidas as quitações, as compensações, autorizadas pela Lei nº 8.631, de 1993. De fato, essas concessionárias, até hoje, estão em situação delicada, como decorrência, em parte, da aplicação do redutor da forma como foi aplicada até agora. Parece justo e isonômico permitir-lhe valer-se de crédito são resultados de tarifas ineficientes, fixadas no passado. Por outro lado, a aprovação do Projeto restabelecerá créditos que somente poderão ser utilizados na compensação de débitos, já refinanciados em 20 anos pela União Federal.

A repercussão para o Tesouro Nacional será, portanto, inexpressiva, inclusive, como Projeto prevê que esse procedimento se aplicará somente às empresas concessionárias de energia elétrica sob controle direto ou indireto da União, Estados e Municípios, o saldo do CRC será menor ainda. O importante é que o Projeto só versa sobre a compensação de créditos e débitos entre partes que são devedoras entre si.

O voto é que, em decorrência do exposto e considerando que se trata de corrigir uma injustiça de muitos anos, somos de Parecer favorável à aprovação do Projeto PLC nº 16, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agrademos ao nobre Senador Rodolpho Tourinho pelo seu Projeto.

Em discussão o Projeto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É perfeito o parecer. Felicito o Relator. Com muita tranquilidade, votaremos a favor.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Continua em discussão.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, tenho a mesma posição do Senador Pedro Simon, quando felicita o Relator. Como bem disse, o projeto faz uma correção a uma situação criada e que precisa de equiparação. A proposta traz resultado econômico e faz justiça às empresas objeto do projeto que o Relator muito bem descreveu.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Eurípedes Camargo.

Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao próximo item da pauta.

Há um projeto extrapauta, cujo autor, Senador Magno Malta, e relator, Senador Sibá Machado, estão presentes. Se todos concordarem, passaremos à votação desse projeto em homenagem a presença de S. Ex^{as}. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Relator, Senador Sibá Machado, para emitir seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que trata do acesso do cais de Capuaba, Porto de Vitória, a BR-262, Espírito Santo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, submete-se à apreciação da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2003, que propõe a inclusão, no Plano Nacional de Viação (PNV), a aprovação da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, o trecho rodoviário que liga o Porto de Capuaba à BR-262, no Estado do Espírito Santo.

O autor argumenta que a ligação é de importância estratégica para o escoamento do tráfego de caminhões proveniente do Porto de Vitória até as rodovias federais BR-101 e BR-262. A nova ligação permitiria a melhoria da mobilidade rodoviária da região e a redução dos custos de transportes, além de descongestionar as vias urbanas da grande Vitória, consideradas inadequadas ao referido tráfego.

Não foram oferecidas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise.

A inclusão do trecho de via que liga o cais de Capuaba à BR-262, no Espírito Santo, na relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação, visa a propiciar melhores condições de escoamento das mercadorias provenientes do porto ou as que a ele se destina, reduzindo percursos e, conseqüentemente, diminuindo custos e tempo de viagem. Além disso, busca retirar o tráfego de longa distância, sobretudo de caminhões, das vias urbanas de Vitória, as quais já opera no limite de sua capacidade. Atenuam-se, assim, os graves congestionamentos que afligem as zonas centrais com reflexos favoráveis também sobre a qualidade de vida da cidade.

Acrescente-se ainda que a proposta atende aos critérios exigidos para inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação por permitir acesso a instalações federais de importância, no caso o Porto de Vitória do qual faz parte o cais de Capuaba, uma das condições exigidas pela lei que aprovou o PNV.

Observe-se, no entanto, que o projeto apresenta imprecisões na descrição do trecho ao indicar como ponto inicial do trecho da rodovia o Porto de Capuaba, o qual constitui tão-somente um dos componentes do complexo portuário de Vitória. A referência correta seria, portanto, Porto de Vitória Cais de Capuaba. A descrição falha, ainda, não informando a ex-

tensão do trecho a ser incluído, conforme padrão adotado na relação descritiva do PNV.

Além disso, a proposição inclui que, em seu art. 2º, cláusula revogatória e genérica em desacordo com a disposição da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que só admite a revogação quando efetivamente necessária, caso em que deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas.

Finalmente, considera-se que o texto da emenda deveria reproduzir com maior precisão o objetivo do projeto, qual seja a inclusão do novo trecho de via na relação descritiva do PNV em vez de fazer referência genérica à Lei nº 5.917/73.

Com vista a sanar as pequenas impropriedades acima identificadas, optou-se por elaborar emendas ao projeto, de forma apenas a acrescentar maior clareza ao texto, sem nem se comprometer os objetivos.

Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236/03, com as emendas que se seguem.

1 – Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 236/03 a seguinte redação: “Altera a Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Nacional o trecho que liga o Porto de Vitória Cais de Capuaba à BR-262, no Estado do Espírito Santo.

2 – Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 236/03 a seguinte redação: Art. 1º – Fica incluída na redação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, no Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, o seguinte trecho: BR-447, os pontos de passagem Porto de Vitória Cais de Capuaba, entroncamento com a BR-262. A unidade da federação Espírito Santo é a extensão 10,3km.

3 – Por último, suprimir o art. 2º do Projeto de Lei do Senado, renumerando-se subseqüentemente.

Neste caso, pediria a aprovação do Projeto com as emendas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Lido o relatório do Senador Sibá Machado, o projeto está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizar tanto o Senador Magno Malta, pela autoria do Projeto, como a relatoria, por parte do Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, trata-se de um trecho de suma importância para o nosso Estado, uma vez que somos um dos principais exportadores e um dos principais geradores de divisas para este País. Temos, naquele Estado, algo em torno de oito portos, e desses, Porto Céu, Porto de Tubarão, Porto de Capuaba, e não temos uma BR que facilite o escoamento dos produtos, e, ao chegar ao porto, temos um verdadeiro gargalo, quase de impossível acesso. Com essa medida, de autoria do nosso Senador Magno Malta, por certo vamos fazer com que, tanto a BR-101 como a BR-262, tenham acesso ao porto, facilitando as exportações e facilitando a vida daqueles que lidam para trazer divisas para o nosso País.

É o que tinha a dizer a respeito do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Senador João Batista Mota e o projeto continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Antes de colocar em votação, como é um projeto terminativo, precisaremos fazer uma votação nominal. Como estão faltando alguns Senadores para termos o quórum apropriado para a votação nominal, passarei para outro item da pauta e depois voltaremos para esse projeto, quando tivermos o quórum necessário.

O próximo projeto é também terminativo.

Projeto de Lei do Senado nº 162/03. Altera a Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-

O autor é o Senador Aelton Freitas e o relator é o Senador Valdir Amaral.

Passo a palavra ao Senador Valdir Amaral, para que possa apresentar o seu parecer.

O SR. VALDIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo à leitura do voto.

À vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 162/03, com as emendas que apresentamos:

1 – Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 162/03 a seguinte redação: “Altera a Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação para modificar descrição da rodovia BR-461, na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Nacional.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º A descrição da rodovia BR-461, constante da relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, substitem ligações, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de se-

tembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal. Ligações BR. Pontos de passagens: BR-461, divisa de São Paulo e Minas Gerais; Hidrelétrica de Água Vermelha; Iturama, entroncamento com a BR-497, União de Minas/entroncamento com a BR-365. Unidade da Federação: Minas Gerais; extensão 120 quilômetros.”

Não há superposição de BRs.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Em discussão o projeto que tem parecer pela aprovação. (Pausa.)

Senador Sibá Machado, V. Exª deseja manifestar-se?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Embora não conheça perfeitamente a situação geográfica do Estado, as informações demonstram que a rodovia não preenche os critérios básicos para receber essa nova denominação.

Assim sendo, queremos saber se é possível retirar de pauta o projeto, que já tramitou, tem parecer favorável e é terminativo. De nossa parte, não gostaríamos de votar contra a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Sibá Machado, procederei à votação nominal, para a qual não há quorum. Portanto, o projeto saíra naturalmente da pauta. V. Exª concorda?

Farei a chamada dos Srs. Senadores para a votação nominal.

Continua em discussão o projeto. (Pausa)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação nominal. Se não houver quorum, o projeto será incluído na próxima pauta, e o Senador Sibá Machado poderá manifestar-se. Está bem assim?

Procederei à votação do primeiro projeto e, posteriormente, do segundo, porque os Senadores que votarão são os mesmos.

(Procede-se à votação nominal)

Total da apuração: 7 votos favoráveis à aprovação.

Como não houve quorum para a deliberação de projeto terminativo, haja vista que pelo menos 12 Srs. Senadores deveriam ter votado, os projetos serão analisados novamente na próxima semana.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h06min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA
 SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
 COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
 INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 16a. REUNIÃO
 EXTRAORDINÁRIA DA 5ª SESSÃO
 LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª
 LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE
 AGOSTO DE 2003 ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas do dia vinte e seis de agosto de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Augusto Botelho, Sibá Machado, Duciomar Costa, Magno Malta, Valdir Raupp, Valmir Amaral, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Ana Júlia Carepa, César Borges, Jonas Pinheiro, Ney Sussana, Luiz Otávio. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Ribeiro, José Maranhão, João Batista Motta, Teotônio Villela Filho, Amir Lando, Gilberto Mestrinho, Delcídio Amaral, Gérson Camata, Marco Maciel, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Fátima Cleide e Serys Sihessarenko. Reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. A presente reunião destina-se à Audiência Pública com a Exm^o Sr. Ministro de Estado das Cidades, Dr. Olívio Dutra. Assunto: Esclarecimentos e informações sobre as políticas nacionais de investimento em saneamento básico de água. Passando-se a fase de interpelação, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados os Senhores Senadores(as) José Jorge, Rodolpho Tourinho, Roberto Saturnino, César Borges, Augusto Botelho e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Esclareço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que da pauta de hoje consta um único item, a audiência pública com o Dr. Olívio Dutra, Ministro de Estado das Cidades. Assunto: informações e esclarecimentos sobre as políticas nacionais de investimento em saneamento básico e abastecimento de água, no fundo a mesma coisa. A lista de inscrição encontra-se sobre a mesa.

O Sr. Ministro terá meia hora para a sua exposição; abrir-se-á a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de 5 minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá esse ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao senhor interpelado o mesmo tempo para a tréplica. A palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido.

Em meu nome e, acredito, em nome de todos os companheiros, Ministro Olívio Dutra, gostaria de ressaltar a satisfação que temos de recebê-lo nesta Casa e nesta Comissão.

Gostaria também de dizer que fiz requerimento solicitando a presença do Sr. Ministro Olívio Dutra pela importância que, reputo, tem para o nosso País o saneamento básico. Já ouvimos aqui a Ministra de Minas e Energia sobre essa parte da energia, o Ministro dos Transportes, também sobre transportes, o Ministro das Comunicações em conjunto com a Comissão de Educação sobre as telecomunicações e faltava ouvir uma das políticas fundamentais de infra-estrutura sobre o saneamento básico e abastecimento de água. Acredito que o saneamento básico é fundamental para a qualidade de vida da nossa população, principalmente a população mais pobre. Temos indicadores ainda bastante baixos nesse segmento, principalmente na área do esgotamento sanitário. É necessário uma política explícita. Precisamos discutir qual será essa política nesse tipo especial de infra-estrutura, e nada melhor do que o Ministro, no início de sua gestão, para nos dizer o que deverá acontecer com o nosso País nesses quatro anos de Governo e para que possamos discutir e também ouvir a opinião das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Sem mais delongas, passo a palavra ao Ministro Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA – Exmo. Sr. Senador José Jorge, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Sr^{as} e Srs. Senadores integrantes desta importante Comissão do Senado. É com satisfação e com enorme responsabilidade, mas com mui-

to gosto, que estamos aqui, o Ministério das Cidades, atendendo ao convite para tratarmos de tema tão importante para o povo brasileiro, qual seja, as políticas nacionais de investimentos em saneamento básico e abastecimento de água. Sr. Presidente, Senador José Jorge, com a sua vênua, solicito que possamos ter aqui na mesa nossa secretária executiva do Ministério, Dr^a Ermínia Marikato, e o Secretário Nacional de Saneamento, Dr. Abelardo Filho.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Solicito, então, que os dois façam parte da mesa, podendo se localizar à direita do Ministro.

O SR. OLÍVIO DUTRA – Sr. Presidente, agradeço a deferência de termos aqui na mesa a secretária nacional do Ministério, Ermínia Marikato, e o Secretário Nacional de Saneamento, o companheiro Abelardo Filho. Temos trinta minutos, Sr. Presidente, que gostaria de distribuir entre nós. Portanto, faço uma introdução, que pretendo seja sucinta, depois será desdobrada, primeiro, pela companheira Secretária Executiva sobre a estrutura básica do Ministério e seu funcionamento e, depois, pelo companheiro Abelardo, Secretário Nacional de Saneamento, detalhando a questão do saneamento, do abastecimento de água, a realidade vivida, as perspectivas que temos, os instrumentos e as políticas que estamos desenvolvendo e pretendemos desenvolver de curto, médio e longo prazo, para universalização do saneamento básico no País.

Trouxemos um pequeno material para ser projetado na tela. Como ainda está sendo instalado, podemos ir tratando dos números básicos.

O Ministério das Cidades tem um estudo detalhado sobre a realidade do saneamento básico e do abastecimento de água no nosso País.

A realidade do saneamento é dramática. Temos 9,6 milhões domicílios urbanos, em números redondos, isso significa 60 milhões de pessoas, não dispondo de coleta de esgoto. Temos 3,4 milhões domicílios urbanos, número que atinge valor em torno de 15 milhões de pessoas, sem acesso à água encanada. Quase 75% do esgoto coletado nas cidades não têm tratamento. São 16 milhões de brasileiras e brasileiros não atendidos por serviços de coleta de lixo. Em 64% dos Municípios, o lixo coletado é depositado em lixões a céu aberto.

Temos limites para financiamento de Estados, Municípios, autarquias e empresas públicas. Mais de 90 ações do Governo Federal estavam dispersas entre oito Ministérios, órgãos e instituições federais. Com a criação do Ministério das Cidades, essa Pasta assumiu a coordenação de ações de otimização de

recursos escassos e evitar o desperdício e a dispersão de ações. Então, hoje, o Ministério das Cidades coordena essa ação dos nove órgãos do Governo Federal que executam ações de saneamento básico.

Há alguns nós a desatar, como a reorganização, para racionalizar e, assim, maximizar as ações do Governo Federal. O que já estamos fazendo nessa articulação que o Ministério das Cidades está realizando de ações dos diferentes Ministérios e órgãos que executam ações de saneamento no País.

Definir um marco regulatório é uma questão importante, porque entendemos fundamental o setor privado ser parceiro nesse esforço de investir na universalização do saneamento no País. Para tanto, é preciso que haja um marco regulatório, e esse é um caminho a ser aberto, porque a área de saneamento não tem nenhuma regulação, não há uma agência nacional de saneamento, como existe em outros setores, pela especificidade do saneamento.

Entendemos que é possível construir – e bem – esse marco regulatório. Estamos trabalhando intensamente, Governo e setor privado, entidades que representam os produtores e os operadores privados e públicos de saneamento no País.

Precisamos ampliar os investimentos via revisão ou remoção completa dos limites ao financiamento do setor público: mais recursos do FGTS, do FAT, do Orçamento Geral da União, além dos recursos da parceria entre o público e o privado, segundo o marco regulatório que está sendo construído.

Essa questão, como está no Orçamento para 2003. Temos a síntese dos recursos não onerosos, aqueles do orçamento, e os onerosos, aqueles de financiamento cujas fontes são o FGTS, principalmente.

Para 2003, são R\$220 milhões do OGU e R\$1,4 bilhões, que inclusive o Presidente da República anunciou em abril para os prefeitos e que já estão sendo executados. Então, já temos mais de R\$400 milhões daquele R\$1,4 bilhão já com contratos assinados. Agora, em setembro, por ocasião do encontro das empresas de saneamento básico em Florianópolis, o Presidente da República vai assinar contratos de liberação de recursos de mais de R\$500 milhões – daqueles recursos ali, que somam um total de R\$1,6 bilhões.

No PPA 2004/2207, os recursos somados de ações do Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades em saneamento é R\$4,4 bilhões do OGU e R\$7,2 bilhões do FGTS, perfazendo um total de R\$11,6 bilhões. É um número

considerável, comparando com os investimentos de períodos anteriores, mas bem aquém daquilo que precisamos para, em 20 anos, universalizar o saneamento no País. Para isso, seriam precisos investimentos, somados de todas as fontes, de R\$6 bilhões/ano.

Debulhando um pouco mais, detalhando os recursos do FGTS, exercício 2002, então, aquela previsão a qual já me referi, com as restrições de crédito, acabam acessando esses financiamentos apenas empresas de saneamento que já têm uma estrutura, que não dependem de recursos orçamentários estaduais, porque já possuem recursos próprios, capacitação gerencial como são a Sanepar, do Paraná, a Sabesp, de São Paulo, a Cagece, do Ceará, a Embasa, da Bahia, a Caesb, do Distrito Federal, e a Censa, de Campinas. Têm outras empresas de outros Estados que estão sendo também estudadas em suas propostas, assim como temos governos estaduais que também têm propostas com viabilidade de serem aceitas no estudo que estamos fazendo, a Caixa e o Ministério das Cidades.

Então, há em carteira no Ministério das Cidades aqueles R\$2,7 bilhões nas condições que estão ali colocadas. No PPA a previsão, como já falei, dos R\$7,2 bilhões, num primeiro momento, para concluir, no final do período, com R\$11,6 bilhões – estamos falando em pessoas atendidas com os recursos.

Para 2004/2007, o saneamento no OGU, também já trabalhamos esses números, pode-se passar adiante.

Temos os números básicos aqui apresentados. Para que não ultrapássemos o tempo inicial desta apresentação, gostaria, Sr. Presidente, Senador José Jorge, de passar a palavra de imediato para a Secretária Executiva do Ministério que vai tratar também, sinteticamente, a estrutura básica do Ministério e o seu funcionamento, a sua ação sobre os temas que lhe competem, em particular, sobre esse saneamento básico. Depois dela, o Secretário Abelardo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, agora, V. S^a, Dr^a Hermínia Maricato tem a palavra.

A SRA. HERMÍNIA MARICATO – Muito obrigada.

Muito rapidamente, o Ministério das Cidades se detém mais em três temas que são os principais das políticas urbanas no País: habitação, saneamento ambiental, que inclui drenagem, água, esgoto e lixo, e, finalmente, transporte e mobilidade urbana. Vou falar de uma quarta área daqui a pouco.

Então, temos quatro Secretarias Nacionais: a Secretaria de Habitação dirigida pelo companheiro Jorge Hereda, a Secretaria de Saneamento, pela qual falará o companheiro Abelardo, a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade, que é dirigida pelo companheiro José Carlos Xavier, a Secretaria de Programas Urbanos, que é dirigida pela companheira Raquel Rolnik. A medida provisória que criou o Ministério das Cidades trouxe do Ministério da Justiça, o Denatran, que é o Departamento Nacional de Trânsito, e trouxe do Ministério dos Transportes a CBTU, Companhia Brasileira de Trens Urbanos, e a Trens Urb S.A., que é uma companhia de trilhos urbanos que atua em Porto Alegre. Esta é a síntese dos temas tratados no Ministério.

O Ministério está trabalhando com uma política em construção e é muito importante que se chame a atenção para o fato de que a Constituição Federal de 88 deu aos municípios a principal competência sobre o desenvolvimento urbano. Então, a Constituição brasileira desejou uma distribuição de poder federativo e instituiu uma descentralização. É muito importante saber qual vai ser a relação entre o Ministério e os municípios. Da nossa parte, queremos dizer que pretendemos fortalecer essa descentralização e os municípios.

Rapidamente, as grandes linhas do que o Ministério pretende fazer. Como qualquer gestor, temos a necessidade de traçar políticas emergenciais, de médio e longo prazos. O Ministro está dizendo aí que estamos adotando políticas com prazo de 20 anos, no caso do saneamento e da habitação, por exemplo, e 4 anos para alguns marcos referenciais que vou só citar e também políticas emergenciais, como é o caso do plano habitacional de emergência que está sendo estudado pela Presidência da República. Não é a partir de proposta feita pelo nosso Ministério.

As nossas linhas principais, as nossas metas principais nestes 4 anos é ter um novo sistema nacional de habitação. Temos que redesenhar todo o sistema, sem dúvida nenhuma, principalmente, a questão do financiamento. Vamos ter um novo sistema nacional de saneamento, o Ministro falou sobre isso, e instituir um novo marco regulatório. Vamos sair destes 4 anos com uma nova política nacional de trânsito e de transportes urbanos. E eu queria lembrar a V. Ex^{as} que o trânsito é muito pouco referenciado, aliás, estou vendo que, nas metas do milênio, por exemplo, do PNUD, não há menção, e o trânsito é uma das áreas que mais mata na América Latina toda e mata 30 mil pessoas por ano no Brasil. Então, para o Ministério das Cidades é um assunto da mais alta relevância.

Vamos trabalhar muito com a modernização e com o acesso à informação sobre o Brasil urbano.

Queria rapidamente dizer a V. Ex^{as} que raras são as Prefeituras brasileiras com cadastros atualizados dos edifícios nos Municípios. Uma pesquisa do IBGE mostra que 80% das Prefeituras contam com uma política fiscal de arrecadação muito precária, pelo IPTU, o que indica que temos dados precários sobre os Municípios nos cadastros – cartográficos e mapeamentos precários. A política fiscal é precária até pela falta de informações. Investiremos muito nisso, já temos o primeiro curso de formação do cadastro multifinalitário, para Secretários de Finanças e Planejamento Municipal marcado para novembro deste ano.

Finalmente, temos uma diretriz de modernização e de capacitação da gestão urbana e metropolitana municipal, com destaque para o **Estatuto da Cidade**. Sem o País avançar sobre a questão da política fundiária, no combate às terras ou imóveis ociosos, não iremos resolver nossos problemas. Não basta ter recursos financeiros. É preciso ter terra urbanizada e distribuir melhor os recursos do patrimônio construído no País.

Finalmente, a nossa principal diretriz: a participação democrática na elaboração da política de desenvolvimento urbano. Sabemos que um organismo do Governo Federal isoladamente não vai construir esse novo paradigma, essa nova política. Ele vai construir junto com os Municípios, com os Governos estaduais e com a sociedade brasileira – o mercado privado, os movimentos sociais, as ONGs, os pesquisadores e profissionais. A Conferência Nacional da Cidade, produto de um processo que começou em abril deste ano, está agendada para outubro e está atingindo 2.840 Municípios que estão fazendo as conferências das cidades e, depois, todos os Estados da Federação que estão fazendo as conferências estaduais das cidades, elegendo delegados. Três mil e seiscentos delegados irão se reunir em Brasília, em outubro, para eleger o Conselho da Cidade, que será o nosso grande parceiro, a nossa grande alavanca para construir uma unidade nacional de discussão da política de desenvolvimento urbano.

Era isso, então, o que tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. OLÍVIO DUTRA – Sr. Presidente, no bre Senador José Jorge, com a permissão de V. Ex^a, passarei a palavra para que conclua esta intervenção inicial do Ministério, para o companheiro, Presidente, aliás, o responsável pela Secretaria Nacional de Sa-

neamento do Ministério das Cidades, Sr. Abelardo Filho.

O SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO – Bom dia a todos os Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores. Quero saudar o Presidente da Comissão de Infra-estrutura do Senado, Sr. Senador José Jorge, e saudar, também, o meus companheiros de Ministério, Ministro Olívio Dutra e Sr^a Hermínia Maricato e os demais companheiros, Secretários e equipe do Ministério das Cidades.

O objetivo estratégico da Secretaria integra a missão do Ministério das Cidades e é o direito às cidades. Temos um grande desafio: assegurar os direitos humanos fundamentais de acesso à água potável, em quantidade e qualidade suficientes, e o direito a um ambiente salubre nas cidades e no campo.

(Projeção)

Em recente estudo desenvolvido pelo Ministério das Cidades – e este é o nosso grande desafio –, concluímos que é necessária a quantia de R\$178 bilhões para a universalização dos serviços de água e esgoto no horizonte temporal de 20 anos.

Quanto a esses dados, pela primeira vez, fizemos um estudo que detecta não só a necessidade de expansão dos serviços, mas também a necessidade de reposição, dado o horizonte temporal de 20 anos.

Então, se fôssemos universalizar em 2000... Por que 2000? Porque está baseado exatamente na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, no Censo realizado para as previsões para 2010, 2015 e 2020. Então, se formos universalizar em 2010, os recursos necessários seriam as necessidades de 2000 acrescidas das necessidades de 2010, e assim por diante. Os números, um por dentro do outro, se formos em 20 anos, seria o valor de R\$178 bilhões, considerando água e esgoto nos meios urbano e rural, expansão e necessidade de reposição.

Se pegarmos o IDH até 0,70, teríamos uma necessidade em torno de 16% desse valor. O IDH até 0,70 são as cidades menores do País. A maior necessidade de investimentos seria exatamente com o IDH acima de 0,765, que basicamente são as grandes cidades e as regiões metropolitanas. Apesar de, em termos percentuais, existir uma necessidade menor, a necessidade de investimento é maior em função da população desses Estados e dessas grandes cidades.

Fizemos alguns cenários e estimamos que seria necessário o investimento de cerca de 0,45% do PIB em um prazo de 20 anos, considerando a hipótese do crescimento anual de 4% do PIB.

Ele começaria com um investimento de cerca R\$6 bilhões ao ano e, no horizonte de 20 anos, chegaríamos a R\$12,6 bilhões em necessidades de investimento. É claro que, considerando o crescimento constante de 4% do PIB ao ano, seria praticamente R\$6 bilhões constantes.

A curva começa com R\$6 bilhões, terminando com algo acima R\$12 bilhões.

Em relação às fontes necessárias, nós também fizemos uma série de estudos. O Sistema Nacional de Informações em Saneamento, que já vem sendo realizado desde 1995 e o estamos aperfeiçoando, estabelece que, em 2001, os operadores de saneamento, incluindo as empresas estaduais e as autarquias e empresas municipais, investiram, em média, nos últimos anos, cerca de R\$1,8 bilhão com recursos próprios, basicamente em função do excedente tarifário. Então, os operadores têm, hoje, uma capacidade de investimento com recursos próprios em torno de R\$1,8 bilhão.

Quanto ao Fundo de Garantia, definimos, no PPA, cerca de R\$1,8 bilhão ao ano, que daria o número apresentado pelo Ministro de R\$7,2 bilhões nos quatro anos. Ainda temos possibilidade de utilizar recursos do BNDES. É algo em torno de R\$500 milhões por ano, por baixo. E, obviamente, recursos fiscais da União, Estados e Municípios. Os recursos da União foram aqueles R\$4,4 bilhões em quatro anos, uma média de R\$1,1 bilhão por ano, o que significa, em valores históricos, números muito superiores ao que vinha sendo aplicado em termos de OGU, nos últimos anos.

Temos ainda a possibilidade – está em discussão – de utilização dos recursos pelo pagamento do uso da água nas bacias. Claro que o somatório desses recursos não atingiria os R\$6 bilhões necessários, ao ano, para a universalização dos serviços de saneamento.

Um levantamento feito pelo Ipea mostra claramente o gasto federal em saneamento, nos últimos oito anos. Observamos que não existe nenhuma política de alocação de recursos. O gráfico vermelho apresentado aqui é o somatório do Fundo de Garantia com OGU. Coincidentemente, esses gráficos têm um pico, em 1998, ano de eleições, e, em 2001, tanto o somatório do OGU quanto o Fundo de Garantia sobem praticamente igual, no gráfico.

Com relação ao Fundo de Garantia, houve um decréscimo de investimento a partir de 1998, chegando a praticamente zero, em 2002, exatamente por conta das limitações e das restrições fiscais que começaram a ser feitas a partir de 1999; foram intensifi-

cadas a partir de 2001, principalmente com a Resolução nº 2827, do Conselho Monetário Nacional, que limitou em duzentos milhões o valor total de investimentos pelo setor público.

Um dado também importantíssimo é que, apesar da situação precária da maioria das empresas estaduais, hoje temos praticamente as empresas do Sul, do Sudeste e do Nordeste – Embasa, da Bahia, e Cagece, do Ceará – em boas condições. As outras estão realmente em condições precárias e estamos, inclusive, desenvolvendo um programa de revitalização dessas empresas, trabalhando com um programa, o PMSS, redirecionando exatamente para que essas empresas possam se credenciar a acessar esses recursos. Mas um dado realmente importante é que, de 1995 a 2002, a contratação do Fundo de Garantia – o maior valor foi em 1997 –, a partir de junho de 1998, houve a primeira Resolução do Conselho Monetário Nacional, contingenciando esses recursos, e, a partir daí, praticamente não se conseguiu contratar quase nada do Fundo de Garantia, com exceção de 2002, duzentos e oitenta e seis milhões. Portanto, foram cerca de três bilhões de contratação, e o desembolso, por coincidência, no mesmo período, também foi de cerca de três bilhões. Não devemos confundir desembolso com contratação, porque um contrato, hoje, pode ter o desembolso em até cinco anos seguidos. Por coincidência, foi o mesmo valor.

O interessante é que os tomadores, as empresas estaduais e as empresas municipais, consideradas não dependentes de economia mista, retornaram aos cofres do fundo, nesse mesmo período, cerca de R\$18 bilhões. Portanto, o Fundo de Garantia ficou, nesse período, com cerca de R\$15 bilhões, e esses recursos não foram utilizados pelo setor de saneamento.

Passando à próxima demonstração, a curva está mostrando que, em 1999, 2000 e 2001, chegou praticamente a zero, e estamos exatamente trabalhando para inverter essa tendência, para que possamos contratar, até dezembro deste ano, todo o orçamento aprovado do Fundo de Garantia, para 2003, que é 1,4 bilhão, utilizando excepcionalidades que já existem desde 2001 e que não estavam sendo utilizadas, que são as seguintes: a idéia que possamos assinar, dar simbolicamente, cerca de 500 milhões, durante o Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, em Joinville, no dia 14 de setembro, e as operadoras públicas beneficiadas, Sanepar, em Paraná; Sabesp, em São Paulo; Copasa, em Minas Gerais; Sanasa, em Campinas, que é uma empresa municipal; e operadoras privadas – a ProLago, do Rio de

Janeiro, na região dos lagos; e Águas do Amazonas, em Manaus.

Os valores já aprovados em contratação, Sabesp, R\$50 milhões já foram contratados e mais R\$274 milhões estão prestes a serem contratados; Sanepar, já foram contratados R\$63 milhões; Sanasa, R\$13 milhões; Copasa, R\$20 milhões mais R\$45 milhões; ProLago, R\$53 milhões, e Águas do Amazonas, R\$21 milhões, num total de R\$494 milhões.

É importante registrar que há uma demanda, somente de companhias estaduais e de Estados, de cerca de R\$2,7 bilhões, sem contar que aproximadamente R\$1 bilhão de Municípios que estão na fila do Banco Central, já com a análise de risco aprovada, não podem ter acesso. Além disso, mais R\$2,5 bilhões já foram praticamente aprovados no BNDES, mas não podem ser utilizados.

Essas regras que buscamos utilizar estão previstas desde a Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, que foi também referendada pela Resolução nº 2.954, de 25 de abril de 2002, e a Resolução nº 3.049, que também estabelece um limite máximo de endividamento, exclusivamente para os Municípios, de R\$200 milhões. Essa fila já está em R\$4,2 bilhões no Banco Central, com todo tipo de projeto, sem nenhum critério de hierarquização.

(Projeção)

Quanto às operações extralimites que estamos utilizando, a primeira diz respeito àquelas que fazem parte dos acordos de renegociação de dívidas firmadas pela União com os Estados ou outras operações que possam substituí-las, ouvida a Secretaria do Tesouro Nacional.

Usaram esse mecanismo vários Estados, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, entre outros, e o Distrito Federal. O Governo da Bahia está solicitando R\$85 milhões; o Governo do Ceará está solicitando R\$130 milhões. Essas solicitações foram baseadas exatamente no dispositivo que se refere àqueles Estados que fizeram a rolagem da dívida, já que existe margem, portanto, não impacta no superávit primário.

Outra excepcionalidade que está sendo utilizada refere-se a financiamentos a empresas públicas de economia mista consideradas não dependentes, ou seja, aquelas que não dependem do Tesouro Estadual e Municipal, que correspondam a projetos vinculados a licitações internacionais com cláusulas de financiamento previstas em edital. É exatamente por meio desse mecanismo que estamos conseguindo contratar os recursos do Fundo de Garantia.

O problema é que os Municípios não terão acesso, a não ser aqueles que têm empresa de economia mista, como é o caso da Sanasa, de Campinas, ou de outras empresas, como a Emasa, de Itabuna, na Bahia, enfim, autarquias municipais. Se os financiamentos forem contabilizados no Tesouro do Município, os Municípios não poderão acessar os recursos se não forem removidos os obstáculos.

(Projeção)

Estes são os obstáculos: o contingenciamento de crédito a setor público com um limite global de endividamento, que hoje está em 200 milhões para todo o setor público, e um específico para os Municípios, previsto na Resolução nº 3.049, que limita em R\$200 milhões o acesso aos Municípios. Existe um grupo de trabalho hoje, no nosso Governo, envolvendo Casa Civil, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, BNDES e Banco Central, que está estudando formas de flexibilização para possibilitar que os Municípios acessem esses recursos.

Outro obstáculo a ser superado é o limite de comprometimento do patrimônio líquido das instituições financeiras, que limita em 45% a margem de empréstimo, principalmente da Caixa Econômica Federal e do BNDES. Isso também impossibilita que a Caixa Econômica empreste todos os recursos disponibilizados nos Orçamentos.

Outro problema diz respeito aos programas internacionais que o Governo está estudando como um todo, porque há contratos assinados que estão pagando taxa de compromisso sem serem utilizados. Existem contratos de três anos, mas apenas 2% foram desembolsados. O Governo está analisando todos esses contratos internacionais para saber se irá mantê-los ou se assinará os novos. Realmente existe um problema, porque entram via OGU e se são contingenciados não poderão ser utilizados, o que torna alguns dos contratos virtuais. O dinheiro existe, mas não pode ser utilizado.

(Projeção)

Quais são as soluções? Já estamos trabalhando na construção de uma política nacional de saneamento, que será compatibilizada com as políticas de saúde, meio ambiente, recursos hídricos, habitação, desenvolvimento e também com o Conselho Nacional das Cidades e demais conselhos.

(Projeção)

Então, já estamos trabalhando no que temos que construir.

Trata-se de um sistema nacional integrado e articulado, contendo os mecanismos e instrumentos de planejamento, gestão de organização e de prestação dos serviços.

A idéia é a de que possamos construir consensos progressivos, resolver a questão da gestão nas regiões metropolitanas, trabalhar na perspectiva de gestão compartilhada, para que possamos evidentemente construir um processo consensual para definirmos um marco regulatório, com regras claras e objetivas, independentemente de quem seja o operador dos serviços.

Além disso, pretendemos assegurar política e sistemas estáveis para financiamento de ações, para evitarmos gráficos com altos e baixos. A idéia é trabalharmos com valores médios e próximos a cada ano.

(Projeção)

Assegurar adequada alocação dos recursos provenientes das diversas fontes, de modo articulado, planejado, sistemático e regular, com vistas à universalização e à equidade. E, nessa alocação, promover a eficiência na prestação dos serviços, induzindo o planejamento, a avaliação, o controle e a participação social nos três níveis federativos.

Algumas peculiaridades.

Existe uma discussão que precisamos superar, mas que, de certa forma, a prática a tem superado. Refiro-me à titularidade. Entendemos que a titularidade é do Município, até porque a prática vem derrotando a tese de que nas regiões metropolitanas a titularidade é do Estado. Vejamos os exemplos: Fortaleza renovou o contrato com a Cagece, no Ceará; Curitiba, com a Sanepar, no Paraná. Belo Horizonte acabou de renovar o contrato de concessão com a Copasa, em Minas Gerais; Diadema, região metropolitana de São Paulo, retomou os serviços da Sabesp e apresenta um serviço municipal; Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro, assumiu serviços e passou a concessão para a iniciativa privada. Ou seja, todos esses fatos demonstram que essa discussão tem que ser superada. O que temos que discutir é a forma de gestão nas regiões metropolitanas, qual o papel do Estado e dos Municípios envolvidos, utilizando-nos da criatividade para que possamos inclusive criar conselhos metropolitanos, com base nas experiências de consórcios de bacias, que envolvam vários Municípios, os quais regula a utilização dos recursos para a cobrança de água.

Acredito que o Ministério das Cidades poderá mediar esse confronto, sentando-se à mesa com Go-

vernadores e Prefeitos, com o propósito de construir uma política e um marco regulatório para o setor.

Considerando essas questões, há um dado importante, que fizemos questão de inserir, que é a parceria público-privada, tendo em vista a necessidade de investimentos, principalmente nas cidades pobres. Hoje, cerca de 40 Municípios privatizaram os serviços de saneamento. E o Fundo de Garantia tem um programa que disponibiliza, desde 1999, recursos para as concessionárias privadas de saneamento, e, de quase R\$ 1 bilhão disponibilizados, foram contratos R\$21 milhões. Resta saber por que um recurso barato não foi utilizado pela iniciativa privada para universalizar os serviços nos Municípios onde estão presentes hoje. Então, esse é um recurso barato que, efetivamente, não foi utilizado e que, no Orçamento para 2004, continuará sendo disponibilizado para esse programa.

Obviamente o marco regulatório será instituído no âmbito da política, dentro de uma série de documentos que estão sendo estudados preliminarmente pelo Ministério das Cidades.

(Projeção)

O que a União precisa fazer?

O art. 21 diz, claramente, o seguinte: A competência da União é definir diretrizes gerais. Vamos trabalhar nas diretrizes gerais, mas é necessário também – vamos ver adiante – que os Estados e Municípios trabalhem na construção dessas políticas.

É preciso regulamentar o art. 23 da Constituição Federal, que define a cooperação entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal. Então, esse é um outro documento em que estamos já trabalhando preliminarmente dentro do Ministério das Cidades.

(Projeção)

Ainda dentro da competência da União, faz-se necessária a elaboração de uma lei específica de concessões para o setor de saneamento, lembrando que a Lei nº 8.987 originalmente era o Projeto nº 59 do Senado Federal, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso; depois, foi transformado na lei. Era para fazer a regulamentação da concessão do setor elétrico e terminou ampliando, num amplo guarda-chuva, colocando o saneamento, e o saneamento tem uma série de peculiaridades, inclusive em razão da titularidade municipal e da existência das empresas estaduais de saneamento. Então, é preciso trabalharmos na construção de normas gerais para a concessão dos serviços de saneamento, tendo em vista as peculiaridades do setor.

É preciso também estabelecermos uma diretriz geral para a cobrança. Como é feita a cobrança hoje? As empresas estaduais definem uma tarifa única e, pegando um Estado do Nordeste, só para exemplificar, pegando a cidade de Recife, do nobre Senador, verifica-se que a tarifa ali cobrada é a mesma lá no Município mais pobre do semi-árido pernambucano. Sobre isso, realmente temos de fazer uma discussão, debatendo a questão do subsídio cruzado; temos de colocá-lo de forma transparente e explicitada e verificar exatamente os mecanismos para que possamos substituir esse instrumento tão importante.

Estamos trabalhando, e este grupo interministerial está construindo programas comuns, envolvendo todos os ministérios; é uma coisa óbvia, necessária, mas inovadora e histórica, porque existiam 24 programas com 90 ações espalhadas por 10 órgãos do Governo Federal, sem nenhum tipo de planejamento ou conversa entre eles, cada um aplicando seus critérios. A idéia são cinco programas únicos, critérios e procedimentos únicos para a elaboração, apresentação, acompanhamento, monitoramento, análise e aprovação de projetos; criar um monitoramento comum, com um banco de dados único; trabalhar na expectativa de fazer uma discussão política para otimizar a utilização das emendas parlamentares – que essas emendas tenham preocupação com a sustentabilidade dos projetos, com a perenidade dos projetos. Enfim, esses são os cinco programas definidos hoje no PPA, com a participação basicamente de quatro ministérios: Ministério das Cidades, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Integração Nacional.

Saneamento rural: vamos aproveitar a vocação histórica de cada um dos ministérios, coordenados num comitê colegiado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ministério da Saúde; gestão integrada e sustentada de resíduos sólidos; o comitê gestor colegiado, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente; drenagem urbana sustentável, com ações do Ministério das Cidades e Ministério da Integração Nacional; o saneamento ambiental urbano, coordenado pelo Ministério das Cidades, com ação também no Ministério da Saúde e no Ministério da Integração Nacional, pegando mais este último para construir barragens e grandes adutoras; e o Programa de Ações Integradas de Convivência com o Semi-Árido, já que é uma ação mais específica para a universalização dos serviços, particularmente no semi-árido nordestino.

(Projeção)

Esses são os cinco programas comuns da transversalidade do Ministério das Cidades, que envolve ações de habitação, saneamento, de transporte, enfim de todas as políticas do Ministério das Cidades, que, no total, são treze programas dentro do PPA.

(Projeção)

Já concluindo, Sr. Presidente, as medidas emergenciais.

Estamos trabalhando para consolidar esta proposta conjunta. A idéia é de que possamos construir essa sistemática cooperativa e colegiada, sob a coordenação do Ministério das Cidades, envolvendo todos os Ministérios; para evitar superposição, paralelismo; para qualificar, otimizar e dar efetividade ao gasto público; para orientar a elaboração, o recebimento, a análise, a aprovação, o acompanhamento de avaliação de projetos.

(Projeção)

Propor mecanismos técnicos e políticos que otimizem os efeitos das emendas parlamentares, assunto já comentado.

Propor diretrizes, assunto também já comentado.

(Projeção)

Agilizar o processo de formulação da política e seu debate na Conferência das Cidades, da saúde e do meio ambiente; agilizar a institucionalização do marco legal e regulatório nos seus entes federados; definir formas de participação da iniciativa privada.

(Projeção)

Implementar programas de recuperação ou reestruturação das companhias estaduais e outros prestadores públicos em situação difícil.

Estamos trabalhando diagnósticos para a eficiência desses operadores. O aporte de capital estará condicionado ao desenvolvimento de um programa de recuperação dessas empresas, da eficiência da sua gestão e também induzindo Estados e Municípios a construir os seus marcos regulatórios.

Asssegurar o acesso dos operadores públicos ao financiamento de investimentos.

(Projeção)

Em linhas gerais, Sr. Presidente, essas seriam as questões mais importantes que estamos trabalhando no Ministério das Cidades no sentido da busca da universalização dos serviços de água, esgoto e saneamento ambiental no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a participação do Ministro e dos dois Secretários do Ministério.

Iniciaremos as partes dos debates. Como sou o primeiro debatedor inscrito, gostaria de passar a Presidência ao Senador César Borges para que pudesse fazer as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, autor do requerimento, para seus questionamentos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^s e Srs. Assessores, Secretários do Ministério das Cidades, gostaria de, em primeiro lugar, enfatizar que na realidade existe uma necessidade premente no Brasil de termos um modelo bastante definido para a questão do saneamento básico em nosso País.

Tivemos esse modelo na época do Planasa quando foi elaborado e era coordenado pelo BNH. Ele enfatizava a participação estadual e o saneamento básico, levando em conta o esgotamento sanitário e o abastecimento de água deixando de lado a questão do lixo, era centralizado em uma empresa para cada Estado e as empresas faziam os empreendimentos financiados pelo BNH e investiam no Estado inteiro, cobravam a conta de água.

A idéia era a de que, dentro de cada Estado, as cidades que tivessem um sistema mais barato, de certa maneira, subsidiassem as cidades que tivessem um sistema mais caro. Isso depende de uma série de conjunções físicas. Às vezes um lugar que tem pouca água terá um sistema mais caro do que um que tem água mais próxima como, por exemplo, uma cidade que está na margem do São Francisco provavelmente terá um sistema mais barato do que uma cidade que está a cem ou duzentos quilômetros da fonte de água.

Esse sistema funcionou durante bastante tempo de forma se não excelente, mas pelo menos razoável e permitiu que se fizesse grandes investimentos até que com o fim do BNH o que aconteceu foi que isso passou para a Caixa Econômica que não tinha **know-how** nem tinha conhecimento desse segmento. Então, o sistema deu uma queda muito grande no seu funcionamento. Depois, vieram todas as restrições financeiras para os Estados, Municípios e também para essas empresas estatais de maneira geral, cujo investimento é considerado público porque são consideradas empresas públicas em que grande parte delas o capital é capital é praticamente do setor público e a gerência do setor público.

Noto um esforço para se realizar a formação de um novo sistema, mas acredito que há um sistema semelhante ao do Planasa (Plano Nacional de Saneamento) anterior. E havia um banco, o BNH, que estava iniciando, que poderia financiá-lo. Atualmente, o que existe são muito mais restrições difíceis de serem vencidas, mesmo porque, se observarmos o setor público, poderemos ver que a capacidade de endividamento do setor público como um todo no Brasil já é muito alta. Ou seja, quando o Governo Federal ou o Ministro Antônio Palocci ou o FMI faz restrições a investimentos públicos não é porque seja ruim, mas porque há um desejo de diminuir a participação do pagamento dos juros no PIB. E isso tem que ser feito diminuindo a participação dos empréstimos atuais no PIB brasileiro.

Portanto, preparei apenas duas questões, por escrito, pois correria o risco de falar demais – aliás, já estou falando. Preparei três, mas a primeira se refere aos dados já apresentados e não necessita ser feita. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em recente entrevista à revista **Veja**, enfatizou: “Como é que nós vamos fazer saneamento básico nas regiões metropolitanas sem atrair investimentos de fora? Não cabe mais aquele discurso ideológico de que saneamento básico é obra do Governo Federal e responsabilidade do Governo estadual e do prefeito. E seria maravilhoso se tivesse dinheiro para fazer. Não adianta fazer um bom discurso ideológico e o povo continuar pisan-do em esgoto a céu aberto e bebendo água não tratada”. São palavras do Presidente.

A Primeira Conferência Municipal de Saneamento do Recife, realizada pela Prefeitura do Recife, entre outras, tomou a seguinte deliberação: “A prestação dos serviços de água é esgoto no Recife deverá ser exercida por órgãos públicos, sendo vedada a concessão parcial ou total de tais serviços à iniciativa privada, bem como firmar com ela parceria estratégica”.

Indago: como o Ministério que defende e incentiva a realização dessas conferências se posiciona diante de resoluções tão contraditórias com a realidade de fatos como esses? Que tratamento o Ministério dará ao capital privado? Como será tratada pelo Ministério a questão do marco regulatório para o setor do saneamento? Será criada alguma agência reguladora nacional para o setor?

Segunda pergunta. Dos 5.561 Municípios brasileiros, 4.072 possuem menos de 20 mil habitantes. Desses, 3 mil são atendidos por empresas estaduais de saneamento, graças ao mecanismo de subsídio cruzado. Com a municipalização desses serviços,

que é defendida pelo Ministério, os Municípios de médio e grande porte deixarão de contribuir para esse mecanismo. Como será viabilizado o restante dos Municípios que hoje só são atendidos graças a mecanismos de compensação como o do subsídio cruzado?

Portanto, Sr. Presidente, são as duas questões que faço ao Ministro ou a algum dos assessores que S. Ex^a designar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Pois não, Senador José Jorge. Acredito que as perguntas são extremamente pertinentes e preocupação de todos os Senadores aqui presentes. Passo a palavra ao Ministro Olívio Dutra a fim de que possa responder ou delegar, se achar conveniente.

O SR. OLÍVIO DUTRA – Muito obrigado, Senador César Borges, que agora coordena o trabalho importante da Mesa, tratando de saneamento básico. O Ministério das Cidades atende com muito gosto o convite da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal. Senador José Jorge, permita-me, antes de responder objetivamente as questões, fazer uma apresentação rápida da equipe do Ministério das Cidades.

Está presente a Sr^a Raquel Rolnik, da Secretaria de Programas Urbanos, que tem importância estratégica e fundamental no Ministério. Trata, por exemplo, do Programa Nacional de Regularização Fundiária, questão importantíssima para regularizar a situação de mais de 40 milhões de famílias no País que precisam ter regularizadas seu pequeno bem, que é seu pequeno bem, que é o seu pequeno imóvel, porque já cumpriram com os principais requisitos do Estatuto da Cidade, que é lei desde 2001.

Estão também aqui presentes o Secretário Nacional da Habitação, Jorge Hereda; o Sr. João Luiz Dias, Presidente da CBTU, Companhia Brasileira de Trens Urbanos; o Sr. Bertotto, aqui representando o companheiro José Carlos Xavier, da Secretaria de Transportes e da Mobilidade Urbana; e o Antônio Marangon, que o Senado talvez o conheça no cotidiano, porque é o responsável pelas relações do Ministério com o Parlamento.

Feito isso, quero dizer para o Senador José Jorge e para todas as Senadoras e Senadores que o saneamento básico, na palavra do Presidente da República, é saneamento básico que o Ministério das Cidades está a executar e pretende aperfeiçoar e reforçar. Com essa problemática revelada pelos estudos feitos, sejam pelo Ministério das Cidades ou pelos seto-

res de instituições privadas, não há como atacar esse problema de forma muito particular, ou "ideologizada". Essa é uma questão seriíssima para a qualificação da vida de milhões de pessoas neste País, sejam nas regiões metropolitanas, nas cidades médias, nas pequenas cidades do vasto interior brasileiro. Então, há que haver uma relação federada, qualificada entre a União, os Estados e os Municípios, até porque os recursos orçamentários dos três níveis são escassos, não podendo ser desperdiçados ou haver ações sobrepostas. E o Ministério das Cidades já vem dando o exemplo a partir de casa: são 24 projetos de saneamento dispersos em 90 ações em nove órgãos federais e que agora tem uma coordenação dentro do Governo para otimizar a ação governamental na área de saneamento.

Portanto, é fundamental que tenhamos a participação do setor privado no encaminhamento de soluções dessa questão, com o objetivo de universalização do saneamento básico no País. É preciso trabalhar com o marco regulatório. Essa é uma área ainda sem uma agência de regulação, e, para implantá-la, deve haver uma proposta de funcionamento da relação entre o público e o privado na questão do saneamento, no sentido de firmar ações que universalizem o saneamento no País, com a especificidade que o próprio Senado José Jorge – que já foi Ministro e conhece a realidade deste País – revelou. Há diversas situações. Existem Municípios muito pequenos, em regiões geo-econômicas, geográficas e até topográficas, com peculiaridades e dificuldades maiores do que em outros. É fundamental que trabalhem essas peculiaridades, respeitando diferenças, mas combatendo desigualdades.

Não podemos simplesmente jogar a criança fora com a água do banho. As experiências do Planasa, as experiências do antigo BNH não foram suficientes, mas têm alguns elementos positivos que podem ser trabalhados numa outra realidade, e é o que queremos fazer, inclusive ampliando as parcerias. Por isso, a proposta do PPP, que é uma proposta do Governo e que, no Ministério das Cidades, estamos encarregados, pela Presidência da República de – conversando, dialogando, reunindo, constituindo grupo de trabalho, como temos feito, e estão em andamento com as entidades das empresas privadas que produzem saneamento e que prestam serviços, e queremos que prestem mais e melhores serviços nesta área – ser um protagonista dessa construção do marco regulatório. Não há nenhuma proposta pronta, acabada; há, sim, a consciência de que é ne-

cessário se ter o marco regulatório, é possível, e não precisamos demorar muito.

A Abdip, a Associação Brasileira de Infra-Estrutura e da Indústria de Base do País, que representa o macrosetor do saneamento – há também outras empresas e associações privadas que representam esse setor e são também ouvidas pelo Ministério – entende que o PPP, a parceira entre o público e o privado, precisa de uma certa maturação de, no mínimo, dois anos, embora estejamos vivendo situações emergenciais, com o que concordamos.

Queremos trabalhar a possibilidade de termos um marco regulatório que crie condições para que as empresas, que até agora não acessaram mais de R\$21 milhões, dos quase R\$1 bilhão, do programa do FGTS para saneamento, possam, por conta de um marco regulatório claro, objetivo, acessar o total desses recursos e inclusive ter demandas até maiores.

Nossa política não impede que, nas conferências, esse ou aquele setor da sociedade civil possa pensar diferente. Isso faz parte do jogo democrático. A posição do Governo, no entanto, é clara, não é a privatização do setor do saneamento, é a possibilidade evidente – e nisso o Presidente foi muito claro, não propôs a privatização – de uma parceria clara, objetiva, que garanta que os investimentos privados possam vir para a área, ter condições de obter o seu lucro, para reinvestir com uma maior qualidade no setor.

Colocamos restrições ao acesso de financiamentos por parte dos entes públicos, mas não é só isso que está impedindo que as empresas públicas estaduais, principalmente as autarquias, também acessem os recursos, é porque elas também estão debilitadas e precisando de capacidade gerencial, de se atualizarem tecnicamente também no Ministério das Cidades, e não foi uma criação deste Governo, já vinham de período anterior programas de capacitação dos entes públicos que executam ações de saneamento básico, sejam as empresas públicas estaduais de saneamento, sejam as autarquias municipais, para que possam se capacitar, se atualizar, ter gerenciamento adequado, não serem um cabide de emprego, nem um forje de dinheiro público.

Portanto que os municípios que não tenham a sua autarquia ou onde a empresa pública estadual não chega possam se articular entre si e resolver bem esse problema de forma integrada, em consórcios. Não queremos modificar a regra que está na Constituição, de que o município é o poder concedente; temos a idéia de que esse princípio não deve e não precisa ser modificado pelas razões que o Secretário Na-

cional de Saneamento já expôs. Nada impede, portanto, hoje, que os municípios possam ter uma relação com o setor privado. O que está faltando é exatamente o marco regulatório que possibilite, com muita clareza, que essa relação aconteça bem, de forma qualificada, e seja mais um estímulo ao investimento privado se somando aos investimentos públicos dos três entes federados, para que, no marco dos 20 anos, possamos universalizar o saneamento.

Vejam que estabelecemos um marco: precisamos investir R\$178 bilhões. Isso significa investimento não só do Governo Federal e do Orçamento, mas dos três orçamentos, de financiamentos internos, do BNDES, de financiamentos externos – os quais possamos acessar capacitadamente – e também de recursos das empresas privadas e públicas, que cobram taxas, sem prejuízo de que tenhamos a tarifa social, porque, para universalizarmos essa especificidade do saneamento, teremos que ir às populações mais carentes.

Não se pode pensar que vamos fazer investimentos nessas áreas, com retorno imediato, como é da lógica do capital privado – uma lógica legítima. O Poder Público tem que atrair investimentos, garantir aos investidores o lucro e ter com eles o compromisso do atendimento social, das populações mais carentes, buscando a universalização. Portanto, deverá haver sempre investimento público para subsidiar e garantir o investimento privado na sua parcela necessária, assim como deverá haver também a capacitação das empresas públicas. Há desperdício de mais de 40% da água produzida. Não se pode desperdiçar dinheiro. Deve-se, também, capacitar as empresas para reduzir ou zerar esse desperdício ou chegar a taxas normais internacionalmente. É um absurdo termos um custo enorme na produção da água e um desperdício de mais de 40%.

Há coisas importantes a serem trabalhadas. Penso que, com o marco regulatório e o esforço que este Governo e este Ministério estão fazendo, num curto espaço de tempo, poderá haver um bom estaqueamento para a relação qualificada e produtiva entre os investimentos públicos e privados, para a universalização do saneamento no País. Tomara que possamos fazer naquele marco temporal de 20 anos. Se der para fazer em tempo menor, que bom.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, só gostaria de acrescentar ao meu depoimento a necessidade de se enfatizar a participação do investimento privado. Na verdade, se olhar

mos a disponibilidade de recursos dos governos municipais, estaduais e mesmo federal, verificaremos que estamos muito distantes de obter recursos na grandeza necessária para alcançar a meta de atender toda a população com água e saneamento básico.

Em muitos lugares – até mesmo, no Brasil –, já operam empresas de capital privado, que não têm todas essas restrições de investimento do setor público, as quais continuarão a existir, por mais que se tire uma amarra aqui e outra acolá. De qualquer maneira, a restrição sempre permanecerá, porque não existem os recursos – ela é quase uma consequência. Nesse ponto, estou de acordo com o Presidente Lula. Apesar de ser da Oposição, estou de acordo com o que Sua Excelência falou para a revista **Veja**. Temos que encontrar, rapidamente, esse marco regulatório, que permita se iniciem os investimentos privados, com maior ênfase na área de saneamento básico, sob pena de termos metas muito bem estruturadas e, infelizmente, falta de recursos. Ficaremos no meio do caminho.

É muito importante montar esse modelo novo, que é absolutamente necessário e que já existe em outros setores. Por exemplo, o setor de energia elétrica, do qual fui Ministro, tem um modelo que está sob discussão e que reagiu à necessidade de energia. Ontem, ouvimos a declaração do Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia de que, no próximo ano, sobrarão mais de nove mil megawatts de energia. Quer dizer, na realidade, o modelo reagiu. Agora se está pensando em um novo modelo, mas, de qualquer maneira, já existe um. Na área do saneamento básico, na verdade, não existe nenhum. Já existiu, mas hoje o modelo está sob ampla discussão.

Como o Presidente Lula, gostaria de enfatizar este aspecto: a participação das empresas privadas é fundamental para que aumentemos os investimentos. Penso que, se acontecerem questões como a da Prefeitura do Recife em todo o Brasil, evidentemente, não teremos espaço para os investimentos privados.

Essa era a minha preocupação, mas a explanação do Ministro demonstra que S. Ex^a também está preocupado em que esses investimentos privados sejam realizados. Eu gostaria de agradecer ao Ministro – não quero perguntar mais nada – e pediria ao Senador César Borges que ficasse mais cinco minutos, porque tenho que ir à Comissão de Educação, da qual sou membro, e volto logo para cá.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Segdo a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Se o Sr. Presidente autorizar, queria permutar meu tempo com a Senadora Ana Júlia.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Perfeitamente. Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Rodolpho Tourinho. Tenho um compromisso com um Prefeito da minha cidade.

Eu gostaria de fazer um registro, reiterando um pouco o que já mencionou o Senador José Jorge. Percebemos que alguns setores da imprensa e mesmo pessoas da oposição criticam muito o Ministério das Cidades, que tem sido taxado de lento, de inoperante. Eu acredito que isso não é verdadeiro. O que percebíamos era uma dispersão de atividades nessa direção, mas sem planejamento. Ora, se há vários órgãos cuidando dos mesmos assuntos, haverá, com certeza, dispersão também de recursos públicos. Como os recursos públicos são cada vez mais escassos – essa é a verdade –, é preciso otimizar a utilização deles.

O crescimento das cidades foi imenso. Há 40 anos, nossa população era principalmente rural; hoje, 83% da população está nas cidades, e não houve planejamento que acompanhasse esse crescimento em termos de infra-estrutura. Também não existia, em nível federal, um órgão que pensasse as cidades, lugar onde as pessoas vivem e onde exercitam seu trabalho. É lógico que a preocupação com as cidades não é patrimônio de alguns, é patrimônio de todos. Mas deve existir planejamento e centralização, não no sentido de apenas um único órgão, mas a centralização de projetos que possam, mesmo estando em órgãos ou ministérios diferentes, ter o mesmo marco regulatório, o controle, o planejamento. Isso tem que ser realmente único. E é natural que, nesse processo de mudança, até pelo fato de as atividades estarem distribuídas em vários órgãos, a coleta de dados confiáveis para se fazer um marco regulatório também eficiente não é feita da noite para o dia.

Quero fazer outro registro positivo do Ministério das Cidades, que conseguiu, nesse pouco tempo, ter uma proposta com diretrizes concretas. E não é simples fazer isso com a participação popular. A grande diferença também é essa. Esse é um diferencial do nosso Governo, é uma marca do nosso Governo! Seria mais simples reunir técnicos que fornecessem os dados, para depois determinar um novo marco regu-

latório, as novas propostas, dizendo: "São esses os projetos, será feito dessa forma". Mas, quando se faz isso junto com a sociedade, faz-se melhor, de forma democrática. É óbvio que requer mais trabalho e algum tempo a mais. Mas acredito que o resultado é melhor, muito mais positivo. Então, eu o parabeno nesse aspecto.

Sr. Ministro, eu queria perguntar se há condições de saber quando teremos condições de ter esse marco regulatório, porque foi reconhecido aqui que ele precisa ser feito. As coisas positivas do Planasa precisam ser adequadas à nova conjuntura e melhoradas, transformadas para essa realidade. Ele virá ao Congresso provavelmente, mas quando o Ministério estará em condições de dar acesso ao Congresso Nacional?

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Com a palavra o Ministro Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA – Sr^a Senadora, companheira Ana Júlia, o marco regulatório para nós é questão muito importante. Há uma necessidade da participação do setor privado com investimentos no saneamento, para que se somem e se multipliquem os esforços das três esferas de Governo: a Federal, Estadual e a Municipal.

Portanto, entendemos que os dados que o Secretário Abelardo de Oliveira Filho apresentou aqui indicam a existência de um programa com recursos do FGTS para financiar empresas privadas que atuam no setor. Portanto, existe o programa, que disponibilizou R\$980 milhões – quase R\$1 bilhão. Quase 40 empresas privadas atuam, em diferentes Municípios, no saneamento. Dos R\$980 milhões, elas só buscaram R\$21 milhões, certamente porque precisa haver clareza na relação entre o setor privado de saneamento e o interesse público, o papel do Estado, na dimensão local, no município; no estadual e na dimensão federal.

O marco regulatório, então, tem a ver com a relação federada. Não é uma imposição arbitrada de cima para baixo. Há que se respeitar o papel federado dos entes federados.

Por isso é bom sublinhar que, quando o Senador José Jorge lembrou o pequeno Município, a idéia de que um Município pode não querer relação com o setor privado, eu digo que isso é parte do jogo democrático. Penso que a necessidade joga um papel muito importante. Por isso, as conferências têm dimensão local, mas também têm a dimensão estadual e a nacional, porque, assim, pode-se entrelaçar as coisas para que possamos resolver as questões locais com uma melhor integração na região. Portanto, os muni-

cípios podem constituir consórcios entre si, mas sem perder o poder concedente, aliás, como acontece em várias situações. Outro dia, tivemos ocasião de, junto com o Governo do Estado de São Paulo – e isso ocorreu neste sábado – fazer o lançamento de recursos públicos federais, que se somam aos recursos de vários Municípios do ABCD, em São Paulo, com os recursos da Sabesp, para executar uma obra importantíssima em saneamento: um super-coletor de esgoto, para que o esgoto deixe de ser lançado em bruto, como vem acontecendo na represa Bilings.

O consórcio de Municípios é estimulado pelo Ministério; e isso pode até estar no marco regulatório, seja nas regiões metropolitanas seja no interior do País. É importante haver a possibilidade de os Municípios se articularem entre si, como também a possibilidade de a autarquia municipal de esgoto ter relação com o setor privado na execução de obras. Por que não? Contanto que se estabeleça uma boa política de tarifas, com predominância do interesse social. E quem banca a tarifa social? É preciso estar bem definido. É preciso haver o investimento público, mesmo com a presença do setor privado, para garantir a universalização do serviço.

Mas o importante é que, para usar uma frase comum – e estamos tratando de saneamento – o bom seria que houvesse um sistema de vasos comunicantes e que, com o que as comunidades com mais capacidade contributiva pagassem, pudesse ser distribuído para investimentos públicos ou privados nas regiões mais carentes.

Tudo isso é questão de ser colocado bem objetivamente no marco regulatório. Temos, a propósito, reunião hoje sobre a questão. É o Ministério das Cidades que está encarregado de articular-se com os demais Ministérios, com técnicos e com as empresas do setor privado, a Abdib é uma delas, para fazer essa proposta inicial, que deverá vir nos próximos meses. A própria Abdib (Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base) diz que o PPA, na sua maturação, leva dois anos para produzir a boa relação que todos queremos.

Estamos trabalhando em um marco de tempo menor, com todo o esforço, o que não pode ser feito sem trazer ao Congresso Nacional a proposta para ser debatida e transformada em lei. Esse processo vai implicar mudanças nas leis, nas relações, no papel dos entes federados e a participação privada, que é importante.

Sublinho que o Presidente da República não afirma que é a privatização. O PPP (Programas de Parceria Pública) não é privatização, mas uma defini-

ção clara de responsabilidades entre o setor público e o setor privado na área de saneamento, que tem suas especificidades. Esse direito precisa ser universalizado. Por isso, há que se somar os esforços de todos. É preciso haver um marco regulador que, em nosso entendimento, será um estímulo aos investimentos, pela clareza, pela regularidade, pela confiança que vai gerar entre as partes. Havendo a possibilidade de que nenhum recurso público seja mal investido e de que nenhum recurso privado dê prejuízo, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo inscrito é o Senador Saturnino Braga.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sou eu. Troquei, Presidente, com a Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O Senador Roberto Saturnino Braga não está.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, seria o Senador Roberto Saturnino. Quando V. Ex^a trocou com a Senadora Ana Júlia, passou de segundo para quarto. O Senador Saturnino seria o terceiro e, com S. Ex^a não está, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, José Jorge, Sr. Ministro Olívio Dutra, Srs. Secretários. Sr. Ministro, é um prazer reencontrá-lo.

Inicialmente gostaria de fazer uma pequena análise do que aconteceu no meu Estado, a Bahia, em relação ao saneamento.

Há cerca de 10 anos, iniciamos um projeto de saneamento. Talvez, um dos maiores projetos de saneamento do País, cujo valor estimo em torno de US\$1 bilhão e no qual houve, basicamente, uma estruturação com bancos internacionais: Banco Mundial e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Foram empregados também recursos próprios do Estado e do BNDES. A estruturação tem funcionado até hoje. Creio que estamos deixando Salvador praticamente com toda a parte de saneamento pronta, o que poderia ter sido feito até agora. Modificamos a feição de Salvador com relação ao saneamento. Não só de Salvador, mas de todo o entorno da Bahia de Todos os Santos com o Programa Bahia Azul.

Foi um projeto perfeitamente factível e iniciado há 10 anos. Se tivéssemos começado hoje, o modelo não iria adiante por todas as limitações existentes. Quais são as limitações? Tomarmos financiamentos externos pelo Estado, pela Embasa, quer do BID, quer do Banco Mundial. Não creio que por parte des-

ses dois bancos haveria qualquer tipo de restrição. Outra vez, são mais as restrições internas ou externas, impostas pelo Fundo Monetário Internacional em relação aos empréstimos. Ao mesmo tempo, a capacidade de investimento do Estado da Bahia é diferente hoje. Antes, teríamos que construir uma capacidade de investimento. Hoje, há uma séria de vinculações que torna quase impossível os investimentos. Daí os Estados, na reforma tributária, estarem lutando pela desvinculação das receitas.

Esse sistema seria impossível. O secretário apresentou um balanço – e entendo que o balanço foi otimista demais – em relação à necessidade de 6 bilhões para investimentos. Hoje, as empresas teriam capacidade de investir 1,8 bilhão. O FGTS não teria a capacidade de investimento de 1,8 bilhão. Está provado, nos últimos anos, que por força das restrições foi a zero praticamente. Quando se verifica os 500 milhões do BNDES, outra vez por restrições, também haveria problemas. E vemos, por contingenciamento, aquele 1,1 bilhão da União também seria difícil. Entendo que hoje os Estados e Municípios, na posição que estão, de vinculação inclusive de receitas, não teriam capacidade contributiva nesse processo.

Só vejo uma solução para a universalização.

Quando o Ministro estava falando, eu fazia, ao mesmo tempo, uma comparação com o setor elétrico a que, depois, o Senador José Jorge se referiu. Para fazermos a universalização no setor elétrico hoje precisaríamos de cerca de R\$7 bilhões, nas condições atuais, e isso, dentro da regra da Aneel, poderia ser até 2015 – apresentamos um projeto antecipando isso para 2008 porque existem recursos. Seria necessário tempo e recursos da reserva global de reversão, que é uma conta específica do setor elétrico. Haveria, então, como ser feita a universalização. Há uma grande diferença dessa situação para o panorama da área de saneamento. Haveria dificuldades pela falta do marco regulatório. O marco do setor elétrico existe; não é claro, mas existe; no caso do saneamento, não existe. O marco regulatório do saneamento precisa ser construído rapidamente porque a única chance de se buscar a universalização nesses volumes que são necessários é com a iniciativa privada, não necessariamente com a privatização, mas com recursos privados.

A questão da água, do saneamento, foi um pouco politizada. É preciso que haja uma diretriz clara do Governo Federal porque há dúvida, Sr. Ministro, na hora em que são colocados cerca de R\$1 bilhão, como V. Ex^a se referiu, a custo abaixo até do razoável, e apenas R\$ 21 milhões são alocados. Esse é um

sinal claro que a iniciativa privada está dando em relação às dúvidas no setor. O marco regulatório é fundamental. Já passamos por isso no setor elétrico. Não tenho dúvida em relação a isso.

Deixaria esta observação, de revermos a ingerência do Fundo Monetário em certos aspectos. Volto a lembrar: na área de petróleo, não fossem as instruções, as regras do Fundo Monetário Internacional seguramente seríamos hoje já auto-suficientes porque estaríamos produzindo a mais, pelos cálculos da Petrobras, há dois anos, 200 mil barris a mais que cobriam.

No caso do setor elétrico, com a privatização e o impedimento das estatais de aportarem ou de fazerem investimento, acabou dando no que deu. Não vejo como a iniciativa privada sozinha possa assumir isso. A posição do Governo, no meu entendimento, terá que ser maior do que em outros setores nessa área de financiamento. Agora, com restrição do Fundo Monetário Internacional, não vai fazer. Esse era o ponto em que gostaria de deixar a minha observação.

Sr. Ministro, já que comecei falando da Bahia, gostaria de terminar também falando da Bahia, pulando um pouco o tema, passando para a área de transporte urbano. E pediria a V. Ex^a, outra vez, uma solução para o metrô de Salvador. São milhões de pessoas que estão sendo prejudicadas por força de um contingenciamento. O que mais favorece o encarecimento de uma obra é a sua paralisação, que é o que está acontecendo com o metrô de Salvador. Gostaria de deixar com V. Ex^a, que tem enorme sensibilidade social, a solução desse problema e que apressasse o que pudesse mais em relação a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Antes de passar a palavra ao Ministro Olívio Dutra, gostaria de acrescentar o problema do metrô do Recife, que passa pela mesma situação. É um metrô que presta um grande serviço à população e que hoje também está com suas obras praticamente interrompidas, porque os recursos liberados são bastante inferiores às necessidades. Trata-se de um convênio internacional.

Então, passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. OLÍVIO DUTRA – Senador Rodolpho Tourino, Senador José Jorge, Senadoras, Senadores, o financiamento público precisa também ser claro. Qual é a política do Estado brasileiro tem para financiar suas ações, particularmente aquelas que exigem muitos recursos para qualificar a vida de milhares de pessoas cuja renda é a menor do País? O Estado brasileiro, nas três dimensões, tem uma dívi-

da social enorme. É importante a questão do financiamento do Estado. Por isso, estamos apresentando a proposta da reforma tributária, que altera a lógica de uma estrutura – simplifica, melhora a distribuição do bolo, define melhor a responsabilidade, entre outras coisas.

A grande discussão da dívida pública interna e externa é capacitar os Municípios, os Estados e a própria União para acessar recursos orçamentários de financiamentos. Essa situação este Governo está enfrentando com muita determinação, muita energia, com medidas que não são as mais saborosas, mas que têm o gosto da responsabilidade e que estão surtindo efeitos que, aliados aos efeitos da reforma tributária, possibilitarão a retomada do crescimento, elevarão as receitas públicas, com melhor distribuição, com melhor simplificação, com justiça tributária, sem elevar a carga tributária, principalmente para aqueles que produzem e para os que vivem de rendas fixas, para os assalariados. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, será reforçada, dinamizada como um banco social, e, é claro, não desejamos que jogue dinheiro fora de forma alguma. O BNDS é outro instrumento importante para os Ministérios das Cidades, para a infra-estrutura do País.

Essas restrições que estamos hoje vivendo têm como causa o contingenciamento, que é uma medida macroeconômica necessária, mas que irá se descontraindo. Já estamos preparando projetos para um segundo momento: a melhoria das condições de vida e da distribuição de renda do País, a geração de emprego. Pela autoridade que o País ganhou, autoridade do Governo e do Presidente da República nos fóruns internacionais, vamos ter um tempo diferente. É para isso que nós estamos trabalhando.

Com relação ao metrô, quero dizer que são quatro projetos importantíssimos de infra-estrutura de regiões metropolitanas da envergadura de Salvador, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. O Governo entende que esses projetos têm uma importância social, econômica de qualificação da vida nessas cidades de regiões metropolitanas importantes do País. É preciso, contudo, deixar claro e sublinhado que, na situação atual, não há recursos sobrando para concluir as quatro obras ao mesmo tempo na maior velocidade. Não há possibilidade de os quatro projetos de metrô serem tocados, plenamente, para num menor espaço de tempo serem concluídos, o que é a vontade de todos nós. Tenho certeza que é o desejo das populações das três grandes cidades, capitais de Estado, importantes do País.

É preciso gerenciar a escassez para que as obras possam ser retomadas. Havia obras paradas há mais de dois anos. Visitamos todas elas e verificamos que o bom seria que pudéssemos retomar todas e concluí-las num curto prazo, mas os prazos foram sendo estabelecidos e já alterados em outros tempos.

Fizemos um levantamento e verificamos que, para conclusão dos quatro projetos de metrô até 2007, precisaríamos de R\$2,631 bilhões, com investimentos, em 2003, de R\$288 milhões; em 2004, de R\$815 milhões; em 2005, de R\$708 milhões; em 2006, de R\$522 milhões e em 2007, de R\$298 milhões. Com isso, finalizaríamos os projetos e poderíamos, inclusive, pensar em três linhas no Rio de Janeiro, além de outras linhas, e propiciar que o Trens Urb S.A. pudesse trabalhar o projeto da Linha Dois. Mas, na realidade, nossa situação atual prevê, para o exercício de 2003, R\$84,2 milhões. Está bem reduzida a nossa capacidade, portanto. E no PPA nós temos, no período de 2004 a 2007, R\$952,5 milhões. Somando esses valores, obtemos R\$1,36 bilhão, o que não é pouco recurso para um País como o nosso, com a situação que temos, mas está bem aquém das necessidades para concluirmos os quatro projetos até 2007.

Buscamos sempre uma relação muito qualificada.

Esses projetos são de interesse público e não só de interesse daquele Município ou dos Municípios por eles abrangidos. Esses metrôs estão ligados por um sistema que envolve trens urbanos e transporte coletivo, por ônibus. Essa integração qualificada é necessária e está prevista. Para isso, tem que ser uma operação que aumente a sensibilidade, a mobilidade do sistema de transporte urbano, sem penalizar o usuário com uma tarifa que ele não possa pagar. É preciso, então, prever subsídios. E quem vai subsidiar? Tem que ser o Poder Público, nas três esferas União, Estados e Municípios? É bom termos isso já pensado, trabalhado, planejado para que, concluída, a obra possa operar e bem, de forma duradoura, permanente, e cada vez mais qualificada.

São obras públicas em que os entes federados, União, Estado e Municípios abrangidos, têm que ter um papel de protagonista, seja no aporte de recursos, na administração, ou no gerenciamento, até porque existe a necessidade de financiamento externo. Precisa haver, então, uma relação institucional muito clara. Estamos trabalhando com toda a segurança para garantir um fluxo de recursos que dê continuidade às obras. Ainda este ano, em Salvador, e no ano seguinte, em Recife e Fortaleza, poderemos ter a conclusão

de algumas etapas, mas estamos gerenciando a escassez e não o excesso de recursos, como seria da nossa vontade, com a determinação de que esses projetos são importantes qualificadores da vida nesses espaços urbanos, a fim de atender de forma qualificada a mobilidade e a sensibilidade do transporte coletivo para milhões de pessoas.

Então, com um esforço enorme, nessa situação de contingenciamento, acabamos de liberar R\$58 milhões para os quatro metrôs. Há situações em que para um deles R\$50 milhões seria insuficiente, entretanto, é o valor que está sendo distribuído para os quatro. Para a Bahia, vão R\$17,7 milhões, que se somam ao que já liberamos, como o Governo do Estado vem impondo. Assim, poderemos tocar as obras com muita perseverança, paciência e determinação, mas cientes de que é uma obra pública que, portanto, não será capitalizada pelo Governo Federal, pelo Governo local ou pelo Governo estadual, mas haverá um esforço dos três entes federados para que seja concluída e esses sistemas possam operar bem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador César Borges. S. Ex^a disporá de até cinco minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores colaboradores do Ministério das Cidades, em primeiro lugar, parabeno o Governo Federal por ter criado o Ministério das Cidades, idéia excelente. Sou um militante da área, uma vez que fui Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do meu Estado durante quatro anos e, depois, Governador do Estado. Tenho uma vivência com esse assunto, assim como a tem o Abelardo, que é da Embasa, da Bahia, conhece bem a questão e atualmente está servindo ao Governo Federal.

Nestes últimos anos, desde 1992, quando fui Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, em 1991/1992, vimos que o Governo Federal deixou de ter uma política clara e definida para o setor. Essas atividades foram dispersadas em diversos Ministérios, que tinham como mais uma atividade o saneamento. Fui Presidente do Fórum de Secretários de Saneamento do País e reivindicamos um Ministério que cuidasse apenas do saneamento. O Governo Federal criou um Ministério para as cidades, que é importante, no entanto, mais uma vez me preocupa que lide com atividades múltiplas e da maior importância, como disse a Secretária.

Entre outras atividades, lida com a habitação. Atualmente o País tem um déficit habitacional de 6,6 milhões de unidades, com necessidade de financia-

mento para supri-lo rapidamente, a fim de dar um mínimo de qualidade e quantidade ao Plano Nacional de Habitação. E sofre o mesmo problema do saneamento. Até agora, ninguém consegue vislumbrar nem traçar um planejamento que nos leve a suprir o déficit ou a alcançar a universalidade.

O Ministério também cuida do transporte urbano e do trânsito, no caso, com o Denatran. Então, parece-me que atribuições extremamente graves, sérias e pesadas recaem sobre o Ministério das Cidades.

Desejo-lhe muito boa sorte, Sr. Ministro, porque, há pouco tempo, o Governo anterior entregou à Funasa as questões de saneamento, a meu ver, um grave equívoco. Não era a Funasa que deveria trabalhar com aqueles recursos, mas continua assim. Precisa ser remodelado.

Então, verificamos que, objetivamente, faltam recursos. Os entes federados não têm recursos. A União não tem recursos. Este ano são duzentos e poucos milhões. Para 2004/2007, a União fala em alocar R\$4,4 bilhões, embora o próprio plano ou pelo menos o estudo diagnóstico do Ministério contratado tenha detectado uma necessidade inicial de R\$6 bilhões ano, que chegará a R\$11 bilhões no final do período, mas é claro que dentro do período do Governo atual faltam recursos da União.

O mesmo está acontecendo com os Estados, que estão endividados, presos em resoluções aqui citadas, em compromisso que o próprio Senado votou. Falta capacidade de investimentos nos Estados e, nos Municípios, nem se fala mais. O Ministro foi Governador do Estado e reconhece que poucos Municípios dentro de um Estado rico como o Rio Grande do Sul têm condições de investimento; a maioria são pequenos Municípios. O que pensar do Nordeste brasileiro, Ministro? No Nordeste brasileiro a situação é extremamente difícil. Ou o Estado tem capacidade de fazer investimentos no sertão, levando água, às vezes, a 130km, com grandes adutoras. Nenhum Município ou consórcio municipal terá capacidade de se endividar para fazer esse investimento. Muito menos pode-se pensar que a iniciativa privada vai investir para abastecer o Município da Bahia chamado Milagres, porque foi um milagre chegar água lá. Se não fosse a capacidade de endividamento do Estado, de recorrer ao BNDS, de recorrer à Caixa Econômica Federal, não haveria recursos do FGTS.

Então, Ministro, o Planasa foi um grande projeto para este País. Se hoje podemos dizer que a situação é confortável em relação ao abastecimento de água, bem diferente da questão do esgotamento sanitário, foi porque houve disponibilidade de financiamento

pelo BNH, posteriormente transferido para a Caixa Econômica.

Penso que o trabalho de V. Ex^a é conseguir que esses recursos do FGTS possam ser disponibilizados. Devemos quebrar esse engessamento fiscal em que colocaram o País, porque o que está do outro lado é a saúde, a vida da população brasileira. Se olharmos apenas para os compromissos da macroeconomia, para o FMI, sem pensar nos investimentos para atender à população brasileira, teremos dificuldades.

Estou vendo a boa vontade de todos os que fizeram suas apreciações sobre o assunto, mas ouvi muito as palavras: construir, consolidar, agilizar, definir, implementar. Vejo que há um esforço para a obtenção de um modelo, que sofrerá discussão para uma posterior aplicação. Enquanto isso, temos necessidades prementes em todo o País para o uso de recursos na área de saneamento. Não vejo o menor a menor intenção da iniciativa privada em fazer investimentos, porque não há marco regulatório, pois ainda será definido, e não há qualquer segurança institucional. Quem é que detém a concessão? É o Município? Tudo bem. E os investimentos feitos pelo Estado? Por que não usar o princípio talvez mais direto? Quem fez investimento detém a concessão. Se o Estado fez os investimentos, supriu os serviços, detém a concessão.

Imagine, Sr. Ministro, quando falarmos em tarifas que serão cobradas pelo setor privado. O próprio partido de V. Ex^a sempre foi contrário. Nós enfrentamos. Eu tentei parceria, que pode ser chamada de concessão ou de privatização. Creio que estamos sofrendo. No fundo estamos querendo que a iniciativa privada invista, uma vez que falece ao Estado capacidade de investimento.

Hoje o Presidente Lula fala em concessão, não privatização. Concessão de 25 ou 30 anos. É claro que a iniciativa privada desejará ver remunerado o seu capital caso seja entregue a ela. E deve haver uma tarifa justa, senão ninguém vem investir. Que ninguém espere do setor privado essa visão social de investir milhões e milhões. Poderá investir como? Como ouvi recentemente: se o Governo for parceiro e garantir recursos do BNDS, tudo bem. Porque continua o risco sendo do Governo Federal. Aconteceu assim no setor elétrico: se não der certo, não se paga o BNDS, questão resolvida.

Por todas essas razões, parece-me que o problema está em gestação. Uso a palavra do Presidente Lula, que sempre gosta de fazer citações: é preciso deixar a criança crescer no ventre da mãe. Mas já es-

tamos com oito meses de Governo. O Governo começou com conhecimento da situação. Tenho certeza de que, várias vezes, debruçou-se para fazer diagnóstico sobre esse setor, mas está apenas gestando o modelo, com oito meses de Governo. Com nove meses, a criança já devia estar nascendo.

Ministro, temo que essa gestação demore muito, que não se tenha a fórmula ideal lá na ponta e que continue sem recursos para fazer os investimentos. V. Ex^a precisa de sorte e de apoio do Presidente Lula e do Ministro Antônio Palocci – que fez privatização em Ribeirão Preto – para quebrar tabus e resistências, inclusive ideológicas, e para que esse marco regulatório se faça numa rapidez incrível, sob pena de termos um apagão no setor de saneamento.

Na Bahia, nós fizemos um enorme esforço com recursos próprios do Estado. Entramos em um programa de modernização do setor de saneamento, com o Banco Mundial e outros Estados, e o melhor resultado foi na Bahia, com a Embasa. Isso atestado pelo Banco Mundial, não sou eu quem está dizendo. Isso foi feito, mas precisa atingir todo o País. E não foi suficiente para resolver o problema do saneamento ambiental na Bahia.

A minha angústia é na mesma linha da do Presidente José Jorge e dos outros Senadores que se posicionaram antes de mim. Não estamos vendo com clareza onde está a luz no fim do túnel. Por melhor que seja a boa vontade de V. Ex^a e dos seus auxiliares, a questão ainda está muito intrincada. Ou o Governo Federal pode, rapidamente, tomar posições claras e definidas em relação a essa questão ou vamos ter sérias dificuldades muito brevemente.

Por fim, queria voltar a falar sobre a questão do metrô. Os jornais da Bahia, hoje, estão dizendo que essa obra está sendo paralisada, com desemprego de mais de mil pessoas. Veja bem: esses R\$17 milhões a que V. Ex^a se referiu não são do Governo Federal, mas do Banco Mundial, dinheiro que já está disponibilizado desde o início do ano. O Governo Federal tem que dar uma contrapartida de R\$3 milhões para que esse dinheiro seja disponibilizado. É esse tratamento que nós queremos para Salvador. A obra não é da Prefeitura, nem do Governo do Estado. Foi feita uma parceria entre os três entes federativos mais o Banco Mundial, que disponibiliza os recursos.

É preciso que, efetivamente, possa se dar uma solução clara e definida. Que se chamem aqui todos os envolvidos no projeto – o Prefeito municipal, o Governador do Estado –, que já estiveram com V. Ex^a, para que a solução seja dada mais rapidamente, porque quem está sofrendo é, primeiro, o que está sendo

desempregado pela obra que está sendo paralisada; segundo, o povo de Salvador mais pobre, que não vai ter o seu sistema de transporte rápido e mais barato, ou seja, vamos ter que postergar a inauguração desse sistema. Essa é uma realidade. É preciso que se liberem os recursos do Banco Mundial. A contrapartida do Governo Federal é muito pequena nesse projeto, em relação, por exemplo, ao que alocou o Governo do Estado ou do Município.

Peço que V. Ex^a reveja isso. O recurso de 17 milhões não é do Governo Federal. Ele é internalizado pelo Banco Mundial. Era isso.

Desejo, mais uma vez, a V. Ex^a e a sua equipe muita sorte, porque o desafio é imenso, e maior ainda é a necessidade do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao Ministro, que dispõe de cinco minutos para a resposta.

O SR. OLÍVIO DUTRA – Com toda a atenção, estima e respeito ao Senador César Borges, que também já foi Governador da Bahia, quero dividir meu tempo com a Secretária Executiva, Dra. Hermínia, e com o Secretário Nacional de Saneamento, companheiro Abelardo. Concordo com a questão básica levantada pelo Senador César Borges: o financiamento do Estado, a responsabilidade do Estado brasileiro com financiamentos e investimentos que a iniciativa privada não vai fazer, porque são para áreas de retorno mais demorado e que significam milhões de brasileiros sem saneamento, moradia adequada, mobilidade e acessibilidade no transporte urbano.

Seja qual for o marco regulatório – estamos trabalhando intensamente para tê-lo, claro e objetivo, no menor tempo –, o poder público brasileiro, por meio dos três entes federados, terá que aportar recursos, que não os que existem hoje, que, portanto, devem ser previstos nos seus orçamentos e no PPA, para investir muito mais do que se investiu até agora, por mais que queiramos atrair investimentos do setor privado.

Penso que não é propriedade do governante defender o interesse público. O empresário consciente das finalidades sociais e do seu empreendimento pode e deve ser chamado para investir no interesse público, o Governo garantindo que ele não terá prejuízo e ele que terá qualidade e abrangência social do investimento que está fazendo. Para nós, isso não tem problema algum. Mas mesmo que atraíamos, como queremos, investimentos privados, esse setor, pela sua especificidade, exigirá sempre mais investimentos públicos das três esferas. Trata-se de uma tarefa de todos nós, dos três níveis, do Executivo, do

Legislativo, seja das câmaras, seja das assembleias e do Congresso Nacional.

Por isso, essa questão do poder concernente não é impedimento para que o Município, o ente público local ou estadual tenha relação com o setor privado na produção do orçamento, tanto que Ribeirão Preto fez sem precisar mudar o caráter de poder concedente. É importante estabelecer, num marco regulatório, bastante clareza disso, para que essa relação produza os efeitos que queremos: somar e multiplicar recursos e universalizar o saneamento.

É evidente que essa questão poderia ter sido resolvida em outros tempos talvez com muito mais facilidades do que no quadro que hoje temos, com as cidades desse porte, com a conurbação urbana cada vez mais grave, mas para nós não importa chorar o leite derramado. Temos a consciência de que estamos fazendo um esforço que o povo brasileiro reconhece. Não estamos, em primeiro lugar, começando do zero. É evidente que temos uma herança nada fácil diante do quadro que vimos, a carência e o déficit habitacional e de saneamento no País, decorrentes de décadas de políticas que promoveram esse tipo de situação, cujas soluções hoje temos de tratar de encaminhar.

Os recursos dos quatro metrô são recursos das três esferas de Governo. É um financiamento externo, que não é dinheiro de graça, não é doação, não é fundo perdido, mas financiamento que entra no orçamento do Poder Público Federal. É o Governo que banca isso. Por isso, não é simplesmente dizer: "O banco está lá, então, está com dinheiro". Temos, para os quatro metrô, US\$10 milhões no Banco do Brasil, de que o Governo não está podendo lançar mão. São US\$10 milhões e, para Salvador, em torno de uns US\$3 milhões. São US\$10 milhões para os quatro metrô.

Se pudéssemos lançar mão disso, ainda seria pouco dinheiro. Mas essa é uma questão a ser resolvida no marco dos limites de liberação financeira, para que esse recurso venha a se somar aos recursos que os entes federados têm de aportar, porque faz parte do contrato o entendimento entre os entes federados para a execução dessas obras.

Estamos trabalhando intensamente e com toda a vontade de que a relação federada seja cada vez de maior qualidade. Essas obras são do interesse público e precisam de um bom encadeamento na ação e na compreensão dos seus objetivos por parte da União, dos Estados e dos Municípios.

No mais, passo a palavra para a companheira Hermínia, se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, e, depois, para o companheiro Olegário.

A SRA. HERMÍNIA MARICATO – Pois é, eu realmente estou me sentindo incomodada, por estar sendo cobrada, pelo período de gestação de uma criança, que é de nove meses, por problemas, como é o caso do Planasa, que não foram resolvidos. O Planasa foi extinto – o BNH – em 1986.

Então, temos uma ausência de política de saneamento no País há muitos anos e possuímos uma condição errática, nos últimos oito anos. Eu não penso ser justo que o Ministério das Cidades seja colocado como um organismo que não tem propostas e que não está apresentando uma luz no fim do túnel, com todo o respeito. Eu quero fazer a defesa do Ministério nesse sentido, porque nós precisamos, eu repetirei, de ações emergenciais, de ações de médio e de longo prazos. Para isso, precisamos de um concerto nacional, em que todos seremos chamados.

Eu queria falar um pouco da questão dos metrô, muito rapidamente. Infelizmente, não teremos tempo para tratar da quantidade de equívocos feitos nos projetos desses metrô. Eu posso falar, pois eu estou na Presidência do Conselho da Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Eu fico perplexa a cada reunião em que temos que abrir mais uma comissão de sindicância, em que temos que tomar mais uma atitude para saber por que há esse ralo dos recursos públicos, por que nós temos quatro projetos de metrô absolutamente insustentáveis do ponto de vista da tarifa para a qual eles estão projetados e do ponto de vista da demanda para a qual eles estão projetados. Nem a demanda projetada e nem a tarifa foram corretas.

Nós estamos discutindo isso com Banco Mundial. O que houve com os assessores e com o Banco Mundial, o que houve no projeto e por que estamos agora nesta entalada? Não é justo que essa entalada sobre no colo apenas do Governo Federal. V. Ex^{as} me desculpem, pois sou neta de italiano e tenho reação em que não é possível retirar a emoção da minha fala.

Então, queremos, sim, Srs. Senadores, por favor, discutir com V. Ex^{as}, com mais tempo, o que faremos com os metrô, como continuaremos com os recursos que temos e quanto cada um está disposto a colocar.

No metrô de Salvador nós temos investimento do Estado, embora a equação realmente não feche. Nós teremos de conversar sobre isso mais longamente. O Governo Federal está sustentando a operação

dos trilhos que já existem com um profundo déficit. Nós estamos sustentando com esse "orçamentozinho". Quer dizer, teremos de trabalhar juntos e esquecer as nossas divergências de cunho, talvez maior, político-ideológico, em função do interesse das populações que estão sofrendo nas cidades.

Concordo totalmente com o que foi falado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – A senhora me permite interromper um minuto?

A SRA. HERMÍNIA MARICATO – Pois, não.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Como, na realidade, falamos sobre metrô por serem uma questão emergencial, que não faz parte da pauta, eu me comprometo com a senhora a apresentar um requerimento para que seja marcada uma data em que V. S^a venha como representante do Ministério.

A SRA. HERMÍNIA MARICATO – Por favor. Eu até agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – E V. S^a virá aqui falar sobre a questão desses quatro metrô. Na próxima reunião, nós aprovaremos o requerimento e V. S^a já está, desde já, convidada.

A SRA. HERMÍNIA MARICATO – Eu agradeço lhe muito. Precisamos muito abrir essa discussão.

Eu queria falar rapidamente sobre o saneamento. Fico um pouco preocupada com a ideologização da discussão, ou seja, ou o privado não tem nada a fazer, ou ele resolverá o problema. Nesse ponto, concordo totalmente com V. Ex^a quando diz que existem áreas em que o privado não entrará e não terá lucro – não vai querer entrar. Nós realmente temos a capacidade de pagamento e retorno desigual, como disse o Senador César Borges, e custo de produção desigual da água no Território brasileiro, além de travas macroeconômicas, às quais, sem resolvê-las, como vamos atuar no investimento público do que é necessário neste País?

Sei que a minha fala, aqui, está bastante limitada. Apenas queria dizer que eu sei que isso está sendo filmado também. É importante fazer a defesa do Ministério das Cidades e dizer que estamos trabalhando com questões de curtíssimo prazo. O Ministro anunciou R\$240 milhões do FGTS para área de transporte. Nós estamos esperando o Presidente finalizar a aprovação de um plano de emergência para a área de habitação. Estamos trabalhando, evidentemente, com planejamento em questões de curto prazo, como foi mostrado. Todos achavam que não iríamos gastar R\$1.400 bilhão do saneamento este ano. Pois isso vai ser contratado este ano. De alguma for-

ma se fala que é nas áreas mais pobres; não é. Essa é a nossa angústia.

Nós precisamos exatamente, Senador – concordo –, de certa flexibilidade nas travas, principalmente em relação a empréstimo do setor público. Sem dúvida nenhuma, com isso, todos concordamos.

Gostaria de dizer a V. Ex^{as} que estamos totalmente à disposição no Ministério das Cidades. Sem dúvida nenhuma, vamos precisar da ajuda de V. Ex^{as} para resolver todos esses problemas aqui colocados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo-lhe um minuto.

O SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO – Tubo bem.

Tendo em vista as questões aqui colocadas, temos a compreensão de que não vai ser fácil. A questão da titularidade, desde 1996, quero aqui lembrar que um Projeto do então Senador José Serra, o de nº 266, que buscava transferir a titularidade dos Municípios para os Estados nessas regiões, não prosperou, inclusive com um parecer. Na época, o saudoso Senador Josaphat Marinho, do PFL da Bahia, deu um parecer de inconstitucionalidade ao projeto. Então, realmente não é fácil. O Governo anterior tentou, inclusive em melhores condições, e não conseguiu também aprovar o Projeto de Lei nº 4.147, com três urgências constitucionais. Este projeto teve o mérito de desagradar a todos. Realmente, não é fácil. Mas, estamos apostando na perspectiva de Governadores e Prefeitos se sentarem para que possamos construir, no menor tempo possível – e existe todo um acúmulo de uma discussão – o que é necessário para podermos trabalhar na perspectiva de resolver principalmente a questão nas regiões metropolitanas.

Temos a compreensão de que os obstáculos precisam ser removidos, inclusive o citado pelo Senador César Borges no caso dos metrô, porque os recursos estão vinculados ao OGU e são projetos internacionais que acabam por se transformarem em programas virtuais. O dinheiro está ali, mas não pode ser gasto exatamente por conta das restrições e limitações impostas pelas sucessivas resoluções do Conselho Monetário Nacional.

O Presidente Lula já colocou essa discussão de que não será necessário o acordo com o FMI, mas se for necessário, a primeira questão a ser estabelecida é derrubar o conceito de que investimento é despesa. Por outro lado, existe um grupo ministerial que está estudando de que forma nós vamos flexibilizar para que os Municípios possam ter acesso aos recursos

do Fundo de Garantia. E nós estamos trabalhando exatamente com essa perspectiva de gastar todos os recursos possíveis e trabalhar com o objetivo de pedir uma complementação no Conselho Curador do Fundo de Garantia, para que possamos também dividir um pouco desses recursos, não só com a Sabesp, com a Sanepar, mas com o Governo da Bahia, que está solicitando R\$85 milhões. Já conversamos com o Secretário e faz-se necessário apresentar os projetos. Queremos também distribuir esses recursos com o Governo do Ceará e com a Paraíba, que também está solicitando, para que possamos dividir um pouco, e não só para a Sanepar, não só para a Copasa, não só para a Sabesp, não só para Cenasa de Campinas, mas, também, distribuir um pouco esses recursos.

Então, colocamos R\$1,8 bilhões no PPA com a compreensão de que, primeiro, tivemos a capacidade de utilizar duas excepcionalidades que estavam aí desde 2001 e que não estavam sendo utilizadas, exatamente para gastar esses recursos, mas são insuficientes. É necessário realmente que se removam as limitações, para que cerca de 2000 Municípios, que fizeram o dever de casa e que cumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal, que têm o RIT positivo na Caixa Econômica Federal, possam acessar esses recursos. Há muita demanda, recursos existem. O Fundo de Garantia tem recursos, e mostramos isso ali – só de retorno foram R\$15 bilhões. Hoje, o Fundo de Garantia tem R\$29 bilhões. O Fundo de Garantia, nos últimos anos, deu lucro, e só perdeu para o Bradesco – foram R\$2,1 bilhões no ano passado. Então, realmente, recurso existe. O Fundo de Garantia pode disponibilizar cerca de R\$7 bilhões por ano para habitação e saneamento, o que precisamos.

Queremos contar com o apoio desta Casa e dos Senadores, para que possamos superar as limitações e os obstáculos, tendo a certeza de que não temos todos os recursos disponíveis. Estamos trabalhando nisso; já estamos no Amazonas, fazendo um dimensionamento; estamos em Rondônia, no Piauí, em Alagoas, no Rio Grande do Norte, exatamente trabalhando na perspectiva de revitalizar essas empresas, para que elas possam não só melhorar sua **performance**, o seu desempenho, ampliando os R\$1,8 bilhão que o setor tem investidos com recursos próprios, mas também trabalhar na perspectiva da eficiência operacional, como fez a Embasa, da Bahia, utilizando o PMSS, programa que estamos redirecionando para trabalhar inclusive na perspectiva da construção do marco regulatório nos Estados e Municípios.

Apesar de todas as dificuldades, estamos encarando essa questão e entendendo que é possível trabalharmos no mais curto espaço de tempo, para que tenhamos um marco regulatório. Precisam, realmente, sentar, governadores e prefeitos, para que possamos resolver o problema, principalmente, nas regiões metropolitanas, pois o setor elétrico e a concessão federal são fáceis. A União senta e define. Quanto ao saneamento que envolve Municípios e Estados, não é proposta deste Governo passar por cima dos entes federados. Ao contrário, visa resgatar uma nova era federativa, em que a competência de cada um dos entes federados possa ser exercida na sua plenitude.

Então, falando muito rapidamente, gostaria de agradecer ao Senador pela compreensão, pois passamos um pouco do tempo estabelecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Antes de passar a palavra ao nobre Senador César Borges, gostaria de dizer à Secretária que, na realidade, não há nenhuma idéia de crítica ao Ministério das Cidades, de nenhum de nós, inclusive nós da Oposição. Sabemos que a resolução das questões do setor de saneamento, pelas dificuldades de não existir um modelo, realmente requer tempo, etc. Mas, na verdade, quanto mais rápido sair, melhor.

Talvez S. Ex^a tenha-se achado criticada porque não teve oportunidade de testemunhar como éramos tratados aqui pelo PT, quando éramos Ministros.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Acho que o Sr. Presidente já colocou parte do que eu iria falar. Gostaria que a Secretária Executiva não levasse também nenhuma mágoa dos Senadores. Estamos cumprindo o nosso papel de cobrar agilização, porque somos cobrados pelas nossas populações, que nos elegeram e nos colocaram aqui, para exatamente exercer esse papel. E espero que a sua energia, a sua vitalidade e a sua emoção sejam colocadas em prol de agilizar todos esses processos de discussão, que são longos até pela tradição do Partido.

Perde-se muito tempo na discussão, uma tradição que é até reconhecida como vantagem de aprimoramento do processo de escolha de um modelo. E ~~que possamos, no final, ter esse modelo funcionando bem, porque é isso que interessa ao povo brasileiro.~~ Não é se a discussão demorou, se é o governador, o prefeito, o Governo Federal; é o resultado final, a saúde para a população, a melhoria da qualidade de vida.

Então a senhora tenha a certeza de que, de nossa parte, mesmo a Oposição não-radical, como disse o Senador, que sofremos, e eu sofri na Bahia também quando falei em privatizar a Embasa – precisamos recuar sobre o assunto –, espero que agora venha um novo modelo. Vejo com muita satisfação o Presidente Lula falar em concessão por 25, 30 anos, que precisa do setor privado. Olhe, isso soa como música nos meus ouvidos, porque já recebi tanta crítica por parte do Partido dos Trabalhadores e agora vejo o Presidente colocando nossos argumentos que usávamos lá atrás.

Quero também dizer ao Ministro e ao Dr. Abelardo que exatamente a saída é esta: é disponibilizar rapidamente. Acho que o Ministério das Cidades não vai sozinho fazer absolutamente nada se não contar com a colaboração dos responsáveis pela política macroeconômica do País, do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento, para tentar liberar esses recursos de FGTS e de BNDES rapidamente para os entes federados: para Estados, para Municípios e inclusive para o setor privado.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos agora ao próximo inscrito, que é o Senador Augusto Botelho. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Vou-me prender na parte de saneamento realmente. A Dr^a Ermínia falou que morrem 30 mil pessoas de acidentes de trânsito no País e que agora esses acidentes são responsabilidade do Ministério das Cidades. 30 mil morrem, e seqüelados devem ficar um número de 60 mil pelo menos. Mas fiquei um pouco triste quando li que vamos ter que levar vinte anos para levar água para a casa das pessoas, para botar esgoto sanitário na casa das pessoas.

Então eu gostaria logo de botar a minha visão de médico do interior, lá de Roraima, em que só temos uma cidade que tem 95% de saneamento, que é Caracarái; as outras são todas abaixo de 70, de 50, de 10, de 20%. Coloco a visão do seguinte: o saneamento básico, a água tratada e o esgoto, quando não chega às pessoas mata muito mais do que essa morte de trânsito. A mortalidade de crianças deve chegar perto de um milhão de crianças que morrem por doenças infeto-contagiosas por água não tratada, transmitida pela água, por pisar em esgoto, por transmissão de doenças como a hepatite, a febre tifóide, que é muito mais grave do que isso. Por isso eu gostaria que o Ministério das Cidades passasse a visualizar o

setor de saneamento como um setor de cuidar da vida da pessoa.

Digo também aqui – quero deixar bem claro – que fiquei feliz quando o Presidente Lula criou o Ministério das Cidades e colocou as atribuições todas, juntou o saneamento todo numa casa só. Sou médico e participo das conferências de saúde desde que me formei, em 1972, e nunca conseguimos agrupar as coisas para trabalhar o saneamento de uma forma única. Os senhores do Ministério vão ter esse poder de melhorar a vida das pessoas, de diminuir a mortalidade, se conseguirem empregar bem os recursos e fiscalizarem também para que não haja abusos.

Em 1962, foi feita a primeira rede sanitária em Boa Vista. Foi quebrado um asfalto com menos de um ano depois de ter sido feito para colocar o esgoto sanitário. Este ano de 2003 estive numa cidade do interior do meu Estado, e o mesmo fato se repetindo. Então o Ministério das Cidades, que tem o poder sobre as cidades, tem que evitar que isso ocorra.

Essa Conferência das Cidades, que vamos ter agora em outubro, é a luz do túnel, e o Senador ainda não percebeu isso. Sofri quando comecei a cuidar da saúde do meu Estado porque eu não podia mandar viajar um doente de câncer porque ele não tinha a carteirinha do Inamps; eu não tinha como fazer. Tinha que esperar três meses alguém pagar para ele ter a carteirinha do Inamps para conseguir mandá-lo para fazer um tratamento de câncer numa cidade de mais recurso. E, pelas conferências de saúde, chegamos a esse ponto de hoje em que todos têm direito e acesso aos serviços de saúde. Espero que com a Conferência das Cidades, que vai ser a primeira – espero ter vida para participar até da décima segunda ou da décima primeira –, essa água e o esgoto consigam chegar às pessoas que é para parar de morrer crianças. Quem morre mais com água e esgoto não tratados são as crianças, não somos nós, os adultos, que temos resistência. Então eu gostaria só de deixar esse enfoque para que talvez, na Conferência das Cidades, de que vou participar, a gente priorize as ações do Ministério das Cidades. O metrô é importante, mas é mais importante ter água tratada e esgoto nas casas. Então temos que estabelecer prioridades, colocando o ser humano como prioridade nº 1. Temos que priorizar as pessoas que têm o IDH mais baixo, pois elas estão mais expostas à morte. O metrô dá um pouco de prejuízo para o trabalhador, que terá que fazer um sacrifício. Talvez, ele fique mais exposto a morrer no trânsito, mas as crianças estão morrendo agora. Neste momento, há crianças morrendo porque

não têm água tratada e porque o esgoto é aberto em sua casa.

Gostaria que essa prioridade fosse estabelecida, considerando principalmente a vida da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Antes de conceder a palavra ao Ministro, vou dar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, último inscrito, para que depois o Ministro responda simultaneamente aos dois Senadores, porque já estamos com a hora bastante avançada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, prezado Ministro Olívio Dutra, Secretária Ermínia Maricato, Secretário Abelardo, o Ministro Olívio Dutra, como prefeito de Porto Alegre, desenvolveu da forma mais amadurecida no País a experiência do orçamento participativo, que está sendo transposta ao nível federal. E há enorme dificuldade de se operacionalizar o princípio que ele soube tão bem instituir na cidade da qual foi prefeito, com mais de um milhão de habitantes.

O que observo é que, em Porto Alegre, diferentemente de outras cidades de maior porte, as pessoas sabem que há um orçamento participativo, como podem dele participar e assim por diante. Uma das qualidades e origem do orçamento participativo é justamente poder ouvir melhor a população para que ela própria possa dizer quais são as suas principais prioridades. O Brasil passou por um período em que os poderes econômicos constituídos, aquelas grandes empresas com interesse de realizar investimentos aqui e acolá, influenciavam o poder público para que os recursos da população fossem destinados de maneira a atender mais aos interesses dessas empresas do que os da população.

Como percebo no anúncio da Conferência das Cidades o propósito de organizar pelo Brasil inteiro essa prática idealizada pelo Ministro Olívio Dutra, gostaria que S. Ex^a nos desse seu depoimento de como vê a sua experiência sendo instituída no Governo Federal de forma a que toda a população possa dela participar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos aos Senadores Eduardo Suplicy e Augusto Botelho. Passamos a palavra ao Ministro para que, em cinco minutos, responda aos dois Senadores e termine a participação.

O SR. OLÍVIO DUTRA – Muito obrigado, Senador José Jorge. Agradeço também a todos os Senadores e Senadoras pelas suas presenças, colocações e reflexões. Aos Senadores César Borges, Augusto Botelho e Eduardo Suplicy, quero dizer, rapida-

mente, que lidamos com coisas que não são apenas materiais. O dinheiro é muito importante. Os recursos orçamentários são absolutamente necessários nas três esferas, para atacar esses problemas que justificam a criação do Ministério das Cidades: habitação, saneamento, mobilidade, sensibilidade do transporte urbano, organização espacial humanizada.

Agora, esse Ministério também trabalha com valores que não são medidos e pesados na balança; coisas materiais importantes à vida. Tem que ter a casa e, para transformá-la em lar, é preciso ter uma relação de vivência, de convivência comunitária, de cidadania. Então, o Ministério também trabalha com valores da existência da pessoa, da afirmação da dignidade do ser humano. Agora, saco vazio não para em pé, o cidadão para exercer sua cidadania não pode estar morando em baixo da ponte, ou estar pisando no saneamento, no esgoto aberto, ou está vivendo numa situação de risco iminente porque está numa encosta de morro, está num manancial, está numa área sujeita a inundações. Portanto, o Ministério das Cidades trabalha com coisas materiais, concretamente, mas também com coisas subjetivas, importantes. É por isso que o processo das Conferências das Cidades busca casar essas coisas, criar uma imantação entre o cidadão, a cidadã para que ele se exercite plenamente como sujeito do processo de mudança e possa, definindo prioridades, ter, de parte do Poder Público, nas três esferas, uma ação consequente sobre seu controle.

Então, as Conferências das Cidades vão muito nesta experiência da participação, do protagonismo. Evidentemente que participação cidadã ela não gera dinheiro imediatamente, mas ela gera um valor, eu penso, mais valioso do que o dinheiro: a cidadania, a possibilidade de as pessoas não serem mais objeto da política, mas sujeito dela. E isso possibilita também que o Poder Público tenha um poder maior sobre ele, além dos controles institucionais, dos Parlamentos, dos Legislativos, dos Tribunais de Contas, indispensáveis e necessários na estrutura do Estado e no controle sobre os poderes, em particular sobre o Executivo, mas a cidadania plenamente exercida possibilita também uma definição melhor de prioridades, para que as prioridades não sejam definidas pela pressão econômica, ou pela vaidade do governante ou por essa ou aquela injunção política momentânea. É preciso trabalhar, então, com a cidadania para uma definição melhor de prioridades e uma apropriação pública efetiva do Estado, para o Estado funcionar também melhor, com mais eficiência, com mais economia, mas com mais sensibilidade social.

Então, penso que o Ministério das Cidades, além de ser o endereço do municipalismo, do respeito à relação federada – União, Estados e Municípios –, é também um estimulador, instigador, provocador, no melhor sentido, da cidadania plena, para que possamos ser cidadãos no espaço da cidade.

O espaço da cidade não poder ser um espaço de sofrimento para a maioria dos que nela moram. Tem que ser um espaço de usufruto dos bens da vida para todos. Isso acontecerá na medida em que houver uma participação efetiva das pessoas na produção dessa mudança. Essa mudança não ocorrerá magicamente e nem por exclusiva ação do Ministério das Cidades, mas do conjunto das ações e das políticas desenvolvida pelo Governo e da forma como ele também estabelece a relação qualificada com os entes federados. Então estamos, penso, produzindo isso, já com significativos avanços.

O Presidente da República pôde, em abril, quando, pela primeira vez na história do País, todos os prefeitos brasileiros foram recebidos pelo Presidente da República e os seus Ministros, em especial o Ministério das Cidades. Naquela ocasião, se não me engano, em 4 de abril, o Presidente da República, por um trabalho já feito pelo Ministério das Cidades, junto com a Caixa Econômica Federal, pôde anunciar R\$5,3 bilhões de recursos, não só do FGTS, mas os R\$350 milhões do OGU, mais os recursos do FGTS, do FAT, do PAS, para a construção de moradias e as melhorias habitacionais, principalmente para as famílias com renda de zero a cinco salários mínimos. De lá para cá, já aplicamos desses R\$5,3 bilhões, R\$2,1 bilhões e geramos, por conta disso, mais de 250 mil empregos. Retomamos obras em mais de 660 municípios do País.

Houve progressos importantes, que, evidentemente, ocorreram por conta da relação federada, qualificada, dos entes federados com os agentes sociais e econômicos do setor privado e os movimentos sociais. Estamos concluindo obras de habitação, saneamento e infra-estrutura, iniciadas em 2001 e 2002 e que estavam, muitas delas, paralisadas, em 660 municípios, em 27 unidades da federação. Uma população beneficiada de 550 mil famílias com renda mensal de até três salários mínimos.

Estamos garantindo também a continuidade da execução de 29 obras de habitação e saneamento e, mais do que isso, com a Habitar/BID/Brasil, que retomamos, requalificamos e ampliamos, mais prefeituras puderam também começar a executar os seus projetos da Habitar/Brasil, obras de 40 projetos de urbanização de favelas.

É significativo ver o que aconteceu, por exemplo, em Teresina, capital do Piauí, lá, na Vila Irmã Dulce, o que aconteceu no Município de Guaribas, no Sul do Piauí, o que está acontecendo em Brasília Teimosa, no Recife, para dizer tópicos importantes de uma ação conjugada do Governo, via Ministério da Saúde, via Ministério da Segurança Alimentar, até mesmo o Ministério dos Esportes e este Ministério, o das Cidades. Em seis meses, reduzimos a praticamente zero a mortalidade infantil em Guaribas, só com ações emergenciais em saneamento, água potável. E queremos que essas ações não sejam somente emergenciais, mas contínuas, por isso vamos lá e há mais de 150 operários trabalhando numa rede de esgoto. E gostaríamos de estar fazendo isso no País inteiro.

Diante da escassez de recursos, teremos que saber priorizar bem. Por isso, o Presidente da República tem toda razão: o problema é sério e mais sério nas regiões metropolitanas, onde as pessoas estão amontoadas, sofrendo de todas as carências e onde o saneamento é uma questão gravíssima. Precisamos investir prioritariamente nessas regiões de maior concentração do problema. Todos nós gostaríamos que a questão do saneamento fosse resolvida ontem – nem hoje e muito menos amanhã. Estamos sendo realistas e estamos propondo um tempo de 20 anos, mantido por aquele financiamento de R\$6 bilhões/ano. É evidente que esses recursos não podem ser só do Orçamento da União, têm que ser dos três orçamentos, têm que ser de investimentos do setor privado, têm que ser de financiamento do setor público, do próprio BNDES, da Caixa Econômica Federal, e financiamentos extra-orçamentários, dependendo das nossas relações com a dívida pública e da necessidade de reduzir o pagamento de juros, e vamos precisar investir no setor público.

Esse Ministério está em pleno funcionamento, com uma estrutura enxuta, estabelecendo uma relação séria, qualificada com os entes federados, motivando a cidadania a participar efetivamente, para que as cidades sejam uma extensão do nosso lar. Do que é nosso cuidamos melhor. Então, com a cidadania participando desse processo, temos certeza de que poderemos avançar mais e melhor, embora, às vezes, de forma mais demorada. Mas a democracia é complicada, difícil. Tem-se que abrir espaços novos; sujeitos novos têm que ser estimulados a participar do processo de mudança, e o Estado tem que se armar com a participação da sociedade. Isso demanda tempo, paciência, firmeza, o saber ouvir os diferentes, respeitar as diferenças na pluralidade da vivência

democrática e combater as desigualdades, evidentemente.

Isso é o fundo da ação do nosso Governo e o papel desse Ministério. E queremos ter com o Congresso Nacional e com esta Casa, o Senado, que é a Casa da Federação, uma relação rica, contínua, de auto-alimentação. Queremos estar aqui com os nossos técnicos, com o companheiro João Luiz Dias, da nossa CBTU, para tratar, especificamente e com detalhes, do sistema metroferroviário das quatro capitais. Além delas, outras que também querem ter o seu sistema, cuja prioridade temos que discutir. Considero muito bom que façamos isso, não apenas de passagem, mas de forma contínua e aprofundada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado ao Ministro, aos Secretários, aos Senadores e às demais pessoas presentes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h05min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 17a. REUNIÃO ORDINÁRIA
DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02
DE SETEMBRO DE 2003 ÀS 14:00
HORAS.

Às quatorze horas do dia dois de setembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Eurípedes Camargo, Delcídio Amaral, Valdir Raupp, Gérson Camata, Gilberto Mestrinho, Rodolpho Tourinho, Duciomar Costa, Magno Malta, João Batista Motta, Sibá Machado, Jonas Pinheiro, Luiz Otávio e Augusto Botelho. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senhora Senadora Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os Senhores (as) Senadores(as) Fátima Cleide, Teotônio Villela Filho, José Maranhão, Leonel Pavan, Valmir Amaral, Amir Lando, Paulo Octávio, João Ribeiro, Sérgio Guerra e Marco Maciel. Reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002. Terminativo.

Ementa: “Altera a redação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre rodovias BR-482 e Br- 262, no Estado do Espírito Santo. Autor: Senador Gérson Camata. Relator: José Maranhão. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Adiado em virtude do sobrestamento da pauta do Senado Federal, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2003. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na redação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR”. Autor: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Valmir Amaral. Relatório: Favorável a aprovação com duas emendas que apresenta. Obs: Finalizada a discussão, matéria em fase de votação. Resultado: Adiado em virtude do sobrestamento da pauta do Senado Federal, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2003. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973 (acesso ao cais de Capuaba – Porto de Vitória à BR 262/ ES). Autor: Senador Magno Malta. Relator: Senador Siba Machado. Relatório: Favorável à aprovação do projeto com três emendas. Obs: Finalizada a discussão, matéria em fase de votação. Resultado: Adiado em virtude do sobrestamento da pauta do Senado Federal, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002. Não Terminativo. Ementa: “Dá nova redação ao artigo 22 da Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos”. Autor: Comissão Especial – Rio São Francisco (SF). Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Relatório: Contrário à aprovação do projeto. Resultado: Concedido vista ao Senador Eurípedes Camargo. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2003. Terminativo. Ementa: “Altera a redação das artigos 13 e 14 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. (Estabelece critérios na aplicação de recursos para a universalização dos serviços públicos de energia elétrica).” Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Relator: Senador Paulo Octávio. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Concedido vista ao Senador Eurípedes Camargo.

tado: Adiado em virtude do sobrestamento da pauta do Senado Federal, nos termos do § 6º do artigo 62 da Constituição Federal. Item nº 06– Aviso nº 245, de 2000. Não Terminativo. Ementa: “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 981, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que fundamentam, referente a auditoria realizada junto à Agência Nacional de Petróleo, objetivando conhecer a organização, os sistemas, as operações, as atividades e as peculiaridades da ANP, a fim de subsidiar a elaboração e implementação de novas técnicas, procedimentos e papéis de trabalho para a realização de atividades de fiscalização das concessões e autorizações de serviços públicos referente ao setor de petróleo e gás natural (TC) 000.858/2000-4.” Autor: Pres. Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Teotônio Vilella Filho. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não tendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 07– Requerimento nº 15, de 2003. Assunto: “Com fundamento no art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a finalidade de ouvir entidades de defesa dos direitos do consumidor, (Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor, Dra. Marilena Lazarini; Presidente da Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidores– ADOCON– SC, Sra. Elizabete Baesso; Presidente do Fórum Estadual do Rio Grande do Sul, Dr. Alcebíades Santini; Superintendente de Serviço Público da Anatel, Dr. Marcus Bafutto; Presidente da Associação Brasileira de Prestadores de Serviço Telefônico Fixo Comutado, Dr. Carlos Paiva Lopes), para a instrução do PLS nº 39, de 2002” que “dispõe sobre instalação de aparelho para medição de pulsos telefônicos do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Celular”. Autor: Senador Paulo Octávio. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não tendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 08– Requerimento nº 16, de 2003. Assunto: “Requeiro nos termos do artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal convite para realização de Audiência Pública na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal,

com o Ilmo Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Dr. Sebastião do Rêgo Barros, e com o Ilmo Sr. Presidente do Ibama, Dr. Marcus Barros, com o objetivo de prestar esclarecimentos e informações sobre a exclusão no processo de licitação dos 162 Blocos da Bacia do Espírito Santo, para a exploração de petróleo.” Autores: Senador Gérson Camata e Senador Sibá Machado. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não tendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 09– Requerimento nº 17, 2003. Assunto: “Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Senhor ANTÔNIO PALOCCI FILHO, Ministro de Estado da Fazenda, para em audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, expor os termos da possível renovação de acordo do Governo Brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, tendo em vista que as cláusulas do presente acordo tem sido a principal causa de impedimento de investimentos do Governo na área de infra-estrutura. Requerimento de mesmo teor já foi proposto na mencionada Comissão no dia 19 de agosto último, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.” Autor: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não tendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 10– Requerimento nº 18, de 2003. Assunto: “Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal convite para realização de Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, com a Exmª Sra. Dra. Ermínia Maricato, Secretária Executiva do Ministério das Cidades e do Ilmo Sr. Dr. Fernando Dueire, Secretário de Estado de Infra-Estrutura de Pernambuco, com o objetivo de prestar esclarecimentos e informações sobre os problemas de recursos financeiros, que as empresas gestoras dos metrôns de diversas capitais no país estão enfrentando.” Autor: Senador José Jorge. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não tendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 11– Requerimento nº 19, de 2003. Assunto: “Tendo em vista a aprovação, nessa comissão, da realização de Audiência Pública (RI artigo 90, inciso II) para tratar de problemas envolvendo a liberação de recursos financeiros para obras de transporte me-

troviário em diversas cidades, com a presença da Ilma. Senhora Ermínia Maricato, Secretária Executiva do Ministério das Cidades, requeiro seja convidado o Exmo. Senhor Antonio Imbassahy, Prefeito de Salvador (BA), que enfrenta hoje dificuldades decorrentes da retenção, pelo Governo Federal, de recursos do Banco Mundial para construção do metrô de Salvador.”Autor: Senador César Borges. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não tendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 12– Requerimento nº 20, de 2003. Assunto: “Requeiro, nos termos dos artigos 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, representantes da direção da empresa Ferrovia Centro Atlântica e da Brasil Ferrovias, com o objetivo de esclarecer os investimentos, o planejamento de expansão e as melhorias previstas em toda a malha ferroviária abrangida pela concessão obtida pelas referidas empresas.”Autores: Senador César Borges e Delcídio Amaral. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não tendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Extra Pauta. Item 01– Requerimento nº 21, de 2003. Assunto: “Requeiro, em aditamento ao requerimento nº 18/2003, do Senador José Jorge, nos termos do art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados também para a Audiência Pública com o objetivo de prestar esclarecimentos e informações sobre os problemas de recursos financeiros que as empresas gestoras dos metrôs das diversas capitais no país estão enfrentando, as seguintes autoridades: Deputado Estadual Célio Cássio Moreira, Presidente da Comissão Especial do Metrô da Cidade de Belo Horizonte da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e o Prefeito Fernando Pimentel, de Belo Horizonte.”Autor: Senador Magno Malta. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não tendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada

a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que teremos 12 itens na pauta de hoje, que, em sua maioria, são terminativos e, portanto, não serão votados.

Os itens 1, 2 e 3 são terminativos.

Item 4, não-terminativo: O projeto “dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação de recursos financeiros proveniente da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Esse projeto é de autoria da Comissão Especial do rio São Francisco, comissão criada aqui, na legislatura passada, cujo Relator era o Senador Waldeck Ornelas. O Relator é o Senador Gilberto Mestrinho e o parecer é contrário à aprovação do projeto.

Como o Senador Gilberto Mestrinho não está presente, eu pediria ao Senador Delcídio Amaral que, por favor, lesse o relatório.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, o projeto em exame foi apresentado em 05 de novembro de 2002, como conclusão do terceiro relatório preliminar da Comissão Especial destinada ao Acompanhamento do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e da Instalação do respectivo Comitê de Bacia.

Decorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição. Com a aprovação do Requerimento nº 732, de 2002, a discussão da matéria foi adiada e o projeto, submetido à apreciação na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Não houve, contudo, deliberação, até o término da Legislatura anterior.

Mantida a tramitação, em vista do disposto no inciso III, do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, coube a nós relatar a matéria.

Trata-se de proposição formulada com o objetivo de modificar o **caput** do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, para obrigar que os valores arrecadados, com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e com a

aplicação das multas previstas na lei, sejam empregados integralmente na bacia hidrográfica em que foram gerados.

Outras modificações pontuais são feitas para adequar os demais dispositivos do artigo à nova prescrição.

Segundo os autores, a implementação da cobrança pelo uso da água, marco fundamental na aplicação do princípio usuário/pagador, tem enfrentado dificuldades decorrentes, entre outras, da incerteza na distribuição dos recursos provenientes da referida cobrança, gerando, eventualmente, sacrifícios injustificáveis para bacias que, mesmo dotadas de grande potencial arrecadador, devam arcar com elevados custos de recuperação e manutenção da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos.

Análise.

Entre os objetivos da política nacional do meio ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 1981, figura a adoção do princípio usuário/pagador e de sua decorrência imediata – o princípio poluidor/pagador. Em matéria de proteção ambiental, a imposição desse princípio significa transferir do Poder Público, para usuários e poluidores respectivamente, os custos advindos da utilização ou degradação dos recursos naturais.

A adoção desses princípios foi ratificada pela Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 1997. Entre os instrumentos dessa política, insere-se a cobrança pelo uso de recursos hídricos, com os objetivos de: reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água; obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de gerenciamento dos recursos hídricos.

Conforme o texto legal vigente, os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água serão aplicados prioritariamente, mas não obrigatoriamente na bacia hidrográfica em que foram gerados.

Conforme o art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas, esses valores, quando provenientes de recursos hídricos de domínio da União, serão mantidos à disposição da ANA. As prioridades de aplicação desse fundo serão definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os respectivos comitês de bacia hidrográfica.

No âmbito de uma ou mais bacias hidrográficas, conforme o caso, as agências de águas, que exercem

a função de Secretaria Executiva do respectivo comitê dos respectivos comitês de bacia hidrográfica, devem propor, por sua área de atuação, além dos valores a serem cobrados, o plano de aplicação dos recursos arrecadados, com a cobrança pelo uso da água. Não há, entretanto, previsão legal a respeito da competência dos comitês de bacia, para aprovar o plano de aplicação dos valores em questão.

Parece-nos pertinentes, no entanto, as preocupações externadas pelos subscritores do Requerimento nº 732, de 2002, pelo qual a matéria foi submetida à apreciação desta Comissão. Segundo os autores, em razão da enorme diferenciação entre as bacias hidrográficas brasileiras, determinadas bacias podem enfrentar dificuldades em utilizar o volume de recursos arrecadados, ao passo que, em outras, o volume do rio e o potencial econômico da região podem até mesmo inviabilizar a cobrança pelo uso da água.

Deve-se ressaltar, mais uma vez, que as prioridades de aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, em rios de domínio da União, são estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os respectivos comitês de bacia hidrográfica. Em outros casos, essas prioridades serão propostas ao respectivo ou aos respectivos comitês de bacias, pela agência de água competente. Dessa maneira, parece resguardado o princípio democrático que deve nortear a gestão dos recursos hídricos e, em particular, a aplicação dos valores decorrentes da cobrança pelo uso da água.

Desse modo, a proposição em exame não nos parece oportuna, dado que restringirá, desnecessariamente, o campo de aplicação dos recursos, provenientes da cobrança pelo uso da água à própria bacia hidrográfica, eliminando a possibilidade de que esses sejam alocados, como resultado de debates amplos e plurais, em outras bacias, cujo volume do rio ou potencial econômico da região dificultem ou mesmo impossibilitem a efetivação da cobrança.

Diante do exposto, o Relator, o ilustre Senador Gilberto Mestrinho, vota pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado ao Senador Delcídio Amaral.

O projeto está em discussão.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Eurípedes Camargo, V. Ex^a tem a palavra, para discutir o projeto.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Há um conflito entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração, mas os técnicos dos dois órgãos estão em entendimento, e será possível sanar algumas questões que, depois, nos trarão subsídios para a nossa decisão.

Peço vistas deste projeto, para remir, então, essas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É concedida vista a V. Ex^a.

Espero que o Ministro José Dirceu possa resolver essas divergências.

Passemos para o próximo item.

O item 5 é de caráter terminativo.

O **item 6** é não-terminativo e o Relator é o Senador Teotônio Vilela. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 981, de 2000, bem como os respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada na Agência Nacional de Petróleo, objetivando conhecer a organização nos sistemas de operações, as atividades e as peculiaridades da ANP, a fim de subsidiar a elaboração e a implementação de novas técnicas, procedimentos e papéis de trabalho, para a realização de atividades de fiscalização das concessões e autorizações de serviços públicos referente ao setor de petróleo e gás natural.

Trata-se de um relatório do Tribunal de Contas. O parecer do Relator é pelo arquivamento da matéria.

Eu não sei se o Senador Gérson Camata poderia ler o relatório.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, trata-se de um documento protocolado, sob a inspeção realizada na Agência Nacional de Petróleo pelo Tribunal de Contas. A conclusão natural e normal do Relator é que se tome conhecimento e que se determine o arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O Senador Teotônio Vilela e o nobre Senador Gerson Camata são favoráveis ao arquivamento da matéria.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O relatório será arquivado e ficará à disposição dos Srs. Senadores que, amanhã, quiserem examinar com mais detalhe o funcionamento da ANP. Esse relatório é bastante minucioso.

O **item nº 7** refere-se a um Requerimento que, exatamente, servirá de base para aquele projeto do Senador Paulo Octávio. Trata-se do projeto que coloca um medidor de telefone em cada residência para

ser possível saber qual é a sua conta a qualquer momento, como existe para energia, por exemplo.

“Com fundamento no art.90, inciso XII, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno, requiro realização de audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infra-estrutura, com a finalidade de ouvir entidades de defesa dos direitos do consumidor – Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor, Dr^a Marilene Lazarini; Presidente da Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher Dona de Casa e Consumidores – Adocon, Sr^a Elizabete Baesso; Presidente do Fórum Estadual do Rio Grande do Sul, Dr. Alcebíades Santini; Presidente de Serviços Públicos da Anatel, Dr. Marcos Marcos Bafuto; Presidente da Associação Brasileira de Prestadores de Serviços Telefônicos Fixos Comutados, Dr. Carlos Paiva Lopes – para instrução do PLS 39, de 2002, que dispõe sobre a instalação de aparelhos para medição de pulsos telefônicos de serviço telefônico fixo comutado e do serviço móvel celular.

Senador Paulo Octávio.”

Isso é exatamente para instruir a aprovação daquele projeto que está na nossa pauta.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

O segundo requerimento é de autoria do nosso Senador Gerson Camata.

“Requiro, nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, convite para realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-estrutura do Senado Federal, com o Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Dr. Sebastião Rego Barros, com o objetivo de prestar esclarecimentos e informações sobre a exclusão no processo de licitação dos 162 blocos da bacia do Espírito Santo para exploração de petróleo.”

Em discussão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite somente um esclarecimento? Não é nenhuma discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Ex^a tem a palavra para explicar.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Companheiros Senadores, no Espírito Santo, recentemente, a Agência Nacional do Petróleo realizou uma licitação pública para distribuição de blocos para ex-

ploração de petróleo ao longo do litoral brasileiro. Uma decisão tomada na véspera pela ANP trouxe prejuízo e fez com que várias grandes empresas se afastassem da licitação, por gerar dúvidas quanto à firmeza da ANP em determinadas decisões que toma, mudando regras em cima da hora da licitação.

O que ocorreu? Uma ONG internacional resolveu, de uma hora para outra, com a colaboração de traidores do Espírito Santo, excluir todos os blocos situados ao norte da cidade de Vitória até a fronteira com a Bahia. A alegação foi de que a área que estava para ser licitada, ou seja, os blocos a serem licitados estavam a 200 Km de Abrolhos. Imaginem! É uma tentativa de impedir que o Brasil atinja a auto-suficiência de petróleo.

Isso aconteceu exatamente porque poucos dias antes, em frente ao Município de Fundão, no litoral norte do Estado, foi descoberto um bloco com mais de um bilhão de barris de petróleo mais fino que o petróleo brant, que é o melhor do mercado internacional. Como sabem que dali para frente começará uma província petrolífera de petróleo de alta qualidade, é bom inibir a auto-suficiência do Brasil.

Pressionada pelo Ibama, que foi pressionado por essa organização, a ANP, na véspera da licitação, causando enorme prejuízo ao Brasil, retirou aqueles blocos da licitação.

O requerimento não tem nada contra a ANP, mas é a favor do Brasil e do Espírito Santo.

O que eu estou pretendendo é ter acesso completo ao processo que fundamentou essa decisão tão inopinada, para descobrir e apontar à opinião pública do Espírito Santo quem são os quinta-colunas que, aninhados em postos do Governo, depõem e trabalham contra a economia, o progresso do Espírito Santo e a auto-suficiência de petróleo do Brasil, que é tão sangrado e sofre tanta perda de divisas na compra do imprescindível petróleo que dá energia aos seus transportes e a toda economia brasileira. Eu somente quero ter acesso a esses documentos e ao motivo da convocação.

Agradeço o apoio que possa ter dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O requerimento continua em discussão.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solidarize-me com a causa do Senador Gerson Camata. Qualquer obra de grande vulto do país está sendo matéria de muitos debates por instituições locais e estrangeiras. O mais importante de

tudo isso é que todos nós tenhamos o acerto da direção desejada.

Quero sugerir, se for o caso, que, numa audiência dessa natureza, esteja presente o Presidente do Ibama, Dr. Marcos Barros, para podermos enriquecê-la ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Continua em discussão o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Queria me solidarizar com o Senador Gerson Camata, porque o meu Estado, Roraima, há mais de 30 anos, vem sofrendo pressões de ONGs. Como somos pequenos e fracos, não temos tido voz, ultimamente. Neste Governo, o povo que habita Roraima começou a ter voz.

Só para exemplificar, a situação é bem clara: quase 70% do meu Estado é área indígena ou de preservação e todas essas áreas são províncias minerais. A Raposa Serra do Sol é uma área do meu Estado possível de petróleo, pois é situada justamente entre a área petrolífera da Venezuela e da Guiana.

Essas ONGs não querem que o Brasil cresça e fique dependente, porque representam realmente os interesses internacionais. Se ficarmos auto-suficientes em petróleo, ficaremos mais ricos, poderemos trabalhar mais. Se começarmos a explorar o ouro que temos em Roraima, desequilibraremos esse mercado, como desequilibrou na época em que foi aberto o Garimpo de Santa Rosa, que baixou o preço internacional do ouro. Foram tiradas mais de 100 mil toneladas de ouro de Roraima, em 3 anos.

Estamos aqui para trabalhar contra essas organizações internacionais que, muitas vezes, iludem pessoas de boa-fé com o argumento da defesa ecológica. Duzentos quilômetros de Abrolhos, só jogando um míssil naquela direção para poder complicar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero também fazer coro à iniciativa do Senador Gerson Camata, até pela importância do Espírito Santo, e com muita razão. Eu, como ex-Petrobrás, tenho absoluta convicção de que o Espírito Santo será talvez um dos Estados mais promissores, não só na produção de óleo, mas também na produção de gás natural. Será estratégico, inclusive, na interligação dos Sistemas Sudeste e Sul com o Nordeste, através de um gasoduto que eventualmente sairá apenas do

Espírito Santo, pelo potencial das jazidas de gás do Estado, e chegará à Bahia.

Essa iniciativa é muito importante, especialmente importante para conversarmos um pouco sobre a ação de ONGs. V. Ex^a citou o caso específico do Espírito Santo, e aqui foram dados outros exemplos. A iniciativa do Senador Sibá Machado é ótima.

Sou de uma região no Mato Grosso do Sul, que é o conhecido Pantanal sul mato-grossense, uma das regiões mais ricas do país e do mundo, com relação à fauna e à flora. Mas, infelizmente, temos enfrentado enormes dificuldades, também, em função de ações de grupos que, efetivamente, não querem que nada aconteça naquela região. Acima de tudo, devemos, respeitando a natureza, respeitando o conceito de desenvolvimento sustentável, olhar as pessoas que ali vivem, para que essas pessoas tenham um futuro melhor.

Essa união da ANP com o Presidente do Ibama será uma oportunidade ímpar para discutirmos essas questões.

Parabéns, Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, para discutir.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Considero importante, Senador Gerson Camata, Sr. Presidente, essa posição de V. Ex^a, na medida em que vai contribuir para esclarecer algo muito importante.

Essa questão de se imaginar que, nessa distância, Abrolhos estaria ameaçada chega a ser preocupante, porque não pode existir isso. Ao mesmo tempo, não há sentido nessa pressa em resolver, em abortar uma licitação na ANP. Não vemos essa mesma pressurização em outros lugares. Ao longo da Praia do Forte, na Bahia, os corais estão morrendo por força dos rios que chegam carregados de terra, em função do desmatamento, mas não vejo o Ibama tomando uma providência tão rápida em relação a isso. São dois pesos, duas medidas.

A posição de exploração do Espírito Santo é importantíssima, como citou aqui o Senador Delcídio Amaral, não só para o País, para o desenvolvimento de uma nova província, mas também para a interligação do gasoduto Sudeste/Nordeste, que vai do Espírito Santo à Bahia – e esse será o gasoduto definitivo – e que propiciará o desenvolvimento do Nordeste, porque possibilitará uma política sustentável de energia. Com o esgotamento da capacidade energética do rio São Francisco – não por chuvas, mas por não termos como crescer mais na geração de energia, a

não ser através de linhas de transmissão, o que está sendo feito –, a alternativa seria o gás, e tenho certeza de que é o gás do Espírito Santo. Essa é a grande esperança da Bahia, Senador Gerson Camata. Na medida em que avançarmos nessas províncias do Espírito Santo, que contam com prognósticos favorabilíssimos, chegaremos também a outras províncias que estão ainda guardadas na Bahia.

Apóio V. Ex^a e julgo muito oportuno o seu requerimento e essas informações solicitadas.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Quero agradecer aos companheiros, Sr. Presidente, o apoio, principalmente dos companheiros que, militando na área de energia, sabem que o Espírito Santo tem 30% das reservas brasileiras de petróleo. Quando começam a impedir, na verdade, estão de olho no lençol da Bahia, porque, estabelecendo um raio de 200 Km, passa de onde o recôncavo vai para dentro do mar, com as centrais...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – E são 200 quilômetros de cada lado; quer dizer, são 400 Km.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Estão objetivando atacar a Bahia, mas estão usando o Espírito Santo como aríete.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Continua em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Gerson Camata, com a adição da sugestão do Senador Sibá Machado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

O outro requerimento é da Senadora Ideli Salvatti.

Diz o requerimento:

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Sr. Ministro Antonio Palocci Filho para, em audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, expor os termos da possível renovação de acordo do Governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, tendo em vista que as cláusulas do presente acordo têm sido a principal causa de impedimento de investimento do Governo na área de infra-estrutura.

Requerimento no mesmo teor foi proposto também no dia 19 de agosto, tendo autoria do Senador Eduardo Suplicy.”

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os dois próximos requerimentos são em relação àquela questão que aconteceu na reunião com o Ministro das Cidades, na semana passada.

Tendo em vista a discussão que houve sobre a questão dos metrô, ficou combinado que eu elaboraria um requerimento, como eu fiz: "requero; nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, convite para realização de audiência pública na Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal com a Exm^a Sr^a Dr^a Ermínia Maricato, Secretária Executiva do Ministério das Cidades, e do Exm^o Sr. Dr. Fernando Dueire, Secretário de Estado de Infra-estrutura de Pernambuco, com objetivo de prestarem esclarecimentos e informações sobre os problemas de recursos financeiros que as empresas gestoras de metrô em diversas capitais do País estão enfrentando."

Houve um outro requerimento, também do Senador César Borges, que inclui nessa audiência o prefeito Antonio Imbassahy, que toma conta do metrô de Salvador.

Esses dois requerimentos, na realidade, vão permitir a discussão da situação dos metrô em construção no Brasil.

Posteriormente, houve um outro requerimento do Senador Magno Malta, que inclui o prefeito de Belo Horizonte, que também tem um metrô, e um Deputado Estadual, Célio Moreira, que é Presidente da Comissão Especial do Metrô da cidade de Belo Horizonte.

Todos os requerimentos anunciados versam sobre a discussão da situação dos metrô com os responsáveis. A Secretária inclusive solicitou aqui a possibilidade de falar sobre esse assunto.

Todos são favoráveis.

Está aprovado o requerimento.

O último requerimento é de autoria do Senador César Borges. Diz o requerimento: "Requero, nos termos do art. 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado para audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços e Infra-estrutura, representante da direção da empresa Ferrovia Centro-Atlântica, com objetivo de esclarecer os investimentos, o planejamento de expansão e melhoria pre-

vista em toda a malha ferroviária abrangida pela concessão obtida pela referida empresa."

É um requerimento sobre ferrovia, assunto muito importante para a nossa Comissão.

Em discussão o requerimento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Gostaria, Sr. Presidente, se fosse possível, de incluir a Brasil Ferrovias, que atende a Ferronorte, a Ferrobar e a Novo Oeste.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então está incluída também no requerimento mais uma empresa ferroviária.

Continua em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Gostaria de convidar todos os Senadores do PFL e de outros Partidos para um movimento que vamos fazer agora na frente do Congresso contra o aumento de impostos. Estão todos convidados.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h.)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 18a. REUNIÃO ORDINÁRIA DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2003 ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas do dia nove de setembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Eurípedes Camargo, Valmir Amaral, Gilberto Mestrinho, Rodolpho Tourinho, Duciomar Costa, Leonel Pavan, Magno Malta, Luiz Otávio e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senhores (as) Senadores(as) Serys Silhessarenko, Valdir Raupp, Fátima Cleide, Gérson Camata, João Batista Motta, Sibá Macha-

do, Teotônio Vilela Filho, José Maranhão, Amir Lando, Paulo Octávio, João Ribeiro, Sérgio Guerra e Marco Maciel. Reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Audiência Pública – 1ª Parte da reunião. Item nº 01 – Mensagem (SF) nº 177, de 2003. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Carlos Alberto Cotta para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Rodolpho Tourinho. Resultado: Encerrada a argüição do indicado, não foi realizada a votação em escrutínio secreto por falta de quorum. Iniciada a argüição do indicado fazem uso da palavra os Senhores(as) Senadores(as) Rodolpho Tourinho, Hélio Costa, Eurípedes Camargo, Luis Otávio, Valmir Amaral e Eduardo Azevedo. 2ª Parte da Reunião – Matérias Deliberativas – Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002. Terminativo. Ementa: “Altera a redação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre rodovias BR-482 e Br-262, no Estado do Espírito Santo. Autor: Senador Gérson Camata. Relator: José Maranhão. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Adiado por falta de quorum. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2003. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na redação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR”. Autor: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Valmir Amaral. Relatório: Favorável a aprovação com duas emendas que apresenta. Obs: Finalizada a discussão, a matéria encontra-se em fase de votação. Resultado: Adiado por falta de quorum. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2003. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973 (acesso ao cais de Capuaba – Porto de Vitória à BR 262/ ES). Autor: Senador Magno Malta. Relator: Senador Siba Machado. Relatório: Favorável à aprovação do projeto com três emendas. Obs: Finalizada a discussão, a matéria encontra-se em fase de votação. Resultado: Adiado por falta de quorum. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002. Não Terminativo. Ementa: “Dá nova redação ao artigo 22 da Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos”. Autor: Comissão

Especial – Rio São Francisco (SF). Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Relatório: Contrário à aprovação do projeto. Obs: Concedido vista ao Senador Eurípedes Camargo em 02/09/2003 e devolvido sem voto em separado. Resultado: Adiado por falta de quorum. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2003. Terminativo. Ementa: “Altera a redação das artigos 13 e 14 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. (Estabelece critérios na aplicação de recursos para a universalização dos serviços públicos de energia elétrica).” Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Relator: Senador Paulo Octávio. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Adiado por falta de quorum. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: “Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que as regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado.” Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador João Batista Motta. Relatório: Favorável na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado por falta de quorum. Obs: Em 06/05/03, após a leitura do relatório é concedido vista coletiva aos Senadores Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior, não tendo os mesmos se manifestado através de voto em separado. Item nº 07 – Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2003. Não Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a alteração da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Cameté -Limoeiro (PA-156) à BR-422 (Novo Repartimento) à BR-230 (Transamazônica) na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal.” Autor: Deputado Gerson Peres. Relator: Duciomar Costa. Relatório: Favorável a aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado por falta de quorum. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ JORGE
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Iniciamos neste momento, Sr^{as} e Srs. Senadores, a 18ª reunião ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 9 de setembro de 2003, terça-feira,

às quatorze horas, Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que da pauta desta reunião consta um único item. Havia outra pauta com diversos itens, mas a maioria era de itens terminativos e a pauta do Senado encontra-se fechada por conta de uma medida provisória que está fechando a pauta desde a semana passada, então só com votação dessa medida é que poderemos ter uma nova possibilidade de votarmos matérias terminativas.

O item da pauta refere-se a uma audiência pública tendo em vista a Mensagem nº 177, de 2003, cuja ementa diz o seguinte: submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Carlos Alberto Cotta*, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, Dnit. O autor é a Presidência da República e o Relator é o Senador Rodolpho Tourinho.

Em primeiro lugar, passamos a palavra ao relator, Senador Rodolpho Tourinho, que vai apresentar o seu relatório; posteriormente passaremos a palavra ao indicado, o ex-Deputado, amigo, Dr. Carlos Alberto Cotta.

A lista de inscrição, para questionamentos ao senhor indicado, encontra-se sobre a mesa. O indicado terá meia hora para sua exposição, depois será aberta a fase de interpelação para as Sr^{as} e Srs. Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao interpelado o mesmo tempo para a réplica. A palavra aos Srs. e Sr^{as} às Sr^{as} Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Estamos aqui mais uma vez para analisar uma indicação do Poder Executivo, desta vez para uma diretoria do Dnit, e – diga-se de passagem – já havíamos aprovado um nome, quando foi aprovada toda a reunião da diretoria deste órgão, aprovamos o nome de um indicado pelo Poder Executivo. Mas, infelizmente, aparentemente, o nome indicado para a diretoria de Administração e Finanças não teve a atuação

ética necessária para exercer um cargo dessa dimensão; então foi demitido pelo Poder Executivo, que agora nos remete uma nova indicação para essa função. É responsabilidade da Comissão, porque inclusive quando aprovamos um nome de qualquer maneira somos co-responsáveis. Peço, então, a maior atenção de todos os Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, relator dessa matéria.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Dr. Carlos Alberto Cotta, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 177, de 2003, nº 421, de 2003, na origem, submete ao exame do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Alberto Cotta, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes – Dnit.

O Dnit, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criado pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Em virtude da alteração introduzida na referida lei pela Medida Provisória nº 2.217/3, de 4 de setembro de 2001, as nomeações dos diretores do órgão passaram a depender de aprovação do Senado Federal.

O indicado é cidadão brasileiro, nascido em Dom Silvério, Estado de Minas Gerais, em 1932. Gradou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro.

O currículo do Dr. Carlos Alberto Cotta demonstra, todavia, que sua vida profissional esteve sempre dividida entre a atividade parlamentar e a administração pública. Assim, em Minas Gerais ocupou os mais altos cargos da estrutura do governo estadual. Foi titular da Secretaria de Governo e Coordenação Política no Governo Tancredo Neves, de 1983 a 1984, tendo permanecido no cargo até 1986, já na administração do Governador Hélio Garcia, que sucedeu o então candidato à Presidência da República.

Juntamente com a Secretaria de Governo, tem experiência no Executivo estadual e passagens pela Secretarias da Fazenda, do Planejamento, Coordenação Geral de Esportes, Lazer e Turismo, do Trabalho e Ação Social e da Cultura.

Especial registro merece a atuação do indicado à frente da Companhia Mineradora de Minas Gerais, a Comig, empresa mineira que dirigiu por quase uma década, de 1991 a 1999. Nesse período, promoveu um processo de incorporação de outras três empresas, a Companhia Agrícola de Minas Gerais – Camig, a Metais Minas Gerais – Metamig e Águas de Minas Gerais – Hidrominas. Fruto desse processo, a Comig chegou aos dias de hoje como uma das empresas mais atuantes do Estado de Minas Gerais.

Do histórico da atuação parlamentar do Dr. Carlos Alberto Cotta constam seis mandatos de Deputado. O primeiro deles, exercido no Legislativo estadual mineiro, entre 1967 e 1971, e os demais na Câmara dos Deputados, perfazendo um total de 20 anos ininterruptos de atividade no Congresso Nacional, entre 1971 e 1991.

De acordo com os atributos presentes no **currículo vitae** encaminhado em anexo à Mensagem nº 177, de 2003, o indicado está credenciado para o exercício das atividades inerentes ao cargo para o qual foi escolhido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, segundo o qual ocupante de cargo de Diretor do Dnit deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do Departamento e elevado conceito no campo da sua especialidade.

Diante disso, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão a indicação do Sr. Carlos Alberto Cotta, constante da Mensagem Presidencial nº 177, de 2003, nº 421, de 2003, na origem, em cumprimento ao disposto no art. 52, §3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço a V. Exª, Senador Rodolpho Tourinho.

Passo a palavra ao indicado, que terá o prazo de 30 minutos. V. Sª tem a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO COTTA – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Sr. Relator, Senador Rodolpho Tourinho, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Ss. Deputados, inicialmente, agradeço a indicação do meu nome, a ser submetido ao Senado Federal para que eu pudesse assumir este cargo. Agradeço ao meu Partido, o PTB, base do Governo, por ter indicado

meu nome, sabendo das dificuldades inerentes a este cargo.

Agradeço a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, apoiaram meu nome desde a primeira hora, como o Senador Hélio Costa, do meu Partido. É uma honra muito grande estar aqui no Senado, um ambiente que me é muito familiar para mim.

Realmente, quando procurei pela primeira vez o Senador José Jorge, senti a mesma reação que S. Exª, que havia me dito que era com certo constrangimento que esta comissão novamente ia aprovar ou rejeitar um nome de um candidato para o Dnit, uma vez que vários nomes já passaram por esta diretoria especificamente, deixando o Senado Federal e, sobretudo, esta Comissão em uma situação embaraçosa, dado o que aconteceu com aqueles que postularam esse cargo.

O Dnit é um órgão muito pequeno e relativamente novo, com apenas dois anos de idade. Ele é o órgão gestor e o órgão executor do Ministério dos Transportes, criado por uma lei de junho de 2001, e ainda está na sua fase de reestruturação. A sua criação foi um pouco tumultuada e, naturalmente, recebeu o reflexo daquela empresa que o antecedeu, o DNER, com os seus problemas. Até hoje, isso cria grandes embaraços ao Dnit.

O Dnit é uma empresa de caráter presidencialista, tendo um Diretor-Geral, um Diretor de Planejamento e Estatística, um Diretor de Administração e Finanças e um Diretor de Aquaviário. Ele é o DNER, que era o Departamento de Estradas de Rodagem, ampliado no setor ferroviário e no setor aquaviário. Então, além de ser um órgão ampliado, ele tem várias interfaces: uma com o sistema da Marinha, outra obedecendo ao Conit e também obedecendo à Agência Nacional de Políticas de Transportes.

É um órgão muito interessante e muito importante para o País como um todo, em relação às suas rodovias, seja na sinalização, seja na restauração, seja na modernização, seja na construção de novas rodovias. É um órgão de fundamental importância para o País. Lamentavelmente, no entanto, tem havido certos problemas exatamente em um órgão que é o colaborador principal do Diretor-Geral – hoje, nosso Diretor-Geral é o Dr. Coutinho – na direção desse órgão. Ele mexe com a administração e com aquilo que é mais nevrálgico em qualquer empresa, seja pública ou privada, que é exatamente o orçamento e o seu fluxo financeiro.

De forma que o Dnit é um órgão muito importante. Estou realmente impressionado com o que ele po-

derá, em um futuro não muito longínquo, desempenhar, realizando totalmente suas funções.

Para mim, o Dnit vai ser uma experiência muito importante. Dado todas as experiências que já tive na vida, tenho impressão de que o Dnit deverá ser o grande desafio que vou enfrentar. E como disse o Presidente da Comissão, Senador José Jorge, é realmente algo muito curioso. Penso que tem que haver uma interação muito grande entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Ministério do Meio Ambiente. Enfim, ele é um órgão que tem interface com inúmeros órgãos da administração do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais.

Tenho impressão de que será uma boa ginástica intelectual e administrativa o que poderemos fazer no Dnit. Tenho a convicção de que muitas coisas que são faladas no Dnit – hoje, quando ando na rua, sobretudo em Minas Gerais, e digo à pessoa que eu, possivelmente, irei para o Dnit, falou: “O que é isso, rapaz? Não faça isso. Sai disso”.

Penso que vale a pena. Essas coisas são passageiras. Sou um homem tenaz, tenho perseverança e tenho a convicção plena de que, com boa-vontade, com a união de toda a Diretoria, com o apoio do Ministro dos Transportes e do Governo, interagindo com o Congresso Nacional, poderemos chegar a um porto seguro na administração do Dnit, mesmo porque se trata de um órgão fundamental. Seja comigo ou com quem quer que seja, ele terá de ser um órgão de grande desempenho nacional.

É evidente que estamos na época das vacas magras. É a época da criatividade e, com ela, vamos lutar para que possamos fazer do Dnit, tanto no meu setor como integradamente com os demais diretores e o Diretor-Geral, fazer do Dnit um órgão que seja orgulho nacional, como o DNER, em um passado não muito distante, foi realmente um órgão excepcional para o nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao ilustre Relator pela gentileza de seu relatório, agradeço ao Presidente por ter acolhido a Mensagem do Presidente da República, convocando essa reunião.

No primeiro instante, pensei até que V. Ex^a declinasse dessa convocação, dada a revolta que esta Comissão e o próprio Senado têm em relação a este “vestibular”, essa arguição dos diretores do Dnit. Espero e creio que, num futuro muito próximo, essa imagem seja dissipada e novas nuvens apareçam no cenário nacional.

Acrescento que ele sofre ainda as conseqüências de muitas coisas que ocorreram, as quais serão sanadas. O Presidente da República já estabeleceu programas que irão restituir o que foi retirado e consertar o que foi naturalmente alvejado.

Tenho firme esperança de que o Dnit, como órgão operacional do Ministério dos Transportes, dará a resposta que o País, o Presidente, o Vice-Presidente, o Congresso Nacional e todos nós esperamos.

Em síntese, era o que queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a V. S^a. Antes de iniciar os debates, quero dizer que a minha idéia, como Presidente desta Comissão, seria retardar ao máximo essa audiência pública com relação a essa substituição que houve, exatamente por ela se realizar praticamente há dois ou três meses da anterior, quando aprovamos o nome indicado pelo Poder Executivo. E, menos de 90 dias depois, foi colocado para fora por corrupção comprovada, aparentemente. Não sabemos os detalhes e isso ficou muito mal para a Comissão.

A reação que poderíamos ter é exatamente tentar demorar o máximo para fazer essa audiência pública. Mas, em homenagem ao passado de V. S^a, um ex-Deputado, pessoa que tem toda uma vida de luta e de trabalho, resolvemos deixar isso para a próxima vez em que houver um fato parecido.

Iniciaremos os debates, passando para a palavra ao primeiro inscrito, o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOUPHO TOURINHO (PFL – BA) – Dr. Carlos Cotta, por acaso, ontem, o senhor teve a oportunidade de assistir a um pronunciamento que fiz sobre a agricultura brasileira, em que eu colocava, Sr. Presidente, quatro pontos, entre outras coisas, extremamente importantes. Primeiro, voltei a defender, abertamente, subsídios para a agricultura brasileira, com reações possivelmente de várias áreas. Mas voltarei a defenderei isso. O segundo ponto era a necessidade de uma reforma tributária que desonerasse as exportações, para que pudéssemos criar um mercado maior. Defendi também a questão de negociações multilaterais, a exemplo do que está sendo realizado, esta semana, em Cancun, na OMC. Sustentamos uma posição, junto à OMC, de defesa, sobretudo, do agronegócio brasileiro.

Há mais um ponto, entre outros, que é um dos fatores limitadores da nossa expansão. Pelos cálculos dos especialistas, podemos até triplicar a nossa área plantada. Vamos atingir, no ano de 2004, 125 milhões de toneladas de grãos – isso tudo na mesma

área plantada nos últimos anos. O grande fator, o gargalo interno, é a infra-estrutura. Hoje, tenho certeza de que em Minas Gerais deve ser igual ou pior do que na Bahia. É algo terrível. Nossa infra-estrutura de estradas está acabada. Não temos visto, nos últimos tempos, uma solução, ao menos no que diz respeito às verbas. Talvez haja preocupação, mas não há verba para resolver esse tipo de problema. Sem escoamento de safra, não há agricultura que cresça.

No setor do agronegócios, no ano passado, o crescimento foi de quase 9% contra um crescimento do PIB muito pequeno. Foi um crescimento fantástico. Este ano, ao longo de cinco meses, o agronegócio já cresceu 5,3%. Creio que essa deve ser a grande preocupação na área de transportes. Gostaria de ouvir sua opinião, com a experiência que V. S^a possui – inclusive, com muito sucesso, em Minas Gerais, na junção das três empresas que acabaram formando hoje uma grande empresa mineira –, sobre as soluções que prevê para que não precisemos conviver com esse gargalo.

Entendo que o papel do Dnit é absolutamente fundamental nessa área, mais ainda na área financeira. Aproveito para desejar-lhe felicidades no cargo e gostaria de conhecer sua posição.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Cotta.

O SR. CARLOS ALBERTO COTTA – Senador Rodolpho Tourinho, a preocupação de V. Ex^a coincide com a nossa. Se analisarmos os parcos recursos que tem o Dnit relativamente às suas necessidades, só em Minas Gerais estão 20% da malha viária nacional. Todas as estradas, não só de Minas, mas no Brasil como um todo, estão deixando a desejar. Não é algo de agora, mas de muito tempo. Realmente, o produtor e sobretudo o transportador são onerados gradativamente com essas estradas, além de outros problemas que são acarretados em função de sua má conservação. Como há insuficiência de recursos, temos que ter criatividade: fazer uma boa sinalização, uma boa manutenção naquilo que ainda resta, a conservação, a restauração. Não devemos iniciar novas obras, porque não há dinheiro. Ao menos, precisamos remediar a situação do produtor e do transportador. Creio que é por aí que deveremos caminhar com o Dnit, até que tenhamos um horizonte mais favorável, para que possamos iniciar grandes obras no setor rodoviário.

O Brasil fez uma política errada no que diz respeito à rede ferroviária, que, hoje, praticamente inexistente no território nacional. Há grandes possibilidades no programa aquaviário, que é o sistema das hidrovi-

as, sobretudo no rio São Francisco, que V. Ex^a conhece melhor do que eu. Falo também dos portos, tanto os de interior quanto os marinhos, com interface com a Marinha. Creio que, se cuidarmos do que temos honestamente, se convocarmos os empresários do setor rodoviário e tivermos com eles uma relação amigável, fraterna, honesta e honrada, poderemos melhorar muito a situação das estradas nacionais. É a impressão que tenho.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos, então, ao segundo inscrito, que é o Senador Hélio Costa.

V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, inicialmente, Sr. Presidente, Senador José Jorge, saudar os Srs. Senadores presentes por meio do relatório apresentado pelo Senador Rodolpho Tourinho, objetivo, claro e mostrando a qualidade profissional do indicado, Dr. Carlos Cotta. Quero fazer uma saudação especial ao Presidente da Comissão de Transportes, Deputado Romero Queirós, que se encontra conosco, participando desta audiência, e também aos Deputados que vieram em sinal de amizade e consideração que têm pelo Dr. Carlos Cotta, que foi Deputado Federal durante vinte anos, inclusive Constituinte de 1986, participando com muitos de nós, do Congresso, inclusive com V. Ex^a, Presidente José Jorge, daquele momento extraordinário da história da República que foi a Constituinte.

Para nós, de Minas Gerais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito honroso estar aqui, sobretudo para exaltar essa indicação que faz o Excelentíssimo Senhor Presidente da República para um cargo tão importante quanto o de Direção Financeira do Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre, o Dnit.

Exatamente por essa razão fiz questão de aqui comparecer, não apenas como Senador do PMDB, mas como Vice-Líder do Governo no Senado. O Dr. Carlos Cotta é indicado pelo PTB, que faz parte do Bloco de apoio ao Governo, mas tem o apoio de todos nós, sobretudo porque a sua experiência no campo administrativo vem com o respaldo de um dos homens mais sérios e mais corretos da história da República que foi o Dr. Tancredo Neves. O Dr. Tancredo Neves escolhia os seus companheiros, escolhia os seus assessores, principalmente, e sobretudo, pela sua honestidade, pela sua seriedade, pelo seu comportamento ético, pela sua vida ilibada, pelo seu nome limpo.

Por apenas dois anos no Governo de Minas Gerais, uma das primeiríssimas escolhas feitas pelo Dr. Tancredo Neves foi a de Carlos Cotta para integrar o seu governo. Permaneceu durante todo o tempo do Governador Tancredo Neves e, posteriormente, convocado pelo Governador que sucedeu Tancredo Neves, Hélio Garcia, para permanecer na estrutura principal do governo, como Secretário de Governo. Era, na verdade, o braço direito do Governador do Estado, o homem que cuidava, junto com o Governador do Estado, dos mais sérios problemas de Minas Gerais, sempre com atenção e preocupação de seriedade no trato da coisa e do dinheiro públicos.

Quero recordar, inclusive da biografia que vem junto com a indicação do Dr. Carlos Cotta, o projeto de lei que apresenta, como Constituinte, em 1989, Projeto de Emenda Constitucional nº 19 A, que permite que o Parlamentar seja processado criminalmente, sem prévia licença da Casa, se o fato ocorrer anteriormente à expedição do diploma, tendo o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação pela admissibilidade. Na verdade, já estava o Dr. Carlos Cotta se antecipando àquilo que eventualmente acabou acontecendo no Congresso Nacional, quando retiramos a imunidade de todos aqueles que passaram por esta Casa.

Vejo, meu caro Carlos Cotta, como o povo de Dom Silvério deve estar orgulhoso neste momento, acompanhando pela nossa TV Senado esta audiência pública, ao saber que você, com a sua extraordinária carreira de homem público, de Deputado, de Secretário, de auxiliar dos nosso Governadores em Minas Gerais, agora vem atender a esse chamamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E, sobretudo, a certeza de que a sua sensibilidade vai nos ajudar a resolver um instante de crise nacional, como ressaltou o Senador Rodolpho Tourinho, pelo estado precaríssimo das nossas estradas federais, notadamente no nosso Estado de Minas Gerais que tem, conforme V. Ex^a lembrou, 20% da malha rodoviária nacional.

Mas, junto com o nosso Ministro Anderson Adauto, dos Transportes, tenho absoluta certeza de que V. Ex^a vai poder, com sua larga longa experiência da administração pública, nos ajudar a resolver rapidamente a questão, com as medidas que estão sendo tomadas, notadamente nessas últimas semanas. Na semana passada principalmente, o Presidente, pelo seu Relator da reforma tributária no Congresso, com a participação efetiva do Governador Aécio Neves e Governadores de vários Estados, concordou em ceder parte da arrecadação do imposto sobre combustí-

vel, esse famoso imposto que se chama CIDE – Contribuição sobre o Domínio Econômico, para os Estados e os Estados, por sua vez, transferirem pelo menos 25% da sua quota para as cidades. Isso vai nos ajudar imensamente a resolver os problemas de infra-estrutura que os nossos Estados estão vivendo e de que as nossas cidades estão padecendo na realidade.

Fico, portanto, meu caro Deputado Dr. Carlos Alberto Cotta, companheiro Carlos Cotta, muito envidado de poder estar aqui como mineiro, conforme disse, como Vice-Líder do Governo, como Senador por Minas Gerais representando o PMDB, saudando a indicação de V. Ex^a. Seus companheiros da Câmara dos Deputados, seus companheiros de Minas, seus amigos de tantos anos, entre os quais me incluo, estão muito honrados com sua presença e com sua indicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa. Passo a palavra ao indicado, Dr. Carlos Cotta.

O SR. CARLOS ALBERTO COTTA – Eu quero dizer que realmente o Senador Hélio Costa é um amigo fraternal e, naturalmente, deixou falar mais pela emoção, pelo coração do que pela razão.

Evidentemente, eu tenho trabalhado muito, mas a maioria dos atributos que ele me coloca são linguagem do coração.

Mas eu gostaria de lembrar ao Senador Hélio Costa que no Brasil nós temos muitas dificuldades, mas nós também temos muitas coisas boas. Eu vejo hoje diferentemente do nosso tempo, quando tínhamos a incerteza de um futuro democrático, quando pelejávamos, lutávamos e, não interessando o Partido, se Arena ou PMDB, todos nós tínhamos aquela pergunta “até onde vamos?”. Hoje, eu me sinto feliz no Congresso Nacional. Eu vejo na Presidência do Congresso e na Presidência do Senado um homem da postura e da envergadura do Presidente José Sarney. Podem ser contra ele ou podem não ser; podem ser seu admirador ou não, mas é homem de grande experiência política e que poderá ser o grande foco de equilíbrio das nossas instituições.

A democracia no Brasil está plenamente consolidada. E fico muito alegre em ver um jovem como o Presidente João Paulo presidir a Câmara dos Deputados e conseguir, junto com o Presidente da República e o Vice-Presidente e sua base e o Congresso Nacional como um todo, porque todos são partes do feito, tão jovem presidir duas reformas de suma im-

portância para o País. E esse desejo que me cria emulação, que me cria entusiasmo pela vida pública.

Eu sou um homem otimista, tão otimista que aceitei a incumbência do meu Partido para ocupar esse cargo, que eu sei que é espinhoso, mas isso não será jamais empecilho para que possamos resolver os grandes problemas do DNIT.

Quero agradecer o Senador Hélio Costa e dizer que nossa amizade, A cada dia, graças a Deus, continua mais consolidada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pergunto ao Senador Hélio Costa se gostaria de acrescentar alguma coisa.

Concedo a palavra, então, ao próximo inscrito, Senador Eurípedes Camargo, por cinco minutos.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, a biografia do nosso indicado, relatada pelo Senador Rodolpho Tourinho, Sr. Carlos Alberto Cotta, ex-Parlamentar, para essa função importante, relaciona os relevantes serviços prestados por S. S^a à Nação e é acrescida pelas observações feitas pelo Senador Hélio Costa, seu correligionário, da mesma região, e colega de Congresso Nacional, onde desenvolveram atividades conjuntas que permitiram o amplo conhecimento do seu trabalho e da sua importância no processo que estamos vivendo neste momento.

Na sua administração, V. S^a terá de tratar da questão de encurtar a distância. Brasília é o centro do País, e temos aqui a questão do porto seco. Como V. S^a veria essa questão de encurtar distâncias, a criação de uma espécie de grande entreposto nacional, para diminuir essa distância que existe para o trânsito das mercadorias no nosso território? E a sua pasta é uma das responsáveis para poder coordenar esse processo. Como veria, em termos de infra-estrutura, a possibilidade de o porto seco funcionar e diminuir custos e distâncias, enfim?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao indicado, Sr. Carlos Cotta.

O SR. CARLOS ALBERTO COTTA – Senador Eurípedes, esse é um problema muito sério e muito grande, e eu seria um demagogo se desse uma resposta altamente satisfatória a V. Ex^a.

Contudo, penso que, para tudo termos uma solução. Os grandes corredores de exportação, no sistema viário, seriam possíveis, mas, no momento, há problemas de caixa. E o orçamento do Dnit para 2004 não comporta grandes melhorias no sistema desse tipo de escoamento, mas poderei, num futuro muito próximo, quando me enfrontar mais no processo,

conversar novamente com V. Ex^a e expor não só a nossa opinião, mas aquilo que é possível fazer concretamente no Dnit a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sinto-me contemplado pelas observações dos Senadores que me antecederam e pela resposta dada pelo Sr. Carlos Cotta.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio por cinco minutos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Dr. Carlos Cotta, queria que V. S^a pudesse ter como certa a aprovação da sua indicação para um cargo tão importante no Ministério dos Transportes.

Nós da Amazônia, em especial, do meu Estado, do Estado do Pará, temos uma visita já anunciada do Ministro Anderson Adauto com o objetivo de liberar recursos para um trecho importante da Belém–Brasília, principalmente para um trecho de cerca de 60 quilômetros entre Belém e Castanhal, que compõe a estrutura da Belém–Brasília e que tem um volume de tráfego muito grande, tendo em vista que, por meio do porto de Belém, escoamos parte da produção do Norte e do Nordeste do País.

Hoje até mesmo o Centro-Oeste utiliza muito esse nosso corredor de exportação. O nosso porto de Belém tem uma integração muito grande com o Amazonas e com a Zona Franca de Manaus, tendo em vista a movimentação de carretas de cargas, de eletroeletrônicos, vindos da Zona Franca para São Paulo e vice-versa, pela necessidade de componentes eletrônicos para o abastecimento da Zona Franca de Manaus, haja vista que temos mais de quinhentas indústrias na Zona Franca de Manaus.

V. S^a é experiente, é um grande conhecedor, como disse o Senador Hélio Costa, da área financeira, e, com o respaldo que V. S^a tem da indicação do Presidente da República para esse cargo, entendemos que a extinção do DNER e a criação do Dnit fizeram com que os contratos executados ainda na gestão do Ministério dos Transportes junto ao DNER fossem sobrestados e até encerrados e que fosse iniciado um novo processo com a nova nomenclatura, com a nova designação e novas atribuições ao Dnit. E essa Diretoria – hoje temos lá o Engenheiro Evandilson Andrade, o nosso residente, chefe da Regional

no Estado do Pará, irmão inclusive do Senador Ademir Andrade, que conviveu muitos anos aqui conosco – enfrenta uma dificuldade muito grande.

Então, em nome dos paraenses e, principalmente, da classe produtora deste País, conscientes de que somos realmente um corredor de exportação da maior importância para o Brasil, chegamos até a pensar – as Prefeituras, o próprio Governo do Estado –, se houver qualquer embaraço ainda com relação a esse recurso, que poderíamos fazer um convênio com o Ministério dos Transportes e o Governo do Estado. As Prefeituras dessa área poderiam inclusive fazer esse serviço e, depois, seriam ressarcidas com uma outra forma de pagamento do próprio Ministério dos Transportes.

Na verdade, essa pendenga não pode continuar, pois a dificuldade existente ocorre num trecho curto de uma rodovia de três mil quilômetros extensão, a Belém-Brasília, onde não pode haver um gargalo como o lá existente.

O mesmo ocorre quanto à liberação dos recursos para as eclusas de Tucuruí, que, com certeza, além de proporcionar a navegabilidade do Araguaia-Tocantins também permitirá o escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste do nosso País.

Era o apelo que tinha a fazer a V. S^a, não para que V. S^a possa se comprometer, mas, já que V. S^a assumirá este cargo e terá oportunidade de conviver tão de perto com a realidade amazônica, que desde já o Sr. Carlos Alberto Cotta seja um aliado nosso, da Amazônia e do Pará.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Luiz Otávio.

Passo a palavra ao indicado, Sr. Carlos Alberto Cotta.

O SR. CARLOS ALBERTO COTTA – Senador Luiz Otávio, curiosamente, anteontem, o Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, convidou-me a trocar idéias sobre o Dnit e sobre o Ministério dos Transportes. Nessa oportunidade, S. Ex^a tratou exatamente do problema do Pará. S. Ex^a irá ao seu Estado proximo, onde cumprirá um compromisso não só dele, mas do próprio Presidente da República.

Sei que, na verdade, ainda não tenho nada a ver com o Dnit, pois, antes disso – o que respeito -, terei de passar por esta Comissão – o que faço hoje – e, depois, pelo Plenário do Senado Federal, para que seja nomeado e efetivado no cargo. De modo que, quando S. Ex^a me telefonou, recebi a ligação de uma maneira ainda um pouco tímida. Mas S. Ex^a quis antecipar certos problemas do Dnit, entre eles exata-

mente o do Pará e de toda aquela área amazônica. Portanto, esses problemas estão realmente na ordem do dia não só do Ministro Anderson Adauto, como também da Direção do Dnit e, sobretudo, embrenhado e estimulado pelo Presidente da República e pelo próprio Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Consulto V. Ex^a, Senador Luiz Otávio, se gostaria de fazer algum acréscimo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não, Sr. Presidente. Agradeço pela atenção de V. Ex^a e pela resposta do indicado, o Sr. Carlos Alberto Cotta.

Sr. Presidente, seria possível passarmos a votação da indicação do Sr. Carlos Alberto Cotta?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Posso, Senador; mas V. Ex^a só poderá votar no final, por ser suplente.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Valmir Amaral.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Carlos Alberto Cotta, eu gostaria que V. S^a falasse sobre sua experiência como administrador da Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig).

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra para o nosso indicado, Sr. Carlos Alberto Cotta.

O SR. CARLOS ALBERTO COTTA – Pois não, Senador Valmir Amaral. Peço licença para agradecer o Líder do meu Partido, Deputado Roberto Jefferson, por se fazer presente.

A respeito da Companhia Mineradora de Minas Gerais, gostaria de dizer que foi uma das grandes emoções da minha vida dirigi-la. O Governador Helio Garcia convocou-me para resolver o problema da empresa recém-criada no papel, a Comig, dizendo-me que era um problema no Estado. A Companhia Agrícola de Minas Gerais era uma das sete maiores empresas de agricultura do mundo, mas estava totalmente destrozada e era devedora remissa de ICMS da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, o que era um descalabro total.

A companhia de mineração de Minas Gerais, a Metamig, trabalhava apenas com projetos financiados pelo BNDESPar, pelo BNDES e pelo Tesouro do Estado. E também era devedora remissa não só do Estado, mas do BNDES/ BNDESPar, tendo todos os seus próprios penhorados por falta de pagamento. Até o prédio era penhorado para o BNDESPar. Havia inúmeros funcionários-fantasmias. Era uma balbúrdia total.

Comecei a lidar com isso. Três meses depois de ter assumido, procurei o Governador Helio Garcia e o Secretário da Fazenda – que é hoje o brilhante Deputado Federal Roberto Brant – e disse a eles que a empresa era viável, desde que realizássemos certas operações; que estávamos diante de uma empresa que poderia ter um grande futuro. E o Governador Helio Garcia, com aquele estilo que lhe é próprio, disse: “O que você achar que deve fazer, faça. Pensei no que me disseram no início, que seria bom fechar a empresa, mas, se você acha que tem solução, vamos”.

Então começamos a trabalhar. No terceiro ano, a empresa ressarciu todos os seus prejuízos, pagou em dia a todos os seus funcionários, levantamos a hipoteca da Metamig junto ao BNDESPar, pagamos a dívida que tínhamos com o Tesouro do Estado e limpamos a empresa. Chegamos a ter mais ou menos 1.400 passivos trabalhistas na Justiça. O Tribunal do Trabalho de Minas convocou-nos para nos informar que estava alarmado com o número de casos trabalhistas da empresa naquele Tribunal. Seis meses depois, não havia mais nenhum caso. Todos haviam sido sanados.

Em novembro de 1993, o Governador Helio Garcia convocou-me novamente para uma conversa no Palácio. Compareceram novamente o Secretário da Fazenda, hoje Deputado Roberto Brant, e o Secretário do Governo, hoje Ministro do Planejamento Paulo Paiva. O Governador queria que a Comig assumisse a Hidrominas que, se V. Ex^a não sabe, é dona do Grande Hotel de Araxá, do Palace Hotel de Poços de Caldas, de todos os parques e jardins do Estado e das Águas Minerais de Araxá, Camboquira, Lambari e Caxambu. Quando S. Ex^a me disse, assustei, porque estávamos no ano de 1993, haveria eleição em 1994, ou seja, estávamos em ano eleitoral, quando tudo é tumultuado. Mas assumimos. Foi aprovado na Assembléia Estadual, da qual era Presidente o atual Presidente do meu Partido em Minas, Deputado Romeu Queiroz. Então, aceleramos o processo de transferência da Hidrominas para a Comig. Foi um problema sério, porque o Grande Hotel de Araxá havia sofrido vários incêndios em sua cozinha e em seus apartamentos, estava quase em ruínas, mas era um prédio simbólico, feito pelo Governador Benedito Valadares, em 1943, inaugurado por Getúlio Vargas. Havia essa conotação simbólica do Grande Hotel de Araxá, além de ser ele muito bonito.

Conversei com o Governador Hélio Garcia e lhe disse que poderia aceitar, mas dispensaria o pessoal, e fecharia o hotel, para reformá-lo, restaurá-lo e rea-

bri-lo. O Governador, que conheço bem, me disse que o que eu fizesse estaria feito. Fechei o hotel, com polícia dentro e fora, para não queimar o resto dele. Dez dias depois o sindicato me convocou para uma conversa com os funcionários da Hidrominas, em Araxá. Compareci à reunião, realizada num cinema, e lá conversamos. Debatesmos os problemas. Xingaram-me, apontaram dez falhas do Governo e disseram que ele era o grande culpado de tudo. Houve dez acordos trabalhistas. Para V. Ex^s terem uma idéia, a gerente do hotel, em um único dia, foi demitida nove vezes e voltou nove vezes ao trabalho. Realmente era uma balbúrdia total.

O Tribunal de Contas há doze anos não recebia prestação de contas da Hidrominas. Junto com grandes juristas, buscamos um caminho para resolver o problema no Tribunal de Contas e também o problema dos empregados e fazer o Grande Hotel de Araxá voltar a funcionar. Diante disso, o Governador me deu R\$5 milhões para as obras e cobrimos o restante das despesas com o dinheiro da Comig, que, naquele época, começava a dar lucro.

Quando terminou o mês de setembro de 1994, faltando quatro dias para a eleição, encampamos a Hidrominas à Comig. Com isso estávamos trabalhando para reabrir as termas. Reabrindo-as, daríamos serviço aos hotéis da cidade, às pousadas, e a população teria condição de usufruir das águas medicinais do Grande Hotel de Araxá –fonte Dona Beija, Andrade Júnior de água sulfurosa. Abrimos as termas em alto estilo e, durante os outros quatro anos do Governador Eduardo Azeredo, hoje Senador, reformamos 90% do Grande Hotel de Araxá. Reformamos, restauramos e o colocamos de acordo com a Iphan. Apesar de ser um prédio tombado, ele foi totalmente modernizado e foi instalado ar-condicionado em todas as suas unidades. Ele possui quatro salões, sendo cada um para 1.500 participantes; portanto para seis mil. Implantamos o projeto do pólo turístico de Araxá para oito hotéis de três estrelas para suprir de clientes o restaurante do Grande Hotel de Araxá. Foi uma experiência muito grande e que começamos a ter uma renda de R\$300 mil por mês.

Houve um entendimento com a CBMM de Araxá. A renda passou de seiscentos para um milhão, dois milhões. Hoje a Comig tem uma renda de R\$22 milhões ao mês. É a única empresa do Estado de Minas Gerais, no Governo anterior e nesse, que tem dinheiro sonante, tem uma vida completamente sadia, não deve a ninguém, não tem um passivo trabalhista e deu suporte ao Governador Aécio Neves para criar uma empresa de desenvolvimento de Minas Gerais.

Acaba de chegar o Senador Eduardo Azeredo, em cujo Governo terminamos 90% do Grande Hotel de Araxá. S. Ex^a inaugurou as termas, cujas obras tiveram início ainda no Governo Hélio Garcia e foram terminadas no Governo Eduardo Azeredo. E hoje a Comig serve de suporte para a criação da Codeminas (Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais), mantida com o dinheiro da Comig juntamente com a Turminas e o CDI de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Com a palavra o Senador Valmir Amaral.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB-DF) – Queria parabenizar o Dr. Carlos Alberto Cotta. Tenho certeza de que V. Ex^a é o inverso do seu antecessor no Dnit. Quero-lhe desejar bastante sorte e dizer que o Brasil está de parabéns com a sua indicação.

Parabéns e muito sucesso.

O SR. CARLOS ALBERTO COTTA – Obrigado, Senador Valmir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Esgotada a lista de oradores, algum Senador gostaria de se manifestar?

Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha palavra é mais no sentido de testemunhar a capacidade de trabalho do Dr. Carlos Alberto Cotta, que foi Deputado por longos anos, na época do antigo MDB, e exerceu vários cargos executivos no Governo de Minas Gerais. Em todos esses postos, ele pôde mostrar dignidade e capacidade de trabalho. Portanto, o Presidente Lula está de parabéns ao fazer essa indicação. Pude dizer a ele que o cargo é muito espinhoso, muito marcado, digamos assim, e ele terá que ter toda uma atenção para poder exercer suas funções.

O período em que estive participando do meu Governo foi profícuo, como ele pôde lembrar, especialmente com a questão do Grande Hotel de Araxá, um projeto de sucesso em que o Governo se desfez de um patrimônio que não tinha nada a ver com a área pública. O patrimônio continua com o Governo, mas a exploração de hotéis, evidentemente, não é função que deva ser feita pelo Poder Público. Realmente, essa foi a melhor alternativa: fazer-se um arrendamento, mantendo a propriedade nas mãos do Governo. Esse é um dos pontos, mas, evidentemente, toda a carreira de Carlos Cotta é de sucesso.

Volto a lembrar sua participação como Deputado Federal e, depois, Secretário de Governo da Casa

Civil do Governador Tancredo Neves, tendo sucedido ao meu pai, que faleceu logo no início do Governo Tancredo. Carlos Cotta foi um sucessor que manteve toda a dignidade do cargo. Normalmente, quando há um sucessor, há problemas. Não houve nenhum. Carlos Cotta foi sucessor do meu pai e teve toda a atenção e carinho e pôde levar adiante todos os projetos que foram sonhados no período das eleições de 1982, em que Tancredo Neves saiu Governador de Minas Gerais.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer da minha satisfação com a indicação do nome de Carlos Cotta para a Diretoria Financeira do Dnit.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Cotta.

V. Ex^a gostaria de acrescentar algo?

O SR. CARLOS ALBERTO COTTA – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Eduardo Azeredo, ex-Governador e ex-Prefeito de Belo Horizonte, que teve uma carreira meteórica. Tive, realmente, a oportunidade de conviver com S. Ex^a. Lutamos muito. Foram dias de grandes tribulações, exatamente por falta de recursos e dificuldades de toda ordem. S. Ex^a foi um bravo, juntamente com o hoje Ministro Walfrido Mares Guia, seu Vice-Governador. Tivemos oportunidade de, naquele trabalho, reunir nossos esforços e lutas para dar ao Governo de Minas Gerais a dimensão que merecia e merece. Muito obrigado ao meu ex-Governador e hoje Senador, Eduardo Azeredo, pela suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Eu gostaria de saudar a presença dos Deputados Romeu Queiroz, João Magalhães e Roberto Jefferson, de cujo Partido não faço parte, mas que considero meu Líder, e do ex-Senador Alfredo Campos.

Vamos fazer a votação, mas, na realidade, há uma visível falta de quórum. Estão presentes, como titulares, os Senadores José Jorge, Eurípides Camargo, Sibá Machado, Duciomar Costa e Valmir Amaral. Os Senadores Magno Malta, Gerson Camata, Amir Lando, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, José Maranhão e João Ribeiro não se encontram. José Jorge, Marco Maciel, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, V. Ex^a, o Relator, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Teotônio Vilela, Augusto Botelho, que já votou – S. Ex^a pediu para votar antes – e Senador João Batista Motta.

Suplentes: Senadores Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Heloísa Helena, Ana Júlia Ca-

repa, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, nenhum dos quais está presente. Senadores Mão Santa, Luiz Otávio, Pedro Simon, Renan Calheiros, Ney Suassuna e Romero Jucá.

PFL: Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Renildo Santana e Roseana Sarney.

PSDB: Senadores Arthur Virgílio e Reginaldo Duarte.

PDT: Senador Osmar Dias.

PPS: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Apenas seis Senadores estão presentes. Portanto, não há quórum para votação.

Encerraremos a discussão e marcaremos outra reunião para fazermos a votação.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h31min)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 19a. REUNIÃO ORDINÁRIA
DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16
DE SETEMBRO DE 2003 ÀS 14:00
HORAS.

Às quatorze horas do dia dezesseis de setembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, João Batista Motta, Eurípedes Camargo, Serys Shnessarenko, João Ribeiro, Valdir Raupp, Fátima Cleide, Valmir Amaral, Gilberto Mestrinho, Rodolpho Tourinho, Duciomar Costa, Leonel Pavan, Magno Malta, Luiz Otávio, César Borges, Jonas Pinheiro, Ideli Salvati, Antonio Carlos Valadares, Romero Jucá e Mozarildo Cavalcanti. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senhor senador Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senhores (as) Senadores(as) Gérson Camata, Sibá Machado, Teotônio Villela Filho, José Maranhão, Amir Lando, Paulo Octávio, Sérgio Guerra e Marco Maciel. Reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Audiência Pública – 1ª Parte da reunião. Item nº 01 – Mensagem (SF) nº 177, de 2003. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Carlos Alberto Cotta para exer-

cer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Rodolpho Tourinho. Resultado: Após a realização da sabatina, realizada em 09/09/2003, foi aprovado a indicação em escrutínio secreto por 12 votos favoráveis, 02 contrários e 00 abstenção. A Presidência designou como escrutinadores os Senhores Senadores Valdir Raupp Hélio Costa. Item nº 02 – Mensagem (SF) nº 188, de 2003. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Francisco Oliveira Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para cumprir o mandato restante de Reinaldo Alves Costa Neto. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Leonel Pavan. Resultado: Encerrada a arguição do indicado, foi adiada a votação em escrutínio secreto por falta de quorum. Iniciada a sabatina fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Ribeiro e Eduardo Siqueira Campos. 2ª Parte da Reunião – Matérias Deliberativas– Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002. Terminativo. Ementa: “Altera a redação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre rodovias BR-482 e Br- 262, no Estado do Espírito Santo. Autor: Senador Gérson Camata. Relator: José Maranhão. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Adiado por falta de quorum. Item nº 02 –Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2003. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na redação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR”. Autor: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Valmir Amaral. Relatório: Favorável a aprovação com duas emendas que apresenta. Obs: Finalizada a discussão, a matéria encontra-se em fase de votação. Resultado: Adiado por falta de quorum. Item nº 03– Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2003. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973 (acesso ao cais de Capuaba – Porto de Vitória à BR 262/ ES). Autor: Senador Magno Malta. Relator: Senador Siba Machado. Relatório: Favorável à aprovação do projeto com três emendas. Obs: Finalizada a discussão, a matéria encontra-se em fase de votação. Resultado: Adiado por falta de quorum. Item nº 04– Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002. Não Terminativo. Ementa: “Dá nova redação ao artigo 22 da Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de

Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos". Autor: Comissão Especial – Rio São Francisco (SF). Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Relatório: Contrário à aprovação do projeto. Obs: Concedido vista ao Senador Eurípedes Camargo em 02/09/2003 e devolvido sem voto em separado. Resultado: Adiado por falta de quorum. Item nº 05– Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2003. Terminativo. Ementa: "Altera a redação das artigos 13 e 14 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. (Estabelece critérios na aplicação de recursos para a universalização dos serviços públicos de energia elétrica)." Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Relator: Senador Paulo Octávio. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Adiado por falta de quorum. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: "Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que as regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado." Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador João Batista Motta. Relatório: Favorável na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado por falta de quorum. Obs: Em 06/05/03, após a leitura do relatório é concedido vista coletiva aos Senadores Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior, não tendo os mesmos se manifestado através de voto em separado. Em 05/08/2003, a matéria foi reexaminada e posteriormente devolvida pelo relator. Item nº 07– Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2003. Não Terminativo. Ementa: "Dispõe sobre a alteração da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Cameté -Limoeiro (PA-156) à BR– 422 (Novo Repartimento) à BR– 230 (Transamazônica) na relação descritiva do Sistema Rodoviária Federal." Autor: Deputado Gerson Peres. Relator: Duciomar Costa. Relatório: Favorável a aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado por falta de quorum. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. Senador José Jorge, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental declaro aberta a reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Esclareço aos Srs. Senadores que constam da pauta desta reunião dois itens e alguns projetos a serem examinados.

Item nº 1:

Mensagem nº 177, de 2003, do Senado Federal.

Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Carlos Alberto Cotta para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

O autor é o Presidente da República, e o Relator é o Senador Rodolpho Tourinho.

Na reunião passada, o relator deu o seu parecer. O indicado teve a oportunidade de apresentar as suas idéias, e os Srs. Senadores debateram com ele. Na hora da votação, não houve suficiente para que pudéssemos votar. Assim, procederemos à votação do nome do Dr. Carlos Alberto Cotta para o cargo do DNIT. Os Senadores aqui presentes poderão votar – inicialmente, os titulares. Deixaremos a votação em aberto até completar o **quorum** e iniciaremos o segundo item, que trata da apreciação da indicação do Sr. Francisco de Oliveira Filho para o cargo de Diretor da ANTT.

Vou interromper a reunião por dois minutos para que os Senadores possam votar a primeira indicação, que se refere ao nome do Sr. Carlos Alberto Cotta.

Vamos deixar a urna em aberto para que os Srs. Senadores possam votar ao chegar.

Enquanto isso, passaremos ao **Item nº 2:**

Trata da Mensagem nº 188, de 2003.

Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Sr. Francisco Oliveira Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, cumprindo o restante do mandato de Reinaldo Alves Costa Neto.

O autor é o Presidente da República, e o Relator, o Senador Leonel Pavan, que já deve estar chegando. Talvez possamos iniciar com o depoimento do indicado, e, posteriormente, se ninguém discordar, o Senador Leonel Pavan lerá o seu relatório, para que possamos ganhar tempo.

Todos concordam com essa inversão? (Pausa.)

Penso que essa inversão não traz nenhum prejuízo ao andamento do projeto.

Como o Relator, Senador Leonel Pavan, ainda não chegou, vamos ouvir, primeiramente, o depoimento de V. S^a e, depois, o relatório.

Passo a palavra a V. S^a por vinte minutos.

O SR. FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO –

Exm^o Sr. Presidente, Senador José Jorge; Ex^o Sr. Relator, que está ausente, mas já vou cumprimentá-lo, Leonel Pavan; Sr^{as} e Srs. Senadores que compõem esta Comissão, antes de entrar propriamente no tema da minha exposição, julgo adequado fazer algumas rápidas considerações sobre o quadro que levou à criação, no Brasil, das agências reguladoras, até porque será mais fácil compreender os problemas e desafios com que se depara a ANTT, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, se tivermos a exata noção da gênese dessas agências.

Durante muito tempo, acreditou-se no Brasil que o Estado deveria ser o protagonista primordial da atividade econômica, que deveria assumir, sem contestação, as principais funções produtivas.

Podemos dizer que em determinadas circunstâncias de nossa História esse raciocínio não se mostrou equivocado. Foram entidades estatais, por exemplo, as responsáveis por grande parte de nossa infra-estrutura de transporte, energia, comunicação e muitas outras. Porém, esse modelo se esgotou, tornando-se necessário e urgente a adoção de um novo: a prestação, pela iniciativa privada, de serviços em que não se mostrasse imprescindível a atuação do setor público como agente operador. Mas, para que adotássemos esse novo modelo, era fundamental que as concessões de serviço público ou mesmo as privatizações fossem precedidas de algumas salvaguardas, o que nem sempre ocorreu.

Pois foi essa visão que inspirou a criação das agências reguladoras com o fim de se garantirem a agilidade e a eficiência desejáveis na prestação dos serviços públicos, bem como a transparência das operações e o respeito aos usuários. Busca-se, com elas, fugir à burocracia e, ao mesmo tempo, impor limites e critérios à atuação dos prestadores de serviços públicos, sejam estatais, sejam privados.

Sob essa ótica, foram criadas no Brasil diversas agências reguladoras: a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), a ANP (Agência Nacional do Petróleo), a ANA (Agência Nacional de Águas), a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e, especialmente no setor de transportes, a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Ocorre, Sr^s e Srs. Senadores, que houve situações peculiares na implantação de cada uma dessas agências e é justamente aqui que vamos encontrar um importante aspecto a ser considerado na avaliação de desempenho da ANTT.

Ao contrário dos outros setores nos quais as agências foram criadas antes de amplo processo de concessão e permissão dos serviços à iniciativa privada, no setor de transportes a questão institucional e organizacional só foi tratada depois de feita grande parte das concessões, ou seja, a ANTT só foi criada em junho de 2001 e implantada em fevereiro de 2002, quando quase todas as ferrovias brasileiras e vários trechos das principais rodovias já haviam sido concedidos à iniciativa privada, na década de noventa.

Portanto, ao avaliar o desempenho da ANTT, temos de considerar que estamos, na verdade, tratando de uma entidade com pouco mais de um ano e meio de atuação – um ano e meio e poucos dias – e que, ainda assim, tem encontrado grandes dificuldades para constituir um quadro mínimo de pessoal necessário ao cumprimento de suas funções.

De qualquer forma, o que nos cabe neste momento é verificar se as ações da ANTT têm sido bem ou mal-sucedidas, independentemente de considerações mais abrangentes sobre a oportunidade da data em que foi criada ou sobre as dificuldades que tem enfrentado para a formação da equipe.

Sendo assim, penso que a melhor maneira de avaliar o desempenho da Agência é analisar o que já fez e o que está fazendo em relação àqueles sete temas que constituem sua esfera de atuação.

Os dois primeiros temas dizem respeito exclusivamente ao setor ferroviário: o transporte ferroviário de passageiros e cargas ao longo do sistema nacional de viação, a exploração da infra-estrutura ferroviária; e o arrendamento dos ativos operacionais correspondentes. E é justamente no setor ferroviário que talvez se encontre o maior desafio da ANTT. Afinal, nunca é demais lembrar que a matriz do transporte de carga no Brasil privilegia enormemente o modo rodoviário e apenas, em consequência, os outros modos, em especial o ferroviário e o aquaviário.

Enquanto nos países desenvolvidos as ferrovias são responsáveis pelo transporte de 40% das cargas, ficando as rodovias com somente 30%, no Brasil o modo ferroviário responde por menos de 23% da carga transportada contra 62% do modo rodoviário. Isso comprova as vantagens de se dar prioridade às ferrovias – vantagens econômicas, energéticas e ambientais.

Essa matriz de transporte, historicamente ingrata, ficou ainda mais comprometida em virtude da série de equívocos cometidos na privatização da Rede Ferroviária Federal.

De fato, se aquela privatização, feita às pressas, não criou instrumentos adequados para garantir o atendimento ao interesse público na prestação dos serviços, também não estabeleceu condições que estimulasse a iniciativa privada a aportar os recursos necessários à operação eficiente e, mais ainda, à expansão do sistema.

Por tudo isso, penso que a ANTT foi bastante feliz ao realizar os estudos que propiciaram o lançamento, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em maio deste ano, do Programa de Revitalização das Ferrovias.

Os fundamentos do Programa parecem corretos, em primeiro lugar por instituírem um modelo de transporte baseado na formação de corredores de exportação conectados aos principais portos; em segundo lugar, por introduzirem ajustes nos controles de concessão para revisão das metas de produção, segurança e fixação de sanções e penalidades pelo descumprimento de metas e cláusulas contratuais; finalmente, por prever a revisão tarifária com identificação de setores dependentes, condições de concorrência e tetos tarifários.

Em síntese, penso que, no setor ferroviário, o caminho inicialmente traçado pela ANTT é o mais adequado. As ações até aqui empreendidas viabilizaram a implantação do transporte multimodal, facilitando enormemente a logística, em que pesem as dificuldades e a complexidade dos desafios com que essa agência ainda se defronta.

Com essas medidas, a participação do setor ferroviário na matriz de transporte já começa a ser sentida. No decorrer do tempo, esperamos que o transporte ferroviário ofereça, em curto prazo, uma resposta positiva na qualidade dos serviços e na redução do custo dos fretes.

Outro tema inserido na esfera de atuação da ANTT é o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Este é um setor em que a atuação do Poder Público deve ser balizada por duas preocupações básicas: a melhoria dos serviços prestados aos usuários e a redução dos preços das passagens, pois, também aqui podem ser apontados alguns avanços, a saber: apuração mais criteriosa de denúncias e irregularidades; a melhoria da fiscalização, tanto a técnica operacional dirigida às empresas que operam regularmente, como aquela destinada a colibir o transporte clandestino, e a criação de canais

de comunicação com os usuários e as empresas operadoras, seja pela internet, pelo 0800, seja por meio de equipes de atendimento da agência.

Deve-se destacar também, por ser uma medida que beneficiou diretamente milhões de usuários, a Resolução ANTT nº 35, de 2002, que proibiu a comercialização, pelas empresas operadoras, de seguro facultativo de acidentes pessoais vinculado à venda das passagens.

Não obstante, penso ainda que a ANTT deve promover o aumento da concorrência no setor. De fato, não parece apropriado, especialmente se levarmos em conta o interesse dos usuários, que muitas das principais conexões entre nossas cidades sejam feitas por uma ou, no máximo, duas empresas. Vale acrescentar que isso deve ser feito com base em amplo estudo de pesquisa e de mercado com muita profundidade, porque o nosso transporte rodoviário de passageiros é considerado o melhor do mundo. O Brasil é o único País do mundo onde o ônibus sai na hora e cumpre seu roteiro, mesmo que não haja nenhum passageiro para embarcar – é importante frisar isso.

A elaboração de normas que estimulem a participação de outras operadoras, no maior número possível de linhas virá, com certeza, em benefício dos passageiros, que terão opções variadas de conforto e custo.

Um quarto campo de atuação da ANTT é o transporte rodoviário de cargas, setor que, evidentemente, deve merecer grande atenção da agência reguladora, senão por outros motivos igualmente expressivos, ao menos pela já mencionada participação das rodovias em nossa matriz de transporte. Aqui a ação da ANTT efetivou-se na realização de estudos diversos necessários ao Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Carga, ao acompanhamento dos fretes praticados e a elaboração de normas gerais e definição de procedimentos para habilitação do transporte rodoviário internacional de cargas. São instrumentos importantíssimos previstos em lei.

Esperamos que os sistemas já desenvolvidos ou em desenvolvimento venham apresentar ao longo dos anos resultados satisfatórios.

Ainda com relação ao transporte rodoviário de cargas, a ação da ANTT efetivou-se também na adoção de medidas operacionais como, por exemplo, a expedição de licenças e emissão de outorgas.

O quinto tema daqueles previstos em lei é a exploração da infra-estrutura rodoviária federal. Nesse setor, tal como ocorreu no ferroviário, a principal ati-

dade da ANTT nos últimos 18 meses tem sido a penosa adaptação, dos contratos de concessão firmados ao longo da década de noventa aos ditames da Lei nº 10.233 e às expectativas dos usuários, das empresas concessionárias e do próprio setor público. Adaptação essa que envolve desde a regulamentação dos mais diferentes eventos e situações, como a execução de obras nas rodovias federais concedidas, a utilização do pedágio eletrônico e a implantação de redes de serviços públicos na faixa de domínio, até a realização de inspeções técnicas e assinatura de convênios de cooperação com os Estados.

Chegamos ao sexto campo de atuação da ANTT: o transporte multimodal. Termo novo. Penso que aqui vamos encontrar um tema em que as atividades desenvolvidas já são bastante expressivas. Com efeito, estão sendo promovidos estudos sobre a logística do transporte multimodal ao longo de eixos ou fluxos de produção e já foram definidos os corredores do modo ferroviário e a sua integração com os portos. Resta-nos agora uma caracterização mais detalhada dos corredores multimodais de transporte que contemple todos os aspectos logísticos envolvidos. Também é urgente a resolução das pendências ainda existentes quanto à figura, que é uma figura também nova, do operador de transporte multimodal.

Por fim, temos o sétimo tema atribuído à ANTT. O transporte de cargas especiais e perigosas em rodovias e ferrovias. Sobre a importância da atribuição, não precisaríamos de muitos argumentos – há vidas envolvidas – haja vista o que representam os acidentes no transporte de produtos inflamáveis, de tóxicos ou de grande efeito poluente para a saúde de nossa população.

A atuação da agência tem se concentrado na revisão ou reedição de portarias que estabelecem instruções técnicas para a produção e fiscalização do transporte de produtos perigosos não só em nosso País como também no âmbito do Mercosul.

Bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que podemos concluir nosso rápido giro pelos campos de atuação da ANTT. É claro que uma análise abrangente do desempenho da agência tendo em vista seu porte e principalmente a diversidade das atribuições que lhe foram conferidas demandaria tempo bem maior. Quero, entretanto, respeitar o tempo que me foi concedido pelo Presidente da Comissão de Infra-Estrutura. Ou, se acabei por ultrapassá-lo, Sr. Presidente, que não o tenha feito em demasia.

Concluo minha exposição, reafirmando que confio plenamente nas argumentações e critérios que levaram à criação da ANTT, uma entidade que, à se-

melhança das demais agências reguladoras, tem zelado pela estabilidade da prestação dos serviços e das relações econômicas. Se um ou outro tema na esfera de atuação das agências reguladoras não foi ainda plenamente desenvolvido, se o ritmo das ações parece a muitos de nós que poderia ser mais acelerado, não creio que seja o caso de condenarmos a experiência da ANTT; devemos, ao contrário, fortalecê-la e aperfeiçoá-la para que tenha condições de prestar ao povo brasileiro os valiosos serviços que dela se espera.

Muito obrigado.

Quero também expressar meus agradecimentos ao Ministro Anderson Adauto e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pela indicação de meu nome para ser apreciado por esta nobre Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Agradecemos ao indicado as suas palavras.

Vamos agora passar a palavra ao Relator, Senador Leonel Pavan.

O SR. RELATOR (Leonel Pavan) – Sr. Presidente, primeiro, agradeço ao brilhante...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Apenas um momento porque o indicado pediu para adicionar algo. Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO – Como V. Ex^a ainda não havia chegado quando comecei a minha exposição, agradeço a V. Ex^a por ser o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tem a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. RELATOR (Leonel Pavan) – Sr. Presidente, gostaria de justificar, inclusive, meu atraso. Estávamos na CPI, que atrasou um pouco, e acabamos nos atrasando para essa importante reunião em que iremos submeter às Sr^{as} e Srs. Senadores a indicação do Sr. Francisco de Oliveira Filho.

Agradeço ao brilhante Senador José Jorge, por ter-me designado Relator da Mensagem nº 188, de 2003, do Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Francisco de Oliveira Filho para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em substituição ao Sr. Reinaldo Alves Costa Neto.

A ANTT, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres, cria o Conselho Nacional de Integração de Política de

Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

A indicação em apreço obedece ao disposto no art. 52, item III, alínea "f", da Constituição Federal, que atribui competência privativa a esta Casa do Parlamento para aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos anunciados na Lei Maior e de outros que a lei determinar.

Em conformidade com o citado dispositivo constitucional, o art. 53, § 1º, da Lei nº 10.233, de 2001, determina que os membros da diretoria da ANTT serão nomeados pelo Presidente da República após a aprovação pelo Senado Federal e, em complementação, fixa os requisitos aplicáveis aos ocupantes dos cargos de diretor.

O indicado para o cargo é cidadão brasileiro, nascido em Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, em 1947. Graduado em História pela Pontífice Universidade Católica de Minas Gerais – PUC, especializou-se em marketing e abraçou a profissão de publicitário. Sua formação específica na área de comunicação é fruto de progressivo aperfeiçoamento, mediante participação em diversos cursos, seminários e outras atividades de treinamento. Sua trajetória, por sinal, reúne uma sucessão de desafios que venceu com competência e determinação. Tendo iniciado muito jovem suas atividades como **office-boy** numa agência de publicidade em Belo Horizonte, alcançou lugar de destaque no meio publicitário como bem sucedido empresário de comunicação.

Os dados curriculares registram a intensa atividade do profissional Francisco de Oliveira Filho nas áreas de jornalismo, publicidade e propaganda, campos em que, por inúmeras vezes, teve reconhecida sua extraordinária capacidade de trabalho, prova disso são as áreas, condecorações, prêmios e emoções com que foi distinguido.

Na iniciativa privada, atuou em órgãos de imprensa de alcance nacional, além de grandes agências de propaganda. A área da publicidade explorou em todas as suas vertentes, inclusive na do **marketing** político.

No setor público, atuou como assessor especial do prefeito de Contagem, em Minas Gerais, em 1987 e 1988, e esteve à frente da Superintendência de Comunicação Social da Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais, de 1989 a 2002. Na Câmara dos Deputados, exerceu as funções de assessor parlamentar no período de 1987 e 1988.

A análise do **curriculum vitae** encaminhado em anexo à Mensagem nº 78, de 2003, nº 445, de 2003, na origem, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo para o qual foi escolhido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 53, da Lei nº 10.233, de 2001, segundo o qual o ocupante de cargo de diretor da ANTT deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da agência e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Isso posto, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão a indicação do Sr. Francisco de Oliveira Filho, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento ao disposto nos arts. 52 e 60 da Constituição Federal, combinados com o art. 53, da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001.

Tenho de usar óculos.

Quero dizer que esse é o meu relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. Todos nós temos um momento em que temos de usar óculos.

Passarei a palavra para que os oradores inscritos possam levantar suas questões em relação ao indicado. Na verdade, só temos um orador inscrito, por enquanto, que é o Senador João Ribeiro.

V. Exª tem a palavra, Senador João Ribeiro, por 5 minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o nosso ilustre indicado, dizendo que apoiamos essa indicação e torcemos muito para que S. Sª consiga fazer um bom trabalho nessa nova pasta que assumirá.

Também, ao mesmo tempo, embora um pouco atrasado, Sr. Presidente, na semana passada, não pude participar da indicação do nosso Deputado Carlos Alberto Cotta, que acabamos de votar, inclusive vim dar o voto. Eu só queria acrescentar que, além do apoio ao Dr. Francisco de Oliveira Filho, este nosso voto e esta declaração de apoio eu gostaria de também de reputar a S. Sª que já foi sabatinado, ouvido por esta Comissão. Lembro que hoje, logo de manhã, fui acordado com um telefonema do ex-Governador Siqueira Campos que me pediu eu viesse aqui dar um voto por S. Exª ao Dr. Carlos Cotta, Deputado que foi

seu Colega na Câmara dos Deputados por muitos anos, seu vizinho de prédio, homem da mais ilibada conduta moral, homem digno e honrado. Sei também que o Dr. Francisco de Oliveira Filho tem as mesmas qualidades.

Portanto, quero apenas fazer essa declaração de voto. Como nosso querido ex-Governador não pode aqui estar porque não se candidatou – se tivesse se candidatado, poderia estar aqui no meu lugar e com muito mais competência e muito mais preparação do que eu –, mas vim para cá com o seu apoio. Estou aqui também ao lado do Senador Eduardo Siqueira Campos, que não é da Comissão; por ser 2º Vice-Presidente da Casa, não participa de nenhuma Comissão, mas veio aqui também declarar esse mesmo desejo e esse apoio. Portanto, o meu voto será emitido no plenário. O voto que manifestei aqui, hoje, foi pelo Governador Siqueira Campos, nesses dois homens públicos da mais alta relevância para o nosso País. Então, fica registrada a minha declaração.

Eu desejo que eles consigam fazer um grande trabalho. O Brasil precisa muito do trabalho de S. Ex^{as}. E nós torcemos muito e os apoiamos, para que o Governo do Presidente Lula dê certo. Nós, do Tocantins, estamos apoiando o Governo do Presidente Lula, porque queremos um Brasil mais justo e melhor para os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Nós agradecemos ao Senador João Ribeiro. Passamos a palavra ao indicado. V. Ex^a gostaria de dizer algo? (Pausa.)

Então, somente agradecer as palavras. Se nenhum Sr. Senador deseja pedir a palavra, eu encerrarei a votação anterior, referente ao Dr. Carlos Cotta. Antes, chamarei os suplentes. Farei a chamada e, depois, concedo a palavra a V. Ex^a.

Ainda estamos analisando a do Dr. Francisco.

Creio que todos os titulares presentes já votaram. Então, chamarei os titulares.

(Procede-se à chamada nominal.)

Agora chamarei os senhores suplentes.

(Procede-se à chamada dos suplentes.)

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas, não deveria votar, pois o suplente somente pode votar depois de serem chamados todos os titulares. Enfim, fica valendo a regra para o futuro. Como um Suplente pode votar antes de chamarmos todos os titulares? E se todos os titulares comparecerem?

(Prossegue a chamada nominal.)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Bem, na realidade, está encerrada a votação. Eu pediria aos Senadores Valdir Raupp e Hélio Costa, que está nos visitando aqui, que participem da apuração da primeira votação, referente ao Dr. Carlos Cotta.

Enquanto S. Ex^{as} procedem à apuração, o indicado nos pediu a palavra para fazer um agradecimento.

O SR. CARLOS ALBERTO COTTA – Eu agradeço, pois a minha indicação foi lida, posteriormente, pelo Senador Leonel Pavan, cujo parecer foi favorável à minha indicação. Eu fico muito grato por isso, assim como pela intervenção, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, aguardaremos a votação.

Passo, com muito prazer, a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, nobres Srs. Relatores das matérias, Senadores Rodolpho Tourinho e Leonel Pavan, demais membros desta Comissão, Dr. Francisco de Oliveira, o exercício de integrar a Mesa na condição de 2º Vice-Presidente desta Casa me impede regimentalmente de ser membro de qualquer Comissão Permanente. Mas na condição de Senador, nesta ou em qualquer outra Comissão, temos não somente o direito quanto o prazer do cumprimento do dever, ao dar o nosso depoimento, já aqui iniciado pelas palavras do Senador João Ribeiro, que tão bem representa o Estado do Tocantins nesta Casa.

Sendo filho de uma mineira nascida entre Itapajipe e Campina Verde, terra de que me considero filho, tenho o prazer de conviver ali nas cercanias de Iturama, do nosso Senador Aelton Freitas. E sei que o Estado de Minas Gerais hoje está de parabéns pelas duas indicações aprovadas por esta Comissão.

Conheci o Deputado Carlos Cotta ainda quando criança. Tive o prazer de conviver com S. Ex^a e presenciar a sua atuação parlamentar em favor de Minas Gerais e do Brasil, assim como conheço e tive o prazer, não somente pelo Relatório do Senador Leonel Pavan, de conhecer o currículo de V. Ex^a, e digo que não sendo eleitor nesta Comissão, o serei em Plenário. Com o mesmo objetivo das palavras do Senador João Ribeiro, espero que V. Ex^a, juntamente com o Deputado Carlos Cotta, possam bem cumprir as missões que lhes são atribuídas por indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e com certeza aprovados serão por esta Comissão e pelo Plenário do Senado da República.

Desejo a V. Ex^a todo êxito e sucesso, como também ao Deputado Carlos Cotta nas suas novas funções. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Já temos o resultado da votação.

Então, para o Dr. Carlos Cotta, temos 12 votos “sim” e 02 votos “não”. Portanto, está aprovado por esta Comissão o nome do Dr. Carlos Cotta.

Vamos agora proceder à votação do Dr. Francisco. Eu chamarei os titulares em primeiro lugar e depois os suplentes. Quem vier votar, pega um papel comigo.

(Procede-se à votação)

Todos já votaram, os titulares e os suplentes. Peço aos Senadores Rodolpho Tourinho e Delcídio Amaral para fazerem a apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Só temos 11 votos, portanto não temos **quorum** para deliberação. Faremos a votação na reunião da próxima semana. Não temos mais **quorum**, também, para continuar a reunião.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h01min.)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



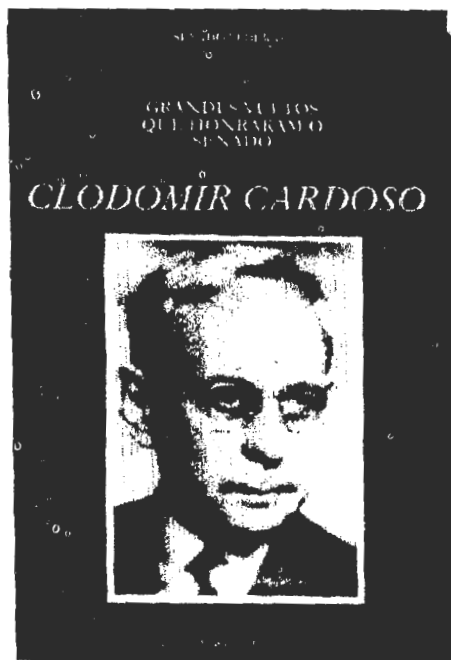
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djaçir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apolo III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de
outubro de 1988 com as alterações
introduzidas pelas Emendas Constitucionais
de Revisão, de nº 1 a 6, e demais emendas
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de Apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02002

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 - Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 - Assinaturas de Diários
02000202902003-X - Venda de Editais
02000202902004-8 - Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 - Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 - Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 - Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N° - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 784 PÁGINAS